

imperio, nunca elles poderão ser julgados por tses crimes dentro do imperio, estão debaixo da alçada das autoridades e da legislação desses paizes.

Sr. presidente, a hora está dada, e eu não devo abusar mais da paciência da camara. Concluo repetindo outra vez que voto contra o projecto, porque o julgo inconstitucional.

A discussão fica adiada pela hora.
Levanta-se a sessão.

Sessão em 1º de Maio

PRESIDENCIA DO SR. MENDES DOS SANTOS

SUMMARY.— Expediente.— Discussão do parecer da comissão de constituição, permitindo a saída do Sr. deputado Souza Ramos para ocupar o cargo de presidente da provincia de Pernambuco. Discursos dos Srs. Angelo Ramos, Victor de Oliveira, Mello Franco, Souza Ramos, Souza Franco e ministro da justiça. Approvação do parecer.

A's 10 horas e 3/4 da manhã, reunidos os Srs. deputados em numero legal, abre-se a sessão, lê-se e approva-se a acta da antecedente.

EXPEDIENTE

Officio do Sr. ministro da guerra devolvendo os requerimentos do tenente reformado Francisco de Paula Nogueira de Mello e Gama, que pretende ser de novo admittido no quadro do exercito, e de José Leite de Souza Bastos, escripturario da escola militar, que pede além dos vencimentos, o soldo da graduação de tenente, que lhe confere o emprego; informando o Sr. ministro que quanto ao primeiro foi o supplicante reformado a pedido seu, por decreto de 30 de Setembro de 1839, requereu depois melhoramento de reforma e foi indeferido por imperial resolução de 14 de Abril de 1841; quanto ao segundo, que o respectivo supplicante tem o vencimento de 720\$, e por estar encarregado de trabalhos da secretaria tem tambem a gratificação de 10\$ mensaes, e que cumpre exactamente com os seus deveres.

— A' comissão de marinha e guerra.

Outro do Sr. deputado João Manoel Pereira da Silva, participando que no dia 8 de Maio, abertura da segunda sessão da legislatura, comparecerá, visto terem cessado em parte os incommodos de sua familia, e lhe permittirem elles de novo regressar á corte.— Fica a camara inteirada.

Não ha mais expediente.

Lê-se o seguinte parecer:

« Foi presente á comissão de constituição e poderes o aviso expedido pela secretaria de estado dos negocios do imperio, datado de 31 do corrente mez, no qual se solicita o consentimento desta augusta camara para a saída do Sr. deputado José Ildefonso de Souza Ramos, nomeado presidente da provincia de Pernambuco; e tomando a mesma comissão em consideração os motivos allegados no referido officio, é de parecer que seja dado o consentimento pedido.

« Paço da camara dos deputados, em 30 de Abril de 1850.—D. M. A. Mascarenhas.—V. de Oliveira.»

O SR. ANGELO RAMOS:—Peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE:—Fica adiada.

O SR. REZENDE:—Peço urgencia para ser discutido o parecer.

A urgencia é approvada sem debate.

O SR. ANGELO RAMOS:—Lendo, Sr. presidente, o art. 34 da constituição do imperio, vejo

TOMO 2

que elle se exprime deste modo: « Se por algum caso imprevisto do que dependa a segurança publico ou o bem do estado, fôr indispensavel que algum senador ou deputado vá para outra comissão, a respectiva camara o poderá determinar. » A vista deste artigo, duas questões convém examinar: a primeira é a sobrevença de um caso imprevisto de que dependa a segurança publica; a segunda, a indispensabilidade de ir o deputado para a comissão de que quer o governo encarregal-o. Algumas observações farei a respeito de cada um destes pontos; apresentarei as minhas duvidas, farei algumas perguntas, e desejarei que algum dos nobres ministros que se achão na casa tenha a bondade de responder-me.

Senhores, pelas noticias que ha pouco tivemos do norte, e que constão dos jornaes, e pelo relatório mesmo do actual presidente de Pernambuco o Sr. conselheiro de estado Honório Hermeto Carneiro Leão, vejo que a provincia de Pernambuco está pacificada. Além de ser isto um facto de que temos todos conhecimento, não se pôde duvidar delle pela leitura de diferentes paragraphos desse relatório, na parte que trata da tranquillidade e segurança publica daquella provincia. O capitão Pedro Ivo Velloso da Silveira, que se conservava armado nas matias de Pernambuco, acha-se na provincia da Bahia; o Sr. Honório confessa que as matias forão batidas, que não existem alli mais grupos armados. Se está a provincia de Pernambuco pacificada, perguntarei, e se me não contestará o direito, qual é o motivo imprevisto, de que depende a segurança publica naquella provincia, que exija esta medida extraordinaria que pede o ministerio? E' esta a primeira duvida que apresento, é esta a primeira pergunta que faço.

Tratando da indispensabilidade do nobre deputado pelo Rio de Janeiro para ir presidir a provincia de Pernambuco, parece-me que a posição muito discriminada que no partido dominante tem o nobre deputado, e que na sua energia, de que tem dado provas, não o tornão muito habilitado para ir na quadra actual, nas actuaes circumstancias, presidir a provincia de Pernambuco. Sim, senhores, comparando a politica que tem tido o ministerio para com a provincia do Rio Grande do Sul com a que tem tido com a de Pernambuco, vejo que é muito differente a politica traçada para o Rio Grande da para a provincia de Pernambuco. Para o Rio Grande do Sul mandou-se o Sr. Pimenta Bueno, segundo se diz, e pelo que mostra, homem moderado e de paz, e elle lá tem empregado todos os meios brandos de pacificar a provincia; officiou (rindo-se) ás camaras municipaes, pedindo-lhes ou recomendando-lhes que se dirigissem aos seus municipios, afim de que não pegassem em armas, e se conservassem tranquilllos; até mesmo fizeram-se proposições ao baião de Jacuhy para que depuzesse as armas, segundo li n'um jornal, e essas propostas elle admittia se não encontrasse resistencia da parte de seus amigos. Mas qual é a politica que tem havido para com a provincia de Pernambuco? Meios violentos; o recrutamento em grande escala, recrutamento que ainda hoje sobre aquella desgraçada provincia pesa; a liberdade de imprensa está alli suffocada; deu-se o facto das deportações, violou-se o direito de propriedade, autorizou-se guerrilhas, e uma dellas (informo-me, não asseguro), capitaneada pelo coronel José Pedro, accommetteu a dous ou tres engenhos, e causou-lhes grandes estragos...

O SR. PRESIDENTE:—Perdõe-me o Sr. deputado; trata-se da permissão desta camara para se empregar o Sr. Souza Ramos. Se o nobre deputado traz todos esses factos que têm tido lugar em Pernambuco, dá causa a responder-se-lhe, e então a questão torna-se interminavel.

70

O Sr. ANGELO RAMOS:—Perdões-me V. Ex.: suppunha que podia comparar a politica havida para com a provincia do Rio Grande do Sul com a politica havida para com Pernambuco, afim de mostrar a incoherencia do ministerio, e saber se quer a continuação da mesma politica em Pernambuco, ou se enceta nova marcha com a nomeação do novo presidente. Continuo pois. O Rio Grande tem merecido uma politica toda pacifica, o que digo, autorisado pelos factos conhecidos e publicados pelo ultimo administrador que para ali foi mandado, entretanto que em Pernambuco, devendo seguir-se a mesma politica de paz, e devendo-se pôr em pratica os meios de conciliação, não tem assim acontecido, e, pelo contrario, se tem seguido caminho diverso, tem-se empregado tantos meios violentos, e até o de se pôrem cabeças a premio, facto extraordinario entre povos civilisados...

Um Sr. DEPUTADO:—Onde se pôz cabeças a premio?

O Sr. ANGELO RAMOS:—Em Pernambuco. Mas qual é a razão da differença entre uma e outra politica? Só encontro uma razão, e é que no Rio Grande do Sul se acha um particular (o barão de Jacuhy) em campo, á testa de uma força, sob pretexto de vingar injurias e prejuizos que têm soffrido cidadãos brasileiros; em Pernambuco, porém, houve uma guerra entre irmãos, houve um desvairamento de parte da população! No Rio Grande do Sul está um particular á testa de uma força provocando uma guerra com nações nossas aliadas...

O Sr. PRESIDENTE:—Perdões-me o Sr. deputado; parece-me que estas observações têm mais cabimento na resposta á fallia do throno, do que nesta questão...

O Sr. ANGELO RAMOS:—Eu estava comparando a politica aconselhada para com uma provincia com a politica que se aconselha para com outra...

O Sr. PRESIDENTE:—Parece-me não ser a occasião competente.

O Sr. ANGELO RAMOS:—Limitarei as minhas observações. No Rio Grande as cousas se apresentam de modo que, ou o governo entende que deve haver guerra, ou não; se entende que deve haver guerra, então não deve deixar que um particular lhe tome a dianteira; se porém entende que não deve haver guerra, como supponho, e faço votos, então porque consente que um particular esteja alli armado? Por que razão trata os rio-grandenses de um modo muito differente daquelles por que têm sido tratado os pernambucanos? Tudo nestes factos sobre o Rio Grande, porque são do dominio publico, não faço juizos, porque não quero que se diga que creio obstaculos á acção do ministerio. Já disse que me parecia que o nobre deputado não era o mais adaptado para nas circumstancias actuaes ir presidir a provincia de Pernambuco. Em verdade, senhores, qual será a politica (parece-me que é occasião muito propria para fazer esta pergunta) que o nobre deputado irá seguir na provincia de Pernambuco? Será a politica reactiva do Sr. Penna (*sussurro, diversos apartes se cruzão*), ou será a politica devastadora do Sr. ministro da marinha, ou será a politica de vingança e perseguição do Sr. Honório? Parece-me que esta é occasião propria para interpellar aos Srs. ministros acerca da politica que tem de seguir o novo presidente de Pernambuco.

O Sr. PRESIDENTE:—Perdões-me o Sr. deputado; creio que os actos das administrações passadas, a menos os da futura, não podem entrar nesta materia.

O Sr. ANGELO RAMOS:—Creio que V. Ex. não pôde impedir que o deputado pergunte ao mi-

nisterio qual é a politica que aconselha ao empregado para quem se pede dispensa da camara, o que vai para uma provincia que o proprio ministerio considera em circumstancias excepcionaes. Como posso avaliar da indispensabilidade da sahida do nobre deputado para presidente de Pernambuco, se me não derem garantia alguma acerca do seu procedimento politico naquella provincia? Esta é a segunda pergunta que faço, pois que estou em duvida a respeito do procedimento politico do novo administrador de Pernambuco. Emfim, Sr. presidente, faço estas perguntas afim de poder-me orientar nesta materia; desejo que me satisfação, desejo saber qual a politica aconselhada para com a provincia de Pernambuco.

O Sr. PRESIDENTE:—Perdões o Sr. deputado; interpellações aos ministros permite o regimento fazer, mas interpellações aos deputados não estão nos estylos da casa.

O Sr. ANGELO RAMOS:—Pois são mesmo interpellações que eu faço aos Srs. ministros, para que tenham a bondade de dizer qual é a politica aconselhada ao nobre deputado. Se faço estas perguntas é porque não desejo que a provincia de Pernambuco continue a soffrer sob o imperio dos Egis. Fazem amanhã quinze mezes que essa provincia geme sob o peso da maior oppressão e das violencias, parece que era já tempo de se lhe dar allivio, fazendo cessar esse estado todo excepcional a que tem sido reduzida, fazendo-se-lhe justiça, e se lhe concedendo um esquecimento geral: a amnistia. Se os factos mostram exuberantemente que alli não reinão a constituição e as leis, porquanto a politica que tem sido indicada não é a de paz e conciliação, e a escolha do novo presidente recabindo sobre uma pessoa tão ligada com os nobres membros do ministerio, não posso ter esperanças bem fundadas, de que o nobre deputado vá incumbido de fazer desaparecer este estado anormal a que tem sido votada a muito importante provincia de Pernambuco.

Emquanto, pois, não for esclarecido nas minhas duvidas, enquanto não forem satisfeitas as minhas perguntas, não posso prestar o meu voto ao parecer.

O Sr. Victor de Oliveira:—Como membro da commissão que deu o parecer que se discute, sou obrigado a dizer alguma cousa a respeito da materia.

Entendo que, para que esta camara delibere com calma e acerto sobre este negocio, que reputo simples, não é preciso mais que recorrer ao preceito constitucional, e approximar delle o acto do governo pelo qual nos veio pedir a precisa licença para que o nobre deputado o Sr. Souza Ramos fosse presidir a provincia de Pernambuco. A constituição nos diz que sempre que o governo entenda que a segurança ou o bem do estado exige que um deputado vá para uma commissão diversa daquella que recebeu do povo, o governo peça á respectiva camara o consentimento para isso. Ora, é sabido que quem governa até agora a provincia de Pernambuco é o Sr. senador Honório Hermesto Carneiro Leão para o Sr. Honório continuar nesta commissão, depois de aberto o parlamento, foi preciso que o governo se dirigisse ao senado pedindo licença para que esse senador fosse alli conservado; e o que fez o senado? Apreciou a necessidade dessa commissão especial dada a um membro daquella camara, e concedeu a licença. Ora, pergunto eu, este simples facto não nos obriga hoje, de algum modo, para guardarmos a desejada harmonia com aquelle outro corpo, a conceder tambem a licença que se nos pede? Sendo certo que o estado da provincia de Pernambuco ainda é hoje grave e melindroso, dando-se sem duvida as mesmas circumstancias excepcionaes

que se davão quando o governo se dirigio ao senado a pedir licença para alli conservar o Sr. Honório, sendo certo que o governo concedendo apenas a demissão pedida pelo digno presidente actual, não mostrou por esse facto removidas aquellas circumstancias especiaes, segue-se evidentemente que a licença pedida hoje para o Sr. Souza Ramos assenta sobre as mesmas bases sobre que assentou a licença pedida ao senado para o illustre membro daquella camara. Se o Sr. Honório fosse demittido pelo governo sem haver solicitado a sua destituição, poder-se-hia dizer que por esse facto o governo entendia que o estado de Pernambuco hoje era diverso daquelle em que elle pediu essa licença ao senado; mas se, pelo contrario, consta que o Sr. Honório foi quem pediu ao governo a sua demissão...

O Sr. SOUZA FRANCO:—Não lhe ha ficar muito obrigado o Sr. Honório por dizer que elle deixa as cousas como achou.

O Sr. VICTOR DE OLIVEIRA:—Perdô-me; se o Sr. Honório pediu a sua demissão, se o governo entende que lhe deve dar um substituto que o acompanhe nas suas vistas de paz, de tolerancia, de conciliação, que elle sempre desenvolveu naquella provincia (apoiados), e a respeito do que os nobres deputados não podem apresentar um só exemplo, um só facto em contrario (apoiados), parece-me que a camara dos deputados obra coherentemente com as vistas do senado, concedendo a licença que se pede.

Mas, abstrahindo destas considerações, vamos ver o que disse o nobre deputado nas objecções que offereceu ao parecer.

O nobre deputado entrou no conhecimento dos actos dos differentes presidentes de Pernambuco, desde o Sr. Penna, cuja politica chamou reactiva, não sei porque, o concluiu, logo, não se deve mandar o Sr. Souza Ramos. Parece-me que quem quizer obrar logicamente, quem quizer raciocinar a sangue frio sobre este caso, dirá que se a nossa questão fosse sobre a conservação de algum desses presidentes cuja politica fôra julgada má pelo illustre membro, podião ser bem cabidas, como quanto tivessem de ser completamente refutadas, as observações do nobre deputado, quando censurou diversos actos de cada um desses presidentes; mas se esses administradores já sahirão de Pernambuco, se se trata só de substituir o Sr. Honório por pessoa que nunca alli esteve, que cabimento tem dizer o nobre deputado que o Sr. Penna usou de uma politica reactiva, que com ella não tinha feito mais que flagellar o paiz, etc. Mas o que se considera ser essa reacção que os administradores de Pernambuco empregarão desde que o gabinete actual tomou conta da direcção suprema dos negocios do paiz? Eu attinjo talvez o pensamento do nobre deputado. Quando o honrado membro desta casa, o Sr. Penna, teve de defender-se das arguições feitas á sua administração, revelou cousas que para mim são com effeito mysterios, eu não sabia que no Brazil se dava o phenomeno de existir uma provincia governada só por si, como um estado no estado; mas foi isto o que deprehendi das revelações feitas pelo nobre deputado; vi que a provincia de Pernambuco estava de fôrma que os deputados dirigião cartas a seus amigos e co-religionarios, dizendo:—Consentimos que tal presidente vá governar.—Parece á vista disto que o poder executivo tinha perdido toda a acção sobre aquella parte do imperio, que a provincia de Pernambuco achava-se em um estado inteiramente excepcional. (Apoiados.) Mas como mediante a politica que succedeu, toda de paz, de conciliação e de tolerancia (o que não exclue ordem e governo), se restabelecessem as cousas naquella ponto do imperio, e não pudessem os deputados de Pernambuco fazer dependente de sua soberana vontade

a nomeação do delegado do poder executivo, eis-nos agora dizendo o nobre deputado que o Sr. Penna foi alli seguir uma politica de reacção e de violencias, porque para o nobre deputado a provincia de Pernambuco não podia marchar bem sem essa politica salvadora que não consentia ao poder executivo nomear livremente os presidentes, politica que autorizava a deputação de Pernambuco a dizer:—Consenti, meus comprouvicianos, que tal presidente vos vá governar.—Se nisto consiste a reacção do nobre deputado o Sr. Penna, feliz, bemaventurada reacção. (Apoiados.)

Depois, quaes os factos apresentados pelo nobre deputado contra a politica adoptada pelo Sr. Honório Hermeto no governo da provincia de Pernambuco? Quaes os desvios, quaes os excessos desse digno administrador, que mereção uma censura no parlamento? Gritão-se aqui—puzerão-se cabeças a premio; houverão deportações, etc.—Peço ao nobre deputado que não se lance muito neste campo, porque pôde ficar mal; parece-me que entre nós as garantias não de ser só invocadas a favor daquelles que suplantão as dos outros, e opprimem o paiz! Nós entendemos, senhores, que o governo para ser bom deve ser muito fraco, e muito condescendente! Como a politica actual escreveu nas suas bandeiras—justiça e tolerancia,—entendeu-se que a tolerancia devia se converter em suicidio, que tolerar opiniões devia ser o mesmo que tolerar acções criminosas, que permittir os attentados contra a ordem e contra a sociedade, de sorte que o governo vendo uma facção que se rebellava com as armas na mão, devia-se contentar com isto, devia-se deixar morrer! Peço, portanto ao nobre deputado que não se espraie muito por estas considerações de summa benevolencia para com os revoltados, porque dá isso tambem lugar a que nós analysemos os factos horrorosos desses homens em Pernambuco; e então não poderei eu conter-me: fallarei com demasiado calor, e hei de ser chamado muitas vezes á ordem, porque chegarei talvez ao extremo opposto, censurarei mesmo o governo por ter usado de uma politica demasiadamente pacifica. Estarei em erro; mas nunca quereirei ter certas compaixões e humanidade, que redundão no padecimento e na desgraça dos innocentes; fação embora injustiças a meus sentimentos, hei de querer governo justo e forte; não ha de ser perdoadando-se constantemente os máos, que não de se salvar e garantir os bons. Entendo, Sr. presidente, que o sentimento da compaixão, degenerando, converte-se em um sentimento diametralmente opposto; que assim como o fanatismo e a superstição se considerão os maiores inimigos da religião, assim a falsa compaixão e a falsa humanidade são os maiores verdugos do genero humano.

Não invejo essa compaixão satânica, que prantêa uma gota de sangue de um tigre assanhado, e não verte uma lagrima de dôr sobre o lago de sangue de mil cordeiros innocentes. Não imitarei pois o nobre deputado em seus clamores pela sorte dos rebeldes de Pernambuco...

O Sr. PRESIDENTE:—Peço ao Sr. deputado que se cinja á questão; isto vai-se tornando uma discussão de resposta á falla do throno.

O Sr. SOUZA FRANCO:—E' muito máo exemplo.

O Sr. PRESIDENTE:—Os senhores é que provocarão semelhante discussão.

O Sr. VICTOR DE OLIVEIRA:—E' verdade, nós apenas respondemos, e V. Ex. permittio ainda mais que o nobre deputado, querendo impugnar o parecer, fosse tocar em um objecto muito e muito melindroso, qual o estado de nossas cousas na provincia do Rio Grande do Sul. Melhor fôra que o nobre deputado não tocasse em um negocio que ainda não pôde ultrapassar a pasta de

qualquer dos Srs. ministros, que não pôde ser por ora aventado e discutido na casa: quando o gabinete nos der lugar a discutir este objecto, informando-nos exactamente do que alli ha occorrido, poderemos então aceitar a discussão; porém provocal-a desde já, acho um pouco imprudente, muito e muito melindroso.

Agora, Sr. presidente, perguntarei qual o motivo porque o nobre deputado fez distincção entre as qualidades de um presidente para o estado actual das cousas no Rio Grande, e as de um presidente para Pernambuco? Por ventura, no estado actual de Pernambuco, quando esta provincia acaba de sair de uma commoção tão violenta, quando os espiritos quer de um quer de outro lado não estão ainda no seu repouso natural, julga o nobre deputado que a missão de um presidente não deve ser toda pacifica, toda de conciliação, sem que ao mesmo tempo se dispense uma acção energica, e segura, qual elle quer para o Rio Grande do Sul? Em que se tem de estranhar a escolha do nosso collega para a presidencia de Pernambuco? Que precedentes tem elle offerecido em sua vida publica, que dêem lugar a accusal-o de uma politica violenta, e de reacção? Não é elle, pelo contrario, um homem conhecido por seus actos de summa moderação, e ao mesmo tempo de energia, porque sem energia não ha governo?

Mas o nobre deputado explicou bem o seu pensamento: elle disse: « É verdade que o Sr. Souza Ramos não tem precedentes que o desabonem; porém é elle uma figura proeminente no partido cuja politica hoje domina. » Daqui se vê que o nobre deputado o que quiz foi fazer uma censura asperissima ao partido cuja politica governa o paiz; mas em que factos assentou elle essa accusação? Pôde-se acaso arguir conscienciosamente essa opinião politica de tendencias para as provocações, para a violencia e para a desordem? Não é, pelo contrario, o lado opposto que investe sempre armado contra a ordem? Por ventura, forão os homens da politica actual que algum dia se levantáram com as armas nas mãos contra o governo e contra a sociedade? Já se vio que victimas aliás de verdadeira oppressão, tivessem elles algum dia provocado a desordem? Mas vós, pelo contrario, quer fóra do poder, quer mesmo no poder a provocaes: fóra do poder, ahí fallão os factos que agora mesmo estão motivando esta questão; no poder, ahí estão os acontecimentos de Setembro na corte, e de Junho em Pernambuco.

O SR. DIAS DE CARVALHO (com força):—E' uma calumnia, não forão provocados pelo governo.

O SR. PRESIDENTE:—Calumnia não é palavra parlamentar.

O SR. DIAS DE CARVALHO:—Mas é parlamentar dizer que o governo provocou os factos de Setembro?

O SR. VICTOR DE OLIVEIRA:—E será parlamentar dizer que é escolhido um membro desta camara por ser figura proeminente no partido, accusando-se este partido de não querer senão a continuação da desordem em Pernambuco?

Senhores, eu reduzo a questão a termos muito simples; o governo escolheu pessoa em quem confia; e o acto do senado nos obriga de alguma sorte a julgar fóra de duvida a necessidade da dispensa, porque o governo ainda nos não participou que o estado da provincia de Pernambuco deixára de ser deliado: Não quero alongar-me, mostrando que a camara, em muitas circumstancias identicas, tem concedido licença a seus membros para irem administrar diversas provincias; deixo aos membros mais antigos na casa a citação de casos analogos; e mesmo não quero

que se diga que na nossa argumentação usamos só de recriminações; entretanto, me parece que taes licenças nunca forão denegadas, e recordo-me de algumas que se darão até em circumstancias ordinarias, como, por exemplo, a do Sr. Serra, a do Sr. Costa Pinto, a do Sr. Peixoto de Brito, etc., etc. Nem de taes citações eu careço, porque quando fosse esta a primeira licença pedida ao corpo legislativo, eu a sustentaria do mesmo modo; e não tenho podido descobrir procedencia alguma nas observações em contrario: o artigo da constituição é clarissimo; a pessoa nomeada para a presidencia de Pernambuco não merece uma censura qualquer da parte dos Srs. deputados; o governo depositou nella sua inteira confiança; não ha portanto motivo algum para que neguemos a licença pedida. Depois, os nobres deputados que se dizem tão dedicados ao povo, tão entranhados de liberalismo, porque não quererão ver neste acto do governo uma deferencia para com o povo? Que maior deferencia do que a escolha de um homem que é ao mesmo tempo delegado do povo e delegado do governo? Não sei como se possa atacar a nomeação, para se denegar o consentimento pedido; julgo que a escolha não foi feita de modo que pudesse merecer a reprovação da camara; e creio, por consequente, que o parecer está nos termos de ser approvado.

O SR. PRESIDENTE:—Eu tenho por dever não carrear, na minima cousa, as prerogativas dos Srs. deputados: no caso de abuso, antes quero que o haja por excesso do direito do que por diminuição causada por mim: todavia parece-me que o exame sobre a conveniencia da pessoa empregada pertence ao juizo do governo; creio que a vida politica da pessoa empregada pelo mesmo governo não pertence á camara. (Apoiados.) Previno pois que hei de chamar a questão ao ponto sobre que ella deve versar. Convém ou não conceder-se a permissão pedida?

O SR. SOUZA FRANCO:—Peço a palavra pela ordem, contra esta decisão de V. Ex.

O SR. PRESIDENTE:—Não dou a palavra sobre isto, se não agrada ao nobre deputado este meu modo de entender, appelle para a camara.

O SR. MELLO FRANCO:—Sr. presidente, procurarei seguir a conducta que V. Ex. aconselha. Antes porém de principiar o meu discurso, convém que diga á casa que a consciencia da minha insufficiencia fez com que, no tempo em que tive a honra de ter assento nella, nunca tomasse parte em suas discussões. Além desta e de outras razões, que não devo agora expender, occorria a circumstancia de se acharem então aqui alguns dos meus co-religionarios, que ainda hoje terião assento nesta casa se não fóra o peso com que a dictadura esmagou a opinião na minha provincia para preparar a conquista, que, depois, se denominou a eleição de Minas.

Feita esta observação, passo a apresentar algumas razões, porque não posso dar meu voto á licença requerida pelo governo, e o farei com toda a moderação. Eu penso que as circumstancias de Pernambuco, posto que se diga que a provincia esteja pacificada, são ainda muito melindrosas: desejára que o administrador que tivesse de ir promover a pacificação moral, e levar o balsamo indispensavel ás chagas que ainda gotejão sangue, não fosse administrar esse *justiça e tolerancia*, no sentido em que o nobre deputado acabou de fallar, nem tão pouco aquella que foi administrada, e continúa a ser, em minha provincia; desejára que fosse um homem forte, capaz de collocar-se acima de todos os partidos, porque sem esta condição o governo pôde ser violento, mas não forte, como convém aos interesses publicos e á tranquillidade publica. (Apoiados.) Ora, justamente o que não posso acreditar, que

o nobre deputado nomeado presidente para Pernambuco esteja no caso de praticar, á vista dos factos occorridos na minha provincia....

Um SR. DEPUTADO: — Está combatendo o Sr. Angelo Ramos.

O SR. MELLO FRANCO: — Para discutir a administração do ex-presidente de Minas, seria necessario que eu discutisse as eleições da minha provincia, mas nem V. Ex. me permite entrar nesta discussão; nem a occasião é propria, nem ella me parece indispensavel para fundamentar o meu voto; quero pois apresentar alguns factos que mostram que o presidente nomeado não ha de administrar essa justiça que o estado de Pernambuco exige....

Um SR. DEPUTADO: — Pois queria mais moderado e justo?

O SR. MELLO FRANCO: — Eu nunca pedi mais do que justiça, nunca pedi ao governo senão rectidão, e esta nunca houve na minha provincia....

O SR. MENDES DE ALMEIDA: — Nem durante os cinco annos?

O SR. MELLO FRANCO: — Não sei que responda a este aparte; estou me referindo á administração do presidente nomeado para Pernambuco.

E' incontestavel, Sr. presidente, que, apesar de tudo quanto suggerio o espirito de calumnia e a imprensa do governo, a opinião a que tenho a honra de pertencer no momento em que se achou em opposição, declarou que nunca recorreria a meios extra-legaes; a imprensa que sustentamos com alguma força em opposição, procurando acompanhar os actos arbitrarios do governo, proclamou sempre a resignação, e os factos mostrão em Minas quem forão os desordeiros, se a opposição, se os agentes do governo....

O governo foi senhor de nossos segredos, as nossas cartas forão constantemente violadas no correio, forão mesmo publicadas, mas uma só não podia autorisar senão a má fé para presumir que em Minas se projectasse uma desordem qualquer; apesar desta circumstancia, porém, que eu desejára ver contestada com documentos, meus co-religionarios forão, e ainda são victimas da perseguição mais desabrida que é possível imaginar-se.

O Exm. Sr. Souza Ramos no momento em que chegou á provincia de Minas, achando-se na mais profunda paz, procurou informar-se das circumstancias em que alli se achavão as opiniões politicas; viu que não era possível que a conquista alli triumphasse pelos meios ordinarios, em consequencia do que concertou com os membros mais proeminentes do partido dominante que alli se achavão na capital, o plano que aconselhava empreza tão difficil. O seu primeiro acto foi annullar algumas eleições municipaes para ver se, mudando os presidentes das respectivas camaras, conseguia maioria para os conselhos que devião alterar as qualificações que já se julgavão concluidas....

Um SR. DEPUTADO: — Apoiado.

O SR. MELLO FRANCO: — Póde ser que o nobre deputado julgue este procedimento muito regular, mas eu digo, e posso provar com documentos que esta medida não foi dictada por espirito de justiça, foi apenas aconselhada por interesses electoraes....

O SR. FIGUEIRA DE MELLO: — Prova que não tem energia.

O SR. MELLO FRANCO: — Não sei o que o nobre deputado quer dizer com o seu aparte. Entre as annullações de eleições municipaes que tiveram lugar em minha provincia sobressahe a da camara

da Oliveira, na qual o governo, contando com o voto do presidente da camara annullada, deixou a camara annullada funcionar até que o voto do seu presidente fosse aproveitado no conselho de recurso *ad hoc*, que S. Ex. nomeou para excluir grande numero de votantes, e tambem para consumir, como alli fizeram, todos os papeis que constituíam o recurso dos proscriptos. Note-se que depois de annullada a eleição a que me refiro, procedeu-se a outras a 11 de Fevereiro, na qual o povo corrigio a eleição, nomeando os mesmos cidadãos, menos o presidente da camara annullada: esta circumstancia explica o interesse do governo em demorar a approvação da eleição annullada, e em deixar funcionar o presidente della. Apresento este facto para demonstrar a parcialidade do governo, para demonstrar que a administração do ex-presidente da minha provincia não se propóz a outro fim que não fosse a conquista da urna eleitoral....

O SR. PRESIDENTE: — Se o nobre deputado continúa a alargar-se sobre esta discussão, estamos na resposta á falla do throno. (Apoiados.)

O SR. MELLO FRANCO: — Perdão-me V. Ex.; não quero tocar em generalidades, isto prometti a V. Ex. no principio do meu discurso; quero apresentar alguns factos que mostrão que o nomeado....

O SR. APRIGIO: — E' fraco.

O SR. MELLO FRANCO: — Justamente, é fraco como são todos os que governão sem respeito ás leis.

O SR. SAYÃO LOBATO: — A questão é se a camara póde dispensar o Sr. Souza Ramos, e não approvar ou reprovar seus actos.

O SR. MELLO FRANCO: — Se V. Ex. me não consente...

O SR. PRESIDENTE: — Eu já observei que o exame sobre a conveniencia da pessoa nomeada era juizo do governo; rogo pois ao Sr. deputado que se cinja o mais que puder ao ponto da questão.

O SR. MELLO FRANCO: — Procurarei obedecer a V. Ex. Em 27 de Julho de 1849 procedia-se á eleição de um official da guarda nacional no districto de Congonhas; a policia, no momento em que vio que o triumpho era da opposição, entrou no recinto onde essa eleição se fazia, e dissolheu a reunião. V. Ex. me permittirá que justifique isto que digo com as diversas portarias com que a policia se julgou autorisada a fazer essa suspensão, eis-aqui a portaria do subdelegado ao juiz de paz.

« Ilm. Sr. juiz de paz. — Tornando-se a presente reunião dos guardas nacionaes da 1ª companhia do 2º batalhão, na época actual para a eleição dos referidos officiaes, inconveniente, pela manutenção da tranquillidade publica, pelas discussões que se vão tornando irritantes, e por V. S. recusar cumprir com a disposição do art. 7º da lei de 25 de Outubro de 1832, não querendo tomar conhecimento de oito guias legaes dos cidadãos que mostrarão ser qualificados em outras guardas nacionaes, em outros districtos, cujas guias forão apresentadas a V. S. no principio da presente reunião; como tambem vindo tomar parte na presente eleição; exijo de V. S. suspenda a presente reunião afim de consultar ao Exm. governo da provincia.

« Deus guarde a V. S. Congonhas do Sabará, 24 de Junho de 1849. — Francisco Felizardo Ribeiro, subdelegado do districto. »

O SR. PRESIDENTE: — Eu julgo que não posso consentir a continuação desta discussão.

O SR. MELLO FRANCO: — Mas eu, que tenho de dar o meu voto a respeito do pedido que o

governo faz, não posso apresentar os motivos que tenho para negar a licença que se pede? Depois da suspensão irregular que acabo de mostrar com o *firmam* da policia, sem que ao menos a salvação publica pudesse desculpar semelhante intervenção criminosa, o juiz de paz representou ao Sr. ex-presidente da provincia, que nenhuma resposta deu: o que mostra ainda que S. Ex. alli foi mero executor de todas as ordens do partido a que elle pertence....

O SR. APRIGIO: — Isso foi no tempo do Sr. Quintilliano....

Um SR. DEPUTADO: — Não se importe com apartes.

O SR. MELLO FRANCO: — Se V. Ex. me dá licença, farei essa representação a que o Sr. ex-presidente nunca deu resposta. (Lá.)

O SR. PRESIDENTE: — Sr. deputado, a resposta a fallia do throno está breve, então têm cabimento todas estas suas observações.

O SR. MELLO FRANCO: — Eu supponho que com estas observações até offereço ao Sr. ex-presidente de Minas occasião para defender-se.

O SR. SOUZA RAMOS: — E estimo muito.

O SR. PRESIDENTE: — Mas eu é que não posso consentir; sobre mim pesa a responsabilidade da observancia do regimento.

O SR. MELLO FRANCO: — Eu não quero entrar na politica geral, quero apenas apresentar algumas factos, e desejava fazel-o na presença do Sr. Souza Ramos....

O SR. PRESIDENTE: — Mas na occasião opportuna; eu devo observar o regimento....

Um SR. DEPUTADO: — Póde ir continuando; é um desabafo.

O SR. MELLO FRANCO: — Qual desabafo! Quem está apalxonado não se exprime com a moderação e consciencia da razão, como faço. Como já dizendo, o Sr. Souza Ramos, sempre com o proposito de seguir o que lhe determinavão os seus co-religionarios, parece que não tem noticia do assassinato de uma familia quasi inteira na villa de Uberaba, e que lhe fôra denunciado pela imprensa e tambem por uma representação da camara municipal respectiva.

Esses assassinatos tiveram lugar logo que alli chegára a noticia da mudança politica de 29 de Setembro de 1848: uma familia que se julgava com direito á protecção do partido dominante, accommetteu a outra que para logo foi considerada proscripta, e o certo é que os assassinatos em numero de oito ou nove se perpetrarão, e, depois os factos confirmarão que os assassinos se não enganavão na esperança que tinham de protecção e impunidade. Nessa occasião ainda funcionavão as autoridades policiaes que depois forão sem excepção alguma demittidas: ellas instaurarão o processo, mas sendo pouco depois demittidas, o entregarão aos escolhidos pelo governo da justiça e tolerancia, e estes guardarão até que novas medidas fossem completar a impunidade.

O Sr. ex-presidente, nas demissões e alterações que fez dos supplentes dos juizes municipaes em toda a provincia, nomeou um para Uberaba que servio completamente aos criminosos.

Um SR. DEPUTADO: — Isso é necessario provar.

O SR. MELLO FRANCO: — Eu não quero dizer que o ex-presidente de Minas tivesse a intenção de sacrificar o ultimo direito do homem á ferocidade de criminosos da ordem desses que na Uberaba ficarão impunes, mas o facto é, senhores, que logo que se verificarão as contradanças dos supplentes dos juizes municipaes, os assassinos se recolherão á prisão, e o juiz municipal os des-pronunciou.

Este escandalo, Sr. presidente, se deu em minha provincia, porque o governo não tratava de outra cousa que não fosse dispor o material para a conquista que teve lugar em 5 de Agosto: se assim não fôra a representação da respectiva camara municipal, os avisos e admoestações da imprensa opposicionista, terião feito que o governo mandasse alli o chefe de policia.

Um SR. DEPUTADO: — É necessario examinar esse processo.

O SR. MELLO FRANCO: — Ora, eu não esperava ouvir este aparte: pois um juiz póde honestamente despronunciar a assassinos? O mesmo direi a respeito desse outro assassinato perpetrado em Morrinhos, em principio tão negado pela imprensa do governo, cuja existencia foi necessario demonstrar a com a publicação da certidão de obito, que foi remettida de Morrinhos, assim como copia do processo que se instaurára: sómente então foi que se póde convencer ao publico de que o juiz de paz daquelle districto tinha sido victima de suas convicções politicas. Formado o processo, e vendo-se que um homem contrario a esse juiz de paz assassinado, ia ser pronunciado em consequencia de deposição testemunhal, que o indicava como autor do crime, o governo, em vez de deixar continuar o processo em seu andamento regular, nomeou esse mesmo individuo para subdelegado do districto, ficando assim o processo abafado e o crime impunido! Até hoje não me consta que providencias se dessem a respeito desse facto. O mesmo se póde dizer acerca do assassinato do infeliz José Vieira Ottoni, de Minas Novas, e daquelle que teve lugar em Formigas, e que foi um luxu de despotismo, porque até teve lugar depois das eleições, commettido como foi, posteriormente ás chamadas eleições, pela força publica que fôra incumbida de sustentar a ordem e proteger os direitos de todos.

Um SR. DEPUTADO: — Foi mandado pelo Sr. Souza Ramos, não?

O SR. MELLO FRANCO: — Não sou capaz de dizer isto: mas digo que foi commettido pela força publica, sendo o individuo barbaramente esquartelado, do sorte que para ser sepultado foi introduzido em um sacco; digo que esse assassinato foi commettido por soldados conhecidos, que não tiveram o menor incommodo por isso....

O SR. SOUZA RAMOS: — Nem sabe as providencias que o governo deu?

O SR. APRIGIO: — Sabe, mas não quer dizer.

O SR. MELLO FRANCO: — Sei que V. Ex. deu providencias a respeito do assassinato da Uberaba, não sou capaz de dizer aquillo que não sei....

O SR. PRESIDENTE: — Eu appello mesmo para o Sr. deputado: póde continuar a discussão em semelhante terreno?

O SR. MELLO FRANCO: — Sr. presidente, eu vou ser muito breve; permitta-me V. Ex. algumas pequenas considerações....

O SR. PRESIDENTE: — Mas o Sr. deputado dá lugar á defesa.

O SR. SOUZA RAMOS: — Hei de ser muito breve.

O SR. MELLO FRANCO: — Se tenho offendido pessoalmente ao nobre deputado....

O SR. SOUZA RAMOS: — Não, senhor; digo apenas que a minha resposta ha de ser breve.

O SR. MELLO FRANCO: — Eu não gosto de discussões calorosas: queria mostrar que o nomeado, pelo seu excessivo amor ao partido a que pertence, não poderá administrar justiça em Pernambuco, e dizia isto fundado no facto de ter S. Ex. repartido a autoridade de presidente com todos os chefes, ou com os que se dizem chefes do partido a que

pertence nos diferentes lugares da provincia de Minas. Citarei por exemplo, para demonstrar a verdade desta proposição, o facto que teve lugar em Ayuruoca: um individuo alli demittio um official em nome do presidente, e este revalidou a demissão tres mezes depois. Aqui está um documento, certidão passada pelo Sr. Behring, em que se prova o que acabo de dizer. (Lê.)

O ex presidente de Minas, á vista deste facto que casualmente chegou ao conhecimento publico, não pôde hoje dizer que não era exacto o que seus co-religionarios dos diferentes municipios dizião, isto é, que estavam autorizados para procederem discricionariamente, demittindo, prendendo e fazendo tudo quanto exigisse o bom resultado da conquista de 5 de Agosto, que outro nome não podem ter as eleições que alli se fizeram. Além deste facto, que mostra a submissão com que o governo de Minas cumpria as ordens de seus alliados, qualquer que fosse a importancia delles, a circular que o secretario do governo espalhou, e que já foi publicada pela imprensa, mostra evidentemente que tendo passado a época eleitoral, o bem-estar do partido continuou a regular os actos do governo; mostra ainda que o governo não tinha essa força que lhe parecia querer inculcar com as violencias que praticava; pelo contrario, elle foi despota, tyranno, violento com os seus adversarios, e fraco, fraquissimo com os seus alliados...

O Sr. Souza Ramos: — Os factos apresentados o provão! Lêa tambem a circular.

O Sr. Mello Franco: — Eu a lerei. (Lê.)

«Tendo-se retirado desta cidade para a corte os nossos amigos, os Srs. Souza Ramos, Vasconcellos e Teixeira, fui incumbido por elles de me corresponder com V. S., sobre todo e qualquer negocio tendente á prosperidade da provincia, e bem-estar do nosso partido; e por isso tenho a esperar da probidade e reconhecida influencia de V. S., não se negará a dar-me todas as informações tendentes ao mesmo fim. V. S. disponha como lhe parecer deste que com estima e consideração assigna-se, de V. S., amigo e criado. — Antonio José Ribeiro Behring. «Ouro-Preto, 5 de Dezembro de 1849.»

O Sr. Aprigio: — Apoiado! Muito bem dito!

O Sr. Mello Franco: — O bem estar do partido?

O Sr. Aprigio: — A prosperidade da provincia.

O Sr. Mello Franco: — Isto prova que o ex-presidente de Minas era um dos chefes mais proeminentes do partido; mas um chefe que não sabia administrar a justiça, porque curvava-se a todas as exigencias de seus co-religionarios.

Quero apresentar mais um facto, que é o primeiro na ordem dos escandalos que se tem visto em Minas, e que teve lugar nos ultimos dias da administração de S. Ex.; o qual certamente não teria existido, sem ter chegado ao conhecimento de S. Ex. e dos homens que alli se inculcáo como chefes do partido dominante. Este facto foi nada menos que o escandaloso roubo praticado por um particular, é verdade, mas que não teria lugar se por ventura as repartições fiscaes da mesma provincia, que conhecio e censuravão (ao menos alguns dos empregados) a extracção que se fazia: digo que a maioria dos empregados que subscreverão a esse roubo, tendo aliás sempre um comportamento digno, não subscreveria tanta protervia, se actos anteriores não tivessem atestado suas consciencias, se a circular do secretario do governo proclamando o bem-estar dos partidistas da politica dominante não viesse collocar os empregados na alternativa de consentirem no roubo, ou talvez de serem demittidos.

O facto foi que fallecendo em dias de Abril uma

senhora na capital da provincia, que recebia o meio soldo de seu marido, entenderão algumas pessoas que alli exercem influencia, que não devia por tão curto espaço de tempo perder uma pensão que poderia passar á filha dessa senhora se por ventura não se tivesse casado dous mezes antes da morte de sua mãe; obteve-se pois uma certidão falsa do respectivo vigário, e com essa certidão se processarão os papeis, e a pensão foi paga. Note a casa que a lei é muito expressa a este respeito: concede meios soldos ás filhas que na occasião da morte da mãe estão solteiras em companhia dellas; o casamento porém dessa senhora que me refiro teve lugar em dias de Janeiro e a morte de sua mãe em Abril....

O Sr. Aprigio: — Em Janeiro já estava aqui o Sr. Souza Ramos.

O Sr. Mello Franco: — Mas o acto já estava feito. Como dizia, o casamento teve lugar em dias de Janeiro, e a mãe dessa senhora falleceu em Abril; era pois preciso que o casamento se fizesse depois dessa morte, e isto se obteve por meio de uma certidão falsa.

O Sr. Aprigio: — Nem o bispo é disto culpado, quanto mais o presidente!

O Sr. Mello Franco: — Se essa senhora não fosse sobrinha do Sr. Vasconcellos, esse meio soldo não teria sido pago; os empregados de Minas curvárao-se á potencia do dia, não quizerão arriscar-se ás contingencias de uma infracção de regras da politica do bem-estar.... Mas elles tiveram diante dos olhos essa circular recominando o bem-estar do partido!...

Creio que entre tantos factos que occorrerão em Minas, estes que acabo de apresentar mostram que o ex-presidente daquela provincia não teve alli a coragem que se requer em todos os administradores rectos e imparciaes, porque tinha elle necessidade de vencer as eleições, de advogar a causa do bem-estar do partido a que pertence. Assim julgo que não pôde elle ir administrar justiça em uma provincia cujas circumstancias o governo parece reconhecer que são ainda melindrosas, e por isso nego o meu voto á licença pedida. Como S. Ex. já pediu a palavra eu me reservo para fazer ainda algumas observações em relação ao que S. Ex. houver de dizer.

Um Sr. Deputado: — Não pôde mais fallar nesta materia, só tem a palavra uma vez.

Outro Sr. Deputado: — Diga tudo já.

O Sr. Mello Franco: — Fallarei, se me permittirem, depois que ouvir ao nobre deputado.

O Sr. Presidente: — Julgo dever lembrar que, tendo chamado alguns senhores ao ponto da questão, não tenho sido obedecido; por isso previno que, para regular os trabalhos da casa, não, podem continuar desta maneira; se os Srs. oradores, chamados ao ponto da questão, recalcitarem, como têm feito, ver-me-hei obrigado a usar da attribuição que o regimento me permite; porque sobre mim pesa a responsabilidade da ordem dos trabalhos da casa.

A discussão está adiada pela hora.

O Sr. Rezende: — Creio que esta questão não deve ficar adiada como as outras, exige uma decisão prompta....

Um Sr. Deputado: — Já se venceu a urgencia.

O Sr. Presidente: — Perdô-me o Sr. deputado, foi engano meu; venceu-se a urgencia. Continúa a discussão.

O Sr. Souza Ramos: — Eu não tomaria parte nesta discussão se por ventura não estivesse na necessidade de defender-me das arguições

que acaba de fazer-me o nobre deputado por Minas. Não emittirei juizo sobre o parecer da illustre commissão, visto que elle versa a meu respeito; não me declararei tambem o mais proprio para desempenhar a ardua e importantissima commissão de que me encarega o governo imperial, porquanto sou o primeiro a reconhecer a minha insufficiencia para emprego tão alto (*não apoiados*); mas ao governo imperial competindo ajuizar da capacidade daquelles que quer empregar, fez-me a subida honra de depositar em mim sua confiança, e não me cabe senão aceitar-a agradecido. Como brasileiro que desejo contribuir com as minhas debéis forças para o bem do meu paiz, não me recusando nunca a todos os sacrificios que de mim forem para isso exigidos, maior que fosse este, de bom grado a elle me sujeitaria.

As accusações banaes, e destituidas de fundamento, que me foram feitas pelo nobre deputado por Minas, por si farião o meu elogio se eu o solicitasse. A camara não pôde desconhecer que o nobre deputado e seus co-religionarios que foram regeitados pelas urnas da provincia de Minas.... (*Apoiados.*)

O Sr. MELLO FRANCO:— Para isso foi mister lançar mão de violencia.

O Sr. SOUZA RAMOS:— ... se achão na necessidade, na falta do apoio da opinião dos nossos comprouvincianos, de buscar uma desculpa para apparecerem perante o paiz como homens con- cettuados pelos seus concitãdos. E' antigo e bem conhecido o systema do desabafo de que costumão lançar mão aquelles que não achão recurso nas urnas electoraes, quando estas se pronuncião como se pronunciarão na provincia de Minas, com inteira liberdade. (*Muitos apoiados.*)

Principiou o nobre deputado por dizer que quando cheguei á provincia encontrei o partido a que elle pertence resignado a só lançar mão dos recursos constitucionaes para fazer opposição, mas que eu, desprezando esta opposição, entreguel-me ao partido contrario para opprimir, para vexar a opposição; para confirmár esta asserção recorreu o nobre deputado ás publicações da sua imprensa. O órgão principal da opposição na imprensa era o *Itamontano*, publicado, creio eu, em uma typographia do nobre deputado; a epigraphie deste jornal é— *Abatido a contratição! Viva a confederação das provincias!*

O Sr. MELLO FRANCO:— Quando foi isto?

O Sr. SOUZA RAMOS:— A epigraphie do *Itamontano* é esta ainda hoje, e por ahí se pôde julgar de suas doutrinas. Como preparativo de uma opposição constitucional e razoavel, a assembléa provincial, em uma prorogação de poucos dias, fez essas leis que seus proprios autores denominão *barricadas*, tirando toda a acção ao governo! Como preparativo dessa opposição constitucional a conscienciosa esgotarão-se os cofres da provincia de uma maneira que penalisa o coração de todos os mineiros! (*Apoiados.*) Em pouco mais de dez dias, que tantos decorrerão da noticia da queda do gabinete da opinião do nobre deputado, ao encerramento da assembléa provincial, se confeccionarão, e o que é mais ainda, serão postas em execução todas essas leis ferindo a constituição, faltando a todas as conveniencias, destruindo o futuro da provincia.

Importando a verba do orçamento para obras publicas em pouco mais de cem contos de réis, esgotou-se esta quantia, e em poucos dias fizeram-se contractos lesivos e clandestinos que excedião a quantia votada, e oneravão o cofre da provincia com um deficit de quasi cem contos de réis.

O Sr. MELLO FRANCO:— Não apoiado.

O Sr. SOUZA RAMOS:— Consta de documentos

officiaes que têm sido publicados, e que o nobre deputado não pôde, com verdade, contestar.

Sr. presidente, longe de mim o querer fazer recriminações ás anteriores administrações, limito-me por isso a estas considerações como resposta ao que o nobre deputado disse sobre o estado da provincia na occasião em que entrei em sua administração. Os nobres deputados não desconhecem que se eu quizesse descer a recriminações, no longo espaço dos cinco annos alguma cousa encontraria.

Passo, Sr. presidente, a considerar cada um dos factos com que o nobre deputado pretendeu mostrar que a minha administração na provincia de Minas Geraes foi despotica e fraca, que eu fui, além de despota um homem fraquissimo. Como já disse, Sr. presidente, eu reservo aos meus concidadão o ajuizarem a meu respeito, e estou contente com o conceito que de mim formão: não pretendo fazer o meu elogio: limitar-me-hei simplesmente a responder aos factos que o nobre deputado acarretou para comprovar esta accusação, sem duvida a mais pesada e injuriosa que se pôde lançar sobre um funcionario publico.

Di-se o nobre deputado que na provincia de Minas Geraes a correspondencia de seus co-religionarios ficou inteiramente interceptada pelo governo.

O Sr. MELLO FRANCO:—Apoiado.

O Sr. SOUZA RAMOS:—Não me ferindo directamente esta arguição do nobre deputado, visto que a administração do correio esteve sempre debaixo da direcção de um co-religionario do nobre deputado, que com elle foi candidato á assembléa geral para provincia de Minas, não me competiria defender-me della, que antes val ferir a esse seu co-religionario (*apoiado*); mas como qualquer intervenção que eu pudesse ter nessa immoralidade, se por ventura tivesse existido, offenderia o meu caracter, em abono da verdade, eu devo dizer á camara que a asserção do nobre deputado é inteiramente destituida de verdade e de fundamento. Nem uma só vez o governo interveio nessa imaginada interceptação das cartas dos co-religionarios do nobre deputado. A prova disto eu posso apresentar: a imprensa do nobre deputado não publicou constantemente correspondencias da corte? Por onde vão essas cartas? Faltou-lhe alguma?

O Sr. MELLO FRANCO:— Estas vão por telegrapho....

O Sr. SOUZA RAMOS:—E' uma das accusações banaes de que a opposição se costuma servir, e que me dispensava de resposta. Assevero entretanto á camara que a asserção do nobre deputado é inteiramente destituida de fundamento; nem o nobre deputado a prova.

O Sr. MELLO FRANCO:— Provo até com a publicação das instrucções que se expedirão para as eleições.

O Sr. SOUZA RAMOS:—Essas instrucções foram dadas ao Sr. Vasconcellos por um co-religionario do nobre deputado, a quem coube um exemplar.

O Sr. MELLO FRANCO:—Perdõe V. Ex., não é exacto isso....

O Sr. SOUZA RAMOS:— E eu assevero que é verdade, porque o sei perfeitamente.

O Sr. MELLO FRANCO:—Eu assevero que não é exacto.

O Sr. PRESIDENTE:—O Sr. deputado tem sua vez de fallar....

O Sr. SOUZA RAMOS:—Um exemplar das instrucções que a opposição expedio para a eleição

veio ás nossas mãos, pelo modo que tenho dito; mas suppondo que assim não fosse, só porque umas instrucções que se espalhárão por toda a provincia, que forão distribuidas em grande escala, se publicárão, segue-se que o governo interceptava todas as cartas? Tambem os senhores publicárão officios reservados, e ainda ha pouco o nobre deputado leu uma carta do Sr. Behring, que de certo lhe não foi dirigida....

O SR. MELLO FRANCO:—E até tivemos a chapa de V. Ex.

O SR. PRESIDENTE:—Eu peço ao nobre deputado que não interrompa o orador.

O SR. SOUZA RAMOS:—E interceptou-a no correio? Disse o nobre deputado que eu, chegando á provincia, tratei logo de annullar quasi todas as eleições municipaes.

O SR. MELLO FRANCO:—Quasi todas, não; algumas.

O SR. SOUZA RAMOS:—Pareceu-me que o nobre deputado disse — quasi todas.

O SR. MELLO FRANCO:—Não; algumas.

O SR. SOUZA RAMOS:—E' verdade; annullei algumas eleições municipaes, assim como revallidei outras, que, no meu entender, havião sido annulladas sem fundamento legitimo; o que se segue daqui? Todos esses actos meus forão levados ao conhecimento do conselho de estado, e approvados pelo governo imperial de conformidade com as consultas do mesmo conselho. Tão regular e justo foi o meu procedimento, que o mesmo nobre deputado não achou que censurar, fallou sómente do municipio de Oliveira, a respeito do qual disse que eu procedi com parcialidade e injustiça, annullando a eleição e conservando o presidente da camara municipal até a reunião do conselho municipal de recurso. Saiba a camara que não fui eu quem annullei a eleição da Oliveira. Quando as irregularidades da eleição da Oliveira chegarão ao meu conhecimento com a representação de um dos mesarios, não havia tempo de proceder-se a outra, e empossarem-se os novos eleitos em 7 de Janeiro; e como a lei de eleições dá esta attribuição provisoriamente aos presidentes de provincia para o fim de, no tempo marcado pela lei, poderem funcionar os legitimamente eleitos, entendi que o conhecimento da eleição naquellas circumstancias me não competia pela letra da lei; affectei o negocio ao conhecimento do governo imperial, que ouviu a secção do conselho de estado, e annullou a eleição. Se, pois, tivesse havido injustiça neste acto, injustiça que não existio, e tanto assim que o nobre deputado não a arguiu, não me cabe culpa alguma. Havia-se procedido em um só dia a todos os actos da eleição, até á apuração das listas; por este motivo o governo imperial annullou esta eleição; mal cabida é a accusação que me fez o nobre deputado, porque neste acto eu não tive outra parte senão transmittir a representação documentada ao governo imperial, e fazer executar sua justa decisão. Posteriormente ao mez de Janeiro, parece-me que no mez de Fevereiro, se procedeu a nova eleição nesta freguezia. Uma vez que a nova eleição não era arguida de nullidades, não precisava-se de ordem do governo para serem empossados os vereadores.

O SR. MELLO FRANCO:—V. Ex. expedio ordem a 4 de Junho.

O SR. SOUZA RAMOS:—Está enganado; não expedi ordem alguma; a eleição se fez em Fevereiro; posteriormente a este dia a camara municipal remetteu-me a acta da eleição, no que consiste simplesmente a sua obrigação.

Eu accusei o recebimento desta acta; lêa o nobre deputado a minha portaria, e não encontrará nella mais do que isto. Se a camara não empossou os novos eleitos anteriormente á reunião do conselho municipal, deve-se ouvir os vereadores sobre os motivos porque assim aconteceu, para desprevadamente julgar-se; mas neste facto, quando irregular fosse, não ha a menor intervenção do governo. (Apoiados.) Fizerão-se as eleições em Fevereiro; bem sabe a camara que nestas povoações centrais nem sempre se reúnem os vereadores; mesmo dou de barato que tivesse havido má vontade de alguns em comparecer: cabia nas minhas attribuições remover essa dificuldade? Sendo até que nem disso tive conhecimento?

Disse mais o nobre deputado que na freguezia de Congonhas, procedendo-se á eleição de um official da guarda nacional, comparecera o subdelegado e desmanchára a reunião, e que representando o juiz de paz a mim, nenhuma providencia dei áquelle respeito. Era, Sr. presidente, desculpavel, se por ventura fraca como é a minha memoria, eu não pudesse conservar em lembrança todos estes factos com as circumstancias que expõe o nobre deputado; na administração tão complicada de uma provincia tão vasta, podia eu ter-me esquecido deste facto de tão pequeno alcance, até porque na provincia de Minas a eleição dos officiaes da guarda nacional depende da approvação do presidente, que manda proceder a outra desde que lhe não parece bom o eleito; mas felizmente me lembro que este facto se passou como passo a expôr. Reunirão-se os guardas nacionaes para a eleição de um official; havião-se mudado para o districto diversos guardas nacionaes durante o anno, e apresentando suas guias, pretendião ter voto na eleição; a isto se oppoz o juiz de paz com as pessoas interessadas na eleição em certo sentido, houve uma discussão calorosa sobre se estes guardas nacionaes devião ou não ser admittidos a votar. O subdelegado nessa occasião requereu ao juiz de paz para sobreestar no acto e consultar o governo da provincia. Recabi a representação do juiz de paz, e enviei-a ao chefe de policia, que então era interinamente o Sr. Dr. Luiz Antonio Barbosa, afim de informar, ouvindo o subdelegado; o que feito, declarei, em portaria, ao juiz de paz e ao chefe de policia, para conhecimento do subdelegado, solvendo as duvidas propostas que, os guardas nacionaes domiciliares na freguezia, prestando nella serviços, devião concorrer para a eleição de seus officiaes, e que o subdelegado procedeu irregularmente, visto que não devia ter intervenção alguma no objecto da eleição; que a elle juiz de paz competia proceder no acto, sem attenção a semelhantes requerimentos, quando os julgasse impertinentes. Já se vê que nesse objecto eu fiz aquillo que razoavelmente devia fazer, e menos verdadeira é a accusação de que não dei providencia alguma.

Arguição mais séria é a que fez o nobre deputado a respeito do assassinato de uma familia na villa de Uberaba. Disse o nobre deputado que o governo não deu providencia alguma a este respeito.

O SR. MELLO FRANCO:—Eu disse o contrario; eu disse que deu algumas providencias.

O SR. SOUZA RAMOS:—Mas que, ao depois, fazendo uma contradaça de juizes municipaes, vierão os réos para a cadeia e forão despro-nunciados. Estes assassinatos, a que se refere o nobre deputado, tiverão lugar muito antes do começo da minha administração. Logo que tive conhecimento destes factos, expedi as ordens as mais terminantes ao delegado de policia, ás autoridades competentes, afim de que procedessem no caso com todo o rigor da lei, dando conta de suas diligencias; fiz mais: expedi ordens no mesmo sentido ao juiz de direito interino para

fiscalisar e vigiar o procedimento das autoridades, que nada até então tinham feito. Fiz mudanças, é verdade, tanto de autoridades policiaes como na ordem de substitutos de juizes municipaes, mas muito posteriormente. Foi nomeado delegado de policia um cidadão que já tinha exercido o mesmo cargo durante as administrações da opinião do nobre deputado, o Sr. Domingos da Silva Oliveira. Foi removido de 1º substituto de juiz municipal, um individuo que já pelo Sr. Quintiliano havia soffrido o mesmo procedimento, de modo que nada mais fiz a este respeito do que restabelecer o acto de um de meus antecessores, de que se havia recuado, talvez porque, durante o dominio da opinião a que adheira o nobre deputado, não se sujeitavam as administrações a exigencias do partido.

No lugar de primeiro substituto de juiz municipal ficou o Sr. Joaquim Antonio Roza, nomeado por uma das administrações a que adherio o nobre deputado. As ordens que expedi a este respeito são as que ficam expostas; a camara me fará a justiça de acreditar que de outras não podia o governo lançar mão. (*Apoiados.*) Ignoro se estes réos foram depois despronunciados, é facto que não chegou ao meu conhecimento, e o nobre deputado permittirá que eu duvide d'elle, emquanto não for provado; mas supponhamos que foram despronunciados, me parece que sobre mim nenhuma culpa pôde vir deste acto.

Disse mais o nobre deputado que no termo da Januaria, que é o ponto mais distante de Minas Geraes, se commetteu um assassinato, e que, quando a autoridade tratava de tomar conhecimento d'elle, foi o subdelegado mudado, e nomeado para o substituir um individuo que era indiciado neste crime. Parece que foi isto que o nobre deputado disse.

O Sr. MELLO FRANCO: — Podia o governo não saber disto, mas o facto é este.

O Sr. Souza Ramos: — Disse mais que deste assassinato duvidou a imprensa do governo, e que só depois de se ver a certidão é que nelle acreditou. Devo expôr á camara que tendo julgado conveniente substituir as autoridades policiaes do termo da villa Januaria, expedi para isso as ordens precisas á camara municipal; mas esta, julgando desacertado o acto do governo na nomeação do novo delegado, não lhe quiz dar execução, dizendo que o delegado nomeado não tinha prestimo, que era um homem desconhecido geralmente, que ao povo em massa repugnava esta nomeação. Note a camara que eu podia errar nessa nomeação, feita sob informações, para um lugar tão remoto da providencia; mas o delegado nomeado era versador da camara municipal, era eleitor nomeado pelos co-religionarios do nobre deputado, e foi, durante as administrações de meus antecessores, tenente-coronel da guarda nacional, substituto de juiz municipal e subdelegado do districto do Brejo.

Quando eu errasse na nomeação de um individuo, com tantos titulos de confiança das administrações do lado do nobre deputado, não seria este o mais proprio para censurá-me; mas, como disse, a camara municipal entendeu que a nomeação era pessima, e não lhe deu execução, de modo que até o mez de Julho de 1849 funcionarão todas as autoridades nomeadas durante as administrações que o nobre deputado apoiou.

O assassinato, de que trata o nobre deputado, se diz commettido no começo desse anno; assim se houve negligencia em descobrir-se e punir-se o autor do crime, a culpa é das autoridades nomeadas pelas administrações passadas, e que ainda, depois de destituídas, não largarão a jurisdicção. Por muito tempo eu ignorei esse assassinato na freguezia de Morrinhos, que é a raiz da provincia de Minas e Bahia, porque

o governo não tinha correspondencia alguma com as autoridades locais, não havendo sido empossadas as de sua nomeação e confiança. Não posso responder pelo procedimento de empregados que destitui, e que, apazar meu, se arrogarão a continuação nos empregos.

Fallou ainda o nobre deputado em um assassinato commettido em Minas Novas. O nobre deputado ha de estar informado de que o governo deu sobre este objecto todas as providencias que cabião nas suas attribuições, visto que muitas dellas foram publicadas.

O Sr. MELLO FRANCO: — O que se segue dahi é que não foi obedecido.

O Sr. Souza Ramos: — Talvez mesmo saiba o nobre deputado que não me limitei simplesmente ás ordens expedidas pela secretaria do governo, que me dirigi a diversas pessoas importantes, pedindo seu auxilio, sua coadjuvação, afim de se descobrir o autor do assassinato, para ser punido quem quer que elle fosse; fiz mais do que aquillo que em razão do meu emprego era obrigado. Não se descobriu até agora o autor deste assassinato, e que culpa tem disto o governo? Também na cidade de S. João d'El Rei, que é a mais importante povoação de Minas Geraes, se assassinou o juiz municipal Dr. Pantoja, e até hoje a justiça não descobriu o autor deste delicto.

O Sr. MELLO FRANCO: — Não foi na cidade, foi em caminho.

O Sr. Souza Ramos: — Esta circumstancia attenua muito o facto!... Sobre isto eu poderia acrescentar mais algumas observações, mas me parece que basta quanto tenho dito. (*Apoiados.*)

Em Formigas foi morto, por uma escolta, um faccinoroso que acabava de matar um soldado; diz o official que se dera este acontecimento em acto de resistencia; não obstante o governo expedia as ordens mais terminantes para se formar o processo, e para a justiça decidir segundo as provas que houvessem. Note-se que este facto é acontecido pouco antes da minha retirada da provincia de Minas Geraes.

O Sr. MELLO FRANCO: — Foi posterior á eleição.

O Sr. Souza Ramos: — Ainda bem; senão talvez se dissesse que assim aconteceu para fins eleitoraes; deu-se este acontecimento duplamente deploravel; mas pelo governo foram logo expedidas as ordens as mais terminantes para se fazer o processo, e para a justiça funcionar conforme seu dever; dellas deve ter conhecimento o nobre deputado, pois foram publicadas até no *Jornal do Commercio*; depois me retirei da provincia de Minas; se pois não se tem procedido regularmente a este respeito, o que eu ignoro, nenhuma culpa pôde pesar sobre mim. Queria o nobre deputado que durante a minha administração fossem descobertos e presos todos os delinquentes? Isto não acontece nem nas cidades populosas, em que muitas vezes se commettem delictos cujos autores ficam desconhecidos. Accusação mereceria eu se não tivesse recommendado todas as diligencias a este respeito; mas esta accusação o nobre deputado não se encarregou de me fazer. Tratando deste objecto, eu deverei informar a camara que fui sempre em materia semelhante o mais escrupuloso possivel; acredita o nobre deputado que eu nunca tive em mente proteger crimes commettidos por aquelles que defendessem a minha administração (*apoiados*); homens que se manchão com crimes, reputel sempre como inimigos, como adversarios os mais prejudiciaes (*muitos apoiados*); desde o momento em que os conhecesse taes, eu os regeitaria, eu os repelleria com todas as minhas forças. (*Muitos apoiados.*)

O Sr. CARNEIRO DA CUNHA: — Não queremos co-religionarios criminosos.

O Sr. SOUZA RAMOS: — Leu o nobre deputado uma carta que diz escripta pelo Sr. conego Behring, secretario do governo, e a que chamou circular. Não sei ao certo se o Sr. Behring escreveu essa carta, porque a sua data é posterior á minha retirada da provincia: não duvido porém acreditar em sua existencia, até porque a julgo bem cabida. Ficou, depois de minha retirada, na administração da provincia o Sr. barão de Sabará, cidadão muito distincto e respeitavel, mas que já por sua idade, já pelo apartamento em que tem estado dos negocios publicos, não entretém frequentes relações com as diversas localidades da provincia; tambem o Sr. Behring, secretario do governo, as não tinha com as pessoas que podião auxiliar a administração, porque enquanto o nobre deputado e seus amigos não abraçáram a politica que se explica pela epigraphe do *Itamontano*, que ha pouco repeti, o Sr. Behring foi um dos seus mais directos co-religionarios.

O Sr. SAYÃO LOBATO: — Presidente da assemblea provincial.

O Sr. APRIGIO: — E' um cidadão muito distincto e illustrado.

O Sr. SOUZA RAMOS: — E' verdade, o Sr. Behring é um cidadão muito distincto e illustrado. Não se podendo bem governar sem auxilio, e informações exactas e verdadeiras, nada mais natural e razoavel do que abrir o Sr. Behring correspondencia com as pessoas principaes da provincia, pedindo-lhes informações sobre o que fosse em bem da prosperidade da provincia, e em auxilio da administração: entretanto esta innocente carta, escripta em minha ausencia, foi trazida pelo nobre deputado, para provar que eu fui despota e fraquissimo.

Para o mesmo fim contou o nobre deputado uma historia de melo soldo acontecida na provincia de Minas. Este facto, segundo mesmo refere o nobre deputado, aconteceu depois de eu já estar no Rio de Janeiro, pelo menos nunca tive conhecimento d'elle, nem o devia ter, ainda que presente estivesse, porquanto este processo corre por outra repartição diversa, em que o governo não tem intervenção alguma. Entretanto o nobre deputado não hesitou em trazê-lo para provar que eu fui despota e fraquissimo ao mesmo tempo.

Sr. presidente, supponho ter seguido exactamente todos os pontos da accusação que me fez o nobre deputado, respondendo a cada um delles. O nobre deputado, devo acreditar, veio preparado para fazer accusações ao ex-presidente da provincia de Minas Geraes, e á vista do que disse o nobre deputado, sem duvida o mais interessado em que sobre mim pese a condemnção da opinião publica, e das minhas respostas, me parece que continuarei a merecer a mesma confiança com que os meus concidadãos me têm honrado. *(Muitos apoiados, muito bem, muito bem.)*

O Sr. SOUZA FRANCO: — E' facto novo nos estylos desta camara, é facto novo nos estylos de todas as camaras, que quando nomeado um presidente para uma provincia tão importante como a provincia de Pernambuco, seja elle obrigado a descer a defender-se como réo, quando um ministerio que soubesse cumprir seus deveres seria o primeiro logo que fosse accusado o seu agente, a estender-lhe a sua mão e a protegê-lo, e com essa autoridade e força que elle tem, não dos individuos, mas autoridade e força que lhe vem das leis, e lhe vem de mais alto e defendesse a sua nomeação. Senhores, será porque os membros do gabinete entendem que não têm a força moral necessaria para defender seu agente? *(Não apoiados e apoiados.)*

UMA VOZ: — Quem mais competente do que elle para explicar seus factos?

O Sr. SOUZA FRANCO: — Será por isto que devendo tomar a palavra em prol do presidente nomeado para Pernambuco, nenhum dos ministros presentes o faz? Nenhum membro do ministerio tomou ainda a palavra ou a pedido. *(Ha diversos apartes.)* Os nobres deputados admirão-se destas minhas proposições, e ellas os incommodão; mas isto acontece, sempre que elles sentem o alcance de minhas palavras, e que destas factos se pôde comprehender que os Srs. ministros não sabem compenetrar-se da altura da sua missão, não sabem cumprir os seus deveres.

O Sr. APRIGIO: — Dil-o o Sr. deputado Souza Franco.

O Sr. SOUZA FRANCO: — Diz o contrario o Sr. deputado Souza. *(Risadas.)*

Eu não sei, Sr. presidente, se terá ainda lugar discutir-se essa especie de questão, que diz respeito ao modo da discussão, e digo que não sei porque V. Ex. já consentiu que o digno deputado pela provincia de Minas-Geraes, que acaba de fallar....

UMA VOZ: — Do Rio de Janeiro.

O Sr. SOUZA FRANCO: — Sim; deputado do Rio de Janeiro.... Eu me esqueço sempre que o nobre deputado é deputado pela provincia do Rio de Janeiro, e sempre penso que o é de Minas-Geraes. Não sei se V. Ex., que tem permittido que a discussão se estenda, me permittirá tambem defender aos meus amigos das arguições que se lhe têm feito na casa, lançando alguns nobres Srs. deputados estigma geral contra todos seus adversarios. Dir-se-ha que V. Ex. permittio a propria defesa; porém o nobre deputado não se limitou a defender-se, atacou um partido inteiro, e já outro o havia feito.

O Sr. SOUZA RAMOS: — O Sr. não estava presente á discussão.

O Sr. SOUZA FRANCO: — Eu já vou fazer sentir ao nobre deputado que estava bem presente. *(Risadas.)*

O Sr. SOUZA RAMOS: — O Sr. não me mette medo.

O Sr. SOUZA FRANCO: — Eu sabia disto, ninguém é capaz de metter medo ao Hercules de Minas Geraes, e que ha de ser tambem o Hercules de Pernambuco. *(Hilaridade.)*

O Sr. SOUZA RAMOS: — E o Sr. é o almirante do *Caçador*. *(Hilaridade prolongada.)*

O Sr. PRESIDENTE: — Ordem.

O Sr. SOUZA FRANCO: —... Estamos então com armas iguaes, e podemos bater-nos. Sr. presidente, ia eu dizendo que a discussão deve continuar mesmo como defeza; porque, nem o nobre deputado pelo Rio de Janeiro tem procuração de seus amigos para ficar entendendo que elle respondeu por todos elles, nem o meu nobre amigo deputado por Minas Geraes se julga com o direito de pensar que elle disse as ultimas palavras, quando os seus collegas têm necessidade de acompanhá-lo em suas observações. Mesmo no sentido de defeza estão ainda os meus amigos obrigados a tomar a palavra, e espero que V. Ex. o consentirá.

O nobre deputado pela Bahia, referindo-se a constituição, não quiz ter a bondade de a ler. Primeiramente, senhores, lembremo-nos dos factos anteriores, dos estylos desta casa em casos de nomeações muito menos importantes, para provincias em estado muito menos melindroso; nesses casos discutio-se sempre a materia muito amplamente, discutio-se o merecimento pessoal dos nomeados, discutio-se a necessidade de sua sahida da camara; e como em um caso destes negar o direito de discutir a questão sob todos estes pontos de vista?

A constituição diz no art. 34 (18): « Se por algum caso imprevisto de que dependa a segurança publica e o bem do estado, for indispensavel que algum senador ou deputado vá para outra commissão, a respectiva camara o poderá determinar. »

Ha dous termos muito salientes neste artigo. — Se for indispensavel, a camara o poderá determinar. — Se for indispensavel: por ventura é só o governo quem julga se é indispensavel a sahida do deputado? A constituição não o designa. Depois, na expressão — poderá — não estará incluído o direito de exame por parte da camara para que ella se decida a conceder ou não a licença? Se eu entendo que o corpo legislativo tem o direito de censura levado a ponto tal que pôde examinar nos actos anteriores do presidente nomeado, e descobrir ali o alcance da nomeação para lançar o estigma sobre o ministro que tenha feito nomeação escandalosa; como no caso especial da nomeação de um presidente para provincia importantissima, que se acha em um estado tão melindroso como a provincia de Pernambuco, se pôde negar á camara o direito da apreciação das qualidades do nomeado? Entendo portanto que o reconhecimento da indispensabilidade não é privativo do governo, e que se a maioria tem o direito de impôr ao governo a sua politica, porque é da maioria do corpo legislativo que parte a politica que o governo deve seguir, como se pôde negar ao corpo legislativo o direito de examinar o alcance destes actos do governo, principalmente em uma circumstancia tão momentosa como esta?

Tomemos a questão por outro lado. Não é um simples membro da camara de que o governo não vai privar: é sim o chefe da maioria que o governo arranca da camara; chefe é verdade que resignatario, porém que goza de todas as honras do título, como os bispos resignatarios conservão o caracter da ordem, como os chefes principais das ordens religiosas, que ainda depois de demittidos gozão de todas as honras de seu cargo. O honrado deputado é um membro muito distinto da maioria, e para que a camara se resolva a consentir que elle vá de seu seio é preciso que examine a questão em todas as suas partes, que reconheça que no interesse do imperio a nomeação é sustentavel, o que é boa mesmo no interesse dos trabalhos da camara, que o pedido é regular, que é justificavel.

« Se por algum caso imprevisto, etc. » Era occasião agora de nos dizer o ministerio qual é esse caso imprevisto, quaes são as circumstancias da provincia de Pernambuco, se o governo se quizesse compenetrar de que o corpo legislativo, de que o paiz inteiro tem direito de saber o que se passa em uma das mais importantes provincias do imperio. Talvez o governo acredite que é negocio seu, que não tem obrigação de dar contas a ninguém, e talvez por isto os nobres ministros não tomem a palavra. Pergunto eu: ha alguma cousa de novo e de imprevisto na provincia de Pernambuco? Era imprevista para os nobres ministros a pacificação daquelle provincia? Era imprevisto para os nobres ministros que o digno senador que dirige a provincia de Pernambuco não quereria, não poderia, por um momento mais, demorar-se na presidencia daquelle provincia? Existe, portanto, este caso imprevisto de que depende a segurança ou o bem do estado? O honrado deputado pela provincia da Bahia como que nos quiz figurar a provincia de Pernambuco em um estado de guerra, e tanto assim nos figurou o estado daquelle provincia, que quer que os mesmos motivos que levárão o senado a votar a favor da licença para o Sr. Honório, nos decida agora a votar pela dispensa do nobre deputado pelo Rio de Janeiro; quer comparar o estado da provincia de Pernambuco nesse tempo com o estado da provincia

de Pernambuco agora. Eu disse ao nobre deputado pela Bahia, em um aparte: Quer fazer ao conselheiro de estado presidente da provincia de Pernambuco a injustiça de suppor que elle se retira antes de ter pacificado a provincia? Quer continuar na idéa que ha grandes trabalhos, que ha ainda grande luta, para que a gloria possa caber e vá locar ainda a este novo pacificador da provincia? E decididamente que se ha merecimento na pacificação de Pernambuco, elle não pôde ser posto em duvida a quem pertença.

O Sr. APRIGIO: — Está lançando sua ponte de passagem.

O Sr. SOUZA FRANCO: — Eu não estou lançando ponte, e se o estou quebro-a logo.

O Sr. APRIGIO: — Não é com V. Ex., não.

O Sr. SOUZA FRANCO: — Eu estava á espera da apresentação do parecer sobre a indicação do honrado deputado por Pernambuco para discutir esta questão; ha dias que tenho desejado que elle appareça para conhecer dos factos da provincia de Pernambuco, para saber ao certo a quem cabe o merecimento da pacificação desta provincia, se ao seu presidente, ou se principalmente aos das provincias das Alagoas e Bahia.

Senhores, além da opinião que tenho, e que não pôde ser contestada, de que é preciso um caso imprevisto, que não appareça, para que se conceda uma licença destas, ainda temos uma circumstancia a examinar, e é qual a politica que o governo pretende seguir para a provincia de Pernambuco, se é a que nós desejaríamos que fosse seguida. Abdica a camara dos deputados o direito que tem de impôr ao governo sua politica para a direcção dos destinos do paiz, de sorte que não deseje e precise saber em occasião tão importante que politica é que vai seguir em Pernambuco o presidente nomeado? Ha poucos momentos, quando o meu nobre collega pela Bahia fazia algumas observações a este respeito, e comparava a politica a seguir-se com a provincia de Pernambuco com a outra que se está seguindo na provincia do Rio Grande do Sul, V. Ex. não quiz consentir que o nobre deputado continuasse.

Senhores, por ventura os factos a que alludio o nobre deputado não são do dominio do publico? Por ventura o honrado deputado pela provincia do Rio de Janeiro, que tem communicações muito intimas, direi mesmo communicações fraternas com a policia do Rio Grande do Sul, não revelou nesta casa que este projecto de que ha dias se trata para a punição de certos crimes na fronteira, tinha por fim punir os assassínios, os roubos que estão sendo perpetrados na fronteira da provincia? Eu não ousei contestar o nobre deputado, não posso em materia destas fixar uma opinião contraria, quando tenho em frente o nobre deputado, que pôde fallar com conhecimento de causa, e tem informações da policia da provincia, das quaes lhe consta que são roubos e assassínios os factos que se dão actualmente na fronteira. Eu não estou preparado para contestar ao nobre deputado; duvido de suas asserções, e duvido muito, mas não o posso contestar, e a este respeito chamarei em meu soccorro as vozes dos nobres deputados pelo Rio Grande do Sul, para que declarem se são assassínios e roubos que se estão commettendo na sua provincia, e se são precisas essas providencias que se tomão para seu prompto e severo julgamento pelos juizes de direito.

O Sr. SÁXIO LONATO: — O nobre deputado não precisa de informações, porque as fabrica á sua guisa.

O Sr. SOUZA FRANCO: — Ao menos não as faço querendo fabricar agora quando as peço aos nobres deputados pela provincia, e por isso me-

receria antes os elogios do que a censura do nobre deputado pelo Rio de Janeiro, e tanto mais quanto dando peso ao que diz o nobre deputado que tem communicações fraternaes com a provincia do Rio Grande do Sul, não ousou contestar suas palavras de que se estão commettendo roubos e assassinatos, e somente peço informações.

O SR. SAYÃO LOBATO :— Quando disse eu isto ?

O SR. SOUZA FRANCO :— Quando justificou o julgamento desses crimes pelos juizes de direito.

O SR. SAYÃO LOBATO dá um aparte que não ouvimos.

O SR. PRESIDENTE :— O nobre deputado já pediu a palavra, e poderá responder ao orador...

O SR. SOUZA FRANCO :— Os nobres deputados pelo Rio Grande que digão se são assassinatos e roubos que estão alli commettendo, ou o que é que são.

Sr. presidente, V. Ex. não pôde negar-se não só a oque é dos estylos da casa, como ao que pede a boa razão : o que vamos nós fazer ? Vamos, em obediencia á constituição do imperio, julgar da dispensabilidade de um membro da casa ; e quando votassemos no sentido da dispensabilidade, nunca poderíamos ter intenção de consentir na enviatura de um empregado que em nossa opinião vá antes commetter males, e fazer continuar o estado de desgraça de uma provincia, do que o estado de pacificação que ella precisa. Não estou dizendo que o honrado deputado irá fazer antes o mal que o bem, mas sim que temos direito de examinar se é o nobre deputado ou não a pessoa propria para desempenhar esta commissão ; aliás o nosso voto seria um voto cego, e então melhor seria que viesse uma ordem á camara para dispensar o membro nomeado, e obedecer-lhe sem votação.

Eu não posso entrar no exame dos factos que o nobre deputado pela provincia do Rio de Janeiro praticou na provincia de Minas Geraes ; quero referir-me simplesmente á questão havida entre elle e o meu honrado collega deputado por aquella provincia. Uma das duas opiniões deve prevalecer ; para mim uma está prevalecendo em minha convicção. Segundo o meu honrado collega, o ex-presidente de Minas Geraes encontrou todas as cousas em ordem, encontrou a provincia pacifica e resignada, encontrou os cidadãos promptos a defender seus direitos, porém de nenhuma sorte dispostos a oppôr ao presidente obstaculos ao desempenho de suas attribuições legaes e constitucionaes ; e o que fez esta ? Saltou por todos os principios, violentou a provincia para fazer predominar uma politica que não era a politica da maioria da provincia, e que ella rejeltava. Na sua exposição, o nobre ex-presidente encontrando uma provincia, que mezes antes da sua chegada se tinha toda preparada para oppôr ao delegado do governo uma resistencia invencivel á influencia legal da sua autoridade, foi obrigado a saltar por todas as regras e principios, e com a clava de Hercules que empunhára desfez, destruiu o nó gordio dos agitadores, e pôde salvar a provincia de Minas Geraes superou todos os obstaculos que se lhe oppunhão.

O que portanto é certo, é que o honrado deputado é uma especie de Hercules moderno, muito proprio para saltar por cima de todas as difficuldades, para não respeitar nem a constituição nem as leis, quando entenda que deve salvar as provincias no sentido da opinião sustentada por um nobre ministro da corôa, de que para salvar uma provincia é licito infringir a constituição, destrui-la mesmo ? E perguntarei eu :— Estando a provincia de Pernambuco pacificada, como consta dos documentos officiaes, exige-se que para lá vá um desses braços de ferro sempre pesados sobre as populações, e que não podem ter as mãos macias e brandas,

indispensaveis para curar as chagas que tem soffrido aquella provincia ? Entende por ventura a camara que o nobre deputado que se diz proprio para as crises extraordinarias, para os grandes actos de violencia e arbitrariedade, seja o mais proprio para um caso de simples pacificação moral, para curar as feridas sangrentas de uma provincia submettida e resignada ?

Senhores, trata-se de uma provincia importante, trata-se da importantissima provincia de Pernambuco, e não sei eu quem entra agora na discussão dos factos anteriores, lembrando queixas que é preciso esquecer ; mas V. Ex. não me pôde negar nesta occasião que eu diga duas palavras em resposta ao nobre deputado pela Bahia. Ao mesmo tempo que elle dizia que o governo não governára em 1848 a provincia de Pernambuco, que estava entregue á dominação de seus deputados, sustentou que o governo provocára os desordens de Junho naquella provincia. E o nobre deputado, pouco conhecedor dos factos da nossa politica anterior, citou em seu apoio cartas que diz escriptas na occasião em que tratando-se da nomeação de um presidente da provincia se dizia : « Lá vai o nosso Thomaz Gomes dos Santos, » no entretanto que o ministerio não nomeou esse distincto brasileiro, porém o Sr. Costa Pinto. E era este o facto com que pretendeu mostrar que o ministerio de 31 de Maio, e anteriores, entregáram a direcção da provincia á sua deputação.

Como o nobre deputado não vio que se contradizia a si mesmo ? E este mesmo facto é sufficiente para demonstrar que não havia esta subordinação do ministerio ; no entretanto que hoje mesmo se nota que o ministerio é dominado por alguma deputação, e quando um deputado é accusado, é pronunciado em uma provincia, immediatamente se a deputação exige que o ministerio, contra todas as regras, remova o magistrado que cumprio o seu dever, o ministro da repartição cumpre a ordem da deputação, e o magistrado integro, o Sr. Gudey, é removido da comarca.

Se o nobre deputado dissesse que na politica que predominou nos 5 annos de 1844 a 1848, as maiorias tinham na direcção do pais aquella influencia que é dada ás maiorias, o honrado deputado teria razão ; porém diria cousa contraria á sua opinião, porque a opinião do nobre deputado, é que as maiorias não devem ter influencia na direcção politica do pais, e tanto o não quer o nobre deputado, que, além das opiniões que sustenta, aponta hoje uma administração, uma politica que é repellida pela maioria dos brasileiros. (Não apodados e apoiados.) Todas as suas opiniões e suas providencias são no sentido de coarctar aos brasileiros o direito de intervirem nos negocios do seu pais, são no sentido de coarctar todos os meios de intervirem nas eleições, nos julgamentos como jurados, e não sei que meios mais se inventarão para acabar completamente com este phantasma de constituição que ainda agora subsiste.

O estado de Pernambuco é ainda muito melindroso : não tenho os esclarecimentos precisos para formar opinião exacta a respeito do modo por que foi pacificada aquella provincia ; mas diz-se geralmente que a pacificação final, e dispersão das ultimas forças, fôra effeito de ajuste, e de perdão assegurado aos principaes chefes dos revoltosos. Se a provincia de Pernambuco é afinal pacificada por meio de perdão áquelles que se conserváram com as armas na mão até os ultimos momentos da desordem, não será esta mesma politica a mais propria para ser aconselhada a respeito dos outros menos comprometidos, e que jazem nas prisões, ou expatriados ?

Na opinião do nobre deputado pela Bahia são medidas inadotaveis as de perdão, generosidade

e esquecimento, e sómente lhe agradao as medidas fortes, as violentas e de extrema repressão. E' o governo forte pela violencia que, na opinião dos entendedores, é de todos o mais fraco, e o repellimos porque para nós só é verdadeiramente forte o governo que se firme na opinião do paiz (*apoiados*), na exacta execução das leis, na legalidade de seus actos, e no cumprimento religioso da constituição do imperio. (*Apoiados.*)

Eu ia dizendo que a pacificação conseguida e o perdão que se diz concedido, ou tão sómente assegurado por empregados de alta gerarchia, que o não de conseguir realisar em cumprimento de suas promessas, ao que parece autorisadas, porque allás as não farião, não inculcão por si mesmo a conveniencia de estender estas medidas á provincia toda e de derramar sobre todo Pernambuco o balsamo consolador do perdão e esquecimento? E se é esta a politica que as circumstancias do paiz aconselhão, não devemos esperar que seja neste espirito a nomeação do novo presidente? Que sabendo usar a clava de Hercules possa menear com mais vantagem o ramo de oliveira, e infunda aos habitantes perseguidos e atemorizados esperanças de uma administração pacifica, moderada e justiceira?

Senhores, tanto mais me julgo obrigado a sustentar a necessidade de derramar esse balsamo consolador sobre as feridas de Pernambuco, quanto me fundo em duas circumstancias de muita ponderação: a primeira é que as desordens de todas as provincias do imperio forão sempre pacificadas afinal por meio do esquecimento e do perdão....

O Sr. VICTOR DE OLIVEIRA: — Temos ganho muito com isso...

O Sr. APRIGIO: — O senhor censurou a das Alagoas.

O Sr. SOUZA FRANCO: — E até a de S. Felix teve sua amnistia... o nobre deputado ha de se lembrar della. (*Risadas.*)

O Sr. APRIGIO dá um aparte que não ouvimos.

O Sr. PRESIDENTE: — Attenção!

O Sr. SOUZA FRANCO: — O nobre deputado ha de lembrar-se da tal republiqueta de S. Felix, que mesmo desordem republicana ella obteve seu perdão, posto que essas repubblicas como a de S. Felix não nos dão cuidados. (*Risadas.*)

O Sr. APRIGIO: — O que sei é que fez uma revolução nas Alagoas, e depois fugio.

O Sr. PRESIDENTE: — Peço ao nobre deputado que não interrompa ao orador.

O Sr. APRIGIO: — Eu não o estou interrompendo.

O Sr. PRESIDENTE: — O nobre deputado está dando apartes.

O Sr. APRIGIO: — Estou no meu direito.

O Sr. SOUZA FRANCO: — O Sr. presidente está me dando razão, porque bem vê que não sou eu que estou interrompendo ao nobre deputado, e que o provooco. Entretanto o nobre deputado vai seguindo o seu fim, que é atrapalhar-me, fazer-me perder o fio do meu discurso. Os nobres deputados não querem que eu revele certas verdades (*oh! oh!*), e por isso dão apartes para me interromperem e perturbarem.

O Sr. APRIGIO: — Qual! O senhor é imperturbavel. (*Risadas.*)

O Sr. SOUZA FRANCO: — Dizia eu, Sr. presidente, que duas circumstancias de ponderação servião de base para que eu insistisse na necessidade de lançar esse balsamo consolador do perdão e esquecimento sobre as feridas de Pernambuco: a

primeira é que em todas as provincias a pacificação moral dellas, depois da compressão material, tem sido conseguida por meio de amnistia. Entenda-se bem que a minha opinião é, e foi sempre, que deve o governo lançar mão das armas para repellir com força aquelles que dellas lanção mão, e mais forte ainda do que elles, e logo e promptamente; cumpre porém em primeiro lugar não ter dado causas a esses rompimentos; cumpre, em segundo lugar, procurar primeiro desarmar pelos meios brandos, se for possível, os resistentes; mas quando não seja possível, ninguém negará ao governo o direito, e tambem a obrigação de reprimir immediatamente pela força a resistência armada. Uma vez porém que o tenha conseguido, que tenha mostrado sua força, o meio de melhor pacificar os animos tem sido até hoje, e é provavel que continue a ser por muito tempo, o perdão e a generosidade....

O Sr. APRIGIO: — O senhor censurou a das Alagoas.

O Sr. SOUZA FRANCO: — O nobre deputado nem sabe a historia contemporanea; lêa os meus discursos, e verá o contrario.

O Sr. APRIGIO: — E' lá mesmo que vejo.

O Sr. SOUZA FRANCO: — A segunda circumstancia, Sr. presidente, em que me fundo, é que tambem ha nessa provincia condemnada pelos factos criminosos diversas pessoas que ninguém que tenha conhecimento da materia, pôde deixar de reconhecer que o forão illegalmente, que forão condemnações feitas contra todas as leis do paiz (*não apoiados e apoiados*); e agora repetirei, senhores, o que ainda hontem dizia o nobre deputado pela provincia da Bahia, que se o poder moderador serve para corrigir algumas vezes os máos julgamentos, os julgamentos irregulares, tem elle occasião, de fazer esquecer essa nodosa lançada na administração da justiça criminal da provincia de Pernambuco por esses julgamentos manifestamente illegaes.

O Sr. NABUCCO: — A nodosa é o crime.

O Sr. SOUZA FRANCO: — E' exacto que a nodosa é o crime, mas quando a punição não é feita segundo as leis; reveste-se tambem da natureza de crime, e é verdadeira nodosa.

O Sr. NABUCCO: — Isso é que é necessario provar.

O Sr. SOUZA FRANCO: — Sr. presidente, a todo momento os honrados deputados, e ainda ultimamente o illustre membro pela Bahia, nos censurão, ou censurão aquelles que não vertem, dizem elles, uma só lagrima sobre tantos rios de sangue! (*Apoiados.*) Senhores, é uma injustiça revoltante que nos accuséis de não vertermos lagrimas sobre esse sangue derramado, nós que o deploramos todos os dias. (*Apoiados.*) Mas se verter lagrimas é só accusar os compromettidos, consenti que quando ha tantas vozes para accusar, ao menos as nossas sejam principalmente para defender os opprimidos (*apoiados*), e que, sem negarmos que houvesse crimes nesses factos, não tomemos por tarefa nossa o accusal-os, quando, em grande maioria, vós a desempenhaiis completamente, e podeis dispensar nossa coadjuvação.

Mas, senhores, é ou não um facto que em todas as provincias a pacificação moral se tem conseguido por meios de generosidade pelo perdão e esquecimento, e pelas amnistias?

O Sr. HENRIQUES DE REZENDE: — No Pará, não.

O Sr. SOUZA FRANCO: — Essa questão pôde tornar-se um pouco longa, e eu desejára que o nobre deputado a apresentasse em occasião propria em que eu pudesse trazer documentos precisos para o contestar, e para mostrar que tambem

foi o perdão e o esquecimento quem concluiu a pacificação da minha provincia.

O SR. HENRIQUES DE REZENDE: — Ainda estão dous em Fernando.

O SR. APRIGIO: — Da Bahia tambem.

O SR. SOUZA FRANCO: — Quando em 1814 para 1845 se concluiu a guerra do Rio Grande do Sul, não ha ninguem que não saiba que esta vantagem para o paiz, esta congrassação dos brazileiros (e tal foi ella que não é da parte destes que o governo encontra as difficuldades que vai encontrando no Rio Grande do Sul)...

O SR. JOBIM: — Tambem da parte delles.

O SR. SOUZA FRANCO: — ... foi devida aos meios brandos e pacificos, aos meios de perdão e esquecimento. Quando em 1842 duas importantes provincias, a de Minas Geraes e a de S. Paulo, tiveram seus movimentos politicos, a pacificação moral destas provincias foi conseguida em 1844 pelos meios de conciliação, pelos meios brandos, pelos meios generosos e de perdão. Quando em 1840....

O SR. APRIGIO: — E quatro nas Alagoas....

O SR. SOUZA FRANCO: — Essa revolta foi pequena e não precisava menção, mas como o honrado deputado traz-m'a sempre á lembrança, eu o acompanharei, dizendo que quando na provincia das Alagoas fez-se uma sedição injustificavel contra o presidente della....

O SR. APRIGIO: — Se ha alguma justificavel, essa é uma.

O SR. SOUZA FRANCO: — Quando quizer entrar nesta questão, estou prompto, até porque me dará occasião de fallar tambem no tal plano de republica de S. Felix. (*Risadas geraes.*)

O SR. PRESIDENTE: — Attenção.

O SR. APRIGIO: — Cito-o para a resposta á falla do throno.

O SR. SOUZA FRANCO: — Creio que o nobre deputado ainda está megoado de ter abortado o seu plano, não é assim? (*Continua a hilaridade.*)

O SR. APRIGIO: — Nunca tive taes planos. Conclua, que não tem dito nada.

O SR. SOUZA FRANCO: — Eu ia dizendo que essa revolta da provincia das Alagoas tambem foi pacificada por meio do perdão e do esquecimento. A revolta do Maranhão, tão assoladora como ella foi, acabou completamente com a amnistia geral do anno de 1840. A do Pará em 1835, 1836 e 1837, tambem foi concluida pela amnistia parcial de 1839, que eu pedi, e conseguí, e pela amnistia geral de 1840, por occasião da maioridade.

O SR. HENRIQUES DE REZENDE: — Ainda estão dous em Fernando.

O SR. SOUZA FRANCO: — Creio que por crimes individuaes....

O SR. HENRIQUES DE REZENDE: — Não, senhor.

O SR. SOUZA FRANCO: — e por terem quebrado as condições com que lhes foi concedido o perdão.

Portanto, Sr. presidente, a minha opinião é que mesmo para fazer com que esses filhos da provincia de Pernambuco, que empunharam as armas, tenham mais um motivo para se arrependerem de seus actos, um perdão geral, na occasião presente, era a todas as vistas salutar. Mas V. Ex. sabe muito bem que na concessão do perdão não está a grande difficuldade; porém em sua execução, e nos meios empregados para congrassar os animos, e que a pacificação moral da população depende muito da habilidade e das maneiras do administrador. É necessario,

portanto, que para este fim seja escolhido um cidadão que não saiba somente descarregar a clava de Hercules sobre os opprimidos, e quem sabe se tambem sobre os oppressores, sobre a população inteira?

Senhores, admirou-me que o honrado deputado nomeado para presidir a provincia de Pernambuco, não nos dissesse uma só palavra de esperança quanto a seus planos, sobre suas vistas da administração; não nos assegurasse de seus desejos de congrassar os animos divididos, não nos promettesse que as suas intenções são antes cicatrizar as chagas de Pernambuco, do que as ir reabrir pela compressão para que sangrem e se aggravem. Eu, portanto, por mais esta razão, e porque as noticias de Minas Geraes devem chegar á provincia de Pernambuco, não darei meu voto para a licença de um empregado que precisa defender-se, e que se não apresenta como salvo de toda a censura; e por estes motivos hei de votar contra o parecer da commissão.

O SR. Euzebio de Queiroz (*ministro da justiça*): — Se alguma vez o governo pôde dispensar-se de explicar os motivos porque pede á camara a dispensa de um de seus membros para empregal-o em uma commissão, é certamente quando, como agora, esses motivos são de publica notoriedade, já pelas circumstancias da provincia, já pelas qualidades do escolhido.

Quando as circumstancias melindrosas da provincia de Pernambuco são geralmente conhecidas e confessadas até pelos nobres membros da opposição que impugnão a licença; quando o nome do administrador escolhido e um dos nomes mais conhecidos no paiz pelos seus serviços, pelos seus talentos, pela sua energia, e ao mesmo tempo pela moderação com que tem sabido conduzir-se na administração de diferentes provincias que lhe têm sido confiadas, parece-me que o simples pedido da licença contém já em si o pensamento do governo claramente enunciado — a necessidade de dar a Pernambuco um administrador habil, um administrador energico e ao mesmo tempo moderado. (*Apotados.*)

Ora, tantos requisitos não são facéis de se encontrar por toda a parte. Eis-nos pois chegados áquelle caso em que a constituição do imperio, providente como é, autorisa ao governo a escolher os presidentes da provincia d'entre os membros da representação nacional, e em que a constituição disse ao governo: — Ide á camara, pedi seu consentimento para que algum de seus membros, abandonando o posto de honra que exerce, vá em outro lugar prestar importantes serviços ao paiz. — Nestas circumstancias, uma camara que honra ao governo com sua confiança, uma camara que conhece as melindrosas circumstancias da provincia para cuja administração pede-se a dispensa de um seu membro, e que conhece por outro lado a capacidade do administrador escolhido, não pôde hesitar um momento; só o espirito de opposição, que não censuro, mas que reconheço nos nobres deputados, poderia suscitar um debate como temos visto, desviado inteiramente do verdadeiro ponto em que deverá ser collocado.

Não acompanharei portanto a discussão nesses desvios que tem tido; não examinarei agora historias de eleições, comportamento de presidentes, conveniencia de amnistia e outras divagações semelhantes, que breve poderão ser examinadas com o desenvolvimento necessario quando se discutir o voto de graças; entendo mesmo que a escolha do governo dispensava explicações; mas não posso realmente fugir ao desejo de mostrar á camara a maneira porque as diversas posições influem e alterão as opiniões, mesmo dos homens que em seu amor proprio se julgão habilitados para dar lições a todos. A camara acaba de ouvir ao nobre depu-

tado pelo Pará sustentar que é paradoxo o dizer-se que a camara não é competente para conhecer, para esmerilhar se os individuos nomeados têm ou não as habilitações necessarias para presidirem as provincias para que têm de serem mandados, e censurar o governo por não entrar na analyse das qualidades da pessoa nomeada. Ora, eu não concordo com a opinião que vou ler do nobre deputado, mas penso que ninguém poderia responder melhor ao Sr. Souza Franco, deputado pela provincia do Pará, do que o Sr. Souza Franco, ministro dos negocios estrangeiros (apoiados), e por isso passo a ler o que elle disse na sessão de 24 de Agosto de 1848, quando se tratava da saída do Sr. Lisboa Serra, nomeado então presidente da provincia da Bahia.

« O Sr. SOUZA FRANCO (ministro dos negocios estrangeiros):—Seguido sempre, na qualidade de deputado, e seguirá ainda agora, o systema de discutir as materias sobre que ha uma votação a fazer, e não aquellas sobre que não ha votação, e de desenvolver as proposições que tenham relação com a materia sobre que tenha de haver votação. Ora, pedirá aos Srs. deputados que declarem em sua consciencia se entendem que possa haver votação sobre a demissão do presidente da Bahia. Seguramente dirão que não; e se é assim para que discutir essa demissão?

« Perguntará ainda se esses senhores podem dar voto sobre a nomeação que o governo acaba de fazer? Dirão que não. Essa nomeação compete ao governo *ella está feita, será executada*; o que pois poderão fazer os Srs. deputados era censurar o governo; mas qual o resultado dessas censuras em uma occasião em que a camara não tem de conhecer do merecimento dellas? Essas censuras não têm cabimento. Que resultado se quereria tirar? Que a demissão e a nomeação se revogassem? Certamente ninguém quererá sustentar isto. Por consequencia, toda a discussão sobre a nomeação e demissão não pôde ter resultado algum; e se os Srs. deputados insistirem, condemnão seus precedentes, condemnão as proposições por elles sustentadas em outro tempo, condemnão os principios que professão.

« Como foi citada a constituição, lê o art. 84, e mostra que os casos imprevistos de que falia o artigo são as circumstancias que determinarão a demissão do presidente. O julgamento destas circumstancias, a apreciação dellas é do governo; o governo já se pesou, já demittio o presidente da Bahia. Diz mais o artigo:—«De que dependa o bem do estado. — Demittido o presidente, é em regra de necessidade, que o seu successor parta immediatamente, quando não ha bastante confiança nos que têm de substituir no lugar o presidente demittido: a apreciação desta necessidade é do governo; não pertence aos Srs. deputados votar sobre ella.

« O que resta pois é examinar se é indispensavel que um Sr. deputado saia para outra commissão, isto é, se é indispensavel que parta o Sr. deputado que foi nomeado para esta commissão. Indagará a especie a que razoavelmente se pôde entender que se refere o termo *indispensavel*. Será a necessidade da presença do Sr. deputado nomeado na Bahia? Não, porque o conhecimento desta indispensabilidade compete ao governo. Logo, o termo *indispensavel* é em relação á falta que faz na camara o Sr. deputado. E' esta a intelligencia que o orador liga ao artigo. A quem nomeia um deputado para um lugar e que compete julgar se elle é indispensavel naquella lugar; mas pôde acontecer que, ao mesmo tempo que o governo julgue indispensavel que o Sr. deputado saia, a camara julgue tambem indispensavel que elle fique; a constituição pois não quiz que ficasse simplesmente ao corpo legislativo o julgar dessa indispensabilidade, porque podia o poder

executivo (por uma excepção, porque o orador não julga o caso muito possivel) querer apartar da camara um de seus membros nomeando-o para uma commissão.

Para não fatigar a camara, lerei o final deste discurso:

« Entende pois que a discussão deve versar sobre este unico ponto:—se a presença do Sr. deputado do Maranhão é de tal sorte indispensavel na casa que elle não deve sair della, e se nesta nomeação houve alguns maneios pelos quaes o governo procura unicamente separar da casa um de seus membros que lhe é indispensavel. —Todas as mais questões lhe parecem extemporaneas, e tendentes a exorbitar das attribuições que pertencem a cada um dos poderes do estado, e trazem em resultado a demora de uma medida que o governo julgou necessaria.

« Pede á camara que, compenetrando-se desta verdade, discuta o que deve discutir nesta materia. »

(Crusdo-se alguns apartes.)

Declaro novamente á camara que não partilho, ainda hoje, a opinião do nobre deputado pelo Pará, quando era ministro dos negocios estrangeiros. Eu reconheço que a camara tem o direito de examinar, até certo ponto (apoiados) a conveniencia da dispensa; mas parece-me que entrar nessa indagação do que fez esse nobre presidente quando servio em uma outra provincia, ir examinar a historia das eleições dessa provincia, apresentar factos (perdoe-me o nobre deputado) tão pequeninos como os que foram apresentados, e que apenas servirão para fazer sobresahir quanto teve de irreprehensivel a conducta desse nobre presidente (apoiados), é o que me parece muito improprio para occupar a attenção da camara, quando ella trata de examinar se é ou não bem concedida a dispensa do nobre deputado pelo Rio de Janeiro.

Feitas estas considerações, a camara poderá bem apreciar quaes os verdadeiros motivos por que a nobre opposição hoje quer contestar o direito que o governo tem de escolher na camara ao nobre deputado pela provincia do Rio de Janeiro para ir presidir a provincia de Pernambuco.

O Sr. Mello Franco:—As ultimas palavras, Sr. presidente, do nobre ministro da justiça fazem-me suppor que S. Ex. não assistio ao meu discurso, ou ao menos não ouviu as palavras com as quaes eu o principiei.

Eu disse que para discutir as habilitações do presidente ultimamente nomeado para a provincia de Pernambuco ser-me-hia necessario discutir as eleições a que elle presidiu em Minas; mas immediatamente acrescentei que nem me propunha a fazer isso por enquanto, nem julgava de absoluta necessidade referir todos os factos que alli occorrerão para justificar o voto que pretendo dar á licença pedida. Entretanto, como o nobre ministro achou que os factos que apresentei são tão pequenos que nem apenas devem merecer a attenção da camara, vou de alguma maneira referir alguns outros que talvez mereçam a consideração de S. Ex.

O Sr. Souza Ramos:—Venhão elles.

O Sr. Mello Franco:—Entendo, Sr. presidente, que para bem se avaliar a capacidade de um funcionario qualquer, quando elle não é um homem novo que apparece pela primeira vez na scena publica, é indispensavel examinar os seus actos, as suas administrações anteriores, para se poder com razão aquilatar o merecimento desse individuo. Com este proposito eu passo a fazer mais algumas considerações, sem a menor intenção de offender ao nobre deputado nomeado para presidente de Pernambuco; eu disse que os factos praticados por elle na provincia de

Minas me autorisou a suppor que S. Ex. não iria administrar justiça imparcial na provincia de Pernambuco, circumstancia esta indispensavel, na minha opinião, para a pacificação moral daquella provincia.

Além dos factos que mencionei, devo acrescentar os seguintes: E' acto publico e incontestavel que S. Ex. autorizou a varios funcionarios publicos para procederem pela maneira que fosse exigido pelos agentes nomeados para vencerem as eleições....

O SR. PRESIDENTE:—Perdõe-me o Sr. deputado: eu já lhe adverti que na minha intelligencia julgo que estas observações não têm lugar na presente discussão.

O SR. MELLO FRANCO:—V. Ex. acaba de ouvir que o Sr. ministro da justiça disse que os factos que mencionei nem devião merecer a attenção da camara: quero portanto mencionar outros.

O SR. PRESIDENTE:—Entendo que o Sr. deputado pôde examinar a conducta do nomeado, mas só com relação á sua pessoa.

O SR. MELLO FRANCO:—Sim, senhor, tratarei summariamente disto, até porque o meu natural acanhamento, ou quasi nenhum habito de fallar em publico, não permitirá que seja longo, ou prolixo no meu discurso.

O SR. PRESIDENTE:—Se o Sr. deputado insistir na accusação, vê bem que a defeza apparecerá logo, e a discussão será interminavel.

O SR. MELLO FRANCO:—Serei muito resumido. Dize, pois, que o Sr. ex-presidente de Minas (minha provincia) desejando vencer alli a tudo o custo as eleições, e autorizando a diferentes autoridades para procederem neste sentido, deu lugar a que uma rede de processos politicos fosse lançada contra meus amigos, pessoas que, se não fossem postas fóra da lei, obstarão a conquista do governo em muitas freguezias. Ora, se este facto se deu em uma provincia cuja paz foi sempre inalteravel, o que não haverá na desditosa provincia de Pernambuco quando alli tem occorrido a circumstancia que ninguém ignora?

O SR. SOUZA RAMOS:—Vamos aos processos politicos, vá apontando um por um para responder-lhe.

O SR. MELLO FRANCO:—Tiverão lugar na cidade de Paracatú...

O SR. PRESIDENTE:—Sr. deputado, eu entendo que esta discussão não pôde ter cabimento na presente occasião.

O SR. MELLO FRANCO:—Se V. Ex. me manda sentar, obedecerei.

O SR. PRESIDENTE:—Não o mando sentar, peço-lhe que se limite á questão.

O SR. MELLO FRANCO:—Estou fundamentando o meu voto.

O SR. PRESIDENTE:—Com a materia com que está fundamentando me parece que offende o regimento.

O SR. MELLO FRANCO:—Para que eu possa dar o meu voto contra o parecer que se discute devo dizer em que me fundo, salvo se se quer que vote silenciosamente...

O SR. SOUZA RAMOS:—Eu desejo que falle na materia de que ia tratando.

O SR. MELLO FRANCO:—... Devo declarar os motivos que tenho para pensar que justiça não há de ser administrada na provincia de Pernambuco se o nobre deputado alli fór reproduzir, como devo esperar, os actos que constituem a historia de seu governo em Minas; para isso me será indispensavel trazer ao conhecimento da

casa alguns factos occorridos durante a administração do nobre deputado. Já disse, não quero discutir a chronica ensanguentada da eleição da provincia de Minas.

O SR. SOUZA RAMOS:—Os factos é que eu quero.

O SR. MELLO FRANCO:—A respeito dos processos politicos...

O SR. SOUZA RAMOS:—Exponha todos.

O SR. MELLO FRANCO:—... direi que na cidade de Paracatú não só forão algumas pessoas processadas por tentativa de sedição antes da eleição, como mesmo no dia da eleição: a pretexto de serviços da guarda nacional; e se alguns individuos não continuáram a estar presos, é porque forão soltos em virtude de *habeas-corpus*, e outros comem o pão do desterro na provincia de Goyaz, onde furão procurar asylo.

Outro processo politico foi sem duvida o do juiz municipal da cidade de Marianna; e tão injusto e iniquo foi esse processo que a relação do districto desprorouçou o accusado.

Um SR. DEPUTADO:—Não se segue.

O SR. MELLO FRANCO:—A respeito do processo feito a meu irmão, tambem houve o mesmo; tão iniquo e injusto foi elle que a relação o desprorouçou... Eu não quero discutir agora este negocio, mas perguntarei ao Sr. ex-presidente por quem foi feito este processo? Por um individuo a quem S. Ex. encarregou da conquista da eleição na cidade de Paracatú!

O SR. PRESIDENTE:—E' um pernicioso exemplo o nobre deputado continuar nesta discussão.

O SR. SOUZA RAMOS:—Eu desejo que elle continue enquanto estou na camara, porque possa dar-lhe a resposta.

O SR. MELLO FRANCO:—Se V. Ex. não consente que eu falle, appello para a camara. (Senta-se.)

O SR. PRESIDENTE:—Estimo isto muito. Vou consultar a camara se permite que o nobre deputado continue a discussão no terreno em que a collocou.

O SR. J. A. de MIRANDA (pela ordem):—V. Ex., Sr. presidente, representa a camara, é V. Ex. aquelle a quem o regimento incumbe manter a ordem das discussões, e regular os trabalhos: cumpre que V. Ex. use do seu direito fazendo-se respeitar.

O SR. PRESIDENTE:—Eu entendo que o nobre deputado tem divagado; elle entende que não, e appella para a camara: vou consultá-la a este respeito.

O SR. MIRANDA:—Ha pouco V. Ex. declarou que não tinha sido obedecido, faça-se obedecer, e então tudo irá bem.

O SR. PRESIDENTE:—Não posso deixar de admitir a appellação. Vou consultar a camara.

O SR. MIRANDA:—Eu sustento a autoridade do presidente da camara.

Consultada a camara se o Sr. deputado Mello Franco podia continuar o seu discurso no sentido em que tinha começado a orar, decide affirmativamente. (Apoiados.)

O SR. MELLO FRANCO:—Muito agradeço a generosidade da decisão da casa. (Apoiados.) Não abusarei della.

Dizia eu pois, Sr. presidente, quando fui interrompido por V. Ex., fallando dos processos politicos que tiveram lugar em minha provincia para prepararem a conquista eleitoral, que algumas pessoas haviam sido processadas na cidade de Paracatú, assim como forão outras na cidade de

Marianna, no Patrocínio, e também na Januária; dizia mais que todos esses indivíduos ainda estão até hoje postos fora da lei. Em Marianna sabe-se, e tem sido publicado pela imprensa...

O Sr. Souza Ramos:—A sua imprensa não merece credito.

O Sr. Mello Franco:—A do nobre deputado só é que merece. O caso foi, que para que o Sr. Dr. Lobo não intervisse nos conselhos municipaes de recurso se pretextou uma razão, em consequencia da qual foi elle suspenso e pronunciado injustamente, como prova a decisão da relação da corte: mas então se tinha passado a época em que sua presença como autoridade contrariava as influencias dominadoras na cidade de Marianna; um dos honrados membros que não vejo na casa foi investido da autoridade, e administrava justiça conforme as necessidades que erão aconselhadas pela conquista. Na cidade de Paracatú os processos forão muitos, e nem outra cousa se devêra esperar de um juiz municipal a quem S. Ex., como eu disse ha pouco, encarregou a conquista eleitoral daquella cidade com a promessa de ser nomeado juiz de direito.

O Sr. Souza Ramos:—Porque a mim competia nomear juizes do direito.

O Sr. Mello Franco:—Com a promessa de que seria nomeado juiz de direito.

O Sr. Souza Ramos:—Olhe que asserções desta natureza não se lanção na casa sem provas... (Apoiados.) Eu fui muito moderado.

O Sr. Mello Franco:—Parece que com isto não offendo ao nobre deputado. O nobre deputado podia dizer a esse juiz municipal:—Como a cidade de Paracatú é muito longe, faça o sacrificio de lá ir, que eu procurarei obter a sua nomeação de juiz de direito.

O Sr. Saxon Lobato:—Como podia dizer, ergo, disse.

O Sr. Souza Franco:—Podia dizer, e disse-o, e o nobre deputado não nega.

O Sr. Souza Ramos:—Eu lhe responderei: nada do que tem dito é exacto.

O Sr. Mello Franco:—Parece-me que o nobre deputado não poderá negar isto. Entretanto, Sr. presidente, segulo esse individuo para a cidade de Paracatú, e lá poz em acção os referidos processos... Esse individuo é o mesmo que já figurou em uma especie de sediçãozinha que teve lugar no Araxá, é um homem que não devêra merecer a confiança de nenhum governo, é um juiz venal e corrupto mesmo, como eu poderei provar se for contestado.

O Sr. Souza Ramos:—E' preciso provar.

O Sr. Mello Franco:—Como exige, direi alguma cousa. Esse homem chegando em Paracatú, tão austero para seus adversarios politicos, tão perseguidor, enxergando crimes em quantos não partilhavão as opiniões dominantes, procedeu desta maneira: despronunciou a um individuo que negociou em notas falsas, apesar das provas e dos documentos que tinham partido do governo anterior ao Sr. ex-presidente daquella provincia. (Cruzão-se alguns apartes.) O facto é, senhores, que um individuo apparecendo aqui no Rio de Janeiro com 80 ou 90:000\$ de notas falsas, e não as podendo passar todas...

O Sr. Souza Ramos:—Esse individuo é um irmão do Sr. Dr. Quintiliano José da Silva; diga logo.

O Sr. Mello Franco:—Não sei quem é: vá a quem toca. Segulo esse individuo para Minas, e pelo caminho foi passando algumas dessas notas, e sendo perseguido pela policia de então, chegou

a Minas, mandou entregar na thesouraria da provincia 70 e tantos contos de réis que ainda lhe restavão de notas falsas; o processo foi instaurado por ordem do Sr. Queiroga, e o negociante de notas falsas foi pronunciado; entretanto o juiz municipal de Paracatú, que tão severo foi contra os seus adversarios politicos, despronunciou a esse individuo.

O Sr. Souza Ramos:—Logo, a culpa é minha.

O Sr. Mello Franco:—Na nomeação de tal juiz V. Ex. curvou-se ás exigencias de partido para vencer as eleições, e elle já foi premiado com a nomeação de juiz de direito, em remuneração desses serviços.

No Patrocínio também os processos envolverão a todos os opposicionistas, os quaes continuão fora de suas casas, em diferentes municipios, em procura de viver fora das enxovias: estão como os de Paracatú em Goyaz, ou nos municipios em que o governo não tinha gente que servisse para tudo.

No Salgado a mesma cousa appareceu, estão ainda processados todos os membros da opposição.

O Sr. Souza Ramos:—Por que crime?

O Sr. Mello Franco:—Por causa dessa representação que dirigirão a V. Ex. contra o delegado de policia do lugar, delegado que V. Ex. reconheceu que não era homem probo. A resistencia consistio alli em uma representação do povo de uma e outra opinião, e também da camara municipal, contra a nomeação do delegado de policia; e por este motivo os representantes são hoje julgados sediciosos! Algumas petições se têm feito para que se reuna o jury na Januária, afim de ser julgado esse suspeito crime de sedição: e entretanto esse jury nunca se reúne, porque não faz conta á autoridade que os individuos pronunciados possam apparecer em uma eleição que por ventura occorra na provincia de Minas; todos elles continuão foragidos em diferentes lugares.

O Sr. Pass Barreto:—E' por culpa do presidente!

O Sr. Mello Franco:—Estou dizendo que esses factos occorrerão durante a administração do nobre deputado na provincia de Minas.

Eu não digo, senhores, que o ex-presidente da minha provincia tivesse aconselhado ou directamente influido para que estes factos occorressem alli: mas me parece que ninguém poderá desconhecer que se não fosse a politica adoptada de proteger o bem-estar do partido dominante, e de proscurever o adversario, elles não se darião, ou não se reproduzirão em tão grande escala.

O nobre deputado, respondendo ao meu primeiro discurso, fallou em contractos escandalosos; mas não se dignou S. Ex. dizer em que forão escandalosos esses contractos.

O Sr. Souza Ramos:—Direi agora, quando fallar.

O Sr. Mello Franco:—Esses contractos, doiosos ou lesivos, S. Ex. continuou depois a mantê-los.

O Sr. Souza Ramos:—Suspendi-os.

O Sr. Mello Franco:—Se os suspendeu commetteu mais uma injustiça, porque elles versão sobre trabalhos, dos quaes alguns tinham sido prestados, e o governo não podia desfazer caprichosamente um contracto, e o que podia, quando muito, fazer, era mandar pagar os serviços já prestados, e impedir que continuassem. Mas S. Ex., que tanto escrupulo parece mostrar agora, não podendo cassar esses contractos regularmente, fez justamente o mesmo que seu antecessor a respeito do contracto que fez para a conservação

da estrada que da capital da minha provincia segue ao alto do morro do Ouro-Branco.

O Sr. Souza Ramos : — Eu responderei.

O Sr. Mello Franco : — Os reparos dessa estrada são feitos até então pela modica quantia de 700 a 800\$ por anno; entretanto que S. Ex., sem pôr em concorrência esse serviço, contractou com um homem do peito para o fazer por 400\$ por mez, que em tanto importavão as fêrias mensaes que elle apresentava!

O Sr. Souza Ramos : — Como está bem informado!

O Sr. Mello Franco : — Direi pois que, quando S. Ex. disse que achou a provincia de Minas toda agitada, e com o proposito firme de resistir ao seu governo alli, foi injusto, e eu o convido para apresentar as provas de que deveria estar munido para fazer tão grave accusação a seus adversarios.

Disse mais S. Ex. que dêra todas as providencias a respeito da intervenção criminosa com que o subdelegado de Congonhas mandára suspender a eleição de um official da guarda nacional. Pergunto eu, foi processado esse empregado? Sofreu elle alguma coisa? Não; pelo contrario, julgou-se autorizado para proceder como procedeu em 5 de Agosto.

Entendo pois, Sr. presidente, que os factos que se derão em minha provincia são de muita gravidade. Não quero abusar da bondade da casa; limito-me à exposição que tenho feito, porque não quero, como disse, discutir as eleições da provincia de Minas, que foi o unico alvo a que se propôz o ex-presidente daquella provincia; e páro aqui aguardando uma occasião mais opportuna para referir os factos que alli tiveram lugar durante a luta eleitoral.

O Sr. Souza Ramos : — Peço a palavra para responder.

O Sr. Presidente : — Tem a palavra.

O Sr. Souza Ramos : — Sr. presidente, o nobre deputado por Minas em seu primeiro discurso propôz-se a analysar a minha administração na provincia de Minas com o fim de mostrar que em vista dos actos então por mim praticados, em vista dos meus procedentes, era eu incapaz de administrar justiça, e por consequencia o menos proprio para com proveito publico ser nomeado presidente da provincia de Pernambuco. A accusação concebida em termos geraes se reduziria a uma mera declamação, que a ninguém causaria impressão, que por ninguém seria acreditada; assim o nobre deputado percebeu bem a conveniencia, senão a necessidade de descer aos factos, e trouxe ao conhecimento da casa todos os meus erros, todos os factos em que podia elle apoiar a sua accusação.

O Sr. Mello Franco : — Alguns.

O Sr. Souza Ramos : — Occupou por algum tempo a attenção da casa com essa exposição, e por minha vez tive occasião de contestal-o, e responder-lhe, e com tanta felicidade, que acredito ter convencido até ao proprio nobre deputado da injustiça e improcedencia de sua accusação; tanto assim que tomando segunda vez a palavra não teve em que insistir. (Apoiados.) Mas o nobre deputado não desanimou no proposito de arguir-me, e voltando à carga veio com uma segunda serie de factos! Nada tendo a acrescentar à resposta dada à primeira accusação, uma vez que esta está perfectamente destruida (apoiados), passarei a responder aos factos em que se basea a accusação feita no segundo discurso que o nobre deputado esbada de proferir, e estimarei que tenha esgotado o seu catalogo, porquanto, se a camara julgar em sua sabedoria que deve

dar seu consentimento para que eu me retire desta casa, ficarei na impossibilidade de defender-me de injustas e despetosas accusações, pelo mesmo modo porque já o fiz, e vou ainda agora fazer.

Disse o nobre deputado que na administração da provincia de Minas não tive outro proposito senão vencer as eleições. Até aqui uma declamação, uma banalidade (apoiados): examinemos os factos apresentados para justificar esta asserção: os factos consistem nos processos politicos, que diz o nobre deputado que eu mandei instaurar. Quando assim se enunciava o nobre deputado, eu do meu banco lhe pedi que apontasse esses processos, um por um, e o nobre deputado apontou todos.

O Sr. Mello Franco : — Alguns.

O Sr. Souza Ramos : — E porque não apontou todos, se eu lh'o pedi? Principiou o nobre deputado a sua exposição dos processos politicos pela cidade de Paracatú, onde disse que foi pronunciado e mettido na cadeia um seu irmão; e como foi elle processado? A requerimento de um seu co-religionario em denuncia dada perante autoridade que tambem era co-religionaria.

O Sr. Mello Franco : — Está enganado: qual foi o crime?

O Sr. Souza Ramos : — Não poderei expôr todas as particularidades, porque não vi o processo, e estes factos são acontecidos a 150 leguas de distancia da capital; consta-me porém que o processo começára por uma queixa do Sr. José de Rezende Costa....

O Sr. Mello Franco : — Não foi contra elle.

O Sr. Souza Ramos : — co-religionario do nobre deputado, dada perante o supplente do juiz municipal, o Sr. Brito Freire, tambem co-religionario, baseando-se no seguinte facto: Havendo o juiz municipal supplente expedido mandado de prisão contra um individuo da provincia da Bahia, que então se achava em Paracatú, por indiciado em roubo commetido em offensa do Sr. Rezende Costa, aquelle sujeito, para mostrar seu pouco caso das autoridades, veio para a cidade de Paracatú, acompanhado de homens armados, hospedou-se em casa do irmão do nobre deputado donde sahia com seu sequito todos os dias a percorrer as ruas da cidade em affronta à justiça: nesse processo foi envolvido o irmão do nobre deputado, como complice daquelle réo. E quando isso aconteceu? Muito antes da eleição. O irmão do nobre deputado passeou livremente por muito tempo, até que foi recolhido à sala em que a camara municipal celebra suas sessões, e ali se conservou enquanto quiz, pois antes das eleições retirou-se da tal sala, e foi tratar das eleições. Eis um dos processos politicos por motivos eleitoraes. (Risadas.) Tratando dos negocios de Paracatú, disse o nobre deputado que eu mandei um juiz municipal conquistar aquelle comarca com promessa de o fazer juiz de direito. Esta asserção do nobre deputado não pôde ser acreditada por quem tiver simples bom senso (apoiados): o presidente da provincia não nomea juizes municipales nem juizes de direito. Na mesma occasião procurou o nobre deputado desconceituar aquelle magistrado, qualificando-o de venal e corrompido, mas não provou, como era da sua obrigação, uma accusação tão forte, e nem a podia provar, porque a pessoa de que se trata tem servido sem nota por muitos annos o mesmo cargo, e nem lhe podem prejudicar os antigos acontecimentos do Araxá, a que se referio o nobre deputado; porquanto, como já por vezes se expôs nesta casa, nesses acontecimentos figurou elle como victima dos abusos e violencias dos co-religionarios do nobre deputado naquelle lugar;

pois deve perder a confiança o magistrado porque uma vez foi agredido e violentado por turbulentos?

O SR. MELLO FRANCO:— Então o processo de 5 de Agosto?

O SR. SOUZA RAMOS:— Não tenho conhecimento de que alli se fizessem processos em 5 de Agosto; devem porém ter sido feitos, porque derão-se para isso factos graves. Os irmãos e alguns co-religionarios do nobre deputado reunirão-se em um ponto a certa distancia da cidade....

O SR. MELLO FRANCO:— Para votarem.

O SR. SOUZA RAMOS:— ... armados, e para alli vão conduzindo á força as pessoas que passavam pela estrada.

O SR. MELLO FRANCO:— Não é exacto.

O SR. SOUZA RAMOS:— O delegado de policia, pessoa muito conceituada, e que nem foi envolvida nas arguições do nobre deputado, mandou ao lugar uma escolta, que foi recebida com uma descarga por um grupo que estava escondido á beira da estrada.

O SR. MELLO FRANCO:— Está enganado.

O SR. SOUZA RAMOS:— Eu refiro o que foi communicado nas partes officiaes; e o nobre deputado sabe dos factos contados a geito pelos interessados, é mesmo natural que não ache exacto, e nem eu contava com a sua approvação. Chegando a escolta á casa da reunião, houve resistencia. Foi ferido em resistencia um escravo....

O SR. MELLO FRANCO:— Eu ferido pela policia do nobre deputado.

O SR. SOUZA RAMOS:— ... criminoso, além de outras mortes, pela do seu proprio senhor, e que entretanto fazia parte do grupo de votantes. (Oh! Oh!)

O SR. MELLO FRANCO:— Está mal informado; esse escravo foi baleado dentro de uma casa, por cujas janellas atirou a sua policia.

O SR. SOUZA RAMOS:— Refiro o que, segundo minha lembrança, consta das partes officiaes, e devo acreditar mais nellas do que nas asserções do nobre deputado, não porque queira fazer injuria a seu character, mas sim porque desconho das pessoas apaixonadas que o informarão. (Apoiados.) Para se julgar do procedimento das autoridades na organização dos processos, necessario era examinal-os. (Apoiados.)

O SR. MELLO FRANCO:— Dessa fórma nunca será possível accusação alguma nesta casa.

O SR. SOUZA RAMOS:—E quando as autoridades tivessem procedido irregularmente na formação desses processos, não era o presidente da provincia o competente para corrigir os actos dessas autoridades, mas sim os juizes superiores. (Apoiados.) E já nos disse o mesmo nobre deputado, que em um dos processos em que foi pronunciado seu irmão, o que veio por via de recurso para a relação, foi elle despronunciado: ora, se a autoridade houvesse procedido criminosamente, a responsabilidade seria.

O SR. MELLO FRANCO:— Mandou responsabilisar; mas não ha juiz algum que verifique essa responsabilidade.

O SR. SOUZA RAMOS:— Não pôde ser exacto o que diz o nobre deputado, porquanto o processo a que se refere, foi organizado pelo juiz de direito interino em crime de responsabilidade do irmão do nobre deputado, e portanto, para o responsabilisar, também não são competentes as autoridades locais, mas sim a propria relação.

Tratando ainda dos negocios de Paracatú, trouxe

o nobre deputado, para accusar-me, o facto de haver o juiz municipal despronunciado um sujeito que havia passado uma porção de notas falsas, e procurado introduzir na circulação ainda quantidade maior. Repito a observação de que não podemos condemnar o acto do juiz sem termos em vista o processo, sem sabermos a razão do seu procedimento (apoiados); mas quando nisso houvesse irregularidade, em nenhuma occasião o nobre deputado foi mais injusto para commigo do que nesta.

O SR. MELLO FRANCO:—Se fui injusto para com o nobre deputado foi sem o querer.

O SR. SOUZA RAMOS:—Esse passador de notas falsas, de que fallou o nobre deputado, é em verdade pessoa bem relacionada, pois é irmão do Sr. Dr. Quintiliano José da Silva, ex-presidente daquella provincia, e diz-se que obtivera essas notas de um irmão do nobre deputado, em a venda de uma fazenda.

O SR. MELLO FRANCO:— Não é possível que isto conste a V. Ex.; perdô-me, nego o facto absolutamente.

O SR. SOUZA RAMOS:— Eu não assevero o facto, nem o posso asseverar, porque nunca vi documentos d'elle, nem tenho provas; referi simplesmente um boato. Estou porém bem informado do seguinte. Esta sujeito veio, como disse o nobre deputado, a esta cidade com uma grande porção de notas falsas, e voltando para Minas manifestou ao presidente da provincia, que então era o Sr. Dr. Queiroga, uma grande quantidade dessas notas, importando, se bem me lembro, em 52:000\$, que foram recolhidos á thesouraria.

O SR. MELLO FRANCO:—O nobre deputado está enganado, não foi bem informado, foi um procurador desse individuo que as entregou no tribunal competente.

O SR. SOUZA RAMOS:— Pôde ser; mas a circumstancia de serem as notas entregues por procurador é indifferente; seja como diz o nobre deputado, foram entregues as notas falsas pelo procurador deste individuo. O Sr. Queiroga aceitou, como em muito boa fé feita, esta manifestação, e remetteu ao thesouro as notas falsas, abonando, se estáu bem lembrado, a boa consciencia do que as havia entregado.

O SR. MELLO FRANCO:— Perdô-me; o Sr. Dr. Queiroga mandou processal-o immediatamente.

O SR. SOUZA RAMOS:— Eu lá hei de chegar. Como disse, o Sr. Dr. Queiroga aceitou como boa e conscienciosa esta manifestação. Logo no começo de minha administração, informado assim tão succintamente do occorrido, procurei obter na secretaria do governo mais amplos esclarecimentos: quiz vér o escripto por meio do qual se fez a entrega das notas, e as providencias expedidas para descobrir-se quem fôra o introductor doloso das mesmas. Nada achei a este respeito, informando-se-me que todos os documentos haviam sido remetidos em original ao promotor publico da comarca de Paracatú para promover o processo.

O SR. MELLO FRANCO:— Aparece no processo uma portaria do presidente da provincia nesse sentido ao promotor publico.

O SR. SOUZA RAMOS:— Mas nem dessa portaria ficou registro na secretaria, onde não encontrei outro esclarecimento, além do constante do officio de remessa das notas do thesouro. Este facto, como fica exposto, aconteceu muito antes do começo de minha administração. Bem desejei reiterar as providencias que se dizião expedidas; mas nem eu confiava nas autoridades, que só mais tarde puderão ser substituidas, visto que constava que em Paracatú fôra franco e publico o commer-

ção de notas falsas; e demais vi-me embaraçado por outras considerações. Eu não tinha, como fica dito, documento algum em que basear as minhas providencias; não podia mandar organizar um processo sem base, principalmente quando constava que pessoas intimamente ligadas ao nobre deputado são envolvidas nesse negocio. Se hoje o nobre deputado despeja contra mim toda a sua indignação, e accusa-me de despota, por causa de alguns processos que as autoridades locais fizeram durante a minha administração, sem intervenção e até sem sciencia minha, o que seria a respeito daquelles que fossem ordenados por mim [...]

O SR. MELLO FRANCO:— Queixo-me de os criminosos não terem sido castigados.

O SR. SOUZA RAMOS:— Para se ajuizar da justiça ou injustiça da decisão do juiz municipal precisa-se saber o fundamento della; em todo o caso é bem visto, que quando mesmo fosse esse individuo culpado, elle não era o unico, pois que havendo recebido as notas em Paracatu, alguém as havia alli introduzido. O facto principal, Sr. presidente, é acontecido na administração passada, e não durante a minha...

O SR. MELLO FRANCO:— Não disse o contrario disso.

O SR. SOUZA RAMOS:—... e portanto dispensome de demorar-me sobre elle, até para que se não diga que faço recriminações.

Disse o nobre deputado que no Patrocínio armou-se uma rede de processos politicos em que, por crime de sedição, foram envolvidos todos os opposicionistas. O que ha de verdade em tudo isto é que formou-se alli um processo por crime individual, no qual foi pronunciado, por consequencia preso, e depois condemnado pelo jury, um sujeito alli preeminente no partido da opposição, o qual consta que logo depois se evadira da prisão; não sei se mais alguém foi envolvido ou não nesse processo. A politica porém não teve nisso parte alguma, como se verá de que passo a expôr muito succinctamente. Em 1847 foi espancado gravemente dentro da villa do Patrocínio um advogado, que supponho chamar-se Antonio Jacintho; a voz publica accusava de haver commettido este crime, pelas suas proprias mãos, a um filho do delegado de policia; não tratando este de organizar o processo, o antes havendo expedido ordem para despejarem a villa alguns amigos do offendido, o juiz municipal supplente, que sem duvida era pessoa da confiança do governo, pois além daquelle cargo occupava o de chefe de legião, revoltou-se contra o procedimento do delegado, e interveio com sua jurisdição para obstar as ordens de desterro expedidas pelo delegado, e para processar os autores do crime de que fallei: deu-se lugar a um conflicto, por certo muito sério, pois as cousas chegaram ao ponto de o juiz municipal e o juiz de direito de um lado, e o delegado de outro, reunirem gente armada, e collocarem-se em attitudão ameaçadora. Foi ao lugar o chefe de policia interino; e em resultado ficaram pronunciados pelo delegado, por crime de sedição, o juiz de direito da comarca, o juiz municipal, e muitos outros cidadãos importantes, que a elle se haviam reunido; o juiz de direito foi suspenso do seu exercicio, e substituido por um irmão do nobre deputado que era 4º supplente do juiz municipal de Paracatu; mas, apesar de pronunciado em crime inafiançavel, ficou em liberdade na cabeça da comarca, mas os outros foram recolhidos à cadeia, da qual depois se evadirão. O chefe de legião foi demittido e substituido pelo delegado, e o seu filho nomeado 1º substituto do juiz municipal e tenente-coronel da guarda nacional. Durante a minha administração, sendo absolvido no jury o juiz de direito, e mudadas as autoridades da villa do Patrocínio, aquelles réos da sedição compare-

cerão, e livrarão-se, e posteriormente a autoridade competente formou processo pelo crime que deu origem a todos esses desaguisados, o espancamento do advogado Antonio Jacintho, que havia ficado em esquecimento, sendo nelle pronunciado o ex-tenente-coronel e 1º substituto do juiz municipal, e depois condemnado no jury; se mais alguém foi envolvido nesse processo, ignoro. Eis o que ha no Patrocínio: um processo justamente instaurado por crime individual.

O SR. MELLO FRANCO:— Foi um processo organizado sem testemunhas, que envolveu a opposição inteira.

O SR. SOUZA RAMOS:— Não duvido que envolvesse a opposição inteira, porque no Patrocínio a opposição se circumscreve na familia do ex-delegado Damazo José da Silva. Demos porém que fosse verdade tudo de que informáramos ao nobre deputado, que esse processo fosse organizado sem testemunhas, que a pronuncia fosse injusta, e injusta tambem a decisão do jury, que culpa tenho eu disso?

O SR. MELLO FRANCO:— Nenhuma!

O SR. SOUZA RAMOS:— Pois o nobre deputado ignora que o presidente da provincia não tem attribuições de reformar as sentenças dos juizes, nem está ao seu alcance dictar boas decisões ao jury? Ah! estão os tribunaes para recursos das partes.

Disse mais o nobre deputado que suspendi, e mandei responsabilisar o Dr. Lobo, juiz municipal de Marianna, afim de embaraçar que elle presidisse ao conselho municipal de recurso; não é isto o que disse o nobre deputado?

O SR. MELLO FRANCO faz signal affirmativo.

O SR. SOUZA RAMOS:— Eu invoco a lembrança da camara sobre uma representação que durante as sessões preparatorias foi apresentada á corôa, onde entre outros vícios da eleição da provincia de Minas, se aponta o de haver o juiz de direito dado parte de doente, e passado a sua jurisdição ao juiz municipal, Dr. Lobo, para assim impedir o de presidir ao conselho de recurso; esta asserção se contradiz com a que enunciou o nobre deputado. (Apoiados.) E em verdade, não é possível que eu suspendesse o juiz municipal com as vistas que aprovo ao nobre deputado attribuir-me, quando este acto teve lugar no fim do mez de Julho, muito depois de haver o conselho municipal encerrado os seus trabalhos.

O SR. MELLO FRANCO:— Está enganado.

O SR. SOUZA RAMOS:— Ora, e esta! Como pôdo o nobre deputado estar mais bem informado do que eu a respeito de factos proprios, e de que conservo viva lembrança? Assevero que o acto da suspensão desse juiz municipal teve lugar muito depois de haver o conselho municipal concluido os seus trabalhos; e convide o nobre deputado que me desminta com documentos, que lhe será muito facil obter. Esta simples resposta bastaria para conhecer-se a injustiça e inexactidão com que o nobre deputado tem invertido os meus actos para accusar-me; mas já que a camara tem a bondade de ouvir-me com paciencia...

O SR. APRIGIO:— Com muito gosto o ouviremos. (Apoiados.)

O SR. SOUZA RAMOS:—... exporei o facto e a razão do meu procedimento. Não tratarei da conducta politica desse juiz, ainda que sobre ella poderia dizer alguma cousa....

O SR. MELLO FRANCO:—O Sr. Dr. Lobo é um magistrado muito honrado, e não é magistrado politico.

O SR. SOUZA RAMOS:—... exporei simplesmente

o facto. Este juiz municipal retirou-se para uma das freguezias do termo....

O Sr. MELLO FRANCO: — Para a freguezia de Paulo Moreira.

O Sr. SOUZA RAMOS: — ... em acto de seu officio, acompanhado de seu escrivão:ahi recebeu uma queixa contra o subdelegado em exercicio, por crime de injuria, e em deferimento aprazou dia para comparecimento do réo, testemunhas, etc. Na mesma occasião apresentou-se ao subdelegado uma queixa contra outro sujeito, em que era o juiz municipal apontado para testemunha: o subdelegado aprazando dia para o processo, manda notificar o juiz municipal para comparecer como testemunha.

O Sr. MELLO FRANCO: — Mandou-o conduzir debaixo de prisão.

O Sr. SOUZA RAMOS: — Está enganado, não o mandou conduzir debaixo de prisão.

O Sr. MELLO FRANCO: — Foi a exposição do proprio subdelegado.

O Sr. SOUZA RAMOS: — Está enganado; passarão por minhas mãos todos esses documentos, e estou bem certo do que elles dizem. O juiz municipal julgou-se offendido pela intimação do subdelegado e seguiu logo para a casa do mesmo; e não o achando ali, vai ter á roça, onde tratava elle de suas plantações e encontrando-o, manda que o escrivão o conduza debaixo de vara para a freguezia, tendo apenas permitido que mudasse em casa os seus trajes. Chegando á freguezia, é o subdelegado fechado em um quarto da casa do vigário, onde devia ter lugar a audiência. A esse tempo vai ter ali o supplente do subdelegado em exercicio a perguntar ao juiz a razão do seu proceder, e exprobrando-lhe a sua arbitrariedade, etc. O juiz impõe silencio ao supplente do subdelegado, e o manda retirar; insistindo este, o juiz municipal toma duas pistolas e o prende igualmente. Formando nesse mesmo dia o processo de injurias pelo qual se achava preso o subdelegado, afinal o absolveu, e o mandou em paz, entregando o dito supplente a um guarda nacional para o recorrer á cadeia de Mariana: este em vez de acompanhar o guarda nacional, o largou em caminho e retirou-se para sua casa.

O Sr. MELLO FRANCO: — O facto não foi narrado exactamente.

O Sr. SOUZA RAMOS: — Queixando-se o subdelegado, ouvi ao juiz municipal, por meio do juiz de direito, e constando de sua resposta, de uma representação que já me havia dirigido, e da informação do juiz de direito, que o facto se passara como acabei de expôr, o suspendi, e mandei responsabilisar, visto que pela doutrina expressa da constituição, e leis regulamentares que a desenvolverão, o réo de crimes que não tem pena maior que a de seis mezes de prisão simples, livra-se solto, independente de fiança, e o juiz municipal prendendo (e conservando em carcere privado) aquelle homem simplesmente accusado do crime de injuria verbal, havia manifestamente violado a lei. (Apoiados.) Ao mesmo tempo demitti o supplente do subdelegado, que se havia conduzido com imprudencia, procurando incompetentemente averiguado a conducta do juiz municipal. Censura mereceria eu se não tivesse suspendido e mandado responsabilisar ao juiz municipal.

O Sr. APRIGIO: — Mas elle é liberal....

O Sr. SOUZA RAMOS: — Diz elle que é republicano....

O Sr. APRIGIO: — Nem era preciso dizel-o. (Risadas.)

O Sr. SOUZA RAMOS: — Mas eu não sei o que elle é. Submettido o facto ao conhecimento do juiz de direito, foi o juiz municipal pronun-ciado, e subindo o processo em recurso á relação, foi revogada a pronuncia. A relação, procedendo assim, estava no seu direito; nem isso prejudica a regularidade do meu acto.

Eu havia dito, não para fazer recriminações ás anteriores administrações da provincia de Minas, mas somente para dar uma idéa do estado em que a achei, differente daquelle que menos exactamente havia sido figurado pelo nobre deputado, que entre outros embarços com que tive de lutar no começo de minha administração, foi um o de achar logo no começo do anno financeiro esgotadas muitas das verbas do orçamento da despesa, e além disto contractos feitos em poucos dias, excedendo quasi no dobro a verba para as obras publicas, contractos feitos sem planta, sem orçamento e sem concorrência. Em resposta a isto principiou o nobre deputado por dizer que eu consenti nesses contractos; mas, em vista de um aparte meu, dado nessa occasião, o nobre deputado mudou de direcção e censurou-me por havel-os consentido. Suspendi os effeitos desses contractos, porque forão feitos fóra da autorização da lei do orçamento provincial, e porque a serem executados a provincia se arruinaria.

O Sr. MELLO FRANCO: — V. Ex. permittio que continuassem algumas obras.

O Sr. SOUZA RAMOS: — Está enganado: alguns (poucos) que as continuarão, o fizeram por sua conta, sem autorização minha; e por aqui se aliuze quanto interesse esperavão elles tirar, que depois de suspensos os contractos, sabendo que o governo os não mandaria pagar, ainda assim fizeram as obras para ficarem os pagamentos para tempos que elles julguem felizes.

O Sr. MELLO FRANCO: — Pois se ellas estavam quasi feitas....

O Sr. SOUZA RAMOS: — Não estarão, nem podião estar; porquanto a noticia da mudança do ministerio da opinião do nobre deputado chegou ao Ouro-Preto em 8 de Outubro, e no espaço que decorreu desse dia ao da minha posse, em 4 de Novembro, é que se fizeram esses contractos.

O Sr. MELLO FRANCO: — Já se tinha feito alguns trabalhos.

O Sr. APRIGIO: — Só se essas obras arão galchas de flechas. (Risadas.)

O Sr. SOUZA RAMOS: — Suspendi os effeitos desses contractos lesivos, e sobremaneira onerosos á provincia; e quando outros serviços eu não tivesse feito á provincia, bastaria este para embaraçar o nobre deputado em dizer que nada mais fiz do que occupar-me em eleições. (Apoiados.)

O Sr. MELLO FRANCO: — O Sr. Halfeld, engenheiro da provincia, foi incumbido de examinar a obra do Ouro Branco, e declarou que o preço porque ella tinha sido contractada, não só era muito razoavel, como mesmo que o empresario tinha direito a uma indemnisação pelos trabalhos feitos além das condições do contracto.

O Sr. SOUZA RAMOS: — Pôde ser que posteriormente e em vista das difficuldades postas ao pagamento, tenha esse empresario feito esses melhoramentos: mas na secretaria existe uma informação do mesmo Sr. Halfeld, e qua foi por mim referida no relatorio que apresentei á assembléa provincial, na qual se diz que nem a obra estava nos termos do contracto, e nem tinha prestimo algum. E supponha-se que este contracto não foi lesivo, pôde-se de um concluir a favor de tantos? Por sua vez pretendeu o

nobre deputado fazer-me a censura de que eu também mandei fazer obras sem haver concorrência, e sem preceder annuncios, como aconteceu a respeito da estrada denominada de D. Vicência, cuja obra entreguei a um cabalista por 400\$ mensaes.

O SR. MELLO FRANCO:—Por aquillo que elle apresentasse de férias, cuja despesa regulava a 400\$ por mez.

O SR. SOUZA RAMOS:—O nobre deputado não ignora que essa estrada muito importante, pois serve de comunicação entre a cidade de Ouro Preto e esta corte, não necessitava de simples reparos, mas de grande concerto, pelas ruínas que soffreu. Mandei proceder ao orçamento da obra, e passarão-se editaes convidando a quem a quizesse arrematar, e editaes que forão publicados na imprensa....

O SR. MELLO FRANCO:—Esses editaes não apparecerão.

O SR. SOUZA RAMOS:—Assevero que passarão-se os editaes e até alguns concurrentes apparecerão, mas que não se sujeitarão ao preço orçado. Sou incapaz de asseverar o que não tivesse acontecido. (Apoiados.)

O SR. MELLO FRANCO:—O nobre deputado pôde estar enganado.

O SR. SOUZA RAMOS:—Não senhor, não estou enganado; se tivesse á mão a collecção do *Conciliador*, em que elles forão publicados, lh'o mostraria.

O SR. MELLO FRANCO:—Estimaria isto muito.

O SR. SOUZA RAMOS:—Não havendo quem quizesse arrematar a obra pelo preço orçado, e sendo ella urgente, a mandei fazer por arrematação, encarregando deste trabalho não a um cabalista, como disse o nobre deputado, mas a um negociante muito bem estabelecido, e contra cuja probidade nada terá que dizer o nobre deputado, proferindo-se o seu nome, é o Sr. tenente-coronel Francisco de Paula Ferreira da Silva; este senhor, só por obsequiar-me e por servir ao publico, se encarregou da administração desta obra, que é perto da cidade, sem gratificação nem lucro algum. E é cousa desuual mandar-se fazer obras por administração? E para se achar um administrador gratuito também é necessario edital? Editaes passarão-se para a arrematação. Na provincia de Minas, as obras das estradas do Mar de Hespanha, Piau e outras, são ha muito tempo feitas por administração. Pôde ser que a simples conservação da estrada de D. Vicência custasse pouco; mas na administração do Sr. Paula Ferreira se fizerão concertos consideraveis e dispendiosos, e nem elle é capaz de apresentar uma fêria falsificada. Procedendo como procedi, parece-me que o fiz muito regular e convenientemente (apoiados); me permittirá agora a camara, já que presenciou as accusações tão graves que me fez o nobre deputado, que eu para completar minha defesa diga poucas palavras sobre o modo porque furão, durante a minha administração, zelados os dinheiros da provincia. Achando a provincia no estado que já expuz, quando della me retirei deixei os empregados pagos em dia, diversas obras importantes feitas, todo o mais serviço na devida regularidade, e nos cofres um saldo de 220:000\$000.

O SR. MELLO FRANCO:—Que existião quando V. Ex. lá chegou.

O SR. SOUZA RAMOS:—Quando lá cheguei, o estado da provincia era tal qual expuz.

O SR. MELLO FRANCO:—Agora é que não tem yntem.

O SR. SOUZA RAMOS:—O que acabo de expôr consta do balanço que me foi apresentado pelo inspector da mesa de rendas na occasião da minha retirada; é documento que não pôde ser contestado. O administrador que assim procede não podia ser arguido de dissipador. (Apoiados.) Tenho respondido ás accusações que me fez o nobre deputado em seu segundo discurso.

O SR. APRIGIO:—E muito bem, pela maneira mais honrosa que é possivel.

O SR. SOUZA RAMOS:—Supponho que me limitei ao que era relativo á minha despesa; pelo menos outra não foi a minha intenção, não me cabendo a censura que, em falta de razão para outra, me dirigio o nobre deputado do Pará, de haver consistido a minha defeza em recriminações a meus antecessores: não o fiz, nem o farei. (Apoiados.)

O SR. APRIGIO:—Cada vez maior é minha gloria em ter este homem por alliado.

O SR. GOMES RIBEIRO:—Peço a palavra pela ordem.

O SR. SOUZA FRANCO:—Eu já tenho pedido a palavra para responder.

O SR. PRESIDENTE:—O Sr. 1º secretario vai ler primeiramente um officio que chegou neste momento.

O SR. 1º SECRETARIO lê um officio do Sr. ministro do imperio, communicando que S. M. o Imperador receberá amanhã, pela 1 hora da tarde as deputações que têm de apresentar leis á imperial sanção, e de saber o dia e a hora da missa do E-spirito Santo, e a hora e lugar do encerramento da presente sessão legislativa e da abertura da nova.

Fica a camara inteirada.

O SR. PRESIDENTE:—Tem a palavra pela ordem o Sr. Gomes Ribeiro.

O SR. GOMES RIBEIRO:—Peço o encerramento da discussão da materia.

Posto a votos este requerimento, na forma do regimento, é approvedo.

O SR. PRESIDENTE:—Está encerrada a discussão.

O SR. SOUZA FRANCO:—E eu fiquei sem poder responder!

O SR. APRIGIO:—Foi um favorão que se lhe fez. (Risadas.)

Approva-se o parecer da commissão.

O SR. PRESIDENTE:—Vai-se officiar ao governo no sentido da votação da camara.

Dada a hora, marca-se a ordem do dia seguinte, e levanta-se a sessão.

Sessão em 2 de Maio

PRESIDENCIA DO SR. MENDES DOS SANTOS

SUMMARY. — Expediente. — Proposta do Sr. Mendes de Almeida para que a camara tome luto pelo fallecimento do Sr. senador Vasconcellos. Questão de ordem. Retirada da pproposta. Requerimento do Sr. Wanderley. Approvação. — Ordem do dia. — Lotarias ao conselheiro Eustaquio Adolpho de Mello Mattos. Rejeição do projecto e emenda. — Projecto que commette aos juizes de direito o julgamento de alguns crimes. Emendas. Discursos dos Srs. Angelo Ramos e Sayão Lobato. Approvação do projecto.

A's 11 horas menos cinco minutos da manhã, reunidos os Srs. deputados em numero legal,

abre-se a sessão, lê-se e approva-se a acta da antecedente.

EXPEDIENTE

Officio do Sr. ministro do imperio transmittindo o requerimento, acompanhado do officio do presidente da provincia de Goyaz de 10 de Março ultimo, em que a camara municipal da villa do Pilar pede que a dita villa seja elevada á categoria de collegio eleitoral.—A' commissão de constituição e poderes.

Outro do Sr. ministro da justiça remettendo o requerimento do instituto da ordem dos advogados, no qual solicita do corpo legislativo a organização definitiva do mesmo instituto. — A' commissão de justiça civil.

Não ha mais expediente.

O Sr. MENDES DE ALMEIDA (*pela ordem*): — Tenho de requerer uma urgencia.

O Sr. PRESIDENTE: —Póde o Sr. deputado declarar o objecto da moção, afim de que a camara saiba como ha de votar sobre a urgencia.

O Sr. Mendes de Almeida (*commovido*): — E' com o mais vivo sentimento de pezar, que me encarreguei, sendo sem duvida o menos competente, da acerba tarefa de communicar á camara que o imperio de Santa Cruz acaba de soffrer um dos golpes, talvez entre todos o mais pezado que sobre nós tem descarregado essa terrivel calamidade que ainda assola o nosso paiz! Quero fallar, senhores, da morte do Sr. conselheiro de estado e senador do imperio Bernardo Pereira de Vasconcellos, desse brasileiro distincto por suas eminentes virtudes, alto saber, assignalados serviços e acrysolado patriotismo, que sustentou por quasi um quarto de seculo no nosso paiz com a sua poderosa eloquencia e trabalhos legislativos os sagrados dogmas da monarchia constitucional, da verdadeira liberdade, da ordem publica. Sim, senhores, a morte nól-o roubou depois de uma vida de martyrios e de gloria, quando talvez mais necessitavamos do seu grande apoio, de seus sabios conselhos!... Respeitemos os decretos da Divina Providencia!

Senhores, não me levantei sómente com o fim de excitar em nós todos um sentimento de esteril tristeza pela perda do grande homem, do eximio patriota que consagrou toda a sua vida ao serviço do estado, mas para que a camara, á maneira do que se pratica em outras assembléas legislativas que passão por iguaes transes, manifeste por uma demonstração publica a sua profunda dôr, as lagrimas, os sentimentos, á saudade do paiz. E' por isso que peço á camara que, ouvindo a minha proposta a approve por aclamação. Eu passo a ler.

O nobre deputado lê a seguinte moção:

« Proponho que, em consequencia de haver hontem fallecido o Sr. conselheiro de estado Bernardo Pereira de Vasconcellos, o mais distincto dos nossos estadistas, e um dos mais firmes, dedicados e leaes defensores da monarchia constitucional no Brazil, a camara dos Srs. deputados, manifestação a sua profunda dôr pela perda immensa que acaba de soffrer o paiz, tome luto por tres dias, deixando hoje de funcionar. »

O Sr. PRESIDENTE: — O Sr. deputado propõe a urgencia para ler-se o que elle considera um requerimento, mas que eu julgo ser uma indicação. Vou consultar a camara se approva a urgencia. Approvada a urgencia, o Sr. 1º secretario faz a leitura da proposta.

O Sr. PRESIDENTE: — Parece-me que, segundo a materia desta proposta, é esta uma verdadeira indicação; portanto dou-lha destino, remettendo-a á mesa para sobre ella dar o seu parecer.

O Sr. MENDES DE ALMEIDA: — Mas eu pedi a urgencia...

O Sr. PRESIDENTE: — Foi para se ler. Como a proposta do Sr. deputado não é um requerimento, não entra já em discussão.

O Sr. MENDES DE ALMEIDA: — Pois eu peço urgencia para se discutir já....

O Sr. PRESIDENTE: — Perdõe-me; é uma indicação, e, como tal, tem destino marcado no regimento....

O Sr. MENDES DE ALMEIDA: — Mas a camara póde dispensar no regimento e discutir já a minha moção.

O Sr. PRESIDENTE: — Não, senhor, o regimento dá destino ás indicações; esta vai ser remettida á mesa para dar o seu parecer. Agora entrarei na primeira parte da ordem do dia...

O Sr. MENDES DE ALMEIDA (*pela ordem*): — Na minha proposta eu peço á camara que deixe hoje de funcionar; mas V. Ex., annunciando que se vai entrar nos trabalhos, de alguma sorte declara prejudicada a indicação....

O Sr. PRESIDENTE: — Esta declaração do nobre deputado ainda fortalece mais a minha opinião, de que a proposta não póde considerar-se senão como uma indicação.

O Sr. MENDES DE ALMEIDA: — Eu a considero antes como um requerimento....

O Sr. PRESIDENTE: — Se o Sr. deputado quer, poderei consultar a camara se a considera requerimento; é um recurso para a camara.

O Sr. Aprigio (*pela ordem*):—Sr. presidente, eu julgo que se póde conciliar o regimento, que V. Ex. muito bem entende e sabe pôr em pratica, com as justas informações do nobre deputado pelo Maranhão, as quaes creio que são o fiel pensamento da unanimidade da casa, suspendendo-se a sessão enquanto a mesa dá o seu parecer. Deste modo cumpre-se o regimento, esperando-se pelo parecer da commissão e consuegue-se o fim que pretende o nobre deputado. O contrario, porém, seria desde já reprovarmos aquillo que depois se tem de resolver. O nobre deputado propõe que esta augusta camara se abstenha hoje de discussões; ora, se em vez de decidir-se esta moção, V. Ex. entra na ordem do dia, para no fim da sessão emittir o seu parecer a respeito, segue-se *ipso facto* a rejeição da moção, ou que virá esta a ser votada sem mais effeito; entretanto que com uma breve suspensão ficão todas as cousas conciliadas. Peço pois a V. Ex. que me informe se posso requerer a suspensão da sessão enquanto a mesa dá o seu parecer, ou então se V. Ex., fazendo parte principal della, póde, antes de entrar na ordem dos trabalhos, conferenciar com os mais membros, e apresentar o competente parecer.

O Sr. PRESIDENTE:—O que se apresenta é caso inteiramente novo na camara: eu pois vou consultal-a se quer que se suspenda a sessão para este fim.

O Sr. Wanderley (*pela ordem*):—Sr. presidente, ninguém mais do que eu sente a triste noticia que o nobre deputado pelo Maranhão acaba de communicar á casa; creio que neste sentimento estamos concordes, tanto os nobres deputados de um lado, como os de outro; mas permitta-me V. Ex. que eu diga que a maneira por que se quer saltar por cima dos estylos até hoje seguidos não póde ser desculpa a pela dôr que todos sentimos. Têm fallecido alguns membros desta casa, a nós temos funcionado no mesmo dia. Verdade é, que alguns delles não terião os merecimentos nem os serviços do honrado senador a quem o nobre deputado se referio, mas formavão como

que uma mesma família conheço. Demais, hoje é penultimo dia da sessão; segundo V. Ex. sabe, a camara tem de se comunicar com Sua Magestade a respeito do dia em que se deve encerrar a sessão, e nós, approvando a indicação do nobre deputado, vamos cortar de alguma forma por esta cerimonia e estylo de que não podemos prescindir. Suspendendo-se a sessão, a quem deve a deputação nomeada pela camara comunicar o resultado da sua missão perante o monarcha? Como saberá a camara o lugar e hora em que a abertura da assembleia geral deve ter lugar? Bem vê o nobre deputado que não é possível, apesar do sentimento de que nos achamos possuidos, approvar a sua indicação; já se vê igualmente que não podemos tambem approvar o requerimento do meu honrado collega que exige desde já a suspensão da sessão!

Senhores, não é esta demonstração que o nobre deputado pretende que a camara dê pelo sentimento da morte do illustre senador o Sr. Bernardo Pereira de Vasconcellos, que ha de fazer com que o paiz se persuada de que a camara dos Srs. deputados toma parte em tão triste occorrença. Por consequencia eu requeria a V. Ex. que, quando não fosse rejeitada a indicação desde já, ao menos se substituísse por algum outro requerimento, que apesar de extraordinario, contudo não está tão longe dos estylos da casa, não está tão fóra das conveniencias parlamentares, isto é, que se nomeasse uma deputação que por parte da camara assistisse ao funeral do Sr. senador Bernardo Pereira de Vasconcellos. (Apoiados.) Deste modo davamos uma demonstração extraordinaria, mas não sahiámos dos estylos até aqui seguidos. Se V. Ex. permite, mandarei este requerimento á mesa.

O SR. PRESIDENTE:—Sem que o nobre deputado peça a urgencia não posso.

O SR. APRIGIO:—Sr. presidente, eu já annunciei o meu requerimento; e não sei como este requerimento pôde pôr-se em discussão sem ser apoiado o meu; que tem a prioridade.

O SR. PRESIDENTE:—Então admitto uma questão de ordem se deve ter lugar o requerimento do Sr. deputado.

O SR. APRIGIO:—Eu requero á camara que suspenda a sessão, até que a mesa dê o seu parecer....

O SR. PRESIDENTE:—Admitto uma questão de ordem acerca deste requerimento....

O SR. APRIGIO:—Entendo que deste modo vai-se votar sobre o requerimento antes de ser elle apoiado e submettido á discussão. V. Ex. vai perguntar se deve ou não ser admittido....

O SR. PRESIDENTE:—Vou consultar a camara se admitte o requerimento para suspender a sessão....

O SR. APRIGIO:—Mas esta é o objecto do requerimento; se V. Ex. consultar a casa se deve suspender a sessão, vai pôr em votação em primeiro lugar aquillo que deve ser em ultimo. O que V. Ex. poderá consultar a casa é se pôde admitir um requerimento meu, pô-lo em apoio, e para isso não se faz mister uma appellação.

O SR. PRESIDENTE:—No sentido em que o nobre deputado propõe, julgo que não posso admitir o requerimento, porque é violação do regimento.

O SR. APRIGIO:—Mas admitte o do Sr. Wanderley.

O SR. PRESIDENTE:—O requerimento do Sr. Wanderley não ataca o regimento, porque não faz suspender a sessão, tem por objecto o expediente

da casa; mas o nobre deputado propõe cousa que vai atacar ao regimento....

O SR. APRIGIO:—Ataca o regimento a suspensão da sessão por alguns momentos? !....

O SR. PRESIDENTE:—Sim, senhor, pelo regimento não se pôde suspender a sessão senão em casos marcados.

O SR. APRIGIO:—Neste caso pediria ao nobre deputado que retirasse a sua indicação, porque parece haver já uma decisão contraria a ella....

O SR. PRESIDENTE:—A indicação teve direcção, foi remettida á mesa....

O SR. APRIGIO:—Mas a mesa está continuando; está contrariando aquillo que o nobre deputado pretende; desta modo vem a ser inutil a indicação, e melhor é que elle a retire. Entretanto direi ao nobre deputado pela minha provincia....

O SR. PRESIDENTE:—Não está em discussão isto.

O SR. APRIGIO:—Mas uma vez que elle disse alguma cousa sobre a materia posso contrariar-o.

O SR. PRESIDENTE:—Disse pela ordem.

O SR. APRIGIO:—Pois eu tambem direi pela ordem. O nobre deputado disse que o nosso regimento não admittia estas noções; que não era isto de nossos estylos; e pois que o que o nobre deputado disse fez grande impressão na casa, e ouvi mesmo alguns apoiados do lado da montanha....

O SR. SOUZA FRANCO:—Nenhuma palavra se disse; não se disse sim, nem não.

O SR. PRESIDENTE:—Perdôe-me o Sr. deputado, eu não admitto questão a este respeito.

O SR. MORAES SARMENTO:—Eu pretendia dizer alguma cousa.

O SR. PRESIDENTE:—Não posso consentir que os Srs. deputados continuem, porque não ha nada sobre a mesa. O que diz o Sr. Aprigio me parece inadmissivel; não posso considerar a emenda do Sr. Mendes de Almeida senão como indicação, e como tal dei-lhe o destino conveniente.

O SR. APRIGIO:—Faça V. Ex. o que quizer; mas á vista do que tenho observado, seria conveniente que o nobre deputado retirasse a sua indicação.

O SR. PRESIDENTE:—Elle pediu a palavra, talvez seja para isto.

O SR. APRIGIO:—O que se propõe não é cousa prevista no regimento, mas não sei como o contrarie: a moção não é nova nos estylos de parlamentos estrangeiros, e nas nossas assembleas provinciaes ha exemplo, que autorisa o que agora se requer; aqui se acha quem, estando em 1838 na assemblea provincial da Bahia, quando teve a noticia do passamento do patriarcha da independencia o Sr. José Bonifacio de Andrada, fez uma moção semelhante, pedindo luto por quinze dias, que foi immediatamente votada por aclamação e unanimidade.

O SR. PRESIDENTE:—Perdôe-me o Sr. deputado está continuando a discutir o negocio.

O SR. APRIGIO:—Não discuto, nem pudera hoje discutir; apenas estou apresentando como que um protesto; mas como V. Ex. não consente isto mesmo, e a situação e o objecto não permitem discussão, sento-me.

O SR. MENDES DE ALMEIDA:—A vista das razões apresentadas pelo nobre deputado pela Bahia, eu retiro a minha indicação, admittindo a sua proposta. O que desejava era que a camara desse uma manifestação pela perda immensa que acaba de soffrer o paiz, é esta manifestação de

alguma sorte também se dá com a proposta ultimamente apresentada.

O Sr. PRESIDENTE:— Como a indicação não foi apoiada, está retirada. Vou consultar a casa se convém na urgência pedida pelo Sr. Wanderley para se ler e discutir o requerimento que elle propoz.

A urgência é approvada; lê-se e entra em discussão o seguinte requerimento:

« Requeiro que se nomee uma comissão de cinco membros, que assista por parte da camara dos deputados ao funeral do Sr. senador Bernardo Pereira de Vasconcellos.— *Wanderley.* »

O Sr. MENDES DE ALMEIDA:— Julguei que o requerimento do Sr. deputado marcasse uma comissão de maior numero de membros. Proponho em lugar de cinco membros quinze, uma comissão maior; por este modo dar-se-ha uma demonstração mais categorica e significativa por parte da camara.

Neste sentido offero a seguinte emenda que é apoiada:

« Em lugar de cinco membros, diga-se—quinze.»

O Sr. REZENDE:— Desejava que V. Ex. me dissesse de quantos membros se compoz a deputação para assistir ao enterro do principe imperial.

O Sr. PRESIDENTE depois de consultar por algum tempo as actas, diz que essa deputação foi composta de vinte e quatro membros.

O Sr. VISCONDE DE BAEPENDY:— Eu requeiro a V. Ex. que haja de mandar examinar o regimento commum, porque ali se marca o numero de membros de que se devem compor as deputações que competem a S. M. o Imperador, a S. M. a Imperatriz e a todos os membros da familia imperial.

O Sr. Wanderley (depois de passado algum tempo, durante o qual se examina o regimento):—Para que havemos de demorar a decisão do requerimento por causa de uma informação que não vem aqui para o caso? Porque desejamos saber de quantos membros se compõe a deputação que vai a Suas Magestades, de quantos a que vai ao principe imperial, etc., etc.? Da que tratamos é de dar uma demonstração de sentimento pela perda que o paiz acaba de soffrer; ora, propondo-se uma comissão do mesmo numero daquellas que são mandadas por morte de qualquer deputado, creio que a camara tem mostrado o seu sentimento. (Apoiados.) Mas, enfim, proponha-se o numero que se quizer, quinze, vinte ou trinta; ao juizo da camara está approvar o que lhe parecer; pôde ella decidir sobre isto sem precisar saber de quantos membros se compõe as diversas deputações que ella nomea.

O Sr. PAULA CANDIDO (1.º secretario):— Percorri ligeiramente o regimento, e não acho disposição alguma relativa ao caso vertente.

ALGUNS SRS. DEPUTADOS:— Nem ha.

MUITAS VIZES:— Votos! Votos!

O Sr. Visconde de Baependy:—Se pedi informações a V. Ex. sobre o numero de membros das deputações de que trata o regimento commum foi porque o honrado deputado por Pernambuco perguntou de que numero tinha sido a deputação mandada por occasião do fallecimento de S. A. Imperial; e como V. Ex. declarasse que tinha sido de vinte e quatro, pareceu-me que não devia este numero servir de base, por isso que sabia que ha outras deputações de menor numero destinadas á recepção dos principes quando vão á assembléa geral, e assim convinha que a de que se trata fosse de menor numero. E nem era possível que outro fosse o fim de meu requerimento, tanto que voto pela proposta do honrado

deputado pela Bahia, na qual se fixa o numero de cinco membros para a deputação que tem de assistir ao funeral do nobre senador o Sr. Vasconcellos.

O Sr. MENDES DE ALMEIDA:— A vista das explicações que tenho ouvido, peço para retirar a minha emenda.

Retira-se a emenda, e procedendo-se á votação sobre o requerimento do Sr. Wanderley, é approvado.

PRIMEIRA PARTE DA ORDEM DO DIA

Continúa a discussão do projecto n. 85, que concede loterias ao conselheiro Eustaquio Adolpho de Mello Mattos.

O Sr. GOMES RIBEIRO pede o encerramento da discussão.

Posto a votos este requerimento, é approvado; e procedendo-se, por escrutinio secreto, á votação do art. 1.º do projecto, é rejeitado por 55 votos contra 9.

Julgão-se prejudicadas todas as emendas, com excepção da que concede as quatro loterias como emprestimo.

O Sr. PRESIDENTE:— A votação desta emenda fica reservada para amanhã, porque agora vão-se ler os autographos das leis que devem subir á sanção.

O Sr. OLIVEIRA (pela ordem) pede urgencia para que se vote neste negocio depois da leitura dos autographos.

Lêem-se os autographos das seguintes leis: 1.ª, fixando as forças de terra para o futuro anno financeiro; 2.ª, sobre a provincialisação das notas; 3.ª, código do commercio.

A uma hora, menos 20 minutos, o Sr. presidente convida os Srs. deputados, membros das duas deputações nomeadas, para se dirigirem ao paço e preencherem a missão de que foram encarregadas, e suspende a sessão.

A uma e 10 minutos voltão as deputações, e continúa a sessão.

O Sr. Visconde de Baependy (pela ordem):—A deputação nomeada por esta camara dirigio-se ao paço imperial; e sendo recebida na forma do estylo, eu, como orador, tive a honra de apresentar a S. M. Imperial tres decretos da assembléa geral, usando da formula marcada na constituição. S. M. o Imperador dignou-se responder que examinaria os referidos decretos.

O Sr. PRESIDENTE:— A resposta é recebida com muito especial agrado.

O Sr. Wanderley (pela ordem):— A deputação nomeada para saber o dia, hora e lugar do encerramento da presente sessão, e da abertura da seguinte, e bem assim do tempo e lugar em que deve celebrar-se a cerimonia religiosa foi recebida no paço imperial com todas as formalidades do estylo, e S. M. Imperador dignou-se responder que a missa do Espirito Santo terá lugar amanhã, ás 10 horas da manhã na capella imperial, e que o encerramento da presente sessão e a abertura da seguinte se verificará no senado, á uma hora da tarde.

O Sr. PRESIDENTE:— A resposta é recebida com muito especial agrado.

Tendo um Sr. deputado pedido urgencia para continuar a votação, entendo que ella deve continuar independentemente deste pedido, porque não pôde ser interrompida; portanto vai-se votar sobre a emenda do Sr. Pacheco ao art. 1.º

Procedendo-se á votação desta emenda por escrutinio secreto, é rejeitada por 44 votos contra 17.

O art. 2.º, e o artigo additivo do Sr. Rezende ficam prejudicados.

O Sr. PRESIDENTE nomeia para a deputação que tem de assistir ao funeral do Sr. senador Bernardo Pereira de Vasconcellos, os Srs. Ferreira Penna, Vieira de Mattos, Paula Santos, Gomes Ribeiro e Mendes de Almeida.

SEGUNDA PARTE DA ORDEM DO DIA

Continúa a 3ª discussão do projecto n. 99 que commette aos juizes de direito o julgamento de certos crimes.

ALGUNS SRS. DEPUTADOS: — Votos, votos.

O Sr. PRESIDENTE: — Tinha ficado com a palavra o Sr. Moraes Sarmento.

UMA VOZ: — Não está na casa.

O Sr. PRESIDENTE: — Não havendo mais quem peça a palavra sobre o projecto, vou pôr a votos.

O Sr. SOUZA FRANCO: — Peço a palavra.

O Sr. PRESIDENTE: — Tem a palavra o Sr. Souza Franco.

O Sr. ANGELO RAMOS: — Peço a palavra.

O Sr. SOUZA FRANCO: — Cedo da palavra.

O Sr. Angelo Ramos: — Sr. presidente, quando na segunda discussão deste projecto eu tive a honra de occupar a attenção da camara por alguns momentos, a série da minha argumentação foi por este modo, estabeleci a these de que o jury não só devia ser considerado como uma instituição judicial, senão também que devia ser considerado, e principalmente, como uma instituição politica, demonstrando ao depois que a nossa constituição dava ao jury também esse character politico, e conclui que o projecto era inconstitucional, além de perigoso. Hoje não me occuparei da these; insistirei porém em que o projecto é repellido pela constituição, creando-se até juizes especiaes; responderei aos honrados deputados que o sustentão, acrescentando que é inefficaz o projecto:

Sr. presidente, além de que o art. 151 da constituição estabelece a independencia do poder judiciario, e o art. 152 declara que os jurados pronunciação sobre o facto, e os juizes de direito applicão a lei, o § 17 do art. 179 da constituição diz: — A excepção das causas que por sua natureza pertencem a juizes particulares, na conformidade das leis, não haverá fóro privilegiado nem comissões especiaes nas causas civis ou crimes.

Daqui se vê que a constituição não quer que hajão outros juizes, a não serem os dos arts. 151 e 152, salvo porém aquelles que deverem ser especiaes em virtude da natureza da propria causa. Assim, perguntarei eu: — Os crimes a respeito dos quaes se faz excepção exigem por sua natureza juizes especiaes? Parece-me que não. Entretanto pelo projecto dá-se juizes especiaes para o julgamento de certos crimes. E' o juiz letrado decidindo do facto e do direito, dando-se portanto um julgamento que é contrario á disposição expressa da constituição.

Sr. presidente, V. Ex. me permittirá que produza um facto ainda ha pouco acontecido no parlamento portuguez. Sendo alli apresentada a idéa, por parte do ministerio, de se entregarem os crimes de liberdade de imprensa a certos juizes, a comissão sahida do proprio seio da maioria da camara dos deputados impugnou a idéa do ministerio.

UMA VOZ: — Tem muita paridade.

O Sr. ANGELO RAMOS: — Ha toda a paridade, porque se trata aqui de estabelecer juizes especiaes, como alli se pretendia crear para o julgamento dos crimes de abuso de liberdade de imprensa, entregando-os a juizes letrados; e o

fundamento com que foi impugnado o pensamento do ministerio foi o art. 145 da carta portugueza que diz: « Não haverá fóro privilegiado nem comissões especiaes nas causas civis ou crimes: » disposição esta que é analogia a do § 17 do art. 179 da nossa constituição.

A disposição é identica, e prova tanto para um como para outro caso, porque em ambos os casos se entrega o julgamento de certos crimes a juizes especiaes. A constituição firma a regra dos julgamentos no art. 152, e no § 17 do art. 179 estabelece a excepção, que é as causas que por sua natureza pertencem a juizes especiaes. Portanto fóra dessas causas, tudo que não fór julgamento por juizes e jurados excede os limites marcados na constituição.

O principal argumento apresentado pelos nobres deputa os que sustentão o projecto, e que também foi trazido pelo nobre deputado por Minas Geraes, o qual se occupou de responder-me especialmente, foi que os crimes sobre que disputa o projecto não são politicos, mas sim crimes particulares. Em meu entender esta objecção nada respondeu, porque nas disposições da constituição encontro a resposta a ella.

Senhores, a nossa constituição garante também os direitos individuaes: o art. 179 estabelece garantias a respeito dos direitos individuaes, por exemplo, do direito de propriedade, a inviolabilidade do asylo do cidadão, etc.; e estas garantias não serão conferidas sem de melhor assegurar aos cidadãos o gozo e exercicio dos seus direitos individuaes? Se a sociedade é obrigada a conservar os direitos do individuo, e assegurar-lhe a sua realisação, não pôde deixar de firmar meios de garantir taes direitos. E isto faz a nossa constituição. Lê-se o art. 178 e o § 34 do art. 179. (Id.) A constituição considera como constitucional também o que diz respeito aos direitos individuaes do cidadão, e não consente que se toque nesses direitos, senão pelas formalidades ali marcadas, e senão nos casos e circumstancias que ella especifica. Eis-aqui pois a constituição estendendo o seu manto sobre os direitos individuaes, considerando-os debaixo de um certo ponto, no qual os garante de modo que sobre elles não se possa tocar senão por aquelles meios determinados pela mesma constituição. Ora, em face destes argmentos, deduzidos da expressa determinação da constituição do imperio, não sei como se poderá dizer que por serem os crimes de que trata o projecto individuaes se pôde delles fazer excepção á regra fixada para os julgamentos por juizes e jurados, garantindo a constituição terminantemente os direitos individuaes do cidadão brasileiro.

Quando, Sr. presidente, eu encarei o jury como uma instituição politica, certamente que devia ir estudar esta instituição naquelles escriptores que têm tratado desta materia, e que a estudarão segundo a legislação de paizes que adoptarão o jury, e então poderia acontecer ou aconteceria mesmo, que algum pensamento bebido nessas fontes resumbrasse no meu discurso. Isto não era digno da admiração do nobre deputado por Minas quando disse que eu me tinha encontrado com um illustre escriptor que havia se occupado da analyse desta instituição. E tanto mais quando bem sabe o nobre deputado que as reflexões que fiz são comessinhas, e que algumas se encontram em uma boa parte dos escriptores que ha acerca desta materia. Parece-me porém que o nobre deputado com isto quiz mostrar quando era versado no estudo do publicistas, eu o reconheço, não era preciso dizê-lo.

Sr. presidente, encontro nos criminalistas, quer francezes, quer inglezes, que se occupão da instituição do jury, a idéa de que com o jury se garante um direito natural, o direito de liberdade, o direito de segurança, que é fundado na propria

natureza humana; porque é estabelecendo os julgamentos por homens a respeito dos quaes se não possa presumir violencia nas suas deliberações, por homens que possuão melhor sentir e avaliar os factos, que o cidadão poderá achar garantias na apreciação ou julgamento de seus actos. Nos escriptos sobre o direito romano, senhores, se encontra esta regra—*vicini vicinorum facta presumuntur scire*. — O vizinho é quem melhor pôde aquilatar a acção do vizinho.

Senhores, se no governo representativo é fundada na razão a determinação dos poderes legislativo, executivo e judiciario, é também a determinação do julgamento do facto, do julgamento do direito na instituição do jury, fundada na razão, porque dest'arte o que se faz é estabelecer a regra de que aquelles individuos que melhor podem avaliar os factos sejam chamados para os considerar a julgar, e aquelles que melhor podem aviliir do direito, que melhor podem conhecê-lo, sejam os que applicuem as leis. E como observa o Sr. Silvestre Pinheiro, nos governos despoticos é que se dá os julgamentos dos factos e do direito a juizes letrados, que são os habilitados para conhecer do direito estrito; nos governos modernos, nos governos constitucionaes, não; nestes faz-se a distincção, porque nos governos constitucionaes sendo a nação chamada para dar delegados que fação as leis, deve ser também a nação chamada para dar delegados que applicuem-n'os. Se a base do regimen representativo é ser a nação representada, deve ella necessariamente intervir ou ser representada na applicação das leis.

Senhores, quando eu queira argumentar com a legislação de outros paizes, me parece que não poderei allegar legislação melhor do que a da Inglaterra. Ahí, além de todos os juriconsultos considerarem que o jury tem por fim garantir os direitos individuaes, e é de direito natural, a magna carta dada em 1215, no art. 48, diz o seguinte (lendo): « Se não deterá nem prenderá, nem se desapossará de seus bens, liberdade, etc., a pessoa alguma, senão pelo juizo de seus pares, etc. »

O estatuto dado em 1297 á magna carta, por Eduardo I, confirma mais este principio, e ainda vai mais adiante no art. 2º: « Queremos além disto que os juizes contrarios ás disposições da dita carta, dados por juizes ou por outros empregados de justiça, sejam havidos como não dados e nulos. »

Senhores, eu ainda citarei a opinião muito respeitavel de Montesquieu, que não pôde ser suspeita: diz este publicista: « O poder de julgar não deve ser dado a um senado permanente, mais deve ser exercido por pessoas tiradas do corpo da nação, etc. » Em outra parte: « E' necessario mesmo que os juizes sejam da condição do accusado, ou seus pares, afim de que se não possa presumir que tem cahido nas mãos de pessoas que lhe fação violencias. »

E como estas autoridades, Sr. presidente, eu poderia citar muitas outras, por exemplo, M. Duport na assembléa constituinte de França, que sobre o direito que tem a nação de intervir no julgamento por jurados, disse: « E' um direito do povo, é um direito eterno, e que se não pôde atacar, etc. »

O direito, pois, de avaliar o facto em materia de criminalidade, é um direito do povo, um direito da nação, um direito do individuo; por consequente, qualquer medida que tenda a coarctar o exercicio deste direito é certamente uma violencia ao cidadão.

Outro argumento que se apresentou contra aquelle do artigo da constituição, que eu citei para fundamentar a minha opinião, foi que a constituição também garante no civil o julgamento por jurados, mas que ainda não se tinha

estabelecido isto. Eu respondo a este argumento deste modo: o pensamento da constituição é que haja julgamento por jurados quer no civil quer no crime; mas porque ainda não se poz em execução o julgamento por jurados no civil, é conclusão logica que se trata de destruir o julgamento por jurados no crime? Me parece que isto seria o mesmo que um individuo, que fosse devedor a outro de duas letras, pagasse uma, e quando vencesse o tempo da outra por não ter dinheiro e não poder pagar dissesse: « dai-me o dinheiro com que já vos paguei a primeira letra (apoiados); seria o mesmo que um individuo que tendo de fazer uma casa segundo um plano grande a começasse a fazer, e tendo já gozado da parte da casa, que estava prompta, como lhe faltassem meios para concluir a obra, demolisse tudo que estivesse feito, porque seus recursos não lhe permittião acabar a obra, conforme o plano.

O Sr. NABUCO dá um aparte que não pudemos ouvir.

O Sr. ANGELO RAMOS: — Perdõe-me o nobre deputado; o Sr. Souza Franco entende commigo que a instituição de jurados, quer no civil quer no crime, é um preceito da constituição...

O Sr. SOUZA FRANCO: — Apoiado.

O Sr. ANGELO RAMOS: — ... e então, argumentando, disse: « Como nós já gozamos do beneficio de julgamento por jurados no crime, não devemos acabar com esta instituição; » foi um argumento que elle apresentou, mas não negou o principio de que era constitucional o julgamento no civil por jurados.

O Sr. SOUZA FRANCO: — Apoiado.

O Sr. ANGELO RAMOS: — Um argumento de paridade que apresentou o nobre deputado por Minas foi que o poder executivo é independente, e que entretanto o poder moderador demitte e nomea livremente os ministros. Parece-me que este argumento não pôde proceder, porque o poder executivo é independente no exercicio de suas funções; neste sentido elle não pôde usurpar attribuições de outros poderes politicos, nem deve consentir que as suas lhe sejam usurpadas, elle obra sem que seja por influencia de outro poder. Mas, senhores, querer-se argumentar com o poder moderador neste caso, quando pela nossa constituição o poder moderador está incumbido de vigiar sobre os outros poderes, de manter a harmonia entre ellas, e para isto tem o direito de nomear e demittir livremente os ministros, como tem a acção moderadora sobre a assembléa geral, podendo dissolver uma camara quando entenda que é isto para salvação publica, é querer-se confundir aquillo que é moderador com aquillo que é executivo, ou então o nobre deputado quiz dar ao poder executivo funções moderadoras.

Sr. presidente, maravilhei-me de ver que aqui se apresentasse o argumento de que esta questão era de conveniencia! Parece-me que as conveniencias não podem levar-nos ao ponto de ferir a constituição. Devemos distinguir, senhores, aquillo que é objecto de uma lei de méra confiança, daquillo que é objecto de uma lei permanente; é, por exemplo, objecto de confiança as medidas de força publica, dos fundos com que se têm de supprir o governo, mas uma lei que tem de ser permanente, etc.; não pôde ser baseada na conveniencia do momento, é sómente a utilidade publica, as necessidades sociaes que as devem autorisar.

Senhores, em 1841, quando se tratava da reforma do código do processo criminal, se pintava o paiz á borda de um abysmo, dizia-se que o unico meio salvador era a criação desses dele-

gados e subdelegados de policia; e quando se observava que essas autoridades seriam instrumentos para eleições, dizia-se também: « Vós não quereis tratar de remediar o mal que nós accommette, esta medida é de conveniencia. » Entretanto nós temos visto que as provisões da opposição de então se têm realisado, porque em verdade esses delegados e subdelegados não têm sido senão uma instituição para desnaturar o voto nacional. (*Apoiados da opposição.*) E' a mesma linguagem, de que hoje se usa para justificar certas medidas.

Senhores, a opinião dominante nas suas reformas parece que quer acabar com as garantias que o nosso pacto fundamental offerece á nação. (*Apoiados da opposição.*) A respeito do jury, por exemplo, já a opinião dominante acabou com o primeiro conselho dos jurados, já a opinião dominante também deu os juizes de direitos a attribuição de avaliar do direito e do facto, podendo appellar para a relação da decisão, quando entenda que o facto foi mal apreciado; e hoje se quer tirar dos jurados o julgamento de certos crimes! Mas, senhores, me parece que vós, com este remedio, não ireis sanar o mal que pretendeis remediar, porque confundis aquillo que é effeito com aquillo que é a causa. A causa, senhores, não está no jury, a causa existe no estado de desmoralisação a que estamos reduzidos, estado este para que infelizmente tem concorrido principalmente o poder executivo.

Senhores, quando eu fallei em outra occasião, disse que se podia buscar o remedio do mal que existe na instituição do mesmo jury; por exemplo, que se podia exigir maior numero de qualificações para os jurados, nunca porém de modo que se tornasse o jury um corpo aristocratico, ou que fosse lembrada alguma outra medida; e como o jury especial de Inglaterra, apesar de seus defeitos e abusos, contém certas disposições, para assim dizer, de mais vigor, se poderia allegar alguma dellas; mas argumentava eu como uma hypothese, e não emittei juizo algum. Então disse eu que antes queria jurados com mais qualificações do que ha actualmente; porém nunca quizerel que a exigencia vá ao ponto de tornar o jury um corpo aristocratico.

Nessa occasião se disse: « vós quereis o jury especial da Inglaterra. » Não, senhores, não quero o jury especial da Inglaterra, é elle muito defeituoso; os proprios estadistas daquelle paiz têm apresentado bills de reformas: parecia-me que o meio mais conveniente para curar o mal, seria uma reforma no jury, assim nesa instituição nos offereceria mais garantias, e se poderia então applicar remedios effluazes aos males. Senhores, entregando-se o julgamento do facto e do direito aos juizes de direito, entendeis que ficarão sanados os males que soffre a sociedade brasileira? De que modo será isto, se os juizes de direito continuão ainda na dependencia do poder executivo, se o poder executivo pôde fazer delles juiz e parte, e assim se dar o absurdo de ser o mesmo individuo juiz e parte ao mesmo tempo? Attendei ao gravissimo inconveniente de se não permitir que o cidadão escolha aquelles que têm de julgar do facto de que é accusado: Finalmente as promessas solemnemente feitas pela constituição, de que os julgamentos serão feitos por juizes e jurados, longe de serem cumpridas, pelo contrario irão pouco a pouco sendo desprezadas porque se não quer que sejam realisadas.

Hoje a excepção é para alguns crimes, amanhã será, por exemplo, para a liberdade da imprensa.

Resumindo, Sr. presidente, direi que se a nossa constituição quer que o julgamento do cidadão brasileiro seja por juiz e jurado, e se impede que se creem juizes especiaes; se o jury tem por fim

garantir o direito natural do homem, da sua segurança e liberdade; e se as excepções feitas pelo projecto tendem a negar-se á nação uma parte daquellas promessas, que tão solemnemente lhe fôrão feitas nossa na constituição; qual é o julgamento pelo jury, quer no civil quer no crime, estando já ella no gozo deste ultimo; tendo em abono da minha opinião não só a lei ingleza, como opiniões de juriscôultos muito esclarecidos; se esta medida não pôde sanar os males que soffre a nossa sociedade, porque confundem-se os effeitos com a causa não se querendo curar o mal em sua origem; se finalmente, este projecto não é mais do que um meio que hoje se emprega para se acabar com o jury em certas especialidades, mas que amanhã igual projecto será apresentado a respeito de outros direitos, não só individuaes como até politicos, é minha opinião que o projecto em discussão não deve merecer a approvação da camara, pois que nos cumpre trabalhar para que a nossa constituição seja uma realidade. Voto pois contra o projecto. (*Apoiados da opposição.*)

ALGUNS SRS. DEPUTADOS:—Votos, votos.

Vai á mesa, e, depois de apoiada, entra em discussão, conjunctamente com a mais materia, a seguinte emenda additiva:

« Se passar o artigo, accrescente-se:

« A importação de escravos africanos no Imperio. Rio, 2 de Maio de 1850.—*Souza Franco. — Dias de Carvalho. — Mello Franco. — A. F. Ramos.* »

O SR. PRESIDENTE:—Tem a palavra o Sr. Sayão Lobato.

O SR. SAYÃO LOBATO:—Sr. presidente, se não fosse a necessidade de explicar uma parte do meu discurso, que tão mal interpretada foi pelos illustres deputados que impugnão este projecto, eu não tomaria a palavra, porque, em verdade, não ouvi ao illustre deputado que acaba de sentar-se, cousa que accrescentasse ao que já se tem dito contra o projecto, e que não tenha sido combatido sufficientemente. Refiro-me á parte do meu discurso em que fiz uma referencia aos successos do Rio Grande do Sul, como exemplo muito proprio para melhor fazer sentir o meu pensamento.

Respondia eu ao illustre deputado por Minas, que impugnava a disposição deste projecto na parte em que passa para os juizes de direito o julgamento dos crimes de roubo e homicidio commettidos nas ralas do Imperio, sustentando esse illustre deputado que o projecto assim era anti-constitucional, visto que creava juizes especiaes com quebra da igualdade da lei, combatendo esta opinião, procurei demonstrar como pelo contrario, no projecto se procurava substancialmente manter a igualdade dos julgamentos, igualdade de julgamentos que o illustre deputado muito mal interpretava quando a fazia consistir em uma uniformidade só nominal, sem attender que verdadeira igualdade já mais podia existir nos julgamentos dos chamados juries levantados das ralas do Imperio com os dos outros juries regularmente estabelecidos em os outros pontos. Assim pois, fiz ver ao illustre deputado que, longe deste projecto alterar as benéficas instrucções da lei, não faria mais do que combinar, ou, para melhor dizer, compensar quanto era possível a desigualdade natural que havia naquelles pontos especiaes do Imperio. Eu dizia: « As circumstancias notorias das nossas fronteiras tornão necessaria a providencia do projecto, porque, com a instituição do jury tal qual existe, é um impossivel ahi a repressão desses crimes por vultuosos julgamentos; e exemplificando, disse eu: « Pois não está visto que se qualquer destes individuos do Rio Grande do Sul, que actualmente

fazem correrias na Banda Oriental, fosse levado á barra do jury da fronteira para responder pelo crime de homicídio ou roubo que houvesse cometido contra algum estrangeiro da Banda Oriental, não seria julgado criminoso; tanto mais que a respeito desses estrangeiros ha essa natural prevenção de vizinhos turbulentos, de homens que se lembrão das passadas lutas, e que estão talvez na expectativa de outras futuras?»

Se especialmente eu dirigi a minha attenção para a provincia do Rio Grande do Sul, foi porque os notorios successos, de que tem feito menção a nossa imprensa, erão mesmo para de preferencia trazer á lembrança aquelle ponto do imperio; não era seguramente, Sr. presidente, que eu tivesse informações especiaes a respeito daquelles acontecimentos (como disse o nobre deputado pelo Pará, que eu tinha até fraternaes informações da policia do Rio Grande do Sul), nem tão pouco porque eu julgasse que era a occasião azada de considerar e apreciar esses successos. A camara deve reconhecer que a occasião não era propria, nem era mesmo possível que eu me mettesse em uma questão desta ordem, quando não tinha entre mãos nem os documentos precisos, nem mesmo quaesquer informações que por ventura me habilitassem a tratar de questão tão grave. Nesta occasião devo declarar francamente que pelo pouco que sei dos negocios do Rio Grande do Sul, unicamente pelo que se tem publicado nos jornaes, talvez forme um juizo algum tanto discrepante do que fórma meu irmão, deputado por aquella provincia, que por ventura com melhor conhecimento ajuizará delles. Per-tanto, em vez de estar eu informado por elle a respeito daquelles negocios, nenhuma informação tenho, nem mesmo combino perfeitamente com elle no tocante ás cousas do Rio Grande do Sul, de que aliás ainda não tive occasião de tratar.

Limitel-me só a dizer, eu o repito, que se qualquer dos individuos que fazem correrias na Banda Oriental fosse levado ao jury por crime de homicídio ou roubo commettido na pessoa de algum orientalista, seguramente não encontraria no jury daquela fronteira um tribunal proprio para administrar justiça; as naturaes prevenções de vizinhos estrangeiros, a recordação das passadas lutas e a expectativa talvez de outras futuras, explicão bem que não é possível que possa haver esse julgamento digno de um tribunal imparcial.

Ora, a este respeito o illustre deputado pela provincia de Minas, seguramente de muito boa fé, porém dando uma intelligencia muito vasta, muito elastica ao pouco que eu havia reflectido sobre o Rio Grande do Sul, disse: «Pois se neste projecto se trata de prover os negocios do Rio Grande Sul, se é medida que o governo pede para acabar com aquelles movimentos, eu, primeiro que tudo, sou brasileiro, e então desde já emmudeço tornando-me ministeral.» Bem vê o illustre deputado que nem podia, das poucas palavras que eu proferi, tirar uma semelhante supposição, nem de quaesquer outras que em tal assumpto muito categoricamente por ventura eu proferisse, porque é bem patente que qualquer proposição, ou erronea ou inadvertidamente, por mim aventurada, não era para desmoralisar um projecto que tem um sentido proprio e natural.

Continuou o illustre deputado: «Mas se é um meio de fazer justiça a subditos brasileiros por crimes que por ventura elles perpetrem em paiz estrangeiro, então direi que o projecto é altamente iniquo, porque esses crimes não são justicaveis pela legislação do Brazil.» Pareceu-me que o illustre deputado, com suas pulhetadas, metteu-se a decidir uma questão muito delicada, que tem preocupado os mais distinctos publicistas, e que ainda não foi inteiramente resolvida, porque existem opiniões muito respeitaveis encontradas a este respeito.

Ora, se a questão de verificar até que ponto os subditos de uma nação são nella justicaveis pelos crimes que commettem em paiz estrangeiro, ainda assim posta em absoluto, não é questão facil e liquida, porque depende das peculiares disposições da legislação, dos respectivos tratados e do direito consuetudinario internacional; a hypothese por mim figurada seguramente não admittre opinião douta em contrario: Perdõe-me o illustre deputado que lhe diga, que menos juridicamente contestou o ponto de direito com que eu fundava a minha opinião: eu figurei que um subdito brasileiro, sahindo do imperio para o paiz estrangeiro limitrophe, transpondo uma linha imaginaria, e por ventura muito contestada, já com o plano do crime, lá o execute, e volte trazendo o esbulho do roubo, ou a arma ensanguentada pelo homicídio que acabou de praticar, e venha asyilar-se no imperio; em tal, caso digo, que não haverá opinião de juriscoonsulto que sustente que esse réo não é justicavel no imperio, pelos tribunaes e segundo as leis nacionaes: é visto que elle concebeu o plano do crime, deu principio mesmo a elle no imperio, e no imperio ainda o veio arrematar.

E se por ventura não é justicavel nos tribunaes do paiz, força é reconhecer-se que é o caso da extradicção do réo, ao estado vizinho o reclamar: neste caso o governo do paiz será obrigado a entregal-o, ou aliás a dar uma mais séria satisfação, ou então a sustentar uma guerra, o que de todas as soluções é por certo a menos regular. O illustre deputado não pretenderá que o governo do paiz entregue subditos brasileiros ao cutello desse governicho, ou cousa que o valha, da Banda Oriental (que na verdade não é senão um sólo dominado por bandos armados, verdadeiras guerrilhas que vivem de constantes depredações). É possível que o governo do paiz, qualquer que seja, entregasse por uma dególa certa subditos brasileiros? Por certo que não. Portanto deve-se concluir que até pelo principio da mais alta conveniencia, isto é, por uma necessidade politica, cumpre sustentar-se o direito, que a meu vêr é inconcusso, de fazer-se effectiva a punição segundo a legislação do paiz de todos os réus nas circumstancias figuradas.

Sr. presidente, tenho visto que muitas vezes uma idéa fixa domina por tal modo o espirito, que com ella e por ella se quer resolver todas as questões, foi assim que eu vi muitos dos illustres deputados tão crentes, tão firmes na idéa de que fóra da inamovibilidade não podia haver independencia para os magistrados, que querião resolver toda a questão sobre as remoções dos juizes para essa base que ellas consideravão um verdadeiro axioma; foi assim que sustentarão que os juizes devião ser inamoviveis, ou pelo menos quasi inamoviveis. Agora na discussão deste projecto, dizem: «Sem jury não ha garantia para os direitos individuaes, nem para os direitos politicos, o jury é o paladio das liberdades» e esta é a idéa fixa que domina os espiritos dos illustres deputados impugnadores do projecto. E' assim que vi o illustre deputado por Minas, dominado por esta idéa, exclamar: «Temos o código do processo criminal que nos trouxe a instituição do jury, e então esse código, que foi votado por uma legislatura que não o podia votar sem ter reconhecido o principio de utilidade publica, não merece nenhuma consideração, para agora, depois de 18 annos de posse desta instituição do jury, irmos retrogradar tanto?» Eu então fiz algumas observações a respeito do código do processo criminal; com muita franqueza emitti a minha opinião sobre esta lei que mostra bem as exagerações da quadra em que foi decretada. Talvez devêra ser mais justo para com alguns que dêrão o seu voto para este código, devendo consideral-o como uma lei de circumstancia.

Quando sobre o Brazil cahio a tormenta revolucionaria que fez sua explosão no dia 7 de Abril, todas as molas do governo ou se afrouxarão ou se quebrarão; a autoridade publica perdeu toda a força, e já não podia ter acção necessaria para acudir com efficacia ás necessidades do serviço; no entretanto era indispensavel de qualquer modo prover-se a possível defesa da sociedade, e na fallencia da acção proficua e regular das autoridades judicarias, até então privativamente encarregadas da jurisdicção policial e criminal, foi mister recorrer aos homens do povo, unicos naquella época, capazes de se fazerem obedecer, e portanto os unicos capazes de occorrer ao serviço activo da publica segurança; foi assim que os juizes de paz foram investidos de todas as funcções policiaes, e por fim de quasi toda a jurisdicção criminal. O codigo do processo criminal, portanto, que regularizou a jurisdicção dos juizes de paz, e que com o mesmo espirito da época organizou todas as outras instituições de primeira instancia no crime, seguramente foi uma obra de circumstancia, foi a satisfação de uma necessidade que era mister por todos os modos attender, e neste proposito tudo se confiou os que tinham a preciosa influencia, isto é, aos homens do povo sem maior attenção mesmo para com os preceitos da constituição, que de sua parte tambem teve de soffrer grande reforma. Por conseguinte, naquellas circumstancias o codigo do processo criminal talvez fosse uma obra muito sabia, para prover sobre as cousas daquelle momento; mas depois que o primeiro periodo dessa quadra tormentosa passou.... digo primeiro periodo, porque não a considero já passada de todo, e a este respeito talvez pudesse dizer que alguns symptomas bem significativos se descobrem em certos discursos do illustre deputado pelo Pará; mas tanto não quero avançar.

Um Sr. Deputado: — Sempre disse.

O Sr. SAYÃO LOBATO: — Se o codigo do processo foi, como obra de circumstancia, sabiamente decretado, depois se tornou uma lei muito inconveniente, muito contradictoria de todos os principios de governo, muito repugnante com as circumstancias do paiz; e esses 18 annos, invocados pelo illustre deputado de Minas como um periodo proprio para sancionar a importancia desta lei, esses 18 annos dão um testemunho em contrario do que pretende o illustre deputado, porque nestes 18 annos não menos de dezoito libellos foram propostos contra o codigo do processo, que tantos foram os relatorios do ministerio da justiça.

Todos os ministros da justiça, forçados a dar attenção á administração da justiça criminal, têm clamado contra o codigo do processo:—cada um, por seu modo, veio apresentar no seio do corpo legislativo os inconvenientes dessa legislação; não houve differença de partidos, todos foram unisonos, cada um por sua vez revelou á assembléa geral os inconvenientes e defeitos innumeraveis das disposições do codigo do processo! E aquelles individuos que recorrerão ao meio extremo das armas para manterem o codigo do processo, e se oppõem ás sabias reformas feitas a elle, vistas bem perspicazes tinham no seu proposito de defender e desenvolver os queridos fructos da revolução que appareceu no dia 7 de Abril; sabião que enquanto houvesse o codigo do processo, tal qual foi feito, a revolução estava, para assim dizer, codificada; os juizes de paz, soberanos, seriam as unicas e omnipotentes autoridades do paiz, a corôa tornava-se uma chimera, a centralisação indispensavel para a integridade do imperio, impossivel... Mas, Sr. presidente, votou-se a lei de 3 de Dezembro de 1841, reformas se fizeram e esse codigo do processo no sentido de tornal-o mais compativel com as instituições

monarchicas, acabou-se com esse primeiro conselho de jurados, que era um tribunal monstro que tinha o poder de apagar as pronuncias, de matar no nascedouro os processos, sem quasi nenhum exame, e sem ao menos uma resposta especial sobre cada um dos factos arguidos; era a dictadura mais absurda e despotica... Fizerão-se essas reformas, entretanto isto mesmo serve de argumento para os illustres deputados fazerem opposição ao projecto, dizendo que nenhum melhoramento tivemos com a lei de 3 de Dezembro de 1841! Os factos respondem ás observações dos illustres deputados; muitos melhoramentos vierão dessa lei; hoje a administração da justiça no crime não é o que foi antigamente, os processos feitos ou revistos pelos juizes municipaes são outra cousa muito differente do que eram os arranjos pelos juizes de paz, a faculdade dada aos juizes de direito de interporem appellações, de proporem especificadamente as questões de facto, etc., etc., tudo isto faz que a administração da justiça crime no Brazil hoje seja muito preferivel ao que era antes das reformas da lei de 3 de Dezembro; é mesmo nessa gradação de melhoramentos que eu vejo que este projecto vem muito opportunamente, porque vem depois de longo tempo para que no paiz se tivesse adquirido uma experiencia muito propria de dirigir os legisladores nas reformas que devem fazer para aperfeiçoar o systema do processo criminal.

Mas disse o illustre deputado pela Bahia, que hoje fallou: « Como se quer acabar com o julgamento do jury nestas especies de crimes de que trata o projecto, quando nos paizes mais adiantados em civilisação vemos tal instituição estabelecida sem restricções »; e citou-nos os estatutos do rei Eduardo, a magna carta da Inglaterra, etc., etc. Eis-aqui o illustre deputado voltando com as suas leituras a respeito do jury inglez! O illustre deputado não se deve levar das theorias dos publicistas inglezes. Esquece-se das circumstancias do seu paiz; não enxerga que o jury do Brazil não é o jury da Inglaterra, que todas as nossas condições são contrarias á da Inglaterra, e argumenta com as instituições inglezas para estabelecer-as no Brazil!

« E' o jury um paladio da liberdade. » Esta idéa domina por tal modo ao illustre deputado que sahe della e entra nella querendo que a administração da justiça fique encarcerada toda no jury, não passe além deste reducto.

Disserão os outros dois illustres deputados por Minas e pelo Pará: « Pois hoje desespera-se do julgamento pelo jury, appella-se para o julgamento dos magistrados, e assim se esquece da opinião que em outro tempo tanto clamou contra os julgamentos dos magistrados! Espera-se hoje achar nesses juizes, que já foram desconhecidos na opinião de outr'ora, esses melhoramentos?! » Respondo aos illustres deputados: essa opinião, que tanto desconhecitou aos magistrados, foi filha do espirito revolucionario que então altamente se levantou contra todas as instituições monarchicas; é assim que toda a autoridade publica foi desatada por essa opinião; é assim que as intenções foram damnadas, os factos foram adulterados e calumniados; lançou-se mão de todos os meios de indispor o povo contra a magistratura, porque era mister romper esse dique para que a torrente revolucionaria surgisse. Hoje espera-se do julgamento dos magistrados o que não se tem podido obter até agora do jury; o jury não tem podido servir para estas especies de crimes de que trata o projecto, a experiencia nos convence disto, vamos procurar juizes profissionais, unicos que dão as razões dos seus julgamentos, unicos responsaveis; e pois não é infundada a esperança do desejado melhoramento.

Sr. presidente, não me sentarei sem fazer uma

breve reflexão, ou antes dar uma pequena explicação do motivo por que não apotei essa emenda que appareceu ultimamente adicionando ao projecto o crime de introdução de africanos, e porque hei de votar contra ella.

A illustre commissão de justiça criminal não foi estranha a conveniencia de se estender as disposições do projecto no crime de contrabando de africanos: um illustre membro della, deputado pela provincia da Bahia, foi o primeiro que levantou a sua voz fazendo sentir a necessidade de providencias especiaes sobre o crime de contrabando de estravos: mas chegou ao seu conhecimento de que o governo tinha uma proposta a apresentar a respeito do trafico de africanos, e então reconheceu que mais opportunamente se poderá tratar desta materia. E' esta a razão porque não apotei, e nem pretendo votar por essa emenda, aguardando para com mais oppor-tunidade tratar de assumpto tão grave, que mesmo pela sua gravidade e transcendencia merece especialissima attenção.

Concluirei dizendo, Sr. presidente, que nesta emenda proposta pelos illustres deputados que fazem opposição ao projecto, eu folgo de ver, não uma contradicção, mas um principio de conversão.

Os SRS. DA OPPOSIÇÃO: — Não apoiado; é o contrario.

ALGUNS SRS. DEPUTADOS: — Votos, votos.

O SR. GOMES RIBEIRO: — Peço a palavra pela ordem.

O SR. SOUZA FRANCO: — Eu tinha pedido a palavra.

O SR. PRESIDENTE: — Tem a palavra em primeiro lugar o Sr. Gomes Ribeiro, pela ordem.

O SR. GOMES RIBEIRO: — E' para pedir o encerramento da discussão.

O SR. SOUZA FRANCO: — As discussões de resoluções concedendo loterias, levão 5, 6 e 7 dias; estas, de materias tão importantes, encerrão-se logo no primeiro dia.

O SR. GOMES RIBEIRO: — Esta já está muito discutida.

O SR. SOUZA FRANCO: — Oh! Pois não.

O SR. GOMES RIBEIRO: — A camara está cansada.

O SR. SOUZA FRANCO: — Muito.

Posto a votos, o requerimento de encerramento é approvedo.

Procede-se á votação sobre a materia, e é approvedo o projecto, e regeitada a emenda offerecida hoje.

Levanta-se a sessão.

ADVERTENCIA

A primeira sessão da sétima legislatura foi adiada por decreto de 5 de Outubro de 1848 para 23 de Abril de 1849, e dissolvida por decreto de 19 de Fevereiro de 1849. Por este motivo houverão duas sessões em o anno de 1850; a primeira do 1º de Janeiro a 2 de Maio; e a segunda de 3 de Maio a 11 de Setembro.

§

No dia 6 de Abril de 1850 não se reunindo numero sufficiente de membros para formar casa; não houve sessão.

NOTA DO COMPILADOR



ANNAES

DO

PARLAMENTO BRAZILEIRO

CAMARA DOS SRS. DEPUTADOS

Segundo Anno da Qitava Legislatura

SEGUNDA SESSÃO DE 1850,

COLLIGIDOS

POR

Antonio Pereira Pinto

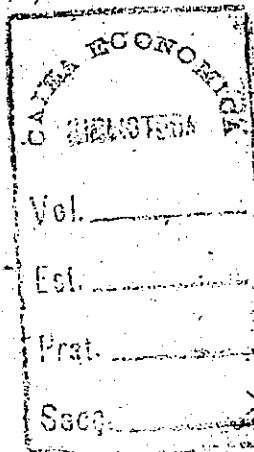
EM VIRTUDE DE RESOLUÇÃO DA MESMA CAMARA

TOMO PRIMEIRO

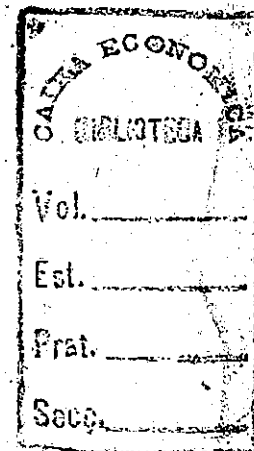
Ruy Barbosa



RIO DE JANEIRO
Typographia de H. J. Pinto — Rua do Hospicio, 219
1879



CAIXA ECONOMICA FEDERAL DO RIO DE JANEIRO	
BIBLIOTECA	
N.º Registro	N.º Chamada
00862	



Advertencia

A primeira sessão da setima legislatura foi adiada por decreto de 5 de Outubro de 1848 para 23 de Abril de 1849, e dissolvida por decreto de 19 de Fevereiro de 1849. Por este motivo houverão duas sessões em o anno de 1850; a primeira do 1º de Janeiro a 2 de Maio; e a segunda de 3 de Maio a 11 de Setembro.

Do COMPILADOR

— 103 —

SESSÃO IMPERIAL DO ENCERRAMENTO

DA

primeira e abertura da segunda sessão da oitava legislatura

DA

ASSEMBLÉA GERAL LEGISLATIVA

EM 2 DE MAIO DE 1850

PRESIDENCIA DO SR. BARÃO DE MONTE SANTO

/ Ao meio dia, reunidos os Srs. deputados e senadores na sala das sessões do senado, são eleitos para a deputação que deve receber a S. M. o Imperador, os Srs. deputados Gomes Ribeiro, Aprigio, Oliveira, Pacca, Wanderley, Henriques de Rezende, Brito de Oliveira, Fernandes Vieira, Bahia, Castro Tavares, Quadros Aranha, Domingues da Silva, Nunes de Aguiar, Azambuja, Justiniano da Rocha, Silva Guimarães, Paes Barreto, Franco de Sá, Victor de Oliveira, Francisco Antonio Ribeiro, Santos e Almeida, Venancio Lisboa e Góes e Vasconcellos; e os Srs. senadores conde de Caxias, Hollanda Cavalcanti, Baptista de Oliveira, visconde de Abrantes, Miranda Ribeiro, Fernandes Torres, Clemente Pereira, Paula Pessoa, Lopes Gama, Limpo de Abreu, visconde de Olinda e Cavalcanti de Lacerda; e para a deputação que deve receber a S. M. a Imperatriz, os Srs. deputados visconde de Baependy, D. Manoel, Rego Barros e Carneiro da Cunha; e os Srs. senadores Arsujo Vianua e Mello Mattos.

A uma hora da tarde, annunciando-se a chegada de S. M. o Imperador e de S. M. a Imperatriz, sahem as deputações a esperal-os á porta do edificio.

Entrando S. M. o Imperador na sala, é ahí recebido pelo Sr. presidente e secretarios, os quaes unindo-se á deputação, acompanhão o mesmo augusto senhor até o throno, no qual toma assento Sua Magestade. Manda assentarem-se os Srs. deputados e senadores, e pronuncia a seguinte

FALLA

« Augustos e dignissimos Srs. representantes da nação.

« Algumas cidades do nosso litoral e especialmente as da Bahia, Rio de Janeiro e Pernambuco, têm sido assaltadas nestes últimos mezes de uma febre epidemica. Os estragos da enfermi-

dade, que aliás não estão em proporção com o terror que têm causado, affligem profundamente meu coração. Graças a Deus, vai diminuindo o mal, e espero de sua divina misericórdia que, ouvindo nossas preces, arrede para sempre do Brazil semelhante flagello. O meu governo tem empregado todos os meios ao seu alcance para acudir aos enfermos necessitados.

« Este estado de cousas influi no andamento dos trabalhos legislativos; certo estou porém que na presente sessão completarei as medidas que ultimamente tive occasião de lembrar-vos.

« A provincia de Pernambuco acha-se pacificada. Os grupos que se havião retraído ás mattas forão dispersados, e seus principaes chefes submeterão-se á autoridade publica.

« As nossas relações com as potencias estrangeiras permanecem no mesmo estado em que se achavão na época da abertura da sessão passada. Continuo a desvelar-me em manter a paz.

« Alguns subditos do imperio, auxiliados por emigrados dos estados vizinhos, conseguirão formar reunões e entrarão armados no territorio além do Quaralm, não obstante as ordens do presidente da provincia. O meu governo, ao mesmo tempo que tem dado as instrucções e providencias necessarias para chamar a seus deveres esses brasileiros, não cessa de procurar a remoção das causas que derão lugar a tão deploravel successo.

« Agradeço-vos a coadjuvação que tendes prestado ao meu governo, e conto com a efficacia della para reunir a grande familia brasileira no pensamento commum de promover a consolidação da ordem publica e a prosperidade do imperio.

« Está fechada a primeira e aberta a segunda sessão da actual legislatura.»

Terminado este acto, retirão-se Suas Magestades Imperiaes com o mesmo ceremonial com que havião sido recebidos, e immediatamente o Sr. presidente levanta a sessão.

1850

CAMARA DOS SRS. DEPUTADOS.

Sessão em 4 de Maio

PRESIDENCIA DO SR. MENDES DOS SANTOS

SUMARIO. — Expediente. — Eleição da mesa e comissões.

A's 11 horas menos 10 minutos da manhã, reunidos os Srs. deputados em numero legal, abriu-se a sessão, lê-se e approva-se a acta da antecedente.

EXPEDIENTE

Officio do Sr. ministro da guerra, pedindo se lhe designe o dia e hora para apresentar a proposta da fixação de forças de terra para o anno financeiro de 1851 a 1852.

O Sr. PRESIDENTE designa o dia de hoje, a 1 hora da tarde.

Outro do mesmo ministro devolvendo o requerimento do ex-ajudante José Alexandre da Silva Lindoso, e informando que o supplicante foi demittido por sentença que o condemnou a 4 annos de prisão, além da que já tinha soffrido, e que pretensão igual a esta já lhe foi indeferida por tres vezes, sendo a primeira por imperial resolução de 20 de Novembro de 1842. — A' commissão de marinha e guerra.

Outro do mesmo ministro devolvendo o requerimento de João de Siqueira Campello, tenente da 4.ª classe do exercito, pedindo voltar para a 1.ª, sobre o qual só tem a informar que o supplicante foi reformado por decreto de 5 de Março de 1839, por ter sido julgado incapaz do serviço, e que sua pretensão é contraria á lei. — A' mesma commissão de marinha e guerra.

Outro do Sr. ministro do imperio transmittindo com officio do presidente da provincia de Goyaz de 17 de Fevereiro ultimo, sob n. 11, a representação da junta de caridade do hospital de S. Pedro de Alcantara da capital daquella provincia, em que pede o auxilio de uma loteria, bem como a permissão de poder possuir em bens de raiz até a quantia de 20:000\$000. — A' commissão de fazenda.

Outro do Sr. deputado Francisco Diogo Pereira de Vasconcellos participando não poder comparecer, não só por ter fallecido seu pressado irmão o senador Bernardo Pereira de Vasconcellos, como por doença e incommodos de familia. — Fica a camara inteirada.

Outro do Sr. deputado Joaquim Augusto do Livramento participando que não se acha ainda de todo restabelecido da enfermidade que o tem

como 1

privado de comparecer. — Fica a camara inteirada.

E' recebida com agrado a offerta que faz o Dr. Saules do 5.º numero da *Gazeta dos Hospitaes*, por elle redigida, e manda-se distribuir pelos Srs. deputados os exemplares.

Remette-se á primeira commissão do orçamento uma representação da camara municipal da villa de S. Gabriel, pedindo o allivio de direitos sobre o sal e imposto sobre productos estrangeiros.

Não ha mais expediente.

O Sr. Ferreira Penna: — Julgo do meu dever participar a V. Ex. que a deputação nomeada para assistir por parte da camara ao funeral do illustre brasileiro o Sr. senador Bernardo Pereira de Vasconcellos, cumprio esta dolorosa missão, acompanhando o corpo desde a casa da sua residencia até o cemiterio da ordem terceira de S. Francisco de Paula, onde foi sepultado.

O Sr. PRESIDENTE: — A camara fica inteirada.

ORDEM DO DIA

Eleição da mesa e das comissões

Vão á mesa 57 cedulas, e sahe eleito presidente o Sr. Gabriel Mendes dos Santos com 58 votos, e obtiverão votos os Srs. D. Manoel 2, Souza Franco 1, e Dias de Carvalho 1.

Procede-se á eleição de vice-presidente e sahe eleito o Sr. Venancio Henriques de Rozende com 49 votos, tendo ido á mesa 54 cedulas.

Para secretarios são eleitos:

1.º O Sr. Paula Candido com 50 votos; 2.º o Sr. Machado com 48; 3.º o Sr. Joaquim Villela com 48; 4.º o Sr. Figueira de Mello com 48; 1.º supplente o Sr. Wanderley com 7; 2.º o Sr. Ferreira Penna com 2.

Havendo obtido os Srs. Villela Tavares e Machado o mesmo numero de 48 votos, a sorte decidio que fosse 2.º secretario o Sr. Machado.

COMISSÃO DE RESPOSTA Á FALTA DO TRONO

Os Srs.: Apriçio.....	43 votos
Victor de Oliveira.....	39 »
Pereira da Silva.....	28 »

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E PODERES

Os Srs.: D. Manoel.....	40 votos
Maciel Monteiro.....	37 »
Zacarias.....	35 »

2

O Sr. PRESIDENTE:— O nobre deputado pediu a palavra para fazer uma simples rectificação...

O Sr. MELLO FRANCO:— Sim, senhor, é justamente o que estava fazendo, é um dever de honra que estou cumprindo. Declaro pois que meu irmão nunca foi envolvido em semelhante processo de roubo; asseguro que o primeiro processo de que foi victima teve por base o haver elle, na qualidade de juiz municipal, mandado soltar um individuo que se achava preso sem culpa formada; e o segundo foi o processo de sedição em que já fallei, e pelo que está elle ainda hoje na provincia de Goyaz. A vista disto, que é a pura verdade, convido aos senhores que têm razões para conhecerem do facto, para me contrariarem, para que digão se não é uma pura calúnia...

ALGUNS SRS. DEPUTADOS dirigem apartes que não ouvimos.

O Sr. MELLO FRANCO:—... Se não é iníquo e revoltante offender assim a honra de um cidadão que tem soffrido com resignação, mas que felizmente não autorizou ainda a quem quer que seja para o tratar por semelhante modo!

Não é possível, Sr. presidente, não é possível sem grande esforço conter minha indignação! Fal-o-hei, porém, declarando que se esse proscripto pudesse ser envolvido em um processo por crime particular, certamente que os dominadores não procurariam o recurso dos processos políticos, como asseverou, sem recelo de ser contestado, que são os únicos que pesão sobre meu irmão, o Sr. Dr. Bernardo de Mello Franco.

Semelhançamente, Sr. presidente, quando o Sr. deputado a quem me refiro insistia em dizer que o individuo comprometido no crime de moeda falsa era irmão de um ex-presidente de Minas, eu disse logo — que tem pertencido sempre á politica dominante. — Entendo que estas insinuações a respeito dos Srs. Quintillano José da Silva e Bernardino José de Queiroga não podem ferir a esses meus honrados co-religionarios, nem prejudicar a reputação de que elles gozão, ao menos no conceito de todos os homens que sabem respeitar a honra alheia. (Apoiados.)

(Ouvindo-se alguns apartes.)

O Sr. SÁXO LORATO:— Peço a palavra.

O Sr. PRESIDENTE:— Não ha nada em discussão.

O Sr. ROCHA (pela ordem):— Faltel no sabbado por causa já de V. Ex. sabida. Peço pois que se rectifique a acta nesta parte.

Manda-se rectificar.

Elido e entra em discussão o seguinte parecer. « A comissão de constituição e poderes tomou na devida consideração a indicação do Sr. deputado Taques, para que se chama um supplente pela provincia de Pernambuco, para substituir a vaga que deixou nesta casa o Sr. barão da Boa Vista, em consequência de ter sido nomeado senador do imperio; e de parecer que a dita indicação deve ser approvada, em vista da expressa disposição do art. 89 da lei de 19 de Agosto de 1846, devendo-se officiar ao governo neste sentido. Paço da camara dos deputados, 6 de Maio de 1850. — D. M. A. Mascarenhas. — G. Vasconcellos. »

O Sr. Dias de Carvalho declara ter de offerecer uma emenda para preencher a deputação da provincia que representa (Minas Geraes), e porque a camara deve cumprir a constituição nesta parte. Não apresentou ha mais tempo esta moção, por isso que, respeitando a decisão da casa em sentido contrario, entende que só agora lhe cumpre apresental-a; dispondo o regimento que o projecto rejeitado em uma sessão não pôde ser novamente proposto nella, mas sim na seguinte, julga estar agora no caso de poder propôr de novo a mesma materia,

Vai á mesa a seguinte emenda additiva:

« Que se officie igualmente ao governo para mandar expedir diploma ao supplente a quem competir pela provincia de Minas Geraes, em lugar do Sr. Gouvêa Horta.

« Paço da camara dos deputados, 6 de Maio de 1850. — Dias de Carvalho. »

O Sr. PAULA FONSECA entende que deve ir esta emenda á comissão respectiva, pois a considera como indicação. E porque a comissão de poderes não está completa, pela ausencia de um dos seus membros, requer ao Sr. presidente a nomeação de um novo membro para esta comissão.

O Sr. PRESIDENTE:— Com effeito, entendo que a emenda é uma verdadeira indicação, por isso remetto-a á comissão respectiva.

O Sr. Dias de Carvalho (pela ordem) como quanto entenda que a emenda está na letra do regimento, todavia não insiste nesta sua opinião por estar convencido da justiça da nobre comissão. Entrega-se inteiramente ao Sr. presidente para que decida como entender a respeito da emenda por elle orador apresentada.

O Sr. D. Manoel não pôde concordar com a opinião do Sr. presidente, porque julga que o que se apresenta é verdadeiramente uma emenda ou requerimento, e não uma indicação; porquanto é dos estylos da casa, sempre que se apresentão pareceres da ordem do que se discute, offerecerem-se taes emendas. Desde já pôde afiançar á casa que o seu voto e o de outro nobre membro da comissão é pelo chamamento do supplente por Minas.

O Sr. Angelo Ramos sustenta que deve ser admittida a emenda, por ser baseada nos precedentes da casa, e tanto que ainda ha pouco tempo a camara admittio uma emenda, della orador, offerecida ao parecer identico para que se chamassem supplentes. (Apoiados.) Observa que não ha razão alguma para que a emenda não seja considerada como a que se offerece a um parecer qualquer.

O Sr. PRESIDENTE:— Tendo sido agora informado dos precedentes da casa, admitto a emenda do Sr. Dias de Carvalho, que com esses precedentes se conforma.

O Sr. APRIGIO:— Sr. presidente, estou de accordo com a ultima intelligencia que V. Ex. acaba de dar ao regimento; a emenda não o contraria. V. Ex. obrou em regra admittindo-a, pondo-se em apolamento e em discussão. Isto porém não embarga a que eu agora requiera que a materia da emenda do nobre deputado por Minas Geraes vá á comissão de poderes, a fim de que esta examine a materia e dê o seu parecer. O nobre deputado que acaba de orar, e é membro da comissão, declara por si, e por mais um membro da mesma comissão, que o parecer ha de ser favoravel á emenda; mas esta declaração, permitta-se-me, não é curial; as commissões não são eleitas para essa simplicidade, cumpre-lhe reflectir, expôr e dar as razões por que opinão desta ou daquella maneira. (Apoiados.) Eu, Sr. presidente, não posso concordar com esse atropello das formulas que sempre se devem observar para o regular andamento dos trabalhos desta augusta camara. Depois de aberta a sessão legislativa trata-se em primeiro lugar das nomeações das commissões, reservando-se o mais...

O Sr. DIAS DE CARVALHO:— Não apoiado; tambem se trata de verificar poderes.

O Sr. APRIGIO:— Eu tenho visto observar-se o que estou expendendo. Em 1848 assim se praticou; este anno, em que ficarão por verificar-se alguns diplomas, como os dos Srs. deputados

por Piauí, e creio mesmo que por Matto Grosso, não se tratou da matéria enquanto se nomearão as comissões da casa; e assim deve ser, porque não é muito regular que interrompamos este trabalho da eleição de comissões, que é trabalho, direi assim, preparatório de um ou dois dias, para nos envolvermos em questões de chamamento de suplentes. Mas dir-se-ha: « Não se apresentou este parecer a respeito de Pernambuco? » É verdade, mas este é um caso simples; não ha a menor objecção a offerecer-se: um deputado eleito foi chamado para o senado; julgo ser de mero expediente convidar-se o seu suplente; o vapor está a sair para o norte, creio que larga daqui a poucos momentos. Ora, sendo assim, se pôde ficar prejudicado este negocio com a nova questão que o nobre deputado apresenta, para que havemos de admitir semelhante emenda? A respeito da Minas creio que não ha a mesma pressa; não é sangria desatada, nem me persuado que os suplentes virão com tanta pressa como supõe o nobre deputado; os suplentes não são lá tão apressados; pois da provincia da Bahia já têm vindo dois vapores sem trazerem o suplente que tinha de vir...

O Sr. PRESIDENTE:—Para regularisar o trabalho da casa considero como um recurso da minha decisão o que tem dito o nobre deputado.

O Sr. APRIGIO:—Não é recurso...

O Sr. PRESIDENTE:—Vou consultar a camara...

O Sr. APRIGIO:—Perdão-me V. Ex., não acho regular este modo de proceder. Quando se requer uma coisa que está de conformidade com o regimento, quando se pede que uma emenda seja separada, seja remetida á comissão, este requerimento é muito admissivel em todo e qualquer tempo; não é uma appellação, é um adiamento. (Apoiados.)

O Sr. PRESIDENTE:—Já decidi; á vista dos precedentes da casa esta emenda continúa a fazer parte do parecer.

O Sr. APRIGIO:—Não nego que possa fazer parte do parecer; mas por isso mesmo é que requeiro que a emenda seja adiada.

O Sr. PRESIDENTE:—É uma appellação, um recurso.

O Sr. APRIGIO:—Perdão-me V. Ex.; recurso se daria se V. Ex. houvesse admitido indevidamente a emenda; mas V. Ex. não é arguido disto; eu requeiro outra coisa, requeiro que a emenda seja remetida á comissão; aqui não ha recurso, ha uma especie de adiamento. (Apoiados.)

O Sr. PRESIDENTE:—Pois queira propôr o seu adiamento para ser a emenda remetida á comissão.

É lido e apoiado o seguinte requerimento: « Requeiro que fique adiada a emenda offerecida até que a comissão respectiva interponha seu parecer, sem prejuizo do que já interpôz ácerca da indicação do Sr. Taques. —Aprigio. »

Não havendo quem falle sobre o adiamento, dá-se elle por discutido, e procedendo-se á votação, fica empitada.

O Sr. PRESIDENTE:—Na forma do art. 69, havendo empate em qualquer votação, fica a matéria adiada para outro dia. Portanto fica adiada a discussão deste parecer e emenda.

É lido e approvedo sem debate o seguinte parecer:

« Forão presentes á comissão de constituição e poderes os officios dos Srs. deputados José Ildelfonso de Souza Ramos e João Laureço Paes de Souza, participando, o primeiro que se retira hoje para a provincia de Pernambuco em consequencia de ter sido nomeado presidente da mesma

provincia, o ter havido o consentimento desta augusta camara para a sua saída; e pedindo o segundo licença para ausentar-se para o Pará, por assim o exigirem os seus negocios particulares. E' a dita comissão de parecer que se chame o suplente que tem de supprir a falta do Sr. Souza Ramos, e que dando-se a licença que requer o Sr. Paes de Souza, se chame igualmente o suplente a que competir, officinando-se neste sentido ao governo.

« Pago da camara dos deputados, 6 de Maio de 1850.—D. M. A. Mascarenhas.—G. Vasconcellos. »

O Sr. Angelo Ramos (pela ordem):—Tendo ouvido ler diferentes pareceres da nobre comissão de constituição e poderes ácerca do chamamento de suplentes por diferentes provincias, esperei que entre elles algum apparecesse ácerca do suplente que se deve chamar em lugar do presidente da Bahia. Ha bastantes dias que mandei á mesa uma indicação neste sentido, e parece-me que essa indicação devia merecer a attenção da nobre comissão, porque é inteiramente fundada em razões muito justas, e mesmo no preceito da nossa constituição. A nobre comissão sabe muito bem que a presidencia da Bahia continúa a funcionar, deixando a presidencia por intervallos; o ministerio ainda não se tem dignado apresentar as razões que tem para conservar esse presidente naquella provincia, quando me parecia que devia o paiz ter uma satisfação da infracção de um preceito constitucional. Assim, peço á nobre comissão, a qual me parece, pela declaração hoje manifestada por um de seus nobres membros, que está possuida do sentimento de proceder com toda a justiça que merece este caso, peço a nobre comissão, digo, que se dignar o seu parecer sobre a indicação que offereci.

O Sr. D. Manoel:—Eu informo á camara em quatro palavras do que ha a este respeito. Não ha duvida que ha dias o honrado deputado que acaba de sentar-se fez uma indicação para ser chamado o suplente do Sr. Gonçalves Martins.

A comissão de constituição então quiz marchar em harmonia a respeito dessa indicação; eu não podia dar parecer, porque o meu voto seria em separado; aos meus nobres amigos competia dar o parecer. Mas depois um adoeceu, e pouco depois de aqui comparecer foi nomeado presidente de Pernambuco, e assim não foi possível dar o parecer. Hoje apenas cheguei á casa fui ver as indicações que havia a este respeito na pasta da comissão, e deparando com essa a que se refere o honrado membro, e mesmo outras, dei-as ao meu nobre amigo, collega da comissão; disse-lhe que a minha opinião a respeito não podia ser duvidosa, pois que tinha sido emitida em outra occasião; assim, pedia-lhe que se dignasse examinar essas indicações para amanhã conferencarmos sobre o parecer. Parece-me que amanhã o nobre deputado será satisfeito.

O Sr. Paula Fonseca (pela ordem):—V. Ex. parece não ter annulado ao requerimento que ha pouco lhe dirigi. Ninguém presta aqui mais confiança aos honrados membros de constituição e poderes do que eu; mas V. Ex. sabe que esta comissão é de muita importancia, deve estar sempre completa. Ora, como não existe na casa um membro dessa comissão novamente eleito, eu requeiro a V. Ex. que nomeasse um outro membro para substituir a esse que falta; por isso que a comissão vai exercer agora, aconselhando a chamada de suplentes, uma de suas primeiras funções, e eu entendo que deve estar completa, porque pôda haver divergencia que produza tambem divergencia na camara em um ou n'outro sentido.

O Sr. PRESIDENTE:—Eu attenderei ao requerimento do nobre deputado.

1ª COMISSÃO DE ORÇAMENTO

Os Srs.: Francisco de Paula Santos.... 40 votos
João Mauricio Wanderley..... 40 »
Joaquim Francisco Vianna... 89 »

2ª COMISSÃO DE ORÇAMENTO

Os Srs.: Benvenuto Augusto de Magalhães Taques..... 48 votos
Antonio José Henriques..... 45 »
Francisco Ignacio de Carvalho Moreira..... 42 »

Achando-se na sala immediata o Sr. ministro da guerra, que vem apresentar uma proposta por parte do poder executivo, o Sr. presidente nomeia para a deputação que tem de receber S. Ex. na porta do salão aos Srs. Dias de Carvalho, Secco, Bello, Penna, Henriques e Franco de Sá.

S. Ex. é introduzido com as formalidades do estylo, toma assento ao lado direito do Sr. presidente, e faz a seguinte leitura:

« Augustos e dignissimos Srs. representantes da nação.

« Dando execução ao preceito da lei, venho apresentar-vos a proposta para a fixação das forças de terra no anno financeiro de 1851 a 1852.

PROPOSTA

« As disposições da lei que fixa as forças do exercito para o anno financeiro de 1850 a 1851 continuarão em vigor no anno financeiro de 1851 a 1852. »

O Sr. PRESIDENTE:—A camara tomará na devida consideração a proposta do poder executivo. Convido a deputação para acompanhar o Sr. ministro.

S. Ex. retira-se com as mesmas formalidades.

A proposta vai remettido á commissão de marinha e guerra.

Continua a nomeação das commissões.

3ª COMISSÃO DE ORÇAMENTO

Os Srs.: Candido Mendes de Almeida... 48 votos
Antonio Nunes de Aguiar..... 48 »
José Antonio de Magalhães Castro..... 42 »

O Sr. 1º SECRETARIO lê um offcio do Sr. ministro da marinha em que pede dia e hora para apresentar a proposta da fixação de forças de mar para o anno de 1851 a 1852.

O Sr. PRESIDENTE designa o dia 6 do corrente pelo meio dia.

Continua a nomeação das commissões.

1ª COMISSÃO DE CONTAS

Os Srs.: Joaquim José da Cruz Secco. 44 votos
André Bastos de Oliveira..... 42 »
João Lourenço Paes de Souza. 42 »

2ª COMISSÃO DE CONTAS

Os Srs.: Araujo Lima..... 50 votos
Corrêa Lima..... 49 »
Belizario..... 47 »

Não havendo casa para continuar a eleição, procede-se á chamada, e verifica-se terem-se retirado com causa os Srs. Dias de Carvalho, Mendes de Almeida, Wanderley e Souza Ramos, e sem ella os Srs. Fernandes da Silveira, Taques, Angeio Ramos, Almeida Couto, Magalhães Castro, Corrêa Lima, Moraes Sarmiento, Araujo Lima, Graça Junior, Santos e Almeida, Aranha, Souza Franco, Vieira de Mattos, Rocha e Jobim.

O Sr. PRESIDENTE dá para ordem do dia da segunda-feira a continuação da nomeação de commissões, e levanta a sessão ás 2 horas da tarde.

Sessão em 6 de Maio

PRESIDENCIA DO SR. MENDES DOS SANTOS

SUMARIO. — Expediente. — Rectificação do Sr. Mello Franco. — Continuação da eleição das commissões.

Às 11 horas menos 10 minutos da manhã reunidos os Srs. deputados em numero legal, abre-se a sessão; lê-se e approva-se a acta da antecedente.

EXPEDIENTE

Officio do Sr. ministro da fazenda remettendo um dos autographos sancionados da lei que autorisa o governo para substituir algumas ou todas as classes de valores do papel que actualmente serve de meio circulante por notas de giro limitado.—Para o archivo.

Outro do Sr. deputado Souza Ramos, participando que, em vista do consentimento da camara dos Srs. deputados, se retira hoje para a provincia de Pernambuco, de cuja administração fôra encarregado pelo governo imperial.—A commissão de constituição é poderes.

Outro do Sr. deputado Paes de Souza communicando que o golpe que acaba de soffrer perdendo seu irmão faz com que não possa continuar a partilhar os trabalhos da camara, tendo de retirar-se por tal motivo ao seio de sua familia, e que, desejando cumprir com a lei, roga á mesma camara se digne conceder a preciosa licença.—A commissão de constituição é poderes.

Outros dos Srs. deputados Augusto Chaves, Teixeira de Souza, Julio de Miranda, Antonio José da Silva e Carvalho Moreira, participando que, por incommodo de saúde, não podem comparecer.—De todos fica a inteirada.

Não ha mais expediente.

O Sr. Mello Franco (para uma rectificação) diz que no discurso pronunciado, na sessão de 4 do corrente, pelo Sr. Souza Ramos encontrase em um dos trechos uma calumnia iniqua e atroz contra seu irmão, que cumpre ser rebaixada com toda a força. Dissera o Sr. Souza Ramos « que, havendo o juiz municipal supplente expedido mandado de prisão contra um individuo da provincia da Bahia que então se achava em Paracatú, por indiciado em roubo commetido em offensa do Sr. Rezende Costa, aquelle sujeito para mostrar seu pouco caso das autoridades, veio para a cidade de Paracatú acompanhado de homens armados, hospedava-se em casa do irmão do orador, donde sahia com o seu sequito todos os dias a percorrer as ruas da cidade, em affronta á justiça; e que nesse processo fôra envolvido o irmão d'elle orador como cúmplice daquelle réo. »

Sr. presidente, diz o orador, é verdade que ouvi ao Sr. Souza Ramos proferir estas palavras contra uma das victimas sobre quem mais systematicamente se desenvolvêrão as fúrias dos dominadores da minha provincia; mas immediatamente eu proferi do meu lugar estas palavras: —quando se vem aqui fazer insinuações de tanta gravidade contra a honra de um cidadão que sempre se tem comportado bem, cumpre acompanhá-las das provas, principalmente quando quem as faz está no caso de S. Ex.—Este meu aparte, porém, não apparece, e meu irmão, que tem sido victima da mais atroz perseguição, apparece tambem agora victima da calumnia....

ORDEM DO DIA

Continúa a eleição de comissões.
São eleitos para a

3ª COMISSÃO DE CONTAS

Os Srs.: Aprigio..... 45 votos.
Domingos da Silva..... 45 »
Pacca..... 44 »

É introduzido na sala com as formalidades do estylo o Sr. ministro da marinha. S. Ex. toma assento á direita do Sr. presidente, e lê a seguinte proposta, que é remettida á comissão de marinha e guerra:

« Augustos e dignissimos Srs. representantes da nação.

« De ordem de S. M. o Imperador venho apresentar-vos a proposta, fixando as forças navaes activas para o anno financeiro de 1851 a 1852.

PROPOSTA

« Art. 1.º As disposições dos arts. 1.º, 2.º, 3.º, 4.º e 8.º da lei n. 534 de 3 de Maio de 1850, que fixa as forças navaes activas para o anno financeiro de 1850 a 1851, continuão em vigor para o anno financeiro de 1851 a 1852.

« Art. 2.º Ficão sem vigor as disposições em contrario. »

S. Ex. retira-se com as mesmas formalidades com que foi recebido.

Continúa a nomeação das comissões.

COMISSÃO DE PENSÕES E ORDENADOS

Os Srs.: Francisco Joaquim Gomes Ribeiro..... 48 votos.
João Evangelista Negreiros Sayão..... 45 »
Lobato..... 43 »
Joaquim Manoel Carneiro da Cunha..... 43 »

COMISSÃO DE FAZENDA

Os Srs.: Francisco Antonio Ribeiro... 50 votos.
Joaquim Francisco Vianna..... 47 »
Antonio Joaquim de Mello..... 47 »

COMISSÃO DE JUSTIÇA CIVIL

Os Srs.: Joaquim José Pacheco..... 49 votos.
Francisco de Assis Pereira Rocha... 49 »
Bernardo Augusto Nascimentos de Azambuja..... 49 »

COMISSÃO DE JUSTIÇA CRIMINAL

Os Srs.: José Thomas Nabuco de Araújo 49 votos.
Luiz Antonio Barbosa..... 44 »
Francisco Diogo de Vasconcellos... 43 »

COMISSÃO DE DIPLOMACIA

Os Srs.: D. José de Assis Mascarenhas. 51 votos.
Luiz Alves Leite de Oliveira Bello. 48 »
Venancio José Lisboa..... 40 »

Procede-se á eleição da comissão de marinha e guerra.

O Sr. 1.º SECRETARIO declara acharem-se sobre a mesa 71 cedulas, quando na casa ha apenas 62 Srs. deputados, pelo que se suppõe que os continuos receberão de alguns Srs. deputados cedulas por duas vezes.

O Sr. PRESIDENTE toca a campainha, e, depois de ser informado pelos Srs. secretarios de que se achão presentes 62 Srs. deputados, diz que, em consequencia da engano que houve no recebimento

das cedulas, vai correr de novo o escrutinio para a eleição da mesma comissão.

O Sr. CARNEIRO DA CUNHA julga melhor que, para evitar taes enganos, fossem os Srs. deputados chamados pelos seus nomes, e nessa occasião lançassem a sua cedula na urna.

O Sr. PRESIDENTE não concorda com este expediente, não só porque não ha exemplo disto, como porque o regimento o não determina.

Corre pois novamente o escrutinio.

O Sr. 1.º SECRETARIO declara haver sobre a mesa 65 cedulas, resultado do segundo escrutinio.

O Sr. OLIVEIRA observa que, tendo o Sr. 1.º secretario declarado ha pouco estarem presentes 62 Srs. deputados, e não votando o Sr. presidente, não sabe como apparecem 65 cedulas sobre a mesa.

O Sr. PRESIDENTE diz que para as comissões vota, e tem votado, de conformidade com o regimento.

O Sr. 1.º SECRETARIO entende que não é de admirar que cresça uma, duas ou tres cedulas na contagem, não só porque alguns Srs. deputados podem não estar na sala quando são contados os Srs. deputados para se saber se ha casa, e entrarem depois quando se está no processo da eleição, como também porque ás vezes acontecem vir com capas algumas cedulas e na occasião de serem lançadas na urna despegarem-se taes capas, e na contagem serem contempladas como cedulas.

O Sr. OLIVEIRA diz que pelo menos deve apparecer uma dessas cedulas em branco, pois que elle votára lançando na urna um papel em branco.

Feita a apuração sahem eleitos:

Os Srs.: R-go Barros..... 41 votos.
Nunes de Aguiar..... 40 »
Lima e Silva..... 30 »

COMISSÃO DE REDACÇÃO

Os Srs.: Penna..... 51 votos.
Sayão Lobato (Francisco)..... 51 »
Nobias..... 51 »

Seguindo-se a eleição da comissão de camaras municipales, reconhece-se não haver casa; em consequencia procede-se á chamada, e verifica-se terem-se retirado com causa os Srs. Aranha, Mendes de Almeida, Corrêa Lima e Ribeiro; e sem causa participada os Srs. Graça Junior, Fernandes Vieira, Araújo Lima, Almeida e Albuquerque, Wanderley, Magalhães Castro, Pacca, Lima e Silva, Mello Franco e D. José.

O Sr. PRESIDENTE dá para a ordem do dia a continuação da nomeação das comissões, e se houver tempo, continuação da discussão do adiamto, cuja votação ficou empatada; discussão das emendas do senado á proposta da lei do orçamento, impressas sob n. 100 deste anno; primeira discussão do projecto n. 101 deste anno, sobre eleições para senadores; terceira discussão do projecto n. 2 estendendo-se ás apolices de 1.000\$000 a disposição da lei que permite a transferencia das de menor valor, por meio de escriptura publica ou particular; terceira discussão do projecto n. 103 concedendo loterias em beneficio do hospicio de Pedro II; terceira dita do projecto n. 105 autorizando o governo para dar estatutos ás escolas de medicina e de direito.

Levanta-se a sessão ás horas e meia da tarde.

Sessão em 7 de Maio

PRESIDENCIA DO SR. MENDES DOS SANTOS

SUMMARY.—Expediente.—Eleição das comissões da camara.—Emendas do senado ao orçamento. Discursos dos Srs. Souza Franco e J. F. Vianna.

A's 11-horas menos 10 minutos da manhã, reunidos os Srs. deputados em numero legal, abre-se a sessão, lê-se e approva-se a acta da antecedente.

EXPEDIENTE

Officio do Sr. secretario do senado, communicando quaes as pessoas que compoem a mesa do mesmo senado.—Fica a camara inteirada.

Outro do mesmo, remettendo a cópia autentica da falla com que S. M. o Imperador fechou a primeira e abriu a segunda sessão da actual legislatura. — A' commissão de resposta á falla do throno.

Outro do mesmo, participando que por officios dos ministros e secretarios de estado dos negocios da marinha, guerra e fazenda, constou ao senado que S. M. o Imperador consente no decreto que fixa as forças navaes para o anno financeiro de 1850 a 1851; assim como nas resoluções que autori-a o governo a dispensar a D. Anna Maria Justiniana França, a certidão de praça de seu marido, o sargento-mór Thomé de Almeida Lara Figueiredo, e manda ficar em vigor a lei n. 514 de 24 de Outubro de 1849, emquanto não for promulgada a lei do orçamento para o exercicio de 1850 a 1851.—Fica a camara inteirada.

Remette-se á commissão de assembleas provinciaes uma collecção dos actos legislativos promulgados pela assemblea da Parahyba na sessão extraordinaria do corrente anno.

A' mesma commissão, os actos legislativos da mesma assemblea provincial, promulgados na sessão ordinaria do anno passado.

A' commissão de marinha e guerra, o requerimento de Antonio José de Moura, tenente da 1.ª classe do exercito, pedindo que por seus serviços, depois de reformado, seja attendido para melhoramento de reforma, ou que taes serviços sejam de outra sorte remunerados.

Não ha mais expediente.

O Sr. Zacharias (pela ordem):—O meu nobre collega da commissão de constituição e poderes, que está na casa, declarou hontem que hoje talvez se apresentasse o parecer sobre as indicações dos Srs. Angelo Ramos e Souza Franco, para se chamarem supplantas em lugar dos Srs. Gonçalves Martins e José Bento da Cunha Figueiredo, um deputado pela Bahia e outro por Pernambuco. Levantai-me, pois, para dizer que com effeito este parecer se teria apresentado hoje se não houvesse divergencia entre mim e o meu digno collega. Mas infelizmente ha essa divergencia; e, portanto, resta esperar que compareça o membro que se acha ausente, o Sr. Maciel Monteiro, ou nomear V. Ex. quem faça interinamente as suas vezes, se o negocio parecer tão urgente que torne necessaria essa nomeação.

O Sr. PRESIDENTE:—Nomeio para servir interinamente o Sr. J. A. de Miranda.

O Sr. Rezende (pela ordem):—Tendo sido nomeada a nova commissão de constituição e poderes, rogo a V. Ex. que peça á illustre commissão haja de apresentar o seu parecer sobre a indicação que ha tres semanas apresentei na casa. Juízo que é tempo de sobrejo para apresentar esse parecer; a commissão já terá formado o seu juízo a respeito da materia.

O Sr. D. Manoel:—O illustre deputado que acaba de sentar se bem pudera ter previsto quaes os motivos porque a commissão de constituição e poderes não deu o seu parecer acerca da indicação a que o nobre deputado se refere. Nem tenho agora necessidade de os apresentar á casa; mas direi sempre, porque me levantei, que não havia nada mais justo, mais politico, mais conforme a todas as conveniencias, do que a commissão aguardar respeitosamente a falla do throno para ver qual era o pensamento da corôa acerca dos negocios da provincia de Pernambuco, para que a commissão precipitadamente não fosse dar um parecer talvez em pouca harmonia com o pensamento do governo.

Agora que essa peça official está conhecida, espero que o nobre deputado não continue a insistir no seu requerimento, já por duas ou tres vezes repetido nesta casa, para que não dê occasião a uma discussão que talvez não convenha nas actuaes criticas circumstancias.

O Sr. REZENDE:—Se me cabe a palavra pela ordem, peço-a.

O Sr. PRESIDENTE:—Não está nada em discussão.

O Sr. REZENDE:—Eu pretendo insistir todos os dias no meu pedido. Não quero que a camara espere que entre em conselho de guerra o Sr. marechal, Coelho para dar o seu parecer.

O Sr. Angelo Ramos:—Cômquanto pouco acostumado a tomar tempo á camara com rectificações, não posso deixar de fazer uma nesta occasião, acerca de um incidente que se passou hontem na casa.

Quando o nobre deputado pela Bahia censurava de algum modo o não comparecimento de um supplente que foi chamado por aquella provincia, eu dei-lhe um aparte que não sabio no Jornal, e foi:—E porque não tem comparecido o presidente da provincia?—Fago esta rectificação para que não se entenda que eu naquella occasião deixei de reclamar contra uma censura que se fez a um amigo meu, e porque, como muitos nobres deputados sabem, o Sr. Dr. Souto tem tido motivos que o impedirão de partir immediatamente a tomar assento nesta camara.

O Sr. Souza Franco:—Apolado.

O Sr. APAREJO:—E' tambem para fazer uma rectificação que peço a palavra. A rectificação é que muitos apartes meus não sahem no Jornal; peço pois a V. Ex. se annue á reclamação do nobre deputado, que faça tambem com que os meus apartes saham no Jornal. (Risadas.)

ORDEM DO DIA

Continúa a eleição de comissões.

CAMARAS MUNICIPAES

Os Srs. Paranaguá.....	83 votos
Teixeira e Souza.....	27 "
Visconde de Baependy.....	23 "

O Sr. 1.º SECRETARIO (pela ordem) lê um officio do Sr. ministro da fazenda, pedindo dia e hora para apresentar a proposta fixando a despesa e receita geral do imperio para o anno financeiro de 1851 a 1852, bem como o relatório do ministerio da fazenda.

O Sr. PRESIDENTE:—Designa-se a sessão de amanhã ao meio dia.

Continúa a eleição de comissões.

ASSEMBLEAS PROVINCIAES

Os Srs. Pedreira.....	48 votos
-----------------------	----------

Fernandes Vieira..... 47 votos
Firmínio..... 48 »

COMMERCIO, INDUSTRIAS E ARTES

Os Srs.: Jansen do Paço..... 47 votos
Moraes Sarmiento..... 22 »
Araújo..... 21 »

Para esta comissão haviam obtido o mesmo numero de 21 votos os Srs. Aranha e Azambuja; a sorte decidio-se pelo primeiro.

AGRICULTURA

Os Srs.: Franco de Sá..... 48 votos
Almeida Albuquerque..... 47 »
Augusto Chaves..... 47 »

INSTRUCCÃO PUBLICA

Os Srs.: Justiniano José da Rocha... 58 votos
João Capistrano Bandeira de Mello..... 51 »
Paula Baptista..... 43 »

SAUDE PUBLICA

Os Srs.: José Martins da Cruz Jobim. 54 votos
José Agostinho Vieira de Mat- 53 »
tos.....
Antonio Gabriel de Paula 49 »
Fonseca.....

ESTATISTICA, CATECHISE, COLONISACÃO E CIVILISACÃO DOS INDIOS

Os Srs.: José Mathias de Abreu..... 57 votos
Cruz Machado..... 35 »
Pedreira..... 34 »

Achando-se na sala immediata o Sr. deputado Gonçalves Martins, o Sr. presidente convida os Srs. 3º e 4º secretarios para irem recebê-lo.

O honrado membro é introduzido com as formalidades do estylo, presta juramento e toma assento na casa.

Continúa a nomeação de comissões.

MINAS E BOSQUES

Os Srs.: Antonio Fernandes da Silveira. 40 votos
Antonio-José Monteiro de Bar- 40 »
ros.....
João Antonio de Miranda.... 33 »

NEGOCIOS ECLESIASTICOS

Os Srs.: Ramalho..... 50 votos
Julio de Miranda..... 44 »
A. Albuquerque e Mello..... 44 »

PETIÇÕES

Os Srs.: Livramento..... 46 votos
Santos e Almeida..... 28 »
Silva Guimarães..... 20 »

EXAME DO THEOURO

Os Srs.: Souza Franco..... 46 votos
Dias de Carvalho..... 33 »
Angelo Ramos..... 27 »

O SR. PRESIDENTE:—Estão concluidas as eleições das comissões, passa-se á parte da ordem do dia.

Entra novamente em discussão o adiamento proposto pelo Sr. Aprigio sobre a emenda offerecida pelo Sr. Dias de Carvalho ao parecer da

comissão de constituição e poderes relativamente á chamada de suppletes.

O Sr. Souza Franco:—Opponho-me ao adiamento simplesmente por que não conheço estylos que admittão adiamentos de emendas continuando a discussão da materia principal! E demais, para que repetir todos os dias estes maneios de impedir que suppletes por Minas tomem assento na casa? Ainda até hoje não ha supplente na casa, ainda a opposição não pôde conseguir a entrada de um supplente, todos os membros da opposição que têm assento na casa entrarão para ella, porque lhes coube o lugar de proprietario. A camara não tem consentido na chamada de suppletes da opposição; já se mandou chamar um supplente pelo Pará, chamar-se ha suppletes de todas as provincias comtanto que não sejam da opposição, e é por isso que se não tem querido chamar suploentes por Minas! Os nobres deputados não têm vontade de verem aqui o Sr. Antão Fernandes Leão especialmente, diga se isto com franqueza, porque é o que importa o adiamento proposto contra todos os estylos, de uma emenda, e não da materia principal.

Voto, portanto, contra este adiamento.

Julga-se a materia discutida, e posto a votos é regeitado o adiamento: continua por conseguinte a discussão do parecer da comissão com a emenda do Sr. Dias de Carvalho.

ALGUNS Srs. DEPUTADOS:—Votos, votos.

Dá-se a materia por discutida, approva-se o parecer, e bem assim a emenda, por grande maioria.

O SR. PRESIDENTE: Vai-se officiar ao governo no sentido da votação.

O SR. SOUZA FRANCO:—Apoiado.

Segue-se a discussão das emendas do senado impressas sob n. 100, deste anno, ao projecto de lei de orçamento.

Em primeiro lugar entra em discussão a seguinte:

«No art. 9º substitua-se o § 2º pelo seguinte:—Bragagom do fabrico das moedas de ouro e senhoriaçom das de prata.»

O SR. PRESIDENTE:—Não havendo quem peça a palavra vou pôr a votos.

O SR. SOUZA FRANCO:—Peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE:—Tem a palavra.

O SR. SOUZA FRANCO:—Tenha V. Ex. a bondade de dizer-me se é só a primeira emenda que está em discussão, ou se posso fallar de todas?

O SR. PRESIDENTE:—E' só a primeira, depois seguir-se-hão as outras, uma por uma, se a camara não determinar o contrario.

O SR. SOUZA FRANCO:—Sobre esta primeira emenda mui ligieras são as observações que tenho a fazer. Eu queria fazer desde já notar que algumas das idéas por mim apresentadas na casa, e que não forão vencidas, apparecem depois formuladas em emendas ou idéas desta camara, ou vindas do senado, no entretanto que se tivessem sido adoptadas as minhas idéas, não haveria necessidade de voltar a lei do orçamento do senado com estas emendas. Aque a trouxe de novo a esta casa é a respeito dos meios de supprir o deficit, porque outra emenda tambem importante relativa á isenção do imposto do sal, para o que fôr importado na provincia do Rio Grande do Sul, o proprio Sr. ministro da fazenda havia dito que, como era uma simples autorisação, elle não usaria della, e pois não era indispensavel a emenda, e não voltaria a lei a esta camara, a não ser a que diz respeito ao modo de preencher a deficit. Mas sobre esta mesma emenda ao § 2º,

quando pela primeira vez eu fallei nesta matéria, a camará ha de se lembrar do que se passou. Na proposta do governo se dizia: «braçagem do fabrico das moedas de ouro e prata, 3:000\$000.» Eu combati esta idéa, a camará não prestou assenso ás minhas reflexões, e foi somente supprida a palavra «prata»; isto é, passou a emenda desta maneira: «braçagem do fabrico das moedas de ouro»; agora accrescenta-se «e senhorialem das de prata.» Eu tenho uma pequena duvida a oppôr a esta emenda, e espero que os honrados membros da commissão me esclareçam. Primeiramente, se a braçagem do fabrico das moedas de ouro dá 1 %, e a senhorialem das moedas de prata dá 11 %, deve ir esta renda a muito mais de 3:000\$. Suppondo-se que se tem de emitir 1,000:000\$ em ouro a 1 %; dão 10:000\$; e outros 1,000:000\$ em prata que dão a cerca de 11 %, 110:000\$; temos que em lugar de 3:000\$, vai ser elevada a cerca de 120:000\$ o producto desta renda. A emenda portanto, ou deveria ser assim concebida, ou não devia apparecer.

Mas, sobretudo a minha duvida principal versa sobre outro ponto. Em consequência do decreto de 28 de Junho de 1849, que reduzio a relação entre a moeda de prata e a de ouro, de 1:15,325 a 1:14,234, a verdadeira senhorialem na prata é cerca de 11 %, isto é, o governo ganha no fabrico da moeda de prata, cerca de 11 %, que é quanto a moeda de prata fica mais cara do que a de ouro; mas a quem tocarão estes 11 %? Eis-aqui a minha duvida.

Não temos em vigor legislação a respeito da senhorialem; é o art. 15 da lei de 26 de Setembro de 1840, que regula a senhorialem do ouro a 1 % e a da prata a 5 %. E se a lei não autorisa a se pagar como senhorialem senão 1 % no ouro e na prata 5 %, determinando-se agora que seja 11 % a senhorialem na prata, a quem ficão pertencendo os 6 % que a emenda suppõe augmentados?

Ou não se admittirá ao cunho prata alguma dos particulares, ou se admittirá; e como impôr-lhe senhorialem superior á que a lei marca?

Embora me digão que o governo, autorizado como foi, pôde revogar a lei em vigor; ainda não a revogou por acto algum seu, ainda não declarou que a senhorialem da prata, em lugar de 5 %, seja de 11 %.

Por conseguinte, estas minhas observações mostrão que, pelo menos, esta emenda foi mal pensada, e que ella não merece a minha approvação pelo modo porque está concebida, porque depende de explicações e de actos do governo, que ainda não passarão por sua lembrança. Enquanto os honrados membros da commissão não desfizerem esta duvida, hão de reconhecer commigo que estou obrigado a votar contra esta emenda. Convido, pois, aos honrados membros da commissão, a me explicarem a matéria.

Sem mais debate dá-se a matéria por discutida, e posta a votos, approva-se a emenda do senado.

O Sr. Souza Franco: — E ninguem defende a emenda?

Segue-se a discussão da segunda emenda do senado, assim concebida:

«O art. 10 seja substituido pelo seguinte: «No caso de deficiencia da receita orçada será o deficit preenchido com emissão de bilhetes do thesouro ou de apolices, como convier.»

O Sr. Presidente: — Não havendo quem peça a palavra vou por a votos.

O Sr. Souza Franco: — Peço a palavra.

O Sr. Presidente: — Tem a palavra o Sr. Souza Franco.

O Sr. Souza Franco: — Quando ha dias

um honrado deputado pela Bahia me convidava a tomar parte nas discussões das materias importantes, creio que por não lhe vir á lembrança que eu havia tomado parte nas discussões das questões mais importantes, como esta, também não se lembrava talvez o honrado deputado que as minhas idéas, embora aparentemente rejeitadas na camará, embora, como neste caso, tivessem me acarretado algum desgosto, seriam depois approvadas, e voltaria no meu sentido emendado o orçamento do senado.

O primeiro artigo apresentado pela commissão de orçamento desta camará era este: «No caso de que a receita orçada seja inferior á despesa decretada, será o deficit que se verificar preenchido pela emissão de apolices da divida publica.» A casa ha de lembrar-se que eu fiz ver que esta redacção prestava-se á duvida de que não era da receita verificada insufficiente que se tratava, mas de orçada em calculo fallivel, e que nada mais vale desde que apparece a realidade. E então o honrado deputado pelo Rio de Janeiro, membro da commissão, tomando como offensa o que não era senão vontade de melhorar a redacção do orçamento, deu-se por estomagado, e procurou pagar-se esmerilhando erros de grammatica em discursos meus, que mal tenho tempo de examinar de corrida. Devo dizer que o erro não era só de redacção, porém de materia, porque dá uma intelligencia diversa daquella que se deveria dar, e toma como motivo do credito para supprir deficit um orçamento desmentido pelos factos, e não estes mesmos factos de insufficiencia de renda.

No entretanto, essas observações que eu fiz, e que não forão aproveitadas na casa, apparecerão depois, não sei como, aproveitadas pela illustre commissão de redacção. Já a illustre commissão de redacção quando offereceu a lei ao senado dizia: «No caso de que a receita seja inferior á despesa decretada, será o deficit que se verificar....»

Ora, eis-aqui como, mesmo sem a vontade de alguns illustres membros da commissão e contra decisões da casa, contribui eu para melhoramento da lei de orçamento. Mas o que ha de mais notavel é que eu desde logo disse que era preciso não tirar ao governo os meios necessarios de supprimento do deficit provavel, cohibindo-lhe a faculdade de emitir bilhetes ou letras do thesouro. O honrado deputado pelo Rio de Janeiro quiz mostrar que essa emissão estava autorisada por uma lei de 1837, que eu depois mostrei que tinha sido revogada por outra de 28 de Outubro de 1839, no art. 11; e não obstante dizê-lo, foi a lei para o senado sem esta nova autorisação, de sorte que o mesmo Sr. ministro da fazenda se viu na necessidade de se apresentar uma emenda pedindo autorisação para a emissão de bilhetes, e esta lei teve de voltar a esta casa com manifesta perda de tempo, porque não se quiz attender ás poucas palavras que eu então disse no sentido da emenda que hoje se vai approvar.

Mas ainda tenho uma duvida, e esta duvida versa mesmo sobre a emenda vinda do senado. Diz ella (Lê.)

Eu noto que se tenha confundido nesta emenda bilhetes do thesouro com letras do thesouro. Antigamente havião estas duas entidades, hoje, porém, ficarão em desuso os bilhetes do thesouro, e só se emittem letras. Os bilhetes do thesouro regulados em sua emissão pela ordem de 5 de Janeiro de 1842, isto é, os bilhetes de juro fixo, não estão mais em uso. Quem abrir os relatorios do Sr. ministro da fazenda e os dos annos anteriores, verá que elles não tratão mais de bilhetes; foi no tempo do Sr. senador Manoel Alves Branco que se começou a acabar com o uso desses bilhetes, que desaparecerão

dos relatórios em 1847, na administração do Sr. Hollanda. Hoje o que está admittido são letras com juros e prazos razoáveis. Ora é o juro mais alto quando o dinheiro escasseia no mercado, ora é mais baixo quando ha abundancia de dinheiro. Perguntarei eu, é intenção quando se usa da palavra —bilhetes— a readmittil-os de novo em lugar de letras? E senão, porque é que em lugar da palavra —bilhetes— não se diz —emissão de letras do thesouro, ou de apolices, como convier?— Por estas duvidas, pois, não posso approvar esta emenda; só a approvaria se ella dissesse —letras do thesouro— e não —bilhetes do thesouro.

São as observações que tenho a fazer contra esta emenda.

O Sr. J. F. Vianna:— Apezar de que não posso empenhar-me hoje em discussão, como a camara está vendo, vou contudo dizer algumas poucas palavras para responder ás observações que acaba de fazer o nobre deputado pelo Pará. Quando por occasião da segunda discussão da lei do orçamento se tratava do artigo em que a commissão propunha os meios de preencher o deficit, no caso de que o houvesse, o nobre deputado combateu esse artigo com o fundamento de que só se dava ao governo um meio de o preencher, o da emissão de apolices, privando-o da faculdade de anticipar a receita por meio da emissão de bilhetes, e eu contestei o nobre deputado, porque estava persuadido que ainda estava em vigor o artigo que permittia ao governo emittir bilhetes, e não porque não quizesse attender ás observações feitas pelo nobre deputado, porque não quizesse attender ás suas idéas.

Sr. presidente, a questão é muito simples. Em verdade, quando se redigiu a lei do orçamento, eu estava persuadido que o artigo da lei de 1837, que pela primeira vez concedeu ao governo a faculdade de emittir bilhetes, estava ainda em vigor. Se o illustre deputado nessa occasião tivesse citado a lei que o revogou, tudo estava acabado, e eu não deixaria de reconhecer que me tinha enganado, e o teria dito á camara francamente, porque não sou caprichoso, e nem me ficava mal o ter-me escapado uma disposição legislativa tão fugitiva, que se acha em uma lei de credito antiga; posto que se eu quizesse chicanar ainda o poderia fazer; mas o illustre deputado na segunda discussão do orçamento não declarou positivamente que aquelle artigo de lei estava revogado, nem qual era o artigo de lei posterior que o tinha revogado.

O Sr. Souza Franco:— Eu disse que estava revogado.

O Sr. J. F. Vianna:—Não, senhor! e ao contando já que o nobre deputado diria o que disse, e o repete no seu aparte, com suas observações neste sentido na presente discussão, trouxe o *Jornal do Commercio* em que vem publicado o discurso do illustre deputado, que agora não posso ler, mas do qual se vê que não citou a lei que revogou aquelle artigo; o illustre deputado perguntou se o governo não ficaria com os braços atados para occorrer a deficits occasionaes, não podendo fazer emissões de bilhetes para anticipar receita, e por occasião de eu dizer-lhe que não deu bem claramente a entender que suppunha que a revogação vinha em lei de orçamento, e ainda assim com muita duvida: foi muito posteriormente, quando a lei tinha ido já para o senado: foi na discussão da lei provisoria do orçamento que o illustre deputado citou o artigo da lei que revogava esse outro da lei de 1837; isto é, essa disposição de lei fugitiva que se encontra na lei que concedeu o credito no anno de 1839, a qual, autorisando o ministro dessa época a supprir o deficit com emissão de papel-moeda, revogou esse artigo da lei de 1837, que

tomou 1

autorisava a emissão de bilhetes do thesouro. Não admirava pois que me pudesse escapar um artigo de lei, especialmente havendo tantos annos que não olhava para a legislação de fazenda. Se o illustre deputado nessa occasião tivesse conhecimento do artigo, e tivesse tido a bondade de citar o artigo da lei, declaro-lhe que aceitava a sua observação, a que dei attenção, e tanto que, depois do que aqui lhe ouvi, fui consultar a legislação, e pretendia corrigir o meu engano na terceira discussão da lei do orçamento, o que não fiz por não achar-me presente a ella, e isto por não querer chicanar, porque, a querer-se chicanar, talvez se pudesse sustentar que o governo ainda está autorizado para emittir bilhetes sem dependencia de nova authorisação annua.

Portanto, fique a camara certa que o illustre deputado só citou esse artigo de lei quando se discutio a lei provisoria do orçamento, e por occasião de responder-me, quando disse que era para admirar que não tivesse conhecimento desse artigo da lei de 1839 quem tinha sido contador e inspector geral do thesouro, como se tão pequena coisa pudesse causar o mais pequeno desar a quem ha tantos annos deixara de ser tudo isto.

Agora, pelo que respeita á segunda duvida do illustre deputado, entendo que ella não pôde prevalecer. No thesouro chama-se indistinctamente bilhetes ou letras aos titulos de divida, a que o nobre deputado quer que se chame unicamente letras; portanto, autorisar o governo a emittir bilhetes do thesouro, equivale o mesmo que autorisar-o a emittir letras, é a mesma coisa, e isto mesmo é o que está sancionado pela nossa legislação. A camara me permittirá que lêa o art. 10 da lei do orçamento de 1848, que é o seguinte: «No caso de deficiencia da receita geral, será o deficit preenchido com emissão de bilhetes ou letras do thesouro, ou apolices da divida publica»; e nesse tempo já não existião bilhetes de juro fixo: logo, segundo esta lei, letras e bilhetes do thesouro é uma e a mesma coisa. Ora, ainda esta lei falla em letras tambem, mas a lei de 1846 nem em letras falla, porquanto, exprime-se assim: «No caso de deficiencia da receita orçada será o deficit preenchido com emissão de bilhetes do thesouro, ou de apolices, como convier.»

Ora, se nesse tempo já não existião bilhetes de juro fixo, e se o governo que executou essa lei não se julgou embarçado, e fez emissão do que o nobre deputado quer que se chame letras do thesouro, e não bilhetes, para supprir o deficit, cuído que na presente occasião não poderá servir de embaraço empregar-se a palavra —bilhetes— e não —letras.— E ainda digo mais: no anno de 1837 a palavra que a lei empregou para designar o que o nobre deputado quer que se chame letras, foi —bilhetes— e não —letras do thesouro.

A emenda pois deve ser approvada como está redigida, e é de necessidade que se approve, porque com effeito o artigo da lei de 1837, que eu suppunha subsistente, está revogado; foi erro meu, e não tenho vexame de o confessar.

O Sr. Souza Franco:—Direi apenas mui poucas palavras sobre a segunda questão. Se em 1843 a lei que o illustre deputado cita não tratava de letras, é porque ainda os bilhetes estavam principalmente em uso; mas em 1845 é que o Sr. senador Manoel Alves Branco acabou com a emissão desses bilhetes, que em 1847 desaparecerão dos relatórios, e se usou só de letras. Hoje, poderá o honrado deputado recorrer aos mappas do relatório deste anno e dos annos anteriores, dos annos de 1848 e de 1847, e não ha de encontrar senão —tabella das letras emit-

2

tidas. — Não ha mais bilhetes; sob este nome de bilhetes foram afinal considerados somente os de juro fixo da ordem de 5 de Janeiro de 1842, que mandou emittir de 1:200\$ com juro diario de 200 rs., e de 600\$ com juro de 100 rs. e prazos de tres mezes: acabou-se com elles, ficão somente as letras. Como é, portanto, que se vai autorisar a emittir bilhetes que o thesouro já não emitta, e quer-se com esta autorisação que elle emitta letras, quando era tão facil em lugar de bilhetes, dizer-se — fica autorisado a emittir bilhetes ou apolices para preencher o deficit?

Eu insisto em que não ha hoje mais no thesouro a emissão de bilhetes; não ha nos relatorios ultimos senão tabellas de letras e não de bilhetes; por consequente, um governo que fosse muito restricto não se daria por autorisado para emittir letras com esta autorisação para emittir bilhetes e apolices, e voltar ao uso dos bilhetes já reprovados.

Ha pelo menos um erro de expressão nesta legislação que se propõe, e eu creio que não devo deixar de fazer sensível os erros desta natureza, que se redigem artigos sem attenção alguma a que hoje não ha bilhetes do thesouro, e só letras, e levado deste principio, e apesar de ter eu mesmo lembrado este acrescimo de autorisação ao governo, votarei contra a emenda, porque a autorisação não é aquella que eu entendo que se deve dar na lei.

O Sr. J. F. Vianna:—O illustre deputado que acaba de sentar-se insiste ainda em querer fazer differença entre letras e bilhetes do thesouro, querendo que por letras se entendão os titulos que o governo hoje emitta para anticipar receitas, e por bilhetes os de juro fixo. Já mostrei que o nobre deputado não tem razão; e para o provar ainda melhor, a camara me permittirá que eu leia o art. 18 da lei de 1837, em virtude do qual o governo foi pela primeira vez autorisado a emittir letras, como antedipação da receita; eis aqui o que diz esse artigo:—O ministro da fazenda poderá emittir desde já *bilhetes do thesouro* para occorrer ás despesas, quando a receita for deficiente, etc.—Em virtude dessa disposição legislativa emittirão-se, não bilhetes de juro fixo, que os não havia então, mas letras, ou esses titulos de divida que o illustre deputado quer que se chamem letras e não bilhetes, e teve isto lugar nos annos de 1837 a 1838 e até 1839, em que foi cassada essa autorisação.

Ora, se isto está sancionado pela legislação que acabo de citar, e se a legislação posterior tambem chamou a esses titulos de divida bilhetes, não sei porque se faz agora esta duvida? Antes de haverem os bilhetes de juro fixo, esses titulos de divida a que o nobre deputado quer que se dê o nome de letras, chamavão-se no thesouro — bilhetes, — e esta expressão está sancionada por estas diversas leis que citei: logo, não tem fundamento nenhum a opposição do nobre deputado, a qual tem outra origem.

O Sr. Aprigio:—E' uma questão de nome que não influe na realidade.

Julga-se a materia sufficientemente discutida, e posta a votos approva-se a emenda vinda do senado.

A discussão fica adiada pela hora.

O Sr. Presidente marca para a ordem do dia seguinte a mesma que vinha para hoje, e levanta-se a sessão ás 3 horas da tarde.

Acta de 8 de Maio

PRESIDENCIA DO SR. MENDES DOS SANTOS

A's 11 horas da manhã achão-se reunidos os Srs. Aranha, Mendes de Almeida, Bahia, Bastos de Oliveira, Machado, Domingues, Pereira Rocha, Joaquim Vilella, Rezende, Nunes de Aguiar, Zacharias, Miranda, D. Manoel, Paula Fonseca, Mendes dos Santos, Bello, Fernandes Chaves, Tosta, Paula Santos, Vieira de Mattos, Taques, Paula Candido, Almeida e Albuquerque, Silva Guimarães, Secco, Rocha, Penna, Jobim, Azambuja, Paranaguá, Fernandes Vieira, Ferreira de Aguiar, Araujo Lima, Victor de Oliveira, Paes Barreto, Rego Barros, Carneiro da Cunha, Vianna, Wanderley, Gonçalves Martins, Jansen, Angelo Ramos, Firmino e Silva, Lima e Silva, Albuquerque e Mello, Euzébio, Belisario, Paula Baptista, Franco, de Sá, Mello Franco, João Lobato e Magalhães Castro.

O Sr. Presidente declara que não ha sessão.

Sessão em 10 de Maio

PRESIDENCIA DO SR. MENDES DOS SANTOS

SUMARIO.—Expediente.—Chamada de suppletes pela Bahia e por Pernambuco. Discursos dos Srs. Souza Franco, Zacharias, D. Manoel, Sayão Lobato, Aprigio, Angelo Ramos, Gonçalves Martins, Tosta e Carneiro da Cunha.—Projectos e indicações.—Imposto sobre o sal no Rio Grande do Sul. Discurso do Sr. Cruz Secco.

A's 10 horas e 40 minutos da manhã, reunidos os Srs. deputados em numero legal, abre-se a sessão, lê-se e approva-se a acta da antecedente, e bem assim a do dia em que não houve sessão.

O Sr. Souza Franco:—Peço a palavra em tempo.

EXPEDIENTE

Officio do Sr. ministro do imperio participando que S. M. o Imperador ficara inteirado das pessoas que no corrente anno formão a mesa da camara dos Srs. deputados.—Fica a camara inteirada.

Outro do Sr. ministro da justiça remettendo duas representações da assembleia legislativa da provincia de Santa Catharina, datadas de 27 a 30 do mez proximo passado solicitando do corpo legislativo, na primeira, a instauração da lei provincial n. 14 de 8 de Maio de 1835, e na segunda, a decretação de quatro loterias extrahidas nesta corte para ser o seu producto applicado á edificação e reparo das igrejas matricizes da referida provincia.—As commissões de assembleas provinciaes e fazenda.

Outro do mesmo ministro, remettendo um dos autographos do decreto estabelecendo o codigo commercial do imperio do Brazil, no qual decreto S. M. o Imperador consente.—Para o archivo.

Outro do Sr. deputado Moraes Sarmento, participando que por doente não pôde comparecer.—Fica a camara inteirada.

Não ha mais expediente.

O Sr. Vianna (pela ordem):—Existe sobre a mesa um parecer da commissão de fazenda sobre a pretensão de Joaquim Diogo Hartley. O meu collega o Sr. Ribeiro é de opinião contraria á minha; cada um de nós tem o seu voto em separado, e eu não sei se se pôde lêr um parecer assim, ou se é necessario um terceiro membro que se decida pelo meu voto ou pelo do meu collega. Se isto é necessario, eu rogava a V. Ex. tivesse a bondade de nomear um membro para a commissão, porque o terceiro membro della, por doente, não tem comparecido na casa.

O Sr. Presidente:—Nomeo para terceiro membro da commissão o Sr. Pacheco. Não ha

parecer da comissão sem ser assignado pela maioria della.

São approvadas as seguintes redacções:

1.ª Do projecto sobre a classificação das comarcas e remoção dos juizes de direito.

2.ª Do projecto acerca da substituição de juizes de facto no jury.

3.ª Do projecto sobre o modo de se contar a antiguidade aos juizes de direito.

Todas estas redacções vão ser enviadas ao senado.

Entra em discussão o seguinte parecer:

« A comissão de constituição e poderes, a que foram presentes as indicações dos Srs. Souza Franco e Angelo Ramos, relativas ao chamamento de supplentes em lugar do Sr. Francisco Gonçalves Martins, deputado pela provincia da Bahia, e do Sr. José Bento da Cunha Figueiredo pela de Pernambuco, considerando não constar legalmente a camara que se achem impedidos os referidos deputados, é de parecer que se não approve as ditas indicações.

« Paço da camara, 7 de Maio de 1850. — G. Vasconcellos. — J. A. de Miranda. — D. M. A. Mascarenhas (vencido). »

O SR. PRESIDENTE:—O parecer está prejudicado na parte relativa ao Sr. Gonçalves Martins.

O SR. SOUZA FRANCO (pela ordem):—Eu suppunha que o parecer estava prejudicado quanto a ambos. Fallarei sobre a materia; mas primeiramente desejava que V. Ex. tivesse a bondade de informar-me se tendo eu pedido a palavra em tempo, não devia ella ser-me concedida antes de discutir-se esta materia.

O SR. PRESIDENTE:—Perdô-me o Sr. deputado: pediu a palavra em tempo e não pela ordem. Se a pedisse pela ordem, eu a teria dado immediatamente; mas como a pediu em tempo, tel-a-ha depois da leitura dos pareceres.

O SR. SOUZA FRANCO:—E se os pareceres esgotarem os tres quartos de hora?... Mas enfim, direi em poucas palavras o que julgo sobre o parecer em discussão.

Não me posso accomodar com o parecer da illustre comissão. Pois não consta á comissão que o honrado deputado por Pernambuco está legalmente impedido? Quererá dizer a comissão que o nobre presidente das Alagoas não está legalmente impedido, porque não pôde um deputado continuar na presidencia de uma provincia, quando a camara está em sessão, sem que se tenha vindo pedir licença á camara? Se é neste sentido estou pela opinião da nobre comissão, votarei com elles por esta censura ao governo que, depois de quatro mezes, conserva um presidente de provincia á testa da administração publica. Não pede licença á camara de que esse presidente é membro; não o chama, não dá á camara a menor satisfação por este facto.

Senhores, ou o honrado presidente das Alagoas está legalmente impedido, não pôde vir, o governo embarça a sua vinda, e então é preciso chamar-se o supplente, ou se não está legalmente impedido, não devia continuar na presidencia, devia vir tomar assento na camara, e então o governo é censuravel por este facto. Em todo o caso, como elle não se tem apresentado na casa, não tem o governo pedido licença para se elle conservar na presidencia, como não se dá a menor desculpa, não vejo razão para que não se chame o supplente a vir tomar assento na casa. Desejarei ouvir os motivos em que a comissão se funda para dar um tal parecer: no entanto declaro que voto contra elle.

O SR. ZACHARIAS:—O nobre orador que acaba de assentar-se, impugnando o parecer da comissão limitou toda a sua argumentação a dizer que não comprehendia como a comissão escrevesse que não lhe constava achar-se legal-

mente impedido por Pernambuco o Sr. José Bento da Cunha Figueiredo. Ora, parece-me que de facto bem se comprehende não constar legalmente á camara esse impedimento; porquanto saberia regularmente a camara achar-se impedido o Sr. Cunha Figueiredo, se ella houvesse dado parte á camara do seu impedimento, de sorte que a sua escusa pudessem ser, na forma dos arts. 10, 11, 12 e 13 do regimento, apreciada pela comissão e pela camara; mas o nobre deputado por Pernambuco não fez semelhante exposição, e, por consequencia, nem a comissão, nem a camara podem avaliar o motivo que o embaraça de comparecer na camara.

Parece-me que o impedimento do nobre deputado, cuja falta se busca preencher, não consta legalmente á camara; porque delle não tem noticia pelo modo prescripto no regimento, o qual supõe que todos os deputados em tempo competente vêm para a camara, e prevenindo a hypothese de não virem alguns, determina que em tal caso mandem uma exposição, por escripto, dos seus impedimentos, para ser convenientemente avaliada pela respectiva camara. No caso em questão não se dá, porém essa hypothese, unica que previne o regimento; logo, a camara em face do mesmo regimento, não está inteirada do impedimento do nobre deputado por Pernambuco, presidente das Alagoas, de modo que possa chamar o seu supplente.

Ainda em outro caso poderia constar legalmente o impedimento do nobre deputado por Pernambuco, se estando, como é verdade, exercendo uma comissão dada pelo governo, algum dos membros do gabinete declarasse á camara que era vontade do governo que elle continuasse na direcção dos negocios da provincia das Alagoas; mas tal facto não se deu; e, pois, vem a fallar ainda este modo de constar legalmente á camara o impedimento do deputado de que se trata.

Mas, diz o honrado membro: « Então digno se torna de censura o governo. » Sr. presidente, o que quero agora mostrar é que a camara dos Srs. deputados não pôde considerar que haja da parte do Sr. José Bento impedimento que justifique o chamamento de seu supplente, visto como o governo não tem declarado o intuito de o deter naquella comissão. Se desse silencio resulta materia de censura ao governo, é questão em que não entro.

O SR. SOUZA FRANCO:—Era bom que entrasse.

O SR. ZACHARIAS:—Não preciso, tanto mais quanto entendo que a hypothese é especial, isto é, que quando um individuo que exerce uma comissão do poder executivo é nomeado deputado, o governo parece que não é obrigado a vir pedir o consentimento da camara para que esse individuo continue na comissão de que se acha encarregado, porque, segundo as palavras da nossa constituição, segundo a sua letra, a hypothese de vir o governo pedir o consentimento da camara dá-se quando o individuo já se acha com assento na camara, e o governo tem de distrahir-o de suas funcções legislativas, fazendo-o sair para alguma comissão; mas, se o individuo nomeado não veio ainda á camara, podendo mesmo não querer já mais tomar assento nella por não aceitar o mandato, parece que o governo pôde se julgar dispensado de pedir consentimento para o deter fora da camara. Entretanto não quero inteiramente dar esta doutrina como verdadeira, não quero dizer que na hypothese de estar já empregado pelo governo um individuo que é nomeado deputado, o governo não dê uma satisfação á camara; digo sómente que talvez nisto se funde o governo para nada dizer acerca de certos deputados que continuam a exercer funcções de presidentes, sem offensa da constituição, que, se não estou em erro, autorisa o seu procedimento.

A camara obra tanto mais regularmente dando-se por insciente do impedimento do deputado, cujo supplente se quer chamar, quanto não se pôde desconhecer que pouco prudente e discreta seria sua decisão se no dia em que foi apresentado este parecer (7 de corrente) houvesse ella, derrotando o parecer da sua commissão, reconhecido o impedimento do Sr. Gonçalves Martins, e mandado chamar o seu supplente, visto que na hora em que o parecer era deposto sobre a mesa, já nesta corte se achava o deputado, que o autor da indicação considerava impedido, e no caso de ser substituído. Ora, nas mesmas circumstancias está o Sr. Cunha Figueiredo, a indicação supõe que elle não comparecerá por muito tempo, mas é provavel que em breve se ache entre nós, talvez no primeiro vapor. Quem nos assegura a nós que o Sr. Cunha Figueiredo não virá quanto antes para a camara como o Sr. Gonçalves Martins, que os autores da indicação já pensavam que não viria tomar parte em nossos trabalhos, e por isso pedião um supplente em seu lugar?

Mas se diz: « Chame-se o supplente, pois nada se perde, que, vindo o deputado, deixa o supplente de tomar assento. »

Parecia-me, Sr. presidente, que a camara não deve já mais tomar a deliberação de chamar um supplente sem ter a certeza de que o effectivo deputado se acha realmente impedido, e não virá tomar assento, porque de outro modo daria a camara, com o seu procedimento, lugar a despesas e a incommodos não pequenos aos supplentes, que seria prudencia evitar.

Eis-aqui as razões que tive, Sr. presidente, para assignar o parecer que se discute, e porque entendi que não constava legalmente á camara o impedimento do deputado de Pernambuco, de que se trata. Se em relação ao Sr. Gonçalves Martins, o proceder da camara rejeitando o parecer teria sido imprudente e precipitado, pelo facto da sua chegada á corte no momento em que se dizia que elle não vinha, também pôde ser imprudente relativamente ao deputado que preside a provincia das Alagoas, porque é de presumir que brevemente aqui esteja.

O que me parece da discussão que tem havido sobre este objecto é que ha uma lacuna no regimento. O regimento supõe que os deputados que não vêm tomar assento participem os motivos de sua falta; entretanto deputados ha que não fazem essa participação. Mas se ha essa lacuna, o que cumpre fazer é preencher-a com uma nova e conveniente disposição.

Dizer que se pôde esperar certo tempo, por exemplo, dous mezes e não mais, é um arbitrio que não sei em que se possa fundar. V. Ex. sabe que as decisões tomadas sobre casos semelhantes têm sido diferentes, conforme os caprichos e as conveniencias dos partidos; não ha preponderado uma regra invariavel, nem preponderará emquanto não for consagrada por um artigo claro e expresso, que a camara adopte, determinando que o deputado que depois de certo prazo não comparecer se considere legitimamente impedido, officinando-se ao governo para chamar-se o supplente. Na ausencia dessa regra, como havemos nós de opinar pelo chamamento de um supplente sem saber se o effectivo vem ou não? E se o deputado chegar inesperadamente? No caso de que tratamos, manda-se ordem para Pernambuco para vir um supplente em lugar do actual presidente das Alagoas; mas o Sr. Cunha e Figueiredo, aproveitando o primeiro vapor que alli passe, vem para a corte, e talvez com elle, ou logo depois delle, o seu supplente!! Será isso admissivel?

O supplente julgava eu que tinha direito a não ser assim illudido, e que, quando recebesse da camara municipal um diploma para vir tomar assento nesta casa, por effecto de deliberação sua, devia de vir para a corte sem expôr-se á contin-

gencia de encontrar occupado pelo proprietario o lugar que vinha preencher.

Reconheço que ha um grande mal em não se preencherem as vagas que fazem sentir na casa os deputados ausentes; mas não vejo razão sufficiente para votar-se a chamada de supplentes, quando o impedimento é da ordem do que temos figurado. Outro seria o parecer da commissão, se, como no caso do Sr. Horta, houvesse certeza do impedimento do deputado; então cumpria que fosse chamado supplente, porque não se darião os inconvenientes que acima ficão expostos, escapando a camara a qualquer arguição de precipitada e menos reflectida. Se houver alguma falta a notar-se, diga-se que é do deputado que occupa a presidencia das Alagoas, por não participar o seu intento de não vir á camara, ou do governo, que, no caso de o querer alli conservar, não tem manifestado á camara o seu pensamento, pois que, assim obrando, está a opposição em seu direito; mas não queira ella que a camara, no presuppuesto de preencher a vaga que existe pela ausencia do Sr. Cunha Figueiredo, faça chamar seu supplente, sem ter razão para saber se continuará por mais tempo a ausencia do dito deputado.

Em uma das sessões passadas argumentou-se com o art. 89 da lei regulamentar de eleições; mas este artigo nenhuma applicação tem para o caso de que tratamos, porque duvido que haja camara que faça expedir um diploma ao supplente de um deputado que esteja em uma presidencia. Sabe a camara municipal o estado das relações em que se acha esse individuo com o governo? Sabe se a commissão que lhe deu o governo está a cessar por momentos, e se na primeira occasião opportuna virá elle para a corte? Não sabe de certo; e por consequente como poderia expedir diploma neste caso? Quem for franco, quem quizer fazer opposição, censure o deputado que não tem vindo, censure o governo, que aliás julgo defender-se bem, como já disse, com a constituição, mas não leve a mal que a camara rejeite a indicação, pois que assim procedendo está no seu direito e obrará discretamente.

O Sr. D. MANOEL:—Sr. presidente, assignei vencido o parecer da commissão, nem podia deixar de o fazer, attento o discurso que proferi na casa na occasião em que sustentei um parecer dado em circumstancias menos favoraveis ao mesmo parecer do que as actuaes. (Apoiados da opposição.) Dos argumentos de que então lancei não para sustentar o parecer a que me refiro, posso hoje servir-me com o mesmo proveito que então tirei. Se não conseguí da camara ver passar esse voto da commissão de constituição, ao menos me parece que me esforcei para provar que elle era fundado na justiça, na letra, ou, pelo menos, no espirito da nossa legislação.

O parecer que se discute foi dado justamente no dia em que chegou da Bahia o meu nobre amigo presidente daquela provincia. Eu, quando assignei vencido, ignorava inteiramente a chegada do nobre deputado; mas declaro á camara que ainda mesmo que alguém me dissesse que vinha o Sr. Gonçalves Martins, sem me assegurar que elle estava á barra, não mudava de opinião. A razão é clara, porqu por diferentes vez esse fez na casa esta asseveração... (Apoiados da opposição.)

O Sr. ANSELMO RAMOS:—Até designando-se o vapor que o devia trazer.

O Sr. D. MANOEL:—... e elle não chegou. Razões ponderosas teve para isto, razões que eu ignoro; mas o nobre deputado está presente, não precisa por certo hoje do fraco auxilio da minha voz para o defender, para expôr as razões porque não veio para a camara. Não entrarei nos motivos porque o nobre deputado assim procedeu, bastava-me a existencia do facto, isto

é, o não comparecimento do Sr. Gonçalves Martins. Ora, eu que havia estabelecido o principio que o deputado desde que por dois mezes não *tinha comparecido na camara* nem pedido escusa, dava a entender por este facto que não vinha á sessão, e que por consequência, devêra ser chamado o seu supplente, não podia, sem pecha da incoherente, deixar de assignar-me vencido no parecer que se discute.

Ponhamos de parte a questão relativa ao Sr. Gonçalves Martins, porque, como V. Ex. disse muito bem, o parecer nesta parte está prejudicado; vamos á segunda parte, que diz respeito ao Sr. deputado por Pernambuco, que preside a provincia das Alagoas.

Sr. presidente, se o facto de conservar-se um presidente que é deputado na administração de uma provincia por espaço de 4 mezes, isto é, por uma sessão inteira, não é indício sufficiente (para não dizer prova) de que elle não vem occupar o seu lugar na camara, e que por consequência deve ser chamado o seu supplente, não sei quaes são os indícios vehementes que se approximem a uma prova. Seguirei o procedimento do meu nobre collega da commissão; não entrarei na questão se acaso o Sr. José Bento podia conservar-se nas Alagoas sendo deputado; esta questão, como já disse da outra vez, não vem nada para o caso. Fosse quem fosse as minhas opiniões a este respeito, nenhuma necessidade tenho de as emitir, visto que só trato de sustentar o meu parecer; não trato nem de arguir nem de defender o governo, tanto mais quanto o governo tem na casa dous de seus membros, cujos talentos são conhecidos, que, se julgarem conveniente, poderão entrar na questão, mostrar as razões porque se conserva o Sr. José Bento na provincia das Alagoas...

O Sr. ANGELO RAMOS:—Apoiado! E' que já devião ter feito.

O Sr. D. MANOEL:—Mas vamos ás razões hoje apresentadas pelo nobre membro da commissão de constituição em sustentação do parecer. Disse o nobre deputado que enquanto a camara não tiver por um acto legal (note-se bem a expressão) conhecimento de que o deputado effectivo não vem tomar assento, ou esteja em commissão ou não, não pôde a camara chamar o supplente. Primeiramente permitta-me o nobre deputado que lhe diga que esta sua these nem é sustentavel no espirito da lei nem nos precedentes da casa....

Os Srs. DA OPPOSIÇÃO:—Apoiado!

O Sr. APRIPIO:—Não apoiado!

O Sr. D. MANOEL:—Esta sua these ninguém sustentou nunca na casa....

O Sr. ZACHARIAS:—Já V. Ex. sustentou.

O Sr. D. MANOEL:—Eu a sustentei! Quando?...

O Sr. ZACHARIAS:—Em um parecer assignado por V. Ex.

O Sr. D. MANOEL:—Ha de ser difficil encontrar esse parecer. Esta these, senhores, de que se o deputado não participar, seja qual fór o espaço de tempo em que estiver ausente da casa, nunca pôde o seu supplente ser chamado, repito, não se acha em parecer meu. E digo mais, nunca a vi sustentada na casa durante o tempo em que tenho aqui assento, porque me parece um absurdo o mais revoltante que se possa imaginar. (Apoiados da opposição.)

Um Sr. DEPUTADO:—Pôde até uma provincia ficar sem representantes.

O Sr. D. MANOEL:—Apoiado! O meu nobre amigo prevenio-me; pôde-se fazer o que infelizmente já se tem feito. Eu não quero especificar factos; minha intenção não é offender; mas,

supponhamos que a deputação inteira de uma provincia, por motivos que não quero esquadriñar entendesse que não devia comparecer na camara, nem participar o seu não comparecimento; supponhamos que havia duas sessões, como este anno; passava-se a primeira sessão e não comparecia deputado nenhum; vinha o quinto mez ou o primeiro da segunda sessão, e nenhum deputado comparecia; podia ser da mente da lei que a camara dos Srs. deputados ficasse sujeita ao capricho de tres, quatro, seis ou doze homens? Haveria legislação que consentisse um semelhante modo de proceder? Se a legislação deixou a este respeito arbitrio á camara, se o regimento lhe deu tanto arbitrio, como não poderia deixar neste caso ao seu discernimento, ao seu bom senso tomar uma medida que supprisse a falta dos deputados que não concorreram á camara nem mandassem participação? Como poderia a lei, que deu aos supplentes o direito de ter aqui assento na falta dos effectivos, que lhes garante os mesmos privilegios que competem aos effectivos durante o exercicio que têm, como poderia a lei, digo, ser observada, dando-se o caso que acabei de apontar, se a camara não tivesse o prudente arbitrio, a justa discreção de chamar os supplentes? Isto me parece de primeira intuição, e sinto que proposição contraria tenha sido sustentada por um talento tão brilhante como o do nobre deputado por Sergipe.

Fallou o nobre deputado em conhecimento por meio de um acto legal. Senhores, se nós tivéssemos aqui de dar alguma sentença em um processo, se nos fosse necessario recorrer a todas essas formulas que as leis prescrevem, sem as quaes não se pôde sentenciar, ainda mesmo no caso mais justo, eu poderia entender esta maneira de argumentar; mas em um corpo deliberante dizer o nobre deputado que não sabe que o Sr. José Bento preside a provincia das Alagoas....

O Sr. ZACHARIAS:—Não foi isso que eu disse.

O Sr. D. MANOEL:—Não sabe a camara, não vêm nos jornaes as participações officiaes desse senhor, communicando o estado da provincia das Alagoas! Precisamos ainda de um officio d'elle em que nos communique que se acha á testa da administração dessa provincia? Permitta-me o nobre deputado que diga que este seu argumento não tem a força que pareceu enxergar nelle. A camara tem bases para tomar a deliberação acertada de chamar o supplente; a primeira é porque o Sr. José Bento effectivamente preside as Alagoas. A segunda é porque tem-se passado bastante tempo para que a camara possa induzir por presumpções muito vehementes que elle não vem tomar assento.

Mas disse o honrado membro: « Que precipitação, que imprudencia não seria, se, por exemplo, nós no dia 7 tivéssemos votado a favor da indicação? » Respondo ao nobre deputado que nem imprudencia, nem precipitação teria havido; tínhamos cumprido o nosso dever, tínhamos feito o que a lei manda, tínhamos ido de accordo com os principios que neste caso devem dirigir a materia, tínhamos a nosso favor o facto de quatro mezes, durante os quaes o meu nobre amigo presidia a provincia da Bahia. Ora, supponhamos que o parecer era approvado, que em consequência disto o Sr. 1º secretario officlava ao governo para que mandasse chamar o supplente: ou o nobre deputado pela Bahia tinha chegado como chegou, e então não podia ter lugar o officio, visto que o parecer caducava; ou o Sr. Gonçalves Martins estava em caminho quando á provincia chegasse a ordem do governo, e então a camara municipal não podia expedir diploma ao supplente, porque o Sr. Gonçalves Martins vinha para a corte tomar assento; ou ainda o Sr. Gonçalves Martins estava na Bahia, mas

vinha embarcar no vapor, e então não podia ter lugar a decisão da camara. Em todo o caso, a camara tinha dado prova evidente da sua imparcialidade, da sua justiça (*apoiados da opposição*), para basal-a tinha o facto de que o nobre presidente se tinha conservado na provincia por espaço de quatro mezes; portanto não havia imprudencia nem precipitação.

Não posso admittir certos principios que para mim têm sido novos nesta casa, ao menos não me recordo de os ter ouvido em outras sessões. Deos nos livre, Sr. presidente (isto não pôde nem de leve dirigir-se ao caso em questão), Deos nos livre de que a camara tenha necessidade de deltar-se arrastar por méros caprichos! (*Apoiados.*) Deos nos livre de que a camara continue a seguir o caminho que em alguma sessão se seguiu! Deos nos livre de que ainda haja quem se lembre desse fatal systema de reacção? Deos nos livre de que houvesse um deputado que, por mero desejo de vingança, quizesse levantar a sua voz para votar contra um parecer que chamasse um seu adversario politico, sendo este parecer fundado em justiça mais que manifestal....

Agora applico estas razões ao caso do Sr. Gonçalves Martins posto que esteja o parecer prejudicado nesta parte. Diga-me V. Ex. o que é que a camara tinha perdido se por ventura da vez primeira em que se apresentou a indicação para o chamamento do supplente, o parecer fosse approvado? O que teria a camara perdido se o supplente da Bahia tivesse tomado assento? O que teria acontecido? Era que hoje elle tinha deixado de exercer as suas funções pela entrada do effectivo, ou continuaria por mais algum tempo, visto que ha um Sr. deputado que ainda não veio tomar assento (o Sr. Souto). E pergunto eu, será a simples economia de alguns centos de mil réis que deveria dirigir a camara neste caso? Entendo que a simples economia não é argumento quando se trata de um questão toda de direito....

O Sr. ZACHARIAS:—Não fallei em economia.

O Sr. D. MANOEL:—Não me refiro ao nobre deputado.

Já se vê pois, Sr. presidente, que não havia nem imprudencia, nem precipitação na chamada do supplente; o que havia era o cumprimento da constituição, que quer que esta casa tenha, quanto ser possa, todos os seus membros.

Não ha o menor inconveniente na chamada de supplentes quando existem os factos que se dão no caso presente; foi por isso que eu com toda a circumspecção meditando na materia achei razoavel a regra estabelecida pelo fallecido Sr. Antonio Carlos de Andrada Machado. Se acaso me guiasse pelo meu sentimento, talvez duvidasse ainda algum tempo, mas como era uma autoridade respeitavel, como era homem cujos talentos, cujo saber ainda hoje temos prazer em reconhecer, não julguei fora de proposito adoptar a regra—que o deputado não comparecendo à camara por espaço de duas mezes, nem mandando escusa, dá lugar por este facto a chamar-se o supplente.

O nobre deputado por Sergipe, meu digno collega, querendo reforçar os argumentos do seu parecer, recorreu ao facto ha pouco praticado pela camara do chamamento do supplente para supprir a falta do Sr. Horta, e então disse que se inclinára a esta chamamento pelo officio que a camara fora dirigido por um concunhado do Sr. Horta. Sr. presidente, eu tinha dado minha opinião a este respeito muito antes de ouvir ler esse officio, eu tinha informações muito circumstanciadas do estado do Sr. Horta; conversava com homens que por muitas vezes o tinham visitado; sabia que o Sr. Horta não vinha tomar assento, nem na sessão passada, nem infelizmente

ha de vir nesta, e Deus queira que venha para a outra; como sabia destes factos, como nestes casos não me importa muito com essas chamadas formulas que não vi seguir-se á risca em tempo nenhum, nem sei mesmo como se possa seguir nos corpos deliberantes, tinha sempre opinado pela chamada do supplente, porque eu não queria que os meus adversarios em politica me lançassem a censura que eu em outros tempos lhes fiz; mas o officio que se nos dirigio pôz as cousas tão claras, tão patentes, que a camara por fim tomou a acertada deliberação de chamar o supplente do Sr. Horta.

Creio, Sr. presidente, que tenho motivado o meu voto. Aguardo esse outro parecer que o nobre deputado me fez favor de lembrar, para provar que as minhas doutrinas de agora não estão de accordo com as minhas doutrinas desse parecer a que elle se refere. Será difficiloso, para não dizer impossivel, que em casos taes me apresente contradictorio, me apresente mais como um amigo ou adversario politico, do que como membro desta casa.

Aproveitarei o ensejo para desde já provenir qualquer arguição que por ventura se possa fazer ao digno presidente da provincia de Goyaz. Este senhor preparava-se para vir tomar assento; as minhas cartas de Goyaz, as cartas que elle escreveu para aqui assim o affirmavão sem a menor discrepância. Quando assim se preparava recebeu ordem para ficar na administração, e como fiel delegado do governo imperial cumprio esta ordem, ordem que não é um segredo, porque a provincia inteira tem della noticia, e até me persuado que appareceu impressa. Está portanto justificado o procedimento desse digno delegado do governo imperial, que de certo ha muito estaria no seu posto se por ventura a obediencia que elle deve ao governo imperial o não tivesse obrigado a conservar-se á testa da administração da provincia até a chegada do seu successor. Devo dizer com franqueza a V. Ex., que approvo, e approvo muito, este passo do governo, porque, senhores, desgraçada da minha provincia natal se por ventura fosse administrada o cidadão que ainda infelizmente occupa o cargo de primeiro vice-presidente! A provincia, e eu em nome della, felicito o Sr. Eduardo Olympio Machado por ter feito uma excellente administração, por ter tido um procedimento digno de todo o elogio; nesta parte não hei de ser eu que vá fazer censuras ao governo.

Não entro na questão de que não tendo assento na casa, devia o governo pedir a sua dispensa, isto é questão que não vem para o caso; o que sei é que o governo prestou um verdadeiro serviço á provincia conservando nella o Sr. Machado, não consentindo que a administração passasse para o primeiro vice-presidente, que no meu conceito é um dos flagellos da provincia de Goyaz. Achaudo na sala immediata o Sr. ministro da fazenda, o Sr. presidente nomea a deputação que o tem de receber.

S. Ex. é introduzido com as formalidades do costume, e, á direita do Sr. presidente, faz a leitura da seguinte proposta da receita e despesa para o anno de 1851 a 1852:

«Augustos e dignissimos Srs. representantes da nação.

«Cumprindo o que determina a lei de 31 de Outubro de 1835, no art. 18, venho apresentar-vos a proposta do orçamento da receita e despesa geral do imperio, para o exercicio de 1851—1852.

PROPOSTA

CAPITULO I

Despesa geral

«Art. 1.ª A despesa geral do imperio para o

exercício de 1851—1852, é fixada na quantia de 28,432:722\$350.

« A qual será distribuída pelos seis diversos ministerios, na forma especificada nos artigos seguintes:

« Art. 2.º O ministro e secretario de estado dos negocios do imperio é autorisado para despendor com os objectos designados nos seguintes paragraphos, a quantia de 3,191:285\$000.

« A saber:

1.º Dotação de S. M. o Imperador.	800:000\$000
2.º Dita de S. M. a Imperatriz.	96:000\$000
3.º Alimentos da princeza imperial a Sra. D. Izabel.	12:000\$000
4.º Ditos da princeza a Sra. D. Leopoldina.	6:000\$000
5.º Dotação da princeza a Sra. D. Januaria, e aluguel de casas.	102:000\$000
6.º Alimentos da princeza a Sra. D. Maria Amelia.	6:000\$000
7.º Dotação de S. M. a Imperatriz do Brazil, viuva, a duquesa de Bragança.	50:000\$000
8.º Alimentos do principe o Sr. D. Luiz.	6:000\$000
9.º Ditos da princeza a Sra. D. Maria Isabel.	6:000\$000
10.º Ditos do principe o Sr. D. Philippe.	6:000\$000
11.º Ordenados dos mestres da familia imperial.	3:200\$000
12.º Secretaria de estado.	33:200\$000
13.º Gabinete imperial.	1:900\$000
14.º Conselho de estado.	28:800\$000
15.º Presidencias das provincias.	118:504\$000
16.º Camara dos senadores e secretaria.	221:120\$000
17.º Dita dos deputados, idem.	290:400\$000
18.º Cursos juridicos.	78:980\$000
19.º Escolas de medicina.	84:429\$000
20.º Academia das bellas-artistas.	19:120\$000
21.º Museu.	6:044\$000
22.º Junta do commercio.	8:536\$000
23.º Archivo publico.	6:220\$000
24.º Empregados de visita de saude, nos portos maritimos.	11:335\$000
25.º Instituto vaccinico.	14:400\$000
26.º Correio geral e —paquetes de vapor.	767:000\$000
27.º Canaes, pontes e estradas geraes.	200:000\$000
28.º Catechese e civilisação de indios.	32:000\$000
29.º Estabelecimento de educandias no Pará.	2:000\$000
30.º Eventuaes.	25:000\$000

No municipio da corte

31.º Escolas menores de instrucção publica.	48:386\$000
32.º Bibliotheca publica.	8:593\$000
33.º Jardim botanico da lagôa de Rodrigo de Freitas.	9:996\$000
34.º Dito do passeio publico.	4:026\$000
35.º Instituto historico.	2:000\$000
36.º Imperial academia de medicina.	2:000\$000
37.º Sociedade auxiliadora da industria nacional.	2:323\$000
38.º Obras publicas.	70:679\$000
39.º Exercicios findos.	

« Art. 3.º O ministro e secretario de estado dos negocios da justiça é autorisado para despendor

com os objectos designados nos seguintes paragraphos a quantia de 2,014:975\$523.

« A saber:

1.º Secretaria de estado.	31:000\$000
2.º Tribunal supremo de justiça.	70:733\$334
3.º Relações.	175:000\$000
4.º Justicas de primeira instancia.	396:490\$000
5.º Policia e segurança publica.	173:842\$800
6.º Guardas nacionaes.	100:000\$000
7.º Telegraphos.	11:533\$910
8.º Bispo, cathedraes, relação metropolitana e parochos.	501:288\$334
9.º Eventuaes.	6:000\$000

No municipio da corte

10.º Capella imperial e cathedral do Rio de Janeiro.	68:061\$900
11.º Parochos e igrejas pobres.	11:187\$720
12.º Guarda nacional.	15:221\$500
13.º Corpo municipal permanente.	242:080\$495
14.º Lazaros.	2:000\$000
15.º Casa de correção e reparos de cadeas.	64:000\$000
16.º Presos pobres.	23:000\$000
17.º Illuminação publica.	120:386\$000
18.º Eventuaes.	4:600\$000
19.º Exercicios findos.	

« Art. 4.º O ministro e secretario de estado dos negocios estrangeiros é autorisado para despendor com os objectos designados nos seguintes paragraphos a quantia de 405:460\$000.

« A saber:

1.º Secretaria de estado.	38:400\$000
2.º Legações e consulados, ao par de 67 1/2.	132:840\$000
3.º Despezas extraordinarias no exterior, idem.	30:000\$000
4.º Ditos dentro do imperio, moeda do paiz.	20:000\$000
5.º Diferença de cambio entre o par de 67 1/2 e o de 27, em que se calculão as remessas para as despezas dos §§ 2.º e 3.º.	244:220\$000
6.º Exercicios findos.	

« Art. 5.º O ministro e secretario de estado dos negocios da marinha é autorisado para despendor com os objectos designados nos seguintes paragraphos a quantia de 3,141:828\$230.

« A saber:

1.º Secretaria de estado.	28:600\$000
2.º Quartel-general de marinha.	5:313\$000
3.º Conselho supremo militar.	4:300\$000
4.º Auditoria e executoria.	3:020\$000
5.º Corpo da armada e classes annexas.	282:039\$720
6.º Dito de fuzileiros navaes.	67:041\$456
7.º Dito de imperiaes marinheiros.	95:516\$000
8.º Companhia de invalidos.	17:571\$370
9.º Contadorias.	43:600\$000
10.º Intendencias e accessorios.	50:094\$760
11.º Arsenaes.	304:340\$470
12.º Capitancias de portos.	75:219\$670
13.º Força naval.	1,102:895\$950
14.º Navios desarmados.	50:000\$000
15.º Hospitaes.	42:809\$200
16.º Pharoes.	30:139\$740
17.º Academia de marinha.	28:052\$710

18. Escolas.....	1:724\$000
19. Bibliotheca.....	8:808\$950
20. Reformados.....	40:246\$234
21. Obras.....	216:100\$000
22. Despezas extraordinarias e eventuaes.....	150:000\$000
23. Exercícios findos.....	8

« Art. 6.º O ministro e secretario de estado dos negocios da guerra é autorisado para despendar com os objectos designados nos seguintes paragraphos a quantia de 7,467:143\$820.

« A saber :

1.º Secretaria de estado.....	49:389\$000
2.º Conselho supremo militar...	21:950\$000
3.º Pagadorias.....	45:300\$000
4.º Escola militar.....	53:000\$000
5.º Archivo militar e officina lithographica.....	12:182\$600
6.º Arsenaes de guerra e armazens de artigos bellicos.....	775:175\$370
7.º Hospitaes.....	182:830\$000
8.º Commandos de armas.....	32:421\$900
9.º Officiaes do exercito e reformados.....	943:666\$000
10. Exercito.....	4,079:701\$810
11. Corpo de saude do exercito....	127:184\$000
12. Gratificações, forragens e estape.	140:058\$400
13. Invalidos.....	45:526\$920
14. Pedestres.....	91:327\$200
15. Recrutamento e engajamento..	300:000\$000
16. Fabrica da polvora.....	109:784\$160
17. Dita de ferro de Ypanema....	30:151\$860
18. Presidio da ilha de Fernando..	26:801\$000
19. Obras militares.....	300:000\$000
20. Diversas despezas e eventuaes..	147:693\$800
21. Exercícios findos.....	8

« Art. 7.º O ministro e secretario de estado dos negocios da fazenda é autorisado para despendar com os objectos designados nos seguintes paragraphos a quantia de 12,152:029\$777.

« A saber :

1.º Divida externa fundada.....	4,209:164\$444
2.º Dita interna idem.....	4,329:064\$000
3.º Caixa de amortização, filial da Bahia e empregados no resgate e substituição do papel-moeda.....	42:620\$000
4.º Pensionistas.....	475:283\$183
5.º Aposentados.....	301:619\$200
6.º Empregados de repartições extinctas.....	41:717\$000
7.º Thesouro publico nacional....	95:700\$000
8.º Thesourarias.....	231:310\$000
9.º Juizo dos feltos da fazenda....	43:500\$000
10. Alfandegas.....	942:000\$000
11. Consulados.....	148:400\$000
12. Recebedorias.....	104:620\$000
13. Mesas de rendas e collectorias..	158:000\$000
14. Casa da moeda.....	38:000\$000
15. Typographia nacional.....	38:000\$000
16. Officina de apolices.....	2:800\$000
17. Administração de proprios nacionaes.....	16:297\$000
18. Dita de terrenos diamantinos..	8:060\$000
19. Almoxarifados existentes.....	1:425\$000
20. Ajudas de custo a empregados de fazenda.....	6:000\$000
21. Curadoria de africanos livres..	1:900\$000
22. Medição de terrenos de marinhãs.....	3:000\$000
23. Premios de letras, descontos de assignados da alfandega, comissões, corretagens e seguros.....	150:000\$000

24. Juros de empréstimos dos cofres de orphãos.....	80:000\$000
25. Pagamentos dos mesmos empréstimos.....	209:000\$000
26. Ditos de bens de defuntos e ausentes.....	50:000\$000
27. Reposições e restituições de direitos e outras.....	50:000\$000
28. Corte e condução do pão-brazil.....	60:000\$000
29. Premio á construcção de navios brasileiros.....	20:000\$000
30. Obras.....	200:000\$000
31. Gratificações.....	50:000\$000
32. Eventuaes.....	30:000\$000
33. Exercícios findos.....	8

CAPITULO II.

Receita geral

« Art. 8.º A receita geral do imperio no exercicio de 1851 — 1852 é orçada na quantia de 27,850:000\$000.

« Art. 9.º Esta receita será effectuada com o producto da renda geral arrecadada dentro do exercicio da presente lei, sob os titulos abaixo designados :

1.º Direitos de importação para consumo.....	16,604:000\$000
2.º Ditos de baldeação e reexportação.....	56:400\$000
3.º Ditos idem para a costa d'Africa	81:000\$000
4.º Ditos da polvora estrangeira idem.....	10:000\$000
5.º Expediente dos generos estrangeiros despachados com carta de guia.....	194:000\$000
6.º Dito dos generos do paiz.....	24:000\$000
7.º Dito dos generos livres.....	7:000\$000
8.º Armazenagem.....	178:000\$000
9.º Premios de assignados.....	130:000\$000
10. Impugnações.....	6:500\$000
11. Multas.....	24:600\$000
12. Ancoragem.....	460:000\$000
13. Direitos de 15 % das embarcações estrangeiras que passam a nacionaes.....	56:000\$000
14. Ditos de 7 % da compra e venda das embarcações.....	30:000\$000
15. Ditos de 7 % de exportação....	3,884:000\$000
16. Ditos de 2 % idem.....	12:000\$000
17. Ditos de 1 % idem do ouro em barras.....	2:000\$000
18. Ditos de ½ % idem dos diamantes.....	2:000\$000
19. Expediente das capatazias....	22:000\$000
20. Multas.....	3:000\$000
21. Taxas do correio geral.....	152:000\$000
22. Bracagem do fabrico das moedas de ouro e senhoriagem das de prata.....	53:000\$000
23. Renda diamantina dos proprios nacionaes, arsenaes e estabelecimentos da administração geral.....	185:000\$000
24. Fóros de terrenos e de marinhãs, excepto das do municipio da corte.....	5:000\$000
25. Laudemios.....	2:000\$000
26. Siza dos bens de raiz.....	870:000\$000
27. Decima de uma legua além da demarcação.....	2:700\$000
28. Dita adicional das corporações de mão-morta.....	47:000\$000
29. Direitos novos e velhos, e de chancellaria.....	87:000\$000
30. Dizima da chancellaria, 2 %...	50:000\$000
31. Joias das ordens honorificas..	10:000\$000

32. Matrículas dos cursos jurídicos	40:000\$000	77. Bens de defuntos e ausentes.	150:000\$000
33. Ditas das escolas de medicina.	20:000\$000	78. Consumos das alfandegas e consulados.....	16:000\$000
34. Multas das academias, e por infracções dos regulamentos	2:000\$000	79. Depósitos.....	78:000\$000
35. Legitimações.....	1:000\$000	80. Premios de loterias.....	12:000\$000
36. Sello do papel fixo e proporcional.....	650:000\$000	81. Salarios de africanos livres..	18:000\$000
37. Premios de depositos publicos.	6:240\$000	82. Productos de loterias para indemnisação de adiantamentos feitos pelo thesouro....	55:500\$000
38. Patentes dos despachantes e corretores.....	18:000\$000		
39. Feito dos titulos dos mesmos	100\$000		
40. Emolumentos de certidões....	2:700\$000		
41. Imposto sobre lojas, casas de descontos, etc.....	470:000\$000		
42. Dito sobre casas de moveis, roupas, etc., fabricados em paiz estrangeiro.....	8:800\$000		
43. Dito sobre segos.....	7:500\$000		
44. Dito sobre barcos do interior..	12:000\$000		
45. Dito de 8 % das loterias.....	316:800\$000		
46. Dito de 8 % dos premios das mesmas.....	109:160\$000		
47. Dito sobre a mineração.....	50:000\$000		
48. Taxa de escravos.....	160:000\$000		
49. Productos da venda de proprios nacionaes, pão-brazil, polvora e outros generos de propriedade nacional, sujeitos á administração geral.	211:000\$000		
50. Cobrança da divida activa, inclusive metade da de rendas provinciaes anterior ao 1º de Julho de 1838.....	580:000\$000		
51. Alienação de capellas vagas...	1:000\$000		
<i>Peculiares do municipio.</i>			
52. Dizimos.....	20:000\$000		
53. Decima urbana.....	400:000\$000		
54. Terças partes de officios....	600\$000		
55. Emolumentos de policia.....	4:000\$000		
56. Imposto sobre as casas de leilão e modas.....	8:400\$000		
57. Dito de patentes no consumo de aguardente.....	180:000\$000		
58. Dito do gado do consumo....	120:000\$000		
59. Dito dos cavallos e bestas que entrão na cidade.....	1:000\$000		
60. Meia siza dos escravos.....	100:000\$000		
61. Sello de heranças e legados.	25:000\$000		
62. Rendimento do evento.....	\$		
<i>Extraordinaria</i>			
63. Agio de moedas e metaes....	7:000\$000		
64. Alcanças de thesoureiros e recebedores.....	20:000\$000		
65. Contribuição para o montepio.....	570\$000		
66. Dons gratuitos.....	\$		
67. Indemnisações pela arrecadação de rendas, medição de marinhas e outras.....	26:000\$000		
68. Juros de apolices.....	420\$000		
69. Premios de letras.....	5:000\$000		
70. Receita eventual.....	6:000\$000		
71. Reforma de apolices.....	10\$000		
72. Reposições e restituções....	20:000\$000		
73. Productos da moeda de cobre inutilisada.....	\$		
74. Dito dos contractos com as novas companhias de mineração.....	\$		
75. Remanescentes de depositos e caixas publicas.....	\$		
<i>Depositos</i>			
76. Empréstimos dos cofres de orphãos.....	260:000\$000		

« Art. 10. No caso de deficiencia da renda geral, será o deficit prehenhido (pertence á camara dos Srs. deputados a iniciativa sobre esta materia).

CAPITULO III

Disposições geraes

« Art. 11. Ficão em vigor todas as disposições da lei do orçamento antecedente que não versarem particularmente sobre a fixação da receita e despesa, e não tiverem sido expressamente revogadas.

« Art. 12. Ficão revogadas as leis e disposições em contrario.

« Rio de Janeiro, em 8 de Maio de 1850. »

Finda esta leitura, S. Ex. passa a fazer a do relatório da sua repartição no lugar competente.

« Augustos e dignissimos senhores representantes da nação.

« Na proposta que vos apresentei no começo da sessão que findou a 2 do mez corrente, orcei a receita geral do imperio para o anno financeiro de 1851 — 52 em 27,300:000\$. Fundei-me para isso no crescimento que não tendo as rendas de importação, e especialmente as arrecadadas nas alfandegas do Rio de Janeiro, Pernambuco e Bahia. Que as minhas previsões não erão desituidas de fundamento, attesta-o o quadro que agora apresento, sob n. 17. Delle se vê que, comquanto as rendas de importação descessem de 16,449:730\$ a que subirão no anno financeiro de 1846 — 47 (anno do maximo rendimento) a 14,200:000\$ no de 1847 — 48, todavia já no de 1848 — 49 produzirão a somma de 15,413:000\$, e no 1º semestre do anno corrente a de 8,730:000\$, excluida a que foi arrecadada em tres alfandegas da provincia de S. Pedro, cujos balanços e tabellas não chegarão ainda ao thesouro. Donde se vê que o producto das rendas de importação subio á cerca de 9,000:000\$ nos primeiros 6 mezes do presente anno financeiro.

« Pelo que toca ás tres alfandegas, que acima primeiro mencionei, e cuja renda total calculei em 14,800:000\$, vê-se do mesmo quadro que nos referidos 6 mezes produzirão 7,822:172\$, isto é, 600:000\$ além do orçado para um semestre do anno de 1850 — 51.

« Este progressivo estado de prosperidade veio desgracadamente interrompelo a epidemia que assaltou quasi todo o litoral do imperio. Os estragos, e especialmente o terror de que se apoderou a população, têm paralyzado todas as transacções e causado rapida diminuição das rendas publicas de Janeiro para cá.

« Se porém o flagello for passageiro, como devemos esperar da bondade divina, é de suppor que em breve estarão reparados seus calamitosos resultados, e o commercio e a industria recuperem seu anterior desenvolvimento e actividade. Continuo portanto a orçar a receita para o anno financeiro de 1851 — 52 na quantia de 27,300:000\$, á qual ajunto 50:000\$ da senhoriagem da moeda de prata.

« Pelo que toca ao orçamento da despesa poucas e insignificantes alterações soffren a proposta que acabo de apresentar-vos, relativamente á do anno

de 1850—51. Assim, pareceu-me desnecessário imprimir as tabellas explicativas da despesa, que costumão ser distribuidas annualmente aos membros da assembleia geral, porque apenas seriam a reprodução das que forão impressas e distribuidas em Janeiro ultimo.

Divida passiva externa

« Os fundos remetidos para Londres nos seis mezes decorridos do principio de Outubro proximo passado até o fim de Março deste anno, montarão a 262,501 lbs. st. ou 2,248,079\$ de nossa moeda. Assim, tem remetido o thesouro quasi toda a quantia de que precisa para pagamento do dividendo de Outubro proximo futuro. O cambio médio das remessas foi de 28,024 ds., ou 8.759 % acima do par de 27.

« Os fundos brasileiros que, conforme vos declarei no ultimo relatório, estavam em Novembro do anno passado a 84, eleváram-se progressivamente até 90, em que ficáram em Fevereiro do corrente.

« Não posso deixar de lembrar-vos novamente a necessidade de habilitar o governo para satisfazer as obrigações que lhe impuzeram os contratos dos empréstimos estrangeiros.

Divida passiva interna

« A divida passiva interna, representada por apolices em circulação, que montava no fim de Setembro de 1849 a 51,237:400\$, subiu no fim de Março proximo passado a 52,441:400\$.

« O accrescimento que houve resultou: 1º, de se haver realisado a venda de 1,200 apolices, resto das que forão contractadas em 21 de Maio do anno anterior; 2º, do pagamento de conhecimentos da divida inscripta, na forma da lei de 15 de Novembro de 1837, na importancia de 4:200\$.

Letras do thesouro

« Existião em circulação no fim de Setembro de 1849 5,089:000\$, e no ultimo de Março do anno corrente estava esta somma reduzida a 4,681:000\$, devendo a differença ser muito maior se a calamidade, de que atrás falei, não houvesse produzido tão inconsideravel desfalque nas rendas publicas.

« As tabellas ns. 9 a 12 mostram que, do principio de Outubro até o fim de Março proximo passado, pagou-se apenas, por conta dos quatro creditos concedidos de 1845 a 1848 para exercicios findos, a quantia de 2:697\$800, ficando ainda por pagar a de 1,184:165\$460, que não foi reclamada.

« As tabellas ns. 13 a 15 demonstrão o estado dos empréstimos do cofre dos orphãos, da divida ao cofre dos depositos publicos, e da divida activa no ultimo de Março do corrente anno.

« A interrupção dos trabalhos da contadoria geral, causada pelas febres da quadra, fez com que não pudesse ser apresentada durante a sessão passada o balanço do exercicio de 1846—1847. Couto porém que ficará prompto dentro de poucos dias. O de 1847—1848 ser-vos-ha tambem presente no decurso da sessão que agora começa.

« Pelo que toca a outros assumptos que dizem respeito à repartição da fazenda, refiro-me inteiramente ao relatório que tive a honra de submeter á vossa illustrada consideração no principio de Janeiro do anno corrente.

« Rio de Janeiro, 8 de Maio de 1850.—*Joaquim José Rodrigues Torres.*»

A proposta vai remetida á commissão de orçamento, e o relatório ás commissões da casa.

Continúa a discussão interrompida.

E' lida, apoiada e entra em discussão com o parecer a seguinte emenda do Sr. Sayão Lobato:

« Que tambem se officie ao governo para que

seja chamado o supplente do Sr. deputado pela provincia de Goyaz Dr. Eduardo Olympio Machado. »

O Sr. Zacharias:—Sr. presidente, o meu nobre collega da commissão de constituição e poderes, que divergiu do parecer dado por mim e pelo Sr. João Antonio de Miranda, e que muito sinto não esteja na camara, declarou que não concordava connosco, porque parecia-lhe absurdo revoltante, dizer-se que não consta legalmente á camara achar-se impedido o Sr. deputado por Pernambuco Cunha Figueiredo de vir tomar assento na casa, quando se sabe que elle é presidente das Alagoas, quando todos os dias se lêem nos jornaes participações officiaes delle á administração central. Nessa occasião eu disse, Sr. presidente, em um aparte, que o nobre deputado mesmo é que fornecia materia para assim pensar-se em um parecer que foi sustentado nesta casa; ao que acudio o nobre orador dizendo que em tal incoherencia nunca cahira, que eu não era capaz de apresentar um parecer seu que tal idéa contivesse. Eu pois comecei por apresentar este parecer para mostrar como ha identidade de materia no parecer que hoje se discute, e na do outro parecer dado e assignado sem restricção pelo nobre deputado.

No parecer que ora se discute, e é de 7 do corrente, se diz: « Considerando a commissão não constar legalmente á camara que se achão impedidos os deputados F. e F., é de parecer, etc. » No de Janeiro deste anno chegava a commissão, de que fazia parte o Sr. deputado D. Manoel, que o assignou sem restricções com os Srs. Silveira da Mota e Souza Ramos, a igual conclusão, por não constar officialmente que se achem impedidos os deputados da Bahia que fallão, a saber: os Srs. Gonçalves Martins e Chaves. (Lê o parecer.)

O Sr. Souza Franco:—A data deste parecer?

O Sr. Zacharias:—25 de Janeiro deste anno.

Note V. Ex. que entré o parecer de 25 de Janeiro que adoptou o nobre deputado e o parecer que hoje elle impugna ha identidade até de palavras, com a differença de uma só, que é o termo — officialmente — o qual não se acha no parecer que se discute, mas sim a expressão — legalmente; — mudança tão insignificante que não vale a pena de ser mencionada, de sorte que a differença entre um e outro parecer é apenas de tempo. E poderá o tempo influir no direito? (Apoiados.) Pois em 25 de Janeiro não sabiamos nós todos que o Sr. Gonçalves Martins estava presiciendo a provincia da Bahia? Em 25 de Janeiro não sabia o nobre deputado que o Sr. Gonçalves Martins estava na presidençia da Bahia? Entretanto está bem lembrado do como o nobre deputado sustentou aqui que não podia ser chamado supplente para o Sr. Gonçalves Martins. Ora, se o nobre deputado diz que é da constituição que se preencha o numero dos deputados, porque razão não votou pela chamada do supplente do presidente da Bahia a 25 de Janeiro? Se o nobre deputado pugna tanto pelo complemento da representação nacional, porque não concordou com as razões que para chamar-se supplente em lugar do Sr. Gonçalves Martins então se expendêrão? (Apoiados.)

Sr. presidente, eu era incapaz do absurdo revoltante de suppor que a camara não sabe que o Sr. José Bento da Cunha Figueiredo é presidente das Alagoas; o que eu quiz dizer é que este impedimento podendo cessar de um momento para outro, visto que de um momento para outro, pôde haver uma exoneração, e mesmo independentemente della pôde, quanto antes, aqui estar o deputado que preside a provincia das Alagoas, esse impedimento não

está no caso de autorisar o chamamento de um suplente.

O nobre deputado, no começo do seu discurso, disse:—Ponhamos de parte a questão a respeito do Sr. Gonçalves Martins.—Mas que differença existia de um a outro deputado? A chegada do vapor é que veio modificar a questão de direito? Se se discutisse o parecer a 7 do corrente, e não houvesse quem dissesse que tinha chegado o Sr. Gonçalves Martins, o nobre deputado havia de sustentar que se chamasse o seu suplente, porque estava presidindo a Bahia, e não vinha para a câmara. Mas chegou o Sr. Gonçalves Martins, e eis prejudicado o parecer no que lhe diz respeito, e justificada a comissão que o lavrou. Também o Sr. Cunha Figueiredo, Sr. presidente, é de esperar-se que em breve compareça, tornando, como o Sr. Gonçalves Martins, escusada qualquer deliberação que a seu respeito tomassemos.

Seja-me permitido, Sr. presidente, insistir na idéa da que o nobre deputado mostra-se olvidado e incoherente, o que não é de admirar, visto que não ha talento que deixe de dormir, porque, dando a comissão o seu parecer nos mesmos termos do outro por elle assignado sem restricção, com a simples differença de uma palavra, diverge o nobre deputado completamente da mesma comissão, no parecer que se discute, taxando-o de absurdo.

Dirá o nobre deputado que têm-se passado mais de tres mezes depois da data do primeiro parecer; mas eu acho que, por isso mesmo, agora menos que em Janeiro cabe adoptar-se a indicação, porque as razões que por ventura detenhão nas Alagoas o Sr. Cunha Figueiredo vão perdendo; se já não perdêrão, toda a sua efficacia. Uma delleas, sem duvida, era a febre epidemica que alli reinou, e que felizmente já quasi se extinguiu. Outra razão talvez fosse a rebelião da provincia vizinha, que hoje documentos officiaes dão por acabada. Em Janeiro recebi eu uma carta do Sr. Cunha Figueiredo, em que me dizia que tinha o maior desejo de vir para a corte exercer o seu mandato, e me parece provavel que presentemente maior ainda seja o seu desejo de deixar a provincia, á vista do que venho de expender. O nobre deputado não defende bem a sua causa quando diz que não deve ficar indefinidamente á vontade do deputado o chamamento do seu suplente, cumprindo que tenha isso lugar depois de certo prazo razoavel; mas que prazo é esse? Esse prazo não pôde ser o que a camara quizer a seu arbitrio, mas o que for definido e marcado por uma disposição de todos conhecida, que tenha direito de sujeitar todas as opiniões, senão o nobre deputado dirá que dous mezes são bastantes, conforme a opinião do inslyto Sr. Andrada Machado; eu direi que ainda tres mezes não são sufficientes, e cada um, com idéas differentes e oppositas, irá dizendo o que pensa, irá expondo a sua opinião. (Applaudos.) Todos têm o direito de emitir suas opiniões; o que se não pôde é qualificar de absurdo revoltante, as opiniões dos outros; isto, sim, é não só contra o regimento da casa, senão contra os estylos parlamentares, e até opposto aos principios mais triviaes da civilidade.

Tem o nobre deputado invocado a constituição. Mostra elle onde está este principio, mostra onde elle existe na lei fundamental. Se a constituição não diz uma palavra sobre supplentes, como affirmar que é do espirito della que esteja sempre completa a representação nacional, mediante o chamamento de supplentes? O senado não faz parte da representação nacional? E quando alguns senadores estão doentes, não continuão os trabalhos do senado sem o seu auxilio? Não ha supplentes no senado; a constituição também os não estabeleceu para a camara temporaria; uma

lei regulamentar é que trata dellas. Como, logo, ciliar-se tantas vezes a constituição a respeito de supplentes?

Mas se é verdade, Sr. presidente, como assevera o nobre deputado, que a constituição quer que esteja sempre completa a camara temporaria, recorrendo-se ao chamamento dos supplentes; por que razão não opinou o nobre deputado, nos fins de Janeiro ultimo, no sentido de chamarem-se supplentes em lugar dos Srs. Gonçalves Martins e Augusto Chaves?

O nobre deputado fallou em reacções; é um lugar commum a que se recorre com vantagem, porque fornece materia para bellas proposições; mas acredito que o nobre deputado me faz a justiça de crer que não foi pelo principio de reacção que eu me deixei levar; novo na politica, não posso ser accusado de reagir, e o meu modo de votar nas diversas questões suscitadas na casa penso que me defende dessa suspeita. O argumento deduzido das reacções me parece, em summa, que não vem muito ao caso.

Creio que tenho demonstrado que o parecer de que se trata é, em seus fundamentos, o mesmo que o de 25 de Janeiro, e portanto que, como aquelle, merece a approvação da camara, uma vez que se queira conformar ás regras que têm servido de norma ao seu procedimento em occasiões identicas. Pela parte que me toca, concluirei, dizendo solemnemente que nem o espirito de partido me domina, nem considerações pessoais me levarão a dar o presente voto que sustento, encarando a materia só pelo lado das relações que me parecem ter com a lei.

O Sr. Sayão Lobato.—Sr. presidente, desde que se demonstrar que a camara não tem o direito de, em certas occasiões, admittir supplentes, e em outras exclui-los, desde que for reconhecido o principio de que sempre que se dêr o impedimento prolongado de algum deputado, necessariamente deve ser chamado o respectivo suplente para tomar assento, me parece que nenhuma difficuldade pôde haver de se resolver a presente questão. Eu digo, Sr. presidente, que seria absurdo sustentar-se que a camara pôde, a seu bel-prazer, admittir ou escusar supplentes; pareça-me que isto é uma verdade tão clara, tão sentida por todos, que mesmo escusa qualquer demonstração. Se fosse dado á uma maioria o attender a circumstancias de momento para admittir ou escusar supplentes, bem se vê que a representação nacional seria ás vezes agitada para certos e determinados fins, com risco pelo menos de gravissimas suspeitas. Por consequencia, sempre que se derem os casos segundo os quaes devem ser chamados supplentes, estes necessariamente devem ser chamados. Ora, o que diz a lei a respeito da chamada de supplentes? Verificando-se o impedimento, ou este seja filho de morte de um deputado, ou de um impedimento tal que o impossibilite por longo tempo a comparecer, deve ser chamado o respectivo suplente; assim, uma doença prolongada se considera razão sufficiente para a chamada de suplente. Pergunto eu, quanto ao Sr. José Bento da Cunha Figueiredo, tem elle estado por longo tempo impedido de tomar assento na camara? O facto põe a questão em evidencia; uma sessão decorreu sem que este deputado comparecesse; uma nova sessão principiou sem que elle comparecesse, nem, ao menos participasse que breve compareceria.

Mas, disse o nobre deputado relator da comissão, «no entretanto elle não participou que se acha impedido, e se não ha esta participação não reconhece a existencia de impedimento que autorisa a chamada de suplente.» Pois o nobre deputado põe a razão sufficiente da chamada do suplente na simples participação, ou na verdade do facto do impedimento? Existe impedimento?

Se fôr reconhecido o impedimento, está resolvida a questão. Eu neste negocio não attendo se o Sr. José Bento é ou não presidente das Alagoas, e assim como também não attendo se o Sr. Olympio Machado, que julgou em iguaes circumstancias, é presidente de Goyaz, ou os considero simplesmente como deputados que não comparecerão, e que fazem falta á camara, e attendo ao vazio que elles deixão na camara, entendendo que devem ser substituidos pelos respectivos supplentes. O illustre deputado pela provincia do Rio de Janeiro, que se oppoz ao parecer da commissão, apresentou, ao meu ver, razões valiosissimas para que não pudessem ser adoptado o parecer da illustre commissão; no entretanto elle foi impugnado pelo illustre relator da commissão, que principiou por sustentar que o nobre deputado tinha cahido em uma contradicção consigo mesmo, quando esquecido do parecer que lavrou ou assignou em 25 de Janeiro, hoje sustentava uma opinião contraria, e então o nobre deputado exclamou inflamado: — « Pois em 25 de Janeiro não se sabia que o Sr. Gonçalves Martins era presidente da Bahia, e se este era o impedimento, já não era reconhecido; e porque foi o voto do nobre deputado e da camara contrario á chamada dos supplentes? » Em 25 de Janeiro, no principio da sessão, não havia razão para se ter o Sr. Gonçalves Martins como impedido, visto que não é o predado de presidente de provincia que offerecia um impedimento para elle não vir á sessão; e porque não havia participação do Sr. Gonçalves Martins, pela qual a camara se convencesse que elle não vinha tomar assento na casa, muito regular foi esse parecer que então escusou a chamada de supplente; mas desde que um facto tão significativo se deu, desde que houve a falta de comparecimento do deputado durante uma sessão inteira, bem se vê que estava supprida, e mais que supprida esta falta de participação, havia uma realidade que punha patente que este deputado devia ser substituido conforme a lei. Nós não estamos adstrictos, com já muito bem observou o nobre deputado pelo Rio de Janeiro, a certas formulas, pelas quaes, e sómente dentro das quaes devamos obrar; a camara discricionariamente, não está adstricta a formulas, estas formulas de que não póde prescindir o julgador ordinario; se ha um facto principal subsistente, se a camara reconhece por qualquer modo este facto, deve deliberar em consequencia; não é preciso esta participação legal, que tantas vezes póde falhar; nem sei mesmo se por ella o illustre deputado só entende o officio de communicação do deputado impedido ou se tambem admitta algum meio suppletorio como uma justificação dada em juizo, o attestado de medico, reconhecido por tabellião, ou enfim outro documento. Pelo que diz respeito ao Sr. Dr. José Bento da Cunha Figueiredo, o facto principal subsiste, está reconhecido pela camara; este Sr. deputado por Pernambuco, faltou durante uma sessão inteira, e agora não participa, assegurando-nos o seu comparecimento á segunda sessão; a presumpção é que elle continuará a faltar, e a camara tem de prover sobre esta falta, e o modo é chamar o respectivo supplente. Isto é cousa tão simples e tão regular que não sei como se possa contestar.

Mas, disse o illustre deputado. « E' prudente chamar um supplente quando não se póde assegurar que elle venha servir por algum tempo na camara; não se viu que o Sr. Gonçalves Martins veio de repente, e como aventurar a chamada de um supplente sem certeza de que o Sr. José Bento continue a faltar? Confesso com franqueza que não vejo razão alguma nesta ponderação. O supplente é chamado como supplente para substituir a falta do deputado respectivo, si *ex quantum*, elle deve ter consciencia da sua

missão; se acontecer que sendo chamado para supprir a falta do proprietario, esta falta desaparece com mais ou menos demora, nenhum inconveniente ha, porque a consequencia é natural; o grande inconveniente que cumpre evitar é que não se chamando supplentes se deixe uma vaga na camara, e tambem se abra uma porta muito larga para por ella entrar...

Um Sr. DEPUTADO:—Um leão.

O Sr. SAYÃO LOBATO:—... insinuações muito malignas e offensivas do brio e da reputação desta camara. (Apoiados.) E' da dignidade e do decóro da camara, e ella o saberá sustentar, seguir á risca os principios que têm assento na legislação do paiz, e que são aconselhados pelo bom senso. Para mim é fóra de questão que, segundo a lei, dando-se o caso de uma falta prolongada de um deputado, o supplente deve ser chamado. Se este principio não fôr sempre, e em todos os casos, sustentado, muitos inconvenientes se podem dar: em primeiro lugar, é que a maioria será suspeitada de lançar mão deste meio, para segundo seus interesses, chamar ou não supplentes, e assim fazer da representação nacional um meio agitado e artificialmente azado para certos fins; e em segundo lugar, a passar o principio que o nobre deputado relator da commissão apregoa, póde dar-se até que não seja possível a reunião de membros para a camara funcionar. Demos o caso que muitos deputados fiquem impedidos, e que taes sejam os impedimentos que elles não possam fazer esta participação; se ella é indispensavel, como suppril-a? Este caso se póde dar, e até muitos talvez não queirão fazer a participação, mesmo para que não sejam chamados os supplentes, que naturalmente são do partido contrario; qual será o remedio? Assim, no caso presente, eu digo que o facto principal existe em toda a luz da evidencia, porque todos nós reconhecemos que por uma sessão inteira faltou o Sr. deputado por Pernambuco; uma nova sessão principia, e nenhuma participação havendo, devemos temer com razão que o mesmo facto se repita. Eu entendo que a camara é obrigada a corrigir semelhante irregularidade, e não é outro o modo senão chamar o respectivo supplente. Concluo sustentando que se deve chamar o supplente: se não existe sobre a mesa emenda neste sentido, eu a mandarei.

E' lida e apolada a seguinte emenda:

« Officia-se ao governo para que seja chamado o supplente do Sr. deputado Dr. José Bento da Cunha Figueiredo. — Sayão Lobato. »

O Sr. APRIGIO:—Sr. presidente, quando fallava o nobre deputado pelo Rio de Janeiro, conheceu-se perfeitamente que elle dirigia uma allusão á minha pessoa; vi-me portanto na necessidade de pedir a palavra para responder-lhe; como porém não vejo na casa esse honrado membro, entendo que é da minha dignidade, que é mesmo das regras de civilidade e do cavalheirismo, deixar para outra occasião a resposta que lhe tinha a dar, e creio que não faltará oportunidade, porque a opposição todos os dias suscita questões semelhantes: cedo portanto da palavra.

O Sr. SOUZA FRANCO:—A marcha desta questão me induz a crer que ha verdadeiramente duas hypothese: ou o ministerio nos paroxismos da morte não se atreve a fazer o seu testamento politico, a tomar a menor providencia, a exprimir o menor pensamento sobre as questões que se suscitão na casa, ou o ministerio não tem para com a camara a menor consideração. Examinarei primeiro esta segunda questão.

A questão é que um presidente de provincia ha que por quatro mezes não tem vindo tomar as-

sento na casa, não tem dado parte dos motivos porque não vem, não se desculpa desta sua falta, e pelo contrario dizem seus amigos que elle tem o maior desejo de vir tomar assento na camara dos deputados, de vir tomar parte nos seus trabalhos. O que impede, pois, que esse presidente venha tomar parte nos nossos trabalhos? Naturalmente as ordens do governo que o obrigão a persistir na administração da provincia, e o ministerio ha quatro mezes que não se digna communicar á camara qual é a causa por que esse digno deputado não cumpre seus deveres! Agora mesmo, nesta occasião, deixa seus amigos extraviarem-se, combaterem-se em fileiras oppostas, contradictorias, e não diz uma palavra a este respeito, deixa que uma especie de luta appareça na camara entre alguns nobres deputados que, como que em vingança de haverem outros votado para se chamarem supplentes pelas provincias que elles não querião que se chamassem, sustentão agora que chamem também supplentes pelas provincias daquelles seus collegas. É uma verdadeiro luta que um governo que tivesse força, ou que tratasse de acabar seus ultimos momentos em paz, procuraria desfazer.

O governo não diz uma palavra, não respeita portanto a camara dos deputados (não apoiados), não entende que é de seu rigoroso dever vir informar á casa que o presidente das Alagoas não vem porque o governo tem entendido, que elle deve continuar a presidir a provincia das Alagoas, ou aliás quem sabe se o nobre deputado por Sergipe não disse uma verdade por elle sabida quando ha poucos momentos dizia—quem sabe se a demissão não é agora mandada.—Será este o desfecho da luta que está em campo entre os presidentes da Bahia, das Alagoas e de Pernambuco? Será o desenlace das questões importantes e de que a camara deveria ter já sido informada, que o paiz deve saber, e é qual foi o modo por que se pacificou a provincia de Pernambuco? Senhores, a todas as vistas o governo occulta-se actualmente, recolhe-se, quer morrer em socego, não ha um ministro na casa.

ALGUNS SRS. DEPUTADOS:—Oh! Oh! Ha o Sr. ministro da marinha.

O SR. SOUZA FRANCO:—Ha muitos dias que é como se aqui não estivesse. (Risadas.) Eu entendo que existem ministros na camara, quando vejo seus amigos regularizados, quando vejo pensamento seguido na direcção da maioria; mas quando vejo tudo á matroça, quando a voz dos ministros não se faz ouvir nestes momentos tão solennos, é o mesmo que se não existissem na camara. (Ha um aparte.) São questões da conservação fóra da respectiva camara, e á testa da administração da provincia, de um presidente deputado: são questões da conservação ou não conservação ainda na administração, durante os trabalhos da camara, de presidentes, que uns dizem cumprião seus deveres, que foi um delles um dos salvadores da patria, talvez o principal salvador na luta de Pernambuco, e é o digno deputado pela Bahia que espero que tomará a palavra nesta occasião para explicar estes factos, e se foi elle que salvou Pernambuco com suas medidas de pacificação, por ajustes, em contrario do que dizem outros, que os presidentes da Bahia e Alagoas não cumprião seus deveres. Talvez o honrado deputado, presidente da Bahia, que é bastante fino, temendo por isso uma demissão, se veio logo chegando para a corte. (Risadas.) Quem sabe se esta demissão de que falla o nobre deputado por Sergipe, remettida para as Alagoas, não ia também para a Bahia, o que o nobre presidente da Bahia por isso veio a porto seguro...

O SR. PRESIDENTE:—Rogo ao nobre deputado que se cinja á materia...

O SR. SOUZA FRANCO:—A materia é se o presidente da provincia das Alagoas deve ou não vir tomar assento na casa. Estou portanto no meu direito quando tomo a questão debaixo do ponto de vista das relações do governo com os presidentes, relações que eu acredito demorirão o Sr. José Bento da Cunha Figueiredo nas Alagoas. Sou também daquelles que acreditão na probidade e na capacidade do Sr. José Bento, que não se conservaria na presidencia da provincia das Alagoas contra a constituição e as leis, se o governo lhe não desse ordens expressas a este respeito. Portanto, Sr. presidente, a questão é esta. Como é que o governo dirige ordens ao presidente das Alagoas para não vir á casa, isto é, ordena-lhe que prefira o lugar de presidente, que a constituição e as leis mandão que nunca seja preferido ao lugar de deputado, sem dar a menor informação á camara, sem lhe pedir licença? Diga se embora que quando se querem enviar é que se pede licença; com maioria de razão, quando o deputado está no lugar deve pedir licença para o conservar. A constituição diz muito expressamente no art. 33. (Lê.) Logo, nem conservar-se no lugar, em que não pôdião estar, e menos ainda ficar nellé durante os trabalhos da camara. A questão, portanto, é esta: que o ministerio não tem para com a camara a menor consideração, porque podia acabar com esta questão de um momento para outro, questão que é preciso dizer que se gasta muito tempo á camara, quem o tem gasto são os membros da maioria.

O SR. WANDERLEY:—Apoiado.

O SR. SOUZA FRANCO:—E por culpa dos Srs. ministros, que com duas palavras tinhão feito cessar estas divergencias. Pedirei agora aos nobres ministros, se já é tempo de lhes voltar a falla, que nos expliquem alguma cousa dos ultimos acontecimentos da provincia de Pernambuco.

O SR. AFRICIO:—Porque não faz uma interpellação?

O SR. SOUZA FRANCO:—Porque tenho muito receio que o nobre deputado e seus amigos a fixem para as kalendas de Julho, ou para os ultimos dias do mez de Agosto. Se o nobre deputado entende que não é proprio fazer agora uma interpellação, se já está insinuando o nobre ministro, sempre acostumado a ouvir as palavras do nobre deputado que não responde, direi que se o nobre presidente da Bahia não tomar a palavra para explicar estes factos, se o Sr. ministro da marinha não annuir ao meu pedido, recorreremos a um requerimento, e por fim eu ou algum dos meus amigos ha de fazer a interpellação, porque é do interesse do paiz, é do interesse da camara que o ministerio lance de sobre si a imputação de deslealdade, de falta de palavra, de que é accusado.

O SR. PRESIDENTE:—O nobre deputado tem o direito de fazer esta interpellação em occasião opportuna; agora acho-as fóra da ordem. (Apoiados.)

O SR. SOUZA FRANCO:—V. Ex. não negará que o governo estava obrigado a dizer algumas palavras a este respeito: depois do que tenho dito, mais obrigado fica ainda a explicar-se: qualquer ministro que comprehendesse seus deveres teria ha dias vindo á camara explicar este facto. Se elle não o fizer, eu ou algum de meus amigos ha de insistir todos os dias: porque fique entendido que a camara que toma também parte na direcção dos negocios publicos tem necessidade de ser informada, e que os nobres ministros não subirão a esses lugares para guardarem profundo silencio sobre factos que tanto nos interessão a todos, e especialmente quando desses factos provém tanto descredito a alguns membros do gabinete.

Entrando de novo na materia....

O Sr. WANDERLEY:—Oh! que exórdio.

O Sr. SOUZA FRANCO:—O nobre deputado reconhecerá que estas materias importantes são de todos os dias, de todos os momentos, que estava cumprindo um dever tratando-dellas, assim como ainda em um dia destes, na primeira sessão em que tiver occasião, eu chamarei o governo a explicações sobre os negocios do Rio-Grande do Sul.

O Sr. PRESIDENTE:—Perdõe o nobre deputado, são questões que não têm lugar nesta materia... (Apoiados.)

O Sr. SOUZA FRANCO:—Então guardo-me para occasião competente. V. Ex. terá a bondade de dizer-me quando é ella....

O Sr. PRESIDENTE:—O nobre deputado conhece os estylos da casa e o regimento, e sabe qual é a occasião competente.

O Sr. SOUZA FRANCO:—Os estylos de agora são que eu não posso fazer o menor episodio, que todos os outros os podem fazer, isto é o que me vão mostrando os exemplos.

Se o presidente das Alagoas não veio tomar assento por quatro mezes de sessão, porque não se ha de chamar supplente? Eu admirei-me do principio geral do nobre deputado por Sergipe, e é que se o regimento não marca os casos em que se devem chamar supplentes, não o podemos fazer fóra das regras que elle fixa. Não sabe o nobre deputado que a camara é o regimento vivo? Entende que devemos cruzar os braços, que quando o deputado não der a menor satisfação, seja pelo tempo que fôr, enquanto não tivermos um officio seu não poderemos chamar supplentes?

Eu queria agora uma explicação do nobre deputado pelo Rio de Janeiro. Segundo a lista geral os deputados pela provincia de Goyaz são (lendo) os Bns. Olympio Machado, D. José....

O Sr. D. JOSÉ:—Um seu criado. (Risadas.)

O Sr. SOUZA FRANCO (continuando a ler):—... e Dr. José Rodrigues Jardim, que me consta estar em Goyaz....

O Sr. D. JOSÉ:—Está.

O Sr. SOUZA FRANCO:—O Sr. Fleury está em Goyaz.

O Sr. D. JOSÉ:—Tambem está.

O Sr. SOUZA FRANCO:—Eu creio, pois, que o espirito da emenda do nobre deputado não será que se chamem estes dous supplentes que estão tão longe, e que não podem ter noticia do chamamento talvez antes do encerramento da camara. Quererá o nobre deputado o supplente que está na corte?

O Sr. SÁLTO LONATO dá um aparte.

O Sr. SOUZA FRANCO:—Eu queria em meu favor o voto muito importante do nobre deputado pelo Rio de Janeiro; e supponho que elle era de opinião que não podendo chamar-se os dous supplentes que estão em uma provincia tão distante como esta, convinha chamar-se o supplente mais proximo. Se V. Ex. aceita uma emenda minha neste sentido, eu mandarei uma para que seja chamado o Sr. Santa Barbara Garcia.

O Sr. WANDERLEY:—Quantos votos tem elle?

O Sr. SOUZA FRANCO:—Sete votos, e aqui já entrou um com um só voto.

E' lida e apoiada a seguinte emenda:

« Pela provincia de Goyaz chame-se o supplente Dr. Francisco da Santa Barbara Garcia, que está presente na corte. Rio, 10 de Maio de 1850.—Sousa Franco. »

O Sr. Angelo Ramos:—Sr. presidente, de muita satisfação tem sido para mim a discussão que

tem havido ácerca do parecer que se acha submettido á consideração da camara, de muita satisfação, digo, porque a camara está reconhecendo o principio, que eu outr'ora estabeleci, de que a constituição ordena que se chamem supplentes para supprir a vaga de um deputado que se conserva na administração de uma provincia. A camara se convenceu de que se devia chamar supplentes pelo facto que se deu e que certamente ficará consignado como um monumento nos annaes do nosso parlamento, que durante quatro mezes conservou-se na presidencia da Bahia um individuo que era deputado por essa provincia, e que não obstante as asseverações que apparecerão na casa, não só por parte de um dos nobres ministros, como tambem por parte de um dos nobres deputados por aquella provincia, de que o presidente da Bahia chegaria no primeiro vapor, dizendo-se até que seria no vapor *S. Salvador*, não se realisou, e que o ministerio, não explicando a causa da conservação daquella empregado, continuou o facto de ficar elle na administração da provincia até se findarem quatro mezes e meio, que foi uma sessão. Sr. presidente, eu entendo que a conservação do presidente da provincia das Alagoas se não é officialmente autorizada pelo ministerio, ao menos o é particularmente, assim como a conservação do nobre deputado, que era presidente da Bahia, teve o mesmo fundamento, porque nunca, Sr. presidente, o ministerio nos explicou o motivo plausivel porque taes administradores se achavam em exercicio, estando a camara funcionando.

O Sr. APARECIO:—O Sr. ministro da marinha explicou.

O Sr. ANGELO RAMOS:—Digo que ha alguma autorisação, fundado já no facto ha pouco produzido pelo nobre deputado pelo Rio de Janeiro de que se determinou ao presidente de Goyaz que se conservasse na presidencia daquella provincia; e todavia, nenhum dos membros do ministerio explicou o motivo porque aquelle presidente não comparecia a tomar assento na camara, sendo a causal um acto do ministerio; já porque estes factos ha pouco apparecidos na provincia das Alagoas e na provincia da Bahia, ácerca de individuos que tinham tomado parte no movimento de Pernambuco, e factos praticados por estes nobres administradores demonstrão, que alguma commissão, sendo manifestada á camara e ao paiz, ao menos occulta, tinha sido incumbida a estes presidentes, e então por estes factos estou autorizado a dizer que talvez esta commissão continue a ser dada ao nobre presidente da provincia das Alagoas, porque, senhores, enquanto se não explicar os motivos da conservação do presidente das Alagoas, eu só posso avallal-os pelos factos que se vão apresentando ao publico. Quem sabe, Sr. presidente, se esta commissão incumbida a estes presidentes não continuará hoje a ser especialmente incumbida ao presidente das Alagoas? Um individuo que tinha tomado parte nos movimentos de Pernambuco, apresentou-se livre e desembaraçado na provincia das Alagoas, do mesmo modo se apresentou na provincia da Bahia, e me parece que nenhum destes presidentes poderia consentir neste facto se não tivesse a respeito insinuações do ministerio. (Apoiados da opposição.) Sr. presidente, qual é a razão porque em um negocio de tanta gravidade, de tanta importancia para o paiz e para a monarchia, não vem o ministerio á face do parlamento, não apresenta com toia a lealdade os motivos que tem para conservar aquelle presidente? Me parece que é esta uma questão muito grave, por consequencia exige qualquer explicação, e que se não deve proceder do mesmo modo por que se procedeu para com a conservação do nobre deputado ex-presidente da Bahia, do modo por que

se procedeu para com a camara em relação á conservação do presidente da provincia do Goyaz, que foi intimado para que se conservasse alli, sem que nenhuma satisfação se deasse á camara. Não é do espirito da nossa constituição, não emana da intelligencia e da interpretação que se deve dar aos arts. 32, 33 e 34, que a missão de deputado deve ser preferida a qualquer outra missão? Se as necessidades publicas exigem que um deputado fique em uma commissão do governo, venha o governo dar as explicações convenientes á camara. E' isto da constituição e do systema representativo. O que quer dizer esta expressão—*cessa* interinamente?

O SR. APRIGIO:—Durante as funções.

O SR. ANGELO RAMOS:—Se cessa durante as funções, o individuo eleito deve deixar qualquer missão do poder executivo, para vir tomar assento na camara. Nem se argumente, Sr. presidente, com os artigos do nosso regimento; esta argumentação do nobre deputado por Sergipe, que primeiro sustentou o parecer, em minha opinião, só o que provou foi o seu talento. Disse o nobre deputado por Sergipe que o caso unico previsto pelo regimento nos arts. 10, 11 e 12 é de apresentar o deputado algum motivo pelo qual não podia comparecer. Sr. presidente, o regimento não pôde contrariar a disposição constitucional, e attenda-se a que a hypothese figurada nos arts. 10, 11 e 12 do regimento é no sentido de que o deputado, cumprindo o preceito da constituição, no momento em que não poder vir tomar assento, explique o motivo porque não compareça, e é porque a constituição presuma que qualquer ministerio, quando entendesse que um deputado devia continuar em uma commissão, viria ao parlamento explicar os motivos que tinha; e com as explicações do governo ou o presidente continúa em exercicio, e vem o supplente, ou deixa a presidencia, e vem; mas infelizmente, Sr. presidente, o actual ministerio procede de modo que dá uma explicação, ou muito ambigua, ou nada diz. Eu entendo que um deputado da opposição, que como qualquer deputado da maioria representa os interesses do paiz, deve ser attendido pelo ministerio, e que não se deve recorrer a essas banalidades. O bom senso da camara me dispensaria de dar explicações, etc., como, ha dias, disse o nobre ministro da marinha. Me parece que não é deste modo que se deve proceder para com um deputado da opposição, porque a posição de ministro não está superior á posição de deputado.

Senhores, os estylos da casa têm sido de explicar o ministerio sempre qual é o motivo por que conserva um deputado em uma commissão. Em 1843, quando o Sr. barão da Boa Vista não compareceu á sessão, tiveram lugar diferentes indicações; então o ministerio, que me parece era do lado dos nobres deputados, deu uma explicação á camara; mas hoje não se dá explicação alguma, hoje procede-se como no caso do presidente de Goyaz, é uma cousa que passa assim desapercobida. Não é isto o que manda a nossa constituição, não é isto baseado nos estylos da camara.

Senhores, se procedesse o argumento do nobre deputado pela provincia de Sergipe, se daria o inconveniente de que o ministerio poderia empregar os membros desta camara antes de sua convocação, e não havendo obrigação de chamar supplentes, se poderia até dar o caso de não se reunir a camara, ou então de ficar a camara ao arbitrio do governo; mas não é isto o que quer a nossa constituição. Se a nossa constituição não falla em supplentes, as leis regulamentares deduzidas legitimamente do preceito constitucional determinão os casos da chamada de supplentes, como é o caso de impedimento, de que trata o art. 89 da lei de 19 de Agosto

de 1846. O impedimento se dá, já pela conservação do Sr. José Bento da Cunha Figueiredo na administração da provincia das Alagoas, já porque me parece que o Sr. José Bento, assim como o nobre deputado ex-presidente da Bahia, não terião procedido a respeito de alguns complicados nos movimentos de Pernambuco do modo por que procedêrão, se não tivessem alguma commissão do governo. Como quer que seja, me parece que alguma explicação merece este caso. Eu estimaria que o nobre ministro explicasse se com effeito a commissão, que de algum modo revelão os factos praticados nas provincias da Bahia e das Alagoas, estava incumbida aos presidentes daquellas provincias, e se hoje continúa a missão do Sr. José Bento acerca dos negocios de Pernambuco.

Voto contra o parecer.

O SR. APRIGIO:—Felizmente trata-se de um objecto onde não pôde haver sombra de espirito de partido. (Apoiado.) Quando se tratava da chamada de supplentes pelas provincias de Minas-Geraes e da Bahia, ordinariamente o nobre deputado pelo Pará exclamava, naquella tom proprio da alta posição em que se collocou, que nós queríamos trancar as portas desta casa aos nossos adversarios politicos que tinham de ser chamados, e que por isso não concordavamos com o parecer da commissão ou com o voto de um de seus membros, que se tem proposto a opinar favoravelmente nas questões de chamamento de supplentes de deputados. Agora, porém, não se trata de chamar um supplente para coadjuvar a minoria, porque sabe-se que o supplente do Sr. José Bento da Cunha Figueiredo pertence ás mesmas idéas da maioria desta camara. (Apoiados.)

O SR. SOUZA FRANCO:—Nós queremos que elle venha, somos imparciaes.

O SR. APRIGIO:—Logo, não se pôde invectivar a maioria por principio de parcialidade; é já isto uma grande vantagem.

Senhores, a questão acha-se estabelecida em um terreno todo de imparcialidade, onde devam brilhar os principios e os factos averiguados, e depois tirar-se a recta conclusão. Mas o nobre deputado pelo Pará, empenhado na sua tarefa de recriações, e de complicar todas as questões, não podendo tirar partido desta materia; vendo que não era possível explorar agora esta mina, lançou-se immediatamente á outra: conduzio o debate a pontos estranhos, e mul fóra da ordem (apoiados); confundio toda a materia, chamou a discussão para a politica geral, e successos do Rio Grande do Sul, de Pernambuco, e não sei mesmo se para os negocios do Rio Grande do Norte. Entretanto, meus senhores, o nobre deputado não deixou de reconhecer que não estava muito na ordem, porque dando-lhe eu um aparte, lembrando-lhe que seria mais proprio fazer uma interpegação em regra acerca de taes materias, elle disse que não a fazia, porque recolava que se marcasse o dia para as kalendas de Julho. Ora, o nobre deputado não podia justificar o seu desvio por esta maneira, porque offende não só a boa opinião que elle deve formar de quem marca o dia, como a verdade dos factos, que muito justificão a imparcialidade do nosso digno presidente (apoiados); logo, falla a razão que apresentou para reconhecer o seu desvio da ordem e dos estylos parlamentares. O nobre deputado sabe optimamente que uma discussão de tal importancia é sempre apresentada por uma interpegação em fórma. Demais, estamos muito proximos da discussão da resposta á fallia do throno, que é lugar também muito proprio para se tratar de questões de tanto interesse. Eu recorde-me que em 1848 (creio que o nobre deputado ainda não era ministro), por occasião de algumas demissões dadas na provincia de Pernambuco pelo Sr. Souza Teixeira, um dos nobres deputados por aquella provincia

fez uma interpegação formal ao ministerio, o qual aqui veio responder como lhe cumpria: e era o objecto de menor alcance, de menor importancia.

Estes e outros exemplos não era preciso trazer á memoria do nobre deputado, porque elle, confesso sinceramente, mais do que eu está habilitado para conhecer tudo isto. Portanto, para que o nobre deputado, contra sua propria intelligencia, contra o seu bom senso, ha de precipitar estas questões? Para que fugir do verdadeiro campo da materia em discussão?...

E' verdade que o nobre deputado tem uma desculpa, elle sonhou que o ministerio está a cahir (*risadas*), e por consequencia, no seu arroyo de alegria, não vê a estrada que deve seguir, nem o terreno em que deve estar collocado. (*Apoiados.*) Eu presumo que com effeito uma excessiva alegria, assim como uma demasiada tristeza, nos pôde levar a um estado de alienação... (*Risadas.*)

O Sr. SOUZA FRANCO:—O nobre deputado está muito triste agora. (*Continúa o riso.*)

O Sr. APRIGIO:—... muito principalmente quando se acha com grandes beneficios para a patria, que tambem podem redundar em nossa propria utilidade. O nobre deputado, pois, Sr. presidente, tem toda a desculpa; o nobre deputado crê em sonhos, tanto mais quanto á força de muito sonhar, alguns de seus sonhos, feliz ou infelizmente tem visto realizados!...

Tambem, Sr. presidente, tem-se tratado de pareceres já approvados ou prejudicados, como a respeito da chamada de suppletes pela provincia da Bahia, e o nobre deputado pela minha provincia, que fallou em ultimo lugar, ainda se encarregou de reproduzir uma proposição do nobre deputado pelo Rio de Janeiro, que não está presente, e por isso ficou sem a devida resposta, como declarei quando cedi da palavra; mas como o nobre deputado me dá occasião, poderei responder em relação ao seu discurso. Disse o nobre deputado que a respeito do Sr. Gonçalves Martins, tinha-se affirmado na casa que elle vinha, e que de facto não veio. Sr. presidente, eu julgo que o nobre deputado está bem informado das justas razões por que o nobre presidente da Bahia não veio naquella vapor annunciado; o nobre deputado sabe perfeitamente que tanto o honrado presidente da Bahia tinha de vir a bordo do S. *Salvador*, que seu respeitavel pai viera pessoalmente despedir-se, succedendo enfermar gravemente na véspera da partida, o que privou ao digno filho de seguir viagem então. Se este facto é incontestavel, é notorio, como insinuar-se contra a exactidão de minha informação ou affirmativa de que o honrado presidente da Bahia estava a partir para esta corte, a vir tomar assento na casa? Devia eu prever um acontecimento tão fortuito como lamentavel? Não estava na natureza das cousas poder uma força maior, physica ou moral, obstar a que a vinda do nobre presidente se realisasse na época projectada? Isto estava necessariamente entendido, não erão precisas resalvas expressas, pois tão louco não era quem affiançava a vinda do Sr. Gonçalves Martins, que tivesse em intenção affirmar uma viagem infallivel no rigor da palavra, e de um modo absoluto que excluísse uma força maior. (*Apoiados.*)

O Sr. ANGELO RAMOS:—Isso não prova que elle não devesse ter deixado a presidencia.

O Sr. WANDERLEY:—Isso é outra questão.

O Sr. APRIGIO:—Meus senhores, essa razão foi tão ponderosa, que teve uma infeliz justificação; o enfermo succumbiu, e foi então que appareceu o vapor immediato, do qual semelhantermente se não pôde aproveitar o honrado presidente, como era de crer, pois que cumpria-lhe tratar

da administração do casal, e dar providencias que as novas circumstancias exigião. Estas considerações não são meras hypotheses, são verdades reconhecidas e sustentadas pela maneira mais evidente á vista da chegada do nosso digno collega, apressando-se a realisar a sua viagem logo que cessarão os motivos que occasionalmente tiverão lugar, e acabão de ser expendidos. Parecia-me, Sr. presidente, depois que se manifestarão essas occurrencias, depois que o meu illustre amigo tomou assento na casa, que eu estava justificado, e bem assim a demora delle; mas o contrario observei, porque o nobre deputado pela minha provincia é hoje o segundo a dirigir-me allusões, que eu repillo.

Sr. presidente, disse o nobre deputado pelo Pará que o ministerio não faz caso da camara, porque não se apresenta immediatamente para cortar todas as questões. Perdô-me o nobre deputado, eu sou muito ministerialista, mas não tanto que julgue devermos abdicar o direito de discutirmos as materias que se offerecerem á discussão. Onde encontrou o nobre deputado pelo Pará essa doutrina, de que os ministros que respeitão o direito que tem a camara de discutir mostrão não fazer caso da mesma camara? Isso é novo, e não sei como deya qualificar. Pois então quaria o nobre deputado que logo que apparecesse um parecer, e houvesse qualquer divergencia, viesse o ministerio e impuzesse silencio?!... Eu nunca esperei ouvir isto da boca do nobre deputado pelo Pará, tão zeloso, como se tem mostrado, pelas prerogativas dos deputados, tendo-nos até lançado em rosto que fugimos da discussão, e somente fazemos o que dictão os nobres ministros; o que não pôde deixar de envolver mui notavel contradicção. Realmente não sei em que quer ficar o nobre deputado pelo Pará; se quer que discutamos independentes dos nobres ministros, ou não discutamos, e venhão elles prescrever-nos todas as votações. Se as vezes não alongamos a discussão, e nos conformamos com as opiniões dos nobres ministros, o honrado deputado pelo Pará grita: «A quem d'el-rei! A camara não quer discutir, não influe no ministerio com a manifestação de suas idéas, não imprime o seu pensamento na administração publica, como é da indole do nosso systema.» Se discutimos, se na divergencia entre os membros de uma commissão esposão uns esta, outros aquella opinião, mas não uma opinião politica, brada o nobre deputado: «Os Srs. ministros não cortão a discussão, desprezão a camara, e deixão a andar á matroca,» como ha pouco se se exprimio. Mas eu julgo que o nobre deputado, comquanto nas suas excursões maritimas (*risadas*) ouvisse por vezes dizer, andamos á matroca, não liga idéa exacta a esse termo nautico, e persuade-se que o navio anda á matroca quando segue o caminho e com boa viagem. Lembra-se bem o nobre deputado quando realmente esteve á matroca. (*Risadas.*)

O Sr. PRESIDENTE:—Atenção!

O Sr. SOUZA FRANCO:—Guarde isso para quando eu puder responder; agora não posso fallar mais.

O Sr. APRIGIO:—Seguindo o exemplo do nobre deputado pelo Pará, no proposito de confundir as materias, de aventar grandes questões, questões de alta politica, quando se trata de um simples parecer de chamada de suppletes, o nobre deputado pela minha provincia entrou tambem nas declamações, e disse que o ministerio não se importa de não dar explicações quando são pedidas por qualquer membro da minoria. Senhores, eu concordo perfeitamente que todo aquelle que, verificando-se seus poderes, tem assento nesta casa, qualquer que seja a sua opinião, tem todos os direitos que competem a um deputado, e

também julgo que o ministerio, que, sendo seria e convenientemente interpellado, se recusasse a dar explicações, faltaria a uma das principais condições do governo representativo; mas o ministerio actual não merece esta censura, antes procede sempre com toda a deferencia para com esta augusta camara, guardando a devida discreção. Sobre a verdadeira questão que nos occupa, já ouvimos do ministerio quanto é bastante para formarmos o nosso juizo. Quando se tratou do parecer que concluiu pela chamada do supplente do nobre presidente da Bahia, o nobre ministro da marinha apresentou-se e explicou o que havia a respeito daquelle presidente, e de commum com o das Alagoas. A casa se deve recordar de que o digno ministro declarou que o ministerio não exigia a continuação da presidencia do Sr. Gonçalves Martins, mas que as circumstancias calamitosas da peste, que alli reinava, tinham justamente aconselhado a demora daquelle digno presidente, e que considerando essa calamidade uma calamidade passageira, era de esperar que elle viesse immediatamente, como annunciara ao ministerio, e a diferentes amigos seus, que aqui na tribuna se explicarão e apresentarão suas declarações. A respeito do presidente das Alagoas disse o nobre ministro que os movimentos de Pernambuco é que impediu a sua vinda, mas que esperava que esse movimento fosse concluido immediatamente pela grande força empregada pelo governo no cerco das mattas, e o pequeno numero de rebeldes que ali ainda se achavam, e que elle viria occupar o seu posto de honra nesta casa. Estas informações, dadas pelo nobre ministro da marinha, creio que são as que prevalecem até o dia de hoje; e então devemos crer que o presidente das Alagoas tem de vir immediatamente; e tanto o nobre deputado pela Bahia, isto reconhece que estabeleceu um paralelo, que todavia não é exacto, dizendo que a demora do presidente da Bahia e a vinda e entrega de um dos criminosos das mattas, faz crer que havia uma commissão da parte delle, e que esta commissão havendo sido também incumbida ao presidente das Alagoas, é bem possível que este cá não venha tão cedo; mas eu creio que o nobre deputado se engana, não ha objecto para essa commissão, porque o nobre deputado dando o credito que é justo ao relatorio do digno presidente de Pernambuco, ha de estar certo que a tranquillidade dessa provincia está plenamente restabelecida, e então, cessada a causa, deve cessar o effecto. (Apoiados.)

O Sr. ANSELMO RAMOS.— Já devia ter vindo.

O Sr. ARAUJO.— Estou que já teria vindo se não occorresse algum embarço.

O Sr. A. DE ALBUQUERQUE.— Esteve doente, segundo uma carta que delle recebi.

O Sr. ARAUJO.— Eis ahi a razão, que não pôde ser recusada.

Quer a um, quer a outro presidente, também o nobre deputado lançou em rosto o não terem feito participação. Meus senhores, eu julgo que esses dignos presidentes, desde que pretendão vir proximoamente, não tinham uma necessidade urgente de mandarem participação, cuja obrigação, ao depois, cessou desde o momento em que o nobre ministro da marinha declarou a razão porque não compareção, declaração esta que tomou por official; pois o ministerio é muito competente para apresentar as escusas que lhe são transmittidas pelos presidentes das provincias.

Debatto deste ponto de vista não tenho remedio senão votar pelo parecer da maioria da nobre commissão, e até mesmo pelos principios estabelecidos pelo nobre deputado pelo Rio de Janeiro, os quaes compartilho nesta parte.

Disse o nobre deputado, pouco mais ou menos, TOMO I.

que nós não temos aqui de submeter o nosso voto a formulas, mas sim emittil-o segundo a consciencia que temos a respeito das materias. Se, assim é, meus senhores, como estou convencido de que o presidente das Alagoas não tem de se demorar, porque a causa de sua demora tem cessado, não posso votar em minha consciencia a favor do chamamento de seu supplente, assim como não pude votar pelo de minha provincia, porque tinha a certeza moral de que o Sr. Gonçalves Martins em breve aqui chegaria; e segundo a minha consciencia que devo votar, e não por despeito, não por castigo, pela falta de participação.

Pelo que respeita ao supplente por Goyaz, o nobre deputado pela provincia do Pará se encarregou de combater perfeitamente esta emenda, quando disse que ella era inutil, porque não podia ir a participação a camara de Goyaz, e vir de lá o supplente a tempo de tomar assento na casa, ainda durante a actual sessão, porquanto em pouco mais de três mezes, que faltão de sessão, não se pôde fazer a viagem de ida e volta. Além disto milita uma outra razão, também muito poderosa, que foi apresentada pelo nobre deputado pelo Rio de Janeiro, o qual também affirmou, no principio da antecedente sessão, que o presidente daquelle provincia devia chegar a 15 de Janeiro, pois lá apenas se demorava, e esperava de seu successor, ora, posto que não se realisasse a vinda desse nobre deputado, como então se affirmou, tenho noticia, e creio que outros, meus nobre collegas também a têm, de que o successor do presidente, eleito deputado pela provincia de Goyaz, o Sr. Antonio Joaquim da Silva Gomes, se acha a caminho, tendo seguido da provincia da Bahia, e pois que ha certeza moral de que com a chegada do Sr. Antonio Joaquim da Silva Gomes a Goyaz, o Sr. Olympio Magalhães ha de vir para esta camara, escusado se torna fazermos chamamentos *ad cautelam*, como quer o nobre deputado pelo Rio de Janeiro! O nobre deputado quando se vê embarçado com argumentos que lhe oppoem seus adversários diz: "isto é, *ad cautelam*, que mal faz que o deputado já se achou em caminho?" O chamamento do supplente não será effectuado.—Minha opinião porém é que isto não é próprio da circumstancia que deve caracterizar uma camara augusta como esta: nós não devemos chamar supplentes senão quando nos convencermos de que o effectivo não vem ou não está para vir; o contrario é uma indisciplinação, embora queirão dar-lhe o nome de prevenção ou cautela. Julgo que não deve ser admittido esse chamamento *ad cautelam*; voto portanto a favor do parecer, e contra as duas emendas que estão sobre a mesa.

O Sr. PRESIDENTE.— Tem a palavra o Sr. Gonçalves Martins.

O Sr. Gonçalves Martins.— Direi algumas palavras em deferencia á camara e em deferencia aos nobres deputados da opposição, a respeito da minha demora em vir tomar assento neste recinto. Ha 17 annos que sou deputado, foi a primeira vez que faltel; por consequencia é de suppor que sem um grave motivo, eu não faltaria a este dever. Não vim, como se disse, ao toque do perigo do ministerio, talvez para aproveitar algum dos seus despojos; não, senhores, não me sou na minha provincia que o ministerio estivesse em perigo; e ainda que isto fosse verdade, não seria intenção minha, tirar partido desta circumstancia; por consequencia, digo que vim cumprir o meu dever, ao que parece-me estaria disposto mesmo sacramentado por me achar como que cecido de já, não ter vindo tomar assento nesta augusta camara.

As razões que obrigão-me a retardar a minha vinda são as que vou expôr. Senhores, eu, nasci

na provincia que então administrava, tenho-lhe muito amor, desejo sua prosperidade e desejo com muita sinceridade. Proximo a partir, foi ella acommettida de uma epidemia, e sendo geral o terror que se espalhou pela população, entendi que naquellas circumstancias não a devia desamparar; pareceria que eu de baixo do pretexto de deputado, queria fugir do perigo que corrião todos os habitantes daquela provincia; e não só como seu filho, mas tambem como seu administrador, quiz participar da sorte de meus compatriotas. Estava decidido a partir logo que a febre desaparecesse, ou diminuisse a sua força; por consequente, consultando a medicina que frequentes vezes reunia em palacio, que me dizia que a febre devia em breve cessar, e ás vezes que já o mal havia decrescido, eu então, vendo proxima a occasião da minha retirada, fiz uma comunicação particular a meus amigos e em carta confidencial aos Srs. ministros, participando-lhes que logo que a febre diminuisse seguiria viagem para esta corte.

Nunca recebi insinuação alguma para ficar nem tambem para me retirar: o governo querendo a felicidade da provincia e vendo as circumstancias em que ella se achava, dizia que eu julgasse prudentemente o que devia obrar em taes circumstancias. Decidi-me, portanto, a partir quando a febre diminuiu; mas infelizmente na véspera do dia em que eu devia embarcar adoeceção gravemente meu pai e um filho meu. Então julguei que não poderia, sem faltar aos deveres de pai e de filho, partir, deixando-os nesse estado. (Apoiados.) A opposição é tão cega, Sr. presidente, que no dia em que meu pai morren appareceu a contestação deste facto no seu jornal, dizendo que era uma ficção minha a doença de meu pai, e nesse mesmo dia apparecerão annuncios meus convidando os amigos para o seu enterro.

O Sr. ANGELO RAMOS: Foi mal informada.

O Sr. GONÇALVES MARTINS: Fallecendo meu pai, todos sabem que é muito natural que alguns trabalhos que acompanhão taes acontecimentos deverião sobrevir. Demorei-me portanto alguns dias; neste interim fui tambem acommettido novamente da molestia. Pela perda que soffri, e pelos incommodos que tive, sobreveio-me uma outra doença, em consequencia da qual, e segundo a opinião de alguns amigos meus, medicos, eu deveria soffrer grandes incommodos se partisse para a corte. Assim forão-se multiplicando os successos, e portanto, nunca pude prevenir á camara dos motivos por que não vinha; sempre esperava embarcar no primeiro vapor. Já se vê pois que tive uma falta em não participar os motivos da minha demora, mas que esta falta é desculpavel; visto que não sabia até que ponto estes motivos chegarião; não tive, repito, insinuação alguma a este respeito. (Apoiados.) Julgando por mim, entendo que motivos iguaes existem da parte do illustre presidente da provincia das Alagoas. Recebi cartas desta senhor. A provincia das Alagoas foi acommettido do mesmo mal que a da Bahia; depois sobreveio ao Sr. Dr. José Bento uma molestia que exige uma convalescença demorada. Na ultima carta que recebi d'elle, dizia-me, que tendo-se appproximado a época da abertura da assemblea provincial, elle entendia que já que não tinha vindo até agora, devia esperar mais alguns dias, para entregar a provincia ao que o tem de substituir com o seu relatorio. E um moço que principia na carreira administrativa naturalmente deve ter algum incentivo de querer desenvolver as suas idéas no relatorio que tem de apresentar, esclarecendo as circumstancias da provincia e as suas urgentes necessidades. São motivos estes independentes da vontade do governo, que honrão até ao Sr. Cunha

Figueiredo. (Apoiados.) Por consequente, julgo que a demora do Sr. Dr. José Bento não passará da vinda do proximo vapor do norte, porque neste intervallo a assemblea provincial se abra. Isto não quer dizer que eu me embarace com a chamada de supplentes, porque bem se vê que é uma questão meramente de principios, em que cada um quer mostrar a maneira, porque encara a constituição. Questão politica não ha nenhuma, pois que não são mais dous ou tres deputados da opposição que podem obstar a passagem de certas medidas que julgamos uteis ao paiz. (Apoiados.)

Quanto á provincia de Goyaz, tambem acho injusta a arguição que se fez ao governo pela demora do illustre presidente desta provincia. Quem não sabe a grande distancia em que está a provincia de Goyaz? O illustre presidente que alli se acha, presidia uma outra provincia, a de Sergipe. Esteve na Bahia já ha mezes; mandei-lhe pagar a sua ajuda de custo, recebeu-a, e partio para Goyaz. Hoje já ahi deve estar. Como pois podia o governo prevenir-se de maneira que não causasse a demora que tem havido, dando um presidente e um successor a uma provincia que está em tão grande distancia? E qual era a vista politica que podia ter o governo a respeito da substituição do presidente de Goyaz, que, se não fosse attendida, soffreria o imperio e os principios que segue o actual gabinete, se o presidente viesse, ha dous ou tres mezes, ou se viesse um supplente tomar assento na camara? Já se vê que isto não é mais do que um meio de argumentar ou de fazer opposição sómente. Não vejo pois que por ahi tambem mereça o governo censura alguma. (Apoiados.)

Já dei as explicações da minha demora em vir tomar assento na camara; quando for occasião darei explicações de outros actos que tenho praticado, e creio que as darei satisfactoriamente (apoiados), porque fique a camara certa que eu sempre obro com a minha consciencia, e segundo entendo que é do meu dever. (Apoiados.)

O Sr. Costa (ministro da marinha):—Sr. presidente, tinha por escusado dizer alguma coisa para satisfazer aos nobres deputados que tiverão a bondade de interpellar-me, porque já em outra occasião, a respeito de uma parte da materia sobre que ha pouco fui interpellado, havia já dito o que me pareceu sufficiente e satisfactorio. (Apoiados.) Mas, como os nobres deputados que ultimamente fallarão pretendirão levar em culpa ao governo o seu silencio, não posso deixar de fazer ligeiras observações acerca dos motivos que determinarão o gabinete a não pedir permissão á camara para que continuassem os presidentes de duas provincias do norte, e de uma do centro, na administração dessas provincias. O meu nobre amigo, que acaba de fallar, declarou da maneira a mais categorica agora aquillo que em outro tempo eu havia asseverado, e vem a ser que elle não havia recebido nenhuma insinuação do governo para ficar na provincia. (Apoiados.) O mesmo posso asseverar acerca do illustre deputado que é presidente da provincia das Alagoas. Tenho que elle em breves dias se achará nesta corte, porque assim n'ó acaba de participar; não tendo vindo até agora, convém que eu o declare, em consequencia de motivos identicos aos que allegou o nobre deputado presidente da Bahia, e mais porque grave enfermidade lhe sobreveio ultimamente, da qual ainda se acha em convalescença.

Outra razão, Sr. presidente, moveu o governo a não pedir licença á camara para continuarem os dignos deputados, a quem me refiro, nas suas presidencias, e vem a ser—não estar litteralmente declarado na constituição que a respeito daquelles deputados que ainda não tiverão assento como taes, tenha o governo obrigação de solicitar licença á camara para que elles continuem em seus empregos. Não é esta a hypothese da constituição, e portanto

podia o governo entendê-la de uma maneira diversa daquella que entendem os nobres deputados que se dizem da opposição.

A cerca, senhores, do presidente da provincia de Goyaz, já referio o meu illustre amigo que acaba de fallar aquillo que succedera: nunca o governo pensou que a este tempo não tivesse tomado posse o novo presidente nomeado. (Apoiados.) Foi-lhe expedida a carta imperial, creio que no mez de Novembro, mas os arranjos da sua viagem para um lugar tão distante daquella em que elle se achava, que era a provincia de Sergipe, o retardarão a ponto de só ter chegado á villa da Barra na Bahia no dia 2 do mez de Abril, donde acaba de escrever-me dizendo que continuava a sua viagem. Já vê a camara que a este tempo deve ter tomado posse da presidencia de que foi commissionado, e ainda que algum aviso lhe fosse expedido para que o presidente demittido continuasse a estar na provincia de Goyaz, havia a mesma razão que ha pouco dei, a de não reconhecer o governo, como dever marcado na constituição; esse de participar á camara para continuar a estar na provincia um individuo que não é membro effectivo da camara, e que ainda não está juramentado. Portanto, não se pôde arguir ao governo de que elle tivesse faltado a um preceito legal.

Eu, Sr. presidente, poderia agora mesmo responder a certas insinuações pouco leaes, feitas por dous honrados membros da opposição...

O Sr. ANGELO RAMOS: — Pouco leaes, não; somos incapazes disso.

O Sr. TOSTA: — ... acerca de negocios que têm tido andamentos relativos a uma provincia do norte; mas acho muito fóra de proposito fazel-o, guardar-me-hei para occasião opportuna; porém desde já devo prevenir a camara de que nenhum membro do gabinete, e creio que nenhum dos dous illustres presidentes das Alagoas e da Bahia, têm motivos de vergonha no procedimento que tiverão a este respeito. (Apoiados.) O governo, e esses nobres presidentes obrarão com a honra, com a delicadeza e com a lealdade que todos lhes reconhecem. (Apoiados.)

Não sei quem annunciou ao nobre deputado pela provincia do Pará que o ministerio se achava nos paroxismos da sua existencia! Realmente, tem o nobre deputado um tacto finissimo. (Risadas.) Ora, eu lembro-me que em outras épocas o nobre deputado era conhecido por esse tacto finissimo...

O Sr. APARECIDO: — Por esse facto.

O Sr. TOSTA: — ... justamente, por esse facto dos ministerios que não cahir; e por isso, apesar de não saber eu nada do passamento do ministerio de que tenho a honra de fazer parte, quasi que estou um pouco recelando que isto aconteça, porque o nobre deputado em outros tempos sabia adivinhar esses passamentos, até que chegou a occasião em que teve de ser successor de algum. (Risadas.) Espero porém que se nós tivermos de passar desta vida, ainda assim não recolherá o nobre deputado a herança que temos de deixar. (Risadas.) Não direi mais nada, Sr. presidente, acerca deste negocio. O nobre deputado arguiu ao governo, e a mim principalmente, de que não tomava nenhuma parte nas discussões. Ora, eu direi ao nobre deputado que muito de proposito não tenho querido tomar parte nas discussões, e momentos na de que se trata agora; e nem tomaria hoje a palavra se alguns dos meus amigos não se tivessem envolvido nella, e eu quizesse mostrar que estava de accordo com elles em todos os factos que havião referido; porque, senhores, tratando-se de uma questão, como a que se está ventilando, de tão pouca utilidade, porque entendo que succederá com esta questão

o mesmo que succedeu com a do Sr. Gonçalves Martins, que não terá nenhum resultado...

O Sr. ANGELO RAMOS: — Porque votarão contra?

O Sr. TOSTA: — ... seria tomar tempo á casa querer dar opinião sobre ella sem alcanças algum politico, e seria então da minha parte, senão imbecillidade, ao menos alguma simplicidade em querer condescender com a vontade do nobre deputado, cujas vistas são fallar e não fazer cousa alguma, fallar e não ter acção, e eu entendo que o governo deve ter mais acção e menos palavras. (Apoiados.)

O Sr. D. MANOEL: — Sr. presidente, um motivo de serviço publico me obrigou a deixar a camara por alguns momentos, e isto foi com bem pezar meu, porque desejava ter o prazer de assistir ao segundo discurso do meu illustre collega da commissão. Sei que elle teve a bondade de lêr á camara um parecer que eu assignei em principios de Janeiro deste anno, e que pretendeu com esse parecer corroborar argumentos que produzira em favor do parecer que se discute. Primeiramente, o illustre deputado não se lembra do discurso com que aqui sustentei esse parecer, nem attendeu á data em que elle foi assignado. Quando sustentei esse parecer, respondendo ao illustre deputado pela provincia do Pará, disse eu que, apesar de reconhecer que não havia participação official para ser chamado o supplente de que rezava a indicação do illustre deputado, todavia não levava o meu rigorismo a ponto de entender que nunca deveria ser chamado supplente algum sem participação official do deputado proprietario, que a participação official só eu a exigia enquanto não houvessem decorrido os dous mezes; mas que, desde que passasse esse prazo que eu tinha marcado (recordando-me do que dissera em outros tempos o Sr. Antonio Carlos Ribeiro de Andrada Machado e Silva), então não me importaria com a participação official, e que entendendo o espirito do regimento, eu seria de opinião que fosse chamado o supplente; e que se o illustre deputado pelo Pará apresentasse indicação neste sentido, desde logo lhe dava o meu voto. Portanto, vê a casa que o parecer que leu o meu illustre collega da commissão não destrós as opiniões que hoje tive a honra de emitir, não corrobora de maneira alguma o argumento com que o meu illustre collega sustenta o parecer que se acha em discussão. Esse parecer mesmo não foi redigido por mim...

O Sr. ZACHARIAS: — Mas está assignado pelo nobre deputado.

O Sr. D. MANOEL: — O que explica o parecer é sem duvida o discurso que então proferi.

O Sr. ZACHARIAS ri-se.

O Sr. D. MANOEL: — O illustre deputado ri-se! Pois então os discursos não valam cousa alguma nesta casa? Ora, pelo amor de Deus! O discurso que nessa occasião pronunciei explicou o parecer, e tanto explicou que eu disse: — Assignei o parecer, é verdade, mas debaixo desta hypothese. — O mais é o illustre deputado estar com chicanas, e eu não gosto disto. O meu discurso, Sr. presidente, foi clarissimo; appello para a casa inteira, appello para o juizo dos illustres deputados que me ouvirão naquella occasião, e mesmo para a consciencia do illustre deputado que é meu digno collega da commissão. Estabeleci como regra o prazo de dous mezes para serem chamados os suppletes, e esse prazo ainda não havia então decorrido; por consequente, não ha em mim contradicção alguma: mas quando não ha argumentos para se sustentur certas opiniões apresenta-se a idéa de contradicção! Ao contrario, senhores, ha muita coherencia no meu procedimento: esse

parecer não prova nada, porque a respeito do Sr. José Bento da Cunha Figueiredo actualmente não se dá a regra que estabeleci dos dois mezes de espera, mas ainda têm decorrido quatro mezes e meio! Eu não entro nos motivos por que esse Sr. deputado se tem demorado na provincia das Alagoas, para mim é isto indifferente. Desde o momento em que um deputado falta á casa por dois mezes; e não manda participação alguma, entendo que se deve chamar o supplente respectivo; quero salvar o principio...

O Sr. FIGUEIRA DE MELLO:— Os dois mezes principio agora!

O Sr. D. MANOEL:— Também isto é uma chicana (risadas), e eu não gosto de chicanas fora desta casa, quanto mais aqui como legislador...

O Sr. FIGUEIRA DE MELLO:— Principio agora porque estamos em nova sessão.

O Sr. D. MANOEL:— Perdão-me o nobre deputado, é chicana, e muito ordinaria, nem é chicana fina. (Risadas.)

O Sr. FIGUEIRA DE MELLO:— É pouco dellada essa resposta.

O Sr. D. MANOEL:— É a resposta que se deve dar quando se falla nesta casa seriamente, e apresenta-se esse argumento em ar de graça, de que os dois mezes principio agora!

O Sr. FIGUEIRA DE MELLO:— O nobre deputado julga-se com direito de qualificar os argumentos dos outros como lhe parece.

O Sr. D. MANOEL:— Respondo como supponho que é do meu dever quando se dão apartes desta ordem.

Entendo pois, Sr. presidente, que os argumentos que tive a honra de produzir estão em seu inteiro vigor. O parecer que foi apresentado pelo meu digno collega da commissão, nada prova contra a opinião que hoje emitti; e sem poder responder a outros argumentos que o meu illustre collega produziria, porque não assisti ao seu segundo discurso, ponho dizendo que ainda estou na firme intenção de dar o meu voto contra o parecer que se discute, apesar das asseverações que acabão de fazer o nobre ministro da marinha e o nobre presidente da provincia da Bahia, porque note V. Ex. que estas mesmas asseverações se fizeram já, e não se realisarão; e não se podem dar até o fim da sessão esses mesmos motivos ponderosos que acabão de ser manifestados, e assim havemos de dizer—vem—no primeiro vapor (que chegar, vem no outro seguinte? Póde isto ser digno desta casa? Assim como se derão esses motivos ponderosos a respeito do meu illustre amigo deputado pela Bahia, cuja vinda foi annunciada desde o principio do mez de Março, que obstarão por tanto tempo o seu comparecimento nesta casa, se se derem iguaes motivos ou outros idênticos a respeito do Sr. José Bento, presidente da provincia das Alagoas, por que razão se ha de privar o supplente, a quem compete, de deputado pela provincia de Pernambuco, de tomar assento nesta casa? Que me importa a mim, Sr. presidente, particularmente que venha ou que não venha o supplente da Pernambuco, das Alagoas, ou da Minas? O que eu quero é salvar o principio, quero que a camara estabeleça esta precedência que me parece fundado em toda a justiça e maxima equidade. Não desejo que continuemos nesse caminho de contradicções e de reacções em que temos andado, que se continuarmos nelle, ahraremos o imperio em um abysmo. Quero emfim, Sr. presidente, que a camara dos senhores deputados, junta ao throno do monarcha brasileiro, ponha em completa extinguição as memoráveis palayras com que o governo encerrou a sessão passada, e abriu a sessão, este anno, da assemblea geral, e para isto é preciso que não

fallemos somente em justiça e sim que a pratiquemos também, e a par da justiça está sustentarmos os direitos dos nossos adversarios politicos, visto que elles presentemente não têm aqui senão 4 ou 5 votos.

(Ha alguns apartes que não podemos ouvir.)

Eu fallo em these, senhores, não me importa com isso, desejo que a camara feche de uma vez o caminho das reacções...

O Sr. H. DE REZENDE:—Onde estão as reacções?

O Sr. D. MANOEL:—Onde estão! Ora, o nobre deputado não me queira obrigar agora a entrar em uma discussão que não me parece muito agraavel... Se não ha reacções, melhor; mas eu entendo que devemos fazer justiça; e se a occasião fosse opportuna, eu poderia apresentar as minhas idéas a este respeito. O que é necessario, senhores, é fazer-se justiça a quem quer que fór. (Apoiados.) Eu felicito a camara pela aceriadissima resolução que tomou ultimamente de chamar um supplente pela provincia de Minas...

O Sr. Souza Franco:— Custou muito a dar esse passo.

O Sr. D. MANOEL:—Confesso que apesar de respeitar bastantemente as decisões desta camara, todavia o meu coração se cobrio de luto com essa primeira resolução que ella tomou, de não querer que se chamasse esse supplente; felizmente ao luto succedeu a gala; e eu espero que a camara continuará neste procedimento, e que nunca se lembre do passado para fazer recriminações, e sim fugir delle; basta de recriminações. Espero que em materias taes a camara nunca tenha em vistas senão a lei, e mesmo a equidade. Voto contra o parecer.

ALGUNS SRS. DEPUTADOS:— Votos! votos!

O Sr. Carneiro da Cunha:— Sr. presidente, não pretendia tomar a palavra se o illustre deputado pela provincia do Rio de Janeiro discutisse esta questão com mais sangue frio; e não trouxesse para a casa motivos que elle nenhuma razão tem para allegar, porque quando a camara trata destes negocios de chamar deputados ou supplentes não póde nunca se lembrar de que por este modo dá-lugar a reacções. (Apoiados.) Quaes são essas reacções? O illustre deputado devia apresentar a constituição e dizer—o artigo tal que manda que em tal ou tal circumstancia, depois de ter decorrido tal ou tal tempo, se chame o supplente do deputado que não comparecer;—mas se o illustre deputado não apresentou esse artigo da constituição, e se desde que sou membro desta camara, do tempo da constituinte até agora, não tenho visto marcar-se nem no regimento, nem na lei de eleições, os casos em que se devem chamar os supplentes, antes a camara nestes negocios tem-se portado sempre como um jury, porque não ha regra alguma estabelecida, como póde o illustre deputado dizer que era uma reacção? Senhores, em que motivo se funda esta reacção? Eu fui o primeiro aqui que, observando que alguns Srs. deputados se tinham retirado para as suas provincias, apresentei uma indicação ou emenda para que fossem chamados os seus supplentes; mas depois, pesando bem as circumstancias em que se achava a provincia do Rio de Janeiro quando esses senhores se ausentáram, não continuel a insistir por essa chamada de supplentes, porque seria até uma deshumanidade essa chamada quando a mortalidade no Rio de Janeiro, pela epidemia que temos soffrido, era de cento e tantas pessoas por dia. E esses homens virião cá? De certo que não. Além disto, o illustre deputado ouviu ao Sr. Gonçalves Martins, este honrado membro explicou os motivos que teve, as razões que se têm dado para que esse Sr.

deputado, que é presidente das Alagoas, não tenha podido vir tomar assento. Portanto, não me posso accommodar com o modo porque o illustre deputado argumentou. Sr. presidente, o que nos ha de levar ao abysmo é a falta de patriotismo, e de juizo de muitos dos nossos patricios. (Apoiados.) Não ha de ser por medidas de tão pouca importancia como esta que o Brazil se ha de perder. Peça o illustre deputado que os brasileiros tenham mais juizo, e que haja menos susceptibilidade nas discussões das materias que aqui se ventillão, para se não emprestar intenções que não têm aquelles que apresentam francamente as suas opiniões, que o Brazil não se abysmará. Todos nós, Sr. presidente, queremos o bem do Brazil; mas, permita o illustre deputado que cada um discuta as materias como entender, com toda a franqueza e liberdade: é por isso que tomei a palavra.

Hei de votar pelo parecer da commissão, talvez antes não votasse por elle, mas depois que ouvi ao Sr. ministro da marinha, e ao Sr. deputado pela Bahia, estou muito resolvido a dar o meu voto ao parecer que se discute, porque disse o Sr. deputado pela Bahia que o Sr. José Bento não se tem conservado na provincia das Alagoas por fazer pouco caso do lugar de deputado, mas porque circumstancias muito ponderosas o têm forçado a isso: portanto depois que ouvi as razões que produzirão esses dois senhores hei de votar pelo parecer. O que lucrava a camara agora mandando chamar o supplente das Alagoas quando talvez o Sr. José Bento já esteja de viagem para aqui?

Sr. presidente, direi mais ao illustre deputado que eu muito poucas vezes tenho votado por chamadas de supplentes, porque nunca quiz que elles se considerassem deputados. Eu desejaria que se elegessem outros deputados quando os primeiros eleitos morressem ou fossem empregados em alguma commissão que os inhabilitasse de comparecer aos trabalhos da camara, para que não estivessem individuos assentados aqui como deputados tendo obtido apenas 1 ou 2 votos. Não tenho sustentado esta opinião com afincio, porque tenho muito medo de eleições no Brazil, e o illustre deputado pelo Rio de Janeiro bem sabe que em muitos paizes illustrados não se admittem supplentes. Na França, por exemplo, quando falta um deputado, não vai o supplente para a camara, lá não ha supplentes, procede-se á eleição de outro deputado; e assim é que se devia entender a nossa constituição; além de que, esse principio de chamar-se supplentes é anti-economico, porque muitas vezes quando chega um supplente, que se manda chamar, é tão tarde, que a camara não aproveita as suas luzes, e nem mesmo elle tem tempo ás vezes de fazer a sua viagem.

Sr. presidente, hei de votar pelo parecer da commissão e não digão os nobres deputados que sigo agora differente opinião da que tenho, seguido até agora a este respeito, fui sempre constante em não votar pela chamada de supplentes por qualquer motivo; só tenho votado por essas chamadas quando ha verdadeira necessidade, por exemplo, quando um deputado morre, ou quando falta por estar occupado em certas commissões, e o governo pede licença para que elle esteja nesse outro serviço; o mais é tomar tempo á camara, sem utilidade alguma.

Julga-se a materia sufficientemente discutida, e posto a votos o parecer, é approvado por 34 votos contra 27, ficando por consequente prejudicada a emenda do Sr. Seyão Lobato. A emenda que manda chamar o supplente pela provincia de Goyaz é rejeitada, e a do Sr. Souza Franco considera-se tambem prejudicada.

O Sr. PRESIDENTE:—Eu tinha dito ha pouco

ao nobre deputado o Sr. Souza Franco, quando pedio a palavra, que lh'a concederia em tempo, porque, conforme o regimento, a leitura dos pareceres tem lugar logo depois do expediente, e como o parecer que se acabou de discutir era por sua natureza objecto urgente, não lhe pude dar então a palavra, mas dou-lh'a agora.

O Sr. SOUZA FRANCO:—Cedo hoje; usarei della amanhã.

O Sr. PRESIDENTE:—Então tem lugar agora a leitura dos projectos e indicações.

São julgados objecto de deliberação, e mandão-se imprimir, para entrarem na ordem dos trabalhos, os seguintes projectos:

« A assembleia geral legislativa resolve:

« Art. 1.º A dotação de S. M. o Imperador será desde já, e provisoriamente, de 1,000:000\$ annuaes, enquanto as circumstancias do thesouro publico nacional não permittirem que a mesma dotação seja elevada, conforme a grandeza e magnanimidade da nação.

« Art. 2.º Ficão revogadas todas as leis e disposições em contrario.

« Paço da camara dos deputados, 10 de Maio de 1850.—Mello. »

« A assembleia geral legislativa decreta:

« Art. 1.º As leis criminaes do imperio são applicaveis aquelles de seus subditos que commetterem qualquer delicto em paiz estrangeiro, e se refugiarem no territorio do mesmo imperio.

« Art. 2.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

« Paço da camara dos deputados, 10 de Maio de 1850.—J. M. Wanderley. »

« A assembleia geral legislativa decreta:

« Art. 1.º O juiz competente, segundo o art. 149 da constituição, para sentenciar na perda da patente a qualquer official do exercito ou armada é o do fôrço militar.

« Art. 2.º Todos os crimes commettidos por militares serão julgados desde já pelos conselhos de guerra, dependendo da confirmação das juntas de justiça, que no caso de condemnação poderão absolver, se assim entenderem de direito, ou annullar o processo quando se não tiverem guardado as formulas substanciaes.

« Art. 3.º Logo que em qualquer praça de guerra se commetter delicto, o commandante della mandará dentro de 24 horas proceder a conselho de investigação.

« Art. 4.º Continuação em vigor todas as leis que regulão a formação da culpa. Havendo queixa ou denuncia, será ella apresentada á autoridade militar competente, que immediatamente despachará assim:—Ao conselho de investigação, para proceder na conformidade da lei.

« Art. 5.º O conselho de investigação formador da culpa, quando não pronunciar nos crimes em que os officiaes podem perder as patentes, appellará ex-officio para a junta de justiça respectiva, remettendo seu presidente o processo á autoridade convocadora, para ter o conveniente destino.

« Art. 6.º Quando a junta de justiça não confirmar a sentença de despronuncia, devolverá o processo á autoridade que o tiver remettido, para submettê-lo a novo conselho de investigação, no qual não entrará algum dos officiaes que funcçãoarão no primeiro.

« Art. 7.º Se a junta de justiça confirmar a despronuncia, não será o accusado mais responsavel em tempo algum por esse crime, assim como tambem o não é quando sendo pronunciado for afinal absolvido.

« Art. 8.º Julgando o conselho de investigação concludente a accusação, e pronunciando o supposto delinquente com prisão (ou sem ella nos crimes propriamente de responsabilidade) o presidente delle remetterá o processo á autoridade convocadora, que no prazo de tres dias improzo-

gavels o remetterá ao conselho de guerra, no qual não poderá servir os officiaes que formarão a culpa.

« Art. 9.º Quer o processo seja instaurado ex-officio por determinação da autoridade competente, quer o requerimento de parte, o accusador dos militares será sempre o auditor da gente de guerra.

« Art. 10. Haverá na capital de cada provincia um auditor, bacharel formado em direito, com o ordenado annual de 800\$, o qual poderá ser despachado juiz de direito depois de quatro annos de exercicio, se ainda o não fór.

« Art. 11. Nas faltas ou impedimentos do auditor servirá o capitão dos mais intelligentes, embora exerça algum dos lugares de ajudante de ordens, secretario militar, ou fiscal de algum corpo, e o presidente do conselho (quando não fór julgamento de official superior) será sempre o capitão mais antigo.

« Art. 12. Os conselhos de investigação serão compostos de tres officiaes e do auditor, sem voto na decisão do processo. Os conselhos de guerra continuão da mesma forma, com a differença que o auditor não tem voto no julgamento, sendo no caso de empate o accusado absolvido. Ficão abolidas as tenções por escripto.

« Art. 13. Na segunda sessão do conselho de guerra, que será seis dias depois da nomeação impreterivelmente, se antes não fór possível, o auditor apresentará o libello accusatorio, mandará fazer a intimação ao supposto delinquente para comparecer perante o conselho tres dias depois, remettendo-lhe cópia do libello, e rol das testemunhas. Se o accusado fór official de patente, o presidente do conselho requisitará um subalterno para fazer a intimação, se fór praça de pret um official inferior.

« Art. 14. Comparecendo o supposto delinquente será interrogado pelo presidente do conselho, depois do que será lido o processo; elle apresentará sua contrariedade escripta por artigos, serão inqueridas as testemunhas, se as tiver, e então verbalmente o auditor sustentará sua accusação mostrando a prova existente, e lendo o artigo ou artigos das leis penaes em que julga se achar incurso o accusado, e este por si ou seu defensor combaterá os argumentos da accusação sustentando também verbalmente sua defesa.

« Art. 15. Concluido o disposto no artigo antecedente, tornar-se-ha secreta a sessão do conselho de guerra, o auditor dará as explicações que na discussão lhe forem exigidas pelos vogaes que, em vista do allegado e provado, decidirão.

« Art. 16. O official do exercito e armada que fór sentenciado na perda da patente, depois de ser confirmada a sentença pela junta de justiça, interporá revista para o conselho supremo militar de justiça, que reconhecendo injustiça notoria o absolverá; mas se sustentar o julgamento o official usará do recurso de graça para o poder moderador, e só depois de esgotados todos esses recursos se executará a sentença.

« Art. 17. Para a interposição da revista, cujo termo será lavrado pelo auditor dentro de 10 dias depois da publicação da sentença da junta de justiça, seguir-se-hão os termos prescriptos nas leis de 18 de Setembro de 1828 e 20 de Dezembro de 1830.

« Art. 18. O auditor fará extrahir o traslado do processo, para o que será posto a sua disposição o official inferior mais expedito que existir na guarnição; o subscreverá e remetterá um e outro á autoridade militar da provincia, que remettendo incontinentemente o original ao conselho de guerra secretario do conselho supremo militar de justiça, fará archivar o traslado na secretaria militar, declarando tudo em ordem do dia.

« Art. 19. Decidido o processo pelo conselho

supremo militar de justiça, seu respectivo secretario o devolverá á autoridade que o tiver remettido, que fará publicar a decisão em ordem do dia, afim de que no prazo de 10 dias, no caso de sustentação do julgado, possa o official interpor seu recurso de graça para o poder moderador, como permite o final do art. 16.

« Art. 20. Sempre que alguma autoridade criminal do fóro civil remetter alguns documentos ou cópias de depoimentos relativos a alguma militar envolvido em crimes de rebelião, sedição ou quaesquer outros, a autoridade militar que estas peças receber as remetterá immediatamente ao conselho de investigação, no qual, e nos de guerra, sempre escreverão os auditores na forma das leis, embora não tenham votos nas decisões, como fica disposto nos arts. 10 e 11.

« Art. 21. Além dos casos em que pelas leis militares devem perder as patentes os officiaes do exercito e armada se augmentarão os seguintes:

« § 1.º Quando a pena fór de morte ou de galés em qualquer grão.

« § 2.º Quando fór de prisão perpetua com trabalhos ou sem elles.

« § 3.º Quando fór de banimento para fóra do imperio.

« § 4.º Quando fór de prisão com trabalhos por 20, 12 e 8 annos.

« § 5.º Quando fór de prisão simples por 20 annos.

« Nestes casos explicitamente se dirá no final da sentença — pelo que tem perdido a patente.

« Art. 22. Está sem vigor o § 3.º do alvará de 23 de Abril de 1790, porquanto, fóra dos casos em que os officiaes perdem as patentes, continuão a pertencer ao exercito, embora cumprão qualquer sentença contra elles proferida, no qual período terão o meio soldo declarado nas leis para seu alimento.

« Art. 23. Os julgamentos dos militares, quanto á imposição das penas, continuão a ser feitos segundo as disposições dos seus regulamentos, e também pelo código criminal e mais leis penaes da nação nos casos em que forem applicaveis.

« Art. 24. Nos crimes não capitales a autoridade militar competente é obrigada, logo que se lhe requerer, a conceder homenagem dentro das captaes das provincias aos officiaes envolvidos em processos. As praças de pret, exceptuando também o crime de deserção, poderão obter igual favor, dando fador que subsidiariamente se obrigue por ella.

« Art. 25. O militar que comparecer perante o conselho de guerra para ser julgado poderá recusar até tres dos officiaes vogaes sem dar motivo, e neste caso, ou mesmo quando algum dos officiaes se tenha dado de suspeito voluntariamente, o presidente do conselho participará á autoridade competente, que, sem mais exame, nomeará outros para substituí-los immediatamente.

« Art. 26. Se ao accusado intimado para comparecer no conselho de guerra faltarem algumas provas, ou se achar doente ou impossibilitado de comparecer por outro motivo justificavel, poderá requerer o adiamento do seu julgamento, sendo deferido ou não pelo conselho.

« Art. 27. Comparecendo o accusado para ser julgado, terá assento em um tamborete, ou cadeira sem encosto; o que se entenderá seja qual fór a sua graduação.

« Art. 28. Quando o official do exercito ou armada fór condemnado na perda de sua patente, não serão por isso os filhos que tiver até o dia em que a sentença se tornar irrevogavel, privados da nobreza hereditaria que adquirirão, caso queirão seguir a carreira das armas.

« Art. 29. Submettido qualquer militar ao juizo

do conselho de investigação, nenhuma ingerencia fica tendo a autoridade militar a respeito da decisão desse conselho, com a qual se conformará, mandando soltar o accusado no caso de não pronuncia, mesmo antes da confirmação da junta de justiça, caso esteja preso.

« Art. 30. O conselho supremo militar não poderá jamais alterar a decisão do conselho de guerra impondo maior pena, e somente poderá confirmar a pena ou annullar o processo.

« Art. 31. Ficão revogadas as disposições em contrario.

« Paço da camara dos deputados, Maio de 1850. — S. R. — O deputado, Silva Guimarães. »

Val á commissão da mesa a seguinte indicação: « Indico que se adicionem ao regimento da casa as seguintes disposições:

« Art. 1.º As emendas propostas serão classificadas por seus autores ou pelo presidente, com recurso para a camara, em substitutivas, suppressivas, restrictivas e additivas ou ampliativas.

« Art. 2.º As emendas substitutivas serão postas á votação, ainda quando não seja approvada a materia principal a que fôrem propostas. Quando haja mais de uma emenda substitutiva o presidente proporá em primeiro lugar á votação aquella que lhe parecer, salvo requerimento de algum deputado, que poderá pedir preferencia para qualquer dellas, mesmo sobre a materia principal em discussão, precedendo approvação da camara.

« Art. 3.º Na terceira discussão dos projectos, e na unica daquelles que versarem sobre interesse particular, poderá qualquer deputado apresentar emendas substitutivas a todo o projecto, decidindo a camara qual deva ser votado em primeiro lugar.

« Art. 4.º As emendas suppressivas terão sempre preferencia na votação; e bom assim as restrictivas quando tenderem a diminuir qualquer despesa, privilegio, graça ou vantagem.

« Art. 5.º As emendas additivas ou ampliativas só serão votadas quando passe o objecto principal a que fôrem propostas.

« Art. 6.º Qualquer materia de interesse publico poderá ser votada por escrutinio secreto, se um terço dos membros presentes assim o requerem por escripto.

« Paço da camara dos deputados, 10 de Maio de 1850. — S. R. — J. M. Wanderley. »

« Indico mais que a mesa, ou uma commissão nomeada ad hoc, seja encarregada de coordenar as diversas disposições do regimento, supprimindo aquellas que tiverem sido revogadas e incluindo as approvadas; seguindo em tudo o methodo que mais apropriado lhe parecer, para uma conveniente distribuição e clareza da materia. — J. M. Wanderley. »

Remette-se á commissão de poderes, com urgencia a seguinte indicação:

« Indicamos que se chamem os suppleentes para substituir as vagas que se dão pelas provincias de S. Paulo e Minas.

« Paço da camara dos deputados, 10 de Maio de 1850. — Mello Franco. — Dias de Carvalho. — Souza Franco. — A. F. Ramos. »

ORDEM DO DIA

Continúa a discussão das emendas, vindas do senado, ao projecto de lei do orçamento.

Entra em discussão a emenda suppressiva do artigo additivo, approvado pela camara, sobre o imposto do sal na provincia do Rio Grande do Sul.

O Sr. Cruz Secco: — Sr. presidente, é com a maior admiração que vejo não ter passado no senado a emenda adoptada por esta camara á lei do orçamento, autorizando o governo para

diminuir o imposto do sal estrangeiro que fosse destinado ao serviço das charqueadas na provincia do Rio Grande do Sul. (Apoiados.) Notei que os principaes argumentos que alli se apresentarão contra esta autorisação forão que a provincia do Rio Grande do Sul está muito cara ao Brazil, e por consequente que não se devem diminuir os impostos alli — e tambem que a introdução de sal estrangeiro mata a industria das salinas das provincias do norte. O Sr. ministro da fazenda, longe de concordar nesta autorisação, que aliás eu entendia que estava nas idéas de S. Ex., quando nesta casa disse que, sendo o sal um genero de primeira necessidade, era exorbitante o imposto de 30 % que elle pagava, e que, autorisado pela lei para reformar as tarifas das alfandegas, promettia diminuir semelhante imposto, foi no senado de opinião que não se devia dar semelhante autorisação.

Esta decisão do senado, Sr. presidente, me parece summamente injusta, porque nem eu creio que a provincia do Rio Grande do Sul seja mais cara ao imperio do que qualquer outra (apoiados), porque as despesas que alli se fazem para manter-se o exercito são seguramente não só por interesse da provincia, mas por interesse de todo o imperio... (apoiados) como tambem porque entendo que a provincia do Rio Grande do Sul não deve estar fora da regra que se tem estabelecido para as outras provincias. — E na verdade, havendo uma lei que determina que as materias primas para as fabricas sejam isentas de direitos, não sei qual seja a razão por que a provincia do Rio Grande do Sul não ha de gozar deste beneficio...

O Sr. SAYÃO LOBATO JUNIOR: — Apoiadissimo.

O Sr. Cruz Secco: — Ora, Sr. presidente, além de ser de summa justiça que não se faça uma excepção na lei unicamente para a provincia do Rio Grande do Sul, é demais a mais conveniente attender-se ao estado em que se achão as fabricas nessa provincia, e a necessidade que ellas têm de uma immediata protecção. Nós, os deputados do Rio Grande do Sul, não pedimos que essa protecção seja maior do que aquella que se dá ás fabricas de outros pontos do imperio, só queremos que haja igualdade. E nem entendo que possa ser razão sufficiente para não se fazer esta justiça á provincia do Rio Grande do Sul o dizer-se que difficilissimo seria saber-se qual a quantidade de sal que cada uma dessas fabricas póde gastar no fabrico das carnes salgadas, porque se esta razão fôsse procedente para as fabricas de charqueadas, igualmente deveria proceder para as outras fabricas do imperio, porque não se póde saber qual a quantidade, por exemplo, de breu e de potassa que se gasta nas fabricas de sabão, etc.

O Sr. Souza Franco: — A razão é que o ministerio não quer.

O Sr. Cruz Secco: — Demais, Sr. presidente, vejo que com esta resolução se vai matar completamente aquella industria muito importante, e quasi poderei dizer, a unica da provincia do Rio Grande do Sul. Já hoje todo o mundo sabe que as charqueadas da provincia do Rio Grande do Sul não podem competir com as dos estados vizinhos; os charqueadores têm soffrido nestes ultimos annos grandes prejuizos, e não poderão continuar a sustentar as suas fabricas, porque dellas não tirarão interesse algum, e este irá todo em proveito dos estrangeiros nossos vizinhos, em compensação das injustiças que elles têm praticado para conosco. Não acho justo que se dê importancia ás fabricas estrangeiras de preferencia ás nacionaes, e este será o resultado que apparecerá com a nenhuma protecção que se tem tido á industria da provincia do Rio Grande do Sul,

estando ao mesmo tempo os habitantes daquela provincia privados de irem buscar ao estado vizinho os gados de subditos brasileiros que alli têm estancias, os quaes estão obrigados a pagar muito fortes impostos, como são o imposto de 50 pesos de prata sobre cada sorte de estancia, e o imposto de 4 pesos de prata sobre cada uma vez de criar. E devem notar os nobres deputados que estando o estado vizinho quasi todo com o seu gado algado, isto é, com o gado bravo, de maneira que não obedece á voz do rodeio com facilidade, este sahe de um para outro campo, e é muitas vezes avaliado em uma e em outra estancia, vindo assim a pagar-se imposto de gado que não existe.

Eu dizia, Sr. presidente, que era uma compensação da perseguição que têm soffrido os proprietarios brasileiros, este favor que se faz indirectamente ás fabricas daquelles estados vizinhos; e acrescentarei agora, que isso me parece na actualidade uma medida anti-politica, porque de certo se aggravarão as circumstancias em que se acha a provincia do Rio Grande do Sul, pois entre seus habitantes apparecem queixas, porque não podem os proprietarios brasileiros, estabelecidos no estado vizinho, gozar da sua propriedade, e a estas vai accrescer a medida excepcional de se não querer favorecer as suas fabricas como se favorecem as outras do imperio.

Uma das razões que também se apresenta para combater a emenda que foi regeitada pelo senado, vem a ser a competencia que se estabelece entre o sal estrangeiro importado na provincia do Rio Grande do Sul, e o sal do Assu; mas, senhores, esta competencia realmente não existe, mórmente porque o sal estrangeiro é o unico que pôde servir para o serviço das charqueadas, e quer elle pague imposto, quer não pague, para este serviço não pôde ser empregado outro sal.

Um Sr. DEPUTADO:— Prove isto.

O Sr. CAUZEIRO:— O que?

Um Sr. DEPUTADO:— Que o sal nacional não serve para as charqueadas.

O Sr. CAUZEIRO:— Não lhe sei dizer a razão por que não serve o sal nacional; mas posso assegurar ao nobre deputado que a carne charqueada com o sal do Assu não se conserva muito tempo, mancha logo de vermelho, e cria também muito pó; isto segundo a experiencia de quasi todos os charqueadores da provincia que se têm servido do sal do Assu, e pelo que não têm tirado resultado algum bom. Mas, Sr. presidente, ainda mesmo quando o sal do Assu pudesse servir para as charqueadas, creio que ainda assim não se poderia deixar de se considerar como justo este favor á provincia do Rio Grande do Sul, por isso mesmo que estou persuadido que não se deve matar uma industria muito grande, como é a do fabrico das carnes salgadas, para se proteger a uma industria muito menor, como é a do sal nacional.

E demais occorre ainda outra circumstancia: o sal que se calcula exportar-se do Assu ainda por 200 mil alqueires, ao mesmo tempo que se pôde estabelecer como termo médio do gado que se mata na provincia do Rio Grande do Sul, 800 mil cabeças; levando cada uma cabeça de gado, para charquear-se, alqueire e meio de sal, temos que seria necessaria a quantidade de um milhão e duzentos mil alqueires de sal. Portanto, todo o sal do Assu, ainda quando exportado para o Rio Grande do Sul, não seria sufficiente para as fabricas que ali existem. Eu, Sr. presidente, estou persuadido, como disse, que com justiça não pôde ser approvada a suppressão da authorização que se dava ao governo pela emenda, que foi approvada pela camara dos Srs. deputados, comquanto desde já me persuado que ainda que

ella passasse em ambas as camaras, não seria posta em execução, segundão declarou o Sr. ministro da fazenda, não sei porque.

Resumindo pois o que tenho dito, entendo que é injusta não se conceder á provincia do Rio Grande do Sul o que se tem concedido a todas as provincias do imperio, entendo que a medida não é bastantemente politica; entendo que, com esta medida se fere directamente os interesses dos principaes fabricantes da provincia do Rio Grande do Sul; e entendo, finalmente, que não é muito conforme com as regras da justiça que se queira fazer uma excepção a respeito de uma provincia, só pela consideração de se allegar que esta provincia custa muito caro ao imperio, quando esta razão não é verdadeira, quando, antes pelo contrario, se pôde provar que, em consequencia da vizinhança, muito soffrem seus habitantes, pelas muitas guerras, que alli têm havido, e que têm destruido a vida e fortuna de muitos delles. Voto por consequente contra a emenda do senado.

A discussão fica adiada pela hora.

O Sr. PRESIDENTE marca a ordem do dia da sessão seguinte, e levanta a sessão ás 8 horas da tarde.

Sessão em 11 de Maio

PRESIDENCIA DO SR. MENDES DOS SANTOS

SUMARIO.—Expediente.—Retirada da indicação do Sr. Rezende.—Requerimento sobre a amnistia aos Srs. Pedro Ivo e Miguel Affonso.—Discursos dos Srs. Souza Franco, Tostão Mello Franco e Gonçalves Martins.—Imposto sobre o sal no Rio Grande do Sul. Discurs. do Sr. Rezende.

Às 10 horas e 40 minutos da manhã, reunidos os Srs. deputados em numero legal, abre-se a sessão; lê-se a acta da antecedente.

O Sr. WANDERLEY vendô mencionados na acta como faltando sem causa os Srs. Carvalho Moreira e Pereira da Silva, havendo aliás estês senhores participado os motivos de seu não comparecimento, requer que se faça a competente rectificação.

O Sr. FIGUEIRA DE MELLO (redactor da acta) diz que com effeito os Srs. Carvalho Moreira e Pereira da Silva fizeram suas participações, mas na sessão passada; depois da abertura da presente sessão não participarão ainda a causa e sua ausencia da camara, e por isso, consultando ella, nobre secretario, o Sr. presidente, tem redigido a acta, nesta parte, no sentido em que se acha.

O Sr. WANDERLEY crê que já nesta sessão ha officios dos Srs. deputados a quem se refere, dando os motivos de suas faltas.

O Sr. PRESIDENTE:—Far-se-ha na acta a rectificação pedida pelo nobre deputado.

EXPEDIENTE

Officio do Sr. ministro do imperio, participando que na data de 8 do corrente dêra as convenientes ordens affm de que se expedissem diplomas aos suppleentes que devem preencher as vagas deixadas na camara dos Srs. deputados pelos Srs. José Ildefonso de Souza Ramos e João Lourenço Paes de Souza.—Fica a camara inteirada.

Outro do mesmo ministro, transmittindo um officio do presidente da provincia de Santa Catharina, acompanhado das cópias authenticas das

actas da nova eleição de eleitores a que se procedeu na parochia de Nossa Senhora da Conceição da Lagoa.—A' commissão de poderes.

Outro do mesmo ministro, remettendo, com officio do presidente da provincia do Rio Grande do Sul, de 18 do mez ultimo, a representação da camara municipal da villa de Uruguayana, na qual expõe o decadente estado da industria e commercio daquelle municipio, e pede providencias para o seu melhoramento. — A' primeira commissão do orçamento.

Outro do mesmo ministro, enviando os officios de 28 e 27 de Abril ultimo da assembleia e do presidente da provincia de Santa Catharina, acompanhado de uma representação em que a mesma assembleia reitera á assembleia geral legislativa o pedido que fizera em 1845 e 1846 para que os foros e laudemios dos terrenos da marinha da mencionada provincia sejam concedidos ás camaras municipais respectivas.— A' commissão de fazenda.

Outro do vice-presidente da provincia do Rio de Janeiro, transmittindo 110 exemplares do parecer da commissão nomeada por aquelle governo para propor as medidas convenientes para tornar mais segura e effectiva a arrecadação e fiscalização do pagamento do imposto sobre o café, afim de serem distribuidos pelos Srs. deputados.— A' primeira commissão do orçamento.

Remette-se á commissão de fazenda o requerimento do commandador Alexandre Alves Gomes Barroso pedindo que se acatem as lettras ou bilhetes do extinto banco possuidas por sua mãe.

Não ha mais expediente.

O Sr. Rezende (pela ordem).— Visto que a nobre commissão de constituição e poderes, em sua sabedoria, não quer dar parecer sobre a indicação que ha tres semanas mandei á mesa, eu peço a V. Ex. ou á camara que me permita retratá-la. Em occasião opportuna apresentarei outra mais aceitavel.

O Sr. Presidente:— Como as indicações não são apoiadas, póde considerar-se retirada essa a que se refere o nobre deputado.

O Sr. Rezende:— Como V. Ex. lhe havia dado direcção, julguei dever fazer este pedido....

O Sr. Presidente:— Póde retratá-la.

O Sr. Rezende:— E por esta occasião declaro que tenho muito prazer em ver que o meu pensamento coincidiu exactamente com o pensamento da assembleia provincial, na mensagem que dirigio ao Sr. Honerio. Satisfaço-me com isto; retiro a indicação.

O Sr. Souza Franco:— Tenho de apresentar um requerimento, e de passagem direi que ainda mais necessidade tenho de apresentar este requerimento em que tomão parte os meus amigos da opposição, pelo que acabo de ouvir ao honrado deputado por Pernambuco. O honrado deputado acaba de retirar uma indicação em cuja discussão esperavamos que se tocasse em objectos de muita importancia, que muito interessão á camara e ao paiz todo; mas tendo elle pedido a retirada dessa indicação, maior se torna a necessidade ou obrigação de apresentar quanto antes o requerimento em que pedimos ao governo informações sobre o modo por que foi terminada a luta na provincia de Pernambuco.

Devo declarar meus desejos de que o resultado do requerimento que apresentámos seja explicação immediata da parte dos nobres ministros, da parte do honrado presidente da Bahia, que se acha na casa; porque as informações rescriptas que de ordinario vêm da parte do governo em resposta a estes requerimentos

não são nunca satisfactorias, não podem mesmo satisfazer a ansiedade publica, que precisa saber em que estado se achão estes negocios. Sinto não estar em casa o nobre ministro da marinha; mas devo esperar que esteja em poucos instantes. Não obstante entender que o ministro competente nestas materias é o da justiça, que tambem nestas questões de lutas internas, nestas medidas de repressão tem o primeiro lugar e é o verdadeiro chefe do gabinete, contudo, como a questão versa sobre negocios de Pernambuco, em que o Sr. ministro da marinha deve estar tão bem ou melhor informado que o seu collega, como a questão versa sobre o modo porque foi pacificada a provincia, a cujo respeito o nobre presidente da Bahia deve ter informações tão exactas, ou ainda mais exactas que o proprio governo (oh! oh!) como se achão na casa muitos Srs. deputados por Pernambuco que devem ter informações especiaes, eu, contando que o Sr. ministro da marinha esteja na casa em pouco tempo, vou apresentar o nosso requerimento....

O Sr. APRIATO:— Com effeito; quer interpellar o genero humano!

O Sr. Souza Franco:— Quando nos fins do mez de Fevereiro ou principios de Março, houve esperanças que a luta travada nas mattas que estão situadas nos limites das provincias de Pernambuco e das Alagoas, ia ter seu fim, dividirão-se as opiniões sobre o modo porque este fim se poderia conseguir. Entendião uns que a provincia seria pacificada, principalmente pelos esforços do presidente de Pernambuco, pelos meios de acção e força por elle empregados; entendião outros que pelo contrario a pacificação se conseguiria pelos meios conciliatorios de que felizmente se lembrará o nobre presidente da Bahia; e o facto é que desde então entenderão todos que a luta ia ser concluida.

Da nossa parte, a opposição da casa e de fóra da casa, nós que não tínhamos tido a menor influencia nos factos de Pernambuco, que se a tivéssemos seria para prevenir os acontecimentos que alli se dêrão (apoiados da opposição), vimos com satisfação a noticia de que elles se não concluir pacificamente, de uma maneira menos desastrosa aos amigos politicos nossos que alli se tinham envolvido nesses actos. Não podia, pois, deixar de nos ser muito agradável essa noticia, de que havia para os nossos amigos um meio de sahir do compromettimento em que se tinham envolvido, meio que podia ser alioso a elles e especialmente a seus principios, e não menos seguro ás suas pessoas.

Todo o paiz soube que um agente enviado da provincia da Bahia, ou pelo presidente daquelle provincia, ou simplesmente com a sua autorisação e conhecimento, dirigio-se ás mattas de Pernambuco; e acreditou-se que esse agente, sendo pai de um dos principaes compromettidos, não se podia dirigir a tirar das mattas seu filho, sem levar a esperanza de salvação a sua pessoa, sem compromettimento de seus principios, ou ao menos daquillo que elle entendia de seu brío, e não desamparar seus amigos. Viu-se que em poucos dias tendo-se retirado das mattas esse chefe principal e alguns de seus companheiros, forão bem acolhidos na provincia das Alagoas, estiverão em plena liberdade, e, quando enviados com as maiores cautelas e segurança para a provincia da Bahia, ali forão tratados da mesma maneira, o que inclinava a crer que elles tinham cedido ás promessas que lhe forão feitas e que estas promessas tinham sido e não ser guardadas.

Desde então appareceu uma especie de luta travada entre os presidentes da Bahia e das Alagoas e seus amigos por um lado, e o presidente de Pernambuco e seus amigos por outro lado, luta

que até começou a querer travar-se nesta casa com a apresentação da indicação do honrado deputado por Pernambuco hoje retirada. Esta luta consistia em persuadir-se talvez o presidente de Pernambuco e seus amigos que poderiam ter acabado a guerra pelos meios de acção que elle empregava...

O SR. REZENDE:—Como acabou.

O SR. SOUZA FRANCO:—Bem pôde ser também que essa luta apparecesse por sentir-se o presidente de Pernambuco de não ter sido chamado a tomar parte activa nos meios conciliatorios, nos meios pacíficos, assim como tinha sido o principal incumbido de pacificar a provincia pelos meios da força. Por outro lado, os amigos do honrado presidente da Bahia se alegravam de que por seu intermedio, a esforços seus, se tivesse acabado esse arriscado movimento de Pernambuco. Neste sentido escreverão as folhas politicas da provincia, neste sentido apparecerão communicações, correspondencias, attribuindo a gloria dessa pacificação aos esforços principalmente do presidente da provincia da Bahia. E quando nós vimos que além da segurança, da plena liberdade, da especie de protecção que os compromettidos encontrarão na Bahia, erão trazidos á corte no mesmo vapor que conduzia o presidente daquella provincia, e que os vinha apresentar elle mesmo, acreditamos que de facto o presidente da Bahia tinha empenho decidido em levar ao fim as suas promessas de auxiliar a pacificação de Pernambuco, e de fazer ver que esta era devida em maxima parte aos meios pacíficos de que poderia ter lançado mão.

Eu (que não desejo encontrar nos actos do nobre presidente da Bahia então motivos para lhe render elogios, e que quando lhe dirijo censuras é muito contra a minha vontade)...

O SR. GONÇALVES MARTINS:—Obrigado.

O SR. SOUZA FRANCO:—...acredito que assim como o honrado presidente da Bahia explicou hontem satisfactoriamente os motivos por que o desembargador Gonçalves Martins se demorou na provincia (motivos de familia); assim também creio encontrar na necessidade de assistir aos ultimos actos e conclusão deste seu louvavel intento o motivo por que se conservou na presidencia; porque os motivos hontem apresentados desculpão a não vinda a esta camara do deputado pela Bahia, mas não podem justificar de forma alguma a sua conservação na presidencia. Esta mesma justificação é que se pôde dar a respeito da conservação na presidencia do digno presidente das Alagoas; porque, aliás, tudo o mais o obrigava a retirar-se immediatamente da presidencia, embora motivos particulares o impedissem de vir tomar assento na camara.

Depois que chegou o ultimo vapor, e apparecerão os decretos de amnistia, fazendo excepção em favor de dous dos chefes principaes que estiverão em armas até o ultimo momento, deixando envolvidos no crime, sujeitos á punição outros que muito menos parte tinham tido nos movimentos da provincia, ainda mais se acreditou que esta excepção favoravel era devida a ajustes encetados e concluidos com esses mesmos chefes a quem se chamou, se prometteu e se concedia um esquecimento que era negado a outros que não tinham tido parte nos dous movimentos, e que tinham tido mesmo no primeiro uma parte muito menor.

Quando, portanto, nos veio á noticia esses decretos com que a munificencia imperial esquecia os crimes commettidos em Pernambuco por alguns dos envolvidos nos movimentos daquella provincia, entendemos immediatamente que era do nosso dever fazer com que se conhecesse o modo por que foi pacificada essa provincia, pois que é preciso ter sempre em lembrança que actos desta impor-

tancia não se podem dar sem conhecimento das camaras, sem conhecimento dos corpos politicos, sem conhecimento do paiz, que é chamado pelo systema representativo a tomar parte na direcção dos negocios publicos.

Entendemos mais que no interesse dos nossos amigos, que, embora transviados, embora entrados em um caminho para que não concorremos de forma alguma, tinham os mesmos principios que nós, merecem toda a nossa protecção, ou ao menos que sejamos advogados de sua causa; entendemos, digo, que era occasião de provocar explicações no sentido de procurar conseguir também que os effeitos da imperial clemencia se estendão a esses nossos amigos que foram della excluidos.

Entendemos ainda que quando o capitão Pedro Ivo vê-se acreditado na opição, tendo-se negado a que só elle goza das vantagens que lhe foram concedidas, sendo excluidos seus companheiros, tendo-se negado a isto, não de agora, mas de muito tempo, tendo-se ainda ultimamente recusado assignar um termo de residencia fóra do imperio, não por motivos pessoais seus, pois que essa residencia fóra do imperio não lhe era talvez penosa, mas porque a clemencia imperial não se estendeu aos seus amigos...

(*Entra nesta occasião na sala o Sr. ministro da marinha.*)

Estimo muito que o nobre ministro da marinha chegue neste momento, ao menos para ouvir esta parte do meu discurso. Dizia eu que quando o capitão Pedro Ivo se acredita por um comportamento que lhe é certamente honroso, o ministerio parece ter-se desacreditado com as noticias que correm, de que faltando elle ás promessas feitas em seu nome, por empregados principaes do imperio, se nega ao cumprimento de sua palavra, deixando de estender o perdão a todos em geral...

O SR. TOSTA:—E' falso.

O SR. SOUZA FRANCO:—Quando, portanto, por um lado se acredita o capitão Pedro Ivo, e por outro lado se desacredita o ministerio, acho de necessidade provocar o ministerio no interesse do paiz, no interesse das nossas instituições, no interesse delle mesmo, a que se explica sobre esta materia, a que diga quanto antes, hoje mesmo, o que ha de exacto a este respeito.

Principiando a fallar sobre o requerimento que vou mandar á mesa, eu disse que esperava que o nobre ministro da marinha ou algum de seus collegas pedindo a palavra explicasse exactamente estes factos. Em uma materia em que a publicidade publica está reconhecida, em que todos desejão saber o que ha de certo nella, não esperem os nobres ministros para responder que se lhes remetta o requerimento com officio da camara, aproveitem o nobre ministro da marinha e o nobre presidente da Bahia a occasião para nos dar hoje mesmo explicações que são tão necessarias. Depois que os nobres ministros tiverem a bondade de responder aos quesitos do requerimento que passo a lêr, eu terei ainda de fazer algumas reflexões. O requerimento é este. (Lê.)

Eis-aqui as informações que queremos que se peção ao governo. Quando se discutir o requerimento procurarei sustentar: 1º, que a amnistia, uma medida geral que se differencia do perdão, porque o perdão é sempre pessoal, diz respeito ás pessoas, e a amnistia diz respeito aos actos, não pôde deixar de estender-se á todos os envolvidos que estão na mesma hypothese; 2º, que se é admissivel esquecer uns e não outros actos, não é nunca admissivel quando se trata da amnistia distinguir pessoas sem attenção a seus actos ou crimes; 3º, que as limitações sendo por sua natureza geraes, podem-se fazer a respeito de alguns chefes, por exemplo, portanto, de actos principaes, mas não se podem fazer contra pes-

asas cujos actos sejam de menor importancia do que daquelles que foram amnistiados....

O Sr. Cruz Machado:—Pois quer marcar regras ao poder moderador?

O Sr. Souza Franco:—Todos os poderes neste mundo têm regras por onde se dirigem; ha a logica, ha a razão, ha os principios para os dirigir; e senão, para que serviria a sciencia?

Hei de sustentar em quarto lugar, que uma amnistia com a clausula de residencia em lugar designado dá direito ao governo para ver que esta clausula, quando não aceita, seja substituida por outra no sentido de afastamento dos lugares do crime e do perigo, mas nunca nullifica os effeitos da imperial clemencia; e, aceita ou não a clausula, subsiste contudo a amnistia, o esquecimento. E' dictado muito antigo que ainda tenho toda a esperanza de ver sustentado esta vez — palavra de rei não volta atrás.— E nós esperamos que não voltará nesta occasião.

O Sr. Araújo:—Está absolutista agora o Sr. Souza Franco.

O Sr. Tosta (ministro da marinha):—Sr. presidente, a não ser o desejo que tem o nobre deputado de fazer nascer uma discussão sobre os negocios de Pernambuco, não posso descobrir nenhum motivo no requerimento que acaba de apresentar, porque nenhum dos quesitos neste requerimento exarados me parece que deixão de ter resposta intuitiva em cada uma das suas partes. Já se vê pois que eu, comquanto não tenha receio algum de que o requerimento seja levado á presença do governo, e que o governo responda a cada um dos seus quesitos, não julgo necessario todavia, ou antes julgo intempestivo, semelhante requerimento. (Apoiados.)

Pergunta o honrado deputado se por ventura a amnistia concedida por decreto de 8 de Maio, é o resultado de ajustes e promessas feitas aos revoltosos, quando ainda em armas, ou effeito simplesmente da clemencia imperial. A resposta é obvia: já em outra occasião a indiquei nesta casa; ainda hontem me parece que alguma cousa iniciel ácerca desta materia. Não houve, senhores, ajuste algum; não houve promessa nenhuma da parte do governo ou de seus delegados para que esses homens depondo as armas fossem amnistiados total ou parcialmente; por consequencia a amnistia concedida não foi senão um effeito da clemencia imperial. E nem podia deixar de o ser, Sr. presidente! (Muitos apoiados.) Admira que o nobre deputado ponha em duvida um direito tão transcendente como este de amnistiar o crime de qualquer natureza que seja. (Apoiados.) Não houve, torne a dizer, nenhum ajuste, nenhum contracto, não houve nenhuma promessa; declaro-o alto e bom som para que seja ouvido por toda a parte; a amnistia foi concedida unicamente por effeito da clemencia de S. M. o Imperador.

Em segundo lugar pergunta o nobre deputado se por ventura o governo pretende estender este esquecimento aos crimes politicos commettidos na provincia de Pernambuco e limitrophe, a todos os cabeças que tenham deposto as armas, estejam presos ou processados, dentro ou fóra do imperio, ou limitar os effeitos da clemencia imperial aos chefes principaes que estiverão em armas até o ultimo dia, etc., Primeiramente devo notar á camara, recordar ao nobre deputado, que não me consta que, á excepção dos chefes que se achão actualmente no Rio de Janeiro, nenhuns outros tenham deposto as armas; os que se achão condemnados na provincia de Pernambuco não as depuzeram, forão presos em flagrante delicto e processados segundo as leis. Portanto, já vê o nobre deputado que a base do segundo artigo do seu requerimento é uma base supposta, que não

é verdadeira; assim poderia eu prescindir de dar resposta ao mais que se contém nesse mesmo artigo. Direi porém sempre que me não parece uma pergunta que se deva fazer ao governo (apoiados), essa da sua intenção futura; creio que em negocios de semelhante natureza não ha que inquerir por parte da camara, ou por parte das pessoas que desejão alguns esclarecimentos, senão aquillo que está effectivamente feito. Eis-aqui qual a resposta que julgo dever dar á segunda pergunta contida no requerimento que se discute.

« O que ha de exacto (acrescenta o nobre deputado) nas noticias que correm de haver o capitão Pedro Ivo e seu companheiro recusado assignar termo de residencia fóra do imperio, principalmente por falta de cumprimento da promessa da amnistia geral para todos os envolvidos nos movimentos de Pernambuco? » Na resposta que ha pouco enunciei está comprehendida tambem a resposta a este quesito, porque não só não houve nenhuma promessa de amnistia para nenhum dos condemnados politicos, como não houve mesmo para os que se submeterão depondo as armas, quando já se achavão em circumstancias de não poderem sustentá-las. (Apoiados.) Creio que assim está respondido o quesito de n. 3.

« O que ha de exacto na noticia que corre? » A respeito da recusa ha aquillo que toda a camara sabe; ha aquillo que appareceu no *Jornal*, ha em verdade a recusa desses homens, que entendem talvez que não são criminosos, ou antes que são benemeritos da patria, e que por isso não se devem contentar com esse acto que não podia ter por origem senão uma clemencia muito grande. (Muitos apoiados.)

« Entenderá (pergunta o nobre deputado) o governo que a recusa de assignar termo de residencia fóra do imperio sujeita o capitão Pedro Ivo a todos os resultados dos actos já amnistiados? Que fica por esta recusa sem effeito o decreto de 8 de Maio? » A resposta é obvia, é preciso querer suscitár discussão a todo o custo, é preciso querer torcer o sentido das palavras para se não concluir que a amnistia fica sem effeito desde que a condição com a qual foi dada se não preencha. (Apoiados.)

O Sr. Araújo:—O mais é chiscana de rabula de aldeia!

O Sr. Tosta:—Isto é obvio, não pôde soffrer a menor contestação; é este o pensamento do governo; foi esta intenção e espirito com que foi dada a amnistia; desde que não aceitassem a condição estava tambem desfeito o acto de clemencia.

Eu, Sr. presidente, não entrarei agora na questão que suscitou o nobre deputado ácerca do sentido da palavra amnistia, querendo dar-lhe uma significação diversa daquella que por muitas vezes tem sido dada pelo corpo legislativo. Basta percorrer a collecção das nossas leis para ver que amnistias têm sido concedidas com condições, e têm sido postas em execução; basta percorrer essa mesma collecção para ver-se que amnistias têm sido dadas parcialmente, a certas pessoas envolvidas em crimes politicos, sem todavia fazer esquecer esses crimes senão a respeito daquelles individuos de quem especialmente se tratou nesses actos legislativos.

Acho tanto mais extemporaneo o requerimento que se discute quanto entendeu que esta materia não deveria fazer objecto de um requerimento, mas de uma interpellação que nos promettêra o honrado membro pelo Pará. (Apoiados.) Não sei além disto se é muito leal apresentar-se um requerimento desta ordem, quando não está na casa todo o ministerio; parece-me que negocio desta natureza deve ser tratado perante todos;

suscitar agora a discussão de toda esta materia sem estarem presentes os membros do gabinete, não sei se disse bem que não era leal, mas pelo menos não é muito cavalheiro. Peço pois ao nobre deputado que redija o requerimento de maneira que o transforme em uma interpegação formal ao ministerio (apoiados), e promettemos responder cabalmente a cada um dos pontos em que o nobre deputado tocar. Havemos de responder-lhe, porque estamos fortes em nossa consciencia, fundada no cumprimento de nosso dever. (Muitos apoiados.)

Tendo chegado á camara depois que o nobre deputado já havia começado o discurso com que fundamentou o seu requerimento, é provavel que deixe de tocar em alguns topicos. Nem estou propriamente respondendo, estou mostrando a extemporaneidade do requerimento, e que não é este o meio mais conducente a obter-se as explicações que deseja o nobre deputado. Quanto ao que ouvi, me parece que tenho dado as explicações que por ora convém. Não me entranharei por enquanto na discussão desta materia; ficarei aqui: espero que o nobre deputado faça as interpegações que promettem, e com que mesmo nos ameacou.

O Sr. Mello Franco: — Depois do que acabo de ouvir ao nobre ministro da marinha, vou entrar nesta discussão com grande acanhamento, porque ignoro quaes as circumstancias que o nobre ministro tem para dizer que esta questão é inoportuna, como que existe ainda alguma coisa de mysterioso, pela qual se não dava entrar no conhecimento della. Todavia, como S. Ex. se entrincheirou na declaração que fez de que nenhum ajuste houve para que fosse concedida a amnistia de 3 de Maio, ou quero referir os factos que têm chegado ao meu conhecimento, e que especialmente procurei hoje saber dos individuos que foram amnistiados, dirigindo-me para isso á prisão em que se achão, pelo que me conveni de que alguns ajuste se derão, que promessas sollemnes foram feitas tanto pelo nobre presidente da Bahia como pelo presidente das Alagoas.

Os factos que tenho para assim pensar são os que vou apresentar. Consta de documentos officiaes que o Sr. presidente de Pernambuco dissera que lamentava que o governo imperial não lhe tivesse feito communicação para prevenir conflictos de jurisdicção, sempre perniciosos entre autoridades superiores. Tenho lembrança que o mesmo presidente dissera á assemblea provincial que convenções com o capitão Pedro Ivo e outros erão inúteis quando elles fossem venidos, e perniciosas no caso contrario....

O Sr. Tosta: — Essas convenções estão na imaginação do nobre deputado.

Um Sr. Deputado: — O Sr. Honório nunca fallou em convenções.

O Sr. Souza Franco: — É' informação vocal.

O Sr. Sáylo Lobato: — Ah! informação vocal!

O Sr. Presidente: — Attenção!

O Sr. Mello Franco: — Donde deduzo que alguma coisa se fazia para se retirar o capitão Pedro Ivo das matas.

Outro facto geralmente conhecido é que os Srs. capitão Pedro Ivo e Miguel Affonso Ferreira estiverão nas Alagoas desde o dia 3 até 27 de Março com pleno conhecimento do governo, soltos, gozando de inteira liberdade; entretanto que, sendo conduzidos estes individuos para bordo do brigue-escuna *Canope*, acompanhados pelo capitão de fragata o Sr. Felipe José Ferreira, aconteceu que este official, observando as instrucções que lhe dera o presidente das Alagoas, chegou a bordo e preveniu o commandante do referido brigue que

aquelles individuos alli se achavão, e então este commandante, julgando que elles já estavam a bordo, declarou que passaria a cumprir as instrucções que tinha do presidente de Pernambuco: nesta occasião o Sr. capitão Felipe José Ferreira mandou immediatamente largar o escaler, atirou-se sobre elle e reconduziu os dous individuos para as Alagoas. Deduzo daqui que o presidente de alguma maneira estava comprometido com elles, nem outra cousa se pôde deduzir deste facto que me parece não poder ser contestado.

Das Alagoas seguirão para a Bahia, e o nobre presidente daquela provincia está presente, creio que não poderá negar que elles lá estiverão em plena liberdade. Ora, se esses homens alli estiverão com perfeito conhecimento do governo, se algumas vezes forão fallar ao nobre presidente até no seu proprio carro...

Um Sr. Deputado: — Pois fallarão no carro?

O Sr. Mello Franco: — Bem se entenda o que quero dizer; S. Ex. mandou o seu carro para elles servirem-se delle, irem a palacio fallar-lhe.

Dizia eu que estes individuos estiverão em plena liberdade na Bahia, com conhecimento do governo, e isto não era possivel ter lugar sem que alguma promessa houvesse da parte do nobre presidente. (Apoiados.) Ainda no dia em que devião ser conduzidos para esta corte, eu no dia antecedente, o Sr. Miguel Affonso Ferreira foi á presença do honrado presidente da Bahia, e lhe manifestou algum receio que tinha de vir para a corte, e a resposta que teve foi que S. Ex. se comprometteria de alguma maneira, se elles não viessem. Parece-me que é verdade o que estou dizendo...

O Sr. Gonçalves Martins: — Eu fallarei.

O Sr. Mello Franco: — Se pois é certo que essa senhor se dirigio ao nobre presidente, manifestando os receios que tinha de vir para a corte, se é verdade que o nobre presidente lhe disse que não tivesse receio algum, que viesse, porque se outra coisa acontecesse elle presidente se comprometteria, isto é, quiz dizer que a sua palavra, as suas promessas ao governo imperial deixariam de ser cumpridas.

São estes os factos principaes pelos quaes acredito que houve promessas tanto de um como de outro presidente. Nem outra cousa se pôde logicamente deduzir, por isso que esses individuos, apenas chegados aqui, a amnistia já referida na casa se publicou.

Tambem estou informado que não foi pela razão que o nobre ministro da marinha deu que elles recusarão assignar o termo que lhes foi apresentado pelo chefe de policia. Sei que esta recusa teve por fundamento não se ter cumprido o que sollememente se lhes tinha prometido...

O Sr. Affonso: — Sollemnemente?

O Sr. Mello Franco: — Julgo que é promessa sollemne quando um presidente diz a um individuo—V. faça isto que eu me comprometto a obter aquillo...

Um Sr. Deputado: — Analysaremos isso.

O Sr. Mello Franco: — Lastimo, Sr. presidente, que a discussão vá me fazendo acreditar que em verdade houve perfidia e má fé...

O Sr. Tosta: — Retire a palavra: perfidia e má fé lança-me o nobre deputado!

O Sr. Presidente: — Perdõe-me o Sr. deputado, a palavra perfidia e má fé, attribuida ao ministerio não é parlamentar.

O Sr. Mello Franco: — Eu não tinha acabado a minha proposição; não me referi nem ao ministerio nem a nenhum dos nobres presidentes, refiro-me a quem a praticou... Digo que isto

houve a respeito do individuo que manifestou essa promessa ao capitão Pedro Ivo e ao Sr. Miguel Affonso, porque não é provavel que individuos nas circumstancias em que elles estão, achando-se presos em uma fortaleza, recusem aceitar um acto como aquelle que tem chegado ao nosso conhecimento por uma folha que é quasi official, e que não é contestado.

O Sr. SAYÃO LOBATO:—Uma audacia a ponto de loucura pôde explicar isto.

O Sr. PRESIDENTE:—Atenção! Rogo aos Srs. deputados que não interrompam o orador.

O Sr. MELLO FRANCO:—Como o Sr. presidente da Bahia já pediu a palavra, aguardo o que elle houver de declarar em relação ao factos que acabo de mencionar; porque entendo que tudo quanto se puder a este respeito dizer não pôde ter importancia senão depois que ouvirmos a S. Ex.

O Sr. GONÇALVES MARTINS (*profundo silencio*):—Sr. presidente, eu agradeço aos nobres deputados terem-me offerecido occasião de dar algumas explicações sobre o meu procedimento acerca dos negocios de Pernambuco, e com especialidade pela apresentação dos dois chefes ultimamente armados nas mattas, Pedro Ivo e Miguel Affonso Ferreira; porque, senhores, eu estimo muito o meu paiz, estimo muito a honra do governo e da nação, mas tudo isto estimo sem prejuizo do meu caracter, da minha reputação, que devo zelar sempre. (*Apoiados*.) Já me quererei ser tido por perfido nem desleal, embora alguns meus amigos politicos, que ás vezes fazendo o seu raciocinio de casa, de seu escriptorio, julguem que a conducta do presidente da Bahia neste ou naquella facto deve merecer censura, ou talvez alguma coisa mais. Vou, portanto, senhores, declarar á casa o que ha de real acerca do presidente da Bahia; ella fará o seu juizo sobre o ultimo acontecimento; sobre a conducta do governo, que, pelo que hei de dizer, reputo não obrigado por promessas ou convenções.

Senhores, eu desejava ardentemente a paz do imperio; deseje-a sempre com o menor sacrificio, com nenhum derramamento de sangue, se for possível, e deseje mais ainda que ella se consiga sem quebra da dignidade do governo, e principalmente da corda. (*Numerosos apoiados*.)

O Sr. SOUZA FRANCO:— Isto é só com os ministros.

O Sr. GONÇALVES MARTINS:—Alguns esforços, Sr. presidente, procurei fazer para ajudar o governo na pacificação da Pernambuco (*apoiados*); não fiz nisto mais do que o meu dever. A pacificação dessa provincia estava quasi realisada. O Sr. presidente Honório Hermeto Carneiro Leão, na segunda época da historia da revolução entendeu, como os nobres deputados entendem, que os meios conciliatorios eram os mais adequados para concluir de todo essa pacificação; a meu ver nessa occasião exaggerou elles os meios de conciliação; e com effeito o resultado foi que a guerra, longe de se extinguir, tornou a ganhar alguma força. Foi preciso empregar novos meios de coagir esses homens para conhecerem seus deveres, e o nobre presidente, que tinha lançado mão dos meios conciliatorios, mostrou que sabia empregar os de rigor. Empregou-os; e a pacificação se conseguiria indubitavelmente por elles: os rebeldes estavam batidos por todos os lados; poderiam conservar-se, como se conservão, foragidos, criminosos, no meio das mattas, como se tem conservado Vicente de Paula por muitas vezes nas mattas das Alagóas. Entretanto é também indubitavel que existiria sempre naquella lugar, enquanto elles alli se conservassem, elementos que em uma outra quadra menos feliz se poderiam ampliar, e complicar também a

posição local da provincia e do imperio; por consequencia a extincção completa do mal, o arrancamento das mattas daquelles que alli tivessem penetrado a fossem buscar um esconderijo, essa pacificação completa era sempre util; principalmente quando podião occorrer novas difficuldades por outro lado que ao imperio podião sobrevir.

Houve tempo em que os negocios do sul mostrão apparentemente que o Brazil se poderia achar em embargos com alguma guerra estranha, e então, senhores, não é de censurar que aquelle que mais que tudo preza o sentimento da nacionalidade, desejasse ver todos os seus irmãos unidos, acabadas as questões de familia para nos mostrar poderosos ante o estrangeiro. (*Numerosos apoiados*.) Eu participei deste sentimento, e independentemente de insinuação alguma do governo (declaro debaixo da palavra de homem que deve ser homem bem), tendo occasião de ser procurado por Pedro Antonio Velloso da Silveira, pai de Pedro Ivo, tendo-me elle lamentado o estado em que se achava seu filho eu lhe perguntei a razão por que não tinha elle dado passos para retirar seu filho desse estado que deplorava. Mostrou-me elle então uma carta do Sr. ministro da justiça, a quem elle se havia dirigido, na qual o Sr. ministro da justiça se recusava a essa missão de Pedro Antonio para seu filho. Lendo essa carta, percebi que a recusa provinha de estabelecer elle condições para essa missão, como a amnistia que o Sr. ministro dizia que era tarde, que não era mais tempo de conceder. Disse-lhe então que o Sr. ministro tinha razão, porque elle não tinha direito de estabelecer condições; o criminoso aceita as condições; não as estabelece; que eu entretanto julgava que, independentemente dessa concessão, por um sentimento proprio de pai e de cidadão, elle devia empregar todos os seus esforços. A isto, me observou que não o podia fazer por lhe ser preciso, como militar, uma licença para sahir da provincia. Essa, respondi eu que lh'a concedia; que a requeresse, que eu lh'a dava. Pedindo-me licença, eu lh'a concedi por tres mezes, com meio soldo, conforme me é permitido, e então lhe disse que era melhor fosse pelas Alagóas, por ser mais perto, do que por Pernambuco, querendo mesmo desviar-o do foco do partido que lhe poderia impedir a sua ida até o lugar em que seu filho se achava, tanto mais quanto elle se queixava de que suas repetidas cartas não tinham lá chegado, e por consequencia os mesmos esforços podião ser empregados para que elle não pudesse avistar-se com o filho.

Disse-lhe pois que fosse pelas Alagóas; mas, acrescentei que, como pai de Pedro Ivo, podia ser reputado suspeito, a que por isso lhe daria uma carta para o presidente das Alagóas, na qual diria, como disse, que, na qualidade de pai de Pedro Ivo, o Sr. presidente não o suspeitasse, porque era pacifico e tinha boas intenções quando se dirigia a seu filho; que o protegesse em sua viagem. Pedi ao agente da companhia que lhe desse passagem, como lhe deu. Foi o Sr. Pedro Antonio para as Alagóas, e eu perdi o trilho do rumo que levou, porque não tive mais correspondencia com elle.

Antes de continuar por diante a este respeito, permittão-me os nobres deputados que lhes toque em um ponto essencial, porque quero ser franco em tudo. Se sou criminoso, fação-me o processo; se mereço censura, fação-na, porque eu julguei obrar em minha consciencia; sentirei perder sympathias, boas graças; mas, como estou forte nella, tenho firmeza bastante para regeitar qualquer juizo desfavoravel a meu respeito. O Sr. Pedro Antonio disse-me:—O que hei de eu dizer a meu filho além do que pôde dizer um pai que deseja ver seu filho arrancado a uma carreira crimi-

nossa?—Respondi-lhe que me escrevesse uma carta communicando as suas intenções; que eu lhe responderia, e elle teria nesta resposta alguma cousa que pudesse animar-o, fez-me elle esta carta:

« Exm. Sr. conselheiro presidente Francisco Gonçalves Martins.—Tendo requerido uma licença a V. Ex., julgo do meu dever explicar a razão porque a desejei.

« Ha muito que o meu coração de pai e de cidadão se acha dilacerado por essa desastrosa guerra civil que infelizmente lavra na minha provincia de Pernambuco, e na qual meu filho illudido tomou tão grande e tão activa parte. »

« Os nobres deputados verão que nesta carta não ha laço algum, porque um pai não arma laço a seu filho; e não cabendo a imputação de perfidia nem ao governo, nem ao presidente da provincia, poderia caber ao portador? Não é possível que coubesse a imputação de perfidia ao pai, era mais natural neste caso que coubesse ao presidente! (Continúa a ler.)

« Vendo eu minha provincia assolada e devastada por uma causa sem nacionalidade, por uma causa puramente caprichosa, por uma causa emfim que só a ambição, digo-o francamente, e o desvario poderião crear e dar-lhe incremento; vendo meu filho ahi envolvido, meu filho que, soldado e brasileiro, só devia de tirar sua espada para defesa da constituição e das leis, de S. M. Imperial e do seu governo, e finalmente para a defesa da integridade do imperio, e que seduzido e illudido alli se acha, desejava ir arrancal-o do meio daquelles que, sem razão, fazem correr o sangue brasileiro. »

Vão vendo os nobres deputados que a missão foi espontanea; eu a ajudei, porque elle procurou todos os meios de a realisar. (Continúa a ler.)

« Esperei que elle, conhecendo seus deveres, retirasse-se e para isto escrevi-lhe, e minhas cartas perderão-se, não lhe chegarão ás mãos. Neste caso pensei ir em pessoa; mas, baldo de meios, procurei haver os de Pernambuco, não os obtive; tambem não podia partir sem licença, impetrou-a agora de V. Ex.

« Recabendo-a, como espero de V. Ex. correrai a ir salvar a patria e o filho; pois se como cidadão limto a Veturia, como pai não me acho com forças de lutar a Bruto, e conço que V. Ex. me protegerá e me ajudará a conseguir o fim que todos os bons brasileiros almejam.—Tenho a honra, Exm. Sr., de ser, com todo o respeito, de V. Ex., subdito muito reverente e obrigado criado. Bahia, 5 de Janeiro de 1850.—Pedro Antonio Velloso da Silveira. »

Eu respondi a esta carta; e esta resposta é tudo quanto ha; a meada toda está aqui (mostrando um papel), não ha mais nada, nem de palavra, nem de escripto. (Lê.)

« Ilm. Sr. tenente-coronel Pedro Antonio Velloso da Silveira.—Recebi a carta de V. S., datada de 6 do corrente, na qual se dignou communicar-me quasi as vistas com que pedira e alcançara de mim uma licença de favor por tres mezes; louvo muito os sentimentos que V. S. nutre; na qualidade de pai e de cidadão; como pai, lamenta o caminho errado em que se acha emmaranhado um filho que ama, e digno, por seu valor, de uma melhor sorte; como cidadão, deplora os males de seu paiz, que, pela divisão de seus filhos, se mostra fraco e abatido ante o estrangeiro, e até como que recuando na carreira da civilização. Siga, pois, os desejos do seu coração; como pai, procure seu filho, e como cidadão, conduza-o ao seio da sociedade. Não lhe falta occasião de mostrar valor em defesa de objectos mais sagrados, como seão o throno de um imperador que não cansa de ser magnanimo e clemente; de uma constituição que igualou todos, e de leis que só têm o defeito de serem demasiadamente brandas. V. S., portanto, pôde seguir sua viagem e gozar

da licença alcançada; e se alguma vez com seu filho fallar no presidente da Bahia, diga-lhe que elle não aviltará jámais a corôa, negociando com aquelles que offendem as leis; mas um bravo militar que entregar sua espada a seu pai, e o procurar, encontrará neste presidente todas as sympathias e decidida protecção, interpondo quaesquer serviços que tenha prestado em favor de seu novo amigo, certo, como está, de que a mão munificente do imperador ainda não deixou de assignar perdões e amnistias, quando o pôde fazer compativelmente com a dignidade de sua corôa. Seja V. S. feliz em todos os seus intentos. »

MUITOS SRS. DEPUTADOS:—Muito bem! muito bem!

O SR. GONÇALVES MARTINS:—Acabou-se, não ha mais nada. Eu pois, senhores, me julgo obrigado a ser o protector de Manoel Affonso e Pedro Ivo; advirto-se que aqui não fallo, em mais ninguem do que em Pedro Ivo, pela circumstancia de ser um filho que, obedecendo a seu pai, entregava as armas; nem os outros que vinhão com elle podião gozar da mesma promessa que eu fiz, era Pedro Ivo só; não me lembrei de mais ninguem; julguei dever ajudar seu pai, porque sendo eu pai, e desejando arrancar um filho de semelhante estado, desejaria encontrar um Gonçalves Martins que me ajudasse. (Muitos apoiados.) Eu desde então perdi directamente toda a marcha de Pedro Antonio; comeci a sabel-a por Pernambuco. A primeira noticia que eu tive d'elle foi dos tiros que elle levára, pelo que fiquei um pouco desanimado. (Ha um aparte.) Eu não estou moralizando esta acto de dar tiros; podia ser um corpo estranho, homens emboscados. Eu não quero criminar a Pedro Ivo, porque estou persuadido que da sua parte e da parte de seus amigos não poderia partir semelhante ordem; era gente d'elle, disto não há duvida, mas estou que foi casual, porque me disse Pedro Antonio que quando soffreu a descarga uma pessoa do seu sequeito dissera—é o pai de Pedro Ivo—que esses homens, assombrados, largarão as armas e fugirão. Estou que não houve o proposito de assassinar a Pedro Antonio; quero dar o seu a seu dono; quero crer que não haja sentimentos tão baixos.

A segunda vez que eu tive noticia da marcha de Pedro Antonio, ou do resultado da sua espontanea missão, a qual tinha eu dado uma pequena coadjuvação, foi por uma carta do Sr. presidente de Pernambuco remettendo-me uma de Pedro Antonio, escripta ao general Seára, e outra do general Seára ao Sr. presidente de Pernambuco. Quando Pedro Antonio partio da Bahia, ainda os rebeldes tinham força armada, ainda sua attitudo era outra do que quando afinal houve este desfecho; eu não podia encerrar os acontecimentos se não como elles se apresentavam no momento em que elle sahio da provincia; os rebeldes, nesse segundo periodo da revolta pernambucana, ainda tinham força armada em frente á nossa. A segunda carta foi do Sr. presidente de Pernambuco, communicando-me a derrota que tinham soffrido os rebeldes nesse ataque geral, e o estado deploravel em que se achavam, accrescentando que a pacificação estava mui proxima, ou quasi concluida, mas que com aquellas cartas ella seria mais apressada. Queixava-se de que Pedro Antonio quizesse que as tropas do governo, para que se consummasse o seu acto, ficassem paradas, não procedessem segundo as consequencias do ataque: annunciava-se naquellas communicações que Pedro Ivo e seus companheiros devião entregar-se a um dos presidentes das provincias vizinhas. Como a missão tinha partido da Bahia, na carta ao general Seára se dizia que naturalmente esta apresentação seria na provincia da Bahia, porque dahi tinha partido o pai. Eu acreditei, nesse dia, que ella se realisaria, e tendo eu de communicar á assembléa

provincial o estado dos negócios da Pernambuco, tinha acabado de dizer que os rebeldes estavam destróçados, que em poucos dias esta pacificação seria completa; e chegando o vapor pouco antes de eu ler o meu relatório, pude acrescentar um tópico dizendo que, de facto, se realisava a pacificação de Pernambuco, que os rebeldes se encaminhavam a alguma das capitães das provincias vizinhas a entregar-se á clemencia imperial. Devo acrescentar neste lugar que taes circumstancias, sempre que ellas se davão, eu não deixava de as communicar particularmente a algum dos Srs. ministros, como era de meu dever e de minha lealdade. O governo não me deu missão alguma para mandar Pedro Antonio, mas quando o mandei, communiquei-o ao governo. Quando eu recebi esta noticia da proxima chegada desses homens, eu a communiquei não officialmente, mas em cartas. Mas como dizem os nobres deputados que a negociação que lhes parece ter havido foi seguida ou acompanhada pelo presidente das Alagoas, com quem aliás não tive correspondência alguma sobre taes factos, e como poderão persuadir-se que delle é que partio uma promessa mais positiva, porque a minha já foi lida, devo dizer que o Sr. José Bento é uma pessoa dotada de toda a circumspecção (apoiados), eu dou todo o credito ás suas palavras, a seus escriptos; portanto eu lerei um pedaço de uma especie de officio delle, quando encaminhou esses homens para se entregarem ao presidente da Bahia.

« A excepção de lhe dizer, como tambem lhe disse V. Ex., que o monarcha não tinha ainda esgotado o seu thesouro de graças, nada mais lhes affiancei, nem declarei em meu nome, ou em nome do governo, como elles confessarão. »

A vista desta carta entendo que, pelo menos, elle não foi mais liberal do que eu. Portanto, senhores, já se póda ver que não houve ajuste entre Pedro Ivo e o governo imperial: não houve ajuste entre Pedro Ivo e os presidentes das duas provincias da Bahia e das Alagoas, se se deu ajuste ou promessa da parte de seu pai, seu pai neste caso procurou exagerar mais suas esperanças além do que podia colher das insinuações recebidas, seu pai acreditou, talvez, que o filho obteria um perdão completo, porque *quod volumus, facile credimus*, porque via as boas disposições em que eu estava de interpor alguma influencia, ou credito, que pudesse ter para com meus amigos; elle, com o desejo de arrancar ser filho do príncipio, procurou que elle cedesse, com a esperança de um provavel melhoramento, porque no estado em que se achava, a ruína era certa e completa.

Quando esses homens passaram pelas Alagoas e virão para Bahia, não me vierão remettidos como presos; eis-aqui as expressões do officio. (Lê.)

« O capitão Pedro Ivo Velloso da Silveira, com seus companheiros, constantes da relação junta, depuserão as armas e dispersarão a sua gente mediante a segurança que del ao tenente-coronel Pedro Antonio, de qua o deixaria sahir com seu filho e os de seu sequito (que o quizessem seguir) para a Bahia, a ficarem debaixo das vistas de V. Ex., enquanto dirigião suas supplicas ao governo de S. M. o Imperador. »

Ahi vão os actos censuráveis. Tende promettido receber Pedro Ivo, no caso de ser bom filho, como um amigo; julgando eu, como juriconsulto, que a prisão antes da sentença não é uma pena, mas é um meio de segurança dos individuos, e vendo que elle vinha entregar-se, entendi que não havia risco de que elle regressasse para o lugar de seus crimes, e, por consequencia, decidi-me a deixal-o na cidade, residir em casa de seu proprio pai. Quando elles chegaram eu não estava na cidade; por morte de meu pai tive necessidade de ir á

terra em que nasci, mas eu havia dito que estas erão os meus sentimentos quando elles se apresentassem. Quando cheguei, achei-os desembarcados, porém ainda com a residencia a bordo da charrua que os conduziu.

Tendo a charrua de regressar immediatamente, devião mudar de residencia, e eu decidi que fosse esta a casa do pai. Tive completa confiança na conducta dellas, e elles na minha, de sorte que todos esses actos que alguns nobres deputados reputarão um crime, não passarão da imaginação daquelles que lh'os referirão. Inventou-se que eu tinha recebido com um grande jantar aos rebeldes, presentes os membros da assembléa provincial; que eu tinha passeado com elles em meu carro, que eu tinha ido ao theatro com Pedro Ivo, e que este se apresentará em frente ao general Coelho, e que este representará contra este acto como contrario á disciplina militar; tudo isto é falso; o que ha de exacto é que tendo um doutor das Alagoas, de nome Otileica, conduzido esses homens, sendo quem os dirigia e aconselhava, logo que cheguei, procurei-me para se me apresentar com elles. Eu lhe disse (será modo de pensar meu): não os recebo como presidente, porque o que eu disse a seu pai não foi como presidente da Bahia; em vez de virem a palacio, vão á casa da minha residencia, Vm. os dirija para lá; e respondendo elle que o dia estava máo, e que eu morava muito longe, disse-lhe que em certo e determinado lugar encontraria uma tarde um carro, o que levasse consigo os dous principaes rebeldes á minha casa. Ahi os recebi sem pessoa alguma presenciar, e quando chegou pouco mais ou menos a hora em que se devia servir o chá, eu os adverti que era tempo de retirarem-se, attento o máo estado da noite, e terem de regressar para longe. Eis-aqui o acto pelo qual se diz merecer eu um processo.

O nobre deputado tacou em um facto que tem parte de exacto. No dia do meu embarque, em consequencia de noticias que foram daqui, de que elles seriam mal recebidos e processados, etc., apresentarão-se de manhã Miguel Affonso e Pedro Ivo, dizendo-me este que aquelle desejava ficar na Bahia e esperar a sua sorte alli; ao que lhe respondi eu, perguntando-lhe de que humor estava elle Pedro Ivo, respondeu elle:—Eu vou, aconteça o que acontecer.—Disse eu:—Faz bem, obra como militar, o Sr. Miguel Affonso deve fazer o mesmo; eu já disse que me apresentaria na corte com os senhores, desejaria não me achar mal neste negocio; Sr. Miguel Affonso, quando os homens se mettem nas couvas, é preciso ter coragem para affrontar os resultados, embarque-se.— Elle foi para casa, arranjou-se com seus companheiros e vierão para bordo. Eu lhes prometti então, quando vi a maneira por que procedião, fazendo tudo quanto eu lhes dizia, que eu continuaria a interessar-me pela sua sorte, mas que era preciso para que eu fosse cavalheiro para com elles, que ellas tambem o fossem para commigo, que não houvessem condições nem exigencias, que se a minha influencia não fosse bastante para alcançar alguma coisa em favor dellas, pelo menos havia de ter os meios pecuniarios necessarios para alliviar a sua sorte, que não lhes havia de faltar coisa alguma.

O Sr. Mello Franco:—Já passãto três dias sem comer, na fortaleza. (Denegações.)

O Sr. Gonçalves Martins:—Ainda disse mais:—Se os senhores encontrarem um processo em vez de uma amnistia, se o governo obrar como julgar que deve obrar, eu não o censurarei, porque o governo em nada está comprometido; eu individualmente estou empenhado em um feliz desfecho de seus negocios, serei seu amigo e protector; se o governo julgar que a politica aconselha outra coisa, nem por isto brigarei com o governo; talvez eu, ministro, obrasse da

mesma maneira; o que poderia fazer é dar algum passo para mostrar aos senhores que não tive parte nessa decisão; eu neste caso me retirarei, guardarei o silêncio, não porque mostre estar escandalizado pelo governo, mas para mostrar que não fiz uma promessa para os iludir, e que não é do meu caracter.

Appareceu depois este acto, que já estava assignado antes da minha chegada, e que eu reputo um acto, para a grandeza do crime, de muita clemencia.

O SR. SAYÃO LOBATO: — De excessiva clemencia.

O SR. GONÇALVES MARTINS: — Excessiva, não. Excessivo é aquelle que quer governar daqui o mundo inteiro (*muitos apoiados*), que não olha para as circumstancias do paiz (*muitos apoiados*), que não se acha em luta como nós outros. (*Apoiados.*) Nós queremos o bem do imperio, queremos a dignidade do imperio, mas não estimos no regaço da corte. (*Muitos apoiados.*)

O SR. SAYÃO LOBATO: — Nem por isto me deixo de interessar, tanto como qualquer outro, pelo bem do paiz.

O SR. GONÇALVES MARTINS: — Póde iludir-se mais; nós conhecemos mais de perto os caminhos e as difficuldades. Eu digo que reputo este acto de grandiosa clemencia para um crime tão grave; é um capitão do exercito que empunhou as armas contra o seu governo, que faltou á disciplina; quando o governo diz — eu apenas retiro-vos do theatro de vossos acontecimentos por um espaço de tempo — espaço que talvez amanhã a clemencia imperial diminuisse, como tem acontecido tantas vezes, eu encarei este acto não conforme aos meus desejos, porque eu desajava fazer mais bem, mas como um acto digno do governo imperial, que não estava na posição do individuo Francisco Gonçalves Martins. Eu sinto que estes homens, se é verdade, recusassem este acto de clemencia, eu sinto, senhores, porque me collocarão em uma posição peor. (*Apoiados.*) Como hei de eu hoje dizer ao governo imperial — adoece este acto — como poderei eu hoje pedir isto? Quando se atira com um dom á cara de quem o faz, parece um rebaixamento dar-se mais para se aceitar: collocão-me nesta condição tristissima; eu fallo conforme me dicta o meu coração, a minha consciencia. Por consequencia não forão bem aconselhados, quando assim obrarão (*muitos apoiados*), puzerão-me em torturas. Para que eu desempenhasse a minha missão e tudo o que lhes prometti individualmente, era preciso não crearem difficuldades, não darem um passo sem me ouvir, sem me consultar. (*Apoiados.*) Póde haver quem aconselhe esses homens a proceder desta maneira, porque, fallamos claro, a opposição na minha provincia é hoje inimiga de Pedro Ivo; deseja que elle seja processado e castigado por não se ter conservado com as armas na mão.

Um SR. DEPUTADO: — Trata-se de uma causa politica.

O SR. GONÇALVES MARTINS: — A causa politica de Pernambuco póde-se dizer que terminou no dia 2 de Fevereiro (*muitos apoiados*): nesse dia forão derrotadas as pretensões politicas, e ficou apenas a teima e o desespero de um ou outro grupo, de um ou outro chefe. (*Apoiados.*)

Uma Voz: — Se tivesse acabado, não se teria dado amnistia.

O SR. GONÇALVES MARTINS: — Quem deseja que Pedro Ivo seja mal deste desfecho é a opposição; sei da animadversão que elle adquirio dos poucos que se dizem da opposição em minha provincia.

Dizem os nobres deputados que a rejeição procedeu de não ter a amnistia comprehendido todos os implicados na rebellão.

O SR. SOUZA FRANCO: — Perguntamos.

O SR. GONÇALVES MARTINS: — Creio que poderei apresentar provas de não ser este o motivo da rejeição. Elles esperavão certamente um melhor desfecho: talvez a sua plena liberdade; com esta idéa se embalavão; como são homens carregados de familia, entendam que seis annos fóra do imperio, isolados, separados do que lhes é mais caro, porque Miguel Affonso tem oito filhos, e o outro diz-me que tem até uma filha já crescida, e que precisa de sua presença; considerarão isto como uma quasi morte, e eis-aqui provavelmente a razão por que duvidarão assignar o termo de aceitação. Não ha ahí uma especie de ostentação de partido politico; estou que desejariam que a amnistia comprehendesse os seus amigos, mas não é esta a causa da rejeição.

Aqui temos, pois, meus senhores, a minha confissão plena, sem reserva mental, sem mesmo guardar talvez aquellas conveniencias parlamentares que é necessario em difficuldades tão graves; mas declaro que ella não teve pretensões politicas, que ella tem por fim justificar o caracter individual da pessoa que está fallando; nem tive em vista defender o governo, que não precisa de mim, nem censurar ou defender o acto; nem tive em vista senão arredar de mim as insinuações de perfidia e outras que se têm propalado (*muito bem! muito bem!*), expondo-me mesmo a receber a punição ou a absolvição do nobre deputado, o Sr. Sayão Lobato.

O SR. SAYÃO LOBATO: — Por que V. Ex. se dirige a mim?

O SR. GONÇALVES MARTINS: — Por aquelles actos que pratiquei na Bahia, queria receber a sua absolvição. (*Muitos apoiados. Muito bem.*)

O SR. SAYÃO LOBATO: — Jámais absolverei de haver dispensado na lei, pondo em liberdade réos de crimes inafiançaveis e em taes circumstancias. Peço a palavra.

O SR. WANDERLEY: — Peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE: — A discussão fica adiada pela hora.

O SR. SOUZA FRANCO pede a urgencia para continuar esta discussão.

A urgencia é rejeitada, votando a favor somente 24 membros.

Continúa a discussão da emenda do senado á lei do orçamento, que supprime o seguinte artigo, approvado pela camara:

« Fica o governo autorizado a modificar o imposto sobre o sal estrangeiro importado na provincia de S. Pedro do Rio Grande do Sul para o serviço das charqueadas. »

O SR. REZENDE: — Sr. presidente, eu hei de votar pela emenda do senado. Não acho que a materia seja de tanto peso que torne precisa uma reunião das camaras para decidir este artigo. Os nobres deputados pelo Rio Grande dizem que quando outras fabricas gozão da isenção de direitos sobre as materias primas, o Rio Grande não deve fazer excepção. Mas eu não sei se o sal é materia prima para as charqueadas; materia prima é a carne. Não deve ser favorecida a materia prima do estrangeiro, quando no paiz ha materia prima. Não acho que se deva matar a industria da provincia do Rio Grande do Norte, favorecendo assim o sal estrangeiro. Esta provincia é muito mais pobre do que a provincia do Rio Grande do Sul. Será conveniente em beneficio das charqueadas do Rio Grande do Sul sacrificar uma provincia que tem uma industria

nascença, quando a outra talvez não tenha tanta necessidade deste favor?

O nobre deputado disse que o sal do Assu torna vermelha a carne das charqueadas. Não sei até que ponto vai a exactidão desta proposição. Eu tenho visto algumas carnes do Rio Grande vermelhas, mas é quando estão quasi podres, assim como acontece como a sal das paredes, que é amassada com água salgada, porque com o tempo vem o sal á superfície, e ficam vermelhas.

Diz-se que as carnes do Rio Grande não podem competir com as carnes de paizes vizinhos, mas não sei desde quando data isto, porque o Rio Grande nunca se queixou da falta de consumo de suas carnes. Note a camara que se quer mais alguma coisa, quer-se não só acabar com a pequena industria do Rio Grande, como também que as outras provincias carreguem com um imposto mais forte, quer-se obrigar a comprar no mercado genero mais caro quando se pôde ter mais em conta. É necessario que as provincias dêem as mãos umas ás outras. Pergunto ao nobre deputado quanto paga de direitos provinciales a carne salgada em sua provincia?

O Sr. BELLO:—Oitenta réis.

O Sr. REZENDE:—Pois supprimão este direito, e já têm isto a seu favor, sem sacrificar uma provincia irmã. A provincia do Rio Grande não tem uma renda, a provincia do Rio Grande do Sul tem uma renda de 900.000\$. Nem eu reputo que o sal seja a materia prima, e ainda quando fosse, creio que não se deve admitir o estrangeiro por um preço muito baixo, sacrificando a materia prima do nosso paiz. Diz-se que as carnes do estado vizinho fazem com que as do Rio Grande do Sul não possam prosperar. Em minha provincia o que eu via era que as carnes de Buenos Ayres e de Montevideo tinham menor preço no mercado, por isto que era carne mais escura, e não tinha aquelle amarelado da carne do Rio Grande do Sul. Se as carnes do estado vizinho têm menor estima do que as carnes do Rio Grande do Sul, como é que as podem prejudicar? Depois, como saber-se qual é o sal que entra para as charqueadas, qual é o meio de evitar o contrabando? Ha de acontecer o que acontece aqui no consulado, que é a delapidação dos direitos por causa das guias do café de Minas: os agricultores do Rio de Janeiro mandão tirar guia no registro de Minas, fazendo vir o café como mineiro, sendo do Rio.

Um nobre deputado disse que esta medida era anti-politica, como se nós agora creassemos uma imposição nova. Não se faz senão conservar a imposição sobre o sal no estado em que se hão. Sr. presidente, note-se que quando eu fallo no Rio Grande do Sul, excludo a provincia, tomo sómente em consideração certos interesses particulares; creio-se repartições escusadas, porque vem um fulano e diz: é necessario uma alfandega em S. Borja, em Pelotas, creia-se uma alfandega. Depois conhece-se que são escusadas, e contribuem para defraudar as rendas do thesouro; propõe-se a supressão dessa alfandega e ali se levanta um clamor, e nada menos do que um visconde de S. Leopoldo nos procura assustar com reacções. Senhores, ponhão de parte esses argumentos ad-terrorem, e vejamos só se é justo, se é possível sacrificar os interesses do paiz aos interesses de alguns individuos; só pelo interesse de taes e taes charqueadores, que se dizem principaes, vai-se sacrificar a provincia do Rio Grande do Norte e outras que produzem sal. Quer-se não só a supressão do direito do sal estrangeiro, mas também o augmento do imposto sobre as carnes salgadas procedentes do paiz estrangeiro.

tom 1

O Sr. BELLO:—Este artigo não está em discussão.

O Sr. REZENDE:—É-me licito fallar em todos, porque também se tem pedido isto.

(Ha um aparte.)

O sal não é materia prima, é o boi que matão na charqueada, e se o sal é materia prima então passa a isenção da potassa, que é materia prima para as fabricas de assucar.

Além de que a pretensão é injusta, e julgo que mesmo, quando fosse um pouco razoavel, não valeria a pena que houvesse junção das camaras por um artigo destes, que, se vale alguma coisa, é em prejuizo do imperio.

Diz-se-se que quando mesmo o sal do Assu fosse bom, deve ser rejeitada a emenda do senado, porque o Assu só dá 200.000 alqueires de sal, e as charqueadas consomem uma quantidade muito e muito maior. Senhores, isto o que prova é, que sendo rejeitada a emenda do senado, o Assu, que só dá 200.000 alqueires de sal, não dará mais nem dez, por não poder competir com o sal estrangeiro; e nós devemos antes favorecer do que aniquillar esse ramo da nossa industria. Voto pela emenda do senado.

O Sr. Oliveira Bello:—Eu desejo requerer á camara o adiamento da presente discussão, por isto que sendo conveniente que o governo expenda algumas das razões pelas quaes foi sustentada por um de seus membros, no senado, a emenda que alli se supprimio, e que passou nesta casa para a modificação dos direitos sobre o sal; e tendo o nobre ministro da marinha pedido a palavra para dar explicações, e não tendo podido fallar hoje, entendendo que não podemos dispensar, para nos guiar melhor no desenvolvimento desta discussão, de ouvir alguns dos nobres ministros, e como no primeiro dia da sessão tem de vir á casa o Sr. ministro da fazenda, talvez elle, ou o nobre ministro da marinha, nos possa guiar nesta discussão; pör tanto requero á camara o adiamento até segunda-feira.

O adiamento é accedido.

Não havendo numero legal de membros presentes para se votar sobre o adiamento, fica a votação encerrada e reservada para o primeiro dia de sessão.

Procede-se á chamada, e verifica-se que se retirarão:

Com causa, os Srs. Costa, Wanderley, Vieira de Mattos, Paranaíba, Atanha e Vianna.

Sem causa, os Srs. Capello Mendes, Joaquim Mariano, Jansen do Paço, Santos e Almeida, Bahia, Machado, Bandeira de Mello, Graca, Silva Guimarães, Araújo Lima, Assis Rocha, Almeida e Albuquerque, Paes Barreto, Figueira de Mello, Ferreira de Aguiar, Joaquim Villela, Sebastião do Rego, padre Afonso, Aprigio, Paes, Gonçalves Martins, Cruz Machado, Paula Fonseca, Lima, Oliveira, Pacheco, Abreu, Jobim e Fernandes Chaves.

O Sr. PRESIDENTE marca a ordem do dia, e levanta a sessão á 1 hora da tarde.

Sessão em 13 de Maio

PREZIDENCIA DO SR. MENDES DOS SANTOS

SUMARIO. — Expediente. — Requerimento sobre a amnistia dos Srs. Pedro Ivo e Miguel Afonso. Discursos aos Srs. Angelo Ramos, Carneiro da Cunha, Sayão Lobato, Wanderley, Souza Franco, Rocha e Ferreira de Aguiar. Encerramento da discussão.

Ás 10 horas e tres quartos da manhã, reunidos os Srs. deputados em numero legal, abre-se a sessão, lê-se e approva-se a acta da antecedente.

EXPEDIENTE

Officio do Sr. ministro do imperio, remittendo o autographo da resolução que revoga o art. 83 da lei provincial da Bahia de 11 de Julho de 1848, na parte em que dispõe que os fiscaes da capital não sejam fixos em nenhuma freguezia, na qual resolução S. M. o Imperador consente.—Fica a camara inteirada, e remette-se para o archivo o autographo.

Outro do mesmo ministro, transmittindo a representação que a assemblea geral legislativa dirige a assemblea da provincia do Rio de Janeiro acerca do corpo policial.—A' commissão de assembleas provinciaes.

Outro do mesmo ministro, communicando que tendo-se por aviso de 17 de Novembro de 1847 solicitado do ministerio da guerra a nomeação de uma commissão de officiaes engenheiros do archivo militar para examinar o *Atlas physico e administrativo do Brazil*, que pretende publicar o visconde de Villiers, transmitta por copia não só a informação que deu o brigadeiro director do dito archivo, mas tambem as exposições apresentadas pelo referido visconde.—A' 2ª commissão do orçamento.

Outro do mesmo ministro, enviando copia da exposição do exame feito nas cartas topographicas e administrativas do visconde de Villiers relativas ás provincias de Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e Santa Catharina.—A' 2ª commissão do orçamento.

Outro do mesmo ministro, remittendo copia do parecer que deu a commissão que foi nomeada para examinar o *Atlas topographico e administrativo do Brazil* que está publicando o visconde de Villiers.—A' 2ª commissão do orçamento.

Outro do mesmo ministro, transmittindo a consulta da secção do conselho de estado dos negocios do imperio, de 15 de Maio de 1849, acerca do exame dos actos legislativos da assemblea da provincia do Piahy promulgados em 1847.—A' commissão de assembleas provinciaes.

Outro do Sr. deputado Antonio Joaquim de Mello, participando que o seu estado de saude não lhe permite por ora comparecer ás sessões.—Fica a camara inteirada.

O Sr. 1º SECRETARIO:—Eu devo declarar que este senhor participou-me verbalmente a 8 de Maio que não podia comparecer por incommodado. Eu esqueci-me de trazer esta participação á casa, mas devo agora fazê-la.

Não ha mais expediente.

O Sr. Jobim (pela ordem):—Tenho de pedir a V. Ex. que convide á illustre commissão encarregada de dar o seu parecer sobre os papeis relativos ao novo matadouro desta cidade, para que dê a sua opinião acerca deste objecto. Até agora não tem havido decisão alguma a este respeito, e esta demora traz ao municipio um prejuizo extraordinario, pois que faz perder uma renda de 50 a 60 contos por anno. El isto negocio de muito interesse para a municipalidade, e parece-me que é de utilidade publica que se decida quanto antes. (Apoiados.)

O Sr. PRESIDENTE:—A commissão, ou algum de seus membros, ouviu o requerimento do nobre deputado, e o tomará na devida consideração.

O Sr. Angelo Ramos (para uma urgencia):—Eu pedi a palavra para requerer urgencia afim de se discutir o requerimento que, no sabbado, eu e os meus amigos apresentamos á consideração da camara. Entendo que este negocio é muito importante, que elle prende hoje a attenção publica; chama a attenção não só daquelles que apoiam ao governo, como dos que estão na opposição, e mesmo dos indifferentes; é uma questão em que se envolve interesse transcendente para

o paiz. Portanto desejava que V. Ex. submittasse á casa o meu requerimento; espero que ella não se recusará a prestar-lhe o seu apoio, por isso que é negocio que, ou deve ser logo discutido, para que se informe o publico do que tem havido de positivo; ou então, adiando-se, não haja mais sobre elle discussão.

O Sr. PRESIDENTE:—Vou submeter á votação da camara o requerimento do Sr. deputado; mas, para direcção minha, desejava saber se a urgencia que pede é para se discutir o requerimento na primeira parte da ordem do dia ou até terminar a discussão do mesmo requerimento...

O Sr. ANGELO RAMOS:—Até terminar a discussão.

Consultada a camara a este respeito, decide-se pelo requerimento do Sr. Angelo Ramos.

O Sr. FERNANDES CHAVES (pela ordem):—Creio que esta discussão está fóra da ordem. O nobre deputado pelo Pará fez um requerimento; mas pergunto eu—a materia que faz o objecto desta requerimento pôde se considerar como propriamente de um requerimento?—Creio que não. (Apoiados.) Segundo os nossos estylos parlamentares julgo que não será errada esta definição de requerimento—que se pôde entender como tal sempre que se pedem documentos ou esclarecimentos para resolver uma questão.—Ora, o que o nobre deputado pelo Pará pede não são nem documentos nem verdadeiramente esclarecimentos; do que elle trata é exactamente de resolver a questão.

O Sr. SOUZA FRANCO:—Peço a palavra.

O Sr. FERNANDES CHAVES:—Eu não quero privar de maneira alguma a opposição de fallar sobre questão tão importante: não me recorde das vacações que soffri durante a presidencia do finado Sr. Chichorro (risadas); por isso não posso querer privar aos meus adversarios de um direito que sempre prezai; o que porém desejo é que a opposição use deste direito dentro dos limites, pela forma marcada na nosso regimento. Ora, o regimento faz distincção entre requerimento e interpegação, e esta materia não é, como acabei de mostrar, objecto de um requerimento, mas de uma interpegação. Pedia, pois, que o nobre deputado redigisse o seu pensamento de outro modo, que lhe desse a forma antes de uma interpegação que de um requerimento.

Em conclusão, parece-me que V. Ex. não deve ter submittido á discussão da casa esta materia como requerimento; mas, já que ella chegou a este ponto, a maneira mais appropriada de sahirnos do embaraço é que V. Ex. proponha á camara se julga o que está em discussão materia de um requerimento ou de uma interpegação. Se se decidir que é uma interpegação, em tempo competente será apresentada; a opposição não ficará privada dos meios de fallar...

O Sr. SAYÃO LOBATO:—Depois da discussão havida, não interessa só a opposição fallar. (Apoiados.)

O Sr. FERNANDES CHAVES:—O que eu quero é que se dê a esta discussão mais solemnidade, que não seja de alguma sorte como que sorprendida a camara; desejo que estejam presentes os ministros, que todos nós emfim, nos preparemos para semelhante discussão; esta solemnidade não pôde haver senão por meio de uma interpegação.

O Sr. PRESIDENTE:—O regimento não marca quaes as materias que devem ser objecto de um simples requerimento ou de uma interpegação. Creio que é direito de cada um Sr. deputado fazer da materia de que quer tratar, um requerimento ou interpegação. O que neste caso me guiou foi o art. 125 do regimento: passo a ler

este artigo, e por elle o nobre deputado verá se a mesa marchou em regra ou não. (Lê.) A vista desta disposição, entendo que o nobre deputado pelo Pará podia fazer da materia que propoz objecto ou de um requerimento ou de uma inter-pellação. Como são informações ou esclareci-mentos que pede, não posso deixar de considerar a sua moção como requerimento, na forma do art. 125, que acabei de ler.

Tem a palavra o Sr. Angelo Ramos.

O Sr. SAYÃO LOBATO:—Eu também pedi a pa-lavra a favor do requerimento...

O Sr. PRESIDENTE:—Fallou o Sr. Gonçalves Martins contra, segue-se o Sr. Angelo Ramos pró....

O Sr. SAYÃO LOBATO:—Também a pedi a favor.

O Sr. PRESIDENTE:—Na relação qua o Sr. se-cretario fez, está o nome do Sr. Angelo Ramos inscripto em primeiro lugar.

O Sr. Angelo Ramos:—Sr. presidente, o réo que envolvia os negocios de Pernambuco, foi tocado, mas em minha opinião não foi elle levantado para que apresentasse o objecto que occultava em toda a sua nudez. Não me levando sómente das informações que tenho tido a respeito do que se passou com o capitão Pedro Ivo Velloso da Silveira e seu companheiro Miguel Affonso Ferreira; mas analysando e combinando as informações que o nobre deputado pela Bahia nos deu, sou obrigado a crer que o capitão Pedro Ivo foi illudido, ou que o nobre presidente da Bahia fez o papel do philosopho que compunha um pequeno mundo de dados, julgando assim governar o universo.

Querendo seguir a marcha da discussão que teve lugar sabbado, principiarei occupando-me dos argumentos apresentados pelo nobre ministro da marinha, e passarei ao depois áquelles do hon-rado membro pela Bahia.

S. Ex., dando explicações sobre cada um dos quesitos que formão o requerimento da opposição, começou dizendo que esta materia devia ser ob-jecto de uma interpellação e não de um requeri-mento. Se nós reflectirmos que a discussão de uma interpellação pôde ser marcada para um dia, em que todo o interesse que possa haver pela discussão tenha cessado; se nos lembrarmos de que esta materia é muito grave, que a attenção publica reclama que haja sobre ella toda a luz; havemos de concluir que a opposição obrou em regra apresen-tando um requerimento que provocasse immediata-mente discussão sobre materia tão grave. Mas, se-nhores, o que é de notar é que S. Ex. ao mesmo tempo que dizia que a discussão era intempestiva, dava explicações. Nem era precisa a assistência de todo o ministerio para tratar-se deste negocio, porque é elle um daquelles em que qualquer membro do gabinete, e muito mais de um gabinete que se diz solidario, deve estar sufficientemente infor-mado, para em qualquer momento, chamado ao campo da discussão, dar as explicações precisas á camara. De mais accrescia que o nobre deputado pela Bahia, que neste negocio faz um papel im-portante, achava-se presente, podia dar todas as explicações que o caso exigia.

A respeito do primeiro quesito, em que se per-gunta se a amnistia concedida pelo decreto de 3 de Maio foi effeito da clemencia imperial, ou se de promessas aos chefes revoltosos, o nobre mi-nistro respondeu que foi effeito da clemencia imperial, que nenhum ajuste tinha havido. Como este objecto se predo com as explicações dadas pelo nobre deputado pela Bahia, eu delle me occuparei, quando responder aos argumentos do nobre deputado pela minha provincia.

O segundo quesito do requerimento é se os effeitos deste decreto devem se estender a certas e determinadas pessoas, isto é, aos chefes que se

conservarão em armas até ultimamente, e se de-puzeram affinal, ou se a todos os complicados no movimento de Pernambuco. S. Ex. respon-dendo a este quesito, disse que muito se admi-rava de que se perguntasse qual era a intenção futura do ministerio. Ora, quando a primeira amnistia concedida para Pernambuco data de 11 de Janeiro do anno passado, e sendo a amnistia sem condição para todos os que depuzassem as armas, foi este decreto esquecido, e no dia 3 de Maio foi concedida a amnistia a certas e deter-minadas pessoas, e sob certas condições, me parece que a opposição estava no seu direito perguntando se essa amnistia é, por assim dizer, individual diz respeito a certa categoria de pes-soas, ou não; bem como qual é a applicação que o ministerio pretende fazer desse decreto. A pergunta pois foi muito regular, porque me pa-rece que o corpo legislativo, interessado como deve ser, acerca dos negocios do paiz, da tran-quilidade publica, da justiça e da moralidade, deve examinar e empregar os meios para que se não faça injustiça, deve pedir portanto explica-ções a respeito da applicação desse decreto, para que assim garanta a boa execução que deve ter, e não tenha a sorte do de 11 de Janeiro de 1848.

Versa o terceiro quesito sobre o que ha de exacto nos boatos que correm acerca da amnistia promettida a Pedro Ivo, e acerca de factos que se dizem acontecidos, quer na provincia das Alagoas, quer na da Bahia. Como este quesito também está ligado a explicações dadas pelo nobre deputado da Bahia, eu delle me occuparei quando tratar dos argumentos por esse senhor apresentados.

O quarto quesito é que a recusa do capitão Pedro Ivo e seu companheiro os isenta da pena, e os perdão inteiramente. O nobre ministro disse que, não cumprida a condição imposta no decreto de 3 de Maio, era manifesto que o decreto não produzia os seus effeitos. Daqui tiro a conse-quencia que está na intenção do ministerio mandar processar ao capitão Pedro Ivo e seu compa-nheiro....

Um Sr. DEPUTADO:—E' obvio.

O Sr. ANGELO RAMOS:—Eu entendo, Sr. pre-sidente, que a amnistia é cousa muito distincta de perdão; sendo concedida por utilidade publica, pelo bem do estado, sendo aconselhada pela alta politica, extremamente se distingue do perdão que é concedido ao individuo. O perdão faz com que cesse o procedimento judicial, mas não faz desaparecer todos os effeitos da criminalidade, entretanto que a amnistia faz com que o individuo fique inteira-mente rehabilitado, como se nada tivesse praticado; e quando a nossa propria legislação distingue o que é perdão do que é amnistia, §§ 6º e 9º do art. 101, me parece que a amnistia dada pelo decreto de 3 de Maio deverá produzir os seus effeitos, isto é, que o individuo não poderá mais entrar em processo, porque está inteiramente perdoado do crime que commetter; poderá o ministerio tomar qualquer medida a respeito da condição, mas nunca po-drá mandar processar o individuo amnistiado. Senhores, um decreto de amnistia não se deve entender como um pacto, ou contracto, já pela adversidade das pessoas contractantes, já porque o individuo amnistiado não é ouvido, já porque a amnistia é por utilidade publica. Assim, pois, não pôde se applicar aquillo que se diz acerca do contracto civil para amnistia, considerando-a como um contracto, dando-se-lhe a mesma força que se dá a um contracto civil.

Mas o nobre ministro, recorrendo á nossa legis-lação, como que quiz provar que nella havia factos desta ordem. Parece-me que é este o primeiro facto que se dá a respeito da recusa das condições de uma amnistia; não me consta que tenham apparecido outros entre nós. Ora, não se dando

facto algum entre nós; é analysando a natureza de amnistia, a intelligencia que se lhe dá, que devemos recorrer para determinarmos os seus effeitos.

O nobre deputado pela Bahia deu-nos explicações acerca do que tinha havido entre elle e Pedro Antonio Velloso da Silveira, pai do capitão Pedro Ivo; produziu a comunicação escripta que tinha havido entre ambos; e que se acha impressa no jornal que publica os debates da casa. Ora, no meu entender, attendendo-se a essa correspondencia, mostra ella que o capitão Pedro Ivo foi illudido, se lhe fazendo crer em mais alguma coisa do que aquillo que consta das cartas. O nobre deputado disse que foi procurado pelo tenente-coronel Pedro Antonio Velloso da Silveira, que lhe manifestára o desejo que tinha de arrear seu filho do campo da guerra em Pernambuco; mas o nobre presidente da Bahia se limitou a apresentar a comunicação escripta que tinha havido entre ambos; note-se porém que a pessoa que fallava ao tenente-coronel Pedro Antonio era o presidente da Bahia, era um individuo que se apresentava naquella provincia como tendo grande influencia para como o ministerio; deve-se notar que era uma pessoa muito ligada aos nobres ministros, pessoa proeminente no partido que governa. Já se vê pois que o tenente-coronel Pedro Antonio era levado a fallar a seu filho, contando que o nobre presidente da Bahia, que conseguia tudo quanto queria da administração central, conseguiria também o que elle pretendia para seu filho.

Nota V. Ex., Sr. presidente, mesmo nessa carta que o nobre presidente dirigio em resposta á do tenente-coronel Pedro Antonio, S. Ex. exprime-se dessa maneira: «O bravo militar que entregar a espada a seu pai encontrará neste presidente sympathia e decidida protecção, interpondo quaesquer serviços que tenha prestado em favor do seu novo amigo, certo, como está, de que a mão magnânima do imperador ainda não deixou de assignar perdões e amnistia (não falla só em perdão, perdões e amnistias quando o pôde fazer compativelmente com a dignidade da corte). Já vê, portanto, que aqui mostrou o nobre presidente da Bahia o empenho que havia de ter a esperança que nutria de que conseguiria a realisação da promessa que fez ao pai do capitão Pedro Ivo.

Ora, tendo este official recusado em Pernambuco propostas mais vantajosas do nobre conselheiro de estado o Sr. Carneiro Leão, me parece que seria preciso reconhecerlo como idiota se viesse entregar a sua espada ao presidente da Bahia, se esta não o animasse com promessas mais vantajosas que aquellas que lhe tinha apresentado o Sr. Carneiro Leão. Nota V. Ex. que o nobre presidente da Bahia, no principio do seu discurso, disse que a provincia de Pernambuco estava pacificada; mas, no fim desse discurso, S. Ex. declarou que as matas erão occupadas por grupos revoltosos, que Pedro Ivo podia-se conservar alli, e continuar ainda a causar grandes males á provincia de Pernambuco. E isto precisamente o que a folha official da Bahia publicou quando alli appareceu Pedro Ivo; não se nega em um artigo da *Tolerancia* os serviços que tinham prestado os Srs. Honório e Coelho; mas reconhece-se que a pacificação completa da provincia de Pernambuco era, em grande parte, devida ao presidente da Bahia.

Attendendo-se pois ao caracter official, á posição politica em que se achava o nobre presidente da Bahia, attendendo-se a que o capitão Pedro Ivo não tinha aceitado condições mais vantajosas do que aquellas a que foi sujeito quando chegou aqui no Rio de Janeiro, alguma cousa de mais houve que aquillo que se tem dito.

Confessou o nobre presidente que tudo quanto

fez para sustentar os passos vacillantes de um pai que procurava seu filho, era communicado ao ministerio, e confessou também que o ministerio nada lhe tinha respondido. Este facto como que devia animar ao honrado deputado a fazer promessas ao tenente-coronel Pedro Antonio, que ia em commissão de revocar seu filho das matas de Pernambuco, e em occasião em que os negocios do sul ameaçavam o imperio, como disse o honrado membro. E' isto o que hoje diz o capitão Pedro Ivo; fizeram-se-lhe promessas de amnistia plena, de amnistia geral; pessoas que me merecem toda a confiança, que se têm communicado com elle, me assegurão que são estas as suas palavras, que elle estigmatiza o procedimento de quem quer que seja, que veio entregal-o para que fosse recolhido a uma fortaleza, que veio torçal-o victima, entretanto que outrora a linguagem era muito differente.

Parece-me, Sr. presidente, que em negocio tão serio como este, se o ministerio não queria sujeitar-se á complicitade de tais actos, devia immediatamente ter reprovado o procedimento do presidente da Bahia para com o tenente-coronel Pedro Antonio; mas o ministerio conservando-se silencioso, nada dizendo ás communicações do Sr. Martins, tornou-se cúmplice do procedimento do seu delegado na Bahia. O Sr. Gonçalves Martins, em um negocio tão grave como este, não poderia ter dado passo algum, não estando autorizado pelo ministerio, porque tomar sobre si uma responsabilidade desta ordem, para depois acontecer que aquelle que se entregou, fado em promessas muito positivas, fosse recolhido á fortaleza de Santa Cruz, não me parece que o nobre deputado pela Bahia fosse capaz de fazê-lo. Se porém tomou sobre seus hombros a empreza, sem authorisação do ministerio, collocou-se na posição do philosopho, suppondo eu antes que contava com o ministerio; justificada portanto está a proposição que emitti no principio do meu discurso, que o capitão Pedro Ivo foi illudido.

Observou o nobre deputado que a opposição tinha abandonado, não contava com Pedro Ivo como seu alliado politico, depois que elle se entregou, mas passava depois a fazer esforços para chamal-o á si. Sr. presidente, não sei que fundamento teve o nobre deputado para avançar esta proposição; parece-me que está completamente enganado, porque o procedimento de Pedro Ivo entregando a sua espada sob a condição, sob a promessa que se lhe fez, de que haveria uma amnistia geral para seus amigos em Pernambuco, e recusa das condições da amnistia, que aqui se lhe offerceu, prova que não foi elle levado por motivos particulares, como lhe attribue o nobre deputado. Pessoa fielissima que fallou com Pedro Ivo assim me informa.

Nem também é exacta a proposição emittida pelo nobre deputado, de que o capitão Pedro Ivo em vez de ouvir-o em que lhe servia de Mentor, tinha-se deixado levar por conselhos de outrem. Não me consta que pessoa proeminente da opposição, ou conhecida como tal, na corte, se communicasse com o capitão Pedro Ivo; só sabbado 11 do corrente me é que um illustre deputado foi saber delle como era este negocio, o que havia de exacto nos boatos que corrião; mas até aquelle momento, quando elle já tinha recusado a amnistia, ninguém lhe tinha fallado, porque era questão muito grave, era questão que podia dizer respeito até á sua propria existencia, e assim ninguém se julgava autorizado para aconselhal-o em negocios de tanta magnitude...

Os Srs. SOUZA FRANCO E MELLO FRANCO: — Apoiado!

O Sr. ANGELO RAMOS: — Ainda encontrei nas declarações feitas pelo nobre presidente da Bahia uma parte que revela que alguma cousa mais

do que se diz houve a respeito das promessas ao capitão Pedro Ivo. O nobre presidente declara que na occasião em que Pedro Antonio lhe apresentou a carta do Sr. ministro da justiça, vira que o nobre ministro dizia que não entrava em tal negocio; como pois o nobre presidente, á vista desta carta, se julgou autorizado a dar passos em contrario áquelles que dava o nobre ministro da justiça? Parece que houve ali alguma coisa que ainda não foi trazida ao conhecimento da camara.

Senhores, a opposição não póde deixar de provocar discussão sobre este negocio afim de que o paiz e o mundo sejam delle bem informado. Como brasileiros não queremos que se dê no Brazil essa anomalia que se dava no reinado de Luiz VIII, em que havia dous governos; não queremos que os factos provem que isto acontece no nosso paiz. Este negocio da commissão dada a Pedro Antonio para arrear seu filho das matias de Pernambuco, em que se envolve a causa daquelles que pegarão em armas naquella provincia, principiou como que querendo-se dar a Pedro Ivo o caracter de novo Coriolano; mas o Coriolano brasileiro não teve a sorte do romano; a Veturia brasileira não teve a sorte da Veturia romana! Depois deu-se ao tenente-coronel Pedro Antonio o caracter de Abrahão conduzindo seu filho ao sacrificio! E' extraordinario, senhores, o que se vê neste negocio! Houve um laço, uma traição; e é triste que de um pai se lançasse mão para servir de algoz a seu! Mas eu tenho esperança, meus senhores, de que uma mão salvadora virá por desfecho a este negocio; espero que esse enredo que tem havido seja desfeto por aquelle que bem ha de comprehender todo este trama, não consentindo no sacrificio das victimas.

O Sr. MELLO FRANCO: — Muito bem!

O Sr. Carneiro da Cunha: — Permitta-me a camara que eu lêa uma carta do pai do Sr. Pedro Ivo, e que recebi depois de publicado o decreto da amnistia. Foi para apresentar esta carta que entreguei ao Sr. ministro da marinha, para confirmar quanto a este respeito disse o nobre deputado pela Bahia, para mostrar que não foi o governo em cousa alguma comprometido neste negocio, que eu pedi a palavra. A carta é esta:

« Ilm. Sr. e amigo. — Bahia, 2 de Maio de 1850. — Tomei seu conselho, e parti para Pernambuco, e tive a fortuna de, retirando meu filho das matias, acabar com a desastrosa guerra que desolava a nossa bella provincia. Elleahi está na corte para onde partiu em companhia do Ezm. Sr. Martins, a alcançar do nosso augusto monarcha a amnistia, que lançando um véo sobre um passado bem triste, também corrige a todos os implicados na revolta para o futuro. Portanto aqui o entrego, pedindo-lhe de o tomar como seu filho, e fazer por elle, e por todos os outros, mesmo os sentenciados, pois este é o unico meio de acabar inteiramente com as dissensões, tudo quanto estiver ao alcance de seu prestigioso valimento. Meu amigo, conto com a sua protecção valiosa, e espero descansado que meus dias se esboçarão pacificos no romance da paz, pelo seu empenho. Note que as suas palavras — que faz aqui — forão as que também me animarão a partir; pois receoso não podia seguir os movimentos de meu coração, porque temia tornar-me o algoz de meu filho. Assim, entrego-o á sua protecção. Et-lo ahí — ampare-o, eu lho rogo. Adeus, e disponha desta que tem a maior honra em assignar-se, com a mais distincta consideração, seu fiel amigo velho. — Pedro Antonio Velloso da Siqueira. »

Sr. presidente, eu fui companheiro do pai e do avô de Pedro Ivo, entretive relações de amizade com estes dous cidadãos, um dos quaes é hoje fallecido. Quando cheguei á Bahia, foi-me visitar

o Sr. Pedro Antonio; perguntel-lhe por que motivo não procurava retirar seu filho de uma luta tão desvantajosa para a patria e para elle mesmo; respondeu-me que tinha receio de não conseguir este fim. Observei-lhe que de fazer bem nunca podia provir mal, e elle seguiu este conselho. Quanto a mim, que poderia eu prometter-lhe? Que influencia, que valia podia presumir ter, para prometter ao pai de Pedro Ivo uma amnistia, um perdão para seu filho? Entretanto, na convicção de que o monarcha ama a todos os brasileiros como filhos, tinha esperança de que elle havia de adoçar a sorte daquelle que, embora tivesse commettido um erro, vinha depois entregar a sua espada.

Pedro Ivo, empunhando a espada para fazer mal ao paiz, ás instituições patrias, era para mim um homem differente daquelle que é amnistiado pelo monarcha. Deploro que tão precipitadamente se houvesse, que tão mal aconselhado fosse, não digo por alguma pessoa da opposição, pois não é de crer que nella houvesse quem tão infenso fosse ao mesmo Pedro Ivo, que lhe aconselhasse recusar uma graça dada pelo monarcha! Precipitado, mal aconselhado por si mesmo foi elle, porquanto a amnistia que se lhe concedia não fechava a porta a um favor maior! O tempo é balsamo que cura as mais graves feridas que homens indiscretos, e muitas vezes iludidos, abrem no seio da patria. O Sr. Pedro Ivo não é um homem politico: seduzido por outros que o lançarão na carreira criminosa em que se achava, podia ainda obter o esquecimento completo deste seu erro. A minha opinião sempre foi que a força deve ser batida com a força, mas quando a resistencia dessa, olhamos para aquelles que combatemos, não com os olhos da vingança, nem do rancor; outros são os nossos sentimentos, porque todos somos brasileiros, todos queremos a paz, a tranquillidade do nosso paiz, a sua prosperidade. Acabada uma revolta, os mesmos que a combaterão são os primeiros que muitas vezes desejão que seus adversarios sejam perdoados, que sejam esquecidos todos os odios, todas as rivalidades.

Em vista destas observações que venho de expender é de lamentar que a nobre opposição gaste seus tiros tão inutilmente em vago e pura declamação! Porque não emprega antes os seus esforços em objectos de que póde colher melhor resultado? Uma opposição bem entendida deve ser assés circumspecta, deve limitar-se áquelles assumptos de cujo resultado o paiz possa utilisar-se.

Quando se apresentou o requerimento dos nobres deputados, declarei aos meus collegas que se sentio proximo a mim, que teria de votar contra semelhante requerimento. Em verdade, sendo, como todos confessão, importante este negocio, não devia a sua materia, como já se observou, fazer objecto de um requerimento; apresentada desta fórma, era como que uma surpresa. No meu entender era de mister prevenir o ministerio, como se usa em outros palcos ácerca de objectos taes, e como mesmo se tem praticado entre nós.

A amnistia, como todos sabem, é uma prerogativa do poder moderador; ao governo compete, depois das grandes crises, concedê-la ampla ou limitadamente, como julgar mais util e conveniente ao paiz; porque é o governo quem responde pela segurança publica. Quando discutido-se a lei da regencia, procurou-se tirar esta attribuição ao governo, fui um dos que opinarão para que ella se lhe conservasse, pois que é o governo quem póde conhecer quando desta attribuição se deve usar.

Argumentou o nobre deputado com a amnistia ou vantagem que ao capitão Pedro Ivo offereceu o Ilm. Sr. Honório. Devo aqui notar que não

era então azada a occasião para tal concessão. Os dissidentes ainda se conservavam armados, persuadião-se que ainda podião vencer, e neste estado como offerecer-lhes amnistia? Foi por isso que Pedro Ivo a rejeitou. Agora o caso não era o mesmo. Tudo quanto disse o Sr. Gonçalves Martins induz a crer que o seu procedimento não foi na qualidade de delegado do governo, foi de um homem que tendo prestado serviços ao paiz, desejava empregar algum esforço para que alguma graça se fizesse ao capitão Pedro Ivo. Como se prova que elle recusasse vantagem maior que a offerecida pelo Sr. Honório? Como pôde o nobre deputado provar que se prometteu o que quer que seja ao capitão Pedro Ivo? Como pôde provar que houve nisto traição? Não é por simples suspeita que se pôde lançar semelhante labéo sobre o governo, é de mister provas, e estas não se apresentam.

Na opinião do nobre deputado houve injustiça em não ser a amnistia plena. O nobre deputado está esquecido de amnistias concedidas no nosso paiz com condições, e que nem por isso perderão de valor. Ah! estão as que foram dadas depois dos movimentos da Bahia, Pará, S. Paulo e Minas.

Não sei que comparação pôde haver entre o capitão Pedro Ivo e Coriolano: este armou-se contra a patria; mas depois sacrificou-se por ella. O Sr. Pedro Ivo ainda poderá para o futuro remediar o mal que fez, mas por ora não representa ainda a segunda parte de Coriolano. A comparação pois não serve....

O Sr. ANGELO RAMOS dá um aparte que não ouvimos.

O Sr. CARNEIRO DA CUNHA: —Valha-me Deus! Nem tudo o que se escreve nas folhas publicas deve servir aos nobres deputados da opposição! Os nobres deputados devem procurar os seus argumentos em fontes mais certas, mais verdadeiras; as suas accusações devem ser sobre bases exactas: para dallas tirar o fructo que devem desejar. Na posição em que me acho não sou dos que apoião o governo em tudo e por tudo; mas talvez a opposição que tenho visto no meu paiz me tenha collocado no lugar em que me acho; se as opposições que tenho visto fossem como devião ser, isto é, querer o poder pelos meios legais, pela tribuna e pela imprensa, talvez estivesse com ella; mas a opposição tem aberrado destes principios, tem lançado mão de meios que reprovoo. Estas observações não as dirijo aos nobres deputados, mas sinto que os nobres deputados, protestando não approvarem a revolução de Pernambuco, não imitassem desta parte ao Sr. Behring, que manifestamente declarou que não annula a semelhante movimento. Nas discussões, tanto desta camara como do senado, não vi uma declaração expressa, protestando altamente contra semelhante meio; podia-se dizer muito bem: —Essa revolução é uma aberração dos nossos principios, é um mal immenso que se faz ás instituições do paiz, é querer acabar com a integridade, com a constituição do imperio.

Repito, se não fóra o caminho errádo que tem trilhado a opposição, talvez estivesse com ella; mas nunca hei de assentar-me nos seus bancos, quando não a vejo estigmatizar fortemente movimentos como os de Pernambuco e outros, para os quaes nenhum motivo justo se apresenta. Pôde um povo insurgir-se quando um poder destróe as suas garantias, viola abertamente a lei fundamental do estado, como aconteceu em França, no tempo de Carlos X; mas no Brazil não se deu ainda semelhante facto; podem os ministros, como todos os homens, commetter erros, podem errar, como errão os nobres deputados, como errarão os collegas do nobre deputado durante os cinco annos que estiverão no poder.... E em

verdade, se não quizesse tomar mais tempo á camara, apontaria os erros das administrações que merecerão o apoio do nobre deputado; poderia apresentar os males por que passou o Brazil, a oppressão, o vexame que pesavão sobre provincias inteiras, enda não havia a menor sombra de liberdade. Por exemplo, a Parahyba soffreu uma inversão geral....

O Sr. PRESIDENTE: —Perdõe-me o Sr. deputado; eu lhe rogo que se cinja á questão.

O Sr. CARNEIRO DA CUNHA: — Foi uma pequena digressão; mas eu vou concluir.

Hei de votar contra o requerimento, por isso que quero que os nobres deputados apresentem uma interpellação, prevenindo o ministerio e a camara para se lhes poder dar uma resposta cabal.

O Sr. 1º SECRETARIO (pela ordem) lê um offício do Sr. ministro dos negocios estrangeiros, pedindo dia e hora para apresentar o relatório da repartição a seu cargo.

O Sr. PRESIDENTE: — A sessão de amanhã ao meio-dia.

O Sr. SAYÃO LOBATO (silencio; signaes de attenção): —Sr. presidente, confesso a V. Ex. e á camara que sobremodo fiquei sorprendido da maneira..... não sei se qualificarei da invectiva com que o digno Sr. deputado pela Bahia se dirigio nominalmente a mim! Ainda mesmo agora, que tantas horas são passadas, não posso attinar com o verdadeiro motivo que dictou tão insolito procedimento; porquanto é evidente que não posso dar interpretação litteral á phrase que me dirigio o illustre deputado, por isso que tendo consciencia de minha pequenez, conhecendo a alta importancia do illustre Sr. deputado, está visto que jámais elle se poderia abaixar a solicitar a minha approvação individual, quando tinha tão assignalado triumpho conseguido perante o tribunal da opinião publica, para a qual se dirigio no seu ultimo discurso! Tambem não poderia tomar o dito do illustre Sr. deputado como um modo de querer entrar em alguma questão pessoal que por ventura julgasse dever ter commigo por qualquer opinião que eu houvesse particularmente emitido a seu respeito, por qualquer sem-razão ou injustiça mesmo que eu houvesse praticado no tocante ao seu procedimento como presidente da provincia da Bahia. Velho parlamentar, tão destro nos estylos, nas tacticas do parlamento, não era possível que o illustre Sr. deputado quizesse abusar por tal modo da solemnidade da occasião para trazer uma questão pequena, toda particular, toda individual. Tambem não posso de forma alguma suspeitar que esse dito do illustre deputado fosse como um desabafo, ainda que indirecto, a respeito de qualquer entidade a quem se não quizesse mesmo dirigir, isto é, a respeito de algum membro do governo, visto que alguma folha da opposição por ali apregoa que eu entretenho relações mais intimas com um dos membros do gabinete; mas de forma alguma posso admittir semelhante sentido, contra o qual altamente protesta a opinião franca e leal do illustre Sr. deputado, que é um dos mais dignos delegados do governo imperial, um dos mais valentes sustentáculos deste governo nesta camara, como mesmo elle revelou no magnifico discurso proferido na anterior sessão, no qual brilha a par dos mais generosos sentimentos de lealdade e pronunciada intenção de carregar só com a responsabilidade de actos proprios, uma franqueza, uma lucidez de expressão que seguramente é para levar a convicção ao animo de todos aquelles homens capazes de render homenagem á verdade. De outro lado, tambem protestava contra este sentido, que aliás seria muito maligno da minha parte, a summa equidade e exquisita generosidade do illustre deputado pela Bahia, que provas tão assignaladas

como extraordinarias deu a respeito destes individuos réos de justiça que se retirarão das matas de Pernambuco, e forão ter á provincia da Bahia. Mas, Sr. presidente, seja de qualquer modo que proviesse o dito que me chamou a esta discussão, eu me vejo forçado a entrar nella. Homem novo, como sou, desconhecido no paiz, não posso deixar de carregar ou com immenso odio, ou com o achincalhe ainda mais desgostoso que do alto do carro de seu triumpho atirou o nobre deputado pela Bahia. Eu devo ao paiz franca e sincera exposição da minha opinião; da opinião que, como cidadão, e principalmente como deputado, tenho direito de emitir muito francamente a respeito de todos os actos da vida publica do qualquer funcionario, e principalmente a respeito de um funcionario tão distincto, collocado em tão graves e complicadas circumstancias como se achava o illustre deputado a quem respondo. Mas, entrando nesta questão, eu devo pedir a V. Ex. licença para rogar ao illustre deputado, a quem respondo, que se digne acreditar que não ha ninguém que lhe faça uma justiça mais ampla e mais inteira do que eu a respeito do seu caracter, de suas intenções, dos serviços por elles prestados, e da sua immensa capacidade para prestar ainda novos ao paiz: 17 annos de vida parlamentar o recommendão á estima dos brasileiros; elle sabe que eu não sou um dos menores entusiastas, ou admiradores seus; mas, fazendo distincção de sua pessoa, a quem estimo extraordinariamente, e muito respeito, eu vou considerar em abstracto o seu procedimento official, como administrador da provincia da Bahia, a respeito dos réos de justiça Pedro Ivo e companheiros, e muito francamente emitirei a minha opinião a respeito deste procedimento.

Sr. presidente, entendo que o procedimento do illustre deputado, quanto ao modo por que tratou esses réos de justiça desde que chegaram á provincia da Bahia, sobre ser irregular, isto é, contrario a direito, foi altamente inconveniente, isto é, foi altamente impolitico. Mas, antes de entrar nesta demonstração, permitta-me o illustre deputado que eu faça uma ligeira rectificação a uma parte do seu discurso, a respeito da qual tenho perfeito conhecimento, como muitos illustres deputados, e vem a ser o que observou o illustre deputado a respeito da carta do nobre ministro da justiça dirigida ao tenente-coronel Pedro Antonio da Silveira. Disse elle (14): « lendo essa carta percebi que a recusa provinha de estabelecer elle condições para essa missão, como a amnistia que o Sr. ministro dizia que era tarde, etc. »

Era tarde, não era mais tempo de conceder. Seguramente o illustre presidente entendeu de muito boa fé que a recusa do nobre ministro da justiça talvez proviesse da apresentação de condições impertinentes; mas o que eu posso asseverar sem medo de cabir em erro, mesmo pela immediata communicação que o nobre ministro da justiça me fez a mim, e a muitos outros Srs. deputados, é que elle muito categoricamente não admittio a proposta que lhe fazia o tenente-coronel Pedro Antonio da Silveira, não a admittio redondamente, como a não admittiria ainda mesmo sem condição alguma; e como havia o nobre ministro autorisar que um intermediario se levantasse para negociar a pacificação com aquelles perdidos, aquelles bandidos das matas de Pernambuco? Senhores, para tanto bastava o conceito que estes homens já tinham merecido do honrado ministro da justiça, como se deprehende da falla do throno com que se abriu a primeira sessão desta legislatura; não era possível mesmo que se admittisse mais a idéa de um intermediario tratando deste negocio, quando o Sr. Honorio Hermeto Carneiro Leão, digno presidente de Pernambuco, tinha mesmo, segundo deu á conhecer á casa o illustre deputado a quem

respondo, *exagerado os meios de conciliação*; ainda mais, não era possível que o nobre ministro da justiça precisasse aproveitar um meio qualquer em uma outra provincia para regularisar as cousas de Pernambuco, quando á testa desta provincia tinha o digno conselheiro H. H. C. Leão, um dos primeiros estadistas do imperio, um homem que pelo seu talento, pelo seu patriotismo, pela sua capacidade e serviços, e pelo seu prestigio, merecia a mais ampla confiança do governo. (Apoiados.) Portanto, digo com todo o conhecimento de causa que o nobre ministro da justiça repellido inteiramente a proposta que lhe fez o tenente-coronel Pedro Antonio da Silveira, para se constituir intermediario para com seu filho. Com isto não quero fazer a menor censura á empresa empreendida pelo honrado deputado pela Bahia, de se aproveitar da espontanea lembrança do tenente-coronel Pedro Antonio da Silveira; seguramente que o seu procedimento foi todo dictado pelo patriotismo, pelo civismo o mais acrisolado; mas, o que é fóra de questão é que de *motu proprio*, por inteira deliberação sua, empreendeu a sua obra, autorizou o tenente-coronel Pedro Antonio a seguir para as matas de Pernambuco.

Chego agora ao verdadeiro ponto da questão, isto é, o procedimento havido com esses réos de justiça na cidade da Bahia; eu disse que julgava que este procedimento fóra sobre irregular, isto é, contrario a direito altamente inconveniente, isto é, altamente impolitico. Quanto á irregularidade a respeito do direito, parece-me que o nobre deputado a reconheceu, consequentemente nada mais posso acrescentar, mesmo até por causa da clareza da evidencia da questão.

O SR. WANDERLEY:—Não apoiado.

O SR. SAYÃO LOBATO:—Não apoiado! Pois esses réos não erão réos de crimes inafiançaveis! Estando debaixo da acção das autoridades não devião ser recolhidos a qualquer prisão do estado? Devião ser considerados como prisioneiros de guerra, e devião ter toda a provincia por homenagem? Não erão elles considerados pelo mesmo Sr. presidente da Bahia como réos de crimes atrozes, que nenhuma côr politica tinham; porque toda á côr politica desapareceu em 2 de Fevereiro? Não erão elles verdadeiros bandidos?

O SR. WANDERLEY:—Não apoiado.

O SR. SAYÃO LOBATO:—Não erão até designados na falla, que na abertura da primeira sessão desta legislatura proferio Sua Magestade do alto do throno, como *homens perdidos*....

O SR. WANDERLEY:—Se fossem bandidos não serião amistiados.

O SR. SAYÃO LOBATO:—Não erão bandidos na phrase official do illustre presidente de Pernambuco?

Senhores, réos de crimes taes, réos de crimes inafiançaveis, sujeitos á acção da autoridade, não podião estar senão recolhidos a uma prisão; até porque um era desertor do exercito, e todos ou quasi todos se achavão pronunciados! Esta questão é tão clara, é negocio tão evidente, que não soffre contestação, e nenhum illustre deputado a contestará razoavelmente: e bem se deprehende de certas palavras que o nobre deputado me dirigio afinal, as quaes não vejo impressas no *Jornal*, que comquanto elle reconhecesse o desvio do procedimento regular punha á margem, desprezava essa questão de formulas juridicas....

—Se não me engano, disse o nobre deputado, essas suas allegações são *conversas de escriptorio*, não são cousas que mereção attenção a um sabido administrador....

Mas eu digo que, além de irregular, foi al-

tamente inconveniente este procedimento. Supponho, Sr. presidente, que no estado em que se acha hoje a questão, não se poderá pôr em duvida esta minha asserção, porquanto é certo que tal procedimento, tão insolito como inesperado da parte de um alto funcionario do estado, era para ser interpretado, até mesmo pelas pessoas da melhor fé, como muito excentrico, fora das regras ordinarias, e destinado a um grande fim, como se houvessem instrucções particulares, em falta de circumstancias imperiosas conhecidas, que levassem esse administrador a trilhar senda tão opposta á que era de esperar que trilhasse. Quando vejo que um homem de tanto talento como o Sr. conselheiro de estado H. H. Carneiro Leão tanto assim o entendeu, que até deplorou em um documento solemne que elle não fosse em tempo sebedor de taes instrucções; quando vejo um dos dignos orgãos da provincia de Pernambuco nesta casa deplorar que no paiz se dessem acontecimentos desta ordem, como o ensanguentar e quasi arruinar uma provincia inteira, que aquelles que assim commetteram os crimes mais atrozes fossem, depois de depositar as armas, repousar tranquilos em alguma provincia do imperio, como se achassem asylo em um Cantão Suizo; quando de tal procedimento proveio que a opposição tirou o argumento mais valioso para querer persuadir o paiz de que houve um compromisso com os rebeldes das mattas de Pernambuco, e que hoje se falta á fé promettida; quando vejo que de um tal procedimento proveio que esses réos tanto se equivocarão sobre a sua posição, que chegarão ao ponto de se persuadirem que na corte tinham direito ás mesmas attentões que nas provincias, desdenhando na sua allucinação o acto magnifico, que foi não só grandioso como excessivo em attentão á gravidade dos crimes, regelhando esse decreto de amnistia, filho da clemencia do augusto chefe do estado; quando vejo que o nobre presidente da Bahia (perdoe que o diga) com mingua do acatamento devido á corôa, antecipou os effeitos da amnistia, tratando esses réos de justiça com se não fossem réos; quando vejo que este procedimento collocou o governo no embarço, ou quasi na necessidade de seguir o rumo traçado por aquelle delegado seu sob pena de desgoatar a tão benemerito servidor com um proceder em contrario, ou na difficuldade de tomar sobre si o odioso de pôr pela primeira vez medidas vigorosas e energicas em pratica, que se postas em pratica desde o principio não tinham esse odioso, porque os réos entregando-se vinhão com consciencia da sua criminalidade, e ainda que muito confiasse na clemencia de Sua Magestade, no apadrinhamento do nobre deputado, resignar-se-hião á sua sorte, e é de crer que este acto da munificencia imperial os acharia dispostos a receber de joelhos da mão augusta a maior das graças; quando vejo tudo isto, poderei dizer que este procedimento não foi altamente impolitico? Não, Sr. presidente, com a mão no coração, digo que o procedimento do nobre deputado foi altamente impolitico.

Senhores, a experiencia nos mostra que muitas vezes procura-se chegar a um fim empregando-se os meios os mais complicados, como que a principio desconfiando-se do caminho natural, breve e regular, vai-se esgotar outros meios, e a imaginação de tal modo desvia o agente do procedimento regular, que elle se emmaranha em um pelago de difficuldade, e depois pela propria experiencia reconhece o erro praticado; tarde reconhece que o caminho ordinario era o mais proprio a seguir, que nunca devia ser abandonado.

Se esses réos sahidos das mattas, e postos debaixo da acção das autoridades, tivessem sido tratados como naturalmente acrição por qualquer

presidente que quizesse seguir a rotina; se tivessem sido recolhidos a uma prisão, embora se adocasse a sua sorte com todos os lenitivos que a humanidade reclama, que aquellas circumstancias requeria, embora fossem tratados com todas as attentões, como homens que de algum modo espontaneamente tinham buscado o gremio da sociedade, que mostravam confiança na clemencia imperial, seguramente nem a opposição poderia dizer que tinham havido compromissos, porque desde o principio não terião sido tratados como homens que tinham direito a considerações especiais, nem o illustrado presidente de Pernambuco se equivocaria a respeito do procedimento insolito de outros collegas seus, ao ponto de suppor que houvessem instrucções particulares, e por alguns momentos não se queixaria da inconveniencia de não ter chegado a elle essas instrucções; nem o nobre deputado por Pernambuco que aqui elevou a sua voz teria feito as observações que fez, tão verdadeiras como fortes e significativas, e seguramente o arrojo desses réos não chegaria ao ponto de loucura de desdenharem um acto de summa clemencia.

Concluo, Sr. presidente, que para mim é fóra de questão que este procedimento foi tão irregular como inconveniente, e altamente impolitico, e a prova é que ainda custou ao seu nobre autor, no empenho de justificar-o, certas declarações que considero por si mesmas inconvenientes, e que de nenhum modo servem para justificação; por exemplo, disse o nobre deputado (14):

«Tendo promettido receber Pedro Ivo, no caso d'elle ser bom filho, como um amigo, etc.»

Houve tempo em que um ministro se lembrou de expender nesta casa a theoria de favores aos amigos e justiça aos inimigos; theoria tão estranha, tão fóra de todo o sentimento de justiça e de dignidade que deve caracterisar o governo. O nobre deputado pela Bahia, que então tambem tinha assento nesta casa, foi um daquelles que, com a sua argumentação forte, com o seu sarcasmo irresistivel, pulverizou esta theoria. Mas, Sr. presidente, eu de coração deploro ver que praticamente o illustre deputado pela Bahia não duvidasse desenvolver essa theoria, barateando estes favores a Pedro Ivo, porque o tinha em conta de amigo; não, favores de relaxação de prisão não podia conceder, ainda mesmo a qualquor amigo velho que por infelicidade tivesse commettido um crime que determinasse a detenção legal em uma prisão de estado.

Outro topico (15): «O nobre deputado tocou em um facto que tem parte de verdadeiro. No dia do meu embarque, em consequencia de noticias que foram daqui, de que elles aerião mal recebidos e processados, etc., apresentarão-se, de manhã, Miguel Affonso e Pedro Ivo dizendo-me este que aquelle desejava ficar na Bahia, e esperar a sua sorte alli; ao que lhe respondi eu perguntando-lhe de que humor estava elle Pedro Ivo, respondeu elle: — Eu vou, aconteça o que acontecer. — Disse eu: — Faz bem, obra como militar, o Sr. Miguel Affonso deve fazer o mesmo. Eu já disse que me apresentaria, etc., etc.»

Este dialogo que o illustre deputado pela Bahia nos deu com estes réos de justiça realmente sobremodo me contristou. Eu me lembro que tempo houve em que o administrador de uma provincia entendem que era serviço publico internar-se nas mattas para procurar um bandido que lá se achava acastellado, afim de por malos susosrios trazê-lo ao gremio da sociedade; um tal procedimento foi com razão estigmatizado por indecoroso. Mas, Sr. presidente, neste dialogo, em que se empenhou o nobre deputado, quando presidente da Bahia, com réos de justiça que devião estar debaixo de sua acção, sahidos como homens presos, na alguma causa que ainda mais me avexa do que a conferencia das mattas. Se os bandidos destas estavão constituídos

em forte posição, se tinham bacamartes em suas mãos; por este dialogo, vejo que o nobre deputado empresta a esses já desarmados uma força moral, que muito mais os qualifica, que os constitue ainda mais respeitáveis que os outros: o bacamarte do bandido mata e fere, e portanto é para impôr a quem recear pela vida, e pôde conquistar attensões: porém a força moral só pertence á autoridade legitima, ao homem honesto; concedê-la pois a homens na posição de Pedro Ivo e Miguel Affonso, é reconhecer-lhes um predicaço que repugna inteiramente.

Sr. presidente, talvez eu me tenha excedido, talvez expressões vehementes, que não estavam em meu propósito, escapassem de meus labios, mas digo com franqueza que ellas de modo nenhum provêm de qualquer suspeita que porventura eu pudesse nutrir contra o caracter nem contra as intenções do illustre deputado pela Bahia. Repito a V. Ex. que eu rendo homenagem a seus serviços, ás suas intenções, ao seu patriotismo; considero com toda a franqueza o seu procedimento, procurando o mais possível separar-o da sua pessoa, visto que, ligando este procedimento á sua pessoa, eu desconho até do uso da minha razão, porque digo que um homem como o Sr. Gonçalves Martins não era para ter um procedimento que, a meu ver, é tão censuravel, tão irregular.

No que acabo de expôr está visto que não pôde haver o menor vislumbre de reparo a respeito da politica do governo. O Sr. Gonçalves Martins, com a lealdade que o caracteriza, mostrou evidentemente que o governo não teve parte alguma no seu procedimento, pelo qual é elle sómente responsavel. Ao governo geral não cabe por consequencia o menor reparo; até no seu procedimento não vejo senão muita conformidade ao meu modo de pensar; desde que Pedro Ivo e companheiros transpuzeram a fortaleza de Santa Cruz, forão recolhidos a uma prisão de estado.

Confesso que foi com muita indignação que ouvi um illustre deputado da opposição apresentar Pedro Ivo como uma entidade que poderia ser posta em frente do governo, dizendo: — Quando Pedro Ivo tanto se recommenda á estima publica, adquire um nome historico, é quando o governo procede desta modo. — Este dizer do nobre deputado revela o que eu em alguma occasião já disse que descobria em certos discursos do nobre deputado a quem me refiro, revela que a nossa sociedade ainda não está escapa da tormenta revolucionaria (*apoiados*), e que é mister que o governo comprehenda a sua posição, e desenvolva toda a energia que as circumstancias actuaes requerem. (*Apoiados*.)

Tenho dito.

O Sr. Souza Franco: — A conclusão é que o Sr. Gonçalves Martins deve ser processado.

O Sr. 1.^o SECRETARIO (*pela ordem*) lê um officio do Sr. ministro da marinha, em que pede dia e hora para apresentar o relatório de sua reparação.

O Sr. PRESIDENTE designa o dia de amanhã, á uma hora.

Continua a discussão.

O Sr. J. M. WANDERLEY (*movimento de attenção*): — Sr. presidente, eu ignoro se o illustre deputado que acaba de sentar-se, é que se declarou confidante do honrado ministro da justiça....

O Sr. SAYÃO LOBATO: — Confidencia barateada a muitos Srs. deputados, mais de trinta Srs. deputados se levantarão para....

O Sr. WANDERLEY: — Eu ignoro se o honrado membro terá confidencias do nobre ministro da justiça nas censuras acerbas que dirigio ao meu honrado collega e amigo, deputado pela provincia da Bahia....

O Sr. SAYÃO LOBATO: — Não disse que tinha confidencia nas censuras.

O Sr. WANDERLEY: — O nobre deputado não me deixou acabar as phrases.

Dizia eu, senhores, que ignorava se o nobre deputado que declarou ter tido a respeito da carta citada pelo Sr. Gonçalves Martins, e escripta ao tenente-coronel Pedro Antonio, confidencias do honrado ministro da justiça, também as teria sobre o procedimento do honrado presidente da Bahia na direcção dos negócios que occupão nossa attenção.

O Sr. Souza Franco: — E' provavel, é provavel. (*Risadas*.)

O Sr. WANDERLEY: — Quanto e devo crer que não; creio antes que o nobre deputado, nas censuras que fez, procedeu por conta propria.

O Sr. SAYÃO LOBATO: — Seguramente, como sempre procedo.

O Sr. WANDERLEY: — Lastimo que tenha lugar semelhante discussão entre membros de mesmo lado. (*Muitos apoiados*.)

O Sr. SAYÃO LOBATO: — Quem foi chamado nominalmente a ella?

O Sr. WANDERLEY: — Mas, visto que o meu illustre collega deputado pela Bahia não pôde mais ter a palavra para repellir essas censuras acerbas que o nobre deputado lhe fez para combater um seu dito aliás muito innocente, vejo-me obrigado a tomar parte nesta discussão; recala o effeito della sobre quem de direito fôr.

Senhores, eu também ás vezes chego a duvidar se me acho em meu perfeito juizo (*risadas*), quando noto a differença de medidas por que se atherem os procedimentos desta ou daquela autoridade. Se olho para o procedimento do administrador da provincia de Pernambuco, só vejo elogios e hosanas entoados pelos nobres deputados; quando olho para o procedimento do nobre deputado pela Bahia, só vejo censuras, e censuras vehementes como as que lhe forão agora feitas. (*Não apoiados*.)

ALGUNS SRS. DEPUTADOS: — Não, não é geral.

O Sr. Souza Franco: — O mais que é possível. (*Risadas*.)

O Sr. WANDERLEY: — Vejamos se o procedimento de um e de outro administrador na questão que nos occupa deve merecer elogios ou censuras, se o procedimento do primeiro merece elogios, como eu também quero conceder, o procedimento do segundo por certo não deve merecer estas censuras. (*Apoiados*.)

Sr. presidente, quando o honrado presidente de Pernambuco tomou conta daquella administração, é certo, e ninguém contesta, que nenhuns grupos armados havia que hostilizassem o governo, e perturbassem a ordem publica. Aquelle presidente se achava munido do decreto de 11 de Janeiro de 1849, que autorizava o presidente da provincia de Pernambuco a conceder amnistia áquelles rebeldes que depuzessem as armas e se submettessem ao governo imperial. Eis-aqui o teor do decreto: « Hei por bem autorisar o presidente da provincia de Pernambuco para conceder amnistia áquelles individuos comprehendidos na rebelião que se tornarem dignos de minha imperial clemencia, depondo as armas e submettendo-se ao meu governo. — Enxebre de Quelroz Coutinho Mattoso Camará, de meu conselho, etc. »

Logo, a intenção com que se lavrou o decreto era que sómente elle fosse applicado áquelles rebeldes que depuzessem as armas, submettendo-se ao governo imperial; mais o que fez o presidente de Pernambuco? E' de seu relatório que eu deduzo o seu procedimento. Diz elle (le): « Noventa

e tantas pessoas foram assim amnistiadas sem limitação ou condição, etc. »

Diz mais que estas amnistias foram concedidas a muitos réos pronunciados por causa da rebelião, e a outros que ainda o não estavam. Ora, se o presidente de Pernambuco julgou-se autorizado pelo decreto que concedia amnistia áquelles que depuzessem as armas, submettendo-se ao governo imperial, a amnistiar também aquelles que estavam processados, se os honrados membros entendem que esse presidente obrou como politico profundo, como censurar o presidente da Bahia por ter recebido réos que depuzeram as armas, e por conduzi-los á presença do governo imperial para receberem a graça que estava liberalizando o presidente de Pernambuco? Se acaso Pedro Ivo se dirigisse ao presidente de Pernambuco, o lhe declarasse que estava prompto a submeter-se ao governo imperial, segundo o texto do decreto, segundo os actos praticados pelo Sr. Carneiro Leão, Pedro Ivo não receberia uma amnistia ampla sem limitação ou condição, como o Sr. Carneiro Leão concedeu a outros já processados? *(Ha um aparte.)* Diz o honrado deputado que era naquella occasião: eu já demonstrei que o Sr. Honório fez applicação do decreto a réos já processados.

O SR. PAES BARRETO:—Pedro Ivo já tinha rejeitado.

O SR. WANDERLEY:—Mas quem diz que quem rejeita uma vez rejeita sempre?

Vejamos, senhores, se o procedimento do presidente da Bahia, em receber e conservar soltos, sob sua palavra, os réos que vinham apresentar-se ao governo imperial, não acha exemplo no procedimento do presidente de Pernambuco. E' do relatório do mesmo Sr. H. H. Carneiro Leão que eu deduzo o seu procedimento, que não foi achado inconveniente, nem irregular, nem altamente impolitico.

O SR. SAYÃO LOBATO:—Eu não discuti o procedimento do Sr. Honório.

O SR. WANDERLEY:—Eu é que quero mostrar que se o procedimento do Sr. Honório merece elogios, também os desejo para o meu honrado collega e amigo deputado pela Bahia.

O SR. SAYÃO LOBATO:—Encarregue-se o nobre deputado desta demonstração.

O SR. WANDERLEY:—E' o que eu estou fazendo.

O SR. SAYÃO LOBATO:—Se eu pudesse responder, mostraria a improcedencia da comparação.

O SR. WANDERLEY:—Diz o illustre presidente de Pernambuco *(18)*: « Cerca de tres mezes se consumirão em tentativas de conciliação, etc. » Senhores, não foi contrario á dignidade do governo imperial, não foi contrario aos principios de ordem que todos professamos, que o chefe das forças legaes por tres mezes sustasse as operações da guerra contra os rebeldes; mas é contra a dignidade do governo, é altamente impolitico que o presidente da Bahia conservasse soltos réos que elle tinha certeza de que se não evadirão.

O SR. JOBIM:—Estava doente o general.

O SR. WANDERLEY:—Para prova de que a razão da suspensão das operações militares não era por doença do general, aqui está o relatório que diz: « Cerca de tres mezes se consumirão em tentativas de conciliação. Todos os esforços foram empregados no intuito de evitar um rompimento e o reaparecimento da guerra civil. »

Vê pois o nobre deputado que me honrou com o seu aparte que não foi por doença do general que se suspenderão as operações militares, mas sim por causas das tentativas de conciliação.

O SR. REZENDE:—Por ordem do presidente da provincia.

O SR. WANDERLEY:—Não digo outra cousa.

Ainda mais, o administrador da provincia de Pernambuco, segundo elle mesmo diz nesta peça official, de que tenho lido alguns trechos, mandou occupar um dos engenhos de Miguel Affonso, e promettendo este ou seu irmão que não tomaria parte de novo na desordem, mandou retirar a força alli destacada; negociou igualmente com os rebeldes, sem que por isto tenha merecido, nem eu lhe faça censura alguma. Pergunto eu: se todos estes actos na opinião dos homens justos não degradão da maneira alguma o governo, porque os meios conciliatorios sempre são preferiveis aos meios de força... *(Apoiados.)*

O SR. SAYÃO LOBATO JUNIOR:—Quando?

O SR. WANDERLEY:—... sempre que elles podem ter lugar com proveito da causa publica: se isto é exacto, como censurar o presidente da Bahia por ter-se aproveitado de um meio não official, mas sim officioso, para fazer com que esses réos viessem depor as armas, e submettessem-se ao governo imperial? Duas épocas ha que devemos discriminar na conducta da presidencia da Bahia: a primeira é quando elle autorizou particularmente o pai de Pedro Ivo para dirigir-se ás matas de Agua-Preta; e a segunda, depois da apresentação dos réos. No primeiro caso, é sabido que a rebelião nas matas ainda não tinha soffrido derrota alguma que fosse digna de nota, e por consequencia o fim que teve em vista o presidente da Bahia era, além de louvavel, politico, e podia produzir muito vantajosos resultados.

O SR. SAYÃO LOBATO:—Ninguém o censura por isto.

O SR. WANDERLEY:—Nesta parte diz o nobre deputado que o não censura; resta portanto a segunda época ou periodo desta chamada negociação, isto é, da apresentação dos réos na provincia da Bahia: o procedimento do seu presidente foi pelo honrado deputado acclamado de irregular por illegal, inconveniente e altamente impolitico. Entendeu elle ser irregular por illegal que um réo de alta justiça, creio que assim se expressou...

O SR. SAYÃO LOBATO:—Réo de justiça.

O SR. WANDERLEY:—...pudesse ser conservado solto.

O SR. SAYÃO LOBATO:—Em crime inafiançavel.

O SR. WANDERLEY:—Em crime inafiançavel. Eu nessa occasião disse ao nobre deputado que não concordava com a sua opinião, e para isto tinha duas razões muito ponderosas; a primeira é que não vejo esta disposição legal que autorise a opinião do honrado membro; e a segunda é que faço alguma differença entre os crimes meramente individuais e os crimes politicos.

O SR. SAYÃO LOBATO:—Em 2 de Fevereiro, disse o nobre deputado, tinha acabado a cor politica...

O SR. WANDERLEY:—São modos de dizer. Penso que quando o honrado deputado julga contra direito conservar-se solto um réo de crime inafiançavel, refere-se ao art. 175 do código do processo criminal.

O SR. SAYÃO LOBATO:—Refiro-me ao systema inteiro da nossa lei de processo.

O SR. WANDERLEY:—Se não estou enganado, o art. 175 do código do processo diz que os réos de crimes inafiançaveis podem ser presos antes da culpa formada, de modo que a prisão do réo não é mais do que uma segurança no caso de desconfiança de que elle se possa evadir. Se é facultativa esta disposição da lei, como quer o nobre deputado censurar o presidente da Bahia

porque não fazia efectiva a prisão dos réos, e quando elle não era autoridade judiciaria neste caso? Ainda mais: do mesmo artigo se vê que ordem de prisão só pôde ser expedida por autoridade competente, porque diz o artigo: — Só se effectuára a prisão por ordem escripta da autoridade legitima. — Pergunto eu: o presidente da Bahia não praticaria de alguma forma um acto contrario á lei, se acaso, por deliberação sua, mandasse prender esses réos? Também este principio rigoroso applicado á prisão dos réos tem especialmente lugar nos crimes individuaes; nos crimes de outra ordem, nos crimes que nós chamamos politicos, muitas vezes os réos são conservados soltos antes de serem apresentados ao julgamento; muitissimas vezes o governo entende-se, negocia com esses réos, e depois os deixa voltar para a frente de suas forças. Será isto uma coisa que não se tenha passado, e que não se esteja passando aos nossos olhos? Ignora o honrado deputado que encarregou-se de censurar o presidente da Bahia...

O SR. SAYÃO LOBATO: — Encarregar-me não; fiz de motu proprio.

O SR. WANDERLEY: — Digo, encarregou-se; o nobre deputado pela Bahia não me encarregou de fazer a sua defesa, mas eu encarrego-me de a fazer; portanto, não posso retirar a expressão, que não é offensiva ao nobre deputado.

O SR. SAYÃO LOBATO: — Mas enfim ha certa insinuação...

(Ha um outro aparte que não ouvimos.)

O SR. WANDERLEY: — Já disse ao honrado deputado que o meu illustre amigo não pôde responder-lhe, e uma censura feita a um meu amigo julgo-a superior a uma feita a mim.

O SR. APRIGIO: — Apoiado.

O SR. WANDERLEY: — Ignora o honrado deputado que se encorregou de censurar o presidente da Bahia, que o barão de Jacuhy, invadindo o estado vizinho, commettendo alli attentados que talvez arrastem o imperio a uma guerra estrangeira (apoiados), voltou ao nosso territorio, foi preso por um official da nossa força, e que depois em caminho, foi arrancado da escolta que o conduzia, e que esse barão de Jacuhy é igualmente official do exercito brasileiro?

O SR. SAYÃO LOBATO: — Honorario.

O SR. WANDERLEY: — E' official do exercito, está sujeito ao commando das armas. Entretanto o que vemos? Que por parte do presidente da provincia, o Sr. Pimenta Bueno, se mandou um agente entender-se com este chefe de... bandos...

O SR. NEBIAS: — Já se sabe que o Sr. Pimenta Bueno mandou?

O SR. WANDERLEY: — O illustre deputado ousa contestar este ponto, que não é contestado por ninguém? Eu estou dizendo aquillo que sahio nas folhas publicas; não tenho confidencias de ninguém, digo aquillo que ouço. Ouvi dizer que foram dous officiaes superiores do nosso exercito entender-se com esse chefe, não sei se de rebeldes, que se designou o lugar da conferencia, que o barão de Jacuhy voltou á frente de seus partidarios. Ignora-se isto? Não, senhores; e neste caso poderei eu censurar como um acto impolitico o procedimento do Sr. Pimenta Bueno, e dizer que elle tem contemplações com os criminosos, que os não prende? Poderá acaso dizer que este acto não foi praticado na melhor boa fé, com as mais louvaveis intenções?

(Ha um aparte.)

Eu entendo que a boa fé e a lealdade são grandes qualidades, ainda mesmo entre os salteadores, quanto mais entre homens e governos civilizados: um governo que manda entender-se

com qualquer chefe de forças rebeldes, deve cumprir aquillo que trata e não atraiçoal-o. Ora, porque razão se praticão semelhantes actos, que por ninguém são censurados, nem o podem ser razoavelmente? Porque sem duvida se entende que em certa ordem de crimes, como v. g., os crimes politicos, não são em tudo applicaveis as mesmas regras de legislação como nos crimes individuaes. Por isso o presidente da Bahia entendeu, e entendeu muito bem, que aquelles réos que se vinhão apresentar, posto já tivessem sido batidos, mereciam mais alguma contemplação do que se estivessem incurso em crimes individuaes; o presidente podia portanto conservar os soltos sem que com isto contrariasse lei alguma, sem que contrariasse os principios ou as conveniencias politicas, que o Sr. deputado aliás entendeu terem sido postergados. Vejamos se forão tambem.

O digno presidente da Bahia aqui nos declarou que todos os passos que elle havia dado no intuito de revocar das mattas o capitão Pedro Ivo tinham sido communicados ao governo imperial. (Apoiados da opposição.) Se o governo entendia que semelhantes actos erão altamente impoliticos, deveria *incontinenti* reprová-los (apoiados); mas assim, por certo não succedeu. Não foi pela razão que o nobre deputado aventurou de quer o governo ter contemplações com aquelle presidente, porque em caso de tanto interesse, e tal magnitude, não se tem contemplações com os mais intimos amigos. (Apoiados.) O presidente, por consequente, podia entender que os passos que dava para conseguir o fim a que se tinha proposto não erão reprovados pelo governo imperial.

O SR. ROCHA: — Devia entender.

O SR. WANDERLEY: — Devia entender que não erão reprovados, diz o Sr. Rocha, que é autoridade nesta materia. (Risadas gerais.)

O SR. ROCHA: — Gosto sempre da lealdade.

O SR. WANDERLEY: — Sou o primeiro a reconhecer, e o honrado deputado sabe mui bem que eu sou um daquelles que aprecião e reconhecem suas boas qualidades.

Se o presidente estava, ou devia estar (como disse o illustre deputado), persuadido que não erão reprovados pelo governo os passos que ia dando para conseguir o fim a que se tinha proposto, como esses passos podião depois embarçar de qualquer forma o governo? Não vejo em que embarço se acha o governo imperial para com o presidente da Bahia. Quem se acha muito embarçado, quem não sei se se poderá desembarçar, é o meu honrado amigo o Sr. Gonçalves Martins, presidente da Bahia.

O SR. SAYÃO LOBATO dá um aparte.

O SR. WANDERLEY: — Perdão o nobre deputado a quem tenho a honra de responder: um dos motivos que deu para julgar impolitico o procedimento do presidente da Bahia foi o embarço em que, na sua opinião, esse presidente pôz o governo imperial. Estou mostrando que não houve tal embarço.

Era tambem impolitico, disse o honrado deputado, porque deu-se a entender com semelhante acto que havia na realidade negociações, convicção de que alguém se podia prevalecer para afirmar que o governo faltára a seus compromissos; mas, pelas explicações que têm sido dadas na casa pela pessoa mais que ninguém interessada em manter o seu credito, que o é Sr. Gonçalves Martins, vê-se que da parte do governo não houve senão um silencio que ella devia julgar como uma approvação tacita de sua conducta: e se dahi podem ser tiradas consequencias contra o governo, a culpa por certo, não recae sobre o presidente da Bahia.

Mas, senhores, porque tendo as cousas marchado quasi que por conta sômente do presidente da Bahia, e promettendo um desfecho diverso daquelle que tiveram hoje, apresentam um caracter tão complicado? Pela minha parte não posso aquilatar devidamente a oportunidade da concessão, e o motivo da rejeição da amnistia. Direi simplesmente, com franqueza, a minha opinião, fundada em conjecturas e nas explicações havidas na casa; todos os corolários que della possam resultar, a mim unicamente devem de ser attribuidos. Entendo que houve alguma precipitação, se não na concessão, ao menos na publicação da amnistia; creio que alguma insinuação haveria para que ella deixasse de ser aceita.

O Sr. APRIATO:—Muito perfida.

O Sr. WANDERLEY:—Talvez que esta especie de precipitação que eu descubro, senão na concessão, na publicação do acto a que alludo, fosse devida ás exagerações que ordinariamente são sujeitas as pessoas que virão fóra das difficuldades, e julga-n'as ao longe.

O Sr. SAYÃO LOBATO:—Uma cousa excluda a outra: se houve precipitação, não houve tempo para se preparar.

O Sr. WANDERLEY:—Digo que talvez hovesse precipitação na publicação; não pretendo dar os motivos porque assim penso.

O Sr. SAYÃO LOBATO:—O tresloucado Pedro Ivo rejeitou por excesso de audacia.

O Sr. WANDERLEY:—Creio que tenho dito quanto é sufficiente para tirar de sobre meu honrado amigo a imputação que lhe foi lançada pelo honrado deputado pela provincia do Rio de Janeiro. Se o procedimento do presidente da Bahia tivesse de ser julgado sômente pelo que disse o nobre deputado pelo Rio de Janeiro, certamente em grande risco estaria a sua reputação de administrador e de politico; mas, como felizmente os antecedentes desse honrado deputado, e a sua conducta politica experimentada por um longo espaço de tempo...

O Sr. SAYÃO LOBATO:—Eu a tenho applaudido mais do que o nobre deputado.

O Sr. WANDERLEY:—... sua conducta politica por espaço de 17 annos (que devo crer foi elogiada sem nenhuma reserva mental ou ironia pelo honrado deputado)...

O Sr. SAYÃO LOBATO:—Sinceramente.

O Sr. WANDERLEY:—... o põe a coberto de quaesquer insinuações. Devemos acreditar que o mesmo illustre deputado pela Bahia não terá perdido no conceito nem do publico nem de seus amigos politicos, que tanto o apreço e respeito. (Muitos apotados.)

O Sr. SAYÃO LOBATO:—Não digo o contrario.

O Sr. PRESIDENTE:—Tem a palavra o Sr. Souza Franco. (*Partem siós de todos os lados das galerias.*) E' ao presidente da camara que compete impôr silencio; as galerias devem-se conduzir conforme o regimento.

O Sr. Souza Franco:—Era talvez mais proprio que em uma occasião de tão pronunciada luta entre os membros da maioria, eu me conservasse silencioso observador de seu mutuo combate. O nobre ministro da marinha dizia, ainda hontem, em contradicção com o nobre presidente da Bahia que não houverão ajustes, que não houverão promessas aos rebeldes que depuzeram as armas nas matas das Alagoas; disse porém o nobre presidente da Bahia que elle era protector desses homens que se apresentaram, confessava que ella Gonçalves Martins tinha feito promessas, tinha dirigido agentes, tinha contri-

buldo para esse desfecho feliz e pacifico da luta da provincia de Pernambuco. Hoje são dous nobres deputados de não menor importancia nesta questão, um que se diz parente proximo...

O Sr. SAYÃO LOBATO:—Não diz a verdade, não tenho parentesco algum...

O Sr. Souza Franco:—Então é amigo intimo, uma especie de confidente do nobre ministro da justiça, de quem se diz que falla em nome ou que repete algumas de suas proposições, e censura acicamente o nobre presidente da Bahia. Batendo-se com elle o nobre deputado, chefe de policia da provincia da Bahia, amigo intimo do Sr. Gonçalves Martins, apresentou idéas oppostas, chegando ao ponto de declarar por vezes que não o Sr. Gonçalves Martins, mas o presidente da Bahia fizera esforços para esta pacificação amigavel que felizmente se conseguiu.

Sr. presidente, não é uma luta de pequeno alcance a que divide principalmente hoje os brasileiros em duas opiniões politicas. Quando tantas queixas ha, quando o governo culpado ou não, soffre o povo tantas violações da constituição e das leis, será possível manter mão forte, ser sempre violento, sempre compressivo a respeito desses que resistindo contra esses factos de continuada violencia que soffrem, não repáram que lhes cumpria, que era de seu dever e interesse, limitarem-se aos meios legais, ou, pelo contrario, em attenção a estes mesmos motivos ser para com elles tambem algumas vezes indulgente, misericordioso. A opposição, a maioria dos brasileiros diz: «Deve ser misericordioso, deve governar-se o povo pela opinião e não só pela força, deve attender-se primeiro ás necessidades reais que elle soffra, e procurar satisfazel-as, para depois poder ser sempre forte e rigoroso contra os movimentos politicos.» Mas, diz o nobre deputado: «Nada de perdão em caso nenhum;» e o não diz de propria opinião...

ALGUNS SRS. DEPUTADOS:—Oh! oh! (*Susurro.*)

O Sr. SAYÃO LOBATO:—E' opinião minha propria, singular.

O Sr. Souza Franco:—Em materia desta natureza, um homem illustrado é obrigado a combinar com seus amigos, porque esta questão é uma questão que divide o paiz em duas grandes fracções, e o nobre deputado não pôde estar isolado. O nobre deputado está pois unido aquelles que dizem: «Nada de perdão, compressão até á ultima.»

O Sr. SAYÃO LOBATO:—Nada de relaxação; é o que eu digo; perdão em termos habéis.

O Sr. Souza Franco:—Não achou o nobre deputado pelo Rio de Janeiro até excessivo o ultimo acto de magnanimidade da corôa? Tanto o achou, e tão contrario é á toda a especie de meios pacificos, que o nobre deputado concluiu censurando duramente o presidente da Bahia por ter procurado pacificar por meios brandos a provincia de Pernambuco! Censurou tão duramente, que eu em minha consciencia entendi que o nobre deputado pela Bahia estava na obrigação de exigir um processo para justificação da sua conducta. (*Oh! Oh!*)

Do seio desta maioria, que sustenta os principios de força e rigor como meio unico de governar povos, destaca-se agora um grupo importante que nesta occasião, é aspero que tambem em muitas outras, diz que é preciso tambem o emprego de meios brandos. O honrado Sr. Gonçalves Martins, que viu as difficuldades na sua provincia, que lutou com ellas, que, como disse, não as julgou do regaço da corte, do meio dos prazeres, apoiou a necessidade dos meios brandos algumas vezes, e no caso em questão; e não é o Sr. Gonçalves Martins. Quando ha dias uma deputação da assembléa provincial de Pernambuco em um discurso que ha

de ser monumento eterno contra esses que o redigirão...

O Sr. AGUIAR (com força):—Não apoiado.

O Sr. SOUZA FRANCO:—Repetirei—monumento eterno contra os que o redigirão...

O Sr. AGUIAR:—Monumento de gloria para os homens que quizerem a ordem.

O Sr. SOUZA FRANCO:—Acto e testemunho até da ignorancia ou do máo gosto de seus autores... Aceito e folgo com os apartes do nobre deputado, que é um dos echos dos principios de rigor em todo o caso, e vem em testemunho de minhas proposições.

O Sr. AGUIAR:—Está enganado, não me conhece, nunca lhe dei direito de me avaliar.

O Sr. SOUZA FRANCO:—Eu vou ler o trecho deste discurso (lê): «Possa esse triumpho, que é nosso, e também vosso em tão grande parte...»

Eu poderia referir-me aqui ás palavras do Sr. Gonçalves Martins, e as explicar a esses que estiverão sempre dentro de suas casas, que talvez não fizessem o menor serviço, e dizem: «Esta triumpho que também é nosso, não ter o seu brilho desbotado pelo bafo da inveja; possuem todos os importantes corollarios ser aproveitados; possa não ficar perdida a lição severa que deu a sociedade, de que tem ella o direito de ser respeitada, e as suas leis acatadas; possam nunca mais entre nós reaparecer tão lamentaveis e sanguinosas scenas, que infelizmente se renovardão se o governo enfraquecer no sentimento de sua dignidade, compromettendo a missão que lhe foi confiada.»

A resposta do Sr. Carneiro Leão a este appello, para as medidas sómente de rigor, foi a seguinte; lerel sómente o final (lê): «A resistencia cessou, a paz e a ordem renascêrão em toda a provincia, e estou certo de que o governo imperial, nas medidas que houver de tomar, conciliard as exigencias de sua consolidação e manutenção nesta e outras prouincias do imperio com as da benignidade e da clemencia.»

Eis-aqui um estadista importante, que se destaca desse grupo, que só quer rigor e mais rigor. Quando portanto em uma materia de tanta importancia vemos dividida a maioria, ora talvez mais proprio deixal-a entregue a si mesma, batar-se, fraccionar-se e acabar de uma vez com esse fraquissimo apoio, que ella ainda presta a um ministerio morto desde muitos dias.

O Sr. SÁXO LOBATO:—Em sua vontade está morto.

O Sr. SOUZA FRANCO:—Na minha vontade estava elle morto ha mais tempo. (Risadas geraes.)

Direi agora algumas palavras sobre o requerimento em discussão, e começarei pelas opiniões do nobre ministro da marinha. Disse elle que o requerimento é intempestivo, que era negocio para ser tratado perante todo o ministerio. O honrado ministro, que conhecia que era intempestiva esta discussão, aceitou-a; o nobre ministro que suppunha necessaria a presença de todo o ministerio, discutio só; o honrado ministro, que via no requerimento um laço que nós lhe arnavamos, deixou-se cahir nelle, e hoje, embaraçado, não sabe como se desintrincar do laço que o aperta; culpe-se o nobre ministro a si mesmo.

Vejamos agora as suas respostas: não houve ajuste, não houve, nem podia haver; não houve promessas do governo nem de seus delegados, e não as podia haver, disse o honrado ministro! Não podião haver promessas, e porque? Pois o nobre ministro não tem conhecimento de tantas promessas em muitissimos decretos de amnistia, aquelles que estavam nas fileiras dos rebeldes do Rio Grande, Pará, Maranhão, Pernambuco,

aos quaes se assegurava amplo perdão se se entregassem ao governo, e se submettessem a elle? Como é que não podia haver promessas? «Vós, capitão Pedro Ivo, podia dizer-se-lhe da parte do presidente da Bahia, se depuzerdes as armas, se vos apresentardes, tereis plena amnistia, a clemencia imperial não vos faltará.» E o presidente da Bahia, como muito bem disse o honrado deputado pela Bahia, que é alli chefe de policia, não faria nesta promessa outra coisa senão dar cumprimento ao decreto de 11 de Janeiro do anno proximo passado.

O honrado ministro, quando perguntai se se estenderia o perdão aquelles que tinham deposto as armas, aos que estavam presos, condemnados, expatriados, respondeu de dous modos: primeiro, que não houve ninguem que tivesse deposto as armas antes destes chefes ultimamente amnistiados, todos os outros foram apanhados no campo da batalha; e segundo, que não podia fazer-se-lhe esta pergunta de futuro. Ajudando a memoria de S. Ex., direi que o tenente-coronel Antonio Corrêa apresentou-se em Pernambuco na esperança de uma amnistia, obteve salvo conducto, e depois foi preso.

O Sr. TOSTA (ministro da marinha):—E' falso, está enganadissimo.

O Sr. SOUZA FRANCO:—Talvez seja tão falso como a accusação que eu fiz aqui de que se tinha assentado praça a officiaes da guarda nacional; o nobre ministro negou este facto, e eu tenho em meu poder as patentes. Esses officiaes estão hoje com praça na 1ª linha, um delles nesta corte. Lembrarei também que o Sr. Dr. Lopes Netto não foi preso em combate, apresentou-se muito voluntariamente dias depois, e por consequencia estava no caso de gozar daquelle indulto.

O Sr. FIGUEIRA DE MELLO:—Declarou que não queria amnistia pelos jornaes da corte, que queria defender-se perante os tribunaes.

O Sr. SOUZA FRANCO:—Talvez fosse quando pensava que seria julgado por um tribunal competente, e não por uma commissão especial como foi.

O Sr. FIGUEIRA DE MELLO:—Por um jury competente e legal.

O Sr. SOUZA FRANCO:—Depois disse o nobre ministro: «Como nos perguntais estas questões de futuro?» Admirou-me esta resposta do nobre ministro; e por ventura estamos aqui sómente para saber do ministerio os factos que elle pratica sómente depois de praticados, ou temos direito de saber qual é a sua politica futura, como é que entende dever dirigir o paiz? Entenderá o Sr. ministro que seja de pouca importancia o saber se hoje se o ministerio insiste no principio exclusivo da compressão e do terror, ou se dará também alguma coisa á politica da generalidade, da clemencia, e da justiça?

Quererá o honrado ministro deputado dizer que não tem opinião propria nestas materias, e que não cabendo-lhe, nem ao ministerio, decidir da amnistia não pôde elle exprimir sua politica a este respeito? Que assim acha inadmissivel que se lhe pergunte o que se pretenda fazer de tantos brazileiros cujos destinos elle ministerio não sabe fixar...? O nobre ministro descobriria assim a corôa, lançaria sobre ella a censura de falta de clemencia, quando o nobre ministro sabe que não só é dever do ministerio aconselhar a corôa, mesmo nestas questões, carregar com toda a responsabilidade das decisões como que ninguem ignora que a divisa da politica dominante é—nada de amnistias, nada de attenção para com os perdidos! E isto basta para explicar a recusa que tem o nobre ministro de responder sobre suas intenções futuras.

Não houve promessas para convidar a deporem as armas áquelles que as empunhavam até os ultimos dias, se disse nesta casa por parte do Sr. ministro da marinha; e não dirai, porque não seria parlamentar, que não posso acreditar nesta sua asseveração. Também não viria eu dizer por fórma alguma que tenho motivos para duvidar da exactidão da marcha destes factos, qual a figura o Sr. presidente da provincia da Bahia. Não é possível que a marcha deste negocio fosse qual a descreveu hontem o Sr. ministro... Estou a todo o momento a enganar-me, tomando como ministro o Sr. Gonçalves Martins, talvez porque seja elle quem se apresenta como infallivel successor deste ministerio moribundo. (*Risadas.*)

O Sr. APARICIO:—O senhor é o organisador do novo ministerio?

O Sr. TOSTA dá um aparte que não ouvimos.

O Sr. SOUZA FRANCO:—Todo o desgosto do Sr. ministro da marinha nasce da idéa que a opposição lhe herde alguma das pastas que lhe escapão das mãos, e a seus amigos... Tudo lhe affigura que até eu lhe invejo a successão. Ninguém da opposição deseja entrar hoje para a administração publica. (*Apoiados da opposição.*)

O Sr. TOSTA dá outro aparte em voz baixa, dirigindo-se ao orador.

O Sr. SOUZA FRANCO:—Sim, o repito, ninguém da opposição deseja o poder, ninguém o pôde desejar. No estado desgraçado a que reduzistes o paiz, cercado de difficuldades insuperaveis, quem quer que se incumbisse do fazer parte da administração fal-o hia sómente como grave sacrificio. Desejar ser ministro na actualidade não pôde pois attribuir-se a membro nenhum da opposição. O que porém é verdade é que o ministerio moribundo vai talvez durando, não porque tenha mais vida, porém porque se não apresentou ainda o successor.

Eu ia dizendo que não sendo parlamentar pôr em duvida a verdade dos factos assegurados pelo Sr. ministro da marinha, e presidente da Bahia, não podendo eu aqui negar-lh'os, só pôde ser juiz da questão um terceiro que, não conhecendo os dois senhores, puzesse de parte toda a confiança em suas palavras, e se guiasse sómente pelos documentos apresentados e pela logica dos factos. Seu exame se fundaria pouco mais ou menos nestes dados, e daria o seguinte resultado.

Quando, no mez de Dezembro ultimo o tenente-coronel Pedro Antonio se dirigio ao nobre ministro da justiça, e recebeu delle recusa á sua proposta, estava ainda a revolta de Pernambuco em seu auge; os revoltosos, com força numerosa, ameaçavam até a capital; elles atacavam e tomavam até pontos legaes; e, ao mesmo passo, complicando-se os negocios do sul do imperio, dava ao governo grandes cuidados a respeito da segurança do paiz. Não se pôde mesmo acreditar, a respeito do nobre ministro da justiça, que lhe falte generosidade, e que, quando se apresentavam meios pacificos de arrancar brasileiros á desgraça em que se haviam lançado, elles os repellisse immediatamente. Seria antes de acreditar que o nobre ministro da justiça, não querendo apparecer como tratando directamente com rebeldes, respondesse negativamente, mas procurasse meios para obter esse fim indirectamente. Não faça ninguém a injustiça de acreditar que o nobre ministro que actualmente occupa a pasta dos negocios da justiça, offerecendo-se meios pacificos de conseguir a cessação da luta da provincia de Pernambuco em occasião em que convinha congrassar todos os brasileiros para se apresentarem, unidos e fortes, em frente do inimigo externo, porque o nobre ministro sabia quaes os manejos que se tramavam no Rio Grande

do Sul, sabia que a luta ia ser começada, reconhecia a necessidade de se preparar para ella o paiz, acabando com as lutas internas, se negasse sem replica aos meios propostos. A consequencia, portanto, para quem examinasse o negocio a fundo em seu gabinete, seria esta: o ministro da justiça servir-se de qualquer dos meios para insinuar ao presidente da Bahia que tomasse conta deste negocio; é isto logico, é isto razoavel, é isto o que factos posteriores completamente justificão.

Parece-me que o honrado presidente da Bahia hontem tinha dito — eu procurei o tenente-coronel Pedro Antonio Velloso da Silveira — os jornaes porém trazem que elle, presidente, foi procurado por aquelle official. A questão é de pouca importancia: quando um presidente de provincia quer fallar a um cidadão, por mais empenhos que tenha para isso, tem muitos meios de fazer-se elle o procurado por esse cidadão. No caso de que se trata, foi ainda o presidente da Bahia quem diz que tocara ao tenente-coronel Pedro Antonio primeiro na empresa de ir procurar a seu filho nas mattas, e arrancal-o dahi.

Nota-se que pelos documentos que foram lidos, a difficuldade que se apresentava ao tenente-coronel Pedro Antonio era obter uma licença, e não é possível deixar de achar muito simples esta difficuldade para que ella servisse de obstaculo a um pai que queria ir immediatamente arrancar seu filho que elle julgava em uma carreira criminosa e de perigo. A difficuldade seria pois a da segurança que elle queria levar a seu filho. E quem poderá nunca affirmar que um pai, um homem de alguma illustração, um official superior do exercito, marchasse a procurar seu filho em uma posição em que elle se tinha comprometido, e da qual sabia que elle não queria de fórma alguma retirar-se, sem ser com segurança, sem ser com garantias, e lhe não levasse pelo menos promessas?

Veja-se mais que havia tanto empenho em levar a fim este projecto, que em lugar de se dirigir o tenente-coronel Pedro Antonio pela provincia de Pernambuco, foi dirigido pela provincia das Alagoas! O motivo seria este: o Sr. Carneiro Leão, que tanto medo mette ao ministerio, porque eu acredito que o Sr. Honório é mais ministro do que cada um dos Srs. ministros, tinha já procurado tratar com o capitão Pedro Ivo, e era de crer que se não prestasse a de novo tentar este meio. — Para dirigir o negocio por Pernambuco era preciso dar esta missão ao presidente da provincia, que não quereria sujeitar-se a ella, ou se se sujeitasse, as honras que agora cabem ao honrado presidente da Bahia, e em parte ao das Alagoas, revertião todas ao presidente de Pernambuco. Eis-aqui por que em lugar de se dirigir o agente a Pernambuco se dirigio por via das Alagoas.

Lembre-mos-nos mais que quando se tratava deste negocio na provincia da Bahia, era em dias proximos ao 5 de Janeiro; a luta então, como disse ainda hoje o honrado deputado pela Bahia, estava no seu auge; então os receios de uma guerra na extremidade sul do imperio não erão menores do que agora. Por consequente, encarregando-se o honrado presidente da Bahia de alcançar por este meio a pacificação de Pernambuco, visto que o illustre presidente de Pernambuco, talvez pela posição em que se tivesse collocado, não a podia tomar a si, era levado tambem pela necessidade urgente de pôr um termo á luta interna ainda duvidosa, para preparar o paiz para outra com inimigo externo.

Forneceu-se pois embarcações ao pai do capitão Pedro Ivo, derão-se-lhe cartas, e dirigindo-se elle ás mattas ainda muito antes dos combates, é muito provavel, e ha opiniões que sustentão isto, que em consequencia das condições que se

offererão aos rebeldes elles julgá-lo não dever oppôr resistência a esses ataques. E o que também é verdade é que na occasião de retirar-se o capitão Pedro Ivo dirigio ás suas forças uma circular dizendo que se debandassem, e esperassem occultos a amnistia, que não havia de tardar, e elles se forão debandando, segundo se diz, porque havia a promessa de um perdão geral.

Retirou-se também o capitão Pedro Ivo, demorou-se vinte e tantos dias em um engenho na provincia da Alagoas, embarcou-se alli com cautelas, não de segurança para elle, mas com cautelas de protegido que era do presidente da Bahia, e assim apresentou-se nesta provincia: quem pois ha que, examinando estes factos, diga: —O ministro da justiça pôde, sem quebra da palavra do governo, tendo mandado fazer promessas aos rebeldes para deporem as armas, elle que sabe que a corda muitas vezes tem feito essas promessas....

O SR. ÁPRIGIO:—A corda não.

O SR. SOUZA FRANCO:—Quero dizer, o ministerio; agradeço muito esta rectificação do honrado deputado, porque de facto a corda não apparece senão para fazer bem. (Apoiados.) Mas o governo tem muitas vezes feito estas promessas por documentos officiaes, e porque não as faria verbalmente, ou por uma carta particular, ou por outra qualquer maneira? Onde está ali injuria para a autoridade?

Depois, o honrado presidente da provincia da Bahia havia de se metter em um negocio destes, em que tinha do lado que parecia opposto o presidente de Pernambuco, uma das notabilidades do nosso paiz, sem ser insinuado por algum, ou por todos os ministros da corôa? Querer-se-hia elle comprometter assim com o Sr. Honório Hermeto Carneiro Leão? Ninguém acreditará: acredito sim muito nos sentimentos de generosidade do Sr. Francisco Gonçalves Martins, mas se não lhe fosse dirigida uma insinuação ou ordem do ministerio, elle não se havia de envolver em negocios que estavam entregues ao honrado presidente de Pernambuco, que se sentio logo desta falta de communicação, que immediatamente disse que seria preciso que o governo imperial lhe houvesse dado informações mais exactas, isto é, que lhe participasse a missão de que incumbira o Sr. Gonçalves Martins, para evitar conflitos de autoridades: e isto quer dizer que o Sr. Carneiro Leão foi dos que acreditou que o governo tivera parte activa nestes factos.

Entretanto o Sr. presidente de Pernambuco, que empregava meios diversos e oppostos aos do governo, o conseguia dispersar os grupos (que alguns dizem que já estavam dispersos por si mesmos), suppe ter conseguido elle só a victoria, e sente-se de lhe terem arrancado a gloria. E o ministerio, que trema á simples idéa de que o Sr. Honório Hermeto Carneiro Leão possa estar na menor divergencia com elle, e retirar-lhe seu apoio, procura encobrir a parte que teve nestes actos, e deixa que o Sr. Gonçalves Martins, que já estava muito embarçado neste negocio, ainda mais se atrapalhe na meada (segundo a phrase do honrado deputado pela Bahia), e por isso se recolla á reserva e ás meas revelações; mas eu acredito que será por fim obrigado a declarar francamente tudo quanto occorreu a este respeito.

Supponha-se que houverão estas promessas; porque não se cumprem? Supponha-se que não houverão taes promessas, e que, como disse o Sr. Gonçalves Martins, foi só por confiança illimitada em sua palavra, mesmo em sua influencia, que estes chefes se entregáram; como ficará o Sr. Gonçalves Martins se elles não obtiverem o perdão com que contavam?

O vapor que conduzio o honrado presidente da

Bahia trouxe também estes chefes, e quero lembrar uma circumstancia. O decreto de amnistia que lhes foi concedida é de 3 de Maio, se se demorasse alguns dias mais para ser publicado, se houvesse a condescendencia de esperar pelo Sr. Gonçalves Martins para o apresentar á assignatura imperial, ter-se-hia poupado ao Sr. Gonçalves Martins estes desgostos, e foi falta de attenção, senão injustiça revoltante, porque os amigos do nobre presidente da provincia devião esperar-o, porque estava a chegar a todo o instante, e o decreto de amnistia com quatro dias de demora podia ser feito ao menos com a audiência do honrado presidente da provincia, tendo-se com elle essa deferencia que todos crêm que elle merecia. Houve pois grande precipitação, quero servir-me da phrase do illustre deputado que é chefe de policia da provincia da Bahia, e que, em contradicção com o que disse aqui o Sr. ministro da marinha, que nenhum delegado do governo fez promessas, affirmou também que o Sr. Gonçalves Martins entrara nestes actos como presidente da provincia. Houve grande precipitação, é de crer que calculada, não só em tor preparado de ante-mão o decreto de amnistia, como em ser elle no mesmo dia de tarde apresentado ao capitão Pedro Ivo e ao Sr. Miguel Affonso para assignarem termo, sem se dar tempo de se entenderem com o Sr. Gonçalves Martins, protector daquelles dous cidadãos, para que elle os prevenisse disto e os aconselhasse.

Mas, senhores, disse-se « talvez algum conselho foi dado a estes dous cidadãos, para que procedessem como procederão. » O facto em si desfaz qualquer suspeita de conselho dado nesta corte. O vapor chegou ás fortalezas das 10 para as 11 horas do dia 7 de Maio, os presos forão immediatamente remetidos para a de Santa Cruz; o chefe de policia foi na tarde desse mesmo dia á fortaleza, que é distante, fazer assignar o termo; como haveria tempo de alguém se communicar com os dous amnistiados, e especialmente como haveria lembrança do conselho, se os dous decretos só forão publicados e conhecidos pelo *Jornal* do dia 8 de Maio?

E' preciso attender ainda a uma circumstancia; é este um negocio de segurança e de brio para o capitão Pedro Ivo: e quem se atreveria a dizer-lhe, quando se trata da sua vida e dos seus brios, —fazei antes isto do que aquillo?—Ninguém o fez; ou o acredito, nenhum dos meus amigos teve communicação senão no dia sabbado 11 do corrente, e tenho até lembrança de se me dizer que uma pessoa importante com quem elle deve ter algumas relações dissera: « Não é possível neste negocio aconselhar o capitão Pedro Ivo; a decisão deve ser toda sua. » Como, pois, se pretende attribuir a conselho aquillo que não é talvez senão effeito de um desapontamento em que ficou esse militar, á vista desse procedimento do governo?

Depois, senhores, eu não sei qual é o pensamento do capitão Pedro Ivo; mas acredito que elle não recusa a graça imperial, aceita-a, e bem pôde ser que também acredita que um esquecimento assignado pela corôa não volta atrás; o que elle recusa é assignar o termo da sua deportação, sujeitando-se ás medidas que o governo tomar, não para desfazer esse acto de perdão, porque a clemencia imperial não se desdiz, mas para segurança da sua pessoa no sentido que o governo entender que deve ser seguro. O facto é este; ninguém teve tempo, e mesmo ninguém se atreveria a aconselhar ao capitão Pedro Ivo.

Agora, senhores, qual é a posição do honrado presidente da Bahia, ou seja verdade que elle não entrasse neste negocio senão como o desembargador Francisco Gonçalves Martins, ou seja verdade que entrou como presidente da provincia da Bahia? Assim o diz, que foi o seu intimo amigo chefe de policia daquela provincia que

devia ter informações exactas a este respeito: e por certo que não é possível separar neste caso o presidente do individuo. Lembro-me ter lido em algum desses livros mysticos, que eu algumas vezes tenho aqui citado, que, admirando-se uma devota de ver passar o arcebispo de Cologne fardado de general, e pedindo que se lhe explicasse como era possível ser arcebispo e militar ao mesmo tempo, ella respondêra ao officioso justificador desta reunião de entidades oppostas. «E quando o general fôr para os infernos, o que será do arcebispo?» (Risadas.) Se alguém entendesse que o Sr. desembargador Francisco Gonçalves Martins devia ser processado por este acto que praticou, e pelo qual um Sr. deputado pelo Rio de Janeiro disse que elle devia ser castigado, o que seria feito do presidente da Bahia, sendo preso e castigado o Sr. Gonçalves Martins, como insinuou o nobre deputado pelo Rio de Janeiro?

O SR. SAYÃO LOBATO:—Quando me ouviu o nobre deputado dizer isso?

O SR. SOUZA FRANCO:—O illustre deputado disse que houverão irregularidades, infracções de lei e da constituição, no procedimento do Sr. Gonçalves Martins; e não quer que haja castigo? Salvo se ainda julga dever vigorar ou restabelecer-se essa legislação antiga que marcava castigo para todos, menos para os desembargadores. (Risadas.)

Sr. presidente, sinto-me incommodado alguma coisa, e até por isso vou retirar-me immediatamente da casa, posto que tinha algumas questões a desenvolver ainda; por ora, acredito nesse juizo de uma pessoa imparcial, que, examinando todos os factos, concluiu assim: «Isto foi mandado fazer pelo ministerio, e se elle não descobre a verdade, é porque tem medo do presidente de Pernambuco, e está embaraçado; e se o Sr. Gonçalves Martins, ainda não declarou toda a verdade, é porque entende do seu caracter guardar palavra, ainda em favor daquelles que faltarão á sua, mesmo para com o nobre deputado presidente da Bahia.» E se alguns ministros fizerão promessas que não cumprem, se faltão até á verdade em questões desta natureza, que credito podem elles merecer? Como se podem elles sustentar no poder em face do paiz que os aborrece, e que não pôde deixar tambem de os desprezar?

O SR. J. J. DA ROCHA:—Sr. presidente, ninguém com mais anecdota do que eu invocava a luz da discussão publica para as ultimas occorrenças das matas de Agua-Fria. Eu percebia que havia da parte da opposição insidiosos manejos, que ella nada poupava para crear phantasmas, fazel-os avultar, illudir com elles a opinião publica, e suscitár embaraços ao governo; percebia que infelizmente do nosso lado não havia bastante conhecimento do mal que assim se ia preparando para combatel-o, para fazer evanescerem-se esses phantasmas com a publicidade a mais completa, e apresentando, logo de principio, mui clara e manifestamente tudo quanto havia de verdade. Quando, pois, a opposição apresentou aqui a indicação para a chamada do supplente do Sr. presidente da provincia das Alagoas, deputado por Pernambuco, persuadi-me que, promovendo esse debate, queria ella mais alguma coisa do que essas discussões odiosas acerca de supplentes tantas vezes acintemente provocadas; supphz que ella queria, por incidente, trazer para aqui toda essa grande questão; applaudia pois, e prestei-lhe a maior attenção. Infelizmente não era isso o que então queria a opposição. Sabbado, porém, por um requerimento desse senhor que falla sentado do alto da montanha, achou-se de prompto travado esse debate, e todos poderão perceber que a verdade ia apparecer e

triumphar, que a attenção publica ia ser satisfeita. Attento ás declarações que esperava, não me persuadi que tivesse de tomar parte na discussão, pois queria ser esclarecido, e nada suppunha ter que dizer para esclarecimento dos meus illustres collegas. Infelizmente um incidente do discurso do nobre presidente da Bahia deu-me alguma vontade de pedir a palavra: os que vivem no regaço da corte, os amigos politicos do nobre deputado que vêm os negocios publicos dos seus escriptorios, forão por elle como que dados de suspeitos, averbados de incompletamente informados, e eu que me achei assim envolto na animadversão do nobre deputado, pois de ha longos annos conto-me entre os seus amigos politicos, e tenho-me occupado com as cousas do meu paiz, sem sahir do Rio de Janeiro e do meu gabinete, queria sustentar o direito com que o fazia, e ainda mais mostrar-lhe a possibilidade de achar-se quem aqui residia melhor informado do que aquelles que em circulos distantes não podem senão mais morosamente acompanhar todas as circumstancias e as complicações que occorrem. Era porém isto uma questão toda de theoria que em qualquer occasião podia ser ventilada; e com a qual não devia eu empecer um debate actual emportante. Irresoluto estava pois, quando um nobre deputado pela Bahia, a quem sempre devo as maiores finquezas, e até me persuado dever amizade, em uma parte do seu discurso excitou a meu respeito alguma hillidade.

O SR. WANDERLEY:—Contra as minhas intenções, declaro ao illustre deputado.

O SR. J. J. DA ROCHA:—Muito obrigado.

O nobre deputado dizia que o nosso digno amigo presidente da Bahia, communicando por escripto ao governo todos os seus passos, podia supphr que o governo os approvava desde que os não reprovava explicitamente; então disse eu que não só podia, mas sim devia disso capacitar-se, e ainda confimo as minhas palavras. Estou firmemente convencido que nas relações e confidencias do amigo, nas relações do governo e dos seus delegados, o silencio equivale a uma approvação completa....

O SR. SAYÃO LOBATO:—E muitas vezes ha um silencio apparente.

O SR. J. J. DA ROCHA:—Quando eu, de um amigo meu, recebo as confidencias de passos que elle está dando em negocio que a ambos interessa, e a ambos podem comprometter, se não acho bons esses passos, embora formalmente me não opponha a elles, ao menos sempre nas respostas que lhe dou mostro que procedaria de outro modo; o conselho é dever da amizade, e em taes casos é dever muito mais sagrado; e dizem que só ha dous negocios em que ordinariamente os conselhos são indiscretos.

O SR. JANSEN DO PAÇO:—Quaes são esses negocios? Um é o casamento....

O SR. J. J. DA ROCHA:—Essa parte do discurso do nobre deputado, que de algum modo podia offender-me, pois que me deu em espectaculo, apresentando-me directa e pessoalmente como autoridade competente, como que fazendo duvidar da autoridade que tenho quando fallo dos deveres politicos dos membros de um mesmo partido, essa parte, excluo della a ironia, se a houve, e aceito-a como um elogio que agradeço ao nobre deputado; sim, que ninguém se preza de ter mais do que eu esse zelo pelos deveres de amigo, pelo lealdade do alliado....

O SR. WANDERLEY:—Apolado.

O SR. J. J. DA ROCHA:—Isto pôsto, occupemo-nos com o requerimento.

Sr. presidente, a questão no estado a que a

levarão, sem embargo, das insidias da opposição, as declarações do nobre ministro da marinha e do digno presidente da Bahia, está completa e clara, e em honra nossa podemos dizê-lo, della não resultou quebra, nem estremecimento nas relações dos diversos membros do grande partido constitucional. *(Muitos apoiados.)* Toda essa phantasmagoria que se preparára, aproveitando-se do nosso silencio, desapareceu diante de tres denegações formaes que lançou na casa e no paiz o digno presidente da Bahia; disse elle:—Não fiz promessas como presidente; nas minhas promessas como individuo particular não comprometti o governo, o governo já se tinha entendido directamente com esse mesmo homem a quem eu fiz promessas, e já se tinha recusado a tudo.

Nas relações posteriores do digno presidente com Pedro Ivo dous factos capitães são apresentados pela opposição; cahirão elles ante da mais formal denegação: dizia-se que o presidente da Bahia tinha dado um banquete a Pedro Ivo: é falso, disse o Sr. Gonçalves Martins; dizia-se que o presidente da Bahia tinha levado Pedro Ivo ao theatro, de modo que defronte do general Coelho parecia affrontal-o; é falso, respondeu-se ainda uma vez. E todas essas phantasmagorias esvaecerão-se, pois só tinham por base a insidia e a invenção. O que fica pois? Nada de mysterioso existe, estão repellidos todas as calumnias, refutadas todas as argumentações que nellas se baseavam; o que fica pois que ainda discutamos?

Ha duas partes nas relações do presidente da Bahia e Pedro Ivo distinctas; uma anterior á vinda de Pedro Ivo á capital da provincia confiada á sua administração; outra posterior. Da anterior o que fica? Ficão os conselhos que qualquer homem pôde dar a um pai que procurava arrancar seu filho ao crime e á desgraça em que lonce se arrojára, ficão alguns auxilios e facilidades para que esse pai realizasse as suas tentões; nada de promessa positiva, nada de empenho da autoridade, nada que compromettesse o caracter official do Sr. Gonçalves Martins, e ainda menos do governo geral; ficão somente promessas da protecção, palavras que têm mais ou menos força, mais ou menos peso, conforma a posição e o caracter conhecido de quem as prefere, mas que nunca constituem empenho, obrigação da autoridade. Estou persuadido que para o pai de Pedro Ivo as palavras do Sr. Gonçalves Martins tinham mais peso, davão-lhe melhor fiança para proteger a sorte do seu filho, do que torião tido as minhas ou as do nobre deputado que dalli está confirmando o que digo *(o orador dirige-se para o Sr. Carneiro da Cunha que o approva acenando com a cabeça)*, não podia porém ver nellas compromettimentos de autoridade, pois o pai de Pedro Ivo sabia pela carta do Sr. ministro da justiça que na categoria official é mais do que o Sr. presidente da Bahia, que nada como autoridade se lhe podia prometter. E tanto mais o procedimento deste homem foi todo de pai, e não de delegado da autoridade, que o nobre presidente da Bahia, que foi quem lhe facilitou os meios para a sua viagem, cessou de entender-se com elle, de se lhe dirigir; perdeu-o completamente de vista, apenas se achou elle fóra da sua provincia. No periodo posterior á chegada de Pedro Ivo á Bahia, o que fica depois de todas as explicações ouvidas na casa? Entrou o presidente da Bahia em novas relações com esse homem, contrahio novas e mais fortes empenhos? Apenas um acto houve de verdadeira e effectiva protecção, foi o de não mandar recolher a alguma prisão os réos que se lhe apresentavam; não os recebeu elle no caracter de presidente da provincia; se Pedro Ivo lhe foi apresentado, foi-o na casa da residência do Sr. Gonçalves Martins, e essa apresentação foi tão pouco official e até tão pouco officiosa que foi Pedro Ivo despedido, por morar longe e por estar chovendo, antes da hora do chá.

tomos I

Mas, o Sr. presidente da Bahia appareceu com Pedro Ivo no Rio de Janeiro! Oh! gravissima complicação, immensissimo favor!....

Senhores, infelizmente em politica, e em politica brasileira, dá-se a certos homens um valor momentaneo, muito superior ao que na realidade valem; fazem-lhes representar um papel de theatro muito diverso e até ás vezes contrario ao que por sua indole, por suas habilitações lhes assenta: elles proprios são os primeiros sem duvida a desconhecêrem-se, a admirarem-se no seu papel de heróes. A opposição tem procurado fazer de Pedro Ivo mais que um Napoleão, o Deus da guerra, tem-lhe emprestado para seus fins tanta importancia, como se da sua espada dependessem os destinos deste imperio, como se com sua gloriosa espada tivesse de talhar em eterno granito uma constituição altamente liberal que levasse o Brazil á mais esplendida prosperidade! Por entre todas essas exagerações, despidindo ao heróe todos esses ouropéis de theatro, quem é na verdade esse tão fallado Pedro Ivo? É um capitão do nosso exercito cuja conducta não tem sido das mais regulares, cuja subordinação nunca foi das mais exemplares; é um official valente; basta para isso ter feito parte do nosso exercito; é valente porque é soldado, é militar brasileiro; nenhuma outra qualidade o distingue.

Esse homem, pois, tendo de vir ao Rio de Janeiro, tendo consciencia do muito que se tinha deixado comprometter para servir ambições e planos criminosos de que fôra instrumento, tendo consciencia da má opposição em que, por obedecer a perfidas suggestões, se havia collocado recusando a amnistia que lhe offerecera o Sr. Carneiro Leão, teve seus receios de apresentar-se só no Rio de Janeiro; quiz vir com o Sr. Gonçalves Martins, que lhe havia prometido a sua protecção; e o Sr. Gonçalves Martins fez muito bem em trazê-lo consigo dando-lhe esta protecção, porque não faltaria quem na Bahia aconselhasse a Pedro Ivo a ficar, e a ir novamente continuar essa guerra que se faz nos nossos sertões, essas guerras de morticínio e de devastação que têm já celebrisado tantos salteadores, essa guerra tão facil com que aqui nesta casa, em 1838, se ameaçou ao governo dizendo-se-lhe que 50 homens resolutos podião eternisar a. Eis-ahi o que era de receiar, e por isso approvo muito o cuidado com que o Sr. Gonçalves Martins trouxe este homem ao Rio de Janeiro. Que complicação, que difficuldade, que compromettimento ha em tudo isso? Nenhum, absolutamente nenhum; e entretanto eis-ahi todo o procedimento do Sr. Gonçalves Martins explicado por elle proprio: por quem acolta as suas palavras como dictadas pela verdade, pela sinceridade, não como essas que as acolhem para duvidar dellas, que engrandecem com os seus elogios a um homem a quem sempre hostilizarão, para immediatamente depois pôr em duvida a sua sinceridade, accusal-o indirectamente de fomentido; eis o que ficou das suas declarações no espirito de um homem que conscienciosamente ouviu o que elle disse, e seu procedimento está perfeitamente extremo de qualquer nodos. *(Muitos apoiados.)*

Haveria talvez bondade de mais no seu proceder dirá quem fór mais rigoroso, outro mais bondadoso o applaudirá; mas responsabilidade, grave que compromettasse o caracter do Sr. Gonçalves Martins e a autoridade do presidente da Bahia ninguém de boa fé poderá dizer que a houve. *(Apoiados.)*

E notem, senhores, Pedro Ivo, que como já disse não é esse heróe dramático que a opposição nos quer afigurar; Pedro Ivo, que recusou apresentar-se só no Rio de Janeiro, que teve receio de apparecer destituído do padroado e valimento

9

que lhe offerecera o Sr. Gonçalves Martins (não sabia elle que aqui promptamente acharia tão officiosos protectores); Pedro Ivo emfim foi pelos mesmos recelos, pelos mesmos motivos demovido de se apresentar em Pernambuco ao Sr. Honório: podia elle acreditar que o Sr. Honório indignado pelos loucos sacrificios, pela sua pertinacia imposta ao imperio em uma luta sem resultado de possível vantagem, indignado pelo desmentido que a sua loucura havia dado ás intenções conciliadoras e de pacificação moral que o haviam levado a Pernambuco, indignado pela estolida rejeição de uma tão generosa amnistia qual a que lhe havia offerecido, não o tratara com a brandura que elle desejava achar; por isso não se dirigio ao presidente de Pernambuco, procurou o de outra provincia; mas note V. Ex. que antes de resolver-se a fazê-lo, Pedro Ivo tanto sabia que não tinha em seu favor promessas e empenhos da autoridade, tanto sabia que não havia compromettimento official em seu favor da parte do presidente da Bahia, que quiz apresentar-se ao Sr. Honório: consta-me por ter ouvido a pessoa que tem razões de saber disto, que o pai desse homem se dirigira ao Sr. Honório solicitando-o a que recebesse seu filho. Os acontecimentos porém seguirão outro caminho.

Se nada pois ha que comprometta nem o caracter pessoal nem o caracter official do Sr. Gonçalves Martins, vejamos se alguma coisa pôde haver que desaire o procedimento do governo.

Nada ha em tudo quanto se tem exposto que no procedimento do governo necessite da menor palavra de justificação. (Muitos apoiados.) O governo procedeu em toda a sua politica na provincia de Pernambuco como deve proceder um governo brasileiro. (Muitos apoiados.) Empregou a brandura em todo o seu excesso de brasileiro. (Muitos apoiados.) Digo que em todo o seu excesso brasileiro, porque é sabido a politica de um povo deve-se impressionar do caracter desse povo; nós somos um povo muito brando, a nossa politica é necessariamente muito branda e ovidiosa; o povo inglez é muito austero, a sua politica também imprimindo-se do seu caracter é severa e rapida. A politica pois que o nosso genio nos impõe é necessariamente a da brandura e do esquecimento, o governo a seguiu sempre que o pôde. Toda vez que em consequencia da deposição de armas um individuo mostrara não querer mais perseverar no crime, o passado lhe era esquecido; houve amnistia. Não foi o Sr. Honório quem em vistas de trazer a pacificação moral da provincia concedeu em grande escala a amnistia; o Sr. Costa principiou logo depois de 2 de Fevereiro a concedê-las, bastava uma declaração de que estava arrependido do seu erro, uma confissão de que fôra illudido para que visse qualquer caudilho, por mais justificada que fosse a suspeita da sua falta de sinceridade, estender-se sobre si a clemencia imperial. (Muitos apoiados.) O governo chegou ao maior ponto de bondade que era possível, só combateu a quem o coagia a combatê-lo. Infelizmente, Sr. presidente, essa politica, que pôde ser útil contra partidos generosos, não o é com facções, houve entre os que se tinham armado contra a ordem publica quem se persuadiu de que tanta bondade era menos do que bondade, era fraqueza, e então vencidos quizerão impôr condições de vencedor. (Apoiados.) Não chegaram a dizer: «Nós queremos pôr condição de paz, queremos para aceitar a amnistia, que se dissolva a camara dos deputados; que se acabe com o senado, que se estabeleça a constituinte, etc.» contentáram-se com dizer: «Queremos amnistia geral, queremos ser todos collocados nas mesmas posições, para continuarmos nas nossas conspirações.» Levada a exigência a este ponto, o

que havia de fazer o governo? Continuar a lutar, mas continuar a lutar procurando sempre pôr fim á luta, fazendo todos os esforços para acabar com a guerra civil com o menor sacrificio de sangue dos brasileiros. (Apoiados.)

E agora, Sr. presidente, em vista deste procedimento constantemente louvavel do governo e dos seus delegados, onde parão todas essas insinuações, todas essas accusações de deslealdade? Para quem o opprobrio? Para quem? Para aquelles que depois de sacrificarem a suas ambiciosas esperanças a ordem publica em Pernambuco, vendo que a clemencia imperial ia cicatrizar as chagas dessa provincia, procuravam embarçal-a, lançavam de permoio uma porção de homens apanhados nos sertões, armados, sem outro fim que não o de devastar; para aquelles que, vendo que a coragem do nosso exercito, e a prudente actividade das autoridades e do governo, não conseguindo destruir esses homens dos seus meios de mal-fazer, e assim arranca-los da carreira do crime, procuravam novos maneios, novas insidias, novas calumnias para embarçar as vistas bemfazejas do governo em prol daquelles que sempre se lhes prestarão cegos instrumentos das suas damnadas tenções: para esses que tudo compromettem e sacrificão em primeira linha aos que os servem, para esses o opprobrio, e só para elles! E aqui farei uma accusação aos meus amigos politicos, ao governo e ao nobre presidente da Bahia; accuso-os por terem deixado tomar vulto a todas essas phantasmagorias de promessas e de empenhos, quando devião tel-as desmentido desde o principio; se o tivessem feito, não teriamos tido dois dias de debates odiosos....

Um Sr. Deputado: — Apparecção desde logo esses desmentidos.

O Sr. HENRIQUES DE REZENDE: — Em Pernambuco forão desmentidos immediatamente.

O Sr. J. J. DA ROCHA: — Em Pernambuco; mas, senhores, não é em Pernambuco que se formão e se desenlaçaõ as grandes difficuldades politicas, é aqui no Rio de Janeiro, é a opinião desta immensa cidade que, como todas as capitães, especialmente nos governos representativos, de lá se sempre muito esclarecida, e os nossos alliados disso se esquecerão! Deixarão que as invenções fossem lavrando, que as mentiras não contestadas fossem aceitas, que a opinião ficasse indecisa, ou fosse sendo transviada; e daí essas difficuldades em que estamos, essas discussões, essas preocupações que hoje procuramos combater e repelli-las. Mas desculpo-os; pois reconheço que é um defeito de que os nossos politicos têm sido todos particípes: não comprehendem elles a força que tem a calumnia, e firmes em suas consciências, conhecedores da verdade, descançam persuadidos que o embuste e a mentira serão impotentes: e depois chega o dia em que o embuste avultando de proporções se lhes apresenta.... e então querem combatê-lo, querem despir a falsidade das suas vestes, e achão nisso trabalho que não esperavão, colhem desgostos imprevistos, e que facil lhes teria sido opportunamente evitar. (Apoiados.) Homem da imprensa, ha muito tempo peço aos meus amigos politicos que se occupão da administração que fiquem convencidos de que a mentira, a calumnia publicada de manhã cumpre que nessa mesma tarde seja desmentida. Por não o haverem feito nas questões de Pedro Ivo, vejão o que tem daí resultado. Sim, todo esse barulho, essa presumpção da opinião, essas desconfianças, são devidas ao feito, á habilidade que a opposição tem desenvolvido nesta questão, habilidade de forjar mentiras, de inventar o que lhe faz conta, de apregoar suas invenções, e á imprudencia dos meus amigos, que as não quizerão combater immediatamente.

Antes de concluir, Sr. presidente, tenho de fazer uma advertência ao illustre membro da opposição que se assenta no cocuruto da montanha desta casa. (Risadas.)

Um Sr. Deputado:—No cocuruto? Então será o Sr. José Pedro Dias de Carvalho.

O Sr. J. J. da Rocha:—Não é o Sr. José Pedro Dias de Carvalho; o Sr. José Pedro Dias de Carvalho para mim é o chefe da opposição nesta casa, e é muito digno de ser o chefe, porque não envolve na sua opposição nenhuma dessas invectivas que deslustrão o talento, e que tornão tão ridícula e desprezível a mediania (apoiados); o Sr. José Pedro não tem esse furor de renegados, que descompondo os seus antigos alliados pensa dar fiança de si aos seus alliados modernos. O Sr. José Pedro cumpre o seu dever de opposicionista, nunca porém nas suas palavras se acha o que indecoroso seja á casa, o que offensivo a seus companheiros. (Apoiados.)

O illustre deputado a quem me refiro veio aqui ainda agora dividir os brasileiros em dous campos, um o de repressão extraordinaria pela força, e outro de clemencia! No Brazil, senhores, não ha semelhantes divisões politicas, não ha partido de repressão violenta e implacavel; é falso. Temos, sim, um partido, que quando está no poder leva de vencida toda especie de opposição legal ou illegal, destróe tudo quanto se oppõe ao seu carro vencedor (apoiados); esse partido fóra do poder tem os mesmos instinctos de feroz e implacavel intolerancia; conspira e subleva-se. Ha outro partido, que no poder ou na opposição quer que as cousas se fação conforme a lei. (Apoiados.) Quando ha rebellões, o partido da violencia segue um systema de certo admiravel. Os seus mais ardentes compromettem-se nos movimentos, e os outros, emquanto os seus co-religionarios estão vencedores, applaudem-os, justificão-os, identificão-se com elles, e preparão-se para entrar na partilha dos despojos; quando porém estão vencidos os seus ardentes, elle-os logo a bradar: «venha a amnistia, a amnistia é indispensavel, etc.» E depois, quando os ardentes têm de ser julgados, acolhão logo de illegaes todos os tribunaes, gritão immediatamente «querem perseguir aos nossos amigos!» Ora, se hoje não ha ninguém que pense que o réo de crimes politicos possa ficar eternamente exoluido da sociedade, poderá alguém querel-o, ou esperal-o no Brazil? Não nós por certo! (Apoiados.) O que queremos é o respeito da lei em toda a sua extensão. (Apoiados.) Queremos pois que aquelles que com as armas na mão commettem grandes crimes, como atear á constituição do estado, soffrão o mal do seu acto; repellimos essa insidiosa e extemporanea compaixão, porque em taes casos a compaixão é uma complicitade, é o pagamento da divida contrahida para com os que se comprometterão, pelos que esperavão colher os fructos do compromettimento. Podemos querer que os criminosos sejam levados perante os tribunaes, sejam condemnados para desaffronta da lei e da sociedade; podemos querer que esses homens meditem nos males que fizerão ao paiz; mas queremos que, conseguido tal resultado, fiquem esses homens eternamente exoluidos, que a patria não aproveite os talentos e capacidade que elles possuem ter (apoiados), querel-os proscriver, não; isto nenhum de nós póde querer. Não estamos tão ricos de homens que possamos pretender que quando taes criminosos houverem deposto as ufanias dos seus crimes, derem provas de que estão arrependidos do mal que fizerão, pretendamos arredar delles a clemencia imperial; antes pelo contrario a imploraremos, para que baixe sobre elles. (Apoiados.) Quando agora com as armas nas mãos, ou insolentemente ufanos do seu crime, querem arrancar um perdão, não ha compaixão que os auxilie, só a complicitade os auxiliará: não se-

remos nós que nisso os deixaremos de combater. (Apoiados.)

Terminarei o meu discurso com algumas palavras a respeito do tão preconizado, tão desejado fraccionamento da maioria desta casa, que o illustre deputado enxergou. O illustre deputado suppoz que porque havia algumas contestações entre alguns dignos co-religionarios politicos, membros da maioria, estava ella fraccionada, insidiosamente envolveu nessas contestações a algum membro do ministerio, apresentou-o em desintelligencia com o digno presidente da Bahia; e logo apregoou como existente uma crise que só nos seus desejos existia. Fraccionada a maioria actual, a maioria eleita depois dos gritos de constituinte; fraccionada no estado em que se acha o paiz!! Não; nenhum dos meus illustres collegas se separa um do outro, porque ainda o edificio social não está montado nas bases solidas em que deve ficar. (Muitos apoiados.) Como nos havemos de dividir por pequenas offensas e questões sem alcance, diante de tamanha questão de que pende o futuro da patria? (Muitos apoiados.) Não; desengane-se o Sr. opposicionista, havemos de estar unidos emquanto assim fór preciso, para salvarem-se os grandes objectos que todos injramos salvar. (Muitos apoiados.) Quer a opposição ver-nos divididos? Ha um meio muito simples; abandone ella o desejo de animar e provocar paixões revolucionarias, de endoosar a quantos rebeldes existem; estabeleça a sua opposição, o seu ponto de divergencia comnosco, unicamente nas questões politicas de menor alcance, ou nas questões administrativas; mas que vejamos todos, que saibamos todos nós que está salva a constituição do imperio. Então, desligados uns dos outros, os membros do partido constitucional, hoje unidos no pensamento comum da salvação do throno e da constituição, poderá cada qual escolher a opinião que melhor lhe parecer nas novas questões politicas. Mas quando vemos ainda tudo abalado, quando vemos endoosar-se a rebeldes; e santificar-se rebellões, havemos de nos dividir! Não, e não. (Numerosos apoiados.) Descanse o nobre deputado, não ha de haver aqui praias, luzias, vendas, etc. (apoiados), havemos de estar sempre unidos apesar dos desejos do illustre deputado. (Numerosos apoiados e muito bem.)

O Sr. Ferreira de Aguiar:—Sr. presidente, eu não tencionava tomar parte na presente discussão, porque, vendo ella sobre desintelligencias que se diz existirem entre os nobres presidentes de Pernambuco, da Bahia, e o governo, e especialmente sobre uma amnistia da qual nenhum conhecimento tive antes de ser publicada, e para a qual por forma alguma concorri, entendi que me não devia entremetter em negocios para os quaes nem havia sido chamado nem ouvido, deixando assim ao governo e a quem fosse interessado a tarefa de dar as explicações que julgasse convenientes. Entretanto o nobre deputado pelo Pará, que é chefe da opposição, fez-me quebrar esse proposito, e figurar em uma luta, na qual não desejava apparecer, agulhado como fui pelo injusto e revoltante julzo que fez da assembléa de minha provincia por occasião da felleitação que endereçou ao presidente da mesma provincia o Sr. Honório Hermeto Carneiro Leão. Assim, sendo este o principal motivo que me obrigou a pedir a palavra, fique a camara certa de que eu declino da questão principal, não me furtando, todavia a proferir o meu julzo a respeito do thesor de proceder do Sr. Carneiro Leão nas conjuncturas difficeis e espinhosas em que se achou.

Senhores, quando o nobre deputado pelo Pará lançava o estigma e o opprobrio sobre a assembléa provincial do Pernambuco, ou sobre quem

redigido e leu a felicitação mandada ao presidente da provincia, eu disse, em aparte, que a linguagem da felicitação era a que devião empregar homens que amão a ordem, e então o illustre orador entendeu por acertado classificar-me no numero desses poucos que são partidarios de oppressões e de medidas violentas, emprestando-me por esta forma um pensamento que nem meus actos, nem minhas palavras o autorizavão a suppôr-me. Necessario é, entretanto, confessar que a opposição obteve o seu fim, promovendo uma discussão em que o capitão Pedro Ivo Veloso da Silveira é representado como um novo filho de Veturia, e em que o seu caracter e o seu proceder são tão elogiados a expensas do governo, e mesmo de um acto da mais alta clemencia.

Sr. presidente, não admira que o nobre deputado pelo Pará, com as idéas que tem, descubra no procedimento ultimo do capitão Pedro Ivo razões dobradas para os maiores elogios, porque parece que ambos estão identificados no mesmo pensamento; porém o que me maravilha é que forçasse tanto a sua intelligencia a ponto de achar na allocução dirigida ao presidente de Pernambuco pela assembleia da mesma provincia um padrão de opprobrio e uma prova de que aquella assembleia partilha os sentimentos de alguns que só querem oppressões e violencias. É verdade que o nobre deputado falla segundo seus proprios sentimentos, porém também é verdade que estes, quando muito, só devem servir de regra a seus amigos e co-religionarios. Ainda repito que não descubro na felicitação dirigida ao Sr. Honório Hermeto uma só palavra que revele da parte da assembleia provincial de Pernambuco esse pensamento e esse desejo de violencias que o nobre deputado julga enxergar. Fimda a guerra civil, nada mais curial de que a congratulação dos dous poderes existentes na provincia por occasião de um acontecimento que punha termo a tantos males; mas estou persuadido de que essa congratulação não deveria conter o elogio daquelles que forão causa desses mesmos males. É o que contém de violento e barbaresco essa allocução, tanto estigmatizada pelo nobre deputado? Talvez a energia de seu estylo e a voracidade de suas asserções. Pois eu estou persuadido de que essa peça importante exprime ao mesmo tempo o sentimento de justo praezer pela expiração da luta e o verdadeiro e legítimo pensamento da provincia sobre esses desgraçados acontecimentos em que o nobre deputado descobre tanto merito. (*Apoiados.*) Senhores, o estylo energico dessa allocução, quando muito, resente-se e foi inspirado por essas scenas de horror que se derão na provincia de Pernambuco: talvez fosse inspirado por esses combates multiplicados que se derão entre a legalidade e a rebeldia, por essa enorme somma de males que mais duxia de homens fizeram pesar sobre tantas familias e sobre a sociedade inteira (*apoiados*), e, finalmente, por essa tenacidade com que esses homens, sempre repellindo os meios de conciliação, sómente abandonarão as armas quando na impossibilidade de se manterem por meio dellas (*apoiados*): portanto, se mesmo a assembleia provincial empregasse um estylo ainda mais energico do que aquelle de que usou, estou convencido de que ainda assim não excedia o pensamento ordeiro que caracteriza a maioria dos pernambucanos.

Não supponha a camara que, exprimindo-me desta maneira, tenho por fim censurar esse acto de clemencia imperial contido nos decretos de 3 de Maio: já disse que declinava da questão principal; e o governo que aconselhou á corôa um semelhante acto, a elle cumpre a sua justificação, embora não me parecesse conveniente e proficua a promptidão com que isto se fez. É verdade, Sr. presidente, e eu o confesso, quando via os horrores a que condemnou a guerra civil

a minha provincia, quando via que os combates se multiplicavão e se succedião por todos os pontos, tendo em resultados jorros de sangue; quando vi a cidade do Recife invadida e assaltada por hordas selvagens, a quem seus proprios chefes não poderião conter depois da victoria (*apoiados*), e as ruas juncadas de cadaveres e humedecidas de sangue, desejei profundamente que a sociedade e a ordem fossem desaggravadas, e que a espada da lei cahisse com todo o seu peso sobre os autores de tantas calamidades; e seria um tal desejo prova de ferocidade e amor de violencias e oppressões?... Mas, também direi que, uma vez presos esses autores, julgados e reduzidos á impossibilidade de offender a sociedade; uma vez forçados á confissão de seus crimes, e a implorarem da clemencia imperial um desses actos que tanto eleva o poder, não seria eu, sem duvida, que me incumbiria de censurar um perdão em taes circumstancias; uma vez que esse perdão applicado prudente e convenientemente, não compromettesse a segurança publica, depois de um pouco de expiação que convencesse os desordeiros de que os grandes crimes não se processão e não se absolvem com tanta celeridade. Não, senhores, esses homens, embora criminosos, embora responsáveis por tantos males, por tantas lagrimas e por tanto sangue, podião chegar a um verdadeiro arrependimento, podião ainda ser mituos uteis ao paiz, como temos visto muitos exemplos, podião compenetrar-se da alta verdade de que, em uma forma de governo como a nossa, os degrãos para subir ao poder são unicamente a imprensa e a tribuna (*apoiados*), sendo sempre erro profundo e deploravel o appello ás armas: esses homens, enfim, já infelizes pelo peso de seus inevitaveis remorsos, me estavam ligados por esse laço poderoso com que a natureza abraça todos aquelles que nascem na mesma terra, para que eu desejasse a continuação de seus soffrimentos, principalmente não havendo motivo algum particular que alentasse um pensamento de vingança. Portanto, pensando eu desta maneira creio que foi summamente injusto e leviano, nobre deputado pelo Pará quando me emprestou sentimentos de rancor e de odio sem factos que para isto o autorizassem.

Sr. presidente, pareceu-me enxergar nas palavras proferidas pelo nobre deputado pela provincia da Bahia, em justificação ao illustre presidente da mesma provincia, uma especie de censura ao Sr. Honório Hermeto, visto que sendo o Sr. Gonçalves Martins arguido por um outro nobre deputado pelo Rio de Janeiro, se trouxe o procedimento do Sr. Honório para se justificar o procedimento daquello.

O Sr. APÊRIO: — Esta não foi a intenção delle.

O Sr. FERREIRA DE AGUIAR: — Nem eu supponho, nem affirmo que a censura fosse a intenção do nobre deputado: vejo que elle quiz estabelecer um termo de comparação; porém, em verdade, de suas palavras podia-se bem colligir alguma coisa como censura. Eu a este respeito não sou suspeito, porque não tenho a honra de gozar da amizade do Sr. Honório Hermeto Carneiro Leão; porém nem por isto lhe negarei a justiça que lhe devo. Sr. presidente, o Sr. Honório Hermeto chegou á provincia de Pernambuco com intenções tão pacificas e conciliadoras, que aquelles que tinham melhor conhecimento do terreno as julgáram excessivas e mesmo perigosas. O illustre administrador fez tanto para restabelecer a harmonia entre os partidos, e incutir confiança ao lado vencido, que pareceu sacrificar mais do que convinha a segurança publica, dando sérios receios aquelles que se haviam comprometido por amor da ordem. (*Apoiados.*) Concessão de amnistias a um grande numero de comprometidos de toda a

ordem, processos e pronuncias inutilisadas, amnistia offerecida a Pedro Ivo e aquelles que o seguirão, tudo, enfim, esgotou o Sr. Honório para que a pacificação da provincia não custasse mais penosos sacrificios, tudo fez para que os meios conciliatorios e de brandura produzissem o resultado que tinha em vista (*apoiados*); mas teve por fim de conhecer que os seus desejos são baldados, e então mostrou-se tão forte nos meios repressivos, quanto havia sido amplo nos meios brandos. Daqui pois se vê que o seu procedimento ulterior foi uma consequencia forçada da inutilidade de seu primeiro empenho, e quando o Sr. Honório offerecia amnistia, quando procedia com tanta amplitude, certamente estava em seu direito, pois que a isto o autorizava o decreto de 11 de Janeiro de 1849, expedido á presidencia de Pernambuco....

O SR. WANDERLEY: — E que outro presidente concedeu amnistia?

O SR. FERREIRA DE AGUIAR: — Também eu não affirmei que outro presidente houvesse concedido amnistia; e se fiz esta reflexão foi sómente para provar ao nobre deputado que, a ser reparavel o facto de haver o Sr. Gonçalves Martins conservado soltos a Pedro Ivo e seus complices, porque já existia o decreto de amnistia, esse facto não pôde servir de termo de comparação para o procedimento do presidente de Pernambuco.

O SR. SAYÃO LOBATO: — E quando elles já tinham culpa formada.

O SR. FERREIRA DE AGUIAR: — ... porque a este, e sómente a este assistia o direito de fazer uso desse decreto, conforme as occurrencias e conforme as instrucções que houvesse recebido do governo.

Como entendo que, em geral nunca é um grande bem a concessão do perdão, seguida muito de perto á consummação do crime, e esteja persuadido de que melhor seria serem os criminosos julgados, embora então viesse por um termo a isto a clemencia imperial, também quer me parecer que talvez fosse mais conveniente que elles não encontrassem logo essa protecção e esse favor de que se virão cercados, e tanto mais quanto estou convencido de que não ha esse grande merito na entrega feita por Pedro Ivo de sua espada ao nobre presidente da Bahia, pois não ha merito algum em abandonar-se um campo que se não pôde conservar....

O SR. WANDERLEY: — Divergimos nisto.

O SR. FERREIRA DE AGUIAR: — Pôde ser, e talvez porque o nobre deputado esteja persuadido de que ainda restavam meios de prolongar a guerra, o que eu nego. É verdade que Pedro Ivo poderia deixar o caracter guerreiro para tomar o de salteador nas mattas d'Água-Preta; porém não só esta nova posição seria muito peor, mas ainda creio firmemente que elle a repelliria, restando-lhe em tal extremo, ou uma fuga completa, ou um rendimento sem condições. Portanto, se, plenamente inteirado destas circumstancias, o illustre presidente de Pernambuco entendeu que a protecção dada aos rebeldes não era muito azada, nisto não fez mais do que lamentar a inutilidade forçada dos meios apropriados que havia empregado para dar completo triumpho á lei, e talvez persuadir-se de que por este theor ficaria um pouco cercada essa gloria a que tinha direito, e que tanto lhe custou....

O SR. WANDERLEY: — Elle não precisa.

O SR. FERREIRA DE AGUIAR: — Também estou persuadido de que elle não precisa, porque a sua missão está satisfeita; porém ella seria ainda mais completa se por ventura tendo sido coagido ao emprego dos meios energicos pela improficuldade dos pacificos, tivesse elle restabelecido

a ordem, reduzido os contumazes á obediencia e entregando-os, ou aos tribunaes, ou á clemencia imperial. E também quer parecer-me que o triumpho seria pleno e o effeito mais salutar, se por ventura o encarregado de dirigir a guerra tivesse recebido, em nome da lei, a espada de um rebelde rendido....

O SR. WANDERLEY: — Esta gloria o Sr. Gonçalves Martins cede a todos.

O SR. FERREIRA DE AGUIAR: — Não duvido; porém nota bem o nobre deputado que estas minhas observações em nada tendem a censurar o Sr. Gonçalves Martins; pelo contrario eu louvo muito o pensamento e a boa intenção que presidio ao seu procedimento: vejo que todos os meios por elle empregados tendêrão somente a pôr termo a uma luta fatal ao imperio, e particularmente danosa á minha provincia, e por isto não andaria eu bem censurando tão bons desejos.

Sr. presidente, não porei termo a este meu discurso sem fazer reparo sobre a maneira por que os nobres membros da opposição têm entendido o decreto de amnistia de 8 de Maio, e opinião já houve que, suppondo a existencia de imaginarias promessas, reduziu esse acto da vontade irresponsavel a theoria dos contractos bilateraes....

O SR. APRIGIO: — É uma gentileza juridica que nem Pothier descobriu.

O SR. FERREIRA DE AGUIAR: — Eu porém estou persuadido de que tendo sido concedida aquella graça sob uma condição expressa, não pôde aquella produzir os seus effeitos sem que seja esta satisfeita (*apoiados*); o mais seria querer forçar a quem sómente tem o poder de dar, a aceitar as condições daquelle que recebe e que nenhum titulo tem para pedir. (*Apoiados*.) Outrosim, também não posso comprehender, nem mesmo pude descobrir as razões em que se fundão esses nobres deputados para dizerem que, sendo a amnistia um acto de alta politica, não pôde ser revogada por falta de execução de qualquer condição que lhe esteja annexa. Se os nobres deputados reconhecem que a amnistia é um acto de alta politica, se concordão em que uma tal deliberação é tomada em virtude de circumstancias, devem também reconhecer que essas circumstancias, e essa mesma alta politica que dictarão a amnistia, também dictarão a condição, e que certamente não se daria aquella se não fosse modificada e limitada por esta. (*Apoiados*.) Portanto, uma semelhante abstracção me parece insustentavel e absurda.

Sr. presidente, a hora já está ha muito passada, e não desejo enfadar mais a camara. Sirvão estas minhas breves observações para rectificação de algumas proposições emitidas nesta discussão, e para justifiarem o voto que pretendo dar contra o requerimento.

ALGUNS SRS. DEPUTADOS: — Votos! votos!

O SR. PRESIDENTE: — Se não ha mais quem queira a palavra vou pôr a votos o requerimento. ...

OUTROS SRS. DEPUTADOS: — Não ha casa para se votar.

O SR. PRESIDENTE: — Fica encerrada a discussão, e como já é dada a hora não se faz a chamada, e proceder-se-ha á votação amanhã.

A ordem do dia é a mesma. Levanta-se a sessão. São 3 horas da tarde.

Sessão em 14 de Maio

PRESIDÊNCIA DO SR. MENDES DOS SANTOS

SUMMARY.—Expediente. — *Rejeição do requerimento sobre a amnistia aos Srs. Pedro Ivo e Miguel Affonso.*—*Emendas do senado á lei do orçamento.* *Imposto sobre o sal do Rio Grande do Sul.* *Discursos dos Srs. Oliveira Bello, H. de Rezende, Tosta, Cruz Secco, Paula Santos, Fernandes Chaves.* *Votação.* — *Transferencia de apolices.*—*Furto de gado vaccum.* *Adiamento.*

A's 10 horas e tres quartões da manhã reunidos os Srs. deputados em numero legal, abre-se a sessão, lê-se e approva-se a acta da antecedente.

EXPEDIENTE

Officio do Sr. ministro da guerra, pedindo dia e hora para apresentar o relatório da repartição a seu cargo.—O Sr. presidente designa a sessão de amanhã ao meio dia.

Outro do Sr. ministro do imperio, remetendo a cópia do contracto de arrendamento da casa em que se acha estabelecida a aula do commercio desta corte, que, em virtude da autorização dada por aquelle ministerio em aviso de 14 de Setembro ultimo, ao inspector da mesma aula o conselheiro Diogo Soares da Silva de Bivar, foi por elle celebrado no dia 12 de Novembro do anno proximo passado, com o proprietario da dita casa o Dr. João Caldas Vianna.—A' commissão do orçamento.

Outro do Sr. deputado Francisco Antonio Ribeiro, participando que por molestia se acha impossibilitado de por alguns dias assistir ás sessões.—Fica a camara inteirada.

O Sr. 1.º SECRETARIO comunica que o Sr. deputado José Mathias Ferreira de Abreu se acha atacado da febre reinante, e por isso não pôde comparecer.—Fica a camara inteirada.

Remette-se á commissão de fazenda o mappa demonstrativo da assignatura e preparo do papel-mosda.

A' commissão de constituição, o requerimento de Luiz Corrêa de Azevedo Junior, pedindo dispensa do tempo que falta para ser declarado cidadão brasileiro.

Não ha mais expediente.

O Sr. APRÍGIO (pela ordem):—E' para requerer urgencia, a fim de que se trate da lei do orçamento, ou antes das emendas do senado a esta lei: requero que se trate deste objecto com preferencia aos outros dados para a ordem do dia.

O Sr. PRESIDENTE:—Sujeitarei o requerimento do Sr. deputado á camara: agora vai-se proceder á votação do requerimento do Sr. Souza Franco e outros senhores, cuja discussão ficou encerrada hontem.

Procede-se a esta votação: o requerimento é rejeitado em todas as suas partes.

O Sr. PRESIDENTE:—O Sr. deputado pede com urgencia para entrar já na discussão as emendas vindas do senado impressas sob n. 100 deste anno: os senhores que approvão esta urgencia queirão levantar-se.

EMENDAS DO SENADO A' LEI DO ORÇAMENTO

Approvou-se esta urgencia. Continúa, pois, a discussão da terceira emenda do senado que supprime o § 5.º do art. 11 das emendas da camara dos deputados. Esse § 5.º autorisa o governo para modificar o imposto do sal estrangeiro importado no Rio Grande do Sul para o serviço das charqueadas.

O Sr. Oliveira Bello:—Sr. presidente, não me levantaria para impugnar a emenda do senado, e sustentar a que eu e meus companheiros deputados pelo Rio Grande do Sul adicionamos á lei do orçamento que passou nesta casa na sessão passada, se não tivesse necessidade de arredar de nós, os signatarios dessa proposta, a imputação de injustos, querendo fazer passar na assembleia geral um favor á provincia que representamos com detrimento de outras provincias do imperio. Digo que, a não ser esta necessidade, eu não me levantaria para combater a emenda do senado, porque o honrado Sr. ministro da fazenda declarou naquella camara que elle como ministro jámais poria em execução a autorisação que esta camara votou, e que o senado ahi rejeitou: e tambem porque a medida que nesta camara fizemos passar não comprehende o favor completo a que têm direito as fabricas de carne secca da provincia do Rio Grande do Sul em vista das leis que protegem a industria nacional.

E' facil de comprehender, Sr. presidente, que depois da grande calamidade por que passou a provincia do Rio Grande do Sul, as suas fontes de prosperidade se tenham estancado; a mão mirrada da desgraça, cahiendo sobre aquella provincia depois de uma luta intestina de 10 annos, quasi que tem esgotado completamente a unica fonte de sua riqueza, a criação dos gados e a fabricação da carne secca: suas relações com os estados vizinhos muito têm concorrido para que a penuria tenha crescido muito de ponto. As estancias estão exauridas de gado; as charqueadas não têm por consequencia o objecto principal de seu trabalho. Era do estado vizinho, onde ha muitas fazendas de criação de gado de propriedade de subditos do imperio, que entravam gados para o Rio Grande; mas de 1846 por diante, por uma prohibição muito arbitraria, muito injusta, cassou a faculdade que tinham os brasileiros de tirar de suas estancias para fabricas do Rio Grande os seus gados, então a penuria chegou a seu cumulo, a este estado lamentavel em que actualmente se acha; a renda da provincia tem decrescido; a riqueza particular tem definhado.

Neste estado de cousas cumpria aos poderes competentes applicar o conveniente remedio. Os órgãos officiaes da população da provincia comprehenderão o estado em que ella se acha, comprehenderão tambem os meios de o prover de remedio. Assim foi que a assembleia provincial e algumas camaras municipais em 1846 reclamaram da assembleia geral a redução do enorme direito de exportação que pagavam os couros; e a assembleia geral, conhecendo a justiça desta reclamação, reduziu esse direito de 15 a 7 %, igualando destarte a produção da provincia do Rio Grande do Sul ás demais produções nacionaes nos direitos que devia pagar.

Mas esta protecção, sem duvida consideravel, não pôde ainda restabelecer a prosperidade da provincia. A carne secca fabricada nos estados vizinhos, na republica Argentina e na republica Oriental, sustenta nos mercados do Brazil uma funesta concorrência com as fabricas de producto semelhante da provincia do Rio Grande; toda a vantagem que têm nesta concorrência as fabricas daquelles estados, provém principalmente de não ser sujeito ao imposto de consumo uma das materias primas da industria dessas fabricas (o sal): em todas as alfandegas desses dous estados o sal é despachado livre de direitos. O gado que nesses estados é incontestavelmente de muito maior peso do que o gado da provincia do Rio Grande, o gado que lá custa muito menos dinheiro, quando é levado as fabricas de carne secca, contribue tambem para que a concorrência seja em maior vantagem para aquelles estados. Entretanto que isto acontece, vemos que as fabricas do Rio

Grande vão cada vez mais definhando, quasi acabando, porque o sal, que é materia prima para a fabricação da carne secca, está sujeito ao enorme imposto de 30 %, e o pouco gado que a provincia do Rio Grande hoje pôde fornecer de suas estancias custa muito mais dinheiro, por isso mesmo que é pouco.

Daqui resulta, senhores, que a provincia do Rio Grande, que podia muito bem abastecer, e até certa época abasteceu de carne secca a todos os mercados do imperio, hoje apenas fornece dous terços, e talvez menos, de todo esse producto necessario para o consumo do Brazil. O estados vizinhos exportão para o imperio mais de um terço da carne secca que o imperio consome.

O sal, Sr. presidente, carrega com o pesado imposto de 30 %, como disse; entretanto, ou se considere esta mercadoria como de primeira necessidade para a população geral, ou se considere como materia prima para as fabricas do Rio Grande, parece injusto que sobre este genero pese um tão grande imposto. A exemplo de outros paizes, e segundo ensinão os economistas modernos, este genero devêra ser livre de qualquer imposto; mas o Brazil, que tem em seu solo salinas que concorrem para a riqueza de algumas provincias, devêra sem duvida fazer uma excepção neste principio da sciencia, impondo, como impõe, direitos sobre o sal estrangeiro, para proteger as salinas nacionaes. Isto, em minha opinião, é fora de duvida. Mas, se para proteger as salinas nacionaes bastava que um imposto qualquer pesasse sobre o sal estrangeiro, quando importado no imperio para o uso commum, todavia, eu acho que devêra cingir-se ao principio a respeito do sal estrangeiro, e que tivesse uma applicação ou um uso especial, como acontece com o que entra para a provincia do Rio Grande Sul; porque, senhores, o sal nacional não pôde competir com o estrangeiro nas qualidades necessarias para aperfeiçoar a carne secca. As razões naturaes por que este phenomeno acontece eu não posso explicar; mas é um facto provado pela experiencia, e attestado pelas reclamações constantes e uniformes, já das camaras municipaes daquela provincia, e da sua assembleia; é um facto provado pela circumstancia de ser sempre preferido o sal estrangeiro ao nacional, embora aquelle custe mais caro. (Apote-dos.) Se o sal nacional fosse tão apropriado para a salga das carnes e dos couros, como é o sal estrangeiro, sem duvida que a industria da arrecadação do sal de algumas provincias do imperio teria tido maior desenvolvimento; sem duvida tambem o sal nacional, custando menos que o estrangeiro, seria preferido nas charqueadas do Rio Grande do Sul.

Isto basta para provar que o sal nacional não pôde competir com o estrangeiro, que é preferivel, e que o imposto que sobre elle pesa prejudica enormemente a unica industria actual da provincia do Rio Grande, sem todavia favorecer as salinas nacionaes.

Seguros desta verdade, os representantes da provincia do Rio Grande do Sul, adicionámos á lei do orçamento na sessão passada uma proposta para que fosse isento dos direitos de consumo o sal estrangeiro importado na provincia do Rio Grande, que tivesse applicação especial para o serviço das fabricas de carne secca. O honrado Sr. ministro da fazenda oppoz-se a esta proposta, e a camara a regeitou. Quando a lei passou por terceira discussão, nós, que não tínhamos podido conseguir a medida completa, o verdadeiro favor fundado na legislação que isenta dos direitos de consumo todas as materias primas importadas no imperio para as fabricas nacionaes, propuzemos outra medida que, comquanto não satisfizesse tão cabalmente o desideratum da provincia, todavia conseguiria alguma

coisa para a protecção das fabricas de carne secca, isto é, uma autorisação ao governo para que modificasse o pesado imposto sobre o sal estrangeiro. A camara votou esta proposta, e foi a lei para o senado. Alli, porém, por proposta de um honrado senador por Pernambuco, foi supprimida a emenda desta camara, foi regeitado o favor por ella concedido ás fabricas de carne secca, restabelecendo-se o estado actual.

Segundo vi dos discursos desse honrado senador e do Sr. ministro da fazenda, proferidos por occasião da discussão da lei no senado, as razões que determinárão aquella camara a regeitar a emenda que aqui foi, forão as seguintes: 1ª, o grande prejuizo que ás salinas nacionaes vinha fazer a redução do imposto sobre o sal estrangeiro; 2ª, a injustiça de se alliviar do imposto o sal importado para a provincia do Rio Grande, sem que se allviasse tambem o sal que se importasse para o consumo das outras provincias do imperio; 3ª, ficar o governo inhibido, pela passagem da emenda, de poder continuar as alterações que actualmente se occupa de fazer na tarifa das alfandegas, a respeito do imposto do sal.

Quanto á primeira razão, o prejuizo das salinas nacionaes, entendo que é inteiramente chimerico este receio, que esta razão é infundada. Prejuizo viria para as salinas nacionaes se o sal nacional fosse tão proprio como o estrangeiro para as salgás das carnes e couros, se o sal nacional entrasse em concorrência nos mercados da provincia do Rio Grande com o sal estrangeiro; então o imposto sobre o sal estrangeiro seria naquella provincia protector das salinas nacionaes; então o allivio ou isenção deste imposto prejudicaria as salinas nacionaes; mas se está provado, e é certo que a despeito do imposto que pesa sobre o sal estrangeiro, e apesar de custar mais barato o sal nacional, todavia os mercados da provincia do Rio Grande preferem a elle o sal estrangeiro, é claro que se for allivado o sal estrangeiro do imposto que sobre elle pesa, nenhum prejuizo resultará ás salinas nacionaes, porque nem mesmo á sombra desse imposto ellas dão sal para as fabricas de carne secca. O que aconteceria, Sr. presidente, seria uma protecção effeaz áquellas fabricas, sem detrimento das salinas nacionaes, innocente a respeito da industria das provincias que as possuem. O sal nacional continuaria a ser consumido nas outras provincias do imperio, e mesmo na do Rio Grande para todos os usos, menos nas fabricas de carne secca, como actualmente acontece.

Se o sal nacional fosse apropriado para as salgás das carnes, dar-se-hia outra circumstancia, que seria a exportação deste producto para os vizinhos estados de Montevideo e Buenos-Ayres, onde se consome tambem muito sal, porque ha alli a mesma industria que na provincia do Rio Grande. Ora, se o sal estrangeiro, repetirei, não serve para a salga das carnes, está claro que nenhum prejuizo vem ás salinas do Rio Grande do Norte, Pernambuco e Maranhão, de se alliviar de direitos o sal estrangeiro que for importado para as charqueadas; porque, ainda que se sobrecarregue mais este sal com o imposto do consumo, ha de ser sempre preferido ao nacional nas charqueadas. Portanto, a conservação do imposto prejudica as charqueadas sem contudo proteger as salinas nacionaes. Querer obrigar por meio de impostos onerosos sobre o sal estrangeiro as fabricas do Rio Grande a consumirem o sal nacional, seria o mesmo que obrigar essas fabricas a fecharem-se, a desaparecerem, ou então a prejudicar muito directamente o producto dellas; porque, obrigadas a consumir o sal nacional, não poderião de modo algum sustentar a já muito difficilissima concorrência com productos semelhantes dos estados vizinhos. Se hoje que apenas ha a differença de ser livre do imposto o sal importado em Montevideo e

Buenos-Ayres, a concorrência já é tão grande, como não seria maior se as fabricas do Rio Grande fossem obrigadas a empregar o sal nacional? De certo, que não poderia sustentar a concorrência, porque o seu producto seria muito inferior, por consequencia, depreciado sempre nos mercados do imperio, desde que nelles apparecessem mercadorias iguaes vindas do estrangeiro.

Ainda mais, Sr. presidente, se se alliviar do imposto o sal estrangeiro, e forem assim protegidas as fabricas de carne secca, os productos dessas fabricas não de augmentar, ellas produzirão muito mais, e produzindo muito mais não de tambem dar um augmento de renda para os cofres publicos, porque não de vender mais couros, não de transportar alguma carne secca para o estrangeiro. Qualq. diminuição que pudessem prover da abolição do imposto de consumo sobre o sal estrangeiro para os cofres publicos, seria compensada sem duvida pelo augmento dos direitos de exportação correspondente ao acrescimo da exportação desses generos. Já se vê que mesmo a renda geral do estado não soffre diminuição, quebra alguma com a medida que propuzemos; e se está provado que as provincias do norte, que arrecadão e vendem sal, não soffrem diminuição alguma na sua riqueza com o allivio do imposto na importação do sal estrangeiro, é claro que os autores desta medida devem ser alliviados da imputação de injustos que sobre elles paira, por quererem um favor para a provincia que representão, com prejuizo das demais provincias do imperio.

A segunda razão expendida no senado foi a injustiça da especialidade da medida. Se o sal estrangeiro fosse tão necessario ao consumo e applicação commum das outras provincias do imperio, como é ao consumo especial das fabricas da provincia do Rio Grande, sem duvida seria procedente esta razão expendida pelo honrado Sr. ministro da fazenda; sem duvida haveria injustiça em se alliviar do imposto de importação o sal importado para o Rio Grande, sem se alliviar o sal que fosse importado para as demais provincias do imperio.

Mas, senhores, o sal do Rio Grande do Norte, Sergipe e outras provincias do norte, é excellentes; tão bom como o sal estrangeiro para o uso commum da população do imperio, mas não é sufficientemente bom para o uso especial das fabricas do Rio Grande; portanto, uma medida que fizesse excepções a respeito desta applicação especial, nenhuma injustiça traria ás outras provincias, mesmo algumas das que tambem crião gados, que comprão o sal nacional para nutrir com elle os seus gados, mas onde o sal não constitue uma materia prima para a industria; serve apenas para nutrir melhor o gado, mas não é indispensavel para este effeito, porque o gado vive e nutre com o pasto natural. Não se pôde portanto considerar para essas provincias o sal estrangeiro como materia prima, no emtanto que para as fabricas do Rio Grande não pôde deixar de ser considerado como tal, porque sem elle não se pôde fabricar a carne secca; para isto o sal nacional não presta. Como não acreditar que esta razão é procedente quando se vê que a provincia toda reclama este favor, e dá como causa a má qualidade do sal nacional? Pois todos os fabricantes do Rio Grande do Sul, as camaras municipais, a assembleia provincial, e nós que aqui temos apresentado esta razão, a teremos inventado? O facto de ser preferido o sal estrangeiro na provincia, mesmo quando o sal nacional é mais barato, não será uma prova muito exuberante da melhor qualidade que aquelle tem? Assim, pois, já se vê que a segunda razão apresentada no senado, não pôde proceder.

A terceira é a inibição em que ficava o governo de poder continuar a fazer as alterações

já inestadas na tarifa das alfandegas sobre o imposto do sal. Não sei como é que se possa admitir que a autorização especial que a camara votou, para que se modificasse o imposto do sal que tivesse destino especial para as fabricas do Rio Grande, embarace o governo de alterar o imposto sobre este genero quando houvesse de reconsiderar a tarifa das alfandegas a respeito de outras provincias do imperio, porque está demonstrado que o sal estrangeiro para o Rio Grande tem uma applicação especial; por consequencia, para se fazer uma modificação especial sobre este sal, não embaragava de modo algum qualquer modificação geral que o governo entendesse dever fazer a respeito do imposto em geral. Seria uma autorização de mais que mais habilitaria o governo para proceder na modificação da tarifa; seria tambem uma autorização que induziria o governo a reflectir sobre a necessidade de fazer uma alteração mais consideravel na tarifa sobre o imposto do sal; quando houvesse de ser importado para o consumo das fabricas do Rio Grande.

Sendo pois estas as razões por que o senado rejeitou a emenda, não as achando eu procedentes pela argumentação que acabo de expender, vê bem a camara que eu tenho direito de não me conformar com taes razões, de combater a emenda do senado, pugnando pela que passou nesta camara.

O nobre deputado por Pernambuco, que no sabbado sustentou a emenda vinda do senado, pretendeu pôr em duvida que o sal fosse materia prima para a produção da carne secca nas fabricas do Rio Grande, e disse que, se o sal fosse considerado como materia prima, tambem como tal se deverão considerar muitos outros ingredientes que entrão na produção de outros ramos da industria nacional. Senhores, se o nobre deputado me pudessem provar que se pôde manufacturar a carne secca sem sal, ou ha no imperio, ou em outro qualquer paiz, uma outra materia que possa substituir o sal, eu consideraria com elle como unica materia prima das fabricas do Rio Grande do Sul a carne verde; mas desde que se provax, como está provado por si mesmo, que o sal é indispensavel para a fabricação da carne secca, não sei como se possa desconhecer o caracter de materia prima para o sal neste fabrico. E se é materia prima, aqui temos a lei de 23 de Abril de 1809, que manda isentar de direitos de consumo todos os objectos importados do estrangeiro, e até mesmo aquelles que forem produzidos no imperio, que servem de materia prima a qualquer producto da industria nacional; temos o regulamento da alfandega de 1836, e o de 1849 que o alterou, que regulão a applicação deste favor concedido pela lei ás fabricas nacionais. O proprio Sr. ministro da fazenda disse no senado que o sal, além de ser artigo de primeira necessidade, podia ser considerado até certo ponto como materia prima de algumas industrias do paiz; e sem duvida elle se referia ás fabricas de carne secca, porque não ha no paiz outra industria para a qual o sal estrangeiro seja tão necessario.

Querer-se-ha, por ventura, negar-se ás charqueadas a qualidade ou categoria de fabricas? Se isto tambem não se pôde negar, como não considerar o sal importado para as fabricas do Rio Grande como materia prima, e por consequencia com direito ao favor da legislação que acabo de citar? Não posso admitir como razão de não se considerar como materia prima o sal, o não ter sido considerado como tal até agora. A provincia do Rio Grande antes de passar pela calamidade por que ultimamente passou, quando seus campos regorgitavão de gado, quando não sustentava uma concorrência tão funesta como actualmente sustenta com os estados vizinhos,

não precisava do favor que sollicita, por consequência os charqueadores não reclamavam a qualidade de matéria prima para o sal que consumiam. Assim foi que por muito tempo carregaram aquellas fabricas com o pesado e desigual imposto de 20 % sobre os couros, sem nunca reclamarem senão quando a desgraça principiou a secar a fonte da sua industria, a fonte de sua riqueza. Agora que a calamidade, que a penuria commercial da provincia cresce cada vez mais, de anno em anno, de mez em mez, de dia em dia, essas fabricas não podem prescindir do seu direito, vêm hoje reclamar-o.

Mas, senhores, eu lamento que algumas pessoas, como o honrado deputado por Pernambuco a quem me tenho referido, sem prescrutar todas as razões que poderiam justificar a proposta que sustento, mostrem uma demasiada susceptibilidade, acreditando que nós, os signatarios desta proposta, queremos prejudicar a industria de outras provincias do imperio! Lamento tambem que o honrado deputado acreditasse que a provincia do Rio-Grande do Sul tem feito ultimamente exigencias um pouco exageradas! O honrado deputado sem duvida acreditava isto que acabo de dizer quando censurou um facto a que a população do Rio-Grande do Sul é inteiramente estranha: a multiplicidade de alfandegas que ha naquella provincia. Entendeu o honrado deputado que foi a provincia que as estabeleceu, porque aliás não lhe poderia fazer uma censura pela existencia dessas alfandegas....

O Sr. REZENDE: — Pego a palavra para responder.

O Sr. OLIVEIRA BELLO: — Quem estabeleceu essas alfandegas foi o governo, porque entendeu que erão precisas. O honrado deputado referio-se especialmente á alfandega de S. Borja, como uma mera superfluidade exigida pela provincia. Primeiramente direi que foi o governo que a estabeleceu; em segundo lugar, permittirá o nobre deputado que eu divirja da sua opinião, que ponha ao menos em duvida essa superfluidade. O honrado deputado sabe que a alfandega de S. Borja esta estabelecida sobre o rio Uruguay, cerca de 150 leguas distante da terra da provincia, e mais de 100 leguas distante da alfandega da capital, que é a que lhe fica mais proxima. Pelo Uruguay desce e sobem muitas mercadorias dos paizes limitrophes, pelo Uruguay a provincia exporta e importa muitos productos sujeitos aos impostos de importação e exportação; como se havia de proceder á arrecadação desses impostos sem que alli houvesse uma repartição fiscal adaptada para este effeito? E se a repartição fiscal adaptada para este effeito é uma alfandega, como censurar a existencia de uma alfandega nas margens do Uruguay?

Existe uma outra alfandega na capital, outra na villa de S. José do Norte, e outra na cidade do Rio-Grande. O governo, julgando que erão precisas, as estabeleceu, e ellas têm preenchido o seu fim tão bem como as outras alfandegas do imperio. Não sei realmente a que veio esta reflexão do nobre deputado; não sei se o nobre deputado se referio tambem a alguns queixumes que actualmente tem feito o commercio da cidade do Rio-Grande por causa da mudança ultimamente feita da alfandega daquella cidade. A alfandega da cidade do Rio-Grande era a principal da provincia, tinha enriquecido essa importante cidade; o governo entendeu que devia tirar-lhe a importância que tem, e investir desta importância outra alfandega da provincia, a de S. José do Norte. Não sei, não posso entrar na apreciação das razões que teve o governo para assim proceder, porque não as conheço, ainda não foram produzidas, a não ser na imprensa por alguns artigos que eu não reputo officiaes; mas o que é verdade

é que á primeira vista, e segundo o pensar dos homens praticos da população da provincia e do commercio da cidade do Rio-Grande, esta medida não produzirá os bons effeitos que o honrado ministro da fazenda teve em vista. (Apoiados.) Dizem elles (e até certo ponto concordo, porque tambem conheço os lugares) que o ancoradouro de S. José do Norte é o mais impróprio possível para servir de ancoradouro da alfandega principal da provincia....

O Sr. PRESIDENTE: — Eu não sei que relação tenham as alfandegas do Rio Grande com a matéria de que se trata....

O Sr. OLIVEIRA BELLO: — Estava respondendo ao honrado deputado que, quando sustentou a emenda do senado, fallou nesta materia.

O Sr. PRESIDENTE: — Declaro ao Sr. deputado que não ouvi ao Sr. Rezende fallar nisto, senão o chamaria ao ponto da discussão.

O Sr. OLIVEIRA BELLO: — A's vezes alguma proposição, ainda que curta, lançada na casa, exige uma resposta mais desenvolvida....

O Sr. PRESIDENTE: — O Sr. deputado aproveitará occasião mais opportuna para dar esta resposta.

O Sr. OLIVEIRA BELLO: — Deixo de continuar, por obediencia a V. Ex. Como tenho expellido todas as razões pelas quaes não só sustento, mas estou resolvido a propor de novo a emenda que passou na camara, e que o senado regeitou, entendo ter cumprido o meu dever; por isso darei por findo o meu discurso.

O Sr. REZENDE: — Não era possível que tantas vezes chamado a terceiro pelo nobre deputado deixasse de pedir a palavra, estando aliás disposto a não fallar.

Comecarei por onde acabou o nobre deputado. Que motivo tive eu para fallar sobre a questão das alfandegas, e tratar da de S. Borja? A razão que me levou a isto foi a tirada do nobre deputado pelo Rio Grande, quando nós disse que esta emenda do senado era impossível, dando a entender que alguma resistência poderia haver neste caso; então disse eu que já em outro tempo, quando o governo quiz supprimir algumas dessas alfandegas, o Sr. viadente de S. Leopoldo trouxe este mesmo argumento de terror. Eis-aqui como o nobre deputado deve comprehender o motivo por que trouxe isto á discussão; não fallei em S. José do Norte, nem em cousa alguma mais; fallei em S. Borja, para fallar em uma.

E' lastima, Sr. presidente, quando soffrem os interesses geraes do thesouro, no estado em que nos achamos, quando a cada passo se propõe despesa para aqui e para alli, conforme cada um de nós entende, se quer tirar ao thesouro os meios de satisfazer a tantas exigencias!

O Sr. OLIVEIRA BELLO: — Isto é que resta provar.

O Sr. REZENDE: — Si o sal estrangeiro é melhor para charqueadas do Rio Grande do Sul, tambem é melhor para o consumo do imperio, e então, se se ha de modificar os direitos que elle paga, só para charqueadas, modifique-se para todo o imperio, porque tanto direito temos nós, outros de gozar de melhor, como têm os charqueadores do Rio Grande do Sul.

Mas, senhores, é verdade que o sal é materia prima? Nego esta proposição; o sal entra para as charqueadas como entra para as nossas cozinhas, para tudo mais....

O Sr. OLIVEIRA BELLO: — Não apóio.

O Sr. REZENDE: — Se pois o sal estrangeiro é melhor para charqueadas, tambem é melhor para

todos nós; e então modifique-se o imposto para todo o imperio.

Mas o sal nacional não presta para a salga das carnes do Rio Grande do Sul. Creio muito nas palavras dos nobres deputados, mas como não são charqueadores, permitto-me que duvide da asserção dos interessados, como disse o nobre deputado, que a medida do senado ia prejudicar os interesses dos principaes charqueadores, e então digo que o negocio não é da provincia do Rio Grande, é dos principaes charqueadores....

O SR. OLIVEIRA BELLO:—Não disse isto.

O SR. REZENDE:—O nobre deputado não é o unico que tem fallado nesta questão. Mas o sal do Assu é máo para charqueadas do Rio Grande. Senhores, é de admirar que este sal não fosse máo para as carnes salgadas do Ceará que, antes que o Rio Grande tivesse charqueadas, abastecia o imperio com suas carnes! A não ser a calamidade das secas, ainda hoje o Ceará teria charqueadas sem precisar do sal estrangeiro, e ainda hoje o Ceará dá carne secca, se não para o commercio externo, e todo o imperio, ao menos para as provincias limitrophes, e não ha quem diga que o sal do Assu, deite a perder essas carnes. Todo o couro que se salga para o norte é salgado com sal do Assu, de Itamaracá, e outros pontos, e todavia não se diz que esses couros apodreçam.

Se no Rio Grande do Sul consome-se mais sal estrangeiro do que sal nacional, a razão é porque talvez essa industria do norte não está ainda tão extensa que possa conceder isto de barato) satisfazer a todas as necessidades; mas então cumpre não aniquillar essa industria, antes dar-lhe alma, fazel-a crescer, e o modo de fazel-a crescer é não favorecer a industria estrangeira.

De toda a argumentação do nobre deputado concluo que as cousas são outras; essa desgraça que pesou sobre o Rio Grande por 10 annos é a causa do seu atrasamento, e as desgraças que hoje se promovem alli não de ser a causa da aniquillação da sua industria, e não o sal do Assu.

Mas se as carnes dos estados limitrophes gozão de tanta vantagem, se ellas fazem tanta opposição ás carnes do Rio Grande, por que razão se luta por extrahir do estado vizinho gado? que ali podem ser salgados com mais vantagem? O nobre deputado disse que as charqueadas do estado vizinho offereciam mais vantagem, porque ali o sal não paga direito. Ora, se isto é novidade, por que razão querem tirar o gado desse estado e passal-o para o Rio Grande? Porque razão não o salgão alli onde ha mais vantagem para isso?...

O SR. FERNANDES CHAVES:—Não ha disposição da propriedade.

OUTRO SR. DEPUTADO:—Oribé é o proprietario.

O SR. REZENDE:—E' esta uma questão que não será bom ventilar agora a par das carnes do Rio Grande do Sul.

Se os charqueadores de Montevideo exportão as suas carnes, entrão em competencia com os do Rio Grande do Sul, é signal que elles salgão. De duas uma: ou elles salgão, ou não fazem competencia com os do Rio Grande, porque não podem fazer esta competencia no mercado se por ventura não salgarem; vejão os nobres deputados em que ficão...

O SR. OLIVEIRA BELLO:—Os brazileiros não podem salgar.

O SR. REZENDE:—Eu não sei se essas cousas que por ali se diz são tão exactas como se quer inculcar; creio que os brazileiros soffrem alli muito, mas soffrem a par dos orientaes; não creio

que existão medidas excepçõaes que pesem unicamente sobre os estancieiros brazileiros. Sem duvida que da calamidade daquelle estado, cuja independencia garantimos, tambem temos soffrido; mas os males que aquelle paiz soffre por uma invasão de exercito estrangeiro pesão igualmente sobre os brazileiros e sobre os naturaes; creio que soffrem todos igualmente; não creio nessa excepção que se diz, creio que soffrem todos da mesma forma, que o exercito de invasão posto naquella paiz vive do territorio como acontece em todas as guerras; era assim que Napoleão salvava as finanças da França fazendo viver os seus exercitos á custa dos paizes estrangeiros que invadia. Portanto o exercito da Oribé vive do territorio de Montevideo, vive á custa dos brazileiros e dos naturaes; não admitto essa excepção que se diz sem que a veja provada.

Repito, se de Montevideo exportão carnes, tanto que o nobre deputado allegou isto como um prejuizo para as carnes do Rio Grande, cahe o argumento de dizer que não se consente que se salgue...

O SR. OLIVEIRA BELLO:—São estrangeiros que salgão.

O SR. REZENDE:—Não tratemos desta questão; não vamos dar azo a esse official insubordinado que provoca uma guerra estrangeira, porque, se é uma cousa injusta, monstruosa...

O SR. PRESIDENTE:—Perdõe-me o Sr. deputado; peço-lhe que se cinja o mais possível á questão.

O SR. REZENDE:—Se não se dissesse que eu mostrava susceptibilidade, não apresentaria essas argumentos. Mas no que se insiste é que as carnes do Rio Grande não podem competir nos nossos mercados com as carnes da provincia vizinha; dahi se segue que essa provincia vizinha salga e exporte carne para o imperio. Mas, se o nobre deputado diz que não salga...

O SR. OLIVEIRA BELLO:—Quem disse isto? Os brazileiros é que não salgão, mas os subditos da republica podem fazel-o.

O SR. REZENDE:—Isto se diz agora; mas é uma questão tão complicada que depende de um exame que pertence ao governo e não a nós; ao governo cumpre examinar se com effeito ha essa disposição especial para os nossos concidadãos. Eu não creio que Oribé, de propósito, queira hostilizar ao governo do Brazil, hostilizando assim aos nossos compatriotas; mas, emfim, ao governo compete examinar este facto.

Eu não tenho nesta questão nenhuma animosidade; não tenho nenhum interesse particular nella, porque não sou charqueador nem no sul nem no norte, não tenho fazendas cujos escravos se alimentem de carne secca; se tenho algum interesse nesta questão é como brazileiro.

Disse-se que todas as camaras têm requerido esta isenção. Sr. presidente, se me puderem convencer da verdade dos argumentos que se têm allegado na casa não direi que desde já dê o meu voto a esta medida, mas talvez o dê no orçamento que vem, pois não desejava que houvesse uma fusão de camaras por este motivo. Mas essas reclamações das camaras municipaes devião ser dirigidas á assemblea provincial; a quem exclusivamente compete tratar dos interesses locais. Quando a assemblea provincial, depois de esgotar os meios a seu alcance para proteger essas fabricas da provincia, conhecesse que elles erão insufficientes, reclamaria então algum favor da assemblea geral.

O SR. OLIVEIRA BELLO:—Já tem feito.

O SR. REZENDE:—Se a assemblea provincial quer proteger as fabricas do Rio Grande do Sul, deve começar supprimindo o imposto de 80 rs. sobre arroba de carne; pois quer augmentar a

imposição em benefício de seu cofre, e que sofra a renda geral? Quando digo—quer,—compreenda-se-me bem, não digo que se quer, de proposito fazer isto. Encaro a questão, ou a conveniencia da medida que se quer propôr; não digo que no Rio Grande alguém queira, de proposito, prejudicar as outras provincias, mas digo que esse prejuizo é natural, a necessaria consequencia da medida que se quer fazer passar.

Hei de votar pela emenda do senado; não acho que convenha agora rejeital-a para recorrer a uma junção de camaras, quando temos um orçamento á porta. Se na discussão desse orçamento me convencer da conveniencia, da justiça da medida, votarei por ella; por ora, permittão-me os nobres deputados que diga, não estou nesta convicção. Também lhas peço que não tomem alguma expressão que por ventura tenha smittido com mais fôgo, como animosidade, uma má vontade de prejudicar. Sou, por assim dizer, mui pacato, mas os caracteres assim têm uma corda que, quando vibrada sôa muito alto, uma corda que em se lhe tocando vibra fortemente; se porém fallar um pouco mais forte, foi porque o nobre deputado fallou, em susceptibilidade minha. Nenhuma susceptibilidade ha em mim; o que ha é interesse por aquillo que entendo que é de vantagem para o nosso paiz. O Rio Grande do Norte ainda não dá tanto sal quanto é necessario para o consumo do imperio: julgo que esta é a razão unica por que no Rio Grande do Sul se importa sal estrangeiro. Todavia, se me convencerem que este imposto sobre o sal estrangeiro é a causa do atrozamento das fabricas dessa provincia, darei o meu voto á medida; por ora não lh'o dou, não só por isso, como porque não desejo a junção das camaras para este fim...

O SR. FERNANDES CHAVES: — Aceitamol-o para o orçamento que vem.

O SR. REZENDE: — Bem sabe que é condicional. Mas o sal estrangeiro é materia-prima, diz o nobre deputado. Ora, o assucar não se clarificaria, não se crystallisaria, não se veria em estado de ir para o mercado sem o condimento da potassa...

O SR. OLIVEIRA BELLO: — Mas sempre seria assucar.

O SR. REZENDE: — E a carne sempre é carne: seque-se ao sol que se conserva. Ora, se por esta razão o sal é materia prima, então a potassa é materia prima para o assucar, e então convinha que fosse livre do imposto.

Emfim, por ora voto pela emenda do senado. Peço ao nobre deputado que não me encare como hostil á sua provincia; o que não desejo é que se tomem medidas precipitadas que vão prejudicar as industrias nacionaes, que em vez de darmos a mão a essa industria do norte, vamos aniquillal-a, fazer com que não possa concorrer com o sal estrangeiro não só no Rio Grande como em todo o imperio.

Achando-se na sala immediata o Sr. ministro dos negocios estrangeiros, é introduzido com as formalidades do estylo, e lê o relatório da sua repartição.

Finda esta leitura, S. Ex. retira-se com as mesmas formalidades com que fôra recebido.

O relatório vai ás commissões da casa.

O SR. PAULA CANDIDO, (1º secretario) lê um officio do Sr. ministro do imperio em que pede dia e hora para apresentar o relatório da sua repartição.

Marca-se o dia de amanhã pela uma hora da tarde.

Continúa a discussão da emenda vinda do senado.

O SR. TOSTA (ministro da marinha): — Na ausencia do Sr. ministro da fazenda, é do meu dever dar algumas explicações acerca dos motivos que o leváram a adoptar a emenda do senado, que ora se discute nesta casa. Antes, porém, de entrar na materia não poderei deixar de observar que algumas palavras proferidas pelo nobre deputado que rompeu esta discussão, fizeram em mim uma impressão dolorosa, quando pareceu querer attribuir á má vontade para com a provincia do Rio Grande do Sul a adopção da emenda de que actualmente nós occupamos. Sou pois obrigado a assegurar ao nobre deputado que da parte do gabinete não ha nenhuma dessas considerações, já não digo de animadversão, mas mesmo de pouca attenção para com aquella provincia. Entendemos bem que as despesas feitas alli por conta da administração geral são proveitosas não só áquella parte do imperio, mas a todas as mais, ao todo do imperio. Consequentemente rogo ao nobre deputado que se não persuada de que motivo algum menos honroso levasse o nobre ministro da fazenda a adoptar a emenda proposta por um illustre senador. Igualmente julgo poder assegurar que a tal respeito tambem nenhuma intenção menos justa houve da parte desse nobre senador, o qual foi unicamente guiado pelos principios de conveniencia publica e de justiça...

O SR. CRUZ SECCO: — Peço a palavra.

O SR. MINISTRO DA MARINHA: — Não estou fazendo questão de semelhante negocio, mas unicamente dando uma satisfação ao honrado membro, pois devo apartar do governo qualquer insinuação que lhe possa ser feita por semelhante motivo.

Sr. presidente, as razões que leváram o governo a adoptar a emenda do senado, deixando de sustentar aquella que tinha sido proposta, e approvada nesta casa, me parece que não podem soffrer a menor contestação plausivel. Sem embargo dos esforços que empregáram os dois honrados membros pela provincia do Rio Grande do Sul, para tornarem relevante a conveniencia da medida por elles iniciada, eu ainda não estou convencido de semelhante conveniencia, antes pelo contrario vejo em cada uma de suas observações mais um motivo poderoso para rejeital-a a emenda de que nos occupamos, e adoptar-se a que nos foi enviada pelo senado. Os honrados membros não tocarão em todas as razões apresentadas, para a adopção da emenda a que me refiro, pelo nobre ministro da fazenda. Eu pouco me demorarei referindo-as em epilogo, afim de mostrar aos nobres deputados que não têm elles razão na sua impugnação.

A primeira razão que levou o governo a rejeitar as emendas apresentadas pelos nobres deputados, e consequentemente a adoptar a que nos occupa actualmente, foi que estando o governo autorizado para reformar as tarifas, achava-se já por isso mesmo tambem autorizado para modificar o imposto do sal como fôr conveniente aos interesses do paiz. (Apoiados.) O que pedião os nobres deputados nessa emenda? Pedião que se modificasse o imposto do sal no Rio Grande do Sul; isto é, pedião aquillo que já estava concedido, não para uma porção do imperio, mas para todo o imperio. Passando pois a emenda que está em discussão, vinda do senado, vigorando aquella mesma authorisação para modificar o imposto do sal em toda a parte do imperio, e por consequente tambem no Rio Grande do Sul. Portanto, já devem ver os nobres deputados que nenhuma de suas razões podia abalar esta fundamentação, porque não terião por ultimo resultado senão aquillo para que o governo já está autorizado.

Qual foi a outra razão apresentada pelo nobre ministro da fazenda? Foi que se passasse a authorisação ora proposta, se tornaria, não só

inutil, mas prejudicada aquella primeira autorisação. Na verdade, Sr. presidente, de accordo com as regras da boa hermenêutica jurídica, poder-se-hia dizer que, estabelecida uma autorisação para este caso especial, a mesma autorisação persistia para todos os casos? Seria isto incontestavelmente sustentavel? Pelo menos a semelhante respeito haveria grande duvida; então se diria: — A intenção do corpo legislativo foi que o sal subsistisse com o mesmo imposto em todas as partes do imperio, menos no Rio Grande do Sul. Eis aqui um inconveniente que se teve em vista obliterar, supprimindo-se a emenda offerecida pelos honrados membros.

Ainda uma terceira razão preponderou no animo do nobre ministro da fazenda, para não acceitar semelhante emenda, e vem a ser a injustiça que se dava acerca de outras provincias do imperio, injustiça que o nobre deputado quiz attenuar, julgando que o sal estrangeiro era somente consumido na provincia do Rio Grande do Sul, que era de apontada necessidade para a preparação das carnes salgadas. Vejamos se esta razão é ou não procedente.

Sabemos, Sr. presidente, que a provincia de Minas Geraes faz um extenso commercio de carnes salgadas, e de outros productos preparados com sal; e se effectivamente essa industria requer uma quantidade de sal estrangeiro, qual seria o motivo por que se havia de favorecer a provincia do Rio Grande do Sul com aquella particular emenda, e não se estender o mesmo favor á provincia de Minas Geraes? Haveria uma injustiça muito palpante, injustiça que o governo quiz evitar, rejeitando a emenda dos nobres deputados.

Ainda milita uma quarta razão: e é a que nasce da difficuldade de distinguir o sal que fosse despachado para o consumo das charqueadas daquello que devia ser consumido em outros quaisquer misteres. Se por ventura a emenda fosse adoptada, o sal importado para a provincia do Rio Grande do Sul seria todo despachado como se fosse para consumo das charqueadas, entretanto que não seria effectivamente empregado nellas; uma grande parte seria revendida no mercado, illudindo-se facilmente as medidas fiscaes.

Dizem os illustres deputados que uma lei vigente autorisa a liberação de materias primas: o honrado membro pelo Rio Grande do Sul que primeiro fallou nesta materia inabilito neste argumento. Ha uma lei que autorisa despachar-se livre de direitos certa quantidade de materias primas destinadas ao consumo de taaes e taaes fabricas. Ora, se a lei a que se referem os nobres deputados não é sufficiente explicita, se não foi bem reflectida, e dá lugar a imensos e notaveis abusos, havemos de accumular novo abuso sobre tantos? É indubitavel que semelhante lei precisa ser revista (apoiados), precisa muito ser reformada. (Apoiados.) Se pois é este um pensamento geral, se com elle nos achamos conformes, cumpre-nos não admittir mais este obstaculo que se dá para que esta reforma se não effectue. Porém um outro motivo acho eu pelo qual a emenda não deva passar, até mesmo segundo as razões apresentadas pelos nobres deputados pela provincia do Rio Grande do Sul; e este motivo é tirado da lei a que acabo de me referir. Os nobres deputados lembrão que semelhante lei está em vigor, e por outra parte dizem que o sal é materia prima para o fabrico das carnes salgadas. Ora, se os nobres deputados entendem que as charqueadas são propriamente fabricas, para que querem esta autorisação, quando ella já existe por lei? Logo, reputando-se fabricas as charqueadas, não havia necessidade de incluir-se no orçamento a

emenda proposta pelos nobres deputados. (Apoiados.)

Eis aqui as razões capitães que levirão o Sr. ministro da fazenda a adoptar a emenda offerecida no senado, emenda que evita todos os inconvenientes que tenho referido, isto é, conserva o negocio no estado em que se acha, de maneira que o gabinete estudando a materia, como cumpre ser estudada, com toda a madureza e circumspecção, porque affecta interesses muito palpitantes do imperio, depois de um apurado exame poderá resolver-se convém modificar o imposto do sal, e em que sentido deverá ser feita essa modificação. Para este fim é sufficiente a autorisação que subsiste; qualquer outra, ou seria desnecessaria ou desconveniente. (Apoiados.)

Ainda ajuntarei ás razões que ponderei, outras que devem mostrar a utilidade da emenda proposta. Se os nobres deputados defendessem uma emenda imperativa de modo que o governo se não pudesse afastar do preceito legal, alguma utilidade os aconselharia a defenderem a emenda que propuzeram; mas, desde que facultão unicamente ao governo o poder usar desse direito, reclamão os nobres deputados uma medida inutil. Mas indaguemos quaes são as vantagens reaes de uma semelhante modificação no imposto do sal.

Servir-me-hei das considerações apresentadas pelo honrado deputado pela provincia do Rio Grande do Sul que hoje defendeu a causa que eu agora combato. O nobre deputado entende que as necessidades das charqueadas naquella provincia exigem imperiosamente a modificação do imposto do sal; entretanto não se faz cargo de provar como esta modificação do imposto influiria na barateza do producto, e mais ainda que poderia elle por esta maneira concorrer com o charque estrangeiro. Já um nobre deputado por Pernambuco lembrou com a maior vantagem que a grande necessidade para que os charques pudessem concorrer no mercado com o estrangeiro seria a abolição do imposto provincial que pesa sobre a carne, imposto que importa em uma somma muito maior...

O Sr. PENNA: — 140:000\$000.

O Sr. MINISTRO DA MARINHA: — Em 140:000\$000 diz o nobre deputado: eu não pude fazer o calculo, as idéas que vou expender occorrerão-me depois que o nobre deputado fallou sobre a materia. Demos que sejam 140:000\$000; isto me parece poderia produzir algum beneficio em favor da barateza do preço, em consequencia da facilidade de concorrer com os charques estrangeiros; mas a respeito do sal apresenta-se a mesma circumstancia? Me parece que poderei demonstrar que não, com os dados que me forneceu o honrado membro. Uma charqueada das mais consideraveis do Rio Grande do Sul pôde matar dez mil bois por anno. Segundo o calculo que me offereceu o honrado membro pela provincia do Rio Grande do Sul, consome-se em uma tal charqueada 12:000 alqueires de sal. Ora, o preço ordinario do sal na provincia do Rio Grande do Sul, livre de imposto, é de 700 a 800 rs. por alqueire, e com a imposição de 80 % será de 1200 por alqueire; por consequencia todo o imposto pago pelos charqueadores, quanto ao sal, monta a 15:000\$000.

O Sr. CRUZ SECCO dá um aparte.

O Sr. MINISTRO DA MARINHA: — Póda ser que eu esteja alguma coisa enganado a este respeito; mas ainda assim serão 2:300\$000 que pagão as maiores charqueadas. Ora, eu supponho que vindo-se a pagar somente a terça parte desta imposição, todo o beneficio que se faz a uma charqueada de primeira qualidade com a modificação do imposto do sal será

de 700\$000 ou 800\$000 por anno. Ora, 700\$ ou 800\$ por anno para um estabelecimento desta ordem, é um incentivo tal que o possa pôr a abrigo dessa ruina de que o nobre deputado faz menção, dessa ruina pela qual o charque nacional não pôde concorrer com o charque estrangeiro?... Sr. presidente, parece-me que a verdadeira causa a que se pretende obviar não é esta; que a verdadeira causa é ser o gado de peor qualidade no Rio Grande do Sul do que no Estado Oriental. Els donde provém os males da concorrência. Se para as charqueadas da primeira ordem o benefício é tão diminuto, a camara vê perfeitamente que para as outras charqueadas não será de mais de 200\$ ou 300\$, e essas charqueadas poderão com esse unico beneficio concorrer com a carne estrangeira? Não duvido que possa produzir alguma coisa, mas não as pôde pôr inteiramente a abrigo dessa concorrência que o nobre deputado tanto teme.

Concluo, Sr. presidente, estas observações, pedindo aos nobres deputados que reflitam que com a emenda que está sobre a mesa podem lucrar tanto como com a emenda que cahio no senado, porque o negocio permanece no mesmo estado. Se o governo reconhecer a necessidade de melhorar o imposto do sal naquella provincia, não terá duvida de o fazer, estando, como está, plenamente autorizado, e tão autorizado como se passasse a emenda, que aliás tenho demonstrado envolver uma certa restricção ao direito que tem por lei o governo para fazer a mesma modificação em favor de outras provincias.

O Sr. Cruz Seco:—O nobre ministro da marinha, que ha pouco fallou em favor da emenda que foi approvada pelo senado, no principio do seu discurso disse que eu, talvez por insinuações de alguém, tivesse attribuido ao governo más intenções a respeito da provincia do Rio Grande do Sul, e que elle esperava que, no caso de ser isto verdade, eu modificasse a minha opinião a tal respeito, acreditando que o governo nutria a melhor vontade a respeito daquella provincia, á qual estava resolvido a fazer todos os beneficios que pudessem, pois que não julgava que as despesas que alli se fazião com o exercito e todas aquellas que são pagas pelos cofres geraes só fossem proveitosas áquella provincia, antes o governo reconhecia que erão em beneficio de todo o imperio. Mas, Sr. presidente, eu nunca attribui ao governo uma tal intenção, nem poderia attribuir por ter sido supprimida pelo senado a emenda desta camara, que autorizava o governo a diminuir o imposto do sal que fosse destinado no Rio Grande do Sul aos serviços das charqueadas, porque sempre entendi que os nobres ministros da marinha e justiça, que haviam nesta casa votado a favor da emenda apresentada pela deputação do Rio Grande do Sul, não poderiam agora desconhecer a injustiça com que fora a dita emenda supprimida pelo senado; e para me persuadir do contrario seria preciso, primeiro, haver da parte de todo o ministerio algum procedimento que provasse que de facto existia uma tal indisposição para com a provincia do Rio Grande do Sul.

O que eu disse, quando fallei, foi que um nobre senador havia dito que a provincia do Rio Grande do Sul era muito cara ao imperio, isto eu li no *Jornal do Commercio* e então pretendi mostrar que tal opinião não era verdadeira, que as despesas que se fazião naquella provincia erão no interesse do imperio. Acredite pois o nobre ministro da marinha que não ha nesta parte insinuação alguma; apenas tratei de combater aquella idéa apresentada pelo nobre senador.

Tendo dado esta explicação, eu me julgo obrigado a dizer ainda algumas palavras a respeito da emenda que se discute. Começarei por responder ao nobre deputado pela provincia de Pernambuco,

que, querendo duvidar que só o sal estrangeiro servisse para ser empregado no fabrico das carnes secas e couros, disse que os couros salgados nas provincias do norte com o sal do Assu não se damnificavão, sendo exportados para o estrangeiro. Permitta-me o nobre deputado que eu diga que está em erro; os couros que são salgados com o sal do Assu, depois são seccos ao sol para serem exportados. Os couros no Rio Grande do Sul são salgados por outro processo differente, são exportados humidos, nunca vão ao sol, e, quando são remettidos, são postos nos porões das embarcações com sal. O preservativo no Rio Grande do Sul é o sal, e no norte é o sol.

Tratarei agora de responder a algumas observações feitas pelo nobre ministro da marinha. Elle apresentou quatro razões, como bastantes, para demonstrar que devia passar a emenda do senado: primeira, que o governo estava autorizado para reformar as tarifas; segunda, que no caso de passar a autorização tal qual estava no projecto que foi para o senado, se poderia entender revogada a autorização que tinha o governo para reformar as tarifas; terceira, que se faria injustiça ás outras provincias do imperio; e quarta, que haveria difficuldade em distinguir-se o sal estrangeiro importado para o consumo das fabricas, daquelle que entrasse para o mercado afim de ser consumido em outros misteres.

Quanto a estar o governo autorizado a reformar as tarifas, eu não contesto; mas o nobre ministro disse que nesta reforma o governo attenda ás necessidades da provincia do Rio Grande do Sul, diminuindo o imposto do sal estrangeiro que fôr empregado naquelle serviço? Mas, quando ainda o assegurasse, que mal fazia que existisse esta autorização? Com ella não se prejudica o governo; se o governo julga que é conveniente diminuir o imposto do sal, que mal fazia esta autorização? Creio que em nada o prejudicava. Mas suppondo que passasse a emenda que foi da camara dos deputados, poder-se-hia por ventura entender que estava revogada a autorização de reformar as tarifas? Eu creio que não, creio que não se pôde julgar revogada uma lei sem se fazer expressa menção della; logo, não posso concordar com o nobre ministro a este respeito.

Disse o nobre ministro que se fazia injustiça ás outras provincias! Não sei em que o nobre ministro quis provar que se fazia injustiça, porque na provincia de Minas se salgava a carne de porco com sal do paiz. Mas, Sr. presidente, se alli serve o sal do paiz, não ha motivo para que se estenda este beneficio á provincia de Minas; no Rio Grande do Sul não serve o sal do paiz; e haverá idutidade de razão para mostrar que ha injustiça a respeito da provincia de Minas? Mas, quando houvesse necessidade de se conceder igual favor a outras provincias, concedesse-se-lhe embora ás que delle precisassem; não era isto razão sufficiente para deixar de conceder-se á provincia do Rio Grande do Sul, que está provado necessitar deste favor.

Quanto á difficuldade de distinguir qual a quantidade de sal que se gasta em cada uma das charqueadas, permitta-me o nobre ministro que lhe diga que acho nelle certa contradicção, porque dizendo que cada uma charqueada gastava tantos alqueires de sal, não ha cousa mais facil do que saber-se quantos alqueires têm de entrar para o consumo das mesmas charqueadas. O nobre ministro mesmo foi quem estabeleceu as bases para regular este calculo; mas depois de estabelecer estas bases, disse que se têm commettido muitos abusos na introdução de materias primas, e que esta lei precisa de reformas. Se ha abusos, reforme-se a lei, mas enquanto ella existir é necessario estender o favor que gozão outras fabricas ás do Rio Grande

Unidos, Londres, etc., mas não basta só isto, e tanto é verdade o que eu acabo de dizer, que o illustre deputado commetteu algumas inexactidões na apreciação dos exemplos. Os theatros das nações civilisadas não começarão no pé em que hoje existem, começarão debaixo dos mesmos embaraços com que nós lutamos; por isto seus governos, suas municipalidades, virão-se na necessidade de darem os auxilios convenientes. Ha escriptores que dizem que o theatro de França tem decahido, e vai decahindo, depois que acabou a ingerencia e o auxilio do governo. Eu não vejo que outras providencias pudessemos apontar além daquellas que constão deste projecto; é autorisado o governo para contractar com um ou mais empresarios a sustentação de tres companhias no theatro de S. Pedro, ou em qualquer outro; ou menos de tres; deixa-se isto ao prudente arbitrio do governo á vista das circumstancias. Não se dá a esmo o auxilio; pelo contrario, o governo pôde retirá-lo convenientemente.

Como o nobre deputado não é membro das commissões que tiverão necessidade de examinar este negocio, talvez não comprehenda, por falta de exame, certas disposições do projecto. As commissões quizerão prevenir quassquer futuros embaraços, e por isso não se limitarão a autorisar o governo a auxiliar. Esta disposição desacompanhada de outras poderia ser burlada na pratica. O theatro é propriedade particular; por isso se o governo encontrar (o que não succederá talvez) sérias difficuldades de sustentar as companhias no theatro de S. Pedro, elle procurará outro theatro; se em ultima analyse não houver outro remedio senão a desapropriação, elle o fará. Nada disto succederá, porque retirado, como consta do projecto, o auxilio actual á empresa, esta não pôde continuar, e o governo ficará livre para obrar como melhor convier. Quando mesmo a actual empresa não desista do seu proposito, creio que o seu contracto acaba em Setembro, e o governo ficará com os braços livres para contractar com quem melhor possa incumbir-se desta tarefa.

O governo é apenas armado com a desapropriação como meio subsidiario; não é disposição imperativa; é só facultativa.

Senhores, eu vejo tanta facilidade em conceder-se aos governos arbitrios, dos quass muitas vezes depende a liberdade do cidadão, e agora noto em alguns tanta difficuldade em conceder um arbitrio, do qual só pôde resultar bem; arbitrio necessario, indispensavel, ligado á natureza da cousa, do qual pouco se me dá que use um governo deste ou daquelle partido. Não desacreditemos tanto o nosso país, e os nossos estadistas, a ponto de julgarmos que um governo, ou do partido constitucional, ou do partido da opposição, não seja capaz de executar com boa fé disposições tão exequiveis. Ora, ha de ser difficil que o governo não execute do modo melhor possível esta lei; a imprensa tem fallado tão alto, o publico se acha tão escandalizado a respeito do theatro, tantas circumstancias se dão, que o governo não há de querer saltar por cima de todas ellas para favorecer a um empresario, porque seja aquarema ou luzia; não tenho medo que o governo desça tanto de sua dignidade, antes pelo contrario dou ao governo todos os meios, porque se passando o projecto, não tivermos theatro regular na capital do imperio, haverá toda razão para dizermos que o governo é o culpado. Eu pediria ao nobre deputado, não em satisfação a mim, mas em satisfação á camara, já que disse que com esta lei tudo vai ficar em confusão, que apresente alguma cousa melhor, alguma cousa que substitua a actualidade; eu de prompto annulrei.

O SR. MENDES DE ALMEIDA:—Eu já apresentei minhas idéas.

O SR. PACHECO:—Se sustento o projecto, é porque foi redigido por mim de accordo com os meus nobres collegas, depois de varias conferencias em que todos assentarão nas idéas que partirão, já de uns, já de outros, e porque emfim desejo que se dê algum remedio ao mal existente. Pouco me importa saber se o projecto ataca ou favorece os interesses de influentes do theatro, que não sei quaes elles sejam. Não acho bom que o illustre deputado, que possui tanto criterio, e de quem faço tão bom juizo, apresente cousas pouco proprias desta casa, como quando disse que se davão camarotes a membros do governo, a deputados influentes, a jornalistas, etc. Pergunto eu, quem pôde actualmente dar camarotes? É a directoria actual; não ha de certo perigo de que a directoria actual dê camarotes aos jornalistas que fallão contra ella, nem aos deputados que approvão esse projecto.

O SR. MENDES DE ALMEIDA:—Eu não me referi a ninguém.

O SR. PACHECO:—Estou convencido disto; nem eu me tenho em tão pouca conta, e nem ao meus collegas, que julgasse que o illustre deputado se dirigia a mim ou a outros; fallou genericamente. Se se dirigisse a mim, eu saberia repellir uma semelhante proposição. Não faço esta injustiça ao nobre deputado; o meu fim é pedir-lhe que não use de argumentos desta natureza, porque dá isto lugar a uma discussão mesquinha, a que o publico ajuize mal das nossas causas...

O SR. MENDES DE ALMEIDA:—É bom dizer as verdades no corpo legislativo.

O SR. PACHECO:—O projecto, disse o nobre deputado, não deve passar, porque não se ouviu o governo, nem a empresa actual. Primeiramente, não ha uma obrigação forçosa de ouvir o governo ou a empresa neste caso; não ará preciso ouvir o governo, porque elle, no seu relatório, deu as informações necessarias acerca do theatro de S. Pedro de Alcantara; pediu a providencia essencial, constante do projecto, a respeito do direito de retirar o auxilio. Quanto á empresa, também não havia necessidade de ouvir a desde que as commissões, já pelos documentos que lhes foram presentes, já pelas informações que procurarão conscienciosamente obter, levadas do clamor geral (apoiados), e também do principio de caridade, de não demorar um remedio qualquer em beneficio de não pequena porção de individuos privados de seus honorarios, offerecerão á casa uma exposição fiel e minuciosa dos factos.

Se fosse preciso ouvir o governo e a empresa, sem duvida que as commissões requererão. E note-se que o projecto não faz mais do que dar uma authorização ao governo; autorisa-o apenas para proceder desta ou daquella maneira; portanto o governo ha de proceder apreciando tudo aquillo que for justo e de direito, em relação á actual empresa. Assim o argumento não é procedente; é um desses argumentos de pouca ou nenhuma força que se acostuma addicionar a outros para tornar maior um discurso. O governo estava com as mãos atadas, tinha-se-lhe dito simplesmente:—Dê ao theatro de S. Pedro tanto por anno.—Agora desata-se-lhe as mãos; o governo ha de apreciar o que for justo e de direito em relação á empresa.

Demais, as commissões foram tão justas que respeitirão os direitos adquiridos; o projecto manda correr as loterias que se deveram á actual empresa até a data da lei, porque dahi por diante ella não pôde ter mais direito. Por este lado não havia necessidade de obviar a empresa. Outro argumento foi que as cousas ião mal; já respondi.

Admirei-se o illustre deputado de que tivesse

passado na casa como axioma que as empresas theatraes não podião viver sem soccorros do governo. O nobre deputado equivocou-se sem duvida, tal cousa não passou como axioma, ninguém disse isso. O que se disse foi que em um paiz novo, onde a arte dramatica está no seu principio, onde apenas se fazem votos para se crear uma litteratura, as empresas não podem viver sem alguma protecção, ao menos no seu começo.

—E' alguém, por ventura, disse que *in eternum* se devia conservar um auxilio ao theatro? Não, por certo. Se o illustre deputado quizer fazer o favor de ler o projecto ha ver que elle não manda que o governo gaste todos os annos 721000\$, autorisa-o simplesmente a despendar até essa quantia. Elle pôde no primeiro anno gastar a dita quantia, no segundo menos, e assim por diante, até retirar todo e qualquer supprimento (*apoiados*), quando não for mais necessario.

O SR. MENDES DE ALMEIDA:—Se isso for assim...

O SR. PACHECO:—Isso então é duvidar de tudo. Então cruzemos os braços, não façamos cousa alguma.

O SR. MENDES DE ALMEIDA:—Principalmente dessa maneira.

O SR. PACHECO:—Já vê o nobre deputado que a lei será exequível.

O SR. MORAES SARMENTO:—Nada é tão máo como a actualidade.

O SR. PACHECO:—O nobre deputado confessou que na França, e em outros paizes, cujos theatros apontou, os governos derão auxilios, mas que depois os forão retirando pouco a pouco. Ora, o illustre deputado, tão seguidor dos exemplos estranhos, não os querera tambem applicar nesta parte? E' isto o que o projecto quer; o projecto quer autorisar o governo a fazer esse supprimento, e pelo mesmo artigo fica o governo com direito de o ir caçando pouco a pouco, até chegar a época em que não precise dar mais auxilio. Depois, se por ventura o governo for tão máo, tão inepto que deixe as cousas como estão, o corpo legislativo fica privado do seu direito? Está com as mãos atadas? Não pôde, quando convier, tomar qualquer providencia? Depois, porque se tem uma suspeita de que o governo pôde abusar ou que as cousas estão de modo que não podem ter melhoramento, havemos de cruzar os braços?

O SR. MORAES SARMENTO:—Em uns casos tanta confiança no governo, em outros nenhuma.

O SR. PACHECO:—Hoje já não é seguida a doutrina do honrado membro, quanto a não querer protecção ás empresas; tem-se modificando muito esta primitiva doutrina; aquelles mesmos, onde o illustre deputado foi beber essa doutrina, contradizem-se ou confessão em alguns casos a necessidade da protecção.

Disse mais o mesmo nobre deputado que o projecto grava o cofre publico. Engana-se. A base pecuniaria do projecto não é senão o que actualmente existe. Seu infenso ao meio das loterias; quizera, antes que com algum sacrificio dos cofres publicos se ministrasse alguma cousa a bem desta ou daquela industria; mas, a opinião contraria dominou. Ainda agora, nesta sessão, se tem concedido loterias para empresas novas; porque pois tanta bulha por se continuar aquillo que existe? Como se alimenta actualmente o theatro de S. Pedro, não é com loterias?

O SR. MENDES DE ALMEIDA:—Desgraçadamente.

O SR. PACHECO:—Desgraçadamente; eu já disse a minha opinião. Mas nós não estamos concedendo loterias para uma empresa nova; que bem resulta de negarmos a continuação do que já existe? Não

se faz senão dar certas providencias e garantias para o negocio ser melhor fiscalizado. Ha só uma differença, ha um adiantamento, que o corpo legislativo faz, porque o estado do theatro reclama uma providencia, desde já; elle não pôde esperar pela extracção das loterias. Autorisa-se o governo a dar ao theatro até 721000\$, e indemnizar-se por meio das loterias; ha portanto apenas alguma demora. Note-se que as commissões não innovarão cousa alguma, a respeito do theatro de S. Francisco existe a mesma providencia.

Disse o illustre deputado que nós eramos um povo ignorante, que não tinhamos gosto... enfim, pronunciou-se de tal modo que eu fiquei contristado.

O SR. MORAES SARMENTO:—Tambem eu.

O SR. PACHECO:—O vobre deputado pronunciou-se de tal modo que pareceu julgar que não só eramos um povo actualmente ignorante, como incapaz de melhoramento, sem aptidão para cousa alguma...

O SR. MORAES SARMENTO:—Isso foi o que mais senti.

O SR. MENDES DE ALMEIDA:—Não foi isso o que eu disse, é engano.

O SR. PACHECO:—O nobre deputado foi por certo um pouco exagerado. Não somos um povo grandemente illustrado, mas não somos tão ignorante como supõe; ha povo mais ignorante do que nós (*apoiados*); nós sempre temos feito algum progresso na carreira da civilisação, honra seja feita ao nosso paiz... Mas, se somos um povo ignorante, se não temos gosto pela litteratura, não devemos aspirar ao menos a sahir do estado de barbaria?

O SR. MENDES DE ALMEIDA:—Não é por essa meio.

O SR. PACHECO:—E qual é o meio? Não é procurando crear o gosto pela litteratura? E por ventura se o theatro for bem dirigido, não concorrerá para isso? Entre nós mesmos não têm já assomado alguns talentos brilhantes? Se o theatro for bem dirigido, se se apresentar uma peça feita por um moço brasileiro, e se ella for applaudida, esse talento não se animará? Não virão novas produções, não virá o gosto da litteratura? Cuida o nobre deputado que os outros povos não principiãrão como nós? Começãrão logo com esse gosto apurado pela litteratura? Diz o nobre deputado que ha genios que prece-dêrão aos theatros... Não duvido; mas o que seriam esses genios se ficassem isolados, se não viessem illustrar-se nos theatros? E' nos theatros, no grande mundo, na pratica que adquirim, na cultura que fazem de seus talentos, que esses genios se ennobrecem, e sobem ao fastigio da grandeza.

Apresenta o illustre deputado outra razão contra o projecto, que me parece ser contraproducente. Diz elle que não se pôde ir ao theatro, porque é só para os ricos, que a platêa é muito cara, e os camarotes são de um preço excessivo. Se assim é, vote-se o projecto, que dá remedio contra este mal.

Disse mais o nobre deputado que havia entre nós a mania de fazer o governo carregar com tudo, e que assim iam de certa maneira caminhando para o communismo! A unica resposta que dou a esta proposição é que felizmente não temos estudado o communismo, não sabemos o que ella é, desprezamo-la, e por isso supponmos que protegendo o governo as empresas, tendo nellas alguma inspecção, caminhamos para o communismo.

O SR. MORAES SARMENTO:—E' o contrario.

O SR. PACHECO:—Certamente. Não temos estudado, não temos comprehendido bem o que

é communismo, porque então não diríamos que dando ao governo certa ingerencia em taes e taes empresas marchavamos para elle.

Appareceu contra o projecto outro argumento que já foi respondido, e que eu lamento que se apresentasse. Disse-se: «Se o corpo legislativo auxilia, ou faz viver o theatro da corte com estipendio dos cofres publicos, por que razão não faz o mesmo quanto aos theatros das provincias?» Sr. presidente, ha muito tempo que entre nós appareça, quer de um quer de outro partido, tal ou qual preconceito a respeito das vantagens da corte...

O SR. MORAES SARMENTO: — Eu não tenho nenhum.

O SR. PACHECO: — O partido da opposição adopta em maior escala este preconceito, ao menos é o que se vê em alguns dos seus periodicos. Elle talvez tenha um fim em apregoar esta doutrina; mas é de estranhar que membros do partido que não deseja a descentralisação, se baseem em argumentos taes. A corte do Brazil, a cidade do Rio de Janeiro é, por assim dizer, o assento de todos os brasileiros das diferentes provincias. Lancemos os olhos por todas as repartições publicas, nelas encontraremos bahianos, mineiros, paulistas, maranhenses, etc.? O Rio de Janeiro carrega tambem com muitos onus a bem das provincias. Não se têm concedido em beneficio de algumas igrejas das provincias diferentes loterias extrahidas na corte?

(Ha um aparte do Sr. Mendes de Almeida.)

E' possivel que ás vezes appareça alguma desigualdade inevitavel nos negocios humanos, mas para isso estamos nós aqui, estamos aqui congregados os deputados das diferentes provincias, para fazermos valer os seus direitos. Se o theatro do Rio de Janeiro deve ser supprido pelos cofres geraes, não se segue que os das provincias o devam ser tambem por esses cofres, porque esses theatros devem ser protegidos pelas assembleas provinciales. E na verdade, ha mais excesso em tratar do bem local, quando em uma assemblea não existem senão representantes de uma provincia, do que quando o corpo legislativo é composto de membros de diferentes provincias. Nesta parte pôde-se dizer que o Rio de Janeiro é menos aquinhoado, porque apenas tem dez representantes da provincia, que se pôde dizer que estão sempre em contacto com a corte, e os outros, comquanto tenham o mesmo desejo, o mesmo zelo como brasileiros, não podem ter tanto excesso.

O SR. MENDES DE ALMEIDA: — Esses argumentos é que são *ad terrorem*.

O SR. PACHECO: — O illustre deputado foi tão forte na sua opposição ao projecto, que até propoz auxilio para o theatro da Bahia, quando me consta que elle é auxiliado pela assemblea provincial.

O SR. MENDES DE ALMEIDA: — No caso de que passasse o projecto.

O SR. PACHECO: — Já se vê que é um goato fazer opposição.

Sr. presidente, tenho concluido quanto ao illustre deputado pelo Pará...

O SR. MENDES DE ALMEIDA: — Sou do Maranhão, tenho muito prazer nisso.

O SR. PACHECO: — E lá ha theatro?

O SR. MENDES DE ALMEIDA: — Sim, senhor, e muito bom.

O SR. PACHECO: — Julguei que não havia, que se podia passar lá sem elle, visto que aqui não precisamos.

Agora procurarei dar apenas algumas explica-

tomó 1

ções ao illustre deputado pelo Rio de Janeiro que fez algum reparo acerca do projecto. O illustre deputado quer saber se o governo pôde extrahir as loterias que por este projecto se concedam. A este respeito direi ao illustre deputado qua se o corpo legislativo puzer um paralello á concessão de loterias, o governo ha de poder fazer extrahir as concedidas; se porém o corpo legislativo fór prodigalizando mais e mais taes concessões, ha de haver serios embarços. Ora, esta objecção, ou apenas reparo do illustre deputado, não tem cabimento acerca deste projecto; podia ter se se tratasse de alguma concessão nova. As loterias concedidas ao theatro de S. Pedro têm de acabar na data da lei, o projecto é bem claro. Ora, se essas loterias já concedidas se podião extrahir, não vejo porque não possam ser extrahidas as que as vão substituir. Damais, quando se diz que o governo fica autorisado a fazer extrahir o numero de loterias que fór sufficiente, é porque não se podião marcar. Não vê o illustre deputado que o projecto não diz que se gastem infallivelmente 72:000\$ todos os annos? Dá o maximo, e conforme os gastos que se fizerem é que se ha de vêr que numero de loterias se precisa. O governo é autorisado a fazer um adiantamento dos cofres publicos, por isso que as loterias não podem correr com presteza; correrão com mais vagar, mas os cofres publicos hão de ser indemnizados. Não vejo nisto grande difficuldade, embora haja grande demora.

Fez tambem o illustre deputado algum reparo sobre a desapropriação. Suppõe que para se desapropriar o theatro de S. Pedro se terá de gastar uns 300:000\$. Senhores, quando chegasse o caso de se desapropriar esse theatro, eu julgo que não seria mister despendar tão avultada quantia. Na lei da desapropriação ha garantias, ha formulas segundo as quaes um governo atilado pôde fazer as cousas em boa e devida forma; e como eu não suspeito da probidade de qualquer governo a esta respeito, não creio que o processo da desapropriação, para o qual ha garantias, se ja feito de modo que o theatro suba a um preço excessivo, muito principalmente se attendermos a que a desapropriação só resolve verdadeiramente sobre o edificio que não pôde chegar a essa quantia; tudo o mais que ha no theatro, segundo me consta, com raras excepções, são objectos de arte que já não estão muito a par d' progresso que nisto tem havido, e cuja acquisição se deve ir fazendo em artigos novos, mas pouco a pouco, segundo a necessidade.

Porém devo dizer ao illustre deputado que a desapropriação não tem de por força verificar-se; sem duvida o projecto dá uma arma ao governo de que elle pôde usar quando não haja outro remedio; é um meio subsidiario, é uma arma de que o governo só poderá lançar mão em ultimo resultado. Se a opinião do governo fór contraria á desapropriação, esta não terá lugar, porque a authorisação é completamente facultativa. Todavia, eu já disse uma vez que não desempenho senão o meu dever como relator das commissões; se a camara entender que ha perigo neste meio subsidiario, está no seu direito rejeitando-o.

O illustre deputado, por fim, deseja esclarecer-se acerca do theatro de S. Francisco. As commissões não podem satisfazer ao illustre deputado; as commissões não podem dar informação alguma acerca do theatro de S. Francisco; esta tarefa não lhes foi commettida, a tarefa que lhes foi commettida foi unicamente a de dar seu parecer acerca do theatro de S. Pedro de Alcantara e da falta de pagamento dos artistas. O que as commissões sabam a respeito do theatro de S. Francisco é o mesmo que o nobre deputado deve saber, isto é, que por um decreto ou resolução passada no corpo legislativo, e que está em vigor, mandou-se dar a esse actor annualmente uma quantia

não pequena, e mandon-se dar sem providencia alguma: não acho portanto inconveniente algum na adopção do artigo additivo do honrado deputado, porque o que o illustre deputado ali quer é que sejam applicadas a esse actor empresario do theatro de S. Francisco as disposições dos arts. 2º e 3º, isto é, que se autorise tambem o governo para retirar-lhe o auxilio na falta de cumprimento nas condições, expedir regulamento, etc.: não acho conveniente que esse theatro, que tambem recebe auxilio, seja mais privilegiado que o de S. Pedro de Alcantara.

Tenho dito, Sr. presidente, o que se me offerece a respeito desse projecto; acho que a materia está bastante discutida, e por isso não quero tomar mais tempo á casa continuando nesta discussão que nos levará a sessão inteira: a camara obre como entender mais acertado.

Lê-se, apois-se e entra em discussão o seguinte requerimento:

« Que seja ouvido o governo pela secretaria de estado dos negocios da fazenda. — Almeida Albuquerque. »

O Sr. FERREIRA PENNA declara que não duvida votar pelo adiamento, mas parece-lhe que a repartição competente é a do imperio.

O Sr. Pacheco:—Sr. presidente, não posso deixar de votar contra o adiamento. A materia, a meu ver, está tão clara, quer de um quer de outro lado, que nada mais resta a fazer que votar pró ou contra. Qual é o fundamento que se apresenta em favor do adiamento? E' que o governo ainda não foi ouvido. Senhores, este projecto não teve uma só discussão; este projecto teve primeira e segunda discussão...

O Sr. MENDES DE ALMEIDA:—Onde nada se discute.

O Sr. PACHECO:—Acredita que este projecto tem sido discutido na presença dos Srs. ministros da marinha e justiça, que a elle não se oppuzeram, e antes parecem dar-lhe seu assenso; e poder-se-ha dizer que o governo não foi ouvido nesta materia? Isto seria desconhecer a indole do systema representativo.

Devo declarar que as commissões não ouvirão especialmente o governo depois que lhe foi presente o requerimento dos artistas, e não ouvirão porque, lendo o relatório do Sr. ministro do imperio, entenderão que podião tomar uma providencia independente de o ouvir, porque o Sr. ministro do imperio, no seu relatório, dá informações a respeito do theatro de S. Pedro de Alcantara: é isto o que as commissões fizeram, e como tratando desta materia não estava na obrigação de cingir-se rigorosamente á disposição que reclamava o Sr. ministro do imperio, apresentarão mais algumas que julgarão boas. São estas as explicações que tenho a dar; a casa fará o que entender.

O Sr. Almeida e Albuquerque:—Oreio, Sr. presidente, que é mui justo o adiamento por mim offerecido á consideração da casa para que seja ouvido o Sr. ministro da fazenda. Para se adoptar um projecto qualquer não basta provar-se que elle é util; é necessario tambem saber se é exequivel, se as circumstancias do paiz permitem que seja posto em execução. Ora, no projecto de que se trata estabelece-se uma despesa nova, uma despesa não pequena, pois monta a mais de 70.000\$000; e poder-se-ha deixar de saber se esta despesa pôde ser admittida na actualidade em vista das difficuldades de nossas finanças? Oreio, Sr. presidente, que a camara toda sabe quaes são as difficuldades com que actualmente o thesouro luta, difficuldades que se têm aggravado com a epidemia reinante, que embarçando ao commercio tem por consequente concorrido para diminuir a receita: não será pois prudente, antes de adoptar-se este projecto, ouvir-se ao nobre ministro da fazenda?

O Sr. AZAMBUJA:—Não se crea despesa alguma.

O Sr. MORAES SARMENTO:—Então o nobre deputado não leu o projecto.

O Sr. ALMEIDA e ALBUQUERQUE:—O que eu vejo no projecto é que poderá ter lugar uma despesa de 72.000\$000.

A' vista do que tenho dito, Sr. presidente, julgo que o adiamento deve ser approvedo.

O Sr. Azambuja:—Sr. presidente, não posso deixar de oppôr-me ao adiamento proposto, porque julgo que é uma dilatoria que não traz proveito algum á questão vertente; é uma medida ociosa esta de um adiamento para se ouvir o governo por intermedio da repartição da fazenda: e dou a razão. A camara recebeu um requerimento de varios artistas, expondo o estado em que se achava o theatro de S. Pedro de Alcantara, e a falta de seus pagamentos; e este requerimento, indo ás duas commissões respectivas, ellas, examinando toda a questão, afim de darem uma providencia relativa ao que se pediã nesse requerimento, por essa mesma occasião, querendo que a medida que partisse do corpo legislativo fosse mais completa, e que outras providencias se dessem afim de que ficasse montado o theatro nacional como deve ser, recorreu tambem ás informações que existião na casa, exaradas no relatório do ministro competente. Neste relatório diz o nobre ministro do imperio (18): « Cabe aqui informar-vos que, impondo as leis que têm subsidiado os theatros desta corte o dever de fiscalisar-se o emprego das quantias por elles recebidas, acaba o governo de prover sobre este objecto, estabelecendo pelo decreto n. 622 de 24 de Julho ultimo um inspector dos theatros, a quem foi commettida a incumbencia de tomar-lhes contas. » Nota agora a camara para o mais que se segue (18): « Para que esta providencia surta, porém, todos os seus bons effeitos, muito conviria que o governo fosse investido da attribuição de suspender a extracção das loterias logo que deixasse de ser preenchida, por parte do theatro, qualquer das condições com que forão concedidas. »

Por aqui conhecêrão as commissões que o governo não se achava sufficientemente habilitado para dar todas as providencias que o caso e as circumstancias exigião, uma vez que o governo pedia autorisação para poder suspender o auxilio que se dá a esse theatro quando fosse isso necessario. Portanto, as commissões conseguirão essa autorisação; e como entendessem que esta medida ainda não seria completa, addicionarão as commissões uma outra, facultativa apenas, de poder o governo desapropriar o theatro, se em ultimo caso assim julgasse necessario.

Portanto, se alguma duvida existe acerca da falta de informações do governo pela repartição da fazenda, será quanto á medida da desapropriação; mas se a casa attender que esta disposição é facultativa, se attender tambem que o governo pela repartição do imperio não tomará esta providencia sem consultar a repartição da fazenda acerca das circumstancias do theatro, a casa se convencerá de que não ha necessidade alguma de informação, porque na occasião em que se tratar de desapropriar o theatro, o governo examinará se as circumstancias do thesouro são ou não favoraveis para se realisar esta medida; e quando não seja, o governo trará ao conhecimento do corpo legislativo os esclarecimentos necessarios, e dará as convenientes informações, e então o corpo legislativo resolverá o que julgar conveniente. Portanto, tendo demonstrado que o adiamento não se pôde referir senão á desapropriação, e tendo tambem mostrado que para o caso da desapropriação, não ha necessidade de informação prévia do governo, parece-me ter provado que o adiamento é ocioso, e nada mais direi.

Um Sr. DEPUTADO: — Isso é logico e concludente.

Lê-se, apoia-se, e entra em discussão a seguinte emenda:

« Em lugar de—ministro da fazenda,—diga-se —ministros do imperio e fazenda.—Mendes de Almeida.»

O Sr. Mendes de Almeida:—Sr. presidente, voto pelo adiamento proposto pelo honrado deputado pela provincia da Parahyba, com a emenda que tive a honra de offerecer, porque julgo que as razões apresentadas contra o adiamento não...

O Sr. Moraes Sarmiento:—Não valem nada.

O Sr. Mendes de Almeida:—...podem convencer a camara... não valem nada certamente.

O Sr. Moraes Sarmiento:—E' natural.

O Sr. Mendes de Almeida:—Disse o nobre deputado que acaba de sentar-se que o adiamento é ocioso; mas eu julgo que mesmo o relatorio do Sr. ministro do imperio prova a necessidade do adiamento proposto: O que se lê nesse relatorio? O honrado membro pela provincia do Rio de Janeiro que me precedeu já fez a sua leitura á casa, mas creio que não insistio naquellas palavras que muito convém tomar-se em consideração. (Lê.) Ora, o governo pede uma coisa mui simples, isto é, que seja autorizado para poder fiscalisar as quantias resultantes dos loterias concedidas ao theatro de S. Pedro são ou não bem gastas; e as commissões reunidas de justiça civil e de commercio, industria e artes vão muito além; querem que o governo concorra com 72:000\$ para a desapropriação do theatro sem que o governo peça isto; elle é quem está no caso de poder avaliar a conveniencia ou não conveniencia de desapropriar o theatro de S. Pedro de Alcantara...

O Sr. Jansen:—E' o corpo legislativo.

O Sr. Mendes de Almeida:—Mas o governo é quem pôde informar melhor ao corpo legislativo, e por conseguinte me parece que não procederemos com a devida prudencia deixando de o ouvir. Portanto, julgo muito justo que se ouça em primeiro lugar ao Sr. ministro do imperio, porque é a quem a repartição do theatro está encarregada, e depois ao Sr. ministro da fazenda, porque no projecto das commissões se creão despesas, o que talvez não possamos.

O Sr. Wanderley:—Tambem será bom ouvir o da guerra, porque val uma guarda para o theatro e o da justiça porque tambem lá comparecem pessoas que pertencem á sua repartição. (Risadas.)

O Sr. Jansen:—E o dos estrangeiros, porque muitos estrangeiros concorrem ao theatro.

O Sr. Presidente:—Tem a palavra o Sr. Paula Candido.

O Sr. Paula Candido:—Sr. presidente, tudo quanto é adiamento, em these, é máo...

O Sr. Mendes de Almeida:—Conforme.

O Sr. Paula Candido:—Eu invoco aqui o patriotismo da nobre opposição para que com seus poderosos votos (risadas) registe este adiamento.

O Sr. Presidente:—Atenção!

O Sr. Paula Candido:—Sr. presidente, os adiamentos em geral são attentatorios da liberdade da tribuna, e a razão melhor que posso apresentar é que enquanto se gasta o tempo com elles se deixão de debater e não se moldão as grandes questões do estado. (Apoiados.) Senhores, pretendeu-se que uma lei que aqui chamou-se rolha ou parafuso (risadas) era attentatoria da liberdade da tribuna; mas ella não era tanto quanto os

adiamentos, porque para fallar na tribuna sempre ha quatro mezes por anno. Portanto essa lei não é tal attentatoria: agora um requerimento de adiamento sim é uma cousa que attenta contra a liberdade da discussão porque consome o tempo destinado a se fallar nas materias. Ora, á vista desta ponderosa razão (risadas), a camara não estranhará que eu vote contra o adiamento de que se trata.

Um Sr. DEPUTADO:—Na verdade é muito ponderosa! (Risadas.)

O Sr. Paula Candido:—Senhores, admira-me mesmo que as fecundas imaginações dos legisladores não tenham ainda lembrado estabelecer como sanção penal para certos crimes ouvir-se forçosamente certas discussões. (Risadas.) Era uma grande pena, e eu incluria o caso vertente. Senhores, para que mais adiamentos? Bem adiadas andão as nossas cousas... publicas (risadas), e mal iria o Brazil se até a respeito destas questões do theatro nós ainda estivessemos por saber o que pensa o governo. Senhores, eu posso informar de uma maneira generica que o theatro de S. Pedro de Alcantara tem ido mal, e que ella precisa de uma melhor direcção. Se eu fosse ministro...

O Sr. Jansen do Paço:—Pode-o ser, é digno disso.

O Sr. Paula Candido:—E eu desejo muito. (Risadas.) Se eu fosse ministro, responderia dessa maneira que acabei de informar. Entendo pois que semelhantes negocios é melhor que a camara não os commetta ao governo, e se os quer commetter ao governo, escusadas são mais informações, porque com effeito depois de se ter discutido por tanto tempo a questão do theatro, ir a camara pedir informações ao governo não me parece bom. Eu, portanto, em these, e na questão vertente, voto sempre contra os adiamentos.

ALGUNS SRS. DEPUTADOS:—Votos, votos.

O Sr. Presidente:—Tem a palavra o Sr. Gomes Ribeiro.

O Sr. Gomes Ribeiro:—Julgo dever fazer uma observação á camara em favor do adiamento, e é que, autorizando o art. 1º da resolução o governo a despendar a quantia de 70 e tantos contos de réis, e determinando outro artigo que o thesouro seja indemnizado por conta de loterias, bem vê a camara que o governo não pôde deixar de ser ouvido a este respeito. A camara talvez não se recorde neste momento que ha trezentas loterias concedidas, e que não é possível que todas ellas se extraião em menos de 20 a 30 annos. E' necessario examinar pois se o thesouro deve ser indemnizado por meio de loterias, ou então dizer-se que o governo faça extrahir as loterias do theatro de preferencia ás outras concedidas.

O Sr. Azambuja:—Essas já têm preferencia.

O Sr. Moraes Sarmiento:—Já esta providencia existe.

O Sr. Gomes Ribeiro:—Julgo que não é regular a camara confeccionar uma lei autorizando a extracção de loterias dadas em beneficio do theatro de preferencia ás concedidas ao monte-pio, e a outros estabelecimentos uteis e importantes. Repito, senhores, nós temos 300 loterias concedidas, as quaes não podem correr em menos de 30 annos, e então, ou hão de ser extrahidas as loterias do theatro de preferencia a todas as outras, ou o governo se ha de achar em embarços para que o thesouro seja indemnizado da quantia que pelo projecto vai despendar. E quando, senhores, tenho demonstrado que não convém dar preferencia ás loterias do theatro,

está claro que, se o projecto passar, vai-se collocar nas ilhargas do governo um grande numero de pretendentes para conseguirem isto. O meu voto portanto é a favor do adiamento, para que se ouça o governo, e eu não posso atinar com os embaraços que encontram neste adiamento os nobres deputados que pugnam pelo projecto.

ALGUNS SRS. DEPUTADOS:—Votos, votos.

O SR. PRESIDENTE:—Sou informado pelos Srs. secretarios de que não ha na casa numero legal de membros para se votar; e como ninguém mais tem pedido a palavra, na forma do regimento, fica encerrada a discussão do adiamento, e a votação terá lugar para a sessão seguinte.

Não estando ainda preenchidas as 4 horas da sessão, vai-se fazer a chamada para se saber os nomes dos Srs. deputados que se retirarão.

Retirarão-se com causa os Srs. Lima e Silva e Seco, e sem ella, os Srs. Aranha, Bastos de Oliveira, Domingues da Silva, Bandeira de Mello, Graca Junior, Fernandes Vieira, Araujo Lima, Paria Baptista, Ferreira de Aguiar, Nunes de Aguiar, Fernandes da Silveira e Taques.

O SR. PRESIDENTE marca a ordem do dia, e levanta a sessão ás 2 horas.

Sessão em 16 de Maio

PRESIDENCIA DO SR. MENDES DOS SANTOS

SUMMARY.—Expediente.—Providencias acerca do theatro de S. Pedro. Discurso do Sr. Mendes de Almeida. Votação.—Processo instaurado ao Sr. deputado Paula Fonseca. Discursos dos Srs. Sayão Lobato, Victor de Oliveira e Souza Franco.

As 11 horas menos cinco minutos da manhã, reunidos os Srs. deputados em numero legal, abre-se a sessão, lê-se e approva-se a acta da antecedente.

EXPEDIENTE

Officio do Sr. ministro do imperio, remettendo, com varios documentos, tres cópias dos paragraphos dos officios da directoria geral dos correios, datados de 3 de Abril, 2 de Maio e 1º de Junho de 1848, em que expõe a necessidade que experimentão do augmento do pessoal a administração do correio da provincia de S. Pedro, a agencia da cidade do Rio Grande, a administração do mesmo correio da provincia da Bahia, e a agencia da cidade de Niotheroy.—A' commissão do orçamento.

Outro do mesmo ministro, devolvendo o requerimento de D. Cyriaca Manoela Baldevioso Pires, no qual pede uma remuneração pecuniarla pelo trabalho estatístico feito pelo seu fallecido marido, o capitão-tenente Cypriano Jose Pires, e a informação da Ilma. camara municipal, na qual julga aquelle trabalho de pouca utilidade.—A quem fez a requisição.

Outro do mesmo ministro, transmittindo o officio do presidente da provincia do Rio de Janeiro, do 1º de Dezembro de 1848, com os papeis que o acompanhão, e bem assim o requerimento de Antonio José Ferreira Tatagiba, procurador da irmandade de Nossa Senhora da Conceição de Paqueta, com o documento a elle annexo, que se diz ser o titulo de doação em que se funda a dita irmandade para pretender, como confirmação do patrimonio, a concessão dos terrenos a que se refere o mesmo titulo.—A' commissão de justiça civil.

Outro do mesmo ministro, remettendo o parecer e consulta da secção do conselho de estado dos negocios do imperio, de 5 de Outubro de 1849, declarando que o art. 5º da lei provincial de S. Paulo, n. 4, de 6 de Setembro daquelle anno, que manda recrutar para o corpo policial, offende manifesta e directamente a constituição do estado no art. 36 § 2º.—A's commissões reunidas de assembleas provinciaes e constituição.

Outro do mesmo ministro, enviando a consulta da secção do conselho de estado dos negocios do imperio, de 7 de Maio de 1849, em que a mesma secção notou que o acto da assemblea da provincia do Piahy, de n. 231, de 19 de Setembro de 1848, approvando o compromisso da irmandade do Santissimo Sacramento da freguezia de Nossa Senhora da Victoria de Oeiras, é um daquelles que deve ser revogado.—A's commissões de assembleas provinciaes e constituição.

Outro do Sr. secretario do senado, participando que o senado adoptou, e vai dirigir a sancção imperial, a resolução concedendo ao governo um credito de 559:077\$343 para pagamento da divida de exercicios findos, liquidada desde o anno de 1829 até 18 de Setembro do corrente (1848).—Fica a camara inteirada.

Outro do mesmo secretario, devolvendo as proposições da camara dos Srs. deputados sobre a incompatibilidade da eleição de alguns funcionarios publicos para os cargos de senadores e deputados, e a que fixa a despesa e orça a receita de 1848 a 1849, ás quaes proposições o senado não tem podido dar o seu consentimento.

Outro do Sr. deputado Fernandes da Silveira, participando que o seu estado de saude não lhe permite comparecer na camara.—Fica a camara inteirada.

ORDEM DO DIA

PROVIDENCIAS SOBRE O THEATRO DE S. PEDRO

Vai-se proceder á votação do adiamento offerecido pelo Sr. Almeida e Albuquerque á discussão do projecto dando providencias acerca do theatro de S. Pedro de Alcantara. O adiamento é para que seja ouvido o governo pelo ministerio da fazenda.

Não é approvado o adiamento.

O SR. PRESIDENTE:—Está pois prejudicada a emenda que a este adiamento offereceu o Sr. Mendes de Almeida. Entra agora em discussão o parecer da commissão de constituição, impresso sub o n. 104, a respeito do processo intentado ao Sr. deputado Paula Fonseca...

O SR. WANDERLEY:—Porque não se vota sobre o projecto acerca do theatro? Creio que ninguém pedio mais a palavra para fallar sobre esta materia, e por isso podia-se votar.

O SR. PRESIDENTE:—Não o del para a ordem do dia porque estava dependente da decisão da camara o adiamento que se offereceu, mas se os Srs. deputados entendam que deve esta discussão, se não houver reclamação contra isto...

ALGUNS SRS. DEPUTADOS:—Não, não.

O SR. PRESIDENTE:—Bem. Continúa a discussão do projecto dando providencias sobre o theatro de S. Pedro de Alcantara.

ALGUMAS VOZES:—Votos, votos.

O SR. PRESIDENTE:—O Sr. Mendes de Almeida parece-me que tinha pedido a palavra.

O SR. MENDES DE ALMEIDA:—Sim, senhor.

O SR. PRESIDENTE:—Pois tem a palavra; mas permitta antes que se leão dous artigos additivos que foram mandados á mesa.

São lidos e apoiados os dous seguintes artigos additivos:

« A assembleia geral legislativa resolve :

« Art. 1.º O governo fica autorizado a fiscalisar as contas dos empresarios dos theatros subsidiados pelo estado, podendo suspender a extracção das loterias concedidas aos mesmos, quando faltarem aos compromissos a que se sujeitaram para com o governo e os artistas.

« Art. 2.º Logo que se verifique a ultima dessas faltas, o governo fará correr as loterias que julgar sufficientes para o pagamento dos artistas, não continuando mais o subsidio a qualquer empresario que tenha incorrido em qualquer das faltas, ficando sujeitos os empresarios theatraes em todo o imperio a livre concorrência dos particulares, logo que se tenha extinguido o ultimo empresario favorecido.

« Art. 3.º O governo expedirá os regulamentos que forem necessarios para manter a ordem nos theatros e a regularidade dos espectaculos, sujeitando os empresarios a immediata acção da policia, e ás medidas e penas a que sujeitar os artistas para o fiel cumprimento dos mais contractos e das promessas feitas ao publico.

« Art. 4.º Ficão revogadas todas as disposições em contrario. — *Mendes de Almeida.* »

« O governo auxiliará igualmente com 20:000\$ ao theatro da capital da provincia de Minas Geraes, fazendo extrahir o numero de loterias necessario. — *Paula Santos.* »

« Vinte contos de réis tambem para os theatros de Pelotas no Rio Grande do Sul, e da cidade das Alagoas. — *Ribeiro.* »

O Sr. Mendes de Almeida :— Sr. presidente, eu me applaudo por ter encetado o debate a respeito do projecto elaborado pelas illustres commissões de justiça civil, e commercio e artes; sem isto, estou persuadido que elle passaria desapercibido, e a camara não teria tido o prazer de ouvir os discursos dos honrados membros que hontem o defenderão. Estou certo que se a discussão continuar, mais se ha de esclarecer este objecto, desaparecendo esse *latet anguis in herba*, que talvez se supponha que existe neste negocio.

Parece-me que a casa não encerrará esta discussão como um castigo, segundo a phrase do honrado Sr. 1.º secretario, cujas opiniões e discursos respeito e ouço com a attenção de que são dignos....

O Sr. PAULA CANDIDO :— Referia-me ao adiamento.

O Sr. MENDES DE ALMEIDA :— por isso espero que a camara me honre com a sua nimia bondade, permitindo-me responder aos illustres membros que se dignarão combater a minha humilde opinião a respeito das empresas theatraes.

Mas antes de responder a todos os topicos dos discursos dos honrados deputados por Minas e S. Paulo, peço licença á casa para agradecer ao honrado membro por S. Paulo a censura que hontem se dignou fazer-me, dizendo que eu deveria, combatendo o projecto, apresentar trabalho melhor elaborado que servisse de remedio ao desgraçado estado do theatro de S. Pedro de Alcantara. Senhores, eu apenas me levantei hontem para emitir a minha opinião a respeito deste objecto, porque não queria que passassem tres discursos sobre um projecto que se diz de utilidade publica, sem ao menos tocar-se no objecto principal. Eu não ousaria arriscar qualquer trabalho a este respeito, porque conheço a minha incapacidade e falta de habilitações (não apotados); todavia, animado pelo honrado membro, esbocei algum trabalho acerca desta materia, e mandarei á mesa um projecto, substitutivo ao das illustres commissões. Não digo que elle preencha o seu fim; foi elaborado, por assim dizer, ás pressas, de hontem para hoje;

eu mesmo não tenho muita confiança nelle por ser obra minha, mas julgo que satisfaz as vistas e pedidos do governo, manifestados no seu relatório. Reinettarei este projecto á mesa logo que concluir o meu discurso.

Os honrados membros que combaterão a minha opinião a respeito das medidas apresentadas para o theatro de S. Pedro de Alcantara não destruirão um só dos argumentos por mim offerecidos. Não me atrevo a fazer uma accusação, mas me parece que não fui combatido com aquella lealdade que eu julgava merecer. Appellou-se para argumentos inteiramente odiosos; suppóz-se que eu tinha offendido aos membros das illustres commissões, a quem muito respeito; disse-se que eu tinha lançado censuras sobre o ministerio e sobre as camaras; disse-se até que eu tinha accusado o povo brasileiro, ainda o desta corte, de ignorancia. Protesto, e sempre protestarei contra as interpretações que foram dadas ás opiniões hontem aqui por mim manifestadas; não offendi a nenhuma das pessoas a quem os illustres membros se referirão. Eu disse que admitiria theatros subvencionados pelo estado, se por ventura pudessemos hoje ter pretensões e impôr o nosso gosto artistico, se tivéssemos o que propriamente se diz o gosto pelas artes, pelo theatro, se o quizessemos não só manter no paiz, mas impôr o ao estrangeiro; mas que isto não existia entre nós, porque a este e muitos respeito dependemos do estrangeiro, principalmente da França e da Italia. Disse mais que não tinhamos gloria litteraria dramatica a zelar e sustentar, como, por exemplo, a França, porque o repertorio portuguez, cuja litteratura supponho tambem nossa, é muito pobre; que sendo por consequencia este o nosso estado, sendo nós um paiz nascente, não havia necessidade de se manter theatros subsidiados senão talvez pelo lado da influencia moral que estes estabelecimentos exercem; mas acrescentei que acerca da moral podia-se muito bem providenciar por meio de regulamentos policiaes, não consentindo o governo que subissem á scena peças que não fossem revistas pelas pessoas a quem o governo disto encarregasse, o que se poderia fazer sem infracção da constituição, como hontem pretendeu o nobre deputado por Minas, suppondo que com isto se estabeleceria a censura previa.

O mesmo honrado deputado disse hontem que não podíamos deixar de encarregar das empresas theatraes ao governo, porque não tinhamos o genio nem os costumes das nações da raça saxonica, onde se nota mais desenvolvido o espirito de associação, onde estas e outras empresas se fazem geralmente pelos particulares; trouxe em prova, o exemplo do que se observa na Inglaterra e nos Estados Unidos. Eu oreio, Sr. presidente, que, se o honrado membro me tivesse feito a honra de ouvir o que hontem aqui expendi, escusava de apresentar este argumento, porque eu mostrei que, mesmo entre povos que não são da raça saxonica, onde não existe esse genio, nem esses costumes, existem theatros não subsidiados pelo governo, que entretanto prosperão. Citei em abono a França, apresentei varios theatros daquelle paiz, como o de Ruão, cidade que não está na categoria do Rio de Janeiro, como o de Lille, etc. Mas, admitamos o que diz o honrado membro, isto é, que não temos espirito de associação; digo que para a existencia destas empresas em uma cidade importante como esta, onde não são escasos capitães; não é elle preciso; basta que exista a necessidade, e que hajão capitães disponiveis, para que essa industria nasça e se mantenha; e oreio o honrado membro que apparecerão para isso os individuos que julgar ter esse genio e costumes da raça saxonica; a necessidade da existencia dos theatros fará com que individuos da raça saxonica, ou qualquer

outra, se encarreguem de tentar essas empresas. Ainda não se estabeleceu nesta corte um theatro que não fosse subsidiado; todos os directores procurão immediatamente subsidio do thesouro, porque dá menos trabalho, é muito commodo; experimentemos se os theatros podem subsistir sem este subsidio. Se, depois de alguma experiencia, se conhecer que essas empresas se não podem manter, então voltemos ao subsidio; mas não queiramos julgar de antemão impossivel uma cousa que não se tem feito experiencia alguma entre nós, quando, pelo contrario, della se tem obtido grande beneficio em outras nações.

Se os theatros, disse o honrado membro, não forem subsidiados, a civilisação entre nós recuará, o estrangeiro fugirá do Brazil. Pintou nos o honrado membro um quadro o mais triste possivel dos males que sobrevirão ao Brazil se não fór subsidiado o theatro de S. Pedro de Alcantara! Creio que a simples enunciação deste argumento basta para mostrar a sua futilidade; pois, porque não se subsidia este theatro, deixará por ventura de existir theatro em uma cidade como esta, a primeira da America do Sul, e um dos primeiros portos commerciaes do mundo? Seria mister suppôr que a classe pobre era a unica que concorria para a renda do theatro; mas, pelo contrario, as classes abastadas, os que estão em posição facil de viver, são os que concorrem ao theatro, e os que podem pagar taes divertimentos. Ora, se houver um empresario que saiba animar o gosto desta parte da população, estou certo que ha de tirar muitos beneficios sem prejudicar com isto o thesouro, nem tambem a moralidade publica, sobre que se lança um tão oneroso imposto, como é o das loterias.

Se os theatros da corte, acrescentou o honrado membro, forem subsidiados, se passar o projecto apresentado pelas illustres comissões, muito ganharão os theatros das provincias. Porque? perguntarei eu. Não têm existido no Rio de Janeiro tantos theatros subsidiados? Desde que existe o theatro de S. Pedro de Alcantara não tem sido elle subsidiado por meio de loterias? Por ventura os theatros das provincias têm com isto ganhado organisando-se companhias que vão por lá levar o gosto da corte? Seria preciso que os theatros das provincias fossem tambem subsidiados, tivessem para isto uma animação, afim dos actores passarem com segurança de um futuro para esses theatros; mas julgo que isto não se obtém com o projecto que se discute, tanto mais que essas provincias, mantendo um commercio mais importante com a Europa, do que com a corte, hão de necessariamente receber antes os artistas da Europa do que do Rio de Janeiro.

Fui tambem accusado de querer com o artigo additivo que offereci excitar rivalidades, entre a corte e provincias; sobre isto discorreu o honrado deputado a quem respondo, demonstrando que na corte não ha bairriismo, figurando a corte em superior posição que as provincias. Senhores, eu não excitei, nem procurei excitar com o artigo additivo que offereci nenhuma paixão odiosa, unicamente quiz mostrar a sua conveniencia por uma razão de maior para menor; disse que se a corte, onde existem tantos capitães, clientela sufficiente para sustentar mais de um theatro, e sem duvida é mais favorecida que as provincias, entretanto se julga que não pôde manter um theatro sem subsidio do estado, com muito maior razão as provincias que não estão nesta consideração e importancia devem merecer este apoio do estado. Isto me parece bem innocente e justo.

Mas objectarão os honrados membros— as provincias têm assembleias provinciaes, têm receita provincial, podem subsidiar os seus theatros. Senhores, as rendas das provincias de ordinario

são diminutas, não chegam para as suas despesas, mesmo indispensaveis. Se se quer encerrar o theatro como um estabelecimento para espalhar a moralidade, o gosto e instrucção do paiz, julgo que este beneficio deve estender-se a todas as provincias do imperio havendo uma acção uniforme no estabelecimento dessas empresas, porque se não houver essa acção uniforme, pouco se lucrará com o estabelecimento dos theatros, por isso que as provincias não se poderão aproveitar do theatro da corte, e não têm meios para dar subvenções que comportem estas empresas, admittida a hypothese apresentada pelo honrado membro.

Eu ainda me aproveitarei, em defesa da minha thesa, de um argumento que hontem me foi ministrado pelo honrado membro pelo Rio de Janeiro, que fez alguns reparos ao projecto. Disse elle que, admittindo-se que a subvenção seja paga pelo thesouro, as loterias não podião substituir o desfalque das rendas publicas, especialmente na actualidade, porque muitas estão por extrahir. Estou persuadido da exactidão desta proposição; e ainda vou mais longe, estou convencido que se o governo tiver de pagar pelo thesouro esta subvenção, as loterias que por este projecto se autorisão não correrão, por que são loterias para o governo; apparecerão pedidos e empenhos para correrem outras muitas de empresas particulares, e a estes se attenderão por meios de empenhos, ficando de parte as loterias destinadas para indemnizar o thesouro. Digo ainda mais que no projecto não se fixa o numero das loterias, o que é para temer pelos abusos que terão de apparecer. Diz-se que serão aquellas que o governo julgar convenientes, e assim não só hão de se extrahir aquellas que já forão concedidas á actual empresa, mas muitas outras, se tiverem de correr.

O projecto, além desta grande despesa, autorisa o governo para desapropriar o theatro. Senhores, se a idéa de dar uma subvenção ao theatro é prejudicial, a desapropriação deste theatro é monstruosa! Que necessidade ha de gastar-se um horror de contos com esta desapropriação? Nenhuma vejo. Se o governo concorrer para essa subvenção, dará sufficiente quantia para pagar o aluguel; não ha razão, nem necessidade de soffrer o estado um grande desfalque nas suas rendas, especialmente na quadra presente. Note-se que a despesa não se ha limitar á desapropriação; tenho ouvido dizer que o edificio não se acha em bom estado, está muito arruinado. Ora, não só se ha de comprar o theatro por muito bom dinheiro, porque, embora se estabeleça a desapropriação, quando se fizer a avaliação ha de sahir bem cara, mas além disto ficará o thesouro onerado com os concertos que logo apparecerão, e com os infinitos reparos que se irão quotidianamente inventando em prejuizo do thesouro e sem proveito para o publico. A experiencia nolló provará.

Mas disse o honrado membro por S. Paulo: «E' uma necessidade para a corte do Rio de Janeiro a existencia do theatro.» Ninguém contesta isto. O honrado membro provou esta necessidade com a apparição de algumas operas que têm subido ultimamente á scena por empenhos, por esforços da actual empresa, cujo estado financeiro diz ser deploravel. Este facto, ao contrario, vem ainda em apoio da opinião que sustento, porquanto elle prova que os theatros do Rio de Janeiro podem subsistir sem subvenção do thesouro, logo que os empresarios tratem de especular sobre o gosto publico, de chamar clientela para as suas empresas por meio de esforços intelligentes e uteis. As pessoas que se encarregarão de levar essas operas á scena não têm nenhuma subvenção, o fizeram por impulso próprio; entretanto todos nós sabemos como se

têm ellas sahido; hontem ainda foi um exemplo disto....

Um Sr. DEPUTADO dá um aparte que não ouvimos.

O Sr. MENDES DE ALMEIDA:— Pois procure a empresa imitar esses beneficiados, isto é, procure agradar ao publico que terá concorrência.

Eu fiz um reparo no meu primeiro discurso sobre o procedimento das duas illustres comissões: disse que não a havia mui bem pensado que as illustres comissões tivessem elaborado um projecto relativo ao theatro de S. Pedro de Alcantara sem ser ouvido o governo, nem a actual empresa. As illustres comissões, pelo seu relator, responderão que não precisavão ouvir o governo á vista do que o Sr. ministro do imperio havia dito no seu relatório, e menos necessidade tinham de ouvir a empresa, porque tinham sufficientes dados para se convencerem da conveniencia do projecto. Ora, comparando o relatório com o projecto, eu vejo que as comissões muito se excederão, o governo simplesmente pediu que fosse autorisado para impedir que as loterias corressesem quando os compromissos das empresas dos theatros não fossem satisfeitos, mas as comissões vão muito mais longe; porque accrescentão a despesa com as autorisações que dão, e não forão reclamadas; autorisações pelas quaes não duvidaria votar se soubesse que o actual gabinete della se utilisaria; como, porém, não sei se amanhã um ministerio em quem não tenha confiança use mal destas autorisações, não lhes posso dar o meu voto, muito mais não se tendo mostrado a sua conveniencia e necessidade. Consistentemente se diz aqui que o thesouro está onerado com despesas, que ha muitas necessidades que não se podem satisfazer por causa dos encargos do thesouro; entretanto as illustres comissões não duvidarão autorisar o governo para fazer a desapropriação do theatro de S. Pedro.

Ora, não posso tambem concordar com os honrados membros quanto a não se ouvir a empresa; julgo que não é proceder com stricta justiça deixando de se ouvir ambas as partes. Se qualquer juiz não pôde dar uma sentença sem ouvir as partes, sob pena de passar por parcial, embora esteja convencido do que uma lhe prove anteriormente, por que razão não devião as comissões proceder deste modo? As comissões não resolvem por si as questões que estudão; os seus pareceres são approvados pela camara; por consequencia, devião ouvir uma e outra parte para poderem bem informar á casa, não digo por causa de suas convicções, mas pelo respeito e consideração que devem ter para com a camara e o publico, que observa os nossos actos, visto que tinham de dar uma decisão.

Eu não sei, Sr. presidente, em que o governo tem as mãos atadas, como dizem as comissões pelo seu illustre relator; porque, se assim fosse, o governo não teria publicado o decreto n. 622 de Julho do anno passado, creando um inspector dos theatros para fiscalisar e tomar contas aos theatros subsidiados. Se o governo procedeu assim, foi sem duvida para tomar alguma resolução no caso de que essas contas não correspondessem aos compromissos a que se haviam sujeitado os emprezarios. Logo que visse que elles não tinham cumprido com seus deveres, não tinham satisfeito aos compromissos que fizeram para com o governo e para com o publico, podia o governo, independente de nova autorisação do corpo legislativo, ordenar que as loterias não se extrahissem. Se os emprezarios empregão mal a subvenção, o governo tem direito de lh'a negar.

Mas disse o honrado membro que eu não comprehendí bem a razão por que em outros paizes se não subsidiaão os theatros; e accrescentou que a razão era porque nesses paizes os theatros já

estavão organisados, estabelecidos, por isso julgou-se que tinham já certa clientela, podia o governo deixar sem risco de lhes dar subsidio. Ora, se assim é, direi que esta clientela existe tambem no Rio de Janeiro, se quizerem os emprezarios ter mais trabalho em procural-a e seduzil-a para concorrer aos seus espectaculos; é verdade que para obtê-la custa mais que para obter o subsidio do thesouro, porque o gosto publico é caprichoso, nada tem de fixo, é necessario muito goito, muita dedicacão e muita intelligencia para poder satisfazê-lo, e com o governo, com um ou outro individuo não acontece o mesmo, porque com empellos se obtém tudo em nosso paiz. Os mesmos emprezarios do theatro espalhão por toda a parte a doutrina de que os theatros não se podem manter sem subsidio; grassa a idéa, e afinal muita gente se convence della sem examinal-a e discutil-a, e o grande caso é que conseguem facilmente o almejado subsidio. Em França ainda hoje os directores dos theatros clamão por não terem o antigo subsidio, gritão muito pelos fulhas, mas observou-se que depois que se deixou de se subsidiar os theatros, que no anno de 1849, em que existia em Pariz tanto alarima pela tranquillidade publica, em que o cholera destruiu grande parte da população, e com ella muitos artistas, os theatros muito prosperarão, as suas receitas cobrirão as despesas....

O Sr. AZAMBUJA:—Está enganado; o contrario disso posso mostrar-lhe em um artigo da *Revista dos Dois Mundos*, que mereca bastante credito.

O Sr. MENDES DE ALMEIDA:—O honrado membro é que está. Eu podia lhe citar uma correspondencia dramatica de Paris mui moderna que esclarece este objecto. Mas o que me poderão objectar ao exemplo que apresento do theatro de Ruão, que existe ha tanto tempo sem subsidio, antes pagão os emprezarios á municipalidade um aluguel de 80,000 francos? O que se poderá dizer a respeito dos theatros dos Estados Unidos onde não ha esse subsidio?

O Sr. AZAMBUJA:—Aqui não ha augmento de despesa. Dão se melhores garantias.

O Sr. MENDES DE ALMEIDA:—Eu hontem mostrei, Sr. presidente, que os theatros subsidiados constantemente estão em deficit, os directores, contando com as subvenções, empregão-se em especulações imprudentes, concorrem para augmentar a divida desses estabelecimentos, ao passo que outros, que não são subsidiados, quando têm um director activo e intelligente, prosperão, augmentão consideravelmente a sua receita.

Falta-me ainda responder com mais algum desenvolvimento a um argumento apresentado pelo honrado deputado por Minas. Disse elle que se os theatros não forem subsidiados pelo estado, não estiverem sob o dominio do governo, não poderá o governo intervir nelles em proveito da moralidade e tranquillidade publica, pois que a isto se oppõe a constituição. Eu não entendo assim, e creio que razoavelmente ninguem entenderá a constituição; pôde o governo intervir nos theatros sem obstar a que os escriptores dramaticos publiquem as suas obras; o que o governo pôde e deve obstar é a que ellas subão á scena de tal forma que possam prejudicar a moralidade publica, ou produzir qualquer perturbacão; isto, sustento, pôde o governo fazer sem offensa da constituição. Publiquem os escriptores dramaticos pela imprensa as obras que quizerem, o governo só pôde empregar contra elles, quando abusarem, a repressão depois de publicadas essas obras, e nunca consentirá que subão ao palco scenico sem terem sido revistas pelos respectivos empregados; isto não é censura prévia, é censura bem entendida e necessaria.

Lançou-se tambem hontem o odioso sobre mim

por dizer que n'um theatro subsidiado, em razão do director procurar agradar aos que protegem o mesmo theatro, concorrendo para a subvenção, perde-se a importancia de muitos camarotes e cadeiras que são distribuídos de graça a essas pessoas. Disse-se que com isto eu queria acarretar o odio sobre pessoas que não precisam de taes favores, estava muito no caso de pagar os seus bilhetes de camarotes ou cadeiras. Senhores, o que eu disse é o que desgraçadamente succede em toda a parte onde ha theatros subsidiados pelo estado; nesses paizes tambem as pessoas que podem pagar muito bem a cadeira ou camarote recebem os seus bilhetes de graça, e não desgostão.

Não contesto que essas pessoas não possam pagar os seus bilhetes de entrada, mas os directores para lhes agradar têm estas franquezas e attentões, que de ordinario são bem aceitas. Lembraei acerca disto o que occorreu em França no tempo de Napoleão, quando primeiro consul. Mandando examinar o estado dos theatros, as suas despesas, apresentou-se-lhe uma enorme lista de empregados publicos influentes que tinham camarotes e cadeiras de graça nos theatros subsidiados. O grande homem determinou que nenhum desses empregados tivesse e mais nem camarote, nem cadeira por semelhante modo, elle proprio assignou para o theatro, afim de abrir o exemplo, porquanto haviam camarotes de graça para os tres consules, para os ministros, para os conselheiros de estado, etc. Eu pois não quiz fazer injuria a pessoa alguma fazendo estas considerações na casa. Quiz apenas mostrar que se fosse approvado o projecto nasceria este abuso, que os directores especulando sobre aquellas de quem esperavam a subvenção, tratariam de os agradar e seduzir por este e outros meios. Nós vemos mesmo na chronica theatral exemplos do que podem estes favores, que o primeiro orador inglez, o celebre Sheridan, sendo director de um theatro em Londres, creio que Covent-Garden, obteve ser eleito membro da camara dos communs, unicamente porque consentia que certas notabilidades da Grã-Bretanha tivessem entrada na caixa do theatro; foi este o motivo porque foi eleito muitas vezes por certos collegios eleitoraes chamados na Inglaterra *rotten boroughs, boroughs pourris*. Ora, se apparecem destes exemplos, se não é nenhuma novidade taes favores, não sei porque motivo incorri na censura do honrado membro, muito mais quando apellei para a experiencia, quando disse que, a approvar-se o projecto, ver-se-hia apparecer este e outros muitos abusos no theatro.

Disse-se tambem que as provincias poderão subsidiar os theatros e a corte não. Senhores, possuindo a corte uma municipalidade tão rica, e mais rica do Brazil, que tem dinheiro que muitas vezes não sabe empregar, pois que criou um functionalismo extraordinario, não comprehendendo o porque esta municipalidade não pôde construir um theatro, tendo aliás gasto tanto dinheiro em cousas bem inuteis. Deixe-se isto á municipalidade, mande ella edificar um theatro, alugue-o a alguma empresa particular, que esta obterá lucros, não precisará do auxilio do theatro.

O honrado membro por S. Paulo censurou ainda uma pequena observação que fiz. Havia eu dito que se fomos marchando no sentido em que vamos, de estarmos constantemente sob a tutela do governo, de não emprehender-se cousa alguma senão por meio do governo, já tão sobrecarregado de onus e atazeres, caminharemos para uma especie de communismo por caminho opposto ao do dos discipulos de Fourier, Gabet e Proudhon. O honrado membro disse (como querendo accusar-me de ignorar o que é communismo) que elle não sabia, e nem entre nós

se sabia o que era communismo. Eu não desconheço a immensa distancia em que estou do illustre deputado por S. Paulo; sei muito bem qual a importancia e consideração que goza no paiz, pela sua illustração, pelo seu caracter, pelo seu patriotismo; sei que não posso competir com elle, estou a seu respeito na mesma relação em que se acha o soberbo Hymalaia para com o mais pequeno monticello das nossas planicies; mas estou persuadido que, apesar da minha pequenez, não são estes systemas de communismo tão complicados, tão metaphysicos que seja necessario, para entendê-los a capacidade de um Leibnitz ou a profunda penetração e intelligencia de um Newton. Se acaso não tivesse de sahir do circulo da discussão, poderia dizer alguma coisa sobre esta materia.

Concluindo, Sr. presidente, remetterei á mesa o projecto substitutivo ao das illustres comissões reunidas, e que me parece offerecer maior utilidade do que aquella que combato. Devo declarar que neste projecto aproveitei um artigo das illustres comissões que foi em verdade a melhor coisa que lá vi, e o que principalmente devíamos ter feito ha mais tempo, quanto a theatros, isto é, attender-se para a sorte dos artistas, fazendo com que seus contractos sejam fielmente cumpridos pela empresa, assim como ella exige que as obrigações dos artistas sejam satisfeitas para com ella.

MUITOS SRS. DEPUTADOS: — Votos, votos, votos.

O SR. PRESIDENTE: — Não havendo mais quem peça a palavra, vou pôr a votos... *(depois de uma pequena pausa)* Os senhores que dão por discutida a materia queirão levantar-se *(depois da votação)*. — Está discutida. Vou pôr a votos primeiramente a emenda substitutiva de todo o projecto.

São rejeitadas todas as emendas, com excepção do artigo additivo do Sr. Vianna, que é approvedo.

Julgando-se finda a terceira discussão do projecto, é adoptado com o artigo do Sr. Vianna, e vai remetido á commissão de redacção.

PROCESSO DO SR. DEPUTADO PAULA FONSECA

Entra em discussão o seguinte parecer da commissão de constituição, impresso sob n. 104, relativo ao processo intentado contra o Sr. deputado Paula Fonseca, com o voto separado do Sr. Souza Ramos:

« Foi presente á commissão de constituição um officio do juiz de direito da comarca do Serro, com data de 25 de Fevereiro passado, remetendo a esta camara, em cumprimento do art. 28 da constituição do Imperio, uma certidão do processo crime de responsabilidade formado contra o Sr. deputado Antonio Gabriel de Paula Fonseca, que na qualidade de delegado de policia da cidade Diamantina foi pelo mesmo juiz pronunciado, e sujeito á prisão e livramento como incurso na ultima parte do art. 181 do código criminal, por conservar preso e sem culpa formada a Manoel Alves da Silva muito além do prazo legal.

« E parecendo á commissão que não proceda semelhante pronuncia, nem deve continuar o referido processo pela forma meos regular por que foi feito, passa ella a expôr a materia, e a fundamentar seu parecer depois de haver prestado a tão importante objecto toda a attenção que elle exigia.

« Requerendo aquella Manoel Alves da Silva ordem de *habeas-corpus* ao predito juiz de direito, e ouvindo esta ao delegado sobre o motivo da prisão, ordenou a soltura e recorreu *ex-officio* para a relação, a qual, confirmando a decisão recorrida, mandou responsabilisar o mesmo delegado para conservar preso e sem culpa formada o

paciente além do prazo legal. A portaria do presidente da relação ordenando esse processo é autoada com o documento que o acompanhou, a 18 de Dezembro do anno passado; a 19 fazem-se os autos conclusos ao juiz de direito, e nesse mesmo dia elle pronuncia o delegado sem mais diligencia alguma; no que não se pôde deixar de notar alguma precipitação, mórmente observando-se que, publicada a pronuncia naquella dia 19 de Dezembro, foi sómente a 25 de Fevereiro deste anno que o dito juiz se avisou de cumprir o preceito do art. 28 da constituição, dando conta do seu procedimento a esta camara.

« Nada objecta a commissão ao acto do juiz de direito, quanto a ordenar em Dezembro a prisão do delegado eleito deputado; porque, apesar de não ser incontrouersa a intelligencia que se deya dar ao art. 27 da constituição, todavia não estando então o eleito declarado ainda deputado pelo unico poder competente para verificar os seus poderes, na forma do art. 8º do regimento desta camara, e prevalecendo o privilegio constitucional do deputado unicamente durante a sua deputação, nos positivos termos daquelle art. 27 da constituição, o que se casa com alguns parallelos da legislação, mostra-se por esse lado justificavel o procedimento da autoridade criminal que formou a culpa.

« O que porém prejudica visivelmente a pronuncia, e a torna insustentavel, é a insufficiencia dos meios adoptados para a instrução do processo; de modo que mal se pôde saber se o delegado infringio o art. 148 do código do processo criminal, ou alguma outra lei. Pelo menos não devia o juiz de direito prescindir de examinar o processo da formação da culpa; a que se referio o delegado em sua resposta de 21 de Julho de 1849, quando foi ouvido sobre o motivo da prisão de Manoel Alves; porque, essa diligencia, que muito concorreria para esclarecer a materia, não só lhe era virtualmente recommendada pelo art. 400 do regulamento de 31 de Janeiro de 1842, como até lhe parecia ser lembrada pelo presidente da relação, quando mandou contemplar entre as peças do processo de *habeas corpus* de que lhe enviou certidão, a sobre dita resposta dada pela autoridade policial; e nem de outro modo podia o mesmo juiz escapar. A incoherencia de não ter *ex-officio* responsabilizado aquella autoridade, por occasião do exame que fez sobre a legalidade da prisão do paciente, e entretanto pronunciar a depois sem mais diligencia alguma, quando teve de lhe formar culpa em virtude da portaria do presidente da relação.

« Naquelle resposta tinha o delegado feito ver que já estava começado um processo de formação de culpa contra o réo Manoel Alves, indiciado de crime de morte, havendo interrogatorio, e inquirição de uma testemunha. Era pois evidente que de tal processo se deverão extrahir as certidões precisas para a regular instrução do de responsabilidade; não sendo mesmo pouco conveniente ouvir-se desde logo o promotor publico, que havia requerido a remoção do supposto homicida para a cadeia da cidade Diamantina.

« O que tudo attendido, e não devendo ser proferida inconsideradamente, e sem base legal, uma sentença de pronuncia, cujos effeitos são os consignados no art. 165 do código do processo criminal, entende a commissão qua deve ser a certidão do processo remetida ao governo, para que este ordene ao juiz de direito da comarca do Serro que proceda regularmente contra a autoridade policial, que a relação mandou responsabilisar, não dispensando quaesquer diligencias que forem conducentes a bem instruir o processo.

« Sala das commissões, aos 15 de Abril de 1850.—Victor.—D. M. A. Mascarenhas.»

TOMO 1

« Não concordo com meus illustres collegas, membros da commissão de constituição, na solução dada á questão que versa sobre o tempo em que começa o privilegio do deputado: estou porém inteiramente de accordo com os mesmos quando pensão que o processo instaurado pelo juiz de direito da comarca do Serro contra o Sr. deputado Antonio Gabriel de Paula Fonseca é irregular, e a pronuncia insustentavel por falta de provas, e isto basta para que seja o meu parecer que não deve continuar o dito processo.

« Sala das commissões, 30 de Abril de 1850.—Souza Ramos.»

O SR. SAYÃO LOBATO:—Peço a palavra.

O SR. VICTOR DE OLIVEIRA E OUTROS MUITOS SRS. DEPUTADOS:—Peço a palavra.

O SR. PRESIDENTE:—Tem a palavra o Sr. Sayão Lobato.

O SR. SAYÃO LOBATO (*movimento de attenção*):—Sr. presidente, peço licença á illustre commissão de constituição para me oppor ao parecer por ella apresentado; eu o considero, Sr. presidente, inconstitucional....

O SR. CRUZ MACHADO:—Apoiado.

O SR. SAYÃO LOBATO:—Entendo que neste parecer se propõe uma verdadeira invasão ás attribuições do poder judiciario, e consequentemente não pôde elle ser adoptado, em minha opinião, pela camara. Não entro na questão, Sr. presidente, que aliás foi aventada pela illustre commissão e se já subsistia o privilegio de deputado ao tempo em que foi lavrada a pronuncia. Eu me inclino a adoptar a opinião consagrada no voto em separado, por todos os motivos, e, se houvessem razões que pudessem pôr em duvida essa opinião, eu me inclinaria a adoptal-a pelos principios de eterna equidade, porque em um caso de duvida adopta-se sempre o lado menos odioso, o mais favoravel; além de que, descubro razões valiosissimas de utilidade publica que recommendão a adopção desta opinião. Assim como na lei de eleições um analogo privilegio se dá aos eleitores que delle gozão plenamente antes da verificação dos poderes que realmente não tem lugar senão depois da instalação da assembléa eleita, assim tambem descubro eu que as mesmas razões de utilidade publica subsistem para que desde logo os nomeados deputados entrem no gozo das immunidades que tão necessarias são á causa publica. Descubro mesmo na solemnidade com que a lei exige que se faça a apuração dos votos, que se celebra a eleição dos representantes, descubro nessa solemnidade uma causa muito sufficiente para que desde logo estes homens solemnemente apregoados como os elitos representantes da nação, sejam considerados taes e como taes sejam qualificados e tratados.

Mas, como eu já disse a V. Ex., não aprofundo esta questão, deixo a outros nobres deputados o tratarem della; eu entro na questão principal, digo que a illustre commissão, propondo que se officie ao governo para que se mande reformar este processo, visto que existem faltas em sua instrução, existem irregularidades de formulas, se propõe invadir as attribuições do poder judiciario. (*Apoiados.*) Jámais poderel admitir, Sr. presidente, que uma camara se possa constituir um verdadeiro tribunal de formulas juridicas, que seja ella a entidade competente para proferir uma verdadeira sentença de reforma de um processo. Se entre nós se admittissem os estylos que se adoptão, por exemplo, na camara dos lords da Inglaterra, onde em questões desta ordem só votão os membros legistas, não haveria o mesmo absurdo, eu não teria á mesma repugnancia em conhecer a competencia da camara para proferir uma decisão sobre a irregularidade

14

das formulas. E' fóra de questão que esta camara é uma corporação essencialmente politica, que é inspirada por motivos que não podem dominar em um julgador ordinario, que pela lei e segundo a lei, é encarregado de proferir sua opinião ou sua decisão sobre questões propriamente de jurisprudencia. Se se admittisse semelhante principio, quem poderia repousar nas decisões do poder judiciario? Qualquer que tivesse tal influencia, que tivesse por tal modo spadrinhado pela opinião representada na camara, bem poderia obter uma lei, uma decisão qualquer que impuzesse ás autoridades judicarias a obrigação de derogar actos proprios, que pela constituição do estado são de sua única e exclusiva competencia. Se uma lei fosse proposta nesta casa pela qual se ordenasse que o processo tal se julgasse nullo, porque tinham sido preteridas as formulas, a illustre commissão, e toda a camara por certo reclamaria contra a inconstitucionalidade de uma tal lei; diria:—Pretende-se invadir as attribuições do poder judiciario, não é admissivel uma tal lei, porque importa um ataque manifesto á independencia de um dos poderes politicos do estado, a este dogma consagrado na constituição do imperio. Se aquillo estabelecido em uma lei votada pela camara dos deputados e pelo senado, com sancção do executivo, seria uma verdadeira inconstitucionalidade, seria um ataque manifesto á independencia de um dos poderes politicos do estado, como por uma simples decisão da camara dos deputados se poderia admittir que se estabelecesse este preceito, que imperiosamente determinasse ás autoridades judicarias o innovar actos de sua attribuição? (Apoiados.)

Sr. presidente, do que tenho exposto se conclue que ainda votando-se pelo parecer da commissão, quem assegura que a autoridade respectiva estaria por esta decisão? E se não estivesse, o que suppõe a illustre commissão que teria lugar? Por ventura poderia sustentar que esta autoridade judicaria faltou ao cumprimento de uma lei, ao preceito legitimo, que a obrigasse a dar tal ou qual decisão? Senhores, faço justiça ás intenções da illustre commissão; reconheço mesmo que ella tem razão, que as formulas prescriptas pelas nossas leis não foram observadas neste processo.

O SR. CRUZ MACHADO:—Apoiado.

O SR. SAYÃO LOBATO:—Mas seguramente nem por isto entendo que jamais possa ser admittida a proposta feita pela illustre commissão, porque se hoje com fundamento fosse admittida, porque subsistem razões valiosas, amanhã teriamos uma proposta feita a respeito de outro processo, a que não assistissem as mesmas razões; bem se vê que assim o poder judiciario ficava como uma entidade toda passiva, toda ás ordens das imposições do corpo legislativo.

Senhores, como é possível mesmo que esta proposta possa ser devida e convenientemente deliberada pelos honrados membros da camara? Eu faço justiça á intelligencia, bom senso e patriotismo de todos os nobres membros; mas o que é fóra de duvida é que muitos não têm as precisas habilitações para conscienciosamente avallarem as questões de formulas juridicas; como já disse, se entre nós houvesse o estylo que ha na camara dos lordes de Inglaterra, onde em taes materias somente votão os legistas, eu poderia admittir que ao menos conscienciosamente pudesse ser votada a emenda proposta; mas devendo todos os Srs. deputados concorrer com o seu voto para a decisão desta materia dos quaes mesmo não se pôde prescindir, porque não haveria o numero necessario para a camara funcionar se elles espontaneamente se retirassem do salão, como é possível esperar-se uma conscienciosa decisão nesta materia, sendo toda ella de formulas

juridicas? Eu faço justiça á sabedoria da illustre commissão, sei que ella é para inspirar tal fé mesmo áquelles que não forem profissionais neste assumpto, que elles terão um motivo bastante para com repouso de consciencia adoptarem o parecer da commissão; mas seguramente isto não é admissivel em negocio desta ordem; bem se vê que a fé a mais robusta não serve, que é mister mesmo, para que o publico acate a decisão da camara, que ella seja dada por modo a inspirar plena confiança, por modo a convencer que ha toda a competencia nos juizes que proferirão esta sentença para ser ella acatada e respeitada pelo publico.

Sr. presidente, em nossa organização judicaria os tribunaes superiores são os competentes para reverem e corrigirem os actos praticados pelas autoridades subalternas; seguramente, um tribunal superior, por mais qualificado que seja, mesmo o supremo tribunal de justiça, é um tribunal todo responsavel; sobre cada um dos ministros pesa uma alta responsabilidade pelos seus proprios feitos, e nisto repousa a maior garantia para a boa administração da justiça. Na camara dos Srs. deputados por ventura existe esta responsabilidade tão necessaria, que deve tanto acompanhar ao julgador como a sombra ao corpo? A irresponsabilidade de cada um dos deputados, consagrada na constituição, é tão necessaria como indispensavel para que a camara pudesse dignamente funcionar e fazer as leis, seguramente tem seu assento proprio na conveniencia e na necessidade de todas as opiniões deverem ser emitidas com a maior liberdade; mas, quando se trata de applicar leis decretadas, quando se trata de trazer á execução medidas prescriptas, normas fixas, seguramente é necessaria uma responsabilidade muito restricta, é necessario que o julgador esteja atado por tal modo ao exactissimo cumprimento dessas normas que não posso, ainda levado pelas razões mais proprias a impressionar o animo o mais independente, prescindir dellas. Uma camara como a dos deputados, filha da opinião do momento, em que o entusiasmo pôde prevalecer, em que não havendo normas fixas, não havendo preceito restrictamente regulador, sendo aquillo que cada um julga por mais conveniente na occasião, seguramente jamais pôde ser a corporação mais competente para preferir decisões de semelhante ordem. Concluo, Sr. presidente, que por todos os principios que se achão consignados na constituição do imperio, e pelos dictames do simples bom senso, é inadmissivel que a camara dos deputados por esse modo invada as attribuições muito especiaes, muito exclusivas do poder judiciario, que por este modo vá proferir uma verdadeira sentença, julgando sobre a regularidade ou irregularidade das formulas neste processo. Não nos cabe ventilar ou decidir senão a questão, se por ventura deve ir ávante o processo, ou não. A nobre commissão fez justiça quando se enunciou tão categoricamente sobre o merecimento deste processo; não é elle seguramente um processo competente bastante para pôr clara a responsabilidade do illustre deputado nelle compromettido. A este respeito não accrescentarei cousa alguma ao que está escripto no parecer da illustre commissão; portanto, concluirei dizendo que, coherente com os precedentes da casa, a decisão da camara deve ser que não pôde ir por diante o processo. E não pôde mesmo ir por diante o processo, porque, passando a consideral-o em todas as suas partes, em todas as suas relações, sem duvida nenhuma se eu fosse chamado para declarar qual era a autoridade, a quem cabia maior responsabilidade nesse acto irregular e escandaloso de se conservar um individuo preso por mais de um anno sem culpa formada, eu diria que de nenhum modo reco-

nhecia que ao Sr. Paula Fonseca cabe a maior responsabilidade de um tal acto; talvez que esse mesmo juiz de direito, autor do processo, fosse quem mais merecesse as censuras de um semelhante procedimento. Por ventura, durante esse anno inteiro que jazeu em uma masmorra um cidadão sem culpa formada, não existio na comarca esse juiz de direito, e pelo regimento de seu cargo não era obrigado a conceder muito antes a soltura do réo por via de *habeas corpus*, mesmo ex-officio, independente de requerimento da parte; não abriu elle correcção; não considerou todos os processos, não viu quantos estavam em andamento na sua comarca e o que convinha prover sobre elles? Como juiz privativo da responsabilidade dos empregados da dentro della, não attendeu se os respectivos delegados de policia cumprião seus deveres? Promoveu elle como devia, pelo regimento de seu cargo, que a administração da justiça fosse distribuida regularmente? Me parece que todas estas questões vinhão muito ao caso e demonstrarião que o juiz de direito não cumprio o seu dever. Assim, por um conveniente exame deste negocio se veria talvez que o respectivo juiz de direito seria muito mais censuravel que o Sr. Paula Fonseca, que quando entrou para o cargo de delegado de policia, já encontrou este réo na masmorra ha muitos mezes; e bem se vê, a experiencia o demonstra, que quando se acha uma cousa em tal estado, a continuação deste estado é muito mais facil, é mesmo como que natural; a continuação de um abuso é explicavel, sem qua se o reffra ao animo deliberado, ao proposito manifestado da autoridade que já o encontrou arreigado. O anterior delegado de policia, que foi quem ordenou a reclusão desse réo na cadeia, desde logo devia ter entrado na organização do processo; a este cabe seguramente quasi a inteira responsabilidade desta acto.

Demais, Sr. presidente, eu devo notar que o prazo prescripto pela lei para a formação da culpa, não é fatal; a legislação reconhece que das certas circumstancias, póde-se demorar a formação da culpa, mas sei que *est modus in rebus*, e que não se póde conservar um homem por tão largo espaço na cadeia sem se lhe formar culpa; mas deve-se attender a circumstancias muito especiaes, deve-se attender á imputação que a este réo se fazia como autor de crimes atrozes, como um assassino muito qualificado, tendo sido preso em districtos differentes, tendo fugido da cadeia, tendo sido novamente preso, e jazendo na masmorra muito tempo antes que o Sr. Paula Fonseca entrasse em exercicio. Devo acrescentar que o Sr. Paula Fonseca, como homem que não era profissional no exercicio das funções da delegacia de policia, fez um grande sacrificio á causa publica de se onerar com um encargo tão pesado, que servio segundo comportavão as suas forças, mas é visto que não podia prescindir das funções ordinarias de sua profissão, que lhe era necessaria para obter meios de subsistencia; como medico, tinha de acudir ao chamado de muitos enfermos, e como substituto do juiz municipal e de orphãos, versador da camara municipal, tinha elle de exercer outras muitas e difficeis funções. Se todos estes afazeres não o poem a salvo inteiramente de alguma censura, todavia explicão que seguramente a falta de prompta instrução deste processo não proveio do animo deliberado de recalar na prisão esse réo (*apoiados*), que mesmo sendo de sua natureza um individuo miseravel, era indiguo até de inspirar essa odiosidade que se empresta ao Sr. Paula Fonseca. (*Apoiados*.) Mas, Sr. presidente, isto que acabo em resumo de expôr não é só o que me leva a pugnar para que se remetta a um perpetuo silencio este processo. Eu entendo com a illustre commissão que elle se

acha irregularmente instruido, entendendo que elle não contém materia que ponha a limpo a responsabilidade que deve ser feita ao Sr. Paula Fonseca; entendo que não ha motivo algum esclarecido, comprovado satisfactoriamente para se reconhecer a criminalidade do Sr. Paula Fonseca; portanto, sou consequente, julgando que não deve continuar o processo. (*Apoiados, muito bem, muito bem.*)

O Sr. Victor de Oliveira: — Duas questões, Sr. presidente, e ambas importantes, offerece a materia do parecer que se discute: uma é a questão de direito publico sobre o tempo em que o deputado eleito começa a gozar do privilegio constitucional; a outra, é a questão meramente juridica a respeito do modo de fazer a camara uso do seu direito ou privilegio de pronunciar-se sobre a formação da culpa de qualquer de seus membros. A camara terá a bondade de ouvir-me, por alguns momentos, a respeito da primeira questão, porque tendo um distincto membro da commissão se afastado do modo de pensar da maioria, dando um voto em separado, não se dignou de desenvolver a materia, nem de mostrar em que consistia o erro de seus collegas, o que poderia descontentar-os, fazendo-lhes crer que sua opinião era intuitivamente má e inadmissivel: aqui está o voto em separado. (*Lá.*) Nelle apenas se limitou a dizer o nobre membro que não concordava com os seus collegas da commissão quanto á solução dada á questão constitucional. Da mesma forma o nobre deputado que hoje pedio a palavra para combater o parecer, declarou que elle abraçava a opinião do membro divergente da commissão; entretanto disse que não aprofundava esta questão, fazendo assim como que uma offensa aos dous membros da commissão, que redigirão o parecer, porque poder-se-hia entender dessa designação do debate que nem o objecto era questionavel, que os dous membros da commissão não mereciam mesmo ser combatidos, quando parecia que elles erão ao menos dignos de um esclarecimento; se elles estavam ou estão em erro, o que póde acontecer, justo era que o nobre deputado, que teve a franqueza de declarar que compartia a opinião do membro divergente da commissão, não dissesse que deixava de aprofundar-a; pelo contrario devia mostrar as razões em que se fundava para dar a preferença ao voto discrepante. Como esta opinião não foi desenvolvida, justo é que eu mostre a necessidade desse desenvolvimento, produzindo os fundamentos do parecer da commissão, e fazendo ver que sua improcedencia carece de ser demonstrada, desenvolvendo-se a opinião contraria que se diz triumphante. São estes os dous motivos que me obrigão a cansar a paciencia da camara por alguns momentos, unicamente para fazer sentir que nós não tratamos deste negocio sem alguma reflexão, e que não denis tão pouca importancia á nossa missão, que, conhecendo que a materia era controversa, como o confessámos no parecer, não expendessemos os motivos por que preferiamos uma e não outra opinião.

Vou, portanto, Sr. presidente, apresentar á casa os diversos fundamentos da opinião que exarei no parecer, e que foi abraçada pelo meu illustre amigo e collega da commissão, que subcreveu o mesmo parecer. O primeiro fundamento vou buscar na organização constitucional da camara; socorro-me mesmo daquellas theorias que aprendi quando estudei as sciencias juridicas e sociaes em uma das academias do imperio. E sabido, dizem os publicistas, que um dos direitos que tem a camara dos deputados, é sem duvida a sua organização como corpo legislativo, isto é, a sua organização constitucional. Entre os direitos que ella exerce constituindo-se, achão-se os da

verificação dos poderes de seus membros, os da confecção do seu regimento, os da eleição do presidente, vice-presidente, etc.; exercendo estes direitos, a camara trata da sua organização como corpo legislativo. Sendo isto assim vamos ver o que estabeleceu o nosso direito publico constitucional positivo no artigo, creio que 21. Diz o art. 21 (12): « A nomeação dos respectivos presidentes, vice-presidentes e secretarios das camaras, verificação dos poderes dos seus membros, juramento e sua policia interior, se executarão na forma dos seus regimentos. »

O legislador constituinte obedeceu a estes principios comestinhos da sciencia, reconheceu que devia considerar como disposição constitucional a faculdade da camara constituir-se, organizar-se, de conformidade com a lei; na applicação pratica deste pensamento, desta theoria, elle disse: « A camara reconhecerá os poderes de seus membros. » Parece-me que se em me limitasse a este argumento, já poderia dizer com alguma segurança que o individuo eleito deputado não pôde gozar dos privilegios deste cargo senão depois que a camara exerce o seu direito de constituir-se, de organisarse, reconhecendo os poderes dos seus membros. Antes disto elles não podem ser reconhecidos como verdadeiros mandatarios do povo; elles não têm direito a se fazer respeitar por autoridade alguma, como representantes da nação brasileira; é somente o presidente da camara quem, na forma do regimento interno desta casa, de accordo com a constituição, os ha de proclamar deputados, e fazê-los como taes reconhecer pelo paiz inteiro.

Sr. presidente, o que dispõe a nossa constituição a este respeito, prescripto se acha, como bellamente o sabem os nobres deputados, em outras constituições da paizes regidos pelo mesmo systema; e eu, quando trato de invocar algum exemplo em tais materias, tenho muito cuidado em ir pedir o somente a alguma nação, cujas instituições não possam ser taxadas de pouco deferentes para com o elemento democratico; assim oreio que farei uma boa citação lembrando a constituição da república franceza. Ah! os nobres deputados encontram nesta parte o mesmo espirito das disposições da constituição brasileira; isto é, que o deputado, que o representante da nação não goza de seus verdadeiros privilegios, senão quando a camara está organizada; e em seguida mostrarei o que alli se observa sobre a prisão dos deputados, lembrarei o que se pratica na Inglaterra, e notarei a especialidade do motivo de certas excepções; mas antes disso, continuo a deduzir de nossas proprias leis argumentos de muito peso, que protegem minha opinião. Vejamos, Sr. presidente, o que diz a lei de 19 de Agosto de 1846 sobre o processo eleitoral, no art. 76. (Lá.) O que prova isto? Prova que o deputado eleito não tem direito ao privilegio que a constituição só dá ao representante da nação depois de organizada a camara, é reconhecido elle por esta como tal, porque senão o legislador teria providenciado de modo que a eleição não pudesse trazer este perigo: Faculta-se ao eleitor votar em quem quizer, embora o eleito não tenha as condições necessarias, embora não esteja elle no gozo de seus direitos politicos; mas se o eleito nestas circumstancias vem á camara, é repellido pela commissão de poderes, que declara que é illegal a eleição, e a camara assim o julga, visto que essa lei diz muito expressamente que as condições de idoneidade só hão de ser afinal reconhecidas por quem verificar os poderes.

Por consequencia, já se vê que toda a legislação está conforme com o espirito da constituição do imperio em reconhecer que o deputado só pôde gozar dos privilegios inherentes ao seu cargo quando é proclamado tal pela camara, depois dos trabalhos da commissão de poderes e

da votação indispensavel sobre a validade da eleição. Aqui estão os artigos do regimento, que são bem explicitos (Lá): « Art. 7.º Os deputados presentes decidirão, precedendo discussão da validade das eleições, por meio de votação. » « Art. 8.º A proporção que se fór votando, o presidente declarará deputados aquelles cujos poderes se tiverem julgado legalmente conferidos, e um dos secretarios fará a lista dos approvados. »

O processo eleitoral, pois, não tem o seu ultimo complemento senão quando os poderes dos eleitos são apresentados á casa, reconhecidos e approvados pela camara; dahi é que data o direito ao effectivo gozo do privilegio de deputado. Para conhecermos que enquanto a camara não approva os poderes de seus membros elles não podem ser deputados, basta ver que nós podemos, como em algumas occasiões se tem feito, rejeitar diplomas trazidos á camara, e declarar nullas as eleições que os motivarão. Se nós podemos reprovar, se podemos dizer a um mandatario do povo que se apresenta com um titulo pouco legal por vicios na eleição: « Retirai-vos, porque não fostes bem eleito, » segue-se que este acto do reconhecimento de poderes tem uma força muito consideravel, é uma diligencia necessaria para completar o processo da eleição. Como que este processo não é de todo acabado, antes está sujeito a ser inutilisado enquanto nós não verificamos os poderes do eleito. Se vemos isto na camara dos deputados, muito mais sensivelmente o observamos na camara dos senadores; e disto temos exemplos bem recentes. Apesar de ser o senador eleito pelo povo, da sua eleição ter soffrido um exame acurado no conselho de estado, e de ter elle sido escolhido pelo imperador, depois de todos estes tramites, chegando ao senado é repellido, porque na verificação dos poderes se reconheceu que a eleição tinha sido mal feita. Eis que a decisão do senado vale, nesse resultado, mais do que a eleição do povo, do que a escolha do monarcha, apesar de ter essa eleição passado por todos estes tramites, por que aliás não passa a escolha de deputado, visto como, quanto a esta, é somente na camara que se examina a legalidade da eleição, que se verifica se se guardarão as formulas, se o eleito estava nas circumstancias de ser votado, etc. Entretanto, na nomeação do senador, apesar de já ter a eleição passado pelo oryso do exame no conselho de estado e no ministerio, apesar da escolha do monarcha, o senado, usando de suas attribuições, diz: « Vós não sois senador. » Oreio que me não será necessario citar o facto ultimo da eleição de Pernambuco: mas cito-o todavia porque quero mesmo fazer a apologia do senado brasileiro, que não se pôde deixar de reconhecer que nestes ultimos tempos tem sido o nosso anjo tutelar (muitos apontados); nesta questão da eleição dos senadores de Pernambuco, o senado brasileiro fez á nação um serviço importantissimo, que passará á posteridade cercado de nossa gratidão, serviço que recorda aquelle que prestou a camara dos pares da Inglaterra, no reinado celebre da rainha Anna, salvando a liberdade do povo que a camara dos commons queria comprometter com o despotismo que pretendia exercer sobre a eleição dos seus membros. E quem dirá que a attribuição de que usou o senado brasileiro não prova que, sem reconhecimento de poderes, não ha privilegio?

O SR. PRESIDENTE:— Eu peço ao nobre deputado que não...

O SR. VICTOR DE OLIVEIRA:—Se eu não posso, para mostrar quanto é efficaz a verificação dos poderes pela camara, citar um ou outro exemplo dessa efficacia já experimentada, então não sei discutir. Eu quero mostrar que tanto é impor-

tante o acto da verificação dos poderes, que nós já vimos dous senadores repellidos do senado, apesar de terem sido eleitos pelo povo e escolhidos pelo monarcha. Eu não poderei servir-me de um exemplo...

O SR. PRESIDENTE: — Exemplo, sim; mas fazer a apologia deste acto, demorar-se nella, é o que...

O SR. VICTOR DE OLIVEIRA: — Recordo-me agora V. Ex. a expressão do Sr. Dupin ainé, presidente da assembleia nacional franceza, quando uma vez, chamando á ordem a montanha, disse: « Já hoje não se pôde fazer a apologia do que ha de mais sério e respeitável neste mundo, sem que appareção logo reclamações. » Eu tambem quasi que podia agora dizer isto.

O SR. PRESIDENTE: — Eu não digo que o nobre deputado não possa fazer em occasião opportuna....

O SR. VICTOR DE OLIVEIRA: — Eu quero apenas provar que nós, exercendo este poder, annullamos uma má eleição e faremos mesmo um bom serviço ás liberdades publicas; por isto trago este exemplo. Aquelles que se inclinarem á minha opinião fiquem certos de que seguem na duvida a opinião mais accommodada a lisongear e favorecer o elemento democratico. Não tenho receio de que se diga que eu tomei o arbitrio menos benigno; julguei ouvir o nobre deputado dizer que, por ser o caso de duvida, segue a opinião mais benigna; e isto é um engano seu, porque, tratando-se de um privilegio, não segue a opinião mais benigna aquelle que o quer ampliar, e sim aquelle que o quer restringir, visto que o privilegio, sendo uma excepção, uma limitação da regra geral, só determinada por interesse publico, elle perde de certo esse caracter, e degenera em uma excepção odiosa em favor da pessoa, e não do cargo, quando se lhe dá a ampliação que quer o nobre deputado.

Sr. presidente, lembro-me de que na França, pela lei de 14 de Dezembro de 1814, podendo o rei dar cartas de grande naturalisação ao estrangeiro naturalizado que tivesse prestado serviços relevantes, e sendo então esse estrangeiro elegivel, a camara conhecia até do acto do rei. Acontecia que taes estrangeiros que tinham obtido, além da sua naturalisação, cartas de grande naturalisação, eram eleitos deputados, vinham seus diplomas á camara, e ella entrava no conhecimento, não só da regularidade da eleição, como tambem da regularidade da concessão da carta de grande naturalisação; examinava não só se esses homens tinham sido bem eleitos, sendo tambem examinava os serviços relevantes que haviam dado lugar a que o rei pudesse tornal-os elegiveis. Então, senhores, ao tem este alcance o acto da verificação dos poderes, como queremos que o privilegio do deputado data da eleição, e não do acto da verificação dos poderes? Se nós podemos reprovar a eleição de um deputado, se podemos dizer: « O vosso diploma não está em regra, vós não sois representante da nação, » como havemos de dizer que o deputado antes da verificação dos poderes já gozava de todos os seus privilegios?

Sr. presidente, eu encontro ainda outro argumento na natureza deste mandato popular. Os deputados brasileiros são representantes da nação, apesar de eleitos por uma ou por outra provincia; não se dá entre nós o que se dava na França no tempo dos estados geraes a respeito dos diplomas das tres ordens, nem o que se dava nas provincias unidas. Entre nós os deputados são representantes da nação; basta ver o que dispõe o art. 11 da constituição do imperio. A constituição franceza ainda é mais positiva; ella diz: « Os membros da assembleia nacional não

representão o departamento que os nomêa, mas sim a França inteira. » Da mesma forma na Inglaterra nunca se considerou um deputado representante do condado, da universidade ou cidade que o nomêa, mas sim da nação ingleza. E deste grande caracter decorre um ponderoso argumento a favor de minha opinião, como vou demonstrar, pois que a missão dos deputados não se prende a localidades, pois que elles são representantes da nação inteira, parece claro, senhores, que elles não podem ser considerados taes por toda a população senão quando um poder geral assim os tiver proclamado, e nunca apenas pelo acto puramente material da apuração dos votos por uma camara municipal, que nenhuma obediencia pôde impôr ás autoridades criminaes do imperio inteiro.

Consideremos que um deputado, residente no Rio de Janeiro, foi eleito pelo Pará, por Mattogrosso, ou por outra qualquer provincia, e que antes de começada a legislatura e de reconhecidos os seus poderes, commette elle um crime; como poderá esse eleito estorvar a seu respeito a acção da justiça apresentando um simples diploma conferido pela camara municipal da capital da provincia que o elegau, sem ser declarado representante da nação por um poder geral, e mediante um acto que seja obedecido em todo o imperio, como é certamente o acto do presidente desta camara quando proclama um deputado? Um quiz criminal que visse esse homem apresentar um diploma da camara da capital, por exemplo, de Matt-Grosso, não tinha direito de entrar no conhecimento de sua legalidade; e o que aconteceria era nada menos do que poder vir a gozar do privilegio um homem que não fosse deputado, com perigo dos direitos da communhão brasileira, e em menoscabo do dogma da igualdade da lei, que aliás soffre sómente a excepção do privilegio concedido ao verdadeiro e não ao falso representante da nação. Eu não trino pois contra as nossas garantias, não cerceio nossos direitos; antes muito os aprecio e zelo, porque não quero que o privilegio se confira senão aquelle que representa a nação, daquelle que como tal é reconhecido, e ninguém o é senão quando o poder competente, quando a camara dos deputados diz: — vós sois deputado; antes, só ha a apuração de votos.

O SR. SÁXO LOBATO: — Não apoiado.

O SR. VICTOR DE OLIVEIRA: — Talvez esteja eu enganado, por isso declarei logo no parecer que a materia era controversa; estou fallando mesmo pelo desejo de instruir-me; estou prompto, se for convencido, a ceder de minha opinião, para o que tenho alguma docilidade; mas infelizmente vejo que as razões que se têm apresentadas em opposição ao parecer recuam ao ponto donde partirão — a necessidade da demonstração — emquanto que as da defesa avançam no espirito até onde aquellas não chegam, isto é, ao ponto de estabelecer uma perfeita convicção. Nem são estas sómente as ponderações que tem de fazer a commissão; outros argumentos chamarei ainda ao serviço de minha opinião.

Sr. presidente, a experiencia daquillo que se observa nas eleições do Brazil creio que autorisa a pensar ou a se poder dizer que não é muito impossivel que se possam apresentar aqui duas turmas de deputados por uma provincia....

O SR. TAQUES: — Apoiado; já houve.

O SR. VICTOR DE OLIVEIRA: — Já houve, diz o nobre deputado; portanto não é só uma supposição minha, é uma realidade attestada pelo honrado membro. E então o que se seguiria de tal occorrença? Seguir-se-hia gozarem os suppostos deputados de ambas essas turmas do privilegio constitucional antes da verificação dos

poderes; e poder-se-hia acaso admittir semelhante anomalia, que redundaria em um completo barateamento do privilegio, que aliás se deve entender nos mais restrictos termos, por isso que é uma limitação da lei geral? Supponhamos que a provincia de Minas, que dá 20 deputados, se achava na hypothese por mim figurada, e que diz o honrado membro pela minha provincia já foi realisada; como não se veria o poder judiciario embaraçado, e sem se saber decidir, a prevalecer a opinião dos nobres deputados?

O SR. SAYÃO LOBATO:—Com abusos, e note-se que não admitto a hypothese.

O SR. CRUZ MACHADO:—E os eleitores?

O SR. VICTOR DE OLIVEIRA:—Eu responderei desde já, e creio que com vantagem, a esta pergunta do honrado membro. Sr. presidente a lei de eleições de 19 de Agosto de 1846, diz, no art. 64, que ficam suspensos por espaço de 40 dias, contados da nomeação dos eleitores, os processos em que elles figurarem, se assim o requererem; e o nobre deputado poder-me-ha dizer: « eis-ahi, a lei reconhece o eleitor no gozo dessa vantagem desde o momento da eleição: » porém, o nobre deputado ha de ver, no art. 71, que o eleitor, apesar de quaesquer vícios que haja em sua eleição, não é inhibido de votar; o collegio eleitoral o que faz é tomar em separado o seu voto, mas elle vota; e esta differença, que já offende a pretendida paridade, é seguida ainda de uma designação de tempo, e até de um mero allivio transitorio, de que o eleitor pôde ou não aproveitar-se; enquanto que na eleição dos deputados, que pôle até ser feita muito antes do tempo em que venha a camara eleita a verificar os poderes, dar-se-hia um favor indefinido e exposto ao perigo de proteger o falso mandatario do povo.

Se nós olharmos para a organização do poder legislativo de alguns outros povos, vemos confirmada a opinião de que o privilegio do deputado é apenas ligado ao cargo, no interesse das funcções legislativas, sem as antecipações pretendidas pelos honrados membros; e lembrei de passagem uma disposição da propria constituição da republica franceza, que não barata o privilegio: alli o deputado não pôde ser preso sendo por ordem de sua camara, salvo no caso de flagrante delicto; quando entre nós elle só pôde ser preso sem ordem da camara, em flagrante delicto de pena capital; e isto bem prova o que ha pouco eu disse, que não é a intelligencia mais benigna a que amplia o privilegio; nem se pôde sustentar que seja menos politico, menos constitucional, menos liberal o restringir este privilegio; porque a constituição franceza o restringe por esta maneira. Na Inglaterra, o deputado pôde ser preso por um juiz de paz, tendo commettido qualquer crime publico; e o proprio par tambem o pôde ser até que dê uma caução. Ha sim em ambos esses paizes um favor dado ao representante da nação, quanto á prisão por divida: a razão é especial, e eu a lembrarei; mas ha sempre uma limitação do tempo para esse mesmo favor. Na França, seis semanas antes e seis semanas depois da sessão, o deputado não pôde ser preso por dividas....

O SR. CRUZ MACHADO:—Seis semanas antes.

O SR. VICTOR DE OLIVEIRA:—Sim, seis semanas antes, e seis semanas depois; e na Inglaterra quarenta dias antes e quarenta dias depois da sessão tambem o deputado não pôde ser preso por divida, porque, como sabem os nobres deputados, ainda na Inglaterra se pôde ir á cadeia por obrigações civis, o que não é muito para admirar, visto que esses paiz (frontalmente) ainda está dando os primeiros passos no caminho da civilisação; ainda lá não chegarão os

progressos liberaes que podem imprimir em suas leis e em seus costumes essas bellas e elegantes formas que assignalão as leis deste instruido, moralisado e liberalissimo povo brasileiro. (Não apoiados.) Notem porém os honrados membros o motivo dessa disposição só relativa a actos civis; esse favor que lá se dá aos deputados não offende de forma alguma a sociedade inteira; porque o direito que goza o inglez de levar seu devedor á cadeia é um direito civil e individual, assim como o é nos urais paizes onde igual legislação se observa: a sociedade pois não soffre em que o deputado que é devedor não seja constrangido a pagar ao seu credor, mediante o constrangimento corporal, dentro de um curto espaço de tempo antes e depois da sessão, e durante estas, uma vez que dahi resulta um beneficio para o desempenho das funcções legislativas: dá-se apenas uma restricção dos direitos do credor; o mesmo porém não acontece na parte criminal; antes e depois da sessão o deputado pôde ser preso sem ordem da camara por qualquer crime publico. Sr. presidente o privilegio, que é uma excepção á regra geral, deve acabar justamente onde termina a necessidade dessa garantia para os trabalhos legislativos, o onde começa o perigo da offensa á causa geral (apoiados): não creio pois que é favoravel á causa da liberdade aquelle que deseja entender o privilegio: eu, pelo contrario, estou sustentando nesta questão a opinião mais liberal.

O SR. CRUZ MACHADO:—Não apoiado.

O SR. VICTOR DE OLIVEIRA:—Eu creio que tenho apresentado algumas reflexões que justificão o pensar da commissão: serão ellas fracas, mas não serão tanto que autorisem a considerar-se inepto o parecer: antes de assignal-o pesai as razões que se podião dar pró e contra, e acceitai aquellas que me parecerão mais fortes, mais convenientes.

Mas, acceitando por momentos a opinião do nobre deputado, de que o privilegio deve começar desde o instante em que o deputado é eleito, pergunto eu, qual o periodo da eleição em que deve começar a ser respeitado esse privilegio? Será quando o eleito recebe o diploma? Não, dirá elle; porque já existe a apuração que o declara deputado.

O SR. SAYÃO LOBATO:—Acabada a apuração geral.

O SR. VICTOR DE OLIVEIRA:—Quer desse momento? Pois bem! dirá o eleito: « Se é deputado aquelle que teve a pluralidade de votos na provincia, aqui tendes uma certidão das actas parciais remettidas ao presidente, e por ella se vê que eu sou deputado. » E com effeito, argumentará bom, porque os honrados membros presoludem da verificação dos poderes para darem o privilegio ao deputado eleito: de sorte que, realmente, mostrando o reclamante que pela votação da totalidade dos collegios elle é deputado, já não se lhe pôde recusar o privilegio, embora não haja ainda diploma, nem se tenha feito pela camara da capital a apuração geral dos votos.

O SR. SAYÃO LOBATO dá um aparte que não ouvimos.

O SR. VICTOR DE OLIVEIRA:—Então vejão em que ficão; então vejão qual é o periodo da eleição em que deva começar o privilegio dos deputados; e quando os honrados membros se uniformisarem a este respeito tratarei de respondê-lhes. Entretanto vou ainda deduzindo novos argumentos a favor do parecer; e supponho que posso bem ajudar-me da letra e do espirito do art. 47 da constituição, que dá ao senado a attribuição de conhecer dos delictos dos deputados durante o periodo da legislatura: combinado este artigo da constituição com o art. 27, que diz que nenhum deputado ou senador durante a sua deputação pôde ser preso por autoridade alguma, pergunto

eu, não encaro os nobres deputados uma grande dificuldade que terá lugar a prevalecer a sua opinião? Supponhamos que no quarto anno da legislatura, estando já eleita a deputação da vindoura, um deputado desta commette um crime e invoca o seu privilegio, ao mesmo tempo que todos aquelles da outra legislatura, que talvez mesmo estejam funcionando, por ter sido a sessão prorogada, podem dizer—somos nós por ora os deputados;—aqui temos pois que o senado terá de julgar duas turmas de deputados por uma mesma provincia, aqui temos portanto duas deputações de uma mesma provincia gozando ao mesmo tempo do mesmo privilegio! Estará isto no espirito ou na letra da constituição? Será admissivel na intelligencia da lei que acarreta tantas difficuldades e aberrações?

Sr. presidente, vamos ainda a um argumento que acho de utilidade, porque dou muito peso a exemplos e precedentes; se são conformes com o meu modo de pensar, se achão assento na minha intelligencia, se enfim me convencem, pôr seus fundamentos, de que minha primeira opinião era erronea, o precedente por si só não tem força alguma; se quem o invoca não pôde sustentá-lo, ainda que eu respeite muito o autor de uma doutrina, de uma pratica, ou de uma decisão qualquer, todavia sujeito essa decisão, essa pratica á minha intelligencia, e só quando nella acho assento é que a aceito e invoco com segurança. Disse o nobre deputado que tinha em seu favor os estylos da camara, e eu lhe peço que haja de citar quaes os precedentes a que se refere...

O Sr. SAYÃO LOBATO:—Não argumentei com precedentes; tratei da questão principal.

O Sr. VICTOR DE OLIVEIRA:—O nobre deputado supponho que chamou em seu favor os estylos da casa, e alguém me asseverou que os havia; mas eu, pedindo todos esses papéis que me dizião haver na secretaria, não vi caso algum analogo; só encontrei um que aliás fornece argumento em nosso favor. Em 1835, sendo pronunciado o Sr. deputado Cordeiro por abuso de liberdade de imprensa (note-se bem a especialidade do caso), e vindo o processo á camara, foi remetido á commissão, composta dos Srs. Carneiro Leão, Araújo Vianna e Luiz Cavalcanti (julgo que, escudando-me na opinião destes tres senhores, não me esquivo mal); e o que fez a commissão? Como o deputado pronunciado lhe offerecesse em particular um documento pelo qual se via que elle não era o verdadeiro responsavel, unio esse documento ao processo, e disse em seu parecer, (Lê.)

O Sr. CRUZ MACHADO dá um aparte que não ouvimos.

O Sr. VICTOR DE OLIVEIRA:—Eu não sei se o Sr. Cordeiro já estava ou não reconhecido deputado; quero provar que não se produz do lado contrario um só desses exemplos que se allegavão, ao passo que eu exhibo este parecer, do qual me aproveito para mostrar que não é novo o pensar-se que um processo, vindo á camara, deve voltar ao juizo donde veio para quaesquer diligencias precisas, e só por fallar em precedentes antecipei esta citação, de que logo farei melhor uso, quando me occupar da questão juridica.

Agora, Sr. presidente, perguntarei eu se é ou não certo que o supremo tribunal de justiça chamou á sua barra, ouviu e julgou ao Sr. Joaquim Franco de Sá, senador eleito pelo Maranhão, e não sei se já escolhido pelo monarcha? Eis um precedente todo favoravel á opinião da maioria da commissão, será ou não certo que o senado nenhuma censura fez a esse acto, nenhuma medida tomou a semelhante respeito que houvesse de estabelecer uma regra fixa em contrario? E' facto publico e notorio que o supremo tribunal de justiça julgou

o Sr. Franco de Sá, embora estivesse eleito pelo povo, embora estivesse escolhido pela corda; e devo crer que julgou muito bem, porque o senado nada fez para reprovar, ou para evitar que um tal acto fosse repetido: invoco pois a opinião daquelles projectos juriscônsultos, bem como a do senado brasileiro, em favor dos principios que sustentam. Não sei se alguma cousa se pôde dizer mais sobre este ponto. Se algum argumento me escapou, a meu lado está o meu nobre amigo, distincto parlamentar, que comigo assignou o parecer, e que ha de satisfazer completamente aos honrados membros a quem tiver de responder.

Vou á segunda parte, que é a questão juridica, relativa ao modo por que deve a camara funcionar quando tiver de fazer uso desse direito que tem de interpor o seu juizo acerca da procedencia de uma pronuncia acerca da formação da culpa feita a um dos seus membros.

Sr. presidente, eu creio que attendendo-se á natureza, ao caracter desse privilegio, que foi conferido á camara pela constituição, não se ha de deixar de reconhecer que ella, comquanto se posso guiar tambem por considerações politicas, como pretendeu o nobre deputado que combateu o parecer, todavia não pôde deixar de obedecer ás leis do paiz, ás regras escriptas na legislação sobre o modo de julgar; do contrario, dir-se-hia que a camara tomando conhecimento de um caso especial procedia só como corpo legislativo, e levava a tal excesso esse privilegio que o fazia redundar em uma oppressão do povo, em uma transgressão das liberdades publicas, cujas defensores se exaltarião contra o odio de deusa arbitrio. Por outro lado, é claro que o que quiz o legislador constituinte não foi senão garantir, é verdade, o exercicio das funções legislativas, evitando um julgamento precipitado, ou de qualquer modo nocivo ao poder legislativo, mas garantir tambem os direitos de todo o cidadão, dizendo: « Não receeis parcialidades e injustiças nesse privilegio, porque os deputados hão de julgar seus pares com os olhos em Deus e na lei, como o faria qualquer outro juiz recto e imparcial; não hão de legislar para casos especiaes; isso seria uma licciorencia, uma arbitrariedade, que traria uma offensa aos principios da constituição quando á independencia e harmonia dos poderes do estado. » Não, o povo pôde ter a certeza de que a camara dos deputados, quando tiver de conhecer de um processo feito contra algum dos seus membros ha de se collocar na posição elevada em que a constituição a collocou, ha de proceder com justiça, ha de zelar sua propria dignidade, condemnando o acto daquella que se tiver tornado réo, e que dever ser punido. Existe pois toda a segurança para a sociedade, toda a garantia para a causa publica: não pôde haver esse receio, de que o povo talvez se deixasse tomar, presumindo da parte da camara favor o patrocínio aos seus membros, um prejuizo do interesse geral, do desagravo da justiça e da igualdade da lei. Quererá alguém, que julgando um facto criminoso praticado por um deputado, pos-amos nós legislar para esse facto, e prescindir das leis existentes? Não, de forma nenhuma; seria, isto uma tyrannia contra a qual bradaria o povo, a quem aliás não quiz a constituição offender com o privilegio que deu aos seus mandatarios.

Se pois, Sr. presidente, a camara ha de decidir com respeito e obediencia á legislação, o que é que se dá no caso que actualmente occupa a nossa attenção? E' que, logo que se submitta á camara um processo organissado por tal forma que nós não possamos decidir se o membro processado deve ou não ser pronunciado, o que nos cumpre dizer é:—Venha o processo em forma, e nós emitiremos um juizo seguro.—A dar-se a

opinião contraria, um juiz que quizesse proteger um membro da camara, depositario de uma autoridade qualquer, de uma delegação qualquer do poder, o que faria. Organizaria mal o processo, pronunciaria o deputado e quando viesse esse processo á camara, ella devia necessariamente dizer: — Não continue o processo! — e a consequencia era a impunidade do crime.

O Sr. SAYÃO LOBATO:—Podia dizer:—Continue o processo para se regularisar.

O Sr. VICTOR DE OLIVEIRA:—E' o que fez a commissão; ella diz:—vá o processo ao governo para o remetter ao juiz assim de que este proceda regularmente da conformidade do que foi julgado pela relação do districto.

Sr. presidente, eu gosto muito de argumentar com a constituição; por isso não tenho remedio senão cital-a muitas vezes. O art. 9º diz:

« A divisão e harmonia dos poderes politicos é o principio conservador dos direitos dos cidadãos, e o mais seguro meio de fazer effectivas as garantias que a constituição offerece. »

E este artigo combina ainda com o art. 98, que diz:

« O poder moderador é a chave de toda a organização politica, e é delegado privativamente ao imperador como chefe supremo da nação e seu primeiro representante, para que incessantemente vele sobre a manutenção da independencia, equilibrio e harmonia dos mais poderes politicos. »

Note o nobre deputado, é da letra e espirito da constituição que os poderes são independentes, que cada um deve proceder na esphera de suas attribuições e em harmonia com os outros; mas parece-me que o nobre deputado, que quiz aliás fazer crer que a commissão invadiu as attribuições do poder judiciario, é o mesmo que se aniquilla votando contra a conclusão do parecer. Elle vio que no processo ha um julgamento da relação do Rio de Janeiro, dizendo que a autoridade policial da cidade Diamantina deve ser processada por crime de responsabilidade, visto ter conservado um individuo preso além do prazo da lei; não se sustenta a conclusão do parecer; o que se segue? E' dizermos simplesmente: « Não continue o processo; não se indaga mais nada; fique o crime, se o houve, impune. » E não aniquillamos assim o julgamento da relação que sujeitou essa autoridade policial a um processo? Sem duvida. Nós não sabemos se a autoridade em questão deve ser pronunciada; o que não podemos porém negar é que deve ser processada.

Mas, se não podemos mandar que o processo venha em termos, então não podendo tambem confirmar uma pronuncia precipitada, porque o não devemos fazer, resultará que fica como se não fosse responsabilizado o delegado que o tribunal da relação mandou processar. A commissão não pensa assim: ella julga que a camara deve ter presente um processo regular para poder saber se o delegado foi ou não bem pronunciado. O que a commissão alcançou do exame do processo, e declarou no parecer, foi que houve da parte do Sr. Godoy notavel precipitação. Elle, recebendo da relação a portaria pela qual devia responsabilidade a autoridade policial, immediatamente a mandou autoar, até em vespuras de festa, e no outro dia pronunciou o honrado membro desta camara, incorrendo na incoherencia de não o haver sequer processado ex-officio quando tivera de decidir a questão do *habeas-corpus*, e entretanto pronunciar-o depois regulando-se unicamente pela resposta da autoridade policial que elle aliás tivera em vista naquella primeira questão. Se esta resposta por si só bastava para pronunciar a autoridade policial, devia tal-o feito o juiz de direito logo que forão á sua presença os autos da questão do *habeas-corpus*.—A relação mandou

processal-a, mas não disse nem podia dizer, que ella fosse logo pronunciada: e todavia o juiz a pronunciou bruscamente, sem mais diligencia alguma, e contentando-se com aquillo mesmo que elle já tinha visto e apreciado quando mandou soltar o preso, sem formar processo ao delegado. O juiz devia proceder regularmente, ouvindo testemunhas, se houvessem, e examinando pelo menos os autos de formação de culpa, que já havia contra o indiciado criminoso, segundo referira o delegado na resposta que dera sobre os motivos da prisão prolongada. Desse processo alguma luz podia partir, e devia o juiz dahi tirar as peças necessarias para basear a pronuncia. Mas, porque o juiz não fez nada disso, segue-se que não ha crime? Havemos de dizer que não se proceda contra uma autoridade, que pôde de facto, embora involuntariamente, ter commettido uma acção considerada criminosa pela lei, e que em todo o caso a relação mandou processar? Senhores, respeitamos as decisões do poder judiciario. Se houve um crime, o autor deve responder por elle, não podemos negar essa satisfação á justiça; e a tanto não se estendem as nossas attribuições, embora queiramos proceder mais como corpo politico do que como tribunal judiciario. Considere-se a camara como se quizer nesta questão, ella não pôde dizer:—Não se processe o magistrado que a autoridade competente, a relação mandou processar.—O pronunciamto da camara dos deputados a respeito da formação da culpa dos seus membros é sim uma garantia para estes, afim de que não soffrão uma accusação no senado, sem que o corpo a que elles pertencem, a camara dos deputados, declare que estão no caso de soffrel-a: mas tal direito da camara não pôde ter outro alcance. Nós fazemos neste caso, salvas as distincções, o que fazia o primeiro jury sobre a formação da culpa de qualquer individuo. Apesar da pronuncia, o primeiro jury dizia—procede ou não procede a pronuncia,—e em virtude desta decisão o réo era ou deixava de ser sujeito á accusação. Nós não podemos dizer senão se o membro da camara foi bem ou mal pronunciado; no primeiro caso procede a pronuncia, para soffrer elle a accusação no senado; no segundo não procede, por não haver crime, ou faltarem provas contra o pronunciado capazes de o sujeitar a uma accusação. Mas, se o processo está menos regularmente feito, não temos base para nenhuma destas duas decisões, o que nós cumpre fazer é determinar que venha o processo em ordem para decidirmos.

Nem isto, Sr. presidente, é assumir, como disse o nobre deputado, a posição de tribunal judiciario formando ou emendando processos. Não, porque nós não descemos a executar o que mandamos fazer; não formamos a culpa; não vamos reformar, ou rectificar o processo; mandamol-o sim: rectificar pelo juiz competente. E admira que o nobre deputado, jurisconsulto, estranhasse este procedimento da commissão, dizendo que isto não é da nossa competencia. Eu digo, e espero provar que é. (Ha um aparte.) Não é dar sentença, é dizer que para que a camara cumpra o preceito constitucional, de julgar ou não precedente uma pronuncia, deve-se apresentar um processo em regra, feito conforme ás leis, a que a camara obedece tanto como as autoridades judicarias. Se a camara reconhece que elle não foi feito conforme as leis, o que deve fazer senão mandal-o rectificar? Diz-se que a camara não pôde mandar que o poder judiciario proceda contra ninguem, ou que emende processos formados por esse poder. Ah! está o art. 163 do código do processo, que responde bem á objecção do nobre deputado; não preciso de lal-o. Os arts. 204 e 205 do nosso regimento interno tambem respondem satisfactoriamente ao nobre deputado.

O Sr. SAYÃO LOBATO: — A disposição desses artigos não tem applicação para este caso; referem-se a um caso especial.

O Sr. VICTOR DE OLIVEIRA: — Eu estou mostrando que, quer pela disposição do art. 153 do código do processo, quer pela doutrina dos arts. 204 e 205 do nosso regimento interno, se vê que em muitos casos temos direito de mandar processar membros desta casa; e se podemos mandar processar por uma simples petição do cidadão offendido, se o podemos também fazer nessa hypothese prevenida pelo regimento, como não o podemos fazer quando já este deputado foi sujeito a um processo pelo julgamento de um tribunal judiciário? E se esse processo não vem nos devidos termos, se não está organizado conforme as leis, se não temos base para uma decisão qualquer, como havemos de saber se procede ou não a pronuncia? Cabe agora a apreciação do precedente, a que ha pouco me soccorri, do parecer dado no anno de 1835 por tres distinctos juriconsultos sobre o processo feito a um deputado por crime de abuso de liberdade de imprensa. (Lê.) Eis a commissão entendendo que o processo voltasse para o juizo da formação da culpa, afim de se proceder alli a uma diligencia necessaria, para que a camara pudesse decidir se devia ou não subsistir a pronuncia do deputado; e isto, porque esse deputado ministrou camarariamente a mesma commissão um autographo de pessoa diversa, que o podia desonerar da responsabilidade. A tanto, é que eu não sei se chegaria; se á vista de tal documento particular daria este parecer....

O Sr. SAYÃO LOBATO: — Foi regeitado.

O Sr. VICTOR DE OLIVEIRA: — Mas é preciso saber a razão porque a camara o não approvou: peço ao nobre deputado que entre nesse exame, porque sem elle não se pôde saber se a camara se julgou incompetente para mandar voltar o processo ao juiz que o havia remetido. A camara, entretanto no conhecimento do facto, podia entender que não carecia da diligencia lembrada pela commissão, para julgar insubsistente o processo; e por esta razão podia muito bem rejeitar o parecer, e decidir que não continuasse o processo; com o que estava tudo acabado.

Mas esta decisão da camara, se assim foi, não destrói o precedente que invoco de um parecer assignado por tres homens respeitaveis. Ninguém nega os conhecimentos juridicos do Sr. conselheiro Honório Hermeto Carneiro Leão, e dos outros dous senhores, que se vêm assignados neste papel. Acompanhado assim em meu erro, não me será muito desaloso errar. E o parecer foi mui longe; porque a commissão aceitou um documento que não estava no processo, e concluiu por propôr que se dissesse: — volte o processo ao juiz que o formou, afim de que diga se está exonerado o deputado da sua responsabilidade á vista do autographo.

(Ha varios apartes.)

Quando eu sustento uma opinião que julgo fundada em tão boas razões, em raciocinios tão valentes, e quando vejo que essa mesma opinião partio também de uma intelligencia tão elevada como a do Sr. Honório Hermeto, fico mais animado, sustento-a com mais calor.

O honrado membro, a quem respondo, querendo nos deixar ver como encarava elle o preceito do art. 28 da constituição do imperio, parece-me que deu á camara mais arbitrio do que aquella que eu entendo lhe ter dado a constituição; elle não liga muita importancia aos vicios do processo em questão, e entrega-se todo ao arbitrio; não posso abraçar sua opinião: o nobre deputado disse que nós devíamos proceder unicamente por considerações que estivessem na esphera da politica, e

tomou 1

que não nos devíamos prender tanto por essas formulas, que são mais proprias dos julgamentos do poder judiciário. Eu sinto não poder esposar essas idéas que chegam a me parecer perigosas. Quer nós procedamos como corpo politico, quer procedamos como tribunal judiciário, a nossa decisão não pôde deixar de se conformar com a lei escripta. Quem faz uma morte sendo deputado, está sujeito, como qualquer outro cidadão, ao artigo do código que impõe uma pena a esse crime; deve portanto soffrer essa pena. Se duas testemunhas de vista provão o crime commetido por qualquer cidadão, duas são bastantes a respeito da prova do crime do deputado. Nós o que fazemos é garantir mais o julgamento do deputado, dizendo: — além da decisão do juiz, haja a decisão da camara para que o deputado seja accusado; mas a lei ha de ser a mesma. Pelo contrario, se a camara tiver de incorrer em alguma suspeita de parcialidade, bom é que ella pareça antes ter sido nimiamente rigorosa do que nimiamente branda no julgamento de qualquer de seus membros. Não desnaturemos a attribuição que nos foi dada; sejamos pelo contrario muito escrupulosos no uso della, de modo que não offendamos os mais cidadãos. Imitemos assim os bons modelos. De Lolme e outros homens illustres que visitáram a Inglaterra, admiráram-se do escrupulo com que a camara dos communs faz uso dos privilegios que lhe podem retirar a affeição do povo. Elles dizem que, sempre que a camara dos communs vê que alguns dos seus privilegios, que lhe parecem necessarios para o exercicio de suas funções, se julgão onerosos á communhão, ella é a primeira a restringi-los, a privar-se delles; e não fica ali, ella pune com severidade os deputados que quizerão abusar desses privilegios, ou de sua influencia para qualquer fim oppressivo: servindo de exemplo os celebres julgamentos de Gilles Mompesson, de Jean Bennet, de Hungerford, etc.

Não faz portanto grande mal á minha opinião o que objectou o nobre deputado quando disse que a camara neste caso funcionava mais como corpo legislativo do que como tribunal de justiça. Não; eu aprecio o facto praticado por um deputado como se o fosse por qualquer outro cidadão; hei de cingir-me á lei, e a mais nada. Deos me livre dessa politica que, para mostrar-se bella e resplandecente, precisasse de erguer-se sobre o tumulo da justiça. (Apoiados.) A justiça tem regras certas, immutaveis e universaes que estão sobre tudo; e ellas devem subordinar-se todas as theorias humanas. Não ha necessidade alguma de que a justiça se subordine á politica. Abomino então tal politica. (Apoiados.) Talvez eu esteja em perfeito erro a esse respeito, creio mesmo que o estou (e aproveito esta occasião para dar um sincero agradecimento á camara), porque tendo eu nos poucos dias em que estive na commissão de constituição, para supprir a falta de um dos seus membros, dado alguns pareceres, achei-me logo em minoria na casa, isto constrangeu-me, e talvez que a camara, por notar esse meu constrangimento, me dispensasse de tal commissão. Eu lhe dou meus agradecimentos, mas continuo a salvar os meus principios e minhas convicções; nesta questão assim obrei: já mais posso considerar politico o que fór injusto; e se para ser um heróe diante da politica eu precisar de ser um réo perante a justiça, cado de bom grado a laureada corôa da politica, e contento-me com a modesta palma da justiça. (Apoiados.) Alistado nas fileiras da ordem, não hei de postergar a fé que professo no momento em que mais a devo observar; quando o credor me bate á porta pedindo que lhe pague o que lhe devo, não hei de arrancar da parede o emblema da justiça, calcal-o aos pés, e dizer-lhe: « Não podeis ser attendido. » (Apoiados.)

Tenho justificado, segundo minhas fracas forças, se não a opinião da commissão, ao menos as inten-

ções puras com que foi dado o parecer. E tendo pensado maduramente no meu espirito as razões pró e contra, creio que não serei culpado se insistir em minha opinião, continuando a votar pela conclusão do parecer. *(Apoiados. Muito bem.)*

O Sr. Souza Franco:—Antes de tomar a palavra o honrado deputado que é membro da comissão, e creio que foi relator do parecer que se discute, parecia-me que tinha passado a oportunidade desta discussão; agora o honrado deputado, dando-nos ocasião de entrada em uma discussão um pouco mais ampla, e habilitando-me para o acompanhar aqui, devo reconhecer que tornou a discussão oportuna ainda mesmo nesta ocasião. Eu disse que tinha passado a oportunidade, porque reconhecia duas grandes interesses nesta questão: 1.º, quando o honrado deputado por Minas apresentou na casa um requerimento pedindo informações a respeito do facto da provincia de Minas, e tomou a palavra em ocasião em que eu não pude responder-lhe, tendo aliás nesse mesmo dia pedido a palavra, e insistido por ella; quando o honrado deputado, digo, tomou a palavra, pareceu-me tão assustado pela sorte do nosso illustre collega pela provincia de Minas, que eu supuz que houvessem receios de que os heleguins da Diamantina estivessem ás portas da camara para levarem preso o illustre processado *(risadas)*, e então diria:—Cessem os receios dos nobres deputados, ninguém virá prender nesta casa ao nosso collega.—Era então o interesse pela pessoa do nobre deputado.

Depois, senhores, havia o interesse da justiça, o interesse dos amigos do juiz de direito da comarca do Serro que tinham obrigação e estavam preparados para tomarem a palavra, e justificarem o seu acto. Este interesse já também passou; porque o governo intromettendo-se na questão, puno o juiz de direito que tinha feito o processo, e o removeu do seu lugar.

Esta questão foi tratada pelo governo com essa levandada, e com essa falta de deferencia com que o governo tem até hoje tratado a camara dos Srs. deputados em todas as questões *(não apoiados)*; tanto que em uma questão desta ordem que estava affecta á camara, demittio o juiz de direito, o Dr. Godoy, que em cumprimento de rigoroso dever e obedecendo á ordem do tribunal superior, a relação do distrito, havia processado o delegado da Diamantina, hoje nosso collega. Digo, demittio o juiz de direito, porque a occasião e o modo por que o removeu importando uma demissão; e era nessa occasião que os amigos desse illustre magistrado deviam mostrar, e querião mostrar que a justiça estava do seu lado, e o farião a não ser a promptidão com que o governo, á requisição dos Srs. deputados de Minas, lavrou o decreto de remoção desse honrado magistrado. *(Não apoiados.)*

Hoje é possível que haja outro interesse nesta questão, e lembra-me agora que, desmantelada como todos vêm a maioria da camara, desunida entre si *(não apoiados)*, e tão desunida que, apesar dessa homilia pregada por um Sr. deputado do Rio de Janeiro, que se dedicou todo a mostrar a conveniencia material da união da maioria, apesar desse bem lembrado aceno com as fatias de pão-de-ló *(risadas)*, logo do dia seguinte veio o honrado deputado pelo Rio Grande do Sul declarar na casa que o ministro da fazenda tem má vontade á sua provincia; e o que quer dizer isto senão que o honrado deputado está obrigado a pagar má vontade com má vontade.

O Sr. Presidente:—Peço ao nobre deputado que se cinja á materia.

O Sr. Arriago:—Não ouviu o que disse afinal o nobre deputado pelo Rio Grande?

O Sr. Souza Franco:—Ouvi, sim; disse pouco mais ou menos: «Deixemos estas questões, liguemo-nos, estejamos de accordo como o governo, que tão generoso é connosco, que tanto attende a nossos interesses.» E quem suppozesse então que havia verdadeira reconciliação e amizade, a podia também suppor existente e real em alguma dessas comunidades religiosas, tão celebres sempre pela desunião que ha nellas, pelos rancores que se votão seus membros, pelas intrigas que se urdem ao ver a alacridade com que correm todos os frades ao toque da sineta do refectorio. *(Hilaridade geral.)*

O Sr. Presidente:—Torno a rogar ao nobre deputado que se cinja á questão.

O Sr. Souza Franco:—O Sr. presidente não quer que eu continue nestas reflexões, obedeço-lhe, como sempre lhe obedeci.

Senhores, apresentarão-se duas questões principaes: primeira, quando começa o privilegio do deputado? Segunda, até onde se estende a autoridade da camara quando chamada a decidir se o processo de algum de seus membros deve ou não continuar?

A respeito da primeira questão, direi que ella na actualidade é mais especulativa do que outra cousa; hoje que o illustre processado está reconhecido deputado, pouco interesse ha em saber desde quando começa o privilegio, no entretanto a minha opinião é que elle começa da eleição. *(Apoiados da maioria.)* Estou muito opposto ao honrado deputado que me precedeu, e que não pôde conceber essas vantagens do governo constitucional, que não lhe dá valor algum. E eu creio em parte que o honrado deputado tem razão, porque as nossas cousas andão tão fóra da realidade, são tão phantasmagoricas os benefícios constitucionales, que assim elle não acredita nos melhoramentos e vantagens do systema representativo constitucional.

O Sr. Victor:—Está enganado, eu não disse isso; no systema dos Catusas-constituintes é que eu não confio.

O Sr. Souza Franco:—E dá preferencia sobre todos ao dos bons velhos tempos do —posso, quero e mando.—Eu ia dizendo que a questão de quando começa o privilegio não tem grave importancia, mas para mim começa da eleição. *(Apoiados.)* O deputado eleito é deputado pelo voto dos seus constituintes, e desde o dia em que este voto está verificado pela autoridade competente, que é a camara municipal, começam os seus privilegios. *(Apoiados.)* Lembremo-nos que as leis do paiz o reconhecem tanto deputado que o fazem acompanhar ao acto solenne e religioso a que elle assiste desde logo como deputado da nação. *(Apoiados.)*

Mas, senhores, digamos duas palavras sobre o fim deste privilegio. O honrado deputado pareceu-me querer encasal-o como uma prerogativa da pessoa eleita. Não, senhores, é apenas uma cautela para que o deputado, desde o momento em que é eleito, não seja embaraçado de vir á camara. *(Apoiados.)* A constituição que reconheceu as difficuldades do nosso paiz, as grandes distancias em que estão as provincias da capital do imperio, os embaraços com que lutão os cidadãos com esses governos que ainda se lembrão das cebolas do Egypto, entendeu que devia cercar o deputado eleito de mais garantias, para que elle se possa apresentar á sua camara na ocasião de sua abertura. Ha paizes em que esses privilegios começam desde a entrada do deputado na camara.

Mas, disse o honrado deputado—e dada a duplicata de eleições a reconhecer, e no intervalo da sessão que finda com a que começa?—Que nos importa, que mal faz ao paiz que em lugar

de 10 ou de 20, em lugar de 100 sejam 200 as pessoas que por alguns mezes gozão deste privilegio? O processo não deve continuar durante a indacisão de quaes sejam os verdadeiros eleitos; mas não fica morto; não é permitido que qualquer autoridade tome conta immediatamente do processado, mas não fica impune, e não deve ficar, e desfeita a duvida, continua o processo contra o que não é reconhecido deputado. Que importa portanto se isto se pôde entender de 100 ou se entenda de 200?

O honrado deputado argumentou, não sei se atreva a dizer, *contra-producentem* trazendo o exemplo dos eleitores, que mesmo em duplicata são admittidos a votar, e gozão todos dos privilegios do encargo, e que verdadeiros e falsos eleitores vão todos votar, tomando-se em separado os seus votos. Dahi mesmo se tira o argumento de que ao deputado, desde que está declarado tal, é preciso fazê-lo chegar ao lugar onde tem de ser reconhecido, e onde somente se pôde dizer qual é o verdadeiro e qual o falso. (Apoiados.)

Se o honrado deputado quer que se deva apreciar a qualidade de verdadeiro deputado, quem tem o direito de escolher entre os eleitos? Ninguém por certo senão a respectiva camara.

Senhores, repetirei que é no interesse publico, não no interesse do governo, que se dá esse privilegio para elle poder vir sem embargo até aqui; se for reconhecido deputado, conserva os privilegios, se não fór, perde-os (apoiados); note-se que a opinião contraria traz serios embaraços, e especialmente resultaria della, que se é da occasião da declaração nesta camara que começa os privilegios, então seria a camara quem faz os deputados, e não o povo. Não; que ella somente os reconhece; ella só verifica a qualidade que o deputado eleito já tinha anteriormente e nada lhe concede de novo. E desde que essa qualidade se reconhece, se verifica, reconhecem-se, verificão-se também os direitos ou privilegios, que como tal tinha o deputado desde sua eleição.

O Sr. CRUZ MACHADO:—Apoiado.

O Sr. APRIGIO:—Está de accordo com o Sr. Cruz Machado.

O Sr. SOUZA FRANCO:—Senhores, respondendo a este aparte, direi que folgo muito de estar da combinação agora com o honrado deputado por Minas, porque de facto elle tem algumas idéas muito constitucionaes e mesmo muito liberaes, e estou sempre prompto para me ligar com aquelles que tenham principios iguaes aos meus, porque eu combino com os principios e não com os lados ou pessoas.

Trouxe-nos depois, como exemplo, um procedente, a respeito da camara dos Srs. senadores, e disse mal o honrado deputado, que o senado, que é quem julga os deputados, ver-se-hia embaraçado quando fossem duas as turmas. Primeiramente, o honrado deputado fez uma grave injustiça quando figurou que quarenta deputados da provincia de Minas-Geraes podião estar em processo por crimes de que a camara tivesse necessidade de mandar continuar o processo, e eu que tômo a peito defender a moralidade desta provincia, repillo a idéa da possibilidade de serem os seus quarenta deputados criminosos de graves crimes. Depois, senhores, lembre-se bem o honrado deputado que quando se chega a verificar o julgamento do senado, já não ha senão uma turma, a outra tem desaparecido, tem sido reprovada pela camara. E se é da legislatura anterior, desde que é approvada a posterior, aquella desaparece, e o senado não pôde ser chamado para julgar senão a deputados cujos poderes estejam em vigor. E depois, estes factos de crimes commettidos por homens que têm no seu paiz a possibilidade de

serem nomeados deputados, são de ordinario muito raros, e de mui leve natureza, como allás aconteceu no caso presente em que eu tenho muito prazer de dizer, em favor do nosso collega, que é acompanhado de circumstancias que nada depõem contra a sua moralidade (apoiados); são desses factos mais politicos do que outra coisa, e não tenhamos receio que o senado se veja obrigado a estar a julgar turmas inteiras de deputados, e por crimes que mereçam andamento.

Senhores, o precedente citado a respeito do senado é, quanto a mim, contrario ao que disse o honrado deputado; quem faz o deputado são os seus constituintes que o elegem; quem faz o senador é o povo que vota nelle, e é o monarcha que o escolhe; desde que está verificada a eleição e feita a escolha, tem elle em seu abono duas opiniões importantes do paiz, duas vontades superiores, isto é, a da nação e a do monarcha, e por conseguinte é senador. (Oh! oh!)

O Sr. VICTOR DE OLIVEIRA:—De sorte que o Sr. Ernesto e o Sr. Chichorro são senadores do Brazil.

O Sr. SOUZA FRANCO:—O Sr. Chichorro seria senador reconhecido....

O Sr. APRIGIO:—Ah! seria!

O Sr. SOUZA FRANCO:—Seria, pois era senador eleito e escolhido, se injustamente o não esbulhassem.

ALGUNS Srs. DEPUTADOS:—Essa é boa!

O Sr. PEREIRA DA SILVA:—Ainda ha pouco me chamou de finado, agora chama ao Sr. Chichorro de senador! (Risadas.)

O Sr. CRUZ MACHADO:—Devia ser considerado senador até que se verificassem os seus poderes.

O Sr. SOUZA FRANCO:—Eu nunca cessarei de sentir-me, como se sentem aquelles que são amigos da liberdade de seu paiz, de ver que o povo elegesse dois cidadãos para senadores por duas vezes, que o monarcha por duas vezes os escolhesse, e pudessem esses cidadãos ser lançados fóra do senado por aquelles que só tinham o direito de verificarem a eleição (oh! oh!), e não o de fazerem os senadores.

O Sr. APRIGIO:—V. Ex. em sua consciencia julga que o Sr. Chichorro foi eleito senador por Pernambuco?

O Sr. SOUZA FRANCO:—Foi eleito pelo menos da mesma maneira que muitos, que hoje estão com assento no senado, o forão pelas provincias que representão. Senhores, o que é facto no nosso paiz é que senador não é só aquelle que é eleito pelo povo e nomeado pelo monarcha, mas aquelle que a maioria do senado quer que o seja. Entendendo que começa seus privilegios desde que elle é escolhido, o que eu penso é que pelo menos se deveria sobrestar em qualquer julgamento, até que o senado decidisse se era aceito ou não....

O Sr. CRUZ MACHADO:—Apoiado.

O Sr. SOUZA FRANCO:—Antes disto não deve nenhum tribunal dizer—não reconheço ainda como senador—aquelle que o povo e a corôa já declararão tal.

O Sr. CRUZ MACHADO:—Apoiado.

O Sr. SOUZA FRANCO:—Tenho portanto respondido a todos os argumentos do honrado deputado, quer tirados da constituição, quer dos principios. O que a camara faz é verificar poderes que já estão dados, o que faz é declarar que continua a exercer lugar, e com as qualidades de deputado aquelle que já era deputado por eleição do povo; a decisão da camara não impõe qualidades novas ao deputado eleito pelo povo, allás se diria que a camara faz também deputados, quando isto

não é exacto. E a objecção do honrado deputado de que se se pôde rejeitar diplomas e acabar com o privilegio, não vale cousa alguma, porque o que seguiria era, que o privilegio que o deputado tinha, na supposição de que estava bem eleito, não era legal, e deve cessar desde que se reconhece que está mal eleito.

O honrado deputado ainda disse mais, e que só desde o reconhecimento nesta camara, que o deputado fica sendo considerado deputado da nação; desde que foi eleito, era só o eleito da provincia.

O Sr. VICTOR DE OLIVEIRA:—Não senhor, desde que foi reconhecido.

O Sr. SOUZA FRANCO:—Então quererá o nobre deputado entender que a proclamação do Sr. presidente da camara dá-nos direitos que nós não tínhamos? Se eu fui eleito deputado pelo Pará, não era deputado senão pelo Pará, até quando aqui fui proclamado; então tem a camara o direito de acrescentar poderes que não partem dos nossos constituintes. Então não se poderia eleger senão os da provincia quando aliás, indo-se buscar pessoas em qualquer parte do imperio, estava-se entendendo que ia o povo eleger deputados da nação, e não deputados só da provincia, que aqui na camara virião receber esta nova qualidade.

Agora quererei dizer algumas palavras sobre essa segunda questão: até onde chegam as attribuições da camara a este respeito? Lerei a constituição, senhores; o art. 27 diz: «Nenhum senador ou deputado, durante sua deputação pôde ser preso por autoridade alguma, salvo por ordem da sua respectiva camara, etc.» E o art. 28: «Se algum senador ou deputado for pronunciado, o juiz suspendendo todo o ulterior procedimento dará conta á sua respectiva camara, a qual decidirá se o processo deve continuar, e o membro ser ou não suspenso do exercicio das suas funções.»

Entendo que a camara se erige neste caso em um tribunal politico (apoíados), porém não em tribunal judicial; o seu unico fim é fazer effectivo o principio da immunição pela necessidade de habilitar o deputado para se poder apresentar na camara, ou continuar no exercicio das suas funções, de sorte que não venha um juiz tirar da camara um membro della pronunciando-o, prendê-lo e embarçal-o assim no exercicio de funções tão importantes, e que podem interessar muito o paiz e suas liberdades. Daí a minha conclusão é esta, e ali é que eu encontro os principaes vícios do parecer, a camara o que faz é dizer simplesmente:—Continua ou não o processo.

A camara procura reconhecer sómente se o crime por que está pronunciado esse membro é de uma importancia tal que mereça immediata punição, pelo que a camara deva immediatamente entregar o deputado ao julgamento, ou se é desses crimes sem importancia, cuja punição possa ser deixada para depois. Examinando esta questão ella diz:—E' um crime grave commettido pelo deputado, seja elle entregue immediatamente á justiça, ou não é senão um crime de pouca importancia, páre o processo; e é isto o que quer a constituição no art. 28 quando autorisa a camara para decidir se o processo deve ou não continuar, isto é, deve continuar, ou ficar sem andamento.

Páre o processo, dirá então a camara, isto é, não se extinga, não cesse o processo de uma vez, fique sómente demorado, porque sem entrar agora aqui nas razões que possam haver para a punição ou não punição, quando o deputado deixar de o ser, quando não tiver mais privilegios, se haverão os juizes com elle; hoje é do interesse do paiz que esse membro que teve a distincta honra de ser eleito para vir aqui sustentar os interesses da nação, não saia da camara.

Eu digo, portanto, que é simplesmente como

tribunal politico que a camara decide, e não pergunta pelos erros do processo: por ventura não estão marcados na legislação do paiz os recursos contra os processos irregulares? Com que direito poderia a camara erigir-se em tribunal judicial para dizer: «Este processo está muito mal feito, volte ao juiz?» (Apoíados.)

O Sr. APREICIO:—Tem argumentado muito bem; agora, sim, senhor.

O Sr. SOUZA FRANCO:—O honrado deputado disse: «O que convém que digamos é: venha o processo em termos para decidirmos.» Eu repito, somos legisladores, somos politicos; o que poderíamos dizer como taes é: «O crime de que é accusado o nosso collega não é daquelles pelos quaes deva elle ser entregue á justiça immediatamente;» ou então «a moralidade publica, a justiça pede que quanto antes este processo continue, porque o crime é de natureza tal que o réo deve ser entregue á justiça immediatamente.» O mais é para os juizes da causa.

E quando o honrado deputado disse: «Na Inglaterra, quando se trata destes crimes, a camara procura sempre dispensar esses privilegios no sentido de que não sejam pesados ao povo;» disse uma verdade; mas entende-se bem que é nos casos que possam offender os interesses do povo; entre nós, porém, que não é um privilegio do deputado, e sim uma garantia do exercicio das camaras, como havemos tão facilmente ceder deste direito?

Um outro Sr. deputado, que combateu nas mesmas fileiras que eu, havia dito que a camara então diria: «Ponha-se perpetuo silencio.» Não, senhores; a camara não tem esse direito, não tem o direito de estender a sua decisão além da época em que é depetado o cidadão accusado; depois, os tribunaes que decidão conforme as regras da justiça.

Vamos ainda á constituição; diz o art. 179, § 12: «Será mantida a independencia do poder judicial. Nenhuma autoridade publica podera avocar as causas pendentes, sustal-as, ou fazer reviver processos findos.»

Com que direito a camara poderia fazer suatar de uma vez ou matar um processo? Tem o direito de o demorar, e não de o matar.

O Sr. SÁVIO LOBATO:—Ahi é que está a questão.

O Sr. NEVES:—Como entende o nobre deputado o acto adicional a respeito dos presidentes de provincias?

O Sr. SOUZA FRANCO:—Relativamente a que?

O Sr. NEVES:—Quando as assemblies provinciales declarão que não devem continuar...

O Sr. PRESIDENTE:—Atenção!

O Sr. SOUZA FRANCO:—O Sr. presidente não consente que eu entre agora nesta questão. Trataré das razões do parecer. Diz elle: «O que, porém, prejudica visivelmente a pronuncia e a torna insustentavel é a insufficiencia dos meios adoptados para a instrução do processo.»

Repito ainda: não somos tribunal superior para declarar ao juiz de direito que são insufficientes os meios que empregou (apoíados); e estará elle obrigado a aceitar esta nossa opinião? Digo que não.

«Pelo menos, continúa o parecer, não devia o juiz de direito prescindir de examinar o processo da formação da culpa, a que se referio o delegado em sua resposta de 21 de Julho de 1849, quando foi ouvido sobre o motivo da prisão de Manoel Alves.» E refere-se aqui o parecer ao art. 400 do regulamento de 31 de Janeiro de 1842, e ao código do processo. O que portanto entendam os nobres deputados que falta á este processo?

O Sr. JOÃO ANTONIO DE MIRANDA:—Tudo; e até nem lhe dou o nome do processo.

O Sr. Souza Franco:—Terá o direito o nobre deputado, como membro desta camara declarar que este processo não é processo, e de ordenar que não se faça nada por elle? Entendo que não tem; a camara não é tribunal superior judicial no sentido de mandar annullar processos. Diz o parecer: « Não se ouviu a parte, não se fizeram inquirições; a parte não esteve presente... »

O Sr. Victor de Oliveira:—Não se allegou isto.

O Sr. Souza Franco:—... não houverão provas. » De sorte que o honrado deputado sabe que o tribunal superior mandou que se fizesse o processo, e teve por sufficiente o motivo de culpa, e queria que o juiz de direito não o fizesse, não pronunciasse o accusado! Outro honrado deputado quiz mais, que o juiz de direito attendesse logo na pronuncia os motivos de defesa do accusado, e não espera que o julgamento, dando lugar á defesa, possa o accusado apresentar as razões que tivesse em seu abono. O honrado deputado tinha até exigido que o juiz de direito fosse descobrir todos os motivos da defesa deste réo, e que servissem para attribuir o crime somente a outro que nelle póde ter parte! O crime estava tão verificado que a propria relação o mandou processar.

O Sr. Victor de Oliveira:—Processar não é pronunciar.

O Sr. Souza Franco:—Quando a relação diz que um crime destes seja processado, quer dizer que ha um crime que merece ser punido, que ha um réo que deve ser processado, e, designando o réo, dá bem a entender sua opinião sobre a sufficiencia das provas para a pronuncia: e porque o juiz foi buscar este réo, dizem os senhores, sem que lhe compita:—Não é este o réo.—Entendamos bem, o que querem alguns dos senhores, é isto: aproveitando essa medida do ministro da justiça que já removeu o juiz de direito, querem que volte o processo ao novo juiz, porque esse novo juiz, temeroso da sorte de seu antecessor, ha de achar até motivos de elogio e não de crime no processo....

O Sr. J. A. de Miranda:—Não queremos que volte.

O Sr. Souza Franco:—... porque já está nomeado um juiz de direito, naturalmente muito humilde e obediente para se sujeitar a isto, e coitado d'elle se fizer o contrario, elle que viu que um seu collega por muito pouca coisa foi removido.

O Sr. J. A. de Miranda:—Esse juiz é um moço muito probo. (Apoiados.)

O Sr. Souza Franco:—Quem é esse senhor?

O Sr. J. A. de Miranda:—E' o Sr. Accioli.

O Sr. Souza Franco:—Não me lembrava disto.

O Sr. J. A. de Miranda:—Não o conhece?

O Sr. Souza Franco:—Conheço-o perfeitamente, talvez melhor do que o nobre deputado.

O Sr. Aprigio:—Até forão collegas em Olinda.

O Sr. Presidente:—A discussão tornou-se uma conversa. Attenção!

O Sr. Souza Franco:—Sempre que V. Ex. consente que o Sr. deputado Souza me dê continuados apartes acontece isto. (Risadas.)

O Sr. Presidente:—Reclamo a observancia do regimento.

O Sr. Souza Franco:—Eu estava examinando o parecer.

A segunda razão, portanto, não proceda, e tanto não procede que os mesmos que censurão o juiz por ter pronunciado sem novas averiguações, censurão-o por não ter pronunciado antes o réo ex-officio da justiça.

A terceira razão é: « Que se deverá ter

extrahido certidões do processo para regular instrucção do de responsabilidade, não sendo mesmo pouco conveniente ouvir-se desde logo o promotor publico, que havia requerido a remoção do supposto homicida para a cadeia da cidade Diamantina. »

Não sei bem se é sobre a pronuncia do nosso collega que a camara tem de dar a sua decisão; se é do outro, repito que não somos juizes d'elle.

Entende afinal a commissão, que deve ser a certidão do processo remittida ao governo, para que este ordene ao juiz de direito do Serro que proceda regularmente contra a autoridade policial que a relação mandou responsabilisar, não dispensando quaesquer diligencias que forem conducentes a bem instruir o processo.

Senhores, estava quasi fazendo um elogio a este esforço da commissão, se eu visse que a camara estava resolvida a sustental-o. Manda-se ao governo que este ordene ao juiz de direito da comarca do Serro, que proceda regularmente! Eu queria ver os taaes Srs. ministros que entendem que só elles é que devem levar a camara a reboque, se serão obrigados a obedecerem a esta ordem que lhes dá a camara! Creio que a camara não está acostumada a mandar ao governo neste sentido; tem sido estylo—recommende-se ao governo que dê suas ordens para que algumas diligencias se fação, ou informações se tomem, etc., etc., etc.—Mas ordenar neste caso ao governo que remetta o processo, e o juiz que o informe! Os dous poderes, o executivo e o judicial, assim sujeitos á obediencia, não do poder legislativo, mas só de um dos ramos desse poder! Que esforço inaudito da camara! Ao menos tinha o meu paiz a vantagem de ver que um dia a camara actual....

O Sr. Aprigio:—Cheirava a homem.

O Sr. Souza Franco:—Apoiado; cheirava a homem; quero o nobre deputado dizer com isto que até agora tem a camara cheirado a outra coisa, (Risadas.)

Senhores, eu que estou persuadido que este facto por que é accusado o nosso collega não é senão uma das muitas medidas que foi necessario tomar na provincia de Minas para conseguir-se a salvacão da patria pela eleição dos 20 deputados dessa provincia (não apoiados); eu que entendo que este lugar de delegado foi um sacrificio imposto ao nosso collega o Sr. Paula Fonseca, em beneficio dos planos da conquista, não póder de forma alguma querer contribuir agora para que só elle pague o serviço que fez ao grande partido salvador.

O Sr. Cruz Machado:—Note que o réo a que se refere toda esta questão estava preso, por crime de morte, um anno antes em Minas Novas.

O Sr. Souza Franco:—São esta e outros factos. Eu pois inclino-me, pelas razões que expendi a dizer: para o processo, não vá o nosso collega o Sr. Paula Fonseca pagar elle só culpas de tantos....

O Sr. Aprigio:—Isto parece um laço, é querer deixar para melhor occasião.

O Sr. Souza Franco:—Fundado em que o nosso collega o Sr. Paula Fonseca tinha em abono do seu procedimento a opinião do honrado deputado, que sustentou que a formação de culpa não tem fataes, póde ser demorada, e ficar (principalmente em tempos de eleições) presos in eternum, por toda a vida, aquelles que não podem fazer mal, e pela consideração de que o nosso collega não deve só pagar culpas que são de tantos, votarei contra o parecer, porém por uma emenda que dissesse—não continue o processo.

A discussão fica adiada pela hora.

O SR. PRESIDENTE marca a ordem do dia seguinte e levanta a sessão ás 3 horas.

Acta de 17 de Maio

PRESIDENCIA DO SR. HENRIQUES DE REZENDE,
VICE-PRESIDENTE

A's 11 horas da manhã achão-se reunidos os Srs. Rezende, Machado, Joaquim Vilella, Graça Junior, Góes Siqueira, D. Manoel, D. José, Aprigio, Dias de Carvalho, Carneiro da Cunha, Aranha, Moraes Sarmiento, Oliveira, Almeida Couto, Mello Franco, Baptista, Vieira de Mattos, Corrêa Lima, Assis Rocha, Gonçalves Martins, Henriques, Cruz Machado, Bastos de Oliveira, Figueira de Mello, Domingues da Silva, Miranda, Bahia, Victor, Jobim, Zacharias, Bello, Frederico, de Almeida, Francisco Sayão, Azambuja, Candido Mendes, Rocha, Ramalho, Wanderley, Albuquerque e Mello, Fernandes Vieira, Lima e Silva, Firmino, Rego Barros, Paes Barreto, Paula Candido, Paula Santos, Nebias, Santos e Almeida, Araujo Lima, Paranaguá e Paula Fonseca.

O SR. PRESIDENTE declara que não ha sessão.

O SR. 1.º SECRETARIO participa que o Sr. presidente viera á camara, e lhe communicara que se retirava para casa por se achar atacado das febras.

Sessão em 18 de Maio

PRESIDENCIA DO SR. HENRIQUES DE REZENDE,
VICE-PRESIDENTE

SUMMARY. — Expediente. — Requerimentos. Discursos dos Srs. Carneiro da Cunha, Mello Franco, Aranha e Moraes Sarmiento. — Processo instruido ao Sr. deputado Paula Fonseca. Discursos dos Srs. Paula Fonseca, Mello Franco, D. Manoel e Sayão Lobato.

A's onze horas menos dez minutos da manhã, reunidos os Srs. deputados em numero legal, abre-se a sessão, lê-se e approva-se a acta da antecedente; e bem assim a do dia em que não houve sessão.

O SR. VIANNA (pela ordem) :—Digne-se V. Ex. nomear um membro para a primeira commissão do orçamento, que está reduzida a um só membro, que sou eu.

O SR. PRESIDENTE:—Nomeio o Sr. Pacheco.

EXPEDIENTE

Officio do Sr. ministro do imperio, enviando um calxote contendo documentos parlamentares que a camara dos deputados da nação portugueza offerece á deste imperio. — Mandão-se archivar.

Outro do mesmo ministro, transmittido o officio e mais papeis a elle annexos do director da escola de medicina desta corte, em que solicita do corpo legislativo os fundos necessarios para a aquisição do gabinete anatomico de M. Dupon e das peças do de Thibert, reclamadas pela mesma escola a bem do ensino. — A segunda commissão do orçamento e de instrucção publica.

Outro do mesmo ministro, remettendo a cópia do decreto de 4 do corrente mez, pelo qual se concede a D. Felisberta Joaquina de Oliveira Pinto, D. Cecilia Joaquina Pinto de Abreu e

D. Candida Rosa de Oliveira Pinto, viúva e filhas do conselheiro thesoureiro do thesouro publico, Bazilio José Pinto, a pensão annual de 800\$000 repartidamente. — A commissão de pensões e ordenções.

Outro do Sr. secretario do senado, participando que o senado adoptou, e vai dirigir á sancção imperial, as seguintes resoluções: — 1.ª, approvando o contracto celebrado com a sociedade colonisadora estabelecida na cidade de Hamburgo para a fundação de uma colonia agricola em terras pertencentes ao dote da serenissima princeza a Sra D. Francisca, na provincia de Santa Catharina; 2.ª, a pensão concedida a D. Henriqueta de Cerqueira Lima; 3.ª, a D. Marianna de Paiva Velga e suas filhas; 4.ª, a Saturnino de Souza e Oliveira, Aureliano de Souza e Oliveira e Antonio de Souza e Oliveira; 5.ª a D. Alexandrina Gomes de Menezes; 6.ª, a D. Francisca dos Reis Campello; 7.ª, a Isabel Francisca de Oliveira; 8.ª, a Antonia da Conceição Albuquerque Bello; 9.ª, concedendo o privilegio exclusivo por 10 annos a Diogo Kenny, afim de estabelecer no porto do Rio de Janeiro um dique secco fluctuante; 10.ª, a Guilherme Suckow para estabelecer na cidade do Rio de Janeiro os vehiculos denominados — cabs fluminenses. — Fica a camara inteirada.

Outro do mesmo secretario, communicando que, por officio do ministro e secretario de estado dos negocios do imperio, datado de 8 do corrente, constou ao senado que S. M. o Imperador consente na resolução approvando a pensão de 240\$ concedida ao soldado José Maria de Albuquerque Maranhão. — Fica a camara inteirada.

Outro do mesmo secretario, participando que o senado adoptou, e vai dirigir á sancção imperial, as resoluções approvando as pensões concedidas á condessa do Rio Pardo, com sobrevivencia repartidamente a seus filhos, e á viscondessa de S. Leopoldo, repartidamente com as suas quatro filhas solteiras. — Fica a camara inteirada.

Outro do Sr. deputado Cruz Seco, participando que seus incommodos o privão de comparecer. — Fica a camara inteirada.

Outro do Sr. deputado Venancio José Lisboa, participando não poder comparecer não só por se achar de nojo pela perda de seu pai, como por estar incommodado de saúde.

O SR. 1.º SECRETARIO declara que este officio viera em outro dia de sessão, mas que delia se não fez declaração na acta. — Fica a camara inteirada.

Outro do Sr. deputado Silveira da Motta, participando que se tem ausentado por poucos dias para a cidade de S. Paulo, por se terem aggravado os seus incommodos de saúde, mas que conta em breve comparecer na camara. — Fica a camara inteirada.

O SR. VISCONDE DE BAFFENDY participa não ter podido comparecer hontem por motivos justos, e nos proximos dias. — Fica a camara inteirada.

E, recebida com agrado a offerta que fez o Sr. Dr. Saules do sexto numero da sua *Gazeta dos Tribunaes*.

O SR. MORAES SARMENTO:—Pedi a palavra para fazer uma rectificação. No *Jornal* da sexta-feira 17 do corrente, orando o Sr. deputado pelo Maranhão (Mendes de Almeida), disse o Sr. Paula Candido: «E' como os medicos que se fazem agradecer pelos jornaes.» E está logo depois o seguinte: «O SR. MORAES SARMENTO:—O charlatanismo está muito em moda.»

Eis o que quero rectificar, declarando que não fui eu quem deu semelhante aparte.

UMA VOZ:—Foi o Sr. Jobim.

O SR. MORAES SARMENTO:—Posto que, Sr. presidente, esse aparte contenha uma verdade, contudo,

colocado no lugar em que está, depois das palavras do honrado Sr. 1.^o secretario, parece que houve desejos, de quem o deu, de taxar de charlatães nos medicos que são elogiados pelos jornaes. Isto, porém, é o que não quero que se me attribua, visto que tal não disse, porque respeito a esses senhores que recebem louvores pelos jornaes, e não tinha razão para os offender.

REQUERIMENTOS

O Sr. Carneiro da Cunha:—Eu tenho de remetter á mesa um documento que, bem que antigo, pôde servir para que a commissão de estatística, lendo-o, reconheça ainda mais a necessidade que ha de se discutir uma resolução por mim offerecida, na qual resolvo, no meu modo de entender, a contenda que existe entre as provincias de Pernambuco e Parahyba por causa do lugar chamado Pedras de Fogo, hoje uma grande feira, uma grande povoação.

Por este documento conhecerá a camara que existe naquella lugar desde muito tempo a maior desordem; alli se commettem ha muitos annos muito grandes crimes sem que a policia possa nada fazer, sem que se possa remediar tão grande mal enquanto esse lugar não pertencer a uma das duas provincias. Neste mesmo documento se verá que sendo governador de Pernambuco Caetano Pinto de Miranda Montenegro, querendo elle obviar a esses males, entendeu ao com o governador da Parahyba para que ambos nomeassem commissarios que, verificando as localidades, examinando documentos, fizessem a divisão por esse lado entre as duas provincias, determinassem a qual dellas devia pertencer o lugar contestado, lugar então insignificante, só habitado por homens que o procuravão para exercitar o máo uso de furtar cavallos. Posteriormente, tendo a junta provisoria do governo de Pernambuco feito arrematar em 1823 o contracto das carnes verdes, tendo ido o administrador desse contracto comprar gado (que comprava pelo preço que queria e pelo tempo que lhe fazia conta), os criadores da Parahyba, do Rio Grande do Norte, Ceará e mesmo do Piahyb requerêrão ao governo vender o seu gado onde bem lhes parecesse, porque aquelle lugar era suspeito, nelle se acoutavão muitos malfetores, e pedirão que se dessem providencias para que suas pessoas e bens fossem garantidos. O governo da Parahyba attendeu-os, e então principiou a feira de Pedras de Fogo, e começou a crescer a população. Mas os males continuãrão em maior escala; commetia-se toda a qualidade de crimes, que ficavão impunes, por isso que não se podia alli exercitar policia alguma, nem conseguir-se a prisão dos facinorosos que com facilidade passavão de um lugar para outro. Assim têm-se conservado as cousas até hoje, o que é realmente espantoso; os Srs. presidentes dessas duas provincias nem ao menos têm tido o cuidado de nomear commissarios para de commun accordo tratarem dessa questão de limites! Eu, para que algum remedio se dêssas circumstançias, apresentei a resolução a que me tenho referido, resolução que foi adiada a pedido de alguns senhores deputados por Pernambuco, até que viessem esclarecimentos, esclarecimentos que ainda não chegarão, e portanto continua o mesmo estado de cousas.

Oppoem-se os Srs. deputados por Pernambuco a que o lugar de Pedras de Fogo passe a fazer parte da Parahyba. Filho de Pernambuco o deputado pela Parahyba, nenhum interesse tenho em que se tire de uma destas provincias certa porção de territorio para deixal-o á outra. Creio tambem que a cessão que Pernambuco fizer desse lugar nem vai enriquecer a Parahyba, nem empobrecer Pernambuco; mas (cousa notavel!) quanto mais rico é o homem mais ambiciosa,

mais avaro é; por isso bem pintou-nos a fabula a ambição e a avareza sob a figura de Midas morrendo de fome no meio do ouro! Eu, deputado pela Parahyba, dei o meu voto para que uma porção da Parahyba passasse a fazer parte do Rio Grande do Norte, e era esse territorio mais rico, mais extenso que os taboleiros de Pedras de Fogo. Tive essa gloria, se gloria é, de não obstar com o meu voto a que se prolongasse mais a questão que a esse respeito havia entre as duas provincias. Verdade é que não sei porque fatalidade dos cinco deputados pela Parahyba que votarão no mesmo sentido, fui eu o bode emissario que carreguei com esse peccado; disso me fizeram um crime os meus adversarios politicos na provincia que tenho a honra de representar. Cumpro observar que, votando assim nessa questão entre a Parahyba e o Rio Grande do Norte, tive em vista a boa administração da justiça; é por esse mesmo motivo que agora ainda insto para que solução se dê ao estado de incerteza que existe pelo lado de Pedras de Fogo, entre Pernambuco e Parahyba.

Os nobres deputados, sendo bem informados acerca da linha divisoria entre estas duas provincias, conhecerão que é muito mais natural que passe esse territorio de Pedras de Fogo para a Parahyba, de cuja capital dista dez leguas, enquanto que de Pernambuco dista vinte. Contra isto se oppoem os habitantes da cidade de Goyanna, porque julgão que depende de sua futura grandeza venderem os gados naquella lugar; mas não poderão conseguir o seu intento, por isso que todos os criadores têm dito que, embora passe a povoação a pertencer a Pernambuco, elles irão vender os seus gados duas leguas mais distantes da estrada, em um lugar que pertence inteiramente á Parahyba.

Não insisti nesta materia. Desejo que essa porção de terreno passe para a Parahyba; mas as razões se apresentarem que me convencão de que elle deve pertencer a Pernambuco, decrete se isto embora; o que quero é que essa grande povoação pertença a uma destas provincias, para que haja boa administração da justiça, para que cessem os conflictos que apparecem; talvez assim cesse a necessidade de ter um e outro governo das duas provincias destacamentos alli.

Tão desgraçado foi o estado desse lugar que, no tempo do Sr. Chichorro, era delegado da parte que pertence a Pernambuco um homem falsificador de notas, e do lado da Parahyba era desgraçadamente tambem delegado um introduçor de notas; de modo que esses dois homens, governando aquelle lugar, obrigavão a todos a receber o seu papel falso! Não sei o que se possa dizer, ou antes não sei com que expressões se possa pintar esses individuos; basta observar que, o Sr. Alencar os mandou buscar para destruir uma familia inteira no Ceará, e que elles não puderão conseguir, pois que se tinha retirado da presidencia o Sr. Alencar. Entretanto a esses dois homens entregou-se uma grande povoação durante a administração do Sr. Chichorro em Pernambuco, e do outro senhor que então presidia a Parahyba!

Pelo que tenho expellido vê-se a necessidade que ha de se tomar uma medida a este respeito; tome-a a camara, ou determine o governo aos respectivos presidentes que nomeem commissarios afim de se saber a qual das duas provincias deve pertencer o territorio contestado. Ouidemos disto; não é sómente da politica que devemos tratar, cumpre attender para a administração da justiça do nosso paiz. Se homens que vivem sem emprego algum fossem bem policiados, fossem punidos pelas primeiras faltas que commettessem, logo se empregariam, porque o Brazil é tão fértil,

o seu terreno é tal que um homem querendo se enriquecer, dando-se ao trabalho o consegue. E' de lastimar que haja homens ali por esse interior que nenhum escrupulo têm de admitir em suas fazendas desses homens vadios, desses vagabundos, desses ladrões de cavallos, que não se querem occupar em outra coisa! Apresentou-se aqui um projecto para qua taes proprietarios, quando aggre-gassem um homem destes, fizessem ao menos multa-dos. Eu fui proprietario, mas nunca em meu enge-nho, em minha propriedade admitti desses homens, porque não recebia sendo aquelles que me apre-sentavam, ou attestado do parcho sobre seus bons costumes, ou passaporte ou attestado das autoridades; mas ha quem não se importe com estas cousas. Para que alguma providencia tam-bem se desse a este respeito, oppuz-me ao adia-mento do projecto acerca do furto do gado, porque o nosso codigo (permitta-me V. Ex. esta digres-são), o nosso codigo penal foi um codigo de mel-de pão....

Um Sr. DEPUTADO: — Foi uma das obras bem-feitas.

O Sr. CARNEIRO DA CUNHA: — Não me diga isto. Passando do governo absoluto para o liberal, julgámos que devíamos dar garantias a todo o mundo, e as demos até aos falsificadores.

Concluindo, remetto o documento de que tenho fallado, á mesa. Peço á illustra commissão de estatística que o lêa, que reveja a resolução que offereci a respeito deste assumpto, que faça alguma coisa, ao menos que nos dê alguma espe-rança de que alguma coisa se fará. Talvez que o Sr. Souza Ramos, vindo a provincia livre da guerra civil, possa estender suas vistas a esse lugar, e de commun accordo com o presidente da Parahyba, faça com que cesse o estado actual que é pessimo; faça desaparecer esse lugar neutro, independente de uma e outra provincia, e onde entretanto se acha engravada uma grande po-voação.

O documento vai remetido á mesa.

O Sr. Cruz Machado: — Sr. presidente, dois membros da commissão de estatística estão ausentes por doencias, existe sómente um, que sou eu; portanto peço a V. Ex. haja de nomear alguns senhores, afim de se preencher essas faltas, e para se attender ao requerimento do nobre deputado pela Parahyba.

O Sr. PRESIDENTE: — Nomeo o Sr. Ferreira Penna e o Sr. Pass Barreto.

O Sr. Mello Franco: — Sr. presidente, eu vou mandar á mesa um requerimento para que se pergunte ao governo se é exacta uma noticia que ha tres dias corre, de se acharem incom-municaveis os Srs. Miguel Affonso Ferreira e capitão Pedro Ivo. Desde a primeira vez que eu ouvi narrar este facto, posto que seja adversario do actual gabinete, não dei credito á noticia, tão indigno achei semelhante acto de um governo qualquer! Mas depois um amigo meu, cuja verdade não posso recusar, assegurou-me que, indo visitar esses senhores, fôra muito cortez-mente despedido logo que chegou á fortaleza.

Eu não sei, Sr. presidente, que circumstancias podem ter motivado esta cautela, que antes me parece um capricho mesquinho. Entendo que a incommunicabilidade de qualquer individuo pôde, e deve mesmo ter lugar, quando se trata de examinar os cúmplices, quando se trata de pre-venir que elles possam por quaesquer meios evitar que a policia chegue ao conhecimento da verdade; no caso actual, porém, eu não vejo isto, salvo se ha alguma circumstancia, algum plano tenebroso, alguma conspiração, que ninguém pre-sente, que obrigue o governo a tomar semelhante medida. Sinto que nenhum dos Srs. ministros esteja presente, todavia é provavel que algum

dos nobres deputados da maioria, alguns dos senhores de Pernambuco, melhor informados do que eu, possam dizer o que ha de exacto neste facto....

O Sr. APRIGIO: — V. Ex. mesmo affirmou aqui que fallou com esses presos.

O Sr. MELLO FRANCO: — E a que vem isto? Fallei com elles sabbado passado, fazem hoje oito dias.

Pretende o nobre deputado dizer que não estão incommunicaveis os Srs. Pedro Ivo e Miguel Affonso? Não o posso crer. O que motivou pois semelhante medida? Serão cautelas para que a verdade não appareça? Seja o que for, eu não me atrevo desde já a moralisar este acto do governo; vou mandar o meu requerimento, espe-rando, ou que alguns dos nobres deputados dêem algumas informações a este respeito, ou então que o governo responda, se por ventura o requ-e-rimento merecer a approvação da casa.

E' lido o seguinte requerimento do nobre de-putado:

« Requeiro que se pergunte ao governo se é exacto que estejam incommunicaveis os amnistiados Miguel Affonso Ferreira e capitão Pedro Ivo Vel-loso da Silveira, detidos na fortaleza de Santa Cruz. »

O Sr. PRESIDENTE: — Está em discussão o re-querimento.

O Sr. MORAES SARMENTO: — Eu creio que V. Ex. não pôde pôr o requerimento em discussão sem sujeital-o primeiramente ao apoio da casa.

O Sr. PRESIDENTE: — Os requerimentos não são apoiados.

Não havendo quem falle sobre o requerimento, dá-se por discutido. Posto á votação é rejeitado, havendo a favor 24 votos.

O Sr. Tenreiro Aranha: — A camara mu-nicipal da cidade de Santarém, cabeça da comarca do Baixo-Amazonas, dirigio á assemblea geral uma representação em que expõe a urgente necessi-dade e reconhecida conveniencia da navegação de barcos movidos por vapor no dito rio e seus affluentes, e pede auxilios ou medidas para ella conseguir-se. Essa representação, sendo apre-sentada nesta camara á sessão passada, foi remetida á commissão de commercio e artes. Depois requereu-se que a essa commissão fosse reunida a segunda de orçamento, e ultimamente fui eu nomeado membro daquella de commercio e artes, em cuja pasta achei a sobredita re-presentação sem andamento. Em qualidade de deputado pela provincia do Grão-Pará, tenho aqui documentos que comprovão as diligencias que se têm feito, as medidas e empresas que têm sido frustradas, acerca da navegação por barcos de vapor que lá se têm querido estabe-lecer. Vou portanto mandar requerimento á mesa com os ditos documentos, para que estos sejam remetidos ás commissões, a que foi a sobredita representação, afim de que com justos fundamentos possam ellas dar o seu parecer.

O Sr. PRESIDENTE declara que os documentos vão remetidos ás referidas commissões.

O Sr. Moraes Sarmiento: — Na sessão passada remetti á mesa um requerimento, Sr. presidente, no qual pedia que se exigisse do governo, pela secretaria de estado dos negocios do imperio, uma relação contendo o numero das loterias que até aquella data houvessem sido concedidas, e outras particularidades expressas no mesmo requerimento. A camara dignou-se approvar este pedido, e em consequencia per-suado-me que a exigencia foi feita ao governo; mas até o presente peço eu que estas informa-ções não foram transmittidas; porquanto sendo eu quem as requeri, ainda as não recebi. Ro-

gaya pois, a V. Ex., Sr. presidente, que tivesse a bondade de me esclarecer a este respeito, dizendo-me igualmente se, no caso de não haver o governo satisfeito a requisição da camara, será necessario que eu apresente novo requerimento, pedindo outra vez essas informações, ou se V. Ex., por si, deverá lembrar este negocio ao governo, a quem não quero censurar, porque esta omissão, se omissão tem havido, bem pôde ser involuntaria e nascida tão somente de affluencia de negocios.

O Sr. PRESIDENTE:—O Sr. 1.º secretario informará se já veio a resposta do governo.

O Sr. MORAES SARMENTO:—Depois que o honrado Sr. 1.º secretario informar o que ha a respeito, eu continuarei, se V. Ex. me permittir, a fazer as reflexões que julgar que são convenientes ao fim que tenho em vista, que é habilitar-me para poder dar andamento a certos negocios que pendem da commissão de que tenho a honra de fazer parte, e com os quaes entendem essas informações.

O Sr. 1.º SECRETARIO:—As informações a que se refere o illustre deputado ainda não vierão, ao menos nestes ultimos tempos em que não tenho falhado um só dia de sessão; persuadindo-me que o requerimento foi feito dentro dessa época em que tenho sido assiduo na casa.

O Sr. MORAES SARMENTO:—Ha mais de dous mezes que o apresentei, foi na sessão passada.

O Sr. 1.º SECRETARIO:—Posso dizer-lhe que não me consta que tenham vindo essas informações.

O Sr. MORAES SARMENTO:—Agora desejava que V. Ex., Sr. presidente, me satisfizesse as outras perguntas que tive a honra de dirigir a V. Ex.

O Sr. PRESIDENTE:—E' costume renovar os requerimentos.

O Sr. MORAES SARMENTO:—Neste caso, tenha V. Ex. a bondade de me mandar papel para redigir o meu requerimento. Antes, porém, de o fazer, permitta-me V. Ex. que eu repilla, com toda a merecida força da indignação que me causou, a gravissima affronta que sobre o meu honrado amigo, um distincto senador pela provincia do Ceará, lançou o Sr. deputado pela Parahyba, que ainda ha pouco occupou a attenção da camara.

O Sr. PRESIDENTE:—Perdôe-me o nobre deputado: essa materia não está em discussão; eu apenas ouvi uma palavra a esse nobre deputado...

O Sr. MORAES SARMENTO:—Pois eu apenas tambem direi uma palavra para repellar isto que V. Ex. ouviu, e que foi uma grave affronta irrogada a esse meu honrado amigo senador pelo Ceará. O Sr. deputado pela Parahyba, Sr. presidente, querendo mostrar a perversidade de dous individuos que foram autoridades policiaes na povoação ou villa de Pedras de Fogo, aventurou que elles erão taes que esse nobre senador os mandára buscar do Ceará para destruir a duas familias.

O Sr. CARNEIRO DA CUNHA:—Não disse duas, disse uma.

O Sr. MORAES SARMENTO:—E' a mesma coisa! Ora, Sr. presidente, confesso a V. Ex. que fiquei empedernido quando ouvi o nobre membro proferir tão extraordinaria proposição, proposição tal, de cuja veracidade, apesar do conceito que faço da probidade do honrado deputado, duvido, ou antes nego redondamente. (Apoiados.)

O Sr. SOUZA FRANCO:—Apoiado!

O Sr. MORAES SARMENTO:—Que documentos,

TOMO 1

que provas tem o nobre deputado para irrogar tamanha affronta a um honrado membro da outra camara, distincto pelos seus serviços feitos a patria, pelas suas excellentes qualidades? Eu o desafio a que apresente esses documentos, essas provas. Que familias forão essas a que o nobre deputado se referio, e que o honrado senador mandasse destruir?

O Sr. PRESIDENTE:—Advirto ao nobre deputado que isto não está em discussão!

O Sr. MORAES SARMENTO:—Tambem não estava em discussão o credito, a honra, a reputação do meu honrado amigo senador pelo Ceará, e V. Ex. não chamou o Sr. deputado á ordem quando elle desbravou furioso contra esse senador!...

O Sr. PRESIDENTE:—Se elle continuasse eu o chamaria á ordem!

O Sr. MORAES SARMENTO:—... que tanto mais deve V. Ex. permittir-me que o defenda quanto elle está ausente, quanto em toda a sua vida não praticou facto algum pelo qual possa merecer de ser assim aggraddo, de ser tão atrozmente maltratado! (Apoiados.)

O Sr. PRESIDENTE:—Perdôe-me o Sr. deputado: eu não posso deixar continuar esta discussão.

O Sr. MORAES SARMENTO:—Obedeço a V. Ex. Já que não posso dizer tudo quanto queria em defesa do meu distincto e muito prezado amigo senador pelo Ceará, contendo-me com repellar, como repillo, com toda a força de que sou capaz, a gravissima e injustissima arguição que lhe fez o nobre deputado pela Parahyba, arguição que elle não é capaz de provar, que é indigna desta casa, e que não se devia esperar das cans do honrado membro! (Apoiados da opposição.)

O Sr. 1.º SECRETARIO:—Agora dizem-me da secretaria que já vierão essas informações, e que ellas forão remettidas a uma commissão...

O Sr. MORAES SARMENTO:—Então cessa o motivo do meu requerimento, que portanto não enviarei á mesa.

SEGUNDA PARTE DA ORDEM DO DIA

PROCESSO INSTAURADO AO DEPUTADO PAULA FONSECA

Continúa a discussão do parecer da commissão de constituição relativo ao processo intentado contra o Sr. deputado Paula Fonseca.

O Sr. PAULA FONSECA:—Senhores, não estranheis que eu houvesse pedido a palavra, e que insistia em querer usar della em uma questão na qual sou pessoalmente interessado, porquanto, quando a pedi, roguei a V. Ex. Sr. presidente, que me qualificasse como devendo fallar em favor do parecer da honrada commissão de constituição e poderes, não por entender que me era permittido expôr a minha opinião a respeito dos fundamentos e da constitucionalidade desse parecer, mas para, ao menos com a expressão— a favor— dar um testemunho publico de que em nada me offendeu a parte do mesmo parecer, que me é desfavoravel. V. Ex. sabe que eu não devo ser tão simples que quizesse dar voto pró ou contra uma materia que a mim somente diz respeito: e pois, o meu fim usando agora da palavra não é senão defender-me ou antes explicar os factos taes quaes se passarão. No decurso da discussão tive tenção de desistir da palavra porque o honrado membro pelo Rio de Janeiro que encetou o debate teve a bondade de defender-me de alguma sorte, o que muito lhe agradeço; mas depois o honrado deputado pelo Pará que até certo ponto orou magnificamente, considerando a questão desapassionadamente, e como habil juriconsulto que é, terminou o seu discurso

como apaixonado accusador, e assim deu lugar a pequena defesa.

Senhores, depois da ascensão do ministerio de 29 de Setembro de 1848, sabe-se que a policia do paiz devia por força modificar-se no sentido da opinião que subio ao poder: que as autoridades policiaes das provincias devião ser mudadas, substituidas por pessoas que não se oppuzessem á politica conciliadora...

O SR. MELLO FRANCO (*com ironia*): — Apoiado! Como na Diamantina!

O SR. PAULA FONSECA: — ...a politica de paz que então começou a presidir aos destinos do paiz. (*Apoiados.*) O nobre presidente de Minas, sob proposta do honrado Sr. chefe de policia, nosso collega, teve a bondade do nomear-me para o cargo de delegado da policia da cidade Diamantina, emprego que aceitei com algum constrangimento, não porque quizesse roubar-me ao serviço do paiz, e principalmente da politica dominante, mas porque não julgo muito compativel com as funcções do medico as funcções da autoridade judicial.

Nomeado delegado, tomei posse e prestei juramento creio que no dia 14 de Dezembro de 1848. Ora, se aqui na corte, se nas capitães das provincias, quando ha mudança de umas autoridades para outras, não é costume fazer-se um relatório sobre o numero dos presos que existem nas prisões, muito menos deveria acontecer em uma cidade central da provincia de Minas. Eu, pois, não tive relatório algum do meu antecessor, não sabia o numero de presos que existia nas prisões do municipio, mas devia suppor que não estaria retido cidadão nenhum sem culpa formada, porquanto as prisões são lugar proprio só para se purgar os delictos perpetrados contra a sociedade. O certo é que eu só soube que o indiciado Manoel Alves da Silva estava preso sem culpa formada, quando elle me dirigio o primeiro requerimento pedindo para dar andamento ao seu processo.

Para demonstrar á casa que não houve da minha parte o mais leve pensamento de opprimir esse cidadão, que não houve proposito de offender a sua liberdade, desejaria que estivesse aqui o processo principal onde devem existir muitos despachos que dei, pelos quaes se manifesta o desejo que eu tinha de ver esse cidadão livre e solto, se culpado não fosse. Creio que um processo mutilado, onde não vêm as peças principais, onde não vem interrogatorio feito ao réo, nem o dia em que foi feito, onde não vem o depoimento da testemunha que eu ouvi, não pôde de modo algum depór contra a minha moralidade. (*Apoiados.*)

Não quero neste meu pequeno discurso nem de leve accusar ao juiz de direito da comarca do Serro, nem as autoridades que me precederão; o meu fim é outro, é só a minha defesa pessoal. O preso de quem se trata estava durante a autoridade de meu antecessor já ha duas mezes na prisão...

Um SR. DEPUTADO: — E um anno esteve preso em Minas Novas por autoridades luzias.

O SR. PAULA FONSECA: — Esse individuo foi preso por autoridade differente; esteve um anno ou mais sem culpa formada em Minas Novas, como diz o nobre deputado...

Um SR. DEPUTADO: — E antes na cadeia do Grão-Mogol.

O SR. PAULA FONSECA: — Entretanto todo esse tempo que esteve preso sem culpa formada, eu não attribuirei ao desejo que houvesse de calcar direitos do cidadão, attribuirei as mesmas difficuldades que achei para o andamento do processo.

Um crime atroz foi commettido: um cidadão foi assassinado no lugar chamado Desbarranque, 8 leguas distante da Diamantina, é isto facto averiguado. Passado algum tempo indiciou-se esse individuo como autor do assassinato; foi elle

preso pelo lado de Minas Novas ou do Grão-Mogol, esteve nas prisões perto de anno sem culpa formada, mas como o crime foi commettido no termo da Diamantina, foi o preso avocado pela autoridade a quem competia formar o processo, ou mandado pelo delegado de Minas Novas. Chegado a Diamantina durante a jurisdicção do meu antecessor, que pertencia ao partido do honrado membro pelo Pará, esteve alli dous mezes preso, tendo-se-lhe feito apenas o interrogatorio. Já disse, não condemnio o meu antecessor: as mesmas difficuldades que havia a meu respeito havia a respeito delle. Tomando conta da delegacia a 14 de Dezembro (permitta a camara que eu insista sobre estas circumstancias), eu não podia suppor que na prisão houvesse um cidadão que não estava cumprindo pena; só soube que esse individuo estava preso pelo primeiro requerimento que me fez. Pelos despachos dados nesse requerimento e em outras petições, ver-se-ha que não houve da minha parte nem o mais leve desejo de offender os direitos desse cidadão; não posso, pois, ser tido como culpado e immoral, porquanto supponho immoralidade da parte da autoridade ter preso um cidadão sem culpa formada por mais tempo do que a lei permite, não militando as razões que militarão a meu favor, e que eu passo a expôr.

Eu era ao mesmo tempo delegado da policia e primeiro supplente do juiz municipal. O termo da cidade Diamantina é incontestavelmente um dos principaes da provincia de Minas-Geraes, talvez o mais povoado, um dos que pelos meios de subsistencia que offerece, a mineração principalmente, não deve estar menos sujeito a rixas e questões para occuparem a attenção das autoridades. As testemunhas, todas ellas habitantes de fóra da cidade, negavão-se a vir depór na Diamantina, e eu não podia ir ouvi-las a oito leguas de distancia e mais, sendo, como já disse, ao mesmo tempo delegado da policia e primeiro supplente do juiz municipal, com exercicio em um fóro muito trabalhoso, e onde a jurisdicção municipal está unida á de orphãos.

Um SR. DEPUTADO: — E além disso o exercicio da sua profissão...

O SR. PAULA FONSECA: — Mas, dir-se-hia: — Porque não soltastes o réo? — Inconveniente então no crime de arregar-me o direito de dar *habeas corpus*, porque um indiciado em assassinato, que já tinha sido interrogado, a respeito do qual já eu tinha ouvido uma testemunha que pude apanhar em uma occasião que veio á cidade, um indiciado destes não pôde ser solto sem se conhecer sinal se é innocente.

Mas o honrado deputado pelo Pará, que orou tambem até certo ponto sem estar cívado do espirito de partido; que orou ao principio como juriscônsulto, veio a terminar o seu discurso com insinuações malignas que tenho necessidade de responder. O nobre deputado contradisse-se perfeitamente; para provar-o, V. Ex. me permittirá que leia aqui a terminação do discurso do nobre deputado: « Senhores, disse elle, eu que estou persuadido que este facto porque é accusado o nosso collega, não é senão uma das muitas medidas que foi necessario tomar na provincia de Minas, para conseguir-se a salvação da patria pela eleição dos vinte deputados dessa provincia; eu, que entendo que este lugar de delegado foi um sacrificio imposto ao nosso collega o Sr. Paula Fonseca em beneficio dos planos da conquista, não poderei de fórma alguma querer contribuir agora para que só elle pague o serviço que fez ao grande partido salvador. »

V. Ex. vê a insinuação maligna do nobre deputado (*apoiados*); vê que o nobre deputado considera-me como autoridade nomeada de pro-

posito para alcançar o triumpho do partido salvador, como elle diz por ironia, mas que eu confesso que é realmente salvador das instituições do paiz. (Apoiados.) O nobre deputado além de arguir-me, arguiu também a outras autoridades da provincia, que diz forão nomeadas de proposito para os actos electoraes, aos quaes elle attribue a nossa estada nesta camara. Em nome de todas as autoridades policiaes da provincia de Minas, eu repillo com todas as minhas forças tão indigna insinuação....

Um Sr. DEPUTADO:— Especialmente da comarca do Serro, onde a nossa maioria é immensa.

O Sr. PAULA FONSECA:— Os motivos pelos quaes Manoel Alves da Silva esteve preso mais tempo que a lei permite sem culpa formada não forão absolutamente politicos. Esse homem é um crioulo idoso, sem importancia alguma, digno até de commiserção; muitas vezes desejei incorrer na responsabilidade de o mandar soltar; confesso que o desejei. Não era elle qualificado votante; não podia dispôr de um só voto; como pois havia de tál-o preso para fins electoraes ? l....

O Sr. AFRICIO:— E preso por alliados da opposição.

O Sr. PAULA FONSECA:— Já disse que fui preso pelo delegado de Minas Novas, que o teve um anno na prisão; entretanto não foi por isso mandado responsabilisar. Ponho de parte a justiça com os Srs. Ramiro e Valdetaro lançarão o seu accordo, direi todavia que não era só eu e o meu antecessor da Diamantina que deviamos ser responsabilisados; também devia sê-lo o delegado de Minas Novas, que teve esse individuo preso por um anno, como consta do processo.

Mas vou achar a minha defesa no proprio discurso do honrado deputado pelo Pará, quando fallou desapaixonadamente, como juriscôulto; apresentarei ao paiz essas poucas palavras do nobre deputado, porque ellas provarão que não fui processado por motivo nenhum ignobil que me tornasse indigno de tomar assento nesta casa. Eis as palavras do nobre deputado: « E depois, estes factos e crimes commettidos por homens que têm no seu paiz a possibilidade de serem nomeados deputados, são de ordinario mui raros e de mui leve natureza, como allás acontece no caso presente, em que eu tenho muito prazer de dizer em favor do nosso collega, que é acompanhado de circumstancias — que nada depõe contra a sua moralidade. »

Agradeço muito ao honrado membro o ter dito essas palavras, e com ellas julgo ter dito quanto devo em uma questão em que não me é dado ter voto.

ALGUNS SRS. DEPUTADOS:— Muito bem.

O Sr. MELLO FRANCO:— V. Ex. vê que eu sou forçado a entrar nesta discussão, porque trata-se de um amigo meu pessoal, de um amigo politico, que tem sido censurado injustamente nesta casa.

O Sr. CRUZ MACHADO:— Esta não é a questão...

O Sr. MELLO FRANCO:— ... ao mesmo tempo me vejo embarçado, porque poderel dizer alguma cousa que vá offender a susceptibilidades da soberana policia da minha provincia, tão bem representada nesta casa....

O Sr. CRUZ MACHADO (com força):— Isto é uma injuria feita a esta casa; eu não sou representante da policia.

O Sr. MELLO FRANCO:— Oh! se o é! O outro embarço, Sr. presidente, que eu encontro é, sem duvida, que algum poderá acreditar que eu desejaria ver punido um meu collega.

Eu tenho observado, Sr. presidente, pelo decurso da discussão que tem havido a resaneta do

parecer da commissão que occupa a attenção da casa, que este facto é mais um dos muitos que têm vindo á luz da publicidade para demonstrar aquelles que não acreditão mais em palavras, que nós carregamos com todos os onus do systema representativo sem nenhuma de suas vantagens.

Sr. presidente, o facto que deu lugar ao processo que nos occupa não é isolado; ha muitos outros cuja apreciação é talvez indispensavel, até mesmo para que a illustre commissão de poderes mude de opinião, e de alguma maneira se torne menos severa para com o juiz de direito da comarca do Serro. Eu sei, Sr. presidente, que ainda mesmo que esta circumstancia tivesse lugar, ella não iria remediar o castigo imposto áquelle cidadão em virtude das reclamações dos honrados membros que habitão nas cidades Diamantina e Serro.

O Sr. CRUZ MACHADO:— Então forão castigados todos em 1844....

O Sr. MELLO FRANCO:— Eu appello para a honra do nobre deputado; visto que elle me dá este aparte, interpell-o para que diga se não é exacto que elle e seus amigos fizeram um abaixo assignado exigindo a demissão do Sr. Godoy...

O Sr. CRUZ MACHADO (com força):— E' falso....

O Sr. MELLO FRANCO:— Eu estou autorizado pelos meus amigos do Serro e da Diamantina para dizer isto; desejo que os nobres deputados me contrariem, porque quero exigir as provas, não só para os convencer de que esta exigencia fora feita, como até que os nobres deputados ameacarão que passariam para a opposição....

O Sr. CRUZ MACHADO:— Eu passar para a opposição! Sou cascudo de geração... (Rindo-se.) Oh! oh!

O Sr. PRESIDENTE:— Attenção!

O Sr. MELLO FRANCO:— O nobre deputado ri-se talvez porque o governo esperou a occasião em que essa remoção, que eu chamarei perseguição (apoiados da opposição), mata devia incommodar ao Sr. Godoy, isto é, quando elle podia mais facilmente transportar-se de uma comarca para outra, foi poupado com geral admiração, e logo que tomou estado, creio que o mesmo correio portador dessa noticia também levou sua remoção.

O Sr. SÁXO LOBATO:— Estava-se á espera do casamento do Sr. Godoy; esta é boa. (Risadas.)

O Sr. MELLO FRANCO:— Sem duvida. Porém, voltando ao parecer que se discute, direi que não só a illustre commissão de poderes, como o nobre deputado que enostou a discussão, entendem que o Sr. Dr. Godoy foi precipitado executando as ordens que recebeu do tribunal que competente-mente no objecto em questão podia dar-lhe; acreditei que tão grave accusação seria immediatamente acompanhada das provas; mas, em vez dellas, o que se disse foi que a pronuncia do Sr. Paula Fonseca tivera lugar no mesmo dia em que os autos do processo forão conclusos.

O Sr. SÁXO LOBATO:— Sem inquerir as testemunhas do facto.

O Sr. MELLO FRANCO:— O nobre deputado, que é juriscôulto, não sabe que para a pronuncia não se exigem essas provas, que bastão indícios vehementes?

Como ia dizendo, Sr. presidente, foi precipitado o magistrado, cuja prudencia não só foi reconhecida, como censurada; sem se attender ás circumstancias em que elle se achou, sem se saber que elle esteve algum tempo fora de sua comarca, e finalmente sem considerar-se a necessidade que elle tinha de proceder com toda a circumspecção para prevenir o futuro, e não ministrar a seus

adversários fundamento algum para que, com razão, pudessem abalar a merecida reputação que elle tem sabido grangear por sua rectidão e probidade. *(Apoiados.)*

Sr. presidente, o crime do Sr. Godoy consiste em que elle nem é daquelles que servem para instrumento do governo, nem tão pouco barateia a justiça ás exigencias e miseraveis caprichos de partido, como na minha provincia se exige de todas as autoridades....

O Sr. APRIGIO:—Apoiado.

O Sr. MELLO FRANCO:—Essas foram as razões principaes que levarão o governo a satisfazer as exigencias do exclusivismo dominante em Minas, o qual não pôde soffrer que o Sr. Godoy, na qualidade de juiz de direito, absolvesse a camara municipal da Diamantina, que foi uma das victimas do ex-presidente....

O Sr. PAULA FONSECA:—Por causa do desrespeito e invectivas com que foi tratado o presidente da provincia em uma sua representação.

O Sr. MELLO FRANCO:—Pois eu digo que aquella camara foi suspensa e processada para se aplainar o terreno em que se deu o combate de 5 de Agosto; portanto, a remoção do Sr. Godoy...

O Sr. PRESIDENTE:—Perdôe-me o nobre deputado, o que está em discussão é o parecer da comissão.

O Sr. MELLO FRANCO:—Perdôe-me V. Ex., aquelle magistrado foi taxado de imprudente; eu disse no principio de meu discurso que o facto em questão tinha relação com outros, que devem ser apreciados pela illustre comissão de poderes, a qual sem duvida modificará seu julgo desde que conhecer o procedimento da policia da Diamantina; além disto, permita-me V. Ex. que eu diga algumas palavras em defesa de um amigo ausente, de um magistrado que honra sua classe. *(Apoiados.)*

O Sr. SOUZA FRANCO:—Apoiado.

Uma Voz:—Ninguém o accusou.

O Sr. MELLO FRANCO:—Ninguém o accusou!... Sr. deputado, era preciso que eu não estivesse no uso de minhas faculdades intellectuaes para que não entendesse que é uma accusação muito grave feita a um magistrado o dizer-se que elle foi precipitado.

A precipitação em um magistrado equivale a parcialidade, e se eu deixar passar esta censura, sem pedir as provas, sem a contrariar, poderá alguém presumir que a remoção do Sr. Godoy foi determinada por alguma outra razão que não seja o capricho e o exclusivismo.

Sr. presidente, eu já disse o que praticou o Sr. Godoy por occasião da suspensão e processo da camara municipal da Diamantina, para mostrar um dos motivos reaes de sua remoção; direi agora que elle era um obstaculo permanente contra uma horda de communistas, e verdadeiros bandidos, que á força se apropriarão da propriedade de um proscripto, como são todos os que em minha provincia pertencem á opposição. *(Ha muitos apartes e reclamações.)*

O Sr. PAULA FONSECA:—Como prova que são bandidos?

O Sr. PRESIDENTE:—Atenção. Eu peço ao nobre deputado que se cinja á materia do parecer, do contrario não poderei chamar á ordem aos outros senhores.

O Sr. MELLO FRANCO:—Eu estou sempre disposto a obedecer a V. Ex., mas não posso prescindir de dizer algumas palavras sobre este facto que excitou tanta animosidade, e que é gravissimo, porque trata-se da propriedade de um cidadão, que foi incendiada e explorada, e

que devêra ser mantida, se por ventura para os ilotes brasileiros a constituição servisse de garantia. *(Ha muitos apartes.)*

Eu alludo á invasão da lavra do Cavallo Morto, e ao incendio da propriedade do Sr. Robim.

Um. Sr. DEPUTADO:—A força do governo foi baleada.

O Sr. MELLO FRANCO:—Isso pro forma.

O Sr. PAULA FONSECA:—Baleado pro forma! Ora esta... *(Risadas.)*

O Sr. MELLO FRANCO:—Não tenho remedio senão referir as circumstancias deste facto, porque as reclamações dos nobres deputados podem fazer alguém supôr que exagerei.

O Sr. PRESIDENTE:—Eu não posso admittir esta discussão.

O Sr. MELLO FRANCO:—V. Ex. vio que o Sr. Godoy foi accusado na discussão deste parecer, e eu acredito que tenho o direito de mostrar que elle não só neste caso, como sempre, tem sido um magistrado recto e imparcial *(apoiados da opposição)*, e para isso não posso deixar de referir alguns factos.

O Sr. PRESIDENTE:—Do que se trata é do parecer, tudo o mais é fora de ordem; ahí vem a discussão do voto de graças, e então o nobre deputado poderá tratar deste objecto com toda a minuciosidade.

O Sr. MELLO FRANCO:—Á vista disto eu me sento.

O Sr. PRESIDENTE:—Pôde fallar sobre o parecer.

O Sr. MELLO FRANCO:—Pois, senhores, não poderei citar dous ou tres factos, ao menos para mostrar o que tem sido a policia na Diamantina, quando elles têm inteira relação com o parecer que se discute para depois fazer a applicação delles, e chegar á conclusão do parecer?

O Sr. PRESIDENTE:—Não posso consentir que o nobre deputado divague, porque os outros senhores....

O Sr. MELLO FRANCO:—É muito pequena divagação, eu não citarei senão este facto... e mais outro apenas *(risadas gerais)* que têm toda a relação com o objecto em discussão. Quero referir as circumstancias que acompanhãrão a invasão da lavra do Cavallo Morto, e dizer que pela interferencia do Sr. Godoy... *(Alguns senhores riem-se.)* Os nobres deputados riem-se, porque o proprietario dessa lavra é um dos proscriptos, a quem nenhum direito, nem o de propriedade, se garante *(não apoiados)*; entretanto o negocio é muito sério, de muita responsabilidade para aquelles que podendo com a força da autoridade manter o direito de propriedade, não o fizeram. *(Ha muitos apartes.)* O facto teve lugar distante pouco mais de uma legua da cidade Diamantina, com pleno consentimento das autoridades.

O Sr. CRUZ MACHADO:—Ora esta!

O Sr. PAULA FONSECA:—Como era com consentimento das autoridades, se a força do governo foi baleada?

O Sr. PRESIDENTE:—Peço ao nobre deputado que entre na materia do parecer, na discussão da falla do throno...

O Sr. MELLO FRANCO:—Sr. presidente, a discussão da falla do throno está ainda para muito longe *(risadas.)*; a camara pôde ser adiada, pôde mesmo ser dissolvida como eu espero e desejo, e finalmente eu não vejo melhor nem mais opportuna occasião para defender o magistrado accusado. Além destas razões, V. Ex. sabe que eu posso morrer de febres, nestes poucos dias. *(Risadas.)*

O SR. PRESIDENTE :—Eu não posso continuar a palavra ao nobre deputado senão sobre o parecer.

O SR. MELLO FRANCO :—Pois bem, eu me sento sem poder dizer a maneira pela qual foi violado na Diamantina o direito de propriedade garantido pela constituição.

O SR. VIEIRA DE MATOS dá um aparte que não ouvimos.

O SR. MELLO FRANCO :—Eu admiro como V. Ex., que eu supponho penetrado de espirito de justiça (apoiados), vem dizer isto aqui. Emfim, Sr. presidente, como V. Ex. não quer me continuar a palavra, eu me sento.

O SR. D. MANOEL :—Sr. presidente, a questão que nos occupa neste momento não é por certo uma questão de partido... (Apoiados.)

O SR. CRUZ MACHADO :—Isto é que é exacto.

O SR. D. MANOEL :—... é uma questão toda de princípios (apoiados), tanto constitucionaes como de direito criminal (apoiados); é portanto com estas questões que eu vou occupar por algum tempo a attenção desta augusta camara, tendo por fim sustentar o parecer da commissão de constituição que assignei, e que foi redigido pelo meu nobre amigo e collega o Sr. deputado pela provincia da Bahia.

Sr. presidente, havendo examinado com a maior attenção os papéis que a esta augusta camara foram remettidos pelo juiz de direito da cidade Diamantina, e feito acerca delles o meu juizo, o meu nobre amigo e collega encarregou-se de redigir o parecer, teve a bondade de dar-me para eu o examinar e assignar. Disse-lhe que as idéas exageradas no parecer combinavam perfeitamente com as minhas; não tivemos a felicidade de que o outro nosso collega, que hoje se acha ausente na provincia de Pernambuco, concordasse connosco, e por isto viu-se que elle deu o seu voto em separado, posto não apresentasse razão alguma em que fundasse a discordancia em que estava da maioria da commissão. Eu, Sr. presidente, talvez me julgasse dispensado de entrar nesta questão, depois do luminoso discurso que a camara ouviu, proferido pelo meu nobre collega (apoiados), discurso ao qual ninguem ainda respondeu, porque, em verdade, são tão valentes os argumentos em que elle o baseou, que difficilmente poderão ser destruidos. Apenas o illustre deputado pela provincia do Pará se encarregou, na sessão de ante-hontem, de fazer algumas reflexões sobre o parecer e sobre o discurso do meu nobre collega; mas eu esforcei-me-hei por provar que o honrado deputado, a quem me refiro, não destruiu nenhum dos argumentos do parecer, nenhuma das razões do discurso do meu nobre amigo; persuadi-me mesmo que o nobre deputado pela provincia do Pará quiz antes em tom jocoso tratar da questão, do que mesmo como juriscônsulto; até nesse dia eu vi o seu discurso, mereceu applausos e apoios da maioria da casa; nós todos vimos que o nobre deputado quiz antes divertir-se com o honrado membro sobre quem versa a discussão, do que tratar com aquella seriedade que exigem as graves questões que suscita o parecer; todavia devo confessar que alguma cousa disse o nobre deputado, sobretudo acerca da questão relativa ao tempo em que deve realisar-se o privilegio concedido ao deputado pelo art. 27 da constituição.

Sr. presidente, o parecer naturalmente offerece duas partes: a primeira é aquella em que trata da questão constitucional, isto é, desde quando começa o privilegio outorgado ao deputado pelo art. 27 da constituição do estado; a segunda parte é se por ventura o processo tal qual se acha

organizado deve ou não continuar, isto é, se a camara dos Srs. deputados deve logo decidir na forma do art. 28 da constituição, ou se por ventura é necessario algum outro exame antes que a camara dos Srs. deputados possa proferir tal decisão. A commissão, Sr. presidente, como eu logo mostrarei, não se atreveu a emitir um juizo definitivo acerca do processo, não se achou sufficientemente habilitada para dar o seu parecer, dizendo que continue, ou não continue o processo. Deixo de parte esta questão para logo; vou tratar da primeira, isto é, desde que começa a ter lugar o privilegio que a constituição outorga aos deputados no art. 27.

Sr. presidente, a commissão achou ponderosos alguns argumentos que se apresentam contra a opinião que adoptára; ella o reconheceu, quando disse que apesar de não ser incontrôversa a opinião daquelles que dizem que o privilegio de deputado, nos termos do art. 27 da constituição, só começa desde que elle é reconhecido e proclamado tal; todavia a commissão entendeu que os argumentos em contrario a esta opinião são de menos peso, e por isso adoptou a opinião que se acha exarada no parecer. Eu não cansarei por certo a attenção desta camara repetindo os luminosos argumentos com que o meu nobre amigo sustentou o parecer, e respondeu ao meu honrado collega pela provincia do Rio de Janeiro; mas procurarei ainda apresentar algumas razões em contestação a opiniões muito notaveis que emittirão na casa este honrado deputado a quem me refiro e o nobre deputado pela provincia do Pará, opiniões que para mim serão inteiramente novas, e com as quaes não posso concordar, por me parecerem muito perigosas.

Sr. presidente, assustei-me bastante quando o honrado deputado pelo Rio de Janeiro disse que, apesar de não querer aprofundar a questão sobre o privilegio concedido ao deputado pelo art. 27 da constituição, elle se inclinava todavia á opinião emittida pelo nobre membro da commissão, que se acha ausente, o Sr. Souza Ramos. O nobre deputado, na verdade, não apresentou razões valiosas para sustentar esta sua opinião, mesmo mostrou pouco desejo de entrar na questão, apesar de que eu reconheça que ella não é menos importante que a outra, e esteja mesmo convencido que seria necessario instituir-se um exame para haver um pronunciamento da camara acerca della. O honrado membro pelo Pará apresentou alguns argumentos contra este ponto do parecer, aos quaes vou responder.

Senhores, quando o art. 27 da constituição determina que o senador ou deputado não possa ser preso durante a sua deputação por autoridade alguma, salvo por ordem da sua respectiva camara, menos em flagrante delicto de pena capital, a commissão, no meu fraco e humilde pensar, entendeu bem que a constituição referia-se ao deputado que era verdadeiramente deputado, áquelle que pelo poder competente tinha sido declarado e reconhecido tal. Senhores, eu não quero tirar a força que a eleição dá ao cidadão nomeado representante da nação; mas peço licença para observar ao nobre deputado que isto não só não basta para que um cidadão seja considerado representante da nação; ha uma condição essencialissima marcada na constituição, isto é, o reconhecimento pela respectiva camara. Pergunto eu—não pôde o povo dar todos os seus votos a um individuo que não tenha todos aquelles requisitos que a constituição exige? Este cidadão, que é assim eleito representante da nação, pôde gozar dos grandes privilegios que a constituição outorga aos deputados, não, como bem disse o nobre deputado, em beneficio dos mesmos deputados, mas a bem da nação? Parece-me que não. E qual foi a razão por que a constituição e as leis regulamentares tão sabiamente prescreverão

a necessidade da verificação dos poderes dos deputados? Não foi justamente para examinar se a nação tinha exercido directamente o direito precioso que lhe outorga a constituição de eleger os seus representantes? Não foi para ver se nesta eleição se tinham preenchido os requisitos essenciaes, sem os quaes não ha eleição, para depois desse exame prévio a camara dos deputados poder decidir se o cidadão eleito é com effeito representante da nação para poder gozar dos grandes privilegios que a constituição concede? Sem duvida alguma; logo, a verificação dos poderes é acto essencial para se poder decidir se a eleição foi bem feita, para que esse cidadão se possa chamar deputado; como pois se diz que apenas o cidadão é eleito, é *ipso facto* deputado, e que não é preciso mais nada? Pois então a constituição manda inutilmente verificar os poderes, e declarar que o cidadão eleito é representante da nação? Não por certo. Eu entendo que o cidadão eleito não é verdadeiramente deputado, por isto nós dizemos: «Deputado eleito, mas que não é verdadeiramente deputado sem esta confirmação que se opera por meio da verificação dos poderes e do reconhecimento da camara.» Ora, se assim é, se estes dous actos, quero dizer, da eleição, da verificação dos poderes e do reconhecimento da camara são essenciaes, são indispensaveis, e tanto que não ha deputado sem estes dous requisitos, como quer o illustre deputado que só o primeiro acto, isto é, a eleição, confira o direito aos privilegios que a constituição tão sabiamente outorga aos representantes da nação? Acho que isto seria extremamente perigoso; entendo que a constituição não quer que gozem desses privilegios senão aquelles que forem reconhecidos e declarados deputados pela respectiva camara.

Senhores, apresentemos os inconvenientes, os perigos que da opinião opposta poderião resultar. Nós temos visto recahir a eleição em individuos que na verdade não podião ter assento nesta casa, cu por lhes faltarem os requisitos exigidos pela constituição, ou porque no acto da eleição houve violencia, coacção, etc., com que foi feita a eleição. Quererá a constituição que um individuo assim eleito goze dos privilegios que ella outorga aos representantes da nação? Creio que não é este o espirito da constituição; entendo que seria perigoso que um tal individuo pudesse gozar desses privilegios; mas vamos ainda a outra hypothese; supponhamos que uma provincia qualquer elege talvez por acinte ou por outro qualquer motivo, um individuo que não tem os requisitos necessarios para sentar-se nesta casa, por exemplo, um estrangeiro; supponhamos mais que isto é negocio averiguado conhecido de todos, e que todavia a camara municipal, e que deve apenas contar os votos, sem se importar com as qualidades do eleito, envia diploma a este individuo; é claro, segundo os principios dos honrados membros, que apenas aceitar o diploma principiará elle a gozar dos privilegios que concede a constituição? Eu entendo que não pôde ser esta a mente da constituição, que a constituição não pôde querer que individuos que obtiverão ob e subrepticamente votos de seus cidadãos, gozem logo desses privilegios sem que a camara verifique se este cidadão tem os requisitos da lei para ser deputado, se a eleição foi legalmente feita.

Entendo que neste caso a constituição exige como condição essencial a verificação dos poderes do eleito, para esta poder gozar dos privilegios outorgados pela mesma constituição. Mas, senhores, a isto nos objectão os honrados membros. Não gozando os deputados eleitos do direito de não serem presos sem ordem da sua respectiva camara; não poderá haver um governo que para seus fins de accordo com certas autoridades, faça prender deputados eleitos para os impedir de tomar assento? Concorde

que possa dar-se o caso supposto; mas na lei achamos o meio de evitar este inconveniente, chamando os supplentes e então sempre se reunirá a camara; em segundo lugar, temos a responsabilidade do governo e autoridades que tal praticassem, responsabilidade que não tem a camara dos deputados quando quer outorgar privilegios a homens que não podem ser considerados como pertencentes a ella. Portanto, eu não posso deixar de reconhecer que apparecem inconvenientes, porque os ha sempre, seja qual fór a opinião que se siga; mas é de nosso dever não só escolher a opinião que offerece menos inconvenientes, senão também attender muito ao espirito da constituição e á índole do systema. Sr. presidente, o que nos dizem, o que nos ensinão os scriptores que se têm occupado de materia tão importante? Reconhecendo alguns, posto que outros não julguem necessario, mas reconhecendo alguns este privilegio que a constituição tem dado aos representantes da nação para não serem presos durante a sua deputação, senão nos casos marcados na constituição, dizem, e dizem muito bem, que é preciso a maior cautela no cumprimento da constituição nesta parte, que é indispensavel que não se alargue este privilegio ao ponto de tornar-o um verdadeiro vexame (*apoiados*), de mesmo se dar a individuos que nunca devião ter um assento no corpo legislativo. Eis a razão porque alguns querem que o privilegio se não conceda senão desde o momento em que não pôde haver mais duvida de que o cidadão eleito é deputado, em consequencia do reconhecimento da respectiva camara.

Mas o honrado deputado pelo Pará, a quem estou respondendo, porque ao honrado membro pelo Rio de Janeiro pouco ha a responder, e essas poucas respostas forão dadas cabalmente pelo meu nobre amigo e collega da commissão, disse que favoreciamos o elemento democratico; mas em que? E' maior favor dado ao elemento democratico conceder-se o privilegio ao deputado desde o momento em que elle recebe um diploma, e muitas vezes um diploma falso, da camara municipal, do que desde o momento em que elle é declarado tal pela camara? Eu entendo que não ha favor nenhum; e quando o houvesse, não o deveriamos tomar em consideração para unicamente attendermos a letra e espirito da constituição. Senhores, o que a constituição quer é que o deputado goze dos privilegios durante a deputação, isto é, durante o tempo em que funcione como representante da nação, declarado e reconhecido tal pela respectiva camara. Cumpra notar que no art. 27 se falla tambem dos senadores; o privilegio de senador, no meu modo de entender, não começa senão desde o momento em que elle é declarado e reconhecido tal pelo senado. Ouvi, Sr. presidente, com bastante pasmo e admiração, um aparte que se deu nesta casa quando o meu nobre amigo apontava um facto occorrido no paiz ha poucos mezes. Um cidadão nomeado senador foi responsabilizado pelo supremo tribunal de justiça, e quando chamado á barra desse tribunal, apresentou a sua declinatoria, foi dizendo que não podia responder perante aquelle tribunal em virtude da carta imperial que o nomeou senador pela provincia do Maranhão. O supremo tribunal de justiça, procedendo com aquella circumspecção que o caracteriza, determinou que o procurador da corôa, soberania, e fazenda nacional fosse ouvido a este respeito; o procurador da corôa deu o seu parecer, dizendo que entendia que o privilegio de senador para responder somente perante a sua camara, só podia ter lugar depois de reconhecido pelo senado; voltarão os papéis ao supremo tribunal de justiça, e o supremo tribunal de justiça, por uma decisão

unânime, com excepção de um só voto, declarou que se conformava com o parecer do procurador da corôa; e determinou ao cidadão nomeado senador que viesse responder perante elle pelo crime de responsabilidade de que fôra accusado. Note V. Ex. que em nenhuma das câmaras legislativas se disse ainda uma só palavra contra esta decisão do tribunal; e seria possível que a camara dos Srs. senadores fosse tão pouco zelosa das grandes prerogativas que lhe outorga a constituição, que deixasse passar em silencio esta invasão do poder judiciario? Não haveria uma voz no senado que se levantasse para censurar este acto, para mostrar que não é necessario o reconhecimento e a declaração do senado para dar-se este privilegio?

(Ha um aparte.)

Não se pôde rejeitar precedentes desta ordem. Peço licença ao nobre deputado para dizer que nesta materia prefiro a decisão de um tribunal inteiro á sua opinião, apesar de reconhecer o seu talento e capacidade; peço licença para, tendo em meu apoio o silencio do senado e desta camara, que tambem não devia consentir que o supremo tribunal de justiça fizesse esta ferida na constituição, esta invasão nos direitos do senado, peço licença, digo, para dizer que com estes precedentes, com estas autoridades eu caminho com mais segurança do que com o não apoiado do honrado membro a quem me refiro, que disse que não admittia precedentes.

Sr. presidente, nós sabemos como se fazem as apurações nas camaras municipaes, nós temos visto que cidadãos, que não podião tomar assento nesta casa, obtiverão de camaras municipaes um diploma, vierão e ella algumas vezes, e a camara os tem feito sahir, apesar da chamada eleição, de que tanto se soccorreu o honrado deputado pela provincia do Pará. Isto prova evidentemente o perigo que haveria em conceder taes privilegios a estes pseudos deputados.

O Sr. SAYÃO LOBATO:— Como se fazem as verificações.

O Sr. D. MANOEL:— Eu figurarei uma hypothese; se por ventura o privilegio de deputado deve começar desde o dia em que elle recebeu o diploma da camara municipal, se por ventura não se puder reunir o corpo legislativo por motivo grave, como por exemplo, por guerra externa, e se este motivo durar por espaço de dous ou tres annos, pergunto eu—estes deputados eleitos continuará por todo esse tempo a gozar de todos os privilegios que a constituição outorga aos representantes da nação? Senhores, eu tremo ante as consequências que se devem deduzir de semelhante principio; eu tremo, como disse o meu nobre collega, pelas liberdades publicas; eu tremo que sendo a constituição tão sabia como é, e que querendo só conceder privilegios por utilidade publica, não estes privilegios barateados, que delles se abuse para fins que poderião trazer a destruição das liberdades publicas, a destruição do throno, e de tudo quanto ha de mais caro. Portanto, embora enxerguemos um ou outro inconveniente na adopção da opinião que tenho tido a honra de manifestar á casa, eu entendo que é mais seguro seguir a do que adoptar a outra que parece merecer as sympathias da maioria da camara.

Sr. presidente, nesta parte a commissão não pôde ser suspeita, porque em verdade nós, que temos a honra de sermos representantes da nação por interesse particular desejariamos que este privilegio começasse desde que recebemos o diploma da camara municipal; mas pómos de parte esta questão, que não é digna mesmo de ser tratada nesta casa. (Apoiados.)

O honrado deputado pelo Pará disse:—O deputado eleito é tanto deputado que vai assistir a

um acto religioso, ao *Te-Deum* que a lei manda celebrar depois de feita a apuração da camara municipal.—Não sei se este argumento é muito valioso; que a lei é muito sabia quando determina este acto religioso, entendo; mas que este argumento seja valioso para que o privilegio seja concedido ao deputado eleito, creio que não tem a força que o nobre deputado lhe quer dar; o *Te-Deum* é um acto muito conforme com os principios e praticas da religião santa que professamos, mas não serve para mostrar que o deputado apenas eleito goza dos privilegios da constituição. Senhores, quem deu autoridade aos honrados deputados para datarem o privilegio desde o momento em que recebem o diploma de deputado expedido pela camara municipal, e em que se fundão os nobres deputados para darem tão grande força a este diploma ao ponto de estabelecer o principio de que a eleição faz o deputado, e não querer que os cidadãos tenham o gozo desses privilegios sómente quando a eleição está verificada? Eu achava mais coherencia no nobre deputado pelo Pará se dissesse que o privilegio data desde que está feita a eleição; mas dizer que data desde o acto do recebimento do diploma, não entendo; pois o diploma remetido pela camara municipal dá alguma força á eleição.

O Sr. SAYÃO LOBATO:— Desde a apuração: é quando se sabe officialmente que é deputado.

O Sr. D. MANOEL:—E' um perfeito engano.

O Sr. CRUZ MACHADO:— Antes, não se sabe.

O Sr. D. MANOEL:— Os nobres deputados que entendem que se deve dar um grande elasterio ao privilegio, digão:— Desde que consta, seja como fór, que um cidadão foi eleito deputado, deve principiar o privilegio; mas vir agora com a apuração, com o diploma, isto prova a divergencia em que os nobres deputados estão a este respeito, isto prova que os homens membros se achão em grandes difficuldades para adoptarem uma opinião a tal respeito; uns querem que o privilegio data do acto da apuração, outros depois do *Te-Deum*, e outros depois da entrega do diploma; entretanto que nós queremos que o privilegio data de um acto que não pôde ser revogado; tudo é caduco, tudo pôde deixar de ter força, mas desde o momento em que o Sr. presidente declara que o cidadão eleito é deputado, este acto não pôde ser mais revogado. Já se vê que eu sigo em um caminho mais seguro, menos escabroso do que os nobres deputados que sustentão a opinião contraria.

Parece-me, Sr. presidente, que tenho feito quanto em mim foi possível para responder aos poucos argumentos com que o honrado deputado pelo Pará combateu o parecer, e o discurso do meu nobre amigo e collega da commissão; eu repito, nada disse de novo, o que eu fiz foi repetir em semelhante phrase o que disse o meu nobre amigo, porque na verdade quando elle se sentou eu disse com franqueza: V. Ex. esgotou meus arsenaes, não tenho mais armas para combater meus adversarios, agora não farei senão repatir, não tão bem como V. Ex., os argumentos que produziu em favor do parecer.

Devo dizer á camara as razões por que a maioria da commissão entrou nesta questão. Na occasião em que o honrado deputado por Minas apresentou nesta casa um requerimento pedindo informações acerca do processo que se discute, o nobre deputado tratou, posto que de leve, da questão constitucional, censurando o juiz de direito da cidade Diamantina por ter mandado prender ao nosso honrado collega que se achava então na camara. Eu entendi, e commigo entenderão meus collegas, que era indispensavel dar a nossa opinião acerca desta questão viato que tinha sido trazida á casa; porque se o juiz de direito da cidade Diamantina

tivesse praticado uma arbitrariedade, mandando prender um deputado, e infringindo assim a disposição do art. 27 da constituição, cumpria à camara recomendar ao governo que mandasse fazer efectiva a responsabilidade desse magistrado, porque nós não podíamos ficar mudos espectadores de um facto attentatorio dos direitos que nos são outorgados pela lei fundamental do estado. Era pois necessario provocar uma discussão sobre tão importante objecto, posto que seja qual fór a decisão da camara, ella não basta para fixar-se a verdadeira intelligencia do citado art. 27.

Eis a razão por que a commissão entendeu necessario entrar no exame desta questão, e expôr ácerca della a sua opinião.

Occupar-me-hei da segunda parte do parecer; tarefa sem duvida mais ardua, porque o honrado deputado pelo Rio de Janeiro fez taes arguições, dirigio censuras tantas ao parecer posto que nos fizesse a justiça de acreditar que elle foi dado em muito boa fé, que eu cheguei a convencer-me de que com effeito muito mal tinha eu ido em assignar o parecer; mas por outra parte lembrava-me de que tinha um collega tão esclarecido, tão distincto, que disse: « Se errei, errei inteiramente com o meu illustre collega. » Quando eu esperava o desenvolvimento, e apesar de tantas arguições e censuras, confesso que não ouvi um só argumento que me demovesse do proposito em que estava de votar pelo parecer; se elle apparecesse, eu não teria a menor duvida em reconhecer que estava em erro, porque em materias desta ordem a nenhum homem, ainda o mais illustrado, é desairoso confessar o seu erro, quanto mais a este humilde deputado, que neste momento tem a honra de dirigir-se a esta camara.

O parecer é invasor das attribuições do poder judiciario; a commissão arrogou-se um direito que a constituição não lhe outorga. Vamos primeiro desenvolver estes pontos, para depois passar a outros que não são de menos importancia; e então, senhores, hei de tomar a defesa não só do parecer, mas dos direitos, dos fóros desta camara, que no meu modo de sentir forão atacados pelo nobre deputado que primeiro fallou contra o parecer.

A commissão invadio as attribuições do poder judiciario; porque sendo a camara dos deputados um corpo meramente politico, não lhe incumbe mais nada a dizer do que—continua o processo, ou não continue;—não póde a camara, e por consequencia não podia a commissão, examinar se no processo se tinham ou não guardado as formulas substanciaes prescriptas na lei, não podia entrar no exame das pegas comprobatorias do processo, devia entregar isto ao juiz a quem pela constituição está incumbida semelhante tarefa. Não concordo com o honrado membro, nem com o nobre deputado pelo Pará, em que a camara dos deputados se considere neste caso unicamente como corpo politico, digo mais, que neste caso a camara não é corpo politico, é tribunal judiciario com tanta força que com uma simples expressão della abaixo tudo quanto fixarão os juizes formadores da culpa, com tanta força que, embora o crime esteja provado, póde, ainda que não deve, absolver o criminoso, sem que desta decisão haja recurso algum.

Sr. presidente, ha duas questões distinctas que é necessario que sejam tratadas com alguma circumspecção para que a camara possa entrar no conhecimento do parecer que se discute. quando a constituição determina que no caso de ser pronunciado um deputado, o juiz suspendendo todo o ulterior procedimento, dê conta a esta camara para ella decidir se o processo deve ou não continuar, a constituição, Sr. presidente, deu á camara dos Srs. deputados o arbitrio, não digo bem, deu o direito, impoz-lhe mesmo o

dever de examinar com a maior circumspecção o processo para ver qual a decisão que ha de proferir, isto é, se deve continuar o processo, ou não continuar; note-se bem—examinar o processo—isto é, indagar escrupulosamente se todas as formalidades essenciaes delle forão observadas pelo juiz processante, se foi instruido como determina a lei. Uma vez que isto é feito, uma vez que se póde dizer que o processo está em termos, o que por certo se não póde affirmar do processo que foi remettido pelo juiz de direito da Diamantina, uma vez que o processo foi feito conforme a lei, é que póde ter lugar a decisão da camara. Mas, Sr. presidente, se neste exame a camara se convencer pela discussão, depois de ouvir a commissão respectiva, de que não ha processo, e que por consequencia não está ella habilitada para proferir uma decisão nos precisos termos do art. 28 da constituição, pergunto, deverá apesar disto ter lugar essa decisão? Parece-me que não, porque não é possível que a constituição estabelecesse semelhante doutrina. Não: a constituição diz á camara—examinai o processo; se elle, instruido na forma da lei, nos convence de que a pronuncia do juiz é justa, mandai continuar o processo; no caso contrario, determinai que não continue, e que sobre elle se ponha perpetuo silencio. A commissão, tendo feito um exame circumspectado do processo, achou que se tinham preferido formulas essenciaes, achou que faltavam esclarecimentos para se poder proferir uma decisão conforme quer a constituição; e então a commissão escrupulosa e circumspecta o que fez? Propoz que o governo remettesse o processo ao juiz de direito da Diamantina para organisal-o na forma das leis em vigor; obrou em regra, procedeu como juiz, porque o que é a camara os deputados quando decide que o processo deve ou não continuar? É um grande jury que tem tantas attribuições como tem o primeiro jury do nosso paiz, isto é, sustenta ou revoga a pronuncia do juiz. A camara dos deputados, mandando continuar o processo, sustenta a pronuncia do juiz de direito, e ordenando que não continue, revoga-a, e para me servir da expressão do honrado deputado pelo Pará, mata o processo. Senhores, se a constituição, attendendo ao bem do estado, e á utilidade publica, determinou que o deputado seja julgado pela camara dos senadores, deu ainda outra importante garantia ao deputado quando estabeleceu que o processo fosse remettido antes a esta camara, sem cuja decisão não podia o senado entrar no julgamento do deputado pronunciado. A constituição como que estabeleceu o grande e o pequeno jury. O primeiro é a camara temporaria, o segundo a camara vitalicia. Não seria julgado pelo senado, diz a constituição ao deputado, sem prévia decisão dos vossos pares, isto é, a camara a que pertenceis.

Isto, senhores, me pareceo doutrina eminentemente constitucional; e portanto, neste caso, a camara dos Srs. deputados é tanto poder judiciario como é o senado. Esta camara, senhores, querendo, póde determinar que continue o processo, isto é, póde continuar a pronuncia da autoridade que formou culpa, e então enviar o processo para o senado, assim de que este dê uma sentença definitiva. E, portanto, a camara dos deputados tribunal judiciario neste caso especial, e como ha de sustentar eu revogar a pronuncia sem examinar escrupulosamente o processo, e no caso deste não estar organizado segundo determina a lei, determinar que seja devolvido á autoridade competente para instruil-o devidamente?

Pergunto eu, se o processo passar da camara dos Srs. deputados para o senado com irregularidades, com falta de formulas substanciaes, o senado não está em seu direito mandando supprir estas faltas? Pois bem! aquillo que o senado

faria quando o processo lhe fosse enviado para julgamento, faz a camara dos deputados, quando o mesmo processo lhe é enviado para sustentar ou revogar a pronuncia; porque, senhores, eu não dou outra intelligencia ás palavras do art. 23 da constituição. Nesta parte sustento os direitos da camara dos Srs. deputados que o honrado membro pelo Pará quer contestar, porque o honrado membro disse que esta camara não pôde matar o processo, que em todo o tempo, depois de acabado o privilegio, pôde a autoridade conhecer do delicto do deputado processado. Senhores, é a primeira vez que ouço semelhante opinião no parlamento, opinião perigosissima; as palavras da constituição têm uma força irrecoavel, ellas neste caso dão á camara dos Srs. deputados a importancia de um grande jury, isto é, de acabar o processo por uma vez; e todos sabem que quando o grande jury decide que não havia materia para accusação não podia o processo passar a segundo jury. É necessario, Sr. presidente, que vamos de encontro a semelhante opinião, a qual não tem nem mais nem menos por fim do que tirar-nos attribuições e direitos de que nós nunca devemos prescindir; attribuições e direitos que devemos manter, e fazer manter com a maior vigilancia.

Senhores, ainda os argumentos do honrado membro poderiam ter alguma força se o parecer da commissão dissesse que a camara dos Srs. deputados suprisse essas irregularidades que encontrou no processo; mas não, senhores, a commissão disse ao governo: «Mandai este processo ao juiz de direito, e ordenai-lhe que o instrua na forma da lei.»

O Sr. SAYÃO LOBATO:—Não é mais nem menos do que se fosse o supremo tribunal de justiça.

O Sr. D. MANOEL:—Não é mais nem menos do que se fosse o supremo tribunal de justiça, diz o nobre deputado; pois o nobre deputado acha que o supremo tribunal de justiça é mais do que a camara dos Srs. deputados? Se tenho provado que no caso vertente a camara dos Srs. deputados não é corpo politico e sim tribunal judiciario, a que vem o aparte do honrado membro? Em these o argumento do honrado deputado seria verdadeiro; mas é preciso que o honrado deputado não confunda os casos como fez...

O Sr. SAYÃO LOBATO:—V. Ex. está fazendo o mesmo, com menos fundamento.

O Sr. D. MANOEL:—Não sei... logo veremos, quando o nobre deputado responder. O caso de que tratamos é especial.

Sr. presidente, o honrado membro não quer reconhecer o que estou provando, e é que a camara dos Srs. deputados é verdadeiramente poder judiciario nestas questões. E, Sr. presidente, que inconveniente encontra V. Ex., encontra a casa nesta attribuição dada á camara dos Srs. deputados? Pois, senhores, se a constituição muitas vezes torna o senado um tribunal judiciario, e por consequencia parte do poder judiciario, quando julga, por exemplo, os ministros de estado, conselheiros de estado, os membros do senado, deputados, etc., porque razão, Sr. presidente, a constituição, que foi na verdade prodiga em privilegios aos membros da representação nacional, não havia de dar tambem aos membros da camara dos Srs. deputados este direito de examinar os processos, de dar a sua decisão antes de irem para o senado, e por consequencia constituir a camara dos Srs. deputados tribunal judiciario como constituiu o senado? Não ha razão nenhuma, senhores; é um caso excepcional, e o nobre deputado não pôde argumentar com essas regras geraes de direito para o caso em questão, porque, senhores, o que é verdade é que se a camara dos Srs. deputados disser: «não continue o processo,» qualquer decisão do poder judiciario cahe

por terra. E, senhores, qual é a hypothese em que os corpos politicos lançam por terra decisões de um outro poder? Nós somos um dos ramos do poder legislativo, se acaso não fo-ssemos neste caso tribunal judiciario é que nós invadiríamos as attribuições do poder judiciario; mas como nós somos tribunal judiciario encarregado, como grande jury, de decidir acerca da pronuncia de um nosso collega, sustentando-a, ou revogando-a, já vê o nobre deputado que, pelo menos, a commissão de constituição assistida valiosas razões para entrar no exame de todo o processo, e para propôr que este fosse de novo remetido ao juiz de direito para elle organisal-o na forma da lei.

Senhores, se o processo estivesse regular, se as formulas substanciaes tivessem sido preenchidas, certamente a commissão não hesitaria no parecer que tinha de dar, então diria:—Continue ou não continue o processo—; mas desde o momento que faltavam as bases que para mim são essenciaes, como havíamos de dizer—continue ou não continue—um papel informe, que, como hontem bem disse o nobre deputado pelo Rio de Janeiro, não merece o nome de processo? De forma alguma, senhores; a camara deve proferir suas decisões sobre processos, e não sobre um papel informe.

Senhores, a commissão não foi precipitada, nem injusta, como ha pouco se disse, quando taxou de um pouco precipitado o acto praticado pelo juiz de direito da Diamantina; não, a commissão até attenuou quanto lhe foi possível o procedimento desse magistrado; a commissão não teve em vista nem irrogar-lhe uma injuria, nem fazer-lhe uma accusação infundada, e senão, lêa-se o parecer que estou sustentando:—alguma precipitação—, forão as palavras de que se serviu, pouco mais ou menos. Senhores, é facto averiguado que houve preterição de formulas; e como muitos dos Srs. deputados talvez não tenham lido o processo, e por isso não sabem o que se deixou de fazer, eu referirei em poucas palavras o facto com algumas circumstancias que não vêm mencionadas no parecer. O tribunal da relação mandou ao juiz de direito responsabilisar ao ex-delegado e delegado da Diamantina por terem conservado um preso na cadeia dessa cidade por mais tempo do que o que a lei determina. Ora, quando se organisou o processo em virtude de um accordo da relação e de uma portaria de seu respectivo presidente, o honrado deputado o Sr. Paula Fonseca não se achava naquella cidade; e portanto não pôde ser ouvido deixando de vir essa peça do processo, que é muito importante, porque a resposta do Sr. Paula Fonseca poderia ter influido para que não houvesse pronuncia, apontando razões taes que o justificassem de não ter formado culpa ao preso no prazo marcado na lei; e não só não veio a resposta do honrado membro, como dos autos não consta, por uma certidão, que elle naquella época não se achava na cidade Diamantina. Ora, não pôde ser criminado o juiz de direito nesta parte, porque sabemos com certeza que o Sr. Paula Fonseca não se achava naquella cidade, visto que aquil compareceu desde o primeiro dia das sessões preparatorias; a falta de certidão seria muito attendivel no tribunal da relação; mas desde que não houve resposta do Sr. Paula Fonseca, era indispensavel que se ouvissem testemunhas, para que o juiz pudessem ter uma prova ou indício vehemente se havia ou não motivo para se demorar na prisão esse delinquente tanto tempo antes da culpa formada; não se inquirirão testemunhas, nem se ajuntarão outras peças mencionadas no parecer, e o juiz de direito, fundando-se só no accordo da relação e na portaria do presidente daquelle tribunal, que não mandou pronunciar, mas fazer efectiva a responsabilidade (peço ao nobre deputado pelo Pará que neste

parte faça uma correção no discurso que antehontem proferio, digo, o juiz de direito, sem esclarecimento algum, passou a pronunciar ao delegado, não tendo por base dessa pronuncia senão o acto averiguado da estada na prisão desse individuo accusado de homicidio, e o accordo da relação com a portaria de seu respectivo presidente. Ora, senhores, um papel que apenas tem estas pegas, e em que se não cumprirão as terminantes disposições dos arts. 80 e 142 do código do processo criminal, digo, este papel merece o nome de processo? Pois é cousa insignificante um decreto de pronuncia, cujos effectos, em crimes de responsabilidade, estão declarados no art. 165 do citado código? Não, senhores, as formalidades não foram preenchidas, e se não foram preenchidas, forçoso era que no parecer se dissesse isto, e portanto nenhuma injustiça se fez ao juiz de direito de Diamantina usando-se das palavras « alguma precipitação. » Ora, também é facto averiguado que no mesmo dia em que esses autos foram conclusos se lavrou o despacho de pronuncia, e também é facto averiguado que só em Fevereiro é que veio para a camara a certidão do processo com o officio do juiz de direito; são factos averiguados; senhores, e estes factos creio que provão talvez mais do que alguma precipitação da parte do juiz de direito; todavia, a comissão foi tão indulgente quanto lhe foi possível. Não quero entrar nesse exame em que entrou o nobre deputado por Minas, porque não me compete, e nem é necessario para sustentar o parecer que se discute. Não quero entrar no exame da capacidade e honradez do Sr. Godoy, supponho-o probo e intelligente; mas esta questão não é para aqui, não preciso della para fundar o parecer, e por isso não a aceito. Assim também não aceito a discussão no terreno em que a collocou o nobre deputado por Minas. O nobre deputado quiz justificar-se, quiz fazer aqui o que faria se tivesse tido occasião de responder por escripto; nesta parte reputo necessaria a defesa do nobre deputado, mas não tratarei de examinal-a, porque não se trata de absolver ou condemnar, trata-se de outra questão, isto é, de não se proferir uma decisão definitiva sobre o processo a que se refere o parecer sem se preencherem as formulas consagradas na lei em vigor.

Mas, Sr. presidente, o que me custa repetir é o que ouvi ao nobre deputado pelo Rio de Janeiro a respeito do juizo que forma desta camara para entrar no exame das formulas do processo. Disse o honrado deputado: « A camara dos deputados, em geral, não tem instrução precisa para apreciar as formulas do processo; e como aqui se não faz o que acontece em Inglaterra, onde em casos taes apenas votão os legistas, não é possível que a constituição dêse a camara dos deputados o direito de examinar essas formulas, isto pertence ao poder judiciario. » Primeiramente, senhores, não digo que o honrado deputado irrogou uma injuria á camara, mas fez della um conceito menos justo; pois, senhores, lembrarei apenas isto: a constituição do estado deu á camara dos Srs. deputados o direito de decidir das questões as mais vitaes do paiz, de tudo quanto ha de mais importante, e achou-a incapaz de examinar as formulas de um processo? Porque razão, senhores, ha comissões na maior parte compostas de profissionais? Para que ha o debate? Não é para que aquelles que não são profissionais em finança, por exemplo, em guerra, marinha, etc., se esclareçam, afirmem de que possuem com conhecimento de causa proferir uma decisão? Pois, senhores, assim como a camara dos Srs. deputados profere sua decisão depois dos debates sobre as questões mais vitaes do paiz, não poderá estar sufficientemente habilitada para, depois de um debate,

formar um juizo e proferir uma decisão acerca de meras formulas do processo, quando a nossa legislação entrega a organização do processo a delegados e subdelegados, que são pela maior parte leigos? Ah! senhores, não esperava que o honrado membro fizesse tal conceito da camara dos Srs. deputados! Pois, senhores, o senado é todo completo de juriscosultos? E não conhece elle da vida, da honra e da fortuna do cidadão deputado ou ministro de estado, etc.?

O SR. SAYÃO LOBATO:—O senado é uma entidade muito differente desta camara.

O SR. D. MANOEL:—Lá irei a esta questão; não me escapa, tenho-a nos meus apontamentos. Vambos primeiro á da falta de capacidade desta camara. Como é, senhores, disse o nobre deputado, que se pôde encarregar uma camara, que é filha da occasião, do momento de entusiasmo, de conhecer da formula do processo?

O SR. SAYÃO LOBATO:—Em que pôde prevalecer o entusiasmo.

O SR. D. MANOEL:—Bem, isto é indifferente... como é que se pôde encarregar uma tal camara de uma materia tão ardua?

O SR. SAYÃO LOBATO:—De uma maneira tão especial.

O SR. D. MANOEL:—Especial? Aceito. Como é a do exame das formulas do processo? Senhores, note-se bem, a camara não é competente e habilitada para conhecer das formulas do processo, e pôde dizer—mate-se o processo!—Ora, senhores, são poderosos estes argumentos? E' com esses argumentos que o honrado deputado se persuade que ha de destruir o parecer da comissão? Todos os mais são como estes, e irei referindo-os, porque até, o que não é meu costume, tomei apontamentos dos principaes argumentos com que o nobre deputado suppõe que tinha pulverizado completamente o parecer da comissão.

O SR. SAYÃO LOBATO:—Não disse que tinha pulverizado.

O SR. D. MANOEL:—Vamos a outro argumento do honrado deputado, que é também fortissimo. Diz elle:—Pois a camara dos deputados que não tem responsabilidade, é que ha de conhecer das formulas? Não, isso pertence ao tribunal que tem responsabilidade.—Pois a camara dos deputados decide que o processo não continue, e não decide das formulas?

O SR. SAYÃO LOBATO:—Um é acto muito proprio da soberania da camara dos deputados; o outro não cabe a ella.

O SR. D. MANOEL:—Vamos por esse lado... Eu folgo muito de que o honrado membro figure argumentos novos, de que se não servio no seu discurso. E' proprio da soberania da camara decidir que o processo não continue, mas não é proprio...

O SR. SAYÃO LOBATO:—Não lhe cabe.

O SR. D. MANOEL:—Não é proprio da soberania da camara entrar em uma questão (que o illustre deputado ainda ha pouco achou da maior importancia, tanto que só queria para ella os profissionais), que, diz elle; é cousa tão ordinaria...

O SR. SAYÃO LOBATO:—Não é da sua competencia.

O SR. D. MANOEL:—Diz elle:—Se a camara só se deve occupar com o que é grande, isto é, com a simples decisão se o processo deve ou não continuar, como ha de descer a pormenores que não são proprios da sua soberania? Senhores, quando a camara encarrega de qualquer negocio a uma sua comissão não entre esta nos menores

detalhes. E quando ella apresenta o seu parecer a camara não trata de todos os pormenores com a maior individuação, e depois não profere uma decisão? E' o caso presente. A camara ha de decidir, mas primeiro tem de entrar em todos os pormenores necessários e indispensaveis para que possa resolver com justiça, como quer a constituição do estado. Portanto, senhores, se a camara tem de proferir uma decisão, e se para isso tem aqui os papéis, deve entrar no exame detalhado dellas, ver todas as peças que se achão no processo, porque todas podem contribuir para se proferir uma decisão conscienciosa e justa acerca da questão principal, isto é, se o processo deve ou não continuar. Ainda nesta parte não tem razão o nobre deputado.

Mas, disse ainda o nobre deputado: «As leis derão recursos a outros tribunaes e não a camara dos deputados.» O que a constituição diz é, que o juiz processante dê conta à respectiva camara, e eu entendo, senhores, que nem se pôde aqui interpor recurso algum. (Apoiados.) O juiz, logo que forme a culpa, deve dar conta à camara, tudo o mais fica parado, até a decisão soberana da mesma camara. (Apoiados.) Portanto, nesta parte, acho fraco, fraquissimo o argumento do nobre deputado.

O illustre deputado fez elogios ao Sr. Paula Fonseca, defendeu-o quanto possível do acto pelo qual, em virtude do accordão da relação, foi responsabilizado. Não entro nesta questão; declaro com franqueza que agora, nesta parte, sou juiz e não advogado. Depois, não preciso entrar nessa discussão, porque não trato por ora de dizer se o processo há de ou não continuar; se que trató é de fazer preencher formulas que se preterirão visivelmente. Para que pois essa questão que não vem ao caso?...

O Sr. SAYÃO LOBATO:—Vem, para dar o meu voto como juiz.

O Sr. D. MANOEL:—Mas, senhores, eu não ponho por ora em discussão a moralidade do facto. O que quer o parecer é que o processo volte para que seja devidamente instruido, para que o nosso collega appareça tão innocente como devemos suppor que elle está, para que elle possa completamente justificar esse acto por que foi mandado responsabilisar. O que é fóra de duvida é que o juiz de direito não procedeu neste caso ex-officio, procedeu em virtude de um accordão da relação. Eu ficaria muito suspenso acerca do meu juizo se o processo partisse ex-officio do juiz de direito; não tenho factos contra a sua probidade, mas tambem sei que é um partidario muito notavel do lado opposto ao do Sr. Paula Fonseca. Mas o juiz de direito nessa parte praticou um acto que lhe foi ordenado pelo tribunal superior.

E' occasião de responder ao illustre deputado pelo Pará, que nos disse:—Umaz vezes accusais o juiz de direito por ter processado, outras porque não processou. — Senhores, nós não o accusamos nem de uma coisa, nem de outra; o que a commissão diz, é: «Se acaso erão tão patentes as provas do crime praticado pelo Sr. Paula Fonseca, porque razão o juiz de direito da Diamantina não cumprio o que a lei ordena no art. 167 do código do processo criminal, isto é, porque não formou a culpa ex-officio?» Se essas bases erão sufficientes porque não formou a culpa? Foi o que a commissão notou. Ora, se as bases não erão sufficientes para a formação da culpa no primeiro caso, ex-officio, que não precisava accordão da relação, tambem não o erão para formar a culpa no caso do accordão. Isto é o que o parecer diz; se o nobre deputado o quizer ler com attenção, reconhecerá que nelle não ressumbra nem de leve espirito de partido.

Senhores, eu esforcei-me, devo agora dizê-lo à camara, por ser neste lugar um verdadeiro juiz, sem me importar nem que existia o Sr. Paula Fonseca, nem o juiz de direito da Diamantina. Eu esforcei-me por mostrar que, apesar de ser homem politico, de estar ligado com o lado politico, que hoje está na direcção dos negócios do patz, eu dava de mão a essa circumstancia, não me considerava nesta questão senão como juiz, e juiz que queria ter bases firmes, seguras, para formar um juizo seguro, afim de poder dar uma decisão conscienciosa e justa. Portanto, não nos faça a injustiça de acreditar que neste parecer ressumbra o espirito de partido.

O Sr. SOUZA FRANCO:—Nem por momentos o pensei.

O Sr. D. MANOEL:—Então não digo mais nada a este respeito.

Sr. presidente, o honrado deputado pelo Pará quiz ainda combater o parecer citando o § 12 do art. 179 da constituição, que diz:

«Será mantida a independencia do poder judicial. Nenhuma autoridade poderá avocar as causas pendentes, sustal-as, ou fazer reviver os processos findos.»

Ora, entendeu o honrado deputado a quem tenho a honra de referir-me, que com este artigo combatia victoriosamente o parecer, enxergando nelle uma violação de direitos que pertencem a outro poder. Eu já a este respeito respondi, e creio que satisfactoriamente; mas digo que este artigo não prova nada em favor das idéas do honrado membro. Como eu provei que neste caso especial nós somos verdadeiramente tribunal judicial, não avocamos processos findos, não os sustamos, cumprimos o que nos manda a constituição, isto é, examinar o processo e dar uma decisão, se por ventura elle está organizado nos termos da lei. Creio, portanto, que este artigo não vem nada a proposito, porque, como eu disse, a camara dos deputados é neste caso tribunal judicial competente para examinar todo o processo; e para mandar supprir as formulas, afim de que depois possa proferir uma decisão acertada.

Disse o nobre deputado muito admirado: «Pois nós havemos de declarar que não é crime um facto que a relação declarou criminoso?» Senhores, a relação não declarou criminoso ainda o facto de que se trata. A relação vio, é verdade, que o preso esteve na cadeia por largo tempo, manda examinar o que houve a este respeito, e fazer efectiva a responsabilidade; não manda declarar criminoso a ninguém, nem é tribunal competente para declarar criminoso essa autoridade. Ha de haver processo formado em consequencia do accordão, e depois delle é que ha de saber se a autoridade é criminosa. Nem a commissão o fez, até porque não entra por ora nessa questão.

Ora, o illustre deputado pelo Pará, se esteve jocoso em uma grande parte do seu discurso, no final esteve muito alegre. Elle nos disse com admiração: «Já vejo que esta casa cheira a homem! porque, vêde a maneira por que a commissão se exprime; determina ao governo que ordene ao magistrado que instrua o processo na forma da lei!» E então o honrado membro accusou a commissão de invadir attribuições de dous poderes, executivo e judicial!

Vêja a camara como o nobre deputado estava prevenido, como o seu desejo de divertir-se um pouco com a questão de que se trata lhe vendou os olhos para nem ler as palavras do parecer! Eu as leio: «Entende a commissão que deve ser a certidão do processo remetida ao governo (note-se bem) para que este ordene ao juiz de direito da comarca do Serro que proceda regularmente contra a autoridade policial que a relação

mandou responsabilisar, não dispensado quaesquer diligencias que forem conducentes a bem instruir o processo.»

Ora, senhores, em que ha aqui invasão das attribuições do poder executivo e judicial? Não ha do executivo, porque, senhores, o que é que a camara devia fazer no caso de entender que devem supprir-se as formalidades essenciaes que se preterirão no processo? Ha de se dirigir ao juiz de direito? Não, ha de ser ao governo dizendo-lhe, remette-se esse processo para taes e taes fins, a redacção do officio pertente ao Sr. I. secretario. E o que ha de o governo dizer ao juiz de direito? Ha de pedir? Não; neste caso, como o nobre deputado sabe, o governo diz ao juiz de direito que cumpra a decisão da camara. Temos pois a camara enviando o processo ao governo para que este o remetta ao juiz de direito; cm que ha aqui ingerencia nas attribuições do poder executivo e judicial? Em que enxergou o honrado deputado essa superioridade sobre esses dous poderes que parece que até agora não tem a camara dos deputados exercido? O nobre deputado tem dito: «A camara até agora andou sempre guiada pelo governo, parece que é chegado o tempo de sahir desse jugo, dessa tutela, de ser ella o verdadeiro tutor, e o governo o verdadeiro pupillo!» Senhores, nem me parece que até agora a camara tenha sido pupilla do governo (apoiados), nem que ella se queira arvorar em tutora delle (apoiados); nem uma coisa nem outra é da nossa dignidade. (Apoiados.) A camara ha de ter no governo do paiz aquella justa influencia que lhe compete, as nossas attribuições não de ser mantidas, mas nós havemos de esforçar-nos por manter as do governo e as do poder judiciario, porque o nobre deputado sabe que sem a independencia dos poderes não pôde haver a harmonia que é necessaria entre os mesmos poderes. Portanto, isto ainda foi uma jovialidade.

Mas o honrado deputado deve estar satisfeito, porque além de ter tido muitos apoiados da maioria, acabou por um grande acto de generosidade!—Não, disse elle, já agora não me importa com a continuação do processo, quero ser altamente generoso, quero concorrer com o meu voto para que o nosso collega o Sr. Paula FONSECA não pague pelos pescados alheios!—Ora, eu declaro com franqueza ao nobre deputado que se estivesse no lugar do nosso collega regeitava esse acto de generosidade....

O SR. SOUZA FRANCO:—Como fez.

O SR. D. MANOEL:—....até mesmo porque elle foi acompanhado por uma physionomia tão alegre, tão prazenteira, que pareceu que o honrado deputado não só quiz ser generoso com o honrado illustre collega, mas tambem divertir-se, ou achar um moti o para se divertir com elle. Mas a commissão, senhores, que neste negocio tem procedido com toda a circumspecção; a commissão, que neste negocio não encarou senão a causa da justiça; a commissão, que suppôz que devia informar a camara dos Srs. deputados, que a honrou com o seu voto, de todos os pormenores do processo, para que pudesse proferir um juizo acertoado acerca delle, tratou da questão com toda a seriedade e gravidade que ella exige. Reconheço que a opposição tem certas liberdades, goza de certos indultos, principalmente quando é tão pouco numerosa. Tenho prazer de confessar isto, porque quando estive sentado nas cadeiras da opposição, tambem algumas vezes tomei certas liberdades na discussão; e como é possível que ainda venha a ser membro da opposição, não quero hoje censurar o honrado membro pela maneira jocosa com que se houve na discussão do parecer; não quero dar motivo a que um dia, quando eu responder em tom jocoso ao honrado

membro, estando elle na maioria, me pergunte:—Como praticais hoje o que hontem censurastes?

Sr. presidente, acho-me muito fatigado. Parece-me que tenho respondido, quanto me foi possível, aos argumentos produzidos pelo nobre deputado do Rio de Janeiro e pelo nobre deputado do Pará. Não fallo dos outros senhores que hoje tiverão a palavra, porque a camara vio que elles não tratarão da materia do parecer; o primeiro fez só a sua defeza, e fez muito bem, respondeu de viva voz á accusação que se lhe tinha feito; o segundo quiz fallar em actos praticados na provincia de Minas Geraes, e quiz tambem fazer a defeza do juiz de direito da Diamantina; V. Ex. não consentio, porque este não era o objecto da discussão. Por ora estou firme em votar pelo parecer da commissão.

O SR. SAYÃO LOBATO:—Sr. presidente, eu tinha dito que não entrava na questão constitucio nal aventada no parecer da illustre commissão a respeito da data do privilegio de deputado, por isso que em verdade ainda não tenho uma opinião formada de modo a dar-me convicção satisfactoria sobre questão tão grave; no entanto tambem disse que me inclinava a adoptar a opinião consignada no voto separado, por isso que em caso de duvida parecia-me que a intelligencia mais benigna era sempre a preferivel. O illustre deputado que acaba de sentar-se, e anteriormente um illustre membro da commissão, largamente discutirão esta questão, sustentarão que outra intelligencia não se pôde dar ao artigo da constituição senão a que é indicada no parecer da nobre commissão. Procurei attender muito ás razões apresentadas pelos illustres membros da commissão, mesmo para ver se, guiado por ellas, conseguiria fixar a minha duvida em um desses pontos; mas confesso a V. Ex. que cada vez me persuado que de preferencia devo adoptar a opinião do voto separado, por isso que do illustre deputado que acaba de fallar, apesar de haver dissertado largamente sobre a questão, tanto quanto a minha fraca intelligencia pôde alcançar, não percebi outra razão senão esta: «Seria perigosissimo estender-se este privilegio ao tempo anterior á verificação de poderes; pois não pôde acontecer que um cidadão que não tenha todos os requisitos necessarios, por ventura obtenha votos que o ponhão na linha dos deputados eleitos? E neste caso, o falso deputado não seria desde logo revestido de um privilegio immenso e extraordinario?» Foi este o principal argumento com que o illustre deputado procurou defender a opinião adoptada no parecer. Mas este argumento, vejo eu que as regras da hermeneutica, que os sãos e razoaveis principios da equidade reprovão inteiramente, por isso que funda-se n'um pressupposto odioso, funda-se na possibilidade de ser um cidadão eleito indevidamente deputado, e o illustre deputado sacrifica a esta possibilidade os direitos de todos quantos fôrem regularmente nomeados; e assim diz muito categoricamente: «Nego por- enquanto reconhecer este direito aos deputados eleitos, por isso que entre elles pôde haver algum que indevidamente o fosse.» De modo que, para acautelar um facto que aliás ainda mesmo dado, não descubro que envolva esses perigos e riscos que se figurão, e tanto impressionão ao illustre deputado, lança elle uma condemnação, ou ao menos uma restricção muito vexatoria com a suspensão de um direito precioso e necessario para todos quantos deputados tenham sido escolhidos pelos seus constituintes. (Apoiados.)

Mas, Sr. presidente, em que se funda essa immuniidade que a constituição estabelece a favor dos representantes do povo? Funda-se seguramente na necessidade de uma salva-guarda que ponha a coberto de quaesquer perseguições aos procuradores do povo, para que possam bem

desempenhar as arduas funções do seu mandato ; e por ventura este mandato não é conferido ao cidadão eleito, desde que os votos são contados, e se lhe expede o diploma de deputado, *ipso facto* tal individuo não deve desde logo ser reconhecido procurador do povo ? E portanto não ha necessidade de que elle seja posto a coberto de todas as perseguições que lhe possam vir, ou do poder, ou de qualquer agente subalterno do poder ? Não tem mesmo de acudir a actos importantissimos antes desse reconhecimento em sua camara instalada ? Não tem elle de assistir á verificação dos poderes dos outros membros da camara ? Não é isto uma attribuição transcendente como cada vez mais a experiencia nos convence ? Não importa muito que todos os deputados eleitos estejam garantidos de modo a não poderem soffrer obstaculo algum em comparecerem ao acto da verificação de poderes ? Não é mister portanto que seja uma realidade este privilegio, estas immuniidades que, por muito necessarias, a constituição reconheceu e outorgou aos eleitos do povo ?

Sr. presidente, de tudo quando disse o illustre deputado, eu conclui que elle dissertava antes contra a inconveniencia desse privilegio, e que procurava formar uma opinião para que se viesse a reformar a constituição, acabando-se com o privilegio perigosissimo, porque na verdade, se o illustre deputado não se oppõe ao privilegio, se reconhece a necessidade d'elle, deve reconhecê-lo por applicavel desde que o cidadão fór eleito representante da nação, ou aliás vencer-nos do contrario com outras razões. E que perigo ou inconveniente pôde haver em que algum indevidamente eleito como deputado goze desse privilegio em o tão pequeno prazo, como aquelle que decorre da eleição á verificação de poderes ? Por ventura pôde-se equiparar este perigo ao de não se reconhecer e presumir o deputado, senão depois da installada a camara ? Não é esse justamente o tempo em que mais convém que haja esse privilegio, em que mais útil e necessario é elle, por isso que nessa quadra immediata á eleição é que principalmente fervem os odios e sentimentos de vindictas contra os que tiverão o triumpho nella ? E nfm, Sr. presidente, meditando bem sobre todas as razões e conveniencias, sobre todas as vantagens que judiciosamente teve o legislador constituinte em vistas quando estabeleceu este privilegio, sendo muito para acreditar que é uma necessidade reconhecê-lo desde a época em que se verifica official e categoricamente a eleição do deputado, e não ouvi, repito, que o illustre deputado houvesse expendido alguma outra razão bastante para demover-me dessa intelligencia a que por ora me inclino.

Mas, disse o illustre deputado : « Que inconveniente é esse do deputado eleito ficar recluso e inhibido de assistir á abertura da camara ? Não temos na lei remédio para isso ? Não temos a chamada do supplemte ? Não temos mesmo a responsabilidade da autoridade judiciaria que houver abusado e commettido violencia contra o deputado eleito ? »

Ora, Sr. presidente, confesso que nisto não vejo argumento senão contra a opinião do illustre deputado. Pois então, porque será chamado o supplemte na falta do deputado, entende o honrado membro que tudo está muito bem precavido, que não ha risco nenhum ? Eu digo que por isso mesmo que ha a chamada de supplemtes é que vejo o perigo de alguém que se interesse na chamada desse supplemte, procurar artificeosamente afastar o deputado eleito da reunião da camara. A chamada de supplemtes não é senão um remédio que a lei apresenta para casos especiaes, casos de força maior, não pôde ter applicação de nenhuma maneira para este caso, fcho de um abuso insupportavel. Disse o illustre deputado : « Quem deu autoridade aos senhores

divergentes da minha opinião de datarem o privilegio desde a eleição do deputado ? » Este argumento é de natureza a ser reproduzido com a mesma força e vigor contra a opinião do illustre deputado, e portanto nada produz, e menos pôde convencer a alguém. E nfm, Sr. presidente, a respeito desta questão, repito a V. Ex., ainda não tenho uma opinião por tal modo feita que me tranquillise, entendo que é caso que merece muita consideração ; por enquanto inclino-me a votar pela opinião do voto separado.

Mas entrando na verdadeira questão, que deve ser considerada e resolvida pela camara, direi a V. Ex. que cada vez estou mais persuadido de que é inteiramente insustentavel o parecer da illustre commissão ; mesmo porque tendo ouvido com muita attenção aos dois illustres membros signatarios do parecer, e apesar do muito que dissertarão, da immensa habilidade, dos brilhantes talentos d'elles, em nada fui illuminado a este respeito, e cada vez, pelo contrario, persuado-me mais da procedencia dos argumentos que já tive a honra de apresentar á camara.

O honrado membro que tomou a palavra após de mim, quanto a esta questão principal, segundo a minha lembrança (sinto não ter visto o discurso do honrado membro impresso no jornal, porque então melhor verificaria os pontos d'elle), apresentou as seguintes razões : primeiramente, que depois da decisão da relação do districto era indubitavel a existencia de um facto que merecia um procedimento judicial, e que á vista mesmo do accordão da relação, não era possível desprezar-se este processo, dizendo-se—não continue. Pareceu-me concluir do que disse a este respeito o illustre deputado, que elle entendia que quando havia crime provado, a camara não era dado ordenar que não continuasse o processo, porque não posso de modo algum adoptar a intelligencia de que o illustre deputado quizesse declarar que a camara estava adstricta ao julgado da relação ; não era certamente possível que o illustre deputado concebesse um tal pensamento ; foi portanto a sua intelligencia, que havendo um crime provado a camara não podia ordenar a não continuação do processo. Ora, a este respeito me parece que o illustre deputado está inteiramente equivocado ; mesmo elle leu um dos artigos do regimento desta casa que diz pouco mais ou menos, que quando por ventura se commetter algum crime no recinto da camara, se elle não fór de maior gravidade, a camara tem o direito de mandar prender e metter em processo ao deputado criminoso. Dahi devia deduzir o illustre deputado a intelligencia que o regimento da casa dá, que nos crimes de menor importancia nenhum procedimento se instaurasse contra o deputado que os praticasse. E' fóra de questão, Sr. presidente, que, embora exista um crime, e crime providalissimo, a camara é dado muito discricionariamente, direi mesmo, muito soberanamente, ordenar que não continue o processo. E como poderia o illustre deputado dar outra intelligencia ao artigo da lei ? Por ventura o legislador constituinte podia suppôr que processos houvessem sem haver crime, e que no entretanto elles viessem á camara para os mandar sustar, e acabar com elles ? Não é esta a intelligencia que já mais se deverá dar ao artigo da constituição. Quando a constituição diz que o processo virá á camara, sempre se entende ou se suppõe que é um processo muito regularmente feito, muito competentemente organizado ; e seria mesmo um absurdo, ou ao menos uma grande inconveniencia, legislar-se suppondo que processos se fizessem a cada passo muito irregularmente, e muito incompetentemente de crimes imaginarios, e contra innocentes !

Depois, disse o illustre deputado, a quem primeiramente me refiro : « Eu sobretudo o que quero

é que a administração da justiça tenha seu curso regular no paiz: sacrificarei tudo á boa administração da justiça, sacrificarei mesmo as conveniências políticas. — Mas o que é celebre, Sr. presidente, é que o illustre deputado, no proposito de querer e de apregoar a necessidade da boa administração da justiça, queira fazer uma verdadeira invasão nas attribuições do poder judiciário. Boa administração de justiça não pôde haver senão funcionando devidamente o poder judiciário, e elle não pôde funcionar devida e regularmente senão mantendo-se a sua independência, senão respeitando-se as suas prerogativas, e muito principalmente as suas attribuições privativas. Sr. presidente, o que diria qualquer se visse um homem levantar-se como campeão da boa administração da justiça, e pelo seu braço particular ir por esse mundo vingando qualquer falta na administração da justiça? Parece-me que, por um lado, podia-se fazer honra ás boas intenções deste novo D. Quixote; mas todo o mundo diria: — Os actos praticados por um tal campeão não são actos legais, e muito menos prestantes, para reparar a falta da boa administração de justiça; são verdadeiros attentados, não só contra o senso commum, como também contra os sãos principios da boa administração da justiça, que não comportão de modo algum que ella possa ser devidamente distribuída senão pelos magistrados, unicos competentes para administrá-la, unicos para isso autorizados, segundo a lei. — O que aqui figurei em um simples particular, com muito maior fundamento procede em uma corporação tão autorizada como a camara dos Srs. deputados, que, mesmo pela força do seu immenso prestígio e poderio, muito mais seriamente ameaçaria aniquillar os fóros do poder judiciário. Mas, disse o illustre deputado que acabou de fallar: «A camara dos deputados, tomando conhecimento desta materia, não é mais essa corporação politica, é um verdadeiro poder judiciário.» Eu fiquei absorto ao ouvir o illustre deputado exprimir-se por um modo tão fóra de toda a duvida, e esperei pela demonstração; mas, Sr. presidente, qual foi a demonstração que nos apresentou o illustre deputado da sua these? Foi esta: — A camara tanto é tribunal judiciário, e de tanta força, que até pederia ordenar que o processo não continuasse, apesar de conhecer o crime provadissimo. — Ora, Sr. presidente, se a camara dos deputados pôde soberanamente ordenar que o processo não continue, ainda estando o crime provadissimo, estando patente a todas as luzes, por isso mesmo não é tribunal judiciário, porque não julga, segundo o allegado e provado, não applica necessariamente a sanção das leis penaes quando reconhece as contravenções feitas a ellas; exerceria a tes uma especie de poder moderador, pondo um veto a este processo, e um veto muito discricionario. Não nego o direito que tem a camara de examinar o processo, de aprofundá-lo, de procurar mesmo nella achar assento para a sua decisão; o que nego é que ella tenha o direito de proferir uma sentença como tribunal judiciário, e ordenar á autoridade subalterna judiciaria que regularise os actos do seu officio por este ou aquelle modo.

De duas uma, Sr. presidente, ou as formulas de tal modo forão preteridas nesse chamado processo, de modo que, do que se acha escripto nelleas folhas de papel nada se deduza, não se possa formar um juizo seguro sobre a existencia do delicto; e sobre o supposto delinquente, ou alguma cousa se pôde deduzir a este respeito. Se não se fórma juizo seguro á vista de um tal processo, até por isso a camara não deve conhecer-se a camara, mesmo reconhecendo o processo como muito regularmente instaurado, e reconhecendo demais o delicto e o delinquente, pôde dizer — não continue o processo, — como não ha de tomar

esta decisão, quando desse chamado processo não se fórma juizo seguro sobre a existencia do delicto e sobre o delinquente? Mas se do processo se colhe o conhecimento de um facto com certas circumstancias; e se o conhecimento que elle nos fornece é este, e não pôde ser senão este, que o deputado Sr. Paula Fonseca, sendo delegado de policia, não instruiu a tempo um processo de que deveria logo ter promovido os termos, deixando assim continuar por mais tempo na prisão um réo que se achava recluso ha mezes sem culpa formada; se é este precisamente o facto criminoso constante do processo; se, independente da devida instrução do processo (que aliás devera ser acuradamente feita pelo respectivo juiz), está elle bem conhecido de modo a não deixar duvida alguma quanto ao ponto principal, e ainda mesmo acerca de muito importantes circumstancias; para que pois esta nova instrução, que realmente não importa senão retardar a decisão de um negocio simplissimo, e por ventura também fazer pairar sobre o honrado Sr. Paula Fonseca presumpções e conjecturas se não odiosas, pelo menos vexatorias?!

Tem portanto incontestavelmente a camara consciencia do delicto imputado ao nosso honrado collega, pôde por conseguinte, com conhecimento da causa, resolver se por tal delicto e circumstancias é conveniente, é admissivel que seja elle suspenso, arrancado destes bancos e entregue ao procedimento judiciário. Sr. presidente, o facto que se conclue do processo é tal que, segundo a nossa legislação penal, não lhe caberia a pena senão de suspensão por alguns mezes. Desde que se não provar, como estou altamente convencido que não se poderá provar, que o illustre deputado muito de proposito demorou este réo na prisão, não ha senão falta de cumprimento de uma disposição de lei regulamentar do processo crime, e com algumas circumstancias justificativas; portanto, a pena que poderia ser imposta ao illustre deputado era a suspensão por alguns mezes do seu cargo de delegado de policia; por tal crime a camara poderia jámais autorisar a continuação do processo, e suspender de suas funções o illustre deputado? Entendo, Sr. presidente, que é caso de se determinar, sem o menor escrúpulo, que não continue semelhante processo.

Mas o illustre deputado pelo Rio de Janeiro disse: — E como se negará á camara dos deputados poder ser um tribunal judiciário, quando a constituição confere attribuições propriamente judicarias ao senado? — Ora, Sr. presidente, confesso a V. Ex. que causou-me a maior estranheza semelhante argumento! Pois porque a constituição muito especial e categoricamente confere ao senado attribuições também muito especiaes de julgar nos crimes de certos e altos funcionarios do estado, a camara dos deputados se pôde erigir igualmente em tribunal judiciário? Não sei qual foi o nexo que achou o illustre deputado entre uma e outra comparação: será por serem ambas as camaras componentes do corpo legislativo? Mas cada uma tem funções distinctas; o senado é um corpo permanente, que já por este lado tem um predicoado que o distingue muito da camara dos deputados, cada um dos seus membros é vitalicio, consequentemente não se pôde dizer que sejam homens que venhão para a camara, e que por um caso dado de dissolução, ou por findar-se uma legislatura, se retirem e sejam substituidos por outros. Se o illustre deputado quiz, por este modo, combater um argumento que eu apresentei, dizendo que não havia na camara dos deputados a capacidade necessaria para conscienciosamente decidir questões especiaes e de privativa competencia de outra corporação, como sejam estas das formulas juridicas, oppondo o argumento de que também o senado, formado mais ou menos com os mesmos elementos da camara dos deputados, tinha essas

atribuições especiaes, eu responderei dizendo que, desde que a constituição conferio ao senado a attribuição de julgar em certos e determinados casos, sendo o senador vitalicio, qualquer cidadão que fór constituido com assento nesta camara, comprehendendo os deveres da sua posição, procurará instruir-se nessas materias, procurará adquirir conhecimentos especiaes dellas para poder bem desempenhar esta attribuição. Demais, Sr. presidente, devo dizer a V. Ex., e talvez abonado por autoridades respeitaveis, que, quando em outra época teve lugar pela primeira vez o nosso senado entrar no exercicio de julgar alguns dos seus membros, praticamente se reconheceu a necessidade de se estabelecer o estylo que eu já invoquei, da camara dos lords de Inglaterra, em que sómente os membros leigistas tomão parte nestas questões e decidem dellas. Mas, disse o illustre deputado: — Pois a camara dos deputados, que decide de questões tão graves e importantes, não terá forças para entrar em uma questãozinha de fórmulas juridicas? — Em verdade esta argumentação me pareceu inteiramente exquisita, não a sei qualificar de outro modo. Pois então, porque a camara dos deputados tem a seu cargo attribuições importantissimas, segue-se que nada deste mundo pôde estar fóra do seu alcance? Segue-se qñe mesmo aquellas funções que para serem bem desempenhadas requerem habilitações especiaes, conhecimentos profissionais, estejam ao alcance da camara dos deputados, de modo que esta camara não é senão uma entidade que julga de tudo, que delibera sobre tudo, que tem tudo debaixo da sua alçada, e resolve tudo a seu talante? Não é possível: por isso mesmo que a camara dos deputados tem attribuições muito importantes é que não se deve envolver com outras funções que a constituição tem dado a outros poderes. O que diz a constituição sobre o poder judiciario? Diz que é livre e independente, etc.; mas dizer-se que porque a camara dos deputados é uma corporação importante, também tem o direito de reformar processos neste ou naquelle sentido, isto para mim é mais que extraordinario, não sei o que possa autorisar o illustre deputado a estabelecer uma doutrina semelhante. Com um tal modo de discorrer, dir-se-ha também que o poder executivo que tem a seu cargo attribuições muito importantes, também pôde fazer leis e julgar. Desde que é dado misturar entidades distinctas, que não se podem confundir, e argumentar com estas considerações de que quem pôde tanto também pôde mais tanto, muito coherentemente se avançará que o poder executivo também pôde fazer leis e sentenciar, porque tem a seu cargo attribuições muito importantes e gravissimas, etc., etc.

Emfim, Sr. presidente, não ouvi nenhuma razão que me convencesse, que me levasse a reconhecer o fundamento com que a illustre comissão propõe que a camara dos deputados, reconhecendo o erro da instrução do processo, ordene que se reforme o mesmo; pelo contrario, em cada um dos argumentos apresentados por seus illustres membros, vi mais uma confirmação da minha opinião a este respeito, e por isto ainda sustento que o parecer da comissão envolve uma verdadeira invasão ás attribuições do poder judiciario, e que portanto não pôde ser adoptado pela camara.

Agora V. Ex. permittirá que eu diga só duas palavras em resposta a um illustre deputado por Minas, que hoje fallou nesta questão: vi que V. Ex. não consentio que elle fosse por diante; mas, emfim, expóz este senhor algumas razões, ou antes trouxe á casa algumas allegações a que não se pôde deixar de dar breve resposta. Disse elle: « O Sr. Godoy foi removido porque não se prestou ás exigencias de perseguição do presidente de Minas. » Direi a V. Ex. que esta allegação do illustre deputado é tão infundada, injusta,

como odiosissima: o presidente da provincia de Minas não era homem que almejasse perseguir a alguém (apoiados); e se fosse disso procedente, como o illustre deputado disse, a remoção do Sr. Godoy não seria tão posteriormente feita, seria realisada em tempo ainda em que pudesse o substituto do Sr. Godoy servir aos calculos maleficos desse presidente. Mas eu devo dizer a V. Ex. que o Sr. Godoy foi muito devidamente removido, porque era um juiz politico que se tinha collocado em tal posição, em que realmente não era mais considerado como o mais proprio para nessa comarca administrar justiça...

O SR. PRESIDENTE:—Peço ao nobre deputado que se cinja á questão.

O SR. SAYÃO LOBATO:—Perdão-me V. Ex.; quero só apresentar um facto para provar o que acabei de dizer, e é que, tendo sido demittido pelo presidente da provincia o promotor publico da comarca do Serro do Frio, como um funcionario que não podia ser tolerado nessas funções, o Sr. Godoy prevaleceu-se da attribuição que lhe dá a lei de nomear interinamente um cidadão para exercer o cargo de promotor, recebeu por um lado a participação do presidente, de que estava demittido aquelle promotor, e por outro lado nomeou interinamente á este mesmo homem.

O SR. DIAS DE CARVALHO:—Facto que já tinha sido praticado por outro juiz.

O SR. SAYÃO LOBATO:—Este facto é bem significativo; dá a medida do quanto se achava elevado de espirito de partido, pelo que estava inteiramente inhabilitado de bem administrar justiça nesse lugar, em que já se tinha feito notavel na revolução de Minas em 1842, levantando o grito de guerra contra o governo legitimo, por causa mesmo dessa lei de 3 de Dezembro de 1841, que, como juiz de direito, lhe cumpre executar...

O SR. PRESIDENTE:—Trata-se do parecer da comissão.

O SR. SAYÃO LOBATO:—Emfim, V. Ex. não consente que eu continue, e como alguma cousa ainda tenho a dizer a este respeito, guardo-me para occasião mais opportuna.

A discussão fica adiada pela hora.

O SR. PRESIDENTE marca a ordem do dia, e levanta a sessão ás 8 horas.

Sessão em 23 de Maio

PRESIDENCIA DO SR. HENRIQUES DE REZENDE,
VICE-PRESIDENTE

SUMMARY.—Expediente.—*Pareceres da commissão.—Processo instaurado ao Sr. deputado Paula Fonseca. Discursos dos Srs. Dias de Carvalho e Taqués.—Incidente.—Urgencia proposta pelo Sr. Souza Franco.*

Às 11 horas da manhã, reunidos os Srs. deputados em numero legal abre-se a sessão, lê-se e approva-se a acta da antecedente.

EXPEDIENTE

Remette-se á 1ª comissão do orçamento uma representação da camara municipal da villa de Alegrete, na provincia do Rio Grande do Sul, pedindo como meio de occorrer á decadencia do seu municipio e provincia a exclusão do charque estrangeiro dos nossos mercados, e a abolição do imposto do sal para o Rio Grande do Sul.

À mesma comissão, o requerimento do desembargador Pedro Rodrigues Fernandes Chaves, pé-

dindo pagamento em consequência da sentença obtida contra a fazenda publica.

O Sr. 1.^o SECRETARIO participa que o Sr. Sayão Lobato, por incommodado de saúde, não pôde comparecer, e que o Sr. Sturz remette á camara uma collecção de jornaes de Francfort. Não ha mais expediente.

PAROCHOS DE COMMISSÕES

Lê-se o seguinte parecer:

« Pela resolução de 28 de Setembro de 1847 foi o governo autorizado a emprestar a Joaquim Diogo Hartley 100:000\$000 para auxiliar a sua fabrica de tecidos de algodão, sendo o empréstimo feito em duas prestações annuaes e consecutivas, de 50:000\$000 cada uma, e a fazenda publica embolsada pela mesma maneira, a contar do sétimo anno que decorresse depois de recebida a ultima prestação do empréstimo, isto é, recebendo 50:000\$000 no fim desse sétimo anno, e igual quantia no fim do seguinte, dando o mutuario fiadores idoneos, que se obrigassem em falta delle, a fazer os pagamentos nos prazos marcados.

« Em virtude dessa autorização recebeu o dito Hartley a primeira prestação de 50:000\$000, tendo sido satisfeita a condição, da fiança imposta pela lei.

« Pretende receber a segunda, mas ao recebimento obsta essa condição, que não pôde satisfazer por não achar fiadores, segundo expõe na petição junta, e, para remover o obstaculo, requer ao corpo legislativo que lhe permita substituir a fiança pela hypotheca da fabrica, terreno, e edificios a ella contiguos, que são propriedades suas, e de valor sufficiente para segurança da fazenda publica, importando demais, a substituição requerida, a extinção da fiança dada para o recebimento da primeira prestação de 50:000\$, pois que as referidas propriedades a dispensão, como se pôde ver procedendo-se ás necessarias diligencias para a verificação do seu valor.

« De outra sorte, diz, o supplicante não pôde utilizar-se do favor da lei, e sustentar uma empresa de tanta utilidade publica; e jámais pediria a substituição, se com ella o thesouro ficasse menos seguro, e se a outros não se tivesse concedido a mesma graça, como por exemplo, a André Gaillard, e a Irineo Evangelista de Souza.

« A commissão de fazenda, tendo bem examinado esta pretensão, offerece á consideração da camara dos Srs. deputados: 1.^o que em nenhuma hypothese o credor pôde dizer-se tão seguro em seu embolso, tendo só a seu favor a caução hypothecaria, como tendo, além desta, a fidejussoria; 2.^o que os bens do devedor estão obrigados ao credor sem dependencia de concessão daquelle, e assim nenhuma caução de novo offerece o supplicante á fazenda publica; 3.^o que nenhum credor em seu sizo abre mão de uma fiança, por lhe dizer o seu devedor que em substituição lhe obriga seus bens; 4.^o que não é preciso demonstrar que a fazenda abrindo mão da fiança fica menos segura em seu embolso, e por ventura sem segurança alguma, pois não se sabe até que ponto poderá ser embaraçado pelas hypothecas tacitas e preferencias concedidas pela lei a diversos credores com os quaes a fazenda não pôde disputar, mesmo em dividas fiscaes, no numero das quaes aliás não se comprehende a de que se trata; 5.^o que sendo esta divida da natureza das que têm hypotheca legal, e suppondo-se a fazenda com igual direito ao de outros credores hypothecarios particulares para entrar em um rateio do producto dos bens do supplicante quando se dê o caso de não poder satisfazer a todos os seus empenhos, é impossivel calcular-se o que viria a tocar-lhe em pagamento dos 100:000\$ emprestados ao supplicante. Do que tudo se segue

dever-se julgar imprudente e despropositada qualquer concessão que tenda a fazer menos provavel o embolso da fazenda.

« A commissão não pôde deixar de ponderar que o empréstimo gratuito concedido ao supplicante com a condição de realisar o pagamento dentro de sete e oito annos (e o sétimo anno vencido depois de recebida a segunda prestação pelo supplicante), importa uma doação de muitos contos de réis, que lhe fez o poder legislativo para protegê-lo na sua empresa, e um gravame ao thesouro de igual quantia, sendo para notar que a quota annual dos juros a cargo do thesouro por occasião de obter os 100:000\$ para o supplicante, posta a juros compostos de facil realisação, até effectuar-se o pagamento dessa quantia, faz sobresahir o valor do favor concedido ao supplicante. Querer demais o empréstimo sem fiança, e que se desonerem os fiadores que se obrigaram pelos 50:000\$ já recebidos, é uma pretensão que offende á boa razão, e ao senso commum.

« Releva por ultimo observar que os exemplos citados pelo supplicante não são exactos, e basta attender-se ás resoluções de 30 de Setembro de 1843 n. 302, e de 2 de Outubro de 1848 n. 510, aquella concedendo quatro loterias a André Gaillard para auxilio de sua fabrica de papel, esta autorizando o empréstimo de 800:000\$ a Irineo Evangelista de Souza para auxilio de sua fabrica de fundição de ferro, não constando das disposições dessas leis que tivessem imposto a condição de fiança, e que por outras posteriores fosse tirada a mesma condição, substituida a fiança por hypotheca dos bens dos dous empresarios.

« Além disso, com o primeiro não despendeu o thesouro dinheiro seu, e a lei, pelo contrario, determinou que dous annos depois da extracção da ultima loteria entrasse o empresario annualmente para o cofre da fazenda com 6 % do producto liquido das quatro concedidas, até effectiva entrada de todo elle. Ao segundo se impoz a obrigação de pagar ao thesouro os mesmos juros, que este houvesse de pagar para obter os 800:000\$, entrando com elles para o cofre da fazenda de quatro em quatro mezes; e se fixou o prazo do empréstimo em onze annos improrogaveis, devendo ser feita a amortisação nos ultimos seis annos, entrando no thesouro publico nacional 50:000\$000 annualmente.

« Portanto é a commissão de parecer que não tem lugar a pretensão do supplicante.

« Paço da camara dos deputados, 7 de Maio de 1850.—Ribeiro.—Mello: »

« Voto separado.—Se se tratasse agora de conceder ao empresario Joaquim Diogo Hartley um empréstimo para favorecer a sua fabrica de tecidos de algodão, meu voto seria contrario a esta pretensão, quer elle desse, quer não, fiadores idoneos para garantirem o thesouro; porque as circumstancias financeiras do paiz não permitem ainda que se adopte este meio de favorecer as industrias entre nós, e tambem porque se tal pratica se estabelecer não serão demasiadas as rendas do estado para favorecer as innumeradas fabricas que por especulação se estabelecerão no paiz, e injusto fora conceder a um favoreas que se negassem a outros: accrescendo que no mau modo de pensar é um contrasenso que o estado tome dinheiro emprestado a juros para o dar gratuitamente aos fabricantes.

« Demais, tenho para mim que por meio de empréstimos somente não conseguiremos implantar no nosso paiz uma industria, qualquer que seja, se outras circumstancias não concorrerem para isso, se outros favoreas se lhe não fizerem; e que esse meio pôde ser em muitos casos improffuuo, do que podem servir de exemplo a fabrica de papel

de Andarahy, que recebeu o favor de um empréstimo gratuito de 44:000\$, e não pôde ir adiante, e a de vidros de S. Roque, a qual tendo tido o auxilio de um donativo de 66:600\$, dos quaes realizou já 44:400\$, além de outros favores que tem tido, pela legislação vigente, ainda ha pouco requerer a concessão de mais loterias, allegando não poder manter-se sem esse novo auxilio.

« E finalmente entendo (posto que não é por ora essa a minha opinião) que quando se julgue que se deve favorecer entre nós a industria por meio de empréstimo feito pelo estado, deverá determinar-se, como regra geral, que todo aquelle individuo, ou sociedade, que quizer estabelecer no paiz uma industria qualquer, e pretenda que seja destarte favorecida, o requiera antes de estabelecer a fabrica, para que lhe seja aquelle concedido, se depois de feitos os precisos exames e indagações acerca da natureza e qualidade da industria, e da probabilidade de poder acclimatar-se no paiz, e prosperar se reconhecer que pôde ser protegida, ficando entendido que nenhum direito devem ter a este genero de protecção as industrias que se estabelecerem por si mesmas sem satisfazerem a esta condição.

« Não está porém neste caso o negocio em questão; e por isso, comquanto esteja eu inteiramente de accordo com os meus illustres collegas, membros da commissão de fazenda, quanto á questão de direito, e por conseguinte com tudo quanto a respeito della expendem em seu parecer, divirjo da conclusão do mesmo.

« Pela resolução citada de 28 de Setembro de 1847 foi concedido a Joaquim Diogo Hartley um empréstimo de 100:000\$ sem juro para auxiliar a sua fabrica de tecidos de algodão, com a clausula de dar o empresario fiadores idoneos que se obrigassem em falta delle a fazer os pagamentos nos prazos marcados: recebeu esta metade do dito empréstimo satisfazendo a condição imposta na lei; mas não pôde realizar a outra metade, porque, diz elle, não acha fiadores que obriguem seus bens no thesouro, sem que se prive do beneficio que lhe quiz fazer a lei.

« Concedido pois, como já está, o empréstimo, estando em parte já verificado, e não o estando no todo pela razão acima ponderada, e attendendo a que da não realisação de todo elle podem resultar hoje graves inconvenientes ao supplicante e á fabrica, como consta que effectivamente acontece e que a industria e o fabricante correm risco de arruinarem-se, segundo se vê da informação do inspector geral das fabricas, e que a fazenda publica pôde ficar garantida pela caução hypothecaria, uma vez que o supplicante possui bens sufficientes para hypothecar livres e desembaraçados, é minha opinião que seja attendido como se quer, na parte relativa ao empréstimo que ainda não está verificado; parecendo-me que, estando já o mesmo concedido, se não pôde com justiça negar hoje este favor ao supplicante, á vista do que se praticou com o proprietario da fabrica da Ponta d'Área, a quem se concedeu sem fiança e somente com a garantia de seus bens um empréstimo, não de 100 contos, mas de trezentos, embora pague elle juros por essa quantia, porque esta circumstancia não garantida o estado de perder aquella somma, se por ventura se verificassem a respeito dessa fabrica as mesmas hypotheseas figuradas pelos meus honrados collegas.

« E pelo que consta da informação do inspector geral das fabricas, remettida pelo governo em solução das informações que foram exigidas pela camara, entendo que não basta unicamente que o empresario realize a metade do empréstimo que lhe falta receber, para que a industria e o proprio fabricante se não arruinem, e que é ainda necessario favorecer a por meio da tarifa, elevando os direitos sobre os algodões estrangeiros

semelhantes aos da fabrica do supplicante, de modo que possam estes concorrer no mercado com aquelles: porquanto, na referida informação lê-se, além de outras, a seguinte passagem:—Acarece outro obstaculo a que medre e prospere a dita fabrica: fez o fabricante quantos esforços cabião em suas forças, pôz em effectivo trabalho 23 teares, tecendo diariamente 84 peças de panno de algodão de 1,050 a 1,100 jardas, prepararão-se outros contando o fabricante ter 50 teares em movimento até o fim do corrente anno; mas, infelizmente, o seu panno, que era a principio tão procurado, hoje está amontoado nos armazens sem poder achar compradores; os estrangeiros baixarão os preços do panno de algodão de 175 e 180 a 150 rs. por cada jarda, e é este o motivo de estarem hoje trabalhando só 25 teares. A não haver mui especial protecção do governo, declarou-me o fabricante que não continuaria a trabalhar com a sua machina visto que era certissimo o prejuizo.

—É a minha opinião que esta protecção deve ser extensiva tambem ás fabricas da mesma natureza estabelecidas na provincia da Bahia, por militarem a respeito dellas as mesmas razões, não devendo servir de embarço, para que se adopte este arbitrio, a consideração de que, adoptado elle, virá o consumidor a pagar mais caro a mercadoria de que se trata; porque, além de que a nossa legislação tem estabelecido o principio de protecção á industria, é evidente que o beneficio que ora tem o consumidor no mais baixo preço por que compra o algodão estrangeiro semelhante ao que se fabrica nas fabricas do paiz, é somente temporario, porquanto, o fim que têm os estrangeiros com a diminuição de preço por que vendem actualmente tal mercadoria, é arruinar essa industria nascente entre nós para, depois de o conseguirem, elevarem o preço della, e desta forma compensarem o lucro que ora, por um calculo muito bem feito deixão de perceber, e talvez mesmo o prejuizo que soffrem.

« Finalmente, e porquanto entenderão os poderes do estado que cumpria favorecer esta fabrica até com um empréstimo, cumpre que tambem o governo, pela sua parte, a coadjuve, bem como as da Bahia, executando o que determina o § 3º do alvará de 28 de Abril de 1809, como consta que já está praticando. Por todas estas considerações, pois, entendo que se deve adoptar a seguinte resolução:

« A assembleia geral legislativa decreta:

« Art. 1.º A garantia exigida no § 1º do art. 1º do decreto n. 491 de 28 de Setembro de 1847 para poder verificar se o empréstimo de 100 contos concedidos a Joaquim Diogo Hartley fica substituida na parte relativa á quantia de 50 contos que ainda não recebeu, pela caução hypothecaria que deverá prestar de seus bens, hypothecando-os especialmente e por escriptura publica, uma vez que os bens offerecidos sejam sufficientes para segurança da fazenda publica, e se reconheça que estão livres e desembaraçados.

« Art. 2.º O governo elevará os direitos, que pela tarifa em vigor pagão os algodões de produção estrangeira, similares dos que se fabricão nas fabricas estabelecidas no Rio de Janeiro e na Bahia; de maneira que não possam ser vendidas no mercado por mais baixo preço do que aquelle por que actualmente são vendidos os fabricados nas mencionadas fabricas.

« Art. 3.º Ficão derogadas as leis e disposições em contrario.

« Paço da camara dos deputados, 8 de Maio de 1850.—J. F. Vianna.

Em consequencia de haver um voto em separado o Sr. presidente declara que o parecer fica adiado.

O SR. VIANNA (pela ordem) requer a urgencia para que o parecer vá a imprimir.

A urgencia é approvada.

Julga-se objecto da deliberação, e vai a imprimir, o projecto da mesma commissão resolvendo que fica revogado o decreto n. 502 de 19 de Agosto de 1848 e em seu inteiro vigor a disposição do art. 2.º do de 29 de Setembro de 1840.

Lê-se os seguintes pareceres que fôão adiados por pedir a palavra o Sr. Moraes Sarmento:

« A commissão de marinha e guerra tendo de interpor seu parecer acerca do que expõe em seu requerimento de queixa o tenente Joaquim Ferreira de Souza Jacarandá, se os réos militares devem responder a conselho de guerra, comquanto não tenham sido julgados criminosos no conselho de investigação, e porque reconhece a commissão a conveniencia de estabelecer-se, por lei, uma doutrina qualquer que firme regra, por não ser clara e explicita, a semelhante respeito, a disposição do § 3.º do art. 155 do código do processo criminal, que deu força de lei a taes conselhos, requer por isso que seja ouvida a commissão de justiça criminal, interpondo com a de marinha e guerra seu definitivo parecer.

« Paço da camara dos deputados, 22 de Maio de 1850.—*A. Nunes de Aguiar.—J. J. de Lima e Silva Sobrinho.—Sebastião do Rego.* »

« Tendo a commissão de marinha e guerra de tomar em consideração o que expõe o governo, pelo ministerio da guerra, em seu aviso de 13 de Julho de 1843, sobre os que seduzem as praças do exercito e armada a desertarem para fóra do imperio, e convindo que a respeito da semelhante materia seja ouvida a commissão de justiça criminal, requer por isso a commissão de marinha e guerra que se convide para este fim a dita commissão.

« Paço da camara dos deputados, 22 de Maio de 1850.—*A. Nunes de Aguiar.—J. J. de Lima e Silva Sobrinho.—Sebastião do Rego.* »

Lê-se o seguinte parecer, que fica adiado por pedir a palavra o Sr. J. A. de Miranda:

« José Alexandre da Silva Lindoso, ex-tenente de primeira linha do exercito, pede ser reintegrado no seu posto.

« O supplicante foi demittido por sentença que o condemnou a quatro annos de prisão, e tendo requerido ao governo ser reintegrado no seu posto, foi sua pretensão indeferida por tres vezes, a primeira das quaes por imperial resolução de 26 de Novembro de 1842, em virtude do que dispõe o § 8.º do alvará de 23 de Abril de 1790, que manda dar baixa do serviço aos réos officiaes do exercito que forem sentenciados por tempo excedente a dous annos, e portanto é a commissão de marinha e guerra de parecer que se indefira a pretensão do supplicante, por infundada e contra a lei.

« Paço da camara dos deputados, 22 de Maio de 1850.—*A. Nunes de Aguiar.—J. J. de Lima e Silva Sobrinho.—Sebastião do Rego.* »

O seguinte parecer fica adiado por pedir a palavra o Sr. Aprigio:

« O padre José Maria Brayner, vigario collado da freguezia do SS. Sacramento da villa de Itaparica da provincia da Bahia, pede que suas filhas legitimadas possam gozar, depois da sua morte, das vantagens concedidas pela lei de 6 de Novembro de 1827, porquanto considera-se capitão do exercito, por ter sido despachado por decreto de 12 de Fevereiro de 1824.

« O supplicante obteve o soldo do posto de capitão de 1.ª linha pelo citado decreto, em consideração dos serviços por elle prestados ao exercito do Reconheço da provincia da Bahia por occasião da independência do imperio; e comquanto prove os bons serviços prestados naquelle tempo, dos quaes foi remunerado, entende contudo a commissão de marinha e guerra que o supplicante não pôde ser considerado official do exercito pelo facto unico de perceber o soldo correspondente ao

posto de capitão, e como tal com direito ao favor concedido ás familias dos mesmos officiaes pela lei de 6 de Novembro de 1827; e, portanto, é de parecer que se indefira sua pretensão.

« Paço da camara dos deputados, 22 de Maio de 1850.—*A. Nunes de Aguiar.—J. J. de Lima e Silva Sobrinho.—Sebastião do Rego.* »

Entra em discussão, e é approvado sem debate, o seguinte parecer:

« D. Custodia Maria, viuva do alferes reformado da 1.ª linha Francisco Caetano Soares, pede interpretação da lei de 6 de Novembro de 1827, acerca do meio soldo que lhe compete de seu fallecido marido, porquanto, devendo-se-lhe abonar o meio soldo do posto de alferes, se lhe concedeu unicamente o de 1.º sargento de artilharia.

« O marido da supplicante, sendo 1.º sargento almoxarife da fortaleza de Sant'Anna da provincia de Santa Catharina, foi reformado no posto de alferes por decreto de 15 de Fevereiro de 1844, contando unicamente 25 annos de serviço. Determinando o § 2.º do art. 1.º da resolução de 6 de Junho de 1831 que se abone ás viuvas dos officiaes reformados metade do soldo que vencião seus maridos ao tempo em que foram reformados, fica evidente que a supplicante não tem direito ao meio soldo do posto de alferes em que seu fallecido marido foi reformado, competindo-lhe unicamente o do posto em que effectivamente serviu, e portanto é a commissão de marinha e guerra de parecer que se indefira sua pretensão.

« Paço da camara dos deputados, 22 de Maio de 1850.—*A. Nunes de Aguiar.—J. J. de Lima e Silva Sobrinho.—Sebastião do Rego.* »

ORDEM DO DIA

Continúa a discussão do parecer da commissão de constituição acerca do processo intentado ao Sr. deputado Paula Fonseca.

O Sr. Dias de Carvalho:—Sr. presidente, as ultimas palavras proferidas na sessão de sabbado por um nobre deputado pelo Rio de Janeiro acerca do meu amigo o Sr. Dr. Antonio Thomaz de Godoy obrigaram-me a pedir então a palavra. Não era minha intenção entrar neste debate depois de ter elle sido tratado por tão habéis juriconsultos, que esgotarão, por assim dizer, a materia; mas desde que me delliberei a pedir a palavra, sou obrigado, antes de dar a resposta que julgo dever dar ao nobre deputado pelo Rio de Janeiro, a dizer alguma cousa a respeito do parecer que se discute.

Inscrevi-me a favor, Sr. presidente, porque, contendo o parecer duas partes, a primeira declarando que o procedimento do juiz de direito da comarca do Serro foi legal, ou queria consignar a minha adhesão a esta parte do parecer da nobre commissão: não sou porém da sua opinião quanto á segunda parte do parecer. Apesar de que não adopte os fundamentos do voto em separado, pretendo dar o meu voto á decisão com que elle concide, certo dos precedentes da casa, de que o que se approva não são as razões dadas pelas commissões, mas a conclusão dos seus pareceres.

A nobre commissão de constituição e poderes dividio, como se disse, o seu parecer em duas partes: na primeira tratou da questão constitucional, de quando começa o privilegio dos deputados; na segunda tratou do processo. Reconheço, Sr. presidente, a utilidade das discussões acerca das materias constitucionaes, porque ellas fixão a intelligencia que devem ter os artigos da constituição, quando esta intelligencia é duvidosa. A este respeito eu quizera que a nobre commissão fosse mais explicita que em lugar de ter simplesmente declarado em um dos períodos do pa-

recer que nada tinha a objectar ao procedimento do juiz de direito, houvesse de consignar, também nas conclusões do seu parecer alguma parte que tornasse sensível esta declaração. Entendo que sobre isto há alguma falta, e talvez conviesse declarar, por uma votação da camara, como se entende a constituição nesta parte, para que no futuro os juizes, os executores da constituição e das leis, tenham uma norma a seguir. (Apoiados.)

Doas opiniões têm sido pronunciadas na casa a respeito do tempo em que começa o privilegio dos deputados. Eu prestei a maior attenção aos discursos dos nobres deputados que sustentaram uma e outra opinião, e comquanto muito abajaia fosse a minha convicção pelo importante discurso que proferio um dos membros da commissão que fallou em segundo lugar, não pôde elle todavia desviar-me da opinião que tenho formado a respeito do tempo em que este privilegio deve começar. Estou convencido de que as vantagens resultantes do privilegio não serão bem sustentadas se elle houver de começar somente depois que o deputado tiver sido reconhecido pela sua camara: parece-me que a utilidade publica, que as conveniências sociais exigem que o deputado tenha o privilegio desde o momento em que é considerado como tal. Ora, o deputado é considerado como tal desde que, feita a eleição, a camara municipal da capital da provincia faz a apuração para conhecer quem são os eleitos pela mesma provincia. Se esta opinião não for seguida, alguns inconvenientes poderão dar-se; poderão haver autoridades que obstem ao comparecimento dos deputados na sua camara. Todos os inconvenientes que foram ponderados em contrario julgo que não devem fazer grande impressão no animo daquelles que seguem a minha opinião. Não é possível, senhores, que os homens eleitos pelas diferentes provincias do imperio para representarem os mais caros interesses da nação sejam de tal qualidade, que todos, a maior parte, ou mesmo muitos, se comprometam em crimes pelos quaes fiquem sujeitos a processo; não poderá esta caso dar-se muitas vezes; não poderão mesmo os abusos dos agentes da autoridade chegarem a tão alto gráo que offendão a todos os membros de uma camara; e todavia é mais conveniente que fixemos a regra que o privilegio deve começar desde que o cidadão é declarado deputado pela camara municipal, e não desde que tem assento na camara e é reconhecido por ella. (Apoiados.)

Sei que se pôde objectar que de nada valem taes declarações, ou ellas sejam feitas em um ou em outro sentido; em verdade, quando o poder executivo absorve todos os outros poderes, quando elle abusa da força que a lei lhe deu no interesse da sociedade, de que valem as leis, de que vale a constituição, de que valem quaisquer declarações? (Apoiados da opposição.) A nossa constituição não podia ser mais expressa e terminante do que foi no art. 27, quando diz que nenhum senador ou deputado, durante a deputação, poderá ser preso por autoridade alguma, salvo por ordem de sua respectiva camara ou em flagrante delicto de pena capital; mas se eu observo os factos que têm passado no nosso paiz, vejo que este artigo não tem sido respeitado, nem pelo poder executivo, nem pelos tribunaes judiciais....

O Sr. MELLO FRANCO:—Apoiado.

O Sr. DIAS DE CARVALHO:—Nós todos fomos testemunhas que 1542 senadores do imperio foram presos e deportados sem licença da sua respectiva camara. Ainda o anno passado nós vimos que membros desta camara, que devião ainda gozar do privilegio que a constituição lhes deu, foram presos, e por fim condemnados....

O Sr. NABUCO:—Estava na excepção da lei.

O Sr. DIAS DE CARVALHO:—Ouço um aparte em que se diz que elles tinham commettido o crime de pena capital. Não posso concordar com esta opinião, porque entendo que o crime a que me refiro é um crime politico, foi o crime de rebelião; creio que assim foi classificado pelo poder competente do estado....

O Sr. NABUCO:—Tinha pena capital quando a constituição foi feita.

O Sr. SOUZA FRANCO:—Não foram presos em flagrante.

O Sr. DIAS DE CARVALHO:—Caso fossem presos em flagrante, e que não foram, os cidadãos a me refiro, gozavão do privilegio de deputados, porque a camara não tinha sido ainda dissolvida.

Senhores, eu fallando nesta questão quero aproveitar a occasião para dizer que eu não venho elogiar os factos occorridos em Pernambuco (apoiados); eu tomo somente a questão debaixo deste ponto de vista: trata-se do privilegio concedido aos deputados; não entro na questão se esses deputados commetterão ou não commetterão crimes, se devião ou não ser responsabilizados pelos factos que praticarão, mas digo que ellas não podião ser levados aos tribunaes judiciais sem que a camara dos Srs. deputados fosse ouvida a respeito deste negocio, que esse processo devia ter sido presente à camara, para que ella declarasse se podia ou não continuar....

O Sr. NABUCO:—A camara estava dissolvida.

O Sr. DIAS DE CARVALHO:—A dissolução da camara não importa a revogação dos privilegios de que gozavão esses deputados.... (Oh! oh!)

O Sr. PRESIDENTE:—Parece-me que nenhuma relação tem esta questão com o objecto que se discute.

O Sr. DIAS DE CARVALHO:—Esta questão faz tanto parte do parecer como tudo quanto se tem dito; dar mais ou menos desenvolvimento à materia que se discute não é trazer questões que não estejam dentro dos limites da discussão....

O Sr. PRESIDENTE:—Mas esta questão trazida pelo Sr. deputado não tem relação nenhuma com o parecer.

O Sr. DIAS DE CARVALHO:—Pois V. Ex. acha que estou fora da ordem, quando, discutindo a questão de quando começa o privilegio dos deputados, trago à consideração da camara um facto sobre o qual eu desejo mesmo que os nobres deputados que entranhão a minha proposição, me respondão, esclareçam o paiz, mostrem que a intelligencia que dou ao artigo constitucional não é a verdadeira? E, senhores, quando digo que esses processos devião ser trazidos à camara, fundo-me em um exemplo da mesma camara. Se o privilegio não pertence ao deputado no tempo em que elle é membro da camara, então já nós mesmos decidimos esta questão em sentido contrario. Não sei em que anno foi processado pelo supremo tribunal de justiça o Sr. Manoel Zeferino dos Santos, como presidente de Pernambuco, sendo membro desta casa; o supremo tribunal de justiça achou materia para accusação, mas determinou que o processo fosse submettido à camara, porque ao tempo em que o Sr. Manoel Zeferino dos Santos tinha praticado os factos pelos quaes foi accusado, pertencia à camara dos Srs. deputados. Na legislatura de 1834 foi trazido a esta casa o processo desse senhor, e a camara supponho que declarou que não continuasse esse processo. Trago este facto para mostrar que esta camara, que o supremo tribunal de justiça, já reconhecerão que o crime commettido por um deputado, durante a legislatura, deve ser julgado pelo senado depois que a camara tiver decretado que continue o processo.

Eu tinha dito, Sr. presidente, que a comissão não dera nas suas conclusões solução a esta grave questão constitucional; não a vejo consignada na ultima parte do parecer, que é aquella sobre a qual recabe a votação, nenhuma decisão a este respeito. Devo dizer que me parece que toda a discussão acerca do tempo em que começa o privilegio é desnecessaria, embora a reconheça util, porque afinal nada teremos concluido, e apenas feito algumas dissertações sobre a maneira por que a constituição deve ser entendida nesta parte. É verdade que tendo-se dito que o juiz de direito da comarca do Serro invadira as attribuições da camara quando formou o processo de que nos occupamos, mui bem fez a comissão em mostrar que tal invasão não tinha havido. Eu sustento ainda mais, o que talvez pareça absurdo, e é que qualquer que seja o tempo em que se conte o privilegio dos deputados, em todo o caso o juiz tem sempre o direito de processar; nunca elle annulla os privilegios da camara quando intenta um processo a qualquer de seus membros, ou seja em virtude de denuncia, ou seja ex-officio, ou por qualquer dos meios que a lei tem marcado. A constituição no art. 28 diz: «Se algum senador ou deputado for pronunciado, o juiz, suspendendo todo o ulterior procedimento, dará conta á sua respectiva camara, etc.» Entendo pois que o juiz tem direito de decretar a pronuncia, mas decretando-a é sua rigorosa obrigação submeter o processo ao conhecimento da camara, para que ella então decida se elle deve ou não continuar....

O SR. CRUZ MACHADO:—Suspendendo.

O SR. DIAS DE CARVALHO:—Está visto....

O SR. CRUZ MACHADO:—Mas elle mandou passar o mandado de prisão.

O SR. DIAS DE CARVALHO:—Não estou presente nisto.

O SR. CRUZ MACHADO:—Está na sentença.

O SR. DIAS DE CARVALHO:—Entendo que a sentença deve ser concedida nos termos ordinarios....

UM SR. DEPUTADO:—Neste caso não.

O SR. DIAS DE CARVALHO:—Eu explico o meu pensamento; se eu fôra juiz, faria o processo até o acto de pronuncia, mas não lhe daria nenhuma execução; ahí é que está toda a questão. Se me provarem que o juiz de direito expedio o mandado, então estarei de accordo com a opinião daquelles senhores que dizem forão invadidos os privilegios da camara, porque então entendo que o juiz afastou-se da constituição, mas o juiz não se afasta da constituição formando o processo até decretar a pronuncia; é logo que a decreta, deve suspender todo ulterior procedimento e dar conta á camara. Não quero importar-me se o juiz neste caso decretou ou não a prisão, mas elle procurou dar-lhe effeito....

O SR. CRUZ MACHADO dá um aparte que não ouvimos.

O SR. DIAS DE CARVALHO:—Perdõe-me o nobre deputado; essas palavras da sentença não são factos desde que se lhes não deu execução; passou esse mandado? Houve alguém a quem fosse entregue para ser executado, para ser capturado o nobre deputado sobre quem versa a pronuncia? Não; o que vejo é o processo remettido á camara. Não vejo portanto o facto de que é arguido o Sr. Dr. Godoy.

Foi tambem arguido o juiz de direito do Serro pela demora que teve na remessa deste processo á camara. Não tendo presentes as razões pelas quaes o processo deixou de ser remettido immediatamente, não me atrevo nem a accusar, nem a defender esse magistrado; quero persuadir-me que algum motivo justificavel poderá ser allegado a este respeito, mas, como o ignoro, não posso encarregar-me nesta parte da sua defesa.

Passarei agora á segunda parte do parecer. A comissão propõe que o processo seja reformado, por isso que contém defeitos que a comissão considera graves. Eu, Sr. presidente, sou o primeiro a tributar o devido respeito ás luzes, á probidade, e mesmo á imparcialidade dos membros da comissão, todavia elles me permitirão que, como amigo do accusado, eu procure descobrir em alguns artigos do código e de outras leis, argumentos que se não destruirem completamente, o que é impossivel; a opinião formada pelos nobres deputados, servirão ao menos para attenuar a sua accusação.

O art. 159 do código do processo, que supponho estar em inteiro vigor, diz o seguinte: «As relações e mais juizes a quem compete a formação da culpa, logo que for presente uma queixa ou denuncia concludente contra qualquer empregado publico da sua competencia, farão ouvir a este por escripto, depois do que proceder-se-ha nos termos da pronuncia.» A leitura deste artigo me faz persuadir que não existe essa obrigação rigorosa, cuja falta importa nullidade insanavel em um processo de responsabilidade, o não serem inquiridas testemunhas; o que se não prescreve neste artigo é que, depois da queixa, seja ouvido o réo. Ora, do processo vê-se que o réo não foi ouvido; mas arazão desta falta está no art. 160 do mesmo código, que diz: «O denunciado, ou aquelle contra quem houver queixa, não será ouvido para a formação da culpa: primeiro quando estiver fóra do districto da culpa.» Provado, como está, que ao tempo da formação do processo o Sr. Paula Fonseca não se achava no districto, não podia elle ser ouvido.

Eu ouvi a este respeito uma observação que não posso deixar de considerar de bastante peso; e foi aquella do nobre membro da comissão que disse que não constava do processo por uma certidão authenticada do respectivo escriptão esta circumstancia; todavia não me parece isto de tão grande alcance que por esse motivo se deva annullar o processo, porque, tendo elle de ser presente á camara, e sendo elle testemunha ocular de que ao tempo da formação desse processo o membro accusado não estava no districto da culpa, entendeu o juiz, talvez não muito bem, que podia prescindir-se desta declaração no processo. Fallo com esta imparcialidade, porque não quero defender em tudo e por tudo o meu amigo, mas sómente naquillo em que me parece que elle é defensavel.

Alguem poderá dizer que a inquirição das testemunhas é indispensavel pelo que dispõe o art. 48 da lei de 8 de Dezembro de 1841, o qual se exprime desta forma: «No summario que se proceder para a formação da culpa, e nos casos em que não houver lugar o procedimento official da justiça, poderão inquirir-se de duas até cinco testemunhas.» Em primeiro lugar, entendo que a palavra «poderão» não impõe preceito absoluto; a lei não diz «se ouvirão» diz «poderão ouvir-se»; parece-me que deixa a arbitrio do jury ouvir ou deixar de ouvir as testemunhas segundo entender que o seu depoimento é ou não necessario para esclarecimento do facto.

UM SR. DEPUTADO:—O «poderão» da lei refere-se ao numero.

O SR. DIAS DE CARVALHO:—E eu entendo que se refere á faculdade concedida ao juiz de inquirir ou não inquirir. Poderei estar em erro a este respeito; mas estou simplesmente enuncitando a minha opinião, mostrando que, a ter ella algum peso, o juiz pôde ser desculpado, de não ter feito a inquirição das testemunhas, tanto mais quanto elle tinha de considerar um facto a respeito do qual a relação já se tinha pronunciado por uma maneira a não deixar duvida alguma sobre o juizo que formava do autor desse mesmo facto.

O proprio art. 400 do regulamento citado pela

nobre comissão não me parece destruir os fundamentos que tenho allegado; por isso que nelle apenas se manda observar outras disposições do código sem que se destrúa o que faz a base principal da minha argumentação, e é o art. 159, o qual não prescreve a audiência das testemunhas nos crimes de responsabilidade.

Ouvi ainda uma accusação contra o juiz de direito do Serro, pela precipitação de ter dado a sentença de pronuncia no mesmo dia em que os actos lhe foram conclusos. Eu havia lido uma declaração desse magistrado, feita pela imprensa, da qual se collige que a pronuncia fôra dada quatro dias depois; mas pela leitura dos papeis vejo que de facto essa pronuncia é datada do mesmo dia da conclusão. Se ha engano ou, na cópia dos autos que vierão á camara, ou nessa declaração que appareceu, não sei; mas ou seja de uma ou de outra maneira não acho grande motivo para se accusar o juiz de direito da precipitação. O facto a respeito do qual tinha de interpor o seu juizo já havia sido por elle averiguado quando concedeu o *habeas-corpus* que lhe fôra requerido pelo preso; elle já tinha visto a defeza do juiz accusado; a relação, considerando todos os factos, tinha declarado que o juiz que os praticára era responsavel. Ora, em vista destas circumstancias, não acho razão para se accusar de precipitado ao juiz de direito do Serro, tanto mais quanto era elle mesmo que havia dado começo a todo este processo.

Mas objecta-se-me uma argumentação mais forte, diz-se: «Se o juiz de direito entendia que os documentos apresentados no processo, quando lhe foi requerido o *habeas-corpus* erão bastantes para determinar a sua accusação, porque não fez immediatamente o processo de responsabilidade que lhe incumbe o código do processo?» Nesta parte, Sr. presidente, mais do que em nenhuma outra; eu tomo a defeza do Sr. Dr. Antonio Thomas de Godoy: digo que se estivesse nas mesmas circumstancias em que elle se achou procederia da mesma maneira....

Um Sn. DEPUTADO:—Eu não.

O Sr. DIAS DE CARVALHO:—Dir-se-ha que isto não é de uma alma forte; mas tenho muita fraqueza em casos desta ordem. Direi á camara os motivos que determinão o meu juizo, pelos quaes não censuro, antes louvo o Sr. Dr. Godoy por não ter intentado o processo *ex-officio* quando concedeu o *habeas-corpus*.

Sr. presidente, o preso de quem se tratava no requerimento de *habeas-corpus* tinha estado illegalmente detido, podia merecer a concessão de *habeas-corpus*, como foi dado pelo juiz de direito; e em ambas as partes o seu juizo foi confirmado pelo tribunal superior da relação, o que me induz a orar por mais esta razão, que elle procedeu muito legal e dignamente. Mas só por este facto devia entender-se que o juiz de direito era obrigado a immediatamente processar a responsabilisar o delegado que tinha consentido na prisão? Aqui é que discordo da opinião daquelles senhores que assim pensão. O juiz podia entender que o preso estava illegalmente detido, que devia ser solto com um mandado de *habeas-corpus*, e todavia o delegado que o detivera tanto tempo preso não tinha praticado um acto pelo qual devesse ser responsabilisado. E é isto novo entre nós? Se eu consulto o processo de recurso dos conselhos de qualificação para a relação do districto, vejo que a relação muitas vezes tem mandado reformar decisões dessas conselhos, sem que todavia tenha mandado responsabilisar os membros que têm tomado essas decisões; outras vezes se tem praticado o contrario, tem-se mandado reformar as sentenças e responsabilisar os juizes ou os membros dos conselhos que os têm dado. O que pois devo eu colligir

dessas decisões contrarias? Que o tribunal superior, todas as vezes que conhece que o procedimento das autoridades subalternas não foi inteiramente illegal, manda reformar o acto, mas não responsabilisar os que o praticarão. Ainda mais, quando olho para as sentenças do supremo tribunal de justiça, não vejo muitas vezes concedida a revista por injustiça notoria? Não vejo mandar-se julgar por outra relação o processo em que tal defeito se encontra? E a par dessas decisões vê-se ordem para serem responsabilisados os juizes que derão sentença com injustiça notoria? Não; e porque será isto? E' sem duvida porque o tribunal supremo considera, nessas questões, que a lei não foi observada como devera ser, que se fez mesmo injustiça á parte recorrente, mas que todavia os juizes não procederão por nenhum dos motivos que devião determinar o tribunal a mandar os responsabilisar. Portanto, partindo destes argumentos, eu os applico ao juiz de direito da comarca do Serro, e digo que elle podia considerar que o delegado não estava sujeito a ser responsabilisado, embora elle tivesse concedido o mandado de *habeas-corpus*.

Mas será a questão a mesma desde que o tribunal superior decide differentemente? Desde que o tribunal superior diz: «Aqui houve infracção de lei» o empregado publico que commetter esta infracção deve ser responsabilisado? O que se queria, senhores, que praticasse o juiz de direito da comarca do Serro? Não era elle juiz de instancia inferior? Não devia obedecer aos despachos, aos mandados da relação? Portanto, o facto da ter elle procedido a pronuncia, quando lhe foi determinado pela relação do districto, não importa a accusação que se lhe quer fazer de contradicção, não tendo procedido *ex-officio* como procedeu depois por ordem da autoridade superior.

Farei ainda mais algumas considerações de uma ordem differente. Qual é de nós, senhores, aquelle que não sabe a época em que se fez este processo? Não digo bem, qual é de nós aquelle que ignora que na occasião em que foi requerido o mandado de *habeas-corpus* approximava-se a época de eleições em todo o imperio? Qual é de nós o que não sabe que duas opiniões lutavão no campo para obterem o triumpho eleitoral, e que uma dessas opiniões apresentava como seu candidato o Sr. Antonio Gabriel de Paula Fonseca, e a outra o Sr. Dr. Antonio Thomas de Godoy, e em taes circumstancias queriatis vós que este magistrado pronunciasse *ex-officio* um candidato de opinião opposta? Oh! senhores, se elle o fizesse, que ceasma não levantaria elle na imprensa? Como não echnaria contra ella na tribuna? Se foi bastante que elle cumprisse uma ordem da relação para ser removido, que pena seria sufficiente para punir esse attentado se elle tivesse procedido *ex-officio*?

(Ha varias apertes.)

Eu hei de considerar esta questão na ultima parte do meu discurso, não para attribuir a ninguém factos que eu não possa em tempo algum provar, mas hei de argumentar com aquillo de que tenho noticia: respeito as intenções, respeito os actos praticados fora desta casa, e não fallarei nelles quando não os puder provar; a minha convicção será differente, mas neste caso fugirei sempre de provocar discussões que offendão aquelles que não tiverem dado para isto motivo: aquelles senhores que avançarem proposições que eu entender que devem ser combatidas, hão de permittir que eu, até onde chegarem minhas forças, ainda que fracas, as combata. Mais adiante responderei a um dos nobres deputados que fallou nesta questão, e que foi a causa principal de eu tomar parte nella.

Tinha eu dito, senhores, que achava muito digno da parte do nobre magistrado juiz de direito

da comarca do Serro, ainda mesmo quando entendesse que devia fazer um processo ex officio, não o fazer nas circunstancias em que elle se achava: note-se que se elle houvesse procedido então dessa maneira, outras seriam as consequencias; o effeito da pronuncia seria immediato, o remedio talvez não pudesse ser tão prompto que chegasse a tempo do concorrente a uma das cadeiras desta camara vir tomar assento nella; e então este facto, longe de deshonrar o magistrado que o praticou, faz muita honra ao seu character.

Algumas outras accusações foram feitas ao Sr. Dr. Antonio Thomaz de Godoy, na qualidade de juiz de direito da comarca do Serro, a respeito das quaes eu direi tambem alguma coisa em sua defeza. Eu ouvi nesta casa um nobre deputado, creio que pela provincia do Rio de Janeiro, dizer que grande parte da culpa devia ser imputada ao juiz de direito, porque não tinha cumprido sua obrigação, porque não tinha feito correição, porque tinha consentido que o preso estivesse detido por mais tempo do que a lei determina; de sorte que, senhores, acha-se justificavel o procedimento da autoridade subalterna, a quem a lei incumbio a inspecção das prisões, a quem um regulamento impoz a obrigação de visitar os todos os mezes, e que pela reunião das jurisdicções de juiz municipal e de delegado de policia tinha todos os meios que as leis facultão para chamar as testemunhas, para inquiril-as, para reformar o processo, para decretar a pronuncia desse individuo, se elle tinha commettido o crime de que era accusado; acha-se justificavel tudo isto, entretanto não se acha justificavel o juiz de direito da comarca do Serro, que tomou conta daquella vara em Julho de 1849, mez em que lhe foi requerido o mandado de *habeas corpus* por esse homem; é culpado o juiz porque dentro do mez em que tomou conta da vara não fez correição, não examinou o estado de todos os presos e nem é responsavel....

O Sr. CRUZ MACHADO dá um aparte que não ouvimos.

O Sr. DIAS DE CARVALHO:—Eu digo que elle tomou conta da vara no mez de Julho: não sei se estou enganado; mas, quando eu avanço aqui uma proposição, estou habilitado para provar as razões em que me fundo.

O Sr. CRUZ MACHADO:—O homem já estava ha mais de anno na cadeia. (Apoiados.)

O Sr. DIAS DE CARVALHO:—Já que o nobre deputado me chama para este terreno, eu aceito esta discussão. O Sr. deputado ignora que no anno de 1848 foi deputado o Sr. Dr. Godoy? Ignora que elle, depois de acabada a sessão, obteve uma licença, e esteve fóra do exercicio do seu emprego....

O Sr. CRUZ MACHADO:—Entrou em exercicio em Fevereiro.

O Sr. DIAS DE CARVALHO:—Eu o vi nesta cidade, eu estive com elle em dias de Abril; portanto, se elle esteve em exercicio como juiz de direito, foi por muito pouco tempo; e se neste pouco tempo é elle responsavel, então, senhores, como quereis justificar estoutro, que esteve com jurisdicção sem interrupção? Não pense alguém que eu accuso o Sr. Paula Fonseca; eu já disse, no principio do meu discurso, que eu votaria pela conclusão do parecer em separado.

(Ha alguns apartes.)

O Sr. PRESIDENTE:—Os nobres deputados podem pedir a palavra; não têm lugar os apartes.... (Apoiados.)

O Sr. DIAS DE CARVALHO:—Sr. presidente, o meu argumento tinha alguma importancia, e

havia de produzir no animo daquelles que me ouvem alguma emoção, e por isto tratou-se de desviar-me; mas eu volto a elle, digo que o Sr. Dr. Godoy em Julho de 1849 tomou conta da vara de juiz de direito da comarca do Serro, que nesse mesmo mez foi requerido o mandado de *habeas corpus*, e se elle deve ser accusado, deve ser responsabilizado, porque em menos de um mez não fez uma correição, não examinou todos os processos, então não sei o que se diria daquelle que não interrompidamente estava no exercicio da delegacia.

Tambem se disse, senhores, que se mandou responsabilisar este delegado, e que não se mandou responsabilisar o delegado de Minas Novas, que um anno antes havia feito prender este mesmo individuo; mas, senhores, este argumento não foi trazido inoportunamente para esta questão? Quando se trata de examinar a conducta do Sr. Godoy, pôde vir a pello a conducta de outro juiz de direito? Nós não sabemos que o municipio de Minas Novas pertence á comarca de Jequitinhonha, e não faz parte da comarca do Serro.

O Sr. CRUZ MACHADO:—Esta censura é para mostrar o espirito com que os desembargadores....

O Sr. DIAS DE CARVALHO:—Eu talvez pudesse defender os Srs. desembargadores, posto que elles não precisem da minha defeza, têm vozes muito mais fortes, muito mais eloquentes para fazer a sua defeza; mas o que digo é que sendo apresentada uma petição de *habeas corpus* por um individuo retido na cadeia da cidade Diamantina, o qual não se queixava de detenção feita senão pelo delegado daquelle municipio, como a relação do districto poderia tomar conhecimento da prisão feita em outra comarca, sem talvez saber os motivos por que esse homem tinha estado detido nessa comarca? Era preciso que do processo constasse tudo quanto é relativo a essa prisão em Minas Novas.

O Sr. CRUZ MACHADO:—Consta.

O Sr. DIAS DE CARVALHO:—Nos papéis que me vierão á mão nada achei a este respeito, achei unicamente uma palavra lançada de passagem sobre este assumpto. Como quer que seja, o que eu quero mostrar é que este facto em nada prejudica a reputação do Sr. Godoy, porque os factos de Minas Novas são alheios dos da comarca do Serro.

Tendo dito algumas palavras em resposta ás accusações que foram feitas ao meu amigo ex-juiz de direito da comarca do Serro, volto a considerar a segunda parte do parecer, e direi o que entendo que a camara deve praticar neste caso. Adhiro inteiramente á opinião daquelles senhores que sustentão que em casos taes a camara dos Srs. deputados constitue-se em um verdadeiro jury, forma o que formava antigamente o nosso primeiro jury antes da sua extincção. Partindo deste principio, eu entendo que, como jurado, neste caso posso formar a minha opinião não só por aquillo que está allegado e provado no processo, como por informações que aliunde possa obter, e então eu digo que pouco me embaraço com a qualidade do preso, não examinarei se elle era preto ou branco, se rico ou pobre, porque isso nada influe no juizo que eu tenha de formar a respeito da parte essencial da decisão; encaro sómente a gravidade do delicto, se a pessoa que é accusada praticou esse acto deliberadamente com intenção de ferir, de calcar os direitos desse individuo, e desde que estou convencido de que não se dá esta circumstancia, e nisto faço justiça ao nobre deputado de que se trata, tenho fundamento para dizer que o processo não deve continuar. E' por isto que, sem adoptar os fundamentos do voto em separado,

eu admitto a sua conclusão. Ha uma omissão da parte do delegado de policia da cidade Diamantina em ter conservado este homem mais tempo preso do que devera; mas não julgando esta omissão criminosa, de muito boa vontade dou o meu voto para que o processo não continue. Opinando desta sorte, Sr. presidente, eu devo tambem declarar que penso que o processo fica extinto pela decisão da camara neste sentido.

O SR. CRUZ MACHADO:—Apoiado.

O SR. DIAS DE CARVALHO:—Aparto-me da opinião daquelles que entendem que ainda se pode por um tal delicto intentar qualquer acção judicial. Eu não desconheço a força de um argumento produzido por parte da commissão a respeito dos crimes graves; concordo que é possível que em um caso nullidades se commettam que inhabilitem a camara para julgar com toda a segurança e conhecimento de causa; em uma circumstancia destas, se eu estivesse convencido de que um membro desta camara tinha commettido um grande crime, e tivesse de dar a minha opinião a respeito, ainda quando nullidades se apresentassem no processo eu não teria duvida alguma de emitir a opinião para que se continuasse o processo: neste caso o tribunal que teria de julgar o processo, que é o senado, não ficaria inhibido de mandar proceder a todas as diligencias indispensaveis. (Apoiados.)

Estou bastante fatigado, mas não poderei concluir o meu discurso sem dar alguma resposta ás proposições do nobre deputado que fallou em ultimo lugar. (Lá.)

O SR. CRUZ MACHADO:—Apoiado.

O SR. DIAS DE CARVALHO:—Eu quiz ler as proposições do nobre deputado a quem vou responder, para que se me não impute a intenção de attribuir-lhe palavras que não proferio. Ha, portanto, neste trecho que eu acabei de ler, duas accusações feitas ao Sr. Dr. Godoy; era elle um juiz politico que não podia ser conservado na comarca, porque se tinha tornado menos proprio para nella administrar justiça. Seja-me licito, Sr. presidente, perguntar o que se entende por juiz politico. Se é um juiz que tem uma opinião politica que merece a estima, a adhesão de seus concidadãos, neste caso creio que bem poucos magistrados será impossivel encontrar entre nós que não possam ser qualificados magistrados politicos, isto é, como magistrados que têm uma opinião politica ou como magistrados que merecem a estima e as boas graças de seus concidadãos para os representar no parlamento.

O SR. CRUZ MACHADO dá um aparte que não ouvimos.

O SR. DIAS DE CARVALHO:—Se se entende por juiz politico aquelle que procede de maneira a satisfazer os caprichos, as exigencias de partido, então digo que não ha accusação mais infundada, mais injusta que se possa fazer ao Sr. Dr. Godoy.

O SR. CRUZ MACHADO:—Não ha nada mais justo.

O SR. MELLO FRANCO:—Os factos?

O SR. CRUZ MACHADO:—Quando quizer.

O SR. MELLO FRANCO:—Não basta dizer, é necessario provar.

O SR. PRESIDENTE:—Atenção!

O SR. DIAS DE CARVALHO:—Não basta dizer, é preciso que o nobre deputado desça á analyse dos factos.

O SR. CRUZ MACHADO:—O Sr. presidente não consente....

O SR. PRESIDENTE:—O nobre deputado paga a alavra.

O SR. DIAS DE CARVALHO:—Mostre quasi os factos praticados desde o começo de sua carreira que possam justificar a accusação de que elle é magistrado que se presta a satisfazer as vinganças e as paixões de qualquer partido; se o nobre deputado apresentar estas accusações, ellas serão pesadas, e se eu estiver habilitado para responder, o farei competentemente; mas se estes factos forem de tal natureza que a elles não possam recusar a minha adhesão, creia o nobre deputado que não serei eu que tome a defesa de actos que sejam dignos de estigma.

Como ia dizendo, Sr. presidente, não conheço facto algum que possa autorisar uma accusação desta ordem. O Sr. Dr. Godoy, se me não engano, começou a servir na comarca de Jequitinhonha, da qual faz parte o municipio de Minas Novas; os serviços prestados por elle nessa comarca forão reconhecidos, não por seus alliados, mas por pessoas muito imparciaes. Nessa época em que o Sr. Dr. Godoy servio de juiz de direito na comarca de Jequitinhonha, occupava a presidencia da provincia um cidadão que não tinha relações de amizade ou sentimentos de benevolencia para com elle; mas tenho certeza de que a sua conducta foi constantemente elogiada por esse presidente; eu tenho conhecimento de factos que mostram o zelo desse magistrado pela administração da justiça; e se elle, no começo de sua carreira, quando os desvios podião ser mais toleraveis, teve uma conducta sisuda, que mereceu a approvação do presidente, que não era seu alliado politico; como é que depois do traquejo de uns poucos de annos elle se havia de contrafazer? Ainda mais, senhores, qual foi a conducta desse magistrado na comarca do Serro? Eu me recordo, por ter lido em um papel publico, dos elogios, que em um officio lhe fez o Sr. berrão de Sabará, vice-presidente da provincia; pois um magistrado que só procede por espirito de partido, por vingança, por esses motivos ignobes, é magistrado a quem o presidente deve fazer elogios? Se este magistrado tinha contra si estes factos, elle não devia ser elogiado por um delegado do governo, porque esse delegado devia ter conhecimento desses factos. Eu quizera, Sr. presidente, que os accusadores do Sr. Dr. Godoy apresentassem quaes são os factos recentes que autorisam a obamá-lo juiz politico, na phrase do nobre deputado que ainda ha pouco sustentou esta proposição.

O SR. CRUZ MACHADO:—E sustento.

O SR. DIAS DE CARVALHO:—Eu quizera que fossem apresentados estes factos á casa, para que ella os pudesse apreciar, e conhecer de que parte está a razão; mas eu vejo que elles não existem....

O SR. PRESIDENTE:—O nobre deputado já tem bastante estendido o seu discurso sobre este ponto, que não tem nada a queirer....

O SR. DIAS DE CARVALHO:—Perdõe-me V. Ex., quando na casa se accusa um funcionario publico com tanta violencia, V. Ex. acha que aquelle que toma a defesa desse funcionario deve ser inhibido de continuar nella....

O SR. PRESIDENTE:—O nobre deputado já tem dado bastante largueza a esta defesa.

O SR. DIAS DE CARVALHO:—V. Ex. não tem feito mais do que cumprir o seu dever.

O SR. PRESIDENTE:—Não, senhor; o meu dever, segundo o regimento, é manter a discussão na ordem do dia.

O SR. DIAS DE CARVALHO:—Mas V. Ex. que tem ouvido todas as proposições a que eu respondi, diga se eu já produzi algum facto estranho?

O SR. PRESIDENTE:— Já tem gasto tanto tempo com a defesa....

O SR. DIAS DE CARVALHO:— Eu tenho gasto muito tempo, porque tenho fallado a respeito de differentes objectos; eu não sei que V. Ex. tenha autoridade de me fazer calar porque eu gastei muito tempo com uma questão.... (*Apoiados da opposição.*)

O SR. PRESIDENTE:— Fôra da ordem.

O SR. DIAS DE CARVALHO:— V. Ex. pôde-me chamar á ordem, e eu obedecerei immediatamente. Eu já tive a honra de sentar-me nessa cadeira, e sei até onde chegam os direitos de V. Ex.; V. Ex. pôde-me chamar ao ponto da questão, mas não pôde dizer que eu me cale por ter fallado muito tempo.

O SR. PRESIDENTE diz algumas palavras que não ouvimos.

O SR. DIAS DE CARVALHO:— Eu invoco mesmo o testemunho de V. Ex.; trouxe eu para aqui algum facto novo? Eu li em um jornal novo uma accusação, trato de defender um meu amigo, trato de combater essa accusação; V. Ex. ouviu o periodo inteiro, V. Ex. não impoz silencio a esse nobre deputado, deixou que elle tivesse enunciado completamente sua proposição.

O SR. PRESIDENTE diz algumas palavras que não ouvimos.

O SR. DIAS DE CARVALHO:— São os prós e contra da representação nacional, não são somente os grandes talentos que têm direito a serem ouvidos; aquelles que fallão como eu, que não têm talento (*não apoiados*), aquelles que estão em minoria, como eu, têm direito a serem ouvidos, mas se não se quer que eu continue, sento-me.

O SR. TAQUET:— Sr. presidente, apesar de que eu não possa entrar em longo desenvolvimento acerca do assumpto em discussão, em razão do meu estado de saúde, todavia não posso deixar de manifestar á camara qual o meu sentimento no meio da variedade de opiniões que se hão declarado acerca da materia.

Adopto, Sr. presidente, a primeira parte do parecer, quanto ao privilegio que compete a cada um dos membros desta camara, porém não posso conformar-me com a conclusão que leio nelle; adopto a conclusão do voto separado, se bem que não possa conformar-me com as razões que o fundamentão. Quanto ao tempo em que começa a immuniidade, ou prerogativa dos membros desta camara, accusados por crimes, tenho ouvido discutir esta questão de modo que não posso seguir. Tenho ouvido apresentarem-se os inconvenientes e as desvantagens que dão a favor, ou contra cada uma dessas opiniões; tenho ouvido mesmo recorrer ás disposições que se hão adoptado nesta materia em nações estranhas; mas em uma questão desta ordem creio que não importa examinar quaes as vantagens ou desvantagens de uma opinião, creio que não importa examinar qual seria a melhor disposição que por ventura se pudesse estabelecer; creio mesmo que nada importa saber o que outros paizes, que gozão do systema representativo, têm praticado a este respeito. A questão, Sr. presidente, só pôde ser resolvida pelo nosso direito publico constitucional; é preciso recorrer ás disposições do nosso codigo fundamental, consultar a sua letra, para resolver a questão de conformidade com ella. (*Apoiados.*) Se nós consultarmos a theoria e a legislação de nações estranhas, nós teremos uma grande variedade de opiniões; na confederação Norte-Americana os membros do congresso gozão do privilegio de não serem presos, excepto por certos crimes, durante a sessão, e pelo tempo da ida volta. Segundo um sabio e

commentador se antende communmente, pois que se não marca tempo para a ida e a volta, que o privilegio começa logo depois da eleição.

Segundo o que expõe um commedador da legislação ingleza, os membros do parlamento gozão do privilegio de não serem presos durante a legislatura; e, quanto a materias civis, um membro do parlamento não pôde ser preso quarenta dias antes de aberto o parlamento, nem quarenta dias depois de fechado. Pela carta franceza de 1830 nenhum membro das camaras podia ser preso durante a sessão; quanto porém, por causas civis, á execução corporal ou sequestro de sua pessoa, elle gozava do privilegio de não poder ser preso seis semanas antes de se abrir a sessão, nem seis semanas depois de fechada; quanto á prisão por facto criminal, os membros da camara não podião ser presos durante a sessão. Já vê pois V. Ex. a variedade que ha nas disposições constitucionaes das tres nações principaes em materia de governo constitucional. Consultando a constituição franceza de Novembro de 1848,ahi encontro que os representantes do povo não podem ser presos nem processados senão com permissão da assembléa. Explicando esta disposição, disse um dos membros da commissão que organisára o projecto da constituição, o illustre jurisconsulto Dupin, que um projecto se organisava regulando a maneira por que os representantes devião ser perseguidos criminalmente, e que neste projecto se daria á materia o desenvolvimento que não podia comportar a disposição constitucional. Da mesma forma que pensava aquelle jurisconsulto poderemos nós opinar. A constituição estabeleceu o privilegio de não poder ser preso e processado o deputado sem consentimento da sua camara; a uma lei ordinaria cabe desenvolver esse artigo, e estabelecer a maneira por que os deputados devem ser processados e accusados; nós não temos lei que regule a marcha do processo; é preciso desenvolver a disposição constitucional; mas, emquanto não temos uma lei que regule a materia, entendo que devemos applicar todo o nosso espirito a bem interpretar a disposição constitucional a que se refere a questão.

Senhores, nesta materia entendo que não devemos somente procurar qual pôde ser a razão, qualquer que possa dar, para que o deputado goze da immuniidade logo que é eleito, porque se dá-se a impedir abuso pelos quaes pudesse o deputado ficar privado de assistir á verificação dos poderes, uma igual razão poderia subleitar para que não fosse permittido fazer processos contra aquelles que pudessem ser eleitos deputados nas proximidades da eleição, porque, por processos injustos, um cidadão poderia ser inhibido de ser eleito membro da representação nacional. Se queremos resolver a questão por meio de considerações geraes devemos dar uma latitude immensa ao privilegio. A constituição estabeleceu o privilegio do deputado não ser preso nem processado sem consentimento da camara; este privilegio é sujeito a maior ou menor desenvolvimento; ha aqui uma questão de detalhe que podia não ser considerada pela constituição; tornando-se mais ou menos lato este privilegio em nada se altera a sua natureza. Sobre a materia julgo que devemos recorrer aos principios de hermeneutica, que mais proxima-mente se applicão á questão. Um desses principios é que nunca se entendem os privilegios de um modo amplo, mas sim de um modo restricto; tratando de interpretar a constituição a respeito do privilegio que estabelece, nós a devemos attender no sentido mais restricto. Outra regra de hermeneutica que se applica ao caso, é que a materia de competencia se deve sempre resolver pela letra restrictamente da lei; se se quizesse decidir questões de competencia por deducções e principios geraes, apparecerião constantes con-

flitos e questões insolúveis entre os diversos corpos a quem pudesse caber uma attribuição. Como, senão á vista da lei, poderia a camara dos deputados dizer a um juiz de direito—não podeis prender, não podeis processar um membro desta camara? Como restringir a camara dos deputados a competencia de um juiz por prender ou proceder contra os cidadãos criminosos, sem recorrer á fonte donde todos os poderes deduzem a sua competencia, e donde a camara deduz tambem a sua? Abrirei a constituição, e verei se os arts. 27 e 28 estabelecem que o deputado goze do privilegio de que se trata mesmo antes de ser proclamado tal. Diz o art. 27. (Lê).

A constituição diz que o poder legislativo é confiado á assembléa geral, com sanção do imperador. A assembléa geral compõe-se da camara dos deputados e da dos senadores; pergunto eu: Um deputado, simplesmente eleito faz parte de alguma das camaras da assembléa geral do paiz? (Apoiados.) Por certo que não. Diz mais o artigo (lê): « Durante a deputação. »

Ora, se o deputado não entrou em exercicio, se não o é effectivamente, pôde-se dizer que dura a deputação, quando ella não principiou? Entendo mesmo, Sr. presidente, que não pôde haver simultaneamente duas deputações; a constituição diz que o deputado goze deste privilegio durante a deputação; devera portanto referir-se á legislatura existente, e não á que vai começar. Não podia haver duas deputações, uma de deputados em exercicio, e outra em expectativa.

Sr. presidente, o art. 28, que se segue áquelle cuja leitura acabei de fazer, ainda é bastante claro para a questão; diz este artigo. (Lê.)

Tanto o art. 27 como o art. 28 tratão do consentimento das respectivas camaras; eu desejára que os honrados membros que combatem nesta parte o parecer, dissessem qual é a respectiva camara do deputado eleito? Não ha no paiz dous corpos legislativos; o consentimento deve ser dado pela camara respectiva; não sei quem o dará. (Apoiados.) Na hypothese que vigorava antes da ultima lei eleitoral, em que os membros da camara erão eleitos no terceiro anno da legislatura, um deputado envolvido em um processo, ficaria sem soffrer uma accusação até que a sua camara se reunisse? Parece-me isto um absurdo. O art. 28 conclue assim (lê): « E o membro ser ou não suspenso do exercicio das suas funcções. » É muito claro, por esta conclusão, que se trata não de deputados eleitos, mas effectivos.

Sr. presidente, ainda quando este artigo nos offercesse alguma obscuridade, um artigo ha bastante claro para resolver a questão, porque ainda ha uma regra de hermeneutica, que aprendi, que diz que quando uma disposição da lei é clara, é por ella que se deve interpretar a disposição obscura. Diz o art. 47, § 1º (lê): « E' da attribuição exclusiva do senado conhecer dos delictos dos deputados durante o periodo da legislatura. »

É claro, portanto, á vista do artigo, que o privilegio sómente tem lugar durante o periodo da legislatura; creio que não se pôde tornar desconheço o privilegio de não ser preso e processado sem consentimento da camara, do de ser julgado pelo senado. Portanto a constituição claramente demonstra que a intenção do legislador não era senão que o deputado gozasse do privilegio durante a legislatura. Se os artigos anteriores contêm alguma coisa de obscuro, devem elles ser entendidos pela disposição clara deste artigo.

Senhores, tem-se dito que nada importa o reconhecimento do deputado pela sua respectiva camara, que basta que o deputado tenha recebido o mandato. Eu entendo que é preciso que este direito se torne manifesto, e se isto é certo em referencia aos direitos em geral, ainda mais o deve

ser em referencia a um poder politico; não basta que este poder exista, é necessario que exista reconhecido; exige-se uma certa inauguração, e o acto pelo qual os poderes dos deputados são manifestados e inaugurados, é aquelle pelo qual a camara verifica os poderes de seus membros, declarando que aquelles cidadãos são deputados da nação; não basta a eleição, é preciso que o membro eleito receba uma certa inauguração, seja reconhecido como tal á vista da nação, para poder gozar dos direitos que competem a seu cargo. Se nós attendermos á natureza do privilegio, veremos que elle não é relativo á pessoa, mas ao cargo, e que um cidadão não poderia gozar de um privilegio annexo a um cargo que elle não tem. Quaesquer que sejam as razões em que se funde o privilegio de que se trata, creio que não nos compete mais do que applicar as disposições constitucionaes para resolver a questão.

Sr. presidente, eu poderia ainda chamar em abono da minha opinião aquella que se aventou quando se tratava dos deputados que se achavão empregados pelo governo sem licença da camara, a saber: que o deputado emquanto não presta juramento, não goza dos direitos que lhe competem como tal; eu acho esta opinião um pouco exagerada; mas para aquelles que adoptão o parecer na sua primeira parte, é sem objecção. Senhores, além das razões que tenho ponderado, deduzidas da nossa lei fundamental, ainda um outro argumento ha que me parece forte, e vem a ser o precedente que se allegou do supremo tribunal de justiça. Não eou eu daquelles que entendem que um aresto faça lei; mas entendo que se deve tributar todo o respeito a um aresto proferido pelo primeiro tribunal do estado, o qual não pôde deixar de ser acatado sem incoherencia por aquelles senhores que não deixão de exaltar os costumes da Inglaterra. Eu creio que um aresto de um tribunal em tal posição merece todo o respeito em uma questão tão delicada.

Tendo dado perfunctoriamente as razões por que voto pela primeira parte do parecer, cabe-me entrar no exame da segunda parte, expondo as razões por que adopto o voto em separado, e não a conclusão, nem as razões, quer do voto em separado, quer da maioria da commissão. Por maior que seja a attenção com que tenho lido o parecer da commissão, confesso a V. Ex. que não tenho podido comprehender qual seja o voto contido na segunda parte do parecer da commissão; elle offerce uma tal ambiguidade que não pude, pela fraqueza da minha intelligencia, descobrir qual é a opinião da commissão. Logo no segundo periodo do parecer ella diz o seguinte (lê): « E parecendo á commissão que não procede semelhante pronuncia, nem deve, continuar o referido processo pela forma mena regular por que foi lito, passa a expôr a materia, e a fundamentar o seu parecer. »

Depois de fundamentar a sua opinião, porque não pôde proceder o processo, conclue por esta maneira (lê): « O que tudo entendido... entendendo a commissão que deve ser a certidão do processo remetida ao governo, para que este ordene ao juiz de direito da comarca do Serro que proceda regularmente contra a autoridade policial. »

Pela leitura da primeira parte do parecer, parece que a commissão não quer que o processo continue; mas pelo final, vejo que a commissão quer que elle continue. Dei toda a attenção ao discurso do honrado relator da commissão, para melhor poder conhecer qual era a sua opinião, mas confesso a V. Ex. que fiquei na mesma duvida. Não sei se a commissão quer que continue o processo, ou se quer que não continue, se quer que se corrião alguns defeitos e irregularidades, subsistindo o processo e a pronuncia, ou que este se delte abaixo. (Apoiados.) Orando o hon-

rado relator da comissão, disse um nobre deputado pelo Rio de Janeiro (Id.): « O Sr. SAYÃO LOBATO:— Podia dizer; continue o processo para se regularisar. » Respondia-lhe o honrado relator (Id.): « E' o que fez a comissão; ella diz: vá o processo ao governo para o remetter ao juiz, afim de que este proceda regularmente. »

Em outro lugar manifestava o nobre relator a opinião de que o processo não pôde continuar porque não é processo regular. (Id.) Não temos base, não temos processo, como se exprime outro membro da comissão, o que se apresenta não é processo, não merece este nome: é o mesmo que dizia o honrado relator da comissão. (Id.)

Portanto, parecia que o honrado relator entendia que não é valido o processo, e portanto deve ser declarado insubsistente, mas que não podendo deixar de ser processado o Sr. deputado accusado, se devêra mandar que se faça outro processo, porque este não pôde subsistir. Não pude entender bem a comissão, porém penso que ella devia tomar um dos dois expedientes, ou que o processo continuasse, ou não; é esta a incumbencia que lhe foi dada pela constituição. Porém, diz a comissão que o processo tem defeitos e irregularidades, e que com estas irregularidades não pôde continuar; mas quaes são os defeitos ou irregularidades? São faltas sanáveis ou não. Se o são, emendem-nas os tribunaes a quem compete o conhecimento da causa, porque os honrados membros sabem que irregularidades não annullam um processo; se são defeitos que trazem a nullidade do processo, se pois o processo não merece tal nome, se não é processo, se tem defeitos taes que não pôde subsistir, o mais que a comissão poderá fazer é mandar que elle continue, e por ventura permittir outro, se assim o entender. Se o processo tem defeitos insanáveis, deite-o a camara abaixo, e declare livre á justiça seguir o seu curso; se o processo só tem irregularidades, a camara mande que continue, porque os defeitos, as irregularidades, ou serão sanados, ou o tribunal competente julgará, sem embargo disso, porque antes do julgamento se podem sanar, ou mesmo prescindir de irregularidades. Eu entendo que o processo não contém as nullidades que os nobres deputados dizem; portanto darei o meu voto para que não continue, attenta a falta de criminalidade do facto e do seu autor: não sei quaes são as irregularidades do processo. Ouvi dizer que o juiz foi precipitado; não se segue dahi que tenha deccidido irregularmente; e tanto, que vejo que no jury se lanção sentenças condemnatorias no mesmo momento em que o jury profere a sua decisão. Em crime de responsabilidade nenhuma disposição prescreve que o juiz tenha de demorar o processo; quanto á sentença final, o regulamento prescreve ao juiz que medite bastante, mas quanto á pronuncia, nada diz. Orao que uma das irregularidades allegadas, ou nullidades, é a falta de certas diligencias, a falta de interrogatorio; parece que a comissão se refere aos arts. 80 e 142 do código do processo criminal. Ora, quanto ao interrogatorio, os membros da comissão confessão que o accusado não estava no lugar, e por consequencia não podia ser ouvido: não havia aqui a fazer inquirição de testemunhas, não sei que o processo possa receber mais esclarecimentos do que os que tem; o facto é muito simples, e consta dos autos; não ha mais nada a inquirir, e se eu fosse julgador julgaria á vista do processo.

O facto, tal qual está, não é negado pelo réo; o que se trata de indagar é a moralidade do facto; é para que testemunhas em um processo feito a um juiz, por ter julgado contra lei expressa, ou por ter infringido as regras do processo.

(Ha um aparte.)

Como bem lembra o nobre deputado por Per-

nambuco, é claro, pelo art. 159 do código criminal, combinado com o art. 79, que não são da necessidade testemunhas nestes processos! Não é possível em todos os processos de responsabilidade exigir prova testemunhal. Sei que um tribunal do imperio, aliás muito respeitavel, tem decidida neste sentido; mas parece isto antes um pretexto para annullar processos do que razão séria. Segundo a pratica que tenho do fóro criminal, durante o exercicio de promotor publico, nunca vi exigir se testemunhas em processos de responsabilidade. Portanto, na minha opinião, o processo não tem irregularidades, não tem também faltas, porque a prova é sufficiente; a questão é se o facto é ou não criminoso.

A comissão quizera que o juiz de direito fundasse esse principio de processo contra o preso, mas não sei para que, porque realmente o tempo em que o réo foi preso consta do processo que foi remettido pelo juiz de direito do Serro; o motivo da prisão também consta, e as razões porque o processo se demorou tanto tempo consta da resposta dada no processo do *habeas corpus*, pelo nobre deputado que foi objecto do processo de responsabilidade; não ha portanto necessidade de mais provas a esse respeito, porque não ha facto nenhum que seja duvidoso.

Senhores, eu dizia que teria de votar pela conclusão do voto em separado, posto que não partilhasse a sua doutrina, e vou dar a razão em que me fando para assim proceder.

A questão, Sr. presidente, cifra-se toda na criminalidade do facto e na moralidade de seu autor. Qual foi o facto? Como se vê do processo cuja cópia foi submettida a esta camara, o facto que deu lugar ao mesmo processo foi a detenção por mais de anno e meio, e sem culpa formada, de um individuo accusado de homicidio. Sr. presidente, não é novo no nosso paiz um facto dessa natureza; pelo contrario, infelizmente elles se multiplicão todos os dias, porque em um paiz tão extenso é mui difficil recolher provas, e por isso ás vezes é de necessidade que os processos tenham demora maior do que a que a lei quizera. No caso de que se trata, o réo indigitado do crime de morte, perpetrado a oito leguas da cidade Diamantina, foi preso em lugar do municipio do Grão-Mogol, muito distante, e pertencente á comarca de Minas Novas; e estando um anno sem processo na cadeia dessa cidade, foi depois remettido para a da Diamantina; por consequencia já vê V. Ex. as difficuldades que tiveram lugar para que se fizesse o processo, difficuldades que por ninguém serão promovidas; ora, se o crime foi perpetrado em lugar distante do povoado, se a prisão se effectuou em outra comarca, se o preso esteve á disposição de diversas autoridades, e se o accusado, como disse em sua resposta e ninguém contestou, fez diligencias para que o processo se ultimasse, o que não se effectuou porque não pôde ter as testemunhas precisas, já se vê que no facto não existe criminalidade. Não ha ninguém que tenha um pouco da pratica do nosso fóro criminal que não conheça que em grande numero dos casos a formação da culpa tem lugar em prazo maior do que aquelle em que a lei determinanda se faça; se por este motivo se tivesse de punir o ex-delegado da Diamantina, de certo que bem poucas seriam as autoridades que não devessem ser castigadas pelo mesmo motivo.

Agora, Sr. presidente, se attendermos á moralidade do delegado que faz objecto do processo de responsabilidade de que se trata, me parece que não pôde ter lugar um julgamento desfavoravel. Tem sido questão como se deva apreciar a moralidade do julgador que não cumpre o seu dever: não se podendo allegar, como justificação, ignorancia de direito, entendem muitos que o julgador que infringe o seu dever é criminoso

ainda mesmo que se dê ignorância a respeito do facto sobre que elle julga; mas, Sr. presidente, não ha tribunal algum que não tenha levado em conta a ignorância. Ora, esta razão procede de um modo especial neste caso. Não sendo o nobre deputado delegado de policia jurisperito, e exercendo ao mesmo tempo o cargo de juiz municipal devia achar-se embaraçado na expedição das causas, e no exaço e pontual cumprimento de tantas obrigações. Além disto, Sr. presidente, se dão outras razões: do processo resulta que o nobre deputado fez toda a diligencia para concluir esse outro processo, e o juiz que faz diligencia por chamar testemunhas, não pôde ser accusado de opprimir a liberdade do individuo. Demais, em meu voto pondero que o nobre delegado da Diamantina não era aquelle mesmo que tinha preso o réo. Pondero finalmente que no procedimento do nobre deputado accusado se dá mais zelo da justiça e escrupulo do que falta de cumprimento dos seus deveres: V. Ex. sabe quanto é difficil a uma autoridade subalterna de policia abrir as portas a um individuo que é accusado de um grande crime, ainda que o seu processo não possa concluir-se immediatamente; neste caso, senhores, é mais prudente que a autoridade subalterna remetta-se ao juizo da autoridade superior, e nem por isso fica o réo sem recurso, tem o recurso do *habeas-corpus*, e por este modo a autoridade superior decidirá da sorte do preso, e sendo o seu acto confirmado pela relação, a opinião se calará nos clamores que levantaria contra a autoridade despidida de igual prestigio. Penso pois que não pôde dar-se criminalidade no delegado da Diamantina para ser arrastado á barra de um tribunal, e antes no seu procedimento descobre-se escrupulo e zelo da justiça.

Sr. presidente, parece-se ter dado sufficientemente a razão do meu voto, e mostrado porque não posso concordar com a ultima conclusão do parecer da commissão que quer que o processo em lugar de ir para o senado, seja remetido ao juiz de direito. No código do processo criminal lido o art. 170, que diz. (Lê.) Portanto, se o processo deve continuar, deve ser remetido para o senado, porque, se defeitos tiver, o senado tratará de fazer senal-os; e o processo tem nullidades, nós não podemos mandar sanar essas nullidades, é preciso que o processo vá abaixo, e então se fará um processo novo. O art. 170 diz que o senado nestes casos procederá na forma da lei de 15 de Outubro de 1827, que trata dos crimes de responsabilidade dos ministros de estado. Ora, se quizessemos applicar essa lei em todo o seu rigor, era a camara que deveria instruir o processo, porque, nesses casos de accusação dos ministros, a camara representa o papel de accusadora e de tribunal de pronuncia; mas em nenhum dos artigos da constituição vejo que isto compete a esta camara; diz o art. 27 que nenhuma prisão pôde ter lugar em nenhum membro desta casa, salvo em flagrante delicto na capital, sem que a camara ordene; e o art. 28, que nenhum processo continuará sem que a camara consinta; mas em nenhum artigo da constituição vejo que a camara deva ser um tribunal judiciario.

Senhores, tem-se dito que isto não é um julgamento politico. Eu não entendo o que os nobres deputados comprehendem por julgamento politico; qualquer que seja a decisão que tenha a camara de dar, elle se deverá decidir pelos principios de justiça e equidade, e só o poder judiciario pôde guiar-se por estes principios; em nenhum caso haverá o que se chama julgamento politico. Debalde se compare a faculdade dada á camara pelos arts. 27 e 28 á que tinha o jury de accusação, jury que não existia ao tempo em que foi feita a constituição comb não existe actualmente. A constituição, diz que á camara pertence ordenar que o processo continue ou

não, que o indiciado seja ou não preso. Em nenhum artigo encontro que a ella pertença intervenção e conhecimento do processo (*apoiados*); trata-se de dar ou negar o consentimento para a prisão ou continuação do processo de um deputado. (*Apoiados*.) Esta função da camara não tem equivalente no processo commum, nem nos tribunaes; e á vista dos principios de justiça e equidade, segundo da quaes discorri, e consagrados na nossa legislação, entendo que o processo do Sr. deputado Paula Fonseca não deve continuar. (*Muito bem!*)

O Sr. SOUZA FRANCO: — Pêço a palavra pela ordem.

O Sr. PRESIDENTE: — Tem a palavra.

O Sr. Souza Franco: — Sr. presidente, impressionado como estou pelos factos que se vão succedendo no recinto desta camara, V. Ex. me ha de desculpar que, interrompendo a discussão, pedisse a palavra pela ordem para rogar a V. Ex. me informe sobre o que me acabão de referir.

Até agora, Sr. presidente, a policia da camara competia á mesma camara, e a este respeito são mui expressos os artigos do regimento. (*Apoiados*.) Diz o art. 201 (18): « Todos os cidadãos e estrangeiros têm direito de assistir ás sessões, contanto que vão desarmados e guardem o maior silencio, sem dar o mais pequeno signal de applauso ou de reprobção do que se passar na camara.

« Art. 202. Os espectadores que perturbarem a sessão se fôrdo sahír immediatamente das galerias, e, se o caso assim o pedir, ter-se-ha com elles a demonstração que a camara julgar conveniente.

« Art. 203. Quando a inquietação do publico ou dos deputados não puder exhibir-se pelas admonstacões do presidente, poderá este levantar a sessão. »

Finalmente o art. 205 manda prender na camara e qualquer que nos seus paços commetta algum excesso ou crime, e em 24 horas entregar ao juiz competente. E tudo isto prova que a policia da casa é incumbida á camara, e vedada a autoridades de fóra.

Será por ordem de V. Ex. que cidadãos são presos no recinto da camara, sem que tenham dado causa para isto? Se não é por ordem de V. Ex., deixará V. Ex. que assim se menospreze a camara dos Srs. deputados, prendendo-se aqui cidadãos cujos excessos ou delictos são neste caso do conhecimento do collega? Não se pôde rebatizar a camara dos Srs. deputados a mais do que quando, dando-lhe o regimento direito de fazer a policia da casa, em seu recinto se vêm fazer prisões, e por excessos que se dizem aqui commettidos! Eu invoco o testemunho dos Srs. deputados para que me digão se algum facto se deu hoje na sessão que pudesse dar lugar a qualquer demonstração severa contra as galerias...

O Sr. ROCHA: — Está fóra da ordem; e senão, pêço a palavra contra.

O Sr. PRESIDENTE: — O nobre deputado está fóra da ordem; só pôde fallar em relação á materia que se discutia.

O Sr. Souza Franco: — Só o nobre deputado pôde achar-me fóra da ordem, elle que veria de boa vontade prenderem-se membros da casa dentro mesmo do salão. Estou perguntando a V. Ex. se é certo que no recinto da camara algum foi preso por procedimento que tivesse nas galerias, e se foi por ordem de V. Ex.

O Sr. PRESIDENTE: — Não me consta coisa alguma; e se o nobre deputado quer fallar a este respeito, deve seguir os canaes competentes.

O Sr. Souza Franco:—Pois bem! Peço urgência para apresentar um requerimento em que pedirei informações sobre duas prisões que se fizeram na casa, e por ordem de quem.

O Sr. Presidente:—Os senhores que apoiam a urgência, queirão levantar-se.

ALGUMAS VOZES:—As urgências não têm apoio.

O Sr. Aprigio:—De certo, pois que não ha discussão.

O Sr. Souza Franco (aos seus companheiros da opposição):—Levantemo-nos, já que assim se quer.

A urgência é apoiada.

O Sr. Aprigio (d minoria):—Os senhores mesmos é que promovem essas provocações.

O Sr. Souza Franco (com energia):—Os senhores é que provocão com o seu procedimento a desapprovação que lhes mostra todo o publico, todo o paiz.

O Sr. Aprigio:—Pensão que estamos nas achas de lenha do seu tempo?... Enganão-se.

O Sr. Dias de Carvalho:—Acaso seria o meu discurso que produziu quaesquer demonstrações? Julgo que nelle nada houve que a isso pudesse dar lugar: então para que essa gracinha de acha de lenha?

O Sr. Presidente:—Sou informado pelo Sr. secretario que não ha numero para se votar: portanto, vai-se proceder á chamada.

Verifica-se que se retirarão, com causa o Sr. Ferreira de Aguiar, e sem ella, os Srs. Domingos Graça, Fernandes Vieira, Magalhães Castro, Lima e Silva Sobrinho, D. José, Pacheco e Bello.

O Sr. Presidente dá a ordem do dia e levanta a sessão pelas duas horas da tarde.

Sessão em 23 de Maio

PRESIDENCIA DO SR. HENRIQUES DE AZEVEDO,
VICE-PRESIDENTE

SUMARIO.—Expediente.—Pareceres da commissão.
—Prisão de dois espectadores das galerias. Declaração do Sr. presidente.—Rejeição da urgência do Sr. Souza Franco.—Processo instaurado ao Sr. Paula Fonseca.—Empréstimos de 1828 e 1821.—Competencia de eleitores para eleição de senador. Discursão do Sr. Souza Franco.—Revogação de uma lei de Pernambuco. Discursos dos Srs. Pass Barreto, Carneiro da Cunha, Figueira de Mello, Moraes Sarmento, Wanderley, Nabuco, Vianna, Joaquim Vilella, Asambuja, Maciel Monteiro, Pereira da Silva, Souza Franco, Rocha, Paula Baptista e D. Manoel.

A's 11 horas da manhã, reunidos os Srs. deputados em numero legal, abre-se a sessão, lê-se e approva-se a acta da antecedente.

EXPEDIENTE

Officio do Sr. ministro do imperio, remettendo a representação da camara municipal da villa de Morrães, da quinta comarca da provincia de S. Paulo, em que a mesma camara pede a separação daquella comarca da dita provincia, e sua elevação á categoria de provincia, em consequencia da sua posição geographica, vastidão e riqueza do seu solo.—A commissão de estatística.

Outro do Sr. ministro da guerra, participando

que S. M. o Imperador, por decreto de 19 do corrente mez, o encarregara interinamente do expediente da repartição da marinha, por achar-se impossibilitado por molestia o respectivo ministro, o conselheiro Manoel Vieira Tosta.—Fica a camara inteirada.

Outro do Sr. secretario do senado, participando que, por officio do ministro e secretario de estado dos negocios do imperio, constou ao senado que S. M. o Imperador sancionára as resoluções approvando o contracto celebrado com a sociedade colonizadora estabelecida na cidade de Hamburgo, para a fundação de uma colonia agricola na provincia de Santa Catharina, em terras pertencentes ao dote da serenissima princeza a Sra. D. Francisca; e as pensões concedidas a D. Henriqueta de Cerqueira Lima; a D. Marianna de Paiva Veiga e suas filhas; a Saturnino de Souza e Oliveira, Aureliano de Souza e Oliveira e Antonio de Souza e Oliveira; a D. Alexandrina Gomes de Menezes; a D. Francisca dos Reis Campello; a Isabel Francisca de Oliveira e Antonia da Conceição de Albuquerque Bello; e concedendo privilegio exclusivo por dez annos a Diogo Kenny para estabelecer no porto do Rio de Janeiro um dique secco fluctuante; e a Guilherme Suckow, para estabelecer nesta cidade os vehiculos denominados — cabs fluminenses.—Fica a camara inteirada.

Remette-se á commissão de justiça civil a representação da camara municipal da cidade de Sorocaba, pedindo ser alliviada da pagar meias custas dos processos em que decahir a justiça. E' approvada a redacção da lei que fixa a despesa e orça a receita para o anno financeiro de 1850 a 1851.

PARERES DE COMMISSÕES

Lê-se o seguinte parecer:

« Pelo art. 27 da lei de 20 de Outubro de 1838, n. 80, determinou-se que o governo pagasse á provincia do Rio de Janeiro o saldo que se lhe estivesse devendo, para completar a quantia de 430:860\$ consignada para a despesa da mesma provincia relativa aos annos financeiros de 1834 a 1835, e de 1835—1838 na lei de 8 de Outubro de 1834; e bem assim que o referido pagamento fosse feito de uma só vez, ou em prestações mensaes, não sendo estas menores de 6:000\$, pelo credito votado para o anno financeiro de 1838 — 1839.

« Pelo art. 28 da mesma lei determinou-se mais que se pagassem igualmente á provincia de Minas Geraes os saldos que tivessem deixado de receber para se preencherem as quantias consignadas á mesma provincia para construcção de prisões, e outras obras publicas, em diversas lei de orçamento, inclusivamente a de 8 de Outubro de 1834.

« E finalmente, como era de esperar, no art. 29 disse a lei que as disposições dos dois artigos precedentes fossem applicaveis ás mais provincias do imperio, ás quaes o governo mandaria satisfazer tambem os saldos que tivessem deixado de receber por sommas consignadas para as suas despesas.

« Diversas reclamações subirão á presença do governo para que cumprisse as disposições referidas; mas este nunca as attendeu: com o fundamento muito solido de que, comquanto estivesse autorizada tal despesa na lei citadas nunca forão decretados pelo corpo legislativo o, fundos necessarios para o pagamento della, os quaes devem importar em avultadissima somma.

« A assembléa provincial de Minas não podendo obter do thesouro o pagamento dos saldos, a que se julga com direito, dirigio a esta camara uma representação no anno de 1840, na qual não só se

queixa da resistência que encontrou no thesouro no cumprimento daquella lei, como pede que se façam effectivas as suas disposições, decretando-se para esse fim os meios necessarios.

« A commissão de fazenda, a cujo conhecimento e exama foi commettido este negocio, entende que não se deve attender a semelhante pretensão, porque seria injustificavel que o corpo legislativo em qualquer época, e ainda mais nas circumstancias actuaes do paiz, onerasse ainda mais o estado autorisando o governo para emitir talvez duas ou tres mil apolices, unico recurso que existe para cumprir as disposições de uma lei mal pensada, e que está em opposição com os principios mais comensurados da legislação financeira, segundo os quaes os creditos abertos ao governo pelas leis do orçamento, que não são empregados nos serviços, para que foram destinados dentro de 12 meses da duração de taes leis, não *ipso facto* annullados, como se não tivessem sido decretados; não sendo mais licito ordenar e nem fazer serviço algum mais por conta delles além de tal prazo; o que está claramente estabelecido no decreto de 20 de Fevereiro de 1840, que sendo hoje lei do estado, parece até que revogou os artigos da lei citada.

« Podendo porém ser isso materia controversa, e entender-se que as provincias têm direito de continuar a exigir o pagamento de taes saídas, enquanto não forem expressamente revogados aquelles artigos, e convindo pôr um termo a semelhante pretensão, que não tem só a provincia de Minas, mas tambem outras, entende a commissão que se deve adoptar a seguinte resolução, a qual offerece como artigo additivo para a lei do orçamento que tem de fazer-se na presente sessão:

« A assembléa geral legislativa decreta:

« Art.... São revogados os arts. 27, 28 e 29 da lei n. 60 de 20 de Outubro de 1833.

« Paço da camara dos deputados, em 23 de Maio de 1850.—*J. F. Vianna.*—*J. J. Pacheco.* »

O SR. PAULA CANDIDO (1.º secretario).— Materias identicas têm sido guardadas na mesa para serem offerecidas na occasião competente, porque taes proposições são offerecidas como emendas á lei do orçamento; se portanto a camara julgar isto conveniente, ficará esta resolução sobre a mesa, para ser apresentada quando se discutir a lei do orçamento.

O SR. VIANNA (pela ordem).— A commissão de fazenda offereceu a resolução como artigo additivo á lei do orçamento que se tem de discutir, imprimindo-se no emtanto o parecer no jornal da casa para conhecimento dos Srs. deputados. Julgo ser isto o que se costuma praticar.

Fica sobre a mesa, para se discutir quando se tratar da lei do orçamento.

Julga-se objecto da deliberação, e vai a imprimir, o parecer da commissão de marinha e guerra convertendo em projecto de lei a proposta do governo que fixa as forças navaes activas para o anno financeiro de 1851 a 1853.

Fica adiado por pedirem a palavra os Srs. Joaquim Villela e Nabuco, o parecer da mesma commissão de marinha e guerra, indeferindo a pretensão do tenente reformado João de Siqueira Campello, que pede voltar para a 1.ª classe do exercito, allegando achar-se hoje restabelecido dos padecimentos que soffria quando foi reformado, e haver sempre bem servido em alguns dos corpos do exercito, e ultimamente na provincia de Pernambuco.

Fica igualmente adiado, por pedir a palavra o Sr. Mendes de Almeida, outro parecer da referida commissão, resolvendo que não pôde ter lugar o que requer o tenente reformado Francisco de

Paula Nogueira de Mello e Gama, que pretende entrar para a 1.ª classe do exercito.

Entrão em discussão, por sua ordem, e são approvados sem debate, os seguintes pareceres:

« Os empregados do arsenal da guerra desta corte pedem augmento de ordenado, allegando terem sido menos aquinhoados que os empregados de outras muitas repartições do ministerio da guerra, que têm soffrido reforma, quando elles ainda percebam os mesmos ordenados do tempo em que foi creada a repartição em que servem, e porque o conhecimento de semelhante pretensão pertence á 3.ª commissão do orçamento, é a commissão de marinha e guerra de parecer que o requerimento dos supplicantes seja remettido á referida commissão.

« Paço da camara dos deputados, 23 de Maio de 1850.—*A. Nunes de Aguiar.*—*J. J. de Lima e Silva Sobrinho.*—*Sebastião do Rego.* »

« O major do imperial corpo de engenheiros, Antonio José de Araujo, encarregado de fiscalisar os trabalhos da officina lithographica annexa ao archivo militar, pede que se lhe abone os vencimentos da commissão activa.

« Não podendo o supplicante ser considerado archivista ou desenhador do archivo militar, segundo o regimento mandado executar por decreto de 7 de Abril de 1803, e competindo portanto ao governo classificar a natureza da commissão em que se acha este official, é a commissão de marinha e guerra de parecer que o requerimento do supplicante seja devolvido ao governo para ser deferido como julgar de justiça.

« Paço da camara dos deputados, 23 de Maio de 1850.—*A. Nunes de Aguiar.*—*J. J. de Lima e Silva e Sobrinho.*—*Sebastião do Rego.* »

« O tenente reformado Manoel Ferreira da Costa Seabra, pede entrar para a 1.ª ou 2.ª classe do exercito, allegando ter sido ultimamente inspecionado, e achar-se nas circumstancias de continuar a servir.

« O supplicante foi reformado em 2 de Dezembro de 1839, nos termos da lei n. 41 de 20 de Setembro de 1838, por ter sido julgado incapaz do serviço, tornando-se assim evidente que nenhuma injustiça soffreu o supplicante quando foi reformado, e portanto é a commissão de marinha e guerra de parecer que se indefira sua pretensão.

« Paço da camara dos deputados, 23 de Maio de 1850.—*A. Nunes de Aguiar.*—*J. J. de Lima e Silva Sobrinho.*—*Sebastião do Rego.* »

« A commissão de marinha e guerra requer que se pego ao governo a consulta mandada proceder por portaria de 27 de Outubro de 1833, acerca da pretensão de Emilio Luiz Mallet, que sendo capitão do exercito fôra demittido por estrangeiro, em virtude da carta de lei de 24 de Outubro de 1830, para que então possa melhor interpor seu parecer a semelhante respeito.

« Paço da camara dos deputados, 23 de Maio de 1850.—*A. Nunes de Aguiar.*—*J. J. de Lima e Silva Sobrinho.*—*Sebastião do Rego.* »

« José Leite da Souza Bastos, escripturario da escola militar, pede o soldo da gradação de tenente que lhe confere o emprego em que se acha, além dos vencimentos que percebe.

« A commissão de marinha e guerra entende que não pôde ter lugar a pretensão do supplicante, não só porque já percebe o ordenado de 720\$, além da gratificação mensal de 10\$ mandada abonar pelo ministerio da guerra, como porque existem outros muitos empregados, tanto na repartição da guerra como na de marinha, com gradações militares, em identicas circumstancias ás do supplicante; e sendo certo que taes gradações são consideradas puramente honorificas e inherentes aos empregos que occupão, dos quaes percebem os respectivos ordenados, é a mesma

comissão de parecer que se indefira sua pretensão.

« Paço da camara dos deputados, 22 de Maio de 1850.—A. Nunes da Aguiar.—J. J. de Lima e Silva Sobrinho.—Sebastião do Rego. »

« O tenente da 4ª classe do exercito Antonio José de Moura, pede que seus serviços prestados depois de reformados sejam attendidos para melhoramento de sua reforma, ou de outra sorte remunerado. »

« O supplicante pedto e obteve sua reforma por decreto de 23 de Novembro de 1839. A comissão de marinha e guerra entende que, em regra geral, o tempo de serviço prestado pelos officiaes reformados não deve ser contado para melhoramento de suas reformas, mas sim considerados pelo governo para que possam ser convenientemente remunerados, e portanto é de parecer que se indefira a sua pretensão. »

« Paço da camara dos deputados, 23 de Maio de 1850.—A. Nunes da Aguiar.—J. J. de Lima e Silva Sobrinho.—Sebastião do Rego. »

O Sr. AFRIGIO (pela ordem).—V. Ex. vai pôr em discussão o parecer que se tem discutido estes dias?

O Sr. PRESIDENTE.—Não, senhor: primeiro vai-se votar a urgencia, que não se votou hontem por falta de numero.

O Sr. AFRIGIO.—Bem; era por occasião dessa outra discussão que queria a palavra.

O Sr. Miranda (para uma rectificação).—No *Jornal* da casa, referindo os trabalhos de hontem, se me attribue ter eu pedido a palavra contra um parecer da illustre comissão de marinha e guerra, relativo á pretensão do official Lindoso. Não fui eu que pedi a palavra contra esse parecer, pedi-a contra outro parecer da mesma comissão, em que ella requer a cooperação da nobre comissão de justiça criminal, afim de se tomar alguma providencia relativamente a um officio do ministerio da guerra de 1846 que versa sobre o modo de se punir o crime de aconselhar a deserção para paiz estrangeiro. Fazendo esta rectificação, rogo a V. Ex. haja de mandar tomar a competente nota, e que seja publicada no *Jornal*.

O Sr. PRESIDENTE.—Antes de pôr á votação a urgencia pedida pelo Sr. Souza Franco, devo fazer uma declaração á camara. Con-tou-me que foram detidos ou presos dous moços que perturbaram hontem a tranquillidade da camara. Depois de minha entrada na presidencia não fiz requisição alguma ao governo; mas sei que o Sr. presidente da camara a fez, e estou decidido a reitterar esta requisição, pois não devo consentir que pessoas faltas de bons principios (apoiados), venhão faltar ao respeito devido á camara (muitos apoiados), perturbar as suas discussões, e incommodar as pessoas sãs que vêm ás galerias. (Muitos apoiados.)

O Sr. GOMES RIBEIRO.—Apolado! Aqui não é a platén do theatro.

O Sr. PRESIDENTE.—Os senhores que apolão a urgencia pedida pelo Sr. Souza Franco queirão levantar-se.

A urgencia não é apolada.

O Sr. Souza Franco.—Apresentarei uma indicação amanhã.

ORDEM DO DIA

PROCESSO INSTAURADO AO SR. DEPUTADO
PAULA FONSECA

Confinua a discussão do parecer da comissão de constituição sobre o processo intentado ao Sr. Paula Fonseca.

O Sr. AFRIGIO (pela ordem) requer o encerramento desta discussão.

Approva-se o encerramento. E pondo-se a votos a materia, é approvado o voto separado do Sr. Souza Ramos, é rejeitado o parecer da maioria da comissão.

EMPRESTIMOS EXTERNOS DE 1823 E 1824

Entra em primeira discussão, na qual é approvada sem debate, a seguinte resolução:

« A primeira comissão de orçamento, tendo em consideração o que no seu relatório deste anno expõe o Sr. ministro da fazenda, julga conveniente a adopção da seguinte resolução que tem a honra de offerecer á casa. »

« A assembléa geral legislativa resolve: »

« Art. 1.º O governo fica autorizado para fazer as operações de credito que entender necessarias, afim de satisfazer, do modo menos oneroso á fazenda nacional, os encargos provenientes dos empréstimos externos contrahidos pela nação nos annos de 1823 e 1824. »

« Art. 2.º Ficão revogadas quaesquer disposições em contrario. »

« Paço da camara, aos 28 de Janeiro de 1850. —C. Carneiro de Campos.—J. F. Vianna.—Francisco de Paula Santos. »

COMPETENCIA DE ELEITORES PARA ELEIÇÃO DE SENADOR

Entra em primeira discussão o seguinte:

« A assembléa geral legislativa resolve: »

« Art. 1.º Os eleitores de parochia, eleitos em virtude do art. 80 da lei n. 887 de 19 de Agosto de 1846, são competentes para proceder a qualquer eleição de senador que haja de fazer-se durante a legislatura respectiva. »

« Art. 2.º Ficão sem vigor as disposições em contrario. »

« Paço da camara dos deputados, em 29 de Abril de 1850.—O deputado M. V. Tosta. »

O Sr. Souza Franco.—Tenho algum acanhamento em tomar a palavra, porque não sei até que ponto o Sr. presidente quizerá que chegue esta discussão, quero dizer, não sei bem sobre que hei de fallar. Hontem, quando fallava o meu honrado collega, e fazia observações proprias do objecto, S. Ex. o Sr. presidente julgou que elle gastava muito tempo, teve de interrompê-lo, e fez com que elle se sentasse em occasião em que fazia observações muito cabidas no caso. Em vista disto devo ter receio de que nesta ou em outra qualquer occasião possa parecer longas as minhas sempre muito breves reflexões que faço sobre as materias submettidas á discussão da camara.

Não sei que vantagem ha nesta medida que a torne merecedora de meu voto. Ainda ha muito pouco tempo, tendo-se publicado a lei de 19 de Agosto de 1846, se modificou a legislação anterior a respeito da eleição de senadores; e já agora, quando nenhum inconveniente se pôde ter notado, ao menos quando a experiencia não é sufficiente para demonstrar que esta legislação de quatro annos é inconveniente, vem-se pedir a sua revogação!

Um escriptor querendo apresentar o caracter de diversas nações e o seu modo de trajar, pintou-as com os figurinos das modas que cada uma usava, ou de seu traje nacional; mas chegando á nação portugueza ou brasileira, apresentou um sujeito sem vestidos com uma peça de fazendas debaixo do braço e com a tesoura na mão, em duvida sobre o ultimo vestido que cortaria. Estou que alguém, quando nos seus almanaks quizer dar alguma idéa da legislação eleitoral do Brazil, ha de deixar uma folha em branco com um emblema

que indique que no dia seguinte se espera mudança. Com effeito, cada dia novas mudanças se apresentam entre nós nas materias mais importantes! Entendem-se que a eleição de senadores devia separar-se da eleição de deputados, que para cada uma destas eleições devião haver eleitores diversos, que cada senador devia ser eleito por eleitores escolhidos na occasião de cada vaga no senado; ainda ha quatro annos que se isto fez: ainda me lembra que, quando se tratou no anno de 1848 de fazer com que os mesmos eleitores que tinham acabado de votar no Sr. Saturnino de Souza e Oliveira, e que por morte desse senhor não tinham concluido a sua missão, que era levar ao senado um membro, ainda me lembra que, sustentando-se então a necessidade de não repetir-se a eleição, a opinião dos membros que hoje estão em maioria nesta casa foi muito contraria a esta idéa: sustentarão que se fizesse nova eleição. Mas hoje, mudando de opinião, querem que a eleição de eleitores para eleger os senadores dure por todos os quatro annos da legislatura!

Eu não entendo, senhores, o espirito deste projecto. Diz elle: « Os eleitores da parochia eleitos em virtude do art. 80 da lei de 19 de Agosto de 1848 são competentes para proceder a qualquer eleição de senador que haja de fazer-se durante a legislatura respectiva. » Quererá o nobre ministro da marinha, que não está presente, mas que assignou este projecto, que os eleitores já eleitos em virtude do art. 80, isto é, que os eleitores actuaes elejam todos os senadores? Quererá que os eleitores que se estão elegendo, por exemplo, agora na Bahia, que não têm missão senão de escolher um senador, quero dizer, de designar tres nomes, fiquem com o direito de designar os que forem precisos eleger nos quatro annos? Eu não me admiraria desta idéa: não me admiraria que aquelles que não querem entender que do povo é que partem estes direitos, que o povo é quem dá esta missão, e que portanto se os eleitores elegem os deputados, é d'elles que lhes vem a missão, e que assim é preciso que também elle fixe o alcance da missão dos eleitores que devem designar uma lista de candidatos para senadores, e se por quatro annos ou não; não me admira, digo, que esses que assim não pensão não vão procurar na sua verdadeira origem os poderes desses eleitores. Mas admirar-me-hia que a camara adoptasse esta opinião, e quizesse também ella fazer com que os eleitores, cuja missão é circumscripta a uma só vez, tivessem a missão mais ampla de designar todos os eleitores nos quatro annos!

Depois, senhores, é necessario attender á differença muito notavel que ha entre os eleitores para uma eleição de deputados, e os eleitores para uma eleição de senadores. Os eleitores para uma eleição de deputados, cumprida a sua missão, quasi que desaparecem, restão-lhes sómente alguns actos de pouca importancia; mas os eleitores dos senadores durassem por todos os quatro annos, ficariam com um poder, com attribuições muitas vezes contrarias ao espirito com que de ordinario os eleitores são feitos. E se por um lado já o senado vitalicio em si não pôde representar as opiniões da maioria do paiz, mas só daquelle maioria occasional que escolheu o respectivo senador, dando-se aos eleitores o poder de votarem nos quatro annos em qualquer lista triplex para os senadores que vagarem durante os quatro annos, accresceria ainda mais o inconveniente, porque muitas vezes nem na formação da lista triplex appareceria a opinião da maioria, porém, a de uma pequena fracção da população.

Todas estas razões fazem-me decidir contra qualquer alteração que se intente nesta materia no sentido proposto. Se fosse conveniente fazer alterações na lei eleitoral, declaro que um outro artigo seria o que eu tivesse de

propôr; proporia que entre as designações que se exigem hoje a respeito dos candidatos se determinasse que se remettesse também para cada um dos municipios um retrato dos candidatos, para que ao menos tivessem muitas vezes os eleitores este unico meio de conhecer de alguma maneira aquelles em quem têm de votar.

Voto contra o projecto.

Dá-se por discutida a resolução; é approvada.

REVOGAÇÃO DE UMA LEI DE PERNAMBUCO

Entra em 1.ª discussão a seguinte resolução:

« Artigo unico. Ficão revogadas, por inconstitucionaes, as disposições dos §§ 1b e 18 da lei provincial da provincia de Pernambuco n. 24 de 18 de Junho de 1849, que impõe sobre o tabaco, charuto, cigarro, sabão, e bebidas espirituosas de produção estrangeira, ou de outras provincias do imperio.

« Paço da camara dos deputados, 12 de Abril de 1850. — J. M. Wanderley. »

O Sr. Paes Barreto: — Sr. presidente, eu me levanto, não para tratar da questão principal que envolve o projecto, porque me parece que não é esta a occasião opportuna para isso; pedi a palavra sómente para propôr um adiamento, ou antes para pedir que este projecto seja remittido a commissão de assembleias provinciaes afim de que a commissão se entenda que com effeito a lei, cuja revogação se propõe, é inconstitucional, formule uma medida geral, revogando todas as leis provinciaes que se acharem nas mesmas circumstancias.

Sr. presidente, a simples enunciação deste meu requerimento é sufficiente para fazer conhecer á camara os seus fundamentos. Em 1.º lugar acho conveniente que se estabeleça uma discussão regular a respeito de um principio que aliás não é expresso na constituição, isto é, se as assembleias provinciaes podem ou não impôr sobre productos de outras provincias. É esta uma questão importante que não vejo claramente decidida na constituição, e que entretanto o projecto a dá como liquida. Em segundo lugar desejo evitar que se faça uma injustiça, revogando-se uma lei, e deixando-se em vigor muitas outras semelhantes, pois que, como é sabido, quasi todas as assembleias provinciaes têm imposto sobre productos das outras provincias. Poderia apresentar á casa a legislação do Pará, Maranhão, Ceará, Bahia, Parahyba, S. Paulo, Rio Grande do Sul, etc. etc., em que se impõe sobre objectos de produção de outras provincias. Portanto julgo que é conveniente que a camara, uma vez que trata deste assumpto, estabeleça uma medida geral que revogue todas essas leis, e não uma sómente, salvo se se quer fazer uma injustiça, tomando-se uma deliberação sómente a respeito de Pernambuco, o que não supponho. Vou pois mandar um requerimento á mesa.

É lido e apoiado o seguinte requerimento do nobre deputado:

« Requeiro que o projecto seja remittido á commissão de assembleias provinciaes, para que a mesma commissão, no caso de entender que é inconstitucional a lei cuja revogação se pretende, proponha a revogação de todas as leis provinciaes que se achão nas mesmas circumstancias. »

O Sr. Carneiro da Cunha: — Em geral sou inimigo de adiamentos: tenho de votar contra este, principalmente versando elle sobre uma materia em que cumpre tomar alguma deliberação. Se essa lei de Pernambuco impõe tributos sobre generos de outras provincias, é necessario revogal-a.

O nobre deputado pede o adiamento para que se revogue todas as leis provinciaes que estiverem na mesma circumstancia. Em parte tem elle

razão, mas não em tudo, porque é negócio que deve ser já decidido. Revogando já essa lei de Pernambuco, estabeleça-se que as provincias não podem impôr sobre os generos das outras, como que se fixa uma regra a este respeito. Sabemos qual é o motivo dessas medidas; ha provincias pobres, e outras bem ricas em productos, cuja cultura cumpre não desanimar com a sustentação destas medidas. Demais, é injusto que as assembleas provinciais estejam augmentando as suas rendas, não digo já impondo sobre os productos de outras provincias, mas ainda sobre os productos da propria provincia; e então para que? Para gastar talvez esses dinheiros em objectos em que não devião ser empregados, como succede na provincia do Rio de Janeiro, e naturalmente em outras, pois que nem sempre as assembleas provinciais têm procedido neste negocio com a necessaria economia.

Eu julgo que não devemos carregar com tantos tributos o povo brasileiro; elle já carrega com bastantes. Cumpre tomar uma deliberação a este respeito, e por isso não deve passar o adiamento.

Eu devo uma resposta ao nobre deputado pelo Rio Grande do Norte, que em uma das sessões passadas, pedindo a palavra para exigir informações, julgo dever reprehender-me, censurar-me fortemente por algumas palavras que eu disse a respeito do um seu amigo...

O SR. PRESIDENTE: — Mas a questão é a do adiamento.

O SR. CARNEIRO DA CUNHA: — Mas foi pedindo informações que o nobre deputado me fez uma grande censura; nem eu pretendo occupar a camara por muitos minutos....

O SR. PRESIDENTE: — Mas é do adiamento que agora se trata.

O SR. CARNEIRO DA CUNHA: — Eu peço a V. Ex. que me permita responder com duas palavras...

O SR. PRESIDENTE: — Não posso.

O SR. CARNEIRO DA CUNHA: — O nobre deputado, defendendo o seu amigo, o Sr. senador Alencar, fez-me uma censura violenta....

O SR. PRESIDENTE: — Fora do adiamento não dou a palavra.

O SR. CARNEIRO DA CUNHA: — O nobre deputado, a quem me refiro, foi tambem fóra da questão de que então tratava, e foi estando eu ausente que me lançou essa censura que quero repellir.... Mas enfim, como V. Ex. não me permite responder a esse nobre deputado, guardarme-hei para em outra occasião dar a resposta que devo. Eu nunca provoquei nem provoico a ninguém, mas não posso supportar censuras injustas.

O SR. FIGUEIRA DE MELLO: — Voto pelo adiamento proposto pelo nobre deputado o Sr. Pires Barreto. Entendo que uma vez que ha leis de outras provincias em que se estabelecem impostos sobre os productos de outras que com ellas têm commercio, devemos, por igualdade de razão, fazer com que todas essas leis sejam revogadas ao mesmo tempo, e não simplesmente a lei de Pernambuco, que não está em peiores circumstancias. (Apoiados.)

Aggreaço, além disto, que essa lei de Pernambuco não é uma lei nova, é a repetição de outras leis que têm apparecido na provincia, desde 1840, e que, se me não engano, tem sido sempre confirmada. O governo imperial a quem as leis provinciais são remetidas, e que as manda ao procurador da coroa e fazenda para examinar se ellas offendem aos interesses das outras provincias, ou são contrarias á constituição, o governo imperial, digo, não me consta que tenha em tempo algum reclamado contra a lei de Per-

nambuco, cuja revogação agora se propõe; antes a sua acquiescencia me faz suppor que essa lei não é tão claramente anti-constitucional como se pretende.

Cumpra ainda attender que, se a lei de Pernambuco fór revogada agora, vai fazer-se um grande mal á provincia, porque me parece que ella dá aos cofres provinciais talvez a oitava parte do seu rendimento; creio que os impostos cobrados por essa lei do 1849 andão por alguns 60 ou 80 contos. Ora, tirar do cofre a oitava parte da renda de Pernambuco, sem substituir-lhe outra equivalente, é fazer immenso mal á provincia, principalmente quando ella está tão mal aquinhoadada nos impostos que lhe forão consignados pelas leis geraes, e está quasi impossibilitada de cuidar nos seus melhoramentos materiaes mais urgentes. Ainda hoje esperamos por uma lei de divisão de impostos, conforme promette o acto addicional, o qual habilite as provincias a cuidar desses melhoramentos materiaes, e portanto entendo que não devemos ser precipitados em tirar a Pernambuco essas poucos rendimentos que lhe restão.

Parece-me que, por esses tres motivos, o adiamento não pôde deixar de ser approvado pela camara, e que sem razão tem sido impugnado pelo orador que me precedeu. Se a lei de Pernambuco é inconstitucional, questão de que agora não devo tratar, então são inconstitucionaes tambem as leis de outras provincias que tratão de materia semelhante, e neste caso deve a camara tomar uma medida geral. Em segundo lugar, se o governo tem estado silencioso a respeito dessa lei, então algum motivo ha para isso, e cumpre que examinemos a questão com toda a profundidade, remettendo por consequencia o projecto do Sr. deputado pela Bahia á commissão de assembleas provinciais para ella dar o seu parecer de um modo explicito, e procurar nas collecções que existem na camara as leis iguaes que devemos revogar, por identidade de razão. Eu mesmo poderia apresentar-lhe algumas que estão em taes circumstancias. Sómente assim poderemos tomar uma deliberação, assizada e justa. A demora de alguns dias não pôde ser prejudicial ás nossas discussões.

Voto por consequencia pelo adiamento.

O SR. MORAES SARMENTO: — Não me paracem procedentes, Sr. presidente, os argumentos que se têm produzido em apoio do adiamento que está em discussão, o qual entendo que não merece ser approvado pela camara. (Apoiados.) Disse-se que, havendo algumas leis de outras provincias que dispõem o mesmo que a resolução da de Pernambuco, cuja revogação propoz o meu honrado amigo, representante pela provincia da Bahia, não era regular que se discutisse essa revogação sem que primeiramente a commissão respectiva, sendo ouvida sobre a materia, apresentasse um projecto comprehensivo de todas as resoluções provinciais que estiverem no mesmo caso que a de Pernambuco. Não me parece valioso este argumento, porque não vejo impossibilidade alguma em que se faça isso que quer o honrado deputado, autor do adiamento, por meio de emendas ou artigos additivos. (Apoiados.) Reconhecido e verificado que a resolução de Pernambuco é anti-constitucional, e que portanto não deve subsistir, nada mais facil, nem mais conforme com os esylos, e até com a razão, do que estender a disposição revogatoria a todas quantas resoluções provinciais estiverem em identicas circumstancias, não necessitando por isso, no meu modo de pensar, que vá á commissão o projecto que se quer adiar; porquanto, o que se disser a respeito da resolução de Pernambuco tem todo o cabimento ás de outras provincias, que bastará que sejam apontadas para que immediatamente fiquem comprehendidas na mesma

disposição que se quer fazer passar para Pernambuco. Disse-se mais, Sr. presidente, que o adiamento era conveniente, porque o procurador da corôa não havia ainda sido ouvido acerca da resolução de Pernambuco.

O Sr. FIGUEIRA DE MELLO:—Não foi isto o que eu disse. Eu disse que era motivo para supôr se que a lei não é inconstitucional o não ter representado o procurador da corôa; que, portanto, bom era examinar este negocio.

O Sr. MORAES SARMENTO:—E' a mesma coisa ou peor do que eu tinha percebido. Sr. presidente, é a primeira vez que ouço dizer que, não tendo o procurador da corôa representado contra uma lei, não se podia supôr e entender que ella era inconstitucional. Ignoro mesmo se tal attribuição tem o procurador da corôa; mas quando tenha, de modo algum está a assembleia inhibida de examinar se as leis provinciaes estão em opposição á constituição, e assim o decretar, se o entender em sua sabedoria. (Apoiados.)

Mas diz o Sr. deputado que é bom examinar este negocio. Eu o não contesto: e por ventura, se não passar o adiamento, deixará de haver esse exame? O que é a discussão senão o exame da materia que se discute? Não foi a resolução dada para ordem do dia ha immenso tempo? Sem duvida; e para que? Para que cada um dos honrados membros a estudasse e examinasse, porque não vejo necessidade desta nova demora.

O Sr. FIGUEIRA DE MELLO:—O que eu desejo é que seja ouvida a comissão de assembleas provinciaes para que nos esclareça com o seu parecer, como é pratica.

O Sr. MORAES SARMENTO:—Tambem é pratica discutirem-se resoluções sobre que não foram ouvidas as diversas commissões da casa. Eu aprecio muito as luzes da honrada commissão de assembleas provinciaes, mas não julgo no caso vertente tão indispensavel a sua audiencia, que della se não possa prescindir, pois que a materia é muito clara. (Apoiados.)

Tambem não me parece de peso a razão apresentada em segundo lugar pelo Sr. deputado por Pernambuco que fallou ultimamente, de que se a lei fosse inconstitucional já o governo teria vindo pedir a sua revogação. Muitas leis existem que são oppositas ao acto adicional, e todavia a sua revogação até hoje não tem sido pedida pelo governo, que até não tem semelhante attribuição! (Apoiados.) Sim, o governo não tem dever tão restricto e rigoroso de propor a revogação das leis provinciaes anti-constitucionaes, de sorte que o não haver-lhe feito possa induzir-nos a crer que nenhuma lei ha que seja anti-constitucional.

O Sr. FIGUEIRA DE MELLO:—Dão suspeitas, e então é bom ir á commissão.

O Sr. MORAES SARMENTO:—O não ter o governo pedido a revogação da lei provincial de Pernambuco não tem significação alguma. Sr. presidente, o juiz desta questão é somente a assemblea geral, é o poder legislativo! Sendo estes os unicos argumentos que se offerecerão em favor do adiamento, e não podendo elles proceder, como me persuado que acabo de mostrar, supponho que deve ser rejeitado o requerimento de adiamento, contra o qual milita igualmente outras considerações em que vou entrar. V. Ex. e a camara sabem, e ninguém desconhece, quanto o desenvolvimento da industria é impedido pelos tributos excessivos que pesão sobre ella (apoiados); se além daquelles que são legitimamente lançados se deixar continuar a pratica abusiva em que estão as assembleas provinciaes de imporem sobre objectos que não são de sua alçada, qual será o resultado? Sem duvida a

continuação do atrazo em que está a industria (apoiados), e a progressiva diminuição da riqueza e da prosperidade das provincias. V. Ex., Sr. presidente, sabe que a unica fabrica de fazer sabão que ha na provincia de Pernambuco, não tem podido desenvolver-se, não tem podido chegar ao pé de prosperidade a que deve, em consequencia do tributo que tem sido lançado sobre seus productos no Maranhão e em outras provincias. O mesmo se dá a respeito da produção de outras fabricas que existem em outras provincias; portanto, para que demorar a decisão de negocio tão urgente e tão claro? Ora, que as assembleas provinciaes não podem impôr tributos sobre os objectos de produção das outras provincias, e sobre objectos de importação, é evidentissimo á vista do acto adicional. Se isto é evidente, se é claro e expresso, porque havemos de demorar mais este negocio, remettendo a uma commissão a resolução que está em discussão? (Apoiados.)

O Sr. WANDERLEY:—E' uma declinatoria para não se fazer nada.

O Sr. MORAES SARMENTO:—Desta maneira nunca se revogará as diversas leis que estão em opposição ao acto adicional: é preciso que principiemos, para que possamos fazer alguma coisa. Se estou em erro, se penso mal, se a lei da provincia de Pernambuco não é contra o acto adicional, se os nobres deputados assim o entendem, combatão a resolução, votem contra ella; mas se a minha opinião é boa, se a lei provincial de Pernambuco é contra o acto adicional, então revoguemol-a logo. Para que demorar tão manifesto beneficio como o que deve resultar da adopção desta resolução? (Apoiados.) Quando se avalla que uma materia, sendo discutida, ha de passar, quem não deseja que assim succeda propõe um adiamento, o qual, se é approved, fica a materia morta *ipso facto*. Isto é sabido, e pois se a camara não quer que se mata esta resolução, peço-lhe que vote contra o adiamento, porque a sua approvação importará a morte da resolução. Voto contra o adiamento.

O Sr. PAES BARRETO:—Sr. presidente, as razões produzidas pelo honrado deputado do Rio Grande do Norte contra o adiamento que tive a honra de propor, não me parecem tão vigorosas e de tal peso que devão induzir a camara a não approvar o meu requerimento. Disse o honrado deputado que o projecto deve entrar logo em discussão, porque sendo evidentemente contraria á constituição a disposição da lei de Pernambuco, a que se refere o mesmo projecto, é de grande utilidade que seja ella immediatamente revogada; e que quanto ás outras que se achão em iguaes circumstancias, poderão ser igualmente revogadas por meio de uma emenda.

Sr. presidente, eu entendo que nestas materias a camara deve, sobretudo, proceder com imparcialidade e com justiça (apoiados); mas de certo bem longe estaria ella de seguir as regras da justiça e da imparcialidade se por ventura revogasse a lei da provincia de Pernambuco, privando-a das rendas que percebe em virtude dessa lei, e consentisse ao mesmo tempo que muitas provincias continuem a impôr sobre os productos de outras provincias, e a tirar grande proveito dessas imposições. Saiba a camara que grande parte dos productos de Pernambuco estão sujeitos a fortes imposições em quasi todas as outras provincias, mesmo aqui no Rio de Janeiro a aguardente de Pernambuco soffre duas imposições.

UMA VOZ:—Pernambuco deu o exemplo.

O Sr. PAES BARRETO:—Eu não sei se Pernambuco deu o exemplo: se deu, é preciso convir em que as outras provincias forão muito facéis em

adoptar-o. O que posso affirmar ao nobre deputado é que na sua provincia se impõe mais de 25 % sobre o assucar produzido em Pernambuco, entretanto que não me consta que em Pernambuco se imponha sobre objecto algum produzido no Maranhão.

(*Ha um aparte.*)

Isto o que prova é que todas as provincias se impõem mutuamente, e é mais uma razão para que o corpo legislativo tome uma deliberação geral que abranja todas essas leis que impõem sobre objectos de outras provincias, no caso de entender que são contrarias á constituição. (*Apoiados.*)

Um Sr. DEPUTADO:— Mas para chegar a este resultado?

O Sr. PAES BARRETO:— Para chegar a esse resultado, o meio mais facil e regular é sem duvida esse que propuz: não é sobre a perna e de repente que se póde examinar a legislação de todas as provincias do imperio; a propôr a revogação de todas as leis que offendem a constituição; ninguém de certo querará, nem poderá, mesmo encarregar-se de semelhante tarefa: a commissão é quem possue as habilitações necessarias para offerecer um trabalho dessa ordem.

O Sr. MORAES SARMENTO:— Fazemos o bem que podemos.

O Sr. PAES BARRETO:— Portanto, acho que a camara, para proceder regularmente e com imparcialidade, deve antes de tudo examinar se é verdadeiro o principio estabelecido no projecto, de que as assembleas provinciaes não podem impôr sobre productos de outras provincias, e no caso de julgar que semelhante principio tem o seu fundamento na constituição, revogar, não uma ou outra lei provincial, mas todas que lançem taes imposições.

(*Ha varios apartes.*)

Dizem os nobres deputados que não ha a menor duvida a respeito da inconstitucionalidade desses impostos; eu não vejo disposição alguma no actô adicional, da qual resulte claramente semelhante doutrina.

(*Ha um aparte.*)

O art. 12 o que diz é que as assembleas provincias não podem impôr sobre objectos de importação; isto é, objectos que são importados do estrangeiro, e com isto quiz a constituição evitar que as assembleas provinciaes impuzessem sobre objectos que estão sujeitos a imposição geral.

(*Ha um aparte.*)

Onde é que está determinada na constituição que as provincias não soffrerão imposições das outras? Repito, não vejo em parte alguma da constituição decidida esta questão, vejo pelo contrario, que as assembleas provincias estão no gozo desse direito ha muitos annos, e que a assemblea geral o tem consentido até hoje.

O Sr. WANDERLEY:— Não apoiado: hei de provar com exemplos em contrario.

O Sr. PAES BARRETO:— Basta considerar que existem muitas leis impando sobre productos de outras provincias, para conhecer que as assembleas provinciaes estão no gozo deste direito, e que a camara não tem tomado uma medida decisiva sobre este objecto. Eu não affirmo, Sr. presidente, que as provincias podem impôr-se mutuamente, nem que a constituição o permite; o que me parece é que esse ponto não é tão liquido como suppoem alguns honrados membros, que dá lugar a contestações, e que portanto bom é que seja submettido á commissão, para que apresente o seu parecer desenvolvido, e a camara discuta a materia com reflexão e com paciencia. Para que servem as commissões entre nós, se se podem discutir questões desta ordem logo que apparecem, sem que sejam ellas ouvidas e consultadas?

O nobre deputado pelo Rio Grande do Norte, que combateu o adiamento, tratando de mostrar inconvenientes da lei de Pernambuco, nos disse que as assembleas provinciaes, impondo sobre productos de outras provincias, não fazem mais do que acabrunhar a industria, e estancar a fonte da riqueza dessas provincias. Não entro agora nesta questão, porque, como já disse, não é esta a occasião opportuna para tratar della; mas se o principio estabelecido pelo nobre deputado é verdadeiro, é esse mais um argumento em favor do meu requerimento, pois que o que desejo é que a commissão proponha uma medida geral que abranja todas as leis provinciaes que estiverem em identicas circumstancias; porquanto não é só a industria do tabaco na provincia da Bahia, e do sabão no Rio de Janeiro, que deve merecer a attenção da camara, tambem as industrias de outras provincias, que soffrem vexame, estando no mesmo caso, devem receber igual favor. Se se quer que Pernambuco não imponha sobre objectos de produção das outras provincias, não se consinta tambem que os seus productos soffrão nessas provincias fortes imposições.

Sr. presidente, creio que os unicos argumentos apresentados pelo honrado membro forão esses que eu acabei de combater: resumo o que disse nos seguintes termos: entendo que a questão que envolve o projecto é de grande importancia, e que merece um exame aprofundado, para o que me parece conveniente que seja submettida á commissão das assembleas provinciaes, em cuja illustração muito confio, a qual tratará sem duvida de elucidar e de submeter o seu trabalho á camara para decidir com madureza; em segundo lugar quero que se proceda com igualdade, e que uma vez que se trata de estabelecer uma semelhante medida, seja ella extensiva a todas as provincias, e não se restrinja á provincia de Pernambuco sómente.

Ha outra razão ainda em favor do adiamento; esta lei provincial é uma lei annua, talvez a assemblea provincial haja tomado uma medida a este respeito, e a tenha mesmo revogado, e então inutil se tornaria este projecto.

O Sr. PEREIRA DA SILVA:— Póde ser.

O Sr. PAES BARRETO:— Póde ser que tenha tomado; declaro ao nobre deputado que eu não quero arredar o projecto da discussão, nem mesmo evitar que seja elle approvedo, o que quero é que haja igualdade. O nobre deputado pelo Rio Grande do Norte disse que o meu adiamento era uma estrategia, e que se queria mandar o projecto para a commissão para que elle lá morresse. Declaro que quando fiz o requerimento, não tive isto em vista, e nem podia ter, porque estou bem persuadido que a illustre commissão não deixará de cumprir o seu dever, e de responder á confiança da camara; apresentando o adiamento não fui levado por outras razões além daquellas que acabei de expender. A supposição do nobre deputado pelo Rio Grande do Norte me parece que envolve uma grave offensa á nobre commissão das assembleas provinciaes; eu espero que ella se defenderá.

O Sr. Wanderley:— Sr. presidente, sorprende-me na realidade que os illustres deputados por Pernambuco, alguns dos quaes já tem pedido a palavra a favor do adiamento, se persuadão que ha neste projecto que eu proponho uma parcialidade contra a mesma provincia. Declaro que tal cousa não tive em vista; tratei de examinar todas as leis de orçamento das diversas provincias do imperio, para ver aquellas que continhão disposições que pudessem offender os direitos e interesses de outras provincias; desgraçadamente no archivo da camara não encontrei senão algumas, e para que eu obtivesse um exemplar da lei de Pernambuco, foi-me preciso

rogar a um illustre deputado pela mesma provincia que m'o subministrasse, e foi sobre este exemplar que formulei o meu projecto. Dir-me-ha o honrado deputado: « Por que não procurou igualmente de outros senhores deputados das diversas provincias analogos exemplares? » Respondendo: « Por que o mal que a minha provincia soffre da imposição da lei de orçamento da provincia de Pernambuco data de muito tempo. » Nesta camara já eu tenho dito alguma coisa a este respeito em anteriores sessões. Parece-me tempo mais que sufficiente, afim de que os illustres deputados, amigos como são da constituição e respeitadores dos direitos de outras provincias, tivessem tratado da revogação dessa disposição da lei; mas, pelo que observo, os illustres deputados querem persistir em considerá-la legal e conveniente. Não é por certa agora occasião opportuna para entrar-se nesta discussão, porque se trata do adiamento; mas o projecto tem de passar por tres discussões, foi apresentado ha quasi dois mezes, tem havido tanto tempo para estudá-lo, e para que ir á commissão? Não posso concordar que o projecto vá á commissão de assembleas provinciaes, não só por este motivo, como tambem porque esta commissão (talvez por motivos precedentes) não tem apresentado trabalho algum durante uma sessão inteira que temos estado aqui reunidos.

O illustre deputado, que é secretario, disse que esta lei existia já de muitos annos, que até hoje não tinha havido contra ella reclamação alguma, que sem duvida teria apparecido se ella offendesse a constituição e os direitos de outras provincias. Senhores, é uma razão de mais para que não adiemos a questão, já padecemos ha perto de dez annos os perniciosos effeitos dessa lei sobre as outras provincias.

O SR. PAES BARRETO: — Revoguem-se todas.

O SR. WANDERLEY: — Eu não pude comprehender qual a força do argumento que apresentou o nobre deputado, quando disse que o governo não tinha até hoje proposto a revogação da lei, porque é sabido que muitas leis inconstitucionaes ali existem, cuja revogação o governo não tem proposto, e nem o governo é juiz em taes materias; o acto adicional incumbe exclusivamente á assemblea geral o revogar as leis que forem inconstitucionaes e offenderem direitos e interesses de outras provincias.

Disse mais o honrado membro que não devemos revogar esta lei com precipitação, porque os rendimentos provenientes da disposição que se quer revogar equivalerão talvez á oitava parte da renda da provincia de Pernambuco, ou alguns 60:000\$. Não ha precipitação quando a lei tem subsistido ha tantos annos; e vejão os honrados deputados, que não estão interessados na conservação da lei, que damno não temos soffrido com a imposição de que ella nos sobrecarrega. (Apoiados.)

O SR. FIGUEIRA DE MELLO: — Na Bahia tambem succede o mesmo.

O SR. WANDERLEY: — Eu direi ao illustre deputado que está completamente enganado. Assim, para se sustentar uma imposição donde provém uma renda de 60:000\$ annuaes á provincia de Pernambuco, devemos nós todos concorrer e sustentar aquillo que é contrario á constituição, á industria das demais provincias. O que se diz se as provincias cuidassem de retallar da mesma forma que aconteceu no Maranhão? Pernambuco impõe sobre o sabão, e diversas produções de outras provincias; Maranhão impõe sobre o assucar de Pernambuco, outra importará sobre o café, etc.; e viriamos a tornar-nos estados livres e independentes. Quando todos os paizes da Europa, posto que independentes, procurão nas suas rela-

ções commerciaes a unidade, queremos nós, membros de um mesmo estado, procurar a divisão, e o systema de direitos differenciaes! Disse o illustre deputado: « Revoguem-se todas as leis provinciaes nas mesmas circumstancias, e não somente a de Pernambuco. » Prompto estou para revogar todas essas leis, mas encarregue-se o nobre deputado (como eu encarreguei-me de apresentar a revogação desta), de propôr a revogação das leis das outras provincias que offendem os interesses da sua; peço mesmo á illustre commissão que tome a si este trabalho, que é muitissimo importante. O que tem este com os outros projectos que possam ser apresentados? O acto adicional determina que quando uma lei de uma provincia fór inconstitucional a assemblea geral a revogue; podemos revogar parcialmente todas as leis, ou podemos reunir em um projecto; aqui não ha inconveniente, ao contrario é uma flanga que a assemblea dá de que serão revogadas todas as outras que se acharem nas mesmas circumstancias. O illustre deputado disse que não havia exemplo de revogar-se parcialmente uma lei, subsistindo outra identica.

O SR. PARANAGUA: — A de Minas Geraes.

O SR. WANDERLEY: — Eu ia citar o facto que o meu honrado amigo, deputado pelo Piahy, acaba de citar. Creio que os illustres deputados se recordão que a provincia de Minas Geraes impoz sobre os animaes carregados que entrassem de outras provincias: a assemblea geral revogou esta lei, deixando subsistir as de outras provincias, como a de Pernambuco. Ha pelo exemplo de se revogar uma lei de uma provincia sobre um objecto, deixando subsistir uma sobre o mesmo objecto em outras provincias.

Perguntou o illustre deputado se na Bahia igualmente não ha lei tributaria sobre objectos importados de outras provincias; digo que não ha, e se houvesse, o primeiro voto para a revogar seria o meu. Não temos alli esse mesquinho espirito de provincialismo e rivalidade; o lembrei um facto: na provincia do Rio Grande do Sul ha uma imposição tão prejudicial, e talvez mais prejudicial á minha provincia do que a que se trata de revogar, que impõe cerca de 40% sobre a aguardente da Bahia e de outras provincias. Na assemblea provincial da minha provincia, no anno passado, tal era já o soffrimento, muitos deputados provinciaes se lembrãõ de impôr sobre o charque do Rio Grande, querião impôr um tostão sobre cada arroba de charque. Este imposto renderia talvez 80:000\$, e muito melhoraria o nosso estado de finanças; mas a assemblea provincial da minha provincia, que tem sido muito escrupulosa para não praticar actos que sejam contrarios ao acto adicional, recuou, esperou que a assemblea geral tomasse providencias para livrar a Bahia desse vexame, ou que a assemblea provincial do Rio Grande reconhecesse o seu erro, e nos tratasse como irmãos. O que succederia se fossemos continuando desta forma?

(Ha um aparte.)

O SR. WANDERLEY: — Não me recordo que na minha provincia se imponha sobre objectos importados de outras provincias; os objectos importados de outras provincias não pagão na minha direitos superiores aos que pagão os fabricados ou produzidos na provincia. Não me importa que as assembleas provinciaes das outras provincias imponhão sobre generos de provincias diversas tanto quanto impuzerem sobre os seus proprios; mas impôr direitos differenciaes para proteger a industria da sua provincia, com exclusão da das outras, não sei como se possa dizer que é questão que não admite duvida.

Senhores, attenda-se a que a lei pernambucana, que foi a unica que eu pude consultar, pelas

razões que expuz, não se limita a impôr sobre os generos das outras provincias, impõe tambem sobre generos importados de fóra do imperio. Bastava que Pernambuco elevasse os direitos de importação sobre os tecidos, ou impuzesse direitos additionaes aos gerães, para ter uma renda de muitos mil contos, transtornando assim todo o systema da arrecadação geral. Admittido o principio, não poderemos recusar as consequencias que delle dimanão.

O SR. FIGUEIRA DE MELLA dá um aparte.

O SR. WANDERLEY:— Esta é uma questão tão clara e de tanto interesse, que eu não sei como se pretende demorar em primeira discussão o projecto sómente para irmos tomar uma medida geral, que não sei quando se tomará.

A vista do pouco que tenho dito, creio que a camara não deve approvar o adiamento do honrado deputado; não ha nisto parcialidade, haveria se ella quizesse revogar esta lei, e não prestasse o seu voto a outras em identicas circumstancias; mas penso que de maneira alguma pôde a camara ser arguida disto; espero portanto que ella dê o seu voto contra o adiamento.

O SR. NABUCO:— Não posso deixar de prestar meu voto ao requerimento de adiamento do projecto que se acha em discussão, para que elle vá á commissão de assembléas provinciaes, afim de que proponha uma medida geral sobre as leis de outras provincias que incorrem em nullidades da mesma especie; convém que com madureza se fixe uma regra a este respeito, porque o negocio não é tão claro como pareceu ao nobre deputado pela Bahia que propôz a revogação dessa lei provincial a que se refere o mesmo projecto. Eu não emittirei a minha opinião relativamente á questão, não tratarei de aprofundal-a, porque me parece fóra de proposito; mas direi que o negocio não é tão liquido, isto é, que as assembléas provinciaes não possam impôr sobre os generos das outras provincias. Invocarei o art. 16 do acto addicional, o qual diz: « Quando porém o presidente negar a sancção, por entender que o projecto offende os direitos de alguma provincia, nos casos declarados no § 8º do art. 10. » Parece que, segundo este artigo, as leis provinciaes que offendem os direitos de outras, são as que versão sómente sobre os casos do art. 10, § 8º; e quaes são estes casos?

O SR. WANDERLEY:— Refire o adiamento, e entremos na questão principal.

O SR. NABUCO:— Eis o art. 10, § 8º: « Sobre obras publicas, estradas e navegação no interior da respectiva provincia, que não pertencão á administração geral do estado. » A vista disto, o negocio não é tão liquido como parece, e por consequencia carece de exame maduro, sendo certo que a medida deve ser geral, quando se decidir que essas leis são inconstitucionaes. Senhores, o primeiro caracter de uma lei deve ser a utilidade publica; não basta que reconheçamos que esta lei é contra o acto addicional, ou contra a constituição, é preciso tambem que, ao passo que a revogamos, providenciemos sobre as consequencias da sua revogação. (*Reclamações.*) Isto é fundado nos principios mais triviaes do direito. *Multa fieri prohibentur quae si facta fuerint, obtinent firmitatem.*— a utilidade publica exige que muitas vezes se mantenha e se legitimem os effectos de uma lei, de um acto que se annulla. Note o nobre deputado que eu me refiro aos effectos da lei, effectos que devem ser acautelados. O projecto do nobre deputado não acautela estes effectos, o nobre deputado deroga simplesmente a lei, sem providenciar sobre estes effectos, como, v. g., sobre a renda do exercicio actual proveniente desses impostos, sobre os contractos havidos, etc. Eu invoco a este respeito a conducta do nobre

ex-presidente de Pernambuco, o Sr. Honorio, a quem não se pôde negar muito zelo pelos interesses do estado e pela constituição; elle, como administrador prudente, não se atreveu a pedir a revogação destas leis que aliás reconheceu por inconstitucionaes assim de chofre, disse á assembléa provincial que convinha que fosse este imposto substituido por outros e que se tomassem providencias afim de que esta lei fosse revogada; elle considerou o grande prejuizo da provincia, a sua situação, já muito empiorada, já muito aggravada pela rebelião que a ensanguentou, e pela peste que a tem assolado. O projecto do nobre deputado, porém, não considera estes effectos, o abalo que a renda dessa provincia ha de soffrer, não respeita mesmo o exercicio actual, diz apenas: fica revogada; o nobre deputado devia acautelar os effectos desta disposição.

UMA VOZ:— Não ha obrigação.

O SR. NABUCO:— Quando o legislador trata de annullar uma lei que tem creado interesses no paiz, deve de providenciar sobre estes interesses, sobre os direitos adquiridos, e se o legislador não faz isto, é imprudente. Eu poderia indicar na collecção de nossas leis, como das leis estrangeiras, muitas que têm derogado outras mandando todavia substituir seus effectos.

O SR. PRESIDENTE:— Não se trata da revogação da lei, trata-se de ir ou não o projecto á commissão.

O SR. NABUCO:— Ora, suppondo que nós tratássemos de revogar a lei da guarda nacional, a respeito da qual as assembléas provinciaes evidentemente têm invadido o poder geral conferindo postos, etc., pergunto eu, tratando nós de revogar a lei de guarda nacional, não deveriamos olhar para os effectos que esta lei produziu, para os interesses que ella creou, para os direitos que conferio com tolerancia nossa? Isto é incontraverso. É innegavel que as assembléas provinciaes têm exorbitado, mas é innegavel tambem que não é por esta maneira parcial que havemos de remediar essa exorbitancia das assembléas provinciaes. Não fará máo ver aos olhos de Pernambuco que seja revogada essa lei de Pernambuco e que continuem a vigorar as de outras provincias, como a do Maranhão que impõe sobre o assucar de Pernambuco, etc., etc.

UM SR. DEPUTADO:— Proponha a revogação desta lei.

O SR. NABUCO:— Como propôr isto de chofre? Que precipitação é esta? Não pôde ir este negocio á commissão, para com espaço e madureza fazer-se uma lei que comprehenda todas estas? A menos que não prevaleça a opinião do nobre deputado a respeito da nobre commissão de assembléas provinciaes, eu entendo que, se este negocio fór commettido á commissão de assembléas provinciaes, ella ha de apresentar uma lei revogando todas as questões nas mesmas circumstancias que esta.

O SR. WANDERLEY:— Onde estão seus principios sobre projectinhos? (*Risadas.*)

O SR. MORAES SARMENTO:— Que se devia ir reformando pouco a pouco.

O SR. NABUCO:— Trata-se de uma hypothese diversa; aqui apparece sobre a mesma especie diverso proceder, diverso sentido. A lei de Pernambuco é revogada, entretanto subsistem as de outras provincias, aqui ha incoherencia manifesta, parcialidade, e isto faz muito máo ver: o legislador deve attender a todas estas circumstancias, deve evitar esta parcialidade; entendo que o nobre deputado não obrou com espirito de parcialidade; mas, em se vendo esta lei, ninguém dirá que ella não é parcial.

Como bem ponderou o nobre autor do adiamento,

o nobre presidente de Pernambuco propoz a revogação desta lei; é muito de esperar que nesta ou na outra sessão seja ella revogada, acautelando-se os inconvenientes de uma revogação de chofre, de uma derogação que vá produzir graves inconvenientes na provincia de Pernambuco.

O nobre deputado pelo Rio Grande do Norte nos disse que não havia inconveniente, que não procedia o argumento sobre as leis de outras provincias, visto como nós podiamos derogar-as; mas creio que, segundo a interpretação do acto adicional, é mister que os actos das assembleas provinciales sejam derogados expressamente, é preciso que haja uma medida positiva determinando que a lei tal, da provincia tal, está derogada; isto é essencial á vista da interpretação, e não é cabível uma medida geral sem determinação e menção das leis; e pôde fazer-se isto agora sobre a perna?

O SR. MORAES SARMENTO:— Pois o que custa? O nobre deputado sabe quaes essas leis, apresente os artigos additivos revogando-as.

O SR. NABUCO:— Entendo, por consequência, senhores, que a prudencia, que a politica determina que procedamos neste negocio com muito tento, afim de que não sejamos olhados como parciaes, afim de que se faça um trabalho perfeito que acutale os effeitos destas leis derogadas, effeitos que cumpre acutelar, porque a camara sabe que a provincia de Pernambuco tem soffrido muito, foi ensanguentada pela rebellião, e assolada pela peste.

O SR. MORAES SARMENTO:— A Bahia não teve a peste?

O SR. NABUCO:— Teve, mas não teve a rebellião.

Voto, portanto, Sr. presidente, pelo adiamento.

O SR. VIANNA:— Pedi a palavra para dizer muito pouco, propriamente para confirmar uma proposição que emitti em um aparte. O nobre deputado por Pernambuco, autor do requerimento de adiamento, querendo, ao que me pareceu, justificar o acto da assemblea provincial de sua provincia que se pretende revogar, por impôr direitos sobre o sabão, charutos, e aguardentes importados em Pernambuco, quer de produção nacional quer estrangeira, disse que em todas as outras provincias se tinham carregado direitos sobre productos da provincia de Pernambuco; e citou, por exemplo, a aguardente e o assucar que pagão direitos no Rio de Janeiro, e em outras provincias; eu dei-lhe um aparte do meu lugar dizendo que o assucar e a aguardente de Pernambuco não pagão direitos no Rio de Janeiro: o nobre deputado contestou-me, e eu por isto preciso confirmar aquillo que disse. Não ha duvida alguma que na provincia do Rio de Janeiro, onde entra uma quantidade immensa de assucar de Pernambuco, não paga o assucar de Pernambuco senão o direito de exportação, quando se exporta; mas aquelle que é consumido na capital do Imperio, onde se consome grande quantidade de assucar de Pernambuco, esse não paga imposto algum, como o não paga o mais assucar que aqui se consome. Pelo que respeita á aguardente que se vende para exportação, pagão-se os direitos geraes de exportação; e paga o direito de patente aquella que se consome no Rio de Janeiro, não por ser aguardente de produção de Pernambuco, mas porque toda a aguardente que se consome no municipio neutro está sujeita a um imposto geral chamado de patente. Este imposto recaba não só sobre a aguardente de outras provincias, como também sobre a aguardente do Rio de Janeiro. Eis a explicação que eu queria dar ao Sr. deputado por Pernambuco, para justificar o aparte que dei, e o fim para que unicamente pedi a palavra;

mas, já que a tenho, fallarei também sobre o adiamento.

Pelo que respeita a esta parte, Sr. presidente, eu voto contra o adiamento para que se discuta a resolução, porque essa lei de Pernambuco, cuja revogação foi proposta por um illustre deputado pela Bahia, ferindo não só os interesses de outras provincias, onerando de impostos seus productos, bem como também os productos estrangeiros, é eviente que é uma lei inconstitucional e que vai de encontro aos principios estabelecidos no acto adicional, e portanto deve ser revogada; e é para admirar, Sr. presidente, a sem-razão com que a assemblea provincial de Pernambuco impoz sobre os charutos e sabão de produção do Rio de Janeiro, quando o Rio de Janeiro dá grande consumo ao seu assucar que entra aqui em grande quantidade, quer para o consumo, quer para exportação. Sendo o assucar de Pernambuco muito melhor que o do Rio de Janeiro, e ainda mais que o de S. Paulo, é aqui preferido pelos refinadores, que não refinão assucar senão misturando assucar do Rio de Janeiro com o de Pernambuco, e o que resulta é que o assucar de produção do Rio de Janeiro, que talvez não excedesse as necessidades do consumo interno, e que, quando muito, talvez chegasse para o consumo do Rio de Janeiro, e mesmo para ser exportado refinado, porque muito assim se exporta para fóra, o que o faria valer mais não haveria outro no mercado; tendo a concorrência do de Pernambuco, não só não obtém o mesmo preço no mercado, como por mais baixo preço se vende para exportação, o que por aquella razão excede as necessidades do consumo: e no entretanto, ainda ninguém no Rio de Janeiro se queixou que Pernambuco importe para aqui seus assucares porque ache aqui um mercado mais vantajoso: ainda ninguém pediu direitos sobre os assucares de Pernambuco para favorecer os de produção do Rio de Janeiro porque somos uma só nação, e o mercado do Rio de Janeiro é também de Pernambuco. (Apoiados.)

As razões apresentadas contra o adiamento não me parecem valiosas; disse-se que não se deve revogar uma lei só, que se devem revogar ao mesmo tempo todas as leis das mais provincias nas mesmas circumstancias da de Pernambuco.

Foi sempre costume revogar-se uma por uma, cada uma das leis provinciales nestas circumstancias; nunca vi que se reunissem muitas leis destas para se revogarem. Se com effeito o nobre deputado por Pernambuco tem conhecimento de alguma outra lei que deva ser revogada, a occasião é propria, apresente artigos additivos, revogando-as, e pôde contar para isso com o meu voto: nas provincias do Brazil não constituem estados diferentes. (Apoiados.) As circumstancias da provincia de Pernambuco não duvide que sejam calamitosas, mas isso não autorisa a que seja conservada uma lei contra o espirito e a letra do acto adicional. (Apoiados.) Se Pernambuco precisa de um supprimento do governo geral, como já obteve em outra época um de 800:000\$, peça se (apoiados); mas esperar que a assemblea provincial de Pernambuco substitua esta lei por outra, que crees impostos equivalentes a 60:000\$, para então revogar-a, nem isto está no acto adicional, nem nunca se fará, porque, senhores, eu observe uma coisa, e é que allegando-se em outros tempos, quando se pedia a criação das assembleas provinciales, que ellas tivessem o direito de impôr, porque as provincias estavam reduzidas ao mais miseravel estado, porque não podião os conselhos geraes nem ao menos crear um imposto para fazer uma fonte, e que tendo passado a faculdade ampla de poder impôr, nenhuma provincia queira crear rendas dentro em si mesma, porque as assembleas provinciales têm receios de se comprometterem com as loca-

lidades, entretanto que algumas não davão impôr sobre os productos de outras provincias, e esbanjar as rendas, que não chegam, porque, com magua o digo, vão-se na despeza com o pessoal, com augmentos indevidos de ordenados, no que exercem um grande patronato, (apoiados), e em obras mal pensadas.

Citarei a minha propria provincia que, tendo a renda consideravel que tem, está empenhadissima, e não lhe chega, porque tem consumido immenso dinheiro com augmentos de ordenados e com obras indiscretas, como uma do canal de Campos a Macahé (apoiados), com a da estrada da Estrella, e ainda com outras, que têm arruinado a provincia, e com o systema de dividir e subdividir o dinheiro para pequenas obras, e que ainda agora, vendo a provincia no estado em que está, está augmentando ordenados, e decretando centenas de contos para obras para que não ha dinheiro. Se as rendas das provincias não chegam, em muitas é tambem pela má direcção que se dá a suas rendas, é porque quasi toda vai no pessoal e em obras mal pensadas. Voto contra o adiamento.

O Sr. Joaquim Vilella:—Sr. presidente, não entrarei na questão principal, no merecimento do projecto que se discute; porque seria isto pôr-me fóra da ordem; mas entendo que devo dar a minha opinião sobre o requerimento de adiamento offerecido pelo meu illustre collega deputado pela provincia de Pernambuco.

Pronuncio-me, Sr. presidente, pelo adiamento, e o acho fundado em tão solidas razões que admiro que haja quem se lhe opponha, e não sei mesmo como a camara o poderá deixar de approvar.

Sr. presidente, a questão que nos offerece o projecto em discussão não me parece tão incontrouersa quanto julgo alguns nobres deputados que me hão presedido; mas, concedendo mesmo que assim seja, julgo que por isso mesmo não pôde deixar de ser approvado o requerimento de adiamento nos termos em que se acha concebido; porque, Sr. presidente, se por ventura é incontestavel, como affirmão os nobres deputados, a doutrina consagrada no projecto, sendo tambem incontestavel, como confessa o mesmo autor do projecto, e todos os nobres deputados que combatem o requerimento, que leis iguaes a esta da provincia de Pernambuco, cuja revogação propõe o projecto por inconstitucional, existem em outras muitas provincias do Imperio, não posso em verdade descobrir a razão porque sómente se ha de revogar essa lei de Pernambuco, ficando em vigor todas as outras das demais provincias (apoiados); não posso em verdade descobrir a razão porque se não ha de tomar uma medida geral, revogando todas as leis provinciaes cujas disposições forem identicas a essa de Pernambuco cuja revogação propõe o projecto (apoiados); antes vejo nesse modo de proceder uma desigualdade, uma parcialidade que se não casa com o espirito desta camara.

Sei muito bem, Sr. presidente, que como acaba de ponderar o nobre deputado pelo Rio de Janeiro, muitas vezes se tem procedido por partes a respeito da revogação de leis provinciaes; que em um dia, por exemplo, revoga-se uma lei desta ou daquella provincia que se reputa inconstitucional, e depois se revoga a de outra que está no mesmo caso; sei mesmo, Sr. presidente, que em regra não se pôde proceder de outra maneira porque é nosso dever ir revogando os actos legislativos provinciaes á proporção que vão chegando ao nosso conhecimento, quando elles ferem a constituição ou se achão nos outros casos em que pelo acto adicional devem ser revogados; mas note a camara a especialidade do caso em que estamos, e verá que

na actualidade não pôde estar na ordem proceder-se isoladamente a respeito da revogação de uma lei provincial de Pernambuco, quando ha leis identicas de outras provincias. A ordem, a regularidade neste caso pedem necessariamente que se proceda em globo a respeito de todas; porque a resolução que houvermos de tomar a respeito de uma, é justamente a que devemos tomar a respeito de todas. (Apoiados.)

Se vier hoje, por exemplo, ao nosso conhecimento um acto legislativo de qualquer provincia, que se supponha no caso de ser revogado, ou mesmo, se se tratar de algum que tenha partido só e especialmente desta ou daquella assemblea provincial, convenio que devemos proceder a respeito desse acto sem attenção a outros actos de quaesquer assembleas provinciaes que tambem possam estar no caso de ser revogados; mas se por ventura vier ao nosso conhecimento uma lei de qualquer provincia a respeito de objectos sobre que outras tenham legislado pela mesma maneira havemos de proceder especialmente á revogação de uma dessas leis, deixando as outras em vigor? Havemos de proceder por partes, quando o nosso dever é revogar todas, se todas são inconstitucionaes? Não: neste caso parece-me indubitavel que devemos proceder em geral a respeito de todas, sob pena de consagrarmos uma excepção odiosa. (Apoiados.) Logo, se é verdade que não é sómente na provincia de Pernambuco que existe consagrada em lei a disposição que supõe inconstitucional o autor do projecto; se é verdade que em outras muitas provincias ha disposições identicas, qual a razão porque a camara dos Srs. deputados ha de sómente revogar a lei provincial de Pernambuco? (Apoiados.) Qual a razão porque a camara dos Srs. deputados não ha de approvar o requerimento, remetendo o projecto á illustre commissão de assembleas provinciaes, afim de que ella, examinando a legislação das outras provincias, proponha uma medida geral para a revogação de todas as disposições identicas a esta da lei provincial de Pernambuco, se por ventura entender que são inconstitucionaes? (Apoiados.) Não é isto por ventura o que pede a igualdade? (Apoiados.) Não é isto o que pede a imparcialidade? (Apoiados.)

Sr. presidente, para que é que temos na casa uma commissão permanente de assembleas provinciaes? Não é para rever os actos legislativos provinciaes e propôr á camara a revogação dos que julgar inconstitucionaes? Logo, onde está o inconveniente que os nobres deputados que se oppoem ao adiamento enxergão em ser o projecto remetido á commissão de assembleas provinciaes? Creio que seria até muito regular ouvir-se o parecer da nobre commissão sobre a questão constitucional que o projecto envolve; mas o que não soffre duvida é que havendo leis de outras provincias identicas a esta de Pernambuco, o projecto deve ir á commissão para propôr a revogação de todas.

Pois, senhores, não será sobremodo desigual, não será eminentemente parcial que hoje revogemos essa lei da provincia de Pernambuco, e que entretanto continuem em vigor outras leis iguaes em outras muitas provincias, das quaes temos conhecimento e que podemos revogar juntamente com aquella? (Apoiados.) Não devemos ter por ventura o mesmo procedimento a respeito de todas as provincias do Imperio, e por consequencia revogando a lei de uma por inconstitucional, não devemos tambem revogar as de outra qualquer que estejam no mesmo caso?

Será por ventura igual, será imparcial que Pernambuco seja desde já privado do beneficio que lhe possa provir dessa lei...

O Sr. WANDERLEY (com ironia):—O alheio é tão bem ! !...

O Sr. JOAQUIM VILELLA: — ... cuja revogação propoz o nobre deputado pela Bahia, e que outras provincias continuem a gozar do beneficio proveniente da igual disposição, sabe Deos até quando?

Os nobres deputados que combatem o adiamento não podem negar que, se for elle aprovado, o effeito não é a revogação do projecto, e consequentemente a não revogação da lei de Pernambuco, porque o effeito é voltar o projecto á commissão para propôr a revogação de todos os actos identicos; portanto, se querem o cumprimento da constituição, porque se oppoem ao adiamento? Porque só querem esse cumprimento a respeito da provincia de Pernambuco? (Apoiados.)

Eu creio, Sr. presidente, que esta questão não é de conveniencia, é uma questão toda de principios, uma questão constitucional, que não pôde ser decidida pelos inconvenientes e prejuizos que a lei provincial de Pernambuco possa causar a esta ou aquella provincia. Assim que, respeitando as boas intenções do nobre deputado autor do projecto, eu não posso supôr que elle offerecesse esse projecto á consideração da camara unicamente porque entendesse que os interesses da provincia da Bahia erão offendidos pela lei provincial de Pernambuco, sobre que versa o mesmo projecto, não por certo, porque a questão é de principios, e não de interesses.

O Sr. WANDERLEY: — Eu sinto os effeitos da lei em minha provincia.

O Sr. JOAQUIM VILELLA: — Mas se o nobre deputado não entendesse que a lei da minha provincia é inconstitucional, que remedio tinha senão soffrer esses effeitos com paciencia? Estou que não viria propôr nesta camara a sua revogação. Por consequencia, se a questão é toda de principios, e não de conveniencias, parece-me que o nobre autor do projecto, que todos os mais Srs. deputados que se têm opposto ao adiamento, não devem interessar-se sómente pela revogação da lei provincial de Pernambuco, mas pela de todas as leis provinciales identicas; o contrario indica um procedimento parcial, e a parcialidade só se pôde explicar pelas conveniencias.

Pois, senhores, só havemos de revogar a lei de Pernambuco, porque o nobre deputado pela Bahia, sentindo os effeitos della em sua provincia, lembrou-se de propôr na camara a revogação della, e não de ficar em vigor todas as outras identicas que existem nas demais provincias, até que um ou outro deputado, por sentir os effeitos desta ou daquella em sua provincia, se lembre de propôr a revogação daquella que de perto lhe tocar? Não é muito melhor, não revela a camara verdadeiro espirito de justiça procedendo como querem os que sustentão o adiamento, isto é, revogando por um só acto todas as leis identicas, se as julgar inconstitucionaes? (Apoiados.)

O Sr. WANDERLEY: — Mas este espirito de justiça não entrou no animo do nobre deputado para revogar a lei em Pernambuco.

O Sr. JOAQUIM VILELLA: — Esta censura me caberia, se o nobre deputado pudesse provar que eu dominava a assembleia de Pernambuco, e podia dictar os seus actos. Mas, Sr. presidente, eu disse, desde que principiei a fallar, que não entrava na questão principal, ainda estou neste proposito; quando se tratar della, se quizer, e me convier, darei a minha opinião; por ora entendo que só posso fallar sobre o adiamento, e estou mostrando que a camara o deve approvar para proceder com igualdade e imparcialidade; pois que seria desigualdade e parcialidade manifestar revogar-se apenas uma lei de Pernambuco, quando existem em outras provincias leis iden-

ticas que se deixão em vigor. Parece-me que isto daria a entender que a camara dos Srs. deputados só tem as vistas na provincia de Pernambuco (apoiados), que só ella merece ser chamada a contas. (Apoiados e não apoiados.)

O Sr. WANDERLEY: — E' o inverso.

O Sr. JOAQUIM VILELLA: — Senhores, eu estou convencido que Pernambuco não merece ser tratado com esta desigualdade, não merece que se tenha com elle essa parcialidade. (Muitos apoiados.) Pernambuco tem direito pelo menos a ser tratado com tanta consideração quanto merece outra qualquer provincia do imperio (apoiados); não pôde ser tratado com menos consideração. E' verdade que ha pouco houve uma revolta em Pernambuco; mas é isto razão para que seja elle tratado com essa parcialidade que querem os nobres deputados que combatem o adiamento? Quantas vezes não tem elle sido o sustentaculo da ordem, das instituições e das liberdades publicas? (Muitos apoiados.) E' demais, senhores, a grande maioria da provincia não se conservou fiel? (Apoiados.) Não vejo pois razão, senhores, para que se queira tratar Pernambuco com tanto rigor.

Mas diz-se, Sr. presidente, se ha leis de outras provincias identicas a esta de Pernambuco que se quer revogar, offereção-se emendas para que ellas sejam tambem revogadas; a occasião é propria; mas não se reflecte na excessiva difficuldade que ha para isto. Pois, senhores, é muito facil fazer-se aqui qualquer emenda neste sentido? Todos nós temos conhecimento da legislação de todas as provincias, ou mesmo temos á mão a collecção de todas as leis provinciales. Não vêm os nobres deputados que não basta enunciar vagamente que não revogadas todas as leis que contiverem disposições identicas, que é mister citar o numero e data da lei, e o artigo em que se contém a disposição? E quem ha mais proprio para examinar tudo isto do que a commissão de assembleas provinciales? Vá pois o projecto a ella: ella examinará a legislação provincial a respeito da materia do projecto, e apresentará uma medida geral. Creio que na secretaria existe collecção das leis provinciales.

O Sr. WANDERLEY: — Não está na secretaria, já procurei.

O Sr. JOAQUIM VILELLA: — Os presidentes da provincia têm obrigação de mandar ao corpo legislativo geral cópia dos actos legislativos provinciales, por consequencia devem elles existir no archivo. Voto, pois, pelo adiamento.

O Sr. AXAMBUJA: — Sr. presidente, eu sinto bastante não poder concordar com os nobres deputados pela provincia de Pernambuco que mais de perto se têm interessado pelo adiamento do projecto em discussão. Eu tenho de votar contra o adiamento, e por isso desejo motivar o meu voto.

Considerando a lei que se pretende revogar como visivelmente anti-constitucional, e por isso mesmo que envolve ella uma questão de principios que se deve ter em muita consideração, segundo disse o nobre deputado que acabou de fallar, entendo eu que, sendo liquida como é a questão de inconstitucionalidade, e muito importante essa questão de principios, não se deve demorar a decisão do projecto que se discute, e por isso desejo que a camara quanto antes se pronuncie a tal respeito. Quiz-se negar que fosse liquida a questão, mas eu creio que a camara á vista do art. 12º do acto adicional, que diz que as assembleas provinciales não podem legislar sobre impostos de importação, reconhecerá que o imposto de que se trata está neste caso, porque val affectar os direitos de importação. (Apoiados.) A lei provincial de Pernambuco impõe sobre o

fumo, sobre o tabaco, sobre os charutos, sobre o sabão, e sobre a aguardente que se importa na provincia de Pernambuco; e esta disposição não só é applicada a esses productos importados das nações estrangeiras, como mesmo aos importados das demais provincias, equiparando-se provincias do imperio ás nações estrangeiras. Pergunto eu, qualquer assemblea provincial pôde impôr sobre a importação das nações estrangeiras? Não pôde, porque essa imposição é geral. (Apoiados.) Se pois é evidente que a lei é inconstitucional, e se é isso claro, como entendo, por que razão a camara ha de demorar a sua decisão; porque desde já não ha de tratar da discussão do projecto? (Apoiados.) Além disto a lei provincial de Pernambuco prejudica essencialmente os direitos das outras provincias; pôde por ventura alguém dizer que as assembleas provinciais têm a faculdade de estabelecer impostos de maneira que prejudiquem aos direitos de outras provincias? Entender-se ha tambem que as outras assembleas provinciais, segundo o art. 11 § 9º do acto adicional não podem representar contra essas imposições inconstitucionaes? (Apoiados.) Não ha isto estabelecer a desharmonia, a desintelligencia, e uma anarchia mesmo entre as assembleas provinciais?

O SR. CARNEIRO DA CUNHA:—Apoiado.

O SR. AZAMBUJA:—Demais, Sr. presidente, imposições taes como as da lei que se trata de revogar vão por certo embarçar as disposições geraes acerca dos direitos de importação, acerca das tarifas que o governo geral tem de estabelecer sobre os generos de importação. As tarifas geraes versarão tambem sobre charutos, sobre o fumo, sobre o sabão, aguardente e outros artigos vindos do estrangeiro; e as assembleas provinciais podem por ventura fazer uma lei que tenda a contrariar as vistas do governo na conveniente organização dessas tarifas? Já se vê quanto a esta parte tambem que a lei a que me refiro offende os interesses geraes do estado. (Apoiados.)

Sendo portanto liquida a questão pelo lado constitucional, eu, como legislador, desejo dar o meu voto quanto antes para que ella seja revogada. Como deputado pela provincia do Rio de Janeiro e pela corte, reconhecendo tambem os prejuizos que essa lei provincial de Pernambuco traz aos seus interesses, aos interesses do commercio e da industria, não posso deixar de levantar a minha voz em favor da discussão e contra o adiamento; e desejo contribuir para que passe esta resolução quanto antes.

O argumento apresentado por alguns nobres deputados; e ultimamente pelo nobre deputado que me precedeu, de que essa revogação é uma medida desigual e parcial, creio que não pôde prevalecer.

O SR. VILLELLA TAVARES dá um aparte que não ouvimos.

O SR. AZAMBUJA:—Não ha desigualdade nem imparcialidade alguma; por ventura a commissão de assembleas provinciais apresentou uma resolução revogando tão sómente a lei provincial de Pernambuco? Não; foi um nobre deputado que, usando do seu direito, apresentou a resolução que se discute; porque entendeu, e com toda a razão que ella não só offendia aos interesses de sua provincia, como tambem a constituição do estado. Desde o momento pois em que semelhante resolução se apresenta na casa e entra em discussão, não descubro motivo plausivel para ser demorada essa discussão. Vote-se por esta resolução, vote-se tambem por todas as outras que forem apresentadas e que tenderem ao mesmo fim (Apoiados); declaro que votarei por todas essas resoluções que revogarem leis provinciais inconstitucionaes e offensivas desses direitos e inte-

resses que acabo de apontar. Eu não quero pois desigualdade, não favoreço a parcialidade, a medida que forem apparecendo essas resoluções, revogando esta ou aquella lei provincial em identicas circumstancias, eu lhes darei sempre o meu voto. (Apoiados.)

Disse tambem um meu nobre amigo, deputado por Pernambuco, que se deveria attender ás circumstancias melindrosas dessa sua provincia e não causar uma diminuição subita em suas rendas. Ninguém mais do que eu presta toda a attenção ás circumstancias de Pernambuco, ninguém mais do que eu deseja a sua prosperidade; mas por ventura a resolução que se discute, depois de approvada, irá offender ou surprender a provincia de Pernambuco? Eu creio que não. Essa provincia já deve esperar pela revogação desta lei, não só pelos queixumes que já têm apparecido contra ella, mas ainda porque o nobre ministro da fazenda já em seu relatorio fez menção deste objecto, já fallou contra essa e outras leis provinciais que vão de encontro ás imposições geraes sobre a importação, já apresentou os males que essas leis exceptionaes trazem á industria e commercio do paiz. Parece-me que a camara dos Srs. deputados não deve tomar em tão pouca consideração a industria do paiz que consista que se demore por mais tempo o remedio que lhe deve dar e elle reclama. (Apoiados.) Além dos muitos tropeços que a nossa industria encontra em seu desenvolvimento, apparece mais este do augmento de direitos estabelecido pelas assembleas provinciais; desta maneira nem a industria, nem o commercio do paiz poderão prosperar.

Outra razão porque entendo que a provincia de Pernambuco não ficará sorprendida com a medida proposta, consiste em que o presidente dessa provincia no seu relatorio fez sentir á respectiva assemblea a necessidade da revogação desta lei. Por estas razões já vê pois a camara, que approvando-se a resolução que se discute, não se faz offensa alguma ou sorpresa á provincia de Pernambuco, não se deixa de considerar as suas circumstancias melindrosas; ella já sabe que cumpre tratar de estabelecer outras imposições que substituam esta que é anti-constitucional; a sua assemblea provincial naturalmente terá tratado deste objecto.

Sr. presidente, antes de sentar-me eu ratificarei o que disse o nobre deputado pela provincia do Rio de Janeiro, e é que a assemblea provincial da mesma provincia tem sido muito escrupulosa acerca desta materia, muito escrupulosa em não violar as disposições da constituição e do acto adicional, e em respeitar os direitos das outras provincias. Eu, como membro dessa assemblea, sempre que se offerencia occasião de me oppôr a qualquer medida que mesmo indirectamente pudesse ir de encontro a esses principios, levantava a minha voz contra ella, e as suas maiorias têm sempre pensado assim. Eu declaro, senhores, que não ha imposto algum da assemblea provincial do Rio de Janeiro que sobrecarregue a importação de outras provincias. A aguardente tem um direito meramente de consumo, e é um direito igual para todos, isto é, para a provincia do Rio de Janeiro e para todas as outras provincias; entretanto que pela lei da assemblea provincial de Pernambuco o imposto sobre o fumo, charutos, sabão, aguardente, etc., é igual ao imposto que pagão as nações estrangeiras, isto é, a assemblea provincial de Pernambuco estabeleceu um direito differencial contra a minha provincia e contra as demais provincias do imperio, com se fossem elles estados separados. Voto portanto contra o adiamento. (Apoiados.)

O SR. MACIEL MONTEIRO:—Senhores, não sei eu quem me encarregue de mostrar a legalidade

a constitucionalidade das leis provinciais de Pernambuco cuja revogação foi proposta por um digno deputado da provincia da Bahia; e muito provavelmente votaria eu pela revogação em questão, se por ventura a proposição de adiamento que acaba de ser submettida á consideração da camara não me prescrevesse o dever de votar por ella a fim de que a commissão de assembleas provinciais, examinando todos os actos provinciais que por ventura se reputem offensivos da constituição do estado, proponha successivamente a abrogação de todos.

Seja porém como fór, o que me parece claro é que em circumstancias taes, quando uma proposição de adiamento, cujo assumpto versa sobre materia identica, é trazida á ponderação da camara, esta não pôde deixar de dar-lhe seu assentimento. (Apoiados.) Associo-me inteiramente á intenção do nobre autor da resolução, e era escusado declaral-o, porque já fiz ver á camara que não me propunha a sustentar a legalidade de taes actos legislativos; mas permitta o nobre deputado que lhe eu pondera que, quaesquer que sejam as interpretações que se possam dar ao seu pensamento, pedindo a revogação expressa e determinada da lei provincial de Pernambuco, e não pedindo a revogação de leis semelhantes de outras provincias, não se pôde deixar de reconhecer que elle se inflamou demasiadamente por esse espirito que alguém chamaria de provincialismo....

O SR. WANDERLEY:—Eu! Ora...

O SR. MACIEL MONTEIRO:—Pedio o nobre deputado a revogação de actos provinciais que unicamente pareçam ferir os interesses de sua provincia, e não de outros que poderião ferir os interesses de outras provincias. Prescrevião porém todos os escrúpulos da imparcialidade, que uma vez que o nobre deputado tinha de fazer uma proposição a este respeito, se munisse de todos os dados necessarios, e submettesse á consideração da camara uma medida geral.

Mas, senhores, o adiamento proposto acaba de ser combatido com razões que não comprehendendo: todos reconhecem que ha actos de diversas provincias offensivos da constituição do imperio; mas todos dizem:—Revoguemos somente esse acto da assemblea provincial de Pernambuco!

UMA VOZ:—Não se disse isto, é o contrario.

O SR. MACIEL MONTEIRO:—Disse-se, e se não se disse de maneira expressa, o que se affirmou imputa o mesmo; disse um nobre deputado que se esta materia fosse affecta á commissão de assembleas provinciais nenhum acto seria revogado, logo, quer-se somente a revogação deste acto e não dos de outras provincias: isto me parece evidente. Se o nobre deputado que me interrompe entenda que este negocio se não sujeito á commissão de assembleas provinciais não marchará pelo devido caminho, não produzirá os effeitos que elle deseja, é claro que elle se contenta com a revogação do acto da assemblea provincial de Pernambuco. Mas objecta-se-me que cada um dos nobres deputados tem o direito de examinar a legislação violosa desta ou daquela provincia, e propôr sua revogação. Eu lamento que de certo tempo a esta parte se procure arredar o parlamento brasileiro das usanças, das praticas, e dos precedentes que nos offerecem os parlamentos de paizes onde as materias legislativas são mais bem estudadas, onde a marcha dos trabalhos parlamentares é muito mais regular. Perguntarei eu, não parecerá estranho, extraordinario, contra as usanças de todos os parlamentos, que havendo uma commissão expressamente nomeada para examinar os actos das assembleas provinciais que forem inconstitucionaes, esta decline de al suas obrigações para repartir pelos membros da camara? Será isto

TOMO I

muito regular, será muito conforme com aquillo que se pratica nesses parlamentos amestrados na sciencia legislativa? Isto nos empuxa cada vez mais para a perturbação dos nossos trabalhos, para a sua imperfeição, e enfim para a violação de todas as normas recebidas nas camaras legislativas. Pretende o honrado deputado que me interrompe combater minhas asserções, allegando o regimento da casa: permitta porém que lhe eu advirta que nada adianta com essa allegação, porque eu não ponho em duvida o direito que tem qualquer membro de iniciar projectos de lei sobre taes assumptos. O que procuro estabelecer é que a regularidade dos nossos trabalhos, e a ordem racional das nossas deliberações recommendão e aconselham que ás commissões nomeadas e organisadas para conhecerem determinadamente de certos objectos, como por exemplo, estes, devam pertencer á iniciativa d'elles. (Cruzado-se apartes.) E que direito tem qualquer membro para irrogar injurias á commissão das assembleas provinciais, taxando-a de inepta, de omitta e pouco patriótica?

O SR. APRIGIO:—Qualquer deputado pôde propôr a revogação de uma lei provincial que entenda ser anti-constitucional.

O SR. MACIEL MONTEIRO:—Não o contesto; porém eu quizera ser mais bem comprehendido pelo illustre deputado. Já o disse, para que os trabalhos tenham verdadeiro systema é preciso que a commissão de assembleas provinciais proponha essas revogações. (Apoiados.)

O SR. APRIGIO:—Logo que V. Ex. confessou que era obvia a inconstitucionalidade da lei provincial de que se trata...

O SR. MACIEL MONTEIRO:—Eu não o confessei, perdê-me o illustre deputado: eu tenho o habito, quando fallo, de dar ás minhas palavras o valor que exactamente, quero e entendo; quasi nunca a minha lingua vai além do meu pensamento; eu não disse que era obvia a inconstitucionalidade.

O SR. FERREIRA DE AGUIAR:—E muitas vezes o legislador não attende mais ás conveniências?

O SR. MACIEL MONTEIRO:—Disla eu, portanto, que para que a camara dos Srs. deputados procedesse com toda a ordem, com todo o methodo e regularidade, e por assim dizer, para que arredasse de si qualquer acombra de parcialidade a tal respeito, era preciso que a commissão respectiva propuzesse a revogação de todos os actos das assembleas provinciais que são offensivos da constituição do estado. Mas disse o illustre autor da resolução que não teve presente os actos legislativos das outras assembleas provinciais; entretanto confessa que ha muitos que estão nas mesmas circumstancias desses que se pretende revogar, e não quer que sejam immediatamente revogados! Dizem os illustres deputados ainda que cada um de nós, mórmente os deputados de Pernambuco, se pôde encarregar de propôr a revogação desses outros actos que offendem a constituição; mas, senhores, quem não vê nessa luta que se iria travar um resultado interminavel? (Apoiados e não apoiados.) Quem não vê a desconnexão de tudo isto? Quem não vê o nenhum systema? Nem é possível, por exemplo, que eu deputado de Pernambuco tenha debaixo de meus olhos a legislação provincial de todas as provincias, que aliás pôde atacar os interesses da provincia de Pernambuco; entretanto a commissão de assembleas provinciais deve estar munida desses documentos, deve estar senhora de toda essa legislação, e enfim pôde com mais regularidade apresentar um acto relativamente a este projecto.

O SR. APRIGIO:—Emquanto não apresentavamos com este.

O Sr. MACIEL MONTEIRO:—Isto quer dizer:—revoguem-se só os actos da assembleia provincial de Pernambuco. (*Não apoiados.*) Se alguns Srs. deputados se comprometteram a apresentar a revogação de todos os actos das assembleias provinciais que forem inconstitucionaes, voto contra o adiamento.

O Sr. APARICIO:—Pois espere para a segunda discussão, que é quando se pôde apresentar.

O Sr. MACIEL MONTEIRO:—Eu já fiz ver ao illustre deputado e á camara, que a iniciativa deste negocio, partindo de cada um de nós, não é muito regular, e nem pôde produzir os amplos e completos effeitos que se desejão. Mas, senhores, um meu illustre collega e amigo deputado de Pernambuco já proferio algumas palavras para mostrar que a resolução, cujo adiamento se pede, ferindo determinadamente a provincia de Pernambuco, podia ir despertar susceptibilidades que em verdade se deverião antes acalmar que accender: e não achará qualquer dos meus illustres collegas que a provincia de Pernambuco experimentará uma penosa sensação se por ventura só se revogar a legislação della, e não a das outras provincias, que aliás estão em identicas circumstancias? (*Apoiados e não apoiados.*)

O Sr. APARICIO:—Sejão os senhores os primeiros a interpretar bem as nossas intenções.

O Sr. MACIEL MONTEIRO:—Digo mais: se para alguma provincia se pudesse fazer uma excepção, se para alguma provincia se pudesse admitir o sentimento da tolerancia em materias taes, Pernambuco era a unica provincia que devia hoje merecer essas boas graças da camara, porque é preciso que a camara saiba que aquella provincia acaba de ser o theatro de uma guerra sangrenta (*apoiados*); os seus impostos não forão arrecadados. Ainda mais: o thesouro provincial se acha onerado pelo pagamento talvez de um debito enorme, em consequencia de uma calamidade que alli houve. E então, quando nestas circumstancias se apresenta uma medida determinadamente promulgada para a provincia de Pernambuco, não irá isso produzir um certo desgosto? (*Apoiados e não apoiados.*)

Repito, se por ventura para alguma provincia se pudesse fazer alguma excepção neste caso, deveria ser para a de Pernambuco, e não para a do Maranhão ou outra qualquer, cuja legislação inconstitucional se quer aqui conservar. (*Não apoiados.*)

Sr. presidente, parece-me que tendo sido apresentado este adiamento á camara, prudentemente, sabiamente, não podemos deixar de votar por elle. (*Apoiados.*)

ALGUNS SRS. DEPUTADOS:—Votos, votos.

O Sr. PEREIRA DA SILVA:—O discurso brilhante que acaba de proferir o meu nobre amigo deputado pela provincia de Pernambuco, mais me confirma na opinião que eu já tinha de votar contra o adiamento proposto....

ALGUNS SRS. DEPUTADOS DE PERNAMBUCO:—Oh! oh!

O Sr. PEREIRA DA SILVA:—Se o meu nobre amigo declarou que votaria pelo projecto em discussão, no caso de se não ter proposto o seu adiamento.

O Sr. MACIEL MONTEIRO:—Que talvez votasse....

O Sr. PEREIRA DA SILVA:—Ouvi-o até exprimir-se que accederia á opinião e pensamento do honrado autor do projecto se se não tratasse do adiamento....

O Sr. MACIEL MONTEIRO:—Dize, que talvez; mas enfim se lhe faz conta dizer—daria—para o seu raciocinio, concedo.

O Sr. PEREIRA DA SILVA:—Dê-se mesmo que

usasse da expressão—talvez—aceito esta expressão—talvez—se bem que a não ouvi. (*Apoiados.*) O nobre deputado reconheceu a inconstitucionalidade das leis provinciais de Pernambuco, cuja revogação se propõe no projecto; nenhum mesmo dos seus collegas de Pernambuco ousou pôr em duvida essa inconstitucionalidade patente e clara (*apoiados*); e tanto que só se basearão em argumentos de politica, formulas e conveniencias; como pois poderemos approvár o adiamento proposto ao projecto?

Basta ler-se a lei provincial de que se trata, para se conhecer que offende o acto adicional, a constituição do imperio, porque impõe direitos sobre a importação em Pernambuco de generos de produção estrangeira, ou das outras provincias; é tão claro isto que nem se contesta.

Ora, o que vai o projecto fazer á commissão de assembleas provinciais? Receber novos esclarecimentos? Não, que os não precisa, porque a inconstitucionalidade das leis provinciais que se pretenda revogar por elle é patente, e por todos reconhecida.

Para a commissão reunir em um só projecto revogatorio todas as leis provinciais que offendem a constituição do estado? Ah! é que principalmente se têm fundado os nobres deputados de Pernambuco. Mas deixaremos então conservar-se e vigorar uma lei que reconhecemos ser inconstitucional, e não cumprimos nosso dever. (*Apoiados.*) Será um trabalho moroso para a commissão procurar todas as leis provinciais offensivas da constituição, levará muito tempo, e essa lei continúa em vigor! E a discussão não se tornará mais complicada do que tratando-se especialmente de cada uma lei em cada um projecto?

UM SR. DEPUTADO:—Mas só está?

O Sr. PEREIRA DA SILVA:—A proporção que uma lei provincial fôr sendo taxada de inconstitucional e reconhecida como tal, deve ser revogada. (*Apoiados.*) Se os illustres deputados têm conhecimento de algumas leis provinciais do Pará, Maranhão, Bahia, etc., que offendão tambem a constituição, apresentem os seus projectos revogando-as, que elles serão immediatamente discutidos e approvados, e eu desde já declaro que estou prompto a dar o meu voto para a revogação de toda a lei que fôr attentatoria da constituição (*apoiados*), mesmo sendo da minha provincia, porque não me importa saber se lei inconstitucional é da provincia de Pernambuco, ou de outra qualquer provincia. (*Apoiados.*) Não se trata, Sr. presidente, da provincia de Pernambuco, trata-se de uma obrigação da camara dos Srs. deputados, que é revogar as leis provinciais que offendão a constituição. O facto de se começar por uma lei pernambucana não prova indisposição para com essa digna provincia, comê se quiz insinuar.

Sr. presidente, a susceptibilidade dos honrados membros deputados por Pernambuco foi tal que até se accusou o meu honrado amigo, deputado pela Bahia e autor do projecto; de se deixar levar do espirito do provincialismo na questão de que se trata. Se pôde haver accusação de espirito de provincialismo a este respeito não cabe certamente áquelles que votão contra o adiamento e em favor do projecto, pertencentes como são a diversas provincias, mas sim aos illustres deputados de Pernambuco, que reconhecendo que são illegaes essas leis de sua provincia, entretanto querem que ellas permaneçam. (*Não apoiados.*)

O Sr. FERREIRA DE AGUIAR:—Ninguém quer isto; não empreste aos deputados de Pernambuco pensamentos que elles não têm. (*Cruzão-se varios apartes.*)

O Sr. PRESIDENTE:—Ordem, attenção!

O Sr. PEREIRA DA SILVA:— O illustre deputado diz que ninguém quer que essas leis continuem; mas como deixarão de continuar se vós não querdes que se revoguem?

O Sr. FERREIRA DE AGUIAR:— Revoguem-se todas, e não somente as de Pernambuco.

O Sr. PEREIRA DA SILVA:— Cada uma terá sua vez, por alguma se ha de começar. Mas disse-se também que não é política a revogação das leis de Pernambuco que impuzeram sobre generos de produção estrangeira, e de outras provincias, por isso que aquella provincia acaba de passar por uma guerra assustadora.

O Sr. MACIEL MONTEIRO:— Não se disse isso.

O Sr. PEREIRA DA SILVA:— Perde-se: não foi V. Ex. que disse, foi o Sr. Vilella Tavares. (*Cruzão-se apertes.*) Sr. presidente, realmente enlouvo muito o espirito de provincialismo que domina nos honrados deputados de Pernambuco: tomão tanto calor, perturbão por tal forma qualquer deputado que ousa tomar a palavra contra o adiamento; mas peço-lhes que tenham um pouco de paciência, que se dignem de ouvir também a serie de meus raciocinios. (*Apoiados.*)

O illustre deputado entendeu que era impolitico tratar-se de revogar agora as leis de Pernambuco que impuzeram sobre generos de produção estrangeira, e de outras provincias, por isso que aquella provincia tinha passado por uma guerra civil assustadora, durante a qual não tinha cobrados os seus impostos, e tinha havido grande deficiencia no cofre da thesouraria provincial. Sr. presidente, se se entende que pelo facto de ter passado a provincia de Pernambuco por tal crise, deve merecer mais alguma consideração a este respeito, e não ter novo prejuizo na sua renda, como deve ter com a approvação do projecto de que se trata, tóca ao governo geral socorrê-la com dinheiro, com um subsidio (*apoiados*), mas não tóca á camara dos Srs. deputados deixar de revogar uma lei sua reconhecendo a inconstitucionalidade della. (*Apoiados.*) Disse mais o illustre deputado que pela maneira porque tinha sido apresentado a projecto pelo nobre deputado da Bahia havia uma falta de todas as usanças, de todas as regras, de todo o systema emfim que domina nos parlamentos estrangeiros, e que deveriamos acclimatar e nacionalisar entre nós. Mas, senhores, quem governa na camara dos Srs. deputados, quem estabelece a regra para os seus trabalhos é o seu regimento (*apoiados*); e pergunto eu, o regimento da camara prohibe a qualquer deputado que tem estudado uma questão, apresentar um projecto relativamente a essa questão? Se o deputado tem esse direito como se lhe pôde negar? O regimento ordena que em todos os projectos sejam ouvidas commissões? Não de certo; como pois se exige agora que seja o projecto de uma commissão, para ser discutido e approvado? Ou que necessariamente seja pela commissão sancionado? E todos os dias não se approva aqui projectos de deputados, sobre que não forão ouvidas commissões? Esses é que são os estylos e as usanças; sendo bom o projecto, deve-se approvar, pertença elle a uma commissão, ou parta unicamente de um deputado. O adiamento portanto não tem prestimo algum. Entremos na discussão do projecto, e votemol-o, logo que offende a constituição do estado, sem nos importarmos com argumentos de conveniencia ou de politica. Voto contra o adiamento.

O Sr. Souza Franco:— Quando tomei a palavra, Sr. presidente, foi decididamente no espirito de caridade christã; reconheci que havia uma mui pronunciada disposição de hostilisar a provincia de Pernambuco (*não apoiados*), de maltratar a provincia de Pernambuco que sempre me mereceu a maior dedicação e sympathia, e

muito particularmente a mereco agora. Reconheci que tratando-se de uma materia em que é innegavel haverem muitas legislações provinciales no mesmo sentido, não se quer aceitar um adiamento para que se trate de revogar as leis de outras provincias identicas a esta, porque se quer cahir desde logo sobre a provincia de Pernambuco, hostilisar os seus interesses (*não apoiados*), desprezando-se as observações dos seus deputados que têm apresentado na casa os inconvenientes que trará uma medida destas, parcial e mal concebida. Por isso me pareceu que havia desejo formado de hostilisar a provincia de Pernambuco... (*não apoiados*), e a caridade christã pedia que eu, ajudando os mais fracos, os opprimidos, concorresse com elles, com os Srs. deputados de Pernambuco para que ao menos nesta occasião não sejam batidos e perseguida a provincia. (*Oh! Oh!*)

Ainda levo a mais a minha caridade: tenho visto que esta questão divide a camara, que tem suscitado tal borborinho, apartes tão irritantes, que ha mesmo uma especie... (*não sei se diga*) de alteração da ordem dentro da camara; e eu que já vi que V. Ex. foi obrigado a recorrer á policia para conservar a ordem nas galerias, fiquei muito receioso de que agora fosse também obrigado a recorrer ao governo para conservar a ordem dentro da camara. (*Não apoiados, e vivas reclamações.*)

O Sr. SAYÃO LOBATO JUNIOR:—E' injuria grave á camara.

O Sr. PRESIDENTE:—Para manter a policia interna na casa não preciso recorrer ao governo. (*Apoiados.*)

O Sr. Souza Franco:—Se sobre individuos, sem missão alguma, a mesa não se julgou com autoridade sufficiente para os conter na ordem, e entrega isto á policia do governo, devo persuadir-me que da mesma forma poderá proceder a respeito dos membros da camara. (*Não apoiados.*)

O Sr. SAYÃO LOBATO JUNIOR (*com força*):—Repellimos a comparação como injuriosa.

O Sr. Souza Franco:—E' portanto caridade da minha parte concorrer com o meu voto para a approvação de um adiamento que evita ou adia esta scissão da maioria da camara, o que faço de muito boa vontade, porque não tenho desejos de ver a maioria fraccionada, como se está vendo, em questões allás de interesse meramente individual...

O Sr. WANDERLEY E OUTROS SRS. DEPUTADOS:—Não ha interesse individual.

O Sr. Souza Franco:—Estas questões são quasi sempre de interesse dos donos das fabricas do Rio de Janeiro e da Bahia contra os proprietarios das fabricas de Pernambuco; são pois questões de interesse individual, e é nestas que o patriotismo se vai ostentando inexoravel. (*Não apoiados.*)

Sr. presidente, entendo ainda que é nestas questões que o ministerio deve apparecer e dirigil-as, e ainda é esta uma razão pela qual voto em favor do adiamento. Não se pôde deixar de reconhecer que estas questões têm uma origem ou causa muito efficaz, que ao governo é que compete prevenil-a, removel-a, regularisando taes materias; e onde é que está o ministerio? Não vejo presente nenhum de seus membros, não vejo que elles appareçam em questões desta ordem, e se limitão por agora a tratar dos meios de mais promptamente se fazerem senadores, elles ou seus amigos.

UMA VOZ:—A constituição obriga o ministerio a tratar destas questões?

O Sr. Souza Franco:—Quando se tem adop-

tado no paiz um systema de exagerada protecção á industria, não admittir que as provincias tambem entendão que devem proteger a sua industria nascente no sentido de acharem meios de a sustentarem contra a de outras provincias mais favorecidas; e porque é que, quando se trata de melhor regular materia de tanta importancia, o ministerio não se apresenta a tomar parte em taes debates?

Eu trarei um exemplo: trata-se de estabelecer na corte do imperio fabricas de tecidos de algodão, e outras de fundição de ferro; estas fabricas têm loterias, têm empréstimos de dinheiros dos cofres nacionaes, têm a vantagem de serem comprados os seus generos de preferencia por parte do ministerio da guerra...

O Sr. APARECIDO:— Isto data de muito tempo, não é da agora.

O Sr. ROCHA:— E' desde 1847.

O Sr. SOUZA FRANCO:— Será assim; mas agora que se pretende regularizar esta materia de uma maneira contraria sómente aos interesses da provincia de Pernambuco, eu chamo o ministerio a regularisal-a de fôrma que seja igual a todas as provincias. Estabelecem-se estas fabricas, dão-se estes privilegios, presta-se-lhes immensos favores, quando aliás ha outras em Pernambuco, ha uma no Ceará, algumas no Pará, em outras provincias, que não têm essas loterias, que não têm esses empréstimos, esses favores de compra dos seus productos por parte da nação; e se as assembleas provinciales não as puderem proteger, como hão de tratar dos melhoramentos materiaes de suas provincias e as fazer competir com a corte e com as provincias favorecidas? Por conseguinte a causa está ali: procure o governo regular esta materia, procure fazer com que a protecção não vá só para fabricas da corte, e sim tambem por meio do systema geral, estendendo-as ás industrias de todas as provincias. (Apoiados.)

O Sr. APARECIDO:— As loterias e os empréstimos é o governo que concede?

O Sr. SOUZA FRANCO:— E' este, pois, Sr. presidente, mas um motivo para eu votar pelo adiamento; seja o governo chamado a modificar ou regularisar o systema de protecção á industria no sentido de favor geral ás industrias do imperio, e não no sentido de favores individuaes aos amigos e protegidos, e então as fabricas de Pernambuco e de outras provincias não serão obrigadas a recorrerem a esses meios indirectos para se sustentarem contra a concorrência das fabricas do Rio de Janeiro. E eu que entendo que é preciso acabar com o pessimo systema que existe, sustentarei ainda que deve ser por meio de uma medida geral, e chamarei o governo a tomar sobre si esta materia, votando pelo adiamento, porque, repito, acho duro, quando se diz: « Não somos nós só de Pernambuco que temos leis dessas, e que pretendes revogar, mas tendes tambem vós do Maranhão, do Pará, da Bahia, de S. Pedro do Sul, etc., » se lhes responde: « Nada, seja revogada agora sómente a legislação da provincia de Pernambuco; as outras depois se revogarão; » como se a provincia de Pernambuco não fosse uma provincia do imperio igual a todas as outras, digna da mesma protecção do corpo legislativo geral (apoiados), e digna de ser tratada com a mesma igualdade que as outras (Apoiados.) Voto portanto pelo adiamento.

O Sr. J. J. da Rocha:— Sr. presidente, não tinha tenção de fallar, e por certo o não teria feito se o nobre deputado que acaba de sentar-se se houvesse contentado com discutir a materia ou o adiamento que nos occupa. Porém o nobre deputado entendeu que devia aproveitar esse ensejo

para tornar o governo odioso, censurando-o por que não se achá na casa nenhum dos seus membros, fazendo o responsavel por esses debates...

O Sr. SOUZA FRANCO:— Por esta luta.

O Sr. J. J. da Rocha:— Ora, quem não conhece que o governo nada tinha que ver nessa questão, nos termos em que se acha? Quem pretenderá que o parlamento não deve proceder, nem no mais simples incidente dos seus trabalhos, senão sob a ingerencia do governo? (Apoiados.)

Atribuiu o nobre deputado a lei provincial cuja revogação nos occupa á applicação das theorias protectoras, qu' com exaggeração diz proclamada pelo governo, e ao exemplo de protecção por nós dado a alguns estabelecimentos de industria do Rio de Janeiro. Direi ao nobre deputado que todos esses exemplos de protecção não foram dados pelo nosso partido, mas sim pelo partido, pelos homens do nobre deputado. (Apoiados.) Se são mãos, caibam-lhes a gloria. Temos boas costas mas não podemos carregar com todos os desperdícios com que os amigos do nobre deputado favorecerão os seus amigos. (Apoiados.) Digo-lhe mais que todos esses favores não foram feitos á industria do Rio de Janeiro, mas sim a alguns individuos (apoiados), e que pois não ha o menor fundamento para essa incitação ao crime e á rivalidade que o nobre deputado quer fazer apparecer entre o Rio de Janeiro e a provincia de Pernambuco.

ALGUNS SRs. DEPUTADOS:— Votos, votos.

O Sr. Paula Baptista:— Sr. presidente, a camara está desejosa de votar já sobre o adiamento em discussão. Não pretendo molestá-la neste seu desejo, e por isso serei muito breve.

Senhores, já uma vez eu, desenvolvendo nesta casa todo o meu antagonismo ao modo arbitrario de se fazer o recrutamento no nosso paiz, sem regras, sem systema, e sem proporção á população de cada uma das provincias, ouvi em resposta que a minha opinião nascia do espirito de provincialismo. Agora vejo eu que igual accusação se repete, e que a este mesmo espirito de provincialismo se quer attribuir a opinião dos meus honrados collegas, deputados pela provincia de Pernambuco, os quaes querem que o projecto que propõe a revogação de duas leis da assemblea provincial de Pernambuco, como offensiva a um dos ramos de produção da provincia da Bahia, seja remettido á commissão de assembleas provinciales, para que esta, revendo estas e outros actos legislativos de outras assembleas provinciales que estão em identicas circumstancias, proponha a revogação de todos elles.

Já que achei a questão collocada neste terreno, examinarei de que parte é que está o cego provincialismo, e quaes são os homens inconsequentes, se aquelles que combatem o adiamento, ou se nós outros que o defendemos; mas, antes de entrar neste exame, direi que eu comprehendo e respeito todas as verdadeiras leis e condições, tanto theoricas como praticas, de se manter a integridade do imperio, e nesta parte, louvado Deus, não preciso, e nem mesmo consinto que homem algum seja modelo para mim. (Apoiados.)

Disse o honrado deputado pelo Rio de Janeiro que nós confessamos que estas duas leis da assemblea provincial de Pernambuco são inconstitucionaes, e todavia queremos que ellas subsistão. Não ha tal, não queremos isto. (Apoiados.) Primeiro que tudo nós não confessamos evidentemente a inconstitucionalidade destas leis, e nem esta é a occasião propria para se debater esta questão, pois que por ora trata-se unicamente da questão de adiamento. Depois disto, o que os meus honrados collegas disserão, foi, sim, que se estas duas leis são ociosas, de igual natureza são algumas outras leis de outras assembleas provinciales, as quaes tambem hão

lançado imposições sobre objectos produzidos em provincias diferentes, sendo a mesma provincia de Pernambuco uma das que soffre estas imposições, e por isso o que convém é que no caso de se dever revogar estas leis sejam revogadas todas quantas têm igual vicio e defeito, e não que sejam revogadas unicamente as de Pernambuco, ficando em vigor todas as mais.

E o que é, senhores, que se tem dito em resposta a isto? Que se o projecto fór a comissão respectiva de assembleas provinciales, para esta apresentar todas as leis provinciales que por idénticas razões devem ser revogadas, nunca apparecerá este trabalho, e as duas leis provinciales de Pernambuco nunca serão revogadas; de sorte que nós, que indistinctamente queremos acabar com todas as leis provinciales, de qualquer provincia que ellas sejam, que prejudicão a produção de alguma provincia estranha, temos provincialismo; aquelles, porém, que vêm o seu desideratum na revogação destas duas leis provinciales de Pernambuco, e não se importão de deixar em vigor outras leis iguaes a esta, e que também offendem a produção da mesma provincia de Pernambuco, não têm provincialismo, são justos e imparciaes!

O SR. FERREIRA DE AGUIAR:—E' verdade.

O SR. PAULA BAPTISTA:—Nós que entendemos que uma comissão da casa apresente sobre este assumpto um trabalho regularizado, meditado e completo, e confiamos nas luzes e imparcialidade da mesma comissão, temos provincialismo; aquelles, porém, que para se esquivarem de uma exigencia, ou antes de uma medida tão justa como esta que queremos, precisão de reputar a comissão de assembleas provinciales, e de facto a reputão, como: inepta ou ociosa, e com este pretexto não querem que o projecto que propõe a revogação das duas leis provinciales, vá para aquella comissão, e por este modo confessão que todo o seu empenho é revogar estas duas leis desta provincia; estes não têm provincialismo! (Apoiados.) Nós que dizemos que se estas duas leis da provincia de Pernambuco são viciosas, viciosas também são outras leis de igual natureza e sobre o mesmo objecto de outras provincias, e por consequente devem também ser revogadas, e que para todas poderem ser revogadas propomos e sustentamos o adiamento da discussão da materia, somos inconsequentes; aquelles porém que aceitando a nossa proposição, e convindo connosco em que outras provincias têm igualmente feito leis como estas duas leis provinciales de Pernambuco, e não querem annuir ao adiamento, quando aliás o adiamento neste caso é condição indispensavel para que sejam também revogadas estas outras leis de diferentes provincias, tão inconstitucionaes no pensar dos honrados deputados como estas de Pernambuco (apoiados), estes, senhores, sim, estes é que são consequentes!

Para que a comissão respectiva proponha a revogação de todas as leis provinciales que atacão e offendem a produção de outras provincias, é de absoluta necessidade o adiamento, portanto, se ha provincialismo, este existe da parte daquelles que recusão este adiamento, para que sem elle possa apenas uma provincia ser alliviada do onus da imposição lançada por estas duas leis de Pernambuco, não se importando que as mais provincias, bem como a mesma de Pernambuco, continuem a soffrer o mesmo mal que lhes fazem outras provincias; e se ha inconsequencia, esta existe da parte daquelles que reconhecendo que existem outras leis de diferentes provincias, também viciosas e inconstitucionaes, apesar desta convicção, recusão a adiamento, e por esta mesma recusa revelão evidentemente que não querem que todas estas leis sejam examinadas pela res-

pectiva comissão, e que este assumpto seja ponderado e reflectido, para que todas estas leis inconstitucionaes sejam revogadas. (Apoiados.)

Tenho dito o que queria justamente dizer sobre o adiamento, o qual, segundo penso, deve ser approved.

O SR. D. MANOEL:—Sr. presidente, a discussão tomou uma direcção que em verdade não me agrada muito. Parecia-me que em uma discussão toda constitucional, nem se deverião apresentar razões de conveniencia politica; nem também se deveria lançar mão de um argumento, no meu modo de pensar, franco para sustentar-se a necessidade do adiamento. Nós, Sr. presidente, não tratamos agora de altas questões de economia politica, não tratamos dos meios de promover a industria; o nosso fim unico é examinar se a lei provincial de Pernambuco, cuja revogação se propõe no projecto apresentado pelo nobre deputado da Bahia, é inconstitucional; e, senhores, eu não desejára que a camara se occupasse com questões de conveniencia quando se trata de uma tão importante qual a da observancia restricta e rigorosa do acto adicional (apoiados), nem se admira a camara de que esta questão tenha dado occasião a algum calor entre os diferentes membros da casa que nella têm tomado parte. Se ha razões valiosas para se adyogar a causa do adiamento, isto é, se as circumstancias da provincia de Pernambuco são, neste momento, um pouco exceptionaes, e exigem dos altos poderes do estado...

O SR. NABUCO:—Igualdade só.

O SR. D. MANOEL:—... dos altos poderes do estado que se attenda para aquella provincia com bastante circumspecção, também os nobres deputados devem concordar em que a conservação dessa lei provincial não só offende o acto adicional, como igualmente os interesses de outras provincias, e eu não entendo, Sr. presidente, que essas outras provincias devam continuar a soffrer nos seus interesses muito importantes, por causa de alguma facilidade que houve da parte da assemblea provincial de Pernambuco em lançar tributos sobre certos e determinados generos de importação. Sr. presidente, não era possível que nenhum dos nobres deputados que têm assento nesta casa quizesse a conservação de uma lei que elles entendem ser diametralmente opposta ás disposições da nossa constituição; nesta parte estamos todos de accordo; mas dizem alguns nobres deputados: primeiramente, que é necessario que a camara tome uma medida geral para todas as leis que estejam nas mesmas circumstancias desta, cuja revogação se propõe; e em segundo lugar, que também se deve ter muito em vista as circumstancias especiaes da provincia de Pernambuco. Senhores, eu entendo que a nobre comissão de assembleas provinciales está encarregada de examinar attentamente todos os actos das assembleas provinciales, e de propôr a revogação daquelles que estiverem no caso de serem revogados; mas também é certo que cada um de nós tem o direito, e direito inaufervel, de propôr á camara a revogação de qualquer acto que julgue estar nas mesmas circumstancias. (Apoiados.) E entendo mais que esta obrigação incumbe principalmente aos representantes daquellas provincias que com esses actos são immediatamente prejudicados nos seus interesses. (Apoiados.) E' verdade, senhores, que nós somos representantes da nação, mas também é verdade que devemos mais particularmente adyogar os interesses das nossas provincias, porque estamos de ordinario mais habilitados para conhecermos dos interesses dellas. Portanto, não se deve censurar que um deputado da Bahia, por exemplo,

ou do Rio de Janeiro, proponha a revogação de um acto da assembleia provincial de Pernambuco que elle entende que vai de encontro não só á constituição, mas também aos interesses da provincia que o honrou com os seus votos para ter assento nesta casa. (*Apoiados.*) Mas, Sr. presidente, supponhamos que o acto cuja revogação se pede, mereça um exame acurado desta casa; para que temos nós tres discussões? Pois a camara não ficará sufficientemente habilitada para interpor um juizo seguro sobre a questão de que se trata?

O SR. NABUCO:—E para que são as commissões?

O SR. D. MANOEL:—São para serem ouvidas quando é preciso. (*Apoiados.*) Ora, eu pergunto a V. Ex.: todos os projectos que nesta casa são apresentados vão ás commissões? Nem todos; e até o regimento nesta parte é assaz providente, porque só manda ir á commissão quando ha pedido do membro que apresenta o projecto; e se não ha pedido a este respeito, para que o adiamento? Tanto mais, Sr. presidente, que até estou persuadido que os nobres deputados de Pernambuco estão de accordo em que a lei de que se trata é offensiva do acto adicional. (*Apoiados.*) Parece-me que alguns até reconhecerão esta verdade, e a maneira de se exprimirem prova bem que elles têm a convicção de que esse acto deve ser revogado, e por isso é que recorrem, não aos principios do acto adicional, porém ás conveniências politicas da provincia de Pernambuco; mas eu já disse que não se pôde invocar essas conveniências quando se trata de principios cardinaes, como aquelles em que se funda a revogação do acto em questão.

O honrado deputado pela provincia do Pará leva o seu ministerialismo ao ponto de exigir a presença dos ministros para que a camara possa discutir esta materia, e então invocou principios que podem ser muito bons, mas que não têm agora applicação. Primeiramente, Sr. presidente, não entendo que a camara dos Srs. deputados, quando se trata de uma questão puramente constitucional, precise da audiencia dos ministros. Seria até pouco decoroso que a camara não pudesse tomar uma decisão sobre materias desta ordem sem a audiencia dos ministros.

O SR. SOUZA FRANCO:—Não devemos tomar uma resolução parcial a este respeito.

O SR. D. MANOEL:—E porque não? Revoguemos essa lei, que quasi todos concordão em que offende o acto adicional, e apresentem-se as outras que estão no mesmo caso; e que consequentemente devem ser da mesma forma revogadas: porque, por exemplo, os nobres deputados que querem uma medida geral não se dão ao trabalho de reverem esses actos das outras provincias para quando se tratar da resolução, cujo adiamento se pede, irem apresentando a revogação delles em artigos additivos, para assim ficar a medida geral? Eu entendo que este adiamento não é mais do que uma dilatoria de que os nobres deputados querem lançar mão para que se não discuta o projecto de que se trata, e para que não se revogue a lei provincial de Pernambuco (*apoiados e não apoiados*); e eu julgo que não temos necessidade alguma de semelhante dilatoria, e que é preciso que a camara dos Srs. deputados principie a dar o exemplo de alguma severidade na revogação dos actos legislativos provinciaes que offendem a constituição.

UM SR. DEPUTADO:—E começa-se já por Pernambuco!

O SR. D. MANOEL:—Sim, e começa-se por Pernambuco, assim como se poderia começar pela Bahia, pelo Pará, ou por outra qualquer provincia,

e eu desde já declaro á camara que se por ventura o nobre deputado ou outro qualquer apresentar projectes revogando leis provinciaes que offendam ao acto adicional, darei o meu voto a favor de taes projectos (*apoiados*); porque sou acerrímo defensor do acto adicional, e não quero de maneira alguma que as provincias legislem de encontro ás disposições delle. (*Apoiados.*)

Senhores, a pratica que tenho desta casa me mostra que em geral um adiamento quer dizer —morte—ou, não direi tanto, esquecimento muito prolongado dos projectos a respeito dos quaes se pede o mesmo adiamento.

O SR. ARAUJO LIMA:—Então a provincia de Pernambuco deve ficar no mesmo pé das outras provincias.

O SR. D. MANOEL:—Eu não quero que se continue nesta pratica. Se eu deixais a mais não entendo que seja preciso ouvir a commissão respectiva, apesar de que estou convencido de que os illustres membros que a compoem não terão a menor duvida de nos auxiliarem com as suas luzes, digo que não ha necessidade alguma de se remetter o projecto á commissão; tanto mais, Sr. presidente, quanto os nobres deputados não querem que o projecto vá sómente á commissão, para que acerca delle interponha um parecer, querem mais alguma coisa, querem que a commissão vá agora examinar e rever todos os actos legislativos provinciaes que mereção ser revogados.

O SR. NABUCO:—Da mesma especie.

O SR. D. MANOEL:—Da mesma especie! E porque não ha de ser de outras especies?

O SR. AGUIAR:—Para haver justiça é necessário que seja da mesma especie.

O SR. D. MANOEL:—Já se vê portanto que os nobres deputados querem que a commissão vá occupar-se com um trabalho que levará longo tempo, e é a razão por que eu disse ha pouco que este adiamento era uma verdadeira dilatoria para não se tratar nesta sessão de semelhante projecto. O nobre deputado diz: «é preciso que se faça justiça a todos;» sem duvida. Se acaso o nobre deputado, ou outro qualquer, apresentar um projecto revogando um acto legislativo de alguma provincia que tenha feito o mesmo que fez a assembleia provincial de Pernambuco, e se acaso a camara não o revogar, então o nobre deputado terá razão de accusar a camara de menos justa.

O SR. NABUCO:—Não nos encarregamos disto.

O SR. D. MANOEL:—E porque não? Portanto falta de justiça seria se a camara proferisse decisões encontradas a respeito de objectos identicos; mas isto não é de esperar sem duvida da illustração della.

Senhores, não levemos a questão pelo lado do odioso; e me parece que alguns nobres deputados, sem quererem, tratarão della por este lado. (*Apoiados.*) Ainda bem que foi preciso que o illustre deputado pelo Pará, continuando a ter compaixão, como disse, e caridade pela provincia de Pernambuco, viesse hoje em auxilio dessa provincia, e assim como que identificar seus sentimentos com os dos nobres deputados representantes de Pernambuco.

O SR. FERREIRA DE AGUIAR:—Estimamos muito.

O SR. D. MANOEL:—Ora, eu não sou tão compassivo, tão misericordioso....

O SR. SOUZA FRANCO:—Caridoso.

O SR. D. MANOEL:—... ou caridoso como o nobre deputado do Pará. Ponho de parte o sentimento de caridade, de misericórdia, de compaixão, para attender simplesmente ao cumpri-

mento do meu dever, para concorrer com o meu voto, afim de que não continue a persistir uma lei que é opposta á lei fundamental do imperio. Parece-me que o nobre deputado do Pará hoje concordará em que os seus sentimentos, posto que sejam muito nobres, devem cessar por algum momento diante de vozes clamorosas que se levantão para dizerem:—E' necessario que se revogue esse acto, que é claramente infenso e contrario á lei fundamental do paiz.

O SR. ARAÚJO LIMA:—E a lei da guarda nacional. Esta não se revogue.

O SR. D. MANOEL:—Estimei muito que o nobre deputado se dignasse recordar-me um dos argumentos produzidos pelo nobre deputado por Pernambuco quando sustentou o adiamento. Disse elle: «Qual é a razão porque até agora o corpo legislativo não tem revogado innumerables leis provinciales que existem ácerca da guarda nacional?» Senhores, não sei verdadeiramente qual é o motivo, por que o corpo legislativo não tem já feito uma lei geral relativamente á guarda nacional. O que sei de certo é que elle tem mostrado boa vontade de fazer alguma cousa nesse sentido (*apoiados*), e o nobre deputado se recordará de que na casa se têm apresentado diferentes projectos sobre esta materia, que mesmo esses projectos chegarão a passar até a terceira discussão, mas que com as mudanças de ministerios não foi possível que elles passassem em terceira discussão. Além disto os nobres deputados devem reconhecer que esta materia é de bastante difficuldade nas circumstancias em que se acha a guarda nacional do nosso paiz, mas sabem que ella está occupando particularmente a attenção de um illustre membro da casa o qual consta-me que já tem um trabalho prompto, e muito importante sobre tal objecto, e que em breves dias o sujeitará á consideração da camara; porém o nobre deputado de Pernambuco o que quiz foi sustentar uma opinião com a qual não posso concordar, e é, que embora a lei provincial de Pernambuco offenda ao acto adicional, todavia é indispensavel antes da sua revogação que o corpo legislativo attenda bem aos effeitos dessa revogação, e trate, antes de a fazer, de prevenir os males que della podem resultar a essa provincia. Sr. presidente, eu entendo que o acto adicional incumbio-nos a missão, ou impoz-nos o dever de revogar qualquer acto das assembleas provinciales que fossem oppostos a elle, nos casos ali determinados; não nos incumbio de mais missão alguma. Esperar, por exemplo, para que as assembleas provinciales tomem uma resolução ácerca de um acto deilias que é infenso á lei fundamental do paiz, para depois o corpo legislativo fazer essa revogação, eu poderia julgar isso conveniente em alguma circumstancia; mas permitta-me o nobre deputado que lhe diga que o corpo legislativo não tem obrigação de esperar por essa decisão para cumprir o dever que lhe impõe o acto adicional.

O SR. FERREIRA DE AGUIAR:—O corpo legislativo tem obrigação de ser antes de tudo prudente.

O SR. D. MANOEL:—Eu me explico. A assemblea provincial devia prever os resultados de um acto seu infenso ao acto adicional, mas se não os previo, o corpo legislativo faz o seu dever revogando esse acto, e a assemblea provincial cumpre tambem o seu dever remediando os effeitos que por ventura possam resultar da revogação desse seu acto: não é ao poder legislativo geral que compete remediar esses effeitos, e sim ao mesmo, corpo que fez a lei que é revogada, e eu senhores, nem vi ainda demonstrados esses grandes males que poderã seguir-se á provincia de Pernambuco da revogação dessa lei provincial de que se trata. E' possível, senhores, que haja,

quero dar de barato que com effeito ha mesmo uma diminuição de renda; mas logo que o projecto passe como lei, se acaso elle vai prejudicar um pouco ás finanças de Pernambuco, é da obrigação do presidente da provincia dar aquellas providencias que estiverem ao seu alcance para remediar os effeitos da revogação do acto; e se por ventura na sua alçada não couberem as medidas conducentes a este fim, é de seu dever convocar extraordinariamente a assemblea provincial, e dar-lhe parte do occorrido, para que ella providencie sobre o caso como for de justiça, e então já-se vê que não podem haver essas grandes inconvenientes que se antolhão aos nobres deputados que sustentão o adiamento. (*Apoiados*).

Sr. presidente, eu desejaria estar de accordo com a deputação da provincia de Pernambuco, mas não posso fazê-lo, não só porque entendo que a lei provincial de que se trata claramente viola o acto adicional, e que até não será preciso para o provar um grande esforço, nem uma prolongada discussão, senão tambem porque creio que é necessario principiar a oppôr barreiras a esse arbitrio das assembleas provinciales de estarem todos os dias fazendo leis de encontro ao acto adicional, assim como a esse desejo de enriquecerem as suas provincias á custa do prejuizo de outras. (*Apoiados*).

O SR. FERREIRA DE AGUIAR:—Mas não seja só para Pernambuco.

O SR. D. MANOEL:—Não voltem os nobres deputados com este argumento odioso—só para Pernambuco.—Não nos queirão, com tal argumento, arrancar um voto contra as nossas convicções: convenção-nos com razões, mas não procurem odiosidades, porque na verdade o legislador deve dar de mão a essa maneira de argumentar. Senhores, só para a provincia de Pernambuco seria, se acaso os nobres deputados, indo hoje para suas casas, revendo os actos das assembleas provinciales, amanhã apresentassem a revogação daquelles que fossem contrarios á constituição do estado, e nós negaessemos os nossos votos a taes revogações. (*Apoiados*.) Mas, senhores, não é possível que a camara praticasse um acto tão pouco sensato, e tão contrario aos interesses do imperio, revogando por acinte uma lei de Pernambuco, e sustentando outras de outras provincias em iguaes circumstancias. (*Apoiados*.) Não de perdoar-me os nobres deputados que eu descubro nesse afán, nesse calor mesmo com que têm entrado nesta discussão um certo espirito de provincialismo que até certo ponto é escusavel. Eu não levo a mal aos nobres deputados que advoguem a causa da sua provincia, mas o que não desejo é que encarem pelo lado odioso um projecto que não tem em vista senão fazer com que se revogue o acto de uma assemblea provincial que offende claramente a lei fundamental do estado. (*Apoiados, e não apoiados*).

O SR. PAES BARRETO:—O que nós queremos é que haja igualdade.

O SR. D. MANOEL:—Ha igualdade, meu nobre collega, desde o momento em que os illustres deputados apresentem projectos revogando leis identicas.

O SR. NABUCO:—*Difficilem rem postulates.*

O SR. D. MANOEL:—E' porque não querem.

O SR. PAES BARRETO:—Nós queremos que a commissão respectiva faça isto; não é sangria desatada.

O SR. D. MANOEL:—A respeito do acto de que se trata, eu terei sem duvida grande prazer em ouvir aos illustres deputados que formão a commissão de assembleas provinciales; certamente elles, com suas luzes, muito hão de contribuir

para que a camara forme um juizo seguro acerca do objecto em discussão; mas não me persuado, como disse, que isto seja indispensavel.

Sr. presidente eu vou concluir dando o meu voto contra o adiamento, porque não ouvi razão solida que apoiasse a opinião daquelles que o sustentão; não ouvi senão algumas razões de mera conveniência que não podem estar a par de motivos tão ponderosos como os que se expendêrão contra o adiamento.

A discussão fica adiada pela hora.

O Sr. Presidente marca a ordem do dia, e levanta a sessão ás tres horas.

Sessão em 24 de Maio

PRESIDÊNCIA DO SR. HENRIQUES DE REZENDE,
VICE-PRESIDENTE

SUMMARY.—Expediente.—Incidente das galerias. Discurso do Sr. Souza Franco.—Revogação de disposições legislativas de Pernambuco. Adiamento do Sr. Paes Barreto. Discursos dos Srs. Dias de Carvalho, Paranaguá, A. J. Henriques e Sayão Lobato.—Estatutos das escolas de medicina e de direito.—Caleças urbanas.—Naturalisação de João Moreira da Silva. Discursos dos Srs. Livramento, Jobim, D. Manoel e Wanderley.

Às 11 horas menos dez minutos da manhã, reunidos os Srs. deputados em numero legal, abré-se a sessão, lê-se e approva-se a acta da antecedente.

EXPEDIENTE

Um officio do Sr. deputado Barnardo Belisario Soares de Souza, participando que, por incommodado de saúde, não pôde comparecer.—Fica a camara inteirada.

Remette-se á commissão de marinha e guerra a representação da assemblea legislativa provincial de Goyaz, pedindo a criação de uma companhia de pedestres para conter os selvagens, chavautes e canoeros que infestão aquella provincia, occasionando a sua decadencia.

A commissão de fazenda o requerimento do juiz, officiaes e mesarios da irmandade de Nossa Senhora do Rosario e S. Benedicto, erecta nesta capital, pedindo quatro loterias para occorrer á ruina imminente do templo respectivo, fundamentando seu pedido com variados e ponderosos motivos.

Não ha mais expediente.

O Sr. Taques (para uma rectificação).— Bem que não goste de fazer rectificações a discursos meus publicados no jornal da casa, não posso todavia deixar de declarar que se contém incorrecções, e omissões mesmo, no discurso que profere por occasião da discussão relativa ao Sr. Paula Fonseca. Entre estas inexactidões, ha uma principalmente que não pôde deixar de ser rectificada. Tratando eu da ignorancia de direito, disse que a ignorancia de direito não podia ser allegada em defesa, e que, portanto, ainda que de facto se desse em um juiz a ignorancia de direito, da legislação applicada ao caso de que se tratasse, isto não lhe poderia servir de escusa. No jornal da casa se lê—que a ignorancia de direito não justifica, e que, portanto, ainda que se desse ignorancia do facto de que se tratasse, não poderia o juiz allegar escusa.—O contrasenso é manifesto.

Aproveitando a palavra, enviarei á mesa diversos pareceres confeccionados pela 2ª commissão de orçamento, e devo declarar á camara que

em meu poder não se acha mais papel algum que tenha sido enviado a esta commissão para interpor o seu parecer. São estes, que ora rehetto, os ultimos pareceres que a commissão tinha de dar acerca de negocios que lhe têm sido remettidos. Ha apenas um requerimento de Januario Garcia Leal e José da Costa Lima, pedindo á camara uma indemnisação pela execução de uma estrada que elles abrirão, dirigida da villa da Conceição provincia de S. Paulo, ao Paranam, provincia de Matto-Grosso. Sobre este negocio se lavrou o respectivo parecer, assignado por mim e pelo meu honrado collega membro da commissão, o Sr. Henriques; passarão porém os papeis, com o parecer assignado por nós, para o terceiro membro da commissão, a fim de, ou subscrever ao parecer, ou dar o seu voto em separado. V. Ex. sabe o impedimento que tem tido o honrado terceiro membro da commissão de comparecer na casa, e por esta razão o parecer não foi ainda apresentado. Creio que ha documentos sobre os quaes ultimamente foi chamada a attenção da commissão, bem como a de outra; porém não vierão ainda ás nossas mãos esses papeis. São pois estes os unicos pareceres que restava á commissão dar sobre objectos que lhe têm sido submettidos. Faço esta declaração para que se alguém houver que tenha de fazer reclamação sobre papeis que tenham sido enviados á 3ª commissão de orçamento possa fazê-la.

O Sr. Dias de Carvalho (para rectificação).—No meu discurso publicado no *Jornal* de hoje apparecem algumas inexactidões que julgo de minha obrigação corrigir, visto que está na pratica da casa, quando os discursos sahem com incorrecções, fazerem-se rectificações.

Fallando eu a respeito de delictos commettidos por membros desta casa, disse que este caso não se poderia dar senão mui raras vezes. Aqui está—não se pôde dar mui raras vezes—falta a palavra—senão.—O sentido do discurso bem mostra esta omissão.

Citando o art. 159 do codigo, eu disse—o que se prescreve neste artigo é que, depois da queixa, seja ouvido o réo.—No *Jornal* está—o que se prescreve não é—a palavra—não—é de mais, inverte o sentido em que fallêi.

Aqui, neste periodo, quando digo—não quero defender o meu amigo, etc.—ha a palavra—pelo—que não significa cousa alguma; foi sem duvida lapsus da imprensa.

Em outra parte eu disse—parece-me que se deixa a arbitrio do juiz ouvir ou deixar de ouvir—por erro typographico vem—jury—por juiz.

Ha algumas outras inexactidões; mas são de tal sorte que podem ser suppridas pelo leitor: quiz sómente rectificar estas que me parecem essenciaes.

PRIMEIRA PARTE DA ORDEM DO DIA

LEITURA DE PROJECTOS E INDICAÇÕES

Julgão-se objectos de deliberação, e vão a imprimir, para entrarem na ordem dos trabalhos, os seguintes projectos:

« A assemblea geral legislativa do imperio decreta:

« Artigo unico.—Ficão concedidas quatro loterias repartidamente para as obras das matizes da Boa Vista e S. Pedro Martyr, de Pernambuco, as quaes serão extrahidas nesta corte conforme o plano que rega as do theatro de S. Pedro de Alcantara.

« Sala das sessões, 2 de Maio de 1850.—*Nabuco de Araújo.* »

« A assemblea geral legislativa do imperio decreta:

« Artigo unico. Aos juizes de direito em exer-

efeito compete o privilegio de foro em todos os crimes individuaes.

« Ficção revogada as leis em contrario. »
« Sala das sessões, 6 de Maio de 1850.—*Nabuco de Araújo.* »

« A commissão de justiça criminal examinou os projectos ns. 74 e 78 deste anno, que commettam á justiça publica a denuncia e accusação dos crimes de furto de gado vaccum e cavallar, e parece á commissão que esses projectos merecem a approvação desta augusta camara, sendo, como é, de notoriedade o facto allegado na discussão da frequencia e multiplicidade desses crimes, por causa da impunidade proveniente do abandono e desistencia dos offendidos, e outras circumstancias especiaes.

« A commissão aproveitou a occasião para comprehender na mesma disposição outros crimes em os quaes a acção publica é altamente reclamada pelo interesse da sociedade, assim como para fixar uma regra relativamente á accusação cumulativa do promotor e da parte, quando ambos concorrem.

« Em consequencia, a commissão offerece o seguinte projecto substitutivo:

« A assembléa geral legislativa do imperio decreta:

« Art. 1.º Tem lugar a denuncia e accusação do promotor publico, além dos crimes mencionados nos arts. 37 e 76 do codigo do processo, nos crimes seguintes:

« § 1.º Furto de gado vaccum e cavallar.

« § 2.º Destruição e damnificação de aqueductos e quaesquer obras particulares do uso publico.

« § 3.º Calumnias e injurias contra os ministros de estado e presidentes de provincia.

« § 4.º Furto de cousas que pertencão á fazenda publica.

« Art. 2.º Nos crimes em que tem lugar a denuncia, podem reciprocamente o promotor publico, havendo queixa ou denuncia popular, e o offendido, havendo denuncia, tomar parte na accusação e processo em quaesquer termos em que se elle achar, mas neste caso as recusações competem exclusivamente ao promotor.

« Sala das sessões, 24 de Maio de 1850.—*Nabuco de Araújo.*—*F. D. Pereira de Vasconcellos.* »

O Sr. Souza Franco:—Tenho de apresentar uma indicação, assignada por mim e por meus amigos da opposição, com o fim de provocar a regularisação do modo porque agora se faz a policia da casa. Não pense ninguém, nem ha o direito de suppor, que eu ou qualquer dos meus collegas favorecemos de qualquer sorte que seja as desattenções ou desacatos que possão haver da parte de alguns espectadores das galerias a respeito da camara (apoiados); o que queremos é que quando estes desacatos se dêem, não se tomem outras medidas senão aquellas marcadas no regimento da casa, que se não vá envolver culpados com innocentes, e tratar mal ás pessoas que vêm assistir ás discussões e não tomão parte nenhuma em desacatos que possão apparecer.

V. Ex. hontem, quando se perguntava por ordem de quem se tinham feito algumas prisões, disse pouco mais ou menos o que vem no *Jornal do Commercio*, e que eu lerei, porque supponho que é versão exacta. « Declarou o Sr. vice-presidente Henriques de Rezende, na sessão de hontem, que depois que tomara conta da cadeira da presidencia, não fizera requisição alguma á autoridade, mas sabia que o Sr. presidente da camara n havia feito, e elle vice-presidente estava decidido a reitterar esta requisição, pois não devia consentir que pesava alguma vitasse ás galerias para faltar ao respeito devido á camara, e perturbar os seus trabalhos. »

Primeiro que tudo interessa a nós, interessa

á camara toda, saber que especie de requisição foi essa, e eu pedirei a V. Ex. que nol-a communique: pedirei a V. Ex. que nos diga se foi de viva voz ou por escripto, e neste caso que nos faça fornecer um exemplar dessa requisição, desse pedido que o Sr. presidente da camara fez á autoridade externa para regular a policia da casa....

O Sr. PRESIDENTE:—Consta que foi verbalmente.

O Sr. Souza Franco:—Admira que em uma materia de tanta importancia como é esta, deixe a camara passar a autoridades externas direitos que lhe competem, e isto por um modo vocal! Não via o Sr. presidente que desta maneira dava á policia autorisação ampla para, a pretexto de evitar perturbações, tomar a respeito da camara liberdades que não lhe são nem lhe devem ser concedidas? Eu pedirei a V. Ex. que quando tiver de fazer alguma requisição destas, o faça sempre por escripto, para que a autoridade a quem seja feita possa saber até onde chega a requisição, para que possa ser responsavel dos excessos que se permittir além daquillo que lhe foi pedido. (Apoiados.)

Eu não supponho que contra os estylos anteriores, contra aquillo que está determinado no regimento em artigos muito expressos, fosse necessario recorrer á policia para restabelecer a ordem nas galerias se ella fosse perturbada. Houve, por ventura, algum desses desacatos repetidos, que, não tendo sido cohibidos pelos meios que a commissão da policia tem a seu alcance, pudessem tornar necessario....

O Sr. Mello Franco:—Nem houve admoestação da presidencia que o inculque.

O Sr. Souza Franco:—.... pudessem tornar necessario o recurso á policia? Se na corte do Rio de Janeiro, paiz tão pacifico, os espectadores das galerias tratassém desattenciosamente a camara, isto revelaria simplesmente o nenhum respeito que ella lhes merecia. Felizmente taes actos não se derão; não me consta que nenhuma reclamação apparecesse na casa; não sei senão de uma unica vez que o Sr. presidente reclamou o silencio, silencio que é reclamado todos os dias até por causa do continuado borbórinho que ha mesmo dentro do salão. Se não houve portanto nenhum destes factos, que repito ainda estimo não se dêsem, porque revelaria a falta de attenção para com a camara, que motivo podia ter o Sr. presidente da camara para que usasse desse recurso extremo de chamar a policia a intervir no modo de conservar a ordem nas galerias?

Senhores, o regimento é muito expresso; elle manda que exístia uma commissão de policia, a qual, segundo o art. 63, é composta do presidente e dos segundo e primeiro secretarios, e quando se julgar que precisa de mais alguns membros, diz que nomearão como os das outras commissões. A incumbencia desta commissão de policia é de tratar da ordem dentro do paço da camara, e quer nos casos de simples desattenção, quer ainda no caso de crimes commettidos dentro do paço, é a ella que compete fazer prender os culpados, tel-os em custodia, e depois entregal-os á autoridade competente, porque a policia não entra das portas da camara para dentro.

O Sr. Cruz Machado:—Então quem fará as prisões, os officiaes da secretaria?

O Sr. Souza Franco:—O honrado deputado com a sua pergunta mostra que não está inteirado dos estylos da casa. A casa teve em outro tempo guardas chamados das galerias; tem continuos que detalhadamente vão vigiar as galerias, e esses continuos podem prender á ordem do Sr. presidente....

O Sr. CRUZ MACHADO:—O que se pediu á policia foram tambem guardas.

O Sr. SOUZA FRANCO:—Diz o nobre deputado que se pedirão guardas. Não sei que necessidade ha de pedir guardas á policia, e não ser nos casos de extrema confusão, em caso extraordinario em que não seja ouvida a voz da presidencia, e sufficiente os seus meios. E podem os nobres deputados dizer que se têm dado esses casos extraordinarios?

Um Sr. Deputado dá outro aparte.

O Sr. SOUZA FRANCO:—Contesto ao nobre deputado a sua proposição: o regimento da casa marca o modo de conservar a ordem, e o regimento da casa é lei para a comissão de policia, para o Sr. presidente, para a camara inteira, enquanto o contrario não for determinado.

Ora, agora quero mostrar ao honrado deputado como é que o regimento, manda tratar o publico que vem assistir ás nossas discussões, que se deve contar sim nas regras da moderação, não dando signal de approvação ou reprovção, e que nem por isso deve ser tratado de modo que se envolvão innocentes com culpados, como no caso que se passou, em que se prenderão, ao sahir das galerias, talvez aquelles que não tiveram a menor parte nessa pequena bulha, que se diz que houve neste dia. Estou lembrado que muitas vezes apparece essa pequena bulha, quando acabando um orador de fallar, segue-se outro a quem os espectadores não têm vontade de ouvir. E a este respeito invocar-se a opinião do honrado Sr. l.º secretario, que dizia ha poucos dias que a maior pena que se podia infligir a algum era ouvir discursos como alguns com que ás vezes se incommoda a casa, que era ouvir discursos massadas... *Apoiados e risadas.*)

O Sr. TAQUES:—Têm havido muitos dessa tribuna.

O Sr. SOUZA FRANCO:—Mas ninguém lhes prohibe de se retirarem quando quizerem (*risadas*); licença plena quer ao Sr. deputado, quer a qualquer dos espectadores, para se retirarem quando taes discursos não lhes agradem; não seremos nós que queiramos infligir aos espectadores a massada de ouvir longos discursos sem alcanço algum; podem retirar-se, e especialmente não causão incommodo se o fizerem antes que taes discursos se comecem, para não perturbar o orador.

O Sr. FIGUEIRA DE MELLO:—Mas são silenciosos.

O Sr. GOMES RIBEIRO:—E não atirem moeda de cobre, como cahio uma junto a mim.

O Sr. MELLO FRANCO:—Pois atirarão dinheiro?

O Sr. SOUZA FRANCO:—Admira que occorresse um facto desses e não houvesse reclamação alguma.

O Sr. GOMES RIBEIRO:—Ahi está o Sr. Góes que estava assentado junto a mim.

O Sr. SAYÃO LOBATO:—Creio que não foi de proposito que isto se fez; escapou.

O Sr. SOUZA FRANCO:—Não o vi...

O Sr. MIRANDA:—Pois viu muita gente.

O Sr. SOUZA FRANCO:—Mas, Sr. presidente, vejamos como é que o regimento, que é lei da casa, manda proceder nestes casos. O art. 201 diz: «que todos os cidadãos e estrangeiros têm direito de assistir ás sessões, comtanto que venhão desarmados e guardem o maior silencio, sem dar o mais pequeno signal de applauso ou reprovção ao que se passar na camara.» Quando se dá esse facto, não vejo ahi a pena de mandar a policia que prenda indistinctamente a quem sabe

das galerias, seja ou não culpado; a pena está no mesmo regimento. «Os espectadores, diz o art. 202, que perturbarem a sessão, se farão sahir immediatamente das galerias.» O Sr. presidente tem guardas nas galerias: esses guardas vigiam aquelles que não se comportão com moderação, e faz sahir a esses, e só a esses. «Se o caso pedir, continúa o artigo, ter-se-ha com elles a demonstração que a camara julgar conveniente.» Pois se o regimento exige que toda e qualquer demonstração, além da simples retirada das galerias, seja a juizo da camara, como o Sr. presidente, sem que, na forma do art. 202, consultasse a camara, mandou prender espectadores que sahiam das galerias, e por motivo de comportamento ahi havido?

O Sr. APRIGIO:—Ahi está um dos taes, Sr. Taques.

O Sr. SOUZA FRANCO:—Não ouvi...

O Sr. APRIGIO:—Estou fallando com o Sr. Taques.

O Sr. SOUZA FRANCO:—Quando um orador está se dirigindo á camara, não é permitido que o interrompa deste modo; se são palavras dirigidas a mim, desejo ouvi-las. E neste caso pedirei ao Sr. presidente que use da força e rigor que me parece estar hoje nas suas idéas; mantenha a ordem na casa....

O Sr. APRIGIO:—Apoiado.

O Sr. SOUZA FRANCO:—... ainda mesmo contra o nobre deputado pela Bahia, apesar de ser elle o reconhecido chefe da maioria....

O Sr. APRIGIO:—E eu o reconheço como chefe da minoria; estamos pagos.

O Sr. SOUZA FRANCO:—Art. 356. «Quando a inquietação do publico (note bem a camara como é que o regimento trata os espectadores que vêm assistir ás nossas discussões; é o publico limitado, porque não é possível que todo o publico do Brazil veja como nos comportamos nesta camara; mas esses poucos espectadores são dignos das attensões da mesa, das attensões da camara, são o publico do paiz)....»

O Sr. APRIGIO:—E' uma das boas daquelles tempos.

O Sr. SOUZA FRANCO:—«Quando a inquietação do publico ou dos deputados não puder cohibir-se pelas admonições do presidente, poderá este levantar a sessão, assim como nos casos do art. 156.» Portanto, ainda mesmo no caso em que alguma circumstancia notavel tenha lançado a inquietação na camara ou nas galerias, a providencia que o regimento dá é levantar a sessão, e não autorisar para mandar fazer entrar a policia dentro dos paços da camara, e prender indistinctamente aquelles que sahem das galerias.

Art. 205. «Se no paço da camara se perpetrar algum excesso ou delicto, a comissão de policia fará pôr em custodia no edificio o culpado ou culpados, passando a averiguar o facto.... e dando depois conta á camara do succedido.» Aqui porém prende-se com o partido vocal do Sr. presidente, os presos são remettidos á policia, e é a summa bondade do Sr. chefe de policia que os faz soltar depois de irém á sua presença; e a camara não tem conhecimento nenhum de factos desta ordem!....

Senhores, conservemos á camara os respeitoos que ella merece, e eu serei o primeiro a concorrer para todas as medidas indispensaveis neste sentido, mas para medidas que estejam determinadas no regimento da casa. Quando se chama a policia a intervir nas nossas deliberações, não temerá a camara que em lugar de um auditorio real tenhamos um auditorio ficticio, um auditorio pre-

parado de propósito para se portar aqui como parecer aos que o preparão? E' por isso que nós, os membros da opposição, que queremos conciliar os respetos devidos á camara com as attentões devidas ao publico...

O Sr. APARECIDO : — Mas não têm uma palavra de reprobção para estes excessos.

O Sr. SOUZA FRANCO : — Pois não estou dizendo que serei o primeiro a concorrer para as medidas indispensaveis contra os excessos que apparecerem? Estou prompto para dar o meu voto para que se executem as providencias que o regimento faculta, nunca porém para que o Sr. presidente da camara se julgue autorizado para por um recado vocal entregar os privilegios da camara que deve guardar illesos! Dentro destes paços, senhores, a policia é só da camara, ou da commissão por ella eleita, e não convém á liberdade das discussões que o seja de outro modo, e dentro destes paços não se deve permitir que autoridade alguma tenha ingerencia e os meios de preparar o auditorio segundo lhe parecer conveniente a seus interesses.

Neste sentido, zelando as prerogativas da camara, vou mandar a seguinte indicação. (Lê.)

Diz-se que as prisões foram feitas fóra da casa : tanto peor. Se a policia não estava dentro das galerias para vigiar os perturbadores do socego, então poderia prender indistinctamente culpados e innocentes; se estava nas galerias, não estava no seu lugar; não se deve consentir que nenhum beleguim da policia entre nas galerias no intuito de fazer a policia da casa. Espero que o Sr. presidente reconheça que a camara, tendo uma quasi unanimidade, tem força sufficiente para sustentar as suas prerogativas, tem força sufficiente para se fazer respeitar sem necessidade de recorrer á policia, como essas crianças fracas e enfraquecidas que a todo o momento correm ao regaço da mãe a buscar protecção. (Apoiados da opposição.)

E' lida a indicação do nobre deputado.

O Sr. PRESIDENTE : — Eu continuarei a tomar as mesmas medidas contra os perturbadores.

O Sr. SOUZA FRANCO : — E' já a ultima decisão do V. Ex., quero recorrer della. (Risadas.)

O Sr. PRESIDENTE : — Vai á commissão de policia.

O Sr. WANDERLEY (pela ordem) : — Eu reclamo contra a direcção que V. Ex. dá a essa chamada indicação. Chama-se indicação quando se pretende, ou tomar alguma providencia nova ou reformar algum artigo do regimento; mas quando se trata de dar execução áquillo que está determinado pelo regimento, apresenta-se um requerimento, requerimento que tem discussão, e por consequencia dá occasião a que se responda immediatamente a qualquer Sr. deputado que fizer uma censura da natureza dessas que o illustre-deputado acaba de fazer á mesa. Depois, eu não sei que parecer poderá dar a mesa se considerar-se a materia como de uma indicação; não poderá ser outro senão dizer: « Nós cumprimos com o nosso dever. » Entendo pois que V. Ex. deve considerar requerimento isso a que o illustre-deputado chama indicação; como requerimento entrará em discussão amanhã; então a mesa explicará os fundamentos que teve para praticar da maneira por que praticou, e nós poderemos responder ao illustre-deputado. Requeiro portanto que V. Ex. consulte a casa se é requerimento ou indicação; na conformidade da decisão da casa V. Ex. dará então a conveniente direcção.

O Sr. PRESIDENTE consulta a camara se é indicação a moção do Sr. Souza Franco.

A camara decide que não, e por outra votação decide que é requerimento.

O Sr. PRESIDENTE : — Amanhã será lido e discutido.

O Sr. SOUZA FRANCO : — E' baptismo de genero novo. (Risadas.)

SEGUNDA PARTE DA ORDEM DO DIA

REVOGAÇÃO DE UMA LEI DE PERNAMBUCO

Continúa a discussão do adiamento proposto pelo Sr. Paes Barreto ao projecto que revoga, por inconstitucional, a lei de Pernambuco que impõe sobre productos de outras provincias.

O Sr. DIAS DE CARVALHO : — Antes de fallar sobre a materia que se discute desejo que V. Ex. me diga se poderei responder a uma proposição que ouvi na sessão de hontem, proferida por um nobre deputado por Minas, porque, se não posso responder a essa proposição, então não quero questionar com V. Ex., não quero tomar tempo á camara.

O Sr. PRESIDENTE : — O nobre deputado, que já foi presidente da camara, sabe muito bem quaes são os limites da discussão, sabe que os oradores se devem circumscrever ao ponto da questão, que não se deve admitir divagações.

O Sr. DIAS DE CARVALHO : — As minhas faculdades intellectuaes são muito limitadas, poderei não estar de accordo com V. Ex., por isso quiz fazer esta questão preliminar simplesmente para dizer a V. Ex. que não tenho muito empenho em tomar parte na discussão do adiamento, que elle tem sido mais que discutido, quer por um quer por outro lado, mas que pedi a palavra a favor do adiamento por ter ouvido a um illustre deputado por Minas uma proposição que me pareceu demasiadamente offensiva não só da opinião a que pertengo, mas de todo o poder legislativo.

Esta questão, senhores, não é inteiramente fóra da ordem; trata-se de adiar uma resolução que revoga um acto legislativo da provincia de Pernambuco que impõe certos direitos sobre manufacturas, e tem relação com esta materia a questão de direitos protecções á industria do paiz. Fallando a este respeito o meu nobre amigo e collega da opposição, disse que desejava que o governo intervisse nesta discussão para regular a maneira de se fazer a protecção com igualdade para todas as provincias. Estas suas reflexões offenderão a esse nobre deputado por Minas, cujas palavras não poderei repetir taes quaes foram pronunciadas, porque a minha memoria não é das mais felizes; mas exporei o sentido de suas proposições. Eu entendo que a concessão de loterias, de empréstimos e outros favores que têm sido feitos á industria do paiz, têm sido todos dictados por motivos de utilidade publica; não creio que nenhum membro desta casa, nenhum membro do senado, nenhum membro do ministerio que tem aconselhado a corda para sancionar as resoluções a este respeito, tivesse em vistas outro motivo que não fosse de promover a industria fabril do paiz. Como pois se diz nesta casa : « Vós, membros da opposição, não fizestes mais com essas leis do que favorecer os vossos alliados, os vossos amigos á custa dos interesses da industria do paiz? » Pois, senhores, pôde-se pronunciar no recinto da camara uma proposição desta ordem, que não offende só ao meu lado politico, que offende a todos os lados, que offende a todos os ramos do poder legislativo, porque era necessario que todos elles concorressem para esse patronato escandaloso de favorecer a nossos amigos e alliados á custa dos interesses reaes do paiz?... Folgo que entrasse nessa occasião o

nobre deputado a quem me refiro, porque desejo chamar a sua attenção para corrigir a censura tão injusta, tão acerba que lançou contra o meu lado, esquecendo-se de que se essa censura é bem cabida, não deve reflectir somente sobre o meu lado politico, ha de affectar tambem ao lado politico do nobre deputado, ha de affectar tambem a outro ramo do poder legislativo.

Senhores, se favores têm sido concedidos a industria do paiz, elles não forão somente pelo lado politico a que pertenco, quando elle estava em maioria nesta casa. Hontem dei-me ao trabalho de consultar a legislação do paiz nestes ultimos annos; fui procurar duas épocas inteiramente diversas para mostrar ao nobre deputado que a sua censura não pertence a nós somente. No anno de 1843 foi promulgada a resolução datada de 30 de Setembro, pela qual se concederão quatro loterias a cada um dos empresarios Fructuoso Luiz da Motta, André Gaillard e Zeranino Ferrez, fabricantes de papel, sedas, galões, etc. Ora, em 1843 qual era a opinião politica que governava o paiz? Era certamente a opinião do nobre deputado. Em 1845 não se fez concessão alguma; mas em 1846, a 8 de Agosto, foi concedido um privilegio a todas as fabricas de algodão do imperio; em Setembro d'esse anno foi o governo autorisado para emprestar aos francezes d'Arcet e Dreyfus até 180:000\$000 ou a metade em que importasse a sua fabrica de productos chimicos. Ora, diga-me o nobre deputado, se o Sr. Dreyfus e o fallecido d'Arcet erão aliados politicos nossos? Recorde-se o nobre deputado da historia desse tempo, talvez ache os protectores dessa industria, não no nosso lado, mas em outra parte. Eu não culpo a ninguém; a minha proposição primeira foi que a protecção que tem sido dada á industria, o tem sido no interesse do paiz; pôde o corpo legislativo ter-se enganado, convirá talvez que se demova desse caminho, mas o que fez até o presente está intimamente convencido que foi no interesse do paiz, que não foi por espirito de patronato....

O Sr. Rocha:—Entenda-se com o seu collega o Sr. Souza Franco; foi elle quem attribuiu todos esses actos a patronato do nosso partido em favor do Rio de Janeiro.

O Sr. Dias de Carvalho:—Isto responde á proposição do nobre deputado; vamos adiante. No anno de 1847 foi autorisado o governo para emprestar ao Sr. Joaquim Diogo Hartley, para auxilio de sua fabrica de algodão, 100:000\$000. Como este empresario é cidadão brasileiro, e residente nesta corte, poderá saber a respeito delle a arguição que fez o nobre deputado; mas eu quero mostrar que tanto não houve esse espirito do patronato para favorecer aliados nossos, que, sendo a resolução datada de 29 de Setembro de 1847, quando tive a honra de ser chamado para o ministerio da fazenda em 4 de Maio de 1848, ainda elle não tinha recebido quantia alguma por conta deste favor que o corpo legislativo lhe concedera; por isso que não se tinha habilitado para receber o mesmo favor. Não posso dizer com pleno conhecimento de causa, porque não tive tempo, nem tenho entrada no thesouro, quando esse empresario recebeu alguma prestação; mas informá-lo-me meus collegas meus, que servirão no ministerio da fazenda, que tambem durante o seu tempo nada tinha recebido. Trago este facto para provar que se por ventura esse acto legislativo tivesse sido feito somente por espirito de patronato no dia em que elle fosse sancionadado haveria o maior empenho em executá-lo; mas quando decorrem tantos mezes sem se dar execução á lei, pôde-se nos attribuir o facto de que decretamos certas medidas legislativas só no interesse dos nossos aliados?

No anno de 1848 ainda houve outra concessão,

a de um empréstimo de 300:000\$000 á fabrica do Sr. Irenéo Evangelista de Souza. Ora, pergunto, este senhor e o seu socio serão aliados nossos?

O Sr. Sayão Lobato dá um aparte que não ouvimos.

O Sr. Dias de Carvalho:—Estimo muito a opinião do nobre deputado. Se alguma culpa pôde recahir em quem de alguma sorte apadrinhou essa pretensão perante o corpo legislativo, digo ao nobre deputado que então entendia que esta industria merecia o favor do corpo legislativo. (Apoiados.) Estou ainda hoje convencido de que os benefícios feitos a essa fabrica redundarão em proveito geral (apoiados); tenho observado que nella se tem trabalhado em muitas obras para o serviço dos particulares e do estado, por consequencia não me arrependo de algum favor, se favor foi, nas informações que dei a este respeito ao corpo legislativo. Mas quero chamar em meu auxilio tambem todos os aliados do nobre deputados que tiverão parte neste acto; quero chamar os membros do conselho de estado da secção do imperio que forão favoraveis á pretensão; quero chamar o senado que deu o seu voto á resolução; quero chamar os membros do ministerio de 29 de Setembro de 1848 que aconselháram a corôa a sancionar este acto legislativo. Como pois se quer impôr á nossa opinião o ter feito passar, esses actos, não como erro de intelligencia, mas como patronato nos nossos aliados?...

O Sr. Rocha:—Não discuti nenhum desses actos, só repelli do meu partido a accusação que lhe fizera o Sr. Souza Franco; entenda-se V. Ex. com elle.

O Sr. Dias de Carvalho:—Sr. presidente, creio que tenho defendido quanto me era possível os membros da opinião a que pertenco da injusta accusação que lhe foi feita....

Um Sr. Deputado:—Tem defendido a todos.

O Sr. Dias de Carvalho:—Voltando agora á questão do adiamento, escuso de dizer que não tendo ouvido uma só proposição que mostrasse o inconveniente de ser remetido este negocio á commissão para que ella o considere de novo, não em si mesmo, mas em relação a outros actos que podem existir nas mesmas circumstancias, estou resolvido a dar-lhe o meu voto. Se alguém dissesse que não havia uma só lei provincial que offendesse em caso semelhante a constituição e o acto adicional, então de certo seria bem onbidas as reflexões contra o adiamento; mas desde que se sustenta, sem ser contrariado, que ha legislação semelhante de outras provincias, estou inteiramente de accordo com aquelles senhores que pensão que o negocio deve ser mais meditado pela commissão de assembleia provincial, que deve confrontar os actos legislativos das provincias do imperio, para ver se ha algum mais que esteja no mesmo caso. Se eu não fosse informado que esta lei de Pernambuco não data de hoje, mas de antiga data, não seguiria talvez com tanto affino esta opinião; mas, desde que o corpo legislativo tem tolerado por tantos annos a execução desta lei provincial, não me parece que a demora de mais alguns dias deva mover-nos do proposito de approvar o adiamento para que volte o negocio á commissão, afim de que ella o considere debaixo do seu verdadeiro ponto de vista, afim de que revendo a legislação de todas as outras provincias nos proponha a revogação de outros actos semelhantes.

Voto pois pelo adiamento.

O Sr. Paranaguá:—Sr. presidente, depois de terem tomado parte na discussão tantos oradores, sem duvida que podia deixar de occupar

por mais algum tempo a attenção da casa em um objecto de tão pequena importancia como seja um adiamento, questão meramente de incidente. Mas, visto como os honrados membros pela provincia de Pernambuco, a quem muito respeito, têm apresentado um adiamento tão pouco razoavel, julgo que devo dizer alguma coisa tambem em explicação do meu voto...

O SR. FIGUEIRA DE MELLO:—Não ha nada mais razoavel.

O SR. WANDERLEY:—E' razoavel, porque não deixa o espirito da camara decidir?

O SR. PARANAGUÁ:—Devo explicar, dizia, o meu voto, quando vejo que os honrados membros e outros deputados muito notaveis, tomando parte nesta discussão, como lhe têm dado uma importancia que ella, considerada em si, parece-me que não deveria ter.

Os honrados membros têm taxado a medida proposta pelo meu honrado amigo pela Bahia de injusta e parcial, que portanto não deve merecer a consideração da camara enquanto não se apresentar uma medida mais ampla, mais comprehensiva, e como existem leis de outras provincias que se achão nas mesmas circumstancias, julgo que devem todas ser igualmente revogadas, e não uma disposição especial a respeito da provincia de Pernambuco, porque daria a entender que esta provincia é menos favorecida do que as outras do imperio. Realmente, Sr. presidente, tendo em muita consideração a provincia de Pernambuco, assim como tenho a todas as provincias do imperio, não poderia dar o meu assentimento a este projecto se por ventura não dêsse a explicação do meu voto, mostrando que procedo com imparcialidade, que não ha coisa alguma de desigual no procedimento do meu honrado amigo, autor do projecto.

Releva dizer neste momento que, quando se trata de acabar com abusos, quando se trata de pôr termo a uma violação da lei, não posso comprehender a que venha este argumento de desigualdade, a que os honrados membros parecem dar uma importancia e um valor excessivo. Não se vai privar a provincia de Pernambuco de um direito; o que faz o projecto do honrado deputado é privar que continue por mais tempo uma usurpação contra a lei fundamental do estado, uma usurpação de attribuições que, pela lei fundamental do estado, pertencem á assembléa geral, e que se tinha arrogado a assembléa provincial de Pernambuco.

Um SR. DEPUTADO:—Assim como outras.

O SR. PARANAGUÁ:—E' um abuso, uma violação de lei que se vai fazer cessar. Ora, quando se trata de fazer cessar um abuso, uma violação de lei, quando se trata de punir um delicto, porque não se pôde ao mesmo tempo punir todos os indivíduos que commetterão iguaes delictos se que se o réo confesso, aquelle que é apanhado em flagrante, não deve ser punido? E' sem duvida coisa extraordinaria que não esperava ouvir dos honrados membros!

Aqui poderia dizer que aquelles que taxão o projecto do meu honrado amigo pela Bahia de cívico de espirito de provincialismo é que nesta argumentação revelão um provincialismo que não sei como se possa justificar. Não ha, Sr. presidente, a desigualdade que notão os honrados membros; elles, conhecendo, como de sua argumentação se deduz muito claramente, a inconstitucionalidade da lei de Pernambuco, certamente não devião lançar mão deste nem de outros argumentos; não devião lançar mão de um adiamento que nesta hypothese entendo que é um meio de protelação...

O SR. NABUCCO:—Então todos os adiamentos são protelações?

O SR. PARANAGUÁ:—Os adiamentos desta natureza são. Os adiamentos devem ser admittidos, os projectos devem ser remettidos ás commissões quando pela importancia da materia, quando pelas difficuldades que ella apresenta, é de mister que a commissão respectiva, dotada de conhecimentos especiaes, estudando a materia por todos os seus lados, attendendo a todos os correlarios que della se podem deduzir, venha apresentar um parecer á casa para oriental-a na decisão que deve dar. Mas, quando é de simples intuição que esta lei de Pernambuco é attentatoria da lei fundamental do estado; quando a revogação desta lei creio que até já foi pedida pelo honrado Sr. barão da Boa-Vista; quando a revogação desta lei acaba ultimamente de ser pedida pelo honrado ex-presidente daquella provincia o Sr. conselheiro de estado Honório Hermeto Carneiro Leão; quando ha um objecto tão claro como este, parece-me que não deve ser por mais tempo demorado, que não deve ir a uma commissão para expôr um juizo a seu respeito.

E não venhão os honrados membros argumentar dizendo-nos que a publicação deste acto isolado pôde ser mal recebida na sua provincia. Não comprehendo a importancia deste argumento. Pois porque Pernambuco é provincia de primeira ordem, não pôde soffrer que se revogue um acto seu menos justo, contrario á constituição, sem que se revogue o de outra provincia, entretanto que provincias de menor importancia, de segunda ou terceira ordem, é que devem ver seus actos revogados isoladamente? Por ventura não foi revogada uma lei da minha provincia por inconstitucional? E levantou-se aqui uma só voz contra isto?...

O SR. JOAQUIM VILELLA:—Tambem já foi revogada uma lei de Pernambuco.

O SR. PARANAGUÁ:—Então calhe por terra toda esta argumentação dos honrados membros que querem que sejam igualmente revogadas outras leis de outras provincias, porque, revogando-se simplesmente a de Pernambuco, pôde isto fazer mal, ver, como se diz.

Para responder aos honrados membros por Pernambuco, e especialmente ao honrado membro que me fôz em frente, creio que não poderei apresentar uma melhor argumentação do que a de um honrado deputado em outra occasião. Os nobres deputados querem uma medida mais ampla, querem uma reforma completa, isto é, que as leis provinciaes que se achão nas mesmas circumstancias sejam todas revogadas; conhecem que com effeito ha alguma coisa de inconstitucional nesta lei, mas havendo outras em iguaes circumstancias, querem que a reforma ou que a revogação se estenda a todas ellas, não querem um pequeno beneficio; visto que o mal está em larga escala, querem que o remedio seja correspondente, a medida seja completa. Ora, verei se posso de alguma maneira chamar os honrados membros a um accordo, e especialmente ao autor da argumentação que passo a ler...

O SR. NABUCCO:—A hypothese é muito differente.

O SR. PARANAGUÁ:—Na sessão de 10 de Abril do corrente anno fallava o nobre deputado por Pernambuco, o Sr. Nabuco de Araújo, e dizia: «Creio que a discussão reduzida a uma idéa é mais facil, concentra muito mais as attensões do que um projecto que contenha idéas diversas, que por consequencia podem desvairar o espirito.» Os honrados membros considerão que o projecto é de summa importancia, mas ao mesmo tempo querem que se procurem outras leis que devem ser da mesma importancia, que podem complicar os debates, para serem tratadas na mesma occa-

sião. Ora, eu acho que o tópico do discurso do nobre deputado responde a esta parte da sua argumentação, bem como a desses outros Srs. deputados da mesma provincia. Se o projecto é de summa importancia, parece-me que, considerando-se isoladamente a lei que se pretende revogar, podemos concentrar todas as attensões sobre ella, a discussão pôde ser mais profunda, mais lucida, e consequentemente mais acertada a decisão que a camara houver de tomar a este respeito....

O SR. NABUCO:—Mas trata-se de leis da mesma especie.

O SR. PARANAGUÁ:—A argumentação que me serve, e que vem mais ao caso, está adiante. Os nobres deputados não querem o projecto por ser medida parcial, por ser incompleto; querem que vá á commissão de assembleas provinciales para apresentar uma medida geral. Ouçamos o que dizia em outra occasião o mesmo honrado deputado por Pernambuco: «Certamente, Sr. presidente, este systema de adiar as medidas parciais á espera de reformas completas, de reformas radicais, não é novo no nosso paiz; por causa deste systema, que chamarei de *inercia*, o paiz tem sido privado de medidas interessantes: conhece-se o mal, mas não se dá o remedio. Porque? Para esperarmos que venha uma reforma completa, radical! Entretanto o mal vai continuando, vai germinando, vai produzindo outros! Procedem assim os outros paizes? Deixam de fazer o bem que podem porque não podem fazer todo o bem?»

Persuado-me que o nobre deputado por Pernambuco com esta argumentação deve tirar os escrúpulos aos seus collegas pela mesma provincia. O mal é antigo, vai progredindo, vai germinando: a Bahia e as outras provincias, prejudicadas por essa lei de Pernambuco, continuam a soffrer, e soffrerão muito se acaso não se tomar uma medida: mas não devemos, como muito bem disse o honrado membro por Pernambuco, deixar de fazer o bem que podemos agora por não podermos fazer todo o bem. Parece-me que os honrados membros não podem deixar de conhecer a procedencia desta argumentação nesta especie, assim como naquella quando o honrado membro com toda a lucidez do talento que lhe é proprio empregava esta mesma argumentação.

Julgo tambem, Sr. presidente, que as outras considerações apresentadas pelo honrado membro, cujo discurso acabo de ler, não devem proceder.

Elle disse que não devíamos proceder como que de chofre revogando a lei de Pernambuco sem tomar todas as precauções que são necessarias, acutelar os effeitos da revogação que se propõe, além de que a sua provincia não viesse a soffrer em consequencia deste acto da assemblea geral. Parece-me que, á vista do relatório do Sr. conselheiro de estado ex-presidente de Pernambuco, não se deve rancelar semelhante cousa, porque disse elle nesse relatório: «Algunhas despesas são susceptíveis de reduções, que confio serão feitas directamente por esta assemblea; estas reduções e a suspensão de alguns empregados do consulado, cujas funções por vezes tem sido demonstrado serem inuteis, sem prestimo, permitem que se revoguem alguns pequenos impostos que recahem sobre a importação contra o preceito do art. 12 da lei de 12 de Agosto de 1831.» Creio pois que não virão esses graves prejuizos á provincia de Pernambuco, quando o ex-presidente daquella provincia não duvidou pedir a revogação de leis que estabeleciam pequenos impostos da natureza daquelle cuja revogação é proposta pelo meu honrado amigo.

Não privamos a provincia de Pernambuco de uma das fontes mais abundantes da sua receita, como se quiz inculcar dizendo-se que o imposto, cuja revogação se propõe, constitue a setima ou

a oitava parte da renda provincial, porquanto é este um dos pequenos impostos que, segundo se lê no relatório que acabo de citar, deve cessar por ser contrario ao mencionado art. 12 do acto adicional. Nem se deve suppôr que desta maneira a industria, que se quiz favorecer com semelhante imposição lançada sobre certos generos importados de outras provincias ou do estrangeiro, fica em máo estado, sem forças para concorrer com a industria estrangeira, visto como «os direitos de importação (diz o nobre ex-presidente de Pernambuco em seu relatório) que a tarifa faz recabir sobre este genero (o sabão), me parecem sufficientes para proteger a industria nacional, favorecida tambem pela isenção de direitos sobre a materia prima.» Não vejo pois que existão razões plausiveis em favor do adiamento que se discute, e que com tanto calor tem sido sustentado por alguns honrados membros. Pouco ou nada valem essas pequenas considerações de desagrado de uma provincia quando se trata da revogação de uma lei inconstitucional, quando se não vai privar a de um direito, quando se faz cessar um abuso, em attenção á lei fundamental do estado e ás conveniencias das provincias que soffrem com a lei de Pernambuco. Demais, se ha leis de outras provincias que estejam nas mesmas circumstancias, contrarias á constituição, pôde-se na segunda e na terceira discussão do projecto offerecer emendas, applicando-lhes a mesma providencia, fazendo extensivo a todas essas leis o acto da revogação da lei de Pernambuco....

O SR. WANDERLEY:—Apoiado.

O SR. PARANAGUÁ:—... e assim conseguiremos um acto de justiça, e serão satisfeitos os votos dos honrados membros por Pernambuco. (Apoia-dos.)

O SR. PRESIDENTE:—O Sr. Ferreira de Aguiar tem a palavra a favor.

O SR. FERREIRA DE AGUIAR:—Como o nobre deputado pela Parahyba o Sr. Henriques, pedisse a palavra tambem a favor, depois de mim, e ainda haja inscriptos outros senhores que têm de fallar contra, cedo que o Sr. Henriques falle primeiro, conservando eu todavia a palavra para depois de qualquer outro orador que tenha de combater o adiamento.

O SR. HENRIQUES:—Sr. presidente, votando pelo adiamento em discussão, não posso todavia conformar-me nem com os argumentos apresentados na casa a favor d'elle, nem com aquelles que contra elle têm sido produzidos: outras razões tenho eu pelas quaes me inclino a votar por esse adiamento, pedido pelo nobre deputado de Pernambuco.

Os nobres deputados que defendem o adiamento, para que o projecto apresentado vá á commissão de assembleas provinciales, se fundão na conveniencia de um acto geral que comprehenda ao mesmo tempo a nullificação de todas as leis provinciales das diferentes provincias do imperio que sejam offensivas, ou prejudiquem a imposição geral do estado. Não posso conformar-me com este argumento, porque entendo que a lei provincial de Pernambuco é anti constitucional por lançar impostos de importação; ella não deve subsistir em vigor: que nem cumprirá fazer depender a sua revogação do exame e discussão de quaesquer outros actos legislativos provinciales que por ventura possam existir em outras provincias em opposição á constituição do imperio? Se nenhuma autoridade, se nenhum poder, que preste a ordem e a moralidade publica, e tenha a precisa dedicacão á prosperidade do paiz, deve consentir que progrida um acto vicioso e reprovado, como consentirá nelle a camara dos Srs. deputados, parte integrante da assemblea geral legislativa? Como consentirá nelle a camara dos

Srs. deputados ante a obrigação que lhe impõe a constituição do imperio, de velar na guarda da mesma constituição? Se pois o acto legislativo de que se trata é vicioso, por ser inconstitucional, eu creio que não devemos fazer depender a sua revogação do exame de outros que possam estar em circumstancias identicas. Sei que outras assembleas provinciales têm exorbitado de suas attribuições; confesso que algumas têm tambem decretado imposições offensivas ou prejudiciaes á imposição geral do estado; mas porque não appareceu ainda na casa um projecto que tenda a nullificar esses actos, estaremos nós inhibidos de decretar desde já a nullidade do acto da assemblea provincial de Pernambuco, se elle é inconstitucional? Penso que não: e se recorro aos precedentes da casa, são elles contra a opinião dos nobres deputados que por esse motivo sustentão o adiamento. Assim, foram revogadas por anti-constitucionaes em 1835 duas leis provinciales de Santa Catharina e uma de Sergipe; em 1837 uma de S. Paulo e outra de Sergipe; em 1840 uma do Rio Grande do Norte; em 1841 diferentes leis da mesma provincia e Parahyba do Norte, e algumas outras de Sergipe.

O Sr. AFRIGIO:—Também foi revogada uma da Bahia.

O Sr. HENRIQUES:—Lembra bem o nobre deputado. Em 1842, finalmente, uma de Minas Geraes. Ora, se para a revogação de todas essas leis não se julgou conveniente o complexo e reunião de todas as outras da mesma ordem das differentes provincias (apoiado), se antes todas ellas foram revogadas parcialmente, porque não procederemos do mesmo modo a respeito daquella de que se trata? (Apoiado.) Dizem ainda os nobres deputados: «a provincia de Pernambuco é igual a todas as outras, e como tal não se deve tratar della exclusivamente.» Mas, senhores, não se tratou das outras exclusivamente, e as outras não são tambem provincias do imperio, não fazem parte integrante da união, deste grande todo politico? Penso pois que, nisto nenhuma offensa se faz á importante provincia de Pernambuco, para com a qual aliás eu nutro a mais viva adhesão e sympathia. Por todas estas considerações me persuado que não são procedentes os argumentos deduzidos pelos nobres deputados, que assim sustentão o adiamento.

Não me conformando assim com os argumentos apresentados pelos nobres deputados que têm fallado a favor do adiamento, tambem não posso assentir nos argumentos daquelles senhores que combatem o mesmo adiamento.

Os nobres deputados que combatem o adiamento, creio que se fundão em que de ordinario os adiamentos importão a morte das medidas adiaadas, ou ao menos grande morosidade, e delonga na revisão, exame e discussão do acto de que se trata. Mas eu observarei aos nobres deputados que na questão sujeita se não pede o exame ou revisão de todos os differentes actos considerados nulos de todas as assembleas provinciales (apoiados); trata-se somente do exame ou revisão das ultimas leis de orçamento decretadas pelas differentes provincias do imperio: creio que este exame pôde ser objecto de muito poucos dias; são dezoito provincias, são portanto dezoito leis de orçamento, e é natural que nellas appareçam as disposições provinciales que de qualquer modo podem prejudicar a imposição geral do estado. A commissão de assembleas provinciales pôde examinar com presteza este objecto, e apresentar brevemente o seu parecer: o negocio será discutido, e a camara resolverá como entender de justiça.

Não me conformo tambem com o argumento daquelles que combatem o adiamento, fundando-se na observação feita pelo Sr. conselheiro de

estado Carneiro Leão, como presidente de Pernambuco, á assemblea provincial daquella provincia no ultimo relatorio, a respeito da inconstitucionalidade do acto de que se trata: porquanto, sendo a lei que se estabeleceu em Pernambuco essas imposições, que são consideradas prejudiciaes á imposição geral do estado, muito anterior á interpretação do acto adicional, não pôde aquella assemblea decretar já a sua revogação sem manifesta offensa do mesmo acto adicional, que incumbe o exame e conhecimento de actos taes á assemblea geral legislativa. Julgo pois que não são valiosos os argumentos deduzidos na casa contra o adiamento. A respeito delles direi ainda que, se a lei é feita em utilidade publica, essa utilidade será tanto mais reconhecida e manifesta, quanto for maior a attenção, calma, circumspecção e discernimento com que for examinado e discutido o acto que fizer o seu objecto: e isso se encontrará se o projecto em discussão for primeiramente bem examinado e meditado pela commissão a que pertence. Se assim não fôr, como que as commissões serão escusadas; é nem no acto de sua nomeação procurariamos fazer recahir os nossos votos naquelle dos nobres deputados que á sua reconhecida illustração reúnem conhecimentos especiaes. Não posso tambem suppor que a nobre commissão, intrahada como é na observancia da constituição do imperio, retarde o exame e revisão de um acto que lhe seja offensivo. Observarei ainda aos nobres deputados que, devendo acreditar que a illustrada assemblea provincial da Bahia zela com todo o afino os interesses e direitos daquella provincia, não me consta que até hoje ella tenha feito subir a esta camara representação alguma contra a lei provincial de Pernambuco de que se trata, e cuja disposição se disse prejudicar muito a exportação de generos produzidos na Bahia, pelos direitos a que o sujeito na importação a assemblea provincial de Pernambuco. Devo presumir que uma corporação tão illustrada como a assemblea provincial bahiana não ignore a disposição do § 19 do art. 11 (apoiados) do acto adicional, que lhe dá o direito, ou antes lhe impõe o dever de representar á assemblea, e governo geral contra as leis de outras provincias que offendem os seus direitos. (Apoiados.) Assim como á da Bahia, não consta que alguma outra assemblea provincial haja representado contra a lei de que se trata (apoiados), e não podendo attribuir essa falta á incuria pelos interesses e direitos das respectivas provincias, eu me inclino a crer que ella assenta na convicção em que estão essas assembleas provinciales de que o acto em discussão da de Pernambuco em nada prejudica os direitos das provincias que ellas representam. Faço o mais vantajoso conceito do patriotismo e luzes do nobre deputado autor do projecto; mas, parecendo-me que maior conserto me deve merecer ainda a assemblea provincial de sua provincia (apoiados), penso que não se deve presumir liquida e manifesto esse prejuizo que o nobre deputado encontra na lei pernambucana: e esta razão me parece bastantemente poderosa para que deixem de proceder os argumentos daquelles nobres deputados que se oppõem ao adiamento e revisão do projecto pela nobre commissão de assembleas provinciales.

Havendo respondido aos argumentos apresentados, quer de um, quer de outro lado, quer a favor quer contra o adiamento, eu exporei os motivos pelos quaes me parece elle conveniente, e lhe presto por isso meu apoio. Voto pelo adiamento por quatro razões: a primeira, deduzo da importancia e gravidade do acto de que se trata; essa disposição não é nova; data, se me não enganar, de 1835; é acto de uma provincia onde não se pôde deixar de reconhecer que a illustração está muito derramada. (Apoiados.) Eu não posso

presumir, Sr. presidente, que a assembleia provincial de Pernambuco quizesse desacatar de uma maneira tão positiva a assembleia geral legislativa (apoiados), usurpando assim suas attribuições e prerogativas. Além disto, noto que esse acto tem sido apoiado e sustentado pelas assembleias provinciais de diferentes credos politicos daquella provincia, tanto as assembleias provinciais alli conhecidas por baronistas, como as assembleias provinciais chamadas prateiras na linguagem dos partidos em Pernambuco, têm mantido essa disposição: diferentes assembleias provinciais de Pernambuco, quer de uma, quer de outra politica têm prestado a sua sancção ás diferentes leis de orçamento promulgadas até hoje, em as quaes apparecem decretadas essas mesmas imposições. Acresce que o ultimo presidente que sancionou a lei de orçamento em Pernambuco foi o Sr. Manoel Vieira Tosta, em quem não se pôde deixar de reconhecer muita illu-tração e saber, muita dedicação, muito zelo pelo serviço publico, muita adhesão á constituição e á prosperidade do paiz. O Sr. Manoel Vieira Tosta é hoje membro do gabinete, e está persuadido de que, se elle julgasse excentrica das attribuições da assembleia de Pernambuco a disposição que se discute, cumpriria o seu dever. Julgo portanto que um acto como esse, sustentado inalteravelmente por diferentes assembleias provinciais, sancionado por tantos presidentes de diferentes credos politicos desde 1835 até hoje, não se pôde dizer, sem mui aprofundado exame, offensivo da constituição do imperio.

A segunda razão deduzo eu do fim para que as commissões são nomeadas nesta casa. Eu entendo que as commissões se nomeão com alguma razão sufficiente; e se ha na casa uma commissão particularmente incumbida do exame e revisão dos actos provinciais, parece-me que o projecto lhe deve ser enviado para que ella emitta sobre elle o seu parecer. Não o fazendo, poder-se-ha entrever ali ou ociosidade na existencia das commissões, ou receio de que ellas se portem neste negocio com toda a imparcialidade e justiça: o que, de certo não se pôde presumir dos distinctos membros que formão as commissões da casa.

A terceira razão assenta na falta de representação a esta camara das assembleias das diferentes provincias do imperio contra o acto da de Pernambuco, que se diz offensivo dos direitos das outras provincias; razão que, attentas as considerações que tive a honra de submeter á sabedoria da camara, me parece valiosa e procedente.

A quarta razão, eu deduzo do acto adicional: é uma idéa nova: não sei se ella poderá merecer o assentimento da camara; entretanto eu a exporei com toda a franqueza. O acto adicional determina no art. 12, que as assembleias provinciais não possam legislar sobre impostos de importação, tendo já estabelecido no § 5º do art. 10, que na decretação dos impostos necessarios para as despesas municipaes e provinciais se portem de maneira que esses impostos não prejudiquem a imposição geral do estado.

Ora, a importação entre nós ou é estrangeira, ou nacional, de provincia a provincia, conhecida por cabotagem. Ora, a segunda nenhuma imposição soffre como direito de consumo a que está sujeita a primeira; mas exigindo o acto adicional que as assembleias provinciais não lancem impostos que prejudiquem a imposição geral do estado, parece que não podia ter em vistas uma imposição que não existia, e nem existe ainda, qual a dos direitos de consumo ou importação sobre generos de outras provincias. Essa disposição pôde parecer só relativa á imposição existente ao tempo da confecção daquella lei constitucional.

O que venho de expôr como que se deduz da legislação que então subsistia, e que ainda hoje vig-ra. O decreto de 16 de Abril de 1821, anterior até á constituição do imperio, aboliu os direitos de importação sobre as mercadorias de produção nacional; essa prohibição foi repetida na lei de 24 de Setembro de 1828, e nas do orçamento de 15 de Dezembro de 1830 e 15 de Novembro de 1831, todas promulgadas anteriormente ao acto adicional. A esse tempo pagavam apenas essas mercadorias, e pagão ainda hoje, direitos de exportação sôment. O mesmo não se dá a respeito dos direitos de importação, ou consumo, propriamente dito, sobre as mercadorias estrangeiras. Ellas pagavam 15 %, que foram alterados, segundo a natureza dos generos, pela tarifa em vigor; pelo que talvez não seja mui liquida a inconstitucionalidade que se imputa á lei provincial pernambucana; e esta razão por si só pesa bastante sobre o meu espirito para que vote que vá o projecto á commissão de assembleias provinciais.

É lida e apoiada, e entra em discussão, a seguinte emenda:

« Que seja remettido com urgência á commissão de assembleias provinciais. — Sayão Lobato. »

O Sr. Sayão Lobato:—Eu voto a favor do adiamento pelas razões que passo a expôr. Ninguém põe em duvida a inconstitucionalidade da lei a que se refere a resolução em discussão; assim tambem não se põe em duvida que outras leis equivalentes existem, e mesmo um nobre deputado pela provincia Maranhão revelou que na sua provincia se fizera uma lei em attenção a esta de Pernambuco; pôde ser que o mesmo aconteça em outras provincias. Ora, derogar-se unicamente esta lei, ficando subsistindo esta que no Maranhão se fizera em resposta á de Pernambuco, e talvez outras em iguaes circumstancias, me parece de summa injustiça. A deputação inteira da provincia de Pernambuco pede que a commissão respectiva seja ouvida; reconheço que este é o modo de se poder completár um acto justo e conveniente, como deve ser votado por esta camara: seria injusto ser esta lei revogada por inconstitucional, ficando vigorando outras em identicas circumstancias. Portanto, Sr. presidente, concluo votando pelo adiamento, contando que passe a emenda que tive a honra de propôr.

Dando-se por discutida a materia, é approvedo o requerimento de adiamento, e a emenda.

ESTATUTOS PARA AS ESCOLAS DE MEDICINA

Entra em 3ª discussão a seguinte resolução: « Art. 1.º O governo fica autorizado para dar estatutos ás escolas de medicina e de direito, não podendo todavia crear novas cadeiras nem augmentar as despesas desses estabelecimentos. »

« Art. 2.º Esses estatutos entrarão em execução logo que forem publicados, sendo porém presentes ás camaras na sessão de 1851, para serem definitivamente approvedos. »

« Ficão revogadas todas as leis em contrario. » Paço da camara dos deputados, em 30 de Abril de 1850. — J. J. da Rocha. »

O Sr. Dias de Carvalho:—Eu desejava, Sr. presidente, offerecer como emenda a este projecto a resolução que veio do senado, como emenda ao que desta casa foi approvedo os estatutos das escolas de medicina. V. Ex. faça-me o obsequio de mandar pedir na secretaria a emenda a que eu me refiro. A camara sabe que em um dos annos da passada legislatura, tratando-se dos estatutos das escolas de medicina, a camara discutio largamente este trabalho; foi elle remettido ao senado, o senado não julgando conveniente tomar em consideração a proposição desta camara, que approvava completamente os estatutos das escolas de medicina, entendeu con-

veniente offerecer uma emenda para que o governo fosse autorizado a dar esses estatutos; mas essa emenda não foi tão simples como a resolução de que nos occupamos; estabelecer-se-ão algumas bases, algumas regras pelas quaes o governo devia dirigir-se na confecção destes estatutos. Tendo de mandar ao senado uma proposição desta ordem, parecia-me que a camara obraria mais regularmente se enviasse a resolução tal qual tinha vindo da mesma camara, porque mais facilmente será approvada esta materia. O senado já discutio largamente esta questão, e sendo ella agora apresentada nos mesmos termos, em que havia sido enviada á camara dos deputados em uma das sessões da sexta legislatura, com muita facilidade adoptará o projecto, o que não acontecerá se o projecto fór concebido em termos tão simples como aquelles em que o formulou o seu nobre autor.

Eu submetto á consideração da camara estas razões; desejo offerecer como emenda ao projecto as emendas que o senado mandou á casa no anno de 1846 ou 1847. Nessa sessão a camara dos Srs. deputados recusou dar o seu assenso á proposição do senado; em parte eu justifico os membros da camara que assim procederão; elles tinham discutido largamente a materia, tinham approvado os estatutos que a escola de medicina havia submettido ao seu conhecimento com aquellas emendas que julgarão convenientes, o senado rejeitou esta proposição desenvolvida para substitui-la por uma proposição tão simples como a emenda que enviou. Parece que a camara teve bastante motivo para não approvar a proposição do senado; mas hoje que as circumstancias têm variado, que uma outra camara está funcionando, e que esta já entendeu por duas vezes que convinha autorisar o governo para dar esses estatutos, julgava que era mais regular que a proposição subisse ao senado com as bases como de lá veio. Offereço como emenda as emendas do senado; V. Ex. terá a bondade de as mandar vir da secretaria.

O Sr. MONTE SARMENTO:—Parece-me que em uma das sessões foi offerecida uma emenda a este projecto, consignando certas restricções á autorisação que se quer conceder ao governo. Rogo a V. Ex. haja de dizer se é exacto que existe esta emenda.

O Sr. PRESIDENTE diz algumas palavras que não ouvimos.

O Sr. RIBEIRO:—Sr. presidente, já que se estão procurando as emendas do senado, e está interrompida a discussão, peço a V. Ex. que aproveite o tempo para mandar indagar igualmente o que occorreu com estas emendas na camara, porque alguma informação que essas emendas do senado forão rejeitadas pela camara, reconhecendo-se todavia a vantagem da lei, e outras que essa vantagem não foi reconhecida.

O Sr. Dias de Carvalho (pela ordem):—Quando offreei a emenda, não tratei desta questão. Não tenho presente se a camara, quando discutio as emendas do senado, decidiu que a materia era ou não vantajosa; não tenho lembrança disto; mas desde que a camara discutio primeira e segunda vez o projecto, eu entendia que esta questão, que se tinha ventilado e reconhecido que ella não estava dependente de outra decisão, será conveniente que V. Ex. mande examinar esta questão. V. Ex. tem a autoridade, pelo regimento, de interromper a discussão emquanto se procede a este exame. Declaro que quando pedi a palavra para offerecer as emendas do senado, não tive em vista paralisar os trabalhos da camara, quiz antes adiantal-os. (Apoiados.)

O Sr. PRESIDENTE:—Não se pôde interromper a discussão sem requerimento....

TOMO 1

O Sr. Penna:—Se é necessario um requerimento de adiamento, eu o offerecerei á consideração da camara. Se bem me recordo, a camara rejeitou as emendas do senado, e julgou vantajosa a materia dos estatutos; mas declarou que não pedia a fusão emquanto não fosse decidida a questão principal, isto é, emquanto o senado não reconhecesse que devia aceitar a fusão sempre que a camara a pedisse. Sendo esta questão muito importante, e desejando eu que a camara entre no debate com perfeito conhecimento de causa, proponho o adiamento da materia até a sessão immediata, para que a mesa possa informar-nos exactamente do estado desta negocição.

O Sr. Jobim:—Eu lamento muito a sorte das escolas de medicina do Brazil; todas as vezes que se trata dellas apparece uma tal complicação de cousas, taes embaraços apparecem logo, que nada podem conseguir; é uma fatalidade que as persegue ha 16 ou 17 annos! Fez-se uma lei organisando duas escolas de medicina no Brazil; nessa lei determinou-se que as mesmas escolas fizessem os seus estatutos, e os submettessem á approvação do corpo legislativo. A escola de medicina da Bahia tendo igual direito, exerceu-o isoladamente, e como tinha então nesta camara um procurador excellentes, que era o fallecido Dr. Paula Araújo, aproveitou-se delle para fazel-os passar logo; não erão perfectos nem completos; mas antes essas do que nada; forão pois approvados sob a protecção e amparo do Sr. Paula Araújo. A escola de medicina do Rio de Janeiro, não foi tão feliz: quiz organizar obra mais completa; levou nesse trabalho sete annos, consultando os estatutos de quasi todas as faculdades conhecidas, e todos os annos, conforme a leitura, a discussão e a experiencia lhe mostravão ser necessario, fazia novas alterações. Depois de organisados estes estatutos, forão submettidos á approvação do corpo legislativo. Havia na lei organica das escolas uma disposição que dizia que ellas se regularião pelos estatutos da escola de medicina de Paris na parte que lhes fosse applicavel, emquanto não tivessem estatutos proprios.

Para cumprimento desta disposição, a escola do Rio de Janeiro via-se embaraçadaissima, porque a lei era diversa, os costumes erão outros, e não era possível fazer em muitos casos esta applicação. Então sendo urgentissima a necessidade dos estatutos, o governo, reconhecendo o mal que resultava da demora da approvação do corpo legislativo, approvou interinamente esses que a faculdade tinha confeccionado, porque ha uma disposição na lei organica que permite que com autorisação do governo possa ser a escola assim regida interinamente; mas ainda assim o governo cercou muitas cousas particularmente na parte penal, o que torna difficil a marcha do estabelecimento.

Os estatutos submettidos á approvação do corpo legislativo estiverão cinco annos sem que o corpo legislativo desse o menor andamento a elles. (Apoiados.) No fim deste tempo, tendo nós a fortuna de ver nesta casa alguns collegas medicos, e lentos, fizeram-se nesses estatutos novas alterações que a experiencia tinha mostrado serem necessarias, com approvação da mesma escola; e estes estatutos assim modificados forão remettidos para o senado. Então no senado houve quem entendesse que se devião fazer novas alterações, que se devia mudar o systema estabelecido pela propria escola de medicina, quando por toda a parte se entregão materias semelhantes ao juizo dos homens profissionais; mas no senado entendeu-se que se devião fazer alterações consideraveis, e em quasi tudo; depois de varias discussões, como um meio de sahir-se da diffi-

culdade, appareceu um projecto autorizando o governo para dar estatutos á escola de medicina, tirando assim da escola de medicina uma attribuição que já a lei lhe tinha dado, o que pouco nos importava; ficava pois o governo autorizado a dar á escola de medicina estatutos debaixo de certas e determinadas condições; estas condições não foram approvadas por esta casa, foram julgadas mesmo pelos homens profissionais como pouco vantajosas ao ensino.

O Sr. Rocha:—Apolado, contrarias a toda a idéa de ensino.

O Sr. Jorim:—Havia sobretudo um principio que é inadmissivel hoje em todas as universidades bem organisadas; entretanto este principio que, quando se fez a lei organica, tinha sido repellido nesta casa, foi restabelecido no senado por uma emenda; por este motivo, e por outros que vinham já consignados, foi rejeitado o projecto enviado pelo senado a esta casa; então se disse que equivalendo o projecto a uma emenda aos estatutos, e esta camara não a approvando, aguardava ella a reunião do senado para decisão de outras materias, e então se trataria tambem desta em assembléa geral, na forma do art. 61 da constituição, e assim complicou-se a escola de medicina com a questão politica, ficamos embaraçados na questão politica do senado com a camara dos deputados. Vendo-nos nesse embaraço havia-dous annos pedimos aqui que se apresentasse um projecto para que o governo ficasse autorizado a fazer os estatutos da escola de medicina, porque reconhecemos que a escola de medicina teria grande difficuldade em organizar hoje novos estatutos para ver-se em novos embaraços. E o dar o governo esses estatutos nos parecia ter menor inconveniencia do que o estado em que se acha a escola de medicina no fim de dezasete annos de existencia, pois não sabemos por que lei nos havemos de reger, particularmente no caso de faltas commettidas pelos lentes, e de delictos commettidos pelos estudantes, etc. Este projecto foi aqui apresentado em 1848, autorizando o governo para dar estatutos, e depois de longa discussão, foi rejeitado; assentou-se que se devia esperar ainda pela reunião das camaras. Ora, parece-me inadmissivel que uma corporação tão numerosa como é esta camara e o senado, possa nunca discutir semelhantes estatutos, que têm 200 ou 300 paginas pouco mais ou menos. Não é mesmo um absurdo que a assembléa geral entre em semelhantes discussões? Quanto tempo levará cada membro da assembléa geral para mostrar a sua erudição nestas materias? Todos estes trabalhos julgamos nós que se fazem melhor como se fez o código commercial; em toda a parte procurão-se homens profissionais, que são encarregados destes trabalhos especiaes, e o corpo legislativo os approva ou reprova em geral. O projecto submettido á discussão autorisa o governo para apresentar para o anno os estatutos da escola de medicina; a assembléa rejeitará ou approvará estes estatutos conforme julgar conveniente. Da maneira por que vamos não é possivel fazer cousa alguma; portanto eu peço a adopção immediata do projecto com uma emenda que tare a honra de submeter á approvação da camara.

O Sr. Presidente:—Então vota contra o adiamento?

O Sr. Jorim:—Certamente, voto contra o adiamento.

O Sr. Dias de Carvalho:—Eu voto contra o adiamento porque a razão delle desapparece perante o facto. Em uma das sessões de Junho de 1847 a camara, não tendo approvado as emendas do senado feitas aos estatutos das escolas de medicina, resolveu que o projecto era

vantajoso, e em consequencia disto pediu ao senado a reunião das camaras, mas pediu debaixo da condição de se decidirem as questões anteriores. Quando eu offereci como emenda ao projecto as emendas que tinham vindo do senado, fundei-me em uma falsa presumpção, isto é, entendi que a camara tinha simplesmente rejeitado a approvação das emendas do senado, não tinha presente a decisão da camara pedindo a fusão; tive motivo para isto, porque os nobres deputados se recordarão de que na primeira discussão deste projecto, não sei se o Sr. Wanderley ou outro Sr. deputado disse que esta materia estava pendente de resolução a respeito da fusão; mas não sei quem contestou esta opinião, e disse que a camara simplesmente não tinha approvado este projecto; por consequencia eu estava nesta falsa idéa. Verificando o facto, entendo que o adiamento não deve passar, e nestas circumstancias eu retiro a emenda, porque agora é uma nova proposição que a camara adoptará como julgar conveniente.

O Sr. Rocha:—Sr. presidente, pronuncio-me contra o adiamento, porque o projecto de que se occupa a camara é mui diverso do que o que tinha vindo do senado.

O Sr. Paula Candido (1º secretario):—

Sr. presidente, em geral sou, como V. Ex. sabe, adversario jurado dos adiamentos (*risadas*); no caso vertente continuo a ser o que d'antes era (*risadas*), em primeiro lugar, porque não desejo chamar para esta discussão questão que já pertence ao dominio dos mortos, e eu não desejo ainda tão cedo a resurreição dos mortos (*risadas*); é uma cousa que está dormindo, deixemol-a, para não nos vir abalar mais; e em segundo lugar, é porque, se o adiamento tivesse um certo alcance, seria este o unico adiamento pelo qual eu votaria; mas o adiamento não tem este alcance, e eu pois sou contrario a elle. O alcance que eu desejaria que tivesse este adiamento seria para que adiasse o projecto até que se creasse uma universidade no Brazil; é com effeito uma assás grande difficuldade; mas como o meu illustre collega membro da commissão de instrucção publica, lendo no relatorio do nobre ministro do imperio certas medidas desejadas pelo nobre ministro do imperio para enviar á Europa jovens para estudar a instrucção, propôr-nos a realisação dessa medida, deveria tambem propôr a creação de uma universidade, como propõe o mesmó ministro no mencionado relatorio. Confesso que é uma medida de grande alcance, que exige muito estudo, por consequencia difficil; não tendo o adiamento por fim tornar a escola de medicina parte integrante desta universidade, não posso dar-lhe o meu assentimento; se, porém, algum Sr. deputado quizer propôr neste sentido o adiamento, desde já hypotheco o meu voto, porquanto apesar de estar hoje pertencendo ao ensino da escola de medicina, é minha convicção que não são os das escolas de medicina e de direito as instrucções superiores de que mais precisa o Brazil; são estas muito importantes, muito necessarias, mas as primeiras as mais indispensaveis ao paiz, não o penso. Julgo pelo contrario que o ensino destinado a favorecer e augmentar as nossas produções e riqueza estão em primeiro lugar; e a produção que augmenta as nossas rendas, e não o contar os dinheiros patacas; porquanto, o quantitativo fica sempre o mesmo, o verdadeiro meio de augmentar a renda, repito, é augmentar a produção: em vez pois de procurarmos em outras fontes o augmento de nossas rendas, melhor iremos creando uma universidade na qual se ensine os meios de que carece o povo, a fim de augmentar a produção, e por consequencia a riqueza nacional, devendo tal parte do ensino ter muita preferencia em nossa universidade. Neste caso eu derogaria a minha lei de aversão aos adiamentos; mas,

como não se dá isto no caso vertente, voto contra o adiamento.

O Sr. Ferreira Penna:—Eu estou muito longe de desconhecer a necessidade que sentem as escolas de medicina de estatutos apropriados, como observou o nobre deputado pelo Rio Grande do Sul; propuz o adiamento unicamente com vistas de informar a camara do estado em que ficou esta questão concernente á fusão das camaras; e elle era tão necessario que, depois das explicações dadas, o mesmo nobre deputado que havia offerecido as emendas as retirou, porque não estava informado do estado desta questão. O nobre deputado já fez ver, pela leitura da acta, que a camara, rejeitando as emendas do senado ao projecto relativo aos estatutos da escola de medicina, resolveu que se pedissem a fusão no caso sómente de ser admittida pelo senado a intelligencia que ella dava ao art. 61 da constituição. E, esta uma parte das informações de que a camara necessita, mas falta ainda a resposta que veio do senado. Eu rogo ao nobre secretario haja de dar estes esclarecimentos: lido o officio do senado, fica a camara habilitada para tratar da questão. Eu não tenho em vistas demorar o andamento do negocio, só quero que a camara entre neste debate com conhecimento da causa; e se estas informações puderem ser dadas desde já, não duvidarei até retirar o adiamento.

O Sr. Presidente:—O adiamento apoiava-se sobre a emenda; e como não ha emenda...

O Sr. Ferreira Penna:—Eu pedi o adiamento por vinte e quatro horas para que a mesa pudesse dar as informações necessarias; mas, se não tem outras informações a dar, se a camara se dá por satisfeita com estas informações, eu retiro o meu adiamento.

O Sr. Paula Candido (1º secretario) lê as actas de algumas sessões da legislatura passada. Não havendo mais quem peça a palavra, é rejeitado o requerimento de adiamento, e continúa a discussão.

O Sr. Joaquim diz algumas palavras que não ouvimos.

O Sr. 1º Secretario lê a emenda do Sr. Joaquim. É apoiada e approvada sem discussão.

Dando-se por concluida a terceira discussão do projecto, é adoptado com a emenda, e remetido á commissão de redacção.

CALEÇAS URBANAS

Entra em segunda discussão o projecto n. 24, que concede a Carlos Augusto Taunay privilegio para estabelecer no Rio de Janeiro caleças urbanas. É approvado sem debate.

Entra em 1ª discussão o projecto n. 18 deste anno, vindo do senado, declarando no gozo de cidadão brasileiro a João Moreira da Silva.

O Sr. Presidente:—Tem a palavra o Sr. Livramento.

O Sr. Livramento:—Sr. presidente, sinto ter novamente de oppôr-me a esta resolução, não só porque sendo uma questão pessoal não deixa de trazer alguma odiosidade sobre aquelles que a ella se oppoem, como porque hoje ainda mais desanimado me acho depois do parecer da illustre commissão de constituição, a quem foi submettida esta materia.

Quando, Sr. presidente, pela primeira vez entrou esta materia aqui em discussão apresentei algumas razões, pelas quaes me parecia impossivel a approvação desta resolução. Creio que ella não tem em seu favor senão a adopção do senado, e o apoio da illustre commissão da casa, mas não apparece um só documento em que se basee a

pretensão de que se trata; por isso eu tinha requerido que se pedissem esses documentos; infelizmente porém não foi adoptado este meu requerimento. Se eu soubesse, Sr. presidente, que no senado se tinha discutido esta materia, se eu visse que ella não era uma daquellas que ordinariamente por nenhum interesse passam nos corpos deliberativos sem se dar grande attenção, talvez desistisse da opinião que tenho feito; mas considerando que ordinariamente passam nos corpos deliberativos materias a que se não dá muita attenção, e hoje baseado em documentos que me parecem irrefragaveis, vejo-me na necessidade de fundamentar sobre elles as allegações que da primeira vez apresentei, embora estivesse então baldado de taes documentos.

Parece-me, Sr. presidente, que o unico documento que esse individuo apresentou ao senado foi uma certidão tirada da ordem de S. Francisco de Paula, desta cidade, em como elle se tinha alli feito admittir como irmão em 1831; digo que é o unico documento, porque é o que vejo allegado em favor d'elle em um arrazoado do conselho municipal, quando se requereu a sua exclusão da lista dos votantes da parochia da cidade do Desterro. E se é esse, como creio, o unico documento em que elle baseou a sua pretensão, parece que nenhuma prova pôde fazer um semelhante documento. O nome só de — João Moreira da Silva — assentado em um livro da irmandade de S. Francisco de Paula, não prova a identidade do individuo. Quantas vezes nós nesta cidade não vemos pessoas declarando publicamente que não se entende com ellas certos annuncios que apparecem nos jornaes? Podia este individuo ter um parente, um tio, por exemplo, nesta cidade, com o nome de João Moreira da Silva, e que elle soubesse ter sido irmão da ordem de S. Francisco de Paula, pedir a certidão deste assentamento, e servir-se della como se fosse propria. Eu disse, Sr. presidente, da primeira vez que fallei, que este sujeito, tendo sido acclornado na minha provincia para pagar um imposto, declarára no primeiro artigo dos embargos apresentados que era subdito de S. M. F.; aqui está o documento a este respeito (16): « Certidão que, revendo os autos, etc. »

Está pois provada uma das allegações que fiz quando da primeira vez fallei. A outra prova em que me fundava para demonstrar que esse individuo tinha illudido o senado quando requeria ser declarado no gozo de cidadão brasileiro, era o ter elle tirado por varias vezes papeleta de estrangeiro ou titulo de residência; aqui estão não menos de doze documentos que provão o que acabo de dizer: « Em cumprimento do despacho do Sr. Dr. chefe de policia, certidão, etc. » (17 duas certidões.)

Em vista pois destes documentos, que me parece que não se podem contestar, tendo havido recurso para a relação do districto, dessas reclamações que lá se fizeram contra a exclusão deste individuo da lista dos votantes, a relação reconhecendo que elle não podia ser considerado cidadão brasileiro, mandou-o excluir. E' uma das razões em que creio que me posso fundar para mostrar que esta resolução não pôde ser adoptada sem se estabelecer uma especie de conflicto entre o poder legislativo e o poder judiciario. Creio mesmo que, independentemente disto, o poder legislativo não tem o direito de declarar que alguém é ou não é cidadão brasileiro. E' uma questão esta que deve ser resolvida pelos tribunaes competentes, porque envolve direitos individuaes, e elles é que estão encarregados, por meio de provas, de debates, de garantir esses direitos. Parece-me que não se podem citar exemplos, nem ao menos um precedente identico de ter a camara dos Srs. deputados declarado alguém cidadão brasileiro. Em 1843 deu-se um facto que eu vou expôr. Um

Indivíduo pediu ao corpo legislativo ser julgado cidadão brasileiro, mas foi por meio de uma interpretação do artigo da constituição; esse indivíduo não dizia: «Cheguei aqui em tal tempo, quero ser declarado cidadão brasileiro;» pedia que se interpretasse o artigo da constituição, porque entendia que, interpretado diversamente do que se interpretava, elle seria cidadão brasileiro; mas o caso vertente não é o mesmo, porque o indivíduo de que se trata diz sobre uma falsa prova «cheguei aqui em 1831, quero ser cidadão brasileiro» e os tribunaes julgarão, á vista de outras provas, que elle não era.

Parece-me pois, Sr. presidente, que não pôde a camara dos Srs. deputados adoptar a resolução que passou no senado, talvez por não ter havido alli discussão; estou convencido que se no senado se discutisse esta materia, ella não seria adoptada. Votô por consequente contra a resolução.

O Sr. Jobim:—Sr. presidente, eu não posso entrar nesta questão, nem destruir todos os argumentos apresentados pelo nobre deputado; mas julgo do meu dever declarar que a respeito desta materia ouvi a pessoas muito respeitaveis e, entre outras, ao Sr. senador Mafra...

O Sr. LIVRAMENTO:—E' padrinho desse individuo.

O Sr. Jobim:—... e é que sobre este individuo ha um equívoco muito grande que lhe é nocivo. Este equívoco consiste em que, tendo elle vindo para o Brazil em uma época em que não podia deixar de ser considerado cidadão brasileiro, isto é, muito antes da independência, continuou a residir no paiz até hoje; mas aconteceu que depois, achando-se em circumstancias favoraveis, mandasse vir de Portugal seu pai, que era pobre, e que creio que ainda hoje está na sua companhia; e como o pai tivesse o mesmo nome que o filho, resulta desta confusão dos dous nomes de—João Maria da Silva—, que se attribue ao pai o que diz respeito ao filho; é esta a causa do equívoco que existe....

O Sr. LIVRAMENTO:—Tudo isso é falso.

O Sr. Jobim:—O Sr. Mafra m'o assegurou, e eu credito muito na asserção de pessoa tão respeitavel como o Sr. senador Mafra, que tenho em grande consideração. (Apoiados.) E' isto o que julguei dever informar á camara.

O Sr. D. Manoel:—Sr. presidente, esta resolução foi apresentada no senado, passou alli por todos os tramites, e afinal foi approvada sem debate, veio remettida a esta camara, e entrando em discussão, a requerimento de um nobre deputado por S. Paulo, foi enviada á commissão de constituição, contra a pratica seguida a respeito de resoluções vindas do senado, e a commissão de constituição accedendo á vontade da camara, depois de examinar o negocio, deu um parecer em quatro palavras, dizendo que entrasse em discussão a resolução e fosse approvada. Não me lembrava que estava ella na ordem do dia, e por isso não compulsei de novo documentos que tive presente quando lavrei o parecer que se discute. Além destes documentos eu tinha conversado com pessoas muito respeitaveis e imparciaes que me haviam informado circumstanciadamente acerca do individuo sobre quem versa a resolução do senado. Os documentos, Sr. presidente, existem na secretaria, e os tive presentes, e por esses documentos evidentemente se prova o direito que assiste ao Sr. João Moreira da Silva de ser declarado no gozo dos direitos de cidadão brasileiro.

O Sr. LIVRAMENTO:—Não apoiado.

O Sr. D. Manoel:—E' facto incontroverso, e o nobre deputado não m'o pôde contestar, que

este individuo se achava no Brazil na occasião em que se declarou a independência.

O Sr. LIVRAMENTO:—Contesto.

O Sr. D. Manoel:—Não pôde contestar, perdô-me, porque houve apenas o equívoco de que ha pouco fallou o nobre deputado pelo Rio Grande do Sul.

O Sr. LIVRAMENTO:—Equívoco que não é verdade.

O Sr. D. Manoel:—E' tanto verdade, que este senhor exerceu na provincia de Santa Catharina por muitos annos, cargos publicos....

O Sr. LIVRAMENTO:—Está enganado.

O Sr. D. Manoel:—... parece-me que até foi eleitor; mas enfim (é necessário dizer a verdade á camara), teve este senhor a desgraça de se alistar ou de pertencer a um partido opposto áquelle que é capitaneado, me parece, pelo nobre deputado da provincia de Santa Catharina, e o conselho de qualificação pertencente á parcialidade do nobre deputado, excluiu este cidadão do numero dos votantes. Este individuo recorreu para a relação, e a relação, segundo ouvi, não deu provimento ao recurso....

O Sr. LIVRAMENTO:—Ah!

O Sr. D. Manoel:—Mas, senhores, o que tem isso? Primeiramente, é muito possível que este individuo não recorresse em tempo, em segundo lugar, podia mesmo não instruir o seu recurso com todos os documentos precisos; mas a verdade é que elle occupou empregos publicos, e parece-me que até foi eleitor.

O Sr. LIVRAMENTO:—O nobre deputado está equivocado.

O Sr. D. Manoel:—São informações que tenho de pessoas muito fidedignas e respeitaveis, e perdô o nobre deputado que lhe diga que por ora não estou disposto a dar mais credito ás informações do nobre deputado do que á essas que me foram dadas por pessoas muito capazes. Ora, dado isto, Sr. presidente, provado como está, e amanhã se a discussão continuar eu trarei á casa e mostrarei os documentos que existem na secretaria, que provão muito bem a justiça da resolução que se discute, entendo que ella deve ser approvada pela camara. E foi, Sr. presidente, fundado nesses documentos que a illustre commissão do senado deu o seu parecer, no qual vêm desenvolvidos os motivos em que se baseia a resolução; e eu não sei a razão porque não está junto á resolução o parecer da illustre commissão do senado. Não tenho agora de cópias os motivos da resolução, mas elles constão de documentos que existem na secretaria. Ora, Sr. presidente, bastava que eu recordasse á camara que este negocio passou no senado sem haver uma só voz que o contestasse para provar muito a favor da justiça do pretendente.

O Sr. LIVRAMENTO:—Não prova.

O Sr. D. Manoel:—Não prova, diz o nobre deputado, e quer então que prove contra a justiça do pretendente a sua asserção que é de um homem muito parcial neste negocio....

O Sr. LIVRAMENTO:—Obrigado!

O Sr. D. Manoel:—... porque o nobre deputado é reconhecido como homem proeminente no partido opposto áquelle a que está ligado o individuo sobre que versa a resolução.

O Sr. LIVRAMENTO:—Mas não sou vingativo.

O Sr. D. Manoel:—Não digo que o nobre deputado nesta parte seja vingativo, observo só que pertence ao partido opposto áquelle a que está ligado o individuo de que trata a resolução,

e portanto ha de me perdoar que lhe diga com toda a franqueza que não estou por ora disposto a jurar nas suas palavras, sobretudo tendo tido informações de pessoas muito respeitáveis e que não são da provincia de Santa Catharina, nem pertencem a partido algum de lá; são pessoas de fora e muito capazes, pessoas cujo testemunho para mim seria mais que sufficiente para eu lavrar o parecer independentemente dos documentos que vi e que amanhã serão presentes á casa se por ventura a resolução não passar hoje, porque eu os examinei com muita attenção, e depois entreguei-os a um dos Srs. officiaes da secretaria para os guardar: não podia prever que esta resolução entrasse hoje em discussão, por isso não os posso agora apresentar.

O SR. WANDERLEY:—Se estão na secretaria da casa, podem-se mandar buscar.

O SR. D. MANOEL:—Se ha tempo, mandem-se buscar.

O SR. PRESIDENTE:—Vou mandar vir.

O SR. D. MANOEL:—Ora, Sr. presidente, um individuo que está ha tantos annos na provincia de Santa Catharina, que até alli tem exercitado cargos publicos, e agora occorre-me dizer que está qualificado votante...

O SR. LIVRAMENTO:—Não, senhor.

O SR. D. MANOEL:—Perdão-me o nobre deputado: ha pouco trouxe o facto de não ter sido qualificado votante este individuo, eu agora digo que elle se acha qualificado.

O SR. LIVRAMENTO:—E' preciso saber quem foi que o qualificou.

O SR. D. MANOEL:—E' provavel que não fosse nenhum dos christãos. (Risadas.) Não sei quem o qualificou; mas sei que está qualificado votante, porque tenho em meu poder uma carta que me foi communicada por pessoa muito respeitavel, na qual se afirma que este individuo desta vez fôra alli qualificado. Não ha duvida alguma tambem de que elle foi inspector de quartelão, e até parece-me que foi eleitor de parochia nos tempos em que não havia esse calor que tanto abraçou aos christãos e judeus de Santa Catharina. (Risadas.) Não tenho, Sr. presidente, neste negocio o menor interesse, mas confesso que del e dou sempre muito peso ás decisões do senado. (Apoiados.) Não digo que isto seja uma regra infallivel, nem que a camara não tenha o direito de negar o seu voto ás resoluções do senado; mas em regra dou grande peso a taes resoluções, sobretudo quando são tomadas por uma quasi unanimidade de votos, sobretudo quando não excitáram a menor discussão. E, senhores, façamos mais justiça á commissão do senado que apresentou a resolução que se discute: pois pôde-se crer que uma commissão daquella augusta camara fosse tão precipitada que sem mais nem menos apresentasse uma resolução, não, senhores, naturalizando um estrangeiro, mas declarando um individuo no gozo de cidadão brasileiro (o que é muito differente) se isto não fosse de justiça? Não se pôde suppor tal: logo, se a illustre commissão do senado apresentou esta resolução, é porque teve razões ponderosas para o fazer, e essas razões são fundadas nos documentos de que tratei.

Sr. presidente, agora direi a minha opinião acerca de objectos taes. Confesso a V. Ex. que sou muito facil em votar por naturalisações (apoiados), digo mesmo que as circumstancias especiaes do nosso paiz exigem essa facilidade, ou antes indulgencia (apoiados); infelizmente, senhores, o corpo legislativo parece-me que está de accordo com a minha opinião, porque tanto esta casa como o senado têm com muita facilidade concedido naturalisações a estrangeiros que

as têm pedido. Eu digo mais, que se por ventura o corpo legislativo fôsse severo em taes concessões prejudicaria assim muito a emigração de braços livres, poria um obstaculo á satisfação de uma das mais palpitantes necessidades do paiz, isto é, a colonisação. (Apoiados.) Parece-me que temos em vista ir supprindo pouco a pouco a falta de braços de escravos por meio da emigração livre, e se houvesse severidade na concessão de naturalisações, certamente não attingiríamos ao nosso fim, pelo contrario afastar-nos-hiamos d'elle. Ora, se eu sou facil, em geral, em fazer essas concessões aos estrangeiros que as pedem, quanto mais, Sr. presidente, a um individuo que reside no paiz talvez ha mais de trinta annos? (O orador recebe das mãos de um continuo alguns papéis, e depois de os rever, continúa.) Este individuo está no Brazil desde 1818. Ha portanto mais de trinta annos, ha trinta e dois.

Agora, Sr. presidente, vou ler o primeiro documento que elle apresenta, que é uma justificação de varios itens que allega em um seu requerimento. O requerimento é este. (Lê.) Ouvirão-se as testemunhas e eis-aqui a sentença:—Vistos estes autos, depoimentos de testemunhas, de folhas 5, verso, e mais documentos justos, que tendo provado o deduzido nos dous itens da petição a fl. 2, julgo procedente, apresente justificação, para que produza os effectos em direito reconhecido, etc. (Lê.)—Esta sentença é de 6 de Novembro de 1818, e dada pelo Sr. Sergio Lopes Falcão; não sei se é judeu ou christão... (Risadas.)

O SR. LIVRAMENTO:—E' judeu.

O SR. D. MANOEL:—Ah! Por força! (Risadas.)

Outro documento, tambem importante, é esta certidão que vou ler, pedida por elle, a respeito de ter sido bem ou mal qualificado. (Lê.)

O SR. LIVRAMENTO:—Logo, o que se deve concluir dahi?

O SR. D. MANOEL:—Isto é muito juridico. Pois o nobre deputado juriconsulto, como é, pôde dar força, como parece dar, a um titulo de residencia, ou a uma papelleta passada por um consul estrangeiro a um brasileiro, que, para seus fins particulares, exigisse e obtivesse esta papelleta? Eu não dou importancia nenhuma a esse titulo ou papelleta (como se diz vulgarmente) de que reza a sentença; nem poderia dar-lhe como juiz, quanto mais como legislador; pois não estão marcados na constituição os casos em que o cidadão brasileiro perde os seus direitos? E este caso é um delles? De certo que não; isto, meus senhores, não prova nada. E foi esta o documento de que os christãos se servirão para fazerem guerra áquelle pobre judeu. (Risadas geraes.) E agora, senhores, lembrai-vos ao nobre deputado por Santa Catharina que a nossa santa religião considera como uma das suas primeiras virtudes a caridade. (Apoiados.)

O SR. GÓES:—Até para os judeus.

O SR. D. MANOEL:—Mesmo para os judeus, a caridade é para todos, e eu espero que o nobre deputado por Santa Catharina, pondo em pratica as virtudes da religião catholica apostolica romana, neste caso, não traga para a discussão motivos que podem ser ponderosos quando se discute uma eleição, mas que não podem convencer-nos de que este individuo não deve ser considerado no gozo de cidadão brasileiro.

Ainda ha mais documentos que mandei vir, e não visarão.

Vou ler uma certidão passada pelo escrivão em cujo cartorio existe o livro de matricula dos jurados, pelo qual se mostra que este individuo foi qualificado jurado em 8 de Novembro de 1846; e depois nem pôde ser qualificado votante! (Lê.)

Temos mais uma outra certidão do theor de uma supplica que este individuo dirigio em virtude de um lançamento que se lhe fez de uma taverna que possuia; é a seguinte. (Lê.)

Emfim, senhores, eis os documentos (não sei se ha outros na secretaria desta camara) em que se baseou o senão para approvar a resolução que se discute; e tornou a dizer, estes documentos foram muito succintamente apontados na resolução que veio da outra camara, como servindo de base á mesma resolução, e eu por ora não vi que elles fossem destruidos.

Infelizmente não pude perceber, do lugar em que estou, uma só palavra do discurso do nobre deputado de Santa Catharina, porque fallou muito baixo, e por isso não estou habilitado para responder a qualquer argumento que trouxesse contra a resolução de que tratamos; mas, senhores, o que é certo é que ainda mesmo dado o caso de que não houvessem documentos tão ponderosos em favor da resolução, sem duvida nenhum, attendendo ao tempo em que este cidadão tem estado no Brazil, isto é, desde antes da independencia, attendendo a que elle tem exercido na provincia de Santa Catharina cargos publicos, como sejam...

O Sr. LIVRAMENTO:—O de juiz de facto não é nada.

O Sr. D. MANOEL:—Não é nada? Então exercer um individuo o direito de julgar os seus concidadãos, não é nada? Não é cargo publico? Então o que é? Demais a mais, este individuo foi inspector de quartelão, e me parece que este cargo não pôde ser exercido por estrangeiros. Todos estes factos, Sr. presidente, provão evidentemente a justiça da resolução; mas eu quero mesmo que ainda que a justiça não estivesse tão provada, que houvesse equidade (que se aproxima muito da justiça) a respeito de um individuo que tem tantos annos de residencia nesta paiz.

O Sr. LIVRAMENTO:—Pôde-se naturalisar.

O Sr. D. MANOEL:—Para se naturalisar não havia duvida: o nobre deputado, parece-me que já vai sendo um pouco misericordioso, já concede a naturalisação. Ora, recorde o nobre deputado, por ventura, que este cidadão lhe disputo o lugar de deputado na eleição proxima futura? Não é possível, não está nestas circumstancias; o que poderá ser elle? Eleitor de parochia? Senhores, as razões que tenho expellido me convencem da justiça da resolução. Continuo pois a dar-lhe o meu voto.

O Sr. WANDERLEY:—Sr. presidente, felicemente naquillo que pretendo dizer em contrario á resolução que ora nos occupa não poderei ser taxado de parcialidade por qualquer dos partidos que, ou se interesse, ou se lhe opponha. Tratai de olhar com imparcialidade para as razões em que se baseia esta resolução, e já na primeira occasião em que tiver a honra de dirigir-me á casa sobre semelhante objecto notei que ella estava inteiramente destituida de provas, para que lhe dessemos os nossos votos. Ouvi com toda a attenção que devo ao illustre deputado membro da commissão de constituição que acaba de sentar-se; mas cumpre-me confessar que á vista dos documentos apresentados em apoio da resolução estou hoje mais disposto do que nunca a votar contra ella.

Se nós tratássemos de uma declaração, ou antes de um projecto que tivesse por fim naturalisar esse individuo, dar-lhe-hia o meu voto, á vista da residencia prolongada que elle tem tido no paiz; mas como esta não é a questão, como sómente se trata de saber se elle está no gozo dos direitos de cidadão brasileiro, independentemente de qualquer favor, devo dizer que não

posso de modo algum concordar em declarar que esteja no gozo de direitos de cidadão brasileiro uma pessoa que entendo que nunca esteve no gozo de taes direitos.

Notei que se apresentou uma justificação na qual não foi ouvida pessoa alguma por parte da autoridade publica, para se provar que esse individuo se achava no gozo de direitos de cidadão brasileiro (apoiados); tenho esse documento como inteiramente gracioso, não lhe dou peso algum; dou maior peso ao facto continuado do gozo de direitos de cidadão de outro paiz, que este individuo de seu motu proprio exerceu. (Apoiados.)

Diz-se nessa justificação, segundo ouvi ler, que esse individuo viera para o Brazil em 1818. Se com effeito estivesse provada essa circumstancia, elle deveria ser considerado cidadão brasileiro, na conformidade da constituição do imperio, por que a constituição de imperio diz que os portuguezes que pela continuação da sua residencia depois de proclamada a independencia, adherião a ella, devam ser considerados cidadãos brasileiros; mas diversa cousa noto eu em um documento que foi apresentado pelo illustre deputado de Santa Catharina, e que está junto tambem a esses papeis. Deste documento vesse que esse individuo veio para o Brazil, não em 1818, mas depois de proclamada a independencia, que considerou-se como portuguez, e que como tal tirou titulo de residencia. Não se pôde portanto dizer que elle foi excluido por autoridades do paiz do gozo de direitos de cidadão brasileiro, pois que o facto é proprio; elle é que ia procurar essa papeleta de estrangeiro. Eis-aqui o documento, é uma certidão tirada dos livros da policia.—Certifico que, revendo o liv. 1.º que serve para apresentação de estrangeiros nesta secretaria da policia, achei a folhas o seguinte—anno de 1848, mez de Maio, dia 28, João Moreira da Silva, natural do Porto, idade 28 annos... » Note agora o honrado deputado pelo Rio Grande do Sul, que não pôde ser o pai do individuo, porque elle veio para o Brazil em 1818: esta coarctada não pôde aproveitar de maneira alguma (apoiados) « estado casado, profissão negocio vindo para o mesmo fim. Declarou residir na rua da praia de Fôrta, vindo para esta capital do Desterro no anno de 1829, do Rio de Janeiro, no brigue Livramento, declarou ter sahido do Porto para o imperio do Brazil no anno de 1828, no brigue Fiel Portuense.... »

Um Sr. Deputado:—Pois não podia elle ter feito uma viagem ao Porto?

O Sr. WANDERLEY:—Creia o illustre deputado que não me opponho a esta resolução por espirito algum de parcialidade; sou algum tanto cioso do titulo de cidadão brasileiro, e não desejo dâ-lo a qualquer pessoa, apesar de alguns Srs. deputados entenderem que isto pouco vale. Se este individuo quer naturalisar-se cidadão brasileiro estou prompto a dar-lhe o meu voto; mas para ser declarado no gozo de direitos de cidadão brasileiro, tendo-se por tantos annos considerado a si proprio estrangeiro, de maneira alguma (apoiados); e até mesmo, senhores, se houvesse algum brasileiro que por qualquer motivo se considerasse cidadão estrangeiro, e depois quizesse ser declarado no gozo dos direitos de cidadão brasileiro, eu negar-lhe-hia o meu voto (apoiados); (continuando a ler) «... apresentou seu titulo de residencia, está no caso do art. 105 do regulamento n. 120, e assignou; estavam á margem os seguintes signaes (seguem-se os signaes), e está assignado pelo proprio João Moreira da Silva. » E' este um documento do proprio individuo que constata a sua justificação. Ainda há outro, que é uma certidão, tambem tirada da secretaria da policia, do theor seguinte: « João Moreira da Silva, etc. (Lê.) » Diz que veio para o Brazil

em 1824 no brigue *Fiel Portuense*, e para a cidade do Desterro no mez de Outubro de 1829, morador na rua da Praia de Fora, etc. » Combina em tudo com o primeiro documento que li. Note-se que já levava a papeleta daqui assignada em 1826, e este documento é de 1832.

O Sr. SAYÃO LORATO JUNIOR: — Em 1832, com titulo de residencia! Não é possível; porque a lei que dispoz a este respeito é de 1841.

O Sr. WANDERLEY: — Não sei se é engano, ou se haveria alguma disposição particular anterior à lei que obrigasse aos estrangeiros a tirarem algum titulo de residencia.

O Sr. FIGUEIRA DE MELLO: — Havia uma ordem do governo, creio que assignada pelo Sr. Vasconcellos, mandando que os estrangeiros tirassem esses titulos, e é de 1839.

O Sr. WANDERLEY: — Não me recordava desta circumstancia, e estimo muito o aparte do illustre deputado por Pernambuco, porque desfez immediatamente a duvida em que se poderia ficar.

Ora, em consequencia disto não podia de modo algum este individuo ser qualificado votante, e com effeito não o foi por longo espaço de tempo, até o anno de 1846, em que appareceu a tal distincção de christãos e judeus (para mim todos são christãos). (Risas.)

O Sr. JOHIM: — E' bem odiosa essa denominação de judeus.

O Sr. LIVRAMENTO: — Não é tal odiosa.

O Sr. JOHIM: — Oh! chamar a brasileiros catholicos de judeus...

O Sr. LIVRAMENTO: — E' uma denominação de partidos, e então tambem é odiosa a denominação de cascosos. (Risas.)

O Sr. WANDERLEY: — Foi depois este individuo incluído por um dos lados politicos da provincia como votante de uma das freguezias da cidade, appareceu quem contestasse este direito, aliás muito precioso de votante, a esse tal Moreira, cidadão portuguez, e vindo os documentos á relação do districto por meio de um recurso, aqui têm os illustres deputados o que decidio a relação: vou ler o accordo em proprio original unanimemente approvedo, assignado pelos Srs. Cavalcanti de Lacerda, Braga Lisboa, Belisario (18): « manda-se que excluido da lista de votantes a Francisco Dias, e a João Moreira da Silva; o primeiro porque... » o segundo, porque consta dos documentos á fls. 8, 9 e 10, não ser cidadão brasileiro. Aqui temos uma decisão do poder judiciario, dada sobre documentos que lhe foram presentes, considerando esse individuo como cidadão portuguez (apoiados); e como então agora nós por uma simples justificação apresentada por esse individuo, sem ser ouvido ninguem em contrario; havemos de declarar que elle se acha no gozo de direitos de cidadão brasileiro? Pouco importa, senhores, que elle tenha sido agora novamente incluído na lista de votantes; não o podia ser enquanto não mostrasse que era cidadão brasileiro, e, mesmo quando fosse incluído, isto nada provava em favor da sua qualidade de cidadão brasileiro. (Apoiados.) A circumstancia de ser incluído na lista de votantes, ou de ser excluído não dá nem tira direito, porque nós sabemos que ás vezes alguns estrangeiros, alguns menores, e outras pessoas que não têm as condições necessarias para votantes, são comtudo incluídas nas respectivas listas; e alguém dirá por ventura que esta inclusão, ou mesmo o facto de ter tomado parte na votação possa dar a esses individuos direitos de que aliás não gozão? Não, de certo: pôde o menor, por exemplo, ser incluído como votante em um anno, e mesmo votar, e no anno seguinte reconhecer-se o erro,

e ser excluído. Isto que digo a respeito de um menor digo tambem a respeito de um estrangeiro. (Apoiados.)

Quiz se provar que este individuo se achava no Brazil desde o anno de 1818: porém por que meio? Apresentando-se, creio, que uma certidão, ou publica-forma de uma patente que, dizem, elle tirára de irmão terceiro da ordem de S. Francisco de Paula! Eu não devo considerar como authentica esta certidão, nem estou disposto a admittir como prova das qualidades de cidadão brasileiro as certidões da ordem de S. Francisco de Paula, ou de outra qualquer, porque pôde ser o assentimento de outro individuo do mesmo nome. (Apoiados.) Se elle desejasse ser reconhecido membro da ordem de S. Francisco de Paula, dar-lhe-hia, se pudesse, o meu voto (risadas); mas membro da sociedade brasileira, não é possível á vista do que tenho exposto.

Disse-se ainda que era uma razão para que approvássemos esta resolução o ter ella passado no senado sem discussão alguma, e creio que até por unanimidade. Senhores, ninguem mais do que eu está disposto a prestar a homenagem que é devida a um dos ramos do poder legislativo tão importante como é o senado; mas nem esta circumstancia pôde influir em mim para que deixe de examinar com toda a circumspecção aquellas actas que vêm do senado, da mesma forma que elle faz com os que vão desta camara, nem tambem esta falta de discussão no senado prova em favor da materia. (Apoiados.)

Se acaso tivesse a resolução sido bem discutida no senado, se se tivesse apresentado alli razões pró ou contra, e então houvesse uma decisão da camara dos Srs. senadores, diria eu que isto era em favor da resolução; mas uma resolução que passou, como que desaparecida, não havendo quem a ella se oppuzesse, não tem por si aquelle cunho de circumspecção, de certeza, ou de autoridade, que aliás devem ter as outras resoluções que soffrem larga discussão. E, senhores, era preciso que não estivéssemos no lugar em que nos achamos, para nos persuadirmos que aquellas materias que passam sem discussão, é porque são muito evidentes quando, pelo contrario, o caso da camara, uma distracção ou falta de attenção pôde fazer com que passe um objecto desapercivelmente que, se não fosse isto, não passaria. Tambem poderia eu dar como razão para votar a favor da resolução a palavra de um illustre senador que aqui foi invocado; mas como se acha em contradicção a asserção desse illustre senador com a outra do meu illustre collega, deputado pela provincia de Santa Catharina, a quem não deixo de prestar a mesma homenagem que presto áquella illustre senador, vejo-me na collisão de não acreditar, nem na asserção do meu illustre collega, nem tambem na do illustre senador: e então lançando os olhos sobre todos os documentos que existem a respeito da materia, e estudando-os, tenho entendido que o individuo de que se trata não está no gozo dos direitos de cidadão brasileiro. Pôde ser que se queira que elle esteja no gozo desses direitos, mas é só pela razão do—quero, porque quero—e não porque seja de justiça. Portanto continuo a votar contra a resolução.

A discussão fica adiada pela hora.

O Sr. PRESIDENTE marcos a ordem do dia, e levanta a sessão ás 3 horas da tarde.

Sessão em 25 de Maio

PRESIDENCIA DO SR. HENRIQUES DE REZENDE,
VICE-PRESIDENTE

SUMMARY. — Expediente. — Pareceres de commissões. — Requerimento sobre o incidente das galarias. Discurso do Sr. Rocha. — Naturalização de João Moreira da Silva. Discursos dos Srs. Livramento, D. Manoel e Victor de Oliveira. Rejeição. — Isenção das camaras municipales.

A's dez horas e tres quartos da manhã, reunidos os senhores deputados em numero legal, abre-se a sessão, lê-se e approva-se a acta da antecedente.

EXPEDIENTE

Officio do Sr. ministro do imperio, transmitindo a cópia do decreto de 6 de Dezembro do anno findo, pelo qual se concede a Ruffier Martelet e C. privilegio exclusivo por oito annos para o estabelecimento de seges de quatro rodas com a denominação de *Andorinhas*. — A' commissão de commercio, industria e artes.

Outro do Sr. ministro dos negocios estrangeiros, participando que, por decreto de 19 do corrente, foi S. M. o Imperador servido encarregal-o do ministerio da justiça durante o impedimento do conselheiro Eusebio de Queiroz Coutinho Mattoso Camara. — Fica a camara inteirada.

Outro do Sr. secretario do senado, communicando que o senado adoptou, e vai dirigir á sanção imperial, as resoluções approvando as pensões concedidas ao tenente coronel da guarda nacional Francisco Carneiro Machado Rios, e aos orphãos Tito João Machado e João Machado, filhos legitimos do tenente da guarda nacional Manoel Rufino de Barros. — Fica a camara inteirada.

Remette-se ás commissões de justiça civil e criminal uma representação da assembleia legislativa provincial de Minas Geraes, pedindo a criação de uma relação para aquella provincia. Não ha mais expediente.

Entrão em discussão por sua ordem, e são approvadas sem debate, as seguintes redacções:

1.ª Do projecto que estabelece os ordenados e gratificações dos juizes de direito.
2.ª Do projecto que faz extensiva ás applicações de 1.000\$ a disposição do art. 64 da lei de 15 de Novembro de 1827.

3.ª Do projecto que incumba aos juizes de direito o julgamento de alguns crimes.

Lê-se e entra em discussão o seguinte parecer: « João Marcellino da Silveira, natural de Portugal, e residente na provincia do Maranhão, allegando que se tem querido pôr em duvida a sua qualidade de brasileiro adoptivo, requer que por acto legislativo seja reconhecido cidadão brasileiro.

« A commissão de justiça civil, á vista dos documentos exhibidos pelo supplicante, julga que elle não pôde deixar de ser considerado brasileiro adoptivo, por isso que já residia no Brazil na época em que se proclamou a independência, e desde então tem estado no gozo não interrompido dos direitos de cidadão, occupando não só empregos de eleição popular, como também de nomeação do governo, segundo consta dos referidos documentos.

« Não parece porém á commissão que se dê o caso de dever o corpo legislativo intervir com um acto seu: 1.º, porque o supplicante confessa que está no gozo dos direitos de cidadão brasileiro, queixando-se apenas que se tem querido pôr em duvida essa qualidade, sem que declare o modo por que se lhe tem querido contestar

seus direitos; e 2.º, porque o supplicante pôde-os fazer valer perante o poder executivo e judiciario, e mesmo o eleitoral, usando dos meios e recursos legais contra quaesquer contestações, ou mesmo injustiças que soffra na parte que competir a cada um dos poderes, segundo a natureza da contestação.

« Um acto do poder legislativo não deve apparecer no caso de que se trata, e em outros semelhantes, senão em resolução de duvidas de direito, ou á vista de factos, ou decisões contradictorias, de modo que seja preciso ou uma interpretação, ou uma dispensa, ou enfim uma decisão, que não possa caber na competencia dos outros poderes, etc. Entretanto, podendo succeder que hajão razões ou factos taes que a respeito do supplicante se torne necessario um acto do poder legislativo, requer a commissão que se peção informações ao governo, transmittindo-se-lhe os papéis juntos, e cópia deste parecer.

« Paço da camara dos Srs. deputados, 25 de Maio de 1850. — J. J. Pacheco. — F. de Assis Pereira Rocha Junior. — B. A., N. de Axambuja. »

O Sr. Santos e Almeida: — Comquanto concorde com o relatorio da nobre commissão, todavia não posso dar o meu voto á conclusão do parecer. O individuo de que se trata impetrou a graça de ser decretado por um acto legislativo no gozo dos direitos de cidadão brasileiro, allegando que alguém tem querido pôr em duvida essa quantidade que legitimamente lhe pertence por ter vindo para o Brazil antes da proclamação da independência, e ter exercido, e exercer presentemente, emprego de eleição, e de nomeação do governo. Os documentos que apresentou são tão valiosos, tão incontestaveis, que a illustre commissão reconheceu que se lhe não podia contestar o direito de cidadão brasileiro, e que não era necessario acto algum do poder legislativo para firmar esse direito; no entanto, na conclusão do seu parecer, como que põe em duvida aquillo mesmo que estabeleceu como incontestavel no relatorio, requerendo que se peção esclarecimentos ao governo, por isso que pôde o individuo de que se trata achar-se em algum caso especial que necessite de acto legislativo para ser considerado cidadão brasileiro.

Parece-me, Sr. presidente, que tendo a nobre commissão declarado que não pôde ser posta em duvida a qualidade de cidadão que tem esse individuo, deveria concluir apresentando um projecto de resolução nesse sentido, ou declarando que nada tinha a resolver, e não requerer informações ao governo, a quem este negocio não está affecto, e cuja decisão lhe não pertence, e sim ao poder legislativo; são estas as precedentes da casa.

O Sr. Livramento: — Não pertence á camara.

O Sr. Santos e Almeida: — A camara tem estado na posse desse direito, tem usado d'elle, e nunca lhe foi contestado: ainda hontem se discutio uma resolução da mesma natureza, declarando cidadão brasileiro a um individuo residente na provincia do nobre deputado. A camara pôde agora adoptar outro pensamento, mas enquanto não houver uma decisão em contrario, devem ser seguidos os estylos e precedentes da casa. Portanto, Sr. presidente, como a nobre commissão reconheceu que á vista dos documentos que lhe foram presentes não pôde o impetrante deixar de ser considerado cidadão brasileiro, e que não é necessario acto algum legislativo para firmar esse direito, offerecerei uma emenda á conclusão do parecer, que espero seja adoptada pela camara.

E' lida e apoiada a seguinte emenda do nobre deputado:

« Que nada ha a resolver sobre a pretensão

do supplicante, á vista dos documentos apresentados.»

Dá-se por discutido o requerimento da comissão, que é posto á votos, salvo a emenda. É approvedo, e por consequencia julga-se prejudicada a emenda.

São lidos e approvedos os seguintes pareceres: «A segunda comissão de orçamento forão presentes um requerimento dos directores do museu nacional, e dous do director da secção de zoologia e secretario do museu o Dr. Emilio Joaquim da Silva Maia: no primeiro se pede a conclusão do edificio do museu, para que possa ter inteira execução o regulamento de 3 de Fevereiro de 1842, e a effectividade dos ordenados marcados em virtude da lei do orçamento de 26 de Setembro de 1840, art. 2º § 13, pelo mesmo regulamento, de 800\$000 a cada um dos quatro directores, além da gratificação de 200\$ ao que servisse de director do museu, e ao que servisse de secretario, os quaes vencimentos forão, em consequencia da lei do orçamento de 21 de Outubro de 1843, reduzidos pelo decreto de 5 de Novembro desse anno a 200\$ por cada director, salvas as gratificações aos dous empregados mencionados; nos seus dous requerimentos pede o director da secção de zoologia sejam seus vencimentos elevados aos do citado regulamento, como se concedera ao director geral e da secção de mineralogia, em conformidade da lei do orçamento de 18 de Setembro de 1845, pelo decreto de 4 de Outubro do mesmo anno, e mais que se lhe mande pagar os vencimentos daquelle director pelo tempo em que o tem substituido.

«A comissão, attendendo quanto á conclusão do edificio do museu, que, como consta do relatório dos negocios do imperio apresentado no anno de 1847, já se fizeram as obras mais necessarias do edificio, e que ao governo pertence applicar á conclusão desta, orçada, segundo o relatório de 1848, em 6:000\$, os fundos precisos tirados da consignação geral para obras publicas: é de parecer que nenhuma resolução especial a este respeito cabe ao corpo legislativo tomar.

«Quanto á execução do regulamento de 3 de Fevereiro de 1842, não sendo ella possível actualmente, como se ponderou no ultimo relatório mencionado, e nem se podendo esperar nas actuaes circumstancias vantagens dos cursos ordenados no § 5º do art. 8º do dito regulamento, que parece que se não tem feito, e que constituem grande parte do trabalho que aos directores deveria ser incumbido em execução do regulamento, cuja reforma cabe ao governo, parece á comissão que nenhuma razão ha para que o corpo legislativo se desvie do proposito que tem manifestado em não conceder o pedido augmento de vencimento.

«Quanto ao pagamento dos vencimentos do director da secção de mineralogia, que o director de zoologia allega se lhe dever pelo tempo em que o substituiu, parece á comissão que ao poder executivo compete deferir ao supplicante como for justo, á vista dos documentos com que instruir a sua petição.

«Pago da camara dos deputados, em 23 de Maio de 1850.—B. A. de M. Taques.—A. J. Henriques.»

«O conservatorio dramatico brasileiro, estabelecido na capital do imperio pelos artigos organicos approvedo pelo aviso de 24 de Abril de 1848, e encaregado, nos termos do decreto de 19 de Julho de 1845, da censura das peças que têm de subir á scena, pede em seu requerimento o subsidio de 4:000\$ por anno ou a concessão de duas loterias extrahidas em dous annos consecutivos, visto que com os pequenos recursos das contribuições mensaes dos seus socios não pôde preencher os fins da sua instituição e as

funções de que é incumbido, animando os que se dedicao á arte dramatica, estabelecendo uma escola de declamação, e publicando trabalhos dignos da luz publica e do paiz.

«A segunda comissão de orçamento está bem certa dos valiosos serviços do conservatorio dramatico brasileiro, e da vantajosa influencia que deve ter tão distincta instituição no desenvolvimento do gosto, da poesia e da arte dramatica, e na moralidade da scena, que tanta parte pôde ter na formação dos costumes e dos sentimentos dos povos; desejava pois que o estado, que dos seus serviços se aproveita, lhe concedesse a necessaria animação ao preenchimento de seus bellos fins; contudo, em face das circumstancias do paiz, em que todos os recursos devem ser poupados, a comissão não ousa propôr nem mesmo o favor das loterias pedidas, sendo já excessivo o numero das que achão-se concedidas; e portanto é de parecer que por ora não pôde ter lugar o auxilio solicitado.

«Pago da camara dos deputados, em 23 de Maio de 1850.—B. A. de M. Taques.—A. J. Henriques.»

«A segunda comissão de orçamento foi presente o aviso expedido pela secretaria de estado dos negocios do imperio, em data de 19 de Agosto de 1848, acompanhado das cópias dos officios do director geral, dos administradores dos correios da corte, e das provincias da Bahia e do Rio Grande do Sul, e do agente da cidade de Nietherohy, nos quaes se pede para a administração da primeira provincia o augmento de dous escripturarios addidos: para a administração da segunda, a agencia da cidade do Rio Grande, o augmento de outros dous escripturarios addidos; e para a agencia de Nietherohy, o augmento de um escriptuario e a elevação do vencimento do carteiro a 800 rs. diarios, por não haver quem queira servir com o de 640.

«A comissão, considerando o longo espaço que tem decorrido depois das representações constantes dos documentos referidos; a reforma que soffreu a administração dos correios pelos decretos de 27 e 28 de Setembro do anno passado; e finalmente, que só ao governo cabe apreciar as necessidades de uma alteração nos seus regulamentos e executal-a convenientemente, obtendo para essa fim a authorisação precisa: é de parecer que nada se resolva a respeito do assumpto referido.

«Pago da camara dos deputados, em 23 de Maio de 1850.—B. A. de M. Taques.—A. J. Henriques.»

«Manoel Rodrigues da Silva, collaborador dos trabalhos chimicos e pharmaceuticos da escola de medicina da Bahia, por nomeação de 28 de Março de 1836, em virtude do art. 10 da lei de 3 de Outubro de 1832, com o ordenado de 600\$, requer seja este augmentado em razão aos trabalhos que desempenha.

«A segunda comissão do orçamento, não obstante ter em consideração os serviços do supplicante, contudo, em vista das circumstancias do estado, do proposito que tem manifestado a camara de não augmentar actualmente os vencimentos de outros empregados publicos, e da falta de razão nova para se alterar o ordenado primitivamente marcado, é de parecer que se não tome deliberação alguma a favor da pretensão do supplicante.

«Pago da camara dos deputados, em 23 de Maio de 1850.—B. A. de M. Taques.—A. J. Henriques.»

«Entra em discussão o requerimento apresentado pelo Sr. Souza Franco na sessão antecedente, sobre a policia das galerias.

O Sr. J. J. da Rocha:—Ao ver publicado no Mercantil a primeira parte do discurso que o illustre deputado que se senta no lugar

mais alto desta casa fez, a pretexto das occur-
rências ante-hontem, havidas nas galerias da
camara, persuadi-me que havia inexactidão, pois
que ali vinha um gravissimo insulto a mim
pessoalmente dirigido. Perguntarei a V. Ex. se
havia direito a apresentar rectificações daquillo
que apparecesse inexacto na publicação dos
trabalhos da casa feita no *Mercantil*; V. Ex.
disse-me que não, e eu não fiz a rectificação.
Pensando melhor, convenci-me que a rectificação
teria sido injusta, convenci-me que o nobre deputado
tinha dito aquillo que o *Mercantil* lhe attribuia,
embora não o tivesse eu ouvido, e convenci-me
por uma prova moral. O nobre deputado tem-nos
acostumado tanto a ser por elle insultado, quer
collectivamente como camara, quer individualmente
como membros della, que mais um insulto por
elle dirigido a mim era como que certo, como
que infallivel.

Mui diversamente procedia o nobre deputado
commigo em outras épocas! Eramos alliados
políticos, quiz o nobre deputado que fossemos
amigos; o nobre deputado honrou-me com as
suas frequentes visitas, solicitou de mim reiteradas
vezes a publicação dos seus artigos na minha
folha; a tudo me prestei com a maior benevo-
lencia, e assim tornou-se meu collaborador vol-
untario. Assim fomos até o dia 13 de Março
de 1844; nesse dia fui, pela ultima vez honrado
com a cooperação, com a collaboração do nobre
deputado. Ainda esta manhã eu lia os artigos
que o nobre deputado me levava, assignados pelo
Ordem, pelo *Parasense*; e vendo quanta estima,
quanta amizade elle me votava, realmente lastimei
que um triste periodo, obrigando-me a ser oppo-
sicionista, fizesse com que o nobre deputado me
perdesse aquella amizade de que até então me dava
tão reiteradas e benevolias provas, aproveitando-se
do meu prestimo.

Fui obrigado, Sr. presidente, a fazer opposição
ao ministerio de 2 de Fevereiro, e então não só
cessou o nobre deputado de ser meu collaborador,
como desapareceu essa confraternidade de vistas,
de idéas politicas que até 13 de Março nos reunira.
Hoje até sou por elle insultado! Hoje acha o
nobre deputado que posso querer que a policia
venha aqui ao recinto da casa arrancar um de
seus membros! E por que, senhores? Por que,
quando o nobre deputado accusava a policia de
ter feito priões no recinto da camara, perguntai
indignado: «Pois alguém foi aqui preso?» Ora,
o que poderia o nobre deputado julgar deste meu
aparte, era que se semelhante attentado tivesse
sido commettido eu estaria ao lado delle; mas,
em vez disto, o nobre deputado accusa-me que
eu desejaria, que folgaria de ver a policia entrar
no recinto da camara e prender alguns de meus
collegas!

Sr. presidente, duvido que haja nesta casa
quem mais do que eu zele a honra e credito della
e de cada um de seus membros: não fui eu
quem aqui procurei menoscabar a nenhum dos
seus collegas, attribuindo o seu proceder a torpe
e vil dependencia, attribuindo a sua eleição a
meios de violencia e coacção: não sou eu quem
tem insultado a camara accusando-a de ser filha
da policia. Não, Sr. presidente, se tivesse sido
membro da camara em 1835 e 1847, não o
diria, pois sei respeitar as conveniencias e o
decôro, e agora aos nobres deputados que assim
nos insultão só direi que commettem um ana-
chronismo.

Entrando na materia do requerimento, Sr. pre-
sidente, direi que voto contra elle. Voto contra
elle por ser perfeitamente escusado, e injurioso á
mesa, e por descobrir-lhe tendencias talvez mais
perniciosas do que sem duvida teve intenção de
dar-lhe o nobre deputado....

Um Sr. Deputado: — Não apoiado.

O Sr. J. J. DA ROCHA: — Procurarei demons-
trar. Não sou eu quem fallo de *canalha*, quem
lhe attribuo certos actos de turbulencia entre nós
frequentés, e especialmente os actos irregulares
praticados nas galerias da casa. Não o faço,
Sr. presidente, por que não conheço nas classes
da população brasileira nenhuma a quem caiba
esta expressão. (*Apoiados*.) A classe que cor-
responde áquella que na Europa recebe essa
qualificação, é a classe que entre nós existe no
cativeiro, que não goza de direitos, nem tem a
menor intervenção nos negocios publicos: se
alguém algum dia pensar em dar-lhe, se algum
revolucionario sonha com isto, a idéa é tão
horrivel que todos recusão da sua alliança. O
que poderia pois vir a ser *canalha*, fica fóra da
sociedade, como está.

Tambem direi que a classe que costuma dar
essas demonstrações irregulares de approvações
ou desapprovações não é a verdadeira classe do
povo no sentido especial e generico dado a essa
palavra. Sabemos (e a opposição melhor o sabe
que nós) que o povo do Rio de Janeiro é emi-
nentemente amigo da ordem (*muitos apoiados*),
obediente á lei (*apoiados*), respeitador das auto-
ridades (*apoiados*); nós fluminenses folgamos
de o ter visto resistir a todas as suggestões
(*apoiados*) que por espaço de tres dias e tres
noites lhe forão offercidas (*muitos apoiados*);
folgamos de ver que esteve quieto, tranquillo,
enquanto se preparavão planos de extermínio, e
o convidavão para em scenas de turbulencia
ser executor delles. O povo não quiz, o povo
rejeitou essas provocações, o povo quiz obedecer
á lei, ás autoridades, e o povo salvou o Brazil!
Cansem-se os opposicionistas quanto quizerem....
não direi os opposicionistas: canse-se algum
turbulento quanto quizer para abalar o povo do
Rio de Janeiro. O povo do Rio de Janeiro, lem-
bra-se dos terriveis corollarios da revolução de
1831, lembra-se das promessas com que o illu-
dirão, da metralha com que ao depois lhe res-
pondêrão; o povo tem dito e dirá: «Vós me
chamais a campo, vós me chamais a demonstrações
irregulares....»

O Sr. SOUZA FRANCO: — Quem forão esses?

O Sr. J. J. DA ROCHA: — Não costumo citar
nomes proprios.

O Sr. SOUZA FRANCO dá varios apartes, o orador
responde e continúa.

O Sr. J. J. DA ROCHA: — Pelo amor de Deos
peço ao nobre deputado que me não obrigue a
discutir como elle discute, a envolver-me em
questões presentes, a citar nomes proprios. Se o
nobre deputado insiste em querer que me ocupe
com o passado de nossa historia, e cite nomes
proprios, lembrar-lhe-hei uma expressão eloquen-
tissima de V. Ex.. Sr. presidente, o passado,
disse-nos V. Ex.: «é um armazem de fato velho;
quem entra nelle sabe coberto de poeira; não
entremos nelle.» Houve porém demonstrações
irregulares nessa escala, que mereção que dellas
justifiquemos o povo, que mereção tanto tempo
occupar-nos? Não, por certo; houve um pequeno
rebolico nas galerias da camara, uma desattenção
irreverente que cumpria fosse desde logo ata-
lhada, para que não trouxesse funestas conse-
quencias, e não subisse de importancia. O nobre
deputado sabe, e talvez por isso com tanto zelo
procure favorecer este principio, o nobre deputado
sabe que quando não se atalha no principio o
mal, é difficil combatê-lo depois, quando já tem
elle avultado. Havia nas galerias reiterados rebo-
licos, feitos, diz o nobre deputado, por pessoas
que não querem aturar massadas minhas, e de
alguns membros mais desta casa, que gostão
muito, que folgão de admirar as parolas demo-
strativas do nobre deputado, e de alguns outros

senhores. Pôde ser que assim seja; mas, se se quiser desprezar no principio essas pequenas demonstrações, o nobre deputado sabe que talvez ao depois seja muito mais difficil manter a ordem e fazer respeitar a camara.

Eu porém, Sr. presidente, o que vejo nesse pequeno movimento é mais inquietação physica, propria da mocidade, do que adhesão da intelligencia, do que manifestação de sympathias politicas. Os que se retirão quando o nobre deputado acaba de fallar, e o fazem com tanta bulha, retrão-se porque estão cansados, porque já matarão o tempo que aqui vinhão matar, descem como os rapazes que sahem das aulas, que sempre fazem alguma bulha. Mas isto mesmo cumpre cobri-lo, cumpre evitar que chegue a ponto de tornar necessario alguma providencia de mais algum rigor. O abuso que houve nas galerias foi pouca cousa; mas tambem para cohibir-o houve alguma prisão? Houve algum apparato de força? Não; forão intimados, creio que dous moços, para irem à presença do Sr. chefe de policia. E' onde foi feita essa intimação? Foi feita fóra da casa. E' isso o que se lê na parte official do Sr. chefe de policia ao governo, e não me é dado duvidar das palavras do Sr. chefe de policia, a menos que o nobre deputado me traga uma autoridade superior que diga o contrario; forão esses moços intimados fóra do edificio da casa para ir à presença do Sr. chefe de policia; para que? Forão presos? Forão deportados? Forão sentar praça de grumetes? Não; forão paternalmente admoestados; a repressão havida foi em grão insignificante, destituida inteiramente de violencia; foi puramente a que dictava e impunha o abuso que devia atalhar e que nada tinha de politico. Convença-se disso o nobre deputado.

Sr. presidente, cada idade tem seus defeitos e suas boas qualidades; a mocidade é a época da irreflexão, do exaltamento, do enthusiasmo; é a época em que se commettem, e são de algum modo desculpaveis, certos actos irregulares, certas manifestações. Eu fui moço e fui exaltado, e lastimo que a experiencia, que os desenganos do mundo, que as desillusões que a idade traz consigo me tenham feito renunciar ao exaltamento da minha mocidade. Digo mais, tenho dó do homem que na sua mocidade não foi exaltado; esse homem frio, calculador, será talvez exaltado, frenetico na velhice, e então a sua exaltação não é filha de um motivo nobre, mas dictada por calculada ambição. (*Muito bem!*) O homem que, na mocidade, já não é exaltado, já não tem sangue quente nas veias e forte impulso no coração, esse homem, já então calculador, em vez de, com os annos, moderar-se com a reflexão, renunciar ás illusões do coração ou do espirito, esse homem far-se-ha, em velho, exaltado, pois sentirá a conveniencia que pôde achar em abusar dos exaltados de boa fé, terá a exaltação calculada do interesse para compensar a que lhe faltou na mocidade, a exaltação nobre do coração....

Um Sr. DEPUTADO:—Tem razão.

O Sr. MELLO FRANCO:—Faça as applicações.

O Sr. J. J. DA ROCHA:—O nobre deputado não é velho. Que a mocidade afflue ás galerias, queira assistir a uma reunião em que se discutem os interesses politicos da nação, é isto natural, isto teriamos feito nós todos, ou quasi todos, se a tribuna politica se nos tivesse offerecido na nossa mocidade; que os moços gostem mais das expressões soltas de quem lhes falla em liberdade do que das expressões comedidas da prudencia, é tambem natural; mas é tambem natural que o mundo não seja governado por moços: Deus nos deu a prudencia para que a prudencia governe o mundo, para que a sociedade não seja entregue aos juvenis impulsos da irreflexão. Uma época

houve em que os moços dominarão a França: desgraçada época foi essa da revolução franceza, cujos heróes em geral não excedião de 25 a 30 annos, e que sacrificarão milhares de victimas, que mandarão velhos surdos morrer na guilhotina, sob pretexto de *conspirarem surdamente*. Quero que a mocidade tenha essas paixões, esse enthusiasmo proprio da mocidade; folgo de a ver assim; mas quero que deixe o governo aos homens maduros, aos homens prudentes; quero que lhes tenha algum respeito, alguma attenção. E' por isso que approvo muito que sejam cohibidas as suas demonstrações irregulares e irreverentes.

Quando esta camara foi insultada atrozmente por alguém da galeria, desconhecido, como necessariamente devia ser, quando se repetio o insulto já aqui feito uma vez, persuadi-me que todos sentiassemos a necessidade de cohibir esses insultos que revertem sobre todos nós; sobre o paiz, que depõe contra a sua moralidade. Que fazer pois? E' possivel que V. Ex. com os Srs. secretarios possam manter a ordem na camara e ao mesmo tempo examinar todas as mãos, todos os rostos, todos os movimentos de todos os individuos que estão nas galerias? Não; é preciso pois que, conhecendo que alguma exaltação vai apparecendo, se procure logo o auxilio exterior. Querer-se-ha que tenha a camara um exercito de guardas policiaes para vigiar as tribunas? Além de ser pouco economico, digo que o nobre deputado, que agora gosta tão pouco da policia, não deve querer que este *monstrum horrendum informe ingens*, contra o qual tanto clama, seja augmentado, antes deve querer que seja reduzido o mais possivel. Portanto, que meio tem o nosso presidente para fazer com eu e o nobre deputado sejamos respeitados? Para fazer com que a camara o seja? Só vejo o meio que o nobre presidente empregou e que trouxe em resultado essa admoestação feita pelo Sr. chefe de policia. Note o nobre deputado que ella foi tão util, tão bem cabida, que produziu todos os seus effeitos; o rigor, a severidade, não forão levados a um grão de triste exacerbação, ficou nos limites do conselho paternal; o resultado tem sido que desde esse dia o aspecto das galerias, os nossos trabalhos, têm sido muito mais serenos (*apoiados*); hontem fallarão deputados da opposição e deputados ministeriaes; os deputados da opposição não forão, no seu final, acompanhados do grande applauso do auditorio; os deputados ministeriaes fallarão sem ter sido precedidos por immenso sussuro, por immenso borborinho.

Voto portanto contra o requerimento; approvo as medidas que a mesa tomou; vejo que não se pôde tomar outra sem augmento de despendio, sem se crear mais um pequeno exercito de empregados subalternos perfeitamente escusados. Não vejo que a autoridade abusasse de fórma alguma; e peço ao nobre deputado que quando disser *recinto* da camara, lembre-se que *recinto* da camara é este em que estamos; quando disser *paço* da camara, não confunda nessas expressões as ruas adjacentes; peço-lhe mais que, para rectificar as suas idéas, lêa o officio do dignissimo chefe de policia, e que especialmente attenda para o resultado benéfico da providencia que tão irado tem combatido.

O Sr. PRESIDENTE:—A discussão está adiada pela hora.

O Sr. SOUZA FRANCO:—Ainda não é meio dia.

O Sr. PRESIDENTE:—São passados os tres quartos de hora que se destinão para estas materias.

O Sr. Souza Franco (*pela ordem*):—Quando se marcou os sabbados para a apresentação de requerimentos, não foi sem duvida para que nestes dias se seguisse a regra dos demais dias em que se pôde occupar a camara com materias desta natureza nos tres primeiros quartos de hora depois

de aberta a sessão, foi para que mais algum espaço se desse. Entretanto V. Ex. não entende assim, declara a discussão adiada quando ainda nem é meio dia. Eu entendo que V. Ex. não me concedendo a palavra, o que quer é que não responda immediatamente, que fique para sabbado que vem a resposta ao discurso do nobre deputado...

O Sr. PRESIDENTE:—O que quero é executar o regimento (apoiados), que diz que depois dos tres primeiros quartos de hora entrar-se-ha na ordem do dia. A sessão principiou ás dez e tres quartos; tem-se, portanto, de entrar na ordem do dia.

O Sr. CRUZ MACHADO (ao Sr. Souza Franco):—Peço a urgencia, que eu voto por ella.

O Sr. SOUZA FRANCO pede a urgencia.

O Sr. PRESIDENTE vai pôr a urgencia ao apoioamento.

O Sr. DIAS DE CARVALHO:—A urgencia não se discute, vota-se.

Um Sr. DEPUTADO:—Peço a palavra pela ordem. A urgencia é apoiada, e entra em discussão.

O Sr. DIAS DE CARVALHO (pela ordem):—Como disse do meu lugar que a urgencia não tinha discussão, levanto-me para dizer a V. Ex. em que me fundei. O art. 5º das reformas diz: «A urgencia proposta sobre qualquer materia será votada sem discussão.» Perdão-me, pois, V. Ex., se eu disse que sobre a urgencia não ha discussão.

Da-se por discutida a urgencia, e é rejeitada por 33 votos contra 25.

O Sr. SOUZA FRANCO:—Posso mostrar que nunca fui collaborador do Sr. Rocha, que me envergonharia de o ter sido. (*Oh! oh! Susurro.*)

O Sr. ROCHA:—Eu lhe apresentarei a collecção do Brazil.

O Sr. SOUZA FRANCO:—Pode apresentar somente artigos sobre a minha provincia, e assignados.

O Sr. ROCHA dirige ao Sr. Souza Franco algumas palavras que não ouvimos.

O Sr. PRESIDENTE:—Ordem!

NATURALISAÇÃO DE JOÃO MOREIRA DA SILVA

Continúa a discussão do projecto vindo do senado, que declara no gozo dos direitos de cidadão brasileiro a João Moreira da Silva, natural da cidade do Porto.

O Sr. SAYÃO LOBATO JUNIOR (pela ordem), por ser a materia muito simples e versar sobre negocio particular pede que haja uma só discussão sobre a resolução.

O Sr. SANTOS DE ALMEIDA julga que não pôde ser approvado este requerimento. Bem que a resolução se refira a um individuo, contudo no seu entender não se pôde considerar negocio particular a concessão de direitos de cidadão brasileiro, objecto este de muita importancia.

O Sr. WANDERLEY entra em duvida se depois de ter-se iniciado a discussão de uma materia, se possa pedir que ella só tenha uma discussão, e principalmente tratando-se de uma resolução vinda do senado. O regimento permite que aquellas medidas que tiverem tres discussões e versarem sobre negocios particulares, possam ter uma só discussão a pedido de qualquer membro da casa; mas a resolução de que se trata veio do senado, e os projectos daquella camara pelo regimento da casa têm duas discussões: a esses projectos não se refere o artigo do regimento que permite reduzir as discussões de negocios particulares.

O Sr. SAYÃO LOBATO JUNIOR observa que no regi-

mento não vêm as distincções que apresenta o nobre deputado; o que na reforma se diz é que as resoluções que até então tinham duas discussões passavam a ter tres, permitindo por excepção que aquellas que versassem sobre negocios particular tivessem uma só discussão, a pedido de qualquer membro. Requer, pois, ao Sr. presidente haja de consultar a casa, se quer que esta resolução tenha uma só discussão.

O Sr. DIAS DE CARVALHO, depois das alterações que o regimento soffreu, não está bem certo da marcha dos trabalhos da casa, porém recorda-se que antigamente, quando se tratava de converter um decreto em resolução, antes de começar a discussão da materia suscitava-se a questão de ordem a respeito da maneira por que devia ser ella tratada, se, como decreto, com tres discussões, ou se, como resolução, com uma só. Lembra que o art. 157 do regimento dispõe que quando se houver de encetar qualquer discussão, qualquer membro da camara poderá lembrar o melhor methodo de principiar a discussão. Assim pois entende que o requerimento do nobre deputado devia ser feito antes de começar a discussão, e assim ainda ha poucos dias se fez quando se ia discutir uma resolução concedendo loterias a uma fabrica.

Consultada a camara se o projecto deve ter uma só discussão, decide negativamente. Continúa, portanto, a segunda discussão do projecto.

O Sr. LIVRAMENTO:—Sr. presidente, quando vi a precipitação com que a illustre commissão de constituição apresentou o seu parecer sobre esta materia, não pude deixar de magoar-me um pouco por ver que ella não quiz esperar pelos documentos que eu havia declarado ter de apresentar em contestação desta resolução, em favor da qual pareceu-me que a illustre commissão estava bastantemente prevenida, mormente quando, dirigindo-me a um de seus membros pedindo-lhe que tivesse a bondade de esperar alguns dias para se lhe apresentar esses documentos, elle não se dignou attender a este meu pedido.

Hontem já disse as razões que tinha pelas quaes não podia votar pela resolução que se discutia; apresentei documentos que não foram contestados; não repetirei pois hoje o que hontem disse, limitar-me-hei a dar algumas explicações ao nobre deputado para demonstrar que as informações que tem, que os documentos a que elle tem dado tanta força, não merecem consideração alguma. Estou convencido de que não poderei conseguir o voto importante do nobre deputado, porque elle no final do seu discurso declarou que, mesmo quando não tivesse provas para julgar como julga, lhe bastaria o principio que tem admittido de facilitar as naturalisações, para decidir-se a votar por esta resolução.

O nobre deputado, creio que relator da commissão, fundou-se em uma justificação dada por esse João Moreira da Silva, com a qual pretendeu provar que era cidadão brasileiro. Eu disse do meu lugar que essa justificação não valia coisa alguma. Em verdade, para que ella pudesse valer contra documentos tirados da repartição da policia, contra as proprias declarações desse individuo por mais de uma vez feitas, era necessario que essa justificação fosse dada com toda a regularidade; mas a justificação foi dada clandestinamente, porque não se teve conhecimento della senão depois que elle a apresentou para se fazer inscrever na lista dos votantes: a justificação era de tal sorte, que, tendo-se pedido a exhibição della em juizo, elle não se animou a exhibil-a; e como pôde fazer prova semelhante justificação? Note-se mais que, apesar da existencia dessa justificação, ella foi anterior ao accordo da relação que declara que este

sujeito não é cidadão brasileiro, de sorte que este documento não pôde servir de prova.

Mas o nobre deputado, fundado em informações de pessoa que declara imparcial, disse que esse individuo tinha exercido cargos publicos em minha provincia. Eu neguei tambem esta asserção; e na verdade, Sr. presidente, não me consta que até 1846 esse individuo exercesse algum dia cargos publicos. Tendo chegado á minha provincia em 1828; até 1846 sempre foi tido e havido por estrangeiro, nunca praticou acto algum pelo qual demonstrasse pertencer á communhão brasileira. Perguntarei ao nobre deputado: se este individuo era cidadão brasileiro, como nunca foi qualificado guarda nacional?

Um Sr. DEPUTADO: — Porque era inspector de quartelão.

O SR. LIVRAMENTO: — Está provado isso?

(Ha um aparte).

Não sei qual vale mais, se a affirmação do Sr. senador Mafra, ou a minha; declaro que não me consta que este individuo durante os primeiros dezasseis annos que alli residio exercesse cargos publicos, mas supponhamos que elle, com effeito, por favor de algum subdelegado amigo, exercesse por algum tempo o emprego de inspector de quartelão: no estado em que as cousas antes de 1847 se achavão em minha provincia, em que uma oligarchia infrene, apoiada na influencia do senador e deputado, fazia tudo quanto queria, punha e dispunha de todas as cousas, pretendendo até por ultimo dispor de propriedades individuaes, e nem sendo possível que os presidentes tivessem a liberdade necessaria para administrar justiça, porque se o presidente se não curvasse a todas as exigencias, provavel era que fosse logo demittido; em um tal estado, digo que não é de admirar que um estrangeiro, tendo a protecção de tão poderosos senhores, servisse um cargo publico. Outros conheço eu em minha provincia que até são juizes municipaes, e forão conservados, apesar das reclamações que houve contra taes nomeações; creio mesmo que alguns ainda continuão a exercer estes lugares e a proferir sentenças que naturalmente têm de ser annulladas pela relação por causa dessa nullidade.

Se me fosse permitido tratar agora do estado da minha provincia, eu demonstraria as perseguições de que temos sido victimas desde a desastrosa administração do ex-presidente; perseguições que ainda continuão, apesar da prudencia e rectidão do actual presidente. Eu diria que ainda é inteiramente anormal o estado da minha provincia, porque se conservão em quasi todas as posições de influencia homens que, pela maior parte, nenhuma estima gozão de seus concidadãos, e que, despeitados pelas duas successivas derrotas electoraes, só se têm servido da autoridade que exercem para opprimir e vexar os que na época da eleição se não deixáram aterrar pelas suas ameaças.

Outro documento em que se fundou o nobre deputado, e que creio serve para mostrar que este individuo obra de má fé, que quer illudir o corpo legislativo, é a certidão tirada da ordem terceira de S. Francisco de Paula. Este homem declarou em 1842 na policia, quando foi tirar o seu titulo de residencia, que tinha 88 annos de idade, note bem o nobre deputado; em 1821 foi aceito na ordem terceira de S. Francisco de Paula; logo, tinha elle 15 annos quando fez isso. Será provavel que um moço que chega de Portugal, como ordinariamente acontece, destituido de fortuna, que vem ser caixeiro, vá logo entrar para uma ordem onde não se depende pouco para se fazer parte della? Como tendo 15 annos julgava elle morrer tão depressa, que julgasse dever ter uma catacumba....

O SR. D. MANOEL: — Peço a palavra para responder.

O SR. LIVRAMENTO: — Eu estou convencido que o nobre deputado não attendeu bem á força desse documento, porque não será possível que o nobre deputado negue a veracidade de documentos tirados da secretaria da policia, escriptos por um empregado que não é do meu partido. Por estes documentos elle declara ter sahido do Porto para o Rio de Janeiro em 1823, e no outro declara que chegou ao Rio de Janeiro em Fevereiro de 1824; tendo sahido talvez do Porto em fins de 1823 não podia chegar ao Rio senão em 1824. Se o nobre deputado provasse que este individuo foi tido por algum tempo como cidadão brasileiro, porém que depois, por escusar-se ao serviço, praticou esta crime, poderia então ter o seu argumento alguma força; mas se este cargo que o nobre deputado disse que elle exerceu não foi senão em 1846, quando elle já se queria fazer passar como cidadão brasileiro, não pôde ter força alguma este argumento, bem como o de ter elle sido qualificado este anno. Quantos estrangeiros, quantos menores, quantos homens que não estão nas circumstancias de serem votantes, não se achão qualificados, principalmente neste anno, porque não se esperando que haja eleição, os partidos não se importão com a qualificação, vão as qualificações a torto e a direito? Como não se espera que haja eleição, pôde-se conservar este individuo dous ou tres annos qualificado até que haja reclamação.

Um nobre deputado pelo Rio Grande do Sul, hontem, por um aparte, pareceu querer duvidar do documento tirado da policia, por nelle se dizer que elle apresentou titulo de residencia tirado em 1832. Disse o nobre deputado: « Como poderia elle apresentar esse titulo se em 1832 não havia titulos de residencia? » Eu creio que ainda quando não houvesse legislação anterior a 1832, mandando organizar os titulos de residencia, ainda assim não poderia servir esta observação para contestar um documento desta ordem, poderia ser um erro de cópia; mas felizmente para mostrar que mal cabido foi o aparte do nobre deputado, basta citar o aviso de 23 de Junho de 1834, pelo qual se ordenou á intendencia da policia da corte que desse esses titulos aos estrangeiros que aqui aportassem, não sendo esta providencia limitada á corte, porque diz. (Lê.)

Logo, vê se que esta providencia existia nas provincias desde 1824. Outros avisos ha, como os de 18 de Agosto deste mesmo anno, e de 16 de Maio de 1832. Ora, o titulo que elle apresentou é de Setembro de 1832; quando mesmo não houvesse esses avisos, bastaria o de 16 de Maio de 1832 para mostrar que não houve erro de data.

O nobre deputado pelo Rio de Janeiro disse que este individuo tinha sido excluido da qualificação, e que talvez a sentença da relação fosse por não se ter apresentado documento sufficiente, ou por ter chegado tarde, etc. Mas ainda a este respeito o nobre deputado foi mal informado por essa pessoa a quem o nobre deputado empresta os fôros de imparcial. Elle foi qualificado, houve reclamação contra esta qualificação, que a mesa desprezou; recorreu-se ao conselho municipal, e o conselho municipal não deu provimento. Em consequencia disto houve o recurso intentado para a relação do districto; a relação, em vista dos documentos que tenho lido, mandou excluir este cidadão por não poder ser considerado cidadão brasileiro.

Creio, Sr. presidente, que não se disse mais nada em favor da resolução. Parece-me pois que a camara está habilitada, em vista do que tenho dito, para decidir este negocio como julgar conveniente; entretanto eu desejava que o nobre

deputado tratasse da segunda questão que eu aventei, da questão de direito. Ainda hoje apresentou-se matéria identica nesta casa; estou convencido que o corpo legislativo não pôde declarar ninguém cidadão brasileiro (apoiados), porque, se pôde declarar alguém cidadão brasileiro, também pôde declarar que alguém não é cidadão brasileiro. Pergunto eu: um individuo que assim fór privado de seus direitos por um acto menos pensado ou arbitrário do corpo legislativo não poderá appellar para os tribunaes e provar que é cidadão brasileiro? Ficará o poder judiciário inhibido de providenciar sobre matéria que é absolutamente da sua competência, etc.? Eu acho a questão tão simples que me não pareceo necessário dizer mais nada sobre ella. Eu disse hontem que não se apresentavam precedentes a este respeito na casa.

O Sr. SÁDIO LORATO JUNIOR: — Ha immensas resoluções neste sentido na collecção de leis.

O Sr. LIVRAMENTO: — Eu a examinei, e não encontrei nenhuma: apenas em 1843 um official do exército requereu ao corpo legislativo o ser considerado cidadão brasileiro, mas foi por meio de uma interpretação do artigo da constituição. Neste caso, eu creio que o corpo legislativo o pôde fazer, porque é quem pôde interpretar as leis. Se se trata de uma interpretação de lei, isto é, se os tribunaes têm declarado que um individuo não é cidadão brasileiro por uma interpretação falsa, então esse individuo pôde requerer ao corpo legislativo para dar á lei a sua verdadeira interpretação; neste caso estamos no nosso direito dando esta interpretação; mas em questões que dependem de provas, em que podem haver debates entre as partes, como havemos de dizer: « Fulano é cidadão brasileiro? » Note-se mais que quando este individuo apresentou esta justificação, requereu a sua exhibição, que ainda está pendente; supponhamos que continue o processo, porque creio que pôde continuar independente da decisão da casa, porque a camara não pôde fazer parar processos, supponhamos que se possam apresentar provas testemunhas de pessoas que com esse individuo chegaram ao Brazil em 1824, que o juiz, em consequência destas provas, revogue a sentença de justificação, o que fica sendo este sujeito com um acto do corpo legislativo declarando o cidadão brasileiro, e com uma sentença da relação ou do juiz municipal declarando que elle não é cidadão brasileiro? Em vista destas considerações, voto contra a resolução.

O Sr. D. MANOEL: — Nada é mais simples do que dizer-me que a questão é tão simples que não é necessário dizer mais nada sobre ella. E' o que acaba de dizer o nobre deputado que combate a resolução; não entrou na discussão, não apresentou um só documento; a questão principal, segundo elle, é muito simples: de maneira que é muito simples se acaso é o poder legislativo ou o poder judiciário a quem compete decidir se um cidadão está ou não no gozo dos direitos de cidadão brasileiro; isto é muito simples no pensar do nobre deputado; todavia o senado foi de opinião contraria á do nobre deputado, approvando a resolução offerecida pela commissão respectiva. Bastava isto para que o nobre deputado não asseverasse com tanta facilidade que o corpo legislativo não é competente para decidir taes questões; e não seria bastante oppôr á autoridade do honrado deputado a autoridade do senado, que approvou, creio que por unanimidade de votos, a resolução que se discute, e que vou ter a honra de ler á camara, com a exposição dos motivos em que ella se funda. Bem me lembrava eu hontem que a resolução que se discute tinha sido examinada attentamente no senado, que a commissão respectiva havia visto os documentos,

que, depois de os examinar, havia proposto uma resolução precedida de um preambulo que passou a ler. A casa verá quem são os signatarios desse projecto, e se convencerá de que questões desta ordem não se decidem com o simples dito: « E' muito simples. » (Lê o parecer.)

E claro, Sr. presidente, que a nobre commissão do senado não achou a este respeito a menor duvida, quero dizer, não teve duvida de que o corpo legislativo é competente para deferir o requerimento de João Moreira da Silva. Ora, quando duas notabilidades como as que estão assignadas no parecer (os Srs. visconde de Olinda e Carneiro Leão), que examinações com attenção esta questão, e quando o senado inteiro usurpou, segundo a opinião do nobre deputado, uma attribuição que lhe não compete, eu declaro que também não ficarei muito agoniado, muito molestado, se o nobre deputado disser que a commissão de constituição nesta casa usurpou direitos que elle entende que pertencem ao poder judiciário, e não ao poder legislativo. Se eu tivesse ouvido uma só razão em abono da opinião do honrado membro, eu entraria na discussão de bom grado, eu me esforçaria por mostrar que essas razões são sem fundamento; mas o nobre deputado não produziu um só argumento em favor da sua opinião, apresentou-a em tom dogmatico, não a desenvolveu. Eu entendo que cumpria ao honrado deputado dar á essa proposição todo o desenvolvimento de que é susceptivel, e procurar esclarecer a camara com suas luzes, afim de que possa formar um juizo seguro a este respeito; mas o nobre deputado disse: é tão liquido, tão claro, que ao corpo legislativo não compete decidir sobre o objecto em questão, que não é preciso discussão. Ora, Sr. presidente, que a commissão de constituição não se dêse ao trabalho de examinar esta questão, como affirmou o honrado membro, não admira, porque vendo que ella era julgada liquida pelo senado inteiro, e que é mesmo precedente nesta casa, a commissão logo desançou a este respeito. Nem se pôde accusar a commissão de precipitação; precipitação noto eu em quem, não tendo nenhuma consideração a offerecer á camara, diz em tom magistral: « não pertence ao corpo legislativo, mas ao poder judiciário. »

O Sr. LIVRAMENTO: — Não apoiado. A opinião do procurador da corôa é muito respeitavel.

O Sr. D. MANOEL: — Eu tenho em muita consideração a opinião do Sr. procurador da corôa, mas confesso que quando se tratar de autoridade, eu hei de antes recorrer á autoridade de um corpo como é o senado, do que á autoridade do procurador da corôa. Eu creio que o procurador da corôa, pessoa muito respeitavel e intelligente, não pôde de maneira alguma levar a mal esta minha proposição; ella mesmo reconhece como mestre muitos dos membros que têm assento naquella camara, e posso affirmar, sem medo de errar, que elle reconhece como autoridade superior á delle os dous senhores assignados no parecer; demais, a opinião do Sr. procurador da corôa não apoia a do nobre deputado. Eu não quero entrar agora nesta questão, porque o nobre deputado não apresentou uma só razão para mostrar que a decisão della pertence ao poder judiciário, e não ao poder legislativo. Eu entendo que esta questão não é da competência do poder judiciário, mas sim do poder legislativo; é uma questão toda politica, é uma questão que não precisa, como disse o nobre deputado, que haja provas, que haja esses termos usados em processo forense. Sr. presidente, nunca se disputou ao Sr. Moreira a qualidade de cidadão brasileiro senão depois que na provincia de Santa Catharina se formáram os

provar que o senado exorbitou de suas attribuições, para provar que durante todos esses annos em que o Sr. João Luiz Moreira habitou Santa Catharina houvesse alguém que lhe disputasse a qualidade de cidadão brasileiro, a não ser depois que, para desgraça de Santa Catharina, alli se formáram dous partidos; para desgraça de Santa Catharina, digo, porque foi uma provincia modelo enquanto alli não existião esses partidos, e tornou-se muito inquieta desde que foi necessario, para se excluir um cidadão desta casa, formar-se douspartidos, um delles com uma denominação muito desagradável, muito injusta e até muito impolitica, porque no nosso paiz não ha judeus, todos são christãos velhos da lei nova: foi Santa Catharina que descobrio que no Brazil ha judeus.

O Sr. LIVRAMENTO dá um aparte que não ouvimos.

O Sr. D. MANOEL:— Os senhores não são os opprimidos, os opprimidos são os pobres judeus que se achão espalhados pelo mundo em castigo dos grandes peccados que commetterão.

O nobre deputado reconheceu tanto a fraqueza dos argumentos com que pretendeu combater a resolução, que se lembrou de afirmar que nem ao corpo legislativo, nem aos tribunaes judiciais pertence a decisão do objecto em questão. Com effeito, senhores, alguma cousa conseguiu o nobre deputado, porque enquanto se tratava de judeus e christãos pouca era a attenção que se dava a esta materia; mas desde o momento em que se tratou da questão se acaso pertence ao corpo legislativo declarar qualquer no gozo dos direitos de cidadão brasileiro, um nobre deputado pediu logo a palavra; haverá pois occasião de se entrar nesta discussão, e então a camara ouvirá as razões pró e contra, e tomará a respeito da questão a deliberação que julgar mais acertada. Mas o que é certo é que ninguem até hoje se lembrou desta questão no corpo legislativo. Eu creio que ha varios precedentes na casa a este respeito; ainda hoje a nobre commissão de justiça civil, composta de tres juriscosultos distinctos, não achou duvida a respeito da questão: ella deu o seu parecer declarando um individuo no gozo dos direitos de cidadão brasileiro, o que prova que tambem não entende que o poder legislativo não seja competente para entrar em questões desta ordem, e tomar sobre ellas uma decisão.

Senhores, eu creio que nada mais disse o nobre deputado a respeito desta resolução que exija de mim uma resposta; não me importo que triumpho o partido judeu ou o partido christão; o que quero é que triumpho a justiça, o que desejo é que a camara se convença de que a commissão de que faço parte não teve em vista senão a causa da lei. Disse o honrado membro: a commissão deu logo parecer. Pois a commissão não podia em 24 horas formar um julgo sobre esta resolução? (Ha varios apartes.) A commissão viu os documentos que vierão do senado.

O Sr. LIVRAMENTO:— Eu pedi que esperassem.

O Sr. D. MANOEL:— Pedio quando?

O Sr. LIVRAMENTO:— Ah! nesse lugar.

O Sr. D. MANOEL:— Pedio quando o parecer já estava sobre a mesa assignado por todos os membros da commissão. Como a camara ouviu hoje a leitura dos documentos a que se refere o honrado membro, espero que se convença de que não destroem os que li hontem e que servem de fundamento á resolução vinda do senado. Termino aqui, Sr. presidente, e na terceira discussão tratarei mais largamente da questão suscitada pelo honrado deputado, e procurarei convencer o de que ao poder legislativo e não ao judicial compete decidir sobre o caso de que trata a resolução.

O Sr. Victor de Oliveira:— Sr. presidente corria para mim hontem despercebida esta questão, e nella não me envolveria se por ventura o nome de judeu, naturalmente antipathico a um christão, não desafiasse a minha attenção. Pedi um exemplar da resolução que se discutia, e reconheci que nella havia um grande embaraço para que eu lhe pudesse dar o meu voto, porque uma questão constitucional se suscitava, antes de tudo, que prejudicava necessariamente a questão de facto que se pretendia resolver; e por isso pedi a palavra. Não duvido que se o poder legislativo fosse competente para declarar alguém no gozo dos direitos de cidadão brasileiro, o devesse fazer com summa justiça a respeito do cidadão a quem se refere a resolução. Tenho ouvido que elle reside no Brazil ha muitos annos, que tem sido conhecido por tribunaes judiciais e administrativos como cidadão brasileiro, e por consequencia fôra, se não justo, ao menos de equidade conservá-lo nesse gozo. Mas a minha grande duvida consiste em saber se o poder legislativo usa de um direito seu dando ao negocio occorrente a solução que se pretende dar por meio desta resolução, cujo objecto me parece estar fôra de sua competencia. Eu sinto divergir da opinião do meu nobre amigo membro da commissão, em alguns pontos em que creio que elle tem tocado por varias vezes, quando quer facilitar o gozo dos direitos de cidadão brasileiro aos estrangeiros, que residindo no imperio solicitação essa graça. O nobre deputado diz: « Eu sempre serei inclinado a favorecer, a dar largas a qualquer pensamento que tenda a convidar o estrangeiro a fazer parte do nossa communhão, porque assim promoveremos a emigração. » Comquanto esteja eu convencido de que o paiz lucra com o augmento de população, e não podendo mesmo ser objecto de questão a necessidade e o dever que temos de promover a emigração estrangeira para o nosso territorio, todavia faço uma grande differença entre emigração para o nosso paiz e o gozo dos direitos de cidadão brasileiro. (Apoia-dos.) Venhão quantos estrangeiros quizerem vir, e procure a nação garantir-lhes os direitos do homem, os direitos individuaes absolutos que elles esperão achar em qualquer paiz bem governado; mas não se lhes consinta com prodigalidade o immediato direito de fazer parte da nossa communhão politica. Os direitos do cidadão e os direitos politicos são para toda e qualquer nação objectos mui preciosos, vantagens de muito peso, que nenhuma jámais barateou, como entendem alguns dos nobres deputados. Garanta o paiz a todo o estrangeiro sua segurança individual e de propriedade, que esta é o primeiro de seus de- e jos, e talvez o unico um estrangeiro que procura o nosso paiz não vem naturalmente levado do desejo nem da esperanza de occupar posições officiaes, de intervir na deliberação e na direcção dos destinos de nossa sociedade, de ter uma voz activa, de ter um voto importante na discussão dos diversos interesses que affectam a nossa existencia social; elle apenas procura emprego seguro e lucrativo ao seu trabalho, á sua industria, aos seus capitães; elle não pede pois ao paiz para o qual emigra, senão segurança de pessoa e de propriedade; mas isto é cousa muito differente do gozo de direitos de cidadão, e ainda mais differente de gozo de direitos politicos. Tanto eu creio não andar muito desacertado neste modo pensar, que me parece poder asseverar que se um acto legislativo houvesse declarando que todos os individuos que chegassem ao Brazil gozarião logo, se quizessem, dos direitos de cidadão brasileiro, esse acto não augmentaria nem de um vigesimo annualmente a emigração estrangeira que tanto desejamos. Nem é da falta de uma medida destas que elles se queixão; não, o mal está em outra parte, é preciso procurá-lo onde

ella realmente existe, e cural-o ou removê-lo. Digo ainda mais, que se fosse possível, o que de certo não é, prescrever-se por uma lei nossa que todo o individuo chegando ao Brazil gozaria dos direitos da cidadã, ficando tambem sujeito a todos os respectivos encargos, a emigração diminuiria consideravelmente, ou desapareceria, porque tudo reflectido e apreciado, vê-se em ultimo resultado que é uma grande desvantagem para o estrangeiro sujeitar-se aos onus a que estão sujeitos os brasileiros, e esta é a razão por que nenhum estrangeiro procura naturalizar-se: elle quer livrar-se do serviço da guarda nacional, da qualificação de juiz de facto, e de todos os mais encargos que pesão sobre os nacionaes. Entendo que os nobres deputados não meditam bem sobre a localidade do mal, quando dizem que uma das causas que têm contribuido para a pouca emigração é o não se facilitar a naturalisação. Não dêsemos nós por exemplo o espectáculo triste de dizer que é enthusiasmo eleitoral o armar-se o povo de achas de lenha contra inoffensivos portugueses, evitassemos outras desgraças dessa ordem, tivéssemos em summa, paz, ordem e segurança, e veríamos que os estrangeiros estariam satisfeitos, que nada mais nos pedirão: elles não querem procurar empregos publicos, não ambicionão nossos direitos politicos; querem sim achar um germen de prosperidade pessoal, um nucleo de familia, uma vida commoda e pacifica.

O Sr. AZAMBUJA:—Entretanto todos podem ser naturalisados; ali estão as resoluções.

O Sr. VICTOR DE OLIVEIRA:—É facil resolver a questão recorrendo-se aos registros publicos; vejão quantas pessoas pedem um titulo de naturalisação e compare-se o numero dellas com o dos emigrados; pelo contrario vemos que ha muitos estrangeiros residentes ha bastante tempo no Brazil que têm todos os quesitos necessarios para podarem impetrar uma carta de naturalisação, e todavia não a impetram, senhores, porque nada com isso lucrão. Certamente o gozo dos direitos de cidadã conviria muito a alguns estrangeiros, se por ventura nas questões individuais, que affectassem de qualquer modo as relações exteriores, fosse tal nacionalidade uma boa garantia contra violencias ou injustiças das outras nações; mas será isto o que se dá no Brazil? Eu cubro o rosto com ambas as mãos quando encaro certos factos que demonstrão evidentemente que ninguem póde ambicionar o ser cidadã brasileiro. Mas ainda cumpre reflectir que naturalisar um individuo é muito differente de o reconhecer no gozo dos direitos de cidadã brasileiro por aproveitar-lhe o § 4º do art. 8º da constituição. Se se trata-se de dispensar a lei que exige um tempo de residencia no paiz, e outras condições, para se poder conceder uma carta de naturalisação, eu diria:—O corpo legislativo é sem duvida competente para dispensar essa lei. E porque? Porque a constituição diz que serão naturalisados os estrangeiros na forma do que fór por lei regulado; e sendo essa lei feita pelo corpo legislativo claro, é que póde esta dispensar a quando queira. Os direitos que tem o estrangeiro naturalisado jámaiz são os direitos de um cidadã brasileiro, ou de um individuo que se acha nas circumstanças do § 4º do art. 8º da constituição, pois sabe-se que ha direitos politicos dos quaes são excluidos os estrangeiros naturalisados. Parece-me que quando mesmo fosse procedente a opinião daquelles senhores que querem facilitar a naturalisação, daqui nada se podia concluir a favor do barateamento do gozo dos direitos de cidadã brasileiro, porque as condições são muito diversas. Seja qual fór a forma do governo de um paiz, nunca póde ser objecto de pouca gravidade reconhecer algum cidadã; mas esse reconheci-

mento é muito mais melintoso em um paiz regido por um governo livre, porque sabem os nobres deputados a importância que ahí tem um cidadã intervindo tão immediatamente na deliberação, na discussão, e na marcha dos negocios publicos, e votando sobre grandes interesses de sua nação. Se entre nós, no exercicio de um acto qualquer da vida civil, ou na pretensão a exercer qualquer direito politico, se suscitasse uma questão de nacionalidade, e o individuo se viesse repellido por um tribunal administrativo, ou por um tribunal judiciario, por causa de uma falsa interpretação da constituição, bem cabido era o appello ao poder legislativo, unico competente para interpretar a constituição e as leis; mas a interpretação de uma lei não é a concessão de um favor individual: nem a resolução que se discute contém uma interpretação de lei: os termos serão então outros, e muy diversos. Esta resolução não consigna senão a solução de uma occorrença dada; ella não é menos do que uma decisão proferida sobre uma questão individual, em que entra essencialmente a apreciação de provas; mas, senhores, uma decisão desta ordem não é da exclusiva competência nem do poder executivo, nem do poder legislativo, nem do poder judiciario; nesta parte supponho haver um engano da parte do honrado membro que defende a resolução. Sr. presidente, resolver uma questão destas póde ser objecto de uma jurisdição apenas relativa e accidental, nunca póde ser objecto de uma jurisdição absoluta e geral; e vou explicar o meu pensamento. Tratando-se do exercicio de direitos politicos, se fór um individuo privado do direito de votar, por se considerar que elle não é cidadã brasileiro, os tribunaes competentes, segundo a lei do processo eleitoral, são os unicos que hão de resolver essa questão; e se o resultado da eleição vem a uma das camaras legislativas do imperio, ella é sem duvida competente para decidir sobre o caso occorrente, declarando se bem ou mal julgado fóra não ser aquelle homem considerado cidadã brasileiro: nesta hypothese, a questão da nacionalidade cabe toda debaixo do dominio da decisão do corpo legislativo, que é o unico competente, e acima de qualquer outro poder, para declarar no gozo dos direitos de cidadã o individuo excluido da eleição; mas a camara usa então desse direito unicamente porque tem de verificar os poderes de seus membros, para o que entra ella em um pleno conhecimento dos factos, e são-lhe fornecidos officialmente todos os documentos e provas de que ella póde preclear para julgar da eleição, approvando-a ou reprovando-a: em uma tal hypothese, a jurisdição é só sua, e de mais ninguem; mas tambem a esta decisão não tem outro alcance, não obriga a mais ninguem, quando se não tratar da eleição. Embora a camara reconheça que Pedro é cidadã brasileiro, e que como tal foi incompetentemente excluido da eleição: se por ventura a mesma questão de nacionalidade se suscita, mas por motivo diverso, ante o poder judiciario, não tem este poder obrigação alguma de cingir-se á decisão da camara, que só respeitou a eleição. Assim, por exemplo, este mesmo Pedro, que foi reconhecido cidadã brasileiro pela camara dos Srs. deputados na verificação dos poderes de seus membros, e que por isto foi considerado com direito a ser admittido a essa eleição, se pouco depois quer ser capitão de um navio, que traz bandeira brasileira, e ha a esse respeito alguma questão submettida ao poder judiciario, não obriga a este poder o precedente ou aresto emanado do corpo legislativo por occasião do exame de uma eleição: os tribunaes judiciais aprecião nesse caso por si mesmos as provas da nacionalidade, e dizem: « Não sois brasileiro, não podeis ser capitão desse navio. » Esse mesmo

Indivíduo pretende depois conseguir de uma alfândega ou thesouraria seu reconhecimento como administrador de uma casa alfandegada; a thesouraria examina suas allegações e seus documentos, duvida de sua nacionalidade, apesar do aresto sobre a eleição, magda ouvir o procurador fiscal, e lhe diz: « Vós não provaes que sois brasileiro perante esta repartição fiscal, e portanto não podeis ser deferido. » Eis aqui cada um dos poderes tendo attribuições legítimas, mas de um alcance parcial e restricto, que não se tornão offensivas das attribuições dos outros. Entretanto um acto legislativo é outra cousa; elle acaba nessa parte com a independencia e harmonia dos outros poderes, impondo-lhe obediencia em quaesquer questões que se organisem sobre nacionalidade, e absorvendo assim as attribuições desses outros poderes. Eu julgo de muito peso a reflexão do procurador da corôa, mencionada no proprio parecer da commissão do senado, e que defende muito bem a independencia do poder judiciario. (Lê.)

Não vê o nobre deputado como este jurisculto consummado pondera mal judiciosamente que o poder judiciario é o unico competente para revogar o julgado proferido contra a pretendida nacionalidade do pretendente? O nobre deputado quer entretanto por uma lei, que impõe obediencia a todos os tribunaes, fazer reconhecer um individuo cidadão brasileiro, e é o que eu nego que seja attribuição exclusiva de qualquer dos poderes do estado. Pôde a apreciação de uma questão destas trazer uma jurisdição accidental, mas sempre restricta e especial, e nunca geral e comprehensiva de todos os effeitos, qual a força de uma lei; nem de outro modo, quando quizessemos exercer esse direito, poderíamos sahirmos, porque este negocio é por sua natureza sujeito a um juizo contencioso, a dilucidação de provas, a contestação de factos, e a um encontro de interesses: como examinar aqui provas de um e outro lado? Como saber o que se poderia oppôr ás allegações da parte? Seria preciso que qualquer deputado se constituísse especialmente o fiscal dos interesses de nossa associação politica para o fim positivo de obter documentos em opposição á nacionalidade, e contrariar as provas do pretendente, que de outro modo nos poderia illudir e zombar das decisões dos outros poderes; mas pôde dar-se a hypothese de que não haja deputado algum munido de provas sufficientes, e não resultaria dahi um perigo para a causa geral, podendo proclamar-se por uma lei cidadão brasileiro quem jámais o era, segundo a constituição? Muito diversamente disto se procede nos outros tribunaes que eu figuro, julgando em uma questão desta ordem; franquea-se um debate, produzem-se provas, ha um miudo exame de factos, e é sempre ouvido algum representando os interesses geraes, seja o promotor, seja o procurador da corôa e soberania nacional; porém aqui a quem ouviríamos nós para poder passar as provas offercidas por este pretendente agraciado pela resolução do senado? Seria um embaraço do qual não sei como sahiríamos. Nem creia o meu nobre amigo que eu deixo de dar todo o peso e consideração ao acto do senado, e é por isto que com muito acanhamento estou fallando, porque presto toda a veneração a este precedente daquelle camara; mas essa veneração tem limites, e não me obriga a renunciar a minha intelligencia; de outra sorte seriam dispensaveis as discussões nesta casa sobre leis vindas daquelle outra camara, e perdido poderíamos considerar o tempo gasto com taes discussões, porque, se o que viesse do senado fosse sempre o melhor, e não admittisse contestação, desnecessario era o concurso desta outro ramo do poder legislativo. Eu entendo que, sempre que razões vallozas podem levantar-se em meu espirito contra um

acto vindo do senado, eu sou obrigado a emittir nesse sentido minhas fracas ponderações, e a cada lhez dará o peso que quizer. Supponho que não foi procedente a argumentação do honrado membro a respeito da questão de competencia, unica da que me occupo, muito embora eu seja o primeiro a dar todo o peso á autoridade do senado. Por outro lado, senhores, se agora nos resolvermos a dar esta competencia ao poder legislativo do imperio, eu temo com alguma razão que mil casos occorrão identicos, ou analogos, que nos occupem com resoluções desta ordem; quando aliás olhando para o regimento do poder legislativo, que é a constituição, eu não vejo que uma questão destas seja objecto de uma lei, ou resolução: não sei de que artigo se possa deduzir o direito de legislar sobre tal materia contenciosa. Nós, dispensando a lei sobre naturalisação, estamos no nosso direito, porque essa lei foi feita por nós, e a constituição nos autorizou a fazê-la: mas saber se alguém é ou não cidadão brasileiro nos termos do § 4º do art. 6º da constituição, importa um julgamento: e pois como se pôde caracterisar este acto legislativo, qual a disposição do nosso regimento consuetudinal em que elle tenha cabimento?

O Sr. D. MANOEL, dá um aparte que não ouvimos.

O Sr. VICTOR DE OLIVEIRA: — Este aparte do nobre deputado me faz lembrar que por isto mesmo que estamos aqui para velar na guarda da constituição e das leis, devemos ser muito esrupulosos em nossos actos, para não absorver ou invadir as attribuições dos outros poderes; devemos ter todo o escrupulo no exercicio de nossas attribuições, de sorte que não vamor usurpar e mesmo absorver as dos outros, em prejuizo das garantias constitucionaes. Se hoje um individuo fizesse com que nós discutissemos a sua questão individual de dever ser elle ou não reconhecido no gozo dos direitos de cidadão brasileiro, porque está no Brazil desde a emigração politica deste paiz, amanhã muitos outros individuos virião com igual pretensão, fundando-se em injustiças que tivessem soffrido do poder judiciario ou do executivo, em questões de nacionalidade: e nós deveríamos, para não sermos incoherentes e injustos, decidir todas essas questões por meio de outras tantas resoluções.

Diz o art. 6º, § 2º da constituição. (Lê.) Sabemos perfeitamente as gravas questões que, por direito, se podem agitar a respeito da verificação do domicilio: e eis que uma decisão do poder judiciario sobre uma questão de nacionalidade, em relação a este paragrapho do art. 6º da constituição, dará lugar a que o individuo que se suppuzer prejudicado recorra ao corpo legislativo para resolver esta questão como resolveu outras de nacionalidade em relação ao § 4º do mesmo artigo. Esse homem dirá, como o individuo de que agora se trata: « Eu quero fazer-me reconhecer cidadão brasileiro, os tribunaes judiciais negão me este direito, os tribunaes administrativos tambem m'o negão, fazei-me vós justiça, Srs. legisladores, e para isso vos apresento meus documentos. » Nós seremos pois obrigados a apreciar estas questões e a decidil-as por meio de leis ou resoluções.

Creio que ponderou muito bem o nobre deputado pela provincia de Santa Catharina, que se nós temos o direito de declarar algum no gozo dos direitos de cidadão, tambem temos o direito de declarar algum fóra do gozo desses direitos. Vou desenvolver este argumento que é attendivel, e assim mostrarei que seria interminavel o nosso trabalho com resoluções desta ordem. Vamos ao artigo da constituição. (Lê.) Não

poderá haver alguém que tenha acedido uma pensão, uma condecoração estrangeira sem licença do governo, e que todavia pretenda conservar os seus direitos de cidadão brasileiro? Mas, se o poder executivo ou o poder judicial tiver decidido contra essa pretensão alguma questão de sua competência, ahí virá esse indivíduo ao poder legislativo, e mostrará que aceitou a pensão por este, ou por aquelle motivo ponderoso, que não teve propósito de infringir a constituição, que mesmo depois disso já foi qualificado votante ou elegível em uma eleição verificada pelos legisladores, e concluirá pedindo uma lei proclamando o cidadão, como esta que se discute; ainda mais: o poder legislativo chegará mesmo a declarar que alguém foi bem ou mal suspenso do gozo de seus direitos políticos, porque também ha um artigo da constituição marcando os casos em que se suspendem taes direitos. (Lê.)

Se alguém, por occasião de uma eleição, ou em uma questão de liberdade de imprensa, soffre uma injustiça por ser considerado suspenso do exercicio dos direitos políticos, visto não ter capacidade physica ou moral, pôde recorrer para o corpo legislativo e dizer: «Vede que mal e indevidamente fui suspenso, eu estubado deste direito, porque não se dá a meu respeito incapacidade physica ou moral; remedial pois o mal que me fizeram,» e ahí teremos outra lei para esse caso. Enfim, senhores, não posso alongar-me muito, porque estas observações me são suggeridas agora pelo discurso do meu nobre amigo, a cuja consideração eu submetto, desejando mesmo auxiliar-me de suas luzes, quando ella queira desvanecer-me taes duxidas. Em todo o caso bem se vê que pugno desta modo pela independência e harmonia dos poderes, não querendo que o corpo legislativo, por uma lei ou resolução, usurpe, ou antes absorva as attribuições dos outros poderes; e faço esta declaração. Sr. presidente, porque ando muito atterrado depois que um honrado membro pela provincia do Rio de Janeiro accusou-me asperamente, em uma das sessões passadas, de querer invadir attribuições do poder judiciario sob o pretexto de as respeitar, chegando o nobre deputado a comparar o caso com o do braço de um D. Quixote, vingando erros da justiça na defesa de uma boa administração da justiça....

O Sr. SAYÃO LOBATO:—Eu não disse isso.

O Sr. VICTOR DE OLIVEIRA:—Perdô-me, disse-o, e disse mais que alguém poderia desculpar as boas intenções desse D. Quixote, mas que não se poderia considerar o seu procedimento senão como um attentado contra o bom senso....

O Sr. SAYÃO LOBATO:—Não me entendeu bem.

O Sr. VICTOR DE OLIVEIRA:—Tenho pois necessidade de mostrar que ninguém respeita e venera mais a divisão e harmonia dos poderes do estado do que eu; e pois que vejo que por estes actos a camara absorve attribuições de outros poderes, não tenho remedio senão votar contra a resolução. Tive a imprudência, talvez a grande temeridade de medir minhas debéis forças com as do nobre deputado, mas não lhe dei licença para menosprezar assim minhas intenções; quero mesmo pedir-lhe meças quanto a saber guardar acatamento á independência do poder judiciario; o que elle tiver visto ou lido de mais terminante, ou mesmo exagerado sobre tal independência, eu aceito como axioma, e não exijo demonstração: parecer-lhe-ha assim notavel a maxima de M. Serrigny, citada por Chauveau. «O poder executivo é soberano na esphera de suas attribuições, como o é o poder legislativo em materia de legislação, e como o é ainda o

poder judicial na decisão das questões legalmente submettidas a seu conhecimento.» Se o nobre deputado quer ainda cousa mais sublime e categorica, eu aceito essa doutrina que a moderna constituição da republica franceza consagrou em termos de theoria universal, dizendo em um de seus artigos: «A separação dos poderes politicos é a primeira condição de um governo livre.» Quer isto o nobre deputado? Eu tambem aceito; mas o que não posso perdoar ou permittir é que o nobre deputado faça uma injustiça aos meus sentimentos, dizendo que eu, a pretexto de respeitar o poder judiciario, queria invadi-lo e attentar contra o bom senso.

O Sr. SAYÃO LOBATO:—Não me referi ao nobre deputado.

O Sr. VICTOR DE OLIVEIRA:—Então não sei a quem se referio, e todavia, á vista desta declaração do nobre deputado, deixarei de dizer-lhe o que pretendia.

Sr. presidente, eu convido a attenção da casa para esta questão de direito constitucional; desejo saber—se o poder legislativo é competente para declarar a alguém no gozo dos direitos de cidadão brasileiro.—Se eu não tivesse este embaraço, se eu pudesse julgar liquido que tal declaração ou verdadeiro julgamento podia ser objecto de uma resolução, ou de uma lei, não teria duvida alguma de approvar a resolução que se discute; mas, como não julgo isto por ora liquido, como mesmo penso de diverso modo, voto contra o parecer da commissão.

O Sr. D. MANOEL pede a palavra.

O Sr. PRESIDENTE entende que lh'a não pôde dar, por isso que o nobre deputado já fallou sobre esta materia as duas vezes que permittiu o regimento.

O Sr. D. MANOEL presume que, como relator da commissão, tem o direito a fallar mais uma vez.

Suscita-se uma questão de ordem na qual tomão parte os Srs. D. Manoel, Sayão Lobato Junior, Moraes Sarmento, Dias de Carvalho, Paula Candido e Ferreira Penna, sobre o saber-se se a resolução está em primeira ou segunda discussão; e reconhece-se, á vista do regimento, que as resoluções vindas do senado não têm senão segunda e terceira discussão, por isso que a primeira (que versa sobre a utilidade da materia), é dispensada pelo mesmo regimento, e por consequencia entende-se que estando em segunda discussão a resolução, e não o parecer, o Sr. D. Manoel não pôde ter a palavra mais uma vez para fallar como relator da commissão que interpoz o parecer sobre a resolução.

O Sr. WANDERLEY requer o encerramento da discussão da materia.

Sem debate é approvado este requerimento, e posta a votos é rejeitada a resolução.

Segue-se a primeira discussão do projecto n. 102 que isenta as camaras municipaes do pagamento das custas dos processos em que decalir a justiça.

O Sr. PRESIDENTE (depois de alguma pausa):—Se não ha quem peça a palavra vou pôr a votos.

ALGUNS SENHORES:—Não ha casa.

O Sr. PRESIDENTE:—Como não ha casa para se votar fica encerrada a discussão, e a votação terá lugar na primeira sessão. Vai-se fazer a chamada.

Feita a chamada, reconhece-se que retirárão-se, com causa o Sr. Vasconcellos, e sem ella os Srs. Graça, Araújo Lemos, Fernandes Vieira, Uchôa, Gomes Ribeiro, Góes Siqueira, Angelo Ramos, Almeida Couto, Chaves, Pereira da Silva, vigario Silva, Paula Santos, Teixeira de Souza, Ramalho e Sayão Lobato Junior.

O Sr. PRESIDENTE marca a ordem do dia seguinte, e levanta a sessão ás duas horas e meia.

Sessão em 27 de Maio

PRESIDENCIA DO SR. HENRIQUES DE REZENDE,
VICE-PRESIDENTE

SUMMARY. — Reclamação do Sr. Dias de Carvalho. — Expediente. — Pareceres das comissões. — Pagamento de custos. — Reclamação do Sr. Miguel Tavares. Discursos dos Srs. Tenreiro Aranha, Mendes de Almeida, Pacheco, Zacharias, Moraes Sarmiento, Carneiro da Cunha, Vianna e Paula Candido.

Às 10 horas e três quartos da manhã, reunidos os Srs. deputados em numero legal, abre-se a sessão, e lê-se a acta da antecedente.

O Sr. Dias de Carvalho: Quando o Sr. secretario leu a acta, creio que não declarou qual foi o numero de votos pelo qual foi rejeitada uma resolução sobre um individuo que pretendia ser considerado cidadão brasileiro; o Sr. secretario simplesmente menciona que a resolução foi rejeitada; mas se me não engano, nestes negócios os Sr. secretarios costumão declarar o numero de espheras que rejeitão ou approvão a materia. Como este negocio é particular, perguntava (talvez fosse equivocação minha), porque não se declarou na acta o numero de espheras que rejeitou essa resolução?

O Sr. Figueira de Mello (redactor da acta): Na acta não se acha declarado o numero de votos que teve a resolução pró ou contra, porque não se costuma fazer esta declaração em votação alguma, senão quando se trata da votação por escrutinio secreto por meio de espheras brancas e pretas; mas essa votação não se procedeu assim, procedeu-se symbolicamente, e por isso não se fez a declaração.

O Sr. Dias de Carvalho: Disto não me lembra. E' approvada a acta.

EXPEDIENTE

Officio do Sr. secretario do senado, participando que por officio do ministro e secretario de estado dos negocios do imperio, constou ao senado que S. M. o Imperador consente nas seguintes resoluções: duas approvando as pensões concedidas á viscondessa da S. Leopoldo com as suas quatro filhas solteiras, e á condessa do Rio Pardo e seus filhos; e uma concedendo ao governo um credito de 22:265\$705 para pagamento da despesa do funeral de S. A. I. o Sr. D. Pedro Affonso. Pica a camera inteirada.

Não ha mais expediente.

PARCERES DE COMISSÕES

O seguinte parecer é approvado quanto ao requerimento: quanto ao mais, fica sobre a mesa para ser offerecido como emenda á lei do orçamento.

O reverendo José do Desterro Pinto, vigario collado da freguezia de S. Francisco Xavier do Engenho Velho do municipio da corte, no requerimento que dirigio á esta camera, em 23 de Fevereiro do corrente anno, pediu a concessão de duas loterias, para serem extrahidas com preferencia a quaesquer outras, e com o producto dellas continuar a obra da igreja matriz da dita freguezia, que não poderá ultimar-se com a quantia de 11:100\$, producto de uma loteria já

extrahida, e bem assim com o de varias esmolas, entre as quaes figura a de 400\$ que S. M. a Imperatriz, por effeito de sua imperial munificencia, e dos principios religiosos que tanto a caracterião, se dignou de mandar dar para continuação da dita obra, por constar-lhe que ia a mesma parar por falta de fundos.

A comissão de fazenda, encarregada de examinar este negocio, não podendo avaliar, pela exposição feita no requerimento do mesmo reverendo vigario, qual a obra de que carece a igreja matriz, que ali se diz precisar de grande reparo, e a quanto deve montar a despesa que é preciso fazer-se com o dito reparo; tendo visto que á custa do producto da loteria extrahida se fez uma outra obra, que propriamente fallando não parece ser aquella para que foi concedida, e mesmo tendo em vista o preceito imposto no art. 17 da lei de 11 de Outubro de 1837, n. 106, requerem que se pedisse ao governo, pelo ministerio da justiça, a planta e orçamento relativos á mesma obra, a que se mandou proceder por aviso de 29 de Outubro do anno passado; e á vista de todos os papeis que lhe forão remettidos reconheceu: 1º, que quasi todo, senão todo o producto da loteria extrahida, foi empregado na construção de um cemiterio que está concluido, e de catacumbas, das quaes se apromptarão metade; 2º, que algumas obras se fizeram na igreja, mas que não são as que a comissão reputa mais urgentes, segundo a opinião do engenheiro encarregado do exame das mesmas obras, e que essas forão feitas á custa das esmolas que agenciou o reverendo vigario, e da que se dignou dar S. M. a Imperatriz; e 3º, que o producto das duas loterias que se pedem é para ser applicado á conclusão da obra das catacumbas, orçada em 9:249\$, e aos reparos mais urgentes de que carece a igreja, para se não arruinar, as quaes são por aquelle engenheiro avaliadas em 2:890\$520, porque em avultada quantia, diz elle, importaria um concerto radical da mesma, se se quizesse fazer, o qual por ora pôde dispensar-se; cumprindo á comissão accrescentar que o reverendo vigario reputa muito baixo o orçamento do engenheiro.

A vista do exposto, entende a comissão que nenhum credito se deve por ora abrir para a continuação e conclusão da obra que falta fazer de metade das catacumbas, sem que se peça ao governo, pela repartição competente, a seguinte informação, afim de que á vista della possa a mesma comissão interpor definitivamente a sua opinião a tal respeito, a saber: se por ventura entende elle que deve continuar a obra das catacumbas começadas na freguezia de S. Francisco Xavier do Engenho Velho, das quaes estão já feitas metade, não obstante a prohibição feita pelo mesmo governo de se fazerem enterramentos dentro dos templos, e em catacumbas adjacentes aos mesmos; e pelo que respeita aos reparos urgentes de que carece a referida igreja matriz, entende a comissão que estando orçada em 2:890\$520, se não deve mandar extrahir uma loteria para haver tal somma, por motivos que são obvios; e portanto é sua opinião que se mandem fazer aquelles reparos á custa da renda geral, abrindo-se ao governo um credito da quantia de 4:000\$, em os quaes inclue o pagamento do soldo que, segundo os mencionados papeis, consta haver a favor do vigario, e para este fim offerece a seguinte resolução, como artigo additivo, para a lei do orçamento que tem de fazer-se.

A assembléa geral legislativa decreta:

Art. ... E' aberto ao governo pelo ministerio da justiça, e para ser verificado no exercicio de 1850 a 1851, um credito até á quantia de 4:000\$, para ser applicado aos reparos mais urgentes de que carece a igreja matriz de S. Francisco

Xavier do Engenho Velho, na conformidade da planta e orçamentos feitos, e bem assim ao pagamento do saldo, que se verificar existir a favor do vigário della.

« Este credito fará parte do total aberto ao mesmo ministerio para o referido exercicio, e formará uma rubrica especial no respectivo balanço.

« Pago da camara dos deputados, 27 de Maio de 1850.—J. F. Vianna.—J. J. Pacheco. »

Entrão em discussão, e são approvados, os seguintes pareceres:

« A comissão de fazenda, a quem foram presentes os requerimentos que a esta camara dirigirão o conde de S. Simão, Alexandre Alves Gomes Barroso, e Leopoldo Augusto da Camara Lima, com que representação contra a falta de execução por parte do thesouro do art. 51 da lei n. 514 de 28 de Outubro de 1848, o qual determinou que o governo mandasse substituir as notas do extincto banco do Brazil que pertencem aos interessados nos bens do casal de D. Maria Joaquina de Azevedo Barroso, na importancia de 8:494\$, depois de reconhecidas verdadeiras, e pedem providencias para que o referido artigo seja executado, para poder interpor a tal respeito o seu parecer, precisa que seja ouvido o governo pelo ministerio da fazenda, remetendo-se-lhe os mencionados requerimentos, e exigindo-se que informe quaes são as duvidas que houverem, para que se não tenha cumprido a disposição daquelle artigo da lei citada.

« Pago da camara dos deputados, 27 de Maio de 1850.—J. F. Vianna.—J. J. Pacheco. »

« A comissão de fazenda é de parecer que se archive o requerimento incluído que dirigio a esta camara a administração do hospicio de Pedro II, e no qual pede a concessão de uma loteria annual, sem limite de tempo, para adjuntorio do complemento da obra do mesmo hospicio, como para ficar constituindo a renda para a sua manutenção, por isso que tal pretensão foi já attendida na resolução que concede vinte loterias para o dito fim, a qual sendo adoptada por esta camara, foi remetida para o senado.

« Pago da camara dos deputados, 27 de Maio de 1850.—J. F. Vianna.—J. J. Pacheco. »

Julga-se objecto de deliberação, e vai a imprimir para entrar na ordem dos trabalhos, o parecer da comissão de marinha e guerra, convertendo em projecto de lei a proposta do governo que fixa as forças de terra para o anno financeiro de 1851 a 1852.

O Sr. Presidente:—Tem-se de entrar na discussão das propostas do governo que fixão as forças de mar e terra; lembro por isso á comissão da resposta á falta do throno que apresente o seu trabalho.

ORDEN DO DIA

Procede-se á votação do projecto n. 102, dispensando as camaras municipales do pagamento das custas nos processos em que decahir o promotor publico, e dá outras providencias.

Depois de lido o projecto pelo Sr. 1.º secretario, põe-se a votos e é approved para passar á segunda discussão.

São approvados sem debate em segunda discussão, e passão para a terceira, os seguintes projectos:

1.º—N. 20 deste anno, autorizando o governo a fazer as operações de credito necessarias para o pagamento dos empréstimos externos, contraídos em 1823 e 1824.

2.º—N. 101 deste anno, acerca de eleitores para senadores.

Entra em segunda discussão o projecto n. 55 de 1848, mandando pagar a Miguel Tavares a

importancia da sentença que obteve contra a fazenda publica.

O Sr. Tenreiro Aranha:—Existem adiados sobre a mesa dous pareceres de 1848; um para incluir na lei do orçamento o pagamento pedido pelo visconde do Rio Vermelho, de uma quantia que liquidou pelo juizo competente, do qual obteve sentença; outro, ainda mais identico ao objecto de que se trata, é relativamente ao pagamento de umas fazendas que se achavão no mesmo navio *Imperador Alexandre*, pertencentes a um negociante da praça do Maranhão, de nome Jeronymo José Tavares. Eu quero offerecer como additamentos esses pareceres, para que se paguem a estes dous credores, que estão no mesmo caso e que apresentarão sentenças passadas em julgado. Pego, pois, a V. Ex., que me mande esses dous pareceres.

O Sr. Ribeiro:—Sr. presidente, ratificando os principios que já em outra occasião emitti nesta casa a respeito destes pagamentos, vou offerecer algumas considerações á camara dos Srs. deputados para justificar o meu voto contra o projecto em discussão.

Eu entendo, senhores, que questões desta natureza não são da competencia do poder judiciario e sim da exclusiva competencia do poder legislativo. A parte interessada deveria ter feito o seu requerimento ao poder legislativo com os documentos que julgasse necessarios para justificar o, e o poder legislativo então lhe deferiria com a justiça que lhe achasse. Eu vejo que se apresenta uma sentença do poder judiciario condemnando a fazenda publica a pagar a este individuo o valor de uma embarcação e seu carregamento, que forão apossados por lord Cochrane no tempo da guerra da independencia. Eu duvido da competencia do poder judiciario a este respeito; não sei em que lei pôde-se fundar o poder judiciario para condemnar a fazenda publica a pagar esses prejuizos; ao poder legislativo é que compete apreciar as circumstancias do caso, attender por equidade a um ou outro requerimento que lhe seja apresentado neste sentido, e mandar indemnizar conforme as circumstancias do thesouro permitirem. Já a camara dos Srs. deputados em outra legislatura teve occasião de rejeitar uma sentença que versava sobre prejuizos provenientes da guerra da independencia. Nós temos uma lei (a de 24 de Outubro de 1832) que, no art. 31, reconheceu expressamente que a apreciação e julgamento destas questões só pertencem ao poder legislativo, determinando que não se inscrevesse nem pagasse divida alguma que respeitasse a perdas de particulares por motivo de guerra interna ou externa sem autorisação do poder legislativo. Ora, se estas dividas não podem ser pagas sem autorisação do poder legislativo, é claro que elle pôde autorisar ou não o seu pagamento conforme julgar em sua sabedoria; mas, sendo o caso da competencia do poder judiciario, o poder legislativo não deve negar o pagamento, e então forçoso é mandar cumprir a sentença. Como o caso de que se trata refere-se a tais prejuizos, entendo eu, na conformidade da lei que citei, que esta sentença não pôde obrigar a fazenda publica a semelhante indemnisação, e que por consequente o poder legislativo não deve autorisar o pagamento.

Ha de vir á discussão uma outra resolução mandando pagar a Antonio Manoel Cordelro, cessionario de Manoel Cardezo de Aguiar, outra divida tambem proveniente de prejuizos da guerra da independencia. Eu desejava que essas resoluções fossem todas discutidas a um tempo, porque versão sobre a mesma materia. Desde já previno que na occasião hei de pedir á nobre comissão do orçamento que me informe como

este negocio foi ter á sua mãe, tendo começado na commissão de fazenda, que é a competente para examinal-o e dar o seu parecer. Foi á commissão de fazenda que se dirigio essa pretensão, bem como esta resolução que se discute foi iniciada por ella. E' por isso que desejo perguntar á nobre commissão de orçamento porque razão esse negocio foi ter á sua mãe, tendo começado na de fazenda, tendo eu já dado a respeito delle o meu parecer, que entreguei a um de meus nobres collegas, segundo-minha lembrança.

Ea tenho ainda que advertir sobre esta resolução, que, segundo consta do proprio relatório da commissão, já a camara rejeitou em outra occasião uma resolução que mandava pagar a quantia de 32 000\$ a este individuo. Não estou habilitado para dizer alguma coisa a respeito do caso, porque não vi os documentos, como vi os que dizem respeito a esse outro negocio de Antonio Manoel Cordeiro, de que acima fallei. Talvez, se tivesse visto os documentos, pudesse me convencer, como me convenci a respeito desse outro, que mesmo quando o negocio tivesse começado perante o poder legislativo, que é o competente, e não perante o poder judiciario, boas razões haveria para o poder legislativo negar o pagamento; porque, senhores, pôde acontecer que estes documentos demonstrem, como os relativos a Antonio Manoel Cordeiro, que o apresamento foi de uma embarcação inimiga, e que por consequencia o thesouro publico nacional não deve indemnizar semelhantes prejuizos, pois é sabido que quem segue um partido qualquer carrega com as consequencias da sua adhesão a esse partido; logo, aquelles nacionaes ou estrangeiros que tivessem adherido ao partido portuguez contra a independencia devião carregar com as consequencias de sua adhesão, como os brasileiros carregarão com o resultado da sua adhesão ao partido nacional, se por ventura tivessem sido vencidos.

Portanto, a camara dos Srs. deputados deve ser muito cautelosa em examinar uma questão desta natureza, para que não aconteça que mandemos indemnizar prejuizos a um que pagou em armas e fez causa commum com os inimigos da independencia, como me pareceu descobrir ao negocio da que fallei, de Antonio Manoel Cordeiro, cujos documentos examinei com toda a attenção. A respeito do individuo de que se trata, nada posso dizer, porque não vi os documentos.

Não se deixe a camara levar deste argumento apparente do relatório, que como a fazenda publica foi condemnada a indemnizar, forçoso é que o poder legislativo decreta os fundos, porque, como já disse, não é negocio da competencia do poder judiciario; e assim se tem por outras vezes decidido na casa. Já citei a lei de 24 de Outubro de 1832, que no art. 31 diz muito claramente que estas dividas, estes prejuizos, não poderão ser indemnizados sem uma expressa authorisação do poder legislativo. Isto não quer dizer, como tenho ouvido na casa, que é para que o poder legislativo decreta os fundos, esta lei reconheceu expressamente que estes negocios são da exclusiva competencia do poder legislativo...

Um Sr. DEPUTADO:—Não.

O Sr. RIBEIRO:—Sim; porque não sei em que lei se funda o poder judiciario para condemnar a fazenda publica a pagar prejuizos provenientes de uma guerra interna ou externa, como pôde apreciar questões de tal natureza, alheias de sua alçada, e decidir por uma sentença que a fazenda publica pague ou indemnisar prejuizos occasionados pela guerra, pelo estado de defeza em que se achára a nação. Eu considero estas sentenças, como já tive occasião de considerar uma na legislatura de 1845 ou 1847, como um documento que não obriga ao poder legislativo, um documento

com que a parte instrua sua petição; e por isso não estou resolvido a mandar pagar, porque, considerando como documento, não tenho convicção de que na realidade o individuo de que se trata soffresse uma injustiça no apresamento de uma embarcação. Emfim, o meu fundamento principal é que eu não posso adoptar semelhantes sentenças, e nisto sou coherente com os principios que já emitti em outra occasião. Voto pois contra o projecto e contra outros da mesma natureza que ahí estão sobre a mesa.

O Sr. Mendes de Almeida:—Pensei, quando o honrado membro pela Bahia se levantou para impugnar a resolução, que tratasse de demonstrar a injustiça deste pagamento, mas foi isto precisamente o que o honrado membro não fez. Receiando que o valioso voto do nobre deputado conseguisse da camara a rejeição do projecto, lembrei-me de pedir a palavra para dizer alguma coisa em pró de uma pretensão que me parece muito justa.

O honrado membro disse que nas questões de presas, de prejuizos oriundos da guerra, não devião os pretendentes apresentar as suas reclamações perante o poder judiciario, mas sim ao poder legislativo, que elle julgava mais competente para resolver estas questões, allegando em apoio da sua proposição uma lei de 1832. Eu me conformo muito com a opinião do honrado membro a este respeito, porque, se acaso não se puzer um termo a pretensões desta especie, quando não bem fundamentadas, creio que não serão bastantes as minas da California para se pagar tudo quanto se exigir; mas me parece que, quando qualquer destas pretensões vem ao corpo legislativo, e não se pôde contestar a sua justiça, a camara, o corpo legislativo deve votar por ellas, pelo seu pagamento. O exame anterior do poder judiciario é mais um voto em abono da pretensão que se funda em justiça; é o que succede no caso vertente. O honrado membro não demonstrou a injustiça desta pretensão, não examinou a sentença onde veria os arrazoados, os documentos apresentados pelo pretendente, com os julgamentos que elle obteve em seu favor. Se pois não demonstrou essa injustiça, julgo que a camara não poderá esquivar-se em dar o seu voto em pró desta pretensão.

Quando em 1824 o marquez do Maranhão apresentou-se pela segunda vez nas aguas da minha provincia, depois de proclamada a independencia, apresou um barco vindo de Lisboa, desta negociante, que já tinha adherido á independencia, e por consequencia era cidadão brasileiro. Tendo o seu barco chegado muito depois da proclamação da independencia, depois que esse cidadão tinha adherido e prestado juramento á independencia, e estabelecido o governo legal, não devia esse barco ser tratado como de propriedade portugueza; entretanto o marquez do Maranhão julgou daver apresal-o, e rotel-o junto á sua esquadriha. Conhecendo depois que o proprietario era brasileiro, mandou entregal-o, mas de tal fórma se houve que não pôde ser entregue ao proprietario, foi conduzido á ilha do Medo, fronteira á capital da provincia, onde se despedaçou, perdendo-se todo o carregamento. O Sr. Miguel Tavares, negociante muito honrado, propoz a sua acção contra o marquez do Maranhão, que então já tinha largado o serviço do Brazil e se achava fóra do paiz. Esta causa, depois de vencida, não pôde ter execução por se haver retirado o marquez do Maranhão para fóra do imperio, e não terem seus procuradores no imperio bens alguns seus com que se pudesse indemnizar; o proprietario appellou portanto para o thesouro, que era o responsavel, visto que foi em nome da nação, como seu almirante, que se apresentou o marquez do Maranhão nas aguas da minha

provincia, ainda depois de proclamada a independencia alli, e conseguiu do poder judiciario que se lhe mandasse pagar o importe das se carregamento, por intermedio do thesouro, porém sem juros. O poder executivo não quiz mandar satisfazer pelo thesouro a importancia das quantias que o poder judiciario entendeu que se devião ao Sr. Miguel Tavares; forão os papeis remettidos, presentes á camara dos Srs. deputados em 1839. Desde então nunca se pôz em duvida a justiça desta pretensão; sempre teve ella favoravel acolhimento das commissões de fazenda, até que finalmente foi approvada uma resolução semelhante á do projecto que se discute, creio que em 1845 ou 1847. Esta resolução indo ao senado cabio, porém cahio sem nenhuma discussão, talvez por algum descuido, por essa desatenção que de ordinario se observa nos corpos collectivos quando as materias que se discutem não são muy importantes, e desañão o interesse geral. Cahio a resolução sem se saber como, pois que não houve impugnação; por isso torna a apresentar-se nesta camara a pretensão de Miguel Tavares. Não ha contra ella nenhuma opposição fundada em justiça, nem tão pouco em direito.

Não me opponho portanto ao que disse o honrado membro a quem respondo, pois que a sua opinião me parece muito bem pensada, muito razoavel, e comtudo me parece não estar ella firmada em lei. Conviria que se estabelecesse isso que quer o honrado membro, que seria um proveitoso precedente para que se evite que pretensões menos justas ousem apparecer nesta casa, por isso que em questões com a fazenda publica o poder judiciario se tem mostrado, permitta-se-me dizer, muito pouco escrupuloso; não se examinão os negocios: como são bens da nação, passa tudo. E' desgracadamente isto o que tenho observado; sendo a questão com a fazenda publica alguma gorda cobrança, ella perde sempre; rara é a questão em que o thesouro vem a ganhar.

Entretanto, em negocios da especie em questão, a costume é este: o poder judiciario julga se o objecto é ou não justo, lavra-se a sentença, apresentão-se os papeis nesta casa, porque o governo não quer pagar, e votão-se os fundos. Como a este respeito não ha nada estabelecido, varião as opiniões, creio que não pôde ter cabimento na questão presente o principio que o honrado membro quiz invocar, a meu ver, muito justo e aproveitavel; servirá para o futuro. Se se entrar na questão da justiça, examinando-se os documentos que forão presentes ao poder judiciario e á commissão, parece-me que o corpo legislativo não poderá negar seu voto a esta pretensão.

Voto pela resolução.

O Sr. Pacheco: — Eu não conheço, nem sei quem é o Sr. Miguel Tavares da cidade do Maranhão; nada diria a favor delle se meu nome não figurasse, como figura, na resolução apresentada em o anno de 1841 pela commissão de fazenda, da qual eu fazia parte, e se o illustre deputado pela Bahia, cujos conhecimentos profissionais muito respeito, não chamasse a commissão a terreiro. Sou, pois, forçado a dizer alguma coisa em abono dessa resolução, e a dar algumas explicações ao honrado deputado. Ataca elle a resolução por dous motivos: o primeiro, porque julga que não é da competencia do poder judiciario decidir acerca de dividas provenientes de prejuizos de guerra externa ou interna, á vista de um artigo da lei do orçamento de 1832, que manda que taes dividas não sejam pagas sem authorisação do corpo legislativo; o segundo, porque, abstrahindo da questão da competencia, presumindo que não ha justiça da parte do reclamante. Por fim deseja o

mesmo illustre deputado saber como é que, sobre negocio identico, de Antonio Manoel Cordeiro, cessionario de Manoel Cardoso de Aguiar, da cidade da Bahia, não foi attendido um parecer do honrado membro, a quem havia sido affecto o dito negocio, apparecendo uma resolução offerecida pela commissão de orçamento.

Sr. presidente, tenho em tamanha conta os conhecimentos juridicos do illustre deputado, que não deixei de ficar perplexo e duvidoso na opinião que sempre tenho professado de competir ao poder judiciario a resolução de questões da natureza da que ora se debate; ponderando, porém, na materia, permitta o illustre deputado que eu persista na mesma opinião, e chame sua attenção para a questão.

Pelo nosso direito antigo ainda em vigor, e pela constituição, pertence ao poder judiciario decidir, não só as questões entre os particulares, como entre estes e o estado. O poder judiciario só não pôde decidir negocios que expressamente lhe sejam vedados; e o de que se trata nunca foi, nem é exceptuado da regra geral. Assim, a doutrina hoje invocada será boa para constituir direito, mas não é direito constituido. Se a doutrina do illustre deputado é boa, é preciso constituir-a, formulal-a em direito. Não pôde o honrado membro soccorrer-se com a disposição da lei do orçamento de 1832, a qual não revogou, e nem devia revogar, o direito existente, sem substituir-lhe regras certas e seguras. Tendo a lei de 1837, que fundou a divida publica, autorisado o thesouro para ouvir os credores do estado, legalisar suas dividas, e inscrevê-las no livro, dando aos credores apolices de 5 %, o que quiz a lei de 1832 foi coarctar ao thesouro essa liberdade quanto ás dividas provenientes de guerra interna ou externa: lêa-se o artigo da lei de 1832, e ver-se-ha que outra não pôde ser a intelligencia. A lei não privou os particulares do recurso dos meios ordinarios e contenciosos. A lei refere-se ao thesouro, e não ao poder judiciario. Julgando este em ultima instancia, entendo que nós só podemos hoje divergir nos meios de fazer o pagamento.

E é possível acreditar que o corpo legislativo, adoptando o referido artigo, quizesse derogar o direito existente? Acho que não. Pois nós que ainda nem temos creado cadeiras de direito administrativo no paiz, que não temos aprofundado esta materia para extremarmos o administrativo do judiciario, seremos tão precipitados para acabarmos com garantias existentes sem termos preparado normas regulares para substituil-as? Seria marcharmos para o cahos, para um arbitrio perigoso. A opinião que sustento não é só minha. A resolução tem a assignatura de dous homens conspícuos e entendidos, do Sr. Joaquim Franco de Sá e do fallecido Sr. João José de Moura Magalhães. A commissão de fazenda, da qual fiz parte desde 1838 até 1843, foi sempre desta opinião, e della tambem forão membros pessoas de reconhecido saber como os Srs. Martin Francisco e Souza Martins. Por consequencia acho imprudente rejoltar precedentes que se comportão com o nosso direito, para seguirmos innovações que carecem ser estudadas.

Sr. presidente, reconheço que é popular o principio da economia; agrada sempre tudo quanto parece ter por fim zelar os dinheiros publicos. Assim é sempre mais facil dizer-se — não se pague, zelemos o suor do povo, etc. — E' isto mais popular...

Um Sr. Deputado: — E' mais popular mandar pagar.

O Sr. Pacheco: — Não nos devamos porém deixar levar só deste principio: cumpre examinar a materia, e dar a cada um o que for seu, pagando aos que direito tiverem, e despedindo os que

quizerem usurpar os dinheiros publicos. A fazenda publica, que tem tantos privilegios, que não paga custas de suas demandas, que tem executivo, etc., etc., não deve chicanar com seus credores; examine-se o merecimento do negocio; se ha direito, pague-se; se não ha, desengane-se. Este é o meu principio. Nada de declinatorias de incompetencia. No caso vertente os Srs. que julgão, que isto é da competencia exclusiva do corpo legislativo examinem os documentos, e decidão de uma vez.

Eu me recordo que em 1838 ou 1839 os Srs. Ignacio Rigaud e Antonio Joaquim da Costa, da Bahia, propuzeram sua acção por prejuizos que soffrêrão na rebelião da Bahia, e o corpo legislativo mandou-os pagar.

Um SR. DEPUTADO:—Não houve sentença condemnatoria.

O SR. PACHECO:—Houve justificação. Então o mal está na sentença condemnatoria? Pois bem! Se não compete ao poder judiciario decidir destas materias, não está o negocio affecto ao corpo legislativo? Quer-se indeferir a pretensão, para que o individuo venha directamente ao corpo legislativo com documentos ou justificação. E que marcha seguirá? Uma commissão examinará a questão, e a camara decidirá. E porque se não faz isto já? Uma sentença passada por todos os tribunaes, discutida ordinariamente com todos os documentos nella insertos, não será documento mais valioso do que qualquer outro? Os illustres deputados que entendem que não compete ao poder judiciario decidir, entrem no exame da materia (apoiados); aquelles que entenderem que compete ao poder judiciario, respeitem a sentença, e cumpram-na; aquelles que, como o illustre deputado, julgão que o negocio não compete ao poder judiciario, entrem no amago da questão, e se julgarem que o reclamante não tem razão, rejeitem a resolução.

Tambem recordo-me que ao Sr. João Pereira de Andrade desta côrta, ou a pessoa de quem elle era procurador, mandou-se pagar uma quantia penso que de 18:000\$, em virtude de sentença judiciaria por apressamentos feitos por lord Cochrane. Aos membros da commissão não escapou esta duvida; elles a discutirão e optarão seguir os precedentes, até que se tome alguma deliberação meditada a tal respeito, não julgando a questão decidida pela lei do orçamento de 1833, que não pôde deixar de referir-se á lei de 1837, que creou o livro da divida publica, e autorizou o governo a inscrever aquellas dividas que fossem requeridas á vista dos documentos.

Um SR. DEPUTADO dá um aparte que não ouvimos.

O SR. PACHECO:—E' minha opinião individual que o corpo legislativo não pôde negar o pagamento quando ha decisão do poder judiciario passado em julgado.

O SR. MENDES DE ALMEIDA:—Então para que vem aqui?

O SR. PACHECO:—Vem ao corpo legislativo para dar os meios, decretar fundos; o corpo legislativo pôde optar antes este do que aquelle meio de pagamento, e mesmo se achar que o julgado é contra direito expresso, pôde retardar o pagamento e remetter ao governo, para que use de quaesquer recursos que ainda possam existir para annullar o julgado.

O SR. MENDES DE ALMEIDA:—Se é divida reconhecida, o governo apresente o seu credito.

O SR. PACHECO:—Abstrahindo da incompetencia, duvida o illustre deputado votar, porque não sabe se o reclamante tem justiça. A este respeito nada direi, porque a camara acabou de ser informada pelo illustre deputado pelo Maranhão; o que posso

asseverar é que a commissão que offereceu o projecto, mandando pagar a esse individuo, tambem tinha um credito a zelar; ella não apresentaria a resolução se não se convencesse da justiça do pedido; e quando entendesse que cumpria a todo custo respeitar o julgado, não se dispensaria de exhibir ante a camara as irregularidades que encontrasse. Senhores, têm havido alguns patronatos da parte dos tribunaes.

O SR. MENDES DE ALMEIDA:—Muitos, não alguns.

O SR. PACHECO:—Não são tantos quantos diz o nobre deputado. Tenho visto sentenças que me têm sido presentes em casos semelhantes em que os tribunaes puxão mais para a fazenda publica.

O SR. MENDES DE ALMEIDA:—E' o contrario.

O SR. PACHECO:—Negão-se certos direitos aos particulares em proveito da fazenda publica, que nunca são negados nas questões de individuo a individuo. Portanto, se tem havido algum patronato no julgamento dos tribunaes, não é esta proposição tão geherica como quer parecer a alguns senhores que se apresentam como defensores dos cofres publicos.

O SR. MENDES DE ALMEIDA:—A fazenda nacional não tem padrinhos.

O SR. PACHECO:—Agora darei uma explicação ao nobre deputado acerca do projecto que manda pagar seis contos e tanto ao cessionario de Manoel Cardoso de Aguiar. A camara dignou-se nomear-me para fazer parte da commissão de justiça civil. Na falta porém de alguns membros da 1ª commissão de orçamento, e da fazenda, fui eu nomeado interinamente pelo Sr. presidente. Faço votos para que o illustre deputado p-la Bahia se restabeleça; affim de eu deixar essa interinidade, não só porque julgo que o illustre deputado está em posição de poder prestar melhores serviços do que eu na commissão, como mesmo porque é um trabalho enfadonho; eu não me furto a esse trabalho, mas como a votação da camara foi no illustre deputado, carregue elle e os outros que obtiverão com razão o conceito da maioria da casa com esse trabalho. Nessa interinidade o nobre deputado pelo Rio, o Sr. Joaquim Francisco Vianna, entregou-me uns autos com o requerimento desse cessionario, acompanhado de uma cópia de um parecer que disse ser do illustre deputado, a quem tinha ido por engano. Eu examinei os papeis; e a opinião do honrado membro, comquanto respeitavel, não me agradou. A minha opinião muito antiga, como se vê da resolução de 1841, era contraria; portanto formulei-a, e sujeitei-a á consideração do meu collega da commissão, o Sr. Vianna, que a subscreeu. Não houve pois illaqueação alguma da boa fé do honrado deputado.

E se nisto ha alguma offensa (o que não creio) ajuste essas contas com a mesa, que mandou o requerimento á commissão em que eu interinamente servia, ou entenda-se com o illustre deputado pelo Rio de Janeiro, que foi quem me deu os papeis.

Nada mais direi a este respeito; já declarei á camara que não conheço nem nunca conheci Miguel Tavares; não tenho a favor delle motivo algum que me guie. Tenho-me imposto o dever, como membro da commissão, de examinar todos os negocios que lhos são affectos, e dar o meu parecer pró ou contra, como entender de justiça. Emitterei as razões do meu voto, e não tendo empenho em que elle prevaleça, não continuarei na discussão da resolução. Respiro: 1º, que não ha direito novamente constituido pelo qual esteja declarada a incompetencia do poder judiciario neste caso; 2º, que se é convê-

niente e constitucional que se adopte a opinião do honrado membro, cumpre fazel-o por uma lei bem pensada, para regular para o futuro: 3.^a, que os precedentes da casa autorizão, a despeito da citada lei do orçamento, a competência do poder judiciário; 4.^a, que a comissão, do exame que fez nos autos que lhe foram presentes, achou que o julgamento foi justo e modelado pelas regras de direito, e por isso quando prevaleça a opinião de que o corpo legislativo é o unico competente nesta materia, ainda assim votarei a favor da resolução, como votaria se o negocio fosse primitivamente iniciado na camara dos deputados.

E' lida, apoiada, e entra tambem em discussão, a emenda dos Srs. Tenreiro Aranha e Vianna.

O Sr. Zacharias:—Sr. presidente, hei de votar contra este projecto, quando não por outras razões, ao menos por uma que me parece muito obvia, e vem a ser, que já em 1839 foi rejeitada uma resolução contendo materia identica pela augusta camara dos Srs. deputados.

O Sr. Mendes de Almeida:—Em 1839? Creio que ha engano; foi em 1840.

O Sr. Zacharias:—Diz aqui o parecer que Miguel Tavares requereu em 1839, e que, tendo por si a opinião da comissão respectiva, não foi attendido pela camara. Em 1839, ou, como quer o nobre deputado que me interrompe com o seu aparte, em 1840, occupou a dito Tavares a attenção da camara com a sua pretensão a camara rejeitou-a; agora, pergunto, dá-se hoje motivo novo, motivo plausivel que autorise a renovação do pedido?

Um Sr. Deputado:—Convinha examinar os papeis.

O Sr. Zacharias:—Mas os papeis foram examinados pelo poder competente, que já emittio o seu voto, rejeitando a pretensão do supplicante; e por consequencia, sem um novo motivo, sem um novo documento, como continuar a conhecer-se deste negocio? Se formos procedendo assim, nunca terá termo uma questão destas na camara dos Srs. deputados: foi-lhe presente a de que se trata no anno de 1839 ou de 1840, e cahio: renova-se em 1850; e se tiver mais resultado, reproduzir-se-ha ainda em 1851 ou em 1852, e assim por diante, de sorte que jámais terá fim semelhante questão.

Prestei toda a attenção ao nobre orador que acabou de assentar-se: mas, sinto dizel-o, suas razões não me parecerão procedentes. Elle começou por dizer que não havia direito constituido sobre a materia; porém, ao correr de sua argumentação, bem claro deu a entender que esse direito existia, pois asseverou que o poder judiciario era competente para legalisar a supposta divida de que se trata, e que a sua sentença tem força para obrigar irremissivelmente as camaras a consignar fundos para pagar ao mencionado Tavares a quantia a que se julga com direito. Isto mesmo é o que pondera o nobre deputado no parecer que assignou; quando diz: «Que, tendo-se esgotado os meios juridicos nos tribunaes competentes do imperio, deve ser o supplicante attendido com o pagamento que requer.»

Por consequencia, o nobre deputado, apesar de haver dito que não ha direito constituido sobre a materia, entende que, uma vez que tenha corrido seu termo o processo perante o poder judiciario, e haja sentença condemnatoria contra a fazenda, deve ser necessariamente satisfeito o individuo que obtém essa sentença.

Eu tambem julgo, Sr. presidente, que ha direito constituido sobre a materia, mas em sentido inteiramente opposto ao que disse o nobre depu-

tado pela provincia de S. Paulo, o qual argumentou citando a lei de 15 de Novembro de 1827, quando, como bem achou o Sr. Vianna, toda a questão versa sobre a intelligencia do art. 31 da lei de 24 de Outubro de 1832. Ell-o: «Não será inscripta nem paga divida alguma que respeite a perdas de particulares por motivo de guerra interna e externa, sem autorisação da assemblea geral.»

Sr. presidente, á vista desta disposição, tenho por evidente que se o poder judiciario intervém em taes questões, contudo não o póde fazer com aquella força que costuma ostentar nos negocios de sua especial competencia. Se a intervenção do poder judiciario tivesse neste caso a força que o nobre deputado lhe quer dar, se o pagamento fosse consequencia inevitavel da sentença passada em julgado, então, Sr. presidente, desnecessario era solicitar autorisação da assemblea geral para ser inscripta e paga a divida. Mas uma vez que a lei exige essa autorisação, claro é que a assemblea geral tem o direito de examinar e apreciar os papeis que lhe forem presentes, deferindo ou não, como melhor e mais justo lhe parecer, de maneira que, ou a questão tenha sido tratada administrativamente, ou submettida ao conhecimento do poder judiciario, em nenhum caso fica esta augusta camara tolhida de exercer sobre tal materia a suprema inspecção que lhe compete a bem dos dinheiros publicos.

Creio que se invocou a independencia do poder judiciario; mas a isto eu respondo que se o poder judiciario é independente, e por isto a sua sentença cumpre que tenha toda a efficacia, o legislativo que não só é independente, senão tambem um poder superior, não sei como esteja adstricto a satisfazer uma sentença que julgue proferida contra o thesouro, sem os precisos fundamentos.

Muito respeitavel é aos meus olhos, Sr. presidente, o poder judiciario; mas força é reconhecer que os seus membros nomeados pelo poder e sujeitos á sua influencia, e demais ás solicitações e instancias da pretendidos credores do estado, podem, não poucas vezes, deixar de ser escriptos em comprometter os interesses da fazenda publica: E então o que seria do thesouro se ás camaras não competisse a suprema attribuição de pôr um obice a decisões menos discretas? Tenho lembrança de que uma lei, com intenção de beneficiar a provincia do Ceará, determinou que todo aquelle individuo que fizesse alli um agude, comtanto que apresentasse disso justificação, teria direito a uma recompensa pecuniaria. E qual foi o resultado? Foram tantos, Sr. presidente, os agudes de que apresentaram-se justificações, que se tornou impossivel satisfazer a todos que obsterão a promettida recompensa. Entretanto é certo que grande parte desses agudes que muito concorrerão para minorar os males das secas no Ceará, onde morre-se de sede, não existião, apesar das justificações offerecidas, as quaes os pretendentes alcançavam com extrema facilidade dos juizes amigos e parciais. Munidos do documento, por esse modo graciosos, julgavam-se todavia com direito á recompensa promettida, e não cessavam de solicitar o seu pagamento!

O mesmo aconteceria ao thesouro, porém em maior escala, se as sentenças obrigassem-n'o a pagar certas dividas, sem a intervenção das camaras com direito de negar o exigido pagamento, se assim o julgarem justo.

Disse o nobre orador que recusar o pagamento é mais popular do que pagar, porém está enganado: em certo estado de moralidade desperdiçar os dinheiros publicos é mais seguro de alcançar amigos e obter popularidade, ao passo que mostrar-se severo a tal respeito é arriscar-se a passar por Catão, o que vem a ser quasi o mesmo que excentrico e até ridiculo.

Um Sr. Deputado:—Não se barateia quando se paga a quem se deve.

O Sr. ZACHARIAS:—Disse também o nobre deputado que se devia recorrer aos precedentes; mas eu creio que se ha precedentes formulados por um lado, também os ha em sentido contrario, e que nesta fluctuação compete á camara decidir como entender justo, sem attender a precedentes oppostos. Quem duvida que têm havido precedentes fataes contra o thesouro, arrancando-se desta camara decisões em sentido desfavoravel aos interesses publicos? Portanto o que mais nos cumpre é ter cautela e prevenção contra pretensões injustas, para que ao menos de ora em diante se não reproduzam pagamentos que a opinião do paiz censure. Que segurança terá a fazenda desde o momento em que passar o principio de que uma sentença, contra ella proferida obriga indispensavelmente as camaras a determinar o pagamento? Então adeos, thesouro.

O Sr. CARNEIRO DA CUNHA:—Apoiado; Deus nos livre.

O Sr. ZACHARIAS:—Está constituido entre nós um defeito, e é que perdas provenientes de guerra interna ou externa não dão direito á indemnisação senão depois de o poder legislativo autorisá-la.

Um Sr. Deputado:—Esta divida não é proveniente de guerra.

O Sr. MORAES SARMENTO:—Não foi feita em tempo de guerra, eu direi como a cousa se passou.

O Sr. ZACHARIAS:—Se assim é, a commissão não redigiu com acerto o seu parecer, porque o escreveu na supposição de se-lhe applicavel o artigo de lei a que me refiro.

A vista do que tenho dito, não posso deixar de concordar com os principios emitidos pelo nobre deputado pela provincia do Maranhão, que fallou sobre a materia, quando elle reconheceu a indisciplinavel inspecção que compete á assembleia em materia desta natureza, e apontou o perigo que haveria em deixar-se ao poder judiciario ampla faculdade para condemnar a fazenda publica, sem um veto da parte do poder legislativo; mas não posso acompanhá-lo na segunda parte do seu discurso, que trata de apreciar os fundamentos e a justiça da sentença relativa ao supradito Tavares. Não examinei ainda os autos.

Um Sr. Deputado:—Examinei os papéis.

O Sr. ZACHARIAS:—Confesso que não os li, porque não tive tempo para isso; mas, votando eu contra a resolução que se discute, repouso a minha consciencia no voto dado por esta augusta camara em 1839, contra idêntica resolução. Não tendo o orgulho de confiar só no exame e apreciação que dos autos possa fazer por mim mesmo, seja-me lícito descansar por ora na deliberação já tomada contra o pretendente á vista desses mesmos papéis que servem de base ao seu novo pedido. Trata-se de um negocio já decidido que não sei como possa convenientemente ser trazido, sem novas provas, á consideração desta augusta camara.

O Sr. MORAES SARMENTO:—O regimento o permite.

O Sr. ZACHARIAS:—Diz o nobre deputado que isto é conforme ao regimento; o regimento, é verdade, determina que um projecto rejeitado em uma sessão possa reproduzir-se em outra, mas essa regra applica-se em geral a projectos que, não sendo vantajosos em um tempo dado, podem depois tornar-se de summa importancia. A camara sabe, por exemplo, que um projecto relativo á abolição da escravidão, no paiz, que

ha pouco appareceu nesta casa, foi *in limine* desprezado; mas essa idéa creio eu que ha de um dia excitar a attenção do povo e dos seus representantes. Muda porém de figura a questão quando se trata de um processo que, tendo sido já avaliado pela camara em certo anno, e por ella desattendido, quer-se agora que de novo occupe sua attenção, sem que prova, ou documento algum novo, se submeta ao seu exame. Eu não quero dizer que á vista do regimento se não possa reproduzir questão alguma; mas, na de que se trata não é isso conveniente, e persuado-me que, pois enfim reappareceu, bom é que a camara não se aparta da deliberação anteriormente havida sobre tal pretensão. Eu, pelo menos, julgo-me no meu direito votando contra esta resolução, já uma vez rejeitada.

O Sr. MORAES SARMENTO:—Ninguém lh'o nega.

O Sr. ZACHARIAS:—Repito, não examinei ainda a sentença; opponho, por ora, á resolução que se discute o argumento que se deduz do facto da sua rejeição anterior; combato-o com a consideração da facilidade com que nesse trafico se podião julgar más pressas as que aliás fossem boas. Tinha-se acabado de fazer a independência; os tribunaes estavam repletos de pessoas que naturalmente não erão muito affeições á nova ordem de cousas, embora o contrario inculcassem; e pois era provavel que fossem facéis em julgar más pressas as que fazia lord Cochrane. Sim, é fóra de duvida quanto então abundavão em nossos tribunaes individuos nascidos em Portugal, que conquanto adherissem á independência, era natural que alimentassem no fundo de seus corações sentimentos que os impelíssem a favorecer, quanto pudessem, os compromettidos na causa pouco feliz da metropole.

Ainda tenho um argumento; e é que a cousa não passou correntemente nos tribunaes. A relação da corte foi contraria ao mencionado Tavares, e só mediante revista foi que elle na relação de Pernambuco conseguiu o que desejava. Portanto, com o voto da camara, com os desses desembargadores contrarios á pretensão de Tavares, e á vista da facilidade que devera haver em julgar más pressas, aliás regularmente feitas, deolare que mui tranquillamente votarei contra o projecto. Se a discussão continuar hei de examinar os papéis para mais convencer-me de sua improcedencia, sempre no pressupposto de que, no direito dado ás camaras de autorisar a inscripção e o pagamento que se exige, comprehende-se virtualmente a faculdade de examinar quasequer documentos que lhes sejam presentes, e de indeferir a pretensão se assim acharem justo, não sendo possível admitir-se que ao direito de pedir semelhante authorisação á assembleia geral corresponda, da parte desta, a rigorosa obrigação de sempre, e em todos os casos, concedê-la; do mesmo modo que se celebre questão da fusão das camaras bem se entendeu que ao direito daquella que a requer não é correlativo, da parte da outra, o dever ineluctavel de dar-lhe assentimento.

Voto contra a resolução.

O Sr. MORAES SARMENTO:—Sr. presidente, levantei-me, não tanto para sustentar a justiça que assiste ao peticionario o Sr. Miguel Tavares, como para dizer aquillo que entendo acerca da questão de que depende a decisão da resolução que está em discussão, isto é, se o poder judiciario, tendo decidido que a fazenda publica é devedora a um particular de certa quantia, o poder legislativo está ou não obrigado a votar os fundos necessarios para esse pagamento. Em minha humilde opinião, Sr. presidente, entendo que é fóra de duvida que uma vez decidido pelo poder judiciario que um individuo é credor da fazenda publica de uma quantia, o

corpo legislativo não pôde deixar de votar os fundos necessários para esse pagamento.

Os Srs. MENDES DE ALMEIDA e CARNEIRO DA CUNHA:—Não apoiado.

O Sr. MORAES SARMENTO:—São modos de entender: ver-sei se posso dizer as razões em que me fundo para divergir dos honrados membros.

Pela constituição política do imperio, Sr. presidente, os poderes são independentes, o que quer dizer que um poder não pôde destruir os actos de outro, não pôde embarçal-os em sua marcha, não pôde sustar ou contrariar as suas decisões; isto é em que consiste a independência dos poderes políticos, principal dogma do nosso pacto social: isto, além do estar consignado no art. 9 da lei fundamental, se acha expressa e positivamente preceituado a respeito do poder judicial no § 12 do art. 179 da mesma lei fundamental, que diz assim: «Será mantida a independência do poder judicial. Nenhuma autoridade poderá avocar as causas pendentes, sustar-as ou fazer reviver os processos findos.» Sendo assim, como os nobres deputados não poderão contestar, pergunto eu, o que seria da independência do poder judicial se o poder legislativo pudesse nullificar-lhe os actos? Se um acto do poder judicial praticado dentro da orbita das suas attribuições e de conformidade com as leis, não houvesse de produzir os seus effectos, seria por ventura mantida a sua independência? O poder judicial neste caso seria inteiramente dependente do poder legislativo, e consequentemente não haveria a independência dos poderes que a constituição determina, e que ella mesma chama o mais seguro meio de fazer effectivas as garantias que offerece, e o principio conservador dos direitos dos cidadãos!

Mas, disse o nobre deputado pela provincia de Sergipe, que em segundo lugar impugnou a resolução, que se o poder judicial é independente, o poder legislativo tambem o é, e que portanto não podião os actos daquella obfigar a este. É certo, Sr. presidente, que o poder legislativo tambem é independente.

O Sr. ZACHARIAS:—Até superior.

O Sr. MORAES SARMENTO:—Será mesma superior, como quer o nobre deputado; mas parece-me que votando o poder legislativo a quantia necessaria para pagamento de uma divida que foi reconhecida pelo poder judicial, a sua independência por isso não fica destruida, pois o poder legislativo sobre ser obrigado aos actos que são de mister para a harmonia que deve guardar com os outros poderes, conserva plena liberdade para examinar se por ventura a sentença proferida pelo poder judicial tem todos os requisitos necessários em direito, se se esgotarão todos os recursos, se a sentença é segundo direito; neste consiste a independência, e a isto se deve circumscrever a liberdade do poder legislativo no tocante aos actos do judicial: reconhecido porém que a sentença tem todos os requisitos em direito necessarios, que é conforme direito, que passou em julgado... não sei como possa dizer-se que o poder legislativo soffre em sua independência, fazendo o que d'elle depende para que seja mantida a independência do poder judicial, e se siga a harmonia em que devem estar os poderes afim de que a sociedade marche regularmente e possa attingir o fim por amor do qual forão esses poderes constituidos e subsistem! O acto, Sr. presidente, pelo qual o poder legislativo decreta fundos para o pagamento de uma divida do estado reconhecida pelo poder judicial, é praticado não com quebra da sua independência, mas para que se guarde a harmonia que entre ambos e entre todos os mais poderes deve reinar! Se acaso o nobre deputado

dissesse que a sentença obtida pelo Sr. Miguel Tavares havia sido dada contra direito expresso, que era nulla, que não se tinham esgotado todos os recursos, etc., e que portanto não era obrigatória e não devia ser attendida pelo poder legislativo, tinha toda a razão, e eu com muito gosto o ajudaria a combater a resolução, apresentando emenda substitutiva para que se recommendasse ao governo que houvesse de mandar pelos canaes competentes intentar acção de nullidade contra ella; mas reconhecer que a sentença não tem vicio algum, que foi proferida por todos os tribunaes do paiz, reconhecer que a sentença é conforme direito, e querer que não valha nada, que não produza effecto algum, só porque o poder legislativo é independente, é ao que realmente não posso annuir; é o que nem mesmo posso comprehender. Poder independente não quer por certo dizer poder absoluto e distorçional, não quer por certo dizer poder que se não dirija pelas normas da constituição e da boa razão, e que não esteja obrigado a praticar os actos necessarios á existencia dos outros poderes que são igualmente independentes e creados para o bem da sociedade! Não concordo, Sr. presidente, com o nobre deputado pela provincia de S. Paulo quando disse que não havia poder constituido para decidir o caso que deu lugar á resolução que se discute! Nesta parte penso com o nobre deputado por Sergipe: pois entendendo que o poder competente para decidir casos identicos ao do Sr. Miguel Tavares é o poder judicial, que foi justamente o que decidiu. Antes de entrar na demonstração desta proposição, restabelecerei a verdade dos factos, dizendo como foi que teve lugar a presa da embarcação do Sr. Miguel Tavares, visto que os nobres deputados que fallarão, menos o Sr. Candido Mendes, mostrarão não estar bem informados.

Sr. presidente, esta presa não foi feita em tempo da guerra que houve no Maranhão por occasião do reconhecimento da independência naquella provincia; a independência já estava reconhecida nessa provincia, já tinha cessado a guerra havia quasi um anno, quando a embarcação do Sr. Miguel Tavares foi apprehendida! A independência foi reconhecida no Maranhão em 28 de Julho de 1823, e essa presa foi feita em Novembro de 1824: quasi um anno depois da luta que alli houve por amor da emancipação politica do Brazil.

(Ha um aparte.)
Em 1824 houve uma sedição, é certo, contra o presidente da provincia, o fallecido Sr. Bruce; sabendo disto Lord Cochrane, que estava em Pernambuco, de seu motu proprio, sem determinação do governo imperial, que até houve de reprovar alguns dos actos por elle alli praticados, dirigio-se ao Maranhão, e chegando ás aguas daquella provincia fundeou na bahia do Itaqui, onde se conservou em observação. Succedeu que dias depois demandasse o porto da cidade de S. Luis do Maranhão o navio do Sr. Miguel Tavares, que era ou devia ser considerado brasileiro, porque havia adherido á independência, não indo contra ella, e conservando-se no paiz onde morava ha muitos annos. Lord Cochrane, sem exame nem averiguação alguma, e famulento como estava por dinheiro a que se suppunha com direito, só porque esse navio era procedente de Portugal, mandou apprehendê-lo e conduzir para o lugar onde estava surta a não que commandava, e apoderando-se de toda a carga, que constava de vinhos e outros objectos, mandou baldeal-a para a dita não e mais vasos de guerra de que se compunha a sua esquadilha, que era pertencente á armada nacional, a cujo serviço estava o dito lord! Contra tamanho attentado recorreu o Sr. Miguel Tavares ao tribunal do almirantado que, ventilado o negocio, decidiu, e quanto á

mim muito bem, que não sendo a presa feita em tempo de guerra, e não sendo a hypothese sujeita daquellas que devia tomar conhecimento, fosse o dono da embarcação apprehendida requerer o seu direito a quem competisse, isto é, fosse pedir reparação do damno que tinha soffrido em tempo de paz por um almirante da armada nacional, aos tribunaes ordinarios! O Sr. Miguel Tavares portanto intentou a sua acção perante os tribunaes, que mandarão se lhe indemnissasse o damno que ella tinha soffrido; mas para que esta sentença seja executada, é necessario que haja decretação de fundos; porquanto não se podem penhorar e arrematar os bens nacionaes para pagamento das dividas do estado, como succede com os particulares! Eis porque o Sr. Miguel Tavares tem recorrido e recorre ao corpo legislativo! Elle vem pedir justiça e não favor! Nestes termos pois, Sr. presidente, como diz-se que o poder judicial não era competente para tomar conhecimento do caso é resolvel-o! Se a presa houvesse sido feita em tempo de guerra, se o navio fosse de um estrangeiro, se o apprehensor não fosse um official de marinha brasileira, ou a serviço do Brazil, então sim, razão teria o honrado membro por S. Paulo; mas na hypothese em questão, se o poder judicial não era competente, quem havia sel-o? Qual é então a missão do poder judicial? Se a sua missão não é conhecer de todos os interesses que dão nascimento a uma destas acções—segurança das pessoas ou da propriedade dos bens—não sei qual ella seja! Em geral, Sr. presidente, no dominio da execução, tudo o que não é administrativo é judicial. Ora, ninguém dirá por certo que compete ao governo decidir questões da natureza da do Sr. Miguel Tavares, logo, é força concluir que só ao poder judicial incumbia conhecer della e decidil-a, como o fez J. Supponha V. Ex., Sr. presidente, que um navio brasileiro, que fosse agora entrando no porto, era apprehendido e saqueado por algum navio de guerra também brasileiro; a quem deveria recorrer o dono para pedir o que lhe haviam roubado? Creio que não haverá quem sustente que não devesse ser ao poder judicial, porque é a quem a lei incumba de dar o seu a seu dono! E se foi isto justamente o que fez o Sr. Miguel Tavares, não comprehendendo como se possa dizer e sustentar que não ha poder constituido para conhecer da materia!

(Ha um aparte.)

E' certo que havia uma esdição, mas isto não é motivo para que não seja garantido o direito de propriedade para que elle não fosse respeitado por um almirante brasileiro, por navios de guerra da armada nacional. Assim pois, Sr. presidente, persuado-me que, restabelecida como foi a verdade dos factos, fica por terra toda a argumentação em que os nobres deputados pela Bahia e por Sergipe basearão as suas opiniões sobre a resolução que se discute. Elles pensavam que a embarcação havia sido apressada em tempo da guerra da independencia do Maranhão; mas como isto não é exacto, não é possível que subsistão os raciocinios que fizeram fundando-se nesse falso supposto.

Mas, Sr. presidente, ao argumento que deduzi da natureza da acção que intentou o Sr. Miguel Tavares, combinada com a missão do poder judicial, para concluir-se que este poder era o competente para tomar conhecimento e decidir a especie de que se trata, accresce o juizo de todos os tribunaes do paiz que se reconhecerão competentes para julgar-a. Os nobres deputados não podem, parece-me, contestar que cada poder tem direito para decidir se lhe compete tomar conhecimento e decidir os negocios que são trazidos ao seu conhecimento: isto é direito de todos os poderes, e não pôde negar-se ao judicial; quando

um juiz ou um tribunal toma conhecimento de qualquer materia, está visto que é por se julgar competente para isso, e só um juiz ou tribunal superior pôde revogar a sua deliberação a semelhante respeito, mas nunca outro poder. Esta doutrina é seguida todos os dias pelo poder legislativo, que é quem julga e decide se lhe compete deliberar sobre os negocios que são trazidos ao seu conhecimento; e nem podia ser de outra sorte, Sr. presidente, sob pena de ser, não direi destruida, mas coarctada, restringida a independencia de cada um dos poderes. Assim pois, se o poder judicial reconheceu que elle era competente para julgar a reclamação intentada pelo Sr. Miguel Tavares, é visto que se reconheceu competente; e consequentemente como pôr em duvida, sem inversão dos principios mais correntes, que este poder não é competente para decidir sobre essa mesma reclamação. Deste modo tudo se pôr em duvida; não haverá principio algum certo e definido; continuaremos a navegar no mar de incertezas e de fluctuação em que infelizmente nós vemos a cada passo. Eu deploro todos os dias, Sr. presidente, que principios que aliás me parecem tão incontestaveis, tão comecinhos, sejam postos em duvida, sejam negados, como é este, que o poder judicial não é competente para conhecer de um roubo (porque outro nome não posso dar ao acto do Sr. Marquez de Maranhão), de um roubo que elle fez com abuso da força publica a um cidadão brasileiro qual é o Sr. Miguel Tavares.

Um Sr. DEPUTADO:—A nação não paga estes roubos.

O SR. MORAES SARMENTO:—Porque? Pois o poder competente não decidiu que devia pagar? A nação, senhores, tanto mais deve pagar este roubo, quanto aproveitou-se delle, porque o carregamento dessa embarcação foi applicado ao abastecimento das embarcações de guerra que estavam ao mando de lord Cochrane!

O nobre deputado por Sergipe, no empenho de demonstrar as razões porque se oppunha á resolução, disse que nem ao menos a sentença que condemnou a fazenda tinha passado liquidamente em todos os tribunaes. Adquirou-me esta proposição do honrado membro, Sr. presidente, porque é inteiramente vã; pois porque a relação a quem foi submettido o negocio proferio um accordo contra, segue-se que os julgamentos posteriores, proferidos por tribunaes superiores, como o supremo tribunal de justiça e a relação revisora, não devem valer? Quer o nobre deputado que um accordo revogado por outro de uma relação superior, como é a relação revisora, que até se deve considerar infallivel, não valha, porque houve uma sentença da segunda instancia contra? Confesso que me surpreheu este modo de argumentar, principalmente sendo empregado pelo honrado deputado, com quem ainda a este respeito não posso concordar, e a quem perguntarei: se a sua asserção é exacta para que os tribunaes de appellação? Para que o supremo tribunal de justiça?

Não menor pasmo me causou, Sr. presidente, outro asserção do nobre deputado, e foi dizer elle que posto respeitasse muito o poder judicial, todavia podendo ser elle influenciado pelo governo, e levado por pedidos de particulares, por considerações estranhas á justiça, não podia confiar em suas decisões. Pois estas razões, que não nego que sejam verdadeiras até certo ponto, podem por ventura militar contra uma decisão do poder judicial? Porque um juiz ou um tribunal pôde ceder á influencia do governo, pôde-se deixar subornar por pedidos e considerações particulares, segue-se que se não deva confiar nas decisões do poder judicial? Não de certo, Sr. presidente. O poder legislativo, por ventura, também não pôde e não tem abusado

muitas vezes? Ninguém o negará; mas por isso ha de se dizer que os seus actos não sejam respeitadoss e obedecidos? Parece-me que semelhante doutrina não pôde ser sustentada, e que seria muito perigosa! Quaesquer que sejam as considerações que levem o poder legislativo a proferir uma decisão, nem por isto esta decisão é menos obrigatória, nem por isso tem menos força, e deve ser menos respeitada. Acresce, Sr. presidente, que da possibilidade para o facto vai grande distancia; se o poder judicial pôde ser influenciado pelo governo, se pôde proferir uma decisão menos justa por motivos menos decorosos, não se segue que o houvesse feito no caso vertente. Se o argumento do nobre deputado fosse valioso e exacto, o que seria do poder judicial, que força terião as sentenças? Creio que nenhuma; porque o que o honrado membro diz da sentença proferida a favor do Sr. Miguel Tavares, dirião outros de outras, e assim tanto fazia que houvessem essas sentenças, sem força de obrigar, como não havel-as.

Tendo-se allegado precedentes em favor da resolução, o nobre deputado por Sergipe disse que não dava importancia alguma a precedentes. Eu não sou da opinião do nobre deputado; quando os precedentes são fundados em leis, e em boas razões, dou-lhes toda a importancia; mas se o nobre deputado segue esta opinião, para ser coherente, para não cahir em flagrante contradicção, como cahio, não devia invocar contra a resolução a decisão proferida pela casa em uma das sessões anteriores: se o nobre deputado não quer que valhão precedentes em favor da resolução, como quer que valhão contra? Como invoca em seu auxilio o ter a camara dos Srs. deputados rejeitado um ou dous pareceres de commissão a respeito deste negocio? Creio que o nobre deputado ha de convir que se contradisse, e que desistirá de socorrer-se a um precedente da camara contra a pretensão do Sr. Miguel Tavares, uma vez que não faz caso de precedentes.

O nobre deputado tambem entendeu que era perigosa, e de más consequencias, a resurreição de um negocio que já tinha sido desprezado pela camara, e como quer que se lhe dissesse, em um aparte, que isto não era opposto ao regimento; que pelo contrario ia de conformidade com elle, porque o regimento permittia que qualquer negocio que fosse rejeitado em uma sessão pudesse ser reproduzido em outra, respondeu que isto só se devia entender para com objectos de interesse publico, nunca porém nos de interesse particular. Sr. presidente, não tendo feito o regimento distincção alguma, nem o nobre deputado, nem qualquer outro membro está autorizado para fazel-a, não se podendo portanto taxar de perigosa e de inconveniente a reprodução da reclamação daquelle que tem a seu favor uma sentença dos tribunaes do paiz, e plena consciencia de que soffreu uma grave injustiça. Cumpre porém observar ainda que a resolução de que nos occupamos não envolve somente uma questão de interesse particular, mas sim objecto de grava interesse geral, qual é decidir se uma sentença do poder judiciario deve ou não ser executada, deve ou não produzir os seus effeitos. Creio que nada pôde ser de mais importancia e de maior interesse publico do que resolver-se se um poder independente, e tão importante qual é o judicial, está subordinado ao legislativo quando suas decisões fôrem sobre dividas do estado. Já vê pois o nobre deputado que mesmo pelo principio que elle estabeleceu, isto é, que a respeito de materias de interesse publico é permittido reproduzir os projectos que têm sido desprezados nas sessões anteriores, não se deve declarar adversario da resolução que está em discussão, porquanto esta resolução como acabei

de reflectir, é de summo interesse publico; pois que a sua rejeição ou adopção importará a decisão de ponto muito grave, muito momentoso.

Sr. presidente, não me farei cargo de dizer o que é mais popular, se mandar pagar aquillo que se deve, ou negar o pagamento daquelle que se não deve. Acho que esta questão é esteril; mas o que me parece incontestavel é que se deve mandar pagar aquillo que se está devendo, e mostrar-se que o estado não se quer locupletar com o que é dos particulares. Pouco me importa de saber se ou não popular o voto que tenho de dar, concedendo ou negando os fundos necessarios para o pagamento de uma divida reconhecida pelo poder judiciario; no que capricho é em que o meu voto seja fundado em principios de justiça, e conforme a minha consciencia. Entendo que se pôde ser tão injusto negando, como concedendo fundos para pagamentos que taes; negar sempre o pagamento pedido poderia ser muito máo, e mandar sempre pagar poderia tambem ser muito máo. Cumpre attender-se as sentenças estão no caso de merecer ser attendidas, como no principio do meu discurso disse.

Parece-me ter respondido a todos os argumentos produzidos contra a resolução, faltando-me apenas um do nobre deputado pela Bahia, que foi o primeiro que combateu a resolução, e é que, quem está ligado a um partido deve carregar com a consequencia dos actos desse partido; que se esse individuo, quando foi feita a presa da embarcação, estava ligado ao partido que era contrario á independencia do imperio, deve sujeitar-se aos prejuizos que soffreu com esse apresamento. Esta coarctada do nobre deputado ficou destruida com a historia do apresamento que eu tive a honra de fazer á camara; mas se assim não é, direi ao nobre deputado que este individuo nunca pertenceu a partidos; sempre occupado com o seu negocio, nunca se envolveu nas lutas politicas; sendo pai de uma numerosa familia, e vivendo ha muitos annos no Maranhão, adherio de muito bom grado á independencia do Brazil, que sempre amou e ama, por ser a terra onde tem vivido desde a infancia, e por ser a patria de seus filhos. Portanto, ainda quando devesse valer este argumento do honrado membro, elle de modo algum pôde applicar-se ao Sr. Miguel Tavares, que nunca foi inimigo da independencia e nem homem politico! O Sr. Miguel Tavares era um dos primeiros negociantes da capital do Maranhão; por vicissitudes da sorte achase reduzido ao estado de pobreza; a unica coisa que lhe resta, e com que elle poderá passar os poucos annos que poderá ter de vida, é a importancia desta divida já tão antiga, e a que, no meu modo de pensar, tem todo o direito.

Se continuarem a ser injustos, morrerá o pobre velho em miseria, sendo até por isso de esperar que a camara não continue a perseverar na denegação dos fundos necessarios para o seu pagamento, arripiando assim a menos justa carreira que até agora tem seguido a respeito deste e de outros objectos de identica natureza, com grave injuria do poder judicial, cujas sentenças têm sido vilipendiadas e desprezadas, com detrimento do respeito com que se devem, por interesse publico, tratar todos os poderes.

Voto portanto pela resolução.

O Sr. Carneiro da Cunha:—As ultimas razões produzidas pelo nobre deputado pelo Rio Grande do Norte fizeram com que eu de alguma sorte mudasse da intenção em que estava ao principio. O nobre deputado quiz estabelecer como regra que, dada a sentença pelo poder judiciario sobre taes negocios, estava a camara obrigada a votar qualquer quantia que o poder judiciario julgasse que a sação devia a qualquer individuo. Era necessario que o nobre deputado não tivesse

ouvido o que se estabeleceu aqui, que sobre tais negócios era o corpo legislativo, como disse o nobre deputado pela Bahia, que devia proceder a um exame muito aturado, para determinar se tinha lugar o pagamento de semelhantes dividas. O nobre deputado não pôde desconhecer isto, porque já ha de ter sabido que a camara se tem visto muitas vezes obrigada a pagar dividas talvez injustas, como aconteceu, por exemplo, com o pagamento a Guilherme Young: foram os tribunaes que decidiram esta questão; o governo inglez em suas notas parece que quiz obrigar a nação a reconhecer e a pagar essa divida, porque os tribunaes já tinham decidido esta questão. Todavia houverão outros meios de que se lançou mão nesta questão. Houverão até arbitros para se poder fazer o calculo e a conta, afim de se saber se aquillo que se pedia era justamente o que se devia pagar, o que não succede no caso de que se trata: e o nobre deputado sabe que talvez nesse tempo em que lord Cochrane fez esta pirataria, elle já não tivesse commissão do governo para continuar a fazer essa guerra, apressar, etc. Portanto, se o governo não lhe tinha dado essa commissão, se elle obrou um acto de verdadeira pirataria, estará a nação obrigada a pagar ou indemnizar a todos aquelles a que elle pudesse prejudicar por actos desta natureza? Supponhamos que indevidamente elle causou este prejuizo ao individuo de que se trata: se tivesse feito o mesmo a outros individuos, e cujos prejuizos montassem em muitos mil contos de réis, poderia a nação estar obrigada a satisfazer a todos?

O Sr. MENDES DE ALMEIDA: — Lord Cochrane era almirante do Brazil, e nessa qualidade é que fez esta presa.

O Sr. CARNEIRO DA CUNHA: — É nova questão sabermos se a nação seria obrigada a pagar todos os prejuizos desta natureza: ella não está decidida, nem eu julgo que a nação poderia admitir semelhante direito de ser obrigada a indemnizar estes prejuizos ou roubos feitos por qualquer funcionario ou empregado publico. Senhores, a questão é de muito momento, e de muito peso. Note o nobre deputado que se agora se mandar pagar por esta forma a este individuo (que eu não quero dizer que não tem justiça), vai-se estabelecer um precedente que sem duvida ha de pesar muito sobre o thesouro. Nós não temos só esta reclamação, temos muitas; penso mesmo que ha uma do Maranhão, já julgada pelo poder judiciario, na importância de 200, ou 300,000\$. Assim, se o nobre deputado quer que se estabeleça este principio, prepare-se, veja que terá de votar por indemnizações de prejuizos identicos que passarão horivelmente sobre o thesouro.

O poder judiciario não tem todas as habilitações para conhecer de negócios desta natureza; era necessario que se tivesse estabelecido um tribunal de presas, como já houve entre nós, composto de homens habilitados para conhecerem da legalidade dessa presa; porque nós sabemos que o tribunal judiciario no nosso paiz julga pelos documentos que se lhe apresenta: não ha ali uma parte que activamente faça opposição, afim de que o tribunal julgue com conhecimento de causa.

O Sr. MORAES SARMENTO: — Tem o procurador fiscal que, por parte da fazenda, sustenta os seus direitos.

O Sr. CARNEIRO DA CUNHA: — Pois tem sustentado muito mal em materias desta ordem; nós vimos essa decisão do tribunal judiciario a favor de Guilherme Young, em cujo contracto havia a condição de que se o governo não precisasse do armamento encomendado, ser-lhe-hia entregue e desfeito o contracto; entregou-se-lhe o armamento, e depois teve a nação de pagar mil e tantos contos!

O Sr. MORAES SARMENTO: — Isso deploro eu.

O Sr. CARNEIRO DA CUNHA: — Ah! se deplora e entende que negócios desta natureza não andão bem pelo poder judiciario, como quer argumentar com a independencia desse poder? Eu não digo que o poder judiciario em todas as suas sentenças não tenha essa independencia, mas em negócios desta natureza creia o nobre deputado que é muito perigoso sujeitar a nação aos seus julgamentos. O nobre deputado sabe que é da attribuição do corpo legislativo, e principalmente da camara dos Srs. deputados, marcar e decretar fundos para estes pagamentos; mas se o nobre deputado julga que dada uma sentença do tribunal judiciario em favor de uma indemnização desta natureza deve-se immediatamente mandar pagar, então não era necessario que o negocio viesse á camara, bastava que a parte requeresse o seu pagamento ao governo, e o governo então pediria á camara os fundos precisos.

O Sr. MORAES SARMENTO: — Isto é o que deveria ser.

O Sr. CARNEIRO DA CUNHA: — Entretanto o nobre deputado não estabelece isto. Se negócios desta natureza, logo que houvesse sentença do poder judiciario em favor das partes, devessem ser pagas pela nação, então as partes deverião recorrer ao governo e não á camara, o governo é que deveria vir pedir os fundos precisos para taes pagamentos; mas não sendo este o principio estabelecido, e se eu posso entrar no exame da questão e negar o meu voto á resolução que se discute, resolução que já foi rejeitada pela camara, digo que se deve examinar bem o negocio, afim de que se não faça injustiça á parte, nem se sobrecarregue indevidamente ao thesouro. Não duvido que este pretendente tenha razões para reclamar o prejuizo que diz ter soffrido, mas julgo que não está isso bem regulado, que devia haver ainda um tribunal, além do judiciario, que conhecesse de taes negocios.

O Sr. MENDES DE ALMEIDA: — Esse tribunal é a camara.

O Sr. CARNEIRO DA CUNHA: — Devia ser um tribunal de presas que tivesse mais conhecimento de todas as circumstancias do negocio, que julgasse se a nação é que estava obrigada a pagar estes prejuizos, ou se semelhante acto tinha sido uma pirataria desse almirante, como disse o nobre deputado, porque eu não estou na opinião de que a nação seja obrigada a pagar tudo quanto esse homem fez.

O Sr. MENDES DE ALMEIDA: — Elle apressou essa embarcação como almirante do Brazil, e estávamos ainda em guerra com Portugal.

O Sr. CARNEIRO DA CUNHA: — É necessario examinar esta questão; além disto o nobre deputado disse que a embarcação foi entregue a seu legítimo dono.

O Sr. MENDES DE ALMEIDA: — Mandou-se entregar, mas não chegou a effectuar a entrega, porque ella espedaçou-se na ilha do Medo.

O Sr. CARNEIRO DA CUNHA: — Pois bem; eu concluo o meu discurso pedindo o adiamento da questão para que seja bem examinada, tendo em vista também esses pareceres que já se dêrão, em consequencia dos quaes se rejeitou esta mesma resolução; quero ver os legítimos motivos que tem este individuo para fazer esta reclamação, porque não aceito o principio do nobre deputado de ser obrigada a nação, por qualquer sentença do tribunal judiciario, a pagar quantias avultadas em negócios desta natureza. Eu peço aos nobres deputados que attendão para o precedente que vão estabelecer, mandando pagar a este preten-

partidos intitulados—christão e judeu — (risadas): mas como o Sr. Moreira, segundo me dizem, tem alguma influencia no tal partido judeu...

O Sr. LIVRAMENTO:—Nenhuma.

O Sr. D. MANOEL:—... de então para cá se principiou a disputar-lhe a qualidade de cidadão brasileiro. Estou informado que isto não foi mais do que uma das muitas vinganças que o partido christão, mesmo depois de ter alcançado a mais completa victoria sobre o partido judeu, principiou a exercer contra muitos membros desse partido.

O Sr. LIVRAMENTO:—Não apoiado.

O Sr. D. MANOEL:—Nesta parte eu hei de pedir licença ao nobre deputado para não dar muita força ao seu — não apoiado — porque, como a casa sabe, o honrado deputado é membro proeminente do partido christão, creio mesmo que hoje é o seu chefe; tem certos interesses a sustentar para não perder o lugar eminente que conserva nelle. Eu não sei se poderel entrar com o nobre deputado em uma longa discussão acerca dos negocios de Santa Catharina; mas se fosse occasião opportuna, eu diria algumas cousas de que o nobre deputado se havia de admirar bastante: então se havia de convencer que eu não estou tão hospede do que se passa em Santa Catharina, como supõe o nobre deputado; tenho conversado com pessoas que me têm dado muitas informações acerca das cousas daquela provincia. Mas, como eu ia dizendo, dessa época em diante principiou-se a disputar a qualidade de brasileiro a esse individuo, e então elle se viu na necessidade de fazer, pela primeira vez uma justificação que foi julgada por sentença, e é um dos fundamentos do preambulo da resolução do senado.

Sr. presidente, quaes foram os documentos com que o nobre deputado destruiu aquelles que eu hontem apresentei á casa? O unico documento, já hontem apontado, foi o accordo da relação, que não julgou que esse individuo estivesse devidamente qualificado votante. Aqui tenho de rectificar um engano em que caí hontem; eu disse que o Sr. Moreira não fôra qualificado votante, nem pela junta de qualificação, nem pelo conselho municipal; enganei-me: foi qualificado votante pela dita junta, e apesar de se recorrer para o conselho de qualificação, este não deu provimento ao recurso, e foi então que o partido christão recorreu para o tribunal da relação. E' verdade que o tribunal da relação, por um accordo, decidiu que esse individuo fôra indevidamente qualificado votante. Pergunto eu agora: —Se o tribunal da relação, em um caso especial como o de que se trata, em um recurso interposto da decisão do conselho municipal, pôde tirar direitos adquiridos, pôde declarar que não é cidadão brasileiro um individuo que prova que estava no Brazil antes da independência? Esta prova se acha nos autos, isto é, que elle estava no Brazil desde 1818, muito antes da independência, e se assim é, como se reconhece no preambulo em que se funda a resolução vinda do senado, como é que por um simples accordo da relação, para um caso especialissimo qual o de ser ou não votante, ha de se desde já reconhecer esta individuo como não sendo cidadão brasileiro? Persuado-me de que a tanto não chega a força do poder judiciario.

Senhores, supponhamos que um brasileiro não é qualificado votante por uma junta de qualificação, pelo falso fundamento de que não é brasileiro, e sim estrangeiro; supponhamos que este brasileiro recorre para o conselho municipal, e que este não dá provimento ao recurso; supponhamos enfim que recorre para a relação, e que ou por não saber a lei, ou por qualquer outro motivo, não instrue convenientemente o seu recurso, e que portanto a relação também não dá provimento

ao recurso; por ventura um tal individuo deixa de ser cidadão brasileiro? O que pôde ser é que elle não seja votante, é este o unico effeito da sentença da relação; mas privar-o do gozo dos direitos de cidadão brasileiro em tudo o mais, é o que nego redondamente. Seria um absurdo revoltante que um brasileiro, só porque elle naquella caso especial não instrue com sufficientes documentos o seu requerimento, e só porque a relação confirmou a decisão do conselho municipal, fique privado de todos os direitos de cidadão brasileiro. Onde se viu isto, senhores? Tal jurisprudencia poderá ser ensinada talvez em Santa Catharina, e adoptada pelos partidos que alli se guerreião ha tres ou quatro annos, mas seguramente não poderá ser admittida á vista da nossa legislação.

Senhores, é possível que em uma questão destas o senado, como se quer dizer, precedesse com precipitação? É possível que dois senadores que assignarão o projecto, lançassem semelhante irrever sem exame, sem meditação? Não é possível. Veio-se com o titulo de residência: não sei de que serve este papel para destruir a prova evidente que resulta de uma sentença passada em julgado.

O Sr. LIVRAMENTO dá um aparte que não ouvimos.

O Sr. D. MANOEL:—O nobre deputado não pôde querer que asseverações desta ordem sejam acreditadas sem nenhuma prova; ha de me permittir que eu lhe diga que neste negocio é suspeito.

(Ha um aparte.)

Consta-me, não vi em documento, mas consta-me que a papeleta fôra passada, não ao individuo de que se trata, mas a seu pai: nella se declarava — pai viuvo, com duas filhas — circumstancias que se não dão a respeito do Sr. Moreira. Os titulos de residência nunca provirão contra uma sentença passada em julgado. Já se vê que este caso é muito especial, que o poder judiciario não declarou a João Luiz Moreira estrangeiro, nem o podia fazer (apoiados). podia declarar que João Luiz Moreira não poderia ir votar. Mas este senhor está qualificado este anno, affirmo-o á camara, e é provavel que agora os christãos, levados por sentimentos de caridade, não recorrerão mais desta qualificação, nem para o conselho de recurso municipal, nem para a relação; é muito provavel, e eu o espero da caridade christã que tanto brilha no chefe dos christãos. (Risadas.) Portanto, nem o senado arrogou attribuições que lhe não competem, nem, como se quer inculcar, destruiu um julgado da relação; este julgado foi apresentado ao senado, a commissão o menciona no preambulo do projecto, e apesar de tudo isto é de parecer que se dêra o requerimento com a resolução que se está discutindo. Eu não sei se o nobre deputado poderá provar que a decisão do caso em questão compete ao poder judiciario; pareces-me que não o pôde provar, porque nenhuma razão allegou em favor de uma opinião que elle diz que é simples, que é liquida.

O Sr. LIVRAMENTO:—Combata esta opinião.

O Sr. D. MANOEL:—Pois será necessario que eu combata a opinião do nobre deputado? Suppõe o nobre deputado que dizendo na camara —esta opinião é corrente, porque o digo eu,— que nós devemos acreditar nella? Não, senhores; quando eu tenho uma opinião firme, e que não ouço meus adversarios expender uma só razão em contrario a ella, não sei o que lhes hei de responder. Eu provoço o nobre deputado para uma discussão a este respeito, não agora, porque não pôde fallar mais, mas como a casa decidiu que esta resolução tenha tres discussões, eu emprazo o nobre deputado para opportunamente

dente, porque então para serem coherentes não de ser obrigados a mandar pagar a todos que tiverem obtido sentenças a favor, e eu não me quero ver obrigado a isto sem muito exame. Vou pois mandar á mesa o meu requerimento por 8 dias, para que possamos examinar todos os documentos, afim de que possamos dar o nosso voto com mais consciencia e conhecimento de causa.

Vai á mesa e é lido o seguinte requerimento: «Requeiro que se adie este negocio por 8 dias, para os Srs. deputados examinarem novamente os documentos.»

O Sr. PRESIDENTE: — Está em discussão o requerimento.

O Sr. MENDES DE ALMEIDA. (pela ordem): — Parece-me que V. Ex. não pôde pôr em discussão o requerimento sem ser primeiramente apolado.

O Sr. PRESIDENTE: — Foi engano de minha parte. Os senhores que apolão o requerimento queirão levantar-se.

E' apoiado e entra em discussão, ficando no entanto suspensa a da materia principal.

O Sr. J. F. VIANNA: — Parece-me, Sr. presidente, sem utilidade alguma o requerimento do nobre deputado da Parahyba. Pode elle o adiamento desta questão por 8 dias, para que todos os membros desta casa possam estudar....

O Sr. CARNEIRO DA CUNHA: — Os que quizerem.

O Sr. J. F. VIANNA: — Sim, os que quizerem... possam estudar a materia, mas no fim de 8 dias, não se alterando a legislação existente, a questão ha de apresentar-se no mesmo terreno. (Apoiados.) Uns Srs. deputados não de continuar a entender (e eu sou um d'elles) que o art. 31 da lei de 24 de Outubro de 1832 não estabelece as bases do julgamento administrativo em questões desta natureza, outros não de entender que estabelece, e assim perderemos igualmente o tempo. O que se quer á, e esta é a minha opinião, que questões desta natureza sejam julgadas administrativamente, e não pelo poder judiciario; mas para isso é preciso estabelecer o direito. Ora, existindo a disposição do art. 31 da lei de 24 de Outubro de 1832, e outra mais terminante ainda, consignada no art. 51 da lei de 18 de Setembro de 1845, que estabelece o julgamento administrativo em certos casos, parece que o nobre deputado devia redigir o seu requerimento neste sentido, para que uma commissão nomeada ad hoc, ou para que a illustre commissão de constituição, unida á de justiça civil, considerando as disposições dessas leis que citai, dissessem se convém ou não estabelecer o julgamento administrativo em certos e determinados casos, e em que casos, e apresentarem logo a forma do processo.

O Sr. CARNEIRO DA CUNHA: — Pois apresente essa emenda, que voto por ella.

O Sr. J. F. VIANNA: — Assim entendo eu que se fazia um serviço muito grande ao paiz, porque em verdade questões ha que não devem ser julgadas pelo poder judiciario (apoiados), e que o são incompetentemente, como, por exemplo, todas aquellas em que o poder executivo obra como poder, e é todavia chamado para responder perante o poder judiciario, que só deve decidir questões entre individuos e entre o governo e os individuos, quando aquelle se constitua verdadeiramente parte. Julgo que é mais conveniente estabelecer entre nós em maior escala do que presentemente temos o julgamento administrativo. (Apoiados.)

O Sr. Moraes Sarmiento: — Se o nobre deputado pela Parahyba dissesse que queria examinar a sentença para cuja execução se pedem

fundos, se elle allegasse que continha averiguar se a mesma sentença estava nos termos de ser attendida, se elle a arguisse mesmo de irregularidades e nulidades, eu nenhuma duvida teria em votar pelo adiamento que o mesmo nobre deputado requereu; mas se elle nenhuma duvida tem, se já tem a sua opinião formada sobre a materia, e ha muito tempo, não sei para que quer elle adiar a decisão de um negocio já tão protelado, e por isso não posso votar pelo seu requerimento. O ponto sobre que tem versado a discussão, é de que depende a solução do requerimento do Sr. Miguel Tavares, é um ponto de direito para ventilar o qual, resolvi-o, creio que tanto habilitada está a ca.nara hoje, como daqui a oito dias; para que pois este adiamento? Não lhe descubro utilidade alguma, ao contrario acho prejudicial, porque além de demorar a justiça á parte reclamante, faz com que seja perdida toda a discussão havida hoje. O ponto sobre que ha divergencia, é sobre que tem versado a discussão, é o seguinte muito simples. «Poderá o poder legislativo negar os fundos precisos para o pagamento de uma divida em que foi condemnada a nação pelo poder judiciario?» Decidido este ponto a consequencia é óbvia, porque ninguém duvida de que a sentença que condemnou a nação tenha todos os requisitos em direito necessarios para obrigar. Para mim a materia é liquida, e não de agora, mas de muito tempo, e quanto mais ouço os nobres membros que seguem a opinião contraria, mais me confirmo na minha, porque não tenho ouvido apresentar em abono do seu modo pensar um só argumento: allegão abusos que dizem ter havido, ou poder haver nas decisões do poder judiciario; dizem: «Se mandarmos pagar a Miguel Tavares abrimos-lhe larga porta a outros muitos pagamentos.» Mas perguntarei aos honrados membros: que valor pôde ter esta sua asserção? Eu estou persuadido que nenhuma. Sempre ouvi dizer que a honra de quem deve é pagar, e não que não se pague a um credor porque outros muitos existem. Se existem, se têm justiça, pague-se-lhes: o contrario disto não sei como se possa chamar! Mas diz-se: «se quem fez a presa foi lord Cochrane, elle que a pague.» Ora, senhores, para que vá por terra este argumento basta considerar-se o caracter com que o mesmo lord apprehendeu e sequeou a embarcação do Sr. Miguel Tavares! Se uma força do governo invadisse, por exemplo, o engenho do nobre deputado pela Parahyba, e se apoderasse de tudo que nelle achasse, sendo o nobre deputado um cidadão pacifico, e respeitador das leis e das autoridades, havia supportar que lhe dissessem depois de terem as justicas do paiz condemnado a nação a pagar-lhe o damno soffrido, que fizesse havel-o do commandante dessa força ou dos soldados de quem se ella compunha? E' isto possível, é razoavel? Neste momento, confesso a V. Ex., Sr. presidente, sinto-me chalo do maligno desejo de que o nobre deputado seja victima de attentado igual ao que soffreu o honrado Sr. Miguel Tavares, para ao depois perguntar-lhe se achava justo que se lhe applicassem os principios que elle agora invoca contra o mesmo Tavares e outros. (Risadas.)

O Sr. CARNEIRO DA CUNHA: — Já soffri, e não pedi cousa alguma!

O Sr. Moraes Sarmiento: — Tal seria a importância do prejuizo! Demais, se o nobre deputado não quiz pedir o que se lhe devia, estava no seu direito, assim como usou do seu os que não deixão de procurar o que lhes pertence. Mas se é lord Cochrane, ou a nação quem deve indemnisar ao Sr. Miguel Tavares o damno que elle soffreu com a apprehensão de seu navio, não é materia de duvida, e nem de discussão, porque já foi decidido e julgado por quem compete,

que é o poder judicial; se a obrigação de fazer semelhante indemnização fosse de outrem que não da nação, os tribunais não terião condemnado a nação! Mas disse ainda o nobre deputado que não houve quem fallasse por parte da fazenda perante os tribunais: isto, Sr. presidente, não é exacto, porque é sabido que os procuradores fiscoes e os da corôa, soberania e fazenda nacional são ouvidos indeclinavelmente em todos os negócios em que a fazenda é interessada, e o forão no pleito que correu o Sr. Miguel Tavares! Não pôz razão alguma boa, Sr. presidente, para que se não votem os fundos precisos para que tenha execução uma sentença passada em julgado, qual é a que obteve o Sr. Miguel Tavares. Negar esses fundos é nullificar o poder judicial! E onde iremos parar marchando por semelhante caminho?! Temos restricta obrigação de votar as quantias necessarias á satisfação das dividas da nação. A nossa alçada, a nossa independencia não é tão ampla que possamos destruir os actos de qualquer dos outros poderes.

(Ha um aparte.)

E quem poderá com razão dizer que não é ao poder judicial que compete decidir sobre o facto de que proveio o damno que soffreu o reclamante? Não foi uma offensa feita á sua propriedade em tempo de paz por um almirante brasileiro, e com força nacional? As attribuições do poder legislativo estão designadas na constituição, e entre ellas não vejo nenhuma que lhe dê faculdade para tomar conhecimento do ponto questionado: a sua missão em geral é fazer leis, e não applical-as, isto compete ao poder judicial que nada mais fez, na acção intentada pelo Sr. Miguel Tavares, do que applicar as leis ao caso occorrido! Se por ventura não fosse prohibido penhorar, e arrematar as propriedades da nação, para pagamento das dividas do estado sem acto legislativo, por certo que não teria o reclamante vindo ao poder legislativo; perante os tribunais teria requerido a execução da sentença, como succede quando os executados são particulares.

Reconheço que juizes e tribunais ha que têm abusado e abusão; mas é nullificando o poder judicial que se ha de pôr termo a esses abusos? Não, por certo. Se os juizes são máos, se os tribunais não cumprem com os seus deveres, como infelizmente muitas vezes succede, o unico meio de extirpar tão grave mal é reorganizar esses tribunais, expellindo delles os máos magistrados, e substituindo-os por honrados e intelligentes! (Apoiados.) Não nego, nem negarei jamais que não poucas vezes a fazenda publica tem sido sacrificada por juizes indignos. Ainda o anno passado, no Maranhão, a respectiva relação prejudicou a fazenda publica em cerca de 40 a 50:000\$, a despeito dos esforços e diligencias do honrado Dr. procurador-fiscal, e das devições do distincto Dr. juiz de direito dos feitos da fazenda, o honrado Sr. D. Francisco Belthazar da Silveira! Era executado o fim do thesoureiro da thesauraria daquela provincia por cento e tantos contos de réis que roubou dos cofres, introduzindo nelles cedulas falsas; apenas possuia duas sobradinhos e uma casa terrea que não valem mais do que 18:000\$, pouco mais ou menos; mas para que os fiadores do mesmo fim não fossem obrigados a pagar o que faltaria para preencher a quantia devida, arranjáram-se avaliadores que avaliáram as duas propriedades na importancia da divida; contra tamanho escandalo requereu o Dr. procurador-fiscal mostrando até á evidencia quão escandalosa era semelhante avaliação. O juiz de direito glossou a reduzindo-a ao que era razão; mas, interpondo-se appellação, a relação mandou que prevalecesse a avaliação lesiva. Assim, pois, como não ha de haver quem seja tão necio que queira dar pelos ditos predios o tresdobro do seu valor, terão de ser adjudicados

á fazenda, que, apesar do abate, ainda ficará sumamente prejudicada. Sei deste facto, que aliás não posso agora referir com todas as horribes circumstancias que o acompanharão, sei de outros; mas nem por isso entendo que nullificando o poder legislativo as sentenças do judiciario, é que cessará taes abusos, taes escandalos! O remedio é o que ha pouco, e em outras occasiões tenho indicado: juizes honrados e intelligentes, e punição dos prevaricadores! E celebre, Sr. presidente, a mania que ha neste paiz; conhecem-se os males, todos os sentem, mas em vez de indagar-se a causa donde procedem e applicar a ella o conveniente remedio, não, senhor, dá-se por páos e por pedras, e no fim de contas o doente cada vez fica peor! Não ha pois necessidade do adiamento requerido: este negocio daqui a oito dias, daqui a um mez, ha de poder ser decidido tão bem como agora; accresce que ainda ha outras discussões, pois que esta é a primeira, e nos intervallos poderá o nobre deputado satisfazer a sua curiosidade, folheando os autos e mais papeis que existirem. Não concluirei, Sr. presidente, sem declarar que não tenho, nem nunca tive relações de amizade com o Sr. Miguel Tavares: conheço-o apenas de vista; não me envolvi pois nesta discussão por attenção a elle. Se eu entendesse que lhe fallecia justiça, eu não só votaria, mas até fallaria contra a sua pratenção.

(Ha um aparte.)

E' certo que sou amigo, e intimo, de um filho desse senhor, mas eu já estou acostumado a não me deixar arrastar pela amizade para faltar aos meus deveres: não são pois considerações particulares que me decidem a favor da resolução, é a profunda convicção, e só ella, em que estou de que a camara dos Srs. deputados, ou ainda o poder legislativo, não pôde nullificar uma sentença do judicial; que ao contrario é obrigado a proceder de sorte que essa sentença tenha o devido cumprimento, e a dôr que me causa a repetição diaria da offensa de principios importantes e essenciaes á estabilidade das nossas instituições, e á paz e prosperidade publica. Voto portanto contra o adiamento, por inutil no caso presente.

O Sr. Paula Candido:—Creio que a camara deve saber que voto contra o adiamento...

O Sr. Moraes Sarmiento:—Apoiado, porque é inimigo delle.

O Sr. Paula Candido:—... e tambem fallo contra por esse principio geral que tenho adoptado de não querer que se adiem os negocios que uma vez se começaram a discutir: no caso de que se trata vot. ainda contra, porque a questão para mim é de uma clareza de ultima dynamização luminosa, dynamização do ultimo grau (risadas), entendendo que é tão claro o direito da camara de examinar estes papeis, e de mandar pagar ou não pagar, que não julgo necessario mais adiamentos; pois, Sr. presidente, haverá alguma razão que faça com que um homem a quem se vai pedir o pagamento de uma divida não tenha o direito de examinar se deve ou não? De certo que a camara nunca poderá demittir de si o direito de examinar se deve ou não mandar satisfazer as dividas por sentenças exaradas pelo poder judicial contra a fazenda nacional; o poder judicial está no seu direito lavrando a sentença, e a camara está tambem no seu direito dizendo—não se deve, e por isso não se pague, caso não julgue de justiça fazê-lo. (Oh!)

O procurador-fiscal representa neste negocio o poder executivo, e o poder executivo é tão independente como o judicial: mas quem representou nesta acção o poder legislativo? Ninguém. Ora, nós (poder legislativo) que somos os póros através dos quaes transpira o suor do povo,

havemos deixar correr esse suor sem examinarmos se é de direito ou não? Acho isto uma cousa tão líquida que peço licença ao nobre deputado para não votar pelo seu adiamento. Eu tenho a minha opinião formada a respeito deste negocio (risadas); ninguém sabe porém em que sentido hei de votar: quanto ao adiamento, o meu voto é contra; e a principal razão é porque julgo a materia muito clara.

Val á mesa, e, depois de apoiado, entra tambem em discussão o requerimento do Sr. Vianna.

O Sr. Carneiro da Cunha:—Não sou eu só que quero o adiamento; o nobre deputado que agora manda essa emenda, e pela qual eu voto, tambem o quer. Mas o nobre deputado lo secretario, que impugnou o adiamento, não teve razão; elle disse que a questão era muito clara, e eu julgo que não. Pergunto eu, quem examinou essa questão? Foi uma commissão no anno de 1841. Ora, se nós devessamos estar aqui por todos os exames das commissões, então desnecessario é haver discussão alguma, entregue-se tudo ás commissões; mas não é isto certamente o que quer a constituição e o nosso regimento. Esta questão é de natureza muito melindrosa, porque temos, ou de pagar a um individuo, que talvez não tenha direito a esse pagamento, ou de se não pagar tendo elle direito; e não tendo eu examinado esta questão, porque não estava prevenido para ella, pedi o adiamento ao menos para regular o meu voto, porque eu iria ver os documentos em que se firmou a commissão para apresentar esta resolução; mas eu agora voto pelo requerimento do nobre deputado pelo Rio de Janeiro, porque elle importa tambem um adiamento. A questão é de muito interesse, tanto a favor da nação, como mesmo do pretendente.

ALGUNS Srs. DEPUTADOS:—Votos, votos.

O Sr. PRESIDENTE:—Não havendo quem queira mais fallar, vou pôr a votos.

OUTROS Srs. DEPUTADOS:—Não ha casa.

O Sr. PRESIDENTE:—Sou informado de que não ha casa, e portanto vai-se fazer a chamada, e fica encerrada a discussão do adiamento para se votar na sessão seguinte.

Faz-se a chamada.

O Sr. PRESIDENTE marca a ordem do dia e levanta a sessão ás 2 horas e um quarto da tarde.

Sessão em 28 de Maio

PRESIDENCIA DO SR. HENRIQUES DE REZENDE,
VICE-PRESIDENTE

SUMMARIO.—Expediente.—Chamada de supplentes.
Discursos dos Srs. Cruz Machado, Mello Franco, Angelo Ramos, Vasconcellos, Pacheco, D. Manoel, Zacharias e Cruz Machado.
Votação. Questão de ordem.

Às 11 horas da manhã, reunidos os Srs. deputados em numero legal, abre-se a sessão, lê-se e approva-se a acta da antecedente.

EXPEDIENTE

Officio do Sr. ministro do imperio, transmitindo cópia do decreto de 4 do corrente mez, pelo qual se concede a D. Augusta Joaquina Candida da Silva, e D. Libânia Candida da Silva, filhas do fallecido conselheiro do supremo tribunal de justiça Antonio Augusto da Silva, a pensão annual de 800\$000 repartidaamente.—A commissão de pensões e ordenados.

Do mesmo ministro, remettendo a cópia do decreto do primeiro do corrente mez, pelo qual

tomos 1

se faz mercê a D. Laurentina Constança Tavares de Moura, viuva do conselheiro João José de Moura Magalhães, da pensão annual de 800\$000.—A mesma commissão.

Outro do mesmo ministro, participando que na data de 24 do corrente mez ordenára ao presidente da provincia de S. Paulo a expedição das convenientes ordens, na conformidade do parecer da commissão de poderes da camara dos Srs. deputados, e emenda a elle offerecida, acerca da eleição de deputados por essa provincia á assembleia geral legislativa.—Fica a camara inteirada.

Outro officio do mesmo ministro, comunicando que na data de 24 do corrente mez remettera ao presidente da provincia do Piahy o parecer por cópia da commissão de poderes da camara dos Srs. deputados, sobre a eleição de deputados á assembleia geral legislativa por aquella provincia na presente legislatura, para que, em conformidade com o dito parecer, expaga as ordens necessarias.—Fica a camara inteirada.

Outro do Sr. deputado Pedro Pereira da Silva Guimarães, participando que por incommodado de saúde tem deixado de comparecer, o que terá lugar ainda por alguns dias.—Fica a camara inteirada.

Não ha mais expediente.

Entra em discussão o seguinte requerimento:

«Requer a primeira commissão do orçamento que pela repartição competente se exijão as seguintes informações: Quantos predios possui actualmente a santa casa da misericórdia da corte, e qual a renda que produzem.

«Pago da camara dos deputados, 28 de Maio de 1850.—J. F. Vianna.—F. Paula Santos.—J. M. Wanderley.»

Põe-se a votos, e o Sr. presidente declara a rejeição do requerimento.

O Sr. Ferreira Penna:—V. Ex. acaba de declarar que foi rejeitado um requerimento da primeira commissão de orçamento; mas eu orclo que, se a camara não approvou, foi em razão do susurro que reina na casa....

ALGUNS Srs. DEPUTADOS:—Não se ouvio.

O Sr. FERREIRA PENNA:—Não é possível que a camara rejeite requerimentos desta ordem, requerimentos em que se pedem informações ao governo. Requeiro pois que se rectifique a votação.

O requerimento é approvado.

Entra em discussão, e é approvado o seguinte requerimento:

«A commissão de justiça civil, para poder opinar sobre a petição junta dos officiaes da marinha brasileira que servirão na guerra do Rio da Prata, em que pedem uma resolução que os admitta e habilite a receber o que lhes possa pertencer no producto de presas recolhidas ao thesouro publico nacional, requer que se remetta ao governo a referida petição, pedindo-se-lhe informações e os documentos que por ventura existão sobre tal assumpto.

«Pago da camara dos deputados, 28 de Maio de 1850.—J. J. Pacheco.—Francisco de Assis Pereira Rocha Junior.—B. A. N. de Azevedo.»

Julga-se objecto de deliberação, e vai a imprimir o projecto da commissão de assembleias provinciaes revogando, como contrario ao art. 20 do acto adicional, o art. 43 da resolução provincial do Rio Grande do Norte, n. 146, com data de 10 de Outubro de 1846, e sem vigor as disposições em contrario.

E' approvada a redacção do projecto que autorisa o governo a dar novos estatutos ás escolas de medicina e de direito.

E' approvado o seguinte parecer da primeira

comissão de orçamento, e o que a elle se segue, da comissão de fazenda, vai a imprimir e fica sobre a mesa:

« O padre Pedro dos Santos Neves Cafesiro, José Vito da Costa Lima, João Francisco da Cunha e Raymundo José da Costa Lima, os quaes todos advogão com provisão na villa de Nazareth, na provincia da Bahia no requerimento incluso que dirigirão a esta camara no anno de 1845 representarão contra a pratica de se lhes exigir o imposto de 50\$000 de cada vez que tirão o titulo ou licença para poderem advogar. »

« Allegão em abono de sua pretensão que estabelecendo o decreto de 26 de Abril de 1844 o imposto de 50\$000 pela licença para poder advogar concedida a individuo que não seja formado em direito, não está explicito na mesma lei que tal imposto deva ser pago por uma só vez ou annualmente, pois que annualmente tirão os supplicantes os titulos para poderem advogar, a que os obrigão talvez abusivamente, porque os tabelliães, os escriptães e os proprios meirinhos têm titulos vitaliços, pelos quaes pagão uma só vez o imposto: e que além disso, pela generalidade com que forão os titulos dos supplicantes comprehendidos nas tabellas annexas á lei de 20 de Outubro de 1833, a que se refere o art. 11 da mesma lei conjunctamente com todos os dos mais individuos nellas designados, que tirão um só titulo vitalicio, epagão uma só vez o imposto, parece que também elles o devem pagar uma vez sómente aquelle que for lançado sobre os seus respectivos titulos. E, á vista do exposto, pedem ao corpo legislativo uma interpretação authentica para que cesse o vexatorio e illegal imposto de titulos annuaes. »

« Não compete á primeira comissão do orçamento, e sim á illustre comissão de justiça civil, indicar se por ventura convém que os individuos não formados em direito tirem por uma só vez provisão para poderem advogar; mas sendo certo que pela legislação vigente todos os individuos nestas circumstancias são obrigados a tirar uma provisão ou licença annual para poderem advogar, e impondo a lei sobre taes titulos um imposto de 50\$000 sem mais declaração alguma, é fora de duvida que é elle devido todas as vezes que se tira a referida licença, e nem outra intelligencia pôde ter o art. 23 do regulamento de 26 de Abril de 1833; e dar-lhe a que querem os supplicantes importaria o mesmo que igualar ella os individuos não formados aos bachareis formados, mediante unicamente a taxa paga por uma só vez sómente da quantia de 50\$000, e pôr-os de melhor condição do que os bachareis formados em universidade estrangeira que por aquelle artigo são obrigados a pagar o mesmo imposto para poderem advogar; e ainda quando pudesse favorecer os supplicantes, que não favorece, a circumstancia por elles allegada de estarem comprehendidos na tabella citada com individuos que só tirão um titulo e pagão por elle o imposto uma vez sómente, e de por essa razão deverem ser tratados pela mesma forma que aquelles, quanto ao pagamento do imposto, aquella tabella foi alterada pelo regulamento de 26 de Abril de 1844, segundo o qual nem esse fundamento podem ter os supplicantes para favorecer a sua pretensão. »

« Entende pois a primeira comissão do orçamento que a legislação a que se soccorrem os supplicantes é clara e não precisa de interpretação authentica, e portanto que sua pretensão deve ser indeferida. »

« Paço da camara dos deputados, 27 de Maio de 1850.—J. F. Vianna.—J. M. Wanderley.—F. Paula Santos. »

« Com o aviso do Sr. ministro da fazenda de 8 de Janeiro do corrente anno foi remetido a esta camara um outro do inspector da thesouraria do Maranhão, de 22 de Outubro do anno

passado, no qual pondera este a conveniencia e mesmo a necessidade de se alienarem as fazendas nacionaes de S. Bernardo e S. Miguel, e as demais que alli existem pelo nenhum rendimento e antes prejuizo que dão á nação. »

« A comissão de fazenda, a quem foi incumbido o exame deste negocio, conquanto se conformasse inteiramente com a opinião do dito inspector, á vista dos documentos com que instruiu o seu officio, contudo nenhum parecer definitivo quiz emitir a tal respeito sem que fosse ouvido o governo, por ser este o juiz competente para emittir um juizo mais seguro, quer sobre a conveniencia da medida, quer sobre a oportunidade della, e requereu que assim se praticasse, exigindo que se pedisse também ao governo que, no caso de julgar conveniente a alienação de taes bens, enviasse ao corpo legislativo um inventario de todos elles com declaração do seu valor, por meio de uma avaliação a que se deveria mandar proceder, afim de que pudessem o corpo legislativo autorisar a com inteiro conhecimento de causa. »

Em solução desta requisição, o Sr. ministro da fazenda officiou a esta camara em 2 de Março do corrente anno, transmittindo, para lhe serem presentes, as cópias dos inventarios das fazendas S. Bernardo e S. Miguel, que a extincta junta da fazenda do Maranhão em 30 de Abril de 1829 remetteu ao thesouro, e em resposta á outra parte da mesma requisição, diz no seu aviso o seguinte: « Que pedindo-se desde aquella época (1829) a alienação dos referidos proprios, evidente é a conveniencia de sua alienação, devendo porém ficar livre ao governo o tempo em que ella se ha de effectuar, afim de que se faça mais vantajosamente. »

« Poucos esclarecimentos fornecem os inventarios remetidos pelo thesouro, tanto porque são muito antigos, e os ditos proprios devem ter variado muito de valor daquelle época até hoje, como porque são só de duas fazendas, e no Maranhão existem algumas mais, cuja alienação se reclama como conveniente e necessaria. Da relação porém dos proprios nacionaes que possui o estado na provincia do Maranhão, organizada por virtude de uma ordem do thesouro de 2 de Setembro de 1845, a qual foi impressa e distribuida ás camaras no anno de 1847, ao que parece, consta que existem alli quatro fazendas, estimadas todas no anno de 1845 em 60:780\$, a saber:

« Fazenda com estabelecimento de lavoura, pertencente á capella de Nossa Senhora do Desterro, situada no districto da cidade de Alcantara, no lugar denominado—Japetú—contendo uma legua de terra de comprido com 750 braças de largo e 52 escravos de toda a sorte, canoas e mais accessorios, avaliada em 18:000\$000. »

« Fazenda de gado denominada de—Nossa Senhora do Nazareth—situa no districto da villa do Meirim, contendo meia legua de terra de frente com tres e meia de fundo, 11 escravos de serviço, cerca de cem cabeças de gado vacum e mui pouco cavalhar, estimada em 7:800\$000. »

« Fazenda de gado vacum e cavalhar e de lavoura, denominada — S. Bernardo — situada na ribeira do Alpercatas, districto da comarca de Pastos-Bons, com duas leguas de terra de comprido e uma e meia de largo; tinha 97 escravos, 633 cabeças de gado vacum e 29 de cavalhar em Março de 1839 quando se procedeu ao respectivo inventario, e foi então avaliada em 81:510\$: diz porém a thesouraria em sua informação de 22 de Maio, que, tendo a fazenda soffrido estragos no tempo de rebelião, e não se sabendo naquella ultima data o estado della por não ter chegado ainda o inventario que o novo administrador tinha de remetter, calculava-se o gado em metade, e o valor de tudo, conservados os preços da avaliação, em 30:000\$. Pelo ultimo officio do actual ins-

peior da thesouraria do Maranhão consta que são 130 os escravos que possuía a dita fazenda em Dezembro de 1843.

« Fazenda de gado vaccum e cavallar, denominada—S. Miguel—, situada a leste do rio Alpercatas, districto da comarca da Chapada, com uma legua de frente e tres e meia de fundo: tinha oito escravos, quatrocentas e oitenta cabeças de gado vaccum e trinta e oito cavallar, segundo o inventario feito em 1839, e tudo avallado em 6:320\$880, preço este que a thesouraria reduz por estimativa a 5:130\$, tendo attenção a alguns estragos que soffreu a mesma, no tempo da rebelião, no gado de sua produção.

« Das informações da thesouraria consta qua as duas primeiras pouco interesse têm dado, e que as duas ultimas nenhum interesse dão absolutamente ao estado.

« Pelo que fica exposto, entende a commissão que tem a camara dos Srs. deputados os dados bastantes para poder resolver a conveniencia da alienação das mencionadas fazendas, a qual, na opinião da commissão de fazenda, está plenamente provada, e por isso offerece ella a seguinte resolução para ser inserida como artigo additivo na nova lei do orçamento que tem de fazer-se para o exercicio de 1851—1852.

« A assembléa geral legislativa decreta:

« Art. 1.º O governo fica autorisado para mandar vender em hasta publica as fazendas nacionaes, sitas na provincia do Maranhão, denominadas S. Miguel, S. Bernardo, Nossa Senhora de Nazareth, e bem assim a que pertence á capella de Nossa Senhora do Desterro, situada no districto da cidade de Alcantara, no lugar denominado Japetu, precedendo novo inventario e avaliações das mesmas fazendas.

« Fica livre ao governo a época da alienação, afim de que possa esta effectuar-se da maneira mais vantajosa para a fazenda nacional.

« Art. 2.º Fica da mesma forma livre ao governo vender os escravos, em qualquer provincia onde possam dar um preço vantajoso, se por ventura não se puder este obter na propria provincia do Maranhão.

« Art. 3.º O producto desta venda será applicado ao melhoramento do meio circulante, ou empregado na compra de apolices para serem amortizadas, conforme parecer mais conveniente ao governo.

« Paço da camara dos deputados, 27 de Maio de 1850.—J. F. Vianna.—J. J. Pacheco.»

O Sr. Pereira da Silva (pela ordem):—Ouvi que V. Ex. havia rogado hontem á commissão encarregada da resposta á falla do throno que apresentasse com urgencia o seu trabalho. Tenho de dizer a V. Ex. que a commissão não tratou de formular o seu projecto senão depois que os relatorios dos Srs. ministros lhe foram presentes, encarregou-se o Sr. Aprigio José de Sousa de formular o projecto. Infelizmente o Sr. Aprigio adoeceu, e por isso não pôde ainda ser apresentado o projecto. Se V. Ex. entende que pelo impedimento do Sr. Aprigio deve nomear quem o substitua, fica a seu arbitrio fazê-lo.

O Sr. PRESIDENTE:—Nomeio o Sr. Maciel Monteiro.

CHAMADA DE SUPPLENTES

Lê-se e entra em discussão o seguinte parecer: « A commissão de constituição e poderes examinou a indicação offerecida pelos Srs. Angelo Ramos, Mello Franco, Dias de Carvalho e Souza Franco, para o fim de serem chamados supplentes pelas provincias de Minas e S. Paulo, em lugar dos deputados pelas mesmas provincias que se achão ausentes; e observando a mesma commissão que a ausencia dos ditos senhores tem sido prolongada, é de parecer que sejam chamados os

supplentes designados pela lei para que preenchão as faltas dos Srs. Monteiro de Barros, Julio de Miranda, Barbosa, Carneiro de Campos e Silveira da Motta.

« Paço da camara dos deputados, 27 de Maio de 1850.—D. M. A. Mascarenhas.—A. P. Maciel Monteiro.—G. Vasconcellos, com restrições.»

O Sr. Cruz Machado:—Sr. presidente, eu não sou tão rigorista que exija que os deputados participem que não têm de comparecer na camara afim de que então se chamem supplentes. Uma vez que a camara tenha motivos pelos quaes julgue com certeza que os deputados não têm de comparecer, acho conveniente, acho estar no espirito do systema que se chamem supplentes; porém uma vez também que não se apresentem razões que produzão a certeza do não comparecimento, julgo que a camara não obra acertadamente chamando supplentes. Entendo que a chamada dos supplentes de que trata o parecer está neste ultimo caso.

São chamados pelo parecer supplentes para substituirem aos Srs. Dr. Barbosa e conego Manoel Julio de Miranda, e Monteiro de Barros, por Minas, e aos Srs. Carneiro de Campos e Silveira da Motta, pela provincia de S. Paulo. Ora, em que dados se funda a commissão para julgar que será prolongada a ausencia destes senhores, e prolongada de modo tal que a sua falta deva ser supprida? Não nos foram presentes estes dados. Recordo-me que o Sr. Dr. Barbosa assistio ainda a algumas sessões do mez de Abril (apoiado) e retirára-se por incommodos da familia: vi cartas delle ha poucos dias, e nenhum incommodo soffre, e o meu collega residente na Uberaba me informa que elle e o Sr. Julio de Miranda devam estar em caminho.

O Sr. VIGARIO SILVA:—Apoiado.

O Sr. SOUZA FRANCO:—Para Minas Geraes?

O Sr. CRUZ MACHADO:—Para a corte. O nobre deputado sabe que não sou pratico no parlamento, que estes apartes, ditos por graça, podem perturbar-me.

Quanto ao Sr. Monteiro de Barros, sou informado pelo meu collega pela provincia de Minas, que é chefe de policia.... (Risadas.) Designo assim, porque o regimento parece-me prohibir que se pronuncie o nome. O meu collega, o Sr. Vasconcellos, me affirma que o Sr. Monteiro de Barros chegará no fim do mez. Tenho também igual informação do meu collega o Sr. Penna.

Os Srs. VASCONCELLOS E FERREIRA PENNA:—Apoiado.

O Sr. CRUZ MACHADO:—A respeito do Sr. Silveira da Motta recordo-me que ha poucos dias se leu um officio delle participando que a qualquer momento chegaria, e alguns meus collegas por S. Paulo me affirmão que este senhor e o Sr. Carneiro de Campos virão talvez no primeiro vapor.

Os Srs. DEPUTADOS DE S. PAULO:—Apoiado.

O Sr. CRUZ MACHADO:—Mas, pondo de parte estas informações que tenho, e que não podem ser contrariadas por outras, por isso que os nobres deputados que apresentarão a indicação e os membros da commissão não podem offerecer informações algumas, pondo de parte estas informações, únicas que na falta de outras mais fortes devem dirigir o nosso voto, eu tenho de offerecer ainda uma objecção ao parecer, e é que se acaso a apresentação de motivos que produzão certeza do não comparecimento dos Srs. deputados não se torna precisa para o chamamento de supplentes, então não se deve esta medida limitar a tres deputados por Minas e aos dois por

S. Paulo; deve-se chamar um supplente por Pernambuco em lugar do Sr. presidente das Alagoas (apoiados); deve-se chamar um supplente em lugar do deputado effectivo por S. Paulo, o Sr. Gabriel José Rodrigues dos Santos (apoiados da opposição); deve-se chamar um supplente em lugar do deputado effectivo pela Bahia, o Sr. Souto (apoiados), que já tem tido tempo de aqui chegar; deve-se chamar um supplente em lugar do Sr. Pedreira (apoiados), que está ausente ha muito mais tempo que o Sr. Dr. Barbosa; deve-se chamar um supplente em lugar do Sr. Barreto Pedroso (apoiados); pois já decorreu tempo bastante para estar na camara. Não lembro supplentes em lugar do supplente do Sr. Paes de Souza e do Sr. Antão, porque não tem decorrido tempo razoavel para apresentarem-se. Ora, se os senhores cujos nomes acabo de mencionar estão em identicas, e alguns ainda em mais fortes circumstancias do que esses de que trata o parecer, como só a estes se pretende substituir?

Mas, senhores, se eu lembrei estes nomes foi para mostrar que não ha um principio em que a commissão se fundasse, porque se houvesse este principio a commissão justa como é, o teria applicado aos outros senhores. Estou muito persuadido que todos ou quasi todos terião motivos muito passageiros pelos quaes não se apresentarão, motivos que não podem continuar por muito tempo.

Emfim, a minha opposição é tão razoavel que eu concluo estas breves observações com a seguinte proposição: — Apresentem-me, ou os autores da indicação ou os nobres membros da commissão dados pelos quaes me possa persuadir que estes senhores não comparecerão na sessão, e eu votarei pela chamada dos supplentes. Por enquanto, permittir-me-hão que vote contra o parecer.

O Sr. Presidente: — A discussão está adiada.

O Sr. Cruz Machado: — Estes negocios são julgados urgentes pelo regimento.

O Sr. Mello Franco: — Se V. Ex. não considera assim, eu pedirei a urgencia.

O Sr. Presidente: — Negocios desta natureza são considerados urgentes para não ficarem adiados, pedindo-se a palavra, mas só para isso. Entretanto pôde-se pedir a urgencia.

O Sr. Mello Franco pede a urgencia para continuar a discussão.

O Sr. Angelo Ramos observa que já nesta sessão constantemente se tem preterido todas as materias para se tratar de pareceres, como o que se discute, e que sempre foram considerados por sua natureza urgentes: portanto entende que é uma pratica toda nova a que o Sr. presidente quer estabelecer. Insiste em que se observe o uso da casa, firmado no regimento, em materias desta natureza.

O Sr. Presidente: — Na fórmula do regimento não ha duvida que os pareceres devam ficar adiados pedindo-se a palavra; entretanto os que se referem a este negocio discutem-se, não obstante pedir-se a palavra, mas a sua discussão não pôde interromper a ordem do dia, salvo pedindo-se urgencia.

A urgencia é apoiada e approvada sem debate. E' lida e apoiada a emenda do Sr. Pacheco, já publicada.

O Sr. Mello Franco (depois de algumas palavras que não ouvimos): — Antes de entrar na materia direi a V. Ex. que em 1847, quando nos reunimos nesta casa, tendo obtido um triumpho não contestado, nem impugnado de fórma alguma, um dos meus amigos, que tinha sido eleito deputado, o Sr. Dr. Camillo Maria Ferreira Armond,

não podendo vir tomar parte nos trabalhos desta casa, enviou o seu diploma directamente a um dos chefes mais proeminentes do partido, que é meu adversario naquella provincia; e com este diploma apresentou-se aqui o Sr. Francisco Diogo Pereira de Vasconcellos, e tomou assento. Hoje, porém, o contrario disto é que observei! É sabido que um dos deputados por Minas ha mais de duas mezes está fóra desta casa: consta-me que reside na sua fazenda, fallo do Sr. Monteiro de Barros. O Sr. conego Manoel Julio de Miranda tambem consta que está em Minas; tenho aqui uma carta de pessoa muito capaz que isto assegura. O Sr. Dr. Luiz Antonio Barbosa tambem está na sua fazenda; tenho disto plena certeza.

O Sr. Cruz Machado: — A esta hora está em caminho.

O Sr. Mello Franco: — Temos a informação que o nobre deputado nos deu, firmado da autoridade do Sr. chefe de policia. Ora, os supplentes que devem vir substituir as faltas que se dão na deputação de minha provincia achão-se na corte, promptamente poderão comparecer; será por isto que se impugna o parecer? Que não se deseje approval-o?...

O Sr. Cruz Machado: — Não.

O Sr. Mello Franco: — Porque não imitarão a generosidade com que nos comportámos em 1847, remettendo o diploma a um chefe do partido contrario para que viesse aqui pleitear a sua causa....

ALGUMAS VOZES: — Ora, ora; pelo amor de Deus!

O Sr. Rocha: — Foi supprida a falta do Sr. José Jorge?

O Sr. Cruz Machado: — Veio o supplente em lugar do Sr. Costa Pinto, que faltou uma sessão inteira?

O Sr. Mello Franco: — Sr. presidente, nenhuma prova se apresenta de que esses senhores que estão ausentes não de comparecer. V. Ex. ouviu que se disse que o Sr. chefe de policia assegurara que elles não tardarão em comparecer; entretanto tenho certeza que elles estão na provincia de Minas, e informo a casa que os supplentes que os devem substituir achão-se na corte, e nenhum embaraço ha para que se apresentem....

O Sr. Cruz Machado: — Tambem se disse que eu estava em Minas quando estava na corte.

O Sr. Mello Franco: — Quem disse isto? Eu nunca ouvi.

ALGUMAS VOZES: — Disse-se.

O Sr. Mello Franco: — Peço ao nobre deputado que não se opponha tão fortemente ao parecer; porque alguém poderá acreditar que como os supplentes se achão na corte, e são bem conhecidos, de alguma maneira se pretende obstar o seu comparecimento aqui tão promptamente como pôde ser.

O Sr. Vasconcellos: — Serel mui breve nas explicações que vou prestar á camara, e a que fui provocado pelos discursos dos honrados membros que me antecederão. Sinto não acompanhar a nobre commissão de poderes, a quem consagro o mais profundo respeito; mas, inteirado dos factos por uma maneira diversa daquella por que elles chegarão a seu conhecimento, não é possível esperar-se que annua eu á chamada dos supplentes que se nos propõe no parecer em discussão. Passo pois sem mais preambulo a referir succintamente o que sei a este respeito.

Eu disse ao nobre deputado em um aparte que o meu amigo o Sr. Dr. Monteiro de Barros me

havia escripto, dizendo que até fins do corrente mez se moveria de sua fazenda para vir tomar assento nesta casa. Continuo a asseverar isto, e juizo que também um nobre deputado pela minha provincia tem a mesma informação.

O SR. FERREIRA PENNA: — Apoiado.

O SR. VASCONCELLOS: — Dous nobres deputados se retirarão desta corte; consta-me que tomarão a estrada da provincia de Minas, mas também me consta que estão a chegar, segundo assevera um nobre deputado que veio daquella provincia, e tomou assento ha dous dias. Ora, segundo estas informações, ajuiza a camara se é por medo dos suppletes que estão na corte que se quer reprovar o parecer da commissão? A camara pôde bem apreciar a força deste argumento, vistas estas informações.

Fallou-se na generosidade da camara, na legislatura do anno de 1847, e citou-se mesmo um facto que me é relativo. Não sei que tabimento possa ter esse facto na presente discussão; o que é certo é que em 1846 esteve a deputação de Minas incompleta por mais de dous mezes e não se chamou suppletes para substituir a vaga de dous deputados effectivos, que eram os Srs. Costa Pinto e José Jorge da Silva. (Apoiados.)

Além disto, não ha participação desses senhores aos quaes se quer dar agora suppletes? Creio que o Sr. Manoel Julio de Miranda, por exemplo, participou que nos principios da sessão ordinaria estaria na casa, ou que no meado de Maio estaria entre nós. Ora, a lei de 19 de Agosto de 1846 exige a participação do impedimento do deputado para que se chame o seu suppleto. Parece-me por consequencia que a camara não deve approvar o parecer, dando ingresso a suppletes que podem ser substituidos immediatamente pelos proprietarios.

Não sei que informações teve a nobre commissão, mas tenho memoria que em um dos dias antecedentes um honrado membro dessa commissão, e meu amigo, fallou-me a esse respeito, e eu lhe disse que os Srs. deputados por Minas estariam na casa em breves dias, e então o nobre deputado me disse: «Pois bem; examinarei primeiro o que ha acerca dos deputados das outras provincias para dar o parecer.» O que posso asseverar, em reate á casa é que se esses senhores não chegarem nos proximos dias, segundo noticias que tenho, não terei duvida em que sejam admittidos os suppletes; mas subsistindo estas informações, será precipitação da casa approvar o parecer, contra o qual por isso me vejo obrigado a votar.

O SR. PACHECO: — E' com algum acanhamento que vou oppôr-me ao parecer da illustre commissão de constituição: digo com acanhamento, porque ella compõe-se de tres cidadãos notaveis, quer por seus talentos, quer por seu espirito de justiça ou rectidão. Espero porém da bondade de seus membros que me desculpem e permitão que, apesar do respeito que lhes tributo, discorde da opinião que suscitão, por me parecer que pelos menos obrarão menos bem pensadamente, não respeitandoo precedentes da casa. Para approvar-se o parecer, seria necessario que a maioria se mostrasse de um dia para outro contradictoria consigo mesma. Examinemos a questão com todo o sangue-frio. A commissão apresenta-se como que curvada ao imperioso dever de cumprir a lei, julga que o regimento obriga a camara a chamar suppletes, desde que ha ausencia de alguns deputados. Este rigor nem é justo, nem vem consignado no regimento, o qual não traz artigo algum expresso sobre chamadas de suppletes depois que a camara funcioua. A lei de eleições também não tratou da hypothese vertente; tem-se, é verdade, invocado um artigo dessa lei de eleições, mas não me parece que ella tenha applicação

ao caso de que se trata, e sim quando na camara municipal se procede á ultima apuração dos votos. E quando possa ter applicação á hypothese vertente, essa disposição da lei não corta a difficuldade. De tudo isto o que devo colligir? Que a lei a este respeito quiz deixar ao bom senso da camara, a seu prudente arbitrio o chamar, ou não os suppletes, á vista das circumstancias que occorressem. Não ataco o parecer por contrario á lei expressa; penso que a camara está no seu direito mandando chamar ou não suppletes; o que não admitto é que ella seja obrigada a chamal-os pela simples ausencia dos deputados. Ataco o parecer por inconveniente e injusto, por contrario aos precedentes da casa, e por illusorio mesmo.

Qual é a situação a respeito dos deputados de Minas e S. Paulo? Elles concorrerão á camara na sua installação, aceitarão o mandato e participarão dos nossos trabalhos; ausentarão-se depois por motivos justos, uns porque foram levar suas familias perseguidas pela peste da quadra, outros por se acharem doentes. Participarão á camara, e sendo a sua ausencia temporaria, affiançarão que voltarão: é natural que o fação, e alguns já têm chegado. Ora, a constituição o que quer é que funcione a opinião que domina u no paiz, que é a da maioria, e se os órgãos desta officião que regressão quanto antes ao seio da camara, acho injusto que se chamem aquelles que devem funcionar somente por fallecimento dos outros, ou no seu impedimento reconhecido e certo. Na hypothese actual não existe esse impedimento, porque os deputados declarão que que querem vir occupar seus lugares, e de facto sei que uns já estão em marcha, e outros apromptão-se. Se a chamada dos suppletes é por toda a sessão, é illegal; se é até que os deputados cheguem, é irrisoria e inexecutable. Pois os suppletes que estão em S. Paulo serão tão necessos que venhão tomar assento nesta camara, quando sabem que os deputados legitimos estão promptos para vir? Eu não faço a injustiça de crer que a illustre commissão quizesse, com este seu parecer, lançar assim um estigma de reprovação no procedimento dos nossos collegas, porque seria isto não só desalroso a elles, como a illustre commissão se arrogaria um direito que não tem, e muito menos de lançar tal estigma sem ouvir os condemnados, sem examinar as razões que lhes assistem.

E pôde a camara approvar semelhante parecer sem se mostrar manifestamente contradictoria consigo mesma? Um nosso collega, presidente da Bahia, nem compareceu na casa durante a sessão, nem officiou; o que fez a camara? Rejeitou o parecer da illustre commissão, que queria que se chamasse o suppleto em seu lugar. Eu também votei nessa occasião contra esse parecer, e por isso espero que a camara me faça a justiça de acreditar que não me opponho agora ao parecer que se discute, por tratar elle de collegas pela provincia que representam. O voto que agora dou é o mesmo que dei em todas as questões antecedentes de igual natureza. Entendi então que o Sr. Gonçalves Martins, pessoa conspiciua, que tinha um credito a zelar, não deixaria de officiar á camara se por ventura pretendesse não vir tomar assento.

A falta de participação do Sr. Martins, em que a commissão se baseava para chamar um suppleto, foi que me levou a votar contra o parecer. O Sr. Martins que não officiou é porque vem, dizia eu, e assim succedeu. A justiça e prudencia com que a camara obrôu então, imploro hoje a respeito dos deputados de Minas e S. Paulo. Se elles não quizessem, ou não puderem tomar assento na camara, hão de officiar, hão de isso mesmo declarar, e então chamar-se-hão os suppletes; para que pois precipitar as cousas?

Guarde a illustre comissão sua justiça para outros casos. Aqui ella não tem que fazer de bom. Deixe que a illustre opposição faça quantos requerimentos quizer. Se os faz, é porque quer usar de taticas, que não crimino, ou por qualquer outro incentivo, não se seguindo que ella esteja convencida de que seus requerimentos são fundados em razão. Porque a illustre opposição lembra-se de fazer hoje um requerimento, e amanhã outro, é isto bastante para que se devam chamar supplentes? Não vê a nobre comissão que os illustres membros da opposição estão em contradição com os seus precedentes em outros tempos? Já se mostrou que na legislatura passada não foram chamados supplentes, apesar do faltarem deputados por Minas em uma sessão inteira; e mesmo por S. Paulo o Sr. Gavião, que se achava prestando a provincia, não tomou assento senão dois mezes mais ou menos depois de aberta a sessão, entretanto nunca se chamou o supplente.

Tratou-se também aqui de chamar um supplente por Pernambuco em lugar do actual presidente das Alagoas, o Sr. Dr. José Bento da Cunha Figueiredo. E' de pasmar que um dos illustres membros da comissão, deputado por Sergipe, que então mostrou tanto calor em defender aquelles que hoje defendo, pronunciando-se contra a emenda que mandava chamar um supplente em lugar do dito Sr. Dr. José Bento, assignasse agora este parecer para se chamar supplente, sendo as circumstancias agora mais favoraveis....

Um Sr. Deputado :— Assignou com restricções.

O Sr. Pacheco :— Bem; então retiro o que disse. O meu fim era invocar o apelo dos seus argumentos a favor da presente questão. A camara rejeitou o parecer pelo qual se queria dar um supplente ao Sr. José Bento. E se assim fez, agora por maior forca de razão ha de rejeitar o parecer da nobre comissão. Quando se tratou do Sr. Horta, a camara, apesar de sua enfermidade, rejeitou também um parecer da comissão, e só chamou supplente em lugar do dito Sr. Horta quando veio sua participação, pela qual se via que a sua molestia seria prolongada, que não poderia tomar assento nesta sessão. São estes os precedentes da camara actual, e até de outras de diverso credo. O Sr. Alvares Machado, deputado por S. Paulo, aqui esteve doente no Rio de Janeiro por muito tempo, e não se chamou supplente até que falleceu. Era esse senhor do partido a que pertencem os nobres deputados da opposição. Não havendo no regimento nada de expresso a respeito da chamada de supplentes, em tais casos não censuro o procedimento dessas camaras, e menos da actual; antes seria desaltroso que de um dia para outro mudasse de parecer, dadas as mesmas circumstancias, se é que não são mais favoraveis.

Se porém ha razão para se chamar supplentes em lugar dos nossos collegas da provincia de Minas e da de S. Paulo, por que razão não se ha de chamar supplentes em lugar dos senhores que mencionei na minha emenda? Será mais privilegiado o Sr. José Bento, que se acha nas Alagoas? Serão mais privilegiados outros senhores que têm tido molestia prolongada, e mais prolongada ainda que os Srs. deputados por Minas e S. Paulo? Serão mais privilegiados o Sr. Pedreira, o Sr. Souto e o Sr. Rodrigues dos Santos, que desde Abril está com o diploma na mão, pois o teve antes mesmo da decisão da camara, porque o presidente da provincia, logo que teve a noticia do fallecimento do nosso chorado collega o Sr. Gomide, officiou a camara municipal, e este enviou o diploma ao Sr. Rodrigues dos Santos? Eu não sou de opinião que se chamem esses supplentes; julgo que os deputados têm alguma razão, algum motivo para não terem

vindo já, e creio que elles brava comparecerão. Mas, a passar o principio da illustre comissão, não é justo que haja excepções. O facto é um só, é a ausencia por um espaço de tempo; então chamem os supplentes de quantos estiverem em identicas circumstancias. Basta sobre a questão; sómente me seja licito agora dar algumas informações á camara, e principalmente aos illustres membros da comissão de constituição e pódeas.

Quanto aos Srs. deputados por Minas nada sei de particular; já um illustre membro da deputação dessa provincia deu as informações que sabia. Mas, pelo que respeito aos deputados por S. Paulo, os Srs. Carneiro de Campos, Silveira da Motta e Silva, sei, pelas ultimas cartas que tive, que pretendem vir tomar assento quanto antes. Os Srs. Motta e Carneiro de Campos pretendião vir neste ultimo vapor; contra a nossa expectação, não chegarão; appareceu só o Sr. Pereira Jorge. E' natural que venhão em qualquer dos proximos vapores; e então, porque havemos de fazer um brinquedo de orianças? Porque, sabendo nós que esses senhores têm de chegar aqui, mais dia menos dia, havemos de chamar supplentes, que não se moverão, porque não são tão necios que venhão, vendo que os deputados effectivos estão dalli a partir? Quererão elles vir n'uma barca e voltar n'outra?

O Sr. Souza Franco :— Os deputados virão mais depressa.

O Sr. Pacheco :— Porque? Quer o illustre deputado amesquinhar a questão? Entre elles ha algum que faz grande sacrificio em aqui vir; se vem, é em attenção á causa publica, é para satisfazer ao partido a que pertencem. Senhores, a questão decide-se muito breve: ou esses senhores vêm ou não; se não vierem officiarão, e então virão os supplentes.

O Sr. Mello Franco :— No fim da sessão, quando não se precisar mais.

O Sr. Pacheco :— Os vapores entre os portos de Santos e do Rio de Janeiro são frequentes. Por que razão pois havemos de tomar uma medida inexequivel? Esperemos mais alguns dias.

Eu não quero entrar em questões de conveniencia politica, encaro apenas para o que é da lei e de justiça, que tanto se invoca. Quando o regimento dá á camara o prudente arbitrio de chamar ou não supplentes, não se offende a justiça quando ella entende que á vista de certas circumstancias não se dá ainda o caso de se chamarem os supplentes. O que não quer dizer que ella não possa depois mais bem informada mandal-os chamar. Não ha razão para se julgar que a camara assim procedendo só attende a conveniencias politicas. Ella não tem recusado em casos justos e claros a chamada dos supplentes; se tem algum direito, maior o têm os deputados effectivos. A camara deve também ter alguma consideração para com seus membros, não deve levemente chamar supplentes para os substituir; obrar sem essas attensões é mostrar desprezo para com esses collegas. De que servem então as participações? De que serve a palavra de homem de bem? Voto contra o parecer da comissão.

O Sr. D. Manoel :— Sr. presidente, eu agradeço ao nobre deputado as obsequiosas expressões que dirigio á comissão, e é para que a comissão continue a merecer esse juizo favoravel que della forma o nobre deputado, que assignou o parecer que se discute. Mostrarei que este parecer nem é precipitado, como disserão os honrados membros que o combaterão, nem envolve uma censura aos deputados ausentes, nem é contra a lei, nem finalmente contra as conveniencias politicas.

A indicação para que se chamassem supplentes pelas províncias de Minas e S. Paulo foi apresentada, se bem me lembro, no dia 10 do corrente. A comissão procedeu com tanta circumspecção que demorou o seu parecer por alguns dias; devendo talvez dár-lo logo que a indicação lhe foi remettida, porque é esse estylo da casa, pois que V. Ex. sabe que tais indicações são de sua natureza urgentes; não quiz proceder com precipitação, aguardou por alguns dias a chegada dos Srs. deputados que se achão ausentes. Convencendo-se, ou ao menos presumindo que esta chegada não tinha lugar, julgou que era tempo de cumprir o seu dever, interpondo parecer sobre a indicação referida. Ha que tempo, Sr. presidente, estão ausentes os Srs. deputados cujos supplentes propõe a comissão que sejam chamados? Alguns ha dous mezes e meio, e quasi todos se achão fóra da provincia do Rio de Janeiro. O Sr. Carneiro de Campos creio que deixou esta casa ha tres mezes, dirigio um simples officio dizendo que se retirava por incommodado, e nunca mais participou á camara coisa alguma. Suppõe a comissão, e creio que com algum fundamento, que continuão os incommodos que obrigáráo a esse Sr. deputado a retirar-se para S. Paulo; esta supposição é fundada no facto de se conservar o Sr. Carneiro Campos por espaço de tr-s mezes em S. Paulo, no facto de não ter participado mais á camara que vinha tomar assento. Eu entendo, Sr. presidente, que neste caso a comissão não podia dar outro parecer sem offender a direitos de terceiro, sem mesmo ir de encontro ás doutrinas que nesta casa tem ella por mais de uma vez sustentado. Ha que tempo está ausente o Sr. Silveira da Motta? Não ha tres mezes, mas ha seguramente mais de dous. E' verdade que o Sr. Silveira da Motta participou, creio que a 7 ou 8 do corrente, que nos primeiros dias da sessão estaria na camara; foi por isso que a comissão esperou a chegada do ultimo vapor, e como este vapor não trouxe o Sr. Silveira da Motta, nem participação alguma, entendeu a comissão que era tempo mais que sufficiente para se suppôr também que o Sr. Silveira da Motta não vinha tomar assento, apesar desse seu officio em que dizia que estaria aqui nos primeiros dias de Maio, e a comissão deu o seu parecer hontem, que forão 27. Portanto já V. Ex. vê que a comissão teve fundamento para a respeito destes senhores lavrar o parecer que lavrou.

Vamos agora ao que diz respeito aos Srs. deputados por Minas. Principiando pelo Sr. Monteiro de Barros, sabe-se que ha muito mais de dous mezes que este senhor está ausente. Constatou á comissão por informações mhi fidedignas, que elle se achava em Minas Geraes. O mesmo acontece com o Sr. Barbosa e com o Sr. Julio de Miranda, o qual também ha mais de dous mezes que se achava ausente. E' verdade que o Sr. Julio Miranda participou, no principio de Maio, que viria tomar parte nos nossos trabalhos nos primeiros dias deste mez, mas estamos nos fins de Maio e este senhor não vem tomar assento; por consequencia parece que continuão os incommodos que o obrigáráo a retirar-se do Rio de Janeiro, pois que se esses incommodos não existissem o Sr. Julio de Miranda teria cumprido a promessa que fez, de que nos primeiros dias de Maio aqui estaria. A comissão portanto procedeu a respeito deste senhor com a mesma razão, com a mesma justiça com que procedeu a respeito dos outros.

Ora, Sr. presidente, quando cinco deputados se achão ausentes fóra da provincia do Rio de Janeiro, por espaço, um de tres mezes, e outros de mais de dous, não pedirá a justiça que se chamem os supplentes? Digo justiça, porque os supplentes pela lei forão creados para supprir as faltas dos deputados effectivos, e desde que se dão essas faltas, faltas que devemos avaliar com critério,

desde que se dá ausencia prolongada, creio que a camara procederá com circumspecção chamando supplentes para supprir essas faltas. O nobre deputado por S. Paulo disse que não ha nada no regimento a este respeito. Permitta o nobre deputado que eu diga que no regimento ha uma disposição muito positiva, que ordena ao deputado que não se retire sem licença da camara, e desde o momento em que o faz a camara tem o direito de chamar supplentes, principalmente quando o deputado se retira para provincia differente daquella em que está a camara. Esse deputado faltou ao seu dever, não cumprio o regimento da casa, porque não podia ausentar-se sem licença della, e neste caso a camara procede com justiça chamando supplente para vir tomar assento em lugar do que se ausentou sem cumprir o que lhe é imposto pelo regimento. Isto é que é justiça, o mais não sei o que é. Ao depois, quando se trata de justiça, a palavra —conveniencias— para mim nada vale (apoiados); mas eu responderei a este argumento mais tarde. Disse o nobre deputado por S. Paulo: « Será uma falta de consideração para com nossos collegas ausentes chamar supplentes que os venhão substituir. » Sr. presidente, a comissão não tem em vista, nem tem direito de censurar seus collegas; portanto a comissão, quando lavrou o parecer que se discute, estava bem longe de querer irrogar uma censura aos nobres deputados que estão ausentes, a comissão só teve em vista cumprir a lei, fazer o seu dever, ir de conformidade com as doutrinas que por mais de uma vez tem sustentado nesta casa. Portanto, desde já digo ao nobre deputado que a comissão não teve em vista censurar nem levemente a nenhum de seus collegas, porque a comissão não se julga para isto autorizada.

Mas, disse o honrado deputado: « Precipitação grande ha da parte da comissão em apresentar este parecer, não só porque ha participação da parte de alguns deputados, que dizem que vêm tomar assento, e nós devemos confiar nas palavras desses nobres membros, como também porque o parecer vai de encontro aos precedentes da casa. » Sr. presidente, eu confio inteiramente na palavra dos honrados deputados, e por isto é que eu pedi aos meus nobres collegas da comissão que por alguns dias esperassemos por esses honrados deputados, que não dessemos já o parecer; mas desde que a palavra desses nobres deputados não se verifica, desde que se passáráo os primeiros dias de Maio e não chegão, eu devo concluir que os seus incommodos continuão, que elles têm de estar ausentes por mais tempo, e então eu entendi, não por não confiar na palavra dos honrados membros, mas sim para cumprir um dever, para ir de conformidade com uma opinião que nesta casa tem sustentado, que devia lavrar este parecer. O honrado deputado soccorreu-se a differentes factos occorridos nesta casa: notarei como primeiro a votação da casa acerca do parecer que se deu para se chamar supplentes pelo Sr. deputado que é presidente da provincia da Bahia, e pelo Sr. José Bento. Não pôde por certo caber á comissão a censura de precipitação nem de falta de coherencia, porque, senhores, o honrado deputado se ha de recordar de que eu sustentei a necessidade de se approvarem as indicações neste sentido, isto é, de se chamar supplentes pelo Sr. Gonçalves Martins e pelo Sr. José Bento. E' verdade que a camara em sua sabedoria outra coisa decidiu, mas eu, apesar de respeitar as decisões da camara, como devo, não estou disposto a dar parecer em conformidade dessa decisão, em contrario á minha opinião, cujos fundamentos ainda não forão destruidos; portanto, continuarei a fazer o que me cumpre. Declaro que as minhas opi-

niças estão firmes e tão seguras como estavam antes dessa decisão.

Sr. presidente, estabeleci as regras que me haviam de dirigir a este respeito, confessei que não tínhamos uma lei expressa que regulasse a matéria, porque se a tivéssemos não podíamos tomar arbitrio, havíamos necessariamente de dirigir-nos pelas disposições da lei; estabeleci portanto o prazo de dois mezes, outros nobres deputados poderão estabelecer para si outras, regras continuando a seguir esta regra que me prescrevi, e por diferentes vezes tenho tido a honra de expor à camara. Se acaso se dão os dois mezes de ausência a respeito de alguns membros, e três mezes a respeito de outros, entendo que sem ser incoherente não podia deixar de assignar o parecer que se discute. Portanto não pôde sobre mim recahir a pecha de incoherente, de menos respeitador das decisões da camara. Mesmo não creio que a casa leve tão longe o seu melindre, que se supponha com tanto direito que me queira impor a sua opinião. Não me convenceu até hoje nenhuma das razões com que se têm combatido pareceres analogos a este que eu tenho tido a honra de apresentar à casa. Ponco me importo com o resultado do parecer; estou muito acostumado já a ver a maior parte de meus pareceres desaprovados pela camara, não me importo com isto, porque quando eu estiver bem com a minha consciencia, importo-me pouco com a approvação ou reprovação; esta approvação ou reprovação não tranquillizaria por certo a minha consciencia se eu aqui votasse ou fallasse em contrario aos seus dictames. Na verdade é longo o tempo que quando se apresenta um parecer, quando se apresenta uma opinião, se encontre bom acolhimento da casa; mas tenho tido a infellicidade de não estar em harmonia com a casa nesta matéria, appello para o publico.

O Sr. MELLO FRANCO:—Apoiado.

O Sr. D. MANOEL:—Elle me julgara; elle decidirá se esses pareceres que tenho dado são ou não em conformidade com os principios de justiça, elle julgará se no meu parecer resumira o espirito do partido.

Vamos agora, Sr. presidente, ás conveniencias politicas. Senhores, quando a lei lito expressamente tem determinado que os suppletes tenham assento nesta casa, para supprir as faltas dos deputados effectivos, pôde alguém disputar que elles devem ser chamados, pôde alguém vir dizer que elles não representam a opinião do paiz? E, senhores, os deputados que não têm maioria absoluta de votos representam o paiz? E' inanequivel que sim, porque a lei assim o determinou, porque a lei não exige a maioria absoluta do voto para se poder ser deputado; para que, portanto, este argumento que tem vindo tantas vezes à casa, de que os suppletes não representam a maioria do paiz? A lei os chama para tomar assento na falta dos deputados effectivos. Se acaso nós tivéssemos outra legislação, este argumento teria força; creio que o nosso paiz é o unico talvez em que ha suppletes, não quero affirmar-o; dos governos antigos é sem duvida, mas dos modernos não posso affirmar; tambem se sabe que nos paizes onde se não admittem suppletes, porque se attendeu a que os suppletes não são os verdadeiros representantes da opinião dominante, nesses paizes se exige a maioria absoluta de votos para se poder ser deputado, porque então conhece-se qual é a opinião que triumphou, isto é, conhece-se que os que sahirão eleitos são filhos da opinião dominante; mas, se no nosso paiz não temos essa regra, e me parece por ora conveniente que ella se não estabeleça, porque havemos estar aqui todos os dias dizendo que os suppletes não devem ser chamados, porque nesta casa só se devem

assentar os representantes da opinião que venceu nas eleições? (Apoiados.) Não se pôde dizer isto uma vez que a lei não exige uma maioria absoluta para se ter aqui assento; nesta parte a lei foi talvez ampla de mais; se na votação houve tal divergencia que os deputados tivessem 20, 30 ou 40 votos, havendo 500 electores, por exemplo, elles vinham tomar assento pela lei. Oraio que isto não pôde ser contestado, e portanto este argumento não tem cabimento. Mas as conveniencias politicas! Era desnecessario tratar desta questão uma vez que tenho mostrado que é de justiça que sejam chamados os suppletes para supprir as faltas dos senhores ausentes; todavia acito a discussão neste terreno. As conveniencias politicas o que pedem é que sejam os partidos representados nesta casa (apoiados); isto é o que me dizem os poucos livros que tenho lido a este respeito; e eu citarei um dos autores que eu costumo ler com grande satisfação, que é Chateaubriand; diz elle: «Não vai bem o systema representativo quando todas as opiniões do paiz não têm seus representantes nas camaras.» (Apoiados.) Ora, se aconteceu um facto que não se dá senão no Brazil, não fallo em Portugal, porque quando se falla em systema representativo não se pôde muito invocar o exemplo de Portugal (apoiados); mas se acaso se dá no nosso paiz um facto que não se verifica em nenhum desses paizes mestres nos governo constitucional, como a Inglaterra e a França, onde a opposição conta sempre um não pequeno numero de votos, apesar mesmo dos esforços que os governos fazem para augmentar quanto ser possa o numero de seus amigos, digo, que se acaso no nosso paiz se dá um facto contrario, eu entendo que uma vez que a justiça manda chamar para esta casa um suppleto, quando o lado a que este suppleto pertence não tem representantes ou tem muito poucos, como aconteceu na casa este anno em que o lado opposto não teve senão um representante, e não sei mesmo se o honrado deputado pelo Pará podia chamar-se representante da politica do outro partido, pois não me consta que na provincia que q elague existão estes partidos, pelo contrario me parece que por ora no Pará, ao menos naquella tempo, não existião verdadeiramente dois partidos politicos, e por consequencia o nobre deputado pelo Pará não se pôde dizer filho da eleição de um partido, embora pareça estar hoje ligado com o outro partido, se não em todas, ao menos em algumas das doutrinas desse partido; eu digo que uma vez que na casa não havia senão esse membro, dado o caso que elle era representante desse partido, era de conveniencia politica do partido que triumphou, e que está quasi em unanimidade na camara, facilitar nesta casa a entrada a seus adversarios politicos. (Apoiados.) E, senhores, o facto tem mais que muito provado a necessidade de que nesta casa hajão mais representantes da opinião differente daquella que hoje governa o paiz. O facto vai todos os dias demonstrando a necessidade de que a camara tenha uma opinião (apoiados), para a camara poder empregar todos os seus esforços a fim de convencer cada vez mais o paiz de que as doutrinas que a maioria sustenta são as verdadeiras, são aquellas que podem fazer a felicidade do paiz, e que pelo contrario as doutrinas da opinião opposta são aquellas que, se dominarem, poderão contribuir mais para a desgraça do paiz, do que para sua felicidade (apoiados); eu queria isto para que o paiz nos avallasse, e devidamente proferisse o seu juizo. Portanto attendo que até pelas conveniencias politicas nós devemos facilitar a entrada de suppletes, principalmente quando se dão as circumstancias que servirão de fundamento ao parecer que se discute. Eu não sei quaes são os que vêm ou que não vêm, estou em these respondendo ás observações que o meu nobre amigo se dignou fazer ao parecer que se discute;

mesmo não sei quão são os suppletes que devem ser chamados na forma do parecer, sei de alguns, mas não de todos; mas esta questão para mim é inteiramente indifferente.

O honrado membro citou factos que por mais de uma vez têm sido trazidos à casa, isto é, o procedimento que a opinião opposta teve quando se achava em maioria nesta casa. Senhores, já tive occasião de responder a esta argumentação; eu não me quero lembrar dessa procedimento para fazer recriminações, não é este o meu proposito; as minhas idéas hoje são muito differentes, eu entendo que é tempo de acabar com essas recriminações; mas quero recordar-me deste procedimento para o não seguir. Se nós, senhores, censuramos em outra occasião o procedimento que se teve com a minoria, se nós lavamos a mal que os nossos suppletes não fossem chamados para tomar assento, como queremos hoje praticar o mesmo acto que nós censuramos aos nossos adversarios? Dessa maneira, em que é que nós havemos differenciar de nossos adversarios? Pelo contrario, caminhando assim nós vamos trilhar o mesmo caminho errado que elles seguirão; é justamente o que eu quero evitar, para que elles não me possam lançar em rosto aquillo que eu por algumas vezes lhes expreebrei deste lugar, isto é, a sua intolerancia, e mesmo falta de cumprimento da lei, não admittindo nesta casa suppletes que nella devião ter assento, que até se apresentarão com diploma mandado pela camara municipal de uma capital, em consequencia do deputado effectivo e os suppletes mais votados haverem participado que não vinhão tomar assento e que por consequencia se chamasse aquelle a quem por lei competia substitui-los. Eu, que nesse tempo, como disse, levantei a minha fraca voz contra este procedimento irregular, e até pouco nobre e generoso, hei de hoje cahir nesse erro, ou antes hei de praticar essas actas irregulares, injustas e até menos generosas? Não por certo; hei de continuar a caminhar até o fim da sessão, como principiei no começo della; estabeleci a minha regra, della não me afasto enquanto não me convencerem que estou em erro. Pareça-me, Sr. presidente, que tenho respondido quanto em mim foi possível aos argumentos apresentados pelos tres nobres deputados que combaterão o parecer; emquanto ás emendas que se achão sobre a mesa, estou disposto a dar, não direi a todas, porque não estão nas mesmas circumstancias, mas a quasi todas, o meu assento. Se por ventura a commissão não tivesse de dar o seu parecer sobre uma indicacão, na qual se fallava unicamente dos suppletes por Minas e S. Paulo, eu asseguro á camara que a commissão teria estendido o seu parecer a respeito de outros suppletes para supprir a falta de deputados de outras provincias; assim, por exemplo, darei o meu voto á emenda que manda chamar supplete pelo Sr. Pedreira; darei o meu voto á emenda que manda chamar supplete pelo Sr. presidente da provincia das Alagoas; darei o meu voto á emenda que manda chamar supplete pelo Sr. Gabriel Rodrigues dos Santos; não sei se ha alguma outra.

O Sr. Cruz Machado:—Ha mais o Sr. Souto. O Sr. D. Manoel:—Do Sr. Souto, tambem hei de votar por ella. Ha tambem uma emenda a respeito do Sr. Barreto Pedroso: não tenho certeza se o Sr. Barreto Pedroso foi chamado, se recebeu diploma, não sei disto; mas sei com certeza que o Sr. Barreto Pedroso tem estado ausente da corte, mas não sei se foi chamado. Eu ouvi ler um aviso do Sr. ministro do imperio, dizendo que se expedira ordem á camara municipal para remetter diploma ao Sr. Barreto Pedroso; mas não sei se elle o recebeu, se foi chamado.

TOM. I

O Sr. Cruz Machado:—Tambem não sabemos se o Sr. Souto e os outros receberão diploma.

O Sr. D. Manoel:—O Sr. Souto foi chamado, os nobres deputados pela Bahia asseverarão que elle tinha recebido diploma, que vinha no outro vapor, e depois derão as razões por que elle não veio. Torno a dizer que nada sei a respeito do Sr. Barreto Pedroso, e por isso não posso votar a favor dessa emenda, quando não ha dous mezes que o Sr. Barreto Pedroso foi chamado, pois ha apenas tres semanas que o Sr. Souza Ramos partio.

O Sr. Cruz Machado:—Não ha dous mezes que o Sr. Barbosa retirou-se.

O Sr. D. Manoel:—Pareça-me que ha mais de dous mezes, mas se o nobre deputado me provar isto...

O Sr. Cruz Machado:—Pelas actas.

O Sr. D. Manoel:—... eu não terei duvida de modificar a minha opinião nesta parte. Supponhamos que o Sr. José Bento da Cunha Figueiredo, apesar das asserções que se fizeram nesta casa, não vem no proximo vapor, pergunto eu, continuar-se-ha a não achar supplete pela provincia de Pernambuco? Pois, senhores, isto pôde ser justo, isto pôde ser conforme ao bom senso, que um deputado se conserve seis mezes em uma presidencia, e que a camara dos deputados não chame supplete para substituir este deputado? Estará a camara dos deputados á mercê dos officios de um seu membro? Ora, meus senhores, siga a camara todas essas idéas, se quizer; eu não as seguirei por certo.

O Sr. Souza Franco:—Tem companheiro.

O Sr. D. Manoel:—Pois, senhores, um deputado que não quer vir á camara por causa de seus negocios particulares, ou por outros motivos, mas que tambem não quer que venha supplete, porque é seu inimigo, ou seu adversario politico, não dá parte disto, ou dá parte que vem todas as dias, e não vindo durante seis mezes, ha de a camara continuar nessa logração? Por ventura esse deputado pôde exigir de mim que eu lhe dê credito, que eu em um parecer diga—esperemos que chegue o vapor—quando ha quatro ou cinco vapores que chegarão sem elle vir?

O Sr. Carvalho Moreira:—O Sr. José Bento não officiou.

O Sr. D. Manoel:—Eu fallo em geral, não me refiro ao Sr. José Bento, elle não officiou; eu não o censuro, porque creio o Sr. José Bento tem tido motivos muito ponderosos de serviço publico para não vir á camara; mas o que eu digo é que a camara deveria ter chamado supplete por este senhor, porque é facto averiguado que elle está na provincia das Alagoas, que não compareceu, tendo já passado cinco mezes e meio da sessão contando as preparatorias. Se isto é justo, se é conforme ao bom senso, se o contrario é precipitação, eu entrego ao juizo de cada um dos nobres deputados em particular, e finalmente entrego ao juizo do paiz. Desde que ha presumpção, desde que ha factos que nos podem guiar em um juizo sobre a vinda de um deputado effectivo, desde que esse juizo é que o deputado não vem, nós não podemos deixar de chamar supplete.

—Não se diga que isso é um favor da camara, não, porque não temos essa omnipotencia que se nos quer dar. Como pôde a camara, desde que um deputado participa que não vem á sessão, deixar de chamar o supplete? Pôde-o fazer? Não; não o pôde fazer, porque se a camara não é legalmente responsavel, não pôde escapar á censura moral do paiz. Pôde-se assim esbulhar um cidadão que a lei manda chamar para esta casa

de um direito que elle tem? Não pôde, e se a camara praticar desses factos, se os repetir, pôde contar que se ha de desacreditar na opinião publica (apoiados); que perderá a consideração do paiz, sem a qual ella não pôde fazer nada de bem ao paiz. (Apoiados.) É necessario, senhores, arripiar carreira, eu não sou responsavel pelo que faz a camara, pelos seus actos; não, eu sou responsavel pelas minhas opiniões; pelo meu voto, mas pela camara não, senhores, assim como também a camara não é responsavel pelo meus discursos, pela minha votação, pelo meu procedimento; por consequencia faça a camara o que entender, mas esteja certa de que ha um juiz que nos observa, ha um tribunal perante o qual havemos de responder; e não podemos recusar a sua sentença, porque ella não pôde ser revogada, ella é dada por um juizo superior ao nosso.

O Sr. Pacheco. — Tomara eu sempre responder por este voto contra o parecer.

O Sr. D. Manoel. — Eu faço grande distincção entre responder-se perante o paiz, e responder-se perante o partido (apoiados); perante o partido esses factos são objecto de elogio, mas perante o paiz não, porque o paiz não é partido (apoiados); perante o partido podem até muitos desses actos ser motivo para uma votação brilhante para o futuro, mas perante o paiz, estão enganados, se assim pensão, porque no paiz, senhores, de todos os partidos a porção que para mim é mais consideravel é a dos sensatos, dos honestos, dos probos, dos imparciaes (apoiados), quando se trata de justiça (apoiados), e Deus nos livre se assim não fosse. Portanto, meus senhores, a camara faça o que quizer, vote como quizer sobre este parecer, para mim é indifferente, tenho cumprido com o meu dever como membro da commissão, e continuarei a cumprir enquanto tiver a honra de fazer parte della.

O Sr. Pacheco. — Muita gente votando contra cumpre o seu dever.

O Sr. D. Manoel. — Eu fallô de mim, eu respondendo por mim, e declaro com franqueza que por ora estou disposto a continuar a sustentar os principios que emitti nesta casa quando teve lugar a discussão do primeiro parecer da commissão de constituição acerca da indicação para ser chamado um supplente em lugar do Sr. Gonçalves Martins. Já a camara vê que eu hei de votar pelo parecer. (Apoiados; muito bem.)

O Sr. Zacharias. — Tendo eu, Sr. presidente, assignado com restricção o parecer que se discute; e havendo o nobre deputado pela provincia de S. Paulo, que ha pouco fallou, de certo modo me arguido de incoherencia, comparando o procedimento que tive acerca da indicação de que hoje se trata, com a opinião que segui quanto ao chamamento de supplentes em lugar dos Srs. Gonçalves Martins e Cunha Figueiredo, vejo-me na necessidade de fallar, prometendo porém á camara que serei breve quanto me fór possível. Começarei, Sr. presidente, por dizer que ha uma profunda differença entre a hypothese que faz objecção da discussão actual, e a hypothese da discussão anteriormente havida a respeito daquelles supplentes. Nessa discussão relativa aos dous presidentes de provincia tratava-se de deputados eleitos que não tinham vindo tomar assento na camara, ao passo que agora se trata de deputados que, tendo tomado assento na casa, retiraram-se, abandonando os respectivos trabalhos. Os Srs. Cunha Figueiredo e Gonçalves Martins são delegados do governo, que, estando no exercicio das respectivas commissões, não tinham com effeito vindo tomar assento; mas, porque nenhum dos membros do gabinete houvesse declarado que era intenção do governo que alli se demorassem, desse silencio interpretei que era

muito provavel se apresentassem quanto antes na camara. Que paridade pôde haver entre esses deputados occupados nas indicadas commissões e os membros da camara que se retiraram? Aquelles devião de ter participado; e não o havendo feito, commetterão sem duvida uma falta; estes porém cahirão em falta ainda maior, porque não bastava participarem, era mister que houvessem pedido licença. (Apoiados.) E' expresso no regimento que o deputado que não veio tomar assento mande á camara uma exposição do seu impedimento, e que aquelle que tomou assento na camara e parte em seus trabalhos já não pôde sahir della sem solicitar licença (apoiados); dando-se entre um e outro a differença que, com as devidas modificações, se observa entre um empregado que não toma posse do seu cargo e aquelle que, já tendo-a tomado, abandona o respectivo exercicio: no primeiro caso não ha crime, no segundo ha delicto previsto no código. Por consequencia, já vêm os nobres deputados que, dando-se esta disparidade de uma hypothese á outra, eu poderia ter-me opposto ao chamamento de supplentes pelos Srs. Cunha Figueiredo e Gonçalves Martins, e todavia associar-me hoje aos membros da commissão para fazer effectivo o chamamento de supplentes em lugar dos senhores que, abandonando a camara, se retiraram para suas provincias, ou para lugares de que, ao certo, se não tem noticia. Creio que tenho resalvado o meu procedimento da censura que quiz irrogar-lhe o nobre deputado pela provincia de S. Paulo. Explicarei agora quaes são as restricções com que assignei o parecer.

O regimento da casa diz (lendo) que os deputados que tiverem algum impedimento que não exceda a tres sessões, o communiquem por um recado ao presidente; e sendo por mais tempo, por officio dirigido ao 1º secretario; mas que se quiserem ausentar-se, deixando o exercicio de deputados, dirão por escripto os motivos que tiverem, além de a camara deferir-lhes como entender de justiça, e não padecendo o serviço publico.

Ora, essa terminante disposição do regimento foi infringida pelos deputados de que trata o parecer, os quaes creio que em sua totalidade se retiraram sem obter licença. E pois a casa está em seu direito se, achando que o serviço publico o exige, votar o chamamento dos respectivos supplentes. Assim obrando, a camara por certo não transgrediria as regras de rigorosa justiça. Mas, Sr. presidente, se ha caso em que a camara deve proceder, menos pelos dictames severos da justiça do que pelas inspirações da equidade, é sem duvida o de que se trata. Primeiramente um caso extraordinario deu-se, que occasionou a ausencia que se quer agora remediar. Esta circumstancia extraordinaria foi a peste que ainda não teve fim, e que a camara sabe quanto abalou o paiz em todas as suas relações, paralyzando o commercio, e constrengendo muitos individuos a sahir da corte abandonando seus mais importantes interesses. O senado não trabalhou por bastante tempo; muitos de nós, eu com receio de entregarmo-nos a excesso de trabalho que podia provocar a molestia, ou por estarmos já atacados della, não vinhamos á camara, resultando dahi interromperem-se os trabalhos legislativos. Nestas circumstancias, pois, creio ser muito admissivel a equidade da camara em relação áquelles de seus membros que, apreciando a sua saúde em grão subido, tratarão de pôr-se a salvo da febre; a coragem, comquanto seja virtude de transcendente utilidade a todo o cidadão, nem por isso é cousa que dependa de nossa vontade, de sorte que cada um possa ter a porção que lhe convém. Ha individuos que têm um medo irresistivel á morte, e outros que a arrostrião com pasmosa interpedez. Rogo á camara

que attenda bem ao motivo extraordinario que produziu esse abandono das funcções legislativas. Por ventura os trabalhos legislativos em algum anno soffrerão já os embarços e interrupções que no corrente têm experimentado? Não, de certo. E será só por culpa dos deputados ausentes que occorre na camara, não poucas vezes, a paralyzação de nossos trabalhos? Tambem não. Na corte existe numero sufficiente de deputados para que as nossas sessões sejam regulares; entretanto a opposição não se regozija frequentemente, quando, provocando ella uma votação, se conhece que a casa está incompleta? Não são, pois, somente os ausentes que têm commettido faltas, muitos de nossos collegas não são tão frequentes na camara, como desejarião e convinha, sendo certo que até um membro mesmo da commissão de constituição e poderes por algum tempo privou-nos da sua valiosa cooperação. Merecem portanto alguma desculpa os deputados que se ausentão e que, dominados do medo de virem entregar-se ás garras da morte, não têm até hoje apparecido. A epidemia, Sr. presidente, que assim attenna até certo ponto a falta dos deputados que tímidos se retirãrão por evitar a acção malefica do flagello, torna tambem de algum modo inutil o chamamento de supplentes, porque elles provavelmente não virão, visto que os interesses do partido que representão, talvez em sua consideração, estejam abaixo do amor que têm á sua existencia. Vlerão por ventura os supplentes que já se mandarão chamar? Veio o Sr. Souto? Veio supplente do deputado de S. Paulo que falleceu? De certo que não; e nem sei que possam ser por isso censurados, sendo para advertir além disso que quatro ou cinco votos que accresçam á opposição pouco podem influir nos interesses do partido a que pertencem. Os trabalhos mais importantes da camara estão quasi realisados, e a opposição, que teve aqui uma unica voz no principio do anno, tem hoje quatro para defender a sua causa. E estando assim adiantados os trabalhos, e já decorrido o primeiro mez da segunda sessão, não poderia ser mal interpretada a facilidade com que quasi no fim se trata de fazer chamar supplentes? Pois certos membros da camara, que a principio se oppunhão decididos ao chamamento de supplentes, agora é que, apartando-se da seu proposito, se apresentão generosos?

Entretanto, Sr. presidente, quando invoco a benignidade da camara para com esses nobres deputados que abandonarão seus trabalhos, eu não posso deixar de reconhecer que ha entre elles differenças dignas de notar-se, parecendo-me que alguns merecem toda a contemplação a que outros não têm o mesmo direito.

Principiarei pelo Sr. Carneiro de Campos, cujo supplente entendo que deve ser chamado. O Sr. Carneiro de Campos deixou, por doente, de vir a esta casa logo depois da discussão do voto de graças, quando a febre ainda não flagellava violentamente a população da corte, e depois foi-se para S. Paulo, dirigindo á mesa um offcio em que participava que brevemente voltaria o que não tem cumprido, deixando até de fazer, ao menos, nova comunicação, como convinha. Do mesmo modo deverá proceder-se acerca do Sr. Silveira da Motta, pois que a camara se lembrará da energia com que elle aqui ergueu a sua voz pugnando pela chamada de supplentes; era occasião de cabir-lhe em casa a justiça (risadas); mas o Sr. Silveira da Motta, que deixou os trabalhos da camara, não só offteceu á mesa quando se retirou, mas agora mesmo acaba de o fazer, assegurando que brevemente aqui estará. A camara pois pôde ser benigna para com elle. A commissão propõe tambem que se chame supplente pelo Sr. Julio de Miranda; mas parece-me que não deve isto ter lugar, porque affirma-se que o Sr. Miranda está restabelecido do incommodo que soffreu, e

que não tardará em apresentar-se na camara, accrescendo que ha offcio seu do principio da corrente mez communicando a razão do seu não comparecimento.

O Sr. Barbosa está nas mesmas circumstancias do Sr. Miranda.

O Sr. Monteiro de Barros, porém, que se acha em territorio de Minas, parece estar no caso de ser substituido, porque tem procedido como se houvera renunciado (apoiados), ao menos por este anno, o exercicio de deputado.

Um Sr. DEPUTADO:— Está a chegar.

O Sr. ZACHARIAS:—Eu disse no principio deste discurso que o chamamento de supplentes presentemente era em geral pouco conveniente; mas se a camara os quer chamar, deve ao menos attender ás diferentes circumstancias que assistem a cada um dos ausentes, e conforme ellas pronunciar-se. Com estas explicações tenho mostrado em que discorda o meu voto do da maioria da commissão. A camara ouviu que o nobre membro que ha pouco fallou pronunciou-se por um chamamento de supplentes completo, até porque o escriptor que elle citou diz, segundo julgou ter ouvido, que não pôde marchar bem uma camara quando todos os interesses do paiz não se achão nella representados; mas decida a camara se é com a pretendida chamada de supplentes que se ha de satisfazer essa condição. Parece-me, senhores, que enquanto o nosso systema eleitoral fór como é actualmente, jámais se poderá dar a representação de todas as idéas e interesses do paiz, como deseja o nobre deputado, que parece esquecido de que o chamamento de supplentes não é capaz de remediar vícios que nesta parte procedem da natureza do systema eleitoral adoptado. Não conheço os supplentes que possam ser chamados, mas, sejam quaes forem, estou persuadido que talvez pretensão ás classes de medicos, juriston-sultos e proprietarios, que no seio da camara já têm representantes nos membros da opposição aqui existentes.

Eu não tenho nada de commun com o nobre membro da commissão que acabou de orar no que toca á sua coherencia de principios que elle altamente defende, nem com a sua declaração relativa ás disposições da camara de que elle diz pouco embarçar-se, porque dellas appella para o paiz, que o conhece. Apparecido ha pouco na camara, e tendo apenas assignado dous pareceres sobre a materia em questão, eu não tenho antecedencias onde se possa notar contradicção a incoherencia. E seja-me mesmo licito pedir ao nobre deputado que pondere se nas expressões que acabou de empregar acerca das decisões da camara que tenham apparecido ou possam apparecer em sentido contrario ás idéas do honrado membro, não se pôde suppôr algum despeito.

O Sr. D. MANGEL:—Peço a palavra para responder.

O Sr. ZACHARIAS:—O direito que invoca o nobre deputado, de dar sempre com independencia o seu voto, pertence a todos os membros da commissão, que, examinando uma materia qualquer, só devem attender ao que julgarem mais acertado e não ao resultado que possa dar a votação.

Reflecta porém o nobre deputado que não pôde isolar-se inteiramente da camara, como pretende, que o estigma que o publico lançasse sobre ella havia de mais ou menos abrangel-o, assim como o desluzre da nação recade sobre todos os seus membros. Quem d'entre nós se não sente magoado do juizo temerario que os estrangeiros menos justos formão a respeito de nosso imperio? Que individuo, pertencendo a uma familia que se diga composta de homens improbos e perversos, ha de, appellando só para sua consciencia e para a regularidade de sua vida, mostrar-se

indifferente ás nodos e manchas dos seus? Não, senhores, isso não é possível, porque em muitas cousas em que a desejariamos repellir, ha contudo uma tal ou qual solidariedade. A solidariedade que o systema representativo introduz nos gabinetes cabe tambem até certo ponto aos membros de um partido politico dentro ou fóra do parlamento, e tem uma applicação mais geral do que ordinariamente se pensa, sendo certo que até a especie humana se mostra de algum modo solidaria quando a vemos exposta a mil soffrimentos em virtude da queda do primeiro homem. Sendo isto assim, me parece que todos os membros da camara não de soffrer se ella se desacreditar (apoiados), e não de ganhar em consideração á medida do conceito que adquirir no paiz. E' pelo desejo, Sr. presidente, que tenho de ver a camara rodeada de prestigio, de que todos os seus membros devam participar, que eu estigmatizei como estava ao meu alcance o procedimento de alguns inconsiderados das galerias (apoiados), é por isto que eu lamento o facto de se lançar uma moeda de cobre aos nossos bancos, é por isto que eu não posso deixar de desapprovar o procedimento do honrado opposicionista, que defendendo os imprudentes das galerias de algum modo acorçoa a repetição de taes escandalos.

O Sr. SOUZA FRANCO dá um aparte.

O Sr. ZACHARIAS:—Devo dizer ao nobre deputado que quando no principio da primeira sessão alguns membros da camara procuravam indiscretamente embaraçar o desempenho de sua missão, achava eu esse procedimento havido com o honrado membro summamente irregular e incompativel com o direito que tem a opposição de ser attentamente ouvida nesta casa; mas depois de certo tempo começou o nobre deputado a exceder-se, chegando ultimamente a defender a causa de espectadores irreflectidos das galerias, que têm querido perturbar os nossos trabalhos, e querendo mesmo desculpar esse comportamento com dizer que o mal procedia de certos discursos sem alcance (é expressão sua), mas antes que na casa se proferissem. As pessoas das galerias podem retirar-se quando quizerem, devendo fazê-lo sem confusão, sem barulho; mas o que parece que ninguém pôde desculpar é o facto, ha poucos dias occorrido, que o nobre deputado pelo Pará ainda mais aggravava com a causal que indicou, de discursos que diz de nenhum interesse, como se lhe fosse lícito avaliar por este modo discursos de algum collega seu, quem quer que elle seja, e dizê-lo perante a camara, e como se por ser da opposição não lhe occorresse o dever de concorrer por todos os meios ao seu alcance para reprimir e obstar desacatos á camara de que é membro. Pensará tambem que pôde tornar a sua sorte em tudo independente da camara?

O Sr. PRESIDENTE:—Observo ao nobre deputado, que deve cingir-se á materia em discussão.

O Sr. SOUZA FRANCO:—Agora já é tarde, já disse o que quiz.

O Sr. ZACHARIAS:—Tenho-me explicado, Sr. presidente, e se V. Ex. puzer a votos o parecer por partes, eu me pronunciarei pelo chamamento dos supplentes de certos deputados, utando contra o de supplentes de outros, que, pelas razões expostas, não estão no caso de serem substituidos se a camara quizer ser com elles benigna.

O Sr. D. MANOEL (para responder):—Sr. presidente, não julgando conveniente entrar nas razões porque o Sr. deputado por Sergipe havia assignado o parecer com restricções, as minhas respostas dirigirão-se unicamente aos tres honrados deputados que o combaterão; mas o honrado membro que acaba de sentar-se entendem que devêra antes dirigir o seu discurso ao seu

collega da commissão do que aos illustres deputados que o haviam combatido, e que até parece que o tinham taxado de menos coherente.

O nobre deputado agora mesmo proferiu uma expressão para a qual não lhe dei direito algum; eu não dei direito ao nobre deputado para interpretar mal minhas intenções, porque quando eu disse que apesar de acatar e respeitar, como me cumpria, as decisões desta camara, todavia não me julgava desligado das opiniões que sempre tenho sustentado, e que então só me restava appellar para o paiz real, eu não tive intenção de com isto dar provas do meu despeito, como tão ligeiramente avançou o nobre deputado a quem respondo.

O Sr. ZACHARIAS:—Isto é pouco parlamentar.

O Sr. D. MANOEL:—E' pouco parlamentar?

O Sr. ZACHARIAS:—Eu ainda tenho a palavra.

O Sr. D. MANOEL:—Eu, Sr. presidente, andava até evitando a occasião de ter contestações nesta casa com o nobre deputado, e de proposito nenhuma palavra disse sobre a sua assignatura com restricções, porque, em verdade, acostumado a tratar nesta casa todos os honrados deputados com o respeito que elles me merecem, é possível que uma ou outra vez, no decurso da discussão, profira uma expressão menos parlamentar; mas eu de certo a teria retirado logo se algum nobre deputado se sentisse offendido, se dignasse mostrar o meu resentimento; mas, acostumado a tratar com todo o respeito aos nobres deputados, e tendo em uma das sessões transactas tratado o nobre deputado por Sergipe, a quem respondia, com toda a attenção, com toda a delicadeza que me cumpre, retirei-me da casa por motivos que a camara sabe. O honrado deputado, respondendo-me durante a minha ausencia, servio-se de termos que de certo não são proprios desta casa, nem proprios de mim. Nesse discurso, Sr. presidente, bem me recordei eu que lhe disse que, se acaso os principios em que se fundava o honrado membro quando combatia o parecer que a commissão de constituição tinha apresentado fossem verdadeiros, dalles se seguiria um absurdo revoltante, isto é, que a camara dos Srs. deputados ficaria á mercê de dous, quatro ou seis deputados, os quaes nem vinhão, nem participavam, e por consequencia impedião a chamada de supplentes. Primeiro que tudo, ha aqui alguma expressão que offenda nem de leve ao honrado deputado?

O Sr. ZACHARIAS:—Absurdo revoltante.

O Sr. D. MANOEL:—Acha que é anti-parlamentar? O nobre deputado como respondeu a isto? O nobre deputado disse que a expressão não era parlamentar, isto é, que não se usa em parlamento; e em segundo lugar, que era até contraria ás regras as mais triviaes da civilidade. Eu declaro ao nobre deputado que gosto muito de ler as discussões dos parlamentos, e ainda hoje, lendo um discurso de ministro do interior em França, encontrei nelle a palavra *absurdo*. Dizia elle: « Absurdo que eu esperava que não fosse proferido pelo nobre deputado: » orão que o Sr. Crémieux. A palavra *absurdo* é termo de sciencia; ninguém ainda reparou que se taxasse de absurdas certas doutrinas; isto observa-se todos os dias no senado, mesmo nesta camara, e em todos os parlamentos. Mas, senhores, eu não offendi ao nobre deputado; porém o que é insupportavel, o que é intoleravel, é que se diga a um deputado da minha ordem...

ALGUNS SRS. DEPUTADOS:—Oh! oh!

O Sr. D. MANOEL:—.... como somos todos.... Da minha ordem, repito; não levem isto pelo lado odioso; eu me explicarei. O que é intoleravel é que se diga a um deputado que elle ignora as regras mais comestinhas da civilidade para com seus collegas. Deputado da minha ordem, sim,

porque essas expressões dirigidas a alguém que tenha por habito faltar ás attencões devidas aos seus collegas poderião ser toleradas, não é de admirar; mas é muito para admirar que ellas se dirijão a mim, a mim que tratei com toda a attenção e urbanidade ao nobre deputado, que até disse em meu discurso que sentia que um talento tão brilhante sustentasse idéas das quaes, no meu modo de pensar, se segue um absurdo revoltante. Eu digo ao nobre deputado que não o julgo meu mestre em regras de civilidade, nem em cousa alguma.

O SR. ZACHARIAS:—Nem ao nobre deputado.

O SR. D. MANOEL:—Nem se persuada o nobre deputado que nesta casa está fallando com discipulos de curso juridico; persuada-se de que está fallando com seus collegas, que está fallando com homens que tiveram educação fina, e que passarão parte de sua vida com o que ha de melhor no mundo, e que aqui é um dos escolhidos pela nação. Repillo pois esta expressão, assim como repillo esta outra que me emprestou o nobre deputado, querendo dizer que eu, por despeito, me havia pronunciado de maneira por que fiz, quando eu disse que acatava as decisões da camara, mas que não estava obrigado a mudar de opinião enquanto não visse argumentos tão fortes que a isto me fôrçassem, e que, apesar desses pareceres serem reprovados, eu continuava a ter essa opinião, e então restava-me o appello para o paiz real. Não sei como o nobre deputado veio de proposito dirigir-me o seu discurso, quando parecia que se devia dirigir ao honrado deputado que o combatia, para servir-se de uma expressão a meu respeito que não é parlamentar.

O SR. ZACHARIAS:—Qual é?

O SR. D. MANOEL:—Despeito, que não é parlamentar, e que não devia ser dirigida a mim que, no meu discurso, nenhuma só vez me lembrei do voto e restricções do honrado deputado; só me dirigi aos tres honrados membros que se dignarão combater o parecer.

Agora cumpre-me dar algumas explicações acerca de proposições que emitti no meu primeiro discurso, e que também forão combatidas pelo nobre deputado.

Senhores, a regra que se ha de estabelecer para a chamada de supplentes é, segundo o honrado membro, a ausencia sem participação; porque ainda que a ausencia seja com participação, não tem lugar a chamada; de maneira que pelo deputado que estiver, por exemplo, ausente fora da provincia do Rio de Janeiro dous mezes, deve-se chamar supplente, e por aquelle que estiver na corte ou na provincia do Rio de Janeiro ausente por quatro mezes, não se pôde chamar supplente; esta é verdadeiramente uma jurisprudencia que não posso comprehender, é tão subtil... não a pude perceber. Não é melhor estabelecer regras geraes a este respeito? Parece-me isto preferivel. Pelo Sr. Carneiro de Campos, que não participou senão uma vez e que está em S. Paulo, chama-se supplente, mas pelo Sr. Motta, porque participou, não se chama supplente; pelo Sr. Julio de Miranda, que participou e que está nos confins desta provincia com Minas ha mais de dous mezes, não se chama supplente. Esta argumentação é tão fraca que não merece a pena que se fize sobre ella; entretanto a camara note que o Sr. deputado pela provincia de Pernambuco, que é presidente das Alagoas, não participa, todavia o nobre deputado não quer que se chame supplente, e por que? Porque não participou, porque um dos membros da casa disse que ella vinha tomar assento, todo o mundo sabe que esta asserção se tem feito por muitas vezes, e que até agora não é chegado o Sr. José Bento, tendo nós quasi cinco mezes e meio de sessão. Pergunto agora, como já perguntei antes, se acaso

chegar o vapor do norte e não vier o Sr. José Bento, haverá quem diga que não se deve chamar supplente? Declaro ao nobre deputado que se acaso não são decorridos dous mezes, então mudo de voto.

O nobre deputado também pareceu admirar-se muito da citação que fiz de Chateaubriand, quando disse que esse grande litterato e politico era de opinião de que não ia bem o governo representativo sem que as diferentes opiniões estivessem representadas nas camaras: o nobre deputado responde a isto dizendo que o que se trata é de representar classes, o agricultor, o medico, o juriconsulto, etc. Orela que esta não foi de certo a doutrina de que fiz menção; o que disse é que as opiniões politicas do paiz devem ser representadas no parlamento para que o paiz, por meio das discussões, conheça qual é a politica que lhe convém e que o pôde felicitar; e então, senhores, veio o nobre deputado dizendo que no paiz, como elle está organizado, não pôde haver senão a representação de uma só politica. Eu digo que o paiz não está organizado para isso; é mais, que se por ventura não ha no paiz senão a representação de uma politica, isto não é por defeito do paiz, e sim por outras razões, que escuso expender agora, porque todos as reconhecem; o que eu disse, senhores, foi que nós que estamos hoje em grande maioria não só não devemos difficultar a entrada dos nossos adversarios politicos no parlamento, como mesmo devemos facilital-a, principalmente quando se trata, não de fazer favores, e sim de fazer justiça; e é exactamente isto o que eu mostrei na chamada de supplentes por esses senhores que estão ausentes.

Ainda o Sr. deputado voltou com a minha coherencia, e então foi verdadeiramente sentimentalista, porque começou a mostrar que eu estava em erro até pelo peccado de Adão. Note a camara que eu não disse que não sentia o juizo menos favoravel que o paiz pudesse formar das decisões da maioria desta casa; o que disse foi, e repito, que não sou responsavel por essas decisões, uma vez que fallo na tribuna e que dou o meu voto com toda a franqueza sobre os diferentes objectos de que nella se trata. E, senhores, donde tirou o nobre deputado a obrigação em que estou de tomar a responsabilidade dos actos que não pratico e para os quaes não concorro?

O SR. MORAES SARMENTO:—Apolado; e que não pôde evitar.

O SR. D. MANOEL:—Para que é esta liberdade de discussão? Não é para por meio della salvar a minha responsabilidade perante o paiz real? Pois bem, desde o momento em que entendo que a maioria profere uma decisão, naq meu modo de pensar injusta, e pronuncio-me contra ella, posso eu ser responsavel perante o paiz por semelhante decisão tomada contra a minha vontade? De certo que não, e isto, senhores, é tão claro como a luz meridiana. Mas o nobre deputado ainda veio com a minha coherencia, querendo assim imitar talvez o bello exemplo que se deu nesta casa em uma das sessões passadas. Senhores, lance-se-me sempre em rosto este defeito (se se entende que é defeito) que não tenho vergonha de confessar; sim, diga mesmo o nobre deputado em ar de mofa que eu sou coherente, mas não me pôde provar que não haja em mim coherencia, não me pôde apontar factos pelos quaes consiga demonstrar que com effeito esta coherencia não está senão em palavras. Enquanto isto não provar, eu também hei de sempre zombar dessa maneira de argumentar ao nobre deputado.

Sr. presidente, eu respondi principalmente á parte do discurso do nobre deputado por Sergipe que merecia resposta. Não julgo conveniente

dizer mais nada sobre o parecer; tenho expellido as razões que me assistirão para assignar. Mas ha ainda um argumento que me escapou no primeiro discurso, e que agora tomarei em consideração. Disse o nobre deputado, por S. Paulo que sabendo-se que os deputados effectivos vêm tomar assento, seria até uma brincadeira mandar-se chamar os supplentes, os quaes certamente não virão, porque verificava-se a vinda e chegada desses deputados. Senhores, nós salvamos o principio com a chamada dos supplentes. Se por ventura, quando chegasse a ordem do governo para as camaras municipales enviarem diplomas aos supplentes, já tivessem vindo os deputados effectivos, é evidente que essa ordem não teria execução, e não é brincadeira, senhores, porque ha um facto para esta chamada de supplentes, que é ausencia dos deputados effectivos. E agora direi ao nobre deputado que o art. 89 da lei eleitoral não suffragava a sua opinião, e não é só applicavel ás camaras municipales. O corpo legislativo já reconheceu que era applicavel ao caso da ausencia dos deputados, ainda mesmo que tivessem vindo á camara e se retirassem della. E, senhores, que motivo haveria para que a lei acautelasse o caso da ausencia antes do deputado vir tomar assento, e não acautelasse o caso da ausencia proveniente da retirada depois de tomar assento? Senhores, o que a lei quer é que a representação nacional esteja preenchida; este é o fim principal da disposição do art. 89, que, quando conste que o deputado effectivo não comparece, se chama o supplente, e como neste caso nós temos a presumpção fortissima de que o Sr. deputado não comparece, porque, apesar de ter officiado e asseverado que vinha, não tem apparecido até agora, nós cumprimos a lei chamando o supplente. Pôde acontecer com effeito que o Sr. deputado venha para a camara, e que então não se chame o supplente. Eu tornarei isto mais claro com o seguinte exemplo. Supponhamos que um deputado participa (note-se bem) que não vem á camara por motivo de molestia prolongada, ou ainda melhor: supponhamos que o deputado não vem á camara, e nem faz participação alguma; passam-se dous e tres mezes, e a camara em sua sabedoria decide que seja chamado o supplente, expede-se um officio neste sentido á camara municipal da capital, essa camara manda o diploma ao supplente, e o deputado effectivo diz: « Agora vou eu, não participei a minha falta á camara, para que o supplente não fosse chamado; mas uma vez que foi chamado, vou occupar o meu lugar. » Agui ha brincadeira, senhores? Neste caso a camara não dá assento ao supplente, mas tem salvado o principio, embora o deputado effectivo não tenha tido um comportamento digno de louvor. Como este exemplo eu poderia citar muitos para mostrar que com effeito não devemos estar adstrictos a estas participações. E agora, Sr. presidente, seja-me lícito fazer esta argumentação; não disse o honrado membro por S. Paulo que alguns deputados effectivos, nas sessões transactas, e quando a maioria da camara era da opinião que hoje está em opposição, de proposito nem vierão á camara, nem participarão a sua falta, para que se não chamassem supplentes? Disse e lançou em rosto este procedimento como irregular, no que eu o acompañei. Ora, os nossos adversarios politicos não poderão agora dizer o mesmo? Não vão á camara, nem participão, e isto de proposito para que nós não tenhamos assento ali. Não é isto uma represalia até certo ponto justa? Entendo que sim; pois é para evitar isto que eu sou de voto que se chamem supplentes, embora aconteça, o que é possível, que este chamamento não tenha resultado algum, pela proxima chegada dos Srs. deputados de S. Paulo e Minas; pôde-se mesmo que

ellas, tendo conhecimento desta decisão, se dêem mais pressa de virem para a camara, se acaso os seus incommodos já tiverem cessado. Portanto, Sr. presidente, esta razão do nobre deputado não é ponderosa, porque o facto averiguado é que nós salvamos o principio, e que mostramos assim ao paiz que não trancamos as portas do parlamento aos nossos adversarios politicos, quando elles têm o direito de occuparem uma cadeira nesta camara como supplente.

Termino, Sr. presidente, dizendo que por diferentes vezes se tem fallado na camara sobre este objecto, e tem-me cabido a palavra como membro da commissão de constituição e poderes; é provavel que estas indicações se repitam, hei de cumprir o meu dever, como membro dessa commissão, dando um parecer; mas estou por ora pouco disposto a continuar nesta discussão, porque ella se vai tornando inutil, por ser muitas vezes repetida. Voto pelo parecer.

O Sr. Zacharias (para responder): — E para mim sumamente doloroso ter de occultar por alguns momentos a attenção da camara em virtude do incidente que ella acabou de testemunhar; mas enfim não podia eu prescindir de pedir a palavra para defender-me; prometto porém á camara que não abusarei da sua paciencia, e que darei ao orador que me precedeu uma resposta digna de mim, e não indigna desta casa.

O nobre deputado, pelo que acabou de dizer, estava já disposto a suscitar esse incidente; e porque na resposta á parte do meu discurso que desafiou a sua ira, remontou-se elle a debates anteriores, indo procurar a discussão que teve lugar por occasião da chamada de supplentes dos Srs. Gonçalves Martins e José Bento, ha de a camara permittir-me que eu me remonte a tempos ainda mais remotos para mostrar que se o illustre deputado não está ao caso de tomar lições minhas de civilidade, nem de outra materia qualquer, tambem eu não estou no caso de as tomar delle em assumpto algum.

Sr. presidente, é natural que chegando a esta augusta camara com desejo de empenhar-me alguma vez em seus debates, eu prestasse muita attenção a todos os seus oradores, procurando nos discursos que proferissem e nas suas maneiras modelos que convenientemente me guiassem na vida parlamentar. Aconteceu logo que, tratando-se das eleições do Rio Grande do Norte, tivesse de tomar a palavra o nobre deputado a quem respondo, o qual portou-se em verdade de tal modo, que deixou-me perplexo sobre o que era civilidade parlamentar. Primeiramente, Sr. presidente, eu vi que o nobre deputado, discorrendo sobre a materia em discussão, combatia a opinião do illustre ex-presidente dessa provincia de um modo tão afervorado que não cessava de bater com as suas mãos na balaustrada, como pregador que busca impressionar o auditorio batendo no pulpito, e dahi comecei a inferir que não havia achado o modelo que procurava. Depois estando a orar sobre o mesmo assumpto o illustre deputado pelo Ceará, o Sr. Araujo Lima, em sentido contrario ás convicções do Sr. deputado a quem respondo, não me occorria agora que proposição enunciou, que incorrendo no desagrado do nobre deputado, dirigio este aquelle orador alto e bom som, o seguinte aparte: — Isto é um despropósito! — Este aparte, Sr. presidente, não escapou ao tachygrapho, foi publicado como todos virão, no jornal da casa, e é bastante, segundo creio, para mostrar que o nobre deputado, apesar da melhor roda do mundo em que diz sempre ter vivido, não obstante seu illustre nascimento, e os seus grandes talentos, é capaz de desviar-se, como qualquer outro homem, das regras da civili-

dade. Dizer-se, senhores, a um collega na camara — isto é um despropósito — certamente não posso suppor que seja acto de polidez e civilidade em parte alguma, quanto mais em um parlamento; nem sei qua se possam inculcar de eminentemente cortezes homens que de taes expressões se servem.

O SR. D. MANOEL: — Não lhe respondo, não faço caso disto.

O SR. ZACHARIAS: — Nem eu tambem do que diz o Sr. deputado. Agora, Sr. presidente, chegando á discussão havida por occasião da chamada de supplentes dos Srs. Gonçalves Martins e José Bento, peço á camara queira lembrar-se de qual era o estado da questão. Eu havia redigido o parecer no sentido de não se chamarem os supplentes, concordando commigo o outro membro da commissão, o Sr. João Antonio de Miranda; o nobre deputado prestou-lhe sua assignatura, mas com restricções; e depois de ter sido atacado o parecer pelo deputado do Pará, o Sr. Souza Franco, que encetou a discussão, e de havê-lo eu defendido como pude, levantou-se o nobre deputado, e arguindo-o de improcedente, disse que a razão principal em que se elle fundava, que vinha a ser — não constar legalmente á camara o impedimento desses senhores —, era um absurdo revoltante! Esta phrase, Sr. presidente, creio que nada tem de parlamentar.

Debalde o nobre deputado recorreu a exemplos de oradores de paizes cultos, que têm, no parlamento, empregado expressões semelhantes, pois que são outros tantos abusos; e até poderia o nobre deputado, de certo, sem adiantar a sua causa, citar factos de oradores, que hão concluidos debates parlamentares com vias de facto. Não é com taes citações que o nobre deputado ha de fazer passar como polidas e cortezas estas expressões dirigidas a dous collegas seus: «isto é um absurdo revoltante.» Allegou ainda o nobre deputado que a palavra — absurdo — se acha em qualquer livro que é proprio da sciencia. Senhores, em um livro, pôde-se empregar, sem inconveniente, a palavra — absurdo — e qualquer outra expressão ainda mais rigorosa com applicação a quem quer que seja, mas nem tudo o que nos livros se admitta pôde, certamente, ter lugar perante uma camara, e argumentando-se com collegas. Talvez que o nobre deputado, pela longa pratica que tem do parlamento, e de seus estylos, esteja habituado a ver nessas palavras termos inoffensivos, mas eu continuarei a tê-las por indignas deste recinto, e bem calculadas para menoscebar e offender aquelle que enuncia o pensamento contra o qual se empregão. E' para saber-se, Sr. presidente, que o nobre deputado ergueu aqui um castello, a fim de têr o gosto de combatê-lo, doestando-me, visto que a passagem do meu discurso que citou não lhe era directamente applicada, como dá a entender. Defendendo-me de sua arguição, tratei, como cabia em minhas forças, de mostrar que a proposição do parecer não era — absurdo revoltante — bastando para convencer de injusto o nobre deputado, nessa parte, o facto que alleguei de haver elle, algum tempo antes, assignado um parecer em tudo semelhante ao meu, com a unica differença de empregar a palavra — oficialmente — em lugar de — legalmente — de que usei. No correr da argumentação tive de combater a regra que o Sr. deputado estabeleceu, fundado na autoridade do Sr. Andrada Machado, de que depois de dous mezes decorridos sem exposição do impedimento do deputado eleito é que cumpria chamar-se o respectivo supplente; e então um nobre deputado, que estava perto de mim, deu-me um aparte que não me pareceu justo. Dizia eu que a regra dos dous mezes, comquanto fundada na opinião do Sr. Andrada Machado, não podia servir de norma

ou de regra para a camara; porque, se o Sr. Andrada Machado suppunha bastantes dous mezes, eu podia achar sufficiente um, e outro entender que se esperasse o deputado tres mezes, e assim dar-se uma grande divergencia de idéas. Foi nessa occasião que houve o aparte a que alludi, como escarnecendo do argumento empregado; foi então que eu disse que ninguém podia ser obrigado a aceitar a inculcada regra dos dous mezes, porque cada deputado tinha direito de pensar como lhe parecesse melhor, e de expender com toda a liberdade suas opiniões; que só o que não era permitido, antes offendia o regimento, os estylos parlamentares e a civilidade, era qualificar de absurdo revoltante o pensamento de qualquer membro da camara.

Eis-aqui, senhores, o que o nobre deputado, tomando uma carapuça que podia caber bem em qualquer outra cabeça, foi buscar como resposta directa ao que me havia dito. Mas já que assim o quer, assim seja; e neste caso sustento que as minhas expressões devem correr a mesma sorte que as do nobre deputado. Se as suas são anti-parlamentares, não teria duvida de retirar as minhas, como tambem improprias deste recinto; mas se as palavras do nobre deputado são conformes aos usos parlamentares, tambem não sei como deixem de ser admissíveis as minhas, que tambem tenho visto em tantos livros e em tantos discursos.

Sr. presidente, nessa discussão relativa ao chamamento de supplentes em lugar dos Srs. Gonçalves Martins e José Bento, houve ainda um incidente que prova de sobejo a irascibilidade do nobre deputado. Refiro-me á resposta que, na occasião em que elle orava no sentido de chamarem aquelles supplentes, deu a um dos Srs. secretarios, que é magistrado, por lhe dizer em um aparte que a sua regra dos dous mezes, visto que estavamos na segunda sessão, só podia ter applicação depois de Junho. E qual foi, Sr. presidente, essa resposta? A seguinte: «isto é chicana, e chicana ordinaria.» Senhores, parece-me que taes expressões não são parlamentares, visto como offendem profundamente o melindre da pessoa a quem forão applicadas. Não será com effeito uma injuria dizer-se a um homem que veste toga, que tal aparte seu é chicana, e chicana ordinaria, chicana nem ao menos de advogado de certa ordem, mas de algum desmoralisado? Se não é isto anti-parlamentar, Sr. presidente, sou obrigado a declarar a V. Ex. e á camara que não poderei jámais comprehender o que sejam bons estylos em um parlamento.

Demonstrado assim, Sr. presidente, que as proposições que tenho analysado não são muito attentivas, e sendo certo que os homens mais urbanos podem commetter faltas e desvios da civilidade e attenção que davam aos outros, sem embargo de cuidadosa educação que hajão recebido, claro está que tem sahido por terra toda a argumentação do nobre deputado na parte em que, mais inflammado, declarou que tem sempre vivido com o que ha de melhor no mundo! Se essa declaração do nobre deputado, Sr. presidente, encerra alguma insinuação maligna, devo dizer-lhe que sem aspirar á gloria que o nobre deputado colhe da distincta roda que frequenta e da sua nobreza, pertenco a uma classe muito distincta na sociedade, recebi de meus pais uma educação muito liberal; sempre andei em circulos de pessoas honestas, e por consequencia nenhuma disposição tenho para invejar a posição do nobre deputado, que denaia, pela constituição do estado, é nesta casa em tudo igual á minha. Até os livros e os discursos a que o nobre deputado allude, não são felizmente mysterios para mim, que desde a infancia cultivo, conforme as minhas debéis forças, as letras. Houve, sem duvida, da

parte do nobre deputado excesso de melindre; e eu estava tão longe de querer provocá-lo, que francamente confesso teria retirado qualquer expressão que me parecesse menos regular e offensiva do nobre deputado, se me acudisse a idéa de que elle se dava por aggravado. Mas, dada a offensa que de sua parte acabo de receber, só me cumpre repellir-a com toda a força.

Disse o nobre deputado que eu pensava estar fallando a rapazes; mas o que querára dar a entender com isso? Persuade-se que quando dirijo a palavra a mocidade que me ouve, trato-a mal? Qual foi já o moço a quem, como lente, eu maltratasse? Felizmente ha nesta camara muitos membros que sabem do meu comportamento na academia: diga algum delles se tenho o habito de tratar com grosseria os estudantes? E' natural, Sr. presidente, que não corresponda no ensino ao que a sciencia exige de um professor, porque a capacidade é um dom que Deus concede a quem lhe apraz; mas a urbanidade com os alumnos, que depende de minha vontade, essa tenho consciencia de observar com elles. (Apoiados.) Se sou severo com os ineptos e mal comportados, reprovando-os, presto todo acdihimento e consideração á mocidade esperancosa que me tem ouvido. (Apoiados.)

Talvez o nobre deputado, Sr. presidente, quizesse alludir ao tom decisivo e categorico que muitos attribuem aos que seguem a carreira do magisterio; mas ainda nesse sentido a sua allusão creio que não foi feliz, porque se tom categorico é vicio que em mim existe, dá-se tambem ao nobre deputado em maior escala, de sorte que o nobre deputado não só parece mestre, senão mestre de discipulos rudes, e tão categorico se ostenta que tenho o ouvido dizer em debates « não gosto deste argumento; a direcção dada á discussão não me agrada, etc. », como se o gosto e o agrado do nobre deputado fossem a medida dos argumentos, e regra para direcção dos trabalhos da casa! E já que o nobre deputado citou-me oradores dignos de imitação, seja-me tambem permitido apresentar-lhe um modelo que não é para desprezar-se: fallo de Benjamin Franklin. Nenhum de nós, senhores, ignora que esse grande homem, uma das maiores glorias da America, que primou em tantos ramos de conhecimentos humanos, começou por ter o habito de exprimir-se em termos que pareciam impôr silencio áquelles com quem argumentava, por exemplo: « Isto é claro, é incontestavel, não admitte replica, etc. »; mas em breve reconheceu que deste modo, em vez de persuadir os que o ouvião, só tinha em resultado fazer-se odioso, alienando de si sympathias de que para os seus fins necessitava, e então, mudando de estylo, não se exprimia senão por formulas modestas, como « parece-me, penso, etc. »; e viu que dissimulando assim de certo modo, sob as apparencias de duvida, o seu profundo-saber, sua voz se tornava cada vez mais persuasiva e poderosa. Franklin, pois, depois de corrigido e emendado, eis o modelo de civilidade que ouso citar para contrabalançar a autoridade daquelles com que se pretende sustentar que—absurdo revoltante—são expressões parlamentares.

O Sr. PRESIDENTE: — Peço ao nobre deputado que vote á questão do paracer.

O Sr. ZACHARIAS: — Sinto, Sr. presidente, ser chamado á questão; mas pondere V. Ex. que importa á minha defesa rebater as proposições com que o nobre deputado procurou molestar-me. Admira, Sr. presidente, que o nobre deputado ao passo que sustentava não envolverem incivilidade nem offensa as palavras—absurdo revoltante—se escandalisasse de applicar-lhe em a expressão — despeito, ou despetado. — Pois, senhores, aquellas expressões que sendo bem

applicadas, denotão até não pequena irregularidade nas faculdades de quem as merecer, são parlamentares, e — despeito, — que é o mesmo que ressentimento, é que não pôde caber na linguagem politica? A camara que o julgou. Por mais que o nobre deputado desenvolvesse os seus recursos oratorios, não pôde de certo desfazer a impressão que produziu o seu primeiro discurso, na parte em que, mostrando-se indifferente ao resultado da votação, de que pretendia appellar para o paiz, como que asseverou que de seu lado estava a razão, e que queria, seguindo o caminho da rectidão, separar a sua sorte do destino que possa tocar aos seus collegas que compartilham as mesmas idéas politicas. Foi isso o que eu combati, e onde me pareceu se poderia suppôr algum despeito da parte do nobre deputado.

O pensamento sobre a solidariedade que, em sentido bem determinado, appliquei a mais de um respeito, com o fim de mostrar a sem-razão com que pretende o membro de uma camara ser indifferente aos acertos ou desacertos de seus collegas e amigos politicos, comtanto que ponha sua pessoa a salvo de censura, parece que o nobre deputado não o quiz comprehender, assim como o honrado deputado pelo Pará que, em um aparte, o qualificou de novo. Mas eu creio ter-me explicado sobre esse ponto com clareza bastante para dispensar-me agora de maior desenvolvimento. E não acompanharei o nobre deputado em todos os argumentos que apresentou sobre a materia que se discute, porque, assim como o seu fim principal pareceu ser molestar-me, tambem julguei conveniente, limitar este meu discurso a repellir os seus documentos.

Concluo, pois, Sr. presidente, pedindo a V. Ex. e á camara me desculpem, pois que de novo lhes asseguro o profundo pezar que me toca de haver occupado a sua attenção por motivo de esse incidente, que eu bem desejára se não realisasse, visto que o serviço publico padeca sempre que se dão taes occurrencias.

ALGUNS Srs. DEPUTADOS: — Muito bem.

O Sr. Souza Franco: — A camara ha de ter visto que não tenho prestado a maior attenção a esta discussão, por isso que até sobre ella não pedi a palavra, e entreguei a decisão totalmente á maioria da casa e ao espirito do justiça de meus illustres collegas que, reconhecendo a procedencia do parecer da commissão, quizessem concorrer para que elle fosse approved. E não posso deixar de declarar que ainda não ouvi uma unica razão contraria á multa justiça que ha no parecer da commissão.

Disse-se que alguns Srs. deputados que se achão ausentes estão para vir, que podem chegar a qualquer instante, e que por consequente seria inutil chamar supplentes em seu lugar. Ora, senhores, tantas vezes repetida esta promessa, e tendo-se tantas vezes faltado a ella, ainda será occasião de acreditarmos nella? Eu acredito muito principalmente no digno chefe do policia da provincia de Minas Geraes, cujo testemunho foi chamado nesta occasião; se o honrado deputado tivesse a bondade de declarar que estas suas promessas erão officiaes (risadas), eu acreditaria que os nossos collegas que estão ausentes hão de, até pelos seus esforços, apresentarem-se em tempo na camara, porque a policia tem sempre tido grande autoridade nestas materias electoraes.

O honrado deputado que acabou de fallar, e que não está agora na casa (e eu sinto muito que elle deixasse os bancos, principalmente quando alguma coisa tinha que oppôr ás duas palavras que dirigio a meu respeito), fez a accusação mais grave que é possivel aos nossos collegas que estão ausentes. Disse elle que até é um crime previsto pelo código penal este da

retirada de funções sem participação: e o honrado deputado, que tinha censurado tão acremamente, tão injustamente os nossos collegas, veio depois mostrar a gravidade das circumstancias que os tinham obrigado a sair da camara, do municipio ou da provincia. Mas é um facto que hoje não escapa ás vistas de ninguém, que todos esses que sahirão pela gravidade das circumstancias, e ainda os mais cuidadosos de sua saúde, já se apresentarão na casa. Esta gravidade de circumstancias cessou pois completamente, e como então não comparecem ainda aquelles que, não seguindo o mesmo exemplo, se retirarão da casa? Hoje os que não têm voltado não é com o receio da gravidade das circumstancias, e sim porque entendem que não devem tomar mais parte nos nossos trabalhos; e se elles entendem assim, porque ha de a camara continuar a esperal-os, e debalde, todos os dias?

Senhores, o honrado deputado pela provincia de Sergipe, a cujo discurso não poderel responder todo, porque não posso ter esperança de que as proposições por elle apresentadas appareçam no jornal da casa seguidas das reflexões que eu haja de fazer, por isso que é costume guardarem esses discursos decifrados e fazel-os depois publicar de maneira diversa da que forão pronunçados; o honrado deputado depois que deixou os bancos da camara, depois de ter de alguma maneira atacado alguns membros della, disse, como a camara ha de estar lembrada, que devia haver solidariedade entre os membros todos da maioria. Eu então apenas objectei em um aparte, dizendo: «é jurisprudencia nova» e agora acrescento que até contraria a constituição, porque a constituição no § 20 do art. 179 diz: «Nenhuma pena passará da pessoa do delinquente. Portanto não haverá em caso algum comminação de bens, nem a infamia do réo se transmittirá aos parentes em qualquer gráo que seja» é jurisprudencia nova sem duvida que tende a tornar solidario um individuo pelos actos de qualquer outro individuo, ou seja da sua familia, ou da sua corporação.

O Sr. ZACHARIAS: — Fallei da solidariedade moral.

O Sr. SOUZA FRANCO: — O nobre deputado não tratou da responsabilidade legal, segundo diz, e é peor e tão perigosa sua theoria, ainda limitada á responsabilidade moral. Essa doutrina do honrado deputado, que confunde o bom com o perverso, o exagerado com o homem de idéas moderadas, é que traria a morte dos partidos, por que desta maneira não poderiam haver nelles homens imparciaes, homens esclarecidos e moderados, que com o seu exemplo e boas doutrinas procurassem conter os exagerados, e os não deixar comprometter em damno do paiz. Essa doutrina do honrado deputado vai talvez a um ponto delicado, que é entender, como entendem alguns que todos os homens tornão-se solidarios pelos actos do seu partido, e que devem carregar com a responsabilidade delle, ainda mesmo que sejam contra a sua opinião expressa e declarada.

O Sr. CRUZ MACHADO: — Apoiado, uma vez que os approvão.

O Sr. SOUZA FRANCO: — Perdõe-me o honrado deputado, que o nosso collega de Sergipe o que sustenta é que não é licito reprová-lo, porque, tendo dito o nobre deputado pelo Rio de Janeiro que queria lançar de si a responsabilidade de qualquer acto que parecesse menos digno, disse o nobre deputado de Sergipe: «Não, deve carregar com a responsabilidade de todos os actos, deve carregar com todas as censuras em que incorrem os seus collegas.»

Depois, Sr. presidente, não sei porque o honrado

tomou I

deputado pareceu incommodar-se tanto com a minha proposição—é jurisprudencia nova—que eu poderia até explicar de modo muito lisongeiro ao nobre deputado, dizendo que o honrado deputado, um dos predestinados da actualidade (*risadas*), tinha o direito para vir ensinar-nos jurisprudencia nova. Já o nobre deputado declarando-se o paladino de todos os offendidos na camara, e collocando-se lança em riste para proteger suas queixas, nos deu idéa de sua missão especial, e não poderia admirar que o tomássemos tambem por propheta de uma nova religião politica. Era um modo de ver a questão mui favoravel ao nobre deputado, e foi sem razão que tomou meu aparte só pelo lado offensivo.

Mas o honrado deputado, tomando como offensa, e entrando na questão da policia das galerias, obriga-me a declarar agora que o desajo para essa discussão em occasião competente, porque tenho o receio de que, se V. Ex. consentio que o honrado deputado discutisse por muito tempo esta materia, não me consinta agora responder-lhe.

No entretanto direi ao honrado deputado que eu o que disse não foi que as galerias tivesssem o direito de desattender ou de mostrar reprovação á camara ou a algum deputado, o somente que os espectadores têm o direito de se retirarem quando quizerem, e quando entenderem que não devam continuar a ouvir algum discurso que não lhes agrade.

Um Sr. DEPUTADO: — Sem fazerem barulho.

O Sr. SOUZA FRANCO: — Sem fazerem barulho, diz o nobre deputado; e primeiramente creio que seria preciso que a mesa tomasse providencias para mandar assalhar as galerias e escadas, de maneira que se possa sair dali sem se fazer barulho. No entretanto, se sou o primeiro a aconselhar aos espectadores que fação esforços para não fazerem a menor bulha quando se retirão, hei de continuar a pedir que o honrado deputado me mostre quando foi que o Sr. presidente tenha sido obrigado a chamar as galerias a silencio, e ellas não tenham obedecido immediatamente, para que a repetição dos escandalos tornasse precisa a intervenção da policia.

Um Sr. DEPUTADO: — Não era preciso, porque ellas farião isso mesmo.

O Sr. SOUZA FRANCO: — Pois os espectadores de uma galeria, que entre si sentem algum barulho não podem pedir uns aos outros que se accomodem?

Um Sr. DEPUTADO: — Isto está incumbido ao presidente da casa.

O Sr. SOUZA FRANCO: — Perdõe-me o honrado deputado, isto agora está incumbido ao Sr. desembargador chefe de policia (*apoiados*); e eu creio que o honrado deputado ha de ser um daquelles que se ha de ligar commigo para que esta attribuição seja restituida ao presidente da casa porque de facto não posso admitir que a mesa se declare impotente para conservar ordem na galerias, e recorra á policia.

Um Sr. DEPUTADO: — Erão exemplos antigos que ainda querião continuar.

O Sr. SOUZA FRANCO: — Pergunto eu, hi exemplos novos que merecessem providencias extraordinarias? Ah! é que está a inepcia das medidas que se tomirão; nem ao menos se pôd mostrar que ellas fossem exigidas por circumstancias que apparecessem agora, nem se teve lembrança de procurar conter esses desvios primeiramente pelos meios que permite o regimento da camara. Quando eu me referi ao honrado deputado, repito que não tinha elle razão para trazer esta argumentação, sabindo um pouco

daquella polidez que diz que lhe é habitual, e censurando que o honrado deputado pelo Rio de Janeiro batesse com as mãos sobre a balaustrada; eu digo que tive receio de que o honrado deputado quebrasse os seus delicados dedos, com a força com que também bateu na balaustrada em frente. (Risadas.)

Sr. presidente, esta questão é muito simples, deixemol-a ao bom senso da camara. Por ventura não foi um nobre deputado de Minas que disse que o nosso collega o Sr. Julio de Miranda tendo estado até ha 15 dias em Petropolis se retirou depois para Minas?

O SR. PADRE SILVA:— Quem disse isso?

O SR. SOUZA FRANCO:— Disse-o em um aparte o Sr. Souza Teixeira.

O SR. CRUZ MACHADO:— Retirou-se para pertinho.

O SR. SOUZA FRANCO:— Sim, para pertinho, para algumas quarenta ou cinquenta leguas. (Risadas.)

O facto principal é que quando as circunstancias tornáram possível a apresentação na corte de todos os Srs. deputados que se haviam retirado por motivos para Petropolis, outros senhores se alongarão mais e forão para Minas! Não será nesta occasião conveniente que se chamem os seus supplentes? Porque não se quer que elles sejam chamados? Será por que pertencem á opposição? Senhores, eu não vejo deputado algum da maioria que não deya desejar antes a occasião de mostrar que não tem receio de votar pela chamada de supplentes, até mesmo para que se regularise a marcha da camara, para que os illustres deputados pela provincia de Minas, que estão votados no silencio por tanto tempo, tenham quem os convide um pouco mais a tomar parte nas discussões. Eu portanto estou vendo que cada um d'elles se decidirá immediatamente a votar pela vinda de supplentes, e sinto muito que não esteja na casa os dignos deputados que tomarão conta da maioria, fazendo as vezes de Srs. ministros, para a dirigirem neste sentido....

O SR. CARYALHO MOREIRA:— Quem são elles?

O SR. SOUZA FRANCO:— porque de certo seria um pouco doloroso e sensível á camara, quando a ausencia dos Srs. ministros não tem sido possível ser supprida pelos seus collegas que são membros do senado, que não houvessem deputados que supprissem aqui as faltas dos Srs. ministros, e eu direi os seus nomes quando estiverem presentes na camara. Eu, Sr. presidente, contava tanto que esta era a opinião da casa, que não tinha pedido a palavra, e não a pediria se o honrado deputado por Sergipe não me obrigasse a isso, fallando sobre esse incidente da policia da casa para cuja discussão eu o desafio de novo; porque esta questão ha de vir muitas e muitas vezes á discussão enquanto a mesa não reassumir os seus direitos, e não selar os da camara.

ALGUNS SRS. DEPUTADOS:— Votos, votos.

O SR. PRESIDENTE:— Tem a palavra o Sr. Cruz Machado.

O SR. CRUZ MACHADO:— A camara pôde estar certa de que serei breve, não só por que não tenho o habito de fallar na tribuna, como tambem por que com muito poucas proposições que apparecerão na discussão terei de me occupar. O nobre deputado membro da commissão de poderes, julgando insustentavel a opinião daquelles que entendem que não se deve chamar supplentes, disse que não partilharia o juizo que o paiz fizesse sobre o proceder da camara, por isso que elle, separando-se, não se tornava solidario com a camara. Essas palavras me haviam

causado grave impressão, porque seguramente, senhores, eu entendo que devemos ter bastante temor de desagradar ao paiz; mas desde que o nobre deputado declarou que agradariamos ao nosso partido, e não ao paiz, esse temor se desvaneceu em minha alma, por isso que estou persuadido que tirado o partido constitucional no nosso paiz, o que resta é uma pequena minoria, e os applausos dessa minoria não são os que eu pretendo merecer; eu me considero representante da maioria do paiz; e o juizo favoravel dessa maioria é o alvo de toda a minha ambição.

Começou o nobre deputado pelo Pará o seu discurso observando que nenhuma razão se apresentava a fim de que se rejeitasse o parecer da commissão. Eu, talvez pela exiguidade da minha intelligencia, assistindo a toda a discussão, é que me acho absolutamente carecido de alguma razão spanhada nella para que domine outro juizo contrario ao que tinha sobre o parecer da commissão. O parecer está fundado, pelo que colliji da discussão, em um terreno movediço, porque o seu defensor, o relator da commissão, aquells que mais se esforçou para que se mostrasse a sua justiça, apenas invocou o seu principio que aliás passa pelo meu lado sem observação, que decorridos dous mezes de ausencia devia se considerar o impedimento legitimo; entretanto vejo que no parecer se chamão supplentes por collegas nossos aos quaes não se pôde applicar a regra dos dous mezes. Recordo-me especialmente do meu amigo e parente, o Sr. Dr. Barbosa, que assistio aqui á sessão de 18 de Abril, e que depois se retirou para Petropolis; e já que no nome delle toquei, presentarei uma informação exacta pela qual a camara pôde decidir a respeito da chamada do supplente. O Sr. Dr. Barbosa, assistindo á sessão de 18 de Abril, pediu licença á camara, por alguns dias, por incommodos de familia, e retirou-se a Petropolis; e no dia 7 do corrente mez sahio dahi para levar sua senhora e filhos a um lugar da extrema desta provincia, donde tem de voltar em breve, e é por isso que não devemos ter duvida em aceitar a informação de um meu illustre collega residente na villa da Uberaba, que elle está a esta hora em marcha para a corte. Assim, é visto que, ácerca do Sr. Dr. Barbosa, não se pôde certamente applicar o principio do nobre relator da commissão. Neste caso tambem parece-me que está o Sr. Julio de Miranda, que, ha quinze dias pouco mais ou menos, estava em Petropolis. O nobre deputado do Pará fez a observação de que não estando o Sr. Julio de Miranda em Petropolis devia se entender que tinha marchado para o centro. Eu supponho que elle acompanhou ao Sr. Dr. Barbosa, e que voltará aqui em poucos dias.

O SR. SOUZA FRANCO:— Ainda passando.

O SR. CRUZ MACHADO:— Quanto ao Sr. Monteiro de Barros, já o nobre deputado do Pará ouviu que os meus collegas da provincia de Minas asseverarão que o Sr. Monteiro de Barros escrevera que em breve estaria aqui. Disse o nobre deputado que estas promessas são todos os dias feitas e repetidas, e não realisadas; não pôde o nobre deputado applicar esta sua censura aos meus collegas da provincia de Minas; elles jámais asseverarão nesta casa cousa alguma que se deixasse de realisar. A meu respeito não forão elles certamente que avançaram nesta casa que me achava na minha provincia, quando eu não passei jámais além dos limites, se não me engano, da decima urbana da cidade do Rio de Janeiro. Já vê portanto o nobre deputado que se ha alguma affirmativa não verificada, não foi a dos nobres deputados por Minas.

Sr. presidente, não posso de modo algum, visto que não cabe mais a palavra ao nobre deputado

por Sergipe, deixar passar incólume uma proposição do nobre deputado do Pará, quando disse que o nobre deputado de Sergipe entendera que a ausência do deputado do exercício de suas funções era um crime previsto pelo código penal. O que o nobre deputado de Sergipe disse foi que essa ausência sem participação era uma infracção do regimento da casa, e que, até o empregado publico que se ausentava do seu lugar sem licença era punido pelo código penal; isto não quer dizer que o deputado seja considerado como empregado publico, e portanto sujeito á disposição do código penal.

O nobre deputado, também como querendo arredar do juizo da camara todas as considerações muito prudentes e de equidade apresentadas pelo nobre deputado de Sergipe, disse que essa equidade não devia entrar mais como elemento nas nossas deliberações para não serem chamados os supplentes desde que cessou a gravidade das circumstancias, e que todos os deputados que estavam como que refugiados da febre se têm apresentado na camara. O nobre deputado não pôde arredar das nossas decisões o elemento da equidade, por isso que a apresentação na camara de muitos desses Srs. deputados teve lugar hontem, e é provavel que elles estivessem mais proximos da corte do que esses outros; e por isso deve-se ter a mesma consideração de equidade com esses outros que se achavam mais distantes: e mesmo não pôde o nobre deputado avançar uma proposição geral—todos os que estavam ausentes se têm aqui apresentado;—não são todos, porque está sobre a mesa uma emenda que foi offerecida comprehendendo os nomes de muitos senhores que nem estão mencionados no parecer, e nem se apresentarão na casa.

Eu não quero tornar-me sustentador de opiniões emitidas pelos nobres deputados do meu lado, porém não posso deixar de adherir, visto que estou em occasião propria, á opinião emitida pelo meu illustre collega de Sergipe. Também entendo que ha solidariedade nas familias, nas corporações e nas nações, e que essa solidariedade não é contrariada por esse artigo da constituição que leu o nobre deputado do Pará, porque essa solidariedade não induz uma sanção penal pelo acto de um sobre o outro. E o nobre deputado querendo combater também este principio de solidariedade, fez ver que nos partidos havia individuos moderados, exagerados, e diversas modificações nas fracções de um partido, e que umas não são responsaveis pelas outras. Estou persuadido que em todos os partidos ha moderados e exagerados; mas o que vejo é que quando o palz condemna um partido, condemna a todos que sustentá-lo a politica desse partido, embora fossem mais ou menos moderados ou exagerados, e é nesta solidariedade que todos nós nos envolvemos quando nos mettemos em partidos.

Disse o nobre deputado também que a policia da camara está hoje entregue ao Sr. desembargador chefe de policia da corte, e eu não sei em que o nobre deputado firma-se para avançar esta proposição, que eu como membro da camara não posso deixar que subsista, porque não entendo que ninguém mais tenha a acção da policia da camara, senão ella. Atribuo a proposição do nobre deputado a uma interpretação que não me parece exacta dos factos precedentes, e eu aproveitarei esta occasião para explicar um aparte que dei em um discurso do nobre deputado. Quando elle tratava das medidas regimentaes para evitar as turbulencias das galerias, e dizia que só a mesa tinha o direito de expellir alguém das galerias, ou de prender em casos graves, disse eu: « Preciso é que alguém exerça estas funções, que não a propria mesa, e é para se terem estes funcionarios que se pedirão guardas. » Ora, poder-se-hia fazer por ventura a po-

licia das galerias debaixo da inspecção da mesa, sem ter quem executasse suas ordens? Isto não é certamente entregar a policia da camara ao Sr. desembargador chefe de policia.

Disse o nobre deputado que nenhuma palavra se ouviu delle pela qual se pudesse considerar que concedia o direito ás galerias para perturbarem os nossos trabalhos. Não devo attribuir ao nobre deputado a intenção de conceder esse direito: porém não posso deixar de notar que n'uma polemica que o nobre deputado teve aqui com o Sr. deputado Aprigio, replicou-lhe com as seguintes expressões: « Os senhores é que provocão com os seus actos, a reprovação das galerias e do paiz. »

O Sr. SOUZA FRANCO:—E não se recorda qual foi o aparte do Sr. Aprigio?

O Sr. CRUZ MACHADO:—Recordo-me, sim; o Sr. Aprigio attribuia o movimento das galerias ao nobre deputado, e eu também não approvo esse aparte. Portanto, á vista destas considerações, entendo que a discussão a respeito das occurrencias das galerias não é um campo que offereça vantagens ao nobre deputado; achava mais prudente que o abandonasse, e fosse procurar um outro campo mais vasto em que pudesse desenvolver com mais brilho os seus reconhecidos talentos.

ALGUNS SRS. DEPUTADOS:—Votos, votos.

Não hayendo mais quem peça a palavra, julga-se a materia sufficientemente discutida.

O Sr. MORAES SARMENTO pede que a votação seja por partes, isto é, individualmente, porque entende que ha razões para serem chamados os supplentes de uns Srs. deputados e não os de outros.

Nesta conformidade proceda-se á votação.

O Sr. PRESIDENTE põe a votos a parte do parecer que manda chamar supplente em lugar do Sr. Monteiro de Barros.

Levantão-se 20 membros.

ALGUNS SRS. DEPUTADOS:—Não ha casa.

O Sr. PRESIDENTE:—Os senhores que votarão contra queirão levantar-se.

Levantão-se 31 deputados.

ALGUNS SRS. DEPUTADOS:—Então não ha casa: 31 com 20 não, dão 54.

Os Srs. SECRETARIOS contão os membros presentes, e verificação existir 55 deputados na casa.

O Sr. PRESIDENTE:—Ha casa, e está portanto rejeitada esta parte do parecer...

VOZES:—Apoiados. Houve vinte votos que se levantarão a favor. Todos aquelles que ficão sentados votarão contra.

OUTRAS VOZES:—Alguns senhores deixarão de votar.

O Sr. PRESIDENTE:—... Na conformidade do regimento, nenhum membro presente pôde abster-se de votar. (Apoiados, apartes e reclamações.) Está rejeitada esta parte do parecer. (Reclamações.) Não ha duvida de que 31 é maioria de 54 (apoiados); está portanto rejeitada esta parte do parecer.

Os senhores que approvão o parecer na parte relativa ao Sr. Manoel Julio de Miranda queirão levantar-se.

O Sr. SECRETARIO conta 20 votos a favor.

ALGUNS SRS. DEPUTADOS:—Não ha casa.

O Sr. PRESIDENTE:—Os senhores que votarão contra queirão levantar-se.

Levantão-se 29 membros.

VOZES:—Não ha casa.

Os Srs. SECRETARIOS tornão a contar os membros presentes. Existem na casa 54.

O Sr. PRESIDENTE:— Ha casa, e está rejeitada esta parte do parecer. (*Apoiados, e reclamações.*) 29 é maioria de 54. (*Apoiados.*)

Suscita-se uma questão de ordem, na qual se procura demonstrar que a votação não pôde estar valida por não haver casa, porque não se contando os votos dos membros que se absterão de votar, é como se não estivessem na casa.

Durante esta pequena questão de ordem cruzão-se muitos apartes e reclamações, reina grande susurro, e retirão-se varios membros. Não ha casa.

O Sr. PRESIDENTE marca a ordem do dia, e levanta a sessão ás 3 horas e meia.

Sessão em 29 de Maio

PRESIDENCIA DO SR. HENRIQUES DE REZENDE,
VICE-PRESIDENTE

SUMARIO.— *Debate sobre a acta.*— Expediente. — *Pareceres de commissões.*— Votação sobre a chamada dos suppletes. — *Adiamanto do projecto sobre pagamento de Miguel Tavares.*— *Reforma da guarda nacional.*— *Fiança das custas.* Discursos dos Srs. Gomes Ribeiro, Carvalho Moreira, Miranda e Nabuco.

Às 11 horas e tres quartos da manhã, reunidos os Srs. deputados em numero legal, abre-se a sessão, e lê-se a acta da antecedente.

DEBATE SOBRE A ACTA

O Sr. Moraes Sarmiento:—Pedi a palavra para reclamar contra uma declaração que vejo na acta. A declaração é esta: «Foi rejeitado o parecer na parte que manda chamar suppletes pela falta dos Srs. Monteiro de Barros e Julio de Miranda.» Creio que não se pôde dar como votada esta parte do parecer. V. Ex. estará lembrado das duvidas que se suscitão acerca da votação que houve por occasião desta parte do parecer: muitos Srs. deputados entenderão que havendo alguns membros que não quizerão votar, sendo a sua presença necessaria para que houvesse casa, não se podia dizer que tinha havido votação, embora houvesse uma maioria rejeitando o parecer, maioria relativa aos Srs. deputados que votarão em sentido opposto. Assim, pois, requeiro a V. Ex. que, ou decida se com effeito houve votação, ou no caso de não querer decidir, consulte a camara a este respeito.

Realmente não se pôde dizer que houve votação, porque não houve numero para que se pudesse dizer que havia casa. Supponha V. Ex. que apenas poderião votar, estando na casa, 25 Srs. deputados; havia se dizer que tinha havido votação? Não, porque 25 senhores não são sufficientes para que a casa possa trabalhar. Se os nobres deputados não votarão, devião-se considerar como se não estivessem presentes; e não estando presentes, não era possível que a casa trabalhasse, porque os que restavão não podião formar casa. Eu, portanto, requeiro a V. Ex. que haja de decidir, porque então mandarei emenda á mesa para que se reforme a acta nesta parte.

O Sr. FIGUEIRA DE MELLO (*redactor da acta*):— Devo declarar ao Sr. deputado e á casa que se se diz na acta que a votação foi contra o parecer, foi porque o Sr. presidente o declarou...

O Sr. MORAES SARMENTO:—Reclamo contra essa declaração.

O Sr. PRESIDENTE:— Na casa havia numero legal para se votar; os Srs. secretarios disserão que havia n'uma votação 54 senhores na sala, e na segunda 55...

O Sr. MORAES SARMENTO:—Havia 54, é verdade, mas nem todos votarão.

O Sr. PRESIDENTE:— Ora, 29 é grande maioria de 54: ainda que votassem todos os senhores que contra o regimento se deixarão ficar sentados na contra-prova, não fazião elles numero maior contra. Eu portanto entendo que a votação está feita.

O Sr. Cruz Machado:— Uma vez que se verificou pela contagem dos Srs. secretarios que existia na casa numero legal, uma vez que a votação que reunio o parecer é inferior á que o rejeitou, desnecessaria é a rectificação, porque, claro me parece que o parecer foi rejeitado. Mas, pondo de parte esta questão, eu considerarei em abstracto a reclamação do nobre deputado. Não é do estylo, nem me persuado que se deva permittir pedir a rectificação de uma votação no dia seguinte: desta sorte projectos que passassem n'um dia podião ser rejeitados no seguinte, o que poderia redundar em desconceito da camara. Abstrahindo, pois, do objecto sobre que versa a reclamação, entendo que não deve ella ser aceita, por ser de extremo perigo (*apoiados*), não ser de modo algum propria da prudencia e circumspecção com que a camara sempre costuma obrar.

O Sr. Figueira de Mello:— Parece-me que todos conhecirão que existião na casa 54 Srs. deputados: na occasião da votação apparecerão a favor somente 21; por consequencia o resultado da votação é claro, é que o parecer foi reprovado na parte sobre que requeiro essa votação: era inutil recorrer á contra-prova, por isso que aquelles senhores que não se levantarão não approvarão o parecer da commissão. Quando se pede a verificação a respeito do numero dos Srs. deputados que votão pró ou contra, é quando este numero é incerto, quando se não sabe que existem na casa 54, 60 ou 80, quando pela simples inspecção não se pôde ter conhecimento logo, se o objecto foi ou não approvado: mas quando existem 54 Srs. deputados na casa, e a votação se fez da maneira por que se fez a de hontem, é inutil a verificação. Parece-me, pois, que o Sr. presidente não deve consentir nesta rectificação, por isso que havendo 54 Srs. deputados, não tendo sahido da casa nenhum senhor, sendo este facto reconhecido por todos, inutil era a verificação.

O Sr. SANTOS DE ALMEIDA:— Requeiro a V. Ex. que haja de consultar a camara se deve proceder a nova votação.

O Sr. Pacheco:— A mesa verificou a existencia de numero legal na casa por mais de uma vez; alguns Srs. deputados dizem o contrario, que não havia numero legal: outros accrescentão que, ainda que houvesse numero legal, desde que não se levantarão contra o parecer senão 29, não é possível dar-se o parecer por votado. Eu sou de opinião contraria, não só pelas razões já apresentadas, como porque não se verificou hontem que se levantassem contra o parecer somente 29, podia contar mal, mas eu contei 31 senhores; poderia ter havido algum engano na contagem; mas hontem é que se deveria verificar isto. Verificou-se pelos meios legaes que havia casa; votou-se; que mais fazer?

Eu chamo a attenção da casa para o grande perigo que se pôde dar de semelhante intelligencia em questões decididas, discutidas e votadas. Poderá a camara entender que certa materia não está votada; de repente pôde-se levantar um espirito de facção neste ou naquelle sentido, e deitar-se abaixo decisões legaes tomadas no dia

anterior. Eu tenho receio de, com o meu voto, sancionar tal principio, que pôde ser muito perigoso á causa publica. Se hoje se pôde proceder deste modo em uma questão que pouco vale, e á qual não dou a importância que algum senhor pareceu dar, amanhã virá questão que sensivelmente possa atacar as liberdades publicas, a dignidade da casa, e no dia seguinte chamar-se novamente á votação aquillo que já está decidido. Tanto parece que se verificou o facto da existencia de numero legal nas duas votações que houve, que logo em seguida, tendo-se dado a ausencia de alguns Srs. deputados, a mesa vio que já não havia esse numero legal, e por isso deixou-se de votar no resto do parecer. O que portanto temos de fazer é continuar na votação dahi por diante.

O Sr. Dias de Carvalho:— Eu tenho de fazer algumas observações a respeito da acta, e chamarei em apoio daquillo que tenho que dizer os nobres deputados que se achavão presentes. Não é minha intenção offender o melindre do nobre deputado que redigiu a acta, talvez houvesse equivocação nas palavras que escreveu. Referirei os factos como elles se passaram na sessão de hontem, e com isto talvez possa demonstrar que a acta não está conforme com o que se passou.

V. Ex. há de recordar-se de que desde que se procedeu á votação da primeira parte da parecer, reclamações apparecerão na casa contra esta votação. (Apoiados.)

Um Sr. Deputado:— Esta não é a duvida.

O Sr. Dias de Carvalho:— V. Ex. sabe que se levantáram, é verdade, deputados em numero tão pequeno, que o parecer não seria approved no caso de que houvesse na casa numero sufficiente para deliberar; mas, fundados os nobres deputados que estavam presentes na letra do regimento, requererão que V. Ex. o cumprisse, fazendo com que se levantassem aquelles senhores que tinham votado contra. Ora, qual é pois neste caso a prova da votação? Sem duvida é aquella que resulta da comparação dos algarismos que approváram, com aquelles que rejeitáram. V. Ex. sabe muito bem, os nobres deputados são testemunhas, que confrontando-se as duas decisões ellas não davão um numero sufficiente de votos para que a camara se pudesse considerar constituida. Este facto, creio eu, ninguém poderá contestar-me.

Mas, o que é que se oppõe a este respeito? Diz-se que estavam na casa deputados em numero sufficiente; mas quando se pediu a rectificação da votação, alguns não se levantáram, e havia na casa deputados que não votáram nem pró nem contra o parecer. Ora, o regimento expressamente determina que todos os deputados que estão presentes são obrigados a votar; aquelles que não querem votar têm o direito de se retirarem antes da votação, porque tambem depois de começar ella não podem sabir da casa. Como é pois que se me explica isto? Todos nós presentes devemos dar um voto pró ou contra, procede-se á votação, levantão-se vinte pró, e trinta contra, são cinquenta deputados, e cinquenta deputados não podem formar numero sufficiente para a camara deliberar.

Se pois os factos se passarão desta maneira, se na mesma occasião em que a votação se fez, reclamações partirão de diversos lados da casa, V. Ex. mesmo nos autorisa hoje a disputar sobre a approvação do parecer, porque V. Ex. adiou a votação sem que da casa tivessem sabido....

Um Sr. Deputado:— Sahirão dous.

O Sr. Dias de Carvalho:— Esses sahirão no momento em que se adiou a votação....

Alguns Srs. Deputados:— Não.

O Sr. Dias de Carvalho:— Como quer que fosse, houve grande confusão (apoiados); se houve

confusão, se houve reclamações nessa occasião, não ha esses perigos que um nobre deputado encara quando trata-nos de rectificar a votação. Se alguém se lembrasse de vir pedir hoje a rectificação de uma votação que liquidamente tivesse sido feita na sessão antecedente, eu seria o primeiro a dizer que não se fizesse isto, por que concordo nos perigos que resultão de semelhante proceder; mas no caso presente não vejo nenhum perigo. Senhores, que perigo pôde haver na rectificação desta votação? Não sabe a casa a maneira por que há de votar? Ha neste negocio alguma questão, algum perigo real para o paiz? Eu não considero a questão de modo nenhum grave para o paiz, quer seja approved, quer rejeitado o parecer.

A vista dos factos incontestaveis que alleguei não se pôde dizer que o parecer foi approved; hontem se reclamou que não havia numero sufficiente para votação; por conseguinte a votação deve ser rectificada.

O Sr. Presidente:— Eu declaro que a acta contém exactissimamente aquillo que se passou hontem. (Apoiados.) Havia numero legal na forma do regimento, isto é, metade e mais um; pôz-se a votos o parecer por partes, e votáram contra uma parte do parecer vinte e nove senhores....

Alguns Srs. Deputados:—Peço a palavra.

O Sr. Presidente:— Declaro que não consulto a camara a respeito da nova votação....

Um Sr. Deputado:—Peço a palavra pela ordem.

O Sr. Presidente:—O regimento diz que metade e mais um dos membros da camara é numero legal para deliberar. Verificou-se haver numero legal; o Sr. Moraes Sarmiento mesmo disse que via 54 Srs. deputados na casa.

O Sr. Moraes Sarmiento:—Eu contei 54.

O Sr. Presidente:—Pois se havia esse numero, e votáram contra o parecer 29, é claro que ha maioria absoluta. Suppondo mesmo que tres ou quatro não votassem, o numero dos que votáram pelo parecer nunca podia vencer o voto da maioria. Depois da primeira votação que houve, procedeu-se a outra, e então verificou-se que não havia numero, porque alguns senhores se tinham retirado.

Cumpra dizer que não é admissivel que um Sr. deputado, como se diz da Polonia, ponha um veto ao voto da casa. Aqui cada um é obrigado a votar. A votação de hontem está valida, não tem lugar nenhum uma nova votação. (Apoiados.)

O Sr. Pacheco:— Muito bem. V. Ex. sustenta a dignidade da cadeira que occupa.

O Sr. Carvalho Moreira:— Sr. presidente, depois do discurso do nobre deputado por Minas, no qual evocou a memoria da camara sobre os factos que aqui se passarão, da maneira a mais fiel e exacta que é possivel (apoiados), vi partir do alto da cadeira presidencial uma proposição que me parece offender os direitos da camara dos Srs. deputados, a qual peço venia a V. Ex. para repellir. V. Ex. disse que estava disposto a não admittir emenda alguma na acta....

O Sr. Presidente:— Não disse isto; disse que não submettia a nova votação o que a camara já tinha votado. (Apoiados.)

O Sr. Carvalho Moreira:— Importa a mesma coisa, porque tanto vale dizer—não consinto que se emende a acta—como—não estou disposto a submeter á votação da casa uma reclamação....

Alguns Srs. Deputados:—Apoiado: é a mesma coisa.

Outros Srs. Deputados:—Não ha tal.

O Sr. Carvalho Moreira:—E' a mesma coisa, e se não traduzi fielmente....

O Sr. D. JOSE:—Perfeitamente.

O Sr. CARVALHO MOREIRA:—Sendo assim, pareceu-me em verdade estranho que se quizesse por este modo tolher o direito que tem cada um dos membros desta casa de fazer reclamações contra o exposto na acta, contra o modo por que ella se redigiu. Ora, se é isto um direito dos membros da camara, como nem V. Ex., nem ninguém pôde contestar, porque está consignado no nosso regimento, é evidente que V. Ex. não pôde tomar esse arbitrio, não pôde dizer: « Não estou disposto a submeter a decisão da casa qualquer reclamação que se faça contra a acta... »

ALGUNS SRS. DEPUTADOS:—Não foi isto que o Sr. presidente disse.

O Sr. CARVALHO MOREIRA:—Perdoem-me os nobres deputados; se o Sr. presidente está disposto a não submeter a decisão da casa uma alteração ou emenda feita á acta, isto importa o mesmo que dizer: « Qualquer de nós não tem direito de reclamar contra o que se passou e se acha na acta. » Foi justamente sobre este ponto que me pareceu digno de reparo que pedi a palavra, para insistir contra o que se acha escripto na acta. Não acrescentarei cousa alguma mais ao que disse o nobre deputado por Minas, porque o que elle disse foi tão exacto, tão fielmente exposto, que a camara se convenceu de que a acta está imperfeitamente escripta. (*Apoiados e não apoiados.*) A minha idéa, portanto, é insistir no requerimento proposto pelo nobre deputado pelo Maranhão, sobre o qual V. Ex. não tomou decisão alguma, nem submetteu ao juizo da casa; e eu tambem requero que de novo se consulte a camara sobre este assumpto.

O nobre presidente diz que não está disposto a admitir alteração alguma na acta (*denegações*); se não foi isto o que V. Ex. disse, dou o dito por não dito; mas desde que ha reclamações contra a acta, V. Ex. não pôde eximir-se de consultar a casa se a acta está bem ou mal redigida. Isto sempre se fez desde que ha camaras; é direito consignado no regimento da casa.

O Sr. PRESIDENTE:—Os Srs. deputados não têm direito de fallar contra o vencido (*apoiados*); uma alteração que venha desmentir a verdade do que se passou hontem não é admissivel. Supponho que pondo a redacção da acta á votação, cortão-se as difficuldades, a camara pôde approval-a ou reprová-la. (*Apoiados.*)

O Sr. PEREIRA DA SILVA:—O nobre deputado que acabou de fallar labora em perfeito engano. O que está em discussão é a redacção da acta; sobre ella fizeram observações alguns Srs. deputados; a obrigação do Sr. presidente é submeter á camara esta redacção. Se a camara entende que a acta não está conforme ao que se passou, reprová; se approva, é porque está convencida de que ella refere exactamente o que se passou. Mas o que pediu o Sr. deputado pelo Maranhão não foi isto; pediu ao Sr. presidente que propuzesse á camara que revogasse o que tinha decidido na sessão anterior... (*Apoiados.*)

O Sr. SANTOS E ALMEIDA:—Não é isto.

O Sr. PEREIRA DA SILVA:—O Sr. presidente cumprio com o seu dever (*apoiados*) não admitindo semelhante requerimento, porque se elle fosse aceito, viria contrariar os estylos da casa, e o que determina o regimento.

Parece-me que a questão fica perfeitamente simplificada pela forma seguinte: « Todos aquelles senhores que entendem que a acta não está redigida conforme o que se passou na sessão de hontem, votem contra a redacção. » Pela minha parte votarei a favor, porque não meo entender a acta foi perfeitamente escripta conforme o que se passou nessa sessão.

O Sr. SOUZA FRANCO:—Eu não supponho que a acta possa ser approvada como está, e menos sem certas explicações. Eu exigiria que tendo de se approvar a acta, ao menos se declarasse:—foi reprovado o parecer por 28 votos contra 21, porque haveria na acta a declaração do facto, pois a circumstancia de haver uma votação de 28 contra 21 mostra que não havia numero sufficiente para fazer casa.

Quero fazer sensivel, especialmente ao Sr. 4º secretario, um artigo expresso do regimento que autorisa a pedir-se rectificações, e que manda que ellas se fação.

Um Sr. DEPUTADO:—E' a primeira vez que tenho visto pôr isto em duvida.

O Sr. NABUCCO:—No dia seguinte é com effeito novo.

O Sr. SOUZA FRANCO (*depois de ler os arts. 164, 165 e 170 do regimento*):—Ora, quando se diz que votáráo 28 contra, quer dizer que havia uma maioria pró, que, combinada com uma minoria contra, completou o numero legal da camara, e fez com que a materia não passasse. Supponhamos que se apresentavão 30, 50; poderia-se entender que havia casi faltando 6 para o numero completo? O regimento exige que todos votem; supõe-se que aquelles que não votão não estão na casa, e se não estão na casa, não são contados, e se não são contados, falta o numero legal para a votação.

Um Sr. deputado por S. Paulo e o Sr. 4º secretario disserão que a rectificação era de immenso perigo. Orelho que trata-se da rectificação de um facto; não é exacto que votasse numero que faz casa. Portanto não ha perigo em verificar um facto que está exposto inexactamente. Eu vou mandar uma emenda para que, se passar a acta, acrescente-se—rejeitou-se o parecer por 23 votos contra 21. Quero este corpo de delicto na acta, quero que se saiba que a votação não foi com numero legal.

O Sr. FIGUEIRA DE MELLO:—E eu mandarei sub-emenda para que tambem se declare—havendo na casa 54 membros.

O Sr. PAULA CANDIDO:—A questão, despida de todo o seu apparatus, é a seguinte:—Consideráráo-se como fazendo parte da camara os senhores que estando nella não votáráo?...

Um Sr. DEPUTADO:—Não.

O Sr. PAULA CANDIDO:—A opinião do nobre deputado é que não; eu não tenho opinião ainda, mas esta é que é a verdadeira questão. Estavão 54 deputados presentes em uma votação, e em outra 55; houve maioria absoluta na casa, mas os votos da maioria, juntos aos da minoria, não prefazião o numero dos deputados presentes; a questão volta sempre a este ponto: « Se os deputados que estão presentes, e não votáráo, continuão a ser considerados como presentes na casa. » Se a camara quizer fixar um precedente (e é o motivo pelo qual pedi a palavra), resolverá esta difficuldade. O regimento diz com effeito que todos os deputados são obrigados a votar; mas se elles não votarem? O regimento não inflige pena alguma; nem dá meios de obrigar o deputado a votar.

Um Sr. DEPUTADO dá um aparte que não ouvimos.

O Sr. PAULA CANDIDO:—Elles são obrigados a votar, diz o Sr. deputado; mas eu sou obrigado a fazer muita cousa boa que não faço, entretanto ninguem me vem castigar por isso. O que a camara pôde dizer é que esses deputados que assim procedem não cumpam com o seu dever; mas dizer que não fazem parte da camara, não

sei se o pôde fazer. Emfim, peço á camara que decida esta questão.

O Sr. Santos e Almeida:— O nobre deputado pelo Rio de Janeiro declarou que se decidia a questão pela votação da acta, e accrescentou não era admissivel o meu requerimento, pois que eu requeria que se revogasse a votação de hontem. Não foi isto o que eu requeri: o que requeri a V. Ex., e que V. Ex. não deferisse, segundo me parece, foi que consultasse a camara se podia ou não votar de novo, e votar de novo não é revogar, é approvar ou reprovar.

O Sr. Figueira de Mello:— E' pôr em questão o que está decidido. (Apoiados.)

O Sr. Santos e Almeida:— Está demonstrado que havia na casa 50 senhores, que 29 votáram contra, e 21 pró, porque entendo que não se contão individuos, mas sim votos, uma vez que o regimento determina que deputado não pôde deixar votar. Aquelles que estão presentes devem votar, os que não votarem devem se considerar como não estando presentes. Insisto pois no requerimento que fiz: requiero que V. Ex. consulte a camara se deve ou não votar-se de novo. Julgo que V. Ex. não pôde deixar de deferir a este requerimento; mas no caso de ser esta a decisão de V. Ex., appello della para a camara na forma do regimento.

O Sr. Presidente:— Não consulto a camara a este respeito.

O Sr. Santos e Almeida:— Pois appello desta decisão de V. Ex. para a camara.

O Sr. Presidente:— Bem, em occasião opportuna submeterei este recurso á camara; agora trata-se da votação da acta (apoiados); depois da votação da acta, approvada ou reprovada, consultarei a camara, porque o contrario é infringir um artigo do regimento.

O Sr. Santos e Almeida:— O meu requerimento envolve uma decisão contra a acta, portanto não pôde deixar de decidir-se antes da votação da acta. Uma vez que a camara decida que deve proceder-se a nova votação, está a acta nesta parte rectificada, porque os Srs. deputados podem julgar a acta exacta em quasi todas as suas partes, menos nessa. Assim, pois, o meu requerimento deve prebeter a votação da acta.

O Sr. Presidente:— Não, senhor.

O Sr. Santos e Almeida:— Appello da decisão de V. Ex. V. Ex. não pôde declinar do juizo da camara, é obrigado a executar o regimento...

O Sr. Presidente:— O regimento é isto que digo. Submeterei á decisão da camara em occasião opportuna o recurso proposto pelo Sr. deputado, que presentemente está fóra da ordem, requerendo uma votação contra o vencido... (Apoiados.)

O Sr. Santos e Almeida:— O regimento dá-me o direito de appellar das decisões de V. Ex....

O Sr. Presidente:— Não é lícito fallar contra o vencido.

O Sr. Santos e Almeida:— Mas se o vencido está em duvida, como estou fallando contra o vencido? Repito, o regimento me dá o direito de appellar das decisões de V. Ex. para a camara; usando deste direito appello desta decisão de V. Ex. para a camara.

O Sr. Presidente:— Em tempo opportuno. E' lida e apoiada a seguinte emenda do Sr. Souza Franco:

« Se passar a acta, accrescente-se— que por votação de 28 membros contra, e de 21 e alguns casos de 25 a favor do parecer.— Souza Franco. »
Tambem é apoiada a seguinte sub-emenda do Sr. Figueira de Mello:

« Accrescente-se á emenda do Sr. Souza Franco — havendo 54 deputados na casa.— Figueira de Mello. »

O Sr. Nebias:— Eu pergunto se não está verificada por uma autoridade competente, qual é a mesa, a existencia de 54 ou de 55 membros hontem na casa quando se procedeu á votação do parecer?...

Muitos Srs. Deputados:— Está verificada.

O Sr. Nebias:— Além de ter sido verificada este facto pela mesa, que nos merece toda a fé, em quem depositamos a nossa confiança, accresce que foi o facto verificado por muitos membros da casa. Se se tratasse de um facto particular, poderia alguém (porque emfim cada um tem o seu modo de pensar, cada um pôde depositar mais ou menos confiança nos membros da mesa), poderia alguém contestar a exactidão do negocio; mas, como se tratava de um facto publico, creio que fica fóra de toda a duvida. Este é o primeiro facto que nos deve servir de base. Depois procedeu-se á votação, e verificou-se que 28, 29 ou 30 membros votáram contra o parecer; que nos importa o resto? No intervallo da votação consta que se retirára algum membro? Não; como dizer que não houve votação?

Os nobres deputados impugnão a exactidão, não da acta, porque, quanto a mim, não se trata de saber se a acta está de accordo com o vencido; não é disto que se trata, sobretudo porque alguns nobres deputados vão adiante, querem saber se aquillo que se dá como vencido na acta foi realmente vencido; mas se eu apresentasse a hypothese que vou figurar, que duvida poderiam mais pôr os nobres deputados? Se em vez do Sr. presidente pôr á votação a materia da maneira por que pôz, tivesse alterado, tivesse dito: « Os senhores que votão contra o parecer queirão levantar-se, » e se levantassem 28, 29 ou 30, que mais duvida havia?....

Um Sr. Deputado:— Pedia-se a rectificação.

O Sr. Nebias:— Podia-se consignar na acta que não havia casa? Era um voto fatal esta, até podia ter consequencias immoraes. (E' preciso fallar com esta franqueza.) O regimento diz que quando o deputado não quizer votar, retire-se, não diz que fique na casa; se estiver na casa faz parte della, deve votar. O principio contrario, a intelligencia opposta ha de trazer scenas que desgraçadamente hontem apparecerão aqui, e que hoje estão continuando! Nós, que devemos concorrer para que desapareça a triste impressão que hontem se deu em parte da nossa sessão, estamos hoje concorrendo para que isto se eternise (apoiados); parece-me mesmo que se faz gosto em consignar estes factos, estas scenas nas nossas actas (apoiados), tornar isto mais saliente, alterar as circumstancias aos olhos de muita gente que não está sciente de tudo quanto se passou hontem e se passa hoje! O certo é que existia na casa, por verificação da mesa, que é a competente, e que não foi contrariada hontem, 54 membros, que é o numero minimo, ou 55, segundo verificou um dos nobres membros da mesa; como pois havemos de inutilisar a votação da maioria por causa de um ou dous membros que não quizerão tomar parte na votação?

Eu não sei realmente como é que hoje pretende o nobre deputado pelo Maranhão (no que foi auxiliado pelo nobre deputado por Minas), não sei como pretende que hoje se verifique que não só a acta está conforme com o vencido, mas se o vencido foi realmente vencido. Se esta reclamação fosse feita hontem, tinha todo o lugar, tanto que V. Ex. repetio a contra-prova por mais de uma vez; mas hoje, na sessão seguinte, os nobres deputados vêm o perigo, a immoralidade de semelhante procedimento...

O Sr. DIAS DE CARVALHO:—Immoralidade?

O Sr. NEZIAS:—Sim, a immoralidade de rejeitar no dia seguinte aquillo que se venceu no dia antecedente; nisto, digo, se envolve uma immoralidade. Não explico melhor esta idéa porque não é necessario.

Assim, entendo que V. Ex. só deve consultar a casa se a acta está conforme com o vencido: uma vez que assim se decida, creio que prejudicadas não as emendas que em sentido contrario apparecerão na mesa.

MUITOS Srs. DEPUTADOS:— Votos, votos.

E' apoiada a seguinte emenda:

« Foi rejeitada o parecer quanto á chamada de supplentes em lugar dos Srs. Monteiro, de Barros e Manoel Julio de Miranda, votando a favor do parecer 21 Srs. deputados, e estando presente numero legal; e retirando-se alguns Srs. deputados encerrou-se a sessão por falta de numero.—*Cruz Machado.* »

O Sr. Carneiro da Cunha:— Quer se approve a acta, quer não, a questão fica indecisa, e eu julgo que é necessario que ella se termine. Em questão desta natureza, não tendo havido precedentes, de necessidade é que se estabeleça uma regra para que em outras occasiões não nos vejamos embaraçados como agora, por não ter o regimento prevenido nada a semelhante respeito. A' vista do que hontem occorreu, o que me parecia mais natural era que V. Ex. declarasse que não havia casa, já que não se pôde obrigar a qualquer Sr. deputado a votar; mas, enfim, no que insisto é que se fixe uma regra para nos guiar daqui por diante.

O Sr. Pacheco:— Voto pela redacção da acta tal qual se acha, e contra toda e qualquer emenda que se apresente nesta questão. Supponho que o fim dessas emendas é mostrar que houve irregularidade na votação de hontem. Ora, nenhuma irregularidade houve; a casa se achava constituída em numero legal: contáram-se 54 senhores na primeira votação e 55 na segunda; a mesa, que é autoridade competente para verificar o numero legal, declarou que havia este numero; qual é pois a medida que se devia tomar contra esta decisão? Se algum senhor entendesse que não havia casa devia pedir logo a palavra, e dizer: « A mesa está enganada, não ha casa. » Se a mesa insistisse, então devia appellar-se para a camara, e isto não se fez; logo, legalmente a casa estava constituída, e legalmente votou-se.

O que nos diz a acta sobre a votação de hontem? Que não se approvou a parte do parecer submettida á votação; realmente foi isto o que succedeu; levantáram-se vinte e um senhores a favor do parecer, declarou-se que não estava approved; houve reclamação, tratou-se de verificar o numero daquelles que votáram contra; dizem que se levantáram vinte e nove, eu contei trinta e um; poderia haver engano. Como é que hei de consignar agora na acta uma emenda declarando que a votação foi de vinte e oito? Que segurança ha a este respeito? Eu pois voto contra todas as emendas; entendo que a acta está exactissima.

O que ha de mais neste negocio é a questão de direito que agora se apresenta, isto é, se havendo numero legal, porém não votando alguns senhores de modo que faça desaparecer este numero legal na occasião da votação, o que se ha de fazer neste caso? Não ha um só precedente a este respeito na casa, eu entendo que o regimento quiz que, desde que ha numero legal, isto é, metade e mais um, as votações fossem validas, embora este ou aquelle ficasse sentado, porque, se não fosse assim, o regimento havia de dizer que todas as votações, sem excepção alguma, tivessem verificação. (*Apoiados.*) Mas esta questão nova podia agora tomar-se em consideração sem

detrimento, ou em favor do que se passou hontem? Não; é questão que se podia aventar por meio de uma indicação, ir á commissão respectiva, e tomar-se então uma deliberação a respeito.

O illustre deputado pelo Pará, apresentando a sua emenda, leu nos tres ou quatro artigos do regimento, mas esta leitura foi contraproducente. Admira que o nobre deputado, que é tão forte nas interpretações da lei, não visse que quanto elle leu tem lugar em acto successivo. (*Apoiados.*) Admira mais que o nobre deputado, membro de uma opposição que se diz liberal, tão amigo das liberdades publicas, queira fazer aquillo que ainda nenhuma opposição se animou a fazer, queira admitir na casa um principio que não pôde ser senão damnoso ao paiz, que pôde ser muito damnoso á opposição! Nós sabemos que nos corpos collectivos se podem dar muitos abusos, se os seus regimentos não forem muito circumspectos em evitar esses abusos. Se, votada uma materia, se puder no dia seguinte, a requerimento de qualquer deputado, pôr-se de novo a votos, a pretexto de duvida, então está perdida a liberdade da discussão, está tudo acabado;—vota-se hoje, por exemplo, uma medida, amanhã um grupo qualquer espera que a camara se modifique em sentido diverso daquelle em que se fez a votação, pede a rectificação, mostra que houve erro, que a camara não estava constituída em numero legal, pede urgencia; discute-se a materia, e vence-se em contrario talvez do vencido ha dias. Eu chamo a attenção dos nobres deputados para negocio tão importante. Pareceria que nós outros que pensamos assim—têmos empenho em que fique em pé a votação que teve lugar hontem: declaro alto e bom som que não julgo a materia de hontem de grande importancia; pouco importa que se approve ou se deixe de approve o parecer, não trato desta questão, trato em geral de todas. O regimento não admite semelhante causa, e persuado-me mesmo, que elle diz uma vez terminada a votação não se pôde mais innova-la, e tanto é assim que elle dá o remedio para se verificar a votação na mesma occasião.

Eu não posso, pois, votar a favor das emendas; entendo que a acta está regular.

O Sr. CRUZ MACHADO (*pela ordem*) requer o encerramento desta discussão.

A camara vota pelo encerramento.

Procede-se á votação sobre a acta; é ella approveda por grande maioria. A emenda do Sr. Souza Franco é rejeitada, e ficam as outras prejudicadas.

EXPEDIENTE

Remette-se com urgencia á commissão de constituição e poderes o diploma do Sr. Augusto Frederico de Oliveira, deputado supplente por Pernambuco em lugar do Sr. barão da Boa-Vista.

Lê-se um officio do Sr. ministro do imperio, transmittindo, com officio da mesa da santa casa da misericórdia da cidade de Paranaguá, duas representações em que a dita mesa pede não só a confirmação da lei provincial de n. 37 de 7 de Março de 1836 que lhe concedeu faculdade para possuir em bens do raiz até 40:000\$000, como também que as loterias concedidas pela de n. 27 de 12 de Março de 1846 sejam extrahidas nesta corte.

Outro do mesmo ministro, remettendo as cópias authenticas dos actos legislativos da assembléa da provincia de Matto-Grosso promulgados em sessão do anno passado.—A' commissão de assembléas provinciaes.

Outro do Sr. ministro da guerra, devolvendo os papeis relativos á compra do edificio de Wenceslão Miguel de Almeida, para o augmento do

arsenal de guerra da Bahia. — A quem fez a requisição.

Remette-se à 1ª comissão de orçamento o requerimento de André Pereira Lima, sobre o pagamento de um bilhete do extinto banco que exista em seu poder.

A comissão de marinha e guerra, o requerimento de Manoel Agostinho do Nascimento, pedindo o pagamento de ordenados.

A comissão de constituição, o requerimento de Edmond Alexandre Mullot, subdito francez, pedindo naturalisar-se cidadão brasileiro.

Não ha mais expediente.

E' approvada a redacção do projecto dando providencias sobre o theatro de S. Pedro de Alcantara, afim de ser enviado ao senado.

PARCERES DE COMISSÕES

Lê-se, e fica adiado por pedir a palavra o Sr. deputado Santos e Almeida, o parecer da comissão de marinha e guerra, para que seja enviada ao governo, afim de ser ouvido, a representação da assembléa legislativa provincial de Goyaz, em que pede a criação de uma companhia de pedestres, destinada a percorrer o territorio occupado pelos selvagens *Chavantes e Canoários*.

Entra em discussão o seguinte parecer:

« Foi presente à comissão de constituição e poderes o diploma do Sr. Augusto Frederico de Oliveira, supplente pela provincia de Pernambuco; e vendo-se do mesmo diploma que o dito senhor é o primeiro na ordem dos suppletes, e que por consequencia lhe compete entrar na vaga que deixou o Sr. barão da Boa-Vista, por ter sido nomeado senador do imperio, é de parecer que seja admittido a prestar juramento e tomar assento.

« Sala das comissões, 29 de Maio de 1850. — D. M. de Assis Mascarenhas. — G. Vasconcellos. »

O parecer é lido e debate approvado.

Achando-se na sala immediata o Sr. Oliveira, o Sr. presidente convida os Srs. 3º e 4º secretarios para o irem o receber. E sendo introduzido com as formalidades do costume, presta juramento e toma assento na camara.

O Sr. 1º SECRETARIO lê o seguinte parecer:

« A comissão de assembléas provinciaes tendo acuradamente examinado a lei provincial de Minas Geraes n. 367 de 30 de Setembro de 1843, que declara perpetuos e vitalícios os postos de officiaes da guarda nacional, cujos titulos são expedidos pelo presidente da provincia, entende que ella deya ser revogada pelas razões que passa a expôr.

« A comissão julga inconstitucional a lei citada por opposta ao art. 10 § 11 do acto adicional, na conformidade da interpretação que lhe deu o art. 8º da lei de 12 de Maio de 1840.

« Pela natureza de suas funcções a guarda nacional não pôde deixar de ser considerada na inteira dependencia do governo geral. A lei de sua criação a reputa a um corpo auxiliar do exercito. Como tal, pôde ser deslocada de uma para outra provincia, e muito principalmente para defender as fronteiras quando necessidades imperiosas o exijão.

« Sendo portanto uma instituição creada em relação ás necessidades geraes do imperio, da inteira competencia do poder geral, só pelo poder geral pôde ser alterada.

« Esta intelligencia não é nova. Prevaleceu em quasi todas as assembléas provinciaes depois da promulgação da lei de 12 de Maio de 1840.

« A assembléa provincial de Minas Geraes assim o entendeu constantemente. Conservou a lei provincial de 16 de Março de 1840, que modificou essencialmente as leis de 18 de Agosto

de 1831 e 25 de Outubro de 1832. Sustentou por força do art. 8º da lei interpretativa o *statu quo* anterior á sua promulgação. Representou por vezes á assembléa geral pedindo a revogação da legislação a respeito.

« A mesma intelligencia prevaleceu nesta camara e no senado, embora sob a influencia das opiniões politicas diversas que se têm succedido no governo do paiz.

« Pende da decisão desta camara um projecto de lei destinado a dar uma nova organização á guarda nacional em todo o imperio. No senado nomeou-se uma comissão incumbida da mesma tarefa.

« Demonstrada, como parece á comissão, a incompetencia das assembléas provinciaes em legislar em assumptos desta natureza, tambem lhe parece indubitavel o direito com que o governo suspendeu a execução da lei provincial sobre que versa este parecer.

« Pensa a comissão que este direito dimana naturalmente da doutrina estabelecida no art. 17 do acto adicional. Uma vez que o governo pôde mandar executar provisoriamente leis não sancionadas pelos presidentes de provincia nos casos do art. 16 do referido acto adicional, implicitamente se lhe confere o direito de suspender aquellas leis que nos mesmos casos forem sancionadas.

« E ainda mais razoavel parece a concessão do segundo que do primeiro direito. A execução, por via de regra, pôde trazer consequencias mais graves do que a suspensão de uma lei. No primeiro caso se estabelecem direitos e obrigações que podem não convir; no segundo conserva-se o que já existe, que já conta com a sancção do tempo, presumpção mais ou menos vehemente de conveniencia publica.

« Admittindo a possibilidade da sancção a uma lei inconstitucional, fóra inconcludente e omissa o acto adicional se delle se não pudessa deduzir um correctivo prompto e eficaz aos damnos gravissimos que dessa sancção impensada se poderião derivar. A revogação da lei inconstitucional pelo poder legislativo seria em muitos casos impraticavel. Appareceria para dar testemunho de sua importancia, procurando prover de remedio ao mal quando elle já se tivesse tornado irremediavel.

« Assim foi entendido o acto adicional emquanto no desenlace da questão não intervierão interesses politicos menos reflectidos, emquanto foi elle commettido só e unicamente aos dictames da boa hermenautica, e ás exigencias muito sensatas de nossa organização politica tal qual se acha definida pela constituição e a lei que a reformou.

« Ministros ainda da opinião politica hoje em opposição usaráo amplamente do direito de suspender leis provinciaes, mormente em materias de impostos. E são tantos os casos em que esse direito foi exercido, que por isso se julga a comissão dispensada de os citar, para não entrar em uma longa série de citações.

« Examinando tambem com toda a attenção as leis provinciaes de S. Paulo n. 16 de 22 de Fevereiro de 1844, e n. 25 de 12 de Março de 1846, acerca da nomeação e provimento dos postos dos officiaes da guarda nacional, entende a comissão que igualmente devem ser revogadas, porque se dão a respeito dellas as mesmas razões já deduzidas quanto á lei provincial de Minas Geraes acima declarada.

« Não julga todavia que deve ser comprehendido na necessidade da revogação o art. 1º da lei de 12 de Março de 1846, visto como tem unicamente por fim restabelecer a legislação que, em virtude do art. 8º da lei de 12 de Maio de 1840 devia considerar-se em vigor emquanto não fosse expressamente revogada.

« A vista do expendido, a comissão tem a honra de offerecer á consideração da camara o projecto de resolução seguinte :

« A assembléa legislativa resolve :

« Art. 1.º Ficão revogadas, como contrarias ao art. 10.º § 11 do acto adicional, a lei provincial de Minas Geraes n. 967, com a data de 30 de Setembro de 1848; a lei provincial de S. Paulo n. 16, com a data de 23 de Fevereiro de 1844, e derogada nos arts. 2, 3, 4 e 5 a lei da mesma provincia n. 25, com a data de 12 de Março de 1846.

« Art. 2.º Ficão sem vigor as disposições em contrario.

« Paço da camara dos deputados, 28 de Maio de 1850. — *Firmino Rodrigues Silva*. — *M. Fernandes Vieira*. »

O SR. PRESIDENTE: — Está em discussão o pa-decer; não havendo quem peça a palavra...

O SR. DIAS DE CARVALHO (*pela ordem*): — V. Ex. põe em discussão esta resolução: na forma do regimento, quando uma comissão apresenta alguma resolução, pergunta-se á casa se é objecto de deliberação.

O SR. PRESIDENTE: — Os senhores que julgão o projecto objecto de deliberação queirão levantar-se (*depois da votação*). É objecto de deliberação, e vai a imprimir.

O SR. VIANNA (*pela ordem*): — Eu desde hontem pedi a palavra a V. Ex. para dar uma explicação á camara, que me é indispensavel, á vista do que disse um illustre deputado pela provincia da Bahia, e apparece em um discurso, porque está encerrada a discussão da materia em que eu poderia fallar para dar a explicação que careço dar á camara; não pedi a palavra na occasião competente, porque não ouvi o discurso proferido pelo illustre deputado pela Bahia, ou não lhe prestei attenção; elle não teve certa-mente intenção e nem vontade de offender á comissão de orçamento; mas, do seu discurso conclue-se que a 1.ª comissão de orçamento procedeu menos regularmente, e por isso careço defender a comissão, e mostrar que meu illustre collega não tem razão; mas se V. Ex. entende que não é agora occasião competente, reservo-me para o fazer em outra, porque é isso para mim indifferente.

ORDEM DO DIA

Continúa a votação que ficou interrompida hontem, na parte relativa aos Srs. Monteiro de Barros e Julio de Miranda; segue-se a votação a respeito do Sr. Barbosa.

O parecer é rejeitado na parte relativa á chamada de suppleentes pelos Srs. Barbosa, Carneiro de Campos e Silveira da Motta.

Procede-se á votação do adiamento da resolução a respeito do pagamento a Miguel Tavares.

O SR. SANTOS E ALMEIDA (*pela ordem*): — Supponho que ha dous requerimentos de adiamento a respeito deste parecer; um que propõe o adiamento por oito dias, e o outro que propõe que vá a duas comissões. Eu peço que se dê preferencia áquelle que propõe o adiamento por oito dias.

Procedendo-se á votação, é rejeitado o adiamento por oito dias, e approved o outro.

REFORMA DA GUARDA NACIONAL

Entra em discussão o projecto n. 92 de 1846 sobre guarda nacional.

O SR. PENNA: — Sr. presidente, cumprindo a promessa que fiz á camara, tenho agora a honra de submeter á sua consideração um trabalho sobre a lei da guarda nacional, e espero que seja

relevada a demora que houve nisto, porque procedeu de causas independentes da minha vontade, e principalmente da grave enfermidade que soffri. Tendo tido parte na confecção do projecto que agora se acha em terceira discussão, eu não duvidaria ainda hoje concorrer com meu voto para que elle fosse inteiramente approved, se não restasse mais tempo para tratar-se deste assumpto na sessão actual; mas não acontecendo isto, e tendo decorrido muito tempo desde que se findou a segunda discussão até hoje, eu aproveitei-o para melhor estudar a materia, e para auxiliar-me tambem com o concurso das luzes de muitas pessoas praticas e entendidas. Assim, reconheci a necessidade de alterar varios artigos do projecto por meio de novas emendas, algumas das quaes me parecem importantes e indispensaveis; e porque ellas fossem numerosas, tambem entendi que, para maior facilidade do debate e da votação, seria mais conveniente redigir um novo projecto com as emendas, e offerecê-lo como substitutivo. Eu o mando á mesa, e, no caso de ser apoiado pela camara, requererei que se adie a materia até que seja impresso, e então a camara decidirá se deve discutil-o conjunctamente ou preferir um delles.

Eu não me animo a dizer que está trabalho é completo, mas creio que contém providencias altamente reclamadas pelas necessidades publicas, e estou persuadido que, sendo aperfeiçoado pela sabedoria da camara, fará cessar o estado de confusão em que se acha este importante ramo da administração.

O SR. PAULA CANDIDO (1.º secretario) lê o projecto substitutivo do Sr. Penna, que é apoiado pela terça parte dos membros presentes, na forma do regimento.

É lido, apoiado e approved sem debate o requerimento de adiamento do Sr. Penna.

FIANÇA A'S CUSTAS

Entra em terceira discussão o projecto n. 48 deste anno sobre fiança ás custas por demandas propostas por estrangeiros residentes fóra do imperio.

O SR. GOMES RIBEIRO faz algumas considerações sobre o projecto, mostrando que a sua doutrina importa o mesmo que reviver o § 6.º da ord., liv. 3.ª, tit. 20, que trata da ordem do juiz nos feitos civis em cuja doutrina concorda, sendo sua redacção mais explicita, para o que offerece um outro projecto.

O SR. OLIVEIRA: — Sr. presidente, eu entendo que quando o projecto estabelece que nas causas civis os autores prestem fiança, não tem outro fim senão garantir o pagamento ás custas do processo e á dizima da chancellaria. Se pois o autor, nacional ou estrangeiro, possui no imperio bens de raiz sufficientes para a indemnisação das custas e pagamento da dizima da chancellaria, eu creio que não é fundada em justiça a obrigação que se lhe impõe de prestar fiança. Sr. presidente, eu não sei precisamente o que a este respeito se observa na Inglaterra; o direito deste paiz compõe-se em grande parte de usos e de costumes. Mas, pelo que respeita á legislação da maior parte dos estados da Europa, não se exige fiança quando o autor possui bens de raiz de valor sufficiente para pagamento das custas; poder-se-hão citar, para exemplo, a França, a Austria, a Prussia, Napoléas, Sardenha e outros estados da Europa, onde não se exige dos autores que prestem fiança ás custas quando elles possuem no paiz bens de raiz sufficientes.

Ha tambem outra excepção admittida na legislação de muitos estados da Europa quando se trata de materias commerciaes; isto é, que em materias commerciaes tambem não se exige fiança ás custas.

Ainda ha uma terceira excepção, que, creio, deveria soffrer este projecto. No Brazil o poder executivo tem na maior parte dos casos uma faculdade illimitada para concluir tratados com as potências estrangeiras, e por isso parece que quando se trata de disposições legislativas em que se envolvem questões de direito internacional publico, ou privado, é necessario que se proceda a este respeito com bastante circumspecção, não só para que não se vá restringir as attribuições do poder executivo, mas também para que não aconteça o que entre nós já tem acontecido.

Eu creio que todos os nobres deputados estão certos do que aqui occorrêra com a questão da fiança estrangeiros das casas commerciaes, e se lembrarão da maneira pouco ariosa por que o corpo legislativo se sahio da situação em que se collocára. Entendo dever ainda lembrar um facto para mostrar que o corpo legislativo deve proceder com muita circumspecção em questões desta natureza; este facto é a convenção de 1826 feita com a Inglaterra, em que se estipulou a extinção do trafico da escravatura. Se na celebração dessa convenção tivesse havido mais circumspecção, o Brazil não estaria hoje collocado nos embarrasos em que se acha.

Portanto, Sr. presidente, eu entendo que o projecto deve ser mais meditado pela nobre commissão, e pedi a palavra para motivar um requerimento propondo que o projecto volte á nobre commissão, a fim de que ella attenda se será conveniente adoptarmos as excepções hoje admittidas em muitos estados da Europa, isto é, que a obrigação de prestar fiança cessa quando o autor possui no paiz bens de raiz de valor sufficiente para indemnisação das custas e pagamento da dízima de chancellaria; que a obrigação de prestar fiança cessa em materias commerciaes; e finalmente que a obrigação de prestar fiança também deve cessar quando o contrario é expresso em estipulações especiaes de tratados. Mandarei um requerimento neste sentido.

São lidas e apoiadas as emendas que já publicamos.

O Sr. OLIVEIRA:— Sr. presidente, sobreestarei no proposito de mandar á mesa o meu requerimento; mas apresentarei um artigo additivo no sentido em que fallei.

O Sr. CARVALHO MOREIRA:— Não estava preparado, Sr. presidente, para fallar nesta materia, que é mais importante do que talvez se pensa; mas, havendo dado um aparte ao meu nobre collega pela provincia das Alagoas, fui pela sua resposta quasi obrigado a entrar na discussão. Havia eu dito, Sr. presidente, que me parecia achar-se o meu nobre collega em um equívoco quando julgava desnecessario o art. 1.º da resolução que se discute, porque o art. 10 da disposição provisoria acerca da administração da justiça civil comprehende também os estrangeiros. Então disse eu: comprehende-os; mas para isentá-los, bem como os nacionaes, da obrigação de afluigar ás custas. E isto me parece exacto; porque, sendo geral a abolição daquella fiança anteriormente prescripta e regulada pelo § 6.º da ord. do liv. 3.º, tit. 20, a disposição provisoria revogando esta ordenação em ambas as suas partes evidentemente comprehendeu também os estrangeiros no favor que em geral concedeu a todos os pleiteantes, o que aliás não fazia aquella ordenação. (Apoiados.) A disposição provisoria é muito clara nesta parte; diz ella no art. 10: « Ficão abolidos os juramentos de calumnia que se dão no principio das causas ordinarias e nas summarias, ou no curso dellas, a requerimento das partes, assim como a fiança das custas, ficando o autor vencido obrigado a pagar-as na cadda, quando o não faça vinte e quatro horas depois de requeridos por ellas. »

Ora, dispondo o § 6.º da ordenação citada que a fiança ás custas fosse obrigatoria para os estrangeiros e para os nacionaes, havendo somente diversidade de disposição quanto ao seguimento do feito, em um dos casos, parecia-me evidente que a disposição provisoria, abolindo todo o paragrapho da ordenação, veio beneficiar não só os nacionaes, como os estrangeiros. Eis porque julgo não ter sido temerario quando, em um aparte neste sentido, interrompi o meu nobre collega.

Assim explicado o meu pensamento, não occuparei mais a attenção da casa a este respeito, e passarei a algumas considerações sobre o projecto e as emendas.

O projecto que se discute, Sr. presidente, na minha opinião....

O Sr. RIBEIRO:—E' redundante.

O Sr. CARVALHO MOREIRA:— longe de ser redundante, como diz o nobre deputado, me parece vantajoso, salva a redacção.

O Sr. GOMES RIBEIRO:—Logo é redundante.

O Sr. CARVALHO MOREIRA:— Não me refiro ao defeito de redacção, já o disse; as porém o nobre deputado considera o projecto redundante em respeito á legislação vigente, isto é, se julga que já está legislado o que elle pretende, neste sentido nunca poderá elle ser redundante, porque tem por fim restaurar a segunda parte do § 6.º da ordenação citada a respeito dos estrangeiros; vem portanto supprir uma lacuna que não foi reconhecida quando se confeccionou o código do processo em 1833.

O Sr. GOMES RIBEIRO:— Consequentemente revoga o art. 10 da disposição provisoria.

O Sr. CARVALHO MOREIRA:— O art. 10 da disposição provisoria concedeu a isenção da fiança ás custas a todos, quer nacionaes ou estrangeiros, que demandassem ante os tribunaes brasileiros, substituindo a exigencia da fiança ás custas pela prisão do autor decahido, se dentro de 24 horas as não pagar a parte vencedora.

Mas, como esta disposição não pôde ter applicação, e é mesmo inutil quando o autor decahido é um estrangeiro, ou ainda um nacional, que durante o pleito se retira para fora do imperio, visto ser a prisão uma pena que ninguem pôde ficar com procuração para soffrê-la, e no mesmo tempo manifesta a lacuna da disposição provisoria e a utilidade do projecto quanto a esta providencia. (Apoiados.) Ha porém uma emenda do nobre deputado a quem tenho tido a honra de referir-me que tem em vista restaurar o § 6.º da ordenação em todas as suas partes.

O Sr. GOMES RIBEIRO:— Também não duvido concordar com a outra emenda que está na mesa a este respeito.

O Sr. CARVALHO MOREIRA:— Por mais de uma razão, Sr. presidente, não posso deixar de oppôr-me á emenda do nobre deputado. De primeiro entendo que ella nos conduziria ao estado anterior ao código do processo, estado vexatorio do direito de demandar, e que por isso, foi proscripto pela legislação de 1833.

E como não descubro um motivo justificado, uma necessidade demonstrada de semelhante retrogradação....

O Sr. NABUCCO:—Apoiado.

O Sr. CARVALHO MOREIRA:—E como ainda, por um lado, tenho noticia, e as tradições do fóro nol-o attestão, dos grandes vexames que a prepotencia e a chicana oppunhão á faculdade de acçãonar mediante o muitas vezes doloso processo da fiança ás custas; e por outro lado ainda a experiencia nos não convenceu da necessidade da

resurreição desta ordenação, não posso votar por ella, e até me parece uma precipitação, direi mesmo, — legislar sem motivo de publica utilidade, dar este passo retrogrado. (Aplaudido.) Em segundo lugar, tendo por fim a emenda restabelecer integralmente o § 3º daquella ordenação, restaura indistinctamente o vexatório processo da fiança ás custas com todos os seus odios e delongas, sem prevenir o mal que o projecto tende a remediar, limitando a fiança sómente ao caso de ausencia do estrangeiro ou nacional que se retira do lugar da lide para fóra do imperio.

O Sr. GOMES RIBEIRO: — Lê a segunda parte do paragrapho da ordenação.

O Sr. CARVALHO MOREIRA: — Vou ler. (Lê.)

O Sr. GOMES RIBEIRO: — Não vai o feito por diante.

O Sr. CARVALHO MOREIRA: — O que se segue é que a ordenação permitindo que fosse o feito por diante, não sendo estrangeiro o autor a quem se requeria fiança, mantinha um puro vexame, sem efficacia e sem utilidade, o que a legislação de 1832 aboliu substituindo por outra garantia em favor do réo. O restabelecimento porém da ordenação não previne o mal; pois que o feito (não se tratando do estrangeiro, segunda parte do paragrapho da ordenação) vai por diante, o que em nada aproveita ao réo. Póde o autor nacional ou estrangeiro, ausentando-se para fóra do imperio, deixar bens immoveis que assés garantão o evento da causa; mas não é disso que se trata: a fiança ás custas é apenas a garantia, a caução que se exige aos gastos da lide; e estas devem ser, em taes casos, efficazmente garantidos, ao que é chamado perante os tribunaes: e como haverá essa garantia, se aquelle que chamou a juizo, estrangeiro ou nacional, não deixando bens, deserta da lide só por capricho ou embigão intentada, e nem sequer offerece ao réo a garantia de sua pessoa?

(Ha um aparte.)

O Sr. CARVALHO MOREIRA: — Não é para a realisação dos interesses provenientes da decisão do pleito que se exige esta medida, é sómente para a realisação das contas que o autor deve pagar se for vencido. Para o mais têm as nossas leis providenciado quanto as legislações modernas o têm feito a tal respeito; e é escusado entrar agora nesse exame, que me levaria longe da materia em discussão.

O Sr. GOMES RIBEIRO: — Mas o que faz o juiz quando o estrangeiro que se retira não presta a fiança?

O Sr. CARVALHO MOREIRA: — Absolve o réo da instancia: porém o nobre deputado quer restabelecer o § 3º da ordenação em todas as suas partes.

O Sr. GOMES RIBEIRO: — Pois restabeleça sómente na segunda, que eu concordo.

O Sr. CARVALHO MOREIRA: — Ainda assim: a ordenação estabelece a fiança ás custas como regra, e o projecto como excepção, e só para os casos em que a pena comminada pelo art. 10 da disposição provisoria ao autor decahido, venha a ser inefficaz e frustranea.

E qual seria a razão, Sr. presidente, por que os autores do código do processo substituirão a ordenação pelo que se lê na disposição provisoria? Outra não podia ser a razão senão porque entenderão que se não devia pôr péas no direito accionario do cidadão, sujeitando-o pela desigualdade de fortuna a ver sacrificados os seus mais legitimos interesses em face da difficuldade de caucionar os gastos da lide, a que aliás póde ter direito manifesto. Deixarão, porém, os autores do código do processo de tomar as cautelas nos casos ora previstos pelo projecto, e é por esta

razão que lhe presto o meu assenso, e pela razão inversa não o posso dar á emenda do nobre deputado, que, como disse, não só não remedia principalmente aquillo que se quer prevenir mediante a resolução, como incorre na falta de não ter em seu apoio uma necessidade provada da sua adopção. Temos já vivido desde 1833 até hoje com a nossa disposição provisoria; não se tem exigido de ninguém fiança ás custas; é livre a qualquer accionar os seus direitos; têm havido, é verdade, alguns abusos; alguns dos nossos concidadãos têm sido victimas de injustas demandas intentadas por alguns ambiciosos estrangeiros ou caprichosos demandistas, que só por tão reprovados motivos taes acções intentarão, ausentando-se na certeza de que não responderão da cadêa pelas custas do processo; mas este perigo, estes abusos, o projecto vai remediar; para que pois irmos agora desenterrar mortos, restabelecer esse paragrapho dessa ordenação? Não vejo razão para isso: voto contra a emenda.

Não assim porém a respeito de outra emenda apresentada pelo nobre deputado do Rio Grande do Norte, que manda supprimir as palavras — propostas á fazenda publica. — Realmente, Sr. presidente, lendo-se com attenção o projecto, e combinando-se a disposição do seu art. 1º com a disposição generica do seu art. 3º, vê-se que é inutil a parte que o nobre deputado quer supprimir; porquanto, ao se restabelecer o principio da fiança ás custas nas demandas propostas por estrangeiros residentes fóra do imperio, ou que delles se ausentaram durante a lide, o se depois no art. 3º se diz que estas disposições são extensivas ás acções propostas á particulares, uma vez que se supprima a expressão — á fazenda publica — e tambem a palavra — particulares — (que neste caso é tambem preciso supprimir), é evidente que fica uma disposição generica indicando que o pensamento da resolução é sómente que no caso de ausencia do autor haja obrigação de prestar fiança ás custas, que é o que se quer remediar.

Um Sr. Deputado: — É uma questão de redacção.

O Sr. CARVALHO MOREIRA: — Sim, é uma questão de redacção; mas que direi sempre que não faria mal que o projecto determinadamente nomeasse a fazenda publica, não deixa isso de ter alguma vantagem, pois tenho observado que sempre que se trata de legislar a respeito da fazenda publica, igualando-a aos particulares, apparecem logo avisos explicativos dizendo que isso não se entende com a fazenda publica, etc. Consequentemente não insistirei muito em que se supprima a expressão — fazenda publica —; não faço disto questão, porque não vale a pena.

Ha porém, Sr. presidente, uma emenda do nobre deputado por Mato Grosso, á qual não posso dar o meu assentimento, já porque julgo que ella não tende a remediar o caso, e até se me figura ociosa, e já porque me parece fundar-se em um falso supposto. Esta emenda, emquanto prescreve como regra a obrigação da fiança ás custas, sempre que o autor não possuir no imperio bens de raiz sufficientes para a indemnisação das custas e pagamento da dizima de chancellaria, é visto que firmando ella a regra que eu tenho combatido, está por isso mesmo envolvida nos fundamentos de minha recusa á emenda do nobre collega pelas Alagoas. Por outro lado, se se trata do caso em que o autor se ausenta deixando a descoberto, em detrimento do réo, os gastos da demanda, e se subsiste a pena comminada pelo art. 10 da disposição provisoria aos que, autores decahidos, fôão por aquelle artigo expostos á prisão, seria de grande vantagem a doutrina da emenda ao estrangeiro, que ficaria de melhor partido, e muito mais favorecido do que os nacionais, que não podendo responder por seus bens

ao valor das custas do processo, ver-se-hião sujeitos a pagal-as da cadeia, 24 horas depois de requeridos. Esta desigualdade me parece odiosa....

O Sr. NABUCCO :—Apoiado.

O Sr. CARVALHO MOREIRA :—.... e não haveria razão que a pudesse justificar. Demais, o nobre deputado parece que não attendeu bem ao que se pretende mediante o projecto.

Não se trata, Sr. presidente (ainda o repito), de assegurar o exito da causa, respondendo com os bens pelo valor da demanda; trata-se do processo previo da fiança ás custas, processo que deve ter lugar antes do pleito, como era antigamente, ou durante o seu curso; e por conseguinte já vê a camara que a emenda proposta pelo nobre deputado de Matto-Grosso presuppõe, dá como necessaria, em regra geral, a obrigação da fiança ás custas, e só faz cessar essa obrigação nos três casos allí figurados.

Mas é justamente a restauração dessa obrigação o que eu combato; é esse processo e todos os seus abusos o que eu tenho que se estabeleça no nosso fóro, pelos motivos que tenho ponderado. Se se tratasse simplesmente de caucionar o resultado do pleito em favor do réo e por parte do autor ausente, a constancia dos immoveis no juizo da lida ou no imperio daria a segurança requerida, mas não faria cessar a desigualdade odiosa que ha pouco fiz sentir entre o nacional e o estrangeiro; este responderia com os bens, e aquelle, se os não tivesse, da cadeia. A emenda pois que, pelo seu methodo e fórma, me parece, senão erro, da legislação franceza, não remove o mal que se reconhece no processo da fiança ás custas, nem colhe a vantagem que se pretende por meio do projecto.

Tambem creio, Sr. presidente, que o nobre autor da emenda assim redigindo, a (d): «Cessa a obrigação da fiança ás custas—quando o contrario é expresso em estipulações especiaes de tratados» labora na falsa supposição de poder o projecto offender os tratados; o que bem se manifesta pelo modo indeterminado com que figureu este caso. A isto porém direi, Sr. presidente, que os tratados mais onerosos que tomou, estabelecendo o principio da reciprocidade, exigem que os subditos dessas nações com quem são os tratados, gozem das mesmas vantagens que os nacionaes, que os subditos da nação mais favorecida. Mas, desde que sujeitamos ao onus da fiança ás custas os nossos proprios concidadãos, que governo estrangeiro poderá ter a pretensão de reclamar contra o projecto, porque venha offender os direitos de seus subditos?

Esses artigos, chamados perpetuos, do tratado com a França, firmão aquelle principio; mas se nós legislarmos do modo a comprehender os nossos proprios concidadãos, como de facto assim é concebido o art. 1.º do projecto, quando diz: «e bem assim por cidadãos brasileiros em iguaes circumstancias» é claro que não poderá haver governo algum tão pretencioso que venha fazer reclamações ao governo do Brazil, porque os subditos da sua nação foram empeiorados perante os tribunaes com relação aos nossos concidadãos. (Apoiados.)

Eis aqui, Sr. presidente, porque eu disse que a emenda do nobre deputado por Matto-Grosso parecia-me fundar-se em um falso supposto; visto como, seguindo a emenda, uma das clausulas para a cessação do onus da fiança é que se não offendão as estipulações especiaes dos tratados. E tanto mais, Sr. presidente, fui levado a acreditar que este era o pensamento do nobre deputado, quanto nós vimos os escrúpulos e receios que elle manifestou, de que precipitadamente decidissemos questões semelhantes; mas eu creio que pôde tranquillisar-se o nobre deputado nesta parte: não temos necessidade alguma de seme-

lhante disposição, porque legislamos para nós, igualando-nos aos estrangeiros.

Tambem a respeito das causas commerciaes não vejo necessidade, Sr. presidente, de fazermos essa outra excepção de que falla a emenda, quando legislamos em materia meramente civil. V. Ex. sabe que o código commercial foi ha pouco votado; o governo, ha por um dos artigos desse mesmo código, está autorizado a fazer os respectivos regulamentos, e ahí poderá estabelecer o que julgar mais conveniente aos interesses do commercio nesta materia. Neste estado de cousas não me parece methodico, não é curial, legislar em materias de excepção, como é a materia commercial, quando se trata de uma disposição que tem de ser enxertada no corpo das leis civis: seria mesmo talvez imprudencia, quando ainda se não sabe qual é a base, quaes são as idéas capitaaes desses regulamentos que o governo tem de fazer para execução do código do commercio, firmar desde já um principio regulando as garantias do processo nas causas commerciaes. (Apoiados.) Por estes motivos pois, Sr. presidente, duvido votar a favor da emenda do nobre deputado pela provincia de Matto-Grosso.

De passagem direi que votaria contra o art. 2.º do projecto se me parecesse o lugar competente para alterar a legislação em vigor acerca da dizima da chancellaria: porque sendo eu avesso a este imposto, se não fosse, como disse, inopportuno alteral-o por uma medida connexa com a legislação do processo civil, de certo não daria o meu voto ao art. 2.º; mas, pois que a legislação sobre a dizima da chancellaria subsiste, e não é agora a occasião de revogal-a, se se exige que o estrangeiro preste fiança ás custas, quando se ausenta do imperio, nas questões com particulares, não ha razão alguma para que se não submeta á mesma obrigação quando se trata dos interesses da fazenda. (Apoiados.)

Poderá, Sr. presidente, fazer objecção a algum espirito mais escrupuloso a doutrina do art. 3.º, que diz:—Estas disposições são extensivas ás acções propostas a particulares e applicaveis a acções pendentes.—Talvez algum supponha que isto importe uma retroacção da lei; eu porém julgo que o artigo deve ficar como está nesta parte, e nem sou levado deste escrupulo com o receio de offender a constituição, que nos prescreve o dever de não legislarmos com effeito retroactivo.

O Sr. SAYÃO LOBATO :—Esta lei é interpretativa.

O Sr. CARVALHO MOREIRA :—Para mim toda a lei que interpreta é lei nova, mas não é agora occasião de discutirmos este principio. Essa razão portanto não me parece a principal. Digo que não é retroactiva, porque pôde-se legislar para os casos pendentes; a regra é: *nisi nominatim de preterito tempore, et adhuc pendens negotiis*. Além disto, o effeito da nova disposição, se passasse o projecto, seria mais benéfico do que o da disposição reformada; e neste caso, por semelhança das materias penaes, a circumstancia da caso pendente não constitua retroactividade da lei. Outras razões emfim, que a sabedoria da camara me dispensa de produzir, me tirão o escrupulo de retroacção legislativa. Não deixarei porém de notar que esta providencia pôde muitas vezes vir a ser improfficua nessas causas pendentes, sempre que o autor já se tenha ausentado para fóra do imperio sem ter deixado bens que garantão as despezas do processo; mas como pôde aproveitar em outros muitos casos, não é isso razão para que seja rejeitada esta parte do projecto: que seja porém retroactiva, isso creio eu que não.

O Sr. GOMES RIBEIRO :—Não é retroactivo, porque é interpretativo.

O Sr. CARVALHO MOREIRA:— Não me occorre agora, Sr. presidente, mais alguma reflexão acerca do projecto; não sabia mesmo que elle estava marcado para a ordem do dia; e por isso peço desculpa á camara se menos vantajosamente occupi a sua attenção. (Não apoiados.) Creio que o projecto retocado na redacção pôde ser admittido com vantagem do paiz; mas nunca votarei para que se restaure a disposição do § 6º da ordenação a que me tenho referido.

O Sr. J. A. de Miranda:—Sr. presidente, eu hei de votar pela resolução que se discute, em todas as suas partes, e acompanha totalmente ao nobre deputado que acaba de orar nas considerações que offereceu, não só para justificar a resolução, mas também para mostrar a incongruência das idéas envolvidas nas diversas emendas que foram mandadas á mesa.

A nobre commissão de fazenda, deferindo a uma representação que á consideração do governo imperial dirigira D. Maria Victoria Rodrigues de Miranda, entendeu que convinha aos interesses da fazenda, e mesmo aos interesses do cidadão brasileiro, que tivesse de entrar em contenda judicial, quer com o estrangeiro, quer com outro qualquer cidadão não existente sob a jurisdição a que recorria, apresentar a resolução que se discute. Ella tem pois por fim interpretar o art. 10 da disposição provisoria, que já alguma coisa havia providenciado acerca da materia contida no § 6º do tit. 20 da ordenação do livro 3º. Pela ordenação a que me refiro todo aquelle que propunha uma demanda era obrigado a dar fiança ás custas, sendo requerido, e não dando-a, a causa sem embargo disso ia por diante, e o autor ficava obrigado a pagar as custas da cadêa, quando nella fosse condemnado: se, porém, aquelle que propunha a demanda era estrangeiro, ou pessoa que não existisse sobre a jurisdição do juiz, não dando a dita fiança ao tempo que lhe fôra assignado, era condemnado nas custas, e o réo absolvido da instancia. Desta sorte, se o autor existia no imperio era condemnado a pagar da cadêa; se não existia no imperio, ou se fosse estrangeiro, deixava de ir a causa por diante, elle era só condemnado nas custas, e tudo isto sem embargo de que tivesse bens no lugar, e fosse abonado. Contra este principio é justamente a idéa que se comprehende na terceira emenda das apresentadas pelo nobre deputado por Ouyabá, a quem depois terei a honra de me referir. A disposição provisoria, querendo extinguir os rodeios e tricas com que as partes no fóro envolviam as emendas e protelavam a administração da justiça, achou conveniente modificar também o § 6º da ordenação citada, e portanto acabar com as fianças ás custas. Sendo isto assim, vê-se que o nobre deputado pelas Alagoas, que offereceu uma emenda, quer fazer hoje reviver a questão de ser ou não mais conveniente restaurar a legislação da ordenação que mandava substituir a fiança, ou conservar a legislação existente. A questão pois se reduz a este ponto da conveniencia, e eu entendo conscienciosamente que não se deve hoje, principalmente depois de 18 annos de execução do artigo da disposição provisoria a que me refiro, restabelecer a disposição do § 6º da ordenação, porque todos aquelles que algumas idéas têm de jurisprudencia, ou alguma noção do fóro, devem de conhecer perfeitamente os embarços que traz o incidente, embora summarissimo, sobre a prestação de uma fiança. E' justamente para obstar a esses embarços que o art. 10 da disposição provisoria acabou com a providencia do § 6º da ordenação. Todos sabem que ninguém pôde ser fiador sem que mostre que os seus bens estão livres e desembaraçados, para o que é necessario recorrer ao tabellião de hypothecas, declarar

quaes são os seus bens, o estado em que elles se achão, etc.: e ninguém quer hoje muito facilmente prestar-se a semelhante sacrificio. Além disto é necessario dar testemunhas abonatorias, que se mostrem igualmente garantidoras, liquidas para com o thesouro, sobretudo manda-se dar vista á parte contraria, depois do que o juiz profere então a sua sentença pela qual admittie ou não o fiador offerecido. Isto constitue um processo muitas vezes cheio de morosidade e de chicanas, e um processo de que se aproveitam os mal intencionados para entorpecerem a marcha do feito. Eis a razão fundamental por que se revogou a disposição do § 6º da ordenação, e eis também a razão porque se estabeleceu a providencia do art. 10 da disposição provisoria. Esta providencia será ou não conveniente? Não é mais rapido, mais summario, mais proficuo, que aquelle que propõe uma demanda má seja immediatamente condemnado, e por um modo energico, a pagar as custas? E' isto o que previne a disposição provisoria, dando ainda um recurso á parte vencida, recurso que não se encontra no § 6º da ordenação, o qual é a designação de 24 horas para dentro dellas o autor vencido dar cumprimento ao seu dever.

O Sr. GOMES RIBEIRO dá um aparte que não ouvimos.

O Sr. J. A. de Miranda:—Mas, Sr. presidente, o art. 10 da disposição provisoria, que substituiu o § 6º da ordenação, prevenia todos os casos, como era para desejar? Compreenderia mesmo todas as especies a que se referia o § 6º da ordenação? Entendo que não: creio que, desde que a providencia foi lavrada á cadêa o autor vencido, se nas vinte e quatro horas assignadas não concorresse para o pagamento das custas, essa providencia nunca podia ser extensiva ao estrangeiro, assim como também não era possível que fosse extensiva ao brasileiro ausente. A razão é bem obvia. O caso ficou, portanto, omissão e desprevenido. A falta de providencia da parte do legislador que confeccionou o art. 10 da disposição provisoria, começou logo a dar e tendo dado lugar no fóro a muitos e diferentes queixumes. Foi D. Maria Victoria Rodrigues de Miranda uma das muitas pessoas queixosas, e talvez não a unica que pediu providencias ao corpo legislativo. A nobre commissão de fazenda, consultada, entendeu que o caso era realmente omissão, e por consequente offereceu a resolução porque me declaro. O fundamento que ella teve em consideração é o seguinte: se não podem os estrangeiros, bem como os cidadãos brasileiros, collocados em terreno estrangeiro, serem presos, e caso uas 24 horas não paguem as custas a que forem condemnados, conveniente é que ao menos garantão por qualquer modo possível o respectivo pagamento, e qual é o modo mais a proposito, prompto e razoavel, pelo qual estas pessoas possam garantir o pagamento das custas? Não vejo senão a fiança, essa mesma fiança a que se refere o § 6º da ordenação, inutil e prejudicial para a hypothese anterior, mas indispensavel para a de que se trata. Entendo portanto que o § 6º da ordenação fôra bem revogado, e que o art. 10 da disposição provisoria, quando hoje é assim interpretado, tende a garantir o cidadão brasileiro contra a chicana, e a impossibilidade em que se pôde achar, para receber as custas em que fôr condemnado, qualquer dos mencionados individuos. Esta é a idéa do art. 10 da resolução, e se no art. 2º ella também comprehende o pagamento da dizima da chancellaria, foi justamente porque a nobre commissão de fazenda não devia deixar de consultar os interesses do thesouro, garantindo-o por igual modo, pois é doutrina corrente que a dizima da chancellaria deve acompanhar o pagamento das custas,

e que tanto deve ser garantida a fazenda publica contra aquelle que é obrigado a concorrer com um imposto quando tem intentado uma má demanda, como devem de ser protegidos os particulares.

O nobre deputado das Alagoas mandou á mesa uma emenda restabelecendo o § 6º da ordenação, e por consequente restabelecendo a fiança ás custas em todo o caso, com a unica differença de tambem reconhecer a prisão no caso em que o autor seja residente no paiz. As observações que tenho feito para sustentar a resolução, parece-me que mostram evidentemente que o nobre deputado das Alagoas não pôde continuar a insistir na restauração do § da ordenação.

Além disto, o nobre deputado entendeu, e tambem assim pensou o nobre deputado pelo Rio Grande do Norte, que poderia mandar uma emenda suppressiva das palavras—fazenda publica—que se achão no art. 1º, e bem assim suppressiva do art. 3º, partindo do principio de que desta fórma ficaria a resolução mais bem concebida e formulada. Combato esta emenda, e me opponho ao pensamento dos nobres deputados, por dous fundamentos: o 1º, é porque ella viria a supprimir estas ultimas palavras do art. 3º—e applicaveis ás acções pendentes—; vindo portanto, a privar as causas pendentes de tambem estarem sujeitas á mesma disposição do § 6º da ordenação, excluindo-as de um beneficio salutar e garantidor.

O Sr. GOMES RIBEIRO:—A commissão de redacção pôde prevenir isto.

O Sr. J. A. DE MIRANDA:—O nobre deputado pelas Alagoas acaba de dizer que a commissão de redacção prevenirá este inconveniente; mas eu lho respondo que a commissão de redacção não tem o poder de afastar de uma resolução vencida uma idéa capital, um principio juridico que dá e tira direitos. Emquanto, pois, os nobres deputados não modificarem essas suas emendas, não poderei deixar de dizer que a suppressão dessas palavras offende uma parte essencial da resolução. Se annuirem a esta minha reflexão, nesse caso a questão é de mera redacção, e eu prefiro a do projecto.

O nobre deputado pela provincia de Ouyabá, a quem agora vou ter a honra de responder, e que me parecia, no principio do seu discurso, que quizera enviar a resolução á nobre commissão de fazenda, para ella meditar sobre as idéas contidas na emenda que apresentou, não concluiu todavia por esse modo o seu discurso, antes o terminou mandando á mesa a emenda com as mesmas idéas que, ao principio, parecia entender que devião servir de objecto aos trabalhos da nobre commissão. Disse o nobre deputado que não deve ser prestada a fiança quando o autor possuir no imperio bens de raiz sufficientes para a indemnisação das custas e pagamento da dizima da chancellaria. Ha pouco eu observei que esta idéa do nobre deputado, que é colhida na legislação franceza e que se encontra em algumas outras, que á mesma se referem, se achava já prevenida no final do § 6º da ordenação: e apesar de já haver estado em uso por muito longo tempo entre nós, foi comtudo julgada prejudicial, e substituida pela doutrina contida no art. 10 da disposição provisoria. É muito facil comprehender as razões que tenho para demonstrar quanto seria hoje incongruente, e quanto alentaria a chicana, uma semelhante lembrança. Basta reflectir nos inconvenientes que acarretava e que acarretaria a prestação de uma fiança, attento o processo summarissimo a que daria lugar o incidente, para bem se poder avaliar os effeitos que produzirão os actos do processo necessarios para verificar que o litigante possuia bens no imperio, e bens sufficientes. Alli o processo era para verificar se o flador tinha bens sufficientes,

livres, desembaraçados, quites com o thesouro; no caso presenta se trataria de conhecer ao principio, e por um processo quasi identico, mas sujeito ao mesmo enleio da chicana, se o autor tinha bens, e completamente desembaraçados. Depois seria necessario recorrer talvez a um segundo processo, para se poder realizar-se a satisfação das custas e dizima. Só, pelo facto de uma condemnação a pagar custas não se segue que logo essas custas fiquem liquidadas e embolsadas pela parte vencedora. A parte vencida, despeitada, como deve de ficar, pôde dar occasião a uma penhora, e essa trará consigo todo o cortejo de uma execução, como avaliações, praças, arrematações, embargos, etc. Viria, pois, a lembrança do nobre deputado a ser duplicadamente funesta e prejudicial. A vista disso, eu não posso preferir-lhe ao recurso prompto, honesto e vantajoso que autorisa a resolução, de accordo com a disposição provisoria.

O segundo paragrapho da emenda do nobre deputado consiste em dispensar da fiança as causas commerciaes, indo ainda nisto em harmonia com a legislação franceza. Já o nobre deputado que me precedeu parece-me que satisfactoriamente respondeu ao honrado membro: «Acabamos de confeccionar um código de commercio: esse código previne de algum modo a especie de que se trata, porque providencia sobre a ordem do juizo que se deve de seguir nas causas commerciaes (apoiados): aquillo que por virtude do código se providenciar, ha de reger um grande número de processos civis.» Como, portanto, tocarmos desde já em disposições que nem ainda começaram a ter execução? Como tomarmos já uma iniciativa que nós não compete? Como, tratando-se de reformar um ponto do processo, que rege o fóro commum, irmos enxertar uma providencia, que respeita a uma legislação especial, privilegiada, e tão nova, que ainda se lhe não conhece vantagem ou desvantagem?

Tambem não posso abraçar a terceira parte da emenda do illustre deputado. Não tenho idéa neste momento, Sr. presidente, me parece mesmo que posso estabelecer que nenhum dos nossos tratados se occupa especificadamente com a medida aconselhada pelo nobre deputado. Sendo assim, evidente é que por nenhum principio a idéa de um tratado poderá obstar a que legislemos para o nosso paiz e para aquelles que nelles se achão como entendermos mais conforme ás nossas circumstancias. Não poderá a celebração de um tratado futuro servir de obstaculo á confecção de uma lei, porquanto o governo, a quem compete a celebração dos tratados, considerará e respeitará a legislação do paiz, ou reclamará do corpo legislativo as providencias que entender. Em todo o caso, eu creio que o estrangeiro nunca deve de estar em melhores condições do que o cidadão brasileiro (apoiados), supposto que a resolução que se discute, levada da força da necessidade, colloca o cidadão brasileiro em piores circumstancias. Se se trata do nacional, o castigo que acompanha o não pagamento das custas é ir para a cadeia: se se trata do estrangeiro, a pena é a prestação de uma fiança! Assim pois a modificação que soffre a legislação antiga, isto é, a ordenação, é toda em despravelto dos nacionaes. Creio que nada melhor se poderá estatuir em um tratado; creio que disposição tão benevola não poderá repellar a celebração de um tratado qualquer. O mais que determinão os nossos tratados, e o mais que podem determinar quaesquer tratados futuros, é que os subditos da nação com quem se trate nunca sejam menos favorecidos do que os das nações mais favorecidas. Que nação pois deverá ser mais favorecida do que a nossa propria? Que se poderá, tratando-se de pagamento de custas, fazer mais do que vai ser consignado nesta resolução? Me persuado

que a idéa ou intento do nobre deputado já se acha de todo prevenido. O que elle pretende que deva de ter lugar, já o tem: a resolução o sanciona.

E' minha convicção, consequentemente, que as idéas consignadas na emenda que apresentou o nobre deputado por Cuyabá não podem ser abraçadas; e como me parece que sustenta a resolução contra todas as emendas offercidas, declaro que conscienciosamente lhe dou o meu voto.

O Sr. Nabuco:—Sr. presidente, direi pouco, por isso que a hora está muita adiantada; e posto que meu desejo fóra que se aprofundasse mais a materia, visto como ella me parece de muita importancia.

Eu considero a resolução de que se trata como uma interpretação, e não como disposição nova: interpretação necessaria, porque a prisão que, segundo o art. 10.º da disposição provisoria, subrogou a fiança ás custas é inexecuvel e impraticavel para com o estrangeiro ou brasileiro residente em paiz estrangeiro; as expressões da resolução mostram bem que a interpretação foi a intenção da nobre commissão de fazenda; mas certamente semelhante intenção foi contrariada pela redacção da mesma resolução, visto que o art. 1.º é interpretativo, e o art. 3.º como que estabelece uma disposição nova. Eu pois presto o meu assentimento a uma emenda que se acha sobre a mesa, que propõe a eliminação das palavras—*a fazenda publica*—, vindo assim a resolução a ficar com o seu caracter de interpretação; se a resolução é interpretativa não ha razão para que o primeiro artigo seja especial á fazenda publica, quando aliás a ord., liv. 3.ª tit. 2.ª § 69, não se refere á fazenda publica, mas é comprehensiva de todas as demandas propostas pelo estrangeiro não domiciliario. Além disto, é incongruente o projecto contendo dous artigos, um relativo ao genero, outro á especie, quando se pôde adoptar uma disposição generica que comprehenda a especie. Creio que a nobre commissão de fazenda não rejeitará uma emenda neste sentido, porque, aliás, a resolução será arguida razoavelmente de ociosa, contendo dous artigos sobre o mesmo objecto, quando podia conter um só. Não presto porém o meu assentimento á emenda do nobre deputado pela provincia do Rio Grande do Norte na parte em que supprime todo o art. 3.º da resolução, além de que não sejam applicaveis estas disposições ás acções pendentes. Entendo que esta emenda do nobre deputado não é fundada em razão alguma plausivel. Sendo a lei uma interpretação, pôde, conforme o direito recebido, referir-se ao tempo da lei interpretada; creio mesmo que não se trata de uma questão de fundo, como se explicão os juriscultos francezes, trata-se de uma questão de forma, e neste caso, isto é, quando a lei se refere não ao fundo, mas á forma, não á pena, mas ao processo, então a lei remonta-se ao preterito, e ao que é pendente; e certo, esta distincção, consagrada pelos juriscultos e corte de cassação, é bem razoavel e fundada, porque aliás haveria na sociedade dous processos, haveria duas formas de julgar, dous tribunaes, um para os factos acontecidos antes da lei, e outro para os acontecimentos depois. Mesmo quanto ás disposições penaes, os juriscultos admittem o effeito retroactivo das leis quando a pena nova é mais branda, mais suave do que a antiga. Temos por consequente, fazendo a applicação deste principio, que o art. 3.º da resolução ainda é justificavel por esta razão, porquanto a fiança ás custas que se quer estabelecer é mais suave do que a prisão. Já o nobre deputado pela provincia das Alagoas, que me preveniu em grande parte, citou a lei romana que autorisa este presuppsto: *«Leges constituentur dare*

formam negotiis non ad præterita facta revocari nisi nominatim de tempore præterito et adhuc pendentibus negotiis cautum sit.»

Não reproduzirei os argumentos apresentados tambem pelo mesmo nobre deputado a que me refiro e por aquelle que ha pouco me precedeu, impugnando a emenda de outro nobre deputado das Alagoas que quer restaurar a disposição integra do §. 6.º da ordenação: esta emenda é uma innovação que não me parece justificavel. O nobre deputado sabe que o processo preparatorio da fiança ás custas, traz delongas e chicanas.

O Sr. Gomes Ribeiro:—Hei de pedir amauhá para retirar esta parte da emenda.

O Sr. Nabuco:—Então não insistirei.

Ha uma outra emenda do nobre deputado pela provincia de Cuyabá, estabelecendo as excepções que o codigo civil francez consagra relativamente á fiança ás custas que o estrangeiro, autor, é obrigado a prestar. O nobre deputado quer estas excepções, o principalmente a que salva os tratados futuros, porque antolha perigos ou pendencias, e reclamação por causa da resolução que se discute. Senhores, é principio incencusso do direito internacional privado, que todo o estrangeiro que demanda deve prestar caução ao julgado. Este principio está consignado em todos os codigos das nações da Europa: consagrado pelos institutos romanos, foi adoptado nos codigos da Alemanha, codigo civil e do processo francez, no da Prussia, no das Duas Sicilias, Inglaterra, Genova, Hanovre, Paizes Baixos, etc., etc. Essas excepções do codigo francez que o nobre deputado de Cuyabá reproduzio na sua emenda, têm uma razão especial: parece-me que só o codigo francez admittie essas excepções; os demais admittem algumas, mas todos ou quasi todos admittem a excepção relativa aos immoveis, ou aos estrangeiros que têm immoveis; mas digo que essas excepções têm, em os paizes que as admittem, uma razão especial.

O nobre deputado deve notar que a legislação franceza, assim como a legislação de todos os paizes, com excepção da Inglaterra e Sardenha, se bera me lembro, exige fiança ás custas, não só do estrangeiro que não reside, senão tambem do que reside. Segundo a opinião dos Srs. Tullier e Duranton, o direito de demandar é um direito que compete ao cidadão francez. Admittie-se o estrangeiro; mas prestando caução ao julgado, por isso não é para admirar que na França se estabeleçam estas tres excepções, que são uma consequencia natural e uma rigorosa necessidade do principio absoluto que exige a fiança do estrangeiro, não tanto como garantia, mas principalmente porque é estrangeiro, não só do não domiciliario, como do domiciliario.

Ora, a resolução não é relativa ao estrangeiro, mas sómente ao estrangeiro não domiciliado: não é relativa sómente ao estrangeiro não domiciliado, mas tambem ao brasileiro que está nas mesmas circunstancias; o que a resolução quer é uma garantia e não uma exclusão do estrangeiro, e como uma garantia ella é applicavel, ou ao estrangeiro ou ao brasileiro não domiciliarios, e sómente a estes; a resolução é pois relativa ao brasileiro nas mesmas circunstancias: isto não é um direito politico, é sim uma garantia, e como tal deve ser extensiva aos estrangeiros e aos nacionaes em identicas circunstancias; á vista disto, cessão os perigos e difficuldades que o nobre deputado antolha.

O Sr. OLIVEIRA dá um' aparte que não pudemos ouvir.

O Sr. Nabuco:—Eu quero conceder ao nobre deputado que se faça um tratado; pôde apparecer esse perigo que o nobre deputado prevê? Haverá algum tratado que possa estabelecer-se

gem a base essencial, que é a reciprocidade? Creio que não; poder-se-ha fazer algum tratado em que o estrangeiro goze de mais direitos do que o brasileiro? Se pois nós igualamos o estrangeiro ao brasileiro, que mais se pôde exigir? Que perigo pôde o nobre deputado antolhar? Mais do que concedemos não se pôde conceder, isto é, igualdade; e no caso de que se trata a fiança é uma excepção, entretanto que nos outros países a fiança é regra geral. Se se estabelecer algum tratado, será mais benigno ao brasileiro do que é hoje neste sentido, mas não pôde ser mais benigno ao estrangeiro do que é pela resolução; suppor que se faça um tratado dando-se mais direitos ao estrangeiro, isto não é possível. O tratado francez, q' tem alguns artigos que se dizem perpetuos, estabelece o principio de que o subdito francez gozará dos mesmos direitos de que gozão os brasileiros; desde que nós concedermos aos francezes, e ad-instar dallas os mesmos direitos de que gozão os brasileiros aos demais estrangeiros, nenhuma razão haverá para reclamação. Já disse ao nobre deputado a razão porque o código francez estabeleça essas tres excepções, é porque a legislação alli exige fiança ás custas ao estrangeiro que reside na França, como ao que não reside, e lá se entende que o direito de demandar é direito de cidadão.

Sr. presidente, a hora está dada, e creio que prevenido, como fui, pelos illustres oradores que fallarão em primeiro lugar, não faria mais do que cansar a camara, insistindo nestas razões. Voto em favor da resolução pelo modo que disse, isto é, supprimindo-se as palavras—*a fazenda publica*—de maneira que a resolução se considere interpretativa, como quer a emenda do nobre deputado pelo Rio Grande do Norte, e eliminando-se as ultimas palavras do artigo 8º, porque, se estas disposições são uteis, devem ser applicaveis não só as causas pendentes, como ás não pendentes.

A discussão fica adiada pela hora.

O Sr. PRESIDENTE marca a ordem do dia, e levanta a sessão perto das 3 horas da tarde.

Sessão em 31 de Maio

PRESIDENCIA DO SR. HENRIQUES DE REZENDE,
VICE-PRESIDENTE

SUMMARY. — Expediente. — *Leitura de projectos e indicações. — Fiança de custas. Discursos dos Srs. Ribeiro, Oliveira, Nabuco, Snyão Lobato, Gomes Ribeiro, Miranda e Carvalho Moreira.*

A's 10 horas e 8/4 da manhã, reunidos os Srs. deputados em numero legal, abre-se a sessão, lê-se e approva-se a acta da antecedente.

EXPEDIENTE

Remette-se ás commissões de justiça civil e criminal o requerimento de Antonio Fernandes de Carvalho pedindo interpretação do artigo da lei que obriga o autor vencido ás custas.

A' commissão de pensões é ordenados o requerimento do padre Guilherme Paulo Tilbury, cidadão brasileiro e lente publico da lingua ingleza nesta corte, pedindo augmento de ordenado.
Não ha mais expediente.

PARECERES DE COMMISSÕES

São approvados os seguintes pareceres, e o ultimo fica sobre a mesa para ser offerecido como emenda á lei do orçamento:

« Varios habitantes da villa de Porto Seguro,

TOMO I

na provincia da Bahia, pedem que sejam isentos do pagamento da taxa de 18000 os escravos que se empregão no serviço da pesca, assim como o são os que se empregão na lavoura. A 1ª commissão de orçamento, a quem foi presente o requerimento dos supplicantes, entende não haver a mesma razão para ampliar-se a excepção da lei de 31 de Outubro de 1831, o que daria lugar a graves abusos na percepção do imposto, como succede com as excepções já adoptadas em favor dos escravos menores e dos empregados na lavoura; e por isso é de parecer que seja o dito requerimento indeferido.

« Paço da camara dos deputados, 28 de Maio de 1850. — J. M. Wanderley. — J. F. Vianna. — F. de Paula Santos. »

« Os sacristães da imperial capella pedem no requerimento junto augmento de vencimentos. Estando o governo autorizado, na lei do orçamento que acaba de passar no corpo legislativo, a reformar a capella imperial, alterando o numero e vencimentos de seus empregados, é a 1ª commissão de orçamento de parecer que ao mesmo governo se devem dirigir os supplicantes, para attendê-los como fôr de justiça.

« Paço da camara dos deputados, 28 de Maio de 1850. — J. M. Wanderley. — J. F. Vianna. — F. de Paula Santos. »

« Foi presente á 1ª commissão do orçamento o officio do ministro do imperio, com data de 24 de Julho de 1848, acompanhado de outros do inspector geral das obras publicas com os organogramas da obra do novo encanamento de Maracanã; e já tendo-se, pelo decreto n. 506 de 23 de Setembro do mesmo anno, aberto um credito ao governo para a conclusão do referido encanamento, é a commissão de parecer que sejam archivados os ditos papeis.

« Paço da camara dos deputados, 28 de Maio de 1850. — J. M. Wanderley. — J. F. Vianna. — F. de Paula Souza. »

« Nicophoro José da Costa Gama requer, na petição junta, que sejam isentos do pagamento do imposto da decima urbana os predios occupados pelos respectivos proprietarios.

« A 1ª commissão do orçamento não descobrindo razão alguma plausivel que possa autorisar semelhante pretensão, é de parecer que se indefira ao supplicante.

« Paço da camara dos deputados, 29 de Maio de 1850. — J. M. Wanderley. — J. F. Vianna. — F. de Paula Santos. »

« Em officio de 15 de Novembro do anno passado foi transmittida a esta camara, pela secretaria de estado dos negocios do imperio, cópia do contracto de arrendamento da casa em que se acha estabelecida a aula do commercio desta corte, que, em virtude da autorização dada pelo dito ministerio em aviso de 14 de Setembro do mesmo anno ao inspector da referida aula, foi por elle celebrado com o proprietario da dita casa, o Dr. João Caldas Vianna. Já tendo-se incluído no orçamento a quantia precisa para satisfação do contracto, estende a 1ª commissão do orçamento que nenhuma outra deliberação resta a tomar-se, e é por isso de parecer que se archivem os respectivos papeis.

« Paço da camara dos deputados, 29 de Maio de 1850. — J. M. Wanderley. — F. de Paula Santos. »

« A 2ª commissão de orçamento forão presentes, com os avisos expedidos pela secretaria de estado dos negocios do imperio de 20 de Setembro, 11 e 30 de Outubro do anno passado, as exposições do visconde de Villiers, do l'He Adam, a informação do director do archivo militar, e os exames da commissão de engenheiros do mesmo archivo para esse fim nomeada, acerca da publicação do atlas physico e administrativo do imperio, do dito Villiers, o qual solicita para continuação e melhoramento dos seus trabalhos,

como auxilio provisório, independentemente do que poderá ser concedido depois do exame das cartas, a quantia de 2:000\$000, correspondente á subscrição de 100 exemplares de cada uma das 8 cartas primeiramente publicadas, as quaes, sendo distribuidas pelas repartições publicas e pelas camaras municipales, servirão de base ao recolhimento de todas as correções, com que se deverão publicar outras cartas progressivamente melhoradas, pelas quaes o seu autor espera novo premio do estado.

« A segunda commissão de orçamento lembra, primeiro que tudo, que tendo sido presente a esta camara, na sessão do anno de 1847, um requerimento do supplicante e de Pedro Larrés, pedindo como auxilio para a mesma empresa, ou um premio proporcionado ao merito da obra e ao seu trabalho, ou o producto de tres loterias, ou em ultimo caso, que se mandasse que as camaras municipales subscrivessem para a publicação pelo numero de exemplares que viesse, tendo sido apenas publicadas as duas cartas das provincias de St. Paulo e do Rio Grande do Sul, foi approvado, em 80 de Agosto do dito anno, o parecer da commissão de estatística, a qual, visto os innumerados erros e omissões que observára, propuzera que as duas cartas publicadas, e as que se houvessem de publicar, fossem sujeitas ao exame e correção da commissão de officiaes de engenheiros do archivo militar, e que só sob esta condição poderia ser publicado o atlas, e concedida pelo governo a autorisação para que a elle subscrivessem as camaras municipales.

« O director do archivo militar, na informação junta, expoz e que o supplicante sem attender á condição referida fóra publicando os seus mappas sem o prévio exame da commissão; que por esta erão apontados os mais proeminentes erros, inexactidões e omissões encontradas nas cartas examinadas; que, posto que alguns dos apontados defeitos possam ser emendados nas mesmas cartas, outros affectão toda a sua disposição, de modo que não podem ellas servir nem como approximação razoavel, e outros, ainda que não sejam desta ordem, terão de influir na collocação de muitas das povoações das provincias; e que lhe parecia excessivo o quantitativo pedido, attento o merecimento intrinseco das cartas examinadas, e o destino confessado de serem distribuidas para receberem correções, e á vista dellas proceder-se a nova edição.

« Os exames feitos pela commissão de engenheiros do archivo militar nas cartas das provincias do Ceará, Rio Grande do Norte, Parahyba, Rio de Janeiro, S. Paulo, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Alagoas, Sergipe, Bahia e Santa Catharina, justificão bastante o juizo do director do archivo.

« A segunda commissão de orçamento, attendendo á falta de preenchimento da condição expressa no mencionado parecer approvado por esta camara, á imperfeição dos mappas publicados, e persuadido de que ao governo cabe, aproveitando os materiaes que devem encontrar-se no archivo militar, as habilitações dos empregados deste estabelecimento, e os recursos que para as precisas informações offercem os diversos ramos da administração publica, promover a execução e publicação dos mais correctos mappas topographicos e estatísticos das provincias do imperio: é de parecer que se não conceda o auxilio pedido.

« Paço da camara dos deputados, em 23 de Maio de 1850.—B. A. de M. Taquas.—A. J. Henriques.»

« Em officio de 5 de Julho de 1843 foi, pela secretaria de estado dos negocios da fazenda, transmittido á esta camara um officio do presidente da provincia do Rio de Janeiro, cobrindo

outro do inspector da thesouraria da fazenda, em que se pedem providencias que evitem a fraude que costumão praticar alguns mestres de construção naval, que construindo por conta propria embarcações, negão-se a declarar por conta de quem são assentadas as quilhas, e sómente depois de lançadas ao mar e vendidas, attestão que as quilhas foram postas por conta do comprador, e desta arte subtraem-se ao pagamento do imposto de 5 % estabelecido sobre a venda das embarcações nacionaes. O governo entendeu que no caso de que se trata ha uma verdadeira venda, e que por consequencia é devido o imposto; mas que cumprindo animar a industria de construcções navaes, ao corpo legislativo competia sómente tomar neste sentido alguma deliberação.

« A primeira commissão de orçamento, a quem foram presentes os referidos papeis, posto que esteja convencida, de accordo com o parecer do procurador da corôa, que o constructor de navios em caso nenhum deve pagar sisa, e que as embarcações ao sahirem do estaleiro, e antes de passarem ao primeiro possuidor, que as pretenda fazer navegar ou lucrar na venda, não são sujeitas a este imposto, quer tenham sido fabricadas por conta de um terceiro, quer por conta do proprio constructor; contudo, para evitar duvidas, e para pôr á coberto das exigencias do fisco uma industria tão proveitosa, e que em outros paizes, e mesmo entre nós, tem sido animada com premios, é de parecer que na lei do orçamento se inclua nas disposições geraes o seguinte artigo additivo:

« Art. Ficão isentas do imposto de 5 por cento aquellas embarcações que sahirem dos estaleiros e não tiverem ainda navegado por conta de alguém. S. R.

« Paço da camara dos deputados, 29 de Maio de 1850.—J. M. Wanderley.—J. F. Vianna.—E. de Paula Santos.»

PRIMEIRA PARTE DA ORDEM DO DIA

LEITURA DE PROJECTOS E INDICAÇÕES

O Sr. Magalhães Castro:—Sr. presidente, nas grandes monarchias, que se distinguem pela extensão do territorio que comprehendem, mereceu sempre a solicitude do estadista o governo das provincias; collocadas estas em distancias immensas, só com muita sabedoria e bondade poder-se-ha manter a união desejada.

O Imperador, Sr. presidente, cujos interesses e affeições identifícam-se com os do seu povo, tem junto a si um conselho de estado, a quem deve ouvir em muitos casos, e formando cada uma das nossas provincias uma especie de imperio, o que tão certo é, que cada um dos presidentes de provincia pretende ser um pequeno imperador, nada me parece menos razoavel, e nem mais imprudente do que deixarmos de prestar aos presidentes de provincia, pequenos imperadores, um auxilio semelhante ao de que não prescindem os monarchas. Entregues a si mesmos os presidentes de provincia a ninguém consultão, e legalmente não têm de consultar a pessoa alguma; e se consultão, é a quem menos habilitado é para os dirigir: em seus pensamentos ou concepções o presidente de provincia acha-se isolado, o que julgo assás imprudente.

Lembrei-me portanto de auxiliar os presidentes de provincia, dando-lhes um conselho...

Um Sr. Deputado:—Já o tiverão.

O Sr. Magalhães Castro:—Não é razão esta para que o não tenham; tiverão um conselho sem a organização que pretendo agora dar-lhes. Cada um dos presidentes de provincia tem seis vice-presidentes, o estes tendo algum dia de tomar as rédeas do governo provincial, tomão-nas intel-

ramente alheios á administração; são entidades indifferentes aos negocios da provincia; e, pois, lembrei-me de formar para os presidentes de provincia, e a bem destas, um conselho composto dos seis vice-presidentes, habilitando a estes para melhor servirem, quando chamados, para as vice-presidencias.

O conselho que desejo dar aos presidentes de provincia pôde ser ainda de summa vantagem por outras considerações. Eu não hei de cessar de repetir que não tem só de cuidar de suffocar as desordens pelas armas quem quizer a união do imperio; cumpre, antes de tudo, curar das cautelas precisas para que nas distancias, que separão as provincias do centro não se creem influencias superiores aos poderes geraes.

Os presidentes da prrvincia isolados, quando informão ao governo geral não devem ser muito acreditados, como se dessem, ao menos certas informações, ouvido o conselho de provincia. Não pretendo por pias á administração das provincias; desejo que o governo geral, não descanse sómente nas informações do seu delegado, que pôde ser um ambicioso que só cuida de seus interesses no presente e no futuro...

Além de que, não havendo responsabilidade legal para os presidentes...

Um Sr. DEPUTADO:—Nem para ninguém.

O Sr. MAGALHÃES CASTRO:—Nem para alguém, apoiado; mas nem por isso, ou por isso mesmo, devemos estabelecer de modo que, na falta de responsabilidade legal, tenham alguma de outra ordem; achem os presidentes algum obstaculo n'um conselho que tenham junto a si, a quem devão consultar quando tiverem de tratar dos negocios mais serios, que não serão assim tão arbitrarios. Em seus pensamentos a respeito dos negocios da provincia os presidentes devem ser auxiliados como acerca dos altos negocios do estado acha o monarcha apolo em seu conselho. O conselho provincial, Sr. presidente, que pretendo crear, não limita-se a pôr de algum modo pias ao arbitrio, caprichos e ambição dos presidentes das provincias, é de alguma maneira um competidor com as assembleas provinciales a bem das mesmas provincias. Sabemos que as assembleas provinciales, como tudo entre nós, vão cahindo em descredito, e para isso entendi que devia applicar-lhe uma especie de tónico para que possam continuar a viver.

Este remedio acharão ellas no conselho de provincia como eu o organico, supprindo, até certo ponto, os senados provinciales ou as segundas camaras.

Senhores, se para o fazimento de uma lei geral entende-se que devem haver duas camaras; estas para a lei provincial são também muito precisas; e se as circumstancias impedem este desideratum, exista ao menos uma cousa que suppra esta falta das duas camaras provinciales, e achal-a-hei no conselho de provincia, como o estabelecço.

Não se pôde negar as difficuldades que encontra o governo na nomeação dos presidentes e secretarios, pelos mesquinhos ordenados; elevo pois os ordenados dos presidentes e secretarios. E porque entendo que não se deve consentir potencias exclusivas nas provincias, lembro aquillo mesmo que já se fez, isto é, que os presidentes não possam permanecer nas provincias por mais de dous annos.

Um Sr. DEPUTADO:—Quasi sempre assim succede.

O Sr. MAGALHÃES CASTRO:—Pois tanto melhor para taxarmos o espaço de dous annos.

O que acontece quando os presidentes durão por mais tempo? O mesmo que vimos no Piahy: patenteou-se a verdade do flagello sob o qual vivia aquella provincia quando o Piahy suble-

vou-se. Evitemos portanto essas sublevações tão damnosas. Também creio que não é possível admitir-se por mais tempo as candidaturas dos presidentes ao senado e á camara dos deputados pelas provincias que administrarem, salvo se forem eleitos fóra da provincia um anno antes das eleições primarias, quando se pôde reputar livres e válidas taes eleições.

Creio em cada uma das provincias de primeira ordem uma cadeira de direito administrativo; se desejamos ter bons administradores de provincia, devemos habilitar certas classes das quaes possa o governo tirar os presidentes.

São estas as razões geraes com que fundamento o projecto que passo a ler, e que deve ser remittido, o que requeiro, á commissão respectiva. (Lá.)

E' remittido á commissão de constituição e poderes o seguinte projecto:

« A assemblea geral legislativa resolve:

« Art. 1.º Haverá junto a cada um dos presidentes das provincias do imperio um conselho composto dos vice-presidentes, que deverão ser em numero de seis.

« Art. 2.º Ao conselho compete ser consultado em todos os negocios dependentes de maduro exame, conhecimentos theoricos e juizo pratico, salvos os despachos ordinarios que são expendidos diariamente.

« Art. 3.º O conselho funcionará em numero nunca menos de quatro, reunidos os seus membros sob a direcção do presidente da provincia.

« Art. 4.º Elaborado em conselho algum projecto de lei provincial, ou de representação ao governo geral ou ao corpo legislativo do imperio, poderá o presidente da provincia, por qualquer dos membros do seu conselho, exercer a propozição da lei ou projecto de representação, cuja formação lhe compete na qualidade de primeiro representante da provincia; mas só depois de examinada por uma commissão da assemblea provincial poderá ser convertida em projecto de lei a proposição do presidente da provincia.

« Art. 5.º Os membros do conselho da provincia poderão estar presentes na assemblea provincial e tomar parte na discussão da proposta, depois do relatorio da commissão, até a sua votação exclusiva.

« Art. 6.º Os presidentes das provincias de primeira ordem receberão de ordenado 6:000\$; os das outras provincias, 4:000\$000.

« Art. 7.º Os secretarios das provincias de primeira ordem vencerão de ordenado 3:000\$, os das outras provincias 2:000\$000.

« § 1.º Os secretarios dos presidentes das provincias servirão também perante o presidente em conselho.

« Art. 8.º São consideradas de primeira ordem as provincias do Rio Grande do Sul, S. Paulo, Minas, Rio de Janeiro, Bahia, Pernambuco, Maranhão e Pará; todas as outras continuão na segunda ordem.

« Art. 9.º Os membros do conselho de provincia por cada dia de serviço, quando reunidos sob a direcção do presidente da provincia perceberão tanto e metade mais do que recebem os deputados provinciales de suas respectivas provincias.

« Art. 10.º Os vice-presidentes e membros dos conselhos de provincia, juntos a cada um dos seus presidentes, assim como os seus secretarios, são de direito aspirantes ás presidencias das provincias do imperio, segundo o grão da idoneidade.

« Art. 11.º Os presidentes de provincia continuão a ser amovíveis *ad nutum*, e não permanecerão em cada uma dellas por mais de dous annos, podendo aliás ser reconduzidos sómente depois de haverem servido por outro igual tempo em provincia diversa.

« Art. 12.º Os presidentes da provincia outrosim

não serão eleitos deputados ou senadores pelas províncias que administrarem, salvo se tiverem deixado de ser presidentes dellas um anno antes das eleições primárias.

« Art. 13. Haverá na capital de cada uma das províncias de primeira ordem uma cadeira de direito administrativo, que será provida pelo governo geral, precedendo concurso perante o ministro do imperio.

« Art. 14. O governo geral determinará em regulamentos o que for necessario para a execução desta lei, principalmente na parte relativa aos trabalhos do conselho da provincia.

« Art. 15. Ficão revogadas todas as leis em contrario.

« Paço da camara dos deputados, 31 de Maio de 1850.—*José Antonio de Magalhães Castro.* »

Remette-se á mesa a seguinte indicação:

« Indico que a mesa, tendo em vista o artigo da reforma do regimento que trata do dia em que se devam apresentar requerimentos, dê parecer se essa disposição comprehende a discussão dos mesmos requerimentos, ou se começada ella deve continuar todos os dias até serem votados. —S. a R.—31 de Maio de 1840.—*Moraes Sarmento.* »

Julgão-se objecto da deliberação e vão a imprimir os seguintes projectos:

« A assembleia geral legislativa resolve:

« Art. 1.º Ficão creados na provincia de Minas Geraes os seguintes collegios eleitoraes:

« § 1.º O de S. Domingos de Minas Novas, comprehendendo o seu circulo as freguezias de S. Domingos, S. Miguel e Calháo.

« § 2.º O de S. João de Minas Novas, comprehendendo o seu circulo as freguezias de S. João Baptista e da Penha.

« § 3.º O da villa de Plumhy, comprehendendo o seu circulo as freguezias de Plumhy e Bambuihy.

« § 4.º O da villa de Santo Antonio do Juiz de Fora, comprehendendo o seu circulo as freguezias do Juiz de Fora, Rio Preto, Conceição de Ibitipoca, Dóres do Rio do Peixe, e Chapéo d'Uvas.

« Art. 2.º Ficão pertencendo ao circulo do collegio da cidade do Serro as freguezias de S. Sebastião dos Correntes e S. Miguel de Goanhama.

« Art. 3.º Ficão revogadas as disposições em contrario:—31 de Maio de 1850.—*Antonio Candido da Cruz Machado.* »

« A assembleia geral legislativa resolve:

« Art. unico. É concedida uma loteria repartidamente para as obras das matrizes da capital da provincia de Minas Geraes, que será extrahida na corte, em conformidade do plano das concedidas ao theatro de S. Pedro de Alcantara.

« Paço da camara, 31 de Maio de 1850.—*Manoel Telles da Souza.*—*Antonio Candido da Cruz Machado.*—*F. de Paula Santos.* »

« A assembleia geral legislativa resolve:

« Art. 1.º São concedidas duas loterias ao recolhimento de Nossa Senhora da Annunção e Remedios, da cidade do Maranhão, que serão extrahidas na corte segundo o plano das que se concederão á santa casa da misericórdia.

« Art. 2.º Metade do seu producto será empregado nos reparos do edificio, e o resto em apolloes da divida publica, cujo rendimento será entregue á superlora, para ser empregado nas despesas do mesmo estabelecimento.

« Art. 3.º Ficão revogadas as disposições em contrario.

« Paço da camara dos deputados, 30 de Maio de 1850.—*Joaquim Mariano Franco de Sá.*—*C. Mendes de Almeida.*—*José Jansen do Paço.*—*José Thomaz dos Santos e Almeida.* »

« A assembleia geral legislativa decreta:

« Art. 1.º O governo fica autorisado a fixar desde já o numero dos eleitores de todas as freguezias do imperio.

« Art. 2.º Feito este trabalho, o fará executar,

e o communicará em a sessão proxima futura ao corpo legislativo.

« Art. 3.º Fixado o numero de eleitores de cada parochia, sob pretexto nenhum poderá ser esta augmentado ou diminuido.

« Art. 4.º Quando se creem novas freguezias, ou se fação modificações de territorio em quaesquer das existentes, o governo reverá a fixação do numero de eleitores, para marcar o que deve dar a nova freguezia, e o que devem dar as que soffrêrão modificações de territorio.

« Art. 5.º O governo não poderá augmentar o numero de eleitores depois de fixado por elle a primeira vez; porquanto nas creações de novas freguezias diminuirá naquellas que perdem territorio em proporção do numero que marcar para a novamente creada, e nas modificações do territorio guardará a mesma regra proporcional, de modo que um collegio eleitoral, ou provincia, não possa dar maior numero de eleitores do que o fixado pela autorisação do art. 1.º

« Art. 6.º Não haverão collegios eleitoraes em freguezias, a sim somente em villas, ficando o governo autorisado a rever e emendar a fixação dos collegios eleitoraes.

« Art. 7.º Ficão revogadas os disposições em contrario.

« Paço da camara, 30 de Maio de 1850.—*J. M. Pereira da Silva.* »

« A assembleia geral legislativa resolve:

« Artigo unico. Manoel Antonio Henriques Totta tem direito a perceber, em conformidade da resolução de 3 de Junho de 1837, o vencimento de 100\$000 mensaes, que lhe foi concedido por decreto de 28 de Agosto de 1834, competente ao emprego que exercia de cirurgião-mór do exercito, além do soldo da patente em que se acha reformado; ficando revogadas as disposições em contrario.

« Paço da camara dos deputados, 31 de Maio de 1850.—*A. Nunes de Aguiar.*—*J. J. de Lima e Silva Sobrinho.*—*Sebastião Rago.* »

« A commissão de agricultura começa o parecer com que fundamenta a utilidade do projecto de lei acerca da criação de escolas normaes de agricultura theórica e pratica, que val ter a honra de offerecer á camara, commémorando as judiciosas palavras do celebre agronomo Cliver de Sevrès, quando apresentou a Henrique IV o seu theatro de agricultura e economia dos campos: « Fallar-vos de agricultura, senhores, é entreter-vos dos vossos negocios, espero que me haveis de escutar com indulgência. » A commissão tambem dirá:—Fallar-vos de agricultura, nobres representantes da nação, é entreter-vos dos vossos negocios, é tratar dos mais cardeaes interesses da vossa patria; ella espera que a ouvireis com bondade, que a soccorrereis com as vossas luzes. O Brazil, por qualquer modo por que seja encarado, é, e será sempre uma nação essencialmente agricola. A sua immensa extensão, a par de sua posição geographica; a diversidade de sua temperatura, a par da salubridade do seu clima; a fertilidade do seu solo, a par dos seus numerosos rios apropriados para a navegação, para motores naturaes das machinas, e para as irrigações; a multiplicidade dos seus vegetaes uteis, a par dos exóticos já naturalisados, e dos que ainda o podem ser; e, finalmente, os seus grandes e naturaes recursos para fazerem prosperar a nossa hoje decadente agricultura, e levar a nação á grandeza que a espera, obrigão a commissão a confessar que o nosso imperio só pela agricultura será grande, poderoso e feliz, e que por longo tempo se conservará na mediania, ou mesmo na inferioridade, como paiz manufactureiro e artistico. Se pois a commissão reconhece com toda a força da evidencia o que acaba de dizer-vos, tem ella o rigoroso dever de indagar qual é o estado da nossa agricultura, e quaes as precisões

que devemos primeiramente prover; indicar qual o ensino agrícola que hoje mais convém; apresentar enfim um projecto de lei que dê aos brasileiros vasta e superior instrução, habilitando o governo a dirigir o ensino debaixo do ponto de vista da mais completa uniformidade.

« O actual e desgraçado estado da nossa agricultura, e dos nossos agricultores, é hoje geralmente reconhecido; uma tendência feliz vai apparecendo e encaminhando os espiritos para melhora-lo; e a idéa de que a agricultura é de todas as fontes de riqueza a mais fecunda vai tomando todo o incremento. Esta tendência deve ser aproveitada, competindo aos altos poderes do estado dar-lhe todo o desenvolvimento por um ensino uniforme e proveitoso á nação. Além do conhecimento, e do uso que a nossa agricultura faz de um pequeno numero de grosseiros instrumentos agrarios, de pesadas e mal construidas machinas que têm de percorrer pessimas estradas, ignota completamente o uso de tantas outras que a sciencia tem inventado e aperfeiçoado, cujo emprego tem sido tão util para aquellas nações que delle se têm sabido aproveitar.

« A Inglaterra, e muitos paizes da Europa, os Estados-Unidos, e as Indias Occidentaes, a India Inglesa e as novas colonias da Australiaahi estão para comprovarem o que avançamos, e para acabarem de consummar a obra da nossa completa decadencia, tão adiantada pelo augmento da produção americana, se, mais providentes, não cuidarmos do nosso futuro.

« Os nossos agricultores, pela maxima parte, á maneira dos povos pastores, procurão as mattas como elles demandão novos pastos para os seus rebanhos.

« A immutabilidade, a permanencia, que produzem vantagens, que creão gozos, lhes não pertencem. A lembrança do lugar abandonado, e de que em alguns annos deixará o novamento escolhido os não deixa; tudo alli se faz para ter um uso temporario; as suas habitações são geralmente mal construidas, pouco saudaveis, nem uma arboricultura fructifera, nem uma horticultura se estabelece, e a idéa da instabilidade arreda todo o melhoramento material, e dá lugar á de muito destruir, para pouco colher, e esse pouco é quasi sempre perdido pelas grandes distancias, pelos máos caminhos, pelos grosseiros meios de transportes, pelos excessivos fretes e pelos pesados direitos de exportação. Eis em poucas palavras o estado mesquinho da nossa agricultura e dos nossos agricultores. Se a commissão quizesse desenvolvê-lo mais, acharia por certo materia vasta para o fazer, e juntar o triste quadro da nossa cultura, mostrando a par delle as vantagens, o bem estar, e a renda avultada que na America do Norte gozão os productos de generos similares aos nossos.

« A nossa agricultura e os nossos agricultores são dignos de melhor sorte! Compete aos supremos poderes do estado dar-lhes novas e vigorosas vidas: cuidar do presente e do futuro do paiz. Se o fizerem, seus nomes irão com louvor á posteridade; no caso contrario, terão de dirigir os destinos de uma nação pobre, offerecendo um futuro ainda mais miseravel á geração vindoura.

« A historia os julgará. Quando de tudo carecemos, infinitas são as nossas precisões; mas entre ellas algumas ha, de maior importancia, a que devemos em primeiro lugar applicar o remedio. De que hoje temos mais precisão é de conhecimentos agricolas theoricos e praticos; esta falta é geralmente sentida, e a opinião publica acha-se disposta a removê-la, predisposição que o governo deve por todos os meios animar, creando escolas normaes em que sejam professados os estudos theoricos a par dos praticos, para que estes, ajudados daquelles, possam visivelmente mostrar aos nossos lavradores a superioridade da sciencia sobre a

imprevidencia da rotina, infelizmente muito arrelgada entre nós.

« Precisamos de bancos agricolas, caixas economicas e melhores vias de communicação. E' tempo tambem de que os principios da economia agrícola sejam espalhados pela massa da população, fazendo-se conhecer a relação da agricultura com a riqueza publica, o seu modo de acção, seus effeitos, e a influencia da legislação sobre os seus progressos, chegar-se-ha a desenvolver entre os homens esclarecidos do paiz o desejo de lhe prestar o soccorro da sua intelligencia e dos seus capitães. Devemos expellir a rotina que preside á direcção das nossas culturas por novos processos empregados, por praticos esclarecidos, cujo exemplo possa mostrar todo o partido que se pôde tirar de uma agricultura mais aperfeiçoada: para isto é de absoluta necessidade que tenhamos agricultores instruidos, intelligentes administradores e habéis trabalhadores. Educai-os. Tendo a commissão indicado resumidamente o estado da nossa agricultura, e as suas mais urgentes necessidades, vai tratar agora dos meios do ensino que nos pôde ser mais util na actualidade.

« Comquanto reconheça ella a insufficiencia dos seus conhecimentos, é a materia de tão urgente necessidade para o paiz e de tanta esperanza para o seu futuro, que, sacrificando o seu amor proprio, ha de soccorrer-se com o que se pratica nos paizes mais adiantados; systema este tambem seguido por aquelles mais do que nós instruidos.

« Na França, tão adiantada em illustração, mas que teve tambem de aprender com a Inglaterra o modo mais aperfeiçoado de cultivar a terra, o ensino agrícola é de diversas naturezas.

« Os institutos de Grignon, de Grand-jouan e de Saulsaye occupão o primeiro lugar; nelles a theoria anda a par da pratica, e os uteis servicos que têm prestado os têm tornado dignos da estima publica. Existe mais grãte numero de cadeiras de agricultura: a primeira escola de Paris; o curso pratico do museu; alguns cursos veterinarios; além de muitas fazendas modelos, fazendas escolas, colonias, asylas e penitenciarías agricolas.

« Apesar de tudo isto, o governo promove com incansavel empenho a fundação de novos institutos, escolas, estabelecimentos agricolas. Ainda na falla com que o presidente da republica abriu o parlamento em 1849, annunciou que no anno de 1848 tinha o governo mandado fundar vinte e duas cadeiras. Mais de 800 comicios e sociedades agricolas propagaõ os conhecimentos e as vantagens desta tão util sciencia. Os congressos succedem-se rapidamente, avultadas sommas e honorificas medalhas são annualmente distribuidas pelo merecimento, e para promoverem a emulação. Hoje, quasi todos os departamentos da França possuem alguns meios deste ensino.

« A commissão, tendo em vista os beneficos que tem tirado todo o paiz, que tem melhorado a sua agricultura, lamenta profundamente o nosso atazo; attendendo porém ao nosso estado financeiro, e desejando que, em objecto tão desconhecido quanto importante, se proceda com toda a circumspecção e prudencia, julga de muita utilidade que uma escola se estabeleça quanto antes no jardim botânico da Lagôa de Rodrigo de Freitas, concordando neste ponto com o parecer da commissão que o foi examinar em 1848.

« A proximidade daquelle estabelecimento, que já conseguiu o seu fim primitivo, á capital do imperio, onde existe maior somma de luzes, e a acção e vigilancia do governo se fazem mais sensiveis, leva a commissão a julgar-o o mais appropriado.

« Com elle se faz a despeza annual de dez contos de réis; tem setenta escravos; e alguns edificios que já possui, faz crer que, com um pequeno augmento de despeza nos primeiros

annos, se crêe allí um estabelecimento o mais útil para o povo brasileiro.

« O methodo de ensino que a commissão acha mais conveniente ás nossas circumstancias é o seguido no instituto de Grignon, onde a theoria ensina o que a pratica executa e justifica.

« Por este meio taramos uma mocidade theorica e praticamente instruida para o professorato, para melhorar os nossos estabelecimentos rurais, emprehender o dirigir novos, inspirando plena confiança aos capitalistas. Teremos outra porção habilitada praticamente para servirem de administradores e feitores, e outra de operarios adestrados nos trabalhos da cultura.

« Se outros fossem os nossos recursos pecuniaros, a commissão aconselharia a fundação desde já de tres escolas no norte, centro e sul do imperio, em relação ás diversas naturezas de cultura; aconselharia mais a de cadeiras de agricultura em cada uma das capitães das provincias, em que o ensino pratico fosse o seu fim principal.

« A precisão de braços intelligentes na agricultura se fará sentir por muito tempo no nosso paiz: é portanto indispensavel promover a sua abundancia.

« Resta agora á commissão apresentar-vos algumas das numerosas vantagens que necessariamente hão de provir da adopção do seu projecto.

« Uma das principaes que enxerga, é sem duvida aquella da multiplicação dos braços empregados na agricultura, sem haver precisão de introduzir-se africanos e despende-se mais com a colonisação europêa, hoje extemporanea, por não estarmos ainda bem preparados para recebê-la.

« Conhece a commissão que não são somente os braços os unicos instrumentos do trabalho; antes sabe que o real e descriptado e muitas vezes centuplicado pelo ficticio dos instrumentos agrarios, e das machinas movidas pelos tres mais poderosos elementos naturaes de força: ventos, aguas e vapor.

« Não ignora ella que o serviço nimiamente pesado a vinte trabalhadores é feito com muito mais perfeição por uma charrua dirigida por um; que a força de uma machina centuplica muitas vezes a de um trabalhador: que tem chegado na America do Norte a fazer um, o que seria muito incommodo a onze mil e quinhentos. Se estas machinas pois fossem geral e conscienciosamente empregadas na nossa agricultura, augmentariamos na proporção das suas forças o numero dos nossos braços, deixando elles de fazer os mais pesados e mortificantes serviços; e um lavrador que hoje possui dez escravos, poderia produzir como se possuísse cincoenta, e mais ainda.

« Se na Europa a introdução de uma machina que inutilisa milhares de braços é sem duvida momentaneamente considerada como um flagello, enquanto não encontram novos trabalhos em que se empreguem, no Brazil a introdução de outra que suppra na agricultura centenas de braços ha de ser sempre considerada como uma ventura para rico, como uma fortuna para o pobre e para todos os consumidores: para o rico, porque lhe augmenta a produção, diminuindo-lhe as despesas; para o pobre, augmentando-lhe o salario; e para os consumidores, barateando-lhes os generos; pois foi sempre base do bom mercado o augmento da produção.

« Outra vantagem é que a porção de homens que com suas familias achão-se hoje desoccupados ou mesquinamente empregados nas nossas cidades e villas do interior, em pura perda da produção do paiz e da riqueza nacional, pois que muito bem conhecem que o nosso máo systema de cultura é, além de fatigante e trabalhoso, pouco productivo, hão de necessariamente abraçar qualquer outro mais aperfeiçoado, porque contarão augmentar o trabalho real pelo ficticio, contarão,

diminuindo a despesa, produzir mais e de melhor qualidade.

« Desta nasce outra, e vem a ser a redução consideravel que se deve esperar do grande numero de pretendentes aos empregos publicos; porque offercendo a vida agricola com menos trabalho real e menos despesa, muito maior produção, e por consequencia muito maior renda liquida annual, muitos desses pretendentes preferirão antes os gozos de uma vida tranquilla, e mais independente, á utilidade problematica desses empregos.

« Abrir-se um novo e vasto campo para nella occupar-se não só a nossa actual população, como outra cem vezes maior, é, sem contradicção alguma, vantagem bem transcendente.

« Quando por não termos promovido outros meios de instruir e empregar a nossa mocidade, convergir ella como está acontecendo para as nossas seis academias, e passados mais alguns annos tivermos excessos de pessoas talentosas e instruidas, sem meios de vida adequados ás suas luzes e posições, não será isso um verdadeiro mal ao paiz? A commissão enxerga nesse futuro serios inconvenientes, e para removel-os devem desde já os supremos poderes da nação tratar de cultivar esse campo tão vasto, como é vasta a extensão do nosso imperio, para nelle empregarem os seus habitantes assiduidade, luzes e ambições, conseguindo-se deste modo que esses elementos moraes de força, longe de produzirem males, produz ao contrario todos os bens possiveis, como acontece nos Estados-Unidos Norte-Americanos.

Se a commissão quizesse apresentar e desenvolver uma por uma todas as vantagens que enxerga na approvação do seu projecto, muito longe iria com o seu parecer: não o fará, por julgar ter dito bastante, quanto pedia a importancia da materia, e porque recia fatigar a attenção da camara; mas, antes de findal-o, dirá, que sem o aperfeiçoamento da nossa agricultura, não poderão os nossos productos competir com os das nações mais adelantadas; havemos recuar infallivelmente, que só ella provê a boa e abundante nutrição de um povo, e augmento progressivo de sua população e o seu bem-estar, tornando-o sempre independente em qualquer crise.

« Crêa riquezas, e as reparte com a maior igualdade pelo emprego que faz do maior numero de braços, e unindo os homens ao solo, identifica os seus interesses aos de sua patria, consolidando assim as bases da ordem social.

« A assembleia geral legislativa decreta:
« Art. 1.º Crear-se-hão na capital do imperio, e nas das provincias onde o governo fór julgando conveniente, escolas normaes de agricultura theorica e pratica; e nellas, no espaço de tres annos, e em doze cadeiras, se ensinarão as materias seguintes:

1º anno

- « 1ª cadeira. Geometria agricola, principios de trigonometria, desenho linear, contabilidade.
- « 2ª dita. Construções rurais.
- « 3ª dita. Physica, chimica, mineralogia agricola.
- « 4ª dita. Arte veterinaria.

2º anno

- « 1ª cadeira. Botanica agricola, horticultura.
- « 2ª dita. Agricultura.
- « 3ª dita. Chimica organica, tecnologia agricola.
- « 4ª dita. Continuação da arte veterinaria.

3º anno

- « 1ª cadeira. Cultura florestal, arboricultura, naturalisação e domesticação dos vegetaes uteis.

« 2.^a dita. Continuação da agricultura.
 « 3.^a dita. Continuação da arte veterinária.
 « 4.^a dita. Legislação rural, direito administrativo, economia política em relação com a agricultura.

« Art. 2.^o Para a regencia destas cadeiras o governo nomeará cinco lentes proprietários e tres substitutos, os quaes vencerão os mesmos ordenados que tiverem os das academias juridicas, e gozarão das mesmas honras. Poderão jubilar-se com o ordenado por inteiro no fim de 25 annos de serviço.

« Art. 3.^o Um dos lentes servirá de director, e outro de secretario, vencendo uma gratificação marcada pelo governo que nomeará os mais empregados, arbitrando-lhes os ordenados.

« Art. 4.^o Os lentes farão os compendios, ou arranjarão outros que sirvão interinamente, depois de approvados pela congregação e pelo governo sendo afinal submettidos á approvação da assembléa geral.

« Art. 5.^o Os estudantes que se quizerem matricular como filhos da escola, devem apresentar certidões em que mostrem ter a idade de 15 annos completos, e de approvação da grammatica portugueza, lingua franceza e ingleza, e arithmetica.

« Art. 6.^o Haverão na escola tres classes de alumnos. A primeira comprehenderá os que forem matriculados, na forma do artigo antecedente, e serão chamados filhos da escola. A segunda, os que em preparatorios se quizerem instruir nos trabalhos praticos, e serão denominados discipulos. A terceira, os pobres que provarem, com attestados do parochio e das autoridades da sua freguezia, robustez e boa conducta, e serão chamados aggregados. Estes receberão um salario, que será marcado nos estatutos.

« Os escravos dos lavradores poderão ser admittidos como trabalhadores para serem adestrados nos exercicios praticos, na forma determinada nos mesmos estatutos.

« Art. 7.^o Os alumnos filhos da escola que com aproveitamento e approvação concluirem o seu terceiro anno, apresentarem e desenvolverem em um exame publico um plano de cultura, conseguirão o grão de bachareis-formados em agricultura, e só d'entre elles, para o futuro, poderão ser escolhidos para lentes das escolas.

« Aos alumnos discipulos se dará um diploma em que se declare o tempo e aproveitamento que tiverão.

« Art. 8.^o Os alumnos das tres classes que gozarem de bom comportamento, e que tiverem assiduidade nos trabalhos, ficarão isentos do recrutamento, e considerados como reserva na guarda nacional.

« Art. 9.^o Os lentes, logo que as circunstancias o permittirem, serão obrigados a residir no estabelecimento, ficando o governo autorisado a mandar-lhes preparar as habitações indispensaveis. Os alumnos da 1.^a e 2.^a classe que morarem no estabelecimento, ou fôrem por elle alimentados, pagarão mensalidades estipuladas nos estatutos.

« Art. 10. O governo estabelecerá a matricula que tiverem de pagar os alumnos das duas primeiras classes: autorisará ao director a alorar terrenos misticos á escola, onde se possa ir edificando alguma povoação. A importancia das matriculas, fôros dos terrenos, e a renda liquida da escola, constituem receita do estado.

« Art. 11. Os presidentes das provincias, onde não houverem escolas normaes, conservarão dous moços de habilidade, e de familias pobres, em alguma das estabelecidas no imperio. Estes serão isentos da matricula e sustentados á custa da escola.

« Art. 12. Serão cultivados com particularidade em cada uma das escolas os vegetaes que produ-

zirem os tres primeiros generos de exportação da respectiva provincia em que estiver ella collocada.

« Art. 13. Haverá na escola uma officina onde se fabrique e ensine-se o modo de construir os instrumentos agrarios.

« Art. 14. O governo fica autorisado: 1.^o, a despendar com a fundação das escolas normaes de agricultura theorica e pratica, e com os instrumentos e machinas precisas, a somma que fôr indispensavel; 2.^o, a empregar nellas parte ou todos os escravos pertencentes á nação; 3.^o, a dar-lhes os estatutos por onde se devem reger, sendo depois submettidos á approvação da assembléa geral.

« Paço da camara, 29 de Maio de 1850.—
Joaquim Mariano Franco de Sá.—José Augusto Chaves.—Frederico de Almeida e Albuquerque.»

O Sr. Angelo Ramos (para uma rectificação):—O *Jornal do Commercio*, dando conta da sessão de terça feira 28 do corrente, apresenta uma omissão que cumpre supprir. No fim da sessão apresentáram-se algumas reclamações para que não se continuasse na votação do parecer e suas emendas, porque o resultado da votação annunciada pelos Srs. secretarios não estava em harmonia com o numero legal exigido pelo regimento para que funcione a camara. Neste sentido pedi a palavra pela ordem, e mostrei que as votações não estavam regulares; contra semelhante processo de votação tambem fallou um nobre deputado membro da maioria (o Sr. Victor); mas as observações por parte da opposição, não trato de que disserão outros senhores, que desejava que ficassem consignadas na folha que publica os trabalhos da casa, não apparecerão, sendo supprimidas as minhas poucas observações; por isso peço esta rectificação.

Já em outra occasião, fazendo eu uma exclamação que não havia casa, o *Jornal* não deu conta disto. Reclamo portanto contra a omissão que apparece no extracto da sessão a que me tenho referido.

O Sr. Vianna (pela ordem):—V. Ex. permite que eu dê a explicação para que pedi a palavra, e a peço desde auto-hontem?

O Sr. Presidente:—Sim, senhor,

O Sr. Vianna:—Discutido-se em uma das sessões anteriores uma resolução da commissão de fazenda de uma das legislaturas anteriores, que mandava pagar a Miguel Tavares, da cidade do Maranhão, uma quantia por elle reclamada como indemnisação dos prejuizos que teve por occasião da guerra da independencia, foi esta resolução impugnada pelo meu honrado collega deputado pela Bahia, o Sr. Francisco Antonio Ribeiro. Ou fosse porque eu não estivesse muito attento, ou porque não estivesse na casa, não ouvi o que disse o nobre deputado; mas lendo o seu discurso impresso no *Jornal do Commercio*, notei a seguinte passagem:

« Ha de vir á discussão uma outra resolução mandando pagar a Antonio Manoel Cordeiro, cessionario de Manoel Oardoso de Aguiar, uma outra divida tambem proveniente de prejuizos da guerra da independencia. Desejava que estas resoluções fossem todas discutidas a um tempo, porque versão sobre a mesma materia. Desde já previno que na occasião hei de pedir á nobre commissão de orçamento que me informe como este negocio foi ter á sua mão, tendo começado na commissão de fazenda, que é a competente para examinar e dar o seu parecer. Foi á commissão de fazenda a quem se dirigio essa representação, bem como esta resolução que se discute foi iniciada por ella; e é por isso que desejo perguntar á nobre commissão de orçamento por que razão esse negocio foi ter á sua mão, tendo começado na de fazenda, e tendo eu já dado a

respeito delle o meu parecer, que entreguei a um de meus nobres collegas, segundo a minha lembrança.

Ao ler-se este trecho do discurso do honrado membro parecerá que a comissão de orçamento, ou o seu relator, que então era eu, chamou este parecer a si e o encaminhou para a primeira comissão de orçamento, por ter na de fazenda um voto contrario, que é o do nobre deputado. Como se trata de um pagamento, embora de quantia ridicula, poder-se ha entender, á vista da maneira por que se expressou o honrado deputado, que talvez se quiz fazer algum favor ao pretendente (*não, não*); não digo que fossem estas as intenções do meu honrado collega e amigo, mas do seu discurso é o que se poderá deduzir, e por consequencia julgo necessario dar á camara explicações a este respeito.

Na secretaria entregáram-me, como relator da comissão de fazenda e da do orçamento, de que tambem era membro, todos os papeis de que estas duas comissões tinham de tomar conhecimento. Veio á minha mão o requerimento de Antonio Manoel Cordeiro com uma sentença do poder judiciario que condemnava a fazenda publica a pagar-lhe seis contos e tanto: e como estes negocios são da competencia da comissão de fazenda, não reparei na direcção que a mesa tinha dado ao requerimento; entreguei-o ao meu collega, e pedi-lhe que, como jurisconsulto, examinasse a sentença e desse o seu parecer para depois conversarmos. Escreveu elle a sua opinião (não deu parecer, porque não assignou, aqui está o papel), escreveu a sua opinião e tornou-me os papeis para eu os examinar. O meu nobre collega adoeceu, assim como adoeceirão todos os membros da comissão de fazenda e da 1ª comissão de orçamento: pedi ao antecessor de V. Ex., que houvesse de nomear, ao menos um membro para cada uma das duas comissões, porque em ambas me achava eu só, e foi nomeado o nobre deputado por S. Paulo, o Sr. Pacheco. Passei os papeis ao Sr. Pacheco, como membro interino da comissão de fazenda, e este senhor, depois de examinar os papeis e a opinião do meu nobre collega pela Bahia, fez-me ver que a direcção que a mesa tinha dado ao requerimento era para a 1ª comissão de orçamento, e não para a de fazenda. Respondi-lhe que, como nós ambos eramos membros de uma e outra comissão, não havendo outros membros, parecia, não sei o que, que os deputados Joaquim José Pacheco e Joaquim Francisco Vianna, como membros da comissão de orçamento, remetterssem aos deputados Joaquim José Pacheco e Joaquim Francisco Vianna, como membros da comissão de fazenda, esses papeis, e portanto que dessemos o parecer como membros da comissão a quem elles tinham sido remetidos pela mesa. Demais, havia ainda uma outra razão para que assim procedessemos, e é... esqueceu-me o pensamento que queria enunciar, logo me lembrará e o direi. Além de que, havendo, pouco depois, um membro mais na 1ª comissão de orçamento que tinha dado parte do prompto, que era o Sr. Paula Santos, entendemos que era esta a comissão que devia dar o parecer. Ora, ainda quando se possa dizer que a comissão de fazenda é a competente para tratar destes negocios, no que estou de accordo, havia a circumstancia já referida. Demos portanto o parecer, não tomando conhecimento da opinião do honrado deputado pela Bahia, porque não é verdadeiramente um parecer, é uma opinião escripta, e principalmente porque não é elle membro da 1ª comissão de orçamento. E comquanto a comissão de fazenda seja a competente para dar parecer sobre negocios desta natureza, muitos negocios ha que não vão a ella, assim como outros lá vão ter incompetentemente, e é esta a idéa que eu ha pouco queria enunciar, e me escapou. Faz hoje parte

da ordem do dia um projecto sobre fiança ás custas que não é da competencia da comissão de fazenda, e no entretanto foi ella que deu o seu parecer, e o que é mais galante é que ahi figuro eu até como relator, em uma questão toda de jurisprudencia, e que nenhuma relação tem com a comissão de fazenda! E porque figuro eu ahi? Porque o meu nobre collega pela Bahia examinou o negocio e lavrou não só o parecer, como a resolução, sem attender que a comissão competente não era a nossa; mas, como na comissão ha dous membros jurisconsultos, e tambem se trata na resolução de negocio que interessa a fazenda, conyim em que dessemos o parecer. Agora mesmo acaba o meu collega o Sr. Wanderley, na qualidade de membro da 1ª comissão de orçamento, de me entregar um parecer sobre negocio identico de Antonio Manoel Cordeiro, que já foi por elle examinado, e para que eu o examine, o qual foi tambem remettido á 1ª comissão de orçamento, e não á de fazenda, como devia ser, porque a mesa o dirigio áquella comissão, de que fazemos parte.

Tendo dado á camara a explicação que era necessaria, ficará ella convencida do motivo porque forão ter esses papeis á primeira comissão de orçamento. Agora quero remetter para a mesa a opinião escripta do meu honrado collega pela Bahia. Como a camara resolveu que as duas comissões reunidas de constituição e justiça civil examinassem todos os negocios desta natureza, e como nesse papel se achão algumas opiniões com que concordo para estabelecer um direito, direito que no meu modo de pensar não temos escripto para resolver questões desta natureza, como entende o meu nobre collega, eu remetto á mesa a opinião escripta do meu honrado collega pela Bahia, rogando a V. Ex. que se digne de mandal-a ás duas referidas comissões reunidas, a de justiça civil e de constituição.

Um Sr. Deputado: — E se elle não quizer que vá?

O Sr. VIANNA: — Se não quizer que vá, reclame.

SEGUNDA PARTE DA ORDEM DO DIA

FIANÇA, AS CUSTAS

Continúa a discussão do projecto sobre fiança ás custas

O Sr. Ribeiro: — Sr. presidente, pouco poderei acrescentar para sustentar este projecto, ao que já foi expellido na sessão anterior por tres oradores. A razão principal porque pedi a palavra foi para apresentar um projecto substitutivo em attenção aos mesmos discursos proferidos, porque vi que a questão referia-se mais á redacção do que ás idéas contidas no projecto.

A comissão de fazenda não adoptou a redacção que querião os nobres deputados, e que agora apresento, porque principalmente estava encarregada de dar a sua opinião sobre os interesses da fazenda publica; e julgando que era occasião opportuna de fazer extensivo o projecto ás acções propostas por particulares, acrescentou o art. 3.º E por esta occasião vem a proposito dizer ao nobre deputado pelo Rio-de Janeiro que ha pouco fallou, que a comissão de fazenda era muito competente para examinar esta questão e apresentar o projecto que se discute, porque tratava-se de prevenir o prejuizo da fazenda publica a respeito das acções propostas por individuos residentes fóra do imperio, e principalmente a respeito da dízima da chancellaria ou dos 2 % que a substituirão. Logo, não era de estranhar que a comissão de fazenda estabelecesse em favor da fazenda publica,

afim de que ella não fosse prejudicada, que aquelles que a demandassem, residentes em paiz estrangeiro, prestassem caução, não só ao pagamento das custas, mas tambem ao desse imposto de 2 %. Quanto ao mais que disse o nobre deputado não vem a proposito responder, porque a questão é differente. Entretanto direi que no meu discurso não tive em vista arguir a primeira commissão de orçamento de quèrer fazer algum favor a esse pretendente, porque se de dar parecer favoravel isto se pudesse deprehender, então nenhuma commissão poderia deferir uma pretensão que achasse justa sem que merecesse a suspeita de ter feito um favor á parte. Eu só fiz uma reclamação.

Algumas emendas se offerecerão a este projecto. Uma dellas é do nobre deputado por Matto-Grosso, estabelecendo tres excepções ao projecto, a saber: que não sejam obrigados a prestar fiança os autores de que se trata no projecto em materia de commercio, assim tambem aquelles que possuirem bens de raiz sufficientes para cautionar, e finalmente aquelles estrangeiros cujas nações tenham tratados com o Brazil em sentido contrario ao projecto. A doutrina deste emenda, que se conforma com os arts. 11 e 16 do código civil, da França, e art. 167 do código do processo civil não pôde ter aqui applicação. O código do processo civil no art. 166 estabelece uma regra geral para todos os estrangeiros, obrigando-os á fiança; os francezes não a prestão, prestão os estrangeiros que residão; quer não na França, e então o código fez essas excepções a respeito das causas do commercio, dos que tivessem na França bens de raiz sufficientes, e daquelles cujas nações tivessem tratados com a França no sentido de isenção reciproca de prestação da caução. Ora, o projecto não faz mais do que estabelecer uma excepção ao art. 10 da disposição provisoria a respeito dos autores que não estiverem dentro do imperio, para não ficarem de melhor condição relativamente aos residentes no imperio, os quaes não pagando custas dentro de 24 horas são sujeitos á prisão. Os que estão fóra do imperio não estão sujeitos a esta pena; por consequencia, como havemos de estabelecer que o estrangeiro que tiver bens de raiz no imperio não seja obrigado a prestar fiança, quando o nacional, ainda tendo bens de raiz, não pagando em 24 horas é sujeito a prisão? O estrangeiro residente fóra do imperio não é sujeito á prisão; ficaria portanto em melhor posição: o projecto iguala o estrangeiro ao nacional neste ponto.

Quanto á modificação que o nobre deputado quer, referindo-se aos tratados, não tem lugar, porque nenhum tratado poderá estipular que o estrangeiro goze de mais vantagens que o nacional, e o nacional residente fóra do imperio é obrigado a prestar fiança. Logo, a emenda do nobre deputado parece-me desnecessaria, não deve ser adoptada.

Não adopto a emenda do nobre deputado pelas Alagoas, porque quer restabelecer a fiança ás custas, ou por outra, revoga o art. 10 da disposição provisoria sobre a administração da justiça civil. Não acho conveniente que a ord. liv. 3.^a tit. 20 § 6.^o seja restabelecida em toda a sua plenitude; parece-me bastante que os residentes fóra do imperio prestem fiança, porque os residentes no imperio estão sujeitos á prisão no caso de não pagarem nas 24 horas.

Tambem não adopto a emenda do nobre deputado pelo Rio Grande do Norte que manda supprimir o art. 3.^o, porque este refere-se tambem ás acções pendentes, estando de accordo com a ordenação citada. Logo que se quer fiança ás custas em certos casos, deve-se adoptar o que está na respectiva legislação; em qualquer estado da causa se podia exigir fiança, segundo a ord. liv. 3.^a tit. 20 § 6.^o; o projecto pois deve ser

extensivo ás acções pendentes. E é esta a razão fundamental do art. 3.^o do projecto.

Para conciliar as opiniões dos nobres deputados que fallarão na sessão antecedente a favor do projecto, redigi um projecto substitutivo neste sentido. (Lê o projecto.)

O projecto substitutivo é apoiado.

O Sr. Oliveira:—Eu tenho obrigação de defender o artigo additivo que offereci, principalmente porque um dos nobres deputados que o combaterão o qualificou de incoherente, incurial, infundado e não sei que mais. Combatti o artigo por jurisconsulto de tão merecida reputação, não devo nutrir a esperança de que elle passe; entretanto entendo que devo defendel-o, afim de que elle não morra sem o devido tratamento, ainda que seja de doses homeopathicas.

Sr. presidente, diz-se que o projecto exigindo fiança ás custas dos estrangeiros, ou nacionaes que não residem no imperio, tem por fim facilitar o pagamento das custas, que a minha emenda, dispensando a fiança para os que possuem no imperio bens de raiz, não preenche esse fim. Sr. presidente, eu entendo que o fim do projecto é garantir o pagamento ás custas, mas não é estabelecer o meio mais facil para este pagamento, e se assim não fosse, parece que a fiança deveria exigir-se não só dos autores que não residem no imperio, mas tambem dos autores que residem no imperio, que vêm a ser em muito maior numero. O que me parece inconcludente é que não se exija fiança dos autores residentes no imperio, ainda que nada possuão, e se exija fiança dos autores que não residem no imperio, embora tenham nelle bens de raiz de valor sufficiente para a indemnisação das custas.

O nobre deputado pela provincia de Pernambuco, combatendo o meu artigo additivo, disse que a sua materia era tirada do código civil da França, mas que na França a disposição do projecto que se discute só tinha lugar a respeito dos estrangeiros ali residentes. O nobre deputado permittirá que eu lêa os artigos do código civil da França que tratão deste assumpto. O art. 15 diz (lê): «Um francez poderá ser citado perante um tribunal de França em razão das obrigações contrahidas em paiz estrangeiro, mesmo como um estrangeiro.

Art. 16 (lê): «Em todas as materias que não sejam de commercio, o estrangeiro que fór autor deverá prestar fiança para o pagamento das custas e damnos resultantes do processo, uma vez que elle não possua em França bens de raiz de valor sufficiente para garantir este pagamento.»

Ora, da combinação destes artigos poder-se-ha deduzir que a disposição sobre fianças comprehendendo somente os estrangeiros residentes em França?

O Sr. Ribeiro:—A todos.

O Sr. Oliveira:—Eu pensei que o nobre deputado suppunha que esta disposição em França só se podia estender aos estrangeiros ali residentes.

O Sr. João Antonio de Miranda:—Todo o estrangeiro presta fiança.

O Sr. Oliveira:—Eu não insistirei nisto; mas o nobre deputado por Pernambuco disse que a materia do meu artigo additivo só tinha lugar em França. Ora, eu terei ainda um periodo de uma obra muito estimada sobre direito internacional.

O Sr. Joaquim Vilella:—Que obra, de Felix?

O Sr. Oliveira:—Sim: o autor, referindo-se ao art. 16 do código civil de França, diz (lê): «Esta disposição se acha no art. 16 do código civil de Bade, no art. 17 do de Napoles, no art. 15 do código polaco, e no art. 33 do código sardo.»

Deste período que acabo de ler vê-se bem que a matéria do meu artigo additivo não é admittida somente na legislação franceza. O nobre membro da commissão que acabou de fallar disse que o que se praticava em França é muito differente do que se pratica, ou do que se quer que se pratique no imperio: que em França exige-se fiança de todo estrangeiro, ou reside no paiz ou não, e que nós só exigimos fiança para o estrangeiro que não residir no paiz. Mas eu não sei que força possa ter este argumento para não admittir-se a minha excepção. Em França, do estrangeiro, residente ou não no paiz, não se exige fiança quando elle possui bens de raiz para indemnisação das custas; porém nós concedemos um favor em um caso, e somos demasiadamente rigorosos em outro, isto é, para os estrangeiros residentes no paiz nada exigimos, e para o estrangeiro residente fóra do imperio não admittimos a dispensa da fiança no caso mesmo que elle possua bens de raiz de valor sufficiente para pagamento das custas.

A respeito da segunda parte do meu artigo additivo, isto é, que se dá dispensa da fiança no caso de materias commerciaes, disse-se que o meu artigo é incurrual porque esta disposição só podia ser admittida no código commercial. Eu creio que á vista do que se pratica nos paizes cultos da Europa que consagrão esta disposição nos seus códigos civis, embora tenham códigos commerciaes, não se pôde admittir que a minha emenda seja incurrual, como pretendeu o nobre deputado pela provincia das Alagoas. Disse-se tambem que seria conveniente não pôr embaraços ao governo na exposição de regulamentos para a execução do código commercial. Eu entendo que a matéria de meu artigo additivo pertence a um assumpto que deve ser tratado em uma lei, e não em um regulamento, e a prova disto é que na resolução que discutimos se trata exclusivamente deste assumpto. E não sei como na hypothese de admittir-se o meu artigo additivo se pôria embaraços ao governo na expedição do regulamento para execução do código commercial, e não se ponhão embaraços ao governo adoptando o projecto tal qual se acha, quando o governo tenha de celebrar tratados com nações estrangeiras.

Sr. presidente, a minha emenda, que dispensa a prestação de fiança quando o contrario se achar estipulado nos tratados, foi combatida pela consideração de que não podia haver tratados em que se concedesse aos estrangeiros maiores privilegios do que aos nacionaes, que não poderia haver governo algum no paiz que isto praticasse. Eu entendo que o governo do paiz não deve conceder aos estrangeiros maiores privilegios do que gozão os nacionaes, mas eu não posso dizer que elle não faça tratados em que se concedão maiores privilegios aos estrangeiros do que aos nacionaes. O nosso paiz é o paiz das maravilhas.

O Sr. PAULA CANDIDO (1º secretario).—Apoiado: physicas e moraes.

O Sr. OLIVEIRA.— Temos, por exemplo, um governo absoluto com a denominação e formulas de governo representativo....

O Sr. J. A. DE MIRANDA.— Não apoiado.

O Sr. OLIVEIRA.— O nosso governo não é um governo monarchico absoluto, mas é certamente, permitta-se-me a expressão, um governo ministeriatico absoluto.

O Sr. J. A. DE MIRANDA.— Não apoiado.

O Sr. OLIVEIRA.— Senhores, a principal garantia dos governos constitucionaes é a responsabilidade dos ministros: mas entre nós a responsabilidade dos ministros é uma das muitas ficções que admittimos como realidades: no Brazil os ministros têm meços responsabilidade effectiva do

que nas monarchias absolutas. Nas monarchias absolutas os ministros ainda têm certa responsabilidade perante o chefe do estado; mas no Brazil, segundo a sua legislação, os ministros nem essa responsabilidade têm.

Mas tornando á questão, o motivo por que se combate esta parte da minha emenda é porque não pôde haver governo que conceda aos estrangeiros maiores privilegios do que aquelles de que gozão os nacionaes; mas, senhores, os tratados de alliança e commercio consagrão não só o principio da igualdade de tratamento em relação aos nacionaes, como tambem o principio da igualdade de tratamento em relação á nação mais favorecida, e o principio da igualdade de tratamento regulado por uma exacta reciprocidade. Supponhamos que o governo do Brazil celebre um tratado com uma nação estrangeira, e que nesse tratado se estipule que a respeito de direitos civis, ou mais restrictamente, que a respeito de causas civeis se observe o principio da reciprocidade, e admittamos que na mesma nação não exige dos estrangeiros a fiança em certos casos que se achem comprehendidos na disposição da lei que discutimos; pergunto eu, como seria a mesma lei executada sem a adopção da minha emenda? Só se se executasse como foi executada a lei sobre o imposto de calceiros estrangeiros, ou como o decreto que estabelecia direitos differenciaes, cujos actos não puderão deixar de ser revogados pouco tempo depois de sua promulgação.

Se se me responder que a lei que se discute será executada da mesma maneira, eu não terei argumento sério a oppôr.

Creio ter justificado o artigo additivo que offereci; não abusarei mais da benevolencia da camara.

O Sr. Nabuco.—Peço a V.Ex. que me remetta a emenda offerida pelo nobre deputado pela Bahia, que é membro da commissão. (Lê satisffeito.) O nobre deputado pela provincia da Bahia, que é membro da commissão de fazenda, a qual apresentou á casa o projecto que se acha em discussão, em consideração aos discursos feitos na sessão antecedente, e ás razões valiosas produzidas por aquelles que impugnáram o projecto, se dignou de apresentar um projecto substitutivo, contendo no primeiro artigo uma disposição generica, não só a respeito das demandas propostas á fazenda publica, senão tambem das demandas propostas contra quaesquer particulares pelo estrangeiro residente fóra do imperio, ou pelo brasileiro nas mesmas circumstancias; mas a razão fundamental pela qual eu impugnei a redacção do projecto primitivo é porque elle desnaturalisava o seu character interpretativo, e o mesmo defeito ainda tem o projecto substitutivo: o seu nobre autor ainda desnaturalisa esse character interpretativo. (Lê o art. 3º).

Com estas expressões — será absolvido da instancia pelo juiz — ellas são desnecessarias; sendo a resolução interpretativa, basta que seja remissiva ou referida á ordenação, tit. 2º, § 6º. Fazendo-se expressa menção dessa parte da ordenação, e não de outras que ella contém, parecerá, a contrario sensu que só esta parte está no vigor e não as outras omissas, v. g. clausula essencial, isto é, que a fiança seja requerida pela parte. Me parece que, ou estas expressões se devem eliminar, ou então se devem mencionar todas.

Devo agora dar uma resposta breve ao nobre deputado por Matto-Grosso. Eu disse na sessão passada que as excepções que o nobre deputado consignava na sua emenda a respeito da fiança ás custas, estavam determinadas somente no código civil e processo civil francez. Engansi-me, ao depois verifiquei que o código das Duas Sicilias tambem continha as mesmas excepções; os códigos das outras nações contém quasi todos a excepção

relativa aos imóveis, como eu já disse, alguns a clausula relativa ás causas commerciaes, e outros excepções diversas, o código civil de Bade, que o nobre senador citou como contendo as mesmas disposições dos códigos francezes, está modificado pelo código do processo. O código da Sardenha, que também o nobre deputado citou como identico, é relativo sómente ao estrangeiro não domiciliado na Sardenha, e por consequencia é essencialmente differente do código francez. A unica nação que admite as mesmas disposições do código francez sem modificação, é o reino das Duas Sicílias.

O Sr. OLIVEIRA: — O código francez só admite duas das minhas excepções.

O Sr. NABUCO: — Mas a outra está admittida pelo direito francez, como consequencia do principio absoluto consignado nos códigos. Creio que o nobre deputado não comprehendeu as razões porque impugnei a sua emenda; a 1ª razão foi, porque as legislações da Europa, com excepção da Inglaterra e da Sardenha, são genericas, comprehendendo não só os estrangeiros residentes nos estados respectivos, como também os estrangeiros não residentes; e dahi vinha a necessidade das duas excepções, isto é, quanto á materia commercial, quanto aos imóveis. Em verdade seria muito desigual a condição do estrangeiro commerciante em qualquer desses paizes se uma das partes contractantes tivesse necessidade de prestar fiança ás custas para exigir as obrigações commerciaes, entretanto que a outra parte contractante não tinha esta obrigação. Essa desigualdade, esse embaraço aliás repugnante com a celebridade de que carecem as transacções commerciaes, afrouxariam as relações commerciaes. Dahi vem que admittindo a França o principio que a fiança ás custas é necessaria para o estrangeiro que reside na França, é mister essa excepção para os estrangeiros negociantes. Semelhante a respeito dos imóveis, visto como o estrangeiro que possui imóveis offerece presumpção do animo de residir no paiz, offerece presumpção de solvabilidade.

A respeito dos tratados é procedente a mesma reflexão; era mister salvar os tratados, sendo a legislação desses códigos relativa sómente aos estrangeiros.

A outra razão por que combati a emenda é porque é desnecessario salvar os tratados no caso de que se trata, porque a questão que se apresentar não é exclusivamente uma questão de direito internacional privado, porquanto a resolução não é para estrangeiros exclusivamente, mas para brasileiros e estrangeiros igualmente. E se assim é, que necessidade temos nós de salvar os tratados? Então sempre que nós legislarmos a respeito do nosso processo e do nosso direito, a respeito dos brasileiros devemos estabelecer a clausula — salvo os tratados futuros — porque o nosso processo, o nosso direito, são communs ao estrangeiro e os comprehendem.

O Sr. OLIVEIRA: — E o principio da reciprocidade?

O Sr. NABUCO: — Eu já disse que não me revelava do principio de reciprocidade a respeito de tratados futuros. Que mais se pôde estabelecer a respeito dos estrangeiros nos tratados futuros do que o que está estabelecido, que os estrangeiros sejam iguaes aos brasileiros? Por consequencia, qualquer tratado que venha posteriormente não pôde ser mais benigno aos estrangeiros do que é hoje a nossa legislação. Já digo: admittindo o precedente que quer o nobre deputado, isto é, que na legislação para os brasileiros devemos estabelecer a clausula — salvo os tratados — temos quasi abdicado a nossa nacionalidade, reconhecemos o principio de que os estrangeiros gozão de

mais vantagens do que os brasileiros no imperio, porque das mesmas elles já gozão.

O Sr. OLIVEIRA: — E os artigos perpetuos do tratado que temos com a França?

O Sr. NABUCO: — Os artigos perpetuos não podem obstar a isto, quando elles consagrão a igualdade do francez com o brasileiro, e não mais. As excepções que o nobre deputado apresentou serão cabiveis se se tratasse de uma questão de direito internacional privado exclusivamente, mas a questão perdeu este caracter desde que a resolução foi extensiva aos brasileiros; não é uma questão de direito internacional na qual devemos salvar os tratados: é uma questão commum a brasileiros e estrangeiros.

Eu disse, e ainda repito, que em França considera-se como um direito de cidadão o direito de demandar, e pois o estrangeiro só é admittido a demandar prestando fiança ás custas, a qual tem, principalmente, uma razão politica e só secundaria: é uma garantia. Alii pois, e por essa razão, são cabiveis as excepções; mas entre nós o que se quer é sómente uma garantia applicavel a brasileiros e estrangeiros nas mesmas circunstancias; isto é desnecessario.

Creio que os argumentos do nobre deputado não melhorão a sorte da sua emenda; o nobre deputado não considerou as objecções apresentadas por seus adversarios.

O Sr. OLIVEIRA: — Ha mais uma razão para não passar o meu artigo, e é porque eu não sou jurisconsulto. (Não apoiados.)

O Sr. NABUCO: — Eu apenas me levantei, Sr. presidente, para propôr a eliminação das palavras — réo absolvido da instancia pelo juiz — ou para pedir que se mencionem todos os requisitos da ordenação. Com qualquer destas emendas voto pelo projecto substitutivo.

E' lida, apoiada, e entra também em discussão a seguinte emenda:

« No art. 2º, depois das palavras — não só prestarão fiança ás custas — acrescente-se — os ditos autores, sendo requeridas. — Miranda. »

O Sr. Ribeiro: — Sr. presidente, adoptarei a emenda que acaba de ser lida, porque em nada prejudica ao projecto, mas não posso convir na supressão requerida pelo nobre deputado por Pernambuco, a respeito do final do art. 3º, quando diz que não prestando o autor caução, será o réo absolvido da instancia do juiz. O nobre deputado deve notar que o projecto é interpretativo da disposição provisoria, e ao mesmo tempo modificativo da ordenação do art. 3º, tit. 20 e § 6º, aliás bastaria que nós dissessemos: « fica restabelecida a segunda parte do § 6º da ord. do liv. 3º; » salvo se o nobre deputado quer que o nacional residente fóra do imperio não seja obrigado á fiança: é o que nós não queremos. A ordenação obrigava os estrangeiros, residentes ou não, a prestar fiança, não fazia distincção, estabelecia pois a doutrina do art. 166 do código do processo civil de França, com a differença de que não fazia as modificações que o mesmo código faz. Portanto, se o projecto não restabelece no todo a segunda parte desse paragrapho da ordenação, se a camara sómente entende que devem ser obrigados á fiança os autores residentes fóra do imperio, sejam estrangeiros ou não, visto que os residentes nelle estão sujeitos á pena de prisão, bem vê o nobre deputado que, a título de ser a resolução interpretativa, não deve requerer a eliminação desta parte do art. 3º. Direi por que acrescentei esta clausula — será absolvido da instancia do juiz — foi para não se pôr em duvida no fóro a sancção da lei a que estavam sujeitos os autores que não prestassem fiança.

Se o projecto fosse no sentido do nobre deputado,

fiava restabelecida a ordenação; então naturalmente no foro se seguiria a marcha regular por ella estabelecida; como porém elle é modificativo, não se pôde dispensar esta clausula para evitar duvidas no foro, pela mesma razão por que o nobre deputado entendeu que, não se dizendo que a fiança seria prestada a requerimento do réo, poder-se-hia entender que o juiz *ex-officio* devia obrigar o autor a prestar fiança. Se a respeito da fiança o nobre deputado entende que não se dizendo expressamente que ella só terá lugar a requerimento do réo, poderia algum juiz pensar que elle *ex-officio* devia obrigar a prestar a fiança, como no caso de uma disposição prejudicial ao autor, qual ha de ser o réo absolvido da instancia do juizo, o nobre deputado dispensa esta clausula? Entretanto adopto a emenda, porque ao menos tira-se toda a duvida.

O nobre deputado por Matto-Grosso insistio na necessidade da sua excepção que se refere aos tratados; e parece-me que fundou principalmente o seu argumento na possibilidade de fazer o governo tratados contra as leis do paiz, em detrimento dos direitos do cidadão brasileiro, collocando-os em peor posição do que os estrangeiros.

O Sr. OLIVEIRA:— Tratados com o principio da reciprocidade foi o que eu disse.

O Sr. RIBEIRO:— Eu direi ao nobre deputado que, se este seu argumento prevalecesse, nós não poderíamos fazer mais uma lei pela possibilidade de que o governo não lhe desse execução, e fosse tratar com o estrangeiro em sentido contrario ás leis do paiz. (Apoiados.) Este argumento parece-me que é daquelles que não têm replica.

O Sr. OLIVEIRA:— Porque o nobre deputado está inventando.

O Sr. RIBEIRO:— Parece-me ter ouvido o nobre deputado dizer que este paiz era o paiz das maravilhas, onde os ministros não tinham responsabilidade alguma, e que portanto era possível que fizessem um tratado em sentido contrario ás leis. Então lhe respondo: « Não podemos legislar, melhor é a camara retrair-se, porque pôde ser que o governo não cumpra as leis do corpo legislativo. »

O Sr. OLIVEIRA:— Peço a palavra para me explicar.

O Sr. RIBEIRO:— A responsabilidade dos ministros é do nosso direito publico, está consignada em uma lei especial, bem como a responsabilidade de todos os agentes do governo; ella existe de direito; porém se o nobre deputado com isto quer dizer que de facto não existe esta responsabilidade, então parece-me, que tambem pôde fazer esta proposição extensiva a muitos empregados do governo, e não sómente ao governo. (Apoiados.) Mas agora acaba de dizer o nobre deputado, explicando a sua proposição, que figurou a hypothese de um tratado estabelecendo reciprocidade.

O Sr. OLIVEIRA:— Como o que temos com a França.

O Sr. RIBEIRO:— Acrescenta o nobre deputado: « Como o que temos com a França; » eis outro argumento para mim incompreensivel.

O Sr. OLIVEIRA:— Não duvido.

O Sr. RIBEIRO:— Os cidadãos brasileiros residentes fóra do imperio, pelo projecto em discussão devem prestar fiança; não sei que especie de tratado de reciprocidade poderá fazer o governo do Brazil com uma nação, que obrigue os cidadãos brasileiros a prestar fiança, residindo fóra do imperio, e não obrigue os estrangeiros. Se o nobre deputado figura o caso de que o governo

faça um tratado, por exemplo, com a Dinamarca, estabelecendo que os subditos brasileiros que tiverem negocios em Dinamarca e que lá não residirem, não serão obrigados a prestar fiança, assim como os subditos de Dinamarca que tiverem negocios no Brazil, e que nelle não forem residentes não a prestem, entendendo o nobre deputado que neste caso a lei irá servir de embaraço, primeiramente direi que seria ineptidão da parte do governo, e ignorancia das leis do paiz, e em segundo lugar, que se o governo assim fizer tratados, como os brasileiros residentes fóra do imperio prestarão fiança ás custas segundo a lei, o natural da Dinamarca que residir fóra do imperio prestará tambem fiança ás custas, porque nenhum tratado pôde oppôr-se a esta igualdade.

Quanto ás outras excepções que o nobre deputado apresentou, por exemplo, a respeito do estrangeiro que tiver bens de raiz no Brazil, devo-lhe dizer que estou bem longe de suppôr-me mais sabio e previdente do que o legislador que fez a ordenação do liv. 3º tit. 2º § 8º, que, obrigando os autores residentes ou não no imperio a prestar fiança, quando fosse requerida pelo réo, estabeleceu que elles prestariam fiança ainda que possuíssem bens de raiz; a razão é para que a disposição da lei fosse mais exequivel; muitas vezes o autor tem bens de raiz, porém de difficil execução; entretanto, quando presta fiança o réo terá a cautela de indagar se o fiador é idoneo, se offerece meios de prompto pagamento das despesas da demanda, ou pagamento de custas; deve-se convir que a fiança com os bens do individuo offerece mais garantias do que os bens sómente.

A outra excepção é a respeito do commercio: creio que o nobre deputado não insistia nella. O projecto apenas se refere aos que residem fóra do imperio; por que razão uma ou outra casa de commercio havia de ser privilegiada, por que razão um autor nacional ou estrangeiro residente fóra do imperio havia de vir a título de causa de commercio propôr-me uma demanda, arruinar-me, e demais a mais não dar uma garantia para o pagamento das custas e despesas de demanda, entretanto que um nacional, propondo uma demanda, e sendo vencido, é obrigado a pagar as custas em 24 horas, e não ao pagando, é preso.

O Sr. OLIVEIRA:— Se elle se deixar prender.

O Sr. RIBEIRO:— Tambem os criminosos fogem, entretanto a justiça faz diligencias para os prender; Se o que esta no paiz pôde não se deixar prender, como se prenderá o que está na França ou na Inglaterra? Já vê o nobre deputado que estas tres excepções que vêm nos codigos da França partem da regra geral que obriga todo o estrangeiro a prestar fiança; os francezes não são obrigados; modificou-se a regra geral a respeito dos que tivessem bens de raiz, e das causas de commercio; e daquelles individuos cujas nações tivessem tratados com a França, estabelecendo a isenção da fiança. Se a lei, pois, como regra geral, obrigou a todo e qualquer estrangeiro a prestar fiança, não é muito que o legislador tivesse suas razões particulares para estabelecer estas tres excepções. Nós, porém, que só legislamos a respeito de estrangeiros e nacionaes residentes fóra do imperio, não tem a razão sufficiente para estabelecermos estas excepções. Portanto, sirva isto de esclarecimento do meu primeiro discurso; ao mesmo tempo peço ao nobre deputado que tome estas reflexões como uma satisfação que lhe dou por não poder adoptar a sua emenda.

O Sr. OLIVEIRA:— Obrigado pela fineza.

O Sr. PRESIDENTE:— Tem a palavra o Sr. Sayão Lobato.

O Sr. OLIVEIRA:—Eu pedi a palavra para-me explicar.

O Sr. PRESIDENTE:—Para explicar não tem preferencia.

O Sr. SAYÃO LOBATO:—Sr. presidente, eu não pretendia tomar parte na discussão desta materia; no entanto ouvi uma expressão de um illustre deputado, muito notavel pelos conhecimentos especiaes que tem nestas materias, que de algum modo me provocou a entrar na discussão. Pareceu-me que este illustre deputado como que horrisava-se com a lembrança de se restabelecer por inteiro a disposição da ordenação; elle disse: « Nada de resurreição dessa ordenação, porque isto seria um regresso insupportavel. » Eu esperei ouvir do illustre deputado as razões contra a disposição integral da ordenação, infelizmente nenhuma ouvi que me convencesse; e pelo contrario, do muito que disse o nobre deputado, eu depreendi que realmente a disposição da ordenação é doutrina digna de ser restabelecida; assim como tenho entendido que os illustres deputados, tanto o nobre membro da commissão, como o nobre collega pela provincia de Pernambuco, que tomou uma parte distincta nesta discussão, convergem para se restabeleça a ordenação por inteiro no que toca aos estrangeiros e nacionaes ausentes do imperio. Portanto eu devo depreender que, á excepção da primeira parte do paragrapho da ordenação, fica em vigor a sua disposição. Na primeira resolução se estabelecia materia analogá á da ordenação; o nobre deputado por Pernambuco entendeu que era uma resolução inteiramente interpretativa do art. 10 da disposição provisória, e que se declarava subsistente a disposição da ord. do liv. 3º, tit. 20, § 6º; outro illustre deputado pareceu discordar disto, pretendendo que era disposição toda nova, que se estabelecia nova regra que não era considerada pela ordenação, nem pelo art. 10 da disposição provisória. Eu entendo que o art. 10 da disposição provisória é uma das muitas disposições que se fizeram em época revolucionaria sem que se respeitassem os seus principios juridicos (não apoiados), e em que se mutilarão disposições muito sabias. Com a volta da razão calma vai-se pouco a pouco retrahindo, prestando-se uma verdadeira homenagem á verdade; sem esse recelo de sabirmos em regresso, nós vamos emendando a mão; assim vemos que por esta disposição provisória necessarias providencias juridicas tinham sido mutiladas, recursos preciosos, os aggravos de petição e instrumento, as réplicas e treplicas tinham sido postas á margem como perniciosas chicana. Entretanto disposições ultteriores têm estabelecido estas providencias, sem duvida alguma muito convenientes, e até indispensaveis para o bom andamento da justiça. Vejo que pelo art. 10 da disposição provisória se colheu da ordenação respectiva a disposição violenta, prescindindo-se dos meios brandos que pela mesma ordenação eram admittidos para se garantirem as custas do processo. A ordenação dava direito ao réo de pedir que o autor prestasse fiança ás custas; entendendo que era uma providencia boa e razoavel, porque primeiramente era uma lembrança, uma verdadeira admoestação que se fazia ao autor que intentasse uma demanda por mero capricho, não fundada em justiça, e ainda era uma disposição benigna da legislação; porque por ella se proporcionava um meio ao autor de assegurar as custas, e livrar-se da cadeia. Nem se diga que era um meio illusorio: quando o autor se apresenta em juizo com a presumpção de que tem do seu lado a justiça, achará algum amigo que também creia na justiça da sua causa, o que com facilidade se presta a ser seu fiador; assim o autor ficava a salvo desse meio violento consignado na lei; mas quando elle não prestava esta fiança ás custas, estava então sujeito

a pagal-as da cadeia. O que fez a disposição provisória? Prescindio inteiramente dos meios brandos, estabeleceu simples e puramente o meio violento, o pagamento das custas da cadeia. Será essa disposição verdadeiramente liberal, que faz honra ás luzes do seculo, e ao espirito humano que deve sempre progredir? Será essa disposição justa, que iguala a pã no mesmo nível o pobre e o rico perante os tribunaes? Não, que o rico paga logo as custas, e o pobre vai fazer na cadeia. Eu entendo que a ordenação era sabiamente confectionada; suas disposições são por certo dignas de serem restabelecidas em uma resolução nossa, porque ella em si encerra um systema completo. Vejo que os nobres deputados por partes vêm se chegando, porque já admittem o restabelecimento da ordenação quanto á segunda parte; unicamente o que escapou aos nobres deputados foi a primeira parte, que parece ser considerada tão desprezível, que não mereceu a menor consideração. Pois, senhores, os meios brandos são acaso tão desprezíveis que não mereçam a menor consideração? Não se vê que por esta disposição a ordenação consagra um systema inteiro, que desde o principio estabelece as finças ás custas, e tratando dos estrangeiros e nacionaes de fóra do imperio, faz a necessaria modificação, visto que elles não podem estar sujeitos á prisão, e por isso é razão que decida a instancia do juizo? Me parece que não se pôde deixar de reconhecer que a disposição do § 6º da ord. liv. 3º tit. 20 é digna de ser restabelecida *in totum*, sua disposição é boa e conveniente.

Um illustre deputado pela minha provincia, que abundou na refutação da primeira parte desta ordenação, disse: « Isto é uma verdadeira chicana, não se vê que este processo de fiança sempre morosissimo, etc., etc. » O nobre deputado fitou á sua attenção sómente na demora que podia haver na prestação da fiança, entendeu que com isto se estabelecia um meio protelatorio dos processos judicarios; mas é porque o nobre deputado não attendeu ás outras disposições da mesma ordenação. A prestação da fiança não é obrigatória, o autor, pôde não a prestar, ficando sujeito ao meio violento de pagar as custas da cadeia; já se vê que por esta disposição vem abalxo o castello das chicanas. Não é possível dizer que tal disposição, segundo é prescripta na ordenação, era um meio protelatorio: talvez que abusos houvessem que de algum modo desnaturassem este preceito da ordenação, mas era isto objecto para ser corrigido, e então se restabeleceria a verdadeira doutrina, muito salutar. A fiança requerida em qualquer posição em que se achar o processo pelo réo era um meio brando, que podia acuar o meio violento; era uma verdadeira admoestação que se fazia ao autor para não ir por mero capricho aos tribunaes, era um meio benigno, porque o autor tendo presumpção de ter justiça, com facilidade acharia pessoas que ficavam por seus fiadores, e com isto tinha garantido a justiça, e se eximia desse meio violento da cadeia, que com difficuldade deve ser proposto. Em conclusão repito que não vejo razão alguma que obste ao restabelecimento da ordenação.

Eu voto pela emenda neste sentido apresentada.

O Sr. GOMES RIBEIRO:—Sr. presidente, folgo de ver que as minhas opiniões proferidas na sessão passada vão de alguma sorte fazendo proselytos; que os illustres deputados que as combaterão, um bom advogado e um habiliíssimo magistrado, hoje se vão chegando e de alguma sorte concordando com a minha opinião, isto é, que a resolução que se discute, com a emenda do seu nobre autor, hoje apresentada, importa o mesmo ou quasi o mesmo que o restabelecimento do § 6º da ordenação, liv. 3º tit. 20 que fica em seu inteiro vigor; e sobre isto que eu peço a attenção dos honrados deputados,

a quem muito respeito pelos seus talentos e pelas suas luzes.

Quando se fallou nesta materia, senhores, eu não estava preparado para discuti-la; mas pelas idéas que tenho da ordenação a respeito da fiança, eu entendi dever pedir a palavra para ver se provocava uma discussão; com effeito, assim aconteceu. Não estando preparado então para ella, e vendo que tão habéis propugnadores combatião a minha opinião, fiquei como que sorprendido, fui para casa, estudei a materia, e hoje vejo que os nobres deputados não tiveram razão alguma. Vou portanto desenvolver a minha opinião a este respeito, e com tanta confiança que constituo a camara arbitro della.

Subsistia, senhores, e estava nos tempos remotos em seu inteiro vigor o § 6º da ordenação citada; que se dividia em duas partes: a primeira é relativa a brasileiros residentes no paiz, e a segunda aos estrangeiros ou a pessoas que estavam fora do paiz e da alçada das autoridades. Pela primeira parte não era rigorosamente obrigado o autor a prestar fiança ás custas, dava-se ao réo o direito de requerer que o autor a prestasse: se o autor a não prestava, o juiz ia pelo feito em diante, e pagava então as custas da cadeia se decahia da acção; esta disposição porém era consentanea com a que obrigava os devedores á prisão por divida civil; a lei de 20 de Junho de 1744 vedou no § 19 a prisão por condemnação em causas civis, áquelle que, sendo condemnado, não tinha com que pagar, não se lhe provando dolo, ou má fé, e neste caso não era preso; o juiz parava no feito sem outro procedimento; ora, o § 19 desta lei tendo abolido a prisão por effeito das condemnações em causas civis, existia uma perfeita contradicção com a disposição da ordenação que obrigava o autor a ir para a cadeia quando não tinha dinheiro para pagar as custas; foi então que baixou o assento de 18 de Agosto do mesmo anno, declarando que a isenção desta lei no § 19 para os devedores em geral era tambem extensiva para a condemnação do pagamento das custas. Ficou evidente que o autor que decahia da acção não era preso, estava isento da sanção penal da ordenação; estava pois inutilizada a primeira parte da ordenação, e acontecia disto que os autores não prestavam mais fiança ás custas, embora requeridos pelos réos para este effeito, visto que não soffrião para alguma se decahião da acção attenta a immunição da lei citada no § 19. A vista disto, inutilizada a disposição da ordenação, visto que ficou sem sanção penal, foi este mal remediado pela intelligencia que lhe deu o assento da casa da supplicação datado de 4 de Junho de 1788, o qual determinou que dali por diante não seria facultativa a prestação da fiança ás custas, que o autor seria em todo o caso obrigado a prestal-a, ainda assignando termo de ir para a cadeia, e esta intelligencia como que revogou a disposição facultativa da primeira parte do § 6º da ordenação; desappareceu pois a doutrina que estabelecia a prisão; e a fiança se prestava em todo o caso, o assento é o seguinte:

« Aos 4 de Junho de 1788, em mesa grande, sendo presente o Illm. e Exm. Sr. conde de Pombal, do conselho de Sua Magestade, e regedor das Justicas entrou em duvida se o autor não dando fiança ás custas satisfazia fazendo termo de as pagar da cadeia. Assentou-se, quasi por todos os ministros abaixo assignados, que o autor com o dito termo não satisfazia, que deve dar fiança, e não a dando, que deve o réo julgar-se absoluto da instancia, porque com a prisão sem culpa nem dolo fica inhibido para poder pôr em acção aquelles officios que como membro da sociedade e da república está obrigado a exercer. E sendo este o primeiro objecto porque no assento de 18 de Agosto de 1774, declarativo da lei de 20 de Junho do mesmo anno no § 19, se assentou que a bene-

ficio da mesma lei tambem se ampliava a relaxação da prisão daquelles devedores, que, impossibilitados por algum incidente da fortuna, se achavam retidos na prisão, por não terem bens com que pagassem aos seus credores as quantias respectivas, ou procedessem de condemnação ou de custas, fica sem contestação o autor gozando da mesma graça e com a mesma providencia que a lei prescreve, não podendo renunciar este beneficio, como proeminente de um interesse publico respectivo ao estado e á republica. »

Ora, senhores, as leis antigas, que se chamavão barbaras, isentão que o cidadão fosse preso por divida civil: o assento da casa da supplicação já citado, fez extensivo este favor, esta isenção, ao pagamento das custas; não ha portanto uma disposição mais liberal, mais consentanea com a razão e com a equidade, de modo que pela falta de prisão, que ficou vedada, assentou-se que a prestação da fiança pelo autor deveria em todo o caso ter lugar, e assim se praticaria no fóro, ficando inteiramente alterada, senão revogada, a primeira parte do § 6º da ordenação, e o juiz não ia por diante no feito, sendo o réo absoluto da instancia se a dita fiança não era prestada pelo autor.

Quando, na sessão passada, se tratou desta questão, commetti um erro quando disse que o art. 10 da disposição provisoria havia revogado a primeira parte da ordenação; pelo contrario, entendo que a reviveu. Se revogou, foi tão somente a intelligencia que lhe deu o assento de 4 de Junho de 1788; essa intelligencia é que, no meu entender, ficou revogada; mas a ordenação, esta foi restabelecida essencialmente, somente com a differença de não poder o réo pedir ao autor fiança ás custas, o que podia pedir pela ordenação, embora não fosse o autor obrigado a prestar-lha. Portanto, a applicação da disposição provisoria mandando metter na cadeia a um cidadão por pagamento de custas, não foi uma disposição nova, eu o repito; foi o restabelecimento da 1ª parte da ordenação, e por consequente a revogação do assento de 4 de Junho de 1788. Foi emfim o restabelecimento do direito romano, que barbaramente punha o devedor á disposição do credor, procedimento que, por certo, se não compadece com o progresso das luzes e da civilização, que tanto se apregôa.

O Sr. CARVALHO MOREIRA:—Este assento posso alargar que nunca esteve em execução.

O Sr. GOMES RIBEIRO:—Tanto estava em execução, que a ordenação dispõe: — o autor dará fiança se quiser — no entanto que no fóro outra coisa se praticava, ficava absoluta a instancia, e porque? Certamente em virtude deste assento de 1788; e não em virtude da ordenação, que outra coisa dispõe, e não é obrigatoria. O nobre deputado pela minha provincia quiz tirar em sua argumentação das palavras — será obrigado — a illação de que a disposição da ordenação era obrigatoria; devo dizer que não ha obrigação em uma lei, quando não ha sanção penal.

O Sr. CARVALHO MOREIRA:—A sanção é ir pagar da cadeia.

O Sr. GOMES RIBEIRO:—Engana-se; a prisão é a sanção penal da obrigação imposta de pagar as custas, e não da prestação da fiança; reflecta bem e conhecerá que não tem razão. A sanção penal da obrigação que tinha o autor de prestar fiança é o juiz não ir pelo feito em diante; esta doutrina não é da ordenação, é do assento, que, explicando-a, alterou-a por assim dizer.

O Sr. CARVALHO MOREIRA:—Ah! por assim dizer!

O Sr. GOMES RIBEIRO:—Sim, porque obrigou o autor a prestar fiança, ao que não era obrigado rigorosamente pela ordenação, porque a ordenação

que o autor dê fiança ás custas, será obrigado a exprime-se assim: «E sendo requerido pelo réu dal'a em qualquer tempo, e não dando, sem embargo disso, o juiz não retardará o feito.» Mas o que di-pôz o assento? Diz: «Ha de dar fiança, senão não vai o feito por diante.» Creio que isto é uma doutrina differente do que dizem os nobres deputados. Entendam-me e refutem-me. Mas, senhores, se isto é assim, o qus fez a disposição provisoria, essa lei feita no tempo em que fôra elaborado o código do processo, nesse tempo em que o principio, o elemento democratico começava a apparecer e a dar signaes de vida? Estabeleceu a pena de prisão por divida civil, revogou essa lei de 1774, que era nimiamente liberal, e que dizia que ninguém pudesse ser preso por divida civil.

O SR. CARVALHO MOREIRA:—Tambem não era uma these, que ninguém pudesse ser preso absolutamente por divida.

O SR. GOMES RIBEIRO:—Determinou-se que, não havendo dolo ou malicia, aquelle que não tivesse com que pagar não pudesse ser preso, e o assento da casa da supplicação então explicou que esta disposição era extensiva ao pagamento de custas. Por consequente, quanto á 1ª parte do § 6º da ordenação, a disposição provisoria não fez mais do que revivê-la, ao menos quanto á questão de fundo, desprezando apenas as formulas; eu me explico melhor: restabeleceu a prisão, mas acabou com essa faculdade que tinha o réo de pedir que o autor desse fiança ás custas, e por uma razão bem simples, para que pedir a quem tinha obrigação rigorosa de dar aquillo que se pedia? A execução, pois, fôl o pontual do que dispõe o art. 10 da disposição provisoria é, no meu entender, peor do que as praticas e usanças antigas do fóro, e é justamente encarada com horror, e como uma disposição barbara. Na minha provincia, por exemplo, só ha um caso de que um autor, não tendo com que pagar as custas, fosse preso.

O SR. CARVALHO MOREIRA:—Já depois do assento?

O SR. GOMES RIBEIRO:—Depois da disposição provisoria, e ha bem pouco tempo, foi na cidade do Penedo, nosso paiz natal. E saiba a camara que se levantou uma celeuma muito grande contra aquelle que requereu a prisão, invocando-se esses principios de philanthropia e generosidade, que não admiração, porque hoje até apparecem em favor dos revolucionarios; ficou portanto tão como barbaço esse homem que requereu a prisão do seu devedor, de maneira que se viu na rigorosa necessidade de o perdoar; eis aqui os effectos da disposição provisoria que manda pagar da cadda; disposição que restabeleceu a ordenação que tinha assento no direito romano, pondo o devedor á disposição do credor, e que fôl revogada pela lei que offel.

Ora, senhores, o projecto substitutivo, apresentado pelo illustre membro da commissão, restabelece tambem, no meu entender, a segunda parte do § 6º da ordenação, e por isso eu o approvo.

O SR. J. A. DE MIRANDA:—Tem alguma differença; diz mais alguma coisa.

O SR. GOMES RIBEIRO:—E' a ordenação integralmente na segunda parte. Eu entraria em duvida sómente se na palavra — estrangeiro — de que falla a ordenação, se devia comprehender tambem o estrangeiro que está dentro do paiz; mas todos os praxistas concordão que não, que são sómente os estrangeiros que estão fóra do paiz, e portanto é a emenda do honrado membro da commissão o fiel restabelecimento da 2ª parte da ordenação. De tudo isto concluo que a 1ª

parte do § 6º da ordenação está em vigor pela disposição provisoria que a restabeleceu, e a 2ª parte tambem é agora resuscitada fielmente pela resolução que se discute (apoiados); logo, é restabelecida toda a ordenação, a primeira parte o fôl pela disposição provisoria, e a segunda o é agora pela resolução que se discute; foi este pois o pensamento da minha primeira emenda, a qual, por esta razão, não duvidarei de retirar.

Quizera tambem, Sr. presidente, que a resolução comprehendesse os estrangeiros que estão dentro do paiz, obrigando-os a dar fiança; pois hão de ficar os estrangeiros, em casos de privilegios e isenções, no mesmo pé de igualdade em que estão os brasileiros? Demais, um brasileiro, para não ser preso, deixando o seu paiz soffre grande pena, deixa suas relações, familia, deixa enfim a patria, que vale mais que tudo; um estrangeiro porém ás vezes toma por um favor ter pretexto de regressar para o seu paiz, onde nada lhe pôde faltar, e tudo falta ao brasileiro. Os artigos perpetuos do tratado com a França só estabelecem a reciprocidade de serem os francezes considerados no mesmo pé de igualdade que os subditos da nação mais protegida, mas nunca que os subditos brasileiros; estes podem no paiz gozar de isenções que sejão negadas a subditos inglezes e francezes, sem todavia serem violados esses artigos perpetuos; tanto é isto assim, que a lei de 3 de Dezembro diz: «Todo o cidadão brasileiro pôde viajar dentro do imperio sem passaporte.» Os estrangeiros porém não têm esta isenção; nas contribuições e imposições é que o art. 6º perpetuo do tratado com a França colloca os subditos desta no mesmo pé de igualdade que os subditos brasileiros, divide-se pois este artigo em duas partes: na primeira, trata de privilegios, honras e isenções, e estipula que sejão seus subditos equiparados aos da nação mais protegida; na segunda parte trata de contribuições e imposições, e é então que o tratado os colloca a par dos subditos brasileiros, como, por exemplo, se uma lei dissesse que o caixeiro estrangeiro pagasse uma imposição diversa da que paga o caixeiro brasileiro. Portanto, não era muito que a resolução comprehendesse tambem o estrangeiro que está dentro do paiz; não se violavão esses artigos perpetuos do tratado (apoiados); sua posição, suas circumstancias, são mui diversas das do brasileiro que decahe da acção. Este, não tendo com que pagar as custas, ou o réo, lhe é muito penoso fugir para um paiz estrangeiro, onde não tem parentes nem meios de poder viver, o que não acontece ao estrangeiro que não tiver aqui propriedade, o tiver de pagar as custas na cadda; este pouco lhe importa sahir do imperio; retira-se para o seu paiz, onde vai viver.

Ainda acho que no art. 2º da resolução podia-se addicionar mais algumas palavras. O nobre deputado sabe que as fianças que se prestão ás custas na primeira instancia não obrigão na segunda, e se essas causas forem para a segunda instancia por appellação, e chegarem mesmo até o supremo tribunal, as despesas são maiores.

O SR. RIBEIRO:—Pertence ao réo requerer.

O SR. GOMES RIBEIRO:—Seria conveniente que houvesse logo esta clausula para prevenir algum descuido da parte, como tem acontecido, e pôde acontecer com a fazenda nacional.

O SR. CARVALHO MOREIRA:—E os procuradores fiscaes?

O SR. GOMES RIBEIRO:—Mas, enfim, não faço questão por isto, seja assim, se a parte não requerer, sibi imputatur. Sr. presidente, voto pelo projecto da illustre commissão, e o faço declarando á camara, e aos senhores que não são

profissionais na materia, que tudo isto importa o completo restabelecimento da ordenação acerca desta materia, juntamente o que eu pretendia na minha emenda, que não duvidarei retirar.

O Sr. J. A. de Miranda: — Hontem, Sr. presidente, eu disse que votava pela resolução que se discute em todas as suas partes, e que plenamente subscrevia ás considerações offerecidas por um illustre deputado pela provincia das Alagoas em favor della, quer para justificar as suas diferentes disposições, quer para mostrar a incongruência das diversas emendas que fôrão remetidas á mesa com o fim de a modificarem sobre um ou outro ponto; hoje ainda me acho nos mesmos principios, e a differença de que, em lugar de votar pela resolução primitiva, votarei pela resolução substitutiva apresentada por um dos illustres membros da commissão de fazenda, com a sub-emenda que remetti á mesa. Todos nós nos achamos concordes na justiça e conveniência das medidas sancionadas na resolução de que se trata. Embora uns entendão que ella restabeleça completamente a ultima parte do § 6º da ord. do liv. 3º, tit. 20, e outros opinem que não; a verdade é que todos votão para que passe a resolução substitutiva. Isto nos deveria levar a desprezar qualquer questão mais sobre a materia, sendo antes conveniente que passassemos a tratar de outros assumptos não discutidos ainda, e talvez mais proveitosos ou necessarios.

Todavia, como o nobre deputado pela provincia das Alagoas disse que votava pela resolução substitutiva, porque ella restabelece completamente a ultima parte do § 6º da ordenação, peço-lhe venia para declarar que se voto pela resolução tambem é porque ella sanciona algumas idéas novas, idéas que não se podia dar como realisadas, se uma resolução qualquer, que mandasse pôr em vigor a ultima parte do § 6º, tit. 20 da ordenação, não contivesse alguma disposição que fizesse vigorar a doutrina de que passo a tratar; por exemplo, o § 6º da ordenação não se lembrou nem se podia lembrar dos 2 % que substituirão a dizima da chancellaria.

O Sr. Gomes Ribeiro: — Isto é objecto de regulamento.

O Sr. J. A. de Miranda: — Perdõe-me o nobre deputado, não sei que o governo possa ter o direito de estender a disposição de uma lei vencida no corpo legislativo a um caso muito diverso daquelle que foi legislado; e quando isto pudesse caber igualmente nas attribuições do governo, não teremos nós o poder incontestável para o fazer, e desde já?

O Sr. Gomes Ribeiro: — Podemos fazer.

O Sr. J. A. de Miranda: — Pois bem; se o podemos fazer, e se nos cumpre fazel-o, para que demittir de nós esse direito? O pensamento do nobre deputado se reduz ao seguinte: « Pouparamos ao trabalho, redijamos uma resolução em termos os mais concisos e simples, tudo o mais fique á discreção do governo, elle que lhe dê a amplitude que bem lhe approuver. » Não acho isto regular. Seja, porém, como fôr, uma vez que o nobre deputado reconhece a necessidade de providenciar a respeito, e confessa que na ordenação não vem providencia alguma neste sentido, torna-se evidente que já uma grande differença vai da resolução substitutiva á ultima parte do § 6º da ordenação.

Demais, na ordenação que se acha em discussão não se prevenio a hypothese de ser o autor pobre e desvalido, e de dever justificar a impossibilidade em que se ache de poder prestar uma fiança: é idéa que não está contida no § 6º da ordenação, e é idéa que se estabelece em favor daquelles

cujas circumstancias se fazem credoras de protecção.

O Sr. Gomes Ribeiro: — Tudo isto é ampliativo, não restringe nada.

O Sr. J. A. de Miranda: — Pois se é ampliativo, o nobre deputado me convence de que entende que a resolução contém mais alguma cousa do que a ordenação: logo, nesta providencia ampliativa, como a denomina o nobre deputado, mais uma differença se observa.

Eu poderia ainda notar uma terceira differença, consistindo esta no final do art. 2º, onde se dá o recurso de agravo de petição, ou de instrumento, que no caso couber, quando a ordenação, se fosse instaurada, daria lugar a recurso de appellação ou de agravo, vindo assim a suscitar contestações a respeito da qualidade e competencia de um dos dous recursos. Teríamos o cabimento de uma appellação, e os homens do fóro menos escrupulosos, que sempre estão dispostos a se aproveitarem de qualquer ensejo, chamariam á questão as expressões alternativas da ordenação, e suscitariam mais esta confusão que vai ser evitada pela letra da resolução que se substitue. Em consequencia de tudo isto, não posso deixar de entender que a resolução substitutiva é com effeito ampliativa, isto é, tem mais do que a ordenação, e por isso dou-lhe o meu voto.

O Sr. Gomes Ribeiro: — Restabeleça tudo quanto está na ordenação.

O Sr. J. A. de Miranda: — Pois bem, se o nobre deputado quer restabelecer a ordenação por por um outro modo, diga: — Fica instaurado, por exemplo, o § 6º da ordenação do liv. 3º, tit. 20. — Note, porém, o nobre deputado, como essa formula não comprehende as ampliações, em que concorda, será obrigado a juntar-lhe a seguinte clausula, isto é, com os additamentos taes e taes, que são justamente as lembranças que se achão na resolução. Se toda a questão, pois, se reduziria a palavras, para que repellir a redacção que sustentou?

O Sr. Gomes Ribeiro: — Pela resolução está restabelecido para peor.

O Sr. J. A. de Miranda: — O nobre deputado não demonstrou isto. Devia ter levantado essa idéa, e demonstral-a.

Sr. presidente, sustanto a doutrina do art. 10 da disposição provisoria, e entendo que sempre que puder evitar a prestação da fiança, substitua pela recurso da prisão, hei de fazel-o.

O Sr. Gomes Ribeiro: — Está bem servido.

O Sr. J. A. de Miranda: — Foi esta a razão porque hontem respondendo ao nobre deputado por Matto Grosso, declarei que não podia jámais admitir, quando pudesse ter lugar uma outra providencia, o recurso da prestação da fiança, porque entre nós isto iria augmentar os embarços do fóro e promover a chicana. O nobre deputado hoje disse que só se tratava de garantir o pagamento das custas, mas não de se procurar e descobrir o meio mais facil de levar a effeito esse pagamento. Peço licença para lhe declarar que a sua proposição não é juridica, não está de accordo com as vistas que acerca do objecto devemos todos nutrir, e que são estabelecer o meio mais honesto, mais prompto e expedito, para que essa garantia possa ter realidade sem despezas e sacrificios. Em verdade o pagamento das custas ficaria incontestavelmente garantido se em juizo se prestasse immediatamente uma fiança idonea; mas não vê, não concebe o nobre deputado que seria necessario empregar-se em processo proprio para se levar a effeito a prestação dessa fiança. E não calcula os inconvenientes que se offerecerião quando se tratasse depois da apprehensão de bens, de levá-los á praça, e de verificar o dinheiro,

producto da venda desses bens? Para evitar estes inconvenientes, que seriam quasi sempre resultados necessarios da prestação da fiança, é que eu não a admitto em todos os casos, e só a adopto por necessidade nos especiaes, de que trata hoje a resolução.

O nobre deputado pela provincia de Matto-Grosso metteu em questão ainda a applicação do art. 16 do código civil francez: eu me deverei dispensar de discutir mais sobre esta materia. Hontem, quando o nobre deputado orava, eu lhe disse que a sua doutrina tinha sido colhida no código francez; ainda hoje sustento isto, e o nobre deputado o confessa. Eu disse mais que com esta disposição concordavam muitos outros códigos, como o das Duas Sicilias, etc. Poderia levar hoje a dissertação a maior desenvolvimento, que julgo poder dispensar, fixando apenas um ponto. Basta o facto de que na França todo o estrangeiro é obrigado a caucionar, salvas as excepções de que nos dá conta o nobre deputado. Entre nós, senhores, o estrangeiro desde que se acha sob a protecção das nossas leis, goza de todas as garantias do direito civil de que goza o cidadão brasileiro. Na França porém não succede outro tanto. Pelos arts. 11 e 12, ou 13 do código civil, gozão dos direitos civis que fôrem estipulados nos tratados, a menos que não tenham autorisação para fixar seu domicilio em França. Outros paizes praticão de differente modo. Se a Sicilia, a Sardenha, e mesmo o Haity, acompanhão a França, outras nações ha em que o simples facto da residência ou estada no paiz faz entrar o estrangeiro no gozo de todos os direitos civis, como a Hollanda. Em outras nações o gozo dos direitos civis se adquire com os direitos de cidade, como succede na Prussia, etc., etc. Disto resulta que nem todos os estrangeiros gozão em todos os paizes da plenitude dos direitos civis, vindo a soffrer excepções que podem ser alliviadas ou modificadas pelos tratados. Daqui nasce a excepção que no caso da prestação da fiança consagra o código francez, excepção que um tratado pôde adogar. Por esse modo o conseguio a Sardenha em 1760, e algum tempo depois a Suissa.

Esta doutrina portanto, Sr. presidente, não pôde ter entre nós o menor cabimento.

O nobre deputado trouxe tambem ainda a discussão a conveniencia de se estabelecer em uma resolução relativa ao processo civil alguma providencia privativa do código do commercio. O código do commercio determinou, Sr. presidente, que o governo ficava autorisado a fazer não só os regulamentos, a que pelo simples facto da sua publicação ella ficava obrigado, como tambem os que fossem necessarios para regular a maneira de processar; o nobre deputado, que se metteu nestas questões juridicas, e tão bellamente nella se empenhou, deve de saber que a materia de que se trata pertence á alçada do processo. Se o código do commercio dá ao governo o direito de estabelecer a marcha que se deve seguir a respeito do processo, está claro que ao governo compete hoje marcar em seus regulamentos o que entender conveniente sobre a questão; e pois que nós ainda não conhecemos a desvantagem da providencia estabelecida, por isso que não sabemos o que fará o governo, ou o que mais convenha adoptar, como havemos de enxertar em uma resolução relativa ao fóro civil e commum, uma providencia do fóro commercial que pertence ao governo meditar e tomar?

Eu tambem disse hontem, e houve um nobre deputado que pareceu impugnar a minha idéa, que pelo código do commercio, estabelecidos os regulamentos sobre o processo, havião de muitas causas civeis ficar dependentes das formulas do juizo commercial. Basta recorrer ás ultimas disposições do código para se conhecer que os

processos de muitas causas civeis virão a melhorar, e portanto as providencias acértadas que o governo houver de tomar, terão por certo de influir no fóro geral. Para que, portanto, ir desde já perturbar a marcha de leis novas, ainda não desenvolvidas nos respectivos regulamentos? Para que ferirmos já essa legislação, que nem ainda foi posta em execução?

Para responder ao nobre deputado na parte em que tomou tanto a peito sustentar a ultima de suas emendas, eu hoje, dispensando quaesquer outros raciocinios, faria apenas uma unica observação, que é justamente aquella que fez o nobre deputado por Pernambuco que me precedeu. Se, quando temos de legislar para o nosso paiz, e sobre o modo de melhor garantir os direitos dos nossos concidadãos, devemos ter em vistas que é possível achar-se em luta comnosco um estrangeiro; se não podemos attender a nossas conveniencias familiares, sem consultar o que melhor possa convir ao estrangeiro; em tal caso não deveremos fazer de hoje em diante uma só lei, que não conclua com a clausula — exceptuão-se as disposições dos tratados. — Isto, porém, seria irrisorio. Eu disse na ultima sessão, que não me constava que tratado algum nosso consagrasse uma disposição que fosse especial ao caso que se discute. Ainda agora persevero nesta intelligencia. A consequencia que dahi resulta exclue a idéa da necessidade da lembrança do nobre deputado pelo que pertence ao passado. Se nos referirmos aos tratados futuros, por certo que o governo dará toda a consideração á legislação do paiz, e a fará respeitar. Se, apesar de tudo, elle entender que uma lei necessita de ser derogada, ou modificada por conveniencias diplomaticas, procurará sem duvida o corpo legislativo, lhe fará sentir a necessidade da modificação, e a camara o attenderá como couvier ao bem e á dignidade da nação.

Pergunto eu, porém, a não ser um ministerio *aulico absoluto*, ou *absoluto com formulas constitucionaes*, como ha pouco se exprimio o nobre deputado a quem alludo, algum outro haverá tão pouco compenetrado de seus deveres, que avilte a dignidade do paiz, dando ao estrangeiro maiores garantias, e mais privilegios do que aos nacionaes? Pôde-se razoavelmente esperar que isto tenha lugar? Basta que já nos achemos menos aquinhoados que o estrangeiro na especie que se discute, porque a isso nos leva a necessidade das posições, e não podemos vencê-la de outro modo. Ao brasileiro impôr-se-ha a pena de prisão, caso não pague as custas e decima dentro das 24 horas; ao estrangeiro impôr-se-ha o dever de prestar uma fiança. Satisfacamo-nos com isso. Quem ha ali que ainda queira melhorar a sorte do estrangeiro, tornando-a ainda mais superior á condição dos brasileiros?

Se algum houver que queira isto fazer, seguramente concorrerá ao corpo legislativo, este tomará o negocio em sua devida consideração, e dará as providencias que julgar em sua sabedoria mais convenientes.

O nobre deputado parece-me que concluiu o seu discurso com uma parte politica, na qual serviu-se das palavras: « O governo constitucional com formas absolutas, e o ministerio *aulico-absoluto*... »

O SR. OLIVEIRA: — Perdôe-me; eu disse que o nosso governo não era monarchico-absoluto, mas que era governo ministerial absoluto.

O SR. J. A. DE MIRANDA: — Como quizer; espero que se insirão estas phrases taes e quaes. Eu estava mui proximo ao nobre deputado, e não pude bem atinar com a razão por que elle em uma discussão, que nenhuma relação tinha com o governo empregasse semelhantes expressões.

quanto a mim, todas allusivas e offensivas do governo.

O Sr. OLIVEIRA:—Eu já pedi a palavra para responder ou explicar.

O Sr. J. A. DE MIRANDA:—Bem; esperarei pela resposta do nobre deputado para que explique se se referia ou não ao ministerio actual. Não quero ser menos cavalheiro do que o nobre deputado.

O Sr. OLIVEIRA:—Não, senhor.

O Sr. J. A. DE MIRANDA:—Então retiro também a resposta que lhe queria offerecer: ainda sou o mesmo homem que desde o primeiro dia desta sessão me declarei ministerial, prompto sempre a quebrar lanças pelo ministerio que se acha no poder.

O Sr. APRIGIO:—E douz.

O Sr. J. A. DE MIRANDA:—Parece-me, Sr. presidente, que com a resposta que dei ao nobre deputado da provincia das Alagoas quando mestrei que havia differença entre a resolução substitutiva e a outra que primeiro se pôz em discussão, de algum modo também me desempenhei para com o nobre deputado pelo Rio de Janeiro que hoje orou sobre a materia. O nobre deputado pela provincia das Alagoas trouxe a historia do alvará de 20 de Junho de 1774, e do assento que lhe é respectivo, e quiz dahi concluir que não se achava a ordenação em vigor, quanto á prisão por falta de pagamento de custas: como isto foi dito em resposta mui positiva a outro nobre deputado também pela provincia das Alagoas, que já pediu a palavra, eu não lhe quero roubar o prazer de discutir com elle este ponto de direito.

O Sr. PRESIDENTE:—O Sr. Oliveira tem a palavra para explicar.

O Sr. OLIVEIRA:—Sr. presidente, uma das partes do meu artigo additivo diz que não se exija fiança dos estrangeiros quando o contrario fór estipulado em tratados. Eu quiz motivar esta parte do meu artigo additivo pela consideração de que em tratados podia haver o principio de reciprocidade. Mas alguns dos nobres deputados, e principalmente o nobre deputado membro da commissão, entendem por principio de reciprocidade aquillo que eu não entendo...

O Sr. J. A. DE MIRANDA:—Isto não é explicar, é entrar na discussão da materia: e eu não posso mais responder, porque o regimento não me permite fallar terceira vez.

O Sr. OLIVEIRA:—Não me refiro ao nobre deputado; estou explicando como entendo o principio de reciprocidade.

O Sr. PRESIDENTE:—O nobre deputado saba bem o que o regimento determina acerca das explicações.

O Sr. OLIVEIRA:—Creio não me ter apartado do que determina o regimento. Senhores, eu entendo o principio de reciprocidade desta maneira. Que, se tal principio fór consagrado em um tratado com uma nação estrangeira, com a confederação Argentina, por exemplo, um cidadão da mesma confederação daverá, acerca do que versar a reciprocidade, ser tratado no imperio do Brazil da mesma maneira que um cidadão brasileiro o fór na confederação Argentina. Mas o nobre deputado, membro da commissão, não o entende assim; entende que o principio de reciprocidade consiste em ser o cidadão argentino, na hypothese figurada, tratado no imperio do Brazil da mesma maneira que o cidadão brasileiro o é no mesmo imperio. Com o principio de reciprocidade, entendido como eu o entendo, creio que pôde implicar o projecto que se discute.

Tambem fallei nos artigos perpetuos do nosso tratado com a França: devo explicar-me a este

respeito. Eu não quiz dizer que o projecto que se discute implica com os artigos perpetuos desse tratado: nada affirmo, e nada nego a este respeito. Estimaria porém que os nobres deputados que são juriconsultos prestassem attenção ás disposições do mesmo tratado, e especialmente á do art. 1º dos additivos.

Disse-se, combatendo a materia do artigo que apresentei, que não podia haver governo algum...

O Sr. PRESIDENTE:—Permitta o nobre deputado observar-lhe que não pôde tratar de responder.

O Sr. OLIVEIRA:—Eu estou explicando.

O Sr. PRESIDENTE:—Vou ler o artigo do regimento que trata das explicações (28): «O deputado que quizer explicar alguma expressão, etc.»

O Sr. OLIVEIRA:—Bem; eu disse que o governo do Brazil era ministerial absoluto, quero explicar esta proposição. Senhores, quando assim me exprimi não quiz alludir ao ministerio actual, nem a ministerio algum em particular; não culpo mesmo a pessoa alguma das que têm servido de ministros. Talvez que esse facto seja devido á nossa legislação, á nossa educação e costumes, ao estado de nossa industria, e ainda a outras causas. Demais, senhores, acerca do ministerio actual, eu muito respeito algumas das pessoas que o compoem; tenho-me mesmo por ministerialista. É verdade que sou ministerialista um tanto excentrico, mas não posso sei-o de outra sorte. Tenho explicado.

O Sr. CARVALHO MOREIRA:—Sr. presidente, depois da vasta e proveitosa discussão que tem havido sobre a materia, não pretendia tomar a palavra, certo de que não poderia accrescentar novas ideas ao muito que já têm dito habéis profissionais; mas a camara dove lembrar-se que um nobre deputado pela provincia do Rio de Janeiro, no preambulo do seu discurso, directamente me chamou a terreiro, figurando-me horrorizado e espavorido pela resurreição da ordenação, expressão que empreguei em um anterior discurso sobre o projecto; e por tal forma assim me descreveu, que julguei necessario desfazer a impressão desse quadro de horror. Oreio, Sr. presidente, que o nobre deputado se inflammou muito mais do que eu na sua descripção. Confesso que não fui assaltado desse sentimento, nem o caso era para tanto (risadas); mas talvez o nobre deputado por sua organização physica se impressionasse muito das minhas palavras.

Com effeito, Sr. presidente, não tinha medo, e declaro que ainda hoje não o tenho, de que se desenterte essa ordenação; disse porém, no correr do meu discurso, que não julgava conveniente semelhante resurreição. Não foi porém ainda isto o que mais immediatamente me tocou. O nobre deputado fallando desse espirito destruidor que na sua opinião presidio a redacção do código do processo, e de outras leis posteriores á grande catastrophe politica de 1831, pareceu como que homogenisar-me com esse sentimento...

O Sr. SAYÃO LORATO:—Isso não.

O Sr. CARVALHO MOREIRA:—... com esse espirito de destruição; engana-se perfeitamente o nobre deputado. Eu sei, Sr. presidente, pelo pouco que sei, que esse espirito de inucação reagindo sobre a nossa situação, sobre grande parte da nossa legislação, e até das nossas instituições cardeaes, alguma coisa faz que a experiencia vai hoje mostrando, ser menos condacente á nossa prosperidade; mas não creia o nobre deputado que eu também sou do tempo dos commentarios de Acurcio e Bartholo; não supponha que eu desejaria ver hoje restabelecidas as ordenações do reino...

Uma Voz:—Até a do liv. 5º?

O SR. CARVALHO MOREIRA:—Amigo do progresso razoável, e desejoso de ver satisfeitas as necessidades do paiz, pelo que toca á sua legislação, faria votos para que essas ordenações tão sabias e systematicas, como diz o nobre deputado...

O SR. SAYÃO LOBATO:—E ó são.

O SR. CARVALHO MOREIRA:—Eo erão para o tempo em que forão promulgadas (1603)... fossem hoje refundidas, e se organisasse um código do processo de que temos tão urgente necessidade. (Apoiados.)

O SR. SAYÃO LOBATO dá um aparte.

O SR. CARVALHO MOREIRA:—Se o é, perguntarei ao nobre deputado, poderá essa acanhada ord. do liv. 3º tit. 20, e algumas outras poucas disposições relativas á ordem do juizo, que se achão sem nexo espalhadas nos diversos livros, chamar-se um código do processo civil, ou reunir as condições que elle requer? Vê portanto o nobre deputado que me deve desculpar quando eu digo, que não gosto muito daquillo que já não está de accordo com a nossa situação civil e politica, e nem pôde satisfazer ás necessidades do nosso paiz, hoje mui outras, muito differentes das daquelles velhos tempos.

O SR. SAYÃO LOBATO:—Mas o § 6º está tão de accordo, que agora se vai restabelecer.

O SR. CARVALHO MOREIRA:—Logo irei a esse porto. Disse o nobre deputado, querendo envolver-me em uma contradicção, que, ao passo que eu me havia assim pronunciado contra a resurreição do § 6º da ordenação, concordava com a segunda parte da disposição desse mesmo paragrapho. Mostrarei ao nobre deputado que não se dá tal contradicção.

Por occasião de se referir a mim notou o nobre deputado a incoherencia daquelles que tendo horror aos vexames oppostos á faculdade natural do cidadão para accienar seus direitos perante os tribunaes, tinham desprezado o que essa ordenação nesse citado paragrapho prescrevia de mais prudente, de mais brando, e não sei se disse, de mais humanitario, conservando porém o que ella tinha de mais odioso, isto é, a prisão.

Oreio, Sr. presidente, que não estamos de accordo sobre as idéas do que é brando, e mais digno do século, e dahi a differença. O que estabelecia esta ordenação? Estabelecia em regra geral obrigação de avançar as despesas da demanda, logo que algum se declarava autor em juizo. Ora, pergunto eu, esta doutrina, estabelecida em regra para todos os casos, poderá ser considerada como mais liberal, mais branda, mais razoavel do que a que foi consignada no art. 10 da disposição provisoria?

O SR. SAYÃO LOBATO:—De certo.

O SR. CARVALHO MOREIRA:—Oreio que não. Em primeiro lugar os direitos do cidadão não são iguaes pelo que respeita á sua faculdade natural, ao seu direito de poder demandar em juizo o que é seu: o pobre, por exemplo, não poderia demandar contra o rico sem sujeitar-se immediatamente ao vexame e perseguição, que este lhe oppuzesse; se não pudessem obter uma fiança, não se no começo, mais ainda em todo o curso da lide, devia ficar certo de que os seus mais legitimos titulos a uma acção incontestavel de nada lhe valião, porque a fortuna lhe não dera os mesmos meios que ao seu adversario. A igualdade perante a lei de bem pouco lhe serviria, pela desigualdade dos meios para excitar os seus direitos. Em segundo lugar, aquelle que fosse mais trapaceiro podia contar que recorrendo á chicana tinha um meio certo naquella ordenação de impedir que a lide fosse decidida de prompto contra elle, e

muitas vezes de arredar um juiz imparcial, esperando um substituto a geito, porque, como esta exigencia podia ser feita durante todo o curso da causa para adiar uma sentença eminente de um juiz de quem desconfiasse, bastaria provocar o incidente da fiança ás custas. (Apoiados.) Quasi nunca aconteceu, Sr. presidente, que á simples intimação do réo para prestar fiança ás custas respondesse o autor com a decisiva — submetto-me á prisão — sempre ou quasi sempre um processo se entabolava, e este processo era não só prejudicial ás partes, como detrimetoso á justiça.

O SR. SAYÃO LOBATO:—Pois reforme-se este abuso.

O SR. CARVALHO MOREIRA:—Vê pois o nobre deputado que era um systema abusivo; era uma fonte de abusos constantes, de que podião lançar mão todos aquelles que quizessem impedir o curso regular das causas e a administração da justiça; era um meio invidioso offerecido áquelles que, ou pela differença da sua situação monetaria, ou pelo patronato, quizessem embaraçar o direito do autor desvalido que não tivesse pessoa alguma que por elle respondesse em juizo avançando a despeza da causa.

O que fez porém a disposição provisoria? Disse: « Não; para assegurar o direito natural que tem todo o individuo de demandar em juizo aquillo que julga seu, seja este direito exercido com toda a franqueza, e sem o menor obstaculo; » accrescentando: « Se porém o autor está tão convencido de que tem direito perfeito a uma acção, que a justiça lhe assista, que tem provas para convencer o réo e obter uma sentença em seu favor; se acaso decahir, pagará as custas da causa se o não fizer 24 horas depois de requerido. »

Ora, haverá, senhores, cousa mais igual, mais homogenea com o bom senso, com os principios da liberdade civil, que não podem compadecer-se com uma legislação vexatoria, com uma legislação que tenda sobretudo a desigualar a condição dos pleiteantes, do que a doutrina hoje estabelecida na disposição provisoria? E, senhores, trarei um argumento para provar que neste modo de encarar aquella disposição de 1833 sou apadriñado pelo que se vê nas modernas codificações da Europa; perguntarei ao nobre deputado a quem tenho a honra de referir-me: Qual é desses codigos modernos o que, refundindo e melhorando as suas leis escriptas ou consuetudinarias, conservou entre suas disposições a da antiga lei romana, *judicatum solvi*, na constancia da lide entre os nacionaes? Oreio que nenhum. O código francez, fonte quasi geral dessas codificações, estabelece a doutrina que ao cidadão é licito demandar ao seu concidadão, sem nenhuma caução prévia das despesas da causa, respondendo sómente pelas consequencias do julgado; o que não é o mesmo que admittir esse principio geral da ordenação. E na verdade me não lembro de outro algum código que o contrario disponha. Vê pois o nobre deputado que essa doutrina realmente cheira a alguma cousa que não vai de accordo com as idéas hoje recebidas; e por que razão havíamos nós retrogradar, resistindo a taes autoridades? Pois quando todos têm assim melhorado a sua legislação, havemos nós voltar atrás restabelecendo uma doutrina obsoleta e barbara dos romanos, hoje desprezada pelos paizes cultos da Europa? Não serei desta opinião.

Oreio, Sr. presidente, ter dito assaz para mostrar ao nobre deputado que não tive esse horror que elle me emprestou pela resurreição do espectro (risadas); e que se o tivesse não era muito para ser censurado, nem para merecer do nobre deputado a entusiastica indignação com que me marcou.

Mas prometti eu mostrar ao nobre deputado

que eu não estava em contradicção, admitindo a fiança ás custas a respeito dos estrangeiros fóra do imperio, e dos nacionaes em taes circumstancias, o que aliás já determinava a 2ª parte do § 6º da ordenação. Creio que não estou em contradicção; porque, se por um lado, como nação civilisada que somos, devemos introduzir no corpo da nossa legislação as innovações uteis e saudaveis já recebidas por outros povos, por outro lado não poderia, sem quebra do que devo ao paiz, sacrificar os commodos da meus concidadãos, expondo-os aos odios, ás rixas, e ás ambições de um estrangeiro que aqui viesse propôr uma demanda, e se ausentasse sem deixar uma segurança aos prejuizos causados a um meu compatriota. E ainda nisto, senhores, passando o projecto como está, somos nós mais generosos para com os francezes, por exemplo, do que elles são para connosco. Refiro-me ao projecto que ultimamente se apresentou: este projecto só exige fiança ás custas do estrangeiro que se ausentar durante a lide, ao passo que o código da França exige essa fiança ao estrangeiro só pelo facto de o ser, silvo deixando bens de raiz que possam caucionar as despesas da lide, e as perdas e damnos do réo. Onde pois está a contradicção que me apontou o nobre deputado?

O Sr. SÁXO LOBATO:—Isto é a disposição da ordenação na segunda parte do § 6º.

O Sr. CARVALHO MOREIRA:—Embora; mas não sou contradictorio, porque, ao passo que defendo a abolição da primeira parte do § 6º, isto é, a revogação da fiança ás custas, a adopto como excepção para o estrangeiro que se ausentar do imperio, ou mesmo para o brasileiro que em iguaes circumstancias desertar da lide.

Julgo, Sr. presidente, ter explicado o meu pensamento inteiro, e ter-me igualmente defendido dessa censura que tive o desgosto de incorrer para com o nobre deputado pelo Rio de Janeiro.

Agora direi ainda algumas palavras em respeito a uma parte do discurso do meu nobre collega pela provincia das Alagoas que a mim positivamente se referio. Disse o nobre deputado que, estudando hontem a questão, tinha achado que o § 6º da ord. do liv. 3º tit. 20 estava já revogado antes da disposição provisoria....

O Sr. GOMES RIBEIRO:—Apoiado.

O Sr. CARVALHO MOREIRA:—... e que por isso elle julgava não ter tido base alguma toda a argumentação que eu e outros que defendemos o projecto tínhamos feito sobre a materia. Tenho alguns motivos, Sr. presidente, para não aceitar ainda sem algum exame essa proposição do nobre deputado. Em primeiro lugar, sinto repugnancia em crer que os redactores do código do processo em 1833, e as duas camaras legislativas que o votáram, ignorassem que desde 1783 (data do assento que aqui nos leu o nobre deputado) até então já não estava em vigor a disposição da ord. do liv. 3º tit. 20 § 1º, que prescrevia a fiança ás custas, disposição que nomealmente foi abolida pela disposição provisoria: não, Sr. presidente, não posso persuadir-me que tão desconfiados fossem, ou tanto ignorassem a nossa legislação anterior, os legisladores de 1833 que lhes irroge a censura de abolirem o que já estava ha tanto tempo abolido, sendo exaoto o que assevera o nobre deputado.

O Sr. GOMES RIBEIRO:—Pois irrogo a eu.

O Sr. CARVALHO MOREIRA:—Em segundo lugar, creio mesmo que o assento de 14 de Junho de 1783, lido com attenção, longe de revogar a ordenação, como pretente o nobre deputado, pelo contrario me confirma na persuasão de que nunca tal ordenação foi por elle revogada. Diz o assento (14): «Entrou em duvida se o autor não dando fiança ás custas, satisfazia fazendo

termo de as pagar da cadeia. Assentou-se, quasi por todos os ministros abaixo assignados, que o autor com o dito termo não satisfazia, *que deve dar fiança*, e não a dando que deve o réo julgar-se absoluto da instancia, porque com a prisão sem culpa, nem dolo, fica inhibido para poder pôr em acção aquelles officios, que, como membro da sociedade e da republica está obrigado a exercer.» Se o assento decide que o termo de pagar as custas da cadeia não é sufficiente, não desobriga o autor de prestar a fiança, se o manda prestar a apesar do termo de pagar as custas da cadeia, e absolver o réo da instancia, como é que se póde dizer que a ordenação que exige a fiança está revogada? Note bem o nobre deputado: o assento nem substitue a prisão pela fiança; pelo contrario, declara que a prisão não satisfaz. Logo, estava em vigor a ordenação que exigia a fiança ás custas.

Se porém o nobre deputado entende que por esse assento está revogada a parte do paragrapho da ordenação que obrigava a prisão o autor que não dava fiança ás custas, porque na segunda parte do assento diz elle: «... se assentou que o beneficio da mesma lei (a de 20 de Junho de 1774 § 19) tambem se ampliava á relaxação da prisão daquelles devedores, que impossibilitados por algum incidente da fortuna se achavam retidos na prisão por não terem bens com que pagassem aos seus credores as quantias respectivas, ou procedessem de condemnação *ou de custas*; fica sem contestação o autor gozando da mesma graça, etc.»

Ainda neste caso direi ao nobre deputado que este mesmo favor, para que pudessem gozar o os autores, dependia da circumstancia de se provar que a impossibilidade não provinha de culpa, ou dolo, como diz o assento; mas esta disposição nada tem de commun com a fiança ás custas, que o mesmo assento não revogou por certo.

Direi ainda ao nobre deputado que este assento não-me era desconhecido, e sempre no fóro foi lido nesta segunda parte como uma interpretação sibilina, por causa da referencia que faz a lei de 20 de Junho que abolira a prisão por divida civil. Com effeito, Sr. presidente, a extensão que com este assento se tem querido dar ao favor daquella lei, tem encontrado no fóro excepções que muitos dos nobres deputados que são juizes e advogados bem sabem.

Assim, por exemplo, apesar daquella lei, e de sua benefica disposição, o depositario judicial vai ainda para a cadeia se não entrega o objecto depositado, sendo para isso intimado; e o deposito é sem duvida um contracto civil, embora tacito, com o juizo. O mesmo a respeito do executado que por dolo demora a execução, ou occulta os bens em fraude de ella; e as demandas são provenientes de actos ou contractos civis.

Mas esta questão nada tem de commun, repito, com a asseveração do nobre deputado: o que elle dizia, e eu contesto, é que a fiança ás custas estivesse revogada por aquelle assento; e creio que posso asseverar ao nobre deputado que nunca assim foi entendido no fóro este assento.

O Sr. GOMES RIBEIRO:—Pois se se executava, como não estava em vigor?

O Sr. CARVALHO MOREIRA:—Se estivesse em vigor semelhante assento, como o nobre deputado o entende, revogatorio da fiança ás custas, estava a necessidade da disposição provisoria....

O Sr. NABUCCO:—Apoiado.

O Sr. CARVALHO MOREIRA:—... que desprezando o que era duvidoso, pelo menos na opinião do nobre deputado, isto é, a obrigação da fiança ás custas substituiu este meio da segurança pela prisão do autor, quando este, requerido, as

não pagava. E ainda direi mais que este assento não só não revogou a ordenação nesta parte, como nunca esteve como tal em vigor, nem o podia estar, porque não tinha força para tanto.

E' expresso no nosso direito que as ordenações não podião ser revogadas senão expressamente por outras leis, e que os assentos só podião interpretar-as, mas não amplial-as ou restringil-as, e muito menos revogal-as, pois que nenhum tribunal pôde alterar a lei.

O SR. NABUCCO:—Apoiado.

O SR. CARVALHO MENEZES:—Os assentos não eram mais do que interpretações....

O SR. SAYÃO LOBATO:—Authenticas.

O SR. CARVALHO MENEZES:—.... que, embora authenticas, precisavão de um alvará, decreto, ou o que quer que fosse, para ter força de lei, quando essa interpretação alterava o direito das ordenações ou das leis.

E tanto assim é, Sr. presidente, que já no senado não me lembro a época) foi objecto de uma indicação que os assentos ficassem sendo parte o corpo do nosso direito civil. E finalmente, entões, tanto os assentos não autorisados com

força de lei nada mais são do que interpretações authenticas do tribunal para isso competente, que a lei de 20 de Outubro de 1933 (da nossa assembleia constituinte) designando as leis portuguezas que provisoriamente devião ficar em vigor no Brazil até organisar-se um novo código, especificando as ordenações, leis, regimentos, alvarás, decretos e resoluções promulgados pelos reis de Portugal, não enumerou os assentos, porque embora fazendo parte da legislação portugueza, quando tomados na chamada mesa grande de supplicação, a sua força era toda de interpretação para execução das mesmas leis. Nada mais tenho a responder ao nobre deputado que fosse por elle dito a mim directamente.

Quando á questão, ella se acha sufficientemente discutida, e desde logo disse que nada poderia acrescentar. A hora está adiantada, e aqui finalizo o meu discurso, pedindo á camara queira desculpar por lhe haver assim consumido o tempo contra o meu proposito.

A discussão fica adiada pela hora.

O SR. PRESIDENTE marca a ordem do dia, e levanta a sessão.